



CONGRESSO NACIONAL

ANAIIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 94^a À 99^a SESSÃO DA 3^a SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51^a LEGISLATURA

VOLUME 25
Nº 18
16 AGO. A 23 AGO. 2001

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS - SENADO FEDERAL
BRASÍLIA - BRASIL
2001

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado, v. 1 - nº 1 28-fev./15 mar. 1977 -
Brasília 1977 -
V. irregular

Volumes anteriores publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular.

Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-55, pela Diretoria de Publicações no período de 1956-maio 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título. Annaes do Senado do Imperio do Brazil, 1826-1889.

Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado, 1946 -

I. Brasil. Congresso. Senado Federal. Subsecretaria de Anais.



CDD 328.81005
CDU 328 (81) (093.2)

Senado Federal
Subsecretaria de Anais
Anexo I - 22º andar
Praça dos Três Poderes - Palácio do Congresso
70165-900 - Brasília - DF - Brasil

SENADO FEDERAL

Comissão Diretora
(2001 / 2002)

PRESIDENTE:	Senador RAMEZ TEBET -PMDB-MS
1 ^o VICE-PRESIDENTE:	Senador EDISON LOBÃO -PFL-MA
2 ^o VICE-PRESIDENTE:	Senador ANTONIO CARLOS VALADARES -PSB-SE
1 ^o SECRETÁRIO:	Senador CARLOS WILSON -PPS-PE
2 ^o SECRETÁRIO:	Senador ANTERO PAES DE BARROS -PSDB-MT
3 ^o SECRETÁRIO:	Senador RONALDO CUNHA LIMA -PMDB-PB
4 ^o SECRETÁRIO:	Senador MOZARILDO CAVALCANTI -PFL-RR

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1^o Senador ALBERTO SILVA -PMDB-PI
2^o Senadora MARLUCE PINTO -PMDB-RR
3^o Senadora MARIA DO CARMO ALVES -PFL-SE
4^o Senador NILO TEIXEIRA CAMPOS -PSDB-RJ

SENADORES À 51ª LEGISLATURA
3ª Sessão Legislativa Ordinária
(2001)

ACRE			PARANÁ	
Tião Viana		BLOCO	Álvaro Dias	BLOCO
Marina Silva		BLOCO	Osmar Dias	BLOCO
Nabor Júnior		PMDB	Roberto Requião	PMDB
ALAGOAS			PERNAMBUCO	
Heloisa Helena		BLOCO	Carlos Wilson	PTB
Renan Calheiros		PMDB	Roberto Freire	BLOCO
Teotônio Vilela Filho		BLOCO	José Coelho	PFL
AMAPÁ			PIAUÍ	
José Sarney		PMDB	Alberto Silva	PMDB
Gilvam Borges		PMDB	Freitas Neto	BLOCO
Sebastião Rocha		BLOCO	Hugo Napoleão	PFL
AMAZONAS			RIO DE JANEIRO	
Gilberto Mestrinho		PMDB	Roberto Saturnino	PSB
Bernardo Cabral		PFL	Artur da Távola	BLOCO
Jefferson Péres		BLOCO	Geraldo Cândido	BLOCO
BAHIA			RIO GRANDE DO NORTE	
Paulo Souto		PFL	Fernando Bezerra	PTB
Antonio Carlos Júnior		PFL	Geraldo Melo	BLOCO
Waldeck Ornellas		PFL	José Agripino	PFL
CEARÁ			RIO GRANDE DO SUL	
Luiz Pontes		BLOCO	Pedro Simon	PMDB
Lúcio Alcântara		BLOCO	Emília Fernandes	BLOCO
Sérgio Machado		PMDB	José Fogaça	BLOCO
DISTRITO FEDERAL			RONDÔNIA	
Valmir Amaral		PMDB	Amir Lando	PMDB
Lindberg Cury		PFL	Fernando Matusalém	BLOCO
Lauro Campos		BLOCO	Moreira Mendes	PFL
ESPÍRITO SANTO			RORAIMA	
Paulo Hartung		PSB	Mozarildo Calvacanti	PFL
Gerson Camata		PMDB	Marluce Pinto	PMDB
Ricardo Santos		BLOCO	Romero Jucá	BLOCO
GOIÁS			SANTA CATARINA	
Maguito Vilela		PMDB	Jorge Bornhausen	PFL
Íris Rezende		PMDB	Casildo Maldaner	PMDB
Mauro Miranda		PMDB	Geraldo Althoff	PFL
MARANHÃO			SÃO PAULO	
Bello Parga		PFL	Eduardo Suplicy	BLOCO
Edison Lobão		PFL	Pedro Piva	BLOCO
João Alberto Souza		PMDB	Romeu Tuma	PFL
MATO GROSSO			SERGIPE	
Antero Paes de Barros		BLOCO	Maria do Carmo Alves	PFL
Carlos Bezerra		PMDB	Antonio Carlos Valadares	PSB
Jonas Pinheiro		PFL	José Eduardo Dutra	BLOCO
MATO GROSSO DO SUL			TOCANTINS	
Ramez Tebet		PMDB	Eduardo Siqueira Campos	BLOCO
Lúdio Coelho		BLOCO	Carlos Patrocínio	PTB
Juvêncio da Fonseca		PMDB	Leomar Quintanilha	PFL
MINAS GERAIS			COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA	
José Alencar		PL		
Arlindo Porto		PTB	PMDB	23
Francelino Pereira		PFL	PFL	19
PARÁ			BLOCO PARTIDÁRIO (PSDB,PPB)	15
Luiz Otávio		BLOCO	BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)	14
Ademir Andrade		PSB	PSB	4
PARAÍBA			PTB	4
			PL	1
Ney Suassuna		PMDB		
Wellington Roberto		PMDB		
Ronaldo Cunha Lima		BLOCO	TOTAL	80

ÍNDICE TEMÁTICO

ANAIS DO SENADO FEDERAL

**ATAS DA 94ª À 99ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA DE 16 DE
AGOSTO A 23 DE AGOSTO DE 2001**

V.25 Nº 18

ACORDO INTERNACIONAL

Posicionamento contrário ao acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado entre Brasil e Estados Unidos, visando a exploração do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. Sen. Geraldo Cândido 444

Posicionamento contrário à aprovação de acordo entre o Brasil e os Estados Unidos da América para utilização da base de lançamento de foguetes em Alcântara, Maranhão. Sen. Emília Fernandes 481

Defesa de debates no Senado Federal sobre o acordo de utilização, pelos Estados Unidos, da Base de Alcântara, no Maranhão. Sen. Romero Jucá 486

ARGENTINA

Análise da crise argentina e de suas conseqüências para a economia brasileira. Sen. Ney Suassuna 270

AUTOMÓVEL

Denúncia de fraude na importação de automóveis. Sen. Roberto Requião 039

BASE DE LANÇAMENTO DE FOGUETES

Posicionamento contrário à aprovação de acordo entre o Brasil e os Estados Unidos da América para utilização da base de lançamento de foguetes em Alcântara, Maranhão. Sen. Emília Fernandes 481

Defesa de debates no Senado Federal sobre o acordo de utilização, pelos Estados Unidos, da Base de Alcântara, no Maranhão. Sen. Romero Jucá 486

BEM-ESTAR SOCIAL

Apelo aos senadores no engajamento para que as palavras “desenvolvimento” e “bem-estar social” voltem a influenciar as autoridades brasileiras. Sen. Antônio Carlos Valadares 412

CAFÉ

Dificuldades enfrentadas pelo setor cafeeiro no Brasil. Sen. Paulo Hartung 221

CARTA DE SANTANA

Leitura da Carta de Santana, resultante de seminários realizados em municípios do Estado do Rio Grande do Norte, a ser encaminhada ao Presidente da República, que propõe ações emergências para o enfrentamento da seca nordestina. Sen. Geraldo Melo 215

CARTÓRIO

Justificativas à proposta de emenda à Constituição, que altera o art. 236, para vincular os cartórios de registro de imóveis ao serviço público municipal e do Distrito Federal. Sen. Roberto Freire 397

CENTRO CULTURAL DO BANCO DO BRASIL

Aplausos à iniciativa do Centro Cultural do Banco do Brasil pela promoção da mostra versando sobre o “Surrealismo”, no Rio de Janeiro. Sen. Francelino Pereira 432

CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA

Posicionamento contrário ao acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado entre Brasil e Estados Unidos, visando a exploração do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. Sen. Geraldo Cândido 444

CIENTISTA

Preocupação com a evasão de cientistas brasileiros para o exterior. Sen. Carlos Patrocínio 166

COCO

Necessidade de apuração, pelo Ministério da Agricultura, de irregularidades na importação de coco, em especial, dos países africanos e asiáticos. Sen. Renan Calheiros 480

CÓDIGO CIVIL

Considerações acerca da aprovação do novo Código Civil. Sen. Francelino Pereira	159
--	-----

CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO

Necessidade de viabilização do Código Nacional de Trânsito. Sen. Casildo Maldaner	078
---	-----

COMUNIDADE ANDINA

Importância do relacionamento do Brasil com a Comunidade Andina para o processo de integração econômica da América Latina. Sen. Mozarildo Cavalcanti	342
---	-----

CPI DO FUTEBOL

Considerações sobre o trabalho da CPI do Futebol, da qual é relator. Sen. Geraldo Althoff	267
---	-----

Refutação às críticas feitas pelo advogado da Confederação Brasileira de Futebol, em entrevista coletiva, na qual contestou os trabalhos da CPI do Futebol. Sen. Álvaro Dias	397
--	-----

CRÉDITO BANCÁRIO

Defesa da redução da taxa de juros para permitir o acesso da população ao crédito bancário e promover a retomada do desenvolvimento. Sen. Gilvam Borges	076
---	-----

CRESCIMENTO BRASILEIRO

Expectativas sobre a taxa de crescimento brasileiro. Sen. Ricardo Santos	207
--	-----

CURSO SUPERIOR

Preocupação com os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos cursos superiores de curta duração. Sen. João Alberto Souza	425
--	-----

DECORO PARLAMENTAR

Comentários ao estudo solicitado por S. Ex^a à Consultoria

Legislativa do Senado, sobre a definição de quebra de Decoro Parlamentar. Sen. Mozarildo Cavalcanti 168

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Apoio à carta de funcionários da Imprensa Nacional sobre os problemas advindos da transferência do órgão do Ministério da Justiça para a Casa Civil. Sen. Lauro Campos 315

DIPLOMATA

Discutindo a Mensagem nº 137, de 2001 (nº 526/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca. Sen. José Eduardo Dutra 404

DITADURA MILITAR

Necessidade de reflexão sobre o desenvolvimento e crescimento econômico brasileiro, nos dezessete anos subseqüentes à ditadura militar. Sen. Moreira Mendes 512

EMPREGO

Considerações acerca do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade de Oportunidades no Emprego, da DRT, no Estado do Ceará. Sen. Lúcio Alcântara 340

ESTADO DE ALAGOAS

Considerações sobre as dificuldades enfrentadas pelos produtores de leite do Estado de Alagoas. Sen. Teotônio Vilela Filho 088

Satisfação com a decisão da Câmara de Gestão de Energia, referente à ampliação da cota de energia da mineração Euclides Scalco, produtora de calcário no Estado de Alagoas. Sen. Renan Calheiros 312

ESTADO DE GOIÁS

Registro da atuação positiva do Ministério dos Transportes,

em relação à duplicação de rodovias em Goiás, renovando apelo no sentido da recuperação e duplicação do trecho da BR-153, que liga Anápolis ao norte do Estado de Goiás. Sen. Mauro Miranda 432

Insatisfação salarial das polícias civil e militar do Estado de Goiás. Sen. Mauro Miranda 440

ESTADO DE RONDÔNIA

Repúdio contra as tentativas de impedir a construção de duas pontes sobre o rio Madeira, no Estado de Rondônia. Sen. Moreira Mendes 231

Registro do recebimento da Nova Lei Orgânica do Município de Caracaraí/RO. Sen. Romero Jucá 486

Repúdio à Medida Provisória nº 2.166, que proíbe a utilização de 80% da área das propriedades rurais de Rondônia. Sen. Amir Lando 510

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Anúncio da participação do Estado do Espírito Santo no Conselho Deliberativo da Política Cafeeira e da garantia do Banco do Brasil na concessão de prorrogação dos prazos para quitação de empréstimos da linha do Pronaf. Sen. Paulo Hartung 221

Gestões junto às autoridades governamentais em favor do setor de rochas ornamentais do Estado do Espírito Santo. Sen. Ricardo Santos 423

ESTADO DO PARANÁ

Indignação com as agressões sofridas pelos Deputados Estaduais do Paraná, contrários à privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel. Sen. Roberto Requião 039

Relato da crise porque passa a Assembléia Legislativa do Paraná, invadida pela polícia militar a mando do governador Jaime Lerner. Sen. Osmar Dias 081

Denúncia de irregularidade na sessão da Assembléia Legislativa do Paraná que garantiu a venda da Copel. Sen. Osmar Dias 274

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Comentários sobre as denúncias de corrupção que envolvem o nome do Governador do Rio Grande do Norte, Sr. Garibaldi Alves, veiculadas pela imprensa, destacando a manobra governista contra a abertura de CPI na Assembléia Legislativa daquele Estado. Sen. José Agripino 228

Defesa do Governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves, acusado de tráfico de influência no Estado. Sen. Geraldo Melo 319

ESTADO DO TOCANTINS

Compromisso da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins com a chamada “educação inclusiva”, que busca incluir os alunos com necessidades especiais. Sen. Carlos Patrocínio 219

Congratulações à administração estadual tocantinense por sua eficiente política educacional, destacando diversos programas desenvolvidos na área. Sen. Eduardo Siqueira Campos 428

Satisfação com os excelentes resultados obtidos pelos produtores de sementes de girassol dos municípios de Dianópolis e Lagoa da Confusão, no Estado de Tocantins. Sen. Carlos Patrocínio 519

ESTATUTO DA CIDADE

Necessidade de definição de políticas habitacionais, enfatizando a importância do Estatuto da Cidade. Sen. Mauro Miranda 023

EXPORTAÇÃO

Necessidade de uma política de estímulo às exportações. Sen. Ney Suassuna 270

FEIRA DA JUVENTUDE

Registro de sua participação na I Feira da Juventude, realizada na cidade de Fortaleza – CE, durante o período de 13 a 16 do corrente, a convite do Sistema Verdes Mares de Comunicação e do Grupo Prática Empresarial. Sen. Lúcio Alcântara 188

(FMI)

Contrariedade com os termos do último acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional. Sen. Roberto Saturnino 029

Comentários sobre a ajuda do Fundo Monetário Internacional – FMI à Argentina. Sen. Roberto Saturnino 397

FORÇA TAREFA

Transcrição da Declaração de uma Força Tarefa Independente, patrocinada pelo Conselho de Relações Exteriores e elaborada sob a coordenação do brasilianista Kenneth Maxwell. Sen. José Sarney 173

FUNDAÇÃO DOM CABRAL

Regozijo com a iniciativa da Fundação Dom Cabral ao inaugurar em Nova Lima – MG, com a presença do Presidente da República, o centro internacional voltado para área de gestão e estratégia empresarial. Sen. Francelino Pereira 234

GASODUTO

Apelo para celeridade na construção do gasoduto Urucu/Porto Velho, repudiando os empecilhos criados pelo Estado do Amazonas ao projeto. Sen. Moreira Mendes 389

HOMENAGEM

Homenagem à maçonaria pelo transcurso, no próximo dia 20, do Dia do Maçom; destacando o trabalho social da entidade no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. Sen. Pedro Ubirajara 157

Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom. 191

Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom. Sen. José Coelho 193

Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom. Sen. Edison Lobão 197

Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom. Sen. Mauro Miranda 197

Homenagem pelo transcurso, ontem, do Dia do Maçom. Sen. Romero Jucá 278

Homenagem pelo transcurso, ontem, do Dia do Maçom.
Sen. Maria do Carmo Alves 340

HOMENAGEM PÓSTUMA

Homenagem pelo transcurso do centenário de nascimento
do Senador Ruy Carneiro. Sen. Ronaldo Cunha Lima 187

Transcurso, no próximo dia 24, dos 47 anos da morte do ex-
presidente Getúlio Vargas. Sen. Pedro Simon 385

HOSPITAL SARAH KUBITSCHEK

Cobranças ao presidente da Associação das Pioneiras
Sociais, Aloísio Campos da Paz, do funcionamento do Hospital
Sarah Kubitschek, no Estado do Ceará, que se encontra com suas
instalações concluídas. Sen. Lúcio Alcântara 395

IMPORTAÇÃO

Denúncia de fraude na importação de automóveis. Sen.
Roberto Requião 039

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

Estranheza pela remessa de aviso de restituição a uma
contribuinte que nunca declarou imposto de renda. Sen. Roberto
Requião 039

Apelo ao Deputado Mussa Demes, novo relator do projeto
que corrige a tabela do Imposto de Renda da pessoa física, para que
dê celeridade à matéria na Câmara dos Deputados. Sen. Paulo
Hartung 266

Satisfação com a decisão da Comissão de Finanças da
Câmara dos Deputados, que aprovou projeto de S. Ex.^a, que trata da
correção da tabela do imposto de renda da pessoa física. Sen. Paulo
Hartung 384

IMPRENSA

Repúdio ao editorial do **Jornal do Brasil**, publicado hoje,
intitulado “Tempo perdido”, que interpreta declarações feitas por S.
Ex.^a sobre o acordo do Brasil com o FMI. Sen. Roberto Requião 039

Considerações sobre as reportagens publicadas pelo jornal **Folha de S. Paulo** de ontem, sobre a inexecução de programas estratégicos do governo FHC, o aumento recorde dos lucros dos bancos privados, e a vulnerabilidade da economia brasileira. Sen. Pedro Simon 225

Preocupação com matéria publicada pelo jornal **O Popular**, de Goiânia, edição do último dia 10, intitulada “Polígono da maconha migra para Goiás”. Sen. Mauro Miranda 440

Considerações sobre a divulgação, pela **Folha de S. Paulo**, do “Mapa da Fome” do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, e de reportagens sobre os altos lucros das empresas privadas. Sen. Eduardo Siqueira Campos 521

INATIVO

Posicionamento contrário à contribuição previdenciária dos inativos. Sen. Iris Rezende 417

JOVEM

Importância de investimentos na educação e no treinamento dos jovens para a inserção do país no mundo globalizado. Sen. Ney Suassuna 422

LIVRARIA

Registro de sua participação, no último dia 17 do corrente, em Fortaleza, do fórum de debates que discutiu o “Futuro das livrarias (independente) num mundo globalizado”, ocasião em que apresentou o texto “O livro, esse guardião do saber”. Sen. Lúcio Alcântara 236

MAÇONARIA

Homenagem à maçonaria pelo transcurso, no próximo dia 20, do Dia do Maçom; destacando o trabalho social da entidade no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. Sen. Pedro Ubirajara 157

Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom. 191

Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom. Sen. José Coelho 193

Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom. Sen. Edison Lobão	197
Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom. Sen. Mauro Miranda	197
Homenagem pelo transcurso, ontem, do Dia do Maçom. Sen. Romero Jucá	278
Homenagem pelo transcurso, ontem, do Dia do Maçom. Sen. Maria do Carmo Alves	340
 MESA DO SENADO	
Posicionamento da Mesa do Senado acerca do pronunciamento do Senador Roberto Requião. Sen. Edison Lobão	055
 MILITAR	
Repúdio às declarações do Deputado Jair Bolsonaro envolvendo a atuação de S. Ex. ^a como relator da medida provisória que trata dos vencimentos dos militares. Sen. Romeu Tuma	035
 MINISTRO DE ESTADO	
Solicitação à Mesa de providências quanto a informações prestadas pelo Ministro de Minas e Energia, Senador José Jorge, que foram enviadas escritas em inglês. Sen. Geraldo Cândido	075
Regozijo pela escolha do novo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral. Sen. Romero Jucá	486
 MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS	
Apoio à aprovação do projeto de lei, de autoria do Deputado Hermes Parcianello, que dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias. Sen. Carlos Bezerra	429
 MOVIMENTO LEGALIDADE	
Comemoração dos 40 anos do movimento Legalidade, que garantiu a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Sen. Pedro Simon	385

OFÍCIO

Ofício nº 35/2001, de 14 do corrente, do Líder do Bloco PDT/PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.157-4, de 2001. Rubens Bueno. Sen. Rubens Bueno

021

PARECER

Parecer nº 754, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 207, de 2000 (nº 1.443/2000, na origem), pela qual o Presidente da República solicita que sejam autorizadas as operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento, com remissão parcial, da dívida da República da Zâmbia para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$14.127.098,58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos), com previsão de redução do valor presente líquido, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do Clube de Paris. Sen. Eduardo Suplicy

001

Parecer nº 755, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. Sen. Romeu Tuma

005

Parecer nº 756, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 17 a 38, de Plenário, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências. Sen. Bello Parga

006

Parecer nº 757, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nºs 17 a 38, de Plenário, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências. Sen. Bello Parga

012

Parecer nº 758, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2000 (nº 3.773/97, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências. Sen. Waldeck Ornelas

114

Parecer nº 759, de 2001, da Comissão de Educação, sobre

o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2001 (nº 558/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária a Voz de Quissamã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro. Sen. Nilo Teixeira Campos 114

Parecer nº 760, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2001 (nº 547/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas. Sen. Maria do Carmo Alves 115

Parecer nº 761, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2001 (nº 566/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sociocultural Hermes Fontes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquim, Estado de Sergipe. Sen. Maria do Carmo Alves 117

Parecer nº 762, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2001 (nº 574/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Sen. Casildo Maldaner 118

Parecer nº 763, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2001 (nº 592/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia Carflor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte. Sen. Ney Suassuna 119

Parecer nº 764, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2001 (nº 630/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação A Serviço da Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiana, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma 120

Parecer nº 765, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2001 (nº 660/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Central de Araraquara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma 121

Parecer nº 766, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2001 (nº 723/2000, na

Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a AMOCENTRO – Associação de Moradores do Centro da Cidade de Pombal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pombal, Estado da Paraíba. Sen. Ney Suassuna 123

Parecer nº 767, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2001 (nº 684/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado da Paraíba. Sen. Ney Suassuna 124

Parecer nº 768, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2001 (nº 690/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Araçá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mari, Estado da Paraíba. Sen. Ney Suassuna 125

Parecer nº 769, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2001 (nº 533/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Sen. José Fogaça 126

Parecer nº 770, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2001 (nº 589/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Ijuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul. Sen. José Fogaça 128

Parecer nº 771, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2001 (nº 649/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Pelotas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. Sen. José Fogaça 129

Parecer nº 772, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2001 (nº 671/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul. Sen. José Fogaça 130

Parecer nº 773, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2001 (nº 691/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a

Associação Assistencial São Sebastião de Boa Esperança do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Esperança do Sul, Estado de São Paulo. Sen. Pedro Ubirajara 132

Parecer nº 774, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2001 (nº 716/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas. Sen. Emília Fernandes 133

Parecer nº 775, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2001 (nº 683/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural José Allamano, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. Sen. Romero Jucá 134

Parecer nº 776, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2001 (nº 737/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Paulista de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Regente Freijó, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma 136

Parecer nº 777, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2001 (nº 746/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Fronteira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. Sen. José Fogaça 137

Parecer nº 778, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 23, de 1997 (nº 204/97, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 188, de 1997, referente à auditoria operacional realizada no Sistema de Telecomunicações Brasileiro. Sen. Luiz Otávio 139

Parecer nº 779, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 35, de 1999 (nº 1.031/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 684, de 1999, referente ao Pedido de Reexame interposto pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Sen. Valmir Amaral 143

Parecer nº 780, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 41, de 1999, do Presidente daquela Comissão (nº 103/98, na origem), que trata de consulta ao Tribunal de Contas da União, em atendimento a requerimento do Senador Júlio Campos, referente à licitude de negociação entre o Governo do

Estado do Mato Grosso e a Telemat, para antecipação de pagamento de ICMS devido, bem como sobre a existência de decisão do TCU que se aplique, por analogia, à hipótese, e, ainda, quais os procedimentos que regulam a questão. Sen. Alberto Silva 144

Parecer nº 781, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 6, de 2000 (nº 1.579/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 930/99, referente ao Plano de Auditorias para o primeiro semestre do exercício de 2000. Sen. Juvêncio da Fonseca 145

Parecer nº 782, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 10, de 2000 (nº 71/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia das Decisões nºs 20 e 21/2000, referentes a Auditorias realizadas no Fundo da Marinha Mercante e na Prefeitura Municipal de Salvador. Sen. Antônio Carlos Júnior 145

Parecer nº 783, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 107, de 2000 (nº 3.454/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 465/2000, do Plenário daquela Instituição, referente à auditoria realizada no Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro – SESC/ARRJ. Sen. Freitas Neto 146

Parecer nº 784, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 154, de 2000 (nº 5.287/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 265/2000, referente ao Relatório de Auditoria realizada no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Sen. Freitas Neto 147

Parecer nº 785, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 191, de 2000 (nº 6.490/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 800/2000, referente à Auditoria realizada no Governo do Estado de Roraima. Sen. Geraldo Althoff 148

Parecer nº 786, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 10, de 2001 (nº 8.702/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 429/2000, referente à Auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (6ª Região/MG) e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG. Sen. Luiz Otávio 149

Parecer nº 787, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 12, de 2001 (nº 8.766/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 466/2000, referente à auditoria realizada no Tribunal Regional

Eleitoral – meeting. Sen. Juvêncio da Fonseca 150

Parecer nº 788, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 36, de 2001 (nº 162/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 59/2001, referente ao Relatório de Inspeção, realizado no Comando da 1ª Região Militar. Sen. Juvêncio da Fonseca 150

Parecer nº 789, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 64, de 2001 (nº 1.236/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 158/2001, referente à auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Fortaleza – CE. Sen. Juvêncio da Fonseca 151

Parecer nº 790, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 80, de 2001 (nº 1.836/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 245/2001, referente à Auditoria realizada no Projeto de Irrigação Luís Alves, localizado no Distrito de Luiz Alves, Município de São Miguel do Araguaia – GO – Implementado pelo Governo de Goiás. Sen. Luiz Otávio 152

Parecer nº 791, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, de autoria do Senador Maguito Vilela, que inscreve o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria. Sen. Carlos Patrocínio 199

Parecer nº 792, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001, de autoria do Senador Álvaro Dias, que institui o Dia Nacional do Cientista Social. Sen. Marina Silva 202

Parecer nº 793, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2001, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Sen. Gerson Camata 205

Parecer nº 794, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 247, de 2000, do Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contra garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil. (Projeto

de Resolução nº 34, de 2001). Sen. Wellington Roberto 252

Parecer n.º 795, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/29, de 2001 (nº 1.763/2001, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Senado Federal manifestação daquele Órgão acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG) para contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais), com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. (Projeto de Resolução nº 35, de 2001). Sen. Paulo Hartung 257

Parecer nº 796, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/32, de 2001 (nº 1.975-2/2001, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Senado Federal a solicitação do Estado do Ceará para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$13.673.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18-1-2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE. (Projeto de Resolução nº 36, de 2001). Sen. Romero Jucá 260

Parecer n.º 797, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/34, de 2001 (nº 2.007/2001, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Senado Federal manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado de Pernambuco para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$5,123,213.28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América, e vinte e oito centavos), equivalente a R\$12.090.783,34 (doze milhões, noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos), à taxa de câmbio de 31-5-2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE. (Projeto de Resolução nº 37, de 2001). Sen. Jonas Pinheiro 263

Parecer n.º 798, de 2001, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2001, que denomina rodovia Gaspar Silveira Martins o trecho da rodovia BR-153 que liga a cidade de Aceguá à rodovia BR-290, no Estado do Rio Grande do Sul. (Redação do texto final). Sen. Mozarildo Cavalcanti 284

Parecer nº 799, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997. Sen. Antônio Carlos Valadares 302

Parecer nº 800, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 1999 (nº 170/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma 346

Parecer nº 801, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2001 (nº 534/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dom Oscar Romero a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado do Maranhão. Sen. Gilvam Borges 347

Parecer nº 802, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2001 (nº 595/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão. Sen. Gilvam Borges 349

Parecer nº 803, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2001 (nº 632/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró- Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caconde, Estado de São Paulo. Sen. Pedro Piva 350

Parecer nº 804, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2001 (nº 641/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Abel Figueiredo – PA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abel Figueiredo, Estado do Pará. Sen. Eduardo Siqueira Campos 351

Parecer nº 805, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2001 (nº 651/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais. Sen. Arlindo Porto 352

Parecer nº 806, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2001 (nº 593/2000, na

Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Serviços de Radiodifusão Educativa Shalom para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso. Sen. Jonas Pinheiro 354

Parecer n.º 807, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2001 (nº 618/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Maximino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo. Sen. Romeu Tuma 355

Parecer n.º 808, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2001 (nº 696/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú – ACERC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina. Sen. Casildo Maldaner 356

Parecer nº 809, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2001 (nº 706/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Metropolitana Cultural e Artística “Dom Aloísio Roque Opperman” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais. Sen. Arlindo Porto 357

Parecer n.º 810, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2001 (nº 722/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Pérola FM – AMCRP/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchas, Estado de São Paulo. Sen. Pedro Piva 359

Parecer n.º 811, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2001 (nº 724/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Madre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Madre de Deus, Estado da Bahia. Sen. Antônio Carlos Júnior 360

Parecer n.º 812, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2001 (nº 769/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Comunidade São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeirinho, Estado da Paraíba. Sen. Carlos Patrocínio 361

Parecer n.º 813, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2001 (nº 713/2000, na

Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Pássaro Grande para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás. Sen. Eduardo Siqueira Campos 362

Parecer n.º 814, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2001 (nº 545/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais. Sen. Arlindo Porto 364

Parecer n.º 815, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2001 (nº 695/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional de Rádio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte. Sen. Luiz Pontes 365

Parecer n.º 816, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2001 (nº 705/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo. Sen. Ricardo Santos 366

Parecer n.º 817, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2001 (nº 719/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sítio do Vale para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Russas, Estado do Ceará. Sen. Lúcio Alcântara 369

Parecer n.º 818, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2001 (nº 720/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio de Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão. Sen. Gilvam Borges 371

Parecer n.º 819, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2001 (nº 664/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Aracruz – AMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia. Sen. Antônio Carlos Júnior 372

Parecer n.º 820, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2001 (nº 711/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a

Associação Comunitária de Radiodifusão Amigos do “Rio Santa Rosa” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araiões, Estado do Maranhão. Sen. Luiz Pontes 373

Parecer n.º 821, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2001 (nº 766/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão. Sen. Lúcio Alcântara 374

Parecer n.º 822, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2001 (nº 793/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva, “ACRED – Elias Fausto” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elias Fausto, Estado de São Paulo. Sen. Jonas Pinheiro 375

Parecer n.º 823, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 196, de 2001 (n.º 805/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataizinho, Estado do Paraná. Sen. Álvaro Dias 377

Parecer n.º 824, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2001 (nº 817/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Constantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul. Sen. Emília Fernandes 378

Parecer nº 825, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2001 (nº 821/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Comunitária a Voz do Contestado – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irani, Estado de Santa Catarina. Sen. Casildo Maldaner 379

Parecer n.º 826, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2001 (nº 526/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à VL Radiodifusão S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaituba, Estado do Pará. Sen. Hugo Napoleão 380

Parecer n.º 827, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 2001 (n.º 485/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão

da Rádio Independência do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Sen. Álvaro Dias 382

Parecer n.º 828, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 158, de 2001 (nº 636/2001, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Coêlho Ferreira, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Aldo da Silva Fagundes. Sen. Romero Jucá. 383

Parecer nº 829, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a indicação do Senhor Luiz Henrique Pereira da Fonseca para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia. Sen. Hugo Napoleão. 404

Parecer nº 830, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a indicação da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca. Sen. Valmir Amaral. 404

Parecer nº 831, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 2001. Sen. Antônio Carlos Valadares. 458

Parecer nº 832, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 35, de 2001. Sen. Antônio Carlos Valadares. 463

Parecer nº 833, de 2001, de PLEN, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 2, de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei nº 44, de 2001 – Complementar, que altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991. Sen. Maria do Carmo Alves. 465

Parecer nº 834, de 2001, de PLEN, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas de Plenário nºs 1 e 2 à Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, que “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos para instituir o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental”. Sen. Sebastião Rocha. 466

Parecer nº 835, de 2001, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157/98, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Apoio a Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências. Sen. Maria do Carmo Alves 474

PARTIDO POLÍTICO

Preocupação com a insistência do Sr. Leonel Brizola em afastar o Governador Itamar Franco do PMDB, lembrando que o partido deverá lançar candidato próprio à Presidência da República. Sen. Pedro Simon 225

Anúncio do seu desligamento do PPS e filiação ao PTB. Sen. Carlos Wilson 311

Importante presença do PMDB nas administrações e nas câmaras municipais da região do Vale do São Patrício. Sen. Mauro Miranda 432

Contradição entre as ações do governo Fernando Henrique Cardoso e o Programa do PSDB, partido que conduz processo de expulsão de S. Ex.^a e do Senador Osmar Dias. Sen. Álvaro Dias 446

(PETROBRÁS)

Comentários sobre a publicação “Balanço Social 2000” da Petrobras. Sen. Romero Jucá 430

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Relevância do Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002, elaborado pela Confederação Nacional da Agricultura. Sen. Mauro Miranda 344

PLANO DE SAÚDE

Aplauso à iniciativa do Executivo de substituir, por projeto de lei, a Medida Provisória nº 2.177-43, que altera a regulamentação dos planos e seguros de saúde. Sen. Sebastião Rocha 077

PLANO REAL

Análise dos sete anos do Plano Real. Sen. Romero Jucá 088

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Premência da realização de concurso público para provimento de cargos na Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista

a precariedade da fiscalização nas estradas federais, em especial, no Estado de Santa Catarina. Sen. Casildo Maldaner 078

POLÍTICA ECONÔMICA

Considerações sobre a política econômica externa brasileira. Sen. Eduardo Suplicy 507

POLÍTICA HABITACIONAL

Necessidade de definição de políticas habitacionais, enfatizando a importância do Estatuto da Cidade. Sen. Mauro Miranda 023

PRIVATIZAÇÃO

Críticas ao atual modelo de privatização do governo federal e ao processo de venda da Companhia de Eletricidade do Paraná – COPEL. Sen. Álvaro Dias 446

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Inconformidade com a ação rescisória com efeito suspensivo, imposta pelo Governo Federal, para pagamento de precatórios aos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sen. Geraldo Melo 215

PROJETO AMAZONTECH 2001

Registro do Programa Amazontec 2001, desenvolvido em conjunto pelo Sebrae, Embrapa e Universidades Federais da Amazônia. Sen. Romero Jucá 322

Anúncio do lançamento, ontem, em Brasília, do projeto Amazontech 2001, que visa promover negócios ecologicamente corretos, com tecnologia, para o desenvolvimento da Amazônia. Sen. Mozarildo Cavalcanti 396

Registro do lançamento, na última terça-feira, em Brasília, do Projeto Amazontech 2001 – Novos Rumos para a Ciência, Tecnologia e Negócios Sustentáveis, evento que também será realizado em Boa Vista/RR, entre os dias 20 e 25 de novembro. Sen. Marluce Pinto 439

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Discutindo o Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2001 (nº 640/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina. Sen. Casildo Maldaner 410

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Discutindo o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157/98, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências. Sen. Hugo Napoleão 407

Discutindo o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157/98, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências. Sen. Eduardo Suplicy 408

Discutindo o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157/98, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências. Sen. Ricardo Santos 408

PROJETO DE LEI DO SENADO

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2001, que denomina Governador Ivan Bichara o viaduto Oitizeiro, localizado na BR-230, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba. Sen. Ney Suassuna 056

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2001, que altera dispositivos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre a discriminação, no fornecimento de produtos e serviços, baseada na raça; cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor. Sen. Moreira Mendes 057

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2001, que altera o parágrafo único do art. 15 e o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências. Sen. Jefferson Péres 059

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Álvaro Dias	065
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Lindiberg Cury	066
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Carlos Patrocínio	067
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Roberto Saturnino	068
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. José Fogaça	069
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Roberto Requião	070
Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, constante do Item 1 da pauta de hoje. Sen. Romero Jucá	074
Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2001, que altera a redação do art. 43 da Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar hipóteses de suspensão de registro de cadastro de devedores, a pena por cobrança indevida e a caracterização de dano moral pela inclusão indevida em cadastro de devedores, definindo os limites da indenização. Sen. Paulo Hartung	285
Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2001, que altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para determinar a responsabilidade sucessória do adquirente, a qualquer título, de empreendimento imobiliário. Sen. Paulo Hartung	287
Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2001, que altera o art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. Sen. Luiz Pontes	288
Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2001, que dispõe sobre	

isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição, pelo município, de veículo automotor coletivo destinado ao transporte escolar. Sen. Luiz Pontes 289

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de selo ambiental para produtos a serem exportados. Sen. Gerson Camata 290

Projeto de Lei do Senado n.º 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Álvaro Dias 291

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Romero Jucá 292

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Álvaro Dias 292

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. José Eduardo Dutra 292

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Roberto Saturnino 292

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Hugo Napoleão 293

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. José Fogaça 293

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Paulo Hartung 293

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos

recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. Sen. Lúcio Alcântara 294

Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2001, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para o fim de definir o crime de coação no curso da atividade administrativa. Sen. Sebastião Rocha 449

Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2001-Complementar, que atualiza a ementa e altera o art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial. Sen. Romeu Tuma 451

Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2001, que dispõe sobre a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (acesso do Porto de Capuaba à BR-262/ES). Sen. Gerson Camata 457

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Projeto de Resolução nº 33, de 2001, que altera a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para os efeitos do disposto no § 4º do art. 55 da Constituição Federal. Sen. Roberto Saturnino 250

Discutindo o Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. Sen. Paulo Hartung 460

Discutindo o Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. Sen. Álvaro Dias 461

Discutindo o Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. Sen. Juvêncio da Fonseca

461

Discutindo o Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. Sen. Ney Suassuna

462

Discutindo o Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. Sen. Roberto Saturnino

462

(PRONAF)

Críticas à ausência de repasse de recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, aos municípios do oeste de Santa Catarina. Sen. Casildo Maldaner

313

Anúncio, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, da liberação de verbas para o Programa de Agricultura Familiar – PRONAF, para a safra 2001/2002. Sen. Eduardo Siqueira Campos

340

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Proposta de emenda à Constituição n.º 23, de 2001, que altera o § 3º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha dos candidatos ao cargo de Procurador-Geral do Estado e do Distrito Federal e Territórios será feita mediante processo eletivo. Sen. Sebastião Rocha 280

Proposta de emenda à Constituição n.º 24, de 2001, que altera a redação do art. 46 da Constituição, para estabelecer que o suplente de senador somente substituirá o titular temporariamente. Sen. Paulo Hartung 282

Proposta de emenda à Constituição nº 25, de 2001, que altera o art. 236 da Constituição Federal para vincular os cartórios de registro de imóveis ao serviço público municipal e do Distrito Federal. Sen. Roberto Freire 399

Proposta de emenda à Constituição nº 26, de 2001, que altera o art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação, pelo Congresso Nacional, dos dirigentes máximos de entidades encarregadas da regulação da prestação de serviços públicos, bem como o encaminhamento de requerimento de informações às mesmas autoridades. Sen. Lúcio Alcântara 401

Proposta de emenda à Constituição n.º 27, de 2001, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. Sen. Antônio Carlos Valadares 437

Proposta de emenda à Constituição nº 28, de 2001, que confere ao Congresso Nacional o poder de apreciar os acordos e os contratos internacionais, firmados por entes públicos, quando a República Federativa do Brasil figurar como parte, avalista ou garantidora, acrescentando parágrafo único o art. 49, da Constituição Federal. Sen. Ademir Andrade 455

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Sen. Jefferson Péres 466

Discutindo a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal (imunidade de ICMS). Sen. Moreira Mendes 467

Discutindo a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal (imunidade de ICMS). Sen. Geraldo Melo 468

Discutindo a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal (imunidade de ICMS). Sen. Luiz Otávio 470

Justificativas à apresentação de proposta de Emenda à Constituição destinada a sanar interpretações diferenciadas sobre os poderes do Congresso Nacional quanto à apreciação de acordos internacionais, como o firmado entre o Governo Federal o FMI. Sen. Ademir Andrade 475

QUEIMADA

Necessidade de ações conjuntas dos órgãos governamentais para evitar novos focos de incêndios e queimadas no período da seca na região amazônica. Sen. Marina Silva 303

(REFIS)

Necessidade da reformulação do Programa de Recuperação Fiscal – Refis, sugerindo ao governo de Alagoas a adoção de um programa estadual de refinanciamento das dívidas das empresas. Sen. Renan Calheiros 421

REGIÃO AMAZÔNICA

Necessidade de ações conjuntas dos órgãos governamentais para evitar novos focos de incêndios e queimadas no período da seca na região amazônica. Sen. Marina Silva 303

REQUERIMENTO

Requerimento nº 447, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona. Sen. Mozarildo Cavalcanti 021

Justificativas ao Requerimento nº 447, de 2001, que solicita informações ao Ministro das Minas e Energia sobre os custos de energia e tarifas praticadas pela Bovesa, no Estado de Roraima. Sen. Mozarildo Cavalcanti 055

Requerimento nº 448, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. Sen. Osmar Dias 062

Requerimento nº 449, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. Sen. Antônio

Carlos Valadares	063
Requerimento nº 450, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Frei Artur Agostini, ocorrido ontem, no Estado de Roraima. Sen. Romero Jucá	063
Requerimento nº 451, de 2001, solicitando que seja designada uma comissão de 4 senadores, destinada a colaborar para que sejam garantidas as prerrogativas constitucionais dos Deputados Estaduais e o funcionamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que teve suas dependências ocupadas hoje pela PM, em virtude de manifestação popular a favor de projeto que impede a privatização da Copel, a Companhia Energética daquele Estado. Sen. Eduardo Suplicy	074
Requerimento n.º 452, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 34, de 2001, resultante de parecer lido anteriormente. Sen. Lúcio Alcântara	280
Requerimento nº 462, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. Sen. Eduardo Suplicy	453
Requerimento n.º 453, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 35, de 2001, resultante de parecer lido anteriormente. Sen. Lúcio Alcântara	280
Requerimento n.º 457, de 2001, de urgência para o Projeto de Resolução nº 36, de 2001, advindo da aprovação do Ofício nº 32, de 2001, que encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação do Estado do Ceará para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$7,000,000,00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$13.673.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18-1-2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE. Sen. Lúcio Alcântara	384
Requerimento n.º 458, de 2001, de urgência para o Projeto de Resolução nº 37, de 2001, advindo da aprovação do Ofício nº S/34, de 2001, que encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação do Estado de Pernambuco para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a	

US\$5,123,213.28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América e vinte e oito centavos), equivalente a R\$12.090.783,34 (doze milhões, noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos), à taxa de câmbio de 31-5-2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE. Sen. Lúcio Alcântara 384

Requerimento n.º 459, de 2001, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 1999, de sua autoria, que altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para tornar obrigatório o uso de coletes salva-vidas na navegação interior, que se encontra tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sen. Carlos Patrocínio 402

Requerimento nº 460, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2000, que acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências. Sen. José Eduardo Dutra 439

Requerimento nº 461, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona. Sen. Moreira Mendes 453

Requerimento n.º 463, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do pianista Luiz Carlos Vinhas. Sen. Emília Fernandes 454

RESPOSTA

Resposta ao Senador Geraldo Cândido. Sen. Edison Lobão 075

RODOVIA

Saudações ao Presidente da República pela autorização da duplicação da rodovia BR-101. Sen. Ney Suassuna 037

SALÁRIO

Solidariedade aos servidores públicos de Rondônia quanto ao direito de reposição salarial. Sen. Amir Lando 510

SANEAMENTO

Preocupação com a falta de investimentos no setor de saneamento básico no Brasil. Sen. Ademir Andrade 033

Apelo ao Governo Federal pela priorização de investimentos no setor de saneamento básico. Sen. Carlos Patrocínio 091

SAÚDE

Prejuízos pela controvérsia jurídica na interpretação da Emenda Constitucional nº 29, que estipula recursos mínimos a serem aplicados, pela União, em ações e serviços de saúde no período 2001 a 2004. Sen. Antônio Carlos Valadares 025

Análise da Medida Provisória nº 2.177-43, de 27 de julho de 2001, que altera a Lei dos Planos Privados de Assistência de Saúde – Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Sen. Luiz Otávio 185

Considerações sobre a efetivação do direito à saúde, por meio do controle da sociedade. Sen. Luiz Pontes 515

Questionamento à Medida Provisória 2.177-43, de 2001. Sen. Luiz Pontes 515

SECA

Leitura da Carta de Santana, resultante de seminários realizados em municípios do Estado do Rio Grande do Norte, a ser encaminhada ao Presidente da República, que propõe ações emergências para o enfrentamento da seca nordestina. Sen. Geraldo Melo 215

SEGURO DE SAÚDE

Necessidade de alterações na medida provisória que trata dos planos de seguro de saúde, com o objetivo de proteger os interesses do consumidor. Sen. Lúcio Alcântara 038

SERVIDOR PÚBLICO

Considerações sobre o índice de reajuste anunciado para os servidores públicos federais. Sen. Carlos Patrocínio 306

Solidariedade ao movimento do servidores públicos federais, na reivindicação por reposição das perdas salariais. Sen. José Eduardo Dutra 399

Defesa de um reajuste digno do salário dos funcionários públicos. Sen. Valmir Amaral 427

Defesa das reivindicações salariais dos servidores públicos federais. Sen. Eduardo Suplicy 507

Críticas ao índice de reajuste proposto aos servidores públicos federais. Sen. Carlos Wilson 520

SIMPÓSIO DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Anúncio da realização do Simpósio de Saúde Suplementar, nos próximos dias 28 e 29 do corrente, no Auditório Petrônio Portella. Sen. Sebastião Rocha 077

Realização, nos próximos dias 28 e 29, no Senado Federal, do simpósio sobre saúde complementar e de audiência pública para discutir o projeto que regulamenta a aplicação do silicone no organismo humano. Sen. Sebastião Rocha 425

SÍNDROME DE DOWN

Registro da sua participação hoje, nesta capital, como coordenador do Painel sobre a Síndrome de Down, promovido pela Associação Brasileira da Síndrome de Down. Sen. Amir Lando 479

(SUDENE)

Protestos contra a falta de órgão que possa substituir a extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Sen. Lúcio Alcântara 395

TRABALHO INFANTIL

Análise dos dados do IBGE sobre o trabalho infantil no Brasil. Sen. Carlos Wilson 087

VOTO SECRETO

Defesa do instituto do voto secreto. Sen. Mozarildo Cavalcanti 516

SENADO FEDERAL

Ata da 94ª Sessão Deliberativa Ordinária em 16 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares,
Mauro Miranda, Moreira Mendes, Romeu Tuma e Ricardo Santos*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Amir Lando – Antonio Carlos Júnior – Antonio Carlos
Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo
Cabral – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo
Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Cam-
pos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernan-
do Bezerra – Fernando Matusalém – Francelino Pe-
reira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cân-
dido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Bor-
ges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezen-
de – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto
Souza – José Agripino – José Alencar – José Coelho
– José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sarney
– Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar
Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Luiz
Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Car-
mo Alves – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira
Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney
Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias –
Paulo Hartung – Pedro Piva – Pedro Simon – Pedro
Ubirajara – Ricardo Santos – Roberto Freire – Rober-
to Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Ro-
meu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha
– Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana
– Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Ro-
berto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – A lista de presença acusa o comparecimento
de 72. Srs. Senadores. Havendo número regimental,
declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ro-
berto Saturnino, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 754, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econô-
micos, sobre a Mensagem nº 207, de 2000
(Mensagem nº 1.443/2000, na origem), so-
licitando que sejam autorizadas as ope-
rações financeiras de que trata o acordo
de reescalonamento, com remissão par-
cial, da dívida da República da Zâmbia para
com a República Federativa do Brasil, no
valor equivalente a US\$14.127.098,58 (qua-
torze milhões, cento e vinte e sete mil,
noventa e oito dólares norte-americanos
e cinquenta e oito centavos) com previ-
são de redução do valor presente líquido,
com base na Ata de Entendimentos cele-
brada no âmbito do “Clube de Paris”.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Por meio da Mensagem nº 207, de 2000 (Men-
sagem nº 1.443, de 16-10-00), o Presidente da Repú-
blica solicita a autorização desta Casa para realizar
as operações financeiras de que trata o acordo de re-
escalonamento da dívida da República da Zâmbia
para com a República Federativa do Brasil, no valor
equivalente a US\$14.127.098,58 (quatorze milhões,
cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares nor-
te-americanos e cinquenta e oito centavos) com base
na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do
“Clube de Paris”.

Os débitos decorrem de Convênios de Crédito
firmados com a extinta Carteira de Comércio Exterior
do Banco do Brasil — CACEX, que utilizou recursos
do extinto Fundo de Financiamento à Exportação –
FINEX, cujos créditos passaram a integrar o Progra-

ma de Financiamento às Exportações – PROEX, de que trata a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001.

São as seguintes as características das referidas operações:

Valor reescalonado: US\$14.127.098,58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos)

Dívida afetada: 100% das parcelas de principal e juros (incluindo juros sobre atrasados) vencidas até 31-3-1999, inclusive, e não pagas; e 100% das parcelas de principal e juros (excluindo juros sobre atrasados) vencidas entre 1º-4-1999 e 31-3-2002, inclusive, e não pagas. Valores previamente reescalonados foram incluídos.

Termos de pagamento: 1ª Tranche – US\$1.771.236,44 (um milhão, setecentos e setenta e um mil, duzentos e trinta e seis dólares norte-americanos e quarenta e quatro centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1º-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1º-10-2033, correspondente a 5,06%;

2ª Tranche – US\$4.412.242,19 (quatro milhões, quatrocentos e doze mil, duzentos e quarenta e dois dólares norte-americanos e dezenove centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1º-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1º-10-2033, correspondente a 5,06%;

3ª Tranche – US\$4.002.766,22 (quatro milhões, dois mil, setecentos e sessenta e seis dólares norte-americanos e vinte e dois centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1º-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1º-10-2033, correspondente a 5,06%;

4ª Tranche – US\$3.940.853,73 (três milhões, novecentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e três dólares norte-americanos e setenta e três centavos) em 64 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1º-4-2002, correspondente a 0,52% e a última em 1º-10-2033, correspondente a 5,06%;

Juros: pagos em 1º de abril e 1º de outubro de cada ano. A primeira parcela de juros referente à 1ª Tranche, com vencimento para 1º de outubro de 1999 foi amortizada mediante apropriação de pagamento antecipado que o País efetuou em dezembro de 1999.

Juros sobre atrasados excluídos: não há juros sobre atrasados excluídos referentes à 1ª Tranche; os juros sobre atrasados excluídos referentes à 2ª tranche serão pagos em 1º-4-2000; os juros sobre atrasados excluídos da 3ª Tranche serão pagos em 1º-4-2001; e os juros sobre atrasados excluídos da 4ª Tranche serão pagos em 1º-4-2002.

Taxa de juros: Libor semestral acrescida de **spread** de 1% a.a. arredondada para o mais próximo múltiplo de 1/16 de um ponto percentual e reduzida de 67% em termos de valor presente líquido, de acordo com a Tabela B3 — Debt Service Reduction Option do Clube de Paris.

Juros de mora: capitalizados semestralmente, à taxa de 1% a.a. acima da taxa de juros reduzida.

Constam da Mensagem Presidencial a Exposição de Motivos nº 676/MF, de 10-10-2000; o Parecer PGFN/COF nº 1.926/2000, de 18-9-2000; a Minuta do Contrato de Reestruturação de Dívida; e o Memorando nº 132/COCEX-SAIN-MF, de 18-00-2001, da Secretaria de Assuntos Internacionais com explicações sobre a origem dos débitos da República de Zâmbia para com o Brasil.

II – Análise

Em conformidade com o art. 52, inciso V, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Consoante esse mandamento constitucional, o Senado Federal regulamentou os limites e condições dessas operações, no âmbito da União, mediante edição da Resolução nº 96/89, para as operações passivas, e Resolução nº 50/93, para as operações ativas, isto é, para as operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União.

Sob o ponto de vista legal, a redução de dívida a ser concedida pelo governo brasileiro tem fundamento na Lei nº 9.665, de 19-8-98, que autoriza o Poder Executivo a conceder remissão parcial de seus créditos, sendo que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional manifestou-se, conforme parecer antes referido, favoravelmente à operação.

Ao exame do processado, concluímos que a operação sob análise atende plenamente ao dispositivo constitucional e à Resolução nº 50/93 do Senado Federal, uma vez que a Exposição de Motivos nº 676/MF apresenta todas as informações estabelecidas no art. 9º desta resolução, dentre as quais, salientamos, com especial atenção, as informações quanto à análise dos custos e benefícios econômicos e sociais da operação e quais os interesses do Brasil na renegociação da dívida (inciso II); análise financeira da operação (inciso III); informações sobre as finanças do tomador e do garantidor (inciso VI), destacando: o montante da dívida interna e externa, quando se tratar de uma nação estrangeira; análise do ris-

co implícito à operação, da capacidade de pagamento e das garantias oferecidas; nível de endividamento para com a República Federativa do Brasil e suas entidades controladas; e performance de pagamentos, relativamente às suas obrigações para com o Brasil e para com os demais credores internacionais.

A dívida sob exame, conforme memorando nº 132/COCEX-SAIN-MF da Secretaria de Assuntos Internacionais, originou-se em operações de financiamento à exportação, no âmbito do extinto FINEX – Fundo de Financiamento à Exportação, atual Proex, mas não há informações sobre os convênios de créditos originais. As informações mais antigas, disponíveis no Banco do Brasil, referem-se a um contrato de Reestruturação de Dívida que tratou o principal e juros dos contratos celebrados antes de 1-1-1983 e outro contrato referente aos juros de mora relativos aos contratos celebrados antes de 1-1-1983.

Convém destacar que por três ocasiões o Senado Federal já autorizou a União a celebrar contratos de reestruturação de seus créditos junto à República de Zâmbia, por intermédio das Resoluções nº 76, de 1996, nº 89, de 1993, e nº 5, de 2000.

III – Voto

Em 1999 o PIB da República de Zâmbia atingiu cifras da ordem de US\$3,2 bilhões, enquanto sua dívida externa ficou em US\$5,2 bilhões, representando, aproximadamente, 7,52 vezes o total de suas exportações, que neste ano totalizaram apenas US\$0,691 bilhões. Convém frisar que 80% das exportações da República de Zâmbia dependem da exploração de cobre e do cobalto, cujos preços internacionais sofreram uma forte retração a partir de 1996, e mantêm-se baixos até o presente. Tal fato tem provocado impactos negativos na economia do país.

Nos últimos meses, a República de Zâmbia vem conseguindo estabilizar sua economia, com a implementação de profundos programas de reestruturação, tais como a privatização de empresas estatais, a liberação do comércio, e a reestruturação do setor financeiro.

A Zâmbia vem cumprindo regularmente suas obrigações para com o Brasil desde 1992. Somente em épocas imediatamente anteriores a novas rodadas de renegociações, verificam-se alguns atrasos. De qualquer forma, existe o risco, para o Brasil, da declaração de moratória unilateral por parte do devedor, por tratar-se de uma nação soberana.

A República de Zâmbia é um dos países mais pobres da África subsaariana, com renda **per capita**

de US\$330 (1999) para uma população de 9,9 milhões de habitantes, segundo informações do Banco Mundial. Durante os anos 90 a expectativa de vida do seu povo caiu vertiginosamente, passando de 49,1 anos, em 1990, para 38,5 em 1999.

Diante de todas essas considerações sobre a pobreza do país africano em tela, parece-nos claro que o Brasil deva implementar a reestruturação da dívida da República de Zâmbia, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do “Clube de Paris”, agindo em sintonia com a comunidade financeira internacional.

Em face do exposto, concluímos nosso parecer pela aprovação da matéria, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32, DE 2001

Autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República de Zâmbia, no valor equivalente a US\$14.127.098,58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos) com previsão de redução do valor presente líquido, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do “Clube de Paris”.

O Senado Federal resolve,

Art. 1º É a União, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, e da Resolução nº 50, de 1993, do Senado Federal, autorizada a celebrar contrato de reescalonamento de seus créditos junto à República de Zâmbia, no valor equivalente a US\$14.127.098,58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos), com previsão de redução do valor presente líquido, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do “Clube de Paris”.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá apresentar as seguintes características:

I – *Valor reescalonado*: US\$14.127.098,58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos).

II – *Dívida afetada*: 100% das parcelas de principal e juros (incluindo juros sobre atrasados) vencidas até 31-3-1999, inclusive, e não pagas; e 100% das parcelas de principal e juros (excluindo juros sobre atrasados) vencidas entre 1-4-1999 e 31-3-2002, inclusive, e não pagas. Valores previamente reescalados foram incluídos.

III – *Termos de pagamento:*

1ª Tranche – US\$1.771.236,44 (um milhão, setecentos e setenta e um mil, duzentos e trinta e seis dólares norte-americanos e quarenta e quatro centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1-10-2033, correspondente a 5,06%;

2ª Tranche – US\$4.412.242,19 (quatro milhões, quatrocentos e doze mil, duzentos e quarenta e dois dólares norte-americanos e dezenove centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1-10-2033, correspondente a 5,06%;

3ª Tranche – US\$4.002.766,22 (quatro milhões, dois mil, setecentos e sessenta e seis dólares norte-americanos e vinte e dois centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1-10-2033, correspondente a 5,06%;

4ª Tranche – US\$3.940.853,73 (três milhões, novecentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e três dólares norte-americanos e setenta e três centavos) em 64 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1-4-2002, correspondente a 0,52% e a última em 1-10-2033, correspondente a 5,06%;

IV – *Juros:* pagos em 1º de abril e 1º de outubro de cada ano. A primeira parcela de juros referente 1ª Tranche, com vencimento para 1º de outubro de 1999 foi amortizada mediante apropriação de pagamento antecipado que o País efetuou em dezembro de 1999.

V – *Juros sobre atrasados excluídos:* não há juros sobre atrasados excluídos referentes à 1ª Tranche; os juros sobre atrasados excluídos referentes à 2ª tranche serão pagos em 1-4-2000; os juros sobre atrasados excluídos da 3ª Tranche serão pagos em 1-4-2001; e os juros sobre atrasados excluídos da 4ª Tranche serão pagos em 1-4-2002.

VI – *Taxa de juros:* libor semestral acrescida de **spread** de 1% a.a. arredondada para o mais próximo múltiplo de 1/16 de um ponto percentual e reduzida de 67% em termos de valor presente líquido, de acordo com a Tabela B3 – **Debt Service Reduction Option** do Clube de Paris.

VII – *Juros de mora:* capitalizados semestralmente, à taxa de 1% a.a. acima da taxa de juros reduzida.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator – **Gilvan Borges** – **Geraldo Althoff** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Casildo Maldaner** – **Waldeck Ornelas** – **Ney Suassuna** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Souto** – **Hugo Napoleão** – **José Agripino** – **Roberto Saturnino** – **José Fogaça**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

.....
VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

.....
LEI Nº 9.865, DE 19 DE JUNHO DE 1998

Autoriza o Poder Executivo a conceder remissão parcial de créditos externos, em consonância com parâmetros estabelecidos nas Atas de Entendimentos originárias do chamado “Clube de Paris” ou em Memorandos de Entendimentos decorrentes de negociações bilaterais, negociar títulos referentes a créditos externos a valor de mercado e receber títulos da dívida do Brasil e de outros países em pagamento e dá outras providências.

.....
LEI Nº 10.184, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001

Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências.

PARECER Nº 755, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, 1º signatário Senador Ademir Andrade, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, de autoria do ilustre Senador Ademir Andrade, tem por objetivo alterar a redação do art. 243, **caput**, e do respectivo parágrafo único, para incluir nova hipótese capaz de desencadear a expropriação sumária da terra e o confisco do bem.

Trata-se de inclusão da hipótese de “exploração de trabalho escravo”.

A presente Proposta contou com o apoio de 36 (trinta e seis) senadores.

É o relatório.

II – Voto

As razões expostas na justificação, que acompanha a proposição legislativa em apreço, merecem ser consideradas e adotadas.

A existência de trabalhadores subjugados, deteriorados física e moralmente, que colocam toda força de trabalho em troca de migalhas, sem qualquer dos direitos sociais que se encontram consagrados na Constituição Federal de 1988 e nos diversos tratados internacionais de que o Brasil é signatário, é situação que envergonha a nossa Pátria, neste século de tantas conquistas tecnológicas e científicas.

As falsas promessas, os abusos, o preço extorsivo da alimentação que é comprada no armazém da própria fazenda, as condições insalubres dos alojamentos e a chamada “taxa pelo alojamento” descontada do salário, acabam por armar uma arapuca para o trabalhador, que cada vez fica devendo mais ao patrão.

E, assim, por ser devedor, e impedido de deixar o local antes de pagar as suas dívidas, por um grupo de pistoleiros, com ordem de perseguir, punir e matar, se for necessário, aquele que tentar fugir da escabrosa cilada.

A situação dos trabalhadores do campo no Brasil é uma das piores do mundo, com desrespeito flagrante às normas trabalhistas, com a ocorrência frequente de trabalho escravo, com a “grilagem” de terras e outras situações capazes de gerar a instabilidade

de e violência no campo. O Estado é omissos, ausente, senão algumas vezes conivente.

A Constituição Federal, ao excepcionar o confisco apenas para o cultivo de plantas psicotrópicas, consagrada a exceção no art. 243, submeteu todos os demais imóveis rurais que não estejam cumprindo as suas funções sociais às regras do art. 184.

O confisco, na hipótese de constatação do trabalho escravo, constituirá instrumento capaz de coibir a ação violenta e cruel de proprietários de terras que transferem as suas responsabilidades criminais aos chamados “gatos”, que são os intermediários destas ações nefastas.

O instituto de desapropriação por interesse social para a reforma agrária deve ser utilizado apenas como instrumento promotor de Reforma Agrária, nos casos em que a propriedade não esteja cumprindo a sua função social. Ocorrendo crimes perversos, a pena deve ser compatível e o produto do crime confiscado, revertendo a terra para a Reforma Agrária.

É de se reconhecer que a punição pelo exercício do aliciamento e submissão do trabalhador ao trabalho escravo está a carecer de medida severa, capaz de inibir a ação dos infratores.

A presente proposta de emenda à constituição é jurídica, tem caráter constitucional, lavrada em boa técnica legislativa, e, no mérito, visa proteger e amparar os trabalhadores do campo, possibilitando que a própria Constituição Federal não seja violada.

Assim, voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, por suas razões de fato e de direito.

Sala da Comissão, 15 de agosto de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Osmar Dias** – **Pedro Ubirajara** – **Maria do Carmo Alves** – **Antônio Carlos Júnior** – **Roberto Freire** – **José Agripino** – **Pedro Piva** – **Romero Jucá** – **Leomar Quintanilha** – **Ademir Andrade** (Autor – o voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de **quorum** – art. 132, § 8º, do RISF) – **Bello Parga** – **José Eduardo Dutra** – **Sebastião Rocha** – **Jefferson Péres** – **José Alencar**.

PARECERES NºS 756 E 757, DE 2001

Sobre as Emendas nºs 17 a 38, de Plenário, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências.

PARECER Nº 756, DE 2001
(Da Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

1. O Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, ementado à epígrafe, de autoria do eminente Senador Jorge Bornhausen, foi examinado nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde, em que 29 de fevereiro de 2000, obteve o Parecer nº 564, de 2000, que concluiu pela aprovação com as Emendas nºs 1 a 7-CCJ (**in Diário do Senado Federal**, de 3-6-00, págs. 11.468 a 11.472).

2. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em 30 de maio de 2000, foi objeto de apreciação pelo Parecer nº 565, de 2000, que concluiu pela aprovação com as Emendas 8 a 14-CAE (**in Diário do Senado Federal**, de 3-6-00, págs. 11.474 a 11.479).

3. Ambos os Pareceres, que haviam sido relatados na CCJ e na CAE pelo preclaro Senador Edison Lobão, foram lidos em Plenário na sessão de 2 de junho de 2000.

4. De conformidade com o disposto nos arts. 235, II, **d**, e 277, **caput**, do Regimento Interno, ao Projeto em tela foram oferecidas 22 Emendas de Plenário, tendo a Presidência, em 13 de junho de 2000, encaminhado o processo às CCJ e CAE, para seu exame. Essas Emendas foram assim apresentadas:

– pelos Senhores Senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy (ou vice-versa): nove (de nºs 17, 19, 21, 22, 25, 28, 31, 36 e 38-PLEN);

– pelo Senhor Senador Pedro Simon: treze (nºs 18, 20, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35 e 37-PLEN).

5. Na CCJ, em 15 de junho de 2000, o processo foi encaminhado ao Senador Edison Lobão, para relatar as Emendas nºs 18 (**sic**) a 38-PLEN, presumindo-se ter havido lapso na omissão da Emenda nº 17-PLEN.

6. Nesse ínterim, foi designado o presente Relator para as Emendas de Plenário, em face do impedimento do eminente Senador Edison Lobão, que passou a integrar a Comissão Diretora, não mais prevalecendo o disposto no § 1º do art. 126, mas o § 1º do art. 77, ambos do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – Análise das Emendas

7. As Emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar classificam-se da seguinte forma:

– supressivas, oito: nºs 18, 24, 26, 27, 29, 33, 35 e 37-PLEN;

– modificativas, catorze: nºs 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 30, 31, 32, 34, 36 e 38-PLEN.

8. Com referência ao dispositivo emendado, assim se distribuem:

Dispositivo	Emenda nº	Classificação	Senador(es) Autor(es)
Art. 1º, §§ 1º e 2º	17-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LIC Y
Art. 2º e parágrafo único	18-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 5º	19-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LIC Y
Art. 5º	20-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON

Art. 8º	21-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUP LIC Y e JOSÉ EDUARDO DUTRA
Art. 10	22-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LIC Y
Art. 12	23-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 14 e parágrafo único	24-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 14, <i>caput</i>	25-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUP LIC Y e JOSÉ EDUARDO DUTRA
Art. 15	26-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 16	27-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 16, <i>caput</i> e § 1º	28-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LIC Y
Art. 17 e parágrafo único	29-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 24	30-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 26	31-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUP LIC Y e JOSÉ EDUARDO DUTRA
Art. 26	32-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 28 e parágrafo único	33-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 31, III	34-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 43 e §§ 1º e 2º	35-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 43 e §§ 1º e 2º	36-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LIC Y
Art. 50 e incisos	37-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 50	38-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LIC Y

9. As Emendas, na sua quase totalidade, refletem a posição da Secretaria da Receita Federal, consoante Nota Técnica¹ enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, à qual respondeu, oportunamente, – em nota incorporada ao processo e transcrita no Parecer nº 565-CAE, de 2000, – o grupo de trabalho incumbido de redigir o anteprojeto², sob coordenação do Prof. Torquato Jardim, que veio a representar os contribuintes na audiência pública da 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em cinco de abril de 2000 (cf. fls. 56 a 84 do processo).

10. Novo exame acurado das sugestões, de sorte a construir o consenso necessário entre os aplicadores do Direito, ensaja o continuado aperfeiçoamento do Projeto e recomenda o acolhimento daquelas Emendas que se revelam compatíveis com a motivação da iniciativa, como expostas na justificação, rejeitadas as demais. Daí a análise a que se procede em seguida.

11. A Emenda nº 17-PLN propõe a alteração dos §§ 1º e 2º do art. 1º do Projeto, sob a justificação de que o termo “Contribuinte” é utilizado no artigo em questão (...) em descompasso com o que determina o art. 121, I, do Código Tributário Nacional. A Emenda inspirar-se-ia na boa técnica do direito tributário e visaria incorporar Sugestão da Receita Federal, maior conhecedora do tema, a qual, na Nota Técnica enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, afirma que o termo “contribuinte” é utilizado em sua acepção leiga, no Projeto, diferente, portanto, da juridicamente admitida no direito positivo.

12. No âmbito da CAE, esse argumento foi previamente contestado mediante a incorporação, ao Parecer nº 565, de 2000, da resposta dada à Nota Técnica da Receita Federal pelo referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto. Estes, os seus termos (cf. fls. 89 e 90):

¹ A Nota Técnica com o posicionamento da Secretaria da Receita Federal acerca do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, foi encaminhada ao Presidente da CAE pelo Ofício SRF/GAB nº 7-99, de 9-5-00, firmado pelo titular do Órgão (cf. fls. 75 a 84 do processo), em atendimento à solicitação contida no Of./CAE/70/00, de 26-4-00, de um relatório circunstanciado, contendo opiniões ... (cf. fls. 66 e 67 do processo).

² O grupo de trabalho que, a pedido do Senador Jorge Bornhausen, redigiu o anteprojeto de lei, foi integrado pelos justributaristas José Souto Maior Borges, Paulo de Barros Carvalho, Eduardo Bottallo, Roque Carrazza e Ricardo Lobo Torres, sob a coordenação do Professor Torquato Jardim, signatário dos comentários à Nota Técnica da Secretaria da Receita Federal (ver fls. 68 a 74 e 75 a 84, do processo).

5. (...) A observação peca não só pela indelicadeza profissional, como também por não perceber o conjunto das idéias-motor do projeto. Na verdade, os redatores tiveram em mira apenas expender conceito jurídico afastado das acepções econômicas, sociais e, especialmente, populares.

13. Em face de tais razões, ora também adotadas, somos pela rejeição da Emenda sob análise.

14. A Emenda nº 18-PLN propõe a supressão do art. 2º e seu parágrafo único, sob alegação de que a própria fundamentação da justificativa do Projeto indica seu propósito: ensinar as disputas, judiciais ou administrativas, em torno do que se entende por “tributo justo” ou “justa tributação,” conceito que (...), eminentemente subjetivo, se presta à controvérsias infundáveis.

15. Também a Nota Técnica da Receita Federal havia se manifestado contrária a esse art. 2º, porquanto, a seu ver, subordina a instituição e a majoração de tributos à condições de extrema subjetividade (...), aspecto a se evitar na formulação de normas jurídicas, especialmente quando tratam de matéria tributária (cf. fl. 77).

16. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, alinhadas pelo referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 90):

6. Art. 2º Qualificam-se os princípios da justiça tributária como de “extrema subjetividade.”

Também o Constituinte de 1988, ao consagrar o estado de direito democrático, com sede nas liberdades civis que dão forma e conteúdo ao Estado, escolheu cláusulas de “extrema subjetividade”. (...)

As cláusulas abertas são a essência dos regimes de liberdade. (...)

A cláusula aberta, ou “subjetiva,” ensaja um dos primados centrais da estabilidade e atualidade da ordem jurídica, qual seja, que a experiência confira à norma, no longo curso da história, a substância de sua época. ...

17. Em face de tais razões, ora também adotadas, somos pela rejeição da Emenda sob análise.

18. As Emendas nºs. 19 e 20-PLN propõem alterar o art. 5º, cujo texto ficaria restrito à primeira parte: Somente a lei, observado o princípio da anterioridade (...), pode estabelecer a antecipação do prazo para recolhimento do tributo.

19. Os Autores da Emenda nº 19-PLEN alegam que, como assinala a Nota Técnica da Receita Federal, no que respeita às alterações que onerem, de qualquer forma, o contribuinte e às modificações de meios e modos operacionais de apuração de débitos fiscais, a proposta implica grave restrição ao adequado exercício da administração tributária; e que onerar de qualquer forma é demasiado abrangente. Além disso, que tal proposta aumentaria desnecessariamente os trabalhos do Congresso Nacional e burocratizaria ainda mais o serviço público com exigências despiciendas.

20. O Autor da Emenda nº 20-PLEN alega que estender o princípio da reserva legal à situações genéricas e indefinidas, como é a alteração de condições que, de qualquer forma, onerem o contribuinte, afigura-se despropósito, já que na cláusula legal cabe tudo e qualquer coisa. Também incidiria na crítica o restante da norma, ao estabelecer a exigência de lei para questões de natureza puramente operacional, o que impediria a agilidade e celeridade da atuação da administração tributária.

21. Ora, no citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 90):

7. Art. 5º Alega-se que “a exigência de lei para tratar de temas de caráter exclusivamente operacional retirará a necessária celeridade nas ações da autoridade fiscal”.

Ora, o quanto põe a norma é o princípio constitucional da legalidade – art. 5º, II, c/c art. 37, **caput**, construído sem medo.

Admitir-se-á que o Estado elimine direitos – ou os construa restritivamente em razão da carga de trabalho dos servidores do próprio Estado? É do Estado o ônus de bem se aparelhar dos meios necessários para acolher eficaz e expansivamente as garantias constitucionais da cidadania.

22. Em face de tais razões, aqui também adotadas, somos pela rejeição das Emendas nºs 19 e 20-PLEN.

23. A Emenda nº 22-PLEN propõe aperfeiçoamento formal à redação do art. 10 do Projeto e acrescenta-lhe dois parágrafos explicitando quando a Administração Fazendária fornecerá certidão positiva, com efeitos negativos, ou então, certidão negativa. Alega-se que, consoante manifestação da Receita Federal em Nota Técnica, a prevalecer a redação original, o Fisco não terá mecanismos para minimizar a

inadimplência fiscal, o que fará crescer ainda mais a elisão tributária.

24. Essa Emenda, sem ferir o direito de petição aos poderes públicos, assegurado no art. 5º inciso XXXIV, da Constituição, acresce ao art. 10 do Projeto duas explicitações que não o condicionam ou restringem, mas que melhor esclarecem as circunstâncias legais.

25. Por tal motivo, somos pelo acolhimento dessa Emenda, mantida a redação por ela proposta para o **caput** do art. 10 do Projeto – a qual se coaduna com a Emenda nº 5-CCJ, ao suprimir a remissão ao dispositivo constitucional –, e modificados os dois parágrafos propostos, mediante subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator.

26. A Emenda nº 26-PLEN propõe a supressão do art. 15 do Projeto, sob a dupla alegação de que há contradição com a motivação básica invocada na justificação, quanto à relação de igualdade jurídica do contribuinte com o Fisco, e de que a questão já estaria resolvida pelo art. 27 da Lei nº 9.868, de 11 de novembro de 1999.

27. Também a Nota Técnica da Receita Federal havia se manifestado contrária a esse art. 15, porquanto, a seu ver, a norma é um estímulo às demandas judiciais, aproveitando normalmente, àqueles de maior poder econômico, razão por que a solução adequada para a situação é a constante do art. 100 do CTN (cf. fl. 79).

28. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 91):

10. Art. 15. Discorda a Nota sobre o efeito da declaração de inconstitucionalidade.

O tema está claramente exposto na justificativa do projeto, para a qual se pede a leitura. Tenha-se presente que, após a redação do projeto, adveio a Lei nº 9.868/99 (**sic**), em cujo art. 27 adota-se o mesmo princípio de justiça constitucional.

Anote-se apenas que, neste passo, cuida-se de conferir estabilidade ao negócio jurídico acabado – nos termos da Constituição –, ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido dele decorrente.

29. Por tais razões, ora ratificadas, somos pela rejeição dessa emenda sob análise.

30. A Emenda nº 27-PLEN propõe a supressão integral do art. 16 do projeto, sob a alegação de que,

ao restringir a desconsideração da personalidade jurídica à decisão judicial, o dispositivo representa uma limitação totalmente injustificada – e injusta – à ação da autoridade tributária, além de tornar o procedimento extremamente moroso.

31. Crítica semelhante havia sido formulada pela Secretaria da Receita Federal na mencionada Nota Técnica encaminhada à CAE. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 92):

11. Art. 16. Afirma a Nota que o artigo “configura limitação injustificada da ação da autoridade fiscal” ao conferir competência exclusiva ao Judiciário para desconsideração da personalidade jurídica.

A afirmação desconhece completamente o regime legal da matéria. Primeiro, porque o art. 16 do projeto está quase idêntico ao art. 28 do Código de Defesa do Consumidor.

Segundo, porque já no Código Civil a demanda pela nulidade de atos simulados sempre foi de natureza judicial (arts. 102 e 105).

Terceiro, porque o Código Tributário Nacional, de um lado, permite seja o lançamento efetuado e revisto de ofício nas hipóteses de fraude, dolo ou simulação, e de outro, não admite flua a decadência nessas mesmas hipóteses (art. 149, VII, e art. 150, § 4º).

32. Por tais razões, ora ratificadas, somos pela rejeição dessa emenda sob análise.

33. A Emenda nº 28-PLEN, outrossim, é direcionada ao referido art. 16, mas apenas para aperfeiçoar-lhe a redação do **caput** e do § 1º.

34. São de reconhecer a escorreita forma redacional oferecida aos dispositivos emendados e a bem fundamentada justificativa, que discorre sobre as raízes e a consolidação da teoria da desconsideração (**Disregard Theory**), no direito alienígena de vários países.

35. Entretanto, preferimos manter a redação original do Projeto, razão por que somos pela rejeição dessa emenda sob análise.

36. A Emenda nº 31-PLEN visa a modificar a redação do art. 26 do projeto, acrescentando-lhe, ao final, a expressão: “se estiver judicialmente suspensa a exigibilidade do crédito tributário”.

37. Seus autores, segundo a justificação, buscam afastar dúvida de inconstitucionalidade nesse dispositivo, também objeto de advertência da Secretaria da Receita Federal na Nota Técnica enviada à CAE. Daí proporem condicionar-se a fruição de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, bem assim o acesso a linhas oficiais de crédito e a participação em licitações, na pendência de processo administrativo ou judicial, à suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Assim, ficaria a norma compatibilizada com o § 3º do art. 195 da Constituição.

38. Concordando com tais razões, somos pelo acolhimento dessa emenda, na forma de subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator.

39. Outrossim, a Emenda nº 32-PLEN visa a modificar a redação do art. 26 do projeto, sob a justificação de que, por ser excessivamente genérica, a expressão “processo pendente” deve ter seu alcance limitado às situações em que o processo acarreta a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

40. À vista da conclusão pelo acolhimento da Emenda nº 31-PLEN na forma de subemenda, resulta o acolhimento parcial da presente.

41. A Emenda nº 33-PLEN propõe a supressão do art. 28, **caput** e parágrafo único, sob a alegação de, em síntese, não atender ao interesse público e, no caso, sequer representar vantagem efetiva para o contribuinte.

42. Crítica semelhante havia sido formulada pela Secretaria da Receita Federal na mencionada Nota Técnica encaminhada à CAE. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 92):

13. Art. (...) 28. Entende a Nota haver prejuízo para a Administração Pública com a extinção de mecanismos como (...) exigir-se a defesa prévia anterior à autuação.

Repise-se, ainda desta feita, a premissa do projeto: retirar da Constituição libertária e social de 1988 as consequências normativas positivas de índole infraconstitucional impostergáveis à eficácia da Constituição mesma.

Ora, se o catálogo dos direitos e garantias individuais, posto no art. 5º, dentre outros os incisos LVII, LV LIV e LII impõem, vale dizer, obrigam peremptoriamente, que a consciência jurídica e a norma positiva presumam sempre a não-culpabilidade do cidadão até o trânsito

em julgado de decisão de autoridade competente que observe o devido processo legal, a consequência inarredável será, imperiosamente, excluir do plano jurídico da relação sociedade civil – Estado qualquer norma ou procedimento que não contenham, inteiramente, a substância daqueles comandos legais.

43. Por tais razões, aqui ratificadas, somos pela rejeição dessa emenda sob análise.

44. Somos pelo acolhimento da Emenda nº 34-PLEN, que, no inciso III do art. 31 do projeto, visa a limitar os efeitos da omissão da Administração Fazendária, nas respostas às consultas, aos termos do art. 100 do Código Tributário Nacional. Parece-nos, entretanto, cabível Subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator, propondo que a expressão final ... observado o disposto no art. 100 da Lei nº 5.172/66, seja substituída pela seguinte: ... sem prejuízo do disposto no art. 100 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966).

45. Detivemo-nos especialmente no exame das Emendas nº 35 e 36-PLEN, a primeira pela supressão de todo o art. 43 do projeto, e a segunda pela modificação de seu **caput** – em sentido diametralmente oposto –, mantida a redação de ambos os parágrafos. Cuida o **caput** dessa norma, em sua primeira parte, do momento em que se legitima a propositura da ação penal contra o contribuinte pela prática de crime contra a ordem tributária, se somente após o encerramento do processo administrativo que comprove a irregularidade fiscal – como o quer o projeto –, ou se a qualquer momento no curso do processo administrativo-fiscal – conforme a Emenda nº 36-PLEN.

46. A justificativa da Emenda nº 36-PLEN funda-se em jurisprudência dos Egrégios Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Ocorre, no entanto, que os acórdãos registram veementes votos vencidos – a começar por aquele do Ministro Carlos Velloso, recente Presidente da Corte Constitucional. Divergem por igual os doutrinadores. Registre-se que um dos propósitos do projeto, explicitado em sua justificativa, é justamente o de promover uma leitura aberta da carta de direitos e garantias fundamentais, lançada no art. 5º da Constituição – todas cláusulas pétreas, donde sua opção por uma linha de interpretação que privilegia a sociedade libertária nas suas relações com o Estado. Não se pretendeu, a nosso juízo, tolher a eficácia da gerência estatal, mas, na verdade, torná-la mais acessível e mais atenta àqueles valores individuais plasmados na Constituição. A opção legislativa que agora compete ao Congresso Nacional – e somente a ele – é expungir do cenário da cidadania as disputas intelectuais de sede acadêmica ou judiciária, promovendo, destarte, mais segurança jurídica à sociedade civil.

47. Isto posto, não nos convencemos da argumentação da justificativa da Emenda nº 36-PLEN ao art. 43, quando nela se assevera que, se a condenação criminal ocorrer após decisão administrativa ou civil favorável ao contribuinte, terá este a revisão criminal para se redimir. Ora, é presumir demais em favor da Administração Fazendária: condenado em juízo penal pelo não pagamento de algo que mais tarde seu credor diz inexistir, ao contribuinte restará ser “réu” (no sentido material) uma segunda vez em sede revisional criminal! **Data venia**, é um absurdo que o estado democrático de direito não pode acolher.

48. O projeto, a nosso ver, bem situou a questão e o fez homenageando a premissa pétrea do art. 5º da Constituição – a presunção de não-culpabilidade (inciso LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória). No que veda o ajuizamento da ação penal, determina que a tramitação do processo administrativo suspende a fluência do prazo prescricional penal –, donde inexistir prejuízo algum à atuação do Ministério Público.

49. Em face do exposto, somos pela rejeição das Emendas nº 35 e 36-PLEN.

50. Por fim, as Emendas nºs 37 e 38-PLEN, oferecidas ao art. 50 do projeto, propõem, respectivamente, suprimi-lo por inteiro e modificá-lo mediante supressão do inciso I.

51. Esse artigo, no inciso I, pretende revogar o art. 193 do Código Tributário Nacional; e, no inciso II, vários dispositivos da Lei de Execuções Fiscais.

52. Quanto à Emenda nº 37-PLEN, a justificativa argumenta que o art. 193 do CTN deve ser mantido em nome do princípio da igualdade, porque os inadimplentes não concorrem em igualdade de condições com os demais licitantes, cumpridores de suas obrigações tributárias, uma vez que podem oferecer preços mais baratos. E que os artigos da Lei de Execuções Fiscais também devem ser mantidos em nome de outro princípio relevante, o da supremacia do interesse público sobre o privado, pois é essa posição de supremacia que justifica certas prerrogativas conferidas à Fazenda Pública em juízo, as quais o dispositivo pretende suprimir.

53. Quanto à Emenda nº 38-PLEN, a justificativa argumenta que torna-se necessário modificar a redação do art. 50 do projeto, a fim de suprimir-lhe o texto ora constante no inciso I, porque inquinado de vício patente de inconstitucionalidade material, à vista do que dispõe o § 3º do art. 195 da Constituição. E que essa inconstitucionalidade foi advertida pelo Senhor Secretário da Receita Federal, em Nota Técnica encaminhada à CAE, na qual sugeriu que a norma deveria restringir-se às hipóteses em que o processo implique suspensão da exigibilidade do crédito ou parcelam ento em dia.

54. Ora, no citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 94):

19. Art. 50, I – Não agrada ao Autor da Nota a revogação do art. 193 do Código Tributário Nacional.

O art. 193 veda a participação em concorrências públicas a quem não prove “quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre”.

O projeto protege o contribuinte que se vê obrigado a pagar para evitar sanções ou penas que ponham em risco seu objeto social.

Ademais disso, a Constituição Federal, nos dispositivos acima citados, impõe a observância do devido processo e a presunção de não-culpabilidade até decisão final da autoridade competente.

Por que, então, obrigar o contribuinte ir a Juízo obter liminar ou certidão de pendência judicial?

55. Recorde-se que, na justificação desse Projeto de Lei Complementar, logo em seu pórtico, afirmou-se que:

O projeto de “Código de Defesa do Contribuinte” abre a página de uma nova cidadania. Com ele o cidadão-contribuinte passa a ter uma relação de igualdade jurídica com o Fisco (...). Os deveres e os direitos são mútuos; nada se presume negativamente contra um ou outro; o quanto se decidir, a favor de um ou outro, será mediante expressa indicação dos fatos e motivada declinação do direito.

56. E, no último parágrafo, por sua vez:

28 – No Capítulo VII, em disposições finais, adaptam-se alguns dispositivos do Código Tributário Nacional e da Lei de Execuções Fiscais à filosofia deste projeto de lei (...).

57. Por tais razões, aqui ratificadas, somos pela rejeição de ambas as Emendas afinal analisadas.

58. Ao não acolhermos, por discordância de mérito, as demais Emendas apresentadas em Plenário (nºs 21, 23, 24, 25, 29 e 30-PLN), em que pesem os respeitáveis argumentos de seus eminentes Autores, reportamo-nos, no que couber, às razões acima transcritas, postas pelo grupo de trabalho dos redato-

res do anteprojeto, e, sobretudo, à própria filosofia inovadora do projeto, exposta em sua justificação.

59. Do exame do projeto, afigura-se de bom alvitre formular emenda retirada das sugestões da Secretaria da Receita Federal, constantes da referida Nota Técnica (cf. fl. 80 do processo). Trata-se de, no inciso VIII do art. 19 do projeto, ressaltar-se a hipótese de desembaraço aduaneiro, no que se assegura ao contribuinte prestar informações por escrito às autoridades fazendárias, em prazo não inferior a cinco dias.

60. Ademais concluímos, ainda, que deva ser suprimido o § 2º do art. 27, renumerado o § 1º para parágrafo único, a fim de afastar a contradição com o art. 33, e isto porque o parágrafo suprimido, ao excluir a ampla defesa e o duplo grau de deliberação no processo de consulta, entra em testilha com o referido art. 33, no qual melhor se dá eficácia aos princípios constitucionais que informam a proposição sob análise.

61. Por fim, em homenagem à melhor técnica legislativa preconizada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (cf. art. 9º), mediante emenda:

a) deve ser suprimido o atual art. 53 do projeto, por desnecessária a cláusula de revogação geral das disposições em contrário;

b) conseqüentemente, o atual art. 50, que trata da revogação expressa de normas legais, deve ser renumerado para art. 53, situando-se como o último do projeto; e

c) o atual art. 51 deve ser renumerado para art. 50, e o atual art. 51-A, introduzido pela Emenda nº 9-CAE, deve ser renumerado para art. 51.

III – Conclusão

62. Em face do exposto, nos termos do Regimento Interno (arts. 125; 133, I, II e V, c e § 5º; e 246, II, III e § 3º), é de concluir pela aprovação das Emendas nºs 22, 31 e 34-PLN, condicionada às Subemendas de redação adiante apresentadas; pela aprovação parcial da Emenda nº 32-PLN; pela rejeição das Emendas nºs 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 37 e 38-PLN; bem assim pelo oferecimento das Emendas nºs 39, 40 e 41-CCJ e das Subemendas adiante formuladas:

EMENDA Nº 39-CCJ

Acrescente-se, ao final do inciso VIII do art. 19 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, a seguinte expressão: “...salvo na hipótese de desembaraço aduaneiro”.

EMENDA Nº 40-CCJ

Suprima-se o § 2º do art. 27 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, e, em consequência, renumere-se o § 1º para parágrafo único.

EMENDA Nº 41-CCJ

Suprima-se o atual art. 53 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, e, em consequência, renumerem-se:

I – o atual art. 50 para art. 53;

II – o atual art. 51 para art. 50; e

III – o atual art. 51-A, introduzido pela Emenda nº 9-CAE, para art. 51.

SUBEMENDA 1-CCJ À EMENDA Nº 22-PLEN

Dê-se a seguinte redação aos §§ 1º e 2º do art. 10 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 22-PLEN:

Art. 10.

§ 1º Se o contribuinte estiver em débito com a Administração Fazendária, a certidão positiva será fornecida com efeitos negativos.

§ 2º Será fornecida certidão negativa quando o contribuinte estiver em dia com a Administração Fazendária, ou a exigibilidade da obrigação tributária estiver suspensa nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), e, ainda, nos casos em que a obrigação tributária estiver sendo parcelada e paga em dia.

SUBMENDA Nº 1-CCJ À EMENDA Nº 31-PLEN

Dê-se a seguinte redação ao art. 26 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 22-PLEN:

Art. 26. A pendência de processo administrativo ou judicial, em matéria tributária, não impedirá o contribuinte de fruir de benefícios e incentivos fiscais e financeiros, nem de ter acesso a linhas oficiais de crédito e de participar de licitações, desde que judicialmente suspensa a exigibilidade do crédito tributário.

SUBEMENDA Nº 1-CCJ À EMENDA Nº 34-PLEN

No inciso III do art. 31 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 34-PLEN, substitua-se a expressão final "...observado o disposto no art. 100 da Lei nº 5.172/66", pela seguinte: "...sem prejuízo do disposto no art. 100 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966)".

Sala da Comissão, 23 de maio de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Bello Parga**, Relator – **José Alencar** – **José Fogaça** – **José Agripino** – **Ademir Andrade** – **Leomar Quintanilha** – **Nilo Teixeira Campos** – **Álvaro Dias** – **Sebastião Rocha** – **Maria do Carmo Alves** – **João Alberto**.

PARECER Nº 757, DE 2001

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

1. O Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, ementado à epígrafe, de autoria do eminente Senador Jorge Bornhausen, foi examinado nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde, em 29 de fevereiro de 2000, obteve o Parecer nº 564, de 2000, que concluiu pela aprovação com as Emendas nºs 1 a 7-CCJ (*in Diário do Senado Federal*, de 3-6-00, págs. 11.468 a 11.472).

2. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em 30 de maio de 2000, foi objeto de apreciação pelo Parecer nº 565, de 2000, que concluiu pela aprovação com as Emendas nºs 8 a 14-CAE (*in Diário do Senado Federal*, de 3-6-00, págs. 11.474 a 11.479).

3. Ambos os Pareceres, que haviam sido relatados na CCJ e na CAE pelo preclaro Senador Edison Lobão, foram lidos em Plenário na sessão de 2 de junho de 2000.

4. De conformidade com o disposto nos arts. 235, II, d, e 277, **caput**, do Regimento Interno, ao projeto em tela foram oferecidas 22 emendas de Plenário, tendo a Presidência, em 13 de junho de 2000, encaminhado o processo às CCJ e CAE, para seu exame. Essas emendas foram assim apresentadas:

– pelos Senhores Senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy (ou vice-versa): nove (de nºs 17, 19, 21, 22, 25, 28, 31, 36 e 38-PLEN);

– pelo Senhor Senador Pedro Simon: treze (nºs 18, 20, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35 e 37-PLEN).

5. Na CCJ, em 15 de junho de 2000, o processo foi encaminhado ao Senador Edison Lobão, para relatar as Emendas nºs 18 (**sic**) a 38-PLEN, presumindo-se ter havido lapso na omissão da Emenda nº 17-PLEN.

6. Nesse ínterim, foi designado o presente Relator para as emendas de Plenário, em face do impedimento do eminente Senador Edison Lobão, que passou a integrar a Comissão Diretora, não mais prevalecendo o disposto no § 1º do art. 126, mas o § 1º do art. 77, ambos do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – Análise das Emendas

7. As emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar classificam-se da seguinte forma:

- supressivas, oito: nºs 18, 24, 26, 27, 29, 33, 35 e 37-PLEN;
- modificativas, catorze: nºs 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 30, 31, 32, 34, 36 e 38-PLEN.

8. Com referência ao dispositivo emendado, assim se distribuem:

Dispositivo	Emenda nº	Classificação	Senador(es) Autor(es)
Art. 1º, §§ 1º e 2º	17-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPPLY
Art. 2º e parágrafo único	18-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 5º	19-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPPLY
Art. 5º	20-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 8º	21-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUPPLY e JOSÉ EDUARDO DUTRA

Art. 10	22-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPPLY
Art. 12	23-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 14 e parágrafo único	24-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 14, <i>caput</i>	25-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUPPLY e JOSÉ EDUARDO DUTRA
Art. 15	26-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 16	27-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 16, <i>caput</i> e § 1º	28-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPPLY
Art. 17 e parágrafo único	29-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 24	30-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 26	31-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUPPLY e JOSÉ EDUARDO DUTRA
Art. 26	32-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 28 e parágrafo único	33-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 31, III	34-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 43 e §§ 1º e 2º	35-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 43 e §§ 1º e 2º	36-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPPLY
Art. 50 e incisos	37-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 50	38-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPPLY

9. As emendas, na sua quase totalidade, refletem a posição da Secretaria da Receita Federal, consoante Nota Técnica¹ enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, à qual respondeu, oportunamente, – em nota incorporada ao processo e transcrita no Parecer nº 565-CAE, de 2000, – o grupo de trabalho incumbido de redigir o anteprojeto², sob coordenação do Prof. Torquato Jardim, que veio a representar os contribuintes na audiência pública da 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 5 de abril de 2000 (cf. fls. 56 a 84 do processo).

10. Novo exame acurado das sugestões, de sorte a construir o consenso necessário entre os aplicadores do Direito, enseja o continuado aperfeiçoamento do projeto e recomenda o acolhimento daquelas emendas que se revelam compatíveis com a motivação da iniciativa, como expostas na justificação, rejeitadas as demais. Daí a análise a que se procede em seguida.

11. A Emenda nº 17-PLEN propõe a alteração dos §§ 1º e 2º do art. 1º do Projeto, sob a justificação de que o termo “Contribuinte” é utilizado no artigo em questão (..) em descompasso com o que determina o art. 121, I, do Código Tributário Nacional. A Emenda inspirar-se-ia na boa técnica do direito tributário e visaria incorporar sugestão da Receita Federal, maior conhecedora do tema, a qual, na Nota Técnica enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, afirma que o termo “contribuinte” é utilizado em sua acepção leiga, no Projeto, diferente, portanto, da juridicamente admitida no direito positivo.

12. No âmbito da CAE, esse argumento foi previamente contestado mediante a incorporação, ao Parecer nº 565, de 2000, da resposta dada à Nota Técnica da Receita Federal pelo referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto. Estes, os seus termos (cf. fls. 89 e 90):

1 A Nota Técnica com o posicionamento da Secretaria da Receita Federal acerca do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, foi encaminhada ao Presidente da CAE pelo Ofício SRF/GAB nº 07/99, de 9-5-2000, firmado pelo titular do Órgão (cf. fls. 75 a 84 do processo), em atendimento à solicitação contida no Of./CAE/70/00, de 26-4-00, de um relatório circunstanciado, contendo opiniões... (cf. fls. 66 e 67 do processo).

2 O grupo de trabalho que, a pedido do Senador Jorge Bornhausen, redigiu o anteprojeto de lei, foi integrado pelos justributaristas José Souto Maior Borges, Paulo de Barros Carvalho, Eduardo Bottallo, Roque Carrazza e Ricardo Lobo Torres, sob a coordenação do Professor Torquato Jardim, signatário dos comentários à Nota Técnica da Secretaria da Receita Federal (ver fls. 68 a 74 e 75 a 84, do processo).

5. (...) A observação peca não só pela indelicadeza profissional, como também por não perceber o conjunto das idéias-motor do projeto. Na verdade, os redatores tiveram em mira apenas expender conceito jurídico afastado das acepções econômicas, sociais e, especialmente, populares.

13. Em face de tais razões, ora também adotadas, somos pela rejeição da emenda sob análise.

14. A Emenda nº 18-PLEN propõe a supressão do art. 2º e seu parágrafo único, sob alegação de que a própria fundamentação da justificativa do Projeto indica seu propósito: ensejar as disputas, judiciais ou administrativas, em torno do que se entende por “tributo justo” ou “justa tributação”, conceito que (...), eminentemente subjetivo, se presta a controvérsias infundáveis.

15. Também a Nota Técnica da Receita Federal havia se manifestado contrária a esse art. 2º, porquanto, a seu ver, subordina a instituição e a majoração de tributos a condições de extrema subjetividade (...), aspecto a se evitar na formulação de normas jurídicas, especialmente quando tratam de matéria tributária (cf. fl. 77).

16. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, alinhadas pelo referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 90):

6. Art. 2º Qualificam-se os princípios da justiça tributária como de “extrema subjetividade”.

Também o Constituinte de 1988, ao consagrar o estado de direito democrático, com sede nas liberdades civis que dão forma e conteúdo ao Estado, escolheu cláusulas de “extrema subjetividade” (...)

As cláusulas abertas são a essência dos regimes de liberdade(...)

A cláusula aberta, ou “subjetiva”, enseja um dos primados centrais da estabilidade e atualidade da ordem jurídica, qual seja, que a experiência confira à norma, no longo curso da história, a substância de sua época.

17. Em face de tais razões, ora também adotadas, somos pela rejeição da emenda sob análise.

18. As Emendas nºs. 19 e 20-PLEN propõem alterar o art. 5º, cujo texto ficaria restrito à primeira parte: Somente a lei, observado o princípio da anterioridade (...), pode estabelecer a antecipação do prazo para recolhimento do tributo.

19. Os Autores da Emenda nº 19-PLEN alegam que, como assinala a Nota Técnica da Receita Federal, no que respeita às alterações que onerem, de qualquer forma, o contribuinte e às modificações de meios e modos operacionais de apuração de débitos fiscais, a proposta implica grave restrição ao adequado exercício da administração tributária; e que onerar de qualquer forma é demasiado abrangente. Além disso, que tal proposta aumentaria desnecessariamente os trabalhos do Congresso Nacional e burocratizaria ainda mais o serviço público com exigências despiciendas.

20. O Autor da Emenda nº 20-PLEN alega que estender o princípio da reserva legal a situações genéricas e indefinidas, como é a alteração de condições que, de qualquer forma, onerem o contribuinte, afigura-se despropósito, já que na cláusula legal cabe tudo e qualquer coisa. Também incidiria na crítica o restante da norma, ao estabelecer a exigência de lei para questões de natureza puramente operacional, o que impediria a agilidade e celeridade da atuação da administração tributária.

21. Ora, no citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 90):

7. Art. 5º Alega-se que “a exigência de lei para tratar de temas de caráter exclusivamente operacional retirará a necessária celeridade nas ações da autoridade fiscal”.

Ora, o quanto põe a norma é o princípio constitucional da legalidade – art. 5º, II, c/c art. 37, **caput**, construído sem medo.

Admitir-se-á que o Estado elimine direitos – ou os construa restritivamente em razão da carga de trabalho dos servidores do próprio Estado? É do Estado o ônus de bem se aparelhar dos meios necessários para acolher eficaz e expansivamente as garantias constitucionais da cidadania.

22. Em face de tais razões, aqui também adotadas, somos pela rejeição das Emendas nºs 19 e 20-PLEN.

23. A Emenda nº 22-PLEN propõe aperfeiçoamento formal à redação do art. 10 do Projeto e acrescenta-lhe dois parágrafos explicitando quando a Administração Fazendária fornecerá certidão positiva, com efeitos negativos, ou então, certidão negativa. Alega-se que, consoante manifestação da Receita Federal em Nota Técnica, a prevalecer a redação original, o Fisco não terá mecanismos para minimizar a

inadimplência fiscal, o que fará crescer ainda mais a elisão tributária.

24. Essa Emenda, sem ferir o direito de petição aos poderes públicos, assegurado no art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição, acresce ao art. 10 do Projeto duas explicitações que não o condicionam ou restringem, mas que melhor esclarecem as circunstâncias legais.

25. Por tal motivo, somos pelo acolhimento dessa Emenda, mantida a redação por ela proposta para o **caput** do art. 10 do Projeto – a qual se coaduna com a Emenda nº 5-CCJ, ao suprimir a remissão ao dispositivo constitucional —, e modificados os dois parágrafos propostos, mediante subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator.

26. A Emenda nº 26-PLEN propõe a supressão do art. 15 do Projeto, sob a dupla alegação de que há contradição com a motivação básica invocada na justificação, quanto à relação de igualdade jurídica do contribuinte com o Fisco, e de que a questão já estaria resolvida pelo art. 27 da Lei nº 9.868, de 11 de novembro de 1999.

27. Também a Nota Técnica da Receita Federal havia se manifestado contrária a esse art. 15, porquanto, a seu ver, a norma é um estímulo às demandas judiciais, aproveitando normalmente, àqueles de maior poder econômico, razão por que a solução adequada para a situação é a constante do art. 100 do CTN (cf. fl. 79).

28. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 91):

10. Art. 15. Discorda a Nota sobre o efeito da declaração de inconstitucionalidade.

O tema está claramente exposto na justificativa do projeto, para a qual se pede a leitura. Tenha-se presente que, após a redação do Projeto, adveio a Lei nº 9.968/99, (sic) em cujo art. 27 adota-se o mesmo princípio de justiça constitucional.

Anote-se apenas que, neste passo, cuida-se de conferir estabilidade ao negócio jurídico acabado – nos termos da Constituição –, ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido dele decorrente.

29. Por tais razões, ora ratificadas, som os pela rejeição dessa Emenda sob análise.

30. A Emenda nº 27-PLEN propõe a supressão integral do art. 16 do projeto, sob a alegação de que,

ao restringir a desconsideração da personalidade jurídica à decisão judicial, o dispositivo representa uma limitação totalmente injustificada – e injusta – à ação da autoridade tributária, além de tornar o procedimento extremamente moroso.

31. Crítica semelhante havia sido formulada pela Secretaria da Receita Federal na mencionada Nota Técnica encaminhada à CAE. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 92):

11. Art. 16. Afirma a Nota que o artigo “configura limitação injustificada da ação da autoridade fiscal” ao conferir competência exclusiva ao Judiciário para desconsideração da personalidade jurídica.

A afirmação desconhece completamente o regime legal da matéria. Primeiro, porque o art. 16 do projeto está quase idêntico ao art. 28 do Código de Defesa do Consumidor.

Segundo, porque já no Código Civil a demanda pela nulidade de atos simulados sempre foi de natureza judicial (arts. 102 e 105).

Terceiro, porque o Código Tributário Nacional, de um lado, permite seja o lançamento efetuado e revisto de ofício nas hipóteses de fraude, dolo ou simulação, e de outro, não admite flua a decadência nessas mesmas hipóteses (art. 149, VII, e art. 150, § 4º)

32. Por tais razões, ora ratificadas, somos pela rejeição dessa Emenda sob análise.

33. A Emenda nº 28-PLEN, outrossim, é direcionada ao referido art. 16, mas apenas para aperfeiçoar-lhe a redação do **caput** e do § 1º.

34. São de reconhecer a escorreita forma redacional oferecida aos dispositivos emendados e a bem fundamentada justificativa, que discorre sobre as raízes e a consolidação da teoria da desconsideração (Disregard Theory), no direito alienígena de vários países.

35. Entretanto, preferimos manter a redação original do projeto, razão por que somos pela rejeição dessa Emenda sob análise.

36. A Emenda nº 31-PLEN visa a modificar a redação do art. 26 do Projeto, acrescentando-lhe, ao final, a expressão: se estiver judicialmente suspensa a exigibilidade do crédito tributário.

37. Seus Autores, segundo a justificação, buscam afastar dúvida de inconstitucionalidade nesse

dispositivo, também objeto de advertência da Secretaria da Receita Federal na Nota Técnica enviada à CAE. Daí proporem condicionar-se a fruição de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, bem assim o acesso a linhas oficiais de crédito e a participação em licitações, na pendência de processo administrativo ou judicial, à suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Assim, ficaria a norma compatibilizada com o § 3º do art. 195 da Constituição.

38. Concordando com tais razões, somos pelo acolhimento dessa Emenda, na forma de Subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator.

39. Outrossim, a Emenda nº 32-PLEN visa a modificar a redação do art. 26 do Projeto, sob a justificação de que, por ser excessivamente genérica, a expressão “processo pendente” deve ter seu alcance limitado às situações em que o processo acarreta a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

40. À vista da conclusão pelo acolhimento da Emenda nº 31-PLEN na forma de Subemenda, resulta o acolhimento parcial da presente.

41. A Emenda nº 33-PLEN propõe a supressão do art. 28, **caput** e parágrafo único, sob a alegação de, em síntese, não atender ao interesse público e, no caso, sequer representar vantagem efetiva para o contribuinte.

42. Crítica semelhante havia sido formulada pela Secretaria da Receita Federal na mencionada Nota Técnica encaminhada à CAE. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl.92):

13. Art. (...) 28 – Entende a Nota haver prejuízo para a Administração Pública com a extinção de mecanismos como (...) exigir-se a defesa prévia anterior à autuação.

Repise-se, ainda desta feita, a premissa do Projeto: retirar da Constituição libertária e social de 1988 as consequências normativas positivas de índole infraconstitucional impostergáveis à eficácia da Constituição mesma.

Ora, se o catálogo dos direitos e garantias individuais, posto no art. 5º dentre outros os incisos LVII, LV, LIV e LII impõem, vale dizer, obrigam peremptoriamente, que a consciência jurídica e a norma positiva presumam sempre a não-culpabilidade do cidadão até o trânsito em julgado de decisão de autoridade competente que observe

o devido processo legal, a consequência inarredável será, imperiosamente, excluir do plano jurídico da relação sociedade civil – Estado qualquer norma ou procedimento que não contenham, inteiramente, a substância daqueles comandos legais.

43. Por tais razões, aqui ratificadas, somos pela rejeição dessa Emenda sob análise.

44. Somos pelo acolhimento da Emenda nº 34-PLEN, que, no inciso III do art. 31 do projeto, visa a limitar os efeitos da omissão da Administração Fazendária, nas respostas às consultas, aos termos do art. 100 do Código Tributário Nacional. Parece-nos, entretanto, cabível Subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator, propondo que a expressão final ... observado o disposto no art. 100 da Lei nº 5.172/66, seja substituída pela seguinte: sem prejuízo do disposto no art. 100 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966).

45. Detivemo-nos, especialmente, no exame das Emendas nºs 35 e 36-PLEN, a primeira pela supressão de todo o art. 43 do Projeto, e a segunda pela modificação de seu **caput** – em sentido diametralmente oposto –, mantida a redação de ambos os parágrafos. Cuida o **caput** dessa norma, em sua primeira parte, do momento em que se legitima a propositura da ação penal contra o contribuinte pela prática de crime contra a ordem tributária, se somente após o encerramento do processo administrativo que comprove a irregularidade fiscal – como o quer o Projeto –, ou se a qualquer momento no curso do processo administrativo-fiscal – conforme a Emenda nº 36-PLEN.

46. A justificativa da Emenda nº 36-PLEN funda-se em jurisprudência dos Egrégios Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Ocorre, no entanto, que os acórdãos registram veementes votos vencidos – a começar por aquele do Ministro Carlos Velloso, recente Presidente da Corte Constitucional. Divergem por igual os doutrinadores. Registre-se que um dos propósitos do Projeto, explicitado em sua justificação, é justamente o de promover uma leitura aberta da cada de direitos e garantias fundamentais, lançada no art. 5º da Constituição – todas cláusulas pétreas, donde sua opção por uma linha de interpretação que privilegia a sociedade libertária nas suas relações com o Estado. Não se pretendeu, a nosso juízo, tolher a eficácia da gerência estatal, mas, na verdade, torná-la mais acessível e mais atenta àqueles valores individuais plasmados na Constituição. A opção legislativa que, agora, compete ao Congresso Nacional – e somente a ele – é expungir do cenário da

cidadania as disputas intelectuais de sede acadêmica ou judiciária, promovendo, destarte, mais segurança jurídica à sociedade civil.

47. Isso posto, não nos convencemos da argumentação da justificativa da Emenda nº 36-PLEN ao art. 43, quando nela se assevera que, se a condenação criminal ocorrer após decisão administrativa ou civil favorável ao contribuinte, terá este a revisão criminal para se redimir. Ora, é presumir demais em favor da Administração Fazendária: condenado em juízo penal pelo não pagamento de algo que mais tarde seu credor diz inexistir, ao contribuinte restara ser “réu” (no sentido material) uma segunda vez em sede revisional criminal! **Data venia**, é um absurdo que o estado democrático de direito não pode acolher.

48. O Projeto, a nosso ver, bem situou a questão e o fez homenageando a premissa pétrea do art. 5º da Constituição – a presunção de não-culpabilidade (inciso LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória). No que veda o ajuizamento da ação penal, determina que a tramitação do processo administrativo suspende a fluência do prazo prescricional penal –, donde inexistir prejuízo algum à atuação do Ministério Público.

49. Em face do exposto, somos pela rejeição das Emendas nºs 35 e 36-PLEN.

50. Por fim, as Emendas nºs 37 e 38-PLEN, oferecidas ao art. 50 do Projeto, propõem, respectivamente, suprimi-lo por inteiro e modificá-lo mediante supressão do inciso I.

51. Esse artigo, no inciso I, pretende revogar o art. 193 do Código Tributário Nacional; e, no inciso II, vários dispositivos da Lei de Execuções Fiscais.

52. Quanto à Emenda nº 37-PLEN, a justificação argumenta que o art. 193 do CTN deve ser mantido em nome do princípio da igualdade, porque os inadimplentes não concorrem em igualdade de condições com os demais licitantes, cumpridores de suas obrigações tributárias, uma vez que podem oferecer preços mais baratos. E que os artigos da Lei de Execuções Fiscais, também, devem ser mantidos em nome de outro princípio relevante, o da supremacia do interesse público sobre o privado, pois é essa posição de supremacia que justifica certas prerrogativas conferidas à Fazenda Pública em juízo, as quais o dispositivo pretende suprimir.

53. Quanto à Emenda nº 38-PLEN, a justificação argumenta que torna-se necessário modificar a redação do art. 50 do Projeto, a fim de suprimir-lhe o texto ora constante no inciso I, porque inquinado de vício patente de inconstitucionalidade material, à vista do

que dispõe o § 3º do art. 195 da Constituição. E que essa inconstitucionalidade foi advertida pelo Senhor Secretário da Receita Federal, em Nota Técnica encaminhada à CAE, na qual sugeriu que a norma deveria restringir-se às hipóteses em que o processo implique suspensão da exigibilidade do crédito ou parcelamento em dia.

54. Ora, no citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 94):

19. Art. 50, I – Não agrada ao Autor da Nota a revogação do art. 193 do Código Tributário Nacional.

O art. 193 veda a participação em concorrências públicas a quem não prove “quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre”.

O projeto protege o contribuinte que se vê obrigado a pagar para evitar sanções ou penas que ponham em risco seu objeto social. Ademais disso, a Constituição Federal, nos dispositivos acima citados, impõe a observância do devido processo e a presunção de não-culpabilidade até decisão final da autoridade competente.

Por que, então, obrigar o contribuinte ir a Juízo obter liminar ou certidão de pendência judicial?

55. Recorde-se que, na justificação desse Projeto de Lei Complementar, logo em seu pórtico, afirmou-se que:

O projeto de “Código de Defesa do Contribuinte” abre a página de uma nova cidadania. Com ele o cidadão-contribuinte passa a ter um relação de igualdade jurídica com o Fisco (...). Os deveres e os direitos são mútuos; nada se presume negativamente contra um ou outro; o quanto se decidir, a favor de um ou outro, será mediante expressa indicação dos fatos e motivada declinação do direito.

56. E, no último parágrafo, por sua vez:

28 – No Capítulo VII em disposições finais, adaptam-se alguns dispositivos do Código Tributário Nacional e da Lei de Execuções Fiscais à filosofia deste projeto de lei (...).

57. Por tais razões, aqui ratificadas, somos pela rejeição de ambas as Emendas afinal analisadas.

58. Ao não acolhermos, por discordância de mérito, as demais Emendas apresentadas em Plenário (nºs 21, 23, 24, 25, 29 e 30-PLEN), em que pesem os respeitáveis argumentos de seus eminentes Autores, reportamo-nos, no que couber, às razões acima transcritas, postas pelo grupo de trabalho dos redatores do anteprojeto, e, sobretudo, à própria filosofia inovadora do Projeto, exposta em sua justificação.

59. Do exame do Projeto, afigura-se de bom alvitre formular emenda retirada das sugestões da Secretaria da Receita Federal, constantes da referida Nota Técnica (cf. fl. 80 do processo). Trata-se de, no inciso VIII do art. 19 do Projeto, ressaltar-se a hipótese de desembaraço aduaneiro, no que se assegura ao contribuinte prestar informações por escrito às autoridades fazendárias, em prazo não inferior a cinco dias.

60. Ademais concluímos, ainda, que deva ser suprimido o § 2º do art. 27, renumerado o § 1º para parágrafo único, a fim de afastar a contradição com o art. 33, e isto porque o parágrafo suprimido, ao excluir a ampla defesa e o duplo grau de deliberação no processo de consulta, entra em testilha com o referido art. 33, no qual melhor se dá eficácia aos princípios constitucionais que informam a proposição sob análise.

61. Por fim, em homenagem à melhor técnica legislativa preconizada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (cf. art. 9º), mediante emenda:

a) deve ser suprimido o atual art. 53 do Projeto, por desnecessária a cláusula de revogação geral das disposições em contrário;

b) conseqüentemente, o atual art. 50, que trata da revogação expressa de normas legais, deve ser renumerado para art. 53, situando-se como o último do Projeto; e

c) o atual art. 51 deve ser renumerado para art. 50, e o atual art. 51-A, introduzido pela Emenda nº 9-CAE, deve ser renumerado para art. 51.

III – Conclusão

62. Em face do exposto, nos termos do Regimento Interno (arts. 125; 133, 1, II e V, c e § 5º; e 246, II, III e § 3º) é de concluir pela aprovação das Emendas nºs. 22, 31 e 34-PLEN, condicionada às Subemendas de redação adiante apresentadas; pela aprovação parcial da Emenda nº 32-PLEN; pela rejeição das Emendas nºs. 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26,

27, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 37 e 38-PLEN; bem assim pelo oferecimento das Emendas nºs 39, 40 e 41-CCJ-CAE e das Subemendas adiante formuladas:

EMENDA Nº 39-CCJ-CAE

Acrescente-se, ao final do inciso VIII do art. 19 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, a seguinte expressão: ... salvo na hipótese de desembaraço aduaneiro.

EMENDA Nº 40-CCJ-CAE

Suprima-se o § 2º do art. 27 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, e, em consequência, renumere-se o § 1º para parágrafo único.

EMENDA Nº 41-CCJ-CAE

Suprima-se o atual art. 53 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, e, em consequência, renumerem-se:

I – o atual art. 50 para art. 53;

II – o atual art. 51 para art. 50; e

III – o atual art. 51-A, introduzido pela Emenda nº 9-CAE, para art. 51.

SUBEMENDA Nº 1-CCJ-CAE

À EMENDA Nº 22-PLEN

Dê-se a seguinte redação aos §§ 1º e 2º do art. 10 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 22-PLEN:

Art. 10.

§ 1º Se o contribuinte estiver em débito com a Administração Fazendária, a certidão positiva será fornecida com efeitos negativos.

§ 2º Será fornecida certidão negativa quando o contribuinte estiver em dia com a Administração Fazendária, ou a exigibilidade da obrigação tributária estiver suspensa nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), e, ainda, nos casos em que a obrigação tributária estiver sendo parcelada e paga em dia.

SUBEMENDA Nº 1-CCJ-CAE

À EMENDA Nº 31-PLEN

Dê-se a seguinte redação ao art. 26 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 22-PLEN:

Art. 26. A pendência de processo administrativo ou judicial, em matéria tributária, não impedirá o contribuinte de fruir de benefícios e incentivos fiscais e financeiros, nem de ter acesso a linhas oficiais de crédito e de participar de licitações, desde que judicialmente suspensa a exigibilidade do crédito tributário.

SUBEMENDA Nº 1–CCJ–CAE
À EMENDA Nº 34–PLEN

No inciso III do art. 31 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 34–PLEN, substitua-se a expressão final... observado o disposto no art. 100 da Lei nº 5.172/66, pela seguinte:... sem prejuízo do disposto no art. 100 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966).

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Bello Parga**, Relator – **Lúcio Coelho** – **Arlindo Porto** – **Pedro Simon** (vencido) – **Paulo Hartung** (vencido) – **Casildo Maldaner** (vencido) – **Pedro Paiva** – **José Agripino** – **Jorge Bornhausen** – **Romero Jucá** – **Paulo Souto** – **Heloísa Helena** (vencido) – **Freitas Neto** – **Jonas Pinheiro** – **Bernardo Cabral** – **Roberto Saturnino** (vencido) – **Eduardo Suplicy** (vencido).

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LII – não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

SEÇÃO III
Normas Complementares

Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:

I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II – as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;

III – as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV – os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

II – quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I – moratória;

II – o depósito do seu montante integral;

III – as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

(Inciso incluído pela Lcp nº 104, de 10-1-2001)

VI – o parcelamento. (Inciso incluído pela LCP nº 104, de 10-1-2001)

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações assessoriais dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüentes.

LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999

Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916(*)

Código Civil.

Art. 102. Haverá simulação nos atos jurídicos em geral:

I – quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas das a quem realmente se conferem, ou transmitem;

II – quando contiverem declaração, confissão, condição, ou cláusula não verdadeira;

III – quando os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

Art. 105. Poderão demandar a nulidade dos atos simulados, os terceiros lesados pela simulação, ou os representantes do Poder Público, a bem da lei, ou da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 32, de 2001, que autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República de Zâmbia, no valor equivalente a quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos, com previsão de redução do valor presente líquido, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do “Clube de Paris”, resultante de parecer lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Roberto Saturnino.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 447, DE 2001

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Minas e Energia o seguinte pedido de informações:

Com relação as tarifas praticadas pela Boa Vista Energia S/A – BOVESA, gostaríamos de contar com os seguintes esclarecimentos:

a) Qual o custo da energia gerada pela Boa Vista Energia S/A – BOVESA antes da interconexão com o sistema Macagua – Guri;

b) Qual o preço que a Bovesa pagará pela energia adquirida do sistema Macagua – Guri;

c) Quais as tarifas doméstica, comercial e industrial praticadas pela Bovesa para a energia gerada em suas unidades termelétricas;

d) Quais as tarifas que a Bovesa praticará para a distribuição da energia gerada pelo sistema Macagua – Guri.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, PFL – RR.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Roberto Saturnino.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 371/01

Brasília, 13 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados José Linhares, como titular, e Almerinda de Carvalho, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.206, de 10 de agosto de 2001, que “cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado saúde: !”Bolsa-Alimentação” e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 372/01

Brasília, 13 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Edmar Moreira, como titular, e João Leão, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.205, de 10 de agosto de 2001, que “institui medida para assegurar o funcionamento de serviços e atividades imprescindíveis à segurança pública”.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OF/BLOCO/Nº 35/01

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Giovanni Queiroz/PDT para representar este Bloco na Comissão Mista de Medida Provisória do Congresso Nacional, MP nº 2.157-4, que “Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superinten-

dência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM”, em substituição ao Deputado Miro Teixeira/PDT.

Na oportunidade, renovo nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**,
Líder do Bloco PDT/PPS.

OFÍCIO Nº 1.077-L-PFL/2001

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.205, de 10 de agosto de 2001, que “Institui medida para assegurar o funcionamento de serviços e atividades imprescindíveis à segurança pública”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Moroni Torgan

Deputado Francisco Rodrigues

Suplente:

Deputado Roberto Pessoa

Deputado José Rocha

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

OFÍCIO Nº 1.078-L-PFL/2001

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.206, de 10 de agosto de 2001, que “Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: ‘Bolsa-Alimentação’ e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Ursicino Queiroz

Deputada Celcita Pinheiro

Suplente:

Deputado Euler Ribeiro

Deputado Milton Barbosa

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

OF/GAB/I/Nº 520

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Hermes Parcianello e Norberto Teixeira passam a integrar, respectivamente, na qualidade de titular e suplente, a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 2.201-1, de 26 de julho de 2001, em substituição aos anteriormente designados.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nos termos regimentais, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª será atendido na prorrogação da Hora do Expediente, quando lhe será assegurada a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pela ordem.) – Também nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sem dúvida, Senador Roberto Requião, V. Exª será atendido na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Como primeiro orador inscrito, convido o Senador Mauro Miranda, do PMDB do Estado de Goiás, para ocupar a tribuna.

S. Exª terá vinte minutos para fazer o seu pronunciamento, que tenho certeza será extraordinário, sempre em defesa das causas mais justas do povo brasileiro.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa para enfatizar aquilo que todos nós já esperávamos quando aprovamos, por unanimidade, o projeto de lei que regulamentou o Estatuto da Cidade. De todas as regiões do País chegam-nos informações de que os administradores municipais estão se mobilizando por intermédio de seminários e cursos para melhor aplicar as ferramentas estipuladas pela nova lei. E a movimentação é realmente necessária e urgente em função de problemas históricos que afligem os grandes centros urbanos, entre os quais podemos destacar a ocupação de áreas públicas por famílias sem teto, muitas vezes estimuladas por invasores profissionais.

Permitam-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, citar aqui um fato que está ocorrendo em Goiânia, capital do meu querido Estado de Goiás, para exemplificar o quanto a aplicação do Estatuto da Cidade é importante para evitar certos impasses. Desde a madrugada da última segunda-feira, cerca de 200 famílias de sem-teto invadiram uma área do Estado situada no Jardim Primavera, região noroeste de Goiânia. O que se viu a partir desse momento foram informações desencontradas sobre a destinação daquele terreno: os invasores declaram que o mato toma conta da área pública, enquanto autoridades estaduais e municipais garantem existir no local uma lavoura comunitária.

Dados fornecidos pela Companhia de Obras e Habitação de Goiânia comprovam a importância do Estatuto da Cidade para que confrontos dessa natureza nem sequer venham a existir.

A área tomada pelas famílias é um loteamento irregular feito pelo Estado e não aprovado pela Prefeitura de Goiânia. O terreno, segundo assessores municipais, fazia parte da Fazenda São Domingos, que deu origem ao Bairro da Vitória, e foi originalmente destinado à construção de uma escola, uma creche e um centro de apoio ao idoso. Ainda de acordo com a Companhia de Obras, a regularização do bairro está em andamento na Secretaria de Planejamento do Estado, e a construção de equipamentos públicos vai beneficiar toda a população do Bairro da Vitória.

Enquanto autoridades e invasores negociam uma alternativa pacífica para o problema, torna-se evidente que o Estatuto da Cidade, caso estivesse em vigor na época da ocupação, dotaria a administração de Goiânia de instrumentos rígidos e legais para coordenar, por intermédio de seu Plano Diretor, a ocupa-

ção racional daquela área pertencente ao Estado e ainda acelerar a construção de equipamentos públicos no local.

Os Governos estaduais, assim como a União, precisam desenvolver suas políticas habitacionais para, pelo menos, tentar minimizar o déficit de seis milhões de moradias em todo o País. Nunca é demais lembrar que a atenção dispensada pelo Governo Federal à habitação tem sido inócua, pequena e, às vezes, ridícula. A Lei de Diretrizes Orçamentárias previa para 2002 a pequena meta de 16 mil casas construídas. Graças a uma emenda de nossa autoria, conseguimos mudar esse número para 128 mil casas em todo o País. Ainda é pouquíssimo, não resolve nem o problema de um bairro de São Paulo, mas pelo menos significou um avanço. No entanto, ainda temos muito trabalho.

Em Goiás, o atual Governo, durante a campanha eleitoral, prometeu construir 245 mil casas nos seus quatro anos de governo. Passados dois anos e meio, até agora o Governo do Estado não conseguiu construir nenhuma moradia.

Voltando ao Estatuto da Cidade – porque é muito importante levarmos em conta a possibilidade de se fazerem moradias também nas grandes cidades, onde os preços dos terrenos são aviltantes –, nós, cidadãos brasileiros, devemos respeitar e referendar, a todo custo, a autonomia conquistada pelos Municípios, com certeza o maior avanço proporcionado pela nova lei, idealizada para controlar de forma efetiva o ordenamento do solo urbano e dar aos imóveis a imprescindível destinação social. Considerando as despesas dos Municípios com as melhorias, como a infra-estrutura do asfalto, da energia, da água tratada, não é possível que as pessoas continuem guardando o seu lote para a especulação imobiliária.

Da mesma forma, independente da ingerência ou não de invasores profissionais, as famílias sem teto têm argumentos convincentes para reivindicar um terreno para construir a casa própria. Em Goiânia, o desempregado Rubens Araújo Tavares, de 30 anos, alega não dispor de dinheiro para o aluguel. Baronita Vieira, de 39 anos, diz ter oito filhos, todos morando de favor na casa da sogra. O que eles não aceitam, apesar de ser o procedimento correto nesses casos, é aguardar a vez na relação de cadastrados pelo Poder Público estadual em programas de habitação. Segundo estimativas, somente em Goiânia esse número é de sete mil inscritos.

Outro exemplo da necessidade urgente da aplicação do Estatuto da Cidade ocorreu bem próximo

daqui, no Setor de Indústria de Ceilândia. Cerca de 300 famílias foram retiradas à força de uma área invadida pela Polícia Militar. Os ocupantes exigiam lotes do Governo do Distrito Federal para deixar o terreno. Mesmo após deixarem o local, as famílias já prometiam invadir outra área se o GDF não vier a atender as suas reivindicações. Como se vê, o estrangulamento é total e somente um novo direcionamento da ocupação do solo poderá amenizar esse drama de milhares de pessoas que vivem no Distrito Federal e nas grandes cidades do País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, diante dos fatos aqui citados, tão comuns nos grandes centros urbanos brasileiros, resta-nos a fundamental tarefa pública de disseminar aos quatro cantos os avanços contidos no Estatuto da Cidade e cobrar "coragem e arrojo" das autoridades municipais para executá-los o mais rápido possível. Quantas invasões poderão ser evitadas a partir da utilização das ferramentas da nova lei do Estatuto da Cidade? Para citar apenas mais dois exemplos de meu Estado, há sinais claros de que as administrações de Goiânia e Anápolis deverão incluir o IPTU Progressivo em seus Planos Diretores a partir do próximo ano.

E como para toda ação há uma reação, encerro aqui minhas palavras, destacando a opinião da leitora Elisamara Gomes de Oliveira, moradora do Município de Aparecida de Goiânia. Por intermédio de uma carta publicada em um dos jornais diários da capital, ela frisou que a simples sanção do Estatuto da Cidade já provocou uma "movimentação em alguns lotes do Jardim Bela Vista e Santa Luzia". Segundo Elisamara, os terrenos tornaram-se referência de especulação imobiliária nesses bairros e os seus proprietários, de uma hora para outra, resolveram agir.

Sr^{as} e Srs. Senadores, usando do otimismo que sempre me acompanha, espero que outros milhares de especuladores em todo o País sigam o mesmo caminho. Somente assim, poderemos proporcionar justiça social e moradia digna a milhões de brasileiros que aguardam, de nós, autoridades, políticos, administradores municipais, governos estaduais, um verdadeiro mutirão em favor da moradia no Brasil.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Concede-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Com todo o prazer, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Mauro Miranda, mais uma vez V. Ex^a vem à tribuna em prol daqueles que precisam de um teto, daqueles que têm o direito de, pelo menos, não ficar ao re-

lento, do pai de família que necessita ter um local para viver com a mulher e os filhos, por mais modesto ou menor que seja. Todos têm direito a um teto. V. Ex^a tem sido, nesta Casa, o precursor dessa luta em prol dessa garantia mínima na legislação brasileira. Cada cidadão tem o direito a ter um teto para se proteger da chuva, do sol, do frio, enfim, o direito de ter um ambiente para se acalorar, para viver, para formar os filhos. Mais uma vez V. Ex^a volta à tribuna para mexer com o Brasil, para dizer que temos que lutar por essa causa. Eu o estava escutando pela **Rádio Senado** e esforcei-me para chegar a tempo de apartear-lo, a fim de homenageá-lo e solidarizar-me com o seu pronunciamento. V. Ex^a afirmou que o atual Governo de Goiás prometeu, durante a campanha eleitoral, 245 mil casas e já está governando há dois anos e meio e não cumpriu sua promessa. De acordo com a nova Lei de Responsabilidade Fiscal, os governos que aí estão precisam começar a se preparar para limpar as gavetas, deixar em dia as administrações a fim de entregá-las para os seus sucessores. Segundo V. Ex^a, este é o terceiro ano do Governo de Goiás e nada ainda foi feito com relação ao problema da moradia. O povo acreditou na palavra do candidato e o elegeu. Entretanto, aquela expectativa, aquela esperança de milhares de pessoas de ter uma casa própria não se concretizou. Aliás, Senador Mauro Miranda, isso não acontece só em seu Estado. Em Santa Catarina, nem se lembram de oferecer uma casa aos que precisam. Essa preocupação nem ao menos consta do programa do Governo, com exceção da ilha, onde fica a sede, a capital. O Governador tornou-se um assessor da Prefeita, não sei se é pelo fato dela ser sua esposa, porém, o resto do Estado ficou abandonado. O único programa realizado no interior do Estado foi o de reflorestamento nos campos de eucaliptos, nas pequenas propriedades, pelo atual Secretário da Agricultura – aliás, uma atitude louvável! Mas não sei se, por azar ou o quê, no ano passado ocorreu uma geada tão forte em Santa Catarina que acabou com quase todo o reflorestamento. Este ano, estamos torcendo para que as formigas não comam o resto. Porém, com relação à habitação para a comunidade carente, a situação é a mesma que a de Goiás. Quando ouvi V. Ex^a clamar da tribuna que precisamos acordar para esse problema, que precisamos interiorizar o desenvolvimento, levá-lo aos pequenos bairros, dar às pessoas o direito de ali viverem e se estabelecerem, fiquei com vontade de apartear-lo. Como disse antes, V. Ex^a é o precursor desse direito mínimo no Brasil, de permitir que a sociedade brasileira tenha onde morar,

porque, se tiver onde morar, não precisará pagar aluguel. Para quem ganha três, quatro salários mínimos, é uma preocupação a menos não precisar arrumar R\$200,00, R\$250,00 por mês para pagar aluguel. E ainda precisa arranjar avalista! Isso é duro! V. Ex^a está tratando de um assunto para o qual o Brasil inteiro está atento, porque trata-se de uma questão social. Por isso, Senador Mauro Miranda, tentei chegar em tempo de apartear-lo, a fim de hipotecar total solidariedade ao pronunciamento que V. Ex^a está realizando no dia de hoje.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Senador Casildo, agradeço profundamente o aparte de V. Ex^a, que enriquece muito o meu pronunciamento ao dar o testemunho do seu Estado em favor também da moradia e da organização das grandes cidades.

Nosso Partido, o PMDB, neste momento em que está organizando a estrutura partidária, a nova chapa para presidência do Partido, que deverá administrar as eleições de 2002 – já que vamos ter candidato à Presidência da República –, precisa ter a habitação como uma de suas principais bandeiras. Temos de pensar muito nisso, porque 82% da população brasileira, hoje, mora nas cidades. E percebo que o nosso discurso, o discurso do PMDB, está um pouco defasado. Às vezes, falamos muito no problema do campo, em outras áreas importantes como a saúde, a segurança pública, e deixamos um pouco de lado essa organização dos centros urbanos, das grandes metrópoles, com vista a melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Então, nesta hora em que agradeço o seu aparte, insisto para que o Governo Federal também defina uma política habitacional concreta, séria, para, a longo prazo, resolver essa grande dívida social que temos para com todos os brasileiros, especialmente os mais pobres, os que mais precisam.

Imaginem o sofrimento dessas pessoas no Sul, onde o inverno é tão rigoroso, que não têm onde morar, que não têm agasalho, não têm um canto para se recolher à noite. Portanto, essa luta é de todos nós.

Tenho certeza, Senador Casildo Maldaner, de que V. Ex^a, com esse entusiasmo, com essa vibração, com essa preocupação social que tem demonstrado possuir nesta Casa durante todo o período em que aqui está, será um grande aliado nessa luta em favor de mais moradias no Brasil e de melhor qualidade de vida nas cidades.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Mauro Miranda, permite-me V. Ex^a um novo aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Mauro Miranda, peço este aparte apenas para registrar a presença, na tribuna de honra, do Prefeito, do Presidente da Câmara e de alguns Vereadores da cidade de Timbé do Sul, que fica na encosta dos Aparados da Serra, no extremo sul de Santa Catarina. Muito obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por permuta com o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recordo-me de como foi dura a luta travada pelo Congresso Nacional para aprovar uma proposta de emenda constitucional que desse suporte financeiro permanente e definitivo ao setor da Saúde.

Depois de sete anos de uma luta incontestavelmente justa no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, conseguimos aprovar a PEC nº 29, que prevê recursos certos e determinados a serem direcionados ao setor Saúde pela União, Estados e Municípios.

Direcionados de forma correta esses recursos para o setor Saúde, serão resolvidos muitos problemas graves por esse Brasil afora, os quais atingem principalmente as camadas mais pobres da população. Serão beneficiadas pessoas que não dispõem de recursos para o pagamento do seguro saúde, que se utilizam do SUS para serem atendidas nos hospitais e postos de saúde e que, assim, poderão vir a ter o direito mínimo à cidadania e não morrerão, como muitos já morreram e continuam a morrer, na porta dos hospitais, por falta de recursos adequados para o setor.

Como eu já disse, a proposta de emenda aprovada obriga a União a transferir recursos financeiros até o ano de 2004. E esse repasse está previsto na Constituição da seguinte forma: no ano de 2000, o que foi empenhado no ano de 1999 mais 5% da variação do PIB.

Mas, Sr. Presidente, o Governo Federal está divergindo internamente sobre a aplicação dessa

emenda constitucional. Existem três pareceres que mostram essa divergência: o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o da Advocacia-Geral da União e o do Ministério da Saúde. O parecer da AGU converge com o da Procuradoria-Geral da Fazenda, mas o Ministério da Saúde não se conforma em absoluto. Já existe até uma comunicação feita ao próprio Presidente da República em que o Ministério da Saúde demonstra a sua inconformidade com o desvio que o Governo Federal quer impor em relação a essa emenda constitucional.

A controvérsia jurídica refere-se à interpretação do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000, que diz:

Art. 7º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 77:

Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos serão equivalentes:

I – No caso da União:

a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999, acrescido de, no mínimo, cinco por cento.

b) do ano de 2001 até o ano de 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB.

Ora, pela interpretação dada pela Advocacia-Geral da União, deve ser o montante empenhado nessas ações e nesses exercícios públicos no exercício financeiro de 1999, acrescido de, no mínimo, 5%, corrigido cumulativamente pela variação nominal do Produto Interno Bruto.

Sobre o assunto, convém reforçar que se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 201, de 16 de maio de 2001, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, e vale a sua transcrição:

Art. 2º A União destinará ao financiamento das ações e serviços de saúde:

I – até o exercício financeiro de 2004, no mínimo, o montante empenhado no exercício financeiro anterior, corrigido pela variação nominal do PIB.

O que o Governo Federal entende, por meio da Advocacia-Geral da União e do próprio Ministério da Fazenda, é que os recursos que serão destinados à

Saúde terão por base o cálculo feito no ano de 1999 para o ano de 2000. Já o Ministério da Saúde tem uma outra interpretação, que é a real, a aprovada no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, qual seja: a cada ano, haverá um acréscimo de, no mínimo, 5%, até o ano de 2004, da variação do PIB. Enquanto isso, o Governo Federal considera que esse cálculo da variação do PIB só deve ocorrer tomando-se por base o ano de 1999.

Com essa interpretação, em resumo, Sr. Presidente, quais são os prejuízos dela decorrentes para o setor Saúde? No ano de 2001, a Saúde vai perder R\$1,216 bilhão, a continuar essa interpretação; no ano de 2002, vai perder R\$1,329 bilhão; no ano de 2003, vai perder R\$1,439 bilhão; e, no ano de 2004, segundo quer o Ministro da Fazenda, a Saúde vai perder R\$1,557 bilhão. Nesses anos todos, de 2001 até 2004, haveria uma perda considerável, acumulada em R\$ 5,541 bilhões.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Ouço-o com muito prazer, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Estou escutando, ao mesmo tempo admirado e estarecido, essas revelações que V. Exª nos traz. O Senado, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional aprovaram a emenda dos recursos da Saúde certos de que esses dispositivos seriam respeitados na sua integridade. O que o Congresso Nacional quer é exatamente que não falem recursos para essa destinação social tão importante. V. Exª nos traz agora a revelação de que, por meio de interpretações capciosas, o Governo Federal pretende cortar – mais do que já tem cortado – os gastos na área da Saúde. Os Ministros Pedro Malan e Martus Tavares estiveram aqui outro dia, assegurando que não serão feitos cortes sobre a área social e que não há compromisso com o FMI. Contudo, todos estamos vendo – e estamos cansados de saber – que há, sim, compromissos na formação do superávit primário e que, para esse fim, é preciso cortar, inclusive, gastos na área social. V. Exª nos está mostrando que o Governo encontrou atalhos jurídicos para exercer essa sua vontade política, que é cortar os gastos de saúde, contrariando a vontade do Congresso Nacional e da Nação brasileira, que é precisamente a de que não haja carência maior de recursos para o atendimento nesses casos. V. Exª tem sido um batalhador incansável nessa questão da saúde e agora, mais uma vez, dá mostras de sua aplicação,

persistência e tenacidade em buscar a melhoria do quadro de saúde da população brasileira. Quero cumprimentá-lo pelo discurso e declarar minha perplexidade com mais essa manobra que V. Ex^a denuncia, com muita propriedade, dessa tribuna. Meus parabéns!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Roberto Saturnino, agradeço a V. Ex^a.

Mais uma vez, lembro que não é de agora essa má vontade do Ministério da Fazenda para com o setor da Saúde. Os jornais insinuam que isso surgiu em decorrência de uma disputa intestina pelo poder no Governo Federal. Sabe-se que o Ministro Pedro Malan alimenta a possibilidade de ser candidato a Presidente da República, sucedendo a Fernando Henrique Cardoso. O mesmo ocorre com José Serra, Ministro da Saúde, que é um candidato em potencial a Presidente da República. O que se lê nos jornais é que o Ministério da Fazenda quer esvaziar completamente o Ministério da Saúde por causa dessa disputa política. Mas o que tem a ver o povo brasileiro com essas ambições? O povo brasileiro tem todo o direito de obter os benefícios da arrecadação, do esforço do Brasil, para que todos os segmentos do Governo sejam beneficiados com essa arrecadação, principalmente no setor da Saúde.

Eu disse que não é de agora essa má vontade. Quando foi aprovada aqui a CPMF, quando essa contribuição vigorou por um ano destinada apenas à Saúde – foi a única vez em que apoiei a CPMF –, ficou estabelecido que o Governo Federal iria utilizar os recursos provenientes da CPMF para reforçar o sistema de saúde do Brasil, sem tirar nada daquilo que já vinha sendo aplicado nos anos anteriores. Mas só foi entrar em vigor a CPMF por um lado, e o Governo retirou o que aplicava no setor Saúde nos anos anteriores. Ou seja, a CPMF, em vez de se prestar a ser um recurso apenas adicional para o setor da Saúde, passou a ser o recurso principal, porque o Governo Federal sonhou para esse setor os recursos orçamentários que vinha transferindo todos os anos. Isso representou uma perda enorme. No primeiro ano da aplicação da CPMF, a perda foi de mais de R\$1 bilhão.

Então, não é de agora que o Governo Federal, lamentavelmente, vem demonstrando enorme má vontade para com o setor da Saúde.

E quais os prejuízos, além dos financeiros, que estão sendo gerados para o setor Saúde? Por exemplo, existem determinados programas no Ministério da Saúde que estão parados ou deixaram de funcionar justamente porque o Governo Federal não transfere os recursos constitucionais, obrigatórios.

Por exemplo, no levantamento feito pelo **Correio Braziliense**, para o programa Saúde da Família, a previsão era de R\$2,5 bilhões para este ano, mas nada foi liberado. Para assistência à pessoa portadora de deficiência, a previsão de liberação era de R\$2,1 bilhões, e nada foi liberado. Para saúde mental, a previsão era de R\$2,8 bilhões, mas nada foi liberado. Para saneamento básico, a previsão era de R\$1,8 bilhão – previsão é aquilo que está no Orçamento, que aprovamos aqui –, e o que foi liberado e aplicado foi o percentual de 0,46%, não chegando nem a 0,5% do previsto no Orçamento. Para prevenção e controle de doenças, a previsão orçamentária era de R\$2,8 bilhões, mas foram liberados R\$122 mil, ou seja, 2% daquilo que foi previsto. Para qualidade do sangue, a previsão era de R\$37 milhões, mas foram liberados somente R\$426 mil, ou seja, 1,13%. Para implantação do cartão do SUS, a previsão era de R\$39 milhões, mas nada foi liberado. Para tratamento da hanseníase e de outras dermatoses, a previsão era de R\$810 mil, mas nada foi liberado.

Qual foi a fonte que o **Correio Braziliense** buscou para divulgar esses dados? O Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi, da União. Ou seja, um órgão do próprio Governo Federal divulgou esses dados na Internet – todos podem ter acesso – até 3 de agosto deste ano.

Portanto, Sr. Presidente, alguma providência precisa ser tomada – não só no campo jurídico –, para que a Constituição seja respeitada, para que aquilo que aprovamos seja realmente aplicado. E a União deve considerar o Congresso Nacional, interpretando realmente o que ele deseja. Quem é a Advocacia-Geral da União para fazer uma interpretação danosa aos destinos da saúde do povo brasileiro? Quem é o próprio Ministério da Fazenda para interpretar a nossa vontade? Qual foi a nossa vontade? A nossa vontade foi a de que, a cada ano, fosse empenhado e direcionado para a Saúde um repasse igual ao previsto na Constituição, ou seja, que houvesse o repasse daquilo que foi empenhado no ano anterior – no ano de 2001, aquilo que foi empenhado no ano de 2000; no ano de 2002, aquilo que foi empenhado no ano de 2001, e assim por diante até o ano de 2004 – e que houvesse, no mínimo, 5% da variação do PIB.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Concedo um aparte ao nobre Senador por Tocantins.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Eminentíssimo Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª faz um alerta muito importante sobre a dificuldade da execução orçamentária na área da saúde. Quero, aqui, dar o meu testemunho do esforço ingente de V. Exª e do então Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, para aprovarem, nesta Casa, a PEC que criava a CPMF. Na primeira vez, eminentíssimo Senador, tive oportunidade de ocupar a tribuna e dizer que o meu voto não seria favorável à PEC da Saúde, porque os recursos obtidos com a sua aprovação não iriam apenas para a saúde e jamais seriam provisórios. Parece-me que acertei em cheio. Os recursos da CPMF, que seriam destinados exclusivamente para a saúde, foram desviados para outras atividades, e hoje sabemos que esses recursos estão sendo eternizados. Creio que esse é um imposto que nunca mais vai acabar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Embora a sua vigência fosse de apenas um ano, Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Exatamente! Era apenas de um ano. E sempre se está aumentando a alíquota desse imposto. Portanto, eu gostaria de congratular-me com V. Exª e de me associar às suas preocupações sobre a falta de liberação dos recursos para a saúde. V. Exª sabe que o Congresso Nacional tem sido zeloso com essa questão. Nas últimas análises da Lei de Diretrizes Orçamentárias, definimos que o Governo Federal jamais gastaria, no exercício seguinte, menos do que tivesse gastado com a área da saúde no exercício que finda. Porém, estamos verificando que isso não está sendo cumprido. Portanto, V. Exª tem toda razão quando apela a entidades para que tomem as providências necessárias para que o povo brasileiro não fique desprovido dos recursos da saúde, conforme estabelece a Constituição Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Carlos Patrocínio, V. Exª é um dos grandes defensores da saúde. Sabemos que V. Exª é médico e é um dos Senadores mais interessados em que esse sistema seja equilibrado e que se faça justiça à cidadania brasileira.

Quero crer que o Governo Federal está agindo dessa forma porque é uma exigência a mais do FMI o aumento do chamado superávit primário de 30% para 35%. Assim, há que tirar recursos daqui e dali. Resolveram, então, tirar da saúde este ano um bilhão e duzentos e dezesseis milhões. Até o exercício de 2004, a perda acumulada será de cinco bilhões, quinhentos e quarenta e um milhões.

Esse dinheiro não irá para a saúde, e sim para o estoque de pagamento da dívida externa do Brasil. Quer dizer, estamos prejudicando a grande prioridade, que deveria ser o social, para atender às exigências do capital internacional.

Sr. Presidente, vamos apresentar, em razão dos fatos aqui argüidos, três requerimentos: um, convocando, para a Comissão de Assuntos Sociais, o Ministro da Saúde, José Serra, que discorda abertamente dessa interpretação do Ministério da Fazenda. S. Exª virá ao Senado Federal mostrar as providências que está tomando contra esse desvio, imposto pelo Governo Federal a mando do Fundo Monetário Internacional. E mais dois requerimentos. Um outro requerimento, de informações, será para o Ministro da Fazenda, e outro para o Ministro da Saúde, nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, § 2º, combinado com o art. 116, do Regimento Interno do Senado, sejam prestadas, pelos Exmºs Srs. Ministros da Saúde e também da Fazenda, as seguintes informações:

1 – valor efetivamente liberado, até esta data, em relação ao estabelecido no Orçamento da Seguridade Social, para o Ministério da Saúde, no exercício de 2001; previsão orçamentária para o exercício de 2002;

2 – situação da liberação e da execução orçamentária dos recursos previstos para o Ministério da Saúde no Orçamento da Seguridade Social de 2001 em relação aos programas de saúde da família, atenção à pessoa portadora de deficiência, saúde mental, saneamento básico, prevenção e controle da dengue, qualidade do sangue, controle da hanseníase e de outras dermatoses e atividade de implantação do cartão nacional do Sistema Único de Saúde;

3 – ações implementadas para resolver a controvérsia jurídica entre a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Advocacia-Geral da União, de um lado, e a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, de outro, referentes à interpretação do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que promoveu alteração na redação do art. 77 da Constituição Federal no que diz respeito ao volume mínimo de recursos a serem aplicados pela União em ações e serviços de saúde, no período 2001 a 2004, e conclusões a que se chegou.

Em seguida, apresento a justificação.

Espero que esses Ministros respondam dentro do prazo legal e que o Ministro José Serra venha ao Senado Federal dar explicações mais pormenorizadas sobre esse assunto. A aprovação dessa emenda, como eu disse, foi uma luta titânica de todos nós, inclusive de V. Ex^a, Senador Carlos Patrocínio.

Primeiro, foi apresentada uma emenda constitucional de minha autoria, a Emenda nº 19, que previa algumas penalidades. Elas foram aproveitadas na Câmara dos Deputados. Por exemplo, a intervenção sobre o Estado e sobre o Município que não aplicassem os recursos previstos na Constituição em favor da saúde – assim como ocorre com o setor da educação.

A Emenda Constitucional nº 19, de minha autoria, assinada por V. Ex^a e por vários Senadores, foi derrubada aqui no Senado Federal. Houve um movimento dentro desta Casa para derrubar a emenda, e quero crer que o que motivou a sua rejeição foi a tal política. Havia pessoas no Senado que não queriam o fortalecimento do Ministro José Serra. E eu, por acaso, quero?! Politicamente, não, porque sou seu adversário, sou do PSB, e S. Ex^a é do PSDB. É uma diferença muito grande.

Quero, sim, o fortalecimento da saúde no Brasil. O Ministro José Serra, hoje, é Ministro; amanhã, poderá não ser, mas a saúde continuará, e os recursos têm que estar garantidos, para que o setor não sofra a **débâcle** que está sofrendo atualmente.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a atenção de todos os Srs. Senadores e espero que o Governo Federal tenha juízo, reveja a sua posição e atenda ao que foi aprovado pelo Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o acordo recente firmado pelo Governo brasileiro com o FMI é fato consumado.

O Ministro Pedro Malan, anteontem, veio à Comissão de Assuntos Econômicos para dar explicações que já eram mais do que conhecidas. Repetiu argumentações e razões que já havia apresentado há dois anos, quando explicou o acordo anterior. Enfim, repete-se aquele mecanismo das negociações diretas do Governo com o Fundo Monetário Internacional, consuma-se o fato e, depois, ele é apresentado à Nação brasileira, ao Congresso e ao Senado, que a re-

presenta, e nada há a fazer. O fato está consumado, e o Governo e a Nação brasileira, comprometidos com o cumprimento de determinadas exigências sem que possa haver interferência nossa.

Sr. Presidente, não nos conformamos com isso. Nós o temos dito repetidas vezes; porém, ainda não conseguimos mudar essa realidade. Para nós, não pode valer para sempre o acordo, o assentimento que o Governo brasileiro, que a Nação brasileira deu no momento da constituição do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, com a definição das suas atribuições, como se isso valesse para qualquer acordo posterior. Em relação ao Banco Mundial, não vale. Cada financiamento concedido pelo Banco Mundial ao Governo brasileiro tem que ser aprovado pelo Senado.

Agora, em relação ao Fundo Monetário Internacional, não. Construiu-se essa figura jurídica de que o assentimento original vale para sempre e que, a partir daí, qualquer outro financiamento pode ser concedido pelo Fundo sem que haja necessidade de aprovação do Senado.

Nós não nos conformamos com isso e vamos continuar lutando, com todos os meios jurídicos e políticos que possamos ter, para que os acordos sejam examinados e aprovados pelo Senado.

Mas o fato está consumado e foi dimensionado milimetricamente para levar o Governo, supostamente sem novas crises de pagamento e de solvência, até o início de 2003. A crise foi adiada até o novo Governo, quer dizer, esse Governo, com o novo acordo, protegeu-se, nos cálculos feitos pelas autoridades econômicas, de qualquer crise de pagamento, por parte do Brasil, aos credores internacionais. É claro que, com isso, aumentou-se a dívida, reduziram-se as reservas brasileiras em moeda internacional, enfim, jogou-se o problema para mais adiante. Jogou-se a bomba para 2003, garantindo-se o pagamento dos compromissos brasileiros durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, com isso comprometendo-se o Governo a aumentar ainda mais o superávit primário, o que significa aumentarem-se os cortes sobre as despesas governamentais, inclusive na área social, porque sabemos que é uma balela negar que os cortes a atinjam. Atingem, Sr. Presidente, por vários meandros jurídicos, na própria execução orçamentária, no contingenciamento das dotações. Enfim, a área social também é atingida.

O propósito fundamental é dar continuidade e aprofundamento à política de combate à inflação pela via da derrubada da economia, pela via da recessão.

O caminho que o Governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional conhecem, e que afirmam ser o único, para combater a inflação é provocar a recessão, derrubar a economia, não deixar que ela cresça, porque qualquer crescimento pode ameaçar a meta inflacionária, o que não pode acontecer em hipótese alguma.

O resultado é esse: o Brasil estagnado. O Ministro Malan disse que não, que o Brasil está crescendo, e que resultados pífios foram os dos Governos anteriores, mas que, no Governo Fernando Henrique, não. Mal S. Ex^a tinha acabado de dizer isso, o IBGE apresenta os números da economia no segundo trimestre deste ano, que mostram um crescimento praticamente nulo, isto é, estamos, sim, estagnados, e caminhando para um crescimento negativo, para uma redução do PIB brasileiro, das atividades da economia nacional, que fatalmente acontecerão nos próximos dois trimestres, em decorrência não só da elevação dos juros, da freada nos gastos e do aumento do superávit primário, como também, agora, dos efeitos dos cortes de energia, que ainda não se fizeram sentir plenamente na apuração do segundo trimestre – mas que vão aparecer com muita força e substância nos trimestres seguintes.

Então, o quadro é este: fato consumado, meta inflacionária cumprida à custa da derrubada da economia, à custa de um sacrifício gigantesco e de um aumento do passivo externo extremamente perigoso, que aumenta consideravelmente a vulnerabilidade da economia nacional, mas que é jogado para o Governo seguinte com a maior irresponsabilidade.

Sr. Presidente, o Ministro Pedro Malan, por muitas vezes, enfatizou a questão da responsabilidade fiscal – a Lei da Responsabilidade Fiscal, a atitude da responsabilidade fiscal, a vitória da responsabilidade fiscal aprovada pelo Congresso Nacional e tudo o mais –, entretanto pratica a maior irresponsabilidade cambial, a maior irresponsabilidade social, a maior irresponsabilidade energética, a maior irresponsabilidade na área da segurança pública, isto é, a responsabilidade é somente fiscal. No mais, é a mais absoluta irresponsabilidade, inclusive na questão cambial, que foi retardada para explodir no início de 2003, porque todos os cálculos foram feitos milimetricamente para isso.

Sr. Presidente, a nossa indignação, bem como a popular, vai crescendo. O que está acontecendo no Paraná, com os jovens protestando contra a venda da empresa de energia elétrica, no fundo é fruto disso, é fruto da indignação da Nação brasileira contra esse

tipo de política. É a mesma indignação que moveu os manifestantes de Gênova e de Seattle, quer dizer, é a indignação contra a política neoliberal, que parece ser a única alternativa, como se não existisse outra.

O Ministro Malan fala sempre em nome da ciência e da verdade, como se fosse o portador da verdade e da verdade científica. S. Ex^a procura desqualificar qualquer contestação às suas decisões dizendo que os nossos pronunciamentos têm propósitos políticos. É uma tentativa de desqualificar qualquer crítica. Como se o seu pronunciamento não tivesse propósitos políticos, não tivesse o propósito de defender politicamente o Governo atual, que pratica essa política econômica desastrosa que vai levando o País para o buraco, que pratica essa irresponsabilidade gigantesca de criação de um passivo externo que será pago pelos próximos Governos.

Isso gera indignação sim, Sr. Presidente. O que pode esperar o Governo senão o crescimento de manifestações contra esse tipo de política? Depois, os cálculos de S. Ex^a podem dar errado, como aconteceu freqüentemente: as exportações brasileiras podem não crescer como eles imaginam – aliás, não vêm crescendo nada –, e a recessão mundial pode, ainda, derrubá-las; a crise argentina pode, realmente, explodir, embora eu não acredite, pois acho que, na última hora, o Fundo Monetário Internacional e o governo americano vão dar ajuda a conta-gotas, só para não deixar que o país entre na insolvência total e na bancarrota. Os investimentos estrangeiros já contraíram enormemente em comparação com os anos anteriores e com as expectativas do Governo, e podem contrair mais ainda. Até um problema gravíssimo, de natureza mundial, pode ocorrer. Como todos nós sabemos, a situação econômica e financeira do mundo não está nada tranquilizadora.

Tudo isso pode ocorrer. E, mais uma vez, falharemos as previsões do Governo para, outra vez, irmos ao Fundo Monetário. Não, Sr. Presidente, isso não vai ocorrer. Um novo acordo não ocorrerá! Se o Governo tiver que ir ao FMI e cortar mais, creio que a indignação popular vai levantar-se e exigir antecipação de eleições. A Nação brasileira não vai admitir outra rodada, de fato consumado, dessa irresponsabilidade que foi praticada por este Governo agora no seu final.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Ouço, com muita atenção e interesse, o Senador de Minas, José Alencar.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Eminentíssimo Senador Roberto Saturnino, é realmente notável a maneira como V. Ex^a aborda não somente este tema ligado à economia brasileira como também demonstra que tem cuidado permanente com as questões ligadas aos aspectos sociais do País. Estamos assistindo à maior transferência de renda de que se tem notícia na História brasileira oriunda do trabalho, da produção em benefício do sistema financeiro internacional. Digo que é da História brasileira. Remonto à era colonial, época em que houve um confisco tributário, denominado Quinto, que era um quinto do ouro extraído e devido à Coroa Portuguesa. Naquele tempo tal confisco acabou levando à Inconfidência Mineira, e o nosso protomártir da Independência foi esquartejado, sacrificando-se em defesa da economia brasileira. Mas o Quinto ou a Derrama significou muito menos do que aquilo que estamos vendo hoje. Só que hoje a forma não é tributária por razões óbvias: o Brasil não é mais colônia de Portugal. Infelizmente, no entanto, o Brasil continua colônia, e colônia do sistema financeiro internacional para o qual se transfere a renda da produção brasileira como nunca se viu antes. V. Ex^a falou em passivo externo líquido. O passivo externo líquido, hoje, monta a mais ou menos US\$400 bilhões. Considerando que o nosso PIB gira em torno de US\$500 bilhões, o passivo externo líquido hoje é quase 80% do PIB. Sobre esse passivo externo líquido pesa, em média, 15% de comprometimento de remessas, de divisas, parte como juros e parte como dividendos. Veja que 15% de 80% é igual a 12% do PIB. O Quinto representava 20% do ouro. O ouro, obviamente, é uma parcela preponderante do PIB, mas não é o PIB. Provavelmente, aqueles 20% sobre o ouro representassem coisa parecida com 4% ou 5% do PIB da época. Pois bem: hoje são 12% do PIB. Portanto, esse percentual é três vezes superior àquele que levou Tiradentes – e ele foi sacrificado por isso – a organizar a Conjuração Mineira. Veja V. Ex^a que o quadro se agravou muito, porque os homens que administram a Fazenda Nacional não levaram em consideração que o trabalho deles deve ser sempre considerado meio. O fim é sempre social, porque o fim é o homem. E se o País parar de crescer, ele não vai poder pagar a sua dívida amanhã. Por enquanto, ainda estamos em condições de receber esse alimento periódico, orientado e liderado pelo FMI. Esse alimento, de vez em quando, é oferecido aos países que ainda possuem muita carne para ser comida pelo sistema financeiro internacional. No momento em que essa carne se escassear, seremos relegados. Mas não sei

bem se o pior é continuarmos recebendo essa alimentação periódica ou sermos relegados. Sinceramente não sei o que seria pior. O que sei é que não podemos ficar de braços cruzados assistindo ao crescimento dos índices de desemprego, porque nada é mais cruel. O Brasil foi considerado a verdadeira terra prometida para onde vinham os italianos, os alemães, os japoneses, enfim, todos os povos, principalmente os portugueses, que queriam crescer conosco. Hoje estamos vendo jovens do meu Estado, de Governador Valadares, jovens de Caratinga, de Ubá, de Muriaé, de Leopoldina, de Cataguases demandando outros países como os Estados Unidos da América, para onde vão e ingressam até de forma clandestina, correndo riscos. Por quê? Porque não há oportunidade de trabalho em um País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, de terra fértil, de subsolo rico e até desconhecido, de clima privilegiado, de povo bom, trabalhador, pacato, ordeiro, inteligente, versátil. Meu Deus do céu! Será que vamos continuar de braços cruzados, fazendo de conta que estamos administrando bem a nossa economia? Isso não pode continuar. Daí a razão pela qual precisamos que haja mudanças filosóficas na Administração Pública do nosso País. E isso vamos obter por meio da democracia, nas urnas, no voto. Precisamos voltar a encarar o nosso compromisso com a brasilidade, com o sentimento nacional, voltar a encarar o nosso compromisso com o social – porque o fim é o homem, o fim é o bem comum –, voltar a praticar, com absoluta intransigência, a probidade, no trato da coisa pública. É para esse tripé que precisamos conduzir a vida política brasileira. É por isto, Senador Roberto Saturnino, que trago a minha palavra de congratulação: pela forma com que sempre V. Ex^a encara tais problemas, com lucidez, com sua inteligência e principalmente com o compromisso social, inerente à personalidade de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Obrigado, Senador José Alencar. O aparte de V. Ex^a foi luminoso, antológico. O aparte de V. Ex^a, seguramente, valeu mais do que o meu discurso, porque trouxe à nossa consideração fatos passados que têm analogia com o processo que está ocorrendo hoje. Evidentemente que essa drenagem, essa sucção de recursos tem toda a analogia com a imposição do Quinto, do imposto sobre o ouro que a Coroa Portuguesa praticava no passado e que acabou produzindo a inconformidade absoluta e a rebelião popular. Tiradentes foi sacrificado, mas seu projeto de independência ultrapassou o seu sacrifício e acabou virando realidade. Esta inconformidade que estamos obser-

vando atualmente, que o Governo e o sistema financeiro mundial não querem ver, existe, está latente e vai crescendo junto com o passivo, que está sempre a crescer e que foi muito bem dimensionado por V. Ex^a. A qualquer financiamento novo que entre ou a qualquer venda de empresa nossa ao capital estrangeiro, o passivo cresce. Cresce e é empurrado para a frente de uma forma tal que sua resolução de viabilidade será muito difícil.

Confiamos, em primeiro lugar, no espírito de justiça do povo brasileiro, no espírito de dignidade e de integridade e no espírito de preservação da soberania. O Brasil, seguramente, irá rebelar-se contra isso. Talvez sejamos o único País em condições de fazê-lo de uma forma sob a qual se possa conduzir, com viabilidade, a um processo que levará à alteração das regras do sistema financeiro internacional.

Estou absolutamente certo. Essa atitude irresponsável do Governo atual, de empurrar com a barriga e de jogar a bomba para explodir no início do governo seguinte, terá como consequência a atitude de contestar e de enfrentar, por meio de negociações duras, negociações para as quais o Brasil tem competência – já demonstrou que tem extrema competência em negociação internacional e vai exercitá-la seguramente a partir do próximo governo –, as decisões e medidas que estão sendo tomadas da maneira mais irresponsável.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Já estou encerrando, Sr. Presidente. Ouço o aparte do Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, encerrarei.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a chama a atenção do povo brasileiro para a maneira distorcida com que o Ministro Pedro Malan diagnosticou nossos problemas e afirmou que estávamos crescendo em nível satisfatório. O próprio IBGE, ontem, revelou que as taxas de crescimento estão muito aquém da potencialidade. V. Ex^a chama a atenção corretamente para o fato de que seria próprio que houvesse uma política econômica responsável para manter os preços estáveis, sem que fosse necessário fazer uso da recessão e de um número tão grande de pessoas desempregadas. Também chamo a atenção para aquilo que parece ser uma distorção, na visão do que seja responsabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, do ponto de vista social. Nesse sentido, chamo a atenção para algo estranho. Perguntei aos Ministros Pedro Malan e Martus Tavares e ao Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, se

poderiam dar uma estimativa do volume de juros pagos pelo setor público da União, dos Estados e dos municípios, somados, uma vez que, pelas contas nacionais de 1999, essa soma havia sido de R\$86 bilhões. Eles disseram que não sabiam responder prontamente. Hoje, segundo o jornal **Folha de S.Paulo**, o Ministério do Planejamento divulgou as despesas previstas de juros em 2000 e 2001. Alerta o jornal que as despesas com juros é a segunda maior no próprio período Fernando Henrique Cardoso para o ano 2001. Eu gostaria que os Ministros nos dessem uma informação precisa não apenas sobre esse montante, mas sobre um outro aspecto sobre o qual perguntei aos Ministros Pedro Malan e Martus Tavares e ao Presidente Armínio Fraga não souberam de pronto responder. É o seguinte: quantas são as pessoas que recebem os juros pagos tanto da dívida interna quanto da dívida externa brasileira? Porque, a certa altura de sua exposição, o Ministro Pedro Malan mencionou que precisaríamos ter responsabilidade com respeito aos gastos e à quantidade de pessoas beneficiadas por aqueles gastos e, na medida em que os juros pagos correspondem, hoje, ao segundo maior item de despesa pago pelo setor público brasileiro, senão próximo do primeiro, como ocorreu em 1999, seria próprio – e ambos disseram que se trata de um número relevante que precisavam saber. Senador Roberto Saturnino, condizente com a reflexão de V. Ex^a, eu gostaria de formular um requerimento de informações – quem sabe V. Ex^a possa elaborá-lo comigo – para que os Ministros nos informem com precisão: quantas são as pessoas jurídicas e físicas no Brasil e no exterior. Peço que eles façam a estimativa correta dos que recebem direta e indiretamente e nos informem para que tenhamos consciência disso. Esse montante de juros é pago para quantas pessoas? Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, vamos fazê-lo juntos. É evidente que o Banco Central tem condições, se não de nos fornecer exatamente esse montante, mas com uma estimativa bastante aproximada. Poderemos obter isso, e vamos insistir nesse ponto, porque um dos argumentos que têm sido usados é o seguinte: "Porque os beneficiários dos juros não são os bancos, são os tomadores, e os tomadores são em grande número". Mas que grande número? Duvido desse grande número. Estou com V. Ex^a, acredito que esse número é pequeno em termos relativos. Temos que obrigar o Governo a nos dar essa informação, porque há elementos para nos informarem.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Vou encerrar, Sr. Presidente. O Senador Eduardo Suplicy lembrou, o Ministro quis responder ao Senador Ademir Andrade, que declarou que os resultados eram pífios, e S. Ex^a quis dizer que não eram pífios, que eram do passado. Mas o IBGE, dois dias depois, desmente a resposta do Ministro Pedro Malan ao Senador Ademir Andrade, mostrando a realidade do País.

Agradeço atenção de todos e de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Mauro Miranda, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Moreira Mendes.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB, por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço para usar da palavra como Líder, pelo PFL, devidamente autorizado pelo Senador Hugo Napoleão, por dois minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também peço a palavra como Líder, pelo PMDB, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Prorogo a Hora do Expediente, por quinze minutos, para atender as inscrições, na seguinte ordem: Senadores

Ademir Andrade, Romeu Tuma, Ney Suassuna e, em seguida, os Senadores Lúcio Alcântara, Roberto Requião e Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Fui, se não o primeiro, o segundo a me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Pedi a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Senador Roberto Requião, as Lideranças têm preferência sobre os demais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Ah! é o golpe da Liderança. Sim, como não?!

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Senador Ademir Andrade.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, desejo que o nobre Senador Roberto Requião torne-se Líder imediatamente, e o PSB está de portas abertas para S. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falarei muito rapidamente, mas quero alertar esta Casa e o Brasil para uma nova e possível crise que está sendo criada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. É a crise no saneamento básico.

Hoje vivemos a crise energética pela imprevidência do Governo, que deixou de investir para cumprir seus compromissos com a dívida externa brasileira, que tirou dinheiro do povo para pagar os juros dessa dívida monstruosa. E, com a diminuição dos investimentos, o Brasil encontra-se em extrema dificuldade no setor produtivo e na geração de emprego, em função de ser obrigado a reduzir o consumo de energia. O País não tem mais como ofertar energia ao setor produtivo e às famílias de maneira geral, prejudicando o próprio desenvolvimento nacional.

Para piorar a situação, Sr. Presidente, o problema que se avizinha é mais grave ainda do que a crise de energia. Trata-se da crise no setor de saneamento, pela falta de investimentos na construção de esgotos e na distribuição de água potável, acarretando riscos à saúde e aumentando o índice de mortalidade infantil. Por isso, do ponto de vista da saúde pública, é mais grave do que a crise energética que estamos vivendo.

E chamo a atenção para um fato, Sr. Presidente, tratado com mais detalhes num pronunciamento que já entreguei à Mesa para ser dado como lido: ao longo dos seis anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, os recursos destinados ao setor de saneamento básico têm diminuído a cada ano. Só para se ter uma idéia, no último ano, os recursos estipulados para o saneamento foram da ordem de R\$260 milhões, valor absolutamente insignificante. Desse total, foram liberados apenas R\$128,5 milhões. Apesar de o superávit primário já ter atingido R\$30 bilhões até 30 de junho deste ano, até agora o Governo liberou apenas 0,03% do que está no Orçamento de 2001 para o saneamento básico, ou seja, o Governo liberou menos de 1% do previsto no Orçamento! Isso poderá acarretar uma crise de extrema gravidade, Sr. Presidente.

Estou chamando a atenção para isso e pretendo vir à tribuna para discutir, por um período mais longo, a manifestação do Ministro Malan diante das nossas argumentações e diante dos dados apresentados quando o argüimos sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional e sobre a forma como S. Ex^a pretende construir um milagre para pagar essa dívida. Na verdade, não existe milagre, e S. Ex^a não vai pagar, mas, sim, afundar o País, da forma como está atuando. Pretendo discutir mais profundamente esse tema, já que na Comissão houve apenas cinco minutos para indagação e mais dois minutos para réplica, o que é muito pouco.

Diante do exposto, deixo esse alerta à Casa sobre a possibilidade de crise no saneamento básico brasileiro e na distribuição de água potável às populações do nosso País, o que considero muito mais grave do que a crise energética atual.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ADEMIR ANDRADE EM
SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO:**

DO SENADOR ADEMIR ANDRADE (PSB – PA)
(No Plenário do Senado, de de 2001)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a imprevidência e a incompetência do Governo Federal que nos trouxeram a crise do fornecimento de energia elétrica, pela qual estamos atualmente passando, servem de alerta para o que pode vir a ocorrer também em outros setores. E o caso, sem qualquer sombra de dúvida, de um setor primordial para a saúde da população brasileira: o saneamento; incluídos, sob esse título, tanto a água quanto o esgoto.

O paralelo aqui é legítimo e se impõe pela força dos fatos. No setor de saneamento, a exemplo do setor de energia elétrica,

os investimentos públicos estagnaram-se em função, primeiro, de uma mentalidade de contador que acomete o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, obcecado por obtenção de superávit nas contas públicas exigidas nos acordos como o FMI e pouco atento para as necessidades reais da população brasileira e, segundo, de uma ansiosa espera por um processo de privatização que está emperrado por dificuldades políticas e por falta de consenso, na sociedade, sobre sua conveniência. Enquanto isso, os serviços já instalados de água e de esgoto vão se deteriorando, e não se investe na expansão dos serviços. E, então, anunciando ser cada vez mais próximo um colapso no fornecimento dos serviços de saneamento, a bomba-relógio de mais uma crise vai fazendo sua contagem regressiva.

Se verificarmos a execução orçamentária do ano de 2000, fica mais claro compreender o que estou afirmando. Além de insignificante o volume de recursos destinados para a função **saneamento**, algo em torno de R\$260 milhões de reais, foram efetivamente aplicados menos da metade daquilo que foi orçado. Para ser exato, o governo gastou apenas R\$128,5 milhões. Em relação ao autorizado para este ano, até o dia 8 de agosto, foram aplicados em saneamento apenas 0,03% do previsto, ou seja, praticamente nada.

Infelizmente as conseqüências de uma crise, de um colapso no fornecimento de serviços de saneamento são, do ponto de vista da população mais pobre, muito mais graves do que no caso da energia elétrica. Pois sabe-se que, quando a população dispõe de água e de esgoto tratado, a ocorrência de doenças é muito menor. A mortalidade infantil, por exemplo, está diretamente relacionada com saneamento básico. Portanto, o colapso do sistema de saneamento trará doença e morte e atingirá em cheio a população pobre, em especial a que mora nas periferias das cidades, e não apenas escuridão e queda na produção, como no caso da crise de energia elétrica.

Senhor Presidentes, Senhoras e Senhores Senadores, considero imensamente equivocado o modelo que o Governo Federal prepara para a privatização do setor de saneamento. Não creio que a iniciativa privada, voltada para a maximização do lucro, consiga acelerar a cobertura dos serviços de saneamento no País, nem que tenha algum interesse nisso. Diz-se, erradamente ou, pelo menos, parcialmente de forma errada, que o Estado tem sido incompetente para promover a universalização dos serviços. Isso é parcialmente verdadeiro ou, o que é dizer o mesmo, é parcialmente falso. Pois vejamos. No Brasil, 91% da população têm acesso a água tratada. Estamos, portanto, próximos à universalização do serviço. Não resta dúvida, porém, que essa percentagem esconde grandes diferenças entre as regiões brasileiras e a região Norte, onde situa o Estado que represento, que é uma das mais prejudicadas. Mas, de qualquer forma, tomemos o dado como válido. O problema é quando analisamos os dados sobre esgoto. Os dados são os seguintes: 53% da população brasileira têm acesso a coleta de esgoto e somente 13%, a tratamento de esgoto. Convenhamos: e muito pouco; são índices baixíssimos.

Destarte, poderíamos afirmar, com a ressalva que já fiz quanto às desigualdades regionais, que o Estado tem sido competente para resolver o problema da água, mas incompetente em relação ao esgoto.

Repito que não vejo como o setor privado possa universalizar o serviço de esgotamento sanitário. Como sabemos, o empreendimento voltado para o lucro investe somente nas áreas mais ricas e mais próximas do sistema já instalado. São essas

que dão lucro. As localidades pobres ou distantes ficarão ainda mais abandonadas.

Argumenta-se que o modelo regulatório das agências resolveria essa aparente contradição, uma vez que a concessão dos serviços de saneamento seriam realizadas sem ônus, mas com o compromisso de universalização do sistema. Penso ser grande ingenuidade acreditar nisso. Pois as agências, como podemos atestar pelas que já existem em outros setores, são altamente permeáveis aos interesses das empresas que supostamente devem regular. Mais cedo ou mais tarde, acabam por prevalecer os interesses e as demandas das empresas privadas. São uma espécie assim de Banco Central, mais voltado para satisfazer os interesses do mercado financeiro do que para os do povo brasileiro.

Acredito, sim, na retomada dos investimentos públicos no setor de saneamento! Defendo a rejeição pelo Congresso da proposta do Governo que quer privatizar o setor de saneamento e entregá-lo a grandes multinacionais, inclusive para honrar memorando assinado com o FMI, em março de 1999 e provavelmente ratificada agora em 2001, numa clara demonstração da facilidade com que se hipoteca nossa soberania!

O saneamento deve ser política pública realizada pelo Poder Público, cuja motivação deve ser a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, e não um negócio lucrativo para encher o bolso de meia dúzia de grandes capitalistas internacionais!

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Moreira Mendes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, Presidente Interino.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aos Líderes dos demais Partidos para que o Senador Roberto Requião possa usar da palavra, em virtude da gravidade dos fatos que estão ocorrendo neste instante na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos extremamente preocupados com as agressões violentas contra Parlamentares ocorridas naquela Assembléia. Creio ser necessário que o Congresso Nacional designe uma comissão de Senadores que, juntamente com os do Paraná, possa garantir os direitos constitucionais daqueles Parlamentares. Talvez deva ser feito um apelo neste sentido ao Presidente do Congresso Nacional.

Portanto, dada a relevância do assunto e tendo em vista que os Senadores Roberto Requião e Osmar Dias estão bem a par dos fatos, pediria aos demais Líderes que dessem preferência às palavras

do Senador Roberto Requião, para que S. Ex^a expusesse, com precisão, a gravidade do que está ocorrendo neste instante na Assembléia Legislativa do Paraná.

É a questão de ordem que formulo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a, em rigor, não formula nenhuma questão de ordem. O Senador Roberto Requião está inscrito para uma breve comunicação e, no momento próprio, S. Ex^a será atendido. E os Líderes ouviram o apelo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, como Líder do PFL, por cinco minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL SP) – Sr. Presidente, se V. Ex^a quiser dar a palavra ao Senador Roberto Requião, eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Fale V. Ex^a como Líder, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL SP. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preliminarmente queria cumprimentar V. Ex^a pelas reuniões que tem feito com os Presidentes das Comissões e com as Lideranças. Anteontem, o Senador Bernardo Cabral – a quem cumprimento pelo discurso, usando da tribuna, teve a oportunidade de mostrar a qualidade dos membros deste Senado, mas não obteve nenhuma repercussão na imprensa. Dessa forma, faço um apelo para que possamos mostrar à imprensa a qualidade dos trabalhos que têm sido feitos por esta Casa em serviço da sociedade brasileira e da Pátria.

Contudo, o assunto que desejo tratar aqui com a devida autorização do Senador Hugo Napoleão, a quem comuniquei o fato, refere-se ao Deputado Jair Bolsonaro, que estranhamente tem feito ataques pessoais e indevidos à minha vida pública. Rejeito, com toda a veemência, as palavras que S. Ex^a tem usado para denegrir a minha imagem, por ter sido eu designado Relator da medida provisória que regulamenta os vencimentos dos militares.

Algumas informações irreais têm sido passadas àqueles que deram praticamente a sua vida à serviço da Pátria, exercendo uma profissão difícil, sendo designados para diversas missões e sofrendo deslocamentos cujas consequências são sofridas pelas suas famílias. Por isso, esses brasileiros não merecem receber informações que não sejam reais.

Diz agora o Deputado Jair Bolsonaro, em plenário da Câmara, que tenho recebido **e-mails** dos militares contendo ponderações sobre alguns dos artigos da medida provisória que prejudicam os que estão na

iminência de passar para a reserva ou mesmo para os que já estão na reserva remunerada. Absolutamente, nunca respondi a um **e-mail** nos termos em que S. Ex^a disse, ou seja, de que os chefes militares estariam satisfeitos com a medida provisória e, portanto, não haveria o que reclamar. Não é verdade! Essas informações são distorcidas e não correspondem à realidade. Faço um apelo a esses militares da reserva para que procurem conversar comigo.

Sr. Presidente, quero esclarecer que essa medida provisória tem mil emendas. E a Mesa já me informou, como também as assessorias, que qualquer emenda em medida provisória ou projeto de lei de iniciativa de parlamentar não pode criar ou aumentar despesa. Então, essas emendas têm que ser negociadas com a área econômica do Governo. E é o que estou fazendo. Tive duas reuniões com a área econômica – numa das quais estava presente o Ministro da Defesa, que também foi agredido pelo Deputado – para tentar modificar dois ou três aspectos que considero importantíssimos, e o Ministro da Defesa também foi agredido quando esteve presente.

Creio que há uma dose de injustiça nas medidas que estão sendo tomadas, mas isso pode ser corrigido. Tenho conversado com chefes militares. Não é verdade que eles estão indiferentes. Há uma angústia profunda, mas, como a disciplina é preponderante na área militar – pela qual tenho respeito e amor, pois fui oficial da Reserva; tenho orgulho de ser coerente com os serviços que o Exército tem prestado à Pátria –, não posso aceitar as agressões gratuitas desse homem, que, como militar, deveria respeitar a hierarquia, sem perder a independência de parlamentar. Mas a independência de parlamentar não lhe dá o aval de agredir as pessoas com pronunciamentos indevidos e falsos.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permitte-me V. Ex^a um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Serei rápido, porque sei que o tempo é da Liderança. V. Ex^a fala como Líder, portanto da responsabilidade de um Partido, mas conheço V. Ex^a há mais de vinte anos e não posso ouvir calado as agressões que está recebendo de um cidadão que deveria ter o comportamento de um parlamentar, sobretudo por pertencer à outra Casa do Congresso Nacional. Quero que V. Ex^a receba a minha solidariedade. O repúdio que V. Ex^a está a registrar merece ser devidamente avalizado por todos

nós. V. Ex^a tem sido aqui um guardião da cidadania, por isso não merece insultos dessa natureza.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador Bernardo Cabral. V. Ex^a, como relator da Constituição e seu conhecedor profundo, sabe que o que estou falando representa a verdade. Sempre respeitei qualquer cidadão, até os presos que ficaram sob minha custódia. Jamais faltaria com o respeito a um Deputado eleito pela vontade popular. Agora, exijo que S. Ex^a me respeite também. Não posso admitir, em nome da representação do Senado de que faço parte, que S. Ex^a venha a agredir indevidamente qualquer membro desta Casa

O Senador Federal já está sofrendo demais, para receber de membros da outra Casa qualquer tipo de agressão indevida.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Romeu Tuma, gostaria de me solidarizar com V. Ex^a e dizer que faço minhas as palavras do nobre Senador Bernardo Cabral. Realmente, não só V. Ex^a, como também esta Casa merecem respeito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Estou realmente surpreso com essa denúncia, principalmente por se tratar de um ataque a uma pessoa respeitada em todo o Brasil por sua seriedade. O País inteiro conhece o posicionamento sério de V. Ex^a, tem respeito por sua atitude política e vem demonstrando isso ao longo do tempo. Acredito que a irresponsabilidade prevalece nesse pronunciamento do Deputado, que é conhecido por essas agressões. S. Ex^a faz crescer a sua carreira, principalmente com base em agressões e denúncias, na maioria das vezes, vazias. E, agora, atinge uma pessoa por quem temos o maior respeito. Quero solidarizar-me com os Senadores que me antecederam, principalmente com o Senador Bernardo Cabral, e dar meu apoio integral a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Lindberg Cury.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Romeu Tuma, como colega de Partido e companheiro de Senado, conhecedor do seu comportamento e do seu passado, quero solidarizar-me com V. Ex^a, neste momento em que é injustamente agredido. Como bem disse o Senador Lindberg Cury, o Deputado que o agride já está "manjado": é contumaz nesse ataque à honra das pessoas, sem preocupação de buscar a verdade. Portanto, embora V. Ex^a tenha razão de estar indignado, as agressões, partindo do referido Deputado, com certeza, não atingem a honra de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, para encerrar, faço um apelo a esse Deputado. Ao fazer um trabalho deletério, agredindo os chefes militares, prejudica a possibilidade de negociação, porque promove a revolta e indignação dos chefes militares, que estão preocupados em resolver esse problema. Não há indiferença. É absolutamente falsa a notícia que S. Ex^a tenta passar para aqueles militares, que têm esperança de ver resolvidos os seus problemas.

Estamos caminhando. Tenho tido o apoio do meu Partido e faço um apelo ao Governo, para que reveja a medida provisória, a fim de corrigir, dentro das possibilidades orçamentárias e econômicas, algumas falhas e levar calma à área militar.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Desejo apenas expressar solidariedade a V. Ex^a, de resto, desnecessária, porque penso que V. Ex^a a tem de toda a Casa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Fui também procurado e, especificamente sobre o mérito, encaminhei reivindicações a V. Ex^a, porque alguns militares julgam que tiveram um aumento ridículo – e não se trata de militares de patente elevada, mas de sargentos e cabos. Sei que V. Ex^a está atuando nisso e está considerando as solicitações feitas, mas as coisas não se resolvem assim, com tanta simplicidade, nem com voluntarismo, palavras e agressões. V. Ex^a tem meu apoio e solidariedade para agir como Relator, no sentido de mostrar ao Governo que, em certos casos, praticamente, não houve aumento. Essa é a

verdade. Se V. Ex^a quiser falar sobre isso, eu o ouvirei com grande prazer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Eu tentarei explicar. Com o aumento, os oficiais não superiores que passarem para a reserva perderão vantagens, e os sargentos e cabos perderão uma boa parte do aumento, já que terão a alíquota aumentada, se a tabela do Imposto de Renda não for corrigida. Além disso, há a expectativa de que passarão a pagar a Previdência.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, serei rápido. Apenas não poderia furtar-me, nesta hora, como Líder do Governo no Senado, de também prestar a minha solidariedade a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, apesar de entender que toda a Casa conhece a sua história, o que tornaria até dispensável o meu aparte. Mas penso que, em um momento como este, temos que fechar um posicionamento no Senado e mostrar a responsabilidade e a seriedade que esta Casa tem tido no trato dessa questão, que V. Ex^a tão bem está encaminhando. V. Ex^a tem sido competente e responsável em todas as matérias que relata, tem mostrado uma visão social ímpar, de forma que os projetos sejam cada vez mais justos e atinjam a maior parte da população. Portanto, Senador Romeu Tuma, quero lamentar as colocações do Deputado e dizer que V. Ex^a tem uma história muito maior do que a alegação ou a ação tresloucada de qualquer membro menor do Congresso Nacional. V. Ex^a tem o reconhecimento da Casa, do povo de São Paulo e de todo o País. Meus parabéns pelo seu trabalho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

Comprometo-me, perante esta Casa, em continuar trabalhando, para encontrar a equação que trará de volta a tranquilidade na área militar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, como Líder, por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de quando em quando, tenho vindo a esta tribuna, para criticar o Governo em algumas ações. Mas, quando as ações são produtivas, importantes para a economia do País como um todo ou para parte dele, é preciso que nos posicionemos e façamos os elogios condizentes.

Ontem, foi assinada, no Palácio Planalto, a duplicação da BR-101. Essa é a rodovia costeira que sai da Bahia e vai até o Rio Grande do Norte. Queria não só louvar essa ação porque ela é muito importante, esta Transnordestina vai ser uma coluna vertebral para toda aquela parte do Nordeste, mas, mais que isso, Sr. Presidente, porque vai ser iniciada em vários lugares: a obra se inicia em Sergipe, mas teremos um canteiro na Paraíba e também no Rio Grande do Norte.

Fiquei muito feliz com essa iniciativa e não poderia deixar de dizer, de público, que essa era uma grande aspiração do povo nordestino e, como tal, estamos felizes e vibrando porque, com certeza, será de grande importância para o turismo, para a nossa economia, unindo mais ainda Estados irmãos que, dessa forma, poderão fazer um intercâmbio comercial e turístico muito mais efetivo.

Por isso, Sr. Presidente, venho à tribuna para saudar o Presidente da República por esta ação de dar início a uma obra que era o sonho de todo aquele pedaço de Nordeste.

Obrigado.

Era isso o que eu queria dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Prorrogo a Hora do Expediente por quinze minutos para ouvir as comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara por cinco minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, meu desejo é chamar a atenção da Casa para a medida provisória que altera a relação dos consumidores com os chamados planos de seguro de saúde. É uma matéria que está gerando uma grande celeuma, pois, aparentemente, restringe direito dos usuários, dos consumidores, coloca barreiras que dificultam o acesso a esses planos, a esses seguros. Temos que estudar isso, evidentemente, com o cuidado que a matéria exige, mas, sem dúvida nenhuma, pelo que se ouve, pelo que se lê, há uma perplexidade na sociedade em relação a essa medida provisória.

Hoje mesmo já se admite que o próprio Governo vai rever certos pontos dessa medida provisória, o que vejo como lição de maturidade e de reconhecimento de que enveredou por um caminho que não é o mais recomendável.

A Comissão de Assuntos Sociais, ontem, designou um grupo, do qual fazemos parte, o Senador Sebastião Rocha, eu, o Senador Althoff, o Senador Tião Viana, para, em contato com a comissão congênere da Câmara, estudarmos a medida, além da Comissão Especial da medida provisória, para que ela possa ser ajustada à nossa realidade.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço o Senador Ney Suassuna e, em seguida, o Senador Romero Jucá, como aparteantes.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Lúcio Alcântara, este é um tema da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não há apartes neste período de comunicação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Então, deixo a critério de V. Ex^a o rigor para com os meus colegas, porque a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço ao Líder do PMDB que seja breve.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Serei breve, nobre Presidente. Apenas para dizer que são 40 milhões de pessoas que um governo, em algumas ações, às vezes impensadas, apertou tanto que está matando; várias já faliram, e o Governo não tem condição de assumir isso. Por isso, penso que temos que nos aprofundar neste debate.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para prestar uma informação relevante ao País e aos telespectadores que estão nos ouvindo. O Senador Lúcio Alcântara levantou um tema extremamente importante, está na pauta do dia. Eu gostaria de fazer duas observações. Primeiro, dizer que durante este Governo nós avançamos muito...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – É verdade.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – ...na regulamentação dos planos de saúde. Essa questão dos planos de saúde era uma bagunça até o Governo do Presidente Fernando Henrique. Existem ainda medidas a serem tomadas, mas conseguimos ganhar muito, inclusive com a defesa de muitos direitos para

os usuários dos planos de saúde. Com relação à questão específica levantada pelo Senador Lúcio Alcântara, devo registrar, como S. Ex^a mencionou, que esses pontos que foram levantados pelas sociedades médicas e pelos órgãos de defesa do consumidor, que o Governo, maduramente, está retirando da medida provisória e está encaminhando um projeto de lei ao Congresso para aqui ser discutido e a partir daí termos um caminho melhor para atender à sociedade, sem gerar nenhum prejuízo e sem apressar qualquer ação que possa prejudicar a sociedade.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, creio que uma leve escoriação no Regimento foi importante para que os telespectadores tomassem conhecimento de que o assunto está sendo revisto pelo Governo. Nós vamos deliberar a respeito e, certamente, como temos feito, de acordo com o que for melhor para o interesse público. Vamos também procurar o equilíbrio econômico dessas relações. É preciso reconhecer que não havia legislação nenhuma a respeito, salvo aquelas letras miúdas dos contratos, que ninguém lia e que depois todos eram surpreendidos com cláusulas muitas vezes leoninas, que deixavam o consumidor, o usuário, numa situação de absoluta insegurança e desprotegido em relação a essas empresas ou a esses planos de seguro de saúde.

Assim, Sr. Presidente, fica o registro de que não concordamos com isso e fazemos coro com as organizações de defesa do consumidor, com as associações médicas, porque estão sendo ali introduzidos elementos que desequilibram essa relação. Portanto, ferem o direito do consumidor e dos usuários.

Espero que a retirada dessas medidas do texto do documento do Governo faça com que todos fiquem mais tranquilos e seguros de que seus direitos estão sendo respeitados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para uma comunicação, por 5 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na Assembleia Legislativa do Paraná, Deputados apanham da Polícia Militar, convocada pelo Governo para evitar a vitória da primeira lei de iniciativa popular levada a um parla-

mento brasileiro contra a venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Mas sobre isso nós, Senadores do Paraná, falaremos com maior profundidade durante o pronunciamento do Senador Osmar Dias, que, com esse objetivo, já se encontra inscrito.

No momento, Sr. Presidente, quero abordar três fatos sumamente importantes. O primeiro deles abordando um trecho do editorial do **Jornal do Brasil** de hoje. O título é "Tempo perdido", e lá pelas tantas o editorial diz o seguinte:

"Com a globalização é necessário agir rápido para evitar crises financeiras internacionais. Por isso, causa espanto a opinião do Senador Roberto Requião (PMDB-PR): 'o acordo com o FMI é como injetar cocaína na veia. O efeito passa rápido. A verdade é que o Brasil vai ser a Argentina até dezembro.'"

Eu não disse exatamente isso. Disse que a Argentina é o Brasil da semana que vem.

Prossegue o **Jornal do Brasil**:

"Como se vê, o Senador pelo Paraná, além de conhecer o efeito da cocaína na veia, deseja o pior para a economia brasileira."

Esses crápulas do **Jornal do Brasil** insinuaram que sou consumidor ou já consumi cocaína. É com esse nível de licença, de agressão e de patifaria que se comporta a imprensa brasileira. Não é a primeira vez que o **Jornal do Brasil** faz isso. Trabalha lá um tal Alberto Dines – que era reitor da Universidade Virtual das Américas, em Cascavel –, que denunciei, porque a única coisa que não era virtual na tal universidade era o salário de Alberto Dines. Desde então, tenho acompanhado esse tipo de retaliação.

Quero, Sr. Presidente, que V. Ex^a determine o envio desse texto do meu pronunciamento à Advocacia do Senado e ao Ministério Público Federal. Afinal, sou Senador e a imagem de um Senador ou do Senado não pode ser objeto desse tipo de irresponsabilidade por parte desse jornaleco.

Em segundo lugar, Sr. Presidente – e parece que os meus cinco minutos serão ocupados com denúncias sérias –, há dois dias, procuro no Senado os representantes da Receita Federal para levar a eles algumas denúncias. Como não consigo contato,

faço-as pelo Plenário e solicito que essas duas denúncias que farei a partir deste momento sejam levadas, também, ao Ministério Público Federal, uma vez que a Receita Federal não toma providência alguma.

A primeira denúncia diz respeito a uma senhora que trabalhou em casa de meus pais durante muitos anos e que jamais fez uma declaração ao Imposto de Renda; tem apenas o número de inscrição, porque se aposentou como empregada doméstica. Essa senhora, Elza Chrispin, recebeu da Receita Federal, na semana passada, uma restituição de Imposto de Renda no valor de R\$1.919,70. Se nunca fez declaração e não tem receita, não poderia ter recebido essa restituição.

Gostaria de levar isso diretamente ao conhecimento do Sr. Everardo Maciel, que se encontra de férias, e de seus assessores, que não me dão atenção, pois isso demonstra a grande anarquia da Receita Federal brasileira e pressupõe que alguém esteja recebendo algum salário, em alguma repartição pública, em nome dessa senhora, que nunca viu o recurso, mas acabou sendo citada ou objeto da carta de restituição.

Junto esses documentos ao meu pronunciamento e peço que sejam encaminhados à Receita Federal. Talvez a Mesa do Senado receba a atenção que não tive do Ministério Público.

A segunda questão é muito mais séria, Sr. Presidente. Há um tempo atrás, solicitei ao meu amigo, Sr. Everardo Maciel, que tem a minha consideração e o meu respeito, que ouvisse comigo a denúncia do exportador brasileiro que mostrava que havia fraude na importação de automóveis. O Brasil está aceitando das montadoras o automóvel importado pela metade do valor real de importação, fraudando a nota.

Esse meu amigo juntou à sua denúncia, feita diretamente ao Sr. Everardo Maciel e à Corregedoria da Receita Federal, por meio de depoimento, os livros com as tabelas de preços americanas e as guias de importação com a metade do preço. Já pagamos 50% sobre o preço real. Com isso, a tributação seria 25% do preço real. Além disso, esse conhecido meu, Sr. Gilberto Menezes, denunciou que fiscais da Receita Federal estavam recebendo bola em Curitiba e no porto de Paranaguá, que estavam fraudando guias de recolhimento de impostos. E prestou um depoimento oficial.

Há alguns dias, passados quase seis meses ou mais da denúncia, ele fez uma consulta à Corregedo-

ria da Receita Federal, que ficou aos cuidados do Corregedor-Geral Matheus Rodrigues da Costa, nos seguintes termos, Sr. Presidente:

Venho através desta solicitar a V. Sª em que fase se encontra a denúncia feita por Gilberto Menezes a essa Corregedoria, no dia 21 de fevereiro de 2001, por diversas irregularidades cometidas pelo funcionário Marco A. F. Posseti e outros.

Desde já agradeço a atenção.

E qual foi a resposta da Corregedoria? Está aqui. Tiveram a petulância de responder assim:

Prezado senhor,

Tendo em vista a solicitação de V. Sª de informações relativas à fase em que se encontra a denúncia feita a esta Corregedoria, no dia 21 de fevereiro de 2001, e que supostamente trataria de irregularidades cometidas pelo servidor Marco Antonio Ferreira Posseti, informamos que se encontra aguardando a disponibilidade de recursos humanos para a sua análise e medidas cabíveis.

Enquanto isso, a Receita Federal forjou um pedido judicial, conseguiu uma ordem de busca e apreensão e, para intimidar o denunciante, invadiu a sua casa, apreendendo o computador pessoal do seu filho, documentos e, além disso, roubando alguns bens pessoais – roubando, porque não foram inventariados no auto de apreensão.

É essa a Receita Federal do Sr. Everardo Maciel, que está de férias, que no meu gabinete ouviu a denúncia e sobre essa denúncia nada apurou, alegando que não tem pessoal. Mas existe pessoal para forjar denúncias frias e invadir a casa do denunciante.

Sr. Presidente, solicito que o Ministério Público Federal tenha conhecimento dos documentos que estou juntando ao processo: a denúncia do empresário paranaense, o seu depoimento à Corregedoria da Receita Federal e esses interessantíssimos documentos em que a Srª Elza Chrispin, minha velha amiga Elza Crispim – que trabalhou na casa de meus pais tantos anos – recebe uma restituição de impostos que nunca pagou.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO REQUIÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Curitiba, 16 de agosto de 2001.

Prezado Senador Roberto Requião

Conforme a denúncia que fiz a V. Sria. no final do ano passado, envolvendo o uso pelas montadoras de automóveis de faturas de preços de veículos "falsas" isto é sub-faturadas, causando ao país perda gigantesca na arrecadação de impostos, com a conivência de dirigentes e fiscais da Receita Federal.

Fiz a denúncia anexa, a corregedoria da Receita em Curitiba, e seis meses depois, a resposta das providências tomadas foi esta, também anexa.

Aí então fiz a denúncia do que estava ocorrendo para a ministra, conforme cópia anexa, que me respondeu por telefone que iria tomar todas as providências que o caso exigia.

No entanto, para minha surpresa, ontem dia 14 de agosto, em torno de 08hrs., da manhã, mais de 15 homens entre eles - da Receita Federal invadiram a minha residência, de posse do mandato anexo, para minha surpresa quem comandava a ação era justamente um dos fiscais por mim denunciado, de nome: ROBERTO LEONEL DE OLIVEIRA LIMA amigo íntimo do fiscal MARCO POSSETI, que liberou carros com o uso de Darf's falsos, conforme minha denúncia.

Eu não me encontrava em casa no momento deste absurdo, mas como pode notar V. Sria. No verso de tal mandato, eles relacionam o que foi apreendido na dita busca, isto é, nada que estivesse relacionado ao tal mandato.

Mas no entanto furtaram duas agendas particulares de minha propriedade, cinco faturas originais que fazem parte da minha denúncia contra as montadoras, e uma Revista Época, na qual eu denunciava o envolvimento de EDUARDO JORGE e FERNANDO HENRIQUE, no golpe das montadoras, apoderou-se também de uma cópia da minha denúncia a corregedoria da Receita Federal, e também da cópia da denúncia feita a ministra Dra Anadir da União Federal n.º 00.190.00/0.76.2001-51. As quais envolviam Roberto Leonel de Oliveira Lima; fora as ameaças feitas por Roberto Leonel a nossa cozinheira, dirigidas a mim, GILBERTO MENEZES.

Hoje a tarde estou registrando no 3º Distrito Policial de Curitiba, a notícia do furto de tais documentos inclusive após o ocorrido, mantive contato com a Rede Globo de Televisão, que imediatamente mandou uma equipe a minha casa, para registrar a baderna que fizeram, inclusive chegaram a ler todas as provas que possuo contra todas as irregularidades cometidas. Pelos fiscais da Receita Federal.

A Rede Globo esta preparando a matéria completa para ir ao ar em breve.

É o que tenho no momento, esclarecendo ainda que não tenho nenhum vínculo com as tais empresas, como também desconheço qualquer ligação destas firmas com a minha pessoa.

Esperando que o Senador possa me ajudar a esclarecer todos esses episódios envolvendo as montadoras e a Receita Federal. Neste episódio, o qual estou pedindo abertura de processo criminal na Polícia Federal por abuso de poder e invasão de domicílio, inclusive, estive na Justiça Federal, com o próprio juiz que autorizou a busca, e o mesmo me disse que ele autorizou somente o que estava escrito no mandato, e portanto todos os abusos cometidos, para que eu denuncia-se em processo na Justiça.

Ocorre que na rua Sérgio Pereira da Silva n.º 10 tem duas casas, e a ordem era clara que a autorização era somente para a casa de Carlos André Menezes, no entanto, comandados pelo meu inimigo Roberto Leonel de Oliveira Lima, o mesmo que estou denunciando a corregedoria e para a ministra em minhas denúncias, invadiu a minha casa sem autorização para tal.

Muito obrigado!!!

Gilberto Menezes

**A RECEITA FEDERAL
CORRETORIA DA RECEITA FEDERAL
AOS CUIDADOS DO CORREGEDOR GERAL**

Recebido

SECRETARIA GERAL	EM 21/12/2006	ESCRITÓRIO
MATHEUS RODRIGUES DA COSTA		
CHEFE		

Esta cópia confere com o documento constante do processo. 1/20

Estive no final do ano em BRASÍLIA, a convite do senador ROBERTO REQUIÃO, que na oportunidade convidou o secretário da Receita Federal EVERARDO MACIEL, e assessores em seu gabinete, para que tomasse conhecimento da minha DENÚNCIA, com relação ao uso pelas MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS, de (FATURAS COMERCIAIS, DE PREÇOS DE AUTOMÓVEIS) FALSAS, isto é SUB-FATURADAS, e usadas no desembaraço aduaneiro junto as repartições aduaneira, nas cidades de VITÓRIA, CURITIBA E PARANAGUA, causando um grave prejuízo a nação no recolhimento de impostos, tendo importado em seis anos, mais de dois milhões de veículos, naquela oportunidade o SECRETÁRIO após ouvir o meu relato, e ver as tais FATURAS FALSAS, e também as D.Is. referente aos desembaraços das MONTADORAS, também relatei outras graves irregularidades cometidas por fiscais que atuavam no porto de PARANAGUÁ.

O Sr. EVERARDO, após ouvir atentamente o meu relato, inclusive, na presença do SENADOR REQUIÃO, perguntou nomes de funcionários da RECEITA NO PARANÁ, e sugeriu então, que eu procurasse a CORREGEDORIA e denunciasses todas as irregularidades cometidas pelos fiscais, e é o que passo a fazer neste momento.

A pedido do Sr. ARLINDO GUERRO, que na época era o inspetor da RECEITA em PARANAGUÁ, e a bem dos fiscais honestos, que trabalhavam naquela repartição, resolvi aceitar o pedido do Sr. ARLINDO, e denunciar a comissão de investigação, e relatar o que se segue, conforme termo de inquirição, pois naquela época eu já havia encerrado as atividades de importação de veículos em nome da minha empresa, e não operava mais, na importação de automóveis.

DOCUMENTO UM

Montei pequeno escritório nos EUA na cidade de MIAMI-FL. e registrei uma pequena empresa de exportação com o nome de AMERICAN CAR IMPORT AND EXPORT CORPORATION, unicamente para exportar carros novos, ZERO KM, para o BRASIL, atendendo o pedido de brasileiros e pessoas que me procuravam em MIAMI, ou em meu pequeno escritório de representação daquela empresa no BRASIL.

No entanto para minha surpresa, todos os carros de clientes e empresas exportados pela AMERICAN CAR de MIAMI, que eram desembaraçados no porto de PARANAGUÁ, sofriam sérias perseguições pelos fiscais que eu havia denunciado: AZAMBUJA, NILO E FORTES, segundo relato de pessoas físicas e empresas, que se utilizam de faturas (INVOICES) da AMERICAN CAR DE MIAMI para o desembaraço aduaneiro, eram perseguidos de todas as formas, com exigências absurdas pelos fiscais, e inclusive pelo novo INSPETOR recém chegado de nome: ANDRÉ LUIZ ROCHA POMBO, que inclusive foi afastado de Paranaguá por irregularidades.

Diante de tal situação, vim ao BRASIL, relatei os fatos ao Sr. RODNEI MACHADO CHRISTINO, secretário da referida comissão, a qual eu havia feito a denúncia contra os fiscais, ele então me recebeu em PARANAGUÁ, na companhia de outro membro da RECEITA de nome SUMIDA, de origem japonesa.

Naquela oportunidade, o Sr. RODNEI me garantiu que os fiscais os quais eu havia denunciado, não fariam desembaraço aduaneiro onde constasse o INVOICE AMERICAN CAR COMO EXPORTADORA.

No entanto, alguns meses mais tarde, o fiscal da receita de nome MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETI, passa a questionar nas D.Is que tinham o INVOICE da AMERICAN CAR, quem era que assinava pela empresa e queria que identificasse o nome completo? Sendo POSSETI amigo íntimo dos fiscais: AZAMBUJA, NILO E FORTES, e trabalhavam no mesmo setor. Pois a identificação de quem era o proprietário da empresa exportadora, nada tinha a ver com o desembaraço, além do mais, isto não era praxe no desembaraço, porque então ele queria identificar esta pessoa?

Agora então vamos entender o PORQUE? Do Sr. POSSETI querer identificar quem assinava pela firma exportadora, isto é a AMERICAN CAR IMPORT AND EXPORT CORP.

DOCUMENTO 2: D.I. com exigência do POSSETI.

Após minha denúncia inicial, foram investigados vários despachantes aduaneiro, que atuavam em PARANAGUÁ, e entre eles o ajudante de despachante, JOSE THOMAS UTRABO, amigo íntimo dos fiscais AZAMBUJA, NILO E FORTES, e também do fiscal POSSETI, o ajudante de despachante JOSÉ UTRABO, naquela época havia sido indiciado na POLICIA FEDERAL DE PARANAGUÁ, por falsificar documentos fiscais apresentados na RECEITA FEDERAL EM PARANAGUÁ, conforme seu depoimento DOC 13, além de outras irregularidades administrativas, inclusive no porto de PARANAGUÁ.

Ai então formou-se uma quadrilha para cometer todo tipo de crimes fiscais, além de também, perseguir de todas as formas a pessoa de GILBERTO MENEZES que os denunciou.

Vamos então aos fatos: MARCO A. F. POSSETI e LUIZ F. FORTES, fazem REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIIS CONTRA GILBERTO MENEZES utilizando para isto, todo tipo de irregularidades e falsidades contra a minha pessoa, com a intenção de me intimidar e prejudicar, PORQUE?

DOCUMENTO 3: AÇÃO PENAL movida por POSSETI E FORTES contra GILBERTO pois descobri, que antes da ação penal contra a minha pessoa, ocorreu o seguinte: LER O MEU DEPOIMENTO NO INQUÉRITO 378 da POLÍCIA FEDERAL que tornou-se processo n.º 97.001.3279-0

DOCUMENTO 4: Depoimento de Gilberto no inquérito 378

Durante o inquérito policial, quando o POSSETI foi ouvido, veja o que ele contou em seu depoimento.

DOCUMENTO 5: Depoimento do POSSETI no inquérito 378

E comparar também com este depoimento.

DOCUMENTO 6: Depoimento do POSSETI no processo de calúnia movido na 3.º VARA CRIMINAL FEDERAL N.º 98.001.6141-4

E confrontar também com as D.Is n.º 002648/50/51/52 as quais foram pagas com DARF'S FALSOS, no tar que o POSSETI fez a documental e o fiscal NILO fez a física, mesmo sabendo que eram falsas, pois o ajudante de despachante José Utrabo ao repassar os darf's referente a estas D.Is já havia alertado o POSSETI que os darf's eram falsos; (rever o depoimento de POSSETI no inquérito 378, inclusive a data do recolhimento dos darf's e a data os quais foram repassados pelo ajudante de despachante UTRABO? (11 – março – 1996)

Vejamos o que aconteceu, após a liberação destes quatro carros pelo POSSETI e NILO, o UTRABO levou os carros e as D.Is para a DANICAR de SERGIO MALUCALLI, e aí então a empresa LIBRE juntou na ação de denuncia espontânea, e cautelar de n.º (96.000.4415-5) e na de n.º (96.000.4636-0) (dia 18 – abril 1996)

DOCUMENTO 7: Cópia das D.Is n.º 002648/50/51/52 juntada na 4.º vara.

Agora comparar com as mesmas D.Is juntadas por POSSETI no processo de calúnia contra GILBERTO MENEZES n.º 98.00161-4 vocês irão notar que o POSSETI e o NILO chamaram o fiscal FORTES para também assinar a referidas D.Is mesmo depois de já estarem liberadas isto porque o grupo dividia todas as responsabilidades.

DOCUMENTO 7a.: Cópias das D.Is n.º 002648/50/51/52 juntadas por POSSETI

Agora compare todos os depoimentos com a ação de denuncia espontânea e cautelar movida pela LIBRE contra a Receita Federal, e note com atenção para a decisão do juiz, seu comentário e relatório?

DOCUMENTO 8: Denuncia espontânea 4.º VARA FEDERAL.

Comparar também com depoimento do POSSETI no inquérito dos DARF'S FALSOS n.º 379 processo n.º (96.001.2727-1) onde inclusive o Sr. SERGIO MALUCELLI dono da DANICAR já foi indiciado.

DOCUMENTO 9: depoimento do POSSETI no inquérito dos darf's Falsos.

É vejam que todos os depoimentos dados por POSSETI, em cada um ele diz uma coisa, completamente diferente da outra, em processos diferentes, inclusive em um deles ele afirma que detectou a fraude através do sistema SINAL da receita federal, e teve a ousadia de

juntar cópia do sistema SINAL com a data de 25/04/96, na P.F. portanto mais de um mês após o ajudante de despachante JOSÉ UTRABO ter lhe repassado os DARF'S FALSOS, e ele mesmo ter ido ao BANCO BANESTADO agência MERCÊS.

DOCUMENTO 10: Ofício do Banestado.

Além do mais, quando o juiz da 4.ª vara intimou a receita federal, para saber se os fiscais haviam feito ação fiscal e penal contra a DANICAR e outros, isto é a empresa que apresentou os darf's falsos, eles tentaram enganar o juiz, fazendo ação fiscal com data anterior a comunicação judicial, o que foi detectado e comunicado ao juiz, conforme decisão judicial, documento n.º 8.

Não podemos esquecer ainda de relatar o fato de que o ajudante de despachante JOSÉ UTRABO, foi quem entregou os darf's falsos ao POSSETI, mesmo não constando o nome dele em lugar nenhum nos documentos que instruíram os despachos aduaneiro nas D.I.s 002648/50/51/52 sendo que o representante nos despachos era PEDRO GOMES GIFFONI, e JOSÉ UTRABO não estava credenciado nem para dar ciência nestas D.I.s como podemos comprovar.

DOCUMENTO 11: Forjado com os outros fiscais após o 1.º desembaraço

Os fatos dos Darf's Falsos, foram de conhecimento público, somente a receita federal não quis investigar, não se sabe PORQUE? Tendo eu inclusive, comparecido pessoalmente naquela época, na companhia do Sr. Procurador da fazenda nacional Sr. Ayrton, e relatado estes fatos, com pormenores a Sra. LUIZITA, que na ocasião respondia pela superintendência da receita federal, além de não Ter tomado nenhuma providência, ainda duvidou do meu relato.

Depois disto, voltei novamente a receita federal, e na presença da Sra. TIAYSA, e de outro advogado, fiz novamente o relato, e a resposta por parte dela, foi de que a receita já havia recebido o montante referente ao golpe, e que não haveria interesse de investigar nada. Para comprovar que todos sabiam das irregularidades, junto cópia da revista "ISTO É", com a reportagem "O PARCEIRO DO GATO" onde conta a história dos DARF'S FALSOS.

DOCUMENTO 12: Cópia da revista Isto é.

AGORA VAMOS A 2ª PARTE

Com relação a apresentação de certidão falsa, **(DOCIE COMPLETO)**

A empresa DANICAR, de propriedade de SÉRGIO MALUICELLI, ainda tinha mais oito automóveis para liberar no porto de PARANAGUÁ, mas após o ocorrido com os nove primeiros carros, e não Ter feito o acerto da outra parte com os fiscais, não poderia fazer o desembaraço desses outros oito carros, os quais os B.L. também estavam em seu nome, pois estava suja na receita federal da Paranaguá, aí então, procurou desembaraçar os carros através da empresa I.T.S., sem que seus dirigentes soubessem do ocorrido com os darf's falsos, usando para tal, uma procuração em nome do já famoso ajudante de despachante JOSÉ THOMAZ UTRABO. Para fugir dos fiscais, acontece que UTRABO fazia jogo duplo, entre importadores e fiscais, intermediando inclusive entre a DANICAR e os fiscais, conforme poderá se deduzir, comparando suas declarações nos processos.

DOCUMENTO 13: Declaração do UTRABO

Inclusive de acordo com as normas fiscais ART. 45 & 2 que diz: A CIÊNCIA DO IMPORTADOR SERÁ FORMALIZADA NAS DUAS VIAS DO EXTRATO DA DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO, o que não ocorreu, pois em cada via, o fiscal POSSETI, fez redação completamente diferente uma da outra, e inclusive anexou no processo da 4.ª vara fed. Processo n.º (96.0015.864-9), com a nitida intenção de induzir o juiz a erro mandando que UTRABO, desse o ciente no verso da D.I. 009243 da redação escrita a máquina por POSSETI: (VER O DOCUMENTO 15) isto no dia 23/set. de 1996, portanto 4 dias após Ter recebido a confirmação de ROBERTO LEONEL, (DOCUMENTO 19) de que a tal certidão era falsa, justamente para Ter uma prova de que a empresa, I.T.S. tivesse entregue a tal certidão falsa para desembaraçar os seis carros.

Acontece que o mesmo juiz da 4.ª vara havia intimado o Sr. MILTON DE RÊ, chefe da DOCUMENTAL naquela época, para saber em que dia a tal certidão foi entregue? e resposta do Sr. MILTON DE RÊ é de que foi no dia 10/set./1996, portanto quatro dias após Ter sido feito a liberação dos seis carros, conforme consta no documento n.º três (AÇÃO PENAL MOVIDA POR

POSSETI E FORTES CONTRA GILBERTO) portanto não poderia a I.T.S. Ter usado a tal certidão para os desembaraços das D.Is. de n.º (7799) (7800) (7665) (7801) (7966) (7967), inclusive tendo POSSETI e UTRABO feito todas as D.C.Is. após a liberação dos carros.

DOCUMENTO 14: normas fiscais pg 172

DOCUMENTO 15: D.Is. 009243 com redação diferente, entregue por POSSETI uma na 4.º vara processo da I.T.S. (96.00.14.111-3) e a outra também entregue por POSSETI no processo de calúnia n.º 98.001.6141-4), note que estes três últimos veículos sequer foram liberados.

DOCUMENTO 16: Ofício do inspetor substituto para o juiz da 4.º vara, confirmando que a tal certidão foi entregue por UTRABO no dia, 10/set./1996, portanto 4 dias após Ter sido liberado os seis carros que estavam as D.Is. em nome da I.T.S.

Vale salientar ainda, que é vedado ao ajudante de despachante dar ciência em documentos fiscais, de acordo com o decreto 645/92 da coletânea de leis de comércio exterior.

DOCUMENTO 17: Decreto 646/92

Além do mais, o fiscal POSSETI na ancã de parar o desembaraço dos carros da DANICAR, que estava sendo feito pela I.T.S. fez exigências ilegais, exigindo que a empresa I.T.S. apresentasse a autorização do IBAMA e LCVM, que seria o CAT, o que era ilegal, uma vez que esta exigência somente poderia ser feita, se constasse na guia de importação tal exigência, o que não constava.

De acordo com as normas administrativas na importação PORTARIA DECEX n.º 8/91 capítulo 87 letra D, página 43 das normas administrativas na importação, se não houvesse cláusula neste sentido não poderia ser exigido no desembaraço aduaneiro.

Além do que a empresa tinha uma ordem judicial do juiz da 6.º vara federal para que todas as exigências fossem cumpridas em seis meses, na justiça federal, ficando a empresa como fiel depositária dos carros, PORQUE ENTÃO IRIA ELA APRESENTAR DOCUMENTO FALSO PARA LIBERAR OS CARROS, QUE INCLUSIVE JÁ SE ENCONTRAVAM LIBERADOS.

DOCUMENTO 18: Portaria decex n.º 8/91.

Agora veja, o AFTN de nome ROBERTO LEONEL DE O. LIMA em conjunto com o fiscal POSSETI, no dia 19/set. de 1996 faz uma comunicação a superintendente Dra. THAYSA, onde faz um relato: (documento n.º 20), e no mesmo dia faz outra comunicação, só que desta vez, dirigida a inspetoria de PARANAGUÁ, para ser usada na representação fiscal por fins penais contra GILBERTO MENEZES, acrescentando nesta comunicação os seguintes dizeres:

PARA O FATO DE QUE A EMPRESA I.T.S. ESTA SUPOSTAMENTE EM NOME DE "LARANJAS", SENDO ADMINISTRADA POR PESSOAS LIGADAS A GILBERTO MENEZES.

Eu quero ver as provas do que o Sr. ROBERTO LEONEL disse a respeito da minha pessoa, naquela data, qualquer documento oficial da Receita Federal, que diga que o GILBERTO MENEZES operava a tal empresa através de "LARANJAS", quero ver as provas.

DOCUMENTOS 19 – 20: Comunicações de ROBERTO LEONEL

Sugiro que seja extraído xerox do processo de calúnia movido por POSSETI contra a minha pessoa, inclusive onde arrolou o seu amigo ROBERTO LEONEL como testemunha, e o mesmo durante o seu depoimento, mesmo após cinco anos do ocorrido sabia tudo nos mínimos detalhes?

Obs. O fiscal POSSETI na época dos DARF'S FALSOS, no dia seguinte após Ter recebido os DARF'S das mãos de UTRABO as 17:30 da tarde veio pessoalmente ao BANESTADO AGENCIA MÉRCEZ em CURITIBA, investigar e extrair documentos, conforme relato da funcionária da agência, e comprovada com os depoimentos dado pelo próprio POSSETI ao juiz da 3.º vara criminal processo (98.001.6141-4).

E gostaria de saber também, se POSSETI tinha autorização por escrito para fazer tal diligência na agência do BANESTADO em CURITIBA, uma vez que ele era fiscal aduaneiro lotado em PARANAGUÁ?

DOCUMENTO 10: Declaração do BANESTADO agência MÉRCEZ

Espero desta corregedoria, ampla e total investigação dos fatos por mim relatados, inclusive em seu pormenores, e em detalhes, que são muitos e que aqui não foram relatados,

pondo-me a disposição desta corregedoria para qualquer esclarecimentos que se faça necessário, ou eventuais dúvidas.

DOCUMENTO 21: Depoimento - Sérgio Maiucci e Seme Raad.

DOCUMENTO 22: Cópias do diário oficial das nomeações do ajudante de despachante JOSÉ UTRBO, e demissões dos fiscais: AZAMBUJA, NILO, FORTES e OUTROS.

OBS: Descobrimos recentemente, através de um ex. funcionário da RECEITA FEDERAL DE PARANAGUÁ, que os fiscais POSSETI, NILO, FORTES e AZAMBUJA, que após o desembarço aduaneiro, e libertação da D.I. via importador, os referidos fiscais faziam anotações, e juntavam documentos na via da RECEITA após as datas de liberação, inclusive opondo ciência de despachos com a conivência de despachantes que faziam parte do esquema, como neste caso do ajudante de despachante JOSE T. UTRABO.

Curitiba, 11 de fevereiro de 2001.


Gilberto Menezes


A RECEITA FEDERAL
CORREGEDORIA DA RECEITA FEDERAL
AOS CUIDADOS DO CORREGEDOR GERAL
Sr. MATHEUS RODRIGUES DA COSTA

Venho através desta solicitar a V.Sria. em que fase se encontra, a "DENUNCIA" feita por GILBERTO MENEZES a esta corregedoria, no dia 21-02-2.001, por diversas irregularidades cometida pelo funcionário MARCO A.F. POSSETI e outros.

Desde já agradeço sua atenção

CURITIBA, 18 de JULHO DE 2.001


GILBERTO MENEZES

Reubi em 18/07/2001


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
ESCRITÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL

Curitiba, 18 de julho de 2001

Prezado Senhor,

Tendo em vista a solicitação de Vossa Senhoria de informações relativas à fase em que se encontra a denúncia feita a esta Corregedoria no dia 21.02.2001, e que supostamente trataria de irregularidades cometidas pelo servidor Marco Antonio Ferreira Possetti, informamos que encontra-se aguardando a disponibilidade de recursos humanos para sua análise e medidas cabíveis.

Atenciosamente,



Mathias Silva da Costa
Chefe - ESCOR/9ª RF

Ilmo. Sr.
Gilberto Menezes
CURITIBA-PR

A Sra. Dra. Anadir de Mendonça Rodrigues

Ministra Corregedora Geral da união
Palácio do Planalto
Anexo I Torre sala C/1
Brasília-DF - CEP: 70.150-900
(A/C Dra. Delza)

De acordo com o que conversamos por telefone no dia 24/07/2001, passo a fazer um breve relato dos acontecimentos.

Desde o ano de 1995, venho denunciando através dos meios de comunicação, o uso pelas "MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS de faturas comerciais com os preços dos automóveis "SUB-FATURADOS" recolhendo os impostos bem abaixo do que deveria ser, causando um grave prejuízo aos cofres públicos, denúncia esta que encontra-se protocolada no "MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL" em CURITIBA sob o número (08.1.500-4686/98-46. (estando engavetada).

AS MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS, só conseguem manter o "ESQUEMA", com a ajuda de autos funcionários da RECEITA FEDERAL, além dos fiscais, sendo este o principal motivo pelo qual estas "MONTADORAS" se estabeleceram em "CURITIBA".

No ano de 1994, a pedido do inspetor da RECEITA FEDERAL DE PARANAGUÁ - PR. Denunciei três fiscais lotados no PORTO DE PARANAGUÁ, conforme cópia da referida denúncia, e a partir daquela data passei a sofrer todo tipo de perseguição por parte daqueles que eu havia denunciado, e também dos despachantes aduaneiros que cometiam todo tipo de irregularidade no desembaraço de veículos. (ao final acabaram indo para rua (oito) fiscais, a bem do serviço público, além de vários despachantes terem sido indiciados na Polícia Federal de PARANAGUÁ, por todo de irregularidades.

No entanto antes de serem demitidos a bem do serviço público, conforme diário oficial anexo, o ex fiscal de nome LUIZ F. P. PORTES, e o fiscal que continua trabalhando na receita federal em CURITIBA de nome MARCO ANTÔNIO F. POSSETI, na época em conluio com o ajudante de despachante de nome JOSÉ TOMAS UTRABO, este respondendo inquérito na polícia federal de PARANAGUÁ por entregar documentos fiscais adulterados na RECEITA FEDERAL DE PARANAGUÁ. "FORJARAM" uma ação fiscal para fins penais contra a minha pessoa, por vingança por tê-los denunciando, com a intenção de me prejudicar e intimidar, para isto, tiveram que adulterar documentos oficiais da RECEITA FEDERAL, contando-o para isto com a ajuda do funcionário da receita de CURITIBA do nome ROBERTO LEONEL, lotado no serviço de investigação reservado da RECEITA em CURITIBA.

O envolvimento de todos citados por mim, é comprovado com farta documentação, inclusive a liberação de carros com "DARF'S FALSOS liberados pelo fiscal MARCOS POSSETI.

No dia 21 de fevereiro de 2001, fiz a denúncia por escrito e acompanhada de todas as provas a CORREGEDORIA DA RECEITA FEDERAL DE CURITIBA, conforme cópia anexa, no entanto já se passaram cinco meses e o corregedor diz por escrito, que não tem disponibilidade para análise das medidas cabíveis, inclusive fui informado através de bons funcionários da repartição, que não compartilham das irregularidades cometidas, que existe um grande corporativismo dentro deste órgão. Que não querem investigar, não havendo interesse inclusive por parte do superintendente em CURITIBA.

O mais grave de tudo isto, é que fizeram uso de documentos "FORJADOS" dentro da RECEITA FEDERAL" para juntar em uma ação de "CALÚNIA" movido pelo fiscal MARCOS POSSETI, COM A AJUDA DE ROBERTO LEONEL contra a minha pessoa.

Espero que vossa excelência, determine a imediata apuração das denúncias por mim referidas, e inclusive peço que seja feita a perícia de todos os documentos adulterados, bem como a apuração das responsabilidades do fiscal MARCOS POSSETI na liberação dos carros pagos com o uso de "DARF'S FALSOS".

Peço também que para que seja feita a completa elucidação dos fatos, seja indicado pessoa com conhecimento na área de importação, antes de ser implantado o "SISCOMEX" isto é, no ano de 1996 e sem comprometimento com os envolvidos, e também a perícia dos referidos documentos.

Estou a disposição de vossa excelência para qualquer esclarecimento, e com a certeza do restabelecimento de "JUSTIÇA".

Curitiba, 24 de julho de 2001.

Gilberto Menezes
Fone: (41) 335-2606

obs.: Os documentos referidos encontram-se junto com a denúncia na Receita Federal



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
2ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA


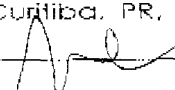
MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 708/2001

Autos de Procedimento Criminal Diverso nº 2001.70.00.023411-0

O DOUTOR NICOLAU KONKEL JUNIOR, Juiz Federal, Titular da 2ª Vara Federal Criminal da Circunscrição Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, na forma da lei, etc.,

Manda, a qualquer autoridade policial a quem este for apresentado – com fulcro no disposto no artigo 240, § 1º, "e", do Código de Processo Penal – que em seu cumprimento, proceda-se à **BUSCA E APREENSÃO**, na residência de **CARLOS ANDRÉ MENEZES**, situada na Rua Sérgio Pereira da Silva, casa 10, Pilarzinho, nesta Capital, a fim de apreender documentos relativos à constituição das empresas FORGERON e MAGNAFER, bem como todos os documentos referentes à importação de veículos no período dos anos de 2000 e 2001, entre os quais, os conhecimentos de transporte aereo, as declarações de importação e os documentos de cadastramento dos veículos junto ao DETRAN, estando autorizado o acesso aos dados eventualmente constantes em banco de dados (CPU, computadores). A diligência deverá ser cumprida com a presença de um Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, com observância dos requisitos dispostos no art. 243 do CPP, a fim de que seja cumprida com total atenção às garantias constitucionais que são deferidas aos destinatários das buscas (entre outros, o resguardo domiciliar do horário noturno, art. 5º, XI, da CF/88). Concede o prazo de dez dias para a execução das diligências, devendo, após este prazo, ser comunicado a este juízo os resultados obtidos.

Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei.

Expedido em Curitiba, PR, em 08 de agosto de 2001. Eu,  Técnica Judiciária, digitei, e eu,  Márcia Collin, Diretora de Secretaria, conferi e assino.


Nicolau Konkell Junior
Juiz Federal

A Sra. Dra. Anadir de Mendonça Rodrigues

Ministra Corregedora Geral da união
Palácio do Planalto
Anexo I Torre sala C/1
Brasília-DF - CEP: 70.150-900
(A/C Dra. Delza)

De acordo com o que conversamos por telefone no dia 24/07/2001, passo a fazer um breve relato dos acontecimentos.

Desde o ano de 1995, venho denunciando através dos meios de comunicação, o uso pelas "MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS de faturas comerciais com os preços dos automóveis "SUB-FATURADOS" recolhendo os impostos bem abaixo do que deveria ser, causando um grave prejuízo aos cofres públicos, denúncia esta que encontra-se protocolada no "MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL" em CURITIBA sob o número 08.1.500-4686/98-46. (estando engavetada).

AS MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS, só conseguem manter o "ESQUEMA", com a ajuda de autos funcionários da RECEITA FEDERAL, além dos fiscais, sendo este o principal motivo pelo qual estas "MONTADORAS" se estabeleceram em "CURITIBA".

No ano de 1994, a pedido do inspetor da RECEITA FEDERAL DE PARANAGUÁ - PR. Denunciei três fiscais lotados no PORTO DE PARANAGUÁ, conforme cópia da referida denúncia, e a partir daquela data passei a sofrer todo tipo de perseguição por parte daqueles que eu havia denunciado, e também dos despachantes aduaneiros que cometiam todo tipo de irregularidade no desembaraço de veículos. (ao final acabaram indo para rua (oito) fiscais, a bem do serviço público, além de vários despachantes terem sido indiciados na Polícia Federal de PARANAGUÁ, por todo de irregularidades.

No entanto antes de serem demitidos a bem do serviço público, conforme diário oficial anexo, o ex fiscal de nome LUIZ F. P. PORTES, e o fiscal que continua trabalhando na receita federal em CURITIBA de nome MARCO ANTÔNIO F. POSSETI, na época em conluio com o ajudante de despachante de nome JOSÉ TOMAS UTRABO, este respondendo inquérito na polícia federal de PARANAGUÁ por entregar documentos fiscais adulterados na RECEITA FEDERAL DE PARANAGUÁ, "FORJARAM" uma ação fiscal para fins penais contra a minha pessoa, por vingança por tê-los denunciando, com a intenção de me prejudicar e intimidar, para isto, tiveram que adulterar documentos oficiais da RECEITA FEDERAL, contado-o para isto com a ajuda do funcionário da receita de CURITIBA de nome ROBERTO LEONEL, lotado no serviço de investigação reservado da RECEITA em CURITIBA.

O envolvimento de todos citados por mim, é comprovado com farta documentação, inclusive a liberação de carros com "DARF'S FALSOS liberados pelo fiscal MARCOS POSSETI.

No dia 21 de fevereiro de 2001, fiz a denúncia por escrito e acompanhada de todas as provas a CORREGEDORIA DA RECEITA FEDERAL DE CURITIBA, conforme cópia anexa, no entanto já se passaram cinco meses e o corregedor diz por escrito, que não tem disponibilidade para análise das medidas cabíveis, inclusive fui informado através de bons funcionários da repartição, que não compartilham das irregularidades cometidas, que existe um grande corporativismo dentro deste órgão. Que não querem investigar, não havendo interesse inclusive por parte do superintendente em CURITIBA.

O mais grave de tudo isto, é que fizeram uso de documentos "FORJADOS" dentro da RECEITA FEDERAL" para juntar em uma ação de "CALÚNIA" movido pelo fiscal MARCOS POSSETI, COM A AJUDA DE ROBERTO LEONEL contra a minha pessoa.

Espero que vossa excelência, determine a imediata apuração das denúncias por mim referidas, e inclusive peço que seja feita a perícia de todos os documentos adulterados, bem como a apuração das responsabilidades do fiscal MARCOS POSSETI na liberação dos carros pagos com o uso de "DARF'S FALSOS".

Peço também que para que seja feita a completa elucidação dos fatos, seja indicado pessoa com conhecimento na área de importação, antes de ser implantado o "SISCOMEX" isto é, no ano de 1996 e sem comprometimento com os envolvidos, e também a perícia dos referidos documentos.

Estou a disposição de vossa excelência para qualquer esclarecimento, e com a certeza do restabelecimento de "JUSTIÇA".

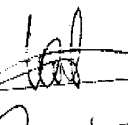
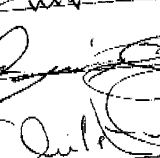



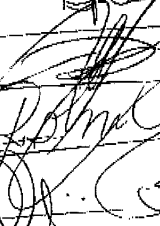
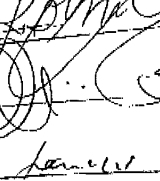
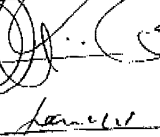
Curitiba, 24 de julho de 2001.

Gilberto Menezes
Fone: (41) 335-2606

obs.: Os documentos referidos encontram-se junto com a denúncia na Receita Federal

Em cumprimento ao presente Mandado nos
 os locais até a residência de CARLOS ANTONIO
 LENEZES, RUA Sérgio Pereira da Silva nº 10 -
 (Lanzinho - Curitiba) PR e após os procedimentos
 legais de praxe, foi nos permitindo o acesso
 ao proprietário Carlos André, onde procedemos a
 busca sendo encontrada a seguinte:

- 1- Uma pistola Taurus calibre 380 na RLA 75119,
 - com carregador e dezesseis munições intactas;
 - 2- Duas cópias de CRV n.º 010667657 (em branco);
 - 3- Um documento com identificação marca Starlight;
 - 4- Três agendas de telefones e endereços;
 - 5- Uma EPO marca MTK.
- Boa - 14/Agosto/2002.

Carlos André Lenezes - Rg. 3243753-8-PR 
 (proprietário)
 Joaquim Garcia da Rosa - Rg. 402166-PR 
 (testemunha)
 Liete Pinheiro Emberti - Rg. 7.200608-3-PR 
 (testemunha)
 Agente Junt Ribeiro - OAB. 12611/PR 
 (advogado)
 Woni Vasilevski - nat. 65517 
 (advogado)
 Auto Agente Placina dos Santos - nat. 1326 
 (advogado)
 Obento Leonel Oliveira Lima - nat. 1313 
 (advogado)
 Sovera Jr. 
 (advogado)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CONTRATO
ECT/SRF
10549/2001

ELZA CHRISPIN
AV DR VICENTE MACHADO, 344
CENTRO

(NO 09/24.276.189)

80420-000 CURITIBA, PR

10.06.33

ELZA CHRISPIN

713 435 809 78

REMETENTE
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO EXTRATO

CURITIBA
R MARECHAL DEODORO, 555
CENTRO
80020911, CURITIBA, PR

<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
VISTO	

EXTRATO

OS VALORES ABAIXO CORRESPONDEM AO RESULTADO DE SUA DECLARAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2001, ANO-CALENDÁRIO 2000, APÓS O PROCESSAMENTO. EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS ENTRE O SALDO DO IMPOSTO A PAGAR OU A RESTITUIR DECLARADO E O VALOR CONSTANTE NESTE EXTRATO DECORREM DA CORREÇÃO AUTOMÁTICA DE ERROS DE CÁLCULO E/OU PREENCHIMENTO DETECTADOS PELO PROCESSAMENTO.

EXERC.	A. CALEND.	INSCRIÇÃO NO CPF	N. DA DECLARAÇÃO	CASO/C.S.	LOCAL/MUNICÍPIO	EMIÇÃO	N.º/DISTRIBUIÇÃO
2001	2000	713.435.809-78	09/24.276.189	0015/11	0910100/7535	13/08/2001	903/1.013.815

APURAÇÃO E CÁLCULO DO IMPOSTO	VALORES EM REAIS	APURAÇÃO E CÁLCULO DO IMPOSTO	VALORES EM REAIS
RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	16.177,20	CANNE-LEÃO	
DESCONTO SIMPLIFICADO	3.235,44	IMPOSTO COMPLEMENTAR	
DEDUÇÕES		IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR	
BASE DE CÁLCULO	12.941,76	CANNE-LEÃO E MENSALÃO	
IMPOSTO	321,26	TOTAL DO IMPOSTO PAGO	2.147,64
DEDUÇÃO DE INCENTIVO		IMPOSTO A RESTITUIR	1.826,38
IMPOSTO DEVIDO	321,26	SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	
IMPOSTO RETIDO NA FONTE	2.147,64		

RESULTADO FINAL DA DECLARAÇÃO		VALORES EM REAIS
1	IMPOSTO A RESTITUIR	1.826,38
2	IMPOSTO A RESTITUIR CORRIGIDO	1.919,70
3		
4		
5		
6		
7		
8		

ATENÇÃO - ESTE DOCUMENTO MOSTRA COMO FICARAM OS DADOS DE SUA DECLARAÇÃO APÓS O PROCESSAMENTO. LEIA ATENTAMENTE TODAS AS MENSAGENS ABAIXO PARA PROCEDER DE MANEIRA CORRETA. EM CASO DE DÚVIDA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA RECEITA FEDERAL.

SUA RESTITUIÇÃO DE R\$ 1.919,70, REFERENTE AO LOTE BANCO U3, FOI ENCAMINHADA VIA DOC AO BANCO BANESTADO S.A., 00125, PARA CRÉDITO EM CONTA NO DIA 15/08/2001. O VALOR DA RESTITUIÇÃO ESTÁ ATUALIZADO PELA TAXA SELIC, CONFORME O ART. 16 DA LEI 9.250/95, ART. 62 DA LEI 9.430/96 E IN SRF 22/96. CASO NÃO SEJA EFETUADO O CRÉDITO NA CONTA INDICADA, O VALOR ESTARÁ DISPONÍVEL EM QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL NO PRIMEIRO DIA ÚTIL SEGUINTE À DATA ACIMA ESPECIFICADA ATÉ O DIA 15/08/2002. PARA AGENDAR NOVO CRÉDITO LIGUE PARA O 88 RESPONDE 0800-785678 OU PROCURE QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL. (IN SRF 28, DE 13/03/2001). NÃO RECEBENDO NO PERÍODO ACIMA INDICADO, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA RECEITA FEDERAL ONDE PODERÁ SER FEITO O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO POR MEIO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

ENQUADRAMENTO LEGAL: DECRETO 3.000 - RIR/1999, DE 26/03/1999, ARTS. 789, 835 E 871; LEI 5.172, DE 25/10/1966 (CTN), ART. 147, PARÁGRAFO PRIMEIRO, LEI 9.250, DE 26/12/1995, ARTS. 2, 7 A 9, 11 A 14 E 16; LEI 9.430, DE 27/12/1996, ARTS. 61, 62, 73 E 74; DECRETO 2.138, DE 29/01/1997; LEI 9.532, DE 10/12/1997, ARTS. 11, 25 E 27; LEI 9.887, DE 07/12/1999, ART. 1; MP 2.132-43, DE 27/03/2001, ART. 18; IN SRF 165/99, DE 23/12/1999; IN SRF 19/00, DE 23/02/2000.

SITUAÇÃO DO PROCESSAMENTO DAS DECLARAÇÕES DOS ÚLTIMOS QUATRO EXERCÍCIOS

EXERCÍCIO	DATA DE ENTREGA	SITUAÇÃO DA DECLARAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1997			NÃO CONSTA ENTREGA DE DECLARAÇÃO
1998			DECLARAÇÃO DE ISENTO
1999			NÃO CONSTA ENTREGA DE DECLARAÇÃO
2000			NÃO CONSTA ENTREGA DE DECLARAÇÃO

ALOISIO ANTONIO DE OLIVEIRA - MATR. 00001762
DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA

Tempo Perdido

Nas últimas semanas, o governo Fernando de la Rúa faz o possível para cair nas graças do Fundo Monetário Internacional e levantar ajuda extra de US\$ 9 bilhões que restaure a confiança dos investidores nas finanças da Argentina. No mesmo período, o Brasil, contaminado pela crise do vizinho, enviou uma missão a Washington que, em prazo quase recorde, convenceu a direção do FMI a renovar o acordo que expira no fim do ano e liberar crédito no valor de US\$ 15 bilhões. Com a rápida decisão, o FMI deu contribuição decisiva para pôr as coisas no devido lugar: os fundamentos da economia brasileira são muito mais sólidos do que os da Argentina. Nada justifica que se confundam os dois países.

É natural que exista controvérsia sobre os termos do acordo e as exigências de ajuste fiscal ainda mais agudo, que se observa, por exemplo, na meta de superávit primário de 3,5% do PIB em 2002. Outra coisa, bem diferente, à beira da inconseqüência, é receber o novo acordo como um crime de lesa-pátria. Ou clamar, em surto de esquerdismo infantil, que o ministro da Fazenda “se vendeu ao capital estrangeiro” e “não passa de um preposto do FMI”. Tais conclusões podem provocar algum efeito em assembleias estudantis, e olhe lá, pois a retórica dos anos 60 vai longe, pertence ao século passado. Também é fazer pouco da inteligência nacional a assertiva de que o Brasil deixou de ser um país soberano e tem o destino econômico preso à vontade do FMI. É inacreditável que se alimente tal desvario.

Vale a pena recuperar a história recente. O FMI pagou caro pelo excesso de ortodoxia e pelo demasiada confiança nas economias do Pri-

meiro Mundo. Exigências irreais para um capitalismo nascente e em desenvolvimento levaram a Rússia a bancarrota em 1998. E a fé cega nos banqueiros japoneses impediu que o Fundo visse com clareza que o sistema financeiro local estava condenado por créditos podres. O FMI pecou em relação à Rússia e teve de correr atrás da crise do Sudeste Asiático (mesmo erro cometeram as agências de classificação de risco). Aprendeu as lições e reviu sua metodologia de trabalho. Hoje, sua direção mostra mais sensibilidade às resistências políticas e sociais a soluções draconianas, que alimentam a recessão e o desemprego. O Fundo cobra o dever de casa, mas abandonou palmatória e orelhas de burro.

Na verdade, o mundo mudou e o FMI também. Com a globalização, é necessário agir rápido para evitar crises financeiras internacionais. Por isso, causa espanto a opinião do senador Roberto Requião (PMDB-PR): “O acordo com o FMI é como injetar cocaína na veia. O efeito passa rápido. A verdade é que o Brasil vai ser a Argentina até dezembro”. Como se vê, o senador pelo Paraná, além de conhecer o efeito da cocaína na veia, deseja o pior para a economia brasileira. Torce contra. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) perguntou ao ministro da Fazenda se uma das contrapartidas do novo acordo é a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras. Malan se irritou: “É uma leviana assacadeira contra nossa honra dizer que nós, na calada da noite, secretamente, estaríamos discutindo esta venda”. O ministro perdeu a fleuma e também seu tempo durante a sabatina no Senado. Não há fleuma que resista a tanto preconceito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Roberto Requião, faz V. Ex^a três denúncias. A Resolução nº 40, de 1995, institui a Procuradoria Parlamentar e em seu art. 1º declara:

Art. 1º A Mesa Diretora disporá do apoio da Procuradoria Parlamentar – e aqui se encontra o Procurador – cuja finalidade é de promover, em colaboração com ela e por sua determinação, a defesa, perante a sociedade, do Senado, de suas funções institucionais e de seus órgãos e integrantes, quando atingidos na sua honra ou imagem, em razão do exercício do mandato.

Portanto, a primeira questão, desde logo, será encaminhada ao Sr. Procurador, titular da Procuradoria-Geral do Senado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – E ao Ministério Público, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Que, por sua vez, sugerirá o encaminhamento ao Ministério Público com apoio da Mesa do Senado Federal.

No segundo caso, agirá, seguramente, do mesmo modo.

E, no terceiro, estou convencido de que o Dr. Everardo Maciel, que tem procurado pautar os seus deveres com exatidão e correção, tomará a providência objeto da denúncia de V. Ex^a, que é grave. Não tenho dúvida de que S. S^a tomará essas providências.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, vamos tentar raciocinar em quanto significa, qual é o valor da perda de impostos quando os 50%, que são tributados, são reduzidos a 25% tendo em vista a subavaliação do preço dos carros importados: serão algumas centenas de milhões de dólares que o País estará perdendo. Parece-me que nem o meu amigo Everardo Maciel nem a Corregedoria da Receita se incomodou com isso. Isso está sendo feito com a complacência do Governo Federal, sem a menor sombra de dúvida, porque a denúncia foi feita e as providências não foram tomadas; pelo contrário, as providências tomadas se traduziram na intimidação do empresário denunciante.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando, apenas pedindo-lhe desculpas desde logo. S. Ex^a exerceu realmente a Procuradoria, mas há uma nova Procuradoria instituída.

V. Ex^a deseja-se manifestar sobre isso?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não. Era exatamente sobre esse termo. Fico eu agora impedido de tomar qualquer providência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço desculpas por ter mencionado o nome de V. Ex^a.

Os atuais Procuradores da Procuradoria Parlamentar são os Senadores Juvêncio da Fonseca, do PMDB de Mato Grosso do Sul; Gerson Camata, do PMDB do Espírito Santo; Bernardo Cabral, do PFL do Amazonas, jurista, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e Relator da Constituição da República; e Jefferson Péres, pelo Bloco da Oposição. Esses são os Procuradores aos quais a questão será encaminhada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como último orador para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje fazer um registro da viagem que fez a meu Estado o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, acompanhado dos três Senadores do Estado e da Bancada de Deputados Federais, com exceção de apenas um dos oito Deputados Federais.

O Senhor Presidente da República foi a Roraima inaugurar a obra que talvez tenha sido até aqui a maior obra do Estado, juntamente com o asfaltamento da BR-174, que nos liga a Manaus e também à Venezuela, e o Presidente não só esteve na Venezuela, fazendo a ligação formal da energia de Guri até Boa Vista – e de Boa Vista vai se estender a todos os municípios do interior – como também esteve presente a uma solenidade na subestação da Eletronorte, em Boa Vista, ocasião em que não só ressaltou a importância da obra como também o empenho do Governador Neudo Campos em batalhar para que a mesma pudesse efetivamente ser realizada. Nessa ocasião, atendendo também a um pedido do Governador Neudo Campos, Sua Excelência prometeu, em público, em seu discurso, que a tarifa energética a ser cobrada daí para frente pela Bovesa, que é subsidiária da Eletronorte, será diminuída em torno de 6%. Evidentemente que, logo de saída, o Presidente não poderia estabelecer um limite absolutamente definitivo. E é por isso, Sr. Presidente, que, hoje, apresentei um re-

querimento de informações ao Ministro de Minas e Energias, solicitando informações a respeito do custo da energia que era gerada antes por uma termoeletrica, quanto cobrava de tarifa, quanto recebe agora da energia de Guri, quanto custa e quanto ela vai cobrar para o consumidor domiciliar, comercial e industrial.

Espero que, nessa tarefa já prometida pelo Presidente da República de que a tarifa energética de Roraima seja realmente rebaixada em seu custo, a população possa efetivamente ter um ganho. Se a energia que era gerada por uma termoeletrica chegava a ser subsidiada a fim de que a população pudesse pagar uma tarifa, não é possível entender que a Bovespa, agora, recebendo uma energia várias vezes mais barata, continue cobrando a mesma tarifa anterior. Tenho certeza de que, tanto pela promessa do Presidente como pelo empenho de todos os membros da Bancada de Roraima, nós conseguiremos atingir esse objetivo.

Nesse sentido, além do requerimento, eu quero apelar ao Ministro de Minas e Energia, ao Presidente da Eletrobrás e também ao Presidente da Aneel para que esse fato ocorra rapidamente, pois entre a promessa do Presidente e a sua concretização, segundo informações que li em um jornal do meu Estado, não há um prazo para que, efetivamente, essa situação se materialize. É importante ressaltar que todo o Brasil está atravessando uma crise energética, com ameaça até de apagão enquanto existe um Estado pequeno, Roraima, que possui uma energia firme, garantida por, pelo menos, 25 anos. Isso é um marco na história deste País, e o Presidente da República precisa ser homenageado desta tribuna.

É lamentável que a grande imprensa tenha dado mais destaque à presença do Presidente Fidel Castro na Venezuela, na ocasião desse evento, do que mesmo às palavras que o Presidente Fernando Henrique Cardoso proferiu tanto na Venezuela quanto em Boa Vista. Mas, por dever de justiça, quero fazer esse registro, ao mesmo tempo em que repito o apelo às autoridades do setor energético para a revisão da tarifa do meu Estado.

Muito obrigado a V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2001

Denomina “Governador Ivan Bichara” o viaduto Oitizeiro, localizado na BR-230, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Fica denominado “Governador Ivan Bichara” o viaduto Oitizeiro, localizado na rodovia BR-230, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo da iniciativa é manter presente na memória dos brasileiros a figura desse homem extraordinário que, por sua integridade e espírito público, teve seu nome respeitado e admirado muito além das fronteiras de sua cidade e de seu estado natal.

Professor, jornalista, advogado e político comprometido com as causas do seu tempo, esse filho de imigrante libanês começou na vida política militando em movimentos estudantis na Paraíba e elegendo-se deputado estadual após a queda do Estado Novo.

Paralelamente, atuava como jornalista e diretor do Jornal **O Norte**, que comandou a vitoriosa campanha eleitoral de José Américo de Almeida para o Governo da Paraíba em 1949. Reeito em 1950, foi escolhido presidente da Assembléia Legislativa e, nesse mesmo ano, tornou-se professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba. Ivan Bichara foi ainda professor de Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, além de escritor profícuo e crítico atuante.

Homem de múltiplos talentos, intelectual identificado com as lutas sociais do Nordeste, foi como Governador da Paraíba, eleito pela Assembléia Legislativa em 1975, que Ivan Bichara imprimiu definitivamente o seu nome na Galeria dos Grandes Homens do nosso País. Equilibrou as finanças do Estado, modernizou a gestão pública, pavimentou mais de 400 km de estradas, construiu inúmeros conjuntos residenciais e mais de 1.000 salas de aula. Investiu maciçamente nas demandas sociais e cumpriu integralmente o compromisso assumido em seu discurso de posse: “Temos a convicção de que no fim de nosso período administrativo teremos atingido a meta que iremos perseguir: a de que o povo paraibano se sinta mais fe-

liz, com saúde, com alimento mais barato, com ocupação, emprego e lazer.”

Ivan Bichara foi, sem dúvida, um homem que modificou a realidade social e política do seu tempo, ou como registrado em homenagem prestada pela Fundação Casa de José Américo a esse brasileiro admirável, “há pessoas que marcam a sua época pelas suas idéias, outras pelos seus inventos, outras pelos seus feitos e, ainda, outras pela sua arte e criatividade. Ivan Bichara Sobreira marcou o seu tempo pela sua maneira **sui generis** de ser e de fazer. Político e intelectual, ele imprimia em tudo o que fez e realizou a sua simplicidade e tranquilidade”. Daí, a razão da nossa iniciativa.

A proposição tem sua base jurídica na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que disciplina a designação das rodovias do Plano Nacional de Viação. Estabelece essa lei que as estações terminais, obras de arte e trechos de via do Sistema Nacional de Transporte terão denominação consoante com a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação. Acrescenta ainda que, mediante lei especial, poderão ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade, ouvido previamente o órgão administrativo competente.

Nesse sentido, solicitamos a colaboração dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. – Senador **Ney Suassuna**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

**Dispõe sobre a denominação de
vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.**

O Presidente de República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

(À Comissão de Educação – decisão
terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2001**

**Altera dispositivos do Código de
Proteção e Defesa do Consumidor, dis-
pondo sobre a discriminação, no forneci-
mento de produtos e serviços, baseada
na raça, cor, etnia, religião, procedência
nacional, sexo, estado civil ou idade do
consumidor.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 39

.....

XIV – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços em razão da raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor, salvos nos casos previstos em lei.

.....(NR)”

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 74-A. Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços em razão da raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor, salvo nos casos previstos em lei.

Pena – detenção de seis meses a dois anos e multa.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, em defesa do direito à igualdade, repudia a discriminação e o preconceito, conforme estabelecem os seguintes dispositivos dela transcritos:

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

.....

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei:
....."

Como se pode observar, o legislador constituínte condena qualquer discriminação em prejuízo dos direitos e liberdades fundamentais, que deverá ser punida pela lei, e, no tocante à prática do racismo, entende que esse tipo de discriminação é de natureza ainda mais grave, motivo pelo qual impõe seja ela considerada crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, estando a matéria regulamentada pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor".

Quanto ao inciso XLI acima transcrito, que trata genericamente da discriminação atentatória dos direitos fundamentais, sua regulamentação tem sido objeto de leis esparsas, como a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, a qual determina em seu art. 1º que "fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal".

Com o projeto que ora submetemos à apreciação desta Casa, pretendemos alterar o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC), repudiando a discriminação ao consumidor de bens e serviços, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade, conduta repugnante que ainda é adotada por algumas pessoas inescrupulosas e que reclama a atuação do Estado, punindo-a de forma conveniente, com o que, espera-se, será praticada com menor frequência.

A alteração proposta para o art. 39 do CDC caracteriza a discriminação como prática abrasiva do fornecedor de produtos ou serviços, sujeitando-o às

penalidades administrativas elencadas no art. 56 daquele diploma legal, sem prejuízo da aplicação de sanções de natureza civil, que poderão ser estipuladas em sentença judicial, em decorrência de ação intentada pela parte ofendida.

Já a introdução do art. 74-A tem por finalidade criminalizar a referida conduta, para a qual estamos propondo a maior pena estipulada para os demais crimes previstos pelo código (detenção de seis meses a dois anos e multa).

Por acreditarmos que a discriminação agride o princípio constitucional da igualdade e tendo em vista que a lei, de acordo com o mandamento contido no XLI do art. 5º da Lei Maior, deve puni-la é que apresentamos este projeto, para o qual contamos com apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001 – Senador **Moreira Mendes**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....
Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

I – condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III – enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII – repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

IX – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

X – elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços; (Inciso acrescentado pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

XI – Dispositivo incorporado pela MPV nº 1.890-67, de 22-10-1999, transformado em inciso XIII, quando da conversão na Lei nº 9.870, de 23-11-1999;

XII – deixar de estipular prazo para o cumprimento de seu termo inicial a seu exclusivo critério; (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.008, de 21-3-1995)

XIII – aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.870, de 23.11.1999)

Parágrafo Único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amstras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

TÍTULO II Das Infrações Penais

Art. 74. Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo;

Pena Detenção de um a seis meses ou multa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2001

Altera o parágrafo único do art. 15 e o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 15, acrescido pela Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15.

Parágrafo único. Até o dia trinta de setembro de cada ano, as instituições financeiras de que trata o **caput** encaminharão ao Ministério da Integração Nacional e à comissão mista permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, para conhecimento, a proposição de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte.” (NR)

Art. 20.

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º Os relatórios de que trata o **caput**, acompanhados das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, serão encaminhados à comissão mista permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciados na forma e no prazo do seu regimento interno. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O art. 48 da Lei Maior incumbe o Congresso Nacional de dispor sobre todos os assuntos de competência da União, especialmente sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvol-

vimento. Para o cumprimento desse mister, o **caput** do art. 71 da Constituição Federal indica o Congresso Nacional como o titular do controle externo, competindo-lhe fiscalizar a aplicação das subvenções e renúncias de receitas. A atividade fiscalizatória da comissão mista a que se refere o art. 166, § 1º, da Lei Maior, nesse particular, foi preconizada pelo art. 72 do Estatuto Fundamental.

Os recursos para aplicação dos Fundos Constitucionais derivam da observância aos ditames do art. 159, I, **c**, Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea **c**, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências”, que ora se pretende alterar.

As alterações propostas visam a conferir maior efetividade às funções de controle e, por via de consequência, de planejamento, deferidas pelo constituinte ao Congresso Nacional e, por via de consequência, à comissão mista de que trata o art. 166, § 1º, da Lei Maior.

De fato, pela atual redação da norma, o Congresso deve receber apenas as demonstrações contábeis auditadas. Mas, sem o relatório das aplicações de recursos, torna-se praticamente impossível acompanhar a observância dos preceitos atinentes aos Fundos e os resultados auferidos. Assim, justifica-se a alteração efetuada no § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827/89.

A inclusão do programa de aplicações para o exercício subsequente, enviado ao Ministério da Integração Nacional até 30 de setembro, antes mesmo de submetê-lo aos Conselhos Deliberativos dos Fundos, serve de contraste para efetuar o exame dos resultados obtidos. Dessa forma, nada mais natural do que disponibilizar a pretensão inicial de aplicações dos recursos àquele ente encarregado de pronunciar-se a respeito, para conhecimento, oportunizando o adequado cotejo entre o pretendido e o alcançado.

Cumpra destacar que, com este projeto de lei, pretende-se coibir ocorrências como a apreciação das aplicações dos Fundos com mais de seis anos de defasagem. Atribuindo-se responsabilidade a um órgão específico do Congresso Nacional, que é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e facultando a regulamentação da forma e dos prazos para exame por meio do seu regimento interno,

valoriza-se o trabalho e a atuação fiscalizadora do controle externo exercido pelo Congresso Nacional.

Isso posto, resta contar com o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. – Senador **Jefferson Péres**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 15. Ficam revogados o art. 11 e o § 2º do art. 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; os arts. 1º, 3º, 5º, 6º; o § 3º do art. 8º e o art. 13 da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, para fins de aplicação dos recursos de que trata a alínea **c** do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, os quais se organizarão e funcionarão nos termos desta lei.

Art. 20. Cada instituição financeira federal de caráter regional apresentará, semestralmente, ao Conselho Deliberativo da superintendência de desenvolvimento de sua respectiva região, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

§ 1º O exercício financeiro de cada Fundo coincidirá com o ano civil, para fins de apuração de resultados e apresentação de relatórios.

§ 2º Deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

§ 3º Os bancos administradores deverão colocar à disposição dos órgãos de fiscalização competentes os demonstrativos, com posições de final de mês, dos recursos, aplicações e resultados dos Fundos respectivos.

§ 4º O balanço, devidamente auditado, será encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 48.* Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Art. 70.* A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Nor-

* Alterado pela Emenda Constitucional nº 19/98.

te, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido.

.....
Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º Caberá a uma comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2º As emendas serão apresentadas na comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e o Distrito Federal; ou

III – sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão

enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

§ 7º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 448, DE 2001

Nos termos do disposto no § 2º do art. 50, da Constituição Federal, bem como do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja remetido ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda a solicitação da seguinte informação:

Sobre a veracidade da informação de que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, cuja venda prevista para outubro do corrente ano, estaria inclusa no recente acordo do Governo Federal com o FMI;

Justificação

Tal solicitação faz-se necessária em decorrência de notícia veiculada, neste sentido, no jornal **Folha de S. Paulo**, em 16 de agosto de 2001. A privatização da Copel teve a sua discussão iniciada ontem na Assembleia Legislativa do Paraná e tem suscitado enorme polêmica no nosso Estado. Segundo a Agência Folha, em Curitiba, foi a mais longa e tumultuada sessão de sua história terminando com o plenário ocupado por manifestantes sem que os deputados conseguissem votar o projeto.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. –
Osmar Dias, Senador.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 449, DE 2001

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde as seguintes informações:

1. Valor efetivamente liberado, até esta data em relação ao estabelecido no Orçamento da Seguridade Social, para o Ministério da Saúde no exercício de 2001. Previsão orçamentária para o exercício de 2002.

2. Situação da liberação e da execução orçamentária dos recursos previstos para o Ministério da Saúde no Orçamento da Seguridade Social de 2001, em relação aos Programas Saúde da Família, Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, Saúde Mental, Saneamento Básico, Prevenção e Controle da Dengue, Qualidade do Sangue e Controle da Hanseníase e de outras Dermatoses, e à atividade Implantação do Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde.

3. Ações implementadas para resolver a controvérsia jurídica entre a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Advocacia Geral da União, de um lado, e a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, de outro, referente à interpretação do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que promoveu alteração na redação do art. 77 da Constituição Federal, no que diz respeito ao volume mínimo de recursos a serem aplicados, pela União, em ações e serviços de saúde no período de 2001 a 2004, e conclusões a que se chegou.

Justificação

Tendo em vista a controvérsia oriunda da interpretação do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, envolvendo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Advocacia Geral da União, por um lado e a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, do outro, afigura-se-nos de extrema relevância e urgência, para o fiel exercício das funções constitucionais do Congresso Nacional, ter conhecimento das medidas e providências tomadas para a superação do conflito, uma vez que suas repercussões incidem diretamente

sobre a qualidade de vida da sociedade brasileira como um todo.

No mesmo contexto, cremos necessário esclarecer as denúncias trazidas a público pela imprensa de que a execução de determinados programas e atividades estratégicas do setor saúde encontra-se prejudicada pela não liberação de recursos previstos no orçamento.

É essa, portanto, a razão que fundamenta o presente Requerimento.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. – Senador **Carlos Valadares**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – De acordo com o disposto no art. 1º da Resolução nº 1, de 1996-CN, e com as indicações das Lideranças, a Presidência designa os membros do Senado Federal na Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Roberto Requião		Pedro Simon
Casildo Maldaner		Amir Lando
José Fogaça		Marluce Pinto
	PFL	
Jorge Bornhausen		Waldeck Ornélas
Geraldo Althoff		José Coelho
	Bloco (PSDB-PPB)	
Pedro Piva		Ricardo Santos
Antero Paes de Barros		Leomar Quintanilha
	Bloco de Oposição (PT-PDT-PPS)	
Emília Fernandes		(vago)
	PTB	
Arlindo Porto		(vago)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 450, DE 2001

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Frei

Artur Agostini, falecido ontem dia 15 de agosto no Estado de Roraima, vítima de acidente automobilístico:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências aos Membros da Comissão Pastoral da Terra do Estado de Roraima e aos Dirigentes da Diocese de Boa Vista – RR.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para encaminhar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço-me, neste momento, intérprete do sentimento de imenso pesar que acomete os roraimenses, tendo em vista o falecimento do Frei Artur Agostine, personalidade das mais queridas e respeitadas em Roraima, membro da 1ª Ordem Franciscana.

Vítima fatal de um acidente automobilístico, ocorrido ontem, às 19 horas, na BR-174, na proximidade do igarapé Paricarana, a cerca de 150 quilômetros de Boa Vista, foi privado da vida, assim como os três indígenas que o acompanhavam no veículo.

O Frei Artur Agostine voltava de uma das suas muitas missões que fazia no interior e, sem dúvida alguma, deixa uma lacuna grande no Estado de Roraima.

Dirigente da Diocese de Roraima e Coordenador da Comissão Pastoral da Terra, dedicava-se ao trabalho da formação de lideranças e atuava não só na área urbana, mas também na área rural.

Perde a Igreja Católica um grande apóstolo, perde Roraima um líder religioso carismático, cuja vida era voltada para o bem, para o direito à liberdade, direcionada à equidade social.

Registro, pois, a tristeza não só do povo da minha terra pela desaparecimento do Frei Artur Agostine, mas também o meu sincero lamento em razão do ocorrido.

Personalidades como a do saudoso Frei Agostine são aquelas que bem tipificam os seres humanos que o mundo necessita, chamando-o de homens de boa vontade.

Quero, portanto, pedir ao Plenário a aprovação dessa homenagem a um homem que tem sua história

voltada para ação social no meu Estado e na região Amazônica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Senhor Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, faço-me, neste momento, intérprete do sentimento de imenso pesar que acomete os roraimenses, tendo em vista o falecimento do frei Artur Agostine, personalidade das mais queridas e respeitadas em Roraima, membro da 1ª Ordem Franciscana.

Vítima fatal de um acidente automobilístico, ocorrido ontem, por volta das 19 horas, nas proximidades do igarapé Paricarana, a cerca de 150 quilômetros de Boa Vista, foi privado da vida, assim como o foram três indígenas que se encontravam no mesmo veículo.

O frei Artur Agostine voltava, então, de mais uma das muitas missões que tomava para si. Trazia vários indígenas da Missão Surumú que, desde sábado, participavam de um curso sobre Direitos Indígenas. Dirigente da Diocese de Roraima e Coordenador da Comissão Pastoral da Terra dedicava-se ao trabalho de formação de lideranças em questões ligadas à terra, fosse ela urbana ou rural. Era mais do que um “homem de Deus”, era o norte dos desassistidos, era um defensor do pioneiro deste imenso Brasil, o índio. Perde a Igreja Católica um grande apóstolo, perde Roraima um líder religioso, carismático, cuja vida era voltada para o bem, para o direito à Liberdade, direcionada à equidade e à justiça.

Registro, pois, a tristeza não só do povo da minha terra pelo desaparecimento do frei Artur Agostini, mas também o meu sincero lamento em razão do ocorrido.

Personalidades como a do saudoso frei são aquelas que bem tipificam os seres humanos de que o mundo necessita, cada vez mais, ou seja, são aquelas pertinentes aos chamados “homens de boa-vontade”.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

Acidente mata padre e três indígenas

Um acidente na BR – 174 causou a morte do frei Artur Agostini, três indígenas e ferimentos em sete outras pessoas. O fato aconteceu por volta das 19 horas nas proximidades do igarapé Paricarana, em frente à fazenda Diamante Verde, cerca de 150 quilômetros de Boa Vista em direção a Venezuela.

Conforme informações do jornalista André Vasconcelos, assessor de comunicação do Conselho Indígena de Roraima – CIR –, a F-1000 da Diocese de Roraima era dirigida pelo Arthur Agostini. Ele trazia vários indígenas da Missão Surumú que desde sábado participavam do Curso de Direitos Indígenas organizado pelo CIR.

Na cabina da F-1000 junto com Lúcia Macuxi e frei Artur, que dirigia o carro, a indígena Maria de Fátima das Chagas contou que um veículo trafegando em sentido contrário ao deles, ia com a luz alta e encandeou o padre, fazendo com que eles saíssem da pista.

Questionada se não houvera colisão ou outro obstáculo para motivar o acidente Maria de Fátima pensou e disse. “Eu não me lembro direito. Acho que houve uma batida, sim”, demonstrando ainda estar atordoada devido ao acidente e chocada com a cena que presenciou.

Segundo ela, depois do carro parar, os sobreviventes foram ver o que tinha acontecido com cada um, e descobriram que o e Lúcia Macuxi estavam mortos. Com a chegada de veículos que trafegavam na rodovia, os feridos foram levados para a cidade de Pacaraima, 70 quilômetros distante do local do acidente. Entre os removidos para lá estavam os indígenas Davi Deyden da etnia wai-wai e Severino Raimundo Rodrigues da etnia macuxi, que morreram poucos instantes depois de receberem os primeiros socorros. Além deles, outras sete pessoas também foram levados para lá, onde ficou Augusto da Silva Rodrigues com escoriações de natureza leve.

Após os primeiros atendimentos e com suspeita de traumatismo craniano e fraturas múltiplas, para Boa Vista foram removidos: Moisés Souza de Almeida; Queles da Silva; Alonço da Silva; Carlos Pereira da Silva; Ernesto Malheiros e Vanderley Wai-wai. “Cinco deles estavam com traumatismo craniano”, disse uma enfermeira de Pacaraima, que pediu para sua identidade não ser revelada.

Versão – De acordo com uma fonte ouvida pela Folha, o acidente ocorreu porque um carro venezuelano tentou ultrapassar a F-1000 dirigida por frei Artur Agostini quando outro veículo ia em direção à Pacaraima. “Ao tentar voltar para sua pista, o carro venezuelano deu um pequeno toque na F-1000 do padre, que capotou na pista, enquanto o venezuelano desceu o aterro”, declarou.

Quem era O Frei

O frei Artur Agostini era membro da 1ª Ordem Franciscana. Em Roraima ele coordenava a Comissão Pastoral da Terra, se dedicando ao trabalho de formação de lideranças quanto ao direito à terra, fosse urbana ou rural.

Até a semana passada, ele integrava o Conselho Municipal de Meio Ambiente e dele deixou de fazer parte devido a votação que o excluiu do órgão. Apesar de questionado, era respeitado mesmo pelos que questionavam sua atuação.

Entre membros dos diferentes movimentos pastorais, o gozava de respeito e admiração. “A comunidade católica perdeu uma liderança que se preocupava com a democratização do direito à terra”, disse o jornalista André Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o Requerimento nº 450, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 27, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria, tendo

Pareceres sob nºs 1.075, de 1999 e 715, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, **1º pronunciamento** (sobre o Projeto): favorável, com votos contrários dos Senadores José Fogaça, Paulo Souto, Geraldo Althoff, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos e Bello Parga; **2º pronunciamento** (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): favorável, nos termos da Subemenda nº 1-CAE (Substitutiva) à Emenda nº 1-Plen.

Discussão, em conjunto, do projeto, da emenda e da subemenda, em turno único. (Pausa.)

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto é uma tentativa de se reordenar, a meu ver, de forma mais adequada, em função das características deste País continente, a aplicação dos recursos do BNDES, que é o nosso grande banco nacional de fomento, que tem um orçamento gigantesco, instrumento valioso para a alavancagem do processo de desenvolvimento econômico e social do nosso Brasil, especialmente com o objetivo de geração de empregos.

De início, o BNDES teve uma função relevante: financiar empresas estatais para dotar o País de uma infra-estrutura adequada no setor rodoviário, ferroviário, aeroportuário e portuário, sobretudo no setor de energia.

Juscelino Kubitschek, especialmente, utilizou da forma mais conveniente essa instituição financeira,

em grande parte responsável pelo processo de desenvolvimento do nosso País.

Nos últimos tempos, no entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que se assiste é a aplicação dos recursos do BNDES notadamente no projeto de desestatização do Governo Federal. Com isso, recursos que poderiam estimular a geração de emprego no interior do País têm sido destinados ao financiamento de grandes empresas multinacionais em vários setores da atividade, especialmente em setores estratégicos da nossa economia, como o setor de energia.

Ao olhar o Senador Romero Jucá, lembro-me exatamente que, no dia em que votávamos aqui no Senado Federal a autorização para o Governo de Roraima adquirir empréstimos externos para instalação do sistema de distribuição de energia, o BNDES financiava uma empresa norte-americana para adquirir parte da Cesp, no Estado de São Paulo.

Este já é, sem sombra de dúvida, um fato grave: um pequeno Estado brasileiro fica proibido de valer-se de recursos nacionais do BNDES, tendo que buscar recursos externos com taxas de juros superiores, enquanto o Governo brasileiro, por meio do BNDES, com taxas de juros inferiores, financia uma empresa estrangeira para aquisição de uma empresa pública nacional, construída com esforço do povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso projeto tem essa finalidade. A agroindústria é o setor gerador de emprego no País e tem o poder de localizar, de forma mais competente, no espaço geográfico, a população brasileira, eliminando essas distorções existentes com o êxodo. As grandes populações interioranas se locomovem para as regiões metropolitanas atraídas por melhores oportunidades de vida, já que os grandes projetos industriais lá estão localizados.

Portanto, há aí uma distorção: se o Poder Público não pode determinar onde as pessoas devem viver, tem a obrigação e os mecanismos necessários para estimular uma melhor distribuição no espaço geográfico da nossa população, evitando o êxodo.

Estamos fixando um mínimo de 22% dos recursos do BNDES para financiar a agroindústria. Já tivemos até 29% dos recursos do BNDES para o setor e esse percentual caiu para 13%. Evidentemente, com recursos mais volumosos no setor de agroindústria, vamos, além de distribuir melhor a população, estimular a agricultura, dinamizar o comércio e o transporte, aumentar a receita pública dos Municípios brasileiros

e, certamente, conter de forma objetiva o êxodo, especialmente o rural.

A agroindústria se localiza próximo à propriedade rural, onde se produz, com muito esforço, a matéria-prima que deve ser transformada industrialmente, agregando valores à economia, já que a exportação dos produtos primários **in natura** subtrai dos cofres públicos um percentual de receita expressivo.

Portanto, Sr. Presidente, esta proposta, se acolhida por esta Casa e pelo Governo da República, certamente promoverá uma verdadeira revolução no interior do País, estimulando investimentos produtivos de forma acentuada e, por consequência, melhorando as condições de vida, inclusive nas regiões metropolitanas.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Álvaro Dias, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Concedo, com prazer, o aparte a V. Ex^a, Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Álvaro Dias, considero da maior importância o projeto de lei de autoria de V. Ex^a, principalmente porque fomenta o desenvolvimento econômico do País. Quem investe na agricultura, e conseqüentemente na agroindústria, gerará empregos e permitirá a captação de impostos. Irei um pouquinho mais além. Hoje vivemos em um mundo globalizado, em que a competição é muito grande, e, quando falamos em exportação, temos de conquistar esse território no Brasil. Por outro lado, inicialmente, houve aplicações no setor da agroindústria nos anos de 1995, 1996, 1997 e 1998, que vêm caindo. Se não me engano, chegamos a ter, em 1996, 25% de verbas destinadas aos projetos da agroindústria pelo BNDES, que é um importante financiador do sistema produtivo do nosso País. Durante toda minha vida, participei desse sistema e conheço-o de perto e sei de sua importância. Muitas vezes, o BNDES tem direcionado seus investimentos para os Estados, para serviços e para privatização e esquece-se de algo muito importante. Recentemente, vimos, na Bahia, quando a Ford se dirigiu para lá, uma complementação fabulosa de verbas para apoiar uma multinacional que deveria trazer o seu investimento de lá, concorrendo com o mercado nacional e sem trazer benefícios e geração de empregos. Essa sua proposta é válida e importante porque teremos milhares de microempresas, de agroindústrias projetando o seu crescimento. E o País vai depender disso. Parabéns a V. Ex^a pelo projeto! Eu até perguntaria o

seguinte: por que não estendê-lo também às micro-empresas do setor produtivo? Parabéns, Senador!

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço a V. Exª o aparte. Esse é um setor que gera um número maior de empregos a um custo menor. Não há dúvida nenhuma disso.

Nós estaremos, dessa forma, alimentando a agricultura, como diz V. Exª, que é nossa vocação natural. Claro que devemos desenvolver ao máximo o processo de industrialização no País, mas sem perder de vista a nossa vocação natural, que é a agroindústria. Daí a importância de agregar valores na economia por meio de um processo de agroindustrialização no interior do País.

Vejo, aqui, em uma das emendas apresentadas, uma justificativa de que houve um incremento de recursos no setor da agroindústria, mas percentualmente não. Esse incremento em valores brutos diz respeito ao processo inflacionário em que vivemos no Brasil; menor no Plano Real, mas ainda existente. Tanto que tivemos, no ano de 1994, 29% dos recursos do BNDES destinados à agroindústria e no ano de 1998 – último dado que temos –, quando da apresentação do projeto, apenas 13%, já que o grosso do orçamento do BNDES foi utilizado exatamente no processo de desestatização do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, espero que esta Casa acolha esta proposta, que não tem outro objetivo senão contribuir com as ações de Governo para desenvolvermos a nossa economia.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem V. Exª a palavra por dez minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de louvar a feliz iniciativa do eminente Senador Álvaro Dias. Na realidade, o grande financiador do Brasil é o BNDES, que tem um capital astronômico e que pode e deve financiar, principalmente, o setor agropecuário.

O que precisamos é agregar valor aos nossos insumos primários para termos condições de competitividade com os mercados internacionais e para melhorarmos a nossa balança comercial. Este projeto é a melhor maneira de gerar emprego na zona rural, evitando o êxodo e revertendo o fluxo migratório. As nossas megalópoles não estão oferecendo as condições de vida que suas populações gostariam de ter. Portanto, este projeto de lei atende às necessidades

de geração de emprego e de reversão do fluxo migratório.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço V. Exª.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Quero aproveitar, Senador Carlos Patrocínio, para, por intermédio de V. Exª, cumprimentar o autor desta proposta, o Senador Álvaro Dias. Este projeto vem ajudar a descentralizar o desenvolvimento do Brasil, como diz V. Exª, vem ajudar a evitar esses grandes conglomerados, que causam um sufoco tremendo em todos nós. Sempre tenho destacado que há três problemas fundamentais nas grandes metrópoles: infra-estrutura, moradia e segurança. São problemas sérios. Às vezes, digo que se apertarmos os jornais pela manhã, escorrerá sangue, em função da violência ocorrida à noite, da intranquilidade. Isso é comum. A proposta do Senador Álvaro Dias ajuda a desconcentrar, a fazer com que as pessoas fiquem onde se encontram, ao propiciar a interiorização do desenvolvimento, usando o BNDES como fonte de financiamento, cujo comando o Governo brasileiro detém, nas questões relacionadas à agroindústria – suinocultura, produção de grãos etc –, tudo isso que representa quase 40% do PIB brasileiro e que emprega um percentual extraordinário de mão-de-obra, quase 50%, direta e indiretamente, como instrumento para ocupar o Brasil equitativamente, para desafogar as grandes metrópoles. Gostaria de cumprimentar V. Exª e, por seu intermédio, o Senador Álvaro Dias pela proposta.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço o aparte do ilustre Senador Casildo Maldaner, que falou com muito mais lucidez e proficiência aquilo que eu gostaria de falar. Nós comungamos do mesmo pensamento: temos que desconcentrar as nossas megalópoles.

Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção para o fato de que percebo aqui a intenção de se aprovar a Emenda nº 1, que modifica totalmente o projeto do eminente Senador Álvaro Dias. Aliás, uma emenda que não tem conexão nenhuma com o projeto apresentado pelo eminente Senador Álvaro Dias.

Quero encaminhar favoravelmente e solicitar aos nobres pares que aprovemos o projeto do eminente Senador Álvaro Dias. Se quiserem derrubar o projeto de S. Exª, que o façam, mas não devemos aprovar uma emenda que é totalmente inócua e ineficaz. Não há necessidade de aprovar uma emenda para fazer com que o BNDES venha a prestar esclare-

cimentos sobre o seu plano de atuação em determinados setores, porque isso já temos de sobra no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de certa forma, sinto-me constrangido diante dos pronunciamentos dos nobres colegas, porque, no mérito, sou inteiramente favorável à proposição do Senador Álvaro Dias. Acho também que o setor de agroindústria tem que merecer prioridade nas aplicações do BNDES, por todas as razões que foram aqui aduzidas: pela geração de emprego, pela interiorização da economia, pelos benefícios sociais, enfim, por uma vocação inequívoca da economia brasileira.

Entretanto, obrigar o BNDES a investir 22% das suas aplicações globais no setor conduz a freqüentes descumprimentos, por absoluta impossibilidade de atendimento. Isso porque, se não houver projetos, pedidos ou proposições em exame no BNDES – proposições consideradas viáveis sob o ponto de vista econômico e financeiro –, não há como atender tudo isso. O BNDES não cria projetos; ele financia projetos que lhe são apresentados. A obrigatoriedade de aplicação vai conduzir provavelmente a um descumprimento da lei. Se a proposição tivesse uma redação que obrigasse, por exemplo, o BNDES a aprovar com prioridade todos os projetos considerados viáveis que lhe fossem apresentados no setor de agroindústria até que esse total se situasse em torno de 22% do global, eu estaria de pleno acordo.

Entretanto, discordo da obrigatoriedade absoluta. Conheço o mecanismo de atuação do BNDES muito bem, porque fui funcionário daquele Banco durante toda a minha vida profissional e sei que ele funciona diante de solicitações.

Reconheço que a emenda sanou o problema e com ela estou de acordo, porque obriga a direção do BNDES a prestar contas ao Senado e justificar suas aplicações. Por outro lado, com a obrigatoriedade absoluta dos 22%, não obstante concordar inteiramente com o mérito e o objetivo da proposição do Senador Álvaro Dias, não posso concordar, por conhecer profundamente o funcionamento do BNDES. A redação poderia ter sido outra, obrigando o Banco a financiar todos os projetos do setor considerados viáveis até atingir aquele limite.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Com muita satisfação, Senador.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Roberto Saturnino, é claro que V. Ex^a, com o brilhantismo que todos já conhecemos, aborda uma questão importante. Ao propor o projeto, analisei essa hipótese de a lei não poder ser cumprida por ausência de projetos compatíveis. No entanto, a experiência demonstra que há projetos oriundos da agroindústria sobrando no BNDES, e, quando o Banco deseja, por meio do seu corpo técnico, ele pode inclusive orientar esse setor – que é o mais expressivo da economia nacional – a propor projetos das mais diversas modalidades, atendendo inclusive às peculiaridades regionais. Vejo, no meu Estado do Paraná, que é um Estado eminentemente agrícola, uma região como a do sudoeste, por exemplo, que se organiza, estabelece um programa de interação entre todos os Municípios e apresenta as mais diferentes alternativas de projetos que podem ser financiados pelo BNDES. No entanto, os recursos do BNDES estão sendo destinados especialmente à privatização no nosso País. Foi exatamente no embalo dessa distorção governamental de dirigir os recursos fundamentais para o nosso desenvolvimento, a fim de alcançar os objetivos da desestatização, que propusemos esse projeto. É claro que é possível estabelecer regulamentação na forma como V. Ex^a propõe, neste momento, ou seja, com a aplicação dos 22%, desde que comprovada a existência de projetos viáveis. Tudo isso é possível. O Governo pode propor esse tipo de regulamentação para que o nosso projeto possa alcançar os seus objetivos sem promover nenhum tipo de impacto negativo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Senador Álvaro Dias, repito que estou de acordo com os propósitos de V. Ex^a. Creio que a regulamentação não deve exceder em nada as obrigações da lei ou não deve truncar em nada as suas obrigações. A lei aqui está clara, está obrigando o Banco a aplicar 22% dos seus recursos no setor. Não é apropriada essa obrigatoriedade. Penso que deveria haver condicionamentos na própria lei. A meu ver, isso vai suscitar descumprimento da lei, seja pelo afã de se cumprir a aprovação de projetos que não são financeiramente viáveis, seja pelo crescimento do índice de inadimplência do Banco, o que seria extremamente grave. Enfim, estou aqui explicitando as minhas preocupações pela forma como o projeto está redigido e dizendo que eu preferiria uma forma melhor.

O BNDES é um Banco público, é uma empresa da Nação e do povo brasileiro. A sua gestão deveria estar submetida a um controle muito maior da sociedade. Diretores nomeados pelo Governo e com interferências, muitas vezes, de natureza política acabam introduzindo grandes distorções. Creio que deveríamos pensar em um Conselho para o BNDES, com uma representação mais substancial da sociedade, para exatamente corrigir esses aspectos de concentração de aplicações em determinadas regiões, de atendimento de interesses econômicos mais fortes.

Porém, em relação a esse tipo de legislação obrigatória de um percentual, confesso a V. Ex^a, não obstante reconhecer o mérito do seu propósito, sentir dificuldade em aprová-la, razão pela qual votarei contrariamente. Eu votaria a favor da emenda, sim, porque ela obriga à prestação de contas, mas não obriga à aplicação desse percentual.

São essas as considerações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha intervenção também é bastante semelhante à do Senador Roberto Saturnino.

Na Comissão, votei contrariamente ao projeto e quero aqui ressaltar o enorme respeito que tenho pelo Senador Álvaro Dias, brilhante Senador, homem sério, de boa-fé, que fez este projeto pensando no País, a seu modo, evidentemente, sob o prisma que S. Ex^a entende. Porém, às vezes, projetos com boas intenções podem resultar em sentido e efeito contrários. Portanto, isso leva, muitas vezes, a ter que se posicionar contrariamente a tão boas e tão elogiáveis intenções, como aquelas que moveram o Senador Álvaro Dias.

De fato, houve uma redução relativa dos investimentos no setor da agroindústria por parte do BNDES, mas essa redução é relativa, porque, de 1996 para 1999, houve verdadeiramente uma duplicação do volume total de investimentos. Saltou de R\$9 para R\$18 bilhões, ou seja, isso é muitíssimo mais, é incontável, é imensuravelmente mais do que o crescimento da economia.

O BNDES se tornou possivelmente o segundo ou o terceiro maior banco de investimentos públicos do mundo – não sei se além do Banco Mundial e do BID há um outro banco público de investimentos com

esse volume de recursos disponíveis para investimentos.

Com isso, o que ocorreu? O percentual dos investimentos no setor de agroindústria caiu; evidentemente caiu, mas não em termos absolutos. Para se ter uma idéia, no ano de 1996, aplicava-se R\$1,6 bilhão na agroindústria; em 1999 – portanto, há dois anos –, aplicaram-se R\$2,8 milhões, ou seja, praticamente foram dobrados os investimentos. Saltou-se de um número para outro que representa 100% a mais. Houve o dobro dos investimentos. Em termos absolutos, há um extraordinário crescimento, há uma grande expansão de investimentos em agroindústria.

Portanto, essa vinculação, esse efeito pode acabar sendo negativo. Hoje, 22% dos investimentos do BNDES, tendo havido essa enorme expansão dos créditos que estão disponíveis, evidentemente se tornam um pouco irrealistas diante do Brasil, diante da realidade econômica, diante da realidade empresarial brasileira. E, geralmente, criar esses engessamentos, essas obrigatoriedades, essas formas compulsórias fechadas e restritas acaba tendo efeitos negativos, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Isso cria obrigações que o Estado tem que cumprir e acabam se transformando, mais do que em obrigações, em facilidades.

Não é essa a intenção. O Senador Álvaro Dias é um homem de boa-fé, é um homem público acima de qualquer suspeita, e evidentemente esse tipo de intenção não passa pela sua cabeça.

Quando criamos esses investimentos, que têm que ocorrer obrigatoriamente num determinado setor, tipo Sudam, por exemplo, gera-se uma espécie de dinheiro fácil. E aí inventam-se projetos, viáveis ou inviáveis, muitas vezes, – e, na maioria das vezes, inviáveis –, porque aquele dinheiro está ali, fácil, disponível, obrigatório, tem que ser emprestado. Não havendo projetos viáveis e consistentes, acabam-se criando projetos inviáveis e inconsistentes para receber aquele dinheiro – vide Sudam. Os projetos inviáveis, portanto, acabam se valendo desses recursos públicos para jogar fora a poupança interna nacional.

Fico chateado, mas não posso deixar de dizer, tal como o Senador Roberto Saturnino, que não posso votar favoravelmente ao projeto em si.

Indago da Mesa se a emenda de plenário não tem a característica de um substitutivo. Portanto, o substitutivo teria preferência, regimentalmente. Creio que tem preferência. Então, estamos discutindo o substitutivo e não o projeto. Confere, Sr. Presidente? (Pausa.)

Obrigado. Agradeço a confirmação por parte da Mesa.

De modo que voto favoravelmente ao substitutivo e quero louvar a atitude do Senador Álvaro Dias, porque ela nos trouxe a novidade de que, agora, o BNDES terá que, anualmente, enviar para o Senado todo o relatório dos seus investimentos, discriminados, para que se faça uma avaliação criteriosa da distribuição desses recursos. Entendo essa avaliação. Podemos convocar o Presidente do BNDES para que nos explique e, depois disso, podemos então, aí sim, diante de um quadro, aplicar, quem sabe, uma legislação que possa melhor dirigir ou abrir o leque desses investimentos.

Em 99% dos casos, voto a favor dos projetos de lei do Senador Álvaro Dias, porque sempre têm esse cunho de boa fé, de boa intenção, de visão de um homem público que quer atender os interesses do País, mas, infelizmente, dessa vez estou votando contrariamente. No entanto, voto favoravelmente ao substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concluo a informação ao Senador José Fogaça, esclarecendo que, embora tenha sido estabelecida a Subemenda nº 1, ela foi classificada – como V. Exª entende – como sendo um substitutivo. O que está sendo posto em votação será, portanto, o substitutivo, que tem preferência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª por dez minutos, para discutir.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com muito cuidado o pronunciamento do Senador José Fogaça e acho que S. Exª é um Senador extraordinariamente bem intencionado. Jamais alguém questionaria a boa fé do Senador José Fogaça, mas o seu pronunciamento veio lastreado numa certa ingenuidade, porque a agroindústria e a agricultura, no Brasil, não vêm recebendo nenhum estímulo do Governo. O tal modelo de atrelar o setor avançado da economia brasileira ao famoso mundo globalizado tem desprezado a agricultura e a agroindústria, e o BNDES vem seguindo esse caminho. O BNDES financia montadoras de automóvel – montadoras, meras importadoras de peças –, que montam conjuntos, dão polimento em latarias previamente pintadas lá fora e colocam no mercado interno.

A intenção do Senador Álvaro Dias é fazer com que o BNDES atenda a realidade da base econômica brasileira. O BNDES seria engessado. Oh, meu Deus, que santa ingenuidade! Desengessado, o BNDES está financiando a compra de estatais brasileiras por multinacionais riquíssimas.

O Senador Álvaro Dias, sem a menor sombra de dúvida, resolveu, com o seu projeto oportuno, bem intencionado e correto, colocar freio e bridão na política entreguista do BNDES. Dessa forma, na condição de Senador do Paraná, reconhecendo não só a boa intenção, mas a precisão, a exatidão e a necessidade de investimentos maiores na agricultura e na agroindústria, como fazem, por exemplo, os Estados Unidos, que subsidiam pesadamente sua agricultura com garantia de preço mínimo e com o pagamento, por parte do Estado americano, de 40% do seguro agrícola, conseguindo, neste ano, uma safra de 440 milhões de toneladas, contra nossa ridícula safra de perto de 90 milhões de toneladas, quero dizer que apóio o projeto do Senador Álvaro Dias.

Não posso aceitar que S. Exª seja ironizado e o seu projeto, tratado com uma manifestação ingênua de quem não entende da realidade brasileira. O projeto é adequado, o entendimento da realidade foi preciso, o projeto é necessário e deve ter o apoio dos Senadores que se preocupam com a base real da economia brasileira e que se desligaram dessa fantasia de globalização e de financiamento de empresas internacionais com dinheiro público.

Manifesto-me a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua a discussão da matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 133, § 6º, do Regimento Interno, a Subemenda nº 1, da CAE à Emenda nº 1, de Plenário, consubstancia um substitutivo ao próprio projeto e, nesses termos, será submetida à deliberação do Plenário.

Em votação a Subemenda nº 1 da CAE, substitutivo ao projeto, que tem preferência regimental.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio, para encaminhar.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de confessar a V. Exª e aos de-

mais Pares desta Casa que não vejo substância, não vejo consistência nessa emenda, subemenda ou substitutivo. O que o eminente autor do projeto pretendeu, em boa hora, foi vincular recursos do BNDES para o financiamento da agroindústria em nosso País.

Esse substitutivo, essa emenda ou subemenda está apenas abrindo a obrigatoriedade de o BNDES enviar o seu planejamento, a sua execução orçamentária todo ano. Isso já existe, Sr. Presidente. Qualquer Senador pode pedir ao BNDES informações, citando onde aplicou seus recursos. E temos isso aqui:

"Emenda nº 1-PLEN

Art. 1º

Parágrafo único. A critério da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Presidente do BNDES a ela comparecerão."

Isso já existe na Constituição, no Regimento, na lei, então não precisamos mais fazer essa lei, não precisamos votar esse substitutivo. Se não se pretendem vincular recursos junto aos financiamentos do BNDES, que se derrube o projeto, mas isso aqui, a meu ver, é inconsistente, anódino e inócuo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para encaminhar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, encaminho a favor do substitutivo, por entender que ele avança nas questões de controle.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o substitutivo, portanto, a Subemenda nº 1, que constitui o substitutivo ao projeto e tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**, com o apoio dos Senadores Osmar Dias e Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr^{as} e Srs. Senadores, queiram ocupar seus lugares para a verificação de **quorum** solicitada pelo Senador Roberto Requião.

Peço às Sr^{as} e Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências do Senado que compareçam ao plenário para que possamos realizar a votação nominal. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pergunto se já está aberto o painel de votação para que seja votado o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O painel está sendo preparado e ainda não está em condições de receber votos. (Pausa.)

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Os Líderes, se desejarem, poderão recomendar aos liderados o voto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto "sim". Encaminhando, portanto, a aprovação do Substitutivo.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) – Sr. Presidente, o PFL, coerente com a votação dos seus Membros na Comissão de Assuntos Econômicos, recomenda também o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O PFL recomenda o voto "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, todos os Colegas do PMDB se manifestam sugerindo o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O PMDB sugere o voto "sim".

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que compareçam ao plenário para votação nominal.

O SR. LUIZ OTÁVIO (S/Partido – PA) – Sr. Presidente, os sem Partido recomendam o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Todos os Senadores já votaram? (Pausa.)

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Votaram SIM 13 Srs. Senadores; e NÃO 12.

Não houve abstenções.

Total de votos: 25.

Não há **quorum**.

A votação fica adiada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2001** (nº 654/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 669, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2001** (nº 655/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico "Amiga" de Registro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Registro, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 670, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2001** (nº 529/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade de São Paulo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 675, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2001** (nº 542/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 676, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 6:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2001** (nº 579/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 688, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Coelho.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2001** (nº 786/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro – Piauí a executar serviço de Radiodifusão

comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 689, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno, Requerimento nº 443, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2001 (nº 1.039/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá, tendo

Parecer favorável, sob nº 744, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 9:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 327, de 2001**, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 451, DE 2001

Requeremos, nos termos regimentais, art. 75, seja designada uma Comissão de 4 (quatro) Senadores que possam colaborar para que sejam garantidas as prerrogativas constitucionais dos Deputados Estaduais e o funcionamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em virtude dos graves acontecimentos que ali ocorreram hoje, pois cerca de 1.500 membros da PM ali ocuparam as suas dependências, fortemente armados, em virtude dos protestos populares diante da tentativa da base parlamentar do governo Jaime Lerner, de forçar a derrota do projeto de iniciativa popular que impede a privatização da COPEL, a Companhia Energética do Estado.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. –
Eduardo Suplicy – Álvaro Dias – Roberto Requião – Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Quanto ao requerimento que acaba de ser lido, assinado pelos Senadores Eduardo Suplicy, Álvaro Dias, Roberto Requião, e Osmar Dias, fica também adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª, como Líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra, como Líder, para fazer um esclarecimento e colocar um posicionamento a respeito do Item 1, sobre a proposta do Senador Osmar Dias, que diz respeito à questão da votação do limite do BNDES.

Entendemos que a posição do Senador Álvaro Dias é no sentido, efetivamente, de buscar priorizar caminhos para investimentos na agroindústria brasileira. Temos a consciência disso.

Temos um posicionamento exatamente no sentido de não buscar o engessamento do BNDES no tocante à ausência de projetos na agroindústria.

Por conta disso – e mantendo contato com o Senador Álvaro Dias –, estarei apresentando requerimento de reexame da Comissão de Assuntos Econômicos exatamente para encontrarmos uma linguagem, uma proposta que, ao mesmo tempo em que fixa prioridades para a agroindústria, inclusive, definindo percentuais, possa também criar um limite de tempo para liberar os recursos para a aplicação em outras atividades econômicas, se não houver, efetivamente, proje-

tos viáveis de agroindústria, no âmbito do entendimento técnico do BNDES, que possam ser financiados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que, agindo assim, salvamos a posição política do Senador Álvaro Dias, no tocante a sua proposta, e, ao mesmo tempo, criamos mecanismos técnicos para não engessar o BNDES. Portanto, ganha o País, ganha a proposta do Senador Álvaro Dias e ganhamos todos nós.

Vou apresentar o requerimento, já em concordância com o Senador Álvaro Dias, e pediremos à Comissão de Assuntos Econômicos prioridade na análise dessa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Bloco, com a anuência do Líder, Senador José Eduardo Dutra, pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concederei a palavra a V. Ex^a, pela Liderança, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra pela ordem e não era para fazer pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido, pela ordem.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no mês de março deste ano, encaminhei requerimento de informações, de minha autoria, da Senadora Heloísa Helena e do Senador Paulo Hartung, ao Ministro de Minas e Energia.

Passaram-se mais de quatro meses e, nesta semana, a Secretaria-Geral da Mesa do Senado informou que estava à disposição dos requerentes o documento.

Só que o documento está escrito em inglês, o que está errado. A Secretaria-Geral da Mesa nem poderia ter recebido esse documento em inglês, porque, pelo que dispõe o Código Civil, pela Lei nº 6.015, art. 140, os documentos de acordo, de tratados, realizados com empresas brasileiras têm que ser traduzidos. Se estão em língua estrangeira, têm de ser feita a tradução por tradutor juramentado.

Então, não pode o Ministro responder o requerimento com documento escrito em língua estrangeira.

Assim sendo, estou encaminhando à Mesa requerimento para que seja aberto um processo contra

o Ministro das Minas e Energia, José Jorge, por crime de responsabilidade, por se negar a responder devidamente a um requerimento de informação do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Atendei o pedido de V. Ex^a, encaminhando o requerimento e o documento ao Ministério das Minas e Energia.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha, pela Liderança do PDT, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que trago à tribuna, na tarde de hoje, é importante não apenas para os Partidos do Bloco de Oposição mas também para o Brasil.

Na terça-feira da semana passada, estive aqui para questionar e criticar a Medida Provisória nº 2.177, em sua 43ª edição, que estabeleceu uma mudança estrutural na Lei de Planos e Seguros de Saúde.

Hoje, venho aqui para aplaudir a decisão do Ministro José Serra, e porque não dizer do Governo, que, diante das manifestações, das pressões da sociedade civil organizada, dos partidos políticos, das lideranças partidárias e até do Senado – porque, aqui da tribuna e também na Comissão de Assuntos Sociais, fizemos protestos veementes –, e sensível, desta vez pelo menos, à voz rouca das ruas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por intermédio principalmente do Ministro José Serra, tiveram um recuo com relação à Medida Provisória e decidiram encaminhar ao Congresso Nacional as mudanças propostas por meio de projeto de lei.

De forma que não deixa de ser uma decisão democrática e, portanto, um reconhecimento do equívoco que a Agência Nacional de Saúde Suplementar cometeu, remetendo, por conseguinte, o assunto ao seu real caminho, ao caminho natural, que é o Congresso Nacional, dando a oportunidade para que as lideranças congressistas e os representantes de todos os segmentos possam se manifestar, aprofundando o debate a respeito desse tema. Do consenso que se estabelecer dentro do Congresso Nacional, ou pelo voto da maioria, extrairemos aquilo que eu chamo de ponto de equilíbrio, que é o ponto que a sociedade pode suportar nesse segmento de saúde suplementar, de planos e seguros de saúde.

Temos que ter também essa capacidade. Sou um Senador de Oposição, sou leal aos meus princípios. Tenho procurado ter essa capacidade de, quando o Governo erra, vir aqui criticá-lo, e, quando acerta, dizer que acertou.

Ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, obtivemos a aprovação de três requerimentos de minha autoria a respeito desse assunto: um, convidando o Ministro José Serra para comparecer à Comissão; outro, convidando o Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Dr. Januário Montoni, e um terceiro criando um grupo de trabalho no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado para estudar e aprofundar a análise dessa matéria.

Estou sendo indicado pelo Bloco como membro da Comissão Especial, e tenho a convicção e o entendimento de que vamos manter o nível de debate nesta Casa, que é o esperado pela sociedade do Brasil. É um projeto que interessa a todo o País, não somente ao Governo.

E parte do conteúdo da medida provisória é benéfico, positivo. Saberemos compreender isso e vamos aproveitar os aspectos positivos das propostas do Governo. Mas há retrocessos que precisamos debater. Mas não vou me dedicar à análise desses pontos neste momento em consideração aos meus colegas Senadores que estão inscritos para fazer uso da palavra. Na semana que vem, vou me inscrever para falar a respeito de pontos desse projeto de lei do Governo que será enviado ao Congresso Nacional que não podem ser aceitos porque ferem cláusulas pétreas da medicina; ou seja, o livre acesso, o atendimento global do paciente, mesmo nesses segmentos de saúde suplementar.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para anunciar que foi mantida a realização do Simpósio de Saúde Suplementar para os dias 28 e 29 de agosto, terça e quarta-feiras, no Auditório Petrônio Portella. Será um simpósio extremamente importante. Aproveito para informar também que o simpósio não será politizado. Lá não estaremos discutindo erros e acertos do Governo. O que queremos discutir, debater, o que queremos extrair de lá é a opinião, a sensibilidade dos usuários, das operadoras, dos prestadores de serviço sobre os aspectos positivos e negativos da legislação, sobre os avanços e retrocessos da legislação de planos e seguros de saúde no País.

Portanto, aproveito para convidar todos os Senadores, os Deputados Federais e todos aqueles que acompanham a **TV Senado** para comparecerem, nos dias 28 e 29, ao Auditório Petrônio Portella, para parti-

ciparem desse importante evento, na abertura do qual, estará presente o Presidente em exercício desta Casa, Senador Edison Lobão. S. Ex^a vai receber um convite oficial para participar dessa abertura, bem como o Presidente da Câmara, Aécio Neves, e também o Ministro José Serra, com quem estive ontem à noite. S. Ex^a se comprometeu a comparecer à abertura desse evento que terá uma repercussão, sem dúvida alguma, das maiores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao orador inscrito, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é certo que a razão de ser dos bancos e das instituições financeiras em geral está na geração e intermediação do crédito. Desde a sua consolidação, a partir do século XIII, os bancos têm sido responsáveis pela captação de recursos monetários junto a pessoas físicas e jurídicas com disponibilidade, para oferecer dinheiro àqueles que necessitam desse recurso, a um custo previamente estipulado, ou não, denominado juro ou interesse do credor. Assim, a obtenção do lucro segue-se como corolário natural, considerando-se especialmente os elevados riscos inerentes a esse tipo de atividade.

E é plenamente razoável que, dentro do modelo de uma economia de mercado, uma das características do Ocidente, definidora mesmo da chamada modernidade, todos os negociantes busquem a realização de lucros, fazendo da vantagem econômica um objetivo claro e legítimo, a ser constantemente perseguido. Contudo, em todo o mundo o que se vê são operações equilibradas, crédito acessível, com taxas razoáveis, que não levam os tomadores à insolvência, como lamentavelmente tem sido o caso de contingentes cada vez maiores de brasileiros.

Especialmente nos últimos anos, temos aqui um caso diferente, muitíssimo diferente, do verificado em inúmeros outros países! Aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem-se uma abissal disparidade entre o que paga, por exemplo, a caderneta de poupança, com juros mensais de 0,71% agora em abril, e o que se cobra pelo cheque especial, variando hoje entre 7,7% e 9,9% ao mês. Isso sem contar a ação das financeiras, capazes de cobrar uma taxa média anual que atinge 225%.

Nessa linha, além de submetermos a sacrifício constante os cidadãos, permaneceremos como um dos países que detém uma das taxas de poupança individual mais baixas do mundo. Pelo jeito, não conse-

guiremos induzir o cidadão brasileiro ao saudável hábito de alocar regularmente recursos para a formação de seu patrimônio pessoal e familiar. E isso, seguramente, tem e terá sérias implicações a curto, médio e longo prazos, para o cidadão e para a própria sociedade.

De forma geral, e já há um longo tempo, sem empenhar-se decisivamente na redução dos juros, a autoridade monetária envia sinais pouco animadores para a sociedade, embora se note, aqui e acolá, episodicamente, algum aceno em favor do cidadão. Um exemplo positivo, em vigor desde o mês de abril, é a exigência de os bancos informarem periodicamente a seus clientes o valor do pagamento dos juros do cheque especial. Nesse movimento, a intenção do Banco Central é empurrar os tomadores do cheque especial para o crédito pessoal, que aplica taxas de juros menores. Recorde-se que, como vimos há pouco, enquanto os juros no cheque especial chegam a quase 10% ao mês, no crédito pessoal variam entre 3,2% e 5,4% ao mês, uma diferença considerável, mesmo no curto prazo.

Ademais, Sr. Presidente, o Banco Central também está concedendo portabilidade ao histórico bancário individual, isto é, o cliente de instituição financeira passa a ter o direito de levar consigo a informação e o histórico bancário quando migrar para o novo banco, a fim de melhor manejar a negociação das taxas de juros. Instrumentos dessa natureza evidenciam e explicitam a situação do tomador de empréstimos e concorrem para a educação do cidadão. Todos nós sabemos que, em inúmeras ocasiões, o cidadão comum toma decisões e realiza operações lesivas aos seus interesses por absoluta falta de conhecimento do intrincado, complexo e confuso mundo dos negócios, campo de ação preferencial de profissionais altamente especializados e treinados.

Veja-se que a extrema criatividade, o elevado poder de invenção dos financistas proporcionou, nos últimos anos, a ampliação e a diversificação das linhas de empréstimos, com preços e nomes de batismo distintos. Assim, temos, por exemplo, empréstimo pessoal, cheque especial, cartão de crédito, crédito direto ao consumidor e **leasing**, entre outros.

Dentro de uma sociedade que se deixou empolgar e conduzir pelo consumo desenfreado, há campo fértil para que as instituições financeiras prosperem rapidamente. Além disso, programas populares de auditório, de elevada audiência, tornam-se os principais veículos de difusão do chamado dinheiro fácil, acessível a todo tomador quase que de forma auto-

mática, verificados apenas alguns pressupostos e independentemente de sua real capacidade de endividamento. Como se isso não bastasse, ídolos, como cantores e animadores de programas de ampla penetração nas camadas populares, transformam-se em garotos-propaganda das financeiras, estimulando o excessivo comprometimento da renda de famílias inteiras. Mas essas são apenas constatações que se produzem a partir de breve e despreziosa observação da realidade brasileira contemporânea. Enfim, todo cidadão, evidentemente, é livre para decidir acerca de seu estilo de vida.

Mas as financeiras, por seu turno, procuram justificar suas elevadíssimas taxas de juros pelo fato de não contarem, como os bancos, com uma carteira de correntistas e com a capacidade de assumir riscos mais elevados, além do indiscriminado oferecimento de crédito. Ainda recentemente, foi dessa forma que procurou explicar-se o diretor de uma das principais financeiras em atuação no mercado nacional.

Logo, o que se pode pedir é uma ação mais firme do Governo federal, no sentido de reduzir a taxa referencial de juros, permitindo a milhões de brasileiros alcançar a adimplência. É do conhecimento comum, pelas constantes reportagens publicadas cotidianamente pela imprensa e pelo contato regular com os nossos eleitores, que largas parcelas da sociedade brasileira enfrentam os sérios dissabores da exclusão do mercado consumidor, justamente pela incapacidade real de honrar os seus compromissos.

Em especial, as classes populares, pela sua natural vulnerabilidade, são as mais atingidas pela voracidade do mercado financeiro. Aí, em vez de virtuoso, cumpre-se um círculo absolutamente vicioso. A baixa escolaridade, o reduzido nível de informação estreita as margens de discernimento e escolha de número considerável de brasileiros, facilitando, então, a manipulação publicitária e o apelo consumista. Assim, renova-se indefinidamente a subordinação popular a uma lógica exploratória, perversa e, enfim, excludente.

O que se espera, na verdade, é mais coerência do discurso oficial, que perora pelo social e pelo desenvolvimento, com a prática. Se os juros são capazes de inibir e castigar até mesmo os grandes empresários, não é difícil imaginar e, mais do que isso, constatar o que ocorre com os assalariados. Juros em bases mais razoáveis e realistas fomentarão a engenhosa máquina econômica capitalista e seus agentes, propiciando mais investimento e produção, por um lado, e maior consumo, por outro.

Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento agradecendo a todos pela atenção. Lamento o fato de esta sessão ter caído por falta de **quorum**.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, O Sr. Edison Lobão, Presidente Interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, por 50 minutos, por inscrição regular.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres Colegas, vou procurar não me estender em demasia, porque sei que o Senador Osmar Dias tem um pronunciamento importante a fazer no dia de hoje, relacionado à privatização da Copel, no Paraná – motivo pelo qual a Assembleia Legislativa tem estado permanentemente reunida. Sei que o povo do Paraná e todo o Brasil têm acompanhado ansiosamente o desenrolar dos fatos.

A tragédia representada pela violência do trânsito brasileiro assume a sua dimensão mais grave no meu Estado, Santa Catarina, unidade da Federação na qual, em proporção à extensão da sua malha rodoviária, registra-se o maior número de mortos e feridos em acidentes de circulação. Por isso mesmo, vejo com grande preocupação o quadro que atualmente se observa na 8ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, com jurisdição sobre Santa Catarina.

Em virtude do déficit no quadro de policiais da Corporação, aquela Superintendência tem-se visto obrigada a desativar postos existentes nas rodovias do Estado, com evidentes prejuízos à já precária segurança do trânsito.

Ocorre que o pequeno número de servidores implica uma situação de grande risco para aqueles que estão em atividade. Atualmente, os policiais rodoviários, em Santa Catarina, estão trabalhando com apenas dois ou três servidores, por escala. Em certos casos, chega-se ao extremo de haver um único policial no posto, realidade que afronta os mais elementares princípios da segurança no trabalho policial.

Na verdade, esse quadro já provocou as primeiras vítimas. Há cerca de quatro meses, os policiais rodoviários Rodrigo Zonta e Aílton Machado Borges foram assassinados a tiros por assaltantes na BR-101, no Município de Joinville. O covarde crime motivou a realização de protesto, dias após o seu cometimento, por cerca de 100 patrulheiros que se reuniram junto

ao Posto de Pirabeiraba, na mesma rodovia, revoltados com a situação de permanente risco de vida a que estão submetidos.

Já nos meses de março e abril, por precaução, haviam sido desativados os postos de São José do Cedro, na BR-162, de Itajaí, na BR-101, e de Itaiópolis, na BR-116. Posteriormente, o comando da corporação no Estado, sediado em Florianópolis, chegou a anunciar a desativação de mais quatro unidades, também como medida de segurança em razão do déficit no quadro de policiais. Segundo o anúncio, seriam fechados definitivamente os postos de Guaramirim, na BR-280, de Concórdia, na BR-153, de Tubarão, na BR-101, e de Vacas Gordas, na BR-116.

Felizmente, a intensa mobilização da comunidade logrou reverter essa última decisão. Segundo informação divulgada pelo Chefe de Comunicação Social da 8ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, os postos de Guaramirim e Concórdia só serão fechados episodicamente, quando houver somente um patrulheiro à disposição na escala de serviço. Já as unidades em Tubarão e Vacas Gordas terão atividades normais pelo menos nos próximos 60 dias. As guarnições de São José do Cedro, Itajaí e Itaiópolis, contudo, continuarão sem a presença do efetivo policial até ordem em contrário do comando geral da corporação, em Brasília.

A permanência em funcionamento dos postos mencionados resultou de um acordo firmado entre a Polícia Rodoviária, a comunidade, entidades e órgãos políticos dos Municípios envolvidos. Especialmente em Tubarão e Ponte Alta – Município ao qual pertence o Distrito de Vacas Gordas –, foi intensa a mobilização contra o fechamento dos postos. A população, maciçamente contrária à interdição das unidades, comprometeu-se a enviar moções e requerimentos ao Ministério da Justiça e à cúpula da Polícia Rodoviária Federal, em Brasília, solicitando a abertura de concurso público e o ingresso de mais policiais na corporação.

Por isso, a reivindicação de preenchimento das vagas existentes no quadro da Polícia Rodoviária Federal, mediante a realização de concurso público, é justíssima. Atualmente, a Polícia Rodoviária Federal tem, em Santa Catarina, 21 postos e 8 delegacias para fiscalizar os 2,3 mil quilômetros de rodovias sob sua jurisdição no Estado. No total, são 398 os patrulheiros em atividade, no entanto 25% deles atuam na área administrativa. O último concurso público de ingresso na corporação foi realizado em 1998.

Como se sabe, é vastíssimo o trabalho desempenhado pela Polícia Rodoviária Federal, não apenas na fiscalização no trânsito, mas também no combate ao porte de armas, ao tráfico de drogas, ao furto de veículos, ao roubo de cargas e aos crimes ambientais.

Os números divulgados pela corporação, relativos às operações de combate à criminalidade durante o ano passado, atestam, sobejamente, a eficácia de sua atuação. A apreensão de armas de fogo cresceu 34% em relação ao ano anterior; a de maconha aumentou 82%; e a de cocaína, 47%. O número de veículos furtados e roubados que foram recuperados ascendeu a 3.229 contra 2.871, em 1999. Na área de crimes ambientais, foram registradas a apreensão de quase 5,6 mil toras de madeira e a captura de mais de 111 mil animais silvestres, sendo presas 120 pessoas pela prática desses crimes.

Mas, evidentemente, a importância maior do trabalho da Polícia Rodoviária Federal reside na sua contribuição para a redução da violência no trânsito. Como todos sabemos, esse é um problema de imensa gravidade no País, a ponto de já ser considerado como uma questão de saúde pública. Afinal, a cada ano, o trânsito brasileiro mata cerca de 40 mil pessoas e deixa 500 mil feridas, muitas com seqüelas permanentes. Esses números são similares aos observados nos Estados Unidos, país que tem uma frota de veículos sete vezes maior do que a brasileira. Mais da metade dos acidentados são jovens, com idade inferior a 35 anos e, portanto, com um longo período de vida produtiva pela frente, que fica prejudicado ou inviabilizado.

A par do incalculável custo em termos de sofrimento humano, as perdas materiais alcançam valores astronômicos. O Professor David Duarte, da Universidade de Brasília, especialista na matéria, calcula em R\$20 bilhões por ano o que o País perde com os acidentes de trânsito, levando-se em consideração os gastos com destruição de carros, pontes e postes, despesas com tratamentos hospitalares e pagamentos previdenciários e de seguros. Para se ter uma idéia do que significa esse montante, basta dizer que ele é equivalente ao orçamento do Ministério da Saúde. Outro dado impressionante: 62% dos leitos de traumatologia dos hospitais do Brasil são ocupados por acidentes de trânsito.

Já não mais suportando essa tragédia, a sociedade brasileira levou o Congresso Nacional a aprovar, três anos atrás, o novo Código Brasileiro de Trânsito. A nova lei consistiu em uma combinação de normas mais rígidas, elevação do valor das multas e das penas associadas a infrações de trânsito, transforman-

do em crime práticas antes consideradas apenas irregularidades, ênfase em campanhas lucrativas e aperfeiçoamento gerencial da administração do trânsito.

Nesses três anos de vigência do novo Código, alguma coisa mudou para melhor no comportamento dos motoristas. O número de mortos, talvez o principal indicador, caiu de 40 mil para 36 mil, representando um decréscimo da ordem de 10%, mas ainda é um dos mais altos do mundo, o que evidencia a pertinácia dos maus hábitos.

O alto valor das multas, que no primeiro ano funcionou como eficiente instrumento de dissuasão contra os comportamentos irresponsáveis, já não inspira o mesmo temor. Ocorre que, por falta de colaboração entre as polícias e os departamentos estaduais de trânsito, elas são aplicadas, mas, muitas vezes, não são cobradas. Essa falta de intercâmbio entre os Detrans e as Polícias Rodoviárias é que vem causando problemas sérios.

Ocorre que, por falta de colaboração entre as polícias e os departamentos estaduais de trânsito, elas são aplicadas mas, muitas vezes, não são cobradas. Só no ano passado, a Polícia Rodoviária Federal deixou de cobrar 600 mil multas porque a maioria dos Detrans se recusa a fornecer nomes e endereços dos infratores.

Essa má vontade de muitos Detrans em cooperar com a Polícia Rodoviária Federal acarretou uma perda de receita de 76 milhões de reais para a União. No contexto das políticas de promoção da segurança no trânsito, esse valor está longe de ser desprezível, tanto que corresponde quase ao dobro dos 42 milhões de reais obtidos pelo Denatran para financiar campanhas educativas e projetos de reestruturação do trânsito em todo o País este ano. Ademais, esses dados da Polícia Rodoviária não incluem multas aplicadas a motoristas fora de seu Estado de origem, com o que o prejuízo pode ascender a mais de 100 milhões de reais, segundo acreditam técnicos na área.

Entre as principais inovações introduzidas pelo novo Código Brasileiro de Trânsito, muitas não saíram do papel, persistindo a defasagem entre o que a lei determina e o seu cumprimento. Por isso, precisamos fazer com que as normas sejam cada vez mais aplicadas.

A indústria do **habeas corpus**, por exemplo, acabou por descaracterizar a prisão por crimes no trânsito. A transformação das auto-escolas em centros de formação de condutores, com aulas práticas e teóricas, conforme programa determinado pelo Cód-

go, tem sido levada a sério, mas não conforme deve ser. O Rio Grande do Sul leva a sério, sei disso, mas em muitos Estados as escolas de trânsito têm que ser mais duras na questão de preparação de condutores, na pontuação das carteiras. A pontuação das carteiras de habilitação tem esbarrado nas propostas de anistia apresentadas por candidatos em busca de votos de motoristas infratores, às vésperas de cada eleição. De resto, a maioria dos Detrans não tem sistema de informática para controlar a pontuação. O etilote, importante instrumento para impedir que o motorista embriagado continue dirigindo, teve o seu uso praticamente abandonado.

Por isso, Sr. Presidente e nobres colegas, a promulgação do Código de Trânsito representou importante conquista de cidadania, mas a sua preservação e o respeito a este constituem um dever para todos que têm compromisso com a segurança de quem trafega pelas ruas e estradas brasileiras.

Na atual conjuntura, de parcial afrouxamento das determinações contidas no Código, assoma a importância de se fortalecer a Polícia Rodoviária Federal, corporação que carrega a responsabilidade de disciplinar o trânsito nas rodovias federais, promovendo-lhe a segurança.

Urge que se realize competente concurso público. Vamos colocar mais gente, prestigiar, fazer também com que o aumento do poder aquisitivo dê dignidade aos policiais rodoviários federais, porque isso representa segurança às famílias das pessoas que trafegam, número esse que aumenta cada vez mais.

Em Santa Catarina, a BR-101, nos períodos de férias, é uma loucura. Por isso que, em número de mortes e acidentes, o nosso Estado apresenta o maior índice no Brasil. Precisamos motivar esses policiais, pois isso significa segurança para as famílias nas estradas.

É necessário colocar o Código de Trânsito em prática. Precisamos dar duro nisso. Colocar mais pessoal à disposição. Por esse motivo é necessária a realização de concurso e melhor qualificação dos que já estão trabalhando. É preciso ter amor e vontade. Não podemos permitir que continuem ocorrendo algumas situações, como a presença de somente um policial em determinados postos. Isso não é possível. Quando há assaltos, ocorrem mortes, como houve em Joinville, no meu Estado.

Desde o ano passado, a categoria vem realizando mobilizações, em diversos Estados, no sentido de se evitarem essas situações.

Sr. Presidente, estou tentando resumir as minhas colocações a fim de que os nobres colegas inscritos possam usar da palavra. Sei que os Senadores Carlos Patrocínio e Osmar Dias tratarão de assuntos importantes também.

Minha condição de representante do Estado de Santa Catarina, nesta Casa, coloca-me em posição de responsabilidade ainda maior na luta pelo fortalecimento da Polícia Rodoviária Federal, haja vista que, em proporção à dimensão de sua malha rodoviária, meu Estado apresenta o trânsito mais violento no País.

Sr. Presidente, precisamos reverter essa questão, dando-lhe atenção. Faço um apelo ao Ministério da Justiça para que fique atento a essa situação de insegurança no trânsito que, no meu Estado, é grave, mas também em toda a extensão do Brasil.

Deixo aqui, portanto, o meu apelo ao Comando da Corporação e ao Ex^o Sr. Ministro da Justiça no sentido de que levem em consideração, atendendo esse clamor.

Solicito que este meu pronunciamento seja publicado, na íntegra, nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, a questão do trânsito no Brasil deve ser bem analisada, a fim de que o Código Brasileiro de Trânsito seja aplicado na sua plenitude e que o Governo olhe para tal problema, investindo nessa área. O pessoal tem que ser qualificado e os vencimentos têm de dar condições de os policiais não se virem tentados a receber propinas ou coisa que o valha. Assim, as famílias brasileiras e os visitantes estrangeiros poderão ter segurança no nosso País. O efetivo precisa ser aumentado. No meu Estado está clara a falta de funcionários, em número, que possam oferecer condições adequadas de trabalho.

Temos de sentar, discutir e analisar essa questão.

Peço a V. Ex^a que receba o meu pronunciamento acerca da segurança do trânsito nas estradas no Brasil, em especial no Estado de Santa Catarina, de onde vem um clamor geral.

Encerro o meu pronunciamento, a fim de que possamos ouvir o pronunciamento do Senador Carlos Patrocínio e do Senador Osmar Dias acerca da questão da Copel, dessa empresa de potencial extraordinário, que está sendo acompanhada por todo o Brasil.

Solicito a V. Ex^a o registro do meu pronunciamento na íntegra.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, CONCLUSÃO
DO PRONUNCIAMENTO DO SR.
SENADOR CASILDO MALDANER.*

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) –

Se tomarmos o número de mortes nas rodovias federais de todo o País no ano passado, verificaremos que houve discreta redução, de cerca de 1%, em relação ao ano anterior, de forma similar ao que ocorreu com o número de feridos, que caiu cerca de 2%. Já o número de acidentes nessas rodovias apresentou redução mais expressiva, da ordem de 6%.

Em Santa Catarina, porém, a tendência foi inversa. As precárias condições da BR-101 – a temida “estrada da morte” –, juntamente com o intenso fluxo de caminhões e o movimento de estrangeiros nas temporadas de férias contribuíram para aumentar os números de mortos e feridos no trânsito. O número de mortos subiu de 566 em 1999 para 580 no ano passado, numa elevação de quase 3%.

Como se vê, a situação de insegurança no trânsito rodoviário é ainda mais grave em Santa Catarina do que no restante do País, motivo pelo qual tenho grande preocupação quanto ao crescente déficit no quadro de patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal no Estado. Deixo aqui, portanto, meu apelo ao comando da corporação e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça no sentido de que seja agilizada a realização de concurso para provimento de cargos em seu quadro de servidores, bem como no sentido de que se conceda reposição salarial condigna à categoria.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Casildo Maldaner, o requerimento de V. Ex^a será atendido.

Tem a palavra o Senador Osmar Dias, por permuta com o Senador Sebastião Rocha; em seguida, o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, dispense a palavra. Está errado este procedimento.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, em muitas ocasiões, aguardava para fa-

zer uso da palavra e alguém falava antes de mim por ter permutado. Isso ocorreu, inclusive, quando presidia a sessão o próprio Senador Carlos Patrocínio. Portanto, não sei o que poderia estar errado neste procedimento. Desde cedo, havia permutado com o Senador Sebastião Rocha, que entendeu a importância do tema de que tratarei e, sobretudo, a gravidade do momento que vive o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Osmar Dias, gostaria de informar que o Senador Sebastião Rocha compareceu à Mesa e confirmou a permuta com V. Ex^a. Este procedimento normalmente ocorre e o Senador Carlos Patrocínio o conhece, inclusive porque, durante quatro anos, presidiu várias vezes as sessões do Senado Federal.

Com todo respeito a S. Ex^a, informo que lhe estará assegurada a palavra após a fala do Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Sr. Presidente, sugiro que a Mesa encaminhe ao gabinete do Senador Carlos Patrocínio um Regimento Interno da Casa.

Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está sitiada. A Polícia Militar está a postos, com mais de mil homens, portanto, com armamento pesado. Deputados que estão tentando exercer o direito de defender o povo do Estado contra um crime que o Governador Jaime Lerner quer praticar foram agredidos pela Polícia Militar. Não que essa instituição tenha culpa no processo, mas o Governador Jaime Lerner, com saudades do tempo da ditadura em que era nomeado sempre para cargos importantes no Estado, como o de Prefeito de Curitiba, remexeu no seu passado e sobretudo na sua história e, de forma autoritária, mandou a Polícia Militar invadir a Assembléia e impedir a manifestação livre dos estudantes e da população do Estado do Paraná, que, por sua imensa maioria, em todas as pesquisas de opinião, se manifestaram contra a venda da Copel. Em pesquisa, Senador Eduardo Suplicy, que ora Preside a Mesa do Senado, 98% das pessoas de determinadas cidades opinaram não desejar a venda da Copel.

Pois bem, é preciso relatar aqui alguns detalhes desta triste, desta negra história que envolve o Governador Jaime Lerner e este episódio lamentável que hoje é veiculado em todo o País, pela imprensa nacional, com imagens que não correspondem à realidade do meu Estado. O Paraná é um Estado de gente séria, de gente que trabalha muito, de gente que merece ser respeitada, mas que não está sendo respeitada pelo Governador Jaime Lerner.

O Paraná está dividido: de um lado, o Governador Jaime Lerner e alguns Deputados; de outro, Deputados honrados e toda a população do Estado, que dizem "não" à privatização da Copel.

O processo arrasta-se há alguns meses, agravando-se porque, pela primeira vez, na Assembléia Legislativa do Paraná, tivemos a apresentação de um projeto de lei do povo, um projeto de lei popular para impedir a privatização da Copel. Conseguimos 120 mil assinaturas rapidamente, em uma demonstração clara de que o povo não quer. A Igreja Católica e a Igreja Evangélica se manifestaram publicamente, fizeram apelos dramáticos ao Governador Jaime Lerner.

Os empresários, por intermédio da Federação da Agricultura, da Federação das Indústrias e da Associação Comercial do Paraná, também se manifestaram dizendo que não é correta a privatização neste momento. Os estudantes, os professores, os trabalhadores representados por todas as entidades classistas também se manifestaram contrariamente à venda da Copel. Mas nem tudo isso foi suficiente para demover a obstinação do Sr. Jaime Lerner de vender a Copel, uma empresa que hoje, no Brasil, não é apenas uma das mais eficientes, um orgulho do Paraná, mas que pode continuar sendo balisadora de preços, inclusive de tarifas de energia elétrica, para um Brasil cujo setor energético vem sendo privatizado. E os apagões, que hoje já ocorrem em outras regiões, podem também acontecer no Estado do Paraná por absoluta irresponsabilidade do seu Governador.

Esse processo começou no dia em que o Estado do Paraná foi mergulhado em uma dívida enorme pela irresponsabilidade do Governador. E continuou no dia em que o Banco do Estado do Paraná foi assaltado por uma quadrilha. E isso quem disse não fui eu. Diretores do Banco Central, que aqui estiveram, disseram para o Brasil inteiro ouvir que o Banco do Estado do Paraná foi assaltado por uma quadrilha. Mas o Governador Jaime Lerner lavou as mãos, disse que nada tinha a ver com aquilo. No entanto, foi S. Ex^a quem nomeou a quadrilha. Ninguém foi preso, nem um centavo foi devolvido. O Banco se foi. Ficamos sem o Banco, mas ganhamos uma dívida a ser paga em 30 anos, que hoje leva R\$30 milhões, aproximadamente, todos os meses dos cofres públicos do nosso Estado.

O Governador Jaime Lerner vendeu quase metade da Empresa de Saneamento – Sanepar aos franceses sem que o povo paranaense pudesse se manifestar; vendeu as rodovias, abandonou as outras; antecipou as receitas de Itaipu. E mesmo assim, assu-

mindando o Estado com uma dívida de R\$1,3 bilhão, coloca o Estado, hoje, em uma situação de incapacidade total de continuar realizando as suas funções, as suas atribuições, porque a dívida está próxima dos R\$15 bilhões, o que demanda, com certeza, a receita de dois anos, dois exercícios fiscais do nosso Estado.

Por ter afundado o Estado em dívida e por ter um outro crime que a imprensa do Paraná só agora começa a anunciar, que foi a compra dos títulos precatórios de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos, em plena vigência da CPI dos Precatórios, que tinha como Relator o Senador Roberto Requião, que dizia para a imprensa do Paraná e para o Governador Jaime Lerner que aqueles precatórios eram ilegítimos, e assim foram considerados pela própria CPI dos Precatórios. ainda assim, o Governador comprou aqueles títulos que foram colocados no Banco do Estado do Paraná, mas tiveram que ser garantidos por ações da Copel que, na época, valiam R\$415 milhões e que hoje já valem R\$800 milhões.

O Governador quer praticar um crime contra o patrimônio público e para isso, Senador Eduardo Suplicy, está agindo de forma autoritária e desonesta, porque há denúncias de sobra na imprensa do meu Estado de que, para conquistar o voto de alguns Deputados, o Governador está oferecendo benefícios financeiros, ou seja, comprando o voto desses Deputados. Uma denúncia divulgada na imprensa, que precisa ser investigada, e que pode, inclusive, servir de ponto de referência para que, na Justiça, anulemos esse negócio, que é um crime contra o povo paranaense, um total desrespeito para com uma população que se manifesta, que protesta e que quer, por meio desse protesto da Assembléia Legislativa, impedir mais esse dano ao Estado. Mas o Governador usa a polícia inclusive para impedir que os Deputados da Oposição se reúnam.

Em uma reunião dos Deputados da Oposição, que seria realizada hoje de manhã, o Governador mandou a Polícia Militar invadir para impedir que ela se realizasse. Nunca vi, e uso aqui palavras do Deputado Valdir Pugliese, de vasta experiência na política, para dizer que nem no tempo da ditadura esse procedimento era adotado por um governo, nem no tempo do autoritarismo uma Assembléia Legislativa foi submetida a uma situação de vexame dentro da sociedade brasileira.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Concedo o aparte ao Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Osmar Dias, tive uma notícia, hoje, extremamente interessante sobre as estrepolias do Governador Jaime Lerner. V. Ex^a lembra que, durante a CPI do Precatórios, levantamos o envolvimento do Estado do Paraná naquele processo, os contatos pessoais do Governador com o famoso Fausto Solano Pereira, genro do então Presidente do Bradesco, Lázaro Brandão? A notícia nos dá conta de que já há o prosseguimento, o desdobramento da ação desses larápios com o Banco Itaú. O Itaú ganhou o Banestado de presente, mas pegou uma série de créditos que o Banestado tinha e os vendeu para a empresa Goldman Sachs por 3% do valor dos créditos. A Goldman Sachs, por sua vez, está cobrando esses créditos por três vezes o valor de face. Na verdade, as pessoas que estão sendo cobradas pensam que o Itaú vendeu por 3% para simular um prejuízo de R\$750 milhões e, agora, por intermédio da Goldman Sachs, está recomprando esses títulos em uma operação casada. Foi a denúncia que recebi e que será documentada aqui no plenário, pois pretendo enviá-la ao Ministério Público. Disse-me o denunciante que o Banco Central, inclusive, já tem a desconfiança de que há uma triangulação. Ficou bem claro, não é, Senador Osmar Dias? Compraram por um preço baixíssimo, cobram por um preço exagerado, forçam os devedores a adimplirem os seus débitos e têm um lucro fantástico! Ou seja, ao mesmo tempo em que o Itaú apresenta isso como prejuízo na compra do Banestado, abate isso evidentemente do Imposto de Renda. Mas essa questão da Copel é mais terrível, pois 93% dos paranaenses não querem que a empresa seja vendida. V. Ex^a disse que a Igreja, o Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto estava rezando uma missa junto com estudantes e professores para que a Copel não fosse vendida; a Federação das Indústrias; a Associação Comercial do Paraná; a Ordem dos Advogados do Brasil; o Instituto de Engenharia; os Partidos políticos, enfim, ninguém quer vender a Copel porque é um mau negócio para o Estado. Mas parece que já fizeram a negociata e já receberam comissões. Denunciei desta tribuna quinta ou sexta-feira passada que a FWE, alemã, tinha contratado um escritório de **lobby** para corromper Parlamentares. Na segunda-feira, o Deutsche Bank comprou 180 milhões de ações da Copel na Bolsa. Então, parece que a rapinagem vem da Alemanha; a negociata parece ter sido feita com um grupo alemão internacional. E estão comprando Deputados. O Deputado Moysés Leônidas já confessou publicamente o negócio que tinha feito: cargos no Governo, verbas para

municípios e, junto com essas verbas, aquelas possíveis triangulações em que, por exemplo, contrata-se determinado empreiteiro e dele recebe 20%. Outro Deputado me confidenciou que tinha recebido uma oferta de R\$4 milhões para mudar o seu voto e trazer o voto de uma outra Deputada amiga sua. É evidente que fica muito difícil a comprovação disso já que essas conversas são reservadas e não são gravadas. Mas a violência é muito grande, há pressão da polícia... O Deputado Luiz Fernando Litro teve um acidente vascular cerebral, um enfarte, tal a pressão que sofreu. E, ainda assim, hoje de manhã, o escore, que tinha começado muito desfavorável para os interesses do povo do Paraná, nos era favorável, Senador Osmar Dias. Já estávamos com 27 votos contra 23 – 26 do Governo – e liquidaríamos o problema. Mas a votação foi interrompida e marcada para segunda-feira. Até essa data, vão tentar comprar votos de outros Deputados. A pressão é muito grande e a falta de vergonha é absoluta, mas, segunda-feira, pela manhã, eu, V. Ex^a e o Senador Álvaro Dias estaremos na Assembléia Legislativa para ver de perto se alguém, na nossa presença, tem a coragem de colocar a Polícia Militar para bater em Deputados, Deputadas e manifestantes. Vamos, eu e o Senador Álvaro Dias, na condição de ex-Governadores do Paraná – e, portanto, de ex-Comandantes da Polícia Militar do Paraná –, conferir essas atitudes. Tenho certeza de que essa afoiteza dos vendilhões do Estado será contida, na segunda-feira, e existe uma probabilidade muito grande de o Paraná ganhar essa parada, impedindo a venda da Copel, juntamente com as igrejas, a sociedade organizada, os empresários e os trabalhadores. A Copel é patrimônio do Paraná, portanto, não pode ser vendida. E, se for vendida, o nosso compromisso, como dirigentes partidários, é anular a venda e devolver a empresa ao povo paranaense. Portanto, ficam notificados os especuladores internacionais que, se comprarem, estarão comprando mal, porque não vamos admitir a patifaria.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Agradeço o aparte, Senador Roberto Requião. Com toda a certeza, estaremos, na segunda-feira, na Assembléia Legislativa e queremos, sim, conferir essa ação completamente arbitrária do Governo Estadual de mandar que a Polícia Militar, com cachorros, cavalos e armamento pesado, intimide os manifestantes e até os Deputados – que, ontem, tiveram que sair correndo da Assembléia, porque estavam sob ameaça.

Hoje, a comunicação que recebi é que a Oposição tentou se reunir e a Polícia Militar não deixou; queria participar da reunião como se os Deputados não tivessem liberdade sequer para discutir estratégia para a votação. Eles procuraram o Tribunal de Justiça e estão ingressando com uma ação contra o Governador, porque a ordem partiu do Governador, que está impondo um regime de exceção, um regime de força na Assembléia Legislativa para tentar vencer a votação, intimidando os Deputados com essa ameaça. Nós estaremos lá na segunda-feira.

Quero, também, dizer que entrei agora com um requerimento aqui, Senador Roberto Requião e Senador Eduardo Suplicy, que preside a sessão, porque há uma notícia na **Folha de S.Paulo** de hoje que considero grave – e temos que saber do Governo Federal se ela é verdadeira ou não. E o meu requerimento é para que o Ministro Malan responda o que está publicado na **Folha de S.Paulo** de hoje: "Caso Copel destrói a Assembléia do Paraná". Esse é o título da matéria. E há um parágrafo que diz o seguinte:

A venda da Copel prevista para outubro e citada como certa no mais recente acordo do Governo Federal com o FMI divide o Estado.

Vou repetir:

A venda da Copel prevista para outubro e citada como certa no mais recente acordo do Governo Federal com o FMI divide o Estado.

Nós, do Paraná, não fomos consultados pelo Governo Federal para que ele incluísse no acordo, que acaba de fazer com o FMI, a venda da Copel. Se isso for verdade – e quero saber por meio desse requerimento que estou encaminhando ao Ministro da Fazenda –, vamos, sim, votar contra o acordo aqui no Congresso Nacional, porque não é vendendo o patrimônio do povo do Paraná que o Brasil vai acertar as suas contas e garantir a estabilidade da moeda. O povo paranaense já tem uma cota de sacrifício muito grande doada ao País para assegurar a estabilidade da moeda: a sua agricultura, que tem sido a grande âncora do real, o que o Governo reconhece. Não podemos permitir que destruam o nosso patrimônio público para consumir um acordo com o FMI.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Concedo o aparte ao Senador Álvaro Dias.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Eu não precisaria aduzir mais nada aos argumentos consistentes que o Senador Osmar Dias não apenas hoje, mas há muito tempo, vem apresentando a esta Casa em defesa do patrimônio público do Paraná. O que quero é apenas trazer o testemunho – já que estive, na última terça-feira, à noite, e durante toda a madrugada acompanhando os trabalhos da Assembléia Legislativa do Paraná – do espetáculo que assisti, apesar de estar na atividade pública há algum tempo, não tinha tido ainda a oportunidade de assistir: seguranças do Governo no plenário da Assembléia ameaçadoramente impedindo, inclusive, que Parlamentares pudessem transitar livremente, ou seja, tentando impedir que determinado Deputado, o Deputado Luiz Fernandes Litro, pudesse deixar a sua bancada para se retirar, durante 5 ou 10 minutos, e conversar a respeito do projeto que se votava. De forma truculenta, seguranças do Governo Estadual permaneceram no plenário da Assembléia, ao lado dos Parlamentares, como se fossem também Deputados eleitos pelo povo. O que vimos é a prática corrupta do aliciamento do voto. É o poder econômico utilizado de forma aberta, como já denunciou aqui o Senador Roberto Requião, com recursos vindos da Alemanha, da FWE, na tentativa de aprovar a venda da empresa, cujo edital de licitação é dirigido exatamente em favor da FWE da Alemanha. Ora, Senador, diante desses fatos e do depoimento dos Deputados, solicitamos a colaboração do Dr. René Ariel Dotti, para que ele redija uma representação ao Ministério Público, que será firmada por alguns Parlamentares, denunciando os fatos, a fim de que, como disse anteriormente V. Ex^a, esses fatos possam substanciar ações populares que impletraremos todos, certamente, se porventura a Assembléia aprovar a venda, na tentativa de, pelo Poder Judiciário, impedir esse equívoco histórico com consequências desastrosas para o Estado do Paraná. Esse é um fato que nos repugna, é a razão do nosso protesto, e, acima de tudo, comprova que todo esse processo é viciado desde a origem; a cada passo acrescenta-se vícios insanáveis que permitirão, inclusive, a declaração de nulidade do ato do Governo. Porque, sem dúvida, esse compromisso, tanto o Senador Requião quanto eu, já assumimos. O próximo Governo do Paraná tem esse dever, já que todo ato de governo que contraria o interesse público é nulo de pleno direito. O próximo Governo do Paraná terá a obrigação de realizar todos os esforços para anular, para desfazer

a venda da Copel, se porventura ela vier a ocorrer. Portanto, a FWE estará, se se confirmar como vencedora desse leilão, na melhor das hipóteses, comprando uma bela briga.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Senador Álvaro Dias, é por essas razões que considero cada vez mais acertada a posição que assumimos aqui junto com o Senador Requião, do Paraná, de termos assinado a CPI da Corrupção e de termos resistido às pressões, que não foram poucas, para que retirássemos as nossas assinaturas. O povo não agüenta mais procedimentos como esses que estão sendo denunciados diariamente na imprensa nacional e, agora, no Paraná, com a banalização da corrupção. Parece que a corrupção se transformou numa coisa comum.

No Paraná, quando se noticia que o Governo está adotando essa postura, as pessoas nem se assustam mais, porque estão acostumadas com o comportamento do Governador Jaime Lerner, que não tem o mínimo respeito para com a nossa população, nesse caso e em muitos outros que poderíamos aqui elencar.

Dirijo-me, neste momento, aos Deputados que foram agredidos na Assembléia Legislativa, ou por policiais militares mandados pelo Governador Jaime Lerner, ou por companheiros do Parlamento que estão alvoroçados, querem vender logo a Copel para ganhar o presente que o Governador lhes prometeu. Foram agredidos a Deputada Luciana Rafagnin e os Deputados José Maria Ferreira, Neivo Beraldin e Algaci Túlio, este último um radialista que peitou esse processo desde o início e, nos microfones da **Rádio Clube**, tem batido duro contra a venda da Copel, porque sabe do prejuízo que o povo do Paraná terá com essa venda.

Outros Deputados também foram agredidos fisicamente, sem falar nas agressões morais. O Deputado Litro, por exemplo, que durante todo o processo dizia que ia votar contra a privatização da Copel, mudou de idéia no último dia.

E aqui louve-se a atitude do Senador Álvaro Dias, que daqui saiu, foi a Curitiba para tentar demover o Deputado Litro dessa idéia, o que provocou alguns comentários maldosos de que o PMDB teria achado ruim. O Senador Roberto Requião está aqui e S. Ex^a foi quem pediu, inclusive, para que o Álvaro se deslocasse a Curitiba para tentar impedir que o Litro cometesse essa bobagem, esse absurdo, esse crime de votar a favor da privatização da Copel.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Osmar Dias, eu não apenas pedi, como insisti para que fosse. Diriam os tolos: "Mas o Álvaro pode faturar a vitória das oposições". Que importância tem quem fatura!? Se a Copel não for vendida, ganha o Estado do Paraná. O Álvaro foi, com a minha e com a sua insistência. Não foi só um convite, foi uma insistência, mesmo, para que se tentasse demover alguns Deputados do PSDB do Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – E o sacrifício que o Senador Álvaro fez, saindo daqui e viajando a noite toda e voltando, tem que ser reconhecido. Nós reconhecemos esse sacrifício e, com certeza, ele terá algum efeito no resultado das votações.

Eu espero mesmo que os Srs. Deputados reflitam e que se o Litro estiver realmente impossibilitado de votar, por estar doente no hospital, que Deus cuide da sua saúde. Mas, se Deus cuidar da saúde do Litro, fazendo com que ele volte, que cuide também da cabeça do Litro para que não tenha perdido o juízo de vez e possa votar conosco a favor do povo do Paraná.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite V. Ex^a um novo aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Pois não, nobre Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Nobre Senador Osmar Dias, tudo indica que para o Paraná e para os interesses populares o bom seria que esse Litro permanecesse engarrafado e o seu substituto votasse contra a venda da Copel.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – É o que nós esperamos, Senador Roberto Requião: que haja o voto. Desejo que a sua saúde possa, realmente, ser restabelecida.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – O nobre Senador Álvaro Dias foi desengarrafá-lo e não teve sucesso.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Mas espero, também, Senador Roberto Requião, que a consciência de S. Ex^a seja desengarrafada.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – E essa garrafa, Senador Osmar Dias, para que não haja má interpretação, não é a garrafa da sua moléstia neste momento, é a garrafa dos interesses do Governo. S. Ex^a está dentro da garrafa do Sr. Jaime Lerner.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, antes de conceder o aparte a V. Ex^a, gostaria de fazer um agradecimento a

V. Ex^a. Com a sensibilidade que lhe é característica e com a decência que tem pautado com os seus trabalhos aqui no Senado e em toda a sua vida pública, V. Ex^a teve a oportunidade de participar desse debate, mesmo não estando no Paraná.

Chamo a atenção para esse fato porque o que está em jogo não é somente o interesse do Paraná, é o interesse do Brasil. É um processo que está erodindo o patrimônio público do País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Senador Osmar Dias, a Presidência interrompe V. Ex^a para informar que o prazo da sessão se encerrará em 5 minutos.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido - PR) – Cumprirei o prazo, Sr. Presidente, mas antes gostaria de conceder o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, ao tempo em que agradeço-lhe pela atitude decente e digna, como, aliás, é sua característica.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Osmar Dias, cumprimento V. Ex^a, bem como os demais Senadores do Estado do Paraná, Roberto Requião e Álvaro Dias, pela firme atitude que hoje estão tomando em defesa das prerrogativas dos Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Hoje, pela manhã, o Deputado Estadual Ângelo Vanhoni e o Deputado Federal Dr. Rosinha relataram-se sobre os graves episódios ocorridos na Assembléia Legislativa do Paraná, inclusive hoje pela manhã, quando, segundo V. Ex^a mesmo informou, mais de 1.000, talvez 1.500, policiais militares ocuparam as dependências da Casa dos representantes do povo paranaense.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Melhor seria, Senador Eduardo Suplicy, que esses 1.500 soldados estivessem combatendo o crime e o roubo que ocorrem, inclusive, durante o dia na região metropolitana de Curitiba, por absoluta falta de um programa de segurança em Curitiba.

Em vez de combater o crime, eles foram convidados pelo Governador a comparecer à Assembléia Legislativa para combater os representantes do povo, que são os Deputados.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Também expressei a minha solidariedade aos Deputados Estaduais Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Algaci Túlio e Orlando Pessuti, que foram objeto de agressões nesse conflito com a Polícia Militar. Parece-me um episódio muito estranho, em que a base governista, percebendo que corria o risco de perder a

votação no projeto de iniciativa popular que impedia a privatização da Copel, usou de estratégias para tentar não concretizar a votação em que poderia o Governador Jaime Lerner perder, no seu intuito, no seu objetivo de vender a Copel. Será que a Polícia Militar está sendo utilizada para essa finalidade? Diante dos relatos dos Parlamentares paranaenses e em consonância com os Senadores do Paraná, avaliei que seria importante apresentar o requerimento que conjuntamente encaminhamos à Mesa, no sentido de que, na segunda-feira, uma Comissão de Senadores dirija-se à Assembléia Legislativa do Paraná, às autoridades do Judiciário e ao próprio Governador Jaime Lerner para assegurar que as funções constitucionais dos Deputados Estaduais sejam respeitados. Infelizmente, em função de um compromisso já agendado para um debate no Instituto de Cidadania, a convite de Luís Inácio Lula da Silva, sobre o Projeto Fome Zero, não poderei me ausentar de São Paulo. Mas gostaria que V. Ex^{as}, os três Senadores do Paraná, pudessem também me representar nessa importante missão que irão realizar para assegurar que a votação sobre esse projeto de iniciativa popular possa ser respeitada e a vontade dos representantes também. Desejamos ainda que os policiais militares estejam mais atento a qualquer tentativa de se procurar fraudar a vontade do povo, porque, se porventura algum Parlamentar está deixando de votar conforme seu desejo por estar recebendo quaisquer tipos de favores, isso já deveria ser objeto da atenção das autoridades de segurança do Estado do Paraná. Receba V. Ex^a meus cumprimentos. Faço, ainda, mais um registro, Senador Osmar Dias. V. Ex^a citou uma reportagem da **Folha de S.Paulo** de hoje, que falava que, no acordo com o FMI, estaria especificada a venda da Copel como um compromisso do Governo brasileiro. Quero lembrar aqui a palavra que nos foi dada pelo Ministro Pedro Malan de que não há compromisso escrito algum por enquanto. Quando solicitamos que o Ministro Pedro Malan distribuísse aos Senadores o conteúdo do acordo que está por ser firmado com o FMI, S. Ex^a disse que não há acordo firmado, não há documento firmado e que, na ocasião devida, nos enviaria. Fico pensando: será que já está citado? E por que S. Ex^a não nos apresentou esse documento, pois pedimos e insistimos tanto? Por isso registro o meu estranhamento em relação a esse artigo da **Folha de S.Paulo**. Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Obrigado, Senador Suplicy, pelo apoio e pela sua posição

em defesa do povo do Paraná, sendo solidário, portanto, à posição que estamos adotando aqui.

Para cumprir o prazo, Sr. Presidente, quero encerrar, dizendo que há governadores que passam pelo Estado e deixam, na sua história, um rastro de construção, de avanço e de progresso. Mas o Governador Jaime Lerner, se concretizado esse ato de venda da Copel, vai consolidar, na história triste do seu governo, uma imagem de desmanche e de destruição de boa parte do Estado do Paraná.

É preciso, Sr. Presidente, evitar que esse mal aconteça e, sobretudo, unir, não apenas nesse momento, todos os paranaenses de bem, para retirarmos do governo aqueles que hoje infelicitam o Paraná e ameaçam o nosso patrimônio todos os dias. Os males causados por uma administração irresponsável como essa vão ficar para as futuras gerações como uma herança maldita, sem dúvida alguma.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ricardo Santos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Os Srs. Senadores Carlos Wilson, Teotônio Vilela Filho, Romero Jucá e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a tribuna desta feita é um assunto que, definitivamente, não engrandece a Nação e envergonha o Estado: o trabalho infantil, uma grave ferida no nosso orgulho.

Recentemente tornou-se público pela imprensa o resultado de uma pesquisa do Ipec. E constatou-se que 364 mil meninas entre 10 e 16 anos são exploradas no trabalho de empregadas domésticas, sem qualquer direito trabalhista, com jornadas de trabalho semelhantes aos adultos, sem qualquer condição de freqüentarem a escola, ou de modificarem a realidade que se lhes impõem.

Esse número, 364 mil meninas, representa 8% do total de 4,48 milhões de trabalhadores no setor, segundo dados do IBGE tabulados em 1998.

Um dos aspectos mais graves, se é que pode haver gradação na exploração do trabalho infantil, é que esta condição ainda é camuflada por uma pretensa relação de parentesco dos patrões, normalmente tios ou padrinhos, entre outros. Até parece aquele ce-

nário dramático da Inglaterra vitoriana, tão bem descrito por Charles Dickens.

A Constituição no Brasil proíbe o trabalho infantil. Entretanto, uma em cada 10 crianças de 10 a 14 anos trabalha. Trata-se de uma das três maiores taxas da América Latina, comparável ao que ocorre na Guatemala e em Honduras.

Entre outros dados revelados pela pesquisa do Ipec, destaco que das meninas exploradas para o trabalho doméstico, 98.249 estão na região Sudeste e 83.570 estão no Nordeste. Nada menos do que 32,8% destas meninas não freqüentam a escola; 78,4% trabalham na cidade e o restante em áreas rurais.

Alguém já disse que um governo que não cuida de suas crianças não tem razão de ser. E no Brasil nada menos do que 2,5 milhões de crianças trabalham, na maioria das vezes exploradas, em condições subumanas, em fornos de carvoaria ou plantações de sisal. Isso para não se falar nas 402 mil crianças de cinco a nove anos.

São números tremendos.

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso pode computar uma tímida ação nesta área. A proporção de crianças entre 10 e 14 anos que trabalham decresceu no período de 1992 a 1997. Entre 1997 e 1999 a ação do governo cessou. Estados como Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso tiveram aumento do contingente de crianças trabalhadoras. Minas Gerais e Rio Grande do Sul tiveram redução insignificante em seus índices.

Os dados são do IBGE, publicados este ano e se referem a um levantamento feito entre os anos de 1998 e 2000.

Continuo, Sr. Presidente. Também é verdade que o governo federal conseguiu reduzir os índices de adolescentes trabalhadores, meninos entre 15 e 17 anos. Mas, também, por alguma razão inexplicável, parou com seus programas e entre 1997 e 1999, os números recrudesceram em Tocantins, Ceará, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso e Distrito Federal.

No meu Estado, Pernambuco, os dados do IBGE, revelam que se houve uma expressiva redução percentual da taxa de atividade de crianças e adolescentes entre 1992 e 1997, passando de 30,1% para 19,9% entre crianças de 10 a 14 anos. E de 51,7% para 44,3% entre adolescentes de 15 a 17 anos. Registra-se um recrudescimento sério em 1999, quando a taxa sobe para 22,1% das crianças e praticamente estagna em 43,3% entre os adolescentes.

A verdade é que na metade dos estados brasileiros verificou-se ou o aumento da população adolescente ocupando postos de trabalho ou a diminuição inexpressiva destes índices.

Iniciativas do governo federal como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa de Garantia de Renda Mínima mostraram a importância do Poder Público como instrumento para diminuir a pobreza e retirar crianças e adolescentes dos postos de trabalho e recolocá-los no lugar onde devem estar, na escola.

Srs. Senadores, não se trata de utopia. Trata-se de uma realidade, um círculo vicioso que marca a civilização brasileira. Crianças e adolescentes que fogem da escola, por uma ou outra razão, são empregados com baixa escolaridade e recebem baixos salários; ao se tornarem adultos, continuam recebendo salários insignificantes e se perpetuam na pobreza.

Não são raros os casos em que crianças ou adolescentes trabalham sem remuneração, apenas complementando o trabalho do pai assalariado. Um exemplo claro ocorre na cultura de cana de açúcar na região Norte Fluminense. Na maioria dos casos, a própria criança funciona como assalariado e compõe a renda da família, como se verifica no caso das carvoarias, ou na produção de frutas na região irrigada do Vale do rio São Francisco.

Para se ter uma idéia de como esta prática de se colocar crianças e adolescentes torna-se cada vez mais arraigada nos hábitos e costumes brasileiros, mais de 20% dos trabalhadores que trabalham na produção de calçados no vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul possuem menos de 17 anos de idade.

O governo Fernando Henrique Cardoso certamente diagnosticou o problema. Chegou mesmo a tratar da ferida, ainda que timidamente. Mas, apenas para usar um refrão popular, parou por que? Por que parou?

A verdade é que a situação de crianças e adolescentes ocupando postos de trabalho e ausentes das bancas escolares não sofreu mudanças de maior importância, desde o início dos anos 90.

Desde tempos imemoriais, setores arcaicos ou modernos da produção industrial ou agrícola, utilizam-se do trabalhador infante-juvenil como forma de diminuir os custos da produção. Empresários sem escrúpulos, descendentes dos antigos fazendeiros que exploravam o trabalho escravo no Brasil, continuam impunemente a explorar a infância e a adolescência. E, infelizmente, não há que se esperar uma ação polí-

tica mais efetiva e mais decidida deste governo. Até porque não consegue mais responder aos desafios para os quais foi eleito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (Bloco/PSDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprio o dever de ocupar a tribuna desta casa nesta manhã, motivado pelas sérias dificuldades que estão enfrentando os produtores de leite do meu Estado de Alagoas, submetidos à mesma crise por que passam os demais produtores do País e, ainda, à prolongada estiagem que atinge também o nosso semi-árido.

A produção de leite no semi árido nordestino outrora foi motivo de orgulho, pois a produtividade local atingia médias superiores a oito litros por animal, o que representava uma média significativamente superior à média nacional e motivava os agropecuaristas a investir nos seus negócios, gerando empregos e rendas. só para exemplificar, de uma população de aproximadamente 300 mil habitantes, 100 mil eram empregados no setor.

Hoje a situação está a merecer cuidados especiais, uma vez que o leite não é um produto qualquer, ele é vital para as famílias na composição da sua dieta diária, principalmente para crianças e idosos e se constitui num valioso aliado no combate à desnutrição das populações nordestinas.

Visando solucionar os graves problemas estruturais do setor, e outros conjunturais, decorrentes das políticas governamentais de ajuste fiscal, com reflexos financeiros negativos para o setor, representantes da bacia leiteira de Alagoas se deslocaram até esta capital para reivindicar providências que consideram adequadas para amenizar neste momento as agruras a que estão submetidos.

Para examinar as propostas e alternativas viáveis para apreciação do Secretário Adjunto da Seca, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, promovemos reuniões em meu gabinete onde foram avaliados ponto por ponto os problemas cujas soluções imediatas são prioritárias.

Como resultado dessas reuniões, produziu-se documento entregue ao Doutor Raulino Oliveira, Secretário Adjunto da Seca, com as seguintes propostas:

– alteração da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares;

– suspensão das execuções das operações de crédito rural, concedidas pelo Banco do Brasil e Ban-

co do Nordeste, aos produtores rurais da região do semi-árido de Alagoas; e

– prorrogação das operações de custeio e de investimento rurais por um período de dois anos e três anos, respectivamente, concedidas aos mesmos mutuários.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que estamos envolvidos e compromissados com a solução imediata dessas questões, tão importantes para nós do semi-árido alagoano, acreditamos que as ações imediatas do Secretário Adjunto da Seca, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, serão eficazes e bastantes para, neste momento, trazer um pouco de alento para quem, no meio rural, tanto contribui para o desenvolvimento deste País.

Era o que tinha a dizer!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) —

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa com o objetivo de registrar os 7 anos do Plano Real que, de fato, tem resultado em avanços significativos para o País em todas as áreas que careçam e sustentam a sociedade brasileira e o desenvolvimento nacional.

É inegável que os 7 anos de Governo Fernando Henrique construíram um Brasil melhor, em que se promoveu crescimento econômico sustentado com desenvolvimento social, com base em programas eficazes em áreas diversas, tais quais educação, saúde, infra-estruturas rural e urbana, telecomunicações, ciência e tecnologia, entre outras.

Quem não se lembra de um Brasil há oito, nove, dez anos, açodado, vergastado por uma inflação desenfreada, óbice absoluto para o êxito da implementação de quaisquer políticas sociais imagináveis? Quem não se recorda de um País que, em 1994, adotava um salário-mínimo cujo poder de compra estava adstrito a 60% de uma cesta básica, confrontado, hoje, com um percentual de 123% relativo a esse mesmo poder de compra?

E, convenhamos, não há memória tão curta que não mantenha sob claro registro os programas sociais, antes canalizados para a assistência dos mais ricos. Tanto assim que, no início dos anos 90, distribuíamos 21% dos recursos aplicados na área social para os 20% mais ricos da população.

A estabilização da economia e o fim de um descalabro inflacionário de quatro décadas propiciaram a despolitização dos projetos sociais, onde se fundiram o esforço do governo e a iniciativa essencial da sociedade na luta contra a exclusão social no Brasil.

É de se reconhecer, contudo, que o muito que já foi feito, a partir de 1995, em favor das minorias, ainda não é o bastante para elidir uma cultura de exclusões perpetuada há cinco séculos, pois se trata, em verdade, de uma herança histórica de injustiça alimentada por escravidão, latifúndios, industrialização concentradora de renda e autoritarismo social excludente.

Assim, por mais que os críticos sérios ou os de ocasião deneguem ao Presidente Fernando Henrique Cardoso os louros de um País hoje estabilizado, a despeito, inclusive, dos entraves que se opõem generalizadamente aos países do globo e que direta ou indiretamente também têm se refletido no Brasil, é dele, do seu governo, o mérito de tantos avanços econômicos e, sobretudo, sociais.

Ingressamos, e isto é inegável, graças ao governo Fernando Henrique, numa era de estabilização econômica, de crescimento e de distribuição de renda. Ficou para trás o círculo vicioso da recessão, da inflação e da desmedida concentração de renda. Por que não reconhecer esse fato? Mesmo Maquiavel, cuja polêmica linha de pensamento se ateve a uma minimização da ética e da moral na conduta política, perpetuou uma máxima: "a grandeza dos oponentes há que se medir pelo respeito e pelo reconhecimento recíproco dos feitos de cada qual em prol da urbe", aqui entendida "latu sensu".

Enfrentamos, nesses 7 anos do Plano Real, um quadro internacional nebuloso, tendo em vista as graves crises econômicas mexicana, asiática e russa.

A mudança na nossa política cambial em janeiro de 1999, decorrente desses entraves, por tantos preconizada como catastrófica, venceu o desafio quanto à continuidade da estabilização. Para a decepção dos que torciam por um País novamente quedado à recessão, ao impacto inflacionário, e, para a tranquilidade dos brasileiros, o Governo conseguiu manter o País em estabilidade.

Diga-se, mais: a despeito dessas crises, a taxa básica de juros que havia atingido o patamar de 45%, foi gradualmente reduzida para 15,75%, no final do ano 2000. O crescimento econômico médio nos últimos seis anos fez-se de cerca de 2,9% do PIB, muito superior ao crescimento dos seis anos anteriores, registrados na faixa de 0,6% do nosso Produto Interno Bruto.

Em 2000, Sr. Presidente, quanto aos investimentos estrangeiros diretos, as inversões externas alcançaram US\$ 32 bilhões, contra US\$ 2 bilhões atingidos em 1994.

Registremos, ainda, os avanços havidos no setor de telecomunicações que, no período de 1991 a 2000, gerou uma receita total de US\$ 100,4 bilhões, numa expressiva contribuição ao financiamento do déficit em conta corrente, bem como à redução da dívida pública.

Entre 1994 e 2000, ampliou-se o acesso à telefonia fixa, móvel e pública no País. Os telefones fixos triplicaram-se no período, passando de 13,3 milhões para 38,3 milhões, estando previstos 49,6 milhões em 2003. Os telefones móveis que, em 1994, se atinham a 800 mil linhas, hoje totalizam 23,2 milhões, sendo que há previsão de que atinjam a ordem 45 milhões em 2003. Registre-se que os chamados "orelhões", em 1994, eram em número de 343 mil; em 2000 passaram a 913 mil, previstos 1,6 milhão em 2005.

No que concerne à Educação, mesmo os críticos mais contundentes, não se podem furtar à constatação do grande e exitoso trabalho do Governo Federal nessa área. Liderando, pois, o avanço educacional no Brasil, ergue-se a significativa queda do analfabetismo entre os maiores de 15 anos. Em 1980, 25% dos brasileiros nessa faixa etária eram analfabetos. Em 2000, esse percentual declinou para 13% e, para 2002, a previsão é de que essa taxa decresça para 10%.

Criou-se o FUNDEF, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, com estímulo enérgico da expansão do ensino. O Programa Dinheiro Direto na Escola eliminou eventual manipulação política das verbas, possibilitando seu maior controle pelas comunidades. E temos que comemorar os 97% de taxa de escolarização, referentemente ao ensino fundamental. No início dos anos 90, essa taxa era de cerca de 79%. No ensino médio, de 1994 para cá, houve acréscimo de matrículas da ordem de 57%.

Falemos mais sobre a Educação brasileira: o Programa Garantia de Renda Mínima atendeu aproximadamente 900 famílias em 2000, beneficiando 1,7 milhão de crianças entre 7 e 14 anos. Tratou-se de assegurar uma remuneração mais justa aos professores das escolas públicas. No Nordeste, os educadores tiveram aumento salarial médio de 94%, em 2000. De R\$ 168,00, passaram a perceber R\$ 326,00.

O Governo Federal distribuiu, entre 1997 e 2000, 370 milhões de livros didáticos para 121 milhões de alunos. Em 2001, já foram distribuídos 110 milhões de livros para 32,5 milhões de alunos.

São fatos, cuja veracidade se faz incontestável. O Brasil é hoje um País melhor, mais humanizado, mais justo, mais coerente na visão de sua própria realidade

e na procura responsável de soluções para os seus, ainda, imensos problemas. São utópicas e, até mesmo – por que não ? – elogiosas as críticas que certos adversários políticos e alguns segmentos da mídia fazem ao Presidente do Brasil, porque creio que se lhe atribuem exigências próprias do dom da divindade, das potestades, dos milagreiros que tudo podem. Não se dirige uma nação com milagres, mas com condutas firmes, com programas inteligentes e viáveis, em busca de resultados "possíveis", ante as problemáticas que se apresentam. E essa condução séria e diligente, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, tem sido a constante do Governo Federal, nesses quase 7 anos transcorridos.

Nunca houve tamanha transparência governamental e liberdade para o debate a respeito da administração do País, em seus vários níveis e segmentos. Jamais se teve notícia de que um Governo tenha exposto ao público em geral as medidas que toma, as denúncias que apura, os óbices com que se depara o Estado. Temos, na Internet, sob os auspícios do Governo todos os dados para consulta.

O combate à corrupção, tem sido uma diuturna preocupação governamental. Tão falada, tão denunciada – e isso é bom desde que não se chafurde no denunciismo vil – tem sido ela, já nos primórdios da organização humana em sociedade, o maior obstáculo para o desenvolvimento, pois "solapa a democracia, a confiança no Estado, a legitimidade dos governos, a moral pública". É justamente esse o entender do Governo que, por sua vez, apura irregularidades de toda a sorte, senão vejamos: a Secretaria Federal de Controle Interno tem hoje sob sua apuração: 17 mil convênios fiscalizados, 400 tomadas de contas por irregularidades, 1300 auditorias de contas públicas; 40 mil processos de aposentadoria analisados por eventuais vícios. O Departamento de Polícia Federal já instaurou inquéritos policiais para apurar todos os casos que foram objeto de menção recente: DNER, Dossiê Cayman, OAS, FAT e SUDAM/FINAM, entre outros. O Governo não tem exitado em aplicar punições, afastando dirigentes e demitindo funcionários. De 1995 a 2000, foram demitidos, por improbidade administrativa, 1781 servidores da administração direta, autarquias e fundações.

Este, é, portanto, na atualidade, um País melhor! Ante as seculares mazelas que acompanham o Brasil dos brasileiros, o Governo Fernando Henrique conseguiu consolidar um real Estado de Direito, democrático, soberano e independente, sim, até no que concerne ao FMI. Oposicionistas e governistas aqui

escem na necessidade de que, para se evitar que o Brasil seja atingido pela crise argentina, recorra-se ao Fundo Monetário Internacional. Porém, não o fazemos como pedintes; a genoflexão não faz parte da postura do Estado brasileiro. Debate-se esse procedimento com a sociedade – o Congresso Nacional é reflexo dela – negociamos com o Fundo e ofertamos as garantias próprias de um país economicamente estabilizado e sem recessão.

Finalizando, não me poderia eximir de trazer à baila o sucesso governamental de suas ações voltadas à Saúde, das quais se originou o Sistema Único de Saúde – SUS, pautado pela descentralização, regionalização, participação da sociedade e financiamento pelas três esferas de governo. Outro avanço nessa área deu-se por conta da criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que controla e fiscaliza os planos e seguros de saúde. O número dos Agentes Comunitários de Saúde que, em 1994, era inferior a 30 mil, atualmente é de 150 mil profissionais. A mortalidade infantil, para cada mil nascidos, caiu de 49,4%, em 1990, para 34,2%, em 2000.

O Brasil, senhores, tem hoje uma Previdência Social que beneficia 18,4 milhões de pessoas, no setor privado, com dispêndio equivalente a 6% do PIB. As aposentadorias no meio rural, como verdadeiro programa de renda mínima, beneficiam mais de 6 milhões de pessoas. Os esforços governamentais na erradicação do trabalho infantil, iniciados em 1996, mostram inéditos resultados, garantindo a permanência de 400 mil crianças e adolescentes na escola.

No campo, entre 1995 e 2000, foram assentadas mais de 465 mil famílias, número superior ao dobro daquelas atendidas nos 30 anos anteriores, êxito também creditado à unificação PRONAF/Reforma Agrária.

O setor energético, recentemente abalado, vai se soerguendo com a mobilização coesa e conjunta do Estado e da sociedade brasileira. Ao invés de entregar-se ao ranço das culpas e culpados, os homens, as mulheres, os jovens e as crianças do País, dão um exemplo de que os óbices se superam com atitudes solidárias e conjuntas. O Governo, por sua vez, de pronto, tem agido com medidas estimuladoras e propiciadoras de fontes de energia, através de investimentos no setor.

Sete anos de um Governo, de um Plano como é o Real, bem-sucedido, impedem que seja este interlocutor breve como gostaria, a fim de não impor a V.Exas. tamanha loa. Não me permito, portanto, deixar de falar sobre os R\$ 180 milhões, cujo repasse

anunciado recentemente pelo Presidente da República, destinar-se-á à recuperação de trechos de rodovias federais que singram 18 estados brasileiros.

Devo, também, falar sobre a Agricultura, cuja safra de grãos consolida-se em novo patamar, superando, em 2000/2001, a marca de 94 milhões de toneladas. Esse crescimento tem arrimo na expansão de 8,9% da área plantada de grãos nos últimos três anos. Os ganhos pertinentes de produtividade espelham o crescimento nas vendas de máquinas agrícolas e de fertilizantes nos últimos anos, permitindo a modernização das tecnologias utilizadas na agricultura.

Enfim, falemos da expansão de oferta de emprego em 2000, que propiciou a queda da taxa de desemprego que passou de 6,3%, em dezembro de 1999, para 4,8% em dezembro de 2000. Falemos da exitosa Reforma Administrativa do Estado, das políticas de mercado interno e externo, reportando-nos, principalmente, ao aumento havido de 13,% nas importações e de 14,7% das exportações no ano 2000, resultado excelente, em se considerando o estágio de crescimento da nossa economia. Outrossim, empenha-se o Governo brasileiro no que toca às negociações cingidas ao Mercosul e à ALCA, fato amplamente divulgado e, portanto, do conhecimento exaustivo da sociedade brasileira.

Grato pela atenção dos nobres Pares, congratulo-me com o Presidente Fernando Henrique Cardoso pelo descortino, pela sua indeclinável postura de grande estadista na condução dos destinos do País, de forma que tem ele, à sobeja, em assim agindo, correspondido a confiança nele depositada pela esmagadora maioria dos brasileiros, por dois mandatos presidenciais consecutivos.

As páginas da História, com certeza, farão justiça às qualidades superiores desse mandatário que, indubitavelmente, com inegável competência e desassombro transformou o Brasil num País estável, a despeito das vultosas dificuldades desta terra imensa, onde ínsitas se fazem tantas diversidades regionais, onde se arraigava uma cultura inflacionária de 40 anos.

Muito, frisa-se, ainda há por fazer. Todavia, jamais, tanto foi feito em prol do Brasil, em tão pouco tempo.

Meus cumprimentos ao Presidente Fernando Henrique.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a saúde, como direito assegurado pela Constituição Federal de 1988,

ainda é uma meta da qual estamos distantes. Basta verificarmos os elevados índices de mortalidade infantil existentes, principalmente nas Regiões e Estados mais pobres.

Não há dúvida de que evoluímos bastante, melhoramos muito da posição vergonhosa no campo da mortalidade infantil em crianças de até um ano de idade. Certamente ainda estamos muito longe da posição aceitável para um País que se encontra entre as dez maiores economias do mundo. Conforme dados do IBGE, para cada 1.000 nascimentos de crianças no Brasil 34,6 morrem antes de completar um ano, o que é muito elevado e inaceitável. Não podemos admitir que nossas crianças não tenham o direito de viver em decorrência de doenças que poderiam perfeitamente ser evitadas com a adoção de medidas no campo da saúde e do saneamento básico. Trata-se de algo que pode ser perfeitamente solucionado por políticas públicas, por programas de Governo, em benefício da saúde de nossas crianças.

Sr. Presidente, Sras. e Senhores Senadores, para assegurar a melhoria da saúde de nossas crianças e a universalidade do acesso do cidadão à saúde como direito constitucionalmente assegurado, certamente há a necessidade de estreita cooperação entre União, Estados e Municípios.

Os programas de ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, tais como os realizados por Agentes Comunitários são da mais alta importância para a redução dos níveis de mortalidade infantil.

Os programas de aleitamento materno, de assistência ao recém-nascido, de desenvolvimento infantil, de assistência integrada às crianças doentes, de redução e controle da desnutrição e melhoria qualitativa da alimentação e combate às carências nutricionais, com ênfase em gestantes e crianças, são programas essenciais para o declínio dessas sinistras taxas de mortalidade infantil e para a melhoria do bem-estar de nossas populações.

Os programas de bolsa alimentação pretendem reduzir a taxa de mortalidade infantil, atendendo mulheres e crianças, de até seis anos, classificadas como carentes e em risco de desnutrição. Esperam, com isto, combater as carências nutricionais de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, compreendendo 2,76 milhões de crianças, 802 mil gestantes e mulheres que amamentam.

Os programas de vacinação contra doenças como febre amarela, tétano e difteria certamente podem ser descentralizados, aumentando a cobertura, para que alcancem a totalidade dos municípios brasileiros, principalmente aqueles mais pobres e mais carentes, eliminando-se as áreas endêmicas ou aquelas em que se registram surtos desse tipo de doença.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero chamar a atenção de V. Ex^{as} e das autoridades responsáveis pelas ações nas áreas de Saúde para um setor essencial no combate à mortalidade infantil: o saneamento básico.

Não tenho dúvida de que todo o investimento criterioso e racional realizado na área do saneamento básico representa um grande benefício e uma grande economia na área de saúde, com a vantagem de se caracterizar como uma ação preventiva, evitando a propagação de doenças e epidemias.

A melhoria das condições ambientais em termos de abastecimento de água potável, saneamento domiciliar, drenagem, coleta e tratamento de esgoto sanitário e de resíduos sólidos certamente contribui para a redução de doenças infantis e de toda a população, englobando desde doença de Chagas, dengue, malária, febre amarela, principalmente em relação às populações de baixa renda.

Infelizmente ainda existem hoje no Brasil aproximadamente 11 milhões de irmãos nossos, de brasileiros como todos nós, que ainda não dispõem de água potável.

São aproximadamente 50 mil crianças mortas anualmente em decorrência de diarreia, doença que praticamente não existiria se já tivéssemos água e esgoto para toda nossa população.

Sem saneamento básico, assistimos estarrecidos ao crescimento do cólera e da dengue, principalmente nas periferias urbanas e nos grandes bolsões de pobreza, que não têm acesso aos serviços de água e esgoto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, se não formos capazes de combater o problema da mortalidade infantil, em sua origem, em suas raízes, na melhoria das condições sanitárias da população, ficaremos eternamente num círculo vicioso de combate e derrota em relação aos mosquitos transmissores de doenças, sem resolver definitivamente o problema da mortalidade infantil.

Deixo aqui o meu apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para que dê prioridade ao saneamento básico de nosso País, para que possamos melhorar a saúde de nossas crianças, de nossa população e até mesmo reduzirmos os gastos na área hospitalar e de medicamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 12 minutos.)

Ata da 95ª Sessão Não Deliberativa em 17 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Pedro Ubirajara

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Pedro Ubirajara, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 192, DE 2001

(Nº 849/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso II, alínea **a** e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Carlos Alberto Ferreira Guimarães, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Os méritos do Embaixador Carlos Alberto Ferreira Guimarães, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 00218/DP/ARC-MRE/APES

Brasília, 8 de agosto de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso II, alínea **a** e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Carlos Alberto Ferreira Guimarães, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum vitae** do Ministro Carlos Alberto Ferreira Guimarães, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros. Respeitosamente, **Luiz Felipe de Seixas Corrêa**, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE

CARLOS ALBERTO FERREIRA GUIMARÃES

Nilópolis/RJ, 17 de dezembro de 1941. Filho de Waldemar Ferreira Guimarães e Marcelle Arnaudim Guimarães.

ID: 2220

CPF: 03674380706

Curso de Sociologia, Escola de Sociologia e Política da PUC/RJ. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. I CAD, IRBr. "Certificate of Proficiency in English", Universidade de Cambridge.

CursodeDireitoAeronáuticoedoEspaço, Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e do Espaço. Curso deRelaçõesInternacionais, Universidade de Brasília.

Terceiro Secretário, 3 de fevereiro de 1970.

Segundo Secretário, merecimento, 1º de maio de 1973.

Primeiro Secretário, antigüidade, 23 de janeiro de 1980.

Conselheiro, 19 de dezembro de 1990.

Ministro de Segunda Classe, 29 de junho de 1999.

Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1969.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da América, 1970/73.

Auxiliar do Chefe do Departamento das Américas, 1973/74.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1981/83.

Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais DOI/SGAP, 1985/86.

Assessor do Chefe do Departamento de Temas Internacionais Especiais, 1986/90.

Chefe, Substituto, da Divisão de organismos Internacionais Especializados do DTE, 1990/91.

Chefe da Divisão de Organismos Internacionais Especializados do DOI, 1991/94.

São José, Encarregado de Negócios, 1972.

Roma, Segundo Secretário, 1974/77.

Moscou, Segundo Secretário, 1977/80.

Moscou, Primeiro Secretário, 1980/81.

Acra, Encarregado de Negócios, 1983.

São Salvador, Encarregado de Negócios, 1983.

Vaticano, Conselheiro, 1994/1997.

Paramaribo, Ministro-Conselheiro, 1997/2001.

II Reunião do Grupo de Peritos do Recurso Água da Bacia do Prata, Brasília, 1970 (assessor).

Reunião Brasil-Argentina sobre Navegação Fluvial Fronteiriça, Brasília, 1970 (assessor).

I Reunião Extraordinária da CEBAC, Brasília, 1970 (Assessor).

III Reunião de Peritos do Recurso Água, CIC, Brasília, 1971 (assessor).

VII Reunião da CEBAC, Brasília, 1971 (assessor).

À disposição do Comandante-em-Chefe da Armada do Paraguai, em visita oficial ao Brasil, nas comemorações do Dia do Marinheiro, 1972.

IX Sessão do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil-Estados Unidos, Brasília, 1982 (delegado)

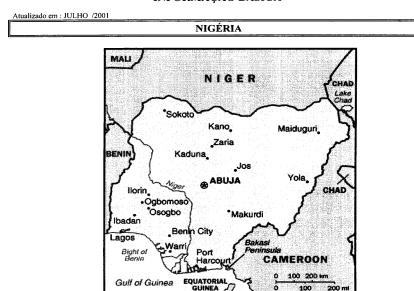
III Sessão da Conferência Diplomática de Revisão da convenção de Paris sobre Proteção da Propriedade Industrial, Genebra, 1982 (delegado).

XI Sessão do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil-Estados Unidos, 1983 (delegado)

Ordem do Mérito, Cavaleiro, Itália.

Eduardo Prisco Paraíso Ramos – Diretor-Geral do Departamento de Serviço Exterior.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA E ORIENTE PRÓXIMO
DIVISÃO DA ÁFRICA
INFORMAÇÃO BÁSICA



I – Introdução

A Nigéria situa-se na costa ocidental do continente africano, e faz fronteira com o Benin, o Níger, o Chade e o Cameroun. O país tem uma área de 923.773 km quadrados e é o mais populoso do continente africano, com 118,5 milhões de habitantes.

Ali existem 250 etnias, sendo as principais os iorubás, os ibos, os hausas e fulanis. Os iorubás predominam na região leste do país e estão presentes na administração, comércio e profissões liberais. Os ibos se localizam a leste e os hausas e fulanis habitam o norte, onde a religião islâmica é dominante. Da população nigeriana, 50% são islâmicos, 35% são católicos e o restante professa religiões animistas. O inglês é a língua oficial, mas os idiomas hausa e ioruba, entre outros, também são utilizados.

A geografia física da Nigéria é bastante variada. Os 800Km de litoral são pantanosos, sobretudo no delta do Rio Níger, região onde se concentram as reservas de petróleo. Na região sul do interior, predominam as florestas tropicais. À medida que se caminha para o norte, o clima vai se tornando mais árido, em virtude da aproximação geográfica com o deserto do Saara. As principais cidades são Lagos e Ibadan. A capital administrativa, Abuja, está sendo construída, desde 1991, na região central do país. A maior parte das Embaixadas estrangeiras, entretanto, permanece em Lagos. A Embaixada brasileira em Lagos está em processo de transferência para Abuja.

II – História Recente

Colônia britânica, a Nigéria foi administrada de 1914 a 1954 por um Governador-Geral inglês, e dividida, para fins administrativos, em quatro províncias:

norte, leste, oeste e a colônia de Lagos. Em 1954, tomou-se uma federação de três regiões, que refletiam as diferenças políticas e culturais entre os três principais grupos étnicos do país. As regiões oeste e leste obtiveram **status** de autogoverno em 1957, e a região norte, em 1959. Em 1960, a Nigéria tornou-se independente e três anos depois, constituiu-se em república.

As tensões regionais e étnicas têm sido uma constante desde que a Nigéria tornou-se independente. A decisão da região leste de proclamar a "independência" da República de Biafra deflagrou uma guerra civil, entre 1967 e 1969. O final do conflito, que vitimou mais de um milhão de pessoas, não trouxe consigo estabilidade política, e durante as décadas de 1970 e 1980 a Nigéria passou por uma sucessão de golpes militares, interrompidos por um breve período de governo civil, de 1979 a 1983. A instabilidade decorreu não só das diferenças tribais e religiosas, mas também de controvérsias sobre a alocação dos recursos provenientes das receitas do petróleo, das reivindicações de autonomia por parte das regiões e do poder crescente das Forças Armadas.

Os militares governaram durante 28 dos 38 anos em que a Nigéria é independente. A longa permanência no poder se deve, em parte, ao fato de serem, no cenário político nigeriano, a única organização funcional de âmbito nacional. Entretanto, o grupo militar tem, freqüentemente, problemas de coesão, o que é ilustrado pelos seis golpes de estado bem sucedidos desde a independência do país.

O Governo do General Sani Abacha, que assumiu por golpe de Estado em 1993, foi das ditaduras mais brutais e arbitrárias pelas quais passou o país. Os cinco anos de sua Presidência foram caracterizados por extremo desrespeito aos direitos humanos, repressão à imprensa, corrupção, desgoverno – com sérias consequências na economia – e crescente isolamento diplomático do país. Personalidades políticas importantes, como o atual Presidente Obasanjo, foram presas. A condenação e execução do escritor Ken Saro Wiwa e outros oito representantes da minoria Ogoni provocou inúmeros protestos internacionais. A Nigéria foi suspensa do Commonwealth em novembro de 1995, seguindo-se várias sanções internacionais e a retirada, para consultas, de grande parte dos chefes de Missão Diplomática dos países ocidentais. Neste período, no relatório elaborado pela ONG

Transparency International, a Nigéria ocupava, juntamente com a Tanzânia, a quarta posição dentre os mais corruptos, em uma relação de 85 países (atualmente está em vigésimo-sétimo lugar).

III – Política Interna Recente

O General Sani Abacha faleceu subitamente em 8 de junho de 1998. No dia seguinte, o Conselho de Governo Provisório indicou para substituí-lo o Chefe do Estado Maior, Major-General Abdulsalam Abubakar, que assumiu o compromisso de realizar eleições presidenciais em fevereiro de 1999.

O General Abubakar recebeu apoio da comunidade internacional para promover mudanças e abrandar o autoritarismo da ditadura militar. Todos os últimos governos militares se propuseram a entregar o poder a civis. Nenhum o fez. Embora Abubakar tivesse tomado medidas para gerar maior confiança em relação a seus propósitos, ainda permaneceram detidos inúmeros políticos, incluindo supostos perpetradores de golpe contra Abacha e membros da etnia ogoni que exigem autonomia para sua região do delta do Rio Niger.

Nas eleições presidenciais realizadas em 27 de fevereiro de 1999, saiu vitorioso o General aposentado Olusegun Obasanjo, com 63% dos votos. O Chefe Olu Falae, que obteve 37% da votação, denunciou irregularidades e fraude no pleito, iniciando processo na justiça. Efetivamente, na ocasião a maioria dos observadores internacionais concordou com a visão do candidato derrotado, observando, contudo, que as eventuais fraudes seriam sido perpetradas por ambos os lados.

Personalidade de grande projeção internacional, Obasanjo já foi candidato à Secretário-Geral da ONU, integrou a Comissão do "Commonwealth" contra o **Apartheid** e é membro permanente da Comissão da Unesco para a Paz e o Desenvolvimento. Embora seja de origem Iorubá, Obasanjo não compartilha do extremismo comum aos grupos políticos daquela etnia, nem tampouco do desejo de vingança contra a elite militar dos Hausa-Fulani.

Ao assumir a Presidência, a 29 de maio de 1999, Obasanjo prometeu uma luta sem tréguas contra a corrupção. Seus primeiros esforços se concentraram em membros das forças armadas que acumulavam cargos por indicação política desde o período de ditadura. O Presidente ainda goza de prestígio nos meios militares, mas, cauteloso, não orientou processos judiciais contra nenhum oficial. As leis anti-corrupção propostas pelo Executivo encontraram fortes resistências no Parlamento. Os dois Poderes

trocaram acusações constantes sobre "excessos" na utilização do dinheiro público. O Parlamento denuncia o gasto pedido de US\$78 milhões num novo avião presidencial, bem como critica as grandes comitivas formadas para as viagens internacionais do Presidente. As denúncias de corrupção do Legislativo atingem até o Presidente do Senado, envolvendo sobretudo o superfaturamento de obras e serviços contratados, tais como iluminação do Parlamento e cobertura do estofamento de veículos utilizados pelos parlamentares.

O Panel Anti-Corrupção, criado pelo Presidente e chefiado pelo industrial Christopher Kolade, recomendou o cancelamento de contrato que envolve quase US\$1 bilhão, firmados nos últimos meses de governo do General Abubakar. Depois de analisados, alguns contratos foram cancelados e outros tiveram seus valores reescalados para níveis bem inferiores. No entanto, questões mais sensíveis, como as licenças de exploração de petróleo, não foram modificadas. As concessões petrolíferas foram obtidas, muitas vezes, por meio de subornos de empresas estrangeiras a altos burocratas.

Num esforço para dar maior transparência à Administração Pública, Obasanjo cancelou contratos obscuros de Telefonia Celular e demitiu o corpo dirigente da Estatal Telefônica Nitel. A Estatal Petrolífera NNPC publicou seu resultado contábil pela primeira vez. O que antes era tratado como segredo de Estado encobria toda sorte de irregularidades. Apesar de ser o sexto produtor mundial de petróleo, a Nigéria passou por crises crônicas de falta de combustível, simbolizadas por longas filas para compra de gasolina e querosene. O Presidente também estabeleceu controle direto sobre a Companhia Elétrica, corrupta e ineficiente. Em março de 2000, o país inteiro ficou em blecaute por 24 horas depois que a rede elétrica entrou em colapso.

O maior problema nacional, entretanto, é a escalada de violência. Conflitos étnicos entre iorubás e haussas são cada vez mais comuns. No delta do rio Niger, região de extrema pobreza e subdesenvolvimento apesar de riquíssima em Petróleo, a etnia Ogoni entrou em conflito direto com as companhias petrolíferas, sobretudo a Shell, a quem acusa de descalose e pouco comprometimento com a população local. Atos de hostilidade e sabotagem – como o roubo do combustível nas tubulações (que ocasiona acidentes rotineiramente), seqüestros de funcionários, invasões com tomada de reféns em plataformas – se tornaram mais intensos nos últimos meses. Outro foco de instabilidade é o acirramento das rivalidades entre cristãos

e muçulmanos, com consequência direta do fato de 6 estados já terem adotado a lei islâmica – a Sharia – como código penal. A violência política está em estágio latente, com as reivindicações por autonomia regional e por uma redefinição federativa. A atividade política tem sido mais efervescente no sul, onde se pleiteia a substituição dos atuais 36 estados por seis regiões, tal como previsto na Constituição, não promulgada, de 1995. O Presidente Obasanjo, entretanto, não contempla a possibilidade de modificar a organização político-administrativa do país.

Há uma verdadeira explosão da criminalidade urbana, que não pode ser creditada exclusivamente aos conflitos étnicos, políticos e religiosos. As condições sócio-econômicas continuam muito deterioradas. Por iniciativa do Presidente, o salário mínimo subiu de US\$35,00 para US\$55,00. No entanto, atrasos na aprovação do orçamento nacional retardaram sua implementação. Enquanto isso, o desemprego e a inflação permaneceram com tendência de alta. Em agosto de 2000, os sindicatos convocaram os trabalhadores para uma greve geral – a qual aderiram inicialmente 10 dos 36 Estados – por um maior valor do salário mínimo: US\$75,00 para Lagos e Estados petrolíferos, US\$65,00 para outras unidades da federação. A população também se mostrou extremamente refratária às tentativas do governo de liberalizar o preço da gasolina, fortemente subsidiada, e reagiu energeticamente, obrigando o Executivo a recuar da proposta, ainda que afirme não abandoná-la.

Muitos organismos internacionais reconhecem os progressos obtidos pelo país na questão dos Direitos Humanos. Sobre tudo, no que tange à liberdade de expressão e ao fim das perseguições políticas.

No final de janeiro de 2001, o presidente Obasanjo realizou ampla reforma ministerial, com substituição de 15 Ministros de Estado e dezenas de funcionários de segundo e terceiro escalão. Em junho último, uma segunda reforma substituiu alguns dos mais antigos e íntimos colaboradores do presidente, dispensados, segundo a imprensa local, pelo fraco desempenho de suas gestões.

IV – Economia

Segundo dados relativos ao ano 2000, a Nigéria tem um PIB de US\$44 bilhões, e uma renda **per capita** da ordem de US\$386, uma das mais baixas do mundo (em 1980, no auge do **boom** do petróleo, a renda **per capita** alcançou US\$800).

A indústria nigeriana é responsável por 6% do PIB, a agricultura 31% e os serviços 23,1%. Com a recuperação dos preços internacionais do petróleo, o

PIB deve ter apresentado um crescimento estimado de 2,6% em 1999. A Nigéria possui uma população economicamente ativa de 40 milhões e uma alta taxa de desemprego. Em consequência da inação e da corrupção governamental, o desemprego se agravou e o consumo caiu, a despeito da queda da inflação (6,6% em 1999). Os salários mantiveram-se congelados até recentemente e, em Lagos, cidade de 10 milhões de habitantes, 91% da população encontra-se na fronteira da miséria, com uma renda anual inferior a US\$110, menos de US\$10 por mês.

A Nigéria é o sexto maior produtor mundial de petróleo, e nesse setor concentra-se a maior parcela do PIB. De acordo com o Governo, as reservas de petróleo do país são suficientes para mais trinta anos de produção. O petróleo nigeriano começou a ser explorado em 1958. A produção atingiu, em 1979, a cifra de 2,3 milhões de barris por dia (o dobro da produção brasileira). Nos anos 80, com a perda de mercado sofrida pela OPEP e a competição que principalmente a Nigéria enfrentou com a produção do Mar do Norte, a produção nigeriana caiu drasticamente: chegou, em 1987, a 1,2 milhões de barris diários, menos de um terço do nível verificado em 1980. Desde então, verificou-se recuperação do setor e, em 1997, a produção diária foi de 2 a 2,2 milhões de barris, o que assegurou ao país uma receita de exportação de US\$14,5 bilhões em petróleo.

As condições de produção são difíceis. As quatro refinarias estão em mal estado. A maior parte das companhias que operam na Nigéria planejavam aumentar substancialmente a produção, mas foram prejudicadas por estarem vinculadas em **joint ventures** com a empresa governamental Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC) que, longe de preparada para a expansão, está pressionada por atrasados e compromissos anteriormente assumidos. Desde 1979, a NNPC vem operando acordos de participação de **joint ventures** com as principais companhias petrolíferas. No entanto, problemas financeiros vêm impedindo o cumprimento dos prazos e pagamento dos custos estipulados nestes acordos. A empresa sofre, ainda, com ataques esporádicos às instalações petrolíferas, em protesto contra a poluição gerada pela exploração do petróleo no delta do Rio Níger, bem como com atos de vandalismo para roubo de combustível. Diante desse cenário, as companhias petrolíferas estão demonstrando maior interesse na exploração de petróleo em alto mar. Os novos campos apresentam custos elevados de investimento, mas produzem petróleo de alta qualidade a partir da assinatura, em 1993, de contratos de risco, será pos-

sível desenvolvê-lo sem imposição de participação acionária governamental.

As reservas de gás nigerianas estão entre as maiores do mundo e localizam-se principalmente ao leste do delta do Níger. A maioria do gás obtido com a extração do petróleo é atualmente desperdiçada porque a demanda local é insuficiente para cobrir os gastos de separação, processamento e distribuição do produto. A política do Governo é de aumentar a infraestrutura de utilização de gás. A companhia estatal nigeriana na LNG está à frente de um projeto de US\$4 bilhões para a liquefação e exportação do gás natural.

A redução do déficit (em torno de 1.9% do PIB, de acordo com o orçamento aprovado para o ano 2000) deve-se primordialmente a medidas de austeridade, assim como a receitas petrolíferas superiores às expectativas. As expectativas de que o governo aumente os gastos públicos para aliviar tensões sociais, se confirmadas, devem aumentar o **déficit**. Instituições financeiras internacionais vêm recomendando, prioritariamente, medidas como maior transparência orçamentária, redução dos altos subsídios governamentais à gasolina e redução da corrupção, que afeta a renda governamental. O governo gasta em torno de US\$2 bilhões ao ano em subsídios para vender o barril de petróleo para consumo interno a US\$9,50, enquanto seu preço no mercado internacional atingia US\$28,00. A intenção de aumentar em 50% o preço do combustível, numa primeira etapa para eliminar o subsídio, gerou forte protesto popular, inclusive uma greve geral, que obrigou o governo a se contentar com um aumento de 10%.

Para cobrir o serviço da dívida, estima-se que a Nigéria tenha que desembolsar nos próximos anos cerca de US\$ 8 bilhões anuais. Os principais credores são membros do Clube de Paris, que têm insistido no cumprimento rigoroso do pagamento das obrigações financeiras. Em sua visita ao país em julho de 2000, o novo diretor do FMI, Horst Koehler, concluiu os acordos que permitiriam um **overdraft** de US\$1 bilhão, o que corresponde a 45% dos recursos colocados à disposição do país pelo Fundo. Menos importante que o valor das cifras, o acordo pode dar maior credibilidade ao governo Obasanjo em seu esforço para reescalonar a dívida externa junto a credores privados. A expectativa mais otimista é de um **debt relief** de 70% em relação aos cerca de US\$ 31 bilhões de dívida. No entanto, esta perspectiva é remota, pois a Nigéria não se enquadra no perfil dos Países Pobres Altamente Endividados, que são beneficiados por um amplo programa para redução de dívida, coordenado pelo Banco Mundial.

O Presidente Obasanjo tem procurado reverter o quadro de estagnação econômica, mediante a adoção de medidas como a unificação do regime cambial da moeda e retomada do processo de privatização. A Comissão de Privatização, presidida pelo Vice-Presidente Alhaji Atiku Abubakar, pretende privatizar cerca de 1000 empresas até o final de 2001.

Com relação ao setor externo, em 2000 a balança comercial atingiu a cifra de US\$ 32 bilhões, com exportações de US\$ 21,4 bilhões e importações de US\$ 10,6 bilhões. As exportações consistem de petróleo e derivados, algodão e cacau. As importações compreendem máquinas, equipamentos de transporte, produtos químicos e bens de consumo. Os principais parceiros comerciais da Nigéria são os Estados Unidos, Espanha, Itália e França.

V – Política Externa

As relações da Nigéria com os países vizinhos têm sido, em geral, boas, embora tenha havido uma disputa territorial com o Camerão, que foi levada à consideração da Corte Internacional de Justiça, sobre a península de Bakassi, região rica em petróleo. Mais recentemente, começaram disputas com a Guiné Equatorial em torno do Campo Petrolífero de Zafiro, explorado pela multinacional Mobil, que paga **royalties** ao governo da Guiné.

A Nigéria foi instrumental na criação, em 1975, da ECOWAS – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, entidade da qual ocupa a presidência **pro tempore**. A longo prazo, a Nigéria espera que, mediante a instalação de um mercado comum na África Ocidental, suas indústrias venham a se beneficiar do desenvolvimento do comércio intra-regional. Foi instrumental, igualmente, no estabelecimento do Grupo de Monitoramento da ECOWAS (a ECOMOG), enviado à Libéria em setembro de 1990 para por fim à situação de guerra civil naquele país, operação em que forneceu a maior quantidade de tropas (segundo o International Institute for Strategic Studies, 9.000 nigerianos estavam na Libéria em meados de 1997 e cerca de 3 mil em Serra Leoa). Em Serra Leoa, a Nigéria também liderou as tropas da ECOMOG incumbidas de reverter o golpe ocorrido em 25 de maio de 1997. O êxito inicial obtido em ambos os países (condução de eleições na Libéria e acordo obtido dos governantes militares de Serra Leoa de restaurar a democracia) contribuíram a reforçar as aspirações nigerianas de liderança regional, bem como de um assento permanente no Conselho de Segurança, em caso de sua ampliação. No entanto, estas conquistas se revelaram ilusórias. Houve um re-

crudescimento da violência em Serra Leoa, com os rebeldes se beneficiando do contrabando de diamantes, inclusive com participação da Libéria, para financiar o conflito.

A intervenção em Serra Leoa nunca foi popular na Nigéria – em parte pela grave dimensão de seus problemas internos, em parte pelo baixo prestígio do Exército durante a ditadura militar, sobretudo enquanto advogava “defender a democracia em Serra Leoa”. Uma das promessas de campanha de Obasanjo foi justamente o fim da intervenção no país vizinho. Ao passar o comando do Ecomog para a ONU, em maio de 1999, o Presidente iniciou a retirada dos quase 10.000 soldados nigerianos do país. Entretanto, a renovada intensidade dos conflitos, bem como a ineficiência da força de paz da ONU (Unimil, que reúne efetivos da Nigéria, Quênia, Gana, Índia, Guiné, Jordânia e Zâmbia) em controlar a situação, obrigou as tropas nigerianas a prolongarem sua permanência. Obasanjo tenta conciliar seu interesse na manutenção de uma estabilidade regional com a necessidade em reduzir gastos militares. Recentemente, a ECOWAS se dispôs a ceder mais 3.000 soldados para a força de paz da ONU, desde que a organização assumisse os custos de sua mobilização. Muitos analistas internacionais, entretanto, crêem que o insucesso deste grupo até o presente se deve ao despreparo para operações de paz dos efetivos utilizados, assim como a sua falta de treinamento em manobras conjuntas.

Durante o Governo do General Sani Abacha, a Nigéria foi paulatinamente marginalizada no cenário internacional, sobretudo pelos registros negativos da questão de direitos humanos. Houve um estreitamento de suas relações com países-pária como Líbia, Sudão, Iraque, Coreia do Norte e Irã. A transição democrática melhorou a visibilidade externa do país, inclusive com sua recondução a membro do Commonwealth. O Presidente Obasanjo tem gozado de uma crescente, ainda que cautelosa, credibilidade internacional. O novo governo realizou uma grande renovação no quadro diplomático, substituindo embaixadores ligados ao regime militar. Uma das recomendações do Presidente, amplamente divulgadas pela imprensa, aos novos chefes de missões é que estes “não devam se envergonhar de seu país” e que não havia mais “a necessidade de encobrir dados sobre a realidade nacional”, sinalizando que a diplomacia nigeriana passaria a adotar um posicionamento mais transparente.

Em agosto de 2000, o Presidente Clinton realizou visita oficial à Nigéria. Em linhas gerais, a visita

assinou o apoio de Washington ao regime democrático nigeriano e indicou que os EUA esperam contar com a Nigéria como aliado para promover a estabilidade na África Ocidental. Os dois presidentes discutiram longamente questões regionais como Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim. Em maio último, o presidente nigeriano esteve em Washington, tornando-se o primeiro Chefe-de-Estado africano a visitar os EUA na administração Bush. O ponto alto da visita foi o anúncio, pelo Presidente Bush, de que os EUA pretendem contribuir US\$200 milhões para o fundo global de combate a AIDS e outras doenças contagiosas.

Nos fóruns multilaterais, a Nigéria é membro ativo da OUA e da ONU, sendo candidata natural a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança, caso este venha a ser ampliado. Atualmente, a Nigéria exerce a presidência do G-77.

VI – Relações com o Brasil

O Brasil reconheceu a independência da Nigéria em 1960, tendo enviado Missão Especial aos festejos comemorativos. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, naquele mesmo ano, foi criada a Embaixada brasileira em Lagos. A Nigéria estabeleceu Embaixada residente no Brasil em 1966. O relacionamento bilateral tem sido marcado pela fluidez e cordialidade, consequência natural dos fortes laços culturais que unem os dois países. A Nigéria é um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. É relevante observar que não houve interrupção das relações nem mesmo durante períodos de crise na Nigéria, como a intervenção militar de 1966 e a guerra de Biafra (o Brasil não reconheceu aquele movimento secessionista). Em anos recentes, as constantes violações de direitos humanos pelo governo militar nigeriano acarretaram um relativo esfriamento do relacionamento, sobretudo nas esferas política e de cooperação técnica.

Com a redemocratização, o relacionamento bilateral adquiriu renovado impulso, que já se fez notar com a visita do General Obasanjo a Brasília, em abril de 1999, ainda como Presidente eleito. Em novembro de 2000 também o Vice-Presidente nigeriano, General Abubakar, visitou oficialmente o Brasil por ocasião da realização da IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Nigéria.

No início de maio de 2001, o Presidente Obasanjo telefonou ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a fim de consultá-lo sobre a possibilidade de convidar o Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Dr. David Zylbersztajn a integrar um conselho consultivo encarregado de assessorar o Presidente

nigeriano em sua matéria de investimento. O Presidente do Brasil manifestou concordância com a iniciativa, por considerá-la importante do ponto de vista da intensificação das relações bilaterais.

VI-a) Visitas de autoridades nigerianas ao Brasil:

- janeiro de 1979: Vice-Presidente da Nigéria, General Shehu Musa Yar'Adua;
- abril de 1981: Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas da Nigéria, Contra Almirante Abduhalli;
- abril de 1983: Chefe do Estado Maior da Armada nigeriana, Almirante Akin Aduwo;
- junho de 1988: Chanceler Ike Nwachukwu;
- novembro de 1996: Ministro das Comunicações da Nigéria, General Olanrewaju;
- abril de 1999: Presidente Eleito da Nigéria, Olusegun Obasanjo;
- maio de 1999: Missão Parlamentar, membros do Comitê de Privatização;
- novembro de 2000: Vice-Presidente da Nigéria, General Alhaji Atiku Abubakar.

VI-b) Visitas de autoridades brasileiras a Nigéria:

- novembro de 1972: Ministro de Estado, Embaixador Mario Gibson Barboza;
- março de 1981: Ministro de Estado, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro;
- novembro de 1983: Presidente da República, João Baptista Figueiredo;
- agosto de 1999: Ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto.

VI-c) Relacionamento econômico-comercial

O comércio bilateral tem registrado cifras próximas de US\$1 bilhão. De janeiro a maio de 2001, o montante comercializado se aproximava de US\$500 milhões. A Nigéria continua a ser o primeiro número 1 do Brasil no continente africano e ainda não foi superada pela África do Sul. O Brasil é o quinto maior parceiro comercial da Nigéria, sendo superado apenas pelo Reino Unido, Estados Unidos, França e Alemanha.

Os principais produtos da pauta de exportação do Brasil para a Nigéria são açúcar refinado, açúcar cristal, veículos e papéis. As importações brasileiras oriundas da Nigéria compõem-se principalmente de petróleo e algodão não cardado.

A abertura de escritório da Petrobrás na Nigéria, em outubro último, poderá estimular a vinda de outras empresas brasileiras, como empreiteiras e prestado-

ras de serviços. Uma maior presença brasileira, por sua vez, tenderia a traduzir-se em incremento das vendas de produtos brasileiros. Está prevista, ainda no decorrer de 2001, a ida de importante missão empresarial brasileira a Nigéria.

EXPORTAÇÕES PARA A NIGÉRIA- X- US\$ MIL	1997	1998	1999	2000	2001*
Alcázar	146,000	207,000	118,352	112,065	49,774
Veículos automotores	14,800	16,900	24,587	35,915	18,861
Papeléis e seus produtos	6,900	18,600	11,432	10,266	5,459
Canilhões e niveladoras	5,300	16,000	2,777	9,188	4,482
Autopeças (motores, chassis, radiadores, peças)	6,800	7,600	3,218	4,763	1,286
Sais do ácido glutâmico e cloreto de sódio	6,300	4,500	4,032	2,953	1,099
Sal marinho	370	4,400	6,272	4,508	7,015
Polipropileno e polietileno	2,800	4,400	2,005	16,170	1,770
Óleos lubrificantes	4,500	4,300	4,185	16,170	2,747
Produtos de madeira	1,870	2,350	1,779	1,991	1,675
Pneumáticos de borracha	1,062	2,310	5,279	2,901	1,675

Ladrilhos de cerâmica	2,290	3,100	2,338	2,844	1,328
Subtotal	198,992	291,875	184,082	213,413	93,912
Demais produtos	50,188	38,163	42,720	33,405	20,802
Total exportado para a Nigéria (X)-US\$ mil	249,180	328,038	226,802	246,818	114,714
IMPORTAÇÕES DA NIGÉRIA-M (US\$ MIL)	1997	1998	1999	2000	2001*
Petróleo cru	541,658	617,993	686,538	578,307	266,169
Algodão cru, não cardado	10,002	6,048	1,984	0	0
Outros naftas para indústria petroquímica	0	2,699	10,930	150,709	88,802
Peles e couros de animais	3,601	2,066	0	2,492	1,295
Subtotal	555,261	628,806	699,452	731,508	356,266
Demais produtos	3,668	1,193	38,720	2,170	0,009
Total importado da Nigéria (M)- US\$ mil	558,929	629,999	738,172	733,678	356,275
Volume de comércio (X + M)	808,109	958,037	964,974	980,496	470,789
Saldo comercial brasileiro (X - M)	(-) 308,749	(-) 301,961	(-) 511,370	(-) 486,860	(-) 241,761

* Período janeiro-maio/2001 - Fonte: SECEX; Sistema Alice; dados fornecidos pela DIC

VI-d) Interesse da Petrobrás/Braspetro:

A Braspetro assinou dois contratos de risco, mediante concessão do Governo nigeriano, para a prospecção de petróleo no delta do sudeste, na rica província petrolífera de Biafra. As perspectivas são animadoras: segundo diretor da empresa brasileira, as áreas autorizadas aos consórcios dos quais a Braspetro faz parte seriam mais promissoras do que a Bacia de Campos. Os trabalhos deveriam ter começado em agosto de 98, mas, com a morte de Abacha, as concessões foram revistas e a prospecção foi adiada. Os dois contratos prevêm 60% para o sócio nigeriano, 20% para a Braspetro e 20% para os sócios transnacionais (Texaco e Total). Em agosto de 1999, a Petrobras enviou missão de alto nível à Nigéria, chefiada pelo Ministro das Minas e Energia Rodolpho Tourinho, com o objetivo de assinar o acordo que permitiria à Braspetro e à Texaco explorar petróleo do assim denominado bloco 216. No entanto, a desorganização e a falta de empenho das autoridades nigerianas frustraram a missão, pois o documento com a aprovação governamental não estava pronto, apesar das garantias em contrário fornecidas à Embaixada em Lagos. O Presidente Obasanjo, visivelmente consternado diante da delegação brasileira, prometeu empenho pessoal em agilizar as pendências burocráticas.

Em junho de 2000, a Petrobras participou da última licitação para blocos exploratórios em águas profundas na Nigéria, com interesse centrado nos blocos OPL 250 e OPL 324. A fim de reforçar o pleito brasileiro, estiveram em visita à Nigéria, em outubro de 2000,

o ex-Ministro Pelé e o presidente da Petrobras, Philippe Reichstul. Após consultas em treas companhias interessadas, decidiu-se que a participação da Petrobras seria de 75% no bloco OPL 324, na condição de operador, e de 15% no bloco OPL 250, na condição de sócio não operador.

Por pressões dos concorrentes Chevron e Shell, o Governo nigeriano chegou a cogitar o afastamento da Petrobras da **joint venture** para o bloco OPL 250, oferecendo como contrapartida a operação do bloco OPL 320, sem interesse comercial para a companhia brasileira.

Diante da inesperada atitude nigeriana de mudança nos planos iniciais, o Governo brasileiro – aproveitando o momento favorável resultante das visitas de Pelé à

Nigéria e do Vice-Presidente Abubakar ao Brasil – realizou gestão em nível presidencial com vistas a manter inalteradas as condições anteriormente acordadas, isto é, a operação do bloco OPL 324 e a participação de 15% no bloco OPL 250 por parte da Petrobras.

A referida intervenção de alto nível foi fator decisivo para o desenlace do processo de licitação, já que, conforme anunciado pelo Governo nigeriano em 19 de dezembro de 2000, a Petrobras teve confirmada sua participação, como operadora, no bloco 324, e, na condição de sócia, juntamente com a Chevron, a SNEPCO (Shell) e a Ocean Energy, no bloco 250.

VI-e) Relações políticas:

Em novembro de 1995, reagindo à notícia da execução do escritor Ken Saro-Wiwa e outros oito líderes da minoria Ogoni, o Senhor Presidente da República determinou a vinda ao Brasil, para consultas, do titular da Embaixada brasileira em Lagos. Passados três meses, e após consultas a diversos países africanos, europeus e americanos, o Governo brasileiro decidiu fazer regressar seu representante a Lagos, em fevereiro de 1996. Em retaliação, o Governo nigeriano determinou a retirada de seu Embaixador em Brasília. Somente com o Presidente Obasanjo foi designado um novo Embaixador para o posto, Thadeus Daniel Hart, que apresentou suas credenciais em fevereiro de 2000. O ponto de inflexão na relação bilateral foi a visita de Obasanjo, ainda na qualidade de Presidente Eleito, a Brasília, em abril de 99, ocasião em que foi recebido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem assegurou que as relações com o Brasil seriam prioridade.

O desgoverno da ditadura de Abacha facilitou o incremento da formação de quadrilhas de fraudado-

res e o aumento no tráfico de drogas. Tal situação levou a Varig a suspender o voo Rio de Janeiro/Lagos. A repercussão nas relações econômicas entre os dois países foi, inevitavelmente, negativa.

A despeito da crise interna e do isolamento externo aos quais a Nigéria ficou submetida durante a ditadura do General Abacha, as relações bilaterais, embora frias, permaneceram corretas. A cultura nigeriana foi sempre assunto de interesse por parte de centros afro-brasileiros; existe, inclusive, projeto em consideração para que professores nigerianos ensinem o idioma iorubá em universidades brasileiras. Recentemente, o Governo do Estado da Bahia concedeu espaço, na região histórica do Pelourinho, para que o Governo nigeriano ali instale uma "Casa da Cultura da Nigéria".

VI-f) Comissão Mista Brasil-Nigéria:

Já foram realizadas quatro reuniões da Comissão Mista, em 1981, 1985, 1989 e 2000, sendo que a última ocorreu em Brasília entre os dias 6 e 8 de novembro desse ano. A referida reunião da Comissão Mista teve como escopo abranger itens importantes da pauta bilateral tais como a dívida nigeriana para com o Brasil, o restabelecimento de ligação aérea direta entre os dois países, acordos comerciais e cooperação para extradição de presos. Além disso, celebrou-se o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre os dois países, já encaminhado para aprovação do Congresso Nacional, e estabeleceu-se que a V Sessão da Comissão Mista realizar-se-á na Nigéria, no quarto trimestre de 2002.

VI-g) Dívida nigeriana para com o Brasil:

As pendências financeiras entre o Brasil e a Nigéria arrastam-se há vários anos. O Governo nigeriano recusa-se a reconhecer os créditos oficiais brasileiros decorrentes de financiamentos à exportação realizados no âmbito do FINEX/PROEX. As diversas tentativas de entendimento entre os dois países foram sempre frustradas.

Por sugestão da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o Brasil levou o assunto ao conhecimento não só do Secretariado do Clube de Paris, mas também ao FMI, ao BID e ao Banco Africano de Desenvolvimento. No âmbito interno, aquela Secretaria chegou a sugerir medidas no sentido de restringir a assinatura de acordos de cooperação e concessão de novos créditos e financiamentos a Nigéria como forma de pressão.

A situação atual da dívida é de cerca de US\$35,21 milhões de principal em atraso, bem como

US\$122 milhões em juros de mora. As autoridades nigerianas recusaram-se a reconhecer documentos de depósitos de importadores nigerianos para exportadores brasileiros. Os recursos ficam detidos no Banco Central da Nigéria. Os EUA, que são um credor relativamente menor do país, têm interesse num esforço conjunto para redução da dívida total da Nigéria; os países europeus, entretanto, insistem que o país honre seus compromissos já assumidos. O Brasil tem procurado seguir as decisões de consenso do Clube de Paris. O eventual perdão da dívida poderia ser capitalizado politicamente para o Brasil, daí o interesse primordial ser no reconhecimento da dívida, independentemente da decisão da comunidade financeira internacional.

Em dezembro de 2000, durante a renegociação da dívida da Nigéria no âmbito do Clube de Paris, os créditos do Brasil, colocados em dúvida pelo país africano, foram finalmente incluídos na renegociação, e deverão, conforme a praxe, ser reconhecidos no acordo bilateral a ser posteriormente firmado. Muito contribuiu, para essa mudança na posição nigeriana, a realização da IV Comissão Mista em Brasília, em novembro de 2000, durante a qual dedicou-se elevada importância à discussão da dívida da Nigéria para com o Brasil.

Em maio último, missão do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE) visitou a Nigéria, onde manteve reunião de trabalho com técnicos do "Debt Management Office" daquele país. Segundo avaliação da Chefe da delegação brasileira, houve certa flexibilização da postura nigeriana. Pela primeira vez em muitos anos, as discussões foram registradas em ata, assinada por ambas as partes. Nos próximos meses, possivelmente em agosto ou setembro, missão nigeriana deverá vir ao Brasil para dar seguimento às negociações.

VI-h) Prisão de cidadãos nigerianos no Brasil:

Com alguma frequência, vêm ocorrendo incidentes com cidadãos nigerianos nos aeroportos brasileiros, presos sob alegação de transportar drogas. Tal situação favoreceu, por outro lado, a ação arbitrária de alguns policiais brasileiro cidadãos de nacionalidade nigeriana que desembarcam no Brasil. A embaixada da Nigéria em Brasília em diversas ocasiões reclamou de maus-tratos impostos a cidadãos inocentes daquele país. O Itamaraty tem tomado providências no sentido de apurar as denúncias recebidas. Levantamento recente efetuado pelo Ministério da Justiça arrolou 119 nigerianos presos em penitenciárias brasileiras, a maior parte em função de porte de drogas.

VI-i) Fraude 419:

Recebe esta denominação por constar no art. 419 do Código Penal nigeriano. São fraudes praticadas por falsos empresários daquele país que oferecem, através de cartas, vantagens mirabolantes a negociantes estrangeiros. O número crescente dessas ações e a repercussão negativa sobre o comércio exterior nigeriano levaram à formação, em 1991, de uma Presidentia/Task Force on Trade Malpractice, e a um pedido de cooperação do Corpo Diplomático acreditado em Lagos/Abuja, no sentido de alertar a comunidade empresarial de seus países contra tais criminosos. No Brasil, as cartas deixaram de ser dirigidas apenas a negociantes das grandes cidades e são crescentemente endereçadas a pequenos negociantes de cidades pequenas que, em geral, desconhecem os esclarecimentos já veiculados na imprensa brasileira a respeito.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

VI-ii) Quadro jurídico bilateral:

Acordo	Local de assinatura	Entrada em vigor	Status
Memorando de Entendimentos sobre Transportes Aéreos Brasil-Nigéria	Lagos	20/05/77	Em vigor
Acordo Brasil-Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus respectivos territórios e além	Brasília	18/10/91	Em vigor
Acordo, por troca de Notas, sobre Rádio e Televisão	Brasília	10/01/79	Em vigor
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	Brasília	02/08/83	Em vigor
Acordo para a criação da Comissão Mista Brasil-Nigéria	Brasília	10/01/79	Em vigor
Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio	Brasília	10/01/79	Em vigor
Acordo para a Cooperação Cultural	Lagos	24/01/74	Denunciado
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	Brasília	08/11/00	Em fase de aprovação pelo Congresso Nacional
Acordo de Comércio	Lagos	-----	Não vigora

DAF-I
Elaborado por RD em 25 de julho de 2001
C:\NGERIA\informgeria-julho2001.doc

MENSAGEM Nº 193, DE 2001

(Nº 850/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossa Excelência a escolha, que desejo fazer, do Senhor Ney do Prado Dieguez, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Bra-

sil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Granada.

Os méritos do Embaixador Ney do Prado Dieguez, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 219/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 8 de agosto de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Ney do Prado Dieguez, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Granada.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum vitae** do Embaixador Ney do Prado Dieguez, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros. Respeitosamente, **Luiz Felipe de Seixas Corrêa** – Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

Ministro de Segunda Classe **Ney do Prado Dieguez**

Fortaleza/CE, 19 de janeiro de 1944. Filho de José de Castro Dieguez e Rosa Deolinda do Prado Dieguez.

CPF: 046.794.317—68

CI: 624.581 SSP/DF

Curso de Preparação de Oficiais da Reserva, CPOR, RJ.

Bacharel em Direito, UEG.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr.

III – Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial "Certificate of Proficiency in English", Universidade de Michigan.

XVII Curso de Altos Estudos, IRBr.

Terceiro Secretário, 26 de outubro de 1968.

Segundo Secretário, antigüidade, 8 de junho de 1972.

Primeiro Secretário, merecimento, 12 de dezembro de 1978.

Conselheiro, merecimento, 22 de dezembro de 1982.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 19 de dezembro de 1996.

Assistente do Chefe da Divisão Jurídica, 1968/69.

Chefe, Substituto, da Divisão de Atos Internacionais, 1970.

Assistente do Chefe do Cerimonial, 1970. Chefe do Cerimonial do Governo do Distrito Federal, 1970.

Secretário do Conselho da Ordem do Mérito, Brasília, 1971/74.

Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1980/82.

Chefe, Substituto, da Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, 1982.

Chefe da Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, 1982/84.

Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial-DOC/DPR, 1991/92.

Berna, Segundo Secretário, Chefe do Secom, 1974/76.

Ancara, Encarregado de Negócios, a.i., 1975.

Montevideu, Alalc, Segundo Secretário, 1976/78.

Montevideu, Alalc, Primeiro Secretário, 1978/80.

Dacar, Encarregado de Negócios, a.i., 1983.

Buenos Aires, Conselheiro, Chefe do Secom, 1984/87.

Riade, Conselheiro, 1988.

Riade, Encarregado de Negócios, a.i., 1988/89.

Budapeste, Conselheiro, 1993/96.

Budapeste, Ministro de Segunda Classe, 1996/97.

Frankfurt, Cônsul—Geral, 1997/2001.

I Seminário sobre Investimentos no Brasil, Salzburg, 1975 (membro).

XVI, XVII e XVIII Períodos de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, Montevideu, 1976/78 (membro).

I Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Alalc, Montevideu, 1980 (membro)

Reunião Ministerial para a Assinatura do Tratado que institui a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Montevideu, 1980 (membro).

X Assembléia-Geral Ordinária da OEA, Washington, 1980.

XI Assembléia-Geral Ordinária da OEA, Castries, 1981.

IV Período de Sessões Extraordinárias da Conferência de Avaliação e Convergência das partes Contratantes do Tratado de Montevideu, Montevideu, 1982 (delegado)

Rodadas Negociadoras do Acordo de Alcance Parcial nº 26, Montevideu, 1982 (delegado).

V Período de Sessões Extraordinárias da Conferência de Avaliação e Convergência das partes Contratantes do Tratado de Montevideu, Montevideu, 1983 (delegado).

Reunião de Peritos Governamentais em Preferência Tarifária Regional da Associação Latino-Americana de Integração, Montevideu, 1983 (delegado)

XIV Assembléia-Geral Ordinária da OEA, Brasília, 1984 (Secretário-Executivo da Coordenadoria-Geral dos Trabalhos Preparatórios).

Reunião Ministerial sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais, Brasília, 1986.

II Reunião Técnica a Segunda Aplicação da Lista Comum do Protocolo nº 1 de Bens de Capital do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina, Buenos Aires, 1988 (Chefe da Delegação)

Membro do "National Honour Society".

Membro honorário da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira.

Ordem do Mérito Brasília, Comendador, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Ordem de San Carlos, Cavaleiro, Colômbia.

Ordem do Infante Dom Henrique, Comendador, Portugal.

Ordem Nacional do Mérito, Oficial, Paraguai.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Oficial, Brasil.

Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil.

Eduardo Prisco Paraiso Ramos – Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

MENSAGEM AO CONGRESSO

GRANADA

(Cumulativa com a Embaixada em
Georgetown, Guiana)

1. Dados Básicos

Nome oficial: Granada

Chefe de Governo: Keith Claudius Mitchell

Chanceler: Elvin Nimrod

Organização do Estado: Monarquia parlamentarista

Capital: Saint George's

Área: 344 quilômetros quadrados

Idioma: inglês (oficial)

População (2000): 93.000

Renda per capita (2000): US\$3,900

PIB (2000): US\$385 milhões

Poder Legislativo: Congresso bicameral, composto pela Casa dos Representantes, com 15 membros eleitos por voto direto para mandato de 5 anos, e Senado, com 13 membros, dos quais 10 são nomeados pelo Governo e 3 pelo líder da oposição. A próxima eleição deverá ocorrer até janeiro de 2004.

2. História

Cristóvão Colombo aportou na ilha em 1498, época em que era ocupada pelos índios Caraíbas. Em 1650, os franceses apossaram-se da ilha, batizando-a de St.

George's. Tropas britânicas ocuparam-na em 1762, tendo sido a escravidão abolida em 1833. Granada tornou-se independente em 1974, mantendo-se dentro da Comunidade Britânica.

Em 1979, uma coalizão de esquerda liderada por Maurice Bishop derrubou o Primeiro-Ministro Eric Gairy e instalou no país o Governo Revolucionário do Povo (GRP). O novo regime buscou estreitamento de relações com Cuba e com o bloco soviético, despertando apreensão nos EUA. Em 1983, em um golpe palaciano de radicais de esquerda (liderados pelo General Hudson Austin e pelo Vice-Primeiro-Ministro Bernard Coard), Bishop foi destituído e fuzilado. Tropas norte-americanas invadiram a ilha e depuseram o regime, retirando-se gradualmente até 1985. Coard e outros 14 envolvidos no fuzilamento de Bishop foram condenados à morte em 1986, mas a pena foi comutada para prisão perpétua.

3. Quadro Político Interno

As eleições realizadas sob ocupação norte-americana, em 1984, deram vitória ao "New National Party" (NNP), que indicou Herbert Blaize para chefiar o Governo. Novas eleições após a morte de Blaize, em 1989, conduziram Nicholas Breathwaite ao cargo de Primeiro-Ministro. Breathwaite não conseguiu combater o desemprego — que atingiu uma taxa de 40% em 1995 — e renunciou ao cargo em fevereiro do mesmo ano, sendo

substituído por George Brizan. Em junho, o NNP venceu as eleições e indicou Keith Mitchell para Primeiro-Ministro. Em 1997, o GULP juntou-se ao Congresso Nacional Democrático (NDC) e a outros partidos para anunciar uma frente de oposição a Mitchell, a quem vem acusando de crescente despotismo.

O NNP, liderado por Keith Mitchell, logrou a totalidade dos 15 assentos do Parlamento nas eleições realizadas em 18 de janeiro de 1999. Mitchell obteve, assim, mais um mandato como Primeiro-Ministro de Granada. As eleições foram convocadas devido à minoria de sete assentos a que o NNP se viu reduzido após a cisão do ex-Chanceler Raphael Fletcher com o Governo. O pleito foi acompanhado por equipe de observadores da OEA e apenas 54% dos 74 mil eleitores registrados compareceram às urnas.

Uma das prioridades do Governo de Mitchell, desde o começo de 2000, tem sido o programa educacional "Knowledge Enhancement for the Decade", que visa elevar as taxas de alfabetização de 95 para 99%, aumentar o número de matrículas, bem como o acesso dos estudantes à tecnologia. Merece destaque, igualmente, o programa de redução da pobreza e de desenvolvimento da área rural.

Em meados de 2000, conflito entre o Primeiro-Ministro Mitchell e Michael Baptiste, que havia perdido seu posto de Ministro da Agricultura nas eleições de novembro de 1999, resultou na redução do número de assentos sob controle do NNP no Parlamento. Desde então, Baptiste vem exercendo, oficialmente, a função de líder da oposição.

4. Economia

A economia granadina baseia-se na produção agrícola (noz moscada, cacau e bananas, principalmente) e no turismo. A agricultura, na qual grande parte da população trabalha direta ou indiretamente, participa com mais da metade das exportações. Recentemente, a performance do setor deca-

iu. As exportações de banana declinaram significativamente em volume e qualidade. A exportação do produto foi temporariamente suspensa, após alegações, por parte de Santa Lúcia, de deterioração de sua qualidade. Algumas das ilhas caribenhas impuseram embargo temporário a bens agrícolas provenientes de Granada.

5. Relações bilaterais

As relações do Brasil com Granada têm-se caracterizado pela cordialidade e, mais recentemente, têm-se pautado pelo reconhecimento mútuo do potencial para seu estreitamento. Em seu conjunto, os países anglófonos que integram a sub-região caribenha representam, por uma lado, um mercado bastante atraente e, por outro, um colégio eleitoral importante em organismos internacionais. Tais considerações vêm conduzindo a uma análise pelo Itamaraty dos meios para adensar as relações do Brasil com os países da região, buscando estabelecer uma pauta comum que integre a para as atividades brasileiras na América Central e no Caribe. Dentro dessa orientação, o Brasil aderiu à Associação dos Estados Caribenhos (AEC), na qualidade de observador, e tem procurado intensificar o fluxo de visitas recíprocas.

O Governo de Granada manifestou recentemente interesse em contar com a cooperação de um técnico brasileiro de futebol pelo período de um ano, a fim de treinar equipes locais.

Ressalte-se ainda a nomeação, em 1998, de Samuel Vincent Orgias como primeiro Embaixador de Granada no Brasil, com status de não-residente. Durante a apresentação de cópia de cartas credenciais ao Senhor Ministro de Estado, o emissário granadino assinalou que a decisão de seu governo fora tomada após cuidadosa reflexão sobre a crescente dinâmica que devem assumir as relações de cooperação entre Granada

e o Brasil, numa perspectiva mais ampla, entre os 4 países que integram a organização dos estados do leste do Caribe (formada por Granada, Santa Lúcia, São Vicente e Dominica) e o Mercosul, em particular no mundo pós-guerra fria.

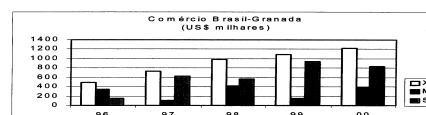
Na ocasião, manifestou a interlocutores do Itamaraty o interesse em que se iniciassem entendimentos com vistas à cooperação nos campos educacional e agrícola. Para tanto, levantou a possibilidade de a

da de uma missão granadina ao Brasil para visitar instituições e universidades brasileiras.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Brasil - Granada Comércio bilateral (US\$ milhares)						
	96	97	98	99	00	01 (*)
X	497,57	728,52	989,25	1.093,78	1.318,77	476,41
M	345,98	107,10	418,78	141,50	385,98	5,00
S	141,80	621,52	570,47	942,58	850,79	476,41
X+M	833,53	835,72	1.408,03	1.235,28	1.802,75	476,41

(*) valores correspondentes ao período jan-abr/2001



DCS, 04.07.01



MENSAGEM Nº 194, DE 2001 (Nº 851/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e como disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 12 de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que de se fazer, do Senhor Fausto Orlando Campello Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte D'Ivoire.

Os méritos do Embaixador Fausto Orlando Campello Coelho, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 00220/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 8 de agosto de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outo-

bro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Fausto Orlando Campello Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte D'Ivoire.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum Vitae** do Embaixador Fausto Orlando Campello Coelho, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente. – **Celso Lafer**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

Ministro de Primeira Classe Fausto Orlando Campello Coelho

Nascido em Caratinga/MG, 14 de setembro de 1939. Filho de Orlando Lopes Coelho e Dulce Campello Coelho.

CPF: 03330222700
ID: 2253

Bacharel em Direito, IJF/MG. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr.

Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial.

Terceiro Secretário, 24 de novembro de 1967.

Segundo Secretário, antigüidade, 4 de agosto de 1971.

Primeiro Secretário, merecimento, 12 de junho de 1978.

Conselheiro, antigüidade, 17 de dezembro de 1986.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 17 de junho de 1997.

Ministro de Primeira Classe, Quadro Especial, 29 de setembro de 1999.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Promoção Comercial, 1968.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1969/70.

Assistente do Chefe da Divisão do Patrimônio, 1977/81.

Chefe, substituto, da Divisão do Patrimônio, 1979/82.

Assistente do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1982/83.

Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1984/85.

Chefe, substituto, da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1984/87.

Assessor do Chefe do Departamento da Ásia e Oceania, 1989/90.

Gerente do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 4-92/8-92

Diretor Adjunto do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 8-92/10-92

Chefe da Divisão de Passaportes, 1994-2000

Vaticano, Terceiro Secretário, 1971.

Vaticano, Segundo Secretário, 1971/74.

Vaticano, Encarregado de Negócios, 1971.

São Salvador, Segundo Secretário, 1974/77.

São Salvador, Encarregado de Negócios, 1974/76.

Ancara, Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, 1982.

Lusaca, Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, 1987 e 1988.

Lusaca, Encarregado de Negócios, 1991.

Kinshasa, Encarregado de Negócios, 1992/93.

Teerã, Encarregado de Negócios, 1993/94.

Feira Internacional de Anuga, Colônia, República Federal da Alemanha, 1969 (diretor do Pavilhão do Brasil).

Feira Internacional de El Salvador, 1974 (diretor do Pavilhão do Brasil).

Secretaria de Unidades Residenciais (SEURI), DASP, 1978 a 1981 (representante do MRE.).

II Sessão da III Reunião Ordinária do Comitê Executivo e à II Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, Kingston, 1983 (delegado).

IX Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), Caracas, 1983 (delegado).

XIII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, Washington, 1983 (delegado).

III Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado da O.E.A., La Paz, 1984 (delegado).

II Reunião Ordinária do Comitê de Ação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) sobre Segurança Alimentar Regional, Buenos Aires, 1984 (delegado).

X Reunião Ordinária do Conselho Latino Americano do Sistema Econômico Latino Americano, Caracas, 1984 (delegado).

XIV Período Ordinário de Sessões da Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos, Brasília, 1984 (delegado).

Designado para acompanhar as Missões Especiais de Chipre e Ucrânia às cerimônias de posse do Presidente da República, Brasília, 1985 e 1995.

V Reunião do Comitê Executivo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) da O.E.A., São José, 1985 (representante).

III Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura do IICA da O.E.A., Montevidéu, 1985 (delegado).

Representante do Itamaraty nas reuniões da Comissão Coordenadora da XIII Assembleia-Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) da O.E.A., Rio de Janeiro, 1986.

Representante do Itamaraty nas Reuniões de Consulta da Assembleia-Geral do IPGH da O.E.A., Rio de Janeiro, 1986.

XIII Assembleia-Geral do IPGH da O.E.A., Brasília, 1986 (delegado).

Conferência intitulada "A O.E.A. e outros organismos interamericanos e os interesses do Brasil", proferida na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica; Rio de Janeiro, 1986.

VI Reunião Ordinária do Comitê Executivo do IICA da O.E.A., São José, 1986 (representante).

Delegado do Brasil à Primeira Etapa da XII Reunião Conselho Latino Americano do SELA, Caracas, 1986.

Delegado do Brasil à Reunião do CASAR, do SELA, Buenos Aires, 1986.

Participante da Reunião Preparatória e da Fase Ministerial do XII Conselho Latino Americano do SELA, Lima, 1986.

XVI Período Ordinário de Sessões da Assembleia-Geral da O.E.A., Guatemala, 1986 (delegado).

Conferências Intituladas "A Organização dos Estados Americanos", proferidas na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1986 e 1987.

Ordem de São Gregório Magno, Comendador-Cavaleiro, Roma, 1994.

Oficial da Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, 1995.

Colaborador Emérito do Estado Maior das Forças Armadas, Brasil, 1998.

Medalha Comemorativa dos 55 anos de instalação da Justiça do Trabalho e 50 anos de sua integração no Poder Judiciário – Justiça do Trabalho, Brasil, 1999.

Medalha Mérito Santos-Dumont – Comando da Aeronáutica, 2000.

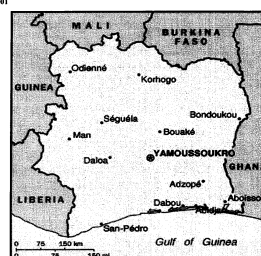
Eduardo Prisco Paraiso Ramos, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA E ORIENTE PRÓXIMO
DIVISÃO DA ÁFRICA-1

INFORMAÇÃO BÁSICA

REPÚBLICA DA CÔTE D'IVOIRE

Atualizado: julho 2001



I – Introdução

A Côte d'Ivoire situa-se na África Ocidental, confinando com a Libéria, Guiné, Mali, Burkina Faso, Gâmbia e Oceano Atlântico. O país tem uma superfície de 322,463km² e uma população de 14,6 milhões de habitantes, com um PIB de US\$ 0 bilhões e renda **per capita** de US\$660 (estimativa em 2000). A principal cidade e centro econômico é Abidjan, com 3,5 milhões de habitantes. Desde março de 1983, a capital administrativa é Yamoussoukro, ainda que a maioria das embaixadas estrangeiras e órgãos governamentais continuem funcionando em Abidjan. Maior produtor mundial de cacau, o país também é grande exportador de café e madeiras tropicais.

A Côte d'Ivoire é uma República Parlamentarista, com um Presidente da República eleito pelo voto popular para mandato de cinco anos. A Constituição do país, promulgada em 1960 e emendada várias vezes desde então, estabelece um sistema de governo baseado em três poderes independentes, com executivo forte. O poder legislativo é exercido por uma Assembleia Nacional, formada por um Parlamento com 175 deputados eleitos por sufrágio universal para mandatos de cinco anos. Em meados de 1998, uma emenda constitucional aprovou a criação de um Senado, cuja composição ainda não foi definida. A instância máxima do poder judiciário é a Suprema Corte. Para causas envolvendo funcionários do Governo, a competência recai sobre a Alta Corte de Jus-

tiça. A Côte d'Ivoire celebra a data nacional no dia da independência, 7 de agosto. A moeda do país é o Franco CFA.

II – História

O primeiro contato europeu com as tribos indígenas da atual Côte d'Ivoire remonta ao Século XVII, quando missionários franceses aportaram na chamada "Costa do Ouro", próxima de Gana. A natureza inóspita do terreno, coberto por densas florestas tropicais, bem como a hostilidade dos habitantes, contribuíram para retardar a ocupação européia, que se consolidou apenas a partir de 1840, quando a região tornou-se um protetorado francês.

A Côte d'Ivoire já era uma colônia francesa em 1893. Em 1904, o território passou a integrar a Federação Francesa da África Ocidental, tornando-se, por volta de 1940, a sua colônia mais próspera. Após a Segunda Guerra, Félix Houphouët-Boigny, rico comerciante de cacau e conhecido político da África francesa, formou o "Partido Democrático da Côte d'Ivoire" (PDCI) e liderou o movimento pela constituição de uma Federação Franco-Africana, com autonomia para as antigas colônias.

Em 1958, a Côte d'Ivoire passou à condição de território ultramarino da União Francesa, obtendo o direito de se fazer representar na Assembléia Nacional, em Paris. Além disso, os cidadãos ivorianos obtiveram a cidadania francesa, bem como o direito de estabelecer uma Assembléia Legislativa. Cumpre registrar que Félix Houphouët-Boigny, futuro presidente do país, chegou a ocupar cargo de Ministro de Estado no próprio Governo francês. Em 1959, a Assembléia ivoriana votou uma Constituição, largamente inspirada na carta magna francesa e Boigny foi eleito Primeiro-Ministro.

Ainda em 1959, o General Charles de Gaulle, em brusca mudança de política com relação à África, passou a rejeitar a idéia de uma Federação Franco-Africana, princípio básico da criação da Comunidade Francesa, e a estimular colônias e territórios franceses na África a proclamar a independência. No caso da Côte d'Ivoire, a independência foi declarada em 7 de agosto de 1960, sendo eleito Presidente da República o então Primeiro-Ministro, Félix Houphouët-Boigny.

III – Política Interna

Usufruindo de bom trânsito junto às autoridades francesas, Houphouët-Boigny revelou-se político habilidoso e administrador competente, tornando-se figura preponderante na consolidação da Côte d'Ivoire como um dos países mais prósperos e estáveis do continente africano. Seu governo foi caracterizado pelo uni-partidarismo, em torno do PDCI, pois na visão

do Presidente as disputas políticas características do multipartidarismo serviriam apenas para exacerbar tensões étnicas, religiosas e regionais. Até meados da década de 80, a expansão econômica da Côte d'Ivoire fez com que a falta de liberdades democráticas fosse tolerada pela população do país.

A partir de 1983, a Côte d'Ivoire passou a sentir os efeitos da instabilidade do mercado mundial de **commodities**, com redução de preços sobretudo do cacau. A recessão econômica se agravaria nos anos subsequentes, com o aumento do desemprego e do custo de vida. O crescente descontentamento popular com a crise eclodiu em março de 1990, quando estudantes, professores e médicos entraram em greve, exigindo reformas econômicas e maiores liberdades democráticas. Numa primeira fase, a reação do Governo foi aumentar a repressão aos opositores do regime, além de reduzir o salário mínimo e baixar os preços dos produtos da cesta básica.

O passo seguinte foi dado no dia 30 de abril de 1990, quando o Governo anunciou oficialmente o estabelecimento do multipartidarismo no país, bem como a realização das primeiras eleições presidenciais desde a independência. Prosseguiram, no entanto, as greves, pilhagens e manifestações violentas, com militares e policiais armados se meando a violência em Abidjan. O fato era que, obtido o multipartidarismo, com o registro de mais de 40 partidos políticos, reivindicavam-se, ainda, aumentos salariais, mais empregos e melhores condições de vida. Os protestos voltavam-se, também, contra as denúncias de corrupção no governo, instigados pela propaganda oposicionista, agora mais livre.

As eleições presidenciais realizaram-se em 20 de outubro de 1990, tendo Houphouët-Boigny, candidato do PDCI, vencido o pleito com 81% dos votos. O candidato derrotado, Laurent Gbagbo, do partido de esquerda "Frente Patriótica Ivoiriana" (FPI), chegou a denunciar numerosos casos de fraude eleitoral, o que foi, contudo, negado pela Suprema Corte. Dando continuidade às transformações políticas, no dia 25 de novembro de 1990 realizaram-se as eleições legislativas, tendo o PDCI conquistado 165 dos 175 assentos da Assembléia.

Persistia, contudo, a insatisfação popular com o regime, sobretudo com relação à incapacidade do governo de contornar o quadro de declínio econômico do país. Durante 1991, ocorreram vários episódios de confronto entre estudantes e polícia, culminando, em fevereiro de 1992, com uma marcha de universitários pelo centro de Abidjan, apoiada pelo FPI de Laurent Gbagbo. A passeata degenerou em quebra-quebra,

com a destruição de vários estabelecimentos comerciais, resultando na prisão de centenas de manifestantes, inclusive o líder do FPI, condenado a dois anos de prisão.

III-a) A Era Pós– Houphouet-Boigny:

Com a morte do Presidente Houphouet-Boigny em dezembro de 1993, aos 87 anos de idade, assumiu o poder o líder da Assembleia Nacional, Konan Bedié, do partido governista PDCI. O novo mandatário conseguiu aprovação parlamentar para um código eleitoral que praticamente lhe assegurava a vitória nas eleições marcadas para 1995. Pela nova legislação, ficavam impedidos de candidatar-se pessoas que não fossem de origem 100% ivoiriana ou que não tivessem residido no país por período de 5 anos antes do pleito. Dessa forma, excluiu-se o único candidato com chances reais de desafiar Bedié, o ex-Primeiro-Ministro Alassane Ouattara, por não atender aos requisitos de residência e por ser de família oriunda de Burkina Faso (Ouattara ocupava um cargo executivo no FMI, em Washington). Laurent Gbagbo, por sua vez, retirou-se da campanha, alegando manipulação do processo eleitoral.

Concorrendo virtualmente sozinho, e capitalizando sobre a gradual recuperação econômica do país, iniciada com a desvalorização cambial de janeiro de 1994, o Presidente Bedié elegeu-se com 95% dos votos no pleito realizado em outubro de 1995. Um mês depois, realizaram-se as eleições legislativas, tendo o PDCI obtido 148 dos 175 assentos da Assembleia. Os partidos de oposição FPI e Rassemblement des Républicains (RDC), de Alassane Ouattara, ficaram com os demais assentos.

III-b) Evolução recente:

Em outubro de 1997, o Governo fez aprovar uma série de emendas constitucionais, fortalecendo ainda mais o poder executivo. Assim, o Presidente passou a ter a prerrogativa de adiar as eleições, sempre que “circunstâncias sérias” assim o justificassem. O mandato presidencial foi ampliado para 7 anos, renovável até que o Presidente atinja 75 anos de idade. O cargo de Primeiro-Ministro foi esvaziado, uma vez que o Presidente da República passou a exercer a função de Chefe de Governo. Além disso, seria criado um Senado, com um terço dos senadores designados pelo Presidente e o restante eleito por região administrativa. Como esperado, a oposição boicotou a votação das emendas na Assembleia.

Realizou-se, em 1º-8-99, a grande **rentrée** de Alassane Ouattara no cenário político ivoiriano, como desafiador privilegiado à candidatura do Presidente

Konan Bedié nas eleições de outubro do ano 2000. Tendo concluído um mandato de 5 anos como Diretor-geral Adjunto do FMI, Alassane Ouattara foi confirmado como candidato presidencial num grande encontro de seus seguidores do partido oposicionista RDR (Rassemblement des Republicains) num estádio de Abidjan. No entanto, a equipe de Bedié acusava Ouattara de ser estrangeiro e de ter pai Burkinalê, sendo assim inelegível para a presidência da Cote d'Ivoire. As rivalidades, porém tem raízes profundas no contexto local: Bedié, católico e de etnia dominante Baoulé, se contrapunha a um muçulmano, representativo das etnias do norte e que, além do mais, dispunha como trunfo da vivência modernizante dos círculos de Washington, onde deixou marca de excelente executivo.

No dia 24 de dezembro de 1999, um golpe militar derrubou o Presidente Bedié e instalou no poder uma junta militar, o Comité national du salut public (CNSP), que indicou o General Robert Guéï para a Presidência. A junta foi recebida com surpresa e reservas pela comunidade internacional, pois tratava-se da primeira mudança violenta de governo num país considerado um oásis de paz e relativa prosperidade, além de considerável importância econômica, numa região sabidamente problemática. No entanto, o CNSP acabou ganhando aceitação gradual, pela rapidez com que restaurou a ordem, pelo fim da tensão política entre Bedié e Ouattara e, sobretudo, pelo compromisso de fazer a transição segura para um governo constitucional.

O novo governo imediatamente marginalizou o PDCI das tomadas de decisão, preferindo trabalhar com os partidos de oposição a Bedié, o RDR e o FPI. O Governo Guéï inicialmente promoveu uma devassa na administração pública do país, apontando inúmeras irregularidades e acusando o antigo governo de corrupto, chegando até mesmo a solicitar o bloqueio de contas bancárias de Bedié na Suíça. Entre março e junho de 2000 ocorrem as primeiras manifestações militares de descontentamento, sobretudo do baixo oficialato e dos soldados, pelo não pagamento da recompensa devida pela participação no golpe e por soldos atrasados. Em fins de junho de 2000, ocorreu uma rebelião militar, com trocas de tiros e movimentações de tropas em Abidjan. Os rebeldes chegaram inclusive a estabelecerem toque de recolher na cidade, mas as forças leais ao governo retomaram o controle da situação. O General Guéï também passou a divergir com os grupos políticos com quem trabalhava – o RDR e o FPI –, que o acusavam de repetir os métodos truculentos de Bedié para se firmar no poder.

Após a aprovação, por referendo, da nova constituição, em 24 de julho de 2000, formalizaram-se as candidaturas para as eleições presidenciais. Inscreveram-se 19 candidatos, incluindo tradicionais políticos de oposição, como Ouattara, Gbagbo e Francis Wodie. Do exílio, o presidente deposto ainda tentava controlar o PDCI e se lançar candidato, mas acabou preterido pelo seu ex-ministro do Interior, Emile Constant Bombet. Para grande desconfiança interna e externa, o General Guéi se lançou como candidato independente, depois de frustradas negociações com o PDCI. A candidatura levantou suspeitas sobre a lisura do processo eleitoral, com sinais de preocupação expressos sobretudo pelos EUA e pela França.

III-c) Eleições presidenciais de 2000:

As eleições presidenciais, realizadas em 22 de outubro de 2000, foram precedidas por uma série de acontecimentos que agravaram a situação política do país, como o atentado contra a vida do General Guéi, levado a cabo na madrugada de 18 de setembro. Quanto ao processo eleitoral, a candidatura de Ouattara foi recusada pela Suprema Corte ivoiriana, com a justificativa de que haveria dúvidas sobre a nacionalidade de sua mãe, além da acusação de que Ouattara já teria, no passado, utilizado a nacionalidade burkinabé. Desta forma, o RDR, partido de Ouattara, resolveu boicotar as eleições, assim como o PDCI, cujos candidatos foram igualmente excluídos do pleito. Por conseguinte, o único candidato da oposição a permanecer na corrida presidencial e ameaçar o General Guéi foi Laurent Gbagbo, do FPI. Os resultados preliminares (cerca de 20% dos votos) indicavam, no dia 24 de outubro, uma provável vitória de Gbagbo, com 61% dos votos contra 26% para o General Guéi. Ante essa derrota anunciada, Guéi dissolveu a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), responsável pela apuração do pleito, e proclamou-se “o primeiro presidente da Segunda República”, gerando protestos dos partidários de Gbagbo e confrontos destes com as forças armadas.

No dia 25 de outubro, pressionado pela revolta popular e sem o apoio da liderança do exército, sobretudo o Capitão Henri Sama, Ministro das Comunicações e porta-voz do Governo, o General Guéi fugiu para destino desconhecido. Declarando-se vencedor das eleições de 22 de outubro, Gbagbo assumiu a presidência, com a promessa de promover a reconciliação nacional e respeitar os compromissos internacionais do país.

Os adeptos de Ouattara, entretanto, saíram às ruas em protesto, exigindo a realização de novas eleições e negando a legitimidade da ascensão de Gbag-

bo ao governo. O conflito entre militantes dos dois partidos políticos rivais (FPI e RDR) espalhou-se por todo o país, insuflado pela rivalidade étnica e religiosa, já que os “nortistas”, adeptos de Ouattara, são muçulmanos e os “sulistas”, partidários de Gbagbo, são cristãos. Após três dias de confrontos, registraram-se 85 mortes e a destruição de várias mesquitas, além de ataques à residência de Ouattara.

Em 27 de outubro, Laurent Gbagbo foi oficialmente investido na presidência da Côte d'Ivoire, restabelecendo a ordem constitucional no país mas não impedindo a continuação dos choques entre seus partidários e os de Ouattara. Ondas de violência varreram o território ivoiriano, causando mais de vinte mortes, o que exigiu do Governo medidas repressivas, como a decretação do estado de emergência e a imposição do toque de recolher em todo o país. As eleições parlamentares de 10 de dezembro último foram boicotadas pelo RDR de Ouattara, novamente excluído do pleito, causando grande abstenção de votos no norte do país, majoritariamente muçulmano.

Na noite do dia 7 de janeiro de 2001, um grupo armado, formado por soldados dissidentes, tomou as estações de rádio e televisão estatais em Abidjan, numa tentativa de golpe de estado. O movimento logo foi sufocado por forças leais a Gbagbo, que decidiu restabelecer o toque de recolher até que a crise fosse superada. Na ocasião, houve suspeitas por parte do Governo ivoiriano de que elementos ligados ao partido RDR, de Ouattara, auxiliados por nacionais de países vizinhos, fossem os responsáveis pelo golpe mal-sucedido. Instaurou-se um clima de tensão na Côte d'Ivoire, aprofundado por ataques da população ivoiriana a cidadãos nigerianos e liberianos, supostamente envolvidos no frustrado putsch contra Gbagbo.

Atualmente, o país continua passando por período difícil e delicado: de seu refúgio no interior profundo da Côte d'Ivoire, o General Guéi aguarda por uma revanche em momento oportuno, contando para isso com o crescente desgaste do atual mandatário; na França, encontra-se exilado o principal e mais carismático líder político do país, Alassane Ouattara, igualmente esperando por momento propício para retornar.

A questão que ora se coloca, portanto, é saber quanto tempo o governo de Laurent Gbagbo poderá resistir sem o fundamental apoio externo, já que tanto a União Européia quanto os Estados Unidos se mostram reticentes na retomada de seus programas de ajuda financeira à Côte d'Ivoire, sem que antes seja concedida a normalização dos direitos políticos de Ouattara e outros políticos da oposição, implacavelmente perseguidos pelo regime.

IV – Economia

Desde a independência e até o início da década de 80, a economia ivoiriana apresentou excelente desempenho, com crescimento anual médio do PIB de 7,7%. Tendo como base as exportações de cacau, café e madeiras tropicais, em conjunto responsáveis por 30% do PIB, o desenvolvimento econômico do país revelou-se, contudo, de natureza frágil, pois dependia inteiramente da evolução dos preços dessas **commodities**, em que da a partir do final dos anos 70.

Assim, ao longo da década de 80, o país mergulhou num período de recessão sem precedentes, com seus corolários de desemprego, pauperização e aumento do endividamento interno e externo. No início da década de 90, a adoção de uma política de austeridade fiscal, com corte de despesas governamentais e privatização do setor estatal, lançou as bases para a recuperação econômica do país. Ao assumir o poder, o Presidente Bédié desencadeou intenso programa de **marketing**, tanto interno como externo, destinado a vender uma nova imagem da Côte d'Ivoire, na qual o país era apresentado como o “Elefante da África”, em imagem emprestada aos tigres asiáticos. Nessa visão, algo otimista, no espaço de uma geração à Côte d'Ivoire estaria integrando o rol das nações recém-industrializadas.

Em dezembro de 1994, a moeda ivoiriana sofreu desvalorização de 100%, o que logo se traduziu em importante estímulo ao setor externo da economia. Contrastando com uma redução de 1,1% em 1993, e crescimento de apenas 1,5% em 1994, o PIB registrou em 1995, 1996 e 1997, crescimento médio anual de 6,5%, atingindo a cifra de US\$9,4 bilhões em 1998. Além dos produtos tradicionais de exportação, a Côte d'Ivoire dispõe de importantes reservas de petróleo, estimadas em 100 milhões de barris.

Além de uma conjuntura de preços favoráveis nos mercados internacionais de **commodities**, o relativo sucesso da política econômica do governo Bédié renovou a confiança da comunidade internacional com relação à Côte d'Ivoire, com aumento significativo do fluxo de ajuda financeira externa, que passou de US\$750 milhões, em 1992, para US\$1,6 bilhões em 1994. Desde então (e até o golpe militar de dezembro de 1999), o país vinha recebendo uma média anual de US\$1 bilhão em ajuda externa.

Em maio de 1998, na sequência da assinatura de um acordo de ajuste estrutural (ESAF) com o FMI, no montante de US\$385 milhões, o grupo consultivo da Côte d'Ivoire, integrado por agências multilaterais e principais países doadores, comprometeu-se a liberar recursos adicionais de US\$4 bilhões, destinados

sobretudo ao combate da miséria no país. Na avaliação do representante do Banco Mundial, não obstante o agravamento da miséria no país e um certo descontrole governamental em matéria de gastos públicos, a economia ivoiriana atravessava período dos mais favoráveis.

A taxa de inflação anual mantém-se estável, passando de 14% em 1995, para 3% em 1996, 4% em 1997, 4,7% em 1998, 0,8% em 1999 e 2,5% em 2000. A dívida externa, da ordem de US\$16 bilhões, até passado recente não constituía problema sério, na medida em que a Côte d'Ivoire vinha obtendo termos de pagamento bastante favoráveis. Em abril de 1998, por ocasião de negociações no âmbito do Clube de Paris, foram reescalados US\$1,4 bilhão, relativos ao serviço da dívida no período de 1998/2001. Além disso, as instituições de crédito multilaterais têm dispensado tratamento preferencial ao país, considerado como um HIPC (Highly Indebted Poor Country).

Um dos principais handicaps da Côte d'Ivoire no que diz respeito às suas pretensões de transformar-se em um “tigre” africano é o aumento da pobreza no país em relação à sua potencialidade econômica. Segundo relatório do Banco Mundial, um terço da população do país dispõe de recursos abaixo do mínimo indispensável para sua sobrevivência (20% em situação de extrema pobreza e 10% em estado de miséria absoluta). Tal situação se agrava nos centros urbanos e traz conseqüências extremamente nefastas aos setores de saúde (alta mortalidade infantil e desnutrição) e educação (índice de analfabetismo de 50%), além de provocar aumento da criminalidade.

Com relação ao comércio exterior, ao longo dos últimos cinco anos a balança comercial ivoiriana tem apresentado superávit. Em 2000, o volume de trocas em ambos os sentidos atingiu a cifra de US\$6,234 bilhões, com exportações de US\$3,783 bilhões e importações de US\$2,451 bilhões. A pauta de exportações, com respectivos percentuais sobre o total, consiste de: cacau (37,2%), petróleo (9%), café (9,2%) e madeiras tropicais (7%). Os principais destinos dessas exportações são a Alemanha (19%), França (14%), Holanda (14%) e Itália (5%). Da pauta de importações constam insumos industriais (30%), bens de consumo (26%), bens de capital (24%) e combustíveis (18%), provenientes da França (24%), Nigéria (18%), EUA (6%) e Alemanha (6%).

V – Política Externa

Logo após a independência, a Côte d'Ivoire enfatizou o adensamento de suas relações com os países ocidentais, sendo Paris seu interlocutor privilegiado.

Permanecendo, por assim dizer, sob o manto protetor da ex-metrópole, que ainda hoje mantém cerca de 1000 soldados nas imediações de Abidjan, a Côte d'Ivoire sempre alinhou-se com as posições francesas com relação ao continente africano. Efetivamente, a França é o maior doador de ajuda financeira à Côte d'Ivoire (média anual de US\$500 milhões em ajuda bilateral), além de ser o principal fornecedor comercial do país.

Condicionada pelos interesses econômicos do país, a política externa ivoiriana vem desenvolvendo novas parcerias internacionais, sobretudo com os EUA, Canadá, África do Sul, Europa Ocidental e China.

Empresas desses países têm aumentado sua presença na Côte d'Ivoire, atuando nos setores de agribusiness (as norte-americanas Cargill e Chiquita Bananas), comunicações (France Telecom), energia (Shell, Elf-Acquitaine) e mineração (a canadense Falconbridge).

Em sua política de abertura, a Côte d'Ivoire atualmente integra cerca de uma centena de organismos internacionais. Em Abidjan, encontram-se representados oitenta países e organismos internacionais, além do Banco Mundial, da FAO e do PNUD, que mantêm na cidade seus escritórios de representação para a África Ocidental. Na condição de maior produtor mundial de cacau, a Côte d'Ivoire é membro ativo da Oicacau, tendo sediado, em junho de 1998, a "58ª Sessão do Conselho" da entidade.

No âmbito regional, o país contribuiu de maneira positiva para a solução de conflitos internos em Angola, Chade e Libéria. Com relação ao primeiro, a diplomacia ivoiriana sediou, em 1993, as negociações de paz entre o MPLA e a UNITA. No que se refere ao Chade, durante o período da guerra civil e enfrentamentos com a Líbia, Abidjan nunca deixou de dar apoio aos esforços da OUA e do Comitê **Ad-Hoc** encarregado de encontrar uma solução pacífica para aquele conflito. Durante a guerra civil na Libéria, os quatro acordos de Yamoussoukro testemunhamos esforços e iniciativas de paz levadas a cabo pela Côte d'Ivoire que, contudo, não contribuiu com tropas para a força de paz da Ecomog. No auge da guerra civil liberiana, o país abrigou cerca de 350 mil refugiados.

Mais recentemente, o então Chanceler Amara Essy desempenhou papel dos mais construtivos na solução da crise na Guiné-Bissau, encorajando a atuação do grupo mediador CEDEAO-CPLP. Figura das mais respeitadas no cenário internacional, o Embaixador Amara Essy foi eleito, no dia 10 de julho, para o cargo de Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana - OUA, devendo presidir o processo de

transição de doze meses entre esse organismo e a União Africana, nova entidade que substituirá a OUA.

Além do papel mediador nos conflitos regionais, a Chancelaria ivoiriana tem sido muito atuante na articulação da integração econômica regional, sobretudo no âmbito da UEMOA¹. No plano bilateral, por ocasião de visita oficial do Presidente de Gana, Jerry Rawlings, a Abidjan, em 1997, foram assinados uma série de acordos de cooperação nos setores comercial, militar, policial e aduaneiro. No mesmo ano, o Presidente Bedié efetuou visita à Guiné-Conakry, tendo assinado acordos comerciais e de cooperação nos setores de pesca, mineração, agricultura e investimentos.

No tocante à política comercial, cumpre destacar o recente sucesso da diplomacia ivoiriana, em outubro de 1997, na reunião do Parlamento europeu destinada a tratar da questão da substituição da manteiga de cacau por outras gorduras vegetais na composição do chocolate. Na ocasião, a delegação ivoiriana, porta-voz dos demais produtores, obteve a rejeição da medida que considerava tal produto, manufaturado com outras gorduras vegetais, como sendo "chocolate".

Em conclusão, apesar da fidelidade ivoiriana à França, a diplomacia da Côte d'Ivoire tende a privilegiar, cada vez mais, questões diretamente ligadas a seus interesses imediatos, tanto na esfera econômica como também em questões ligadas à segurança e à estabilidade regional.

VI – Relações com o Brasil

O Brasil reconheceu a independência da Côte d'Ivoire em 13 de agosto de 1960, estabelecendo Embaixada em Abidjan em abril de 1969. Em março de 1971, a Côte d'Ivoire abriu Embaixada residente em Brasília. Reflexo da crise econômica que se abateu sobre aquele país, a partir de meados da década de 80, caberia registrar a suspensão, a partir de 1987, dos vôos semanais que a Varig mantinha entre o Rio de Janeiro e Abidjan, bem como o fechamento dos escritórios de empresas brasileiras atuantes na Côte d'Ivoire, como a Cotia e o Grupo Pão de Açúcar. Além disso, a Agência do Banco do Brasil em Abidjan foi transformada em Escritório de Representação. A crise econômica, e sobretudo a desvalorização cambial de 1994, também teve efeitos negativos sobre a cooperação cultural entre os dois países.

¹Union Economique et Monétaire Ouest-Africaine (UEMOA), formada pela Côte d'Ivoire, Benin, Niger, Burkina Faso, Mali, Senegal e Togo, tendo por objetivos a eliminação progressiva de todas as barreiras à circulação de pessoas e mercadorias entre os membros, mediante a unificação das regras financeiras, contábeis e jurídicas bem como a eliminação das barreiras às transferências de bens e dos controles de entradas e saída nas fronteiras.

VI-a) Visitas bilaterais:

O relacionamento bilateral tem sido relativamente denso, com visitas à Abidjan dos Chanceleres Mano Gibson Barboza, em outubro de 1972, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, em junho de 1975, e Ramiro Saraiva Guerreiro, em março de 1983. Pela parte ivoiriana, visitaram o Brasil os Ministros dos Negócios Estrangeiros, Arsene Assoua Usher, em novembro de 1973, e Simeon Ake, em maio de 1987.

Mais recentemente, cumpre registrar as visitas ao Brasil das seguintes autoridades ivoirianas: Ministro de Estado do Ensino Técnico e da Formação Profissional, Senhor Kome na Roland Zapka, em maio de 1997, com o objetivo de conhecer o modelo brasileiro de formação profissional na área de ensino técnico; Alto Comissário do Desenvolvimento Integrado da Região Oeste da Côte d'Ivoire, Senhor Tchere Seka, em novembro de 1997, com a finalidade de conhecer a experiência brasileira nas áreas de mineração, desenvolvimento rural, criação de gado, habitações populares e planejamento urbano e agrícola em regiões semi-montanhosas.

VI-b) Candidaturas:

Nota-se maior atividade nas relações diplomáticas multilaterais. De modo geral, a Chancelaria ivoiriana acolhe favoravelmente as candidaturas brasileiras nos diversos organismos internacionais, tendo emprestado valioso apoio às eleições do Embaixador José Maurício Bustani para a Diretoria-Geral do Comitê de Controle de Armas Químicas e do Professor Eduardo Portela para a Presidência da 29ª Sessão da Conferência Geral da Unesco. No âmbito da OICACAU, Brasil e Côte d'Ivoire mantêm relacionamento profícuo, não obstante às vezes defenderem posições divergentes no âmbito da organização.²

VI-c) Comissão Mista:

Até a presente data, foram realizadas quatro reuniões da Comissão Mista Brasil-Côte d'Ivoire, tendo a última delas ocorrido em Brasília, em maio de 1987, ocasião em que o Ministro Simeon Ake chefio a delegação ivoiriana. Foram identificados vários possíveis projetos de cooperação, nas áreas de reflorestamento, tecnologia de açúcar e do álcool, aproveitamento do coco e dendê, produção de celulose e setor de energia elétrica. Tais projetos, contudo, não tiveram evolução.

² O atual Acordo Internacional do Cacau, de 1993, expira em setembro de 1999. Na última reunião da OICACAU, em junho de 1998, decidiu-se pela criação de um grupo de trabalho para discutir o futuro do AICacau-93. As opções na mesa eram a extinção, renegociação ou simples extensão do referido acordo. Optou-se pela prorrogação do atual instrumento ano 2000. Quanto à negociação de um novo acordo, um grupo de países, liderados pela Côte d'Ivoire, defende a prorrogação simples do AICacau-93, enquanto que um segundo grupo, incluindo o Brasil, Camerão e Equador, favorece a prorrogação parcial do acordo sem inclusão de cláusulas econômicas.

VI-d) Cooperado Técnica:

Não há, no momento, registro de atividades na área de cooperação técnica. A crise econômica ivoiriana, sobretudo a desvalorização cambial de 1994, teve efeitos negativos sobre a cooperação cultural entre os dois países, na medida em que os candidatos ivoirianos ao Programa de Estudante Convênio (PEC) passaram a não ter condições financeiras de arcar com os custos de um programa de estudos no Brasil.

VI-e) Dívida Externa:

Até junho de 1998, a dívida da Côte d'Ivoire com o Brasil, no âmbito do Clube de Paris, era de US\$27,7 milhões, relativos a financiamentos do PROEX. Delegação ivoiriana veio ao Brasil, em setembro de 1998, para nova negociação sobre os termos de pagamento da Agreed Minute assinada em 24 de abril de 1998, tendo sido aventada a possibilidade de se efetuar um "local currency debt swap", i.e., troca da dívida ivoiriana por papéis da dívida brasileira.

VI-f) O Intercâmbio Comercial:

O intercâmbio comercial entre os dois países é relativamente denso, apresentando déficit contra o Brasil:

EXPORTAÇÕES PARA A CÔTE D'IVOIRE- X- (US\$ MIL.)	1996	1997	1998	1999	2000	2001*
Algodão	23.031	3.909	8.626	6.120	1.848	0
Sais do ácido glutâmico	2.619	3.684	5.131	3.797	2.679	1.031
Polipropileno e polietileno	1.746	3.599	1.480	3.117	7.818	2.474
Niveladores e tratores	1.934	1.698	1.982	1.022	1.437	497
Pneumáticos de borracha	743	471	831	1.275	-	-
Papeléis	458	3.238	2.043	2.989	681	291
Autopartes e acessórios para veículos	915	1.250	589	524	-	-
Chassis e motor para veículos de carga	1.054	837	787	1.056	-	-
Produtos de ferro e aço (chapas, laminados e fios)	0	1.751	490	1.916	-	-
Eletrodomésticos (aparelhos de cozinha, etc)	313	300	115	180	-	-
SUBTOTAL	32.814	20.737	22.074	21.986	14.463	4.293
Demais produtos	14.633	4.937	9.988	3.557	7.167	2.430
TOTAL EXPORTADO (X)	47.447	25.674	32.062	25.543	21.630	6.723
IMPORTAÇÕES DA CÔTE D'IVOIRE- M- (US\$ MIL.)	1996	1997	1998	1999	2000	2001*
Algodão	4.106	11.301	14.926	19.486	23.611	1.955
Cacau, em amêndoas ou pasta	0	2.503	1.528	42.658	37.224	15.120
Cocos (secos e fibras)	1.038	908	173	4.663	0	0
Castanha de caju	0	0	0	46	2.454	0
SUBTOTAL	5.144	14.712	16.627	66.853	63.289	17.075
Demais produtos	309	820	1	1	0	43
TOTAL IMPORTADO (M)	5.453	15.532	16.628	66.854	63.289	17.118
Saldo da balança comercial (X-M)	52.900	40.406	48.689	92.397	84.919	24.551
Saldo da balança comercial (X-M)	41.994	10.942	15.435	-41.311	-41.697	-14.593

* Período janeiro-maio/2001

Dados SECEX/sistema ALICE, fornecidos pela DIC.

VI-g) Quadro Jurídico bilateral:

O quadro jurídico bilateral, cuja atualização deverá oportunamente ser objeto de análise pelas duas Chancelarias, compreende os seguintes acordos e declarações conjuntas, emitidas por ocasião de reuniões da Comissão Mista:

Acordo	Local	Entrada em vigor	Status
Acordo sobre dispensa de vistos em passaportes diplomáticos	Abidjan	27/10/72	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	Abidjan	06/11/73	Em vigor
Acordo Comercial	Abidjan	06/11/73	Em vigor
Acordo Cultural e Educacional	Abidjan	06/11/73	Em vigor
Declaração Conjunta	Abidjan	30/10/72	Em vigor
Declaração Conjunta	Brasília	06/11/73	Em vigor
Declaração Conjunta	Abidjan	24/06/75	Em vigor
Protocolo de Entendimentos por ocasião da visita ao Brasil do Ministro da Agricultura da Côte d'Ivoire	Brasília	15/08/79	Em vigor
Tratado de Amizade e Cooperação	Brasília	11/04/86	Em vigor
Protocolo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica	Brasília	05/12/87	Em vigor
Comunicado Final	Abidjan	20/03/83	Em vigor

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PARECERES

PARECER Nº 758, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Sociais, ao Projeto de Lei da Câmara nº 69 de 2000 nº 3.773/97, na casa de origem, que acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

Relator: Senador **Waldeck Ornelas**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2000 (PLC 69/00), de autoria dos Deputados Walter Pinheiro, Luciano Zica, Miguel Rosseto e Fernando Ferro, foi analisado e aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com relatório do Deputado Paulo Rocha, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, cujo relator foi o Deputado Eduardo Paes.

Seguindo o devido processo legislativo, o projeto foi remetido para posicionamento desta Casa em 25 de outubro de 2000, cabendo à Comissão de Assuntos Sociais analisar a matéria.

A proposição em foco abre a possibilidade de que os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS sejam utilizados para complementar o pagamento de moradia própria adquirida por intermédio de financiamento concedido por entidade fechada de previdência complementar, independentemente do imóvel ser financiável nas condições vigentes para o Sistema Financeiro de Habitação – SFH.

No prazo regulamentar, não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise da Proposição

No que concerne à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nada há a opor.

Com relação ao mérito, também não há obstáculo à aprovação. Pelo contrário, apenas vantagens podem ser vislumbradas.

Atualmente, apenas financiamentos habitacionais concedidos no âmbito do SFH ou operações financiáveis nas condições vigentes para esse sistema podem ser objeto de utilização de recursos do FGTS.

Com isso, milhares de trabalhadores habilitados a adquirir moradia em outras condições não têm

acesso aos recursos acumulados em suas contas vinculadas, dentre eles aqueles participantes de fundos de pensão.

A proposta de permitir que esses últimos possam fazer uso dos recursos, além de justa, não tenderia a descapitalizar o Fundo de Garantia, na medida em que representam apenas parcela dos trabalhadores hoje excluídos de tal acesso.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação total do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2000.

Assinaram o Parecer, na Reunião do dia 15 de agosto de 2001, os (as) Senhores (as) Senadores (as): – **Romeu Tuma**, Presidente – **Waldeck Ornelas**, Relator – **Marina Silva** – **Juvêncio da Fonseca** – **Lauro Campos** – **Sebastião Rocha** – **Emília Fernandes** – **Moreira Mendes** – **Geraldo Althoff** – **Gilvam Borges** – **Osmar Dias** – **Maria do Carmo Alves** – **Nabor Júnior** – **Lúcio Alcântara** – **Luiz Pontes** – **Lindberg Cury**.

PARECER Nº 759, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2001 (nº 558/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária A Voz de Quissamã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Senador **Nilo Teixeira Campos**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2001 (nº 558, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária A Voz de Quissamã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 118, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 221, de 17 de dezembro de 1999, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos dá conta de que a presente soli-

citação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária A Voz de Quissamã:

Presidente – Marcelo Silva Braga

Vice-Presidente – Marli de Almeida Manhães

Secretária – Selma de Barros Almeida

Tesoureiro – Edson Moura dos Santos

Diretor Administrativo,

Financeiro e Operacional – Luiz Carlos de Almeida Manhães

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Júlio Semeghini.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 3, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária A Voz de Quissamã atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Nilo Teixeira Campos**, Relator – **Maria do Carmo Alves** – **Hugo Napoleão** – **Romero Jucá** – **Juvêncio da Fonseca** – **Marluce Pinto** – **Pedro Ubirajara** – **Romeu Tuma** – **Emília Fernandes** – **Ney Suassuna** – **Casildo Maldaner** – **Geraldo Cândido** – **Álvaro Dias** – **Luiz Pontes** – **Osmar Dias** – **Geraldo Althoff**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 760, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2001 (nº 547/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas.
Relator: Senadora **Maria do Carmo Alves**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2001 (nº 547, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.997, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 196, de 26 de novembro de 1999, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro:

- Presidente – David Alves de Menezes
- Vice-Presidente – Augusto Vicente de Lima
- Secretário – José Alves de Menezes
- 2º Secretário – José Ilson Bóia
- Tesoureiro – Manoel Alves de Menezes
- 2º Tesoureiro – Damião da Silva Melo

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Marcelo Barbieri, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações,

que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 15, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Maria do Carmo Alves**, Relator – **Juvêncio da Fonseca** – **Pedro Ubirajara** – **Marluce Pinto** – **Nilo Teixeira Campos** – **Luiz Pontes** – **Geraldo Althoff** – **Eduardo Suplicy** – **Romeu Tuma** – **Osmar Dias** – **Álvaro Dias** – **Geraldo Cândido** – **Emília Fernandes** – **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 761, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2001 (nº 566/2000 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquim, Estado de Sergipe.

Relatora: Senadora **Maria do Carmo Alves**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2001 (nº 566, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquim, Estado de Sergipe.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 143, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 8, de 10 de janeiro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da entidade Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes:

Presidente – José Hélio de Oliveira

Tesoureiro – Geraldo Menezes dos Santos

Secretário-Geral – Vanilton Alves dos Santos

O referido projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Magno Malta, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da mesma Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 23, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7-8-01. – Presidente: **Ricardo Santos**, – Relator: **Maria do Carmo Alves**, – **Juvêncio da Fonseca** – **Pedro Ubirajara** – **Marluce Pinto** – **Nilo Teixeira Campos** – **Luiz Pontes** – **Geraldo Althoff** – **Gerson Camata** – **Álvaro Dias** – **Emília Fernandes** – **Geraldo Candido** – **Eduardo Suplicy** – **Osmar Dias** – **Romeu Tuma**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 762, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2001 (nº 574/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2001 (nº 574, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato

que renova a permissão da Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 248, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 167, de 18 de outubro de 1999, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 33, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 33, de 2001, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 167, de 18 de outubro de 1999, que renova por dez anos, a partir de 29 de setembro de 1995, a permissão da Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda., outorgada originariamente à **Diário da Manhã** Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Casildo Maldaner**, Relator (ad hoc) – **Maria do Carmo Alves** – **Nilo Teixeira Campos** – **Pedro Ubirajara** – **Osmar Dias** – **Ney Suassuna** – **Romero Jucá** – **Marluce Pinto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Geraldo Cândido** (Abstenção) – **Luiz Pontes** – **Álvaro Dias** – **Emília Fernandes** – **Geraldo Althoff**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVO DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII _ apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 763, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2001 (nº 592, 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia Carflor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2001 (nº 592, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia Carflor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.144, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 104, de 30 de julho de 1999, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia Carflor:

- Presidência – José Dantas Cortez
- Vice-Presidente – José Ribamar Tavares de Medeiros
- Tesoureiro – Franci Canindé da Silva
- Secretária – Maria de Fátima Bezerra

O referido projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Agnaldo Muniz, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boato técnico legislativo.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 42, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia Carflor atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Marluce Pinto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Maria do Carmo Alves** – **Pedro Ubirajara** – **Romeu Tuma** – **Luiz Pontes** – **Gerson Camata** – **Geraldo Cândido** – **Geraldo Althoff** – **Eduardo Suplicy** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Álvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 764, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2001 (nº 630/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação a Serviço da Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiana, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2001 (nº 630, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação a Serviço da Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiana, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 590, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 86, de 21 de março de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação a Serviço da Esperança:

- Presidente – José Maurício da Silva Neto
- Vice-Presidente – Cláudio Mariano
- 1º Secretário – Edilson Claudino
- 2º Secretário – Francisco Stuaní Neto
- 1º Tesoureiro – Mauro Morceli
- 2º Tesoureira – Ida Maria Khun Facioli
- Diretor Eclesiástico – Pe. Mauro Laércio Magro

- Diretor de Esportes – Tiago Gimenes Stuani
- Diretor de Comunicação – Jorge Luiz Rodrigues Martins

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado José Carlos Martinez.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 81, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação a Serviço da Esperança atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7-8-01. – **Presidente Ricardo Santos, Relator Romeu Tuma – Maria do Carmo Alves – Hugo Napoleão – Emília Fernandes – Romero Jucá – Casildo Maldaner – José Fogaça – Pedro Ubirajara – Nilo Teixeira Campos – Marluce Pinto – Ney Suassuna – Geraldo Cândido – Osmar Dias – Luiz Pontes – Geraldo Althoff – Álvaro Dias**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 765, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2001 (nº 660/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Central de Araraquara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2001 (nº 660, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato

que autoriza a Associação Comunitária Central de Araraquara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 619, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 88, de 21 de março de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária Central de Araraquara:

- Presidente – Ivan Roberto Dameto Peroni
- Secretário Geral - Daniel do Carmo
- 1º Secretário – Marcelo Augusto Pires
- 2º Secretário – Marcelo Cassemiro
- 1ª Tesoureira – Maria Elizabeth de Souza Assis
- 2ª Tesoureira – Paula Donnini Mancini
- Diretor de Esportes - Mário Sérgio Pedrolongo

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Augusto Franco.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 95, de 2001, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Central de Araraquara atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Maria do Carmo Alves** – **Hugo Napoleão** – **Emília Fernandes** – **Romero Jucá** – **Casildo Maldaner** – **Ney Suassuna** – **Pedro Ubirajara** – **Marluce Pinto** – **Nilo Teixeira Campos** – **Álvaro Dias** – **Geraldo Cândido** – **Osmar Dias** – **Geraldo Althoff** – **Luiz Pontes**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 766, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2001 (nº 723/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a AMOCENTRO – Associação de Moradores do Centro da Cidade de Pombal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pombal, Estado da Paraíba.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2001 (nº 723, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a AMOCENTRO – Associação de Moradores do Centro da Cidade de Pombal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pombal, Estado da Paraíba.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 983, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 213, de 31 de maio de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da AMOCENTRO – Associação de Moradores do Centro da Cidade de Pombal:

- Presidente – Bertrand de Assis Chaves
- Vice-Presidente – Maria do Socorro Ferreira Martins
- 1ª Secretária – Lucila Carvalho Nogueira de Queiroga
- 2ª Secretária – Mona Lisa Barbosa de Sá Leite

- 1ª Tesoureira – Naire de Sousa Assis
- 2º Tesoureiro – Admilson Leite de Almeida Júnior

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Gilberto Kassab.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio emboatécnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 100, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a AMOCENTRO – Associação de Moradores do Centro da Cidade de Pombal atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Marluce Pinto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Maria do Carmo Alves** – **Pedro Ubirajara** – **Luiz Pontes** – **Geraldo Althoff** – **Emília Fernandes** – **Geraldo Cândido** – **Álvaro Dias** – **Osmar Dias** – **Gerson Camata** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988*

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII _ apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 767, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2001 (nº 684/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado da Paraíba.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2001 (nº 684, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comuni-

tária São Miguel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado da Paraíba.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.160, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 94, de 30 de julho de 1999, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel:

- Presidente – Maria José da Silva Melo
- Vice-Presidente – Hilário Ribeiro de Sousa
- Primeira Secretária – Hosanete Esteves da Silva
- Segunda Secretária – Maria Solange Casusa
- Tesoureiro – Paulo Leite Ferreira

O referido projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado José Priante, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boato técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 101, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolu-

ção nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Pedro Ubirajara** – **Marluce Pinto** – **Maria do Carmo Alves** – **Juvêncio da Fonseca** – **Luiz Pontes** – **Geraldo Althoff** – **Gerson Camata** – **Eduardo Suplicy** – **Romeu Tuma** – **Osmar Dias** – **Álvaro Dias** – **Geraldo Cândido** – **Emília Fernandes**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII _ apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 768, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2001 (nº 690/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Araçá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mari, Estado da Paraíba.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2001 (nº 690, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Araçá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mari, Estado da Paraíba.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 568, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 99, de 22 de março de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Rádio Comunitária Araçá FM:

- Presidente – Fábio Mozar Morinho da Costa
- Vice-Presidente – João Batista Filho
- Primeiro Secretário – João Batista Alves da Silva
- Segundo Secretário – Wagner Oliveira Ribeiro
- Primeiro Tesoureiro – Ricardo Alves dos Santos
- Segundo Tesoureiro – João Antônio da Silva
- Diretor de Operações – Edileide Xavier de Oliveira
- Vice-Diretor de Operações – Manoel Fernandes da Silva
- Diretor de Comunicação Social – Severino Ramos do Nascimento

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática da

Câmara dos Deputados, que se guiou pelo parecer favorável de seu relator, Deputado Vic Pires Franco.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio de conteúdo técnico-legislativo.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 102, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Rádio Comunitária Araçá FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela renovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001 – **Ricardo Santos**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Marluce Pinto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Maria do Carmo Alves** – **Pedro Ubirajara** – **Alvaro Dias** – **Gerson Camata** – **Luiz Pontes** – **Osmar Dias** – **Eduardo Suplicy** – **Geraldo Althoff** – **Emília Fernandes** – **Romeu Tuma**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 769, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2001 (nº 533/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2001 (nº 533, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda. para explorar o serviço de radiodi-

fusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 677, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 43, de 13 de abril de 1999, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Ione Pacheco Sirotsky	104.000
• Jayme Sirotsky	78.000
• Fernando Ernesto de Souza Corrêa	18.000
Total de Cotas	200.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado José Rocha.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Nota-se, pela leitura da exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, inclusa nos autos, que o pleito foi originalmente formulado pela entidade Rede Gaúcha-Zero Hora de Comunicações Ltda., razão porque se propõe o registro da mudança de seu nome, por meio de emenda de redação ao art. 1º do PDS em análise.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obede-

cer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 116, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opi na mos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 116, de 2001, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria no 43, de 13 de abril de 1999, que renova por dez anos, a partir de 19 de março de 1995, a permissão da Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda., outorgada originariamente à Rede Gaúcha-Zero Hora de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Esta do do Rio Gran de do Sul.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **José Fogaça**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Marluce Pinto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Maria do Carmo Alves** – **Pedro Ubi-rajara** – **Romero Jucá** – **Casildo Maldaner** – **Ney Suassuna** – **Geraldo Cândido** (abstenção) – **Álvaro Dias** – **Emília Fernandes** – **Osmar Dias** – **Luiz Pontes** – **Eduardo Suplicy** (abstenção) – **Gerson Camata** – **Geraldo Althoff**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII _ apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 770, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2001 (nº 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Ijuí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2001 (nº 589, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que reno-

va a concessão da Rádio Progresso de Ijuí Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 241, de 1997, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 14 de fevereiro de 1997, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, seguindo o parecer favorável de seu relator, Deputado Leo Alcântara.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 117, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Progresso de Ijuí Ltda, atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. _ Presidente, **Ricardo Santos** – Relator, **José Fogaça** – Nilo

Teixeira Campos – Marluce Pinto – Juvêncio da Fonseca – Maria do Carmo Alves – Pedro Ubirajara – Hugo Napoleão – Romeu Tuma – Romero Jucá – Ney Suassuna – Casildo Maldaner – Geraldo Cândido (abstenção) – Álvaro Dias – Emília Fernandes – Luiz Pontes – Osmar Dias – Geraldo Althoff – Eduardo Suplicy (abstenção) – Gerson Camata.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 771, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o
Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de
2001 (nº 649/2000, na Câmara dos Depu-

tados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Pelotas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador José Fogaça

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2001 (nº 649, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Pelotas Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 202, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 165, de 18 de outubro de 1999, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Atlântida FM de Pelotas Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Fernando Ernesto de Souza Corrêa	1.080.000
• Jayme Sirotsky	4.680.000
• Ione Pacheco Sirotsky	6.240.000
Total De Cotas	12.000.000

O referido projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Arolde de Oliveira, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado emboatécnica legislativa.

Nota-se, pela leitura da exposição de motivos do Ministro de Estado das Comunicações, inclusa nos autos, que o pleito foi originalmente formulado pela entidade Rede Gaúcha – Zero Hora de Comunicações Ltda., razão porque se propõe o registro da mudança de seu nome, por meio de emenda de redação ao art. 1º do PDS em análise.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 122, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Atlântida FM de Pelotas Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 122, de 2001, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 165, de 18 de outubro de 1999, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Pelotas Ltda., outorgada originariamente à Rede Gaúcho – Zero Hora de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – Presidente, **Ricardo Santos** – Relator, **José Fogaça** – **Ney Suassuna** – **Hugo Napoleão** – **Emília Fernandes** – **Romero Jucá** – **Casildo Maldaner** – **Romeu**

Tuma – Pedro Ubirajara – Nilo Teixeira Campos – Marluce Pinto – Juvêncio da Fonseca – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido (abstenção) – Álvaro Dias – Luiz Pontes – Osmar Dias.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 772, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2001 (nº 671/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a

permissão outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2001 (nº 671, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 451, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 51, de 2 de março de 2000, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a Composição acionária da Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Otávio Dumit Gadret	3.980
• Fernanda Alvarez Gadret	3.320
Total de Cotas	7.300

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, seguindo o parecer favorável de seu relator, Deputado Luiz Piauhyllino.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se

executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 124, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. _ **Ricardo Santos** Presidente – **José Fogaça** Relator – **Maria do Carmo Alves** – **Hugo Napoleão** – **Ney Suassuna** – **Casildo Maldaner** – **Pedro Ubirajara** – **Juvêncio da Fonseca** – **Marluce Pinto** – **Nilo Teixeira Campos** – **Romeu Tuma** – **Romero Jucá** – **Alvaro Dias** – **Emília Fernandes** – **Geraldo Cândido** (abstenção) – **Osmar Dias** – **Luiz Pontes** – **Geraldo Althoff**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

SEÇÃO II Das Atribuições do Congresso Nacional

art. 49. É da Competência Exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 773, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2001 (nº 691 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial São Sebastião de Boa Esperança do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Esperança do Sul, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Pedro Ubirajara**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2001 (nº 691, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial São Sebastião de Boa Esperança do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Esperança do Sul, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 588, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 69, de 21 de março de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Assistencial São Sebastião de Boa Esperança do Sul:

- Presidente – Rita de Cássia Rosim
- Vice-Presidente – Maria Cristina Roque Felix
- 1º Tesoureiro – Clauri Gava
- 2º Tesoureiro – Elza Regina Letizio
- Secretário Executivo – Carlos Alberto de Jesus Pierrri

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Jorge Wilson.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado emboatécnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 141, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Assistencial São Sebastião de Boa Esperança do Sul atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Pedro Ubirajara**, Relator – **Pedro Ubirajara** – **Nilo Teixeira Campos** – **Marluce Pinto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Luiz Pontes** – **Romeu Tuma** – **Geraldo Cândido** – **Lúdio Coelho** – **Álvaro Dias** – **Geraldo Althoff** – **Emília Fernandes** – **Eduardo Suplicy** – **Osmar Dias** – **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 774, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2001 (nº 716/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.

Relatora **ad hoc**: Senadora **Emília Fernandes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2001 (nº 716, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 946, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 175, de 16 de maio de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Novo Milênio:

- Presidente – José Maria Veloso Ferreira
- Vice-Presidente – Francisco Iram Freire
- Secretária – Orminda Melgueiro
- Tesoureira – Maria Ruth Pereira Brasil
- Patrimônio – Alfredo Tadeu de Oliveira Coimbra

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Sérgio Barcellos.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado, jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações,

que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Rádio comunitária, em princípio, se constitui um veículo democrático que oportuniza a comunicação, o intercâmbio, a ampliação do direito de voz por parte das comunidades mais distantes da comunicação central do país. Apesar de ser de conhecimento de todos que, mesmo com essa função social definida, muitas dessas rádios são manipuladas por grupos ou pessoas com interesses distantes do bem estar da população que deveria ser atingida por este serviço, o Partido dos Trabalhadores, no momento, optou por apoiar todas essas iniciativas, mantendo voto pela abstenção no caso de permissão para instalação ou renovação da exploração do serviço de radiodifusão comercial.

O Partido entende, ainda, que no bojo das discussões de rádios comunitárias deveria ser aprofundada a discussão sobre o não funcionamento do Conselho Nacional de Comunicação Social.

É o relatório.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 150, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Novo Milênio atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. _ **Ricardo Santos** Presidente, _ **Emília Fernandes**, Relatora (ad Hoc) _ **Maria do Carmo Alves** _ **Hugo Napoleão** _ **Luiz Pontes** _ **Romero Jucá** _ **Casildo Maldaner** _ **José Fogaça** _ **Pedro Ubirajara** _ **Nilo Teixeira Campos** _ **Marluce Pinto** _ **Romeu Tuma** _ **Ney Suassuna** _ **Álvaro Dias** _ **Geraldo Cândido** _ **Osmar Dias** _ **Geraldo Althoff** _ **Marina Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 775, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2001 (nº 683/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural José Allamano, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.676, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal, ato, constante da Portaria nº 289, de 9 de dezembro de 1998, que outorga permissão à Fundação

Educativa Cultural José Allamano para executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Nos termos do § 10 do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, Deputado Babá, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da qual a Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vago em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da Fundação Educativa Cultural José Allamano:

- Presidente – Pe. Vitélio Pasa
- Diretor Administrativo – Audir da Costa Lima
- Diretor Operacional – Lenir Rodrigues Santos Veras

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que “dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens”.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que “ins titui o Código Brasileiro de Comunicações”.

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2000, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos, Presidente** – **Romero Jucá**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Pedro Ubirajara** – **Marluce Pinto** – **Maria do Carmo Alves** – **Juvenício da Fonseca** – **Ney Suassuna** – **Álvaro Dias** – **Emília Fernandes** – **Geraldo Cândido** (abstenção) – **Osmar Dias** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy** (abstenção) – **Gerson Camata** – **Luiz Pontes** – **Geraldo Althoff**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117(*), de 27 de agosto de 1962.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795(*), de 31 de outu-

bro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

PARECER Nº 776, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2001 (nº 737/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Paulista de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Regente Feijó, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2001 (nº 737, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Paulista de Radiodifusão Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Regente Feijó, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 400, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 24 de março de 1999, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Empresa Paulista de Radiodifusão Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Maria Suely Perini Rosas	3.000
Leda Marta Perini Rosas	3.000
Total de Cotas	6.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Arolde de Oliveira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 171, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Empresa Paulista de Radiodifusão Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Maria do Carmo Alves** – **Hugo Napoleão** – **Emília Fernandes** – **Romero Jucá** – **Casil do Maldaner** – **Pedro Ubirajara** – **Juvêncio da Fonseca** – **Nilo Teixeira Campos** – **Marluce Pinto** – **Ney Suassuna** – **José Fogaça** – **Álvaro Dias** – **Geraldo Cândido** (Abstenção) – **Geraldo Althoff** – **Osmar Dias** – **Luiz Pontes**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 777, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2001 (nº 746/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Fronteira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2001 (nº 746, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Fronteira Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 137, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 25 de janeiro de 2000, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Difusora Fronteira Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
João Carlos Saraiva	232
Izabel da Silva Soares	62
Débora de Mattos Saraiva	10
Total de Cotas	304

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Jorge Pinheiro.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações,

que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 173, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Difusora Fronteira Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **José Fogaça**, Relator – **Maria do Carmo Alves** – **Hugo Napoleão** – **Emília Fernandes** – **Romero Jucá** – **Casildo Maldaner** – **Romeu Tuma** – **Pedro Ubirajara** – **Nilo Teixeira Campos** – **Marluce Pinto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Ney Suassuna** – **Luiz Pontes** – **Geraldo Cândido (Abstenção)** – **Álvado Dias** – **Osmar Dias** – **Geraldo Althoff**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 778, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 23, de 1997 (nº 204, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 188/1997, referente à auditoria operacional realizada no Sistema de Telecomunicações Brasileiro.

Relator: Senador **LUIZ OTÁVIO**

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 204-SGS-TCU, de 18 de abril de 1997, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU, encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 188/1997, adotada pelo Plenário daquela Corte, bem como o relatório e voto que a fundamentam (TC nº 010.632/96-4), referente à auditoria operacional realizada no Sistema de Telecomunicações Brasileiro.

A documentação em análise foi recebida, em 23 de abril de 1997, no Senado Federal, onde foi protocolizada como Diversos nº 23, de 1997, sendo encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle em 1º-3-1999. Em 19-5-2000, a matéria foi devolvida pelo relator, Senador Carlos Wilson, com minuta de parecer devidamente assinada, estando em condições de ser incluída em pauta. Em 18-4-2001, a matéria foi redistribuída em razão de o relator, Senador Carlos Wilson, não mais pertencer aos quadros desta Comissão, sendo encaminhada ao Senador Luiz Otávio, em 30-1-2001.

I.2 – Análise da Matéria

De forma genérica, o conhecimento do conteúdo do processado tornou-se extemporâneo, em virtude da superveniente edição da Lei Geral de Telecomunicações – LGT (Lei nº 9.472, de 16-7-97).

Entretanto, vale comentar algumas das principais observações e preocupações do Tribunal de Contas, bem como algumas de suas decisões.

O relatório contém essencialmente as seguintes análises:

a) análise do desempenho do Sistema Telebrás, nos aspectos relativos à qualidade dos serviços prestados, ao nível de satisfação dos usuários, à questão tarifária, inclusive no contexto mundial, à análise econômico-financeira, ao atendimento da demanda, à implantação da reforma do setor de telecomunicações, em comparação com o ocorrido em outros países;

b) análise da reforma do setor no que tange ao marco regulatório, incluindo o Edital de Concessão, bem como o Projeto de Lei Geral de Telecomunicações, que trata do modelo de privatização concebido para o referido setor;

c) auditorias operacionais regionais realizadas pelas equipes das Secretarias de Controle Externo; as entidades auditadas foram o Ministério das Comunicações, a TELEBRÁS, a Telebrasil, a Embra tel, a Telesp, a Telesc, a Telecel e a Telecel.

Quanto à análise do desempenho, o TCU, ao analisar o período de 1990 a 1995, chegou às seguintes conclusões:

a) a STB vinha, periodicamente, reduzindo os empréstimos contraídos com terceiros em relação ao capital próprio investido. Tal situação aponta no sentido de que a empresa possui, aparentemente, solidez. Do ponto de vista do lucro, o TCU recomenda que poderia ser vantajoso para a empresa trabalhar com uma parcela maior de capital de terceiros, desde que o retorno com a aplicação desse capital fosse maior que os encargos pagos pela obtenção do mesmo;

b) a conta “Imobilizado” consumia a maior parcela das aplicações de recursos e financia seu Ativo Circulante com capitais de terceiro, o que parece adequado na visão do TCU;

c) a empresa possuía Capital Circulante Líquido (Ativo Circulante menos Passivo Circulante) próximo de zero, indicando que a mesma não possui folga financeira. Segundo o TCU é admissível que a Telebrás, que se encontra em processo de expansão de sua planta telefônica, possa ter o CCL nesse patamar, desde que os retornos dos investimentos sejam suficientes para atender a demanda das dívidas de longo prazo contraídas;

d) a Telebrás não possuía boa liquidez, apesar da sensível melhora em 1995, em relação a 1990, com aumento de 88% em sua liquidez corrente, exis-

tindo uma tendência de folga financeira, a partir de 1996;

e) O Sistema Telebrás possuía reduzido endividamento e sua rentabilidade tenderia a melhorar em 1996 em função dos reajustes de tarifas ocorridos a partir de 1995.

Segundo o TCU, o setor de telecomunicações foi dos menos prejudicados com a redução dos investimentos públicos, nas décadas de 1980 e 1990. Os investimentos no setor atingiram seu ápice em 1976, com o nível de 1,08% do PIB. Em 1995 os investimentos foram da ordem de 0,65% do PIB. O Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal — PASTE, do Ministério das Comunicações estimou montante de R\$75 bilhões para ser investido no período de 1995 a 2003, com recursos públicos e privados.

Sobre a plataforma de telecomunicações, pelo relatório, constata-se que os terminais convencionais instalados cresceram 10,6% em 1995, tendo atingido níveis baixos de crescimento em 1981 (5,7%), 1985 (4,5%), 1986 (4,9%), 1990 (5%), 1991 (5,15%), 1993 e 1994 (6,6%). A densidade telefônica no Brasil é de pouco mais de 10 terminais instalados por 100 habitantes. Segundo o TCU, o Governo, ao não autorizar reajustes tarifários condizentes com a inflação, impediu que o Sistema Telebrás crescesse a taxas mais elevadas. Assim, apesar do crescimento da densidade telefônica, a posição brasileira ainda é bem inferior a de vários outros países.

Quanto às tarifas, o relatório apontou para uma imensa defasagem tarifária, de tal forma que, em fevereiro de 1996, a assinatura básica residencial, o pulso local e o minuto do interurbano corresponderiam, respectivamente, a 22,9%, 28,2% e 8,6% dos valores praticados em dezembro de 1975. Se fosse tomada do para comparação o mês de dezembro de 1995, antes, portanto, do último reajuste tarifário, esses percentuais seriam de 3,9%, 16% e 7,4% dos valores praticados em 1975.

Ainda com relação às tarifas, o relatório do TCU avalia que, em comparação com outros países, o Brasil possuía, em 1995, o valor mais elevado de ingresso, enquanto para uso do canal (valor pago por minuto pelo assinante) o Brasil pratica os valores mais baixos. Quando se calcula uma cesta de tarifas (habilitação, valor anual da assinatura e uma média de 2.160 de uso de canal, ou seja, seis minutos por dia), o Brasil apresentava uma das cestas de valor mais baixo. Entretanto, comparando-se esse custo com a renda da população, o impacto desses gastos na renda é

mais significativo aqui do que na maioria dos países analisados.

O relatório torna-se intempestivo no que se refere à análise do modelo de privatização adotado no Brasil, principalmente, porque à época da análise, o modelo ainda não estava totalmente elaborado. Porém, algumas de suas observações merecem ser comentadas.

Segundo o TCU, a decisão para a reforma do setor e consequente privatização não se resume apenas na necessidade de aumento dos investimentos, sim, na mudança da forma de atuação do Estado, que passa a ter outra forma de relacionamento, passando a agir como agente regulador e fiscalizador junto à iniciativa privada. Nesse sentido, o TCU sugere que o PASTE contemple metas mais ambiciosas. Porém, não se depreende do relatório se o PASTE já levava em conta a privatização do setor.

A “Lei Mínima”, Lei nº 9.295/96, juntamente com o Decreto nº 2.056/96 de ram respaldo legal à exploração do Sistema Móvel de Celular, permitindo a abertura do edital e concorrência para a outorga da concessão para exploração em regime de competição. O TCU analisou a minuta do Edital de Licitação, em atenção ao Programa de Auditoria aprovado pelo Exmo. Sr. Ministro Relator, Fernando Gonçalves.

Segundo o TCU, o Ministério das Comunicações informou que a definição das 10 áreas de concessão, que constavam da referida Minuta, obedeceu a premissas tais como a continuidade geográfica; a atratividade econômica; a maior diversidade possível de prestadoras de serviços, sem prejuízo da justa competição e da atratividade do negócio; o fato de que a relação entre a potencialidade econômica da área mais atrativa não deveria ser excessivamente maior que a potencialidade econômica da área menos atrativa, etc. O TCU considerou bastante razoáveis os indicadores utilizados (renda **per capita**, população, número de telefones fixos e área) na definição das áreas.

O TCU revelou preocupação quanto o prazo de renovação da concessão, estipulado em 15 anos, sendo necessário o pagamento de um novo valor pelo direito de exploração dos serviços e pelo uso de rádio frequências associadas. Segundo o TCU, o fato de não haver critérios previamente definidos para a fixação desse valor acarreta incertezas junto às empresas e sugere que a prévia fixação seria benéfica ao processo, em termos de segurança e transparência, inclusive para fins de controle e acompanhamento pelo próprio Tribunal de Contas. Porém, o TCU não

fez contar em suas decisões nenhum item que se nascesse essa preocupação.

Outra preocupação do TCU era quanto ao tempo em que seria aprovada a Lei Geral das Telecomunicações, pois, no caso das estatais não terem se adequado ao novo cenário em igualdade de condições com as concorrentes, poderão elas vir sofrer expressiva desvalorização patrimonial, o que faria com que o Governo não conseguisse um bom preço de venda por empresas durante a privatização. Essa preocupação parece que foi desfeita, felizmente, com aprovação da LGT (Lei nº 9.472, de 16-7-97), três meses após o relatório ter sido concluído e encaminhado ao Congresso Nacional. Apesar dessa preocupação, o TCU não incluiu no rol de suas decisões nenhum item sobre esse assunto.

O TCU não considerou adequado o uso dos indicadores da definição de área na fixação do valor mínimo de outorga. Considera, por exemplo, que a questão da proporção de demanda já atendida em cada área não está sendo considerada na definição do preço mínimo e atribui os problemas suscitados à maior preocupação com a velocidade a ser impressa ao processo de reestruturação do setor do que a realização de uma abordagem abrangente e sistêmica do mesmo, o que demandaria maior prazo. Assim como nos demais casos, citados acima, não existe nenhuma decisão do TCU que aborde esse tema.

De acordo com o TCU, o fato de uma proponente, mesmo tendo sido habilitada e logrando sua proposta em 1º lugar dentre as classificadas, poder ser desclassificada, conforme consta da Minuta de Edital, é ilegal.

Quanto às tarifas, o TCU acredita que seria mais oportuno e justo que a questão sobre o repasse dos ganhos de produtividade às tarifas fosse tratada não

como mera possibilidade, conforme a Minuta, mas, antes como obrigação. Atualmente, após a aprovação da LGT, o aparato regulatório procurou evitar a prática de ações anticompetitivas por parte das incumbentes, criou e definiu o papel da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e os princípios do novo modelo tarifário. Deve-se registrar que os vencedores das licitações dos operadores das Bandas A e B assumiram compromissos tarifários e metas de expansão dos serviços. A LGT estabeleceu para a Anatel papel de complementaridade na aplicação da Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 8.884/94), em conjunto com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, no setor de telecomunicações.

O TCU manifestou-se contrário que as regras para transferência fossem estabelecidas em portaria, acreditando que o decreto seria o instrumento apropriado. No entanto, não constou de suas decisões nada a esse respeito. Atualmente, por força da LGT, a Anatel tem atribuição de definir as condições e julgar as infrações a esse respeito.

A preocupação por parte do TCU quanto à universalização dos serviços, após a privatização, pode ser, atualmente, sanada, no caso da telefonia fixa, por meio de uma avaliação do desempenho do atual Plano Geral de Metas para Universalização (PGMU), que define as obrigações das concessionárias para a expansão da oferta de acessos individuais em serviço e de acessos coletivos, além de fixar objetivos específicos de atendimento à demanda de zonas rurais, deficientes físicos, hospitais e escolas. As metas são fixadas nos contratos e devem ser cumpridas anualmente e seu prazo final é 31-12-2005, quando vencem os contratos de concessão. Sugere-se que o TCU avalie, juntamente com a ANA, o cumprimento dessas metas.

No que se refere às Auditorias Regionais, as decisões no âmbito da Teleacre e da Teleceará se referem mais a sugestões muitas vezes dentro do aspecto organizacional, econômico e estrutural (sistema de custos, sistema de contabilidade, sistema de controle interno, etc.):

a) à Teleacre o TCU decidiu que examine a possibilidade de realizar estudos sobre a atual situação na área de redes; realizar estudos de demanda e de tráfego das centrais; estabelecer ações visando o atendimento telefônico às localidades rurais; implantar com urgência seu sistema de contabilização e apropriação de custos; adotar medidas no tocante à reestruturação e mudança de cultura organizacional, dentro do novo contexto qualitativo das Telecomunicações; realizar estudos, quando da implantação do seu sistema de custos, para a racionalização dos custos e identificação de novas receitas; pleitear junto à Telebrás aumento no seu limite de investimento, pautado nas reais condições de implementação da empresa; informatizar sua estrutura organizacional; implantar sistema de controles internos nos seus diversos setores, de modo a agilizar suas ações; solicitar junto à "Holding" pessoal técnico qualificado, na área de rede externa, comutação, energia/transmissão e implantação, pois conta apenas com o total de 15 técnicos e 7 engenheiros (lotados na Administração) para atender a todo o Estado;

b) à Teleceará, o TCU decidiu que examine a possibilidade de adoção de medidas para sanear os seguintes fatos:

– inexistência de dados quantitativos e qualitativos que expressem com exatidão a real demanda por serviços de telefonia, notadamente de telefonia móvel celular no interior e da telefonia fixa para todo o Estado do Ceará;

– expressivo volume de recursos em inadimplência, bem como constantes da chamada Lista Negra, mormente na telefonia celular e na locação;

– elevadas taxas de congestionamento no Sistema Móvel Celular da Capital;

– deficiência na comunicação existente entre os Departamentos da Diretoria de Engenharia, e as Divisões do Departamento de Planejamento Operacional, particularmente a Divisão de Tráfego, acarretando a elaboração de relatórios de tráfego que não retratam a realidade;

Quanto à Telesc, o TCU determinou à essa empresa:

a) que envie a este Tribunal os preços unitários dos equipamentos, tanto os praticados por ocasião do contrato principal quanto os dos aditivos assinados com inexigibilidade de licitação, relativamente aos contratos com as empresas Ericsson (Contrato nº 37/95), Equitel (Contrato nº 86/95) e Sesa (Contrato nº 310/94), bem com as respectivas datas dos contratos/aditivos;

b) que examine a possibilidade de implementar uma base de dados que possibilite a completa análise da demanda e da situação de tráfego por localidade, bem como dos custos dos serviços oferecidos, com o objetivo de que a empresa disponha de relatórios técnicos suficientes para embasar os seus investimentos futuros;

No âmbito da Telesc, o TCU decidiu também determinar à Secretaria de Controle Interno do Ministério das Comunicações que:

a) efetue, nas prestações de contas da Telesc referentes aos exercícios de 1996 e 1997, uma avaliação minuciosa quanto à efetiva atuação do setor de Auditoria Interna da Telesc, em especial quanto à:

– quantidade e, principalmente, à qualidade dos trabalhos;

– quantidade e materialidade das falhas encontradas, em contraste com aquelas apontadas normalmente pela Ciset/MC e por este Tribunal;

– atuação do setor no sentido de que a Telesc implemente as determinações dos órgãos de controle;

– existência, no setor, de bases de dados que permitam avaliar a eficácia, eficiência e economicidade de todos os atos de gestão da empresa, ou, inexistindo tal base de dados, ao conhecimento, pelo setor, quanto à localização de tais dados; e

b) verifique o cumprimento das determinações e recomendações ora formuladas pelo Tribunal à Telebrás e as suas subsidiárias auditadas.

No que se refere às Auditorias Regionais, não constasse processo se as determinações do TCU foram cumpridas pelos órgãos envolvidos.

Considerando que o modelo do setor de telecomunicações já está em funcionamento, que o aparato legal já foi formulado, que o setor passou por profundas transformações no período recente, que o processo de privatização já foi praticamente concluído, caberia um estudo do TCU comparando a situação anterior com a do momento atual. O estudo também poderia verificar se as empresas estão cumprindo metas estabelecidas nos contratos, como base nos Planos governamentais para o setor, como, por exemplo, o Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU) e Plano Geral de Metas e Qualidade (PGMQ), criado pela Resolução nº 30 da Anatel.

II – Voto do Relator

Ante o exposto, opinamos por que a Comissão de Fiscalização e Controle:

– tome conhecimento do teor da Decisão nº 188/2001, do Tribunal de Contas da União, sobre Auditoria Operacional no Sistema de Telecomunicações Brasileiro; e

– delibere pela solicitação ao TCU:

a) de estudo comparativo entre o Sistema de Telecomunicações anterior e o atual, principalmente na ótica do consumidor (número de terminais, acesso ao produto, qualidade do serviço, etc.);

b) verificação sobre o cumprimento das metas contidas nos contratos de concessão, que tomam como base o Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU) e o Plano Geral de Metas e Qualidade (PGMQ).

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator – **Antônio Carlos Júnior** – **Freitas Neto** – **Wellington Roberto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Valmir Amaral** – **Geraldo Althoff** – **Eduardo Suplicy**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994

Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.

.....

LEI Nº 9.295, DE 19 DE JULHO DE 1996

Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências.

.....

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

.....

DECRETO Nº 2.056,
DE 4 DE NOVEMBRO DE 1996

Aprova o Regulamento do Serviço Móvel Celular.

.....

PARECER Nº 779, DE 2001

Da Comissão de Controle, sobre o Aviso nº 35, de 1999 (nº 1.031/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 684/99, referente ao Pedido de Reexame interposto pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Relator: Ad Hoc: Senador Valmir Amaral

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 35-SGS-TCU, de 7 de outubro de 1999, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU encaminha ao SENADO FEDERAL cópia da Decisão nº 684/99, referente ao Pedido de Reexame interposto pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, concernente à Decisão nº 446/98.

Os documentos sob apreciação foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal apenas para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

O aviso foi recebido no Senado, em 7 de outubro de 1999, e encaminhado a esta Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, em 14 de outubro de 1999.

I.2 – Análise da Matéria

O pedido de reexame foi interposto, visando dar cumprimento parcial à Decisão nº 446/98, exarada a partir de relatório de auditoria operacional realizada pela 7ª Secretaria de Controle Externo - 7ª SECEX, na SUSEP. Entre as determinações expedidas a esta entidade constava a alínea **e** do item 8.1, *in verbis*:

“**e**) suspenda a prática de conceder empréstimo sem base legal, em especial às massas liquidandas sob sua administração, cuja situação econômico-financeira não permita o adimplemento futuro da obrigação assumida.”

O Tribunal, após análise do Recurso, prolatou a Decisão nº 684/99, acolhendo o pleito interposto pela SUSEP, nos seguintes termos:

“8.1 - conhecer do pedido de reexame interposto pelo recorrente em epígrafe contra a Decisão nº 446/98-Plenário, com fulcro no artigo 48 da Lei nº 8.443/92, c/c o parágrafo único do artigo 32 e artigo 33, ambos da mesma lei, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito a determinação do constante da alínea **e** do item 8.1 do referido **decisum**;

8.2 - para fins de ciência, determinar a remessa de cópia da presente decisão, bem do relatório e voto que a fundamentam:

a) ao recorrente;

b) aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.”

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos porque seja dado conhecimento do feito a este Colegiado e porque se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. – Presidente, **Ney Suassuna** – Relator (**ad hoc**) – **Valmir**

Amaral – Luiz Otávio – Geraldo Althoff – Wellington Roberto – Alberto Silva – Juvêncio da Fonseca – Freitas Neto – Antônio Carlos Júnior – Eduardo Suplicy.

PARECER Nº 780, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 41, de 1999, do Presidente desta Comissão, nº 103/98, na origem), que trata de consulta ao Tribunal de Contas da União, em atendimento a requerimento do Senador Júlio Campos, referente à licitude de negociação entre o Governo do Estado de Mato Grosso e a Telemat, para antecipação de pagamento de ICMS devido, bem como sobre a existência de decisão do TCU que se aplique, por analogia, à hipótese, e, ainda, quais os procedimentos que regulam a questão.

Relator “Ad Hoc”: Senador Alberto Silva

I – Relatório

O processado anexo contém dois expedientes que versam sobre o mesmo assunto.

No primeiro (cópia do Ofício nº 103, de 2-4-98), fls. 1/2, esta Comissão de Fiscalização e Controle, em atendimento a pedido do Senador Júlio Campos, informa ao Tribunal de Contas da União que “O Governo de Mato Grosso, tendo formalizado acordo com a Telemat, teria antecipado o pagamento do ICMS, a ser descontado em parcelas, dos pagamentos devidos desse imposto. Estaria, ainda, negociando novo acordo com o citado organismo, com vistas a viabilizar outra antecipação”.

Com base nessa informação, ao Tribunal de Contas sobre os seguintes aspectos:

“1 _ É lícito que o Governo de Mato Grosso formalize antecipação de ICMS para recebimento de recursos financeiros, os quais acresceriam o endividamento do Estado sem os competentes pareceres do Banco Central do Brasil e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e sem a aprovação plenária do Senado Federal para cada uma desses casos?

2 _ A recente decisão desse Tribunal, em resposta à indicação formulada no Ofício nº 17/98, de 11-2-98, pelo Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, sobre a concessão de créditos por instituições financeiras oficiais federais, especialmente pelo

BNDES, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de antecipar receitas provenientes do processo de privatização de suas empresas também se aplica, por analogia, aos procedimentos acima relatados, adotados pelo Governo de Mato Grosso e cria jurisprudência sobre a matéria?”

Sobre esse primeiro expediente, consta do documento de fls. 5, que o Tribunal de Contas não tomou conhecimento da consulta, por versar esta sobre caso concreto, isto é, se refere especificamente a acordo formalizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso com a Telemat, e por não ser da competência do TCU o exame da forma pela qual os Estados arrecadam seus impostos.

No segundo expediente (cópia da Carta de 3-8-98), fls. 4, os Senadores Júlio Campos, Carlos Bezerra e Jonas Pinheiro encaminham ao Tribunal de Contas da União, para instauração de procedimento especial de fiscalização, cópia endereçada ao Ministro da Fazenda, relatando a realização de operações de crédito irregulares pelo Governo de Mato Grosso.

A respeito dessa carta, o Tribunal, conforme Despacho fls. 9/12, adotou as seguintes providências:

a) solicitar ao Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas do Mato Grosso informações relativas ao tratamento dispensado à correspondência firmada pelos Senhores Senadores, no que se refere aos procedimentos de apuração porventura adotados;

b) solicitar ao Banco Central do Brasil informação sobre a existência, naquele âmbito, de pedidos de recursos de alguma instituição financeira, em favor do Estado de Mato Grosso, que envolva adiantamento de receita orçamentária;

c) determinar o encaminhamento de cópia de tal Despacho a algumas autoridades, dentre elas o Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal. E é exatamente em cumprimento a essa determinação que o titular da Secretaria de Controle Externo do TCU, no Estado de Mato Grosso, se dirige ao Senado Federal, pelo Ofício nº 189, de 7-4-99, (fls. 8), encaminhando, para conhecimento, o teor do despacho supramencionado.

II – Parecer

De tudo quanto foi exposto, verifica-se que, na hipótese vertente, não há nenhuma providência a ser tomada no âmbito do Senado Federal, até porque a matéria veio a esta Casa Legislativa apenas para co-

nhecimento, como bem esclarecido no ofício acima referenciado.

Assim sendo, o parecer é no sentido de que se tome conhecimento da comunicação e, a seguir, proceda-se ao seu arquivamento.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Alberto Silva (ad hoc)**, Relator – **Luiz Otávio** – **Geraldo Althoff** – **Wellington Roberto** – **Valmir Amaral** – **Juvêncio da Fonseca** – **Freitas Neto** – **Antônio Carlos Júnior** – **Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 781, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 6, de 2000 (nº 1.579/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 930/99, referente ao Plano de Auditorias para o primeiro semestre do exercício de 2000.

Relator **ad hoc**: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 1.579-SGS-TCU, de 16 de dezembro de 1999, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU encaminha ao SENADO FEDERAL cópia da Decisão nº 930/99, referente ao Plano de Auditorias do 1º semestre do exercício de 2000.

O documento sob apreciação foi encaminhado pelo TCU ao Senado Federal apenas para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

O aviso foi recebido no Senado, em 1º de fevereiro de 2000, e encaminhado a esta Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, em 23 de fevereiro de 2000.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos porque seja dado conhecimento do feito a este Colegiado e porque se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. – Presidente; **Ney Suassuna**; Relator (**ad hoc**); **Juvêncio**

da Fonseca; Luiz Otávio; Geraldo Althoff; Wellington Roberto; Alberto Silva, Valmir Amaral, Freitas Neto, Antonio Carlos Júnior.

PARECER Nº 782, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 10, de 2000 (nº 71/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia das Decisões nºs 20 e 21/2000, referentes a auditorias realizadas no Fundo de Marinha Mercante e na Prefeitura Municipal de Salvador.

Relator: Senador **Antônio Carlos Júnior**

I – Relatório

I.1. Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 71-SGS-TCU, de 27 de janeiro de 2000, mediante o qual o TCU – Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal cópia das Decisões nºs 20 e 21/2000, aprovadas pelo Plenário daquela Instituição, referentes a Auditorias realizadas no Fundo de Marinha Mercante e na Prefeitura Municipal de Salvador.

Os documentos em comento foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal apenas para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

A Auditoria na Coordenação-Geral do Fundo de Marinha Mercante foi realizada pela Secretaria de Controle Externo – SECEX/RJ, no período de 24 a 29-11-96, em cumprimento à Decisão nº 624/96-TCU, que determinou, por ocasião da instrução das contas ordinárias da Unidade referentes a 1995, o contrato resultante da TP nº 1/95 – prestação de serviços de vigilância ostensiva.

A Auditoria na Prefeitura Municipal de Salvador foi realizada pela SECEX/BA, com o objetivo de examinar o projeto denominado “Transporte Moderno de Salvador”, em cumprimento à Decisão nº 397/95-Plenário.

O Aviso em análise foi recebido neste Senado Federal em 1º de fevereiro de 2000, onde foi protocolado como Aviso nº 10, de 2000, e encaminhado à Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, em 23 de fevereiro de 2000.

I.2. Análise da Matéria

Decisão nº 20/2000

A Auditoria na Coordenação-Geral do Fundo de Marinha Mercante constatou que as alegações apresentadas pelo responsável pela TP nº 1/95, referente

à prestação de serviços de vigilância ostensiva, eliminando as irregularidades apontadas, visto que:

a) o Termo Aditivo do Contrato nº 2/96 não importou qualquer majoração dos valores pagos;

b) a alteração do número de vigilantes contratados tem respaldo legal, tendo-se mantido constante o total de horas trabalhadas;

c) as informações demandadas pelo edital de licitação fornecem os subsídios necessários para a escolha da proposta mais vantajosa para a Entidade; e

d) a falta do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários configura apenas falha formal.

O Ministério Público, depois de analisar os pontos levantados pela Unidade Técnica, discordou da segunda conclusão, considerando que a inconformidade do Contrato nº 2/96 com os termos do Edital de Tomada de Preços nº 1/96 e da proposta a que se vincula configura um descumprimento do art. 54, § 2º, da Lei nº 8.666/93, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443/92.

O relator da matéria considerou, no entanto, que a inexistência de dolo, má-fé e dano ao erário afastavam a hipótese de aplicação de multa. Portanto, acompanhou o parecer da Unidade Técnica, no que foi seguido pelo Plenário da Corte de Contas.

Decisão nº 21/2000

A Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Salvador, a propósito do Projeto “Transporte Moderno de Salvador”, constatou que:

a) foram aplicados recursos repassados por meio dos convênios Portaria nº 93/1385/GM/MBES e Portaria nº 393/93-7-MIR no pagamento de serviços executados com base em contrato com prazo de vigência esgotado; e

b) foi apropriada parcela dos rendimentos da aplicação financeira dos recursos repassados no convênio Portaria nº 393/93-7-MIR em contrapartida da Prefeitura na execução das obras conveniadas.

Sobre a defesa do responsável pela execução do projeto, a Analista da SECEX/BA concluiu que a irregularidade descrita na alínea **(a)** pode ser considerada meramente formal, sempre juízo ao Erário, e que a irregularidade descrita na alínea **(b)** não configurou apropriação de recursos federais pela Prefeitura a título de contrapartida.

O Ministro-Relator da matéria considerou que a celebração do Termo Aditivo ao contrato original não teve respaldo legal, porquanto esse contrato já havia expirado sua vigência máxima, de cinco anos, não ha-

vendo, pois, prazo a prorrogar. O procedimento correto teria sido a formalização de novo contrato à época, precedido do competente processo licitatório. No entanto, por considerar que a obra já estava concluída e que o responsável pela celebração dos contratos não foi instado a se pronunciar nos autos, entendeu de aconselhável perseguir o intuito de apenas esse administrador. Propôs, assim, o acatamento das justificativas apresentadas pela ex-prefeita de Salvador, Sra. Lídice da Mata e Souza, e o arquivamento dos autos, procedimentos que foram aprovados pelo Plenário.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo arquivamento do processo.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. – Presidente, **Ney Suassuana**; Relator, **Antônio Carlos Júnior – Geraldo Althoff – Freitas Neto – Wellington Roberto – Eduardo Suplicy – Valmir Amaral – Juvêncio da Fonseca – Luiz Otávio**.

PARECER Nº 783, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 107, de 2000 (nº 3.454/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 465/2000, do Plenário daquela Instituição, referente à auditoria realizada no Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro — SESC/ARRJ.

Relator ad hoc: Senador Freitas Neto

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 3.454-SGS-TCU, de 9-6-2000, mediante o qual o TCU – Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 465/2000, adotada pelo Plenário daquela Instituição, referente à auditoria realizada no Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro – abrangendo o período de janeiro a maio de 1999, nas áreas de contratos, convênios, acordos, ajustes e licitações, conforme Plano de Auditoria aprovado para o primeiro semestre daquele ano.

Os documentos sob apreciação foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

A auditoria foi realizada pela SECEX/RJ – Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro –, em 1999, que detectou as seguintes irregularidades, dentre outras:

a) parcelamento de despesas, evitando a modalidade adequada de licitação na compra de hipoclorito de sódio, material odontológico e móveis;

b) ausência das características e elementos identificadores dos convênios vigentes;

c) ausência dos requisitos essenciais e das características jurídicas próprias para o pacto comercial firmado entre o SESC/ARRJ e a Fundação Padre Leonel Franca, em 7-4-1999.

O Aviso foi recebido no Senado, em 19 de junho de 2000, e encaminhado a esta Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, em 9-8-2000.

I.2 – Análise da Matéria

Em razão das improbidades detectadas pela auditoria, o Tribunal decidiu fixar o prazo de 15 dias para que os gestores do SESC/ARRJ adotassem as providências necessárias ao fiel cumprimento da lei, relativamente à:

a) rescisão do contrato com a empresa Brasforte Vigilância e Segurança Ltda., firmado sem o devido processo licitatório;

b) anulação do contrato firmado com a sociedade civil Barreto e Vilhena Advogados Associados, em virtude de contrariar o princípio da legalidade;

c) anulação do contrato firmado com a empresa Planejamento de Engenharia Ltda., tendo em vista que a referida empresa vem desempenhando, nos processos licitatórios internos, tarefas afetas à Comissão de Licitação e a outras áreas administrativas da entidade.

Também resolveu determinar à entidade que:

a) abstenha-se de parcelar despesas;

b) elabore norma interna específica para a formalização de convênios, acordos e ajustes;

c) adote imediatas providências objetivando a regularização dos convênios firmados com a Fundação Padre Leonel Franca e com o SENAC/ARRJ e com a Fundação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista que a matéria que não exige nenhuma providência adicional des-

ta Comissão do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos porque seja dado conhecimento do feito a este Colegiado e porque se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. – Presidente, **Ney Suassuna**; Relator (*ad hoc*), **Freitas Neto** – **Luiz Otávio** – **Geraldo Althoff** – **Wellington Roberto** – **Alberto Silva** – **Valmir Amaral** – **Juvêncio da Fonseca** – **Antônio Carlos Júnior**.

PARECER Nº 784, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 154, de 2000 (nº 5.287-SGS-TCU, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 265/2000, referente ao Relatório de Auditoria realizada no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná — UFPR.

I – Relatório

• Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 5.287-SGS-TCU, de 23 de agosto de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União — TCU, encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 265/2000, referente ao Relatório de Auditoria realizada no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Os documentos sob apreciação foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal apenas para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo adotado ultimamente por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

O Aviso foi recebido no Senado em 1º de setembro de 2000 e encaminhado a esta Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, em 5 de setembro de 2000.

• Análise da Matéria

A auditoria registra a ocorrência de irregularidades na área de licitações. Foi realizado processo licitatório com a finalidade de contratar empresa de prestação de serviços de manutenção predial, sendo que o objeto foi adjudicado à empresa que cotou o 20 menor preço do certame.

Após a realização de audiência dos responsáveis, restou evidenciado que não cabia a desclassificação da empresa que cotou o menor preço e, portanto, foram rejeitadas as alegações de defesa. Desse modo, os Ministros do Tribunal acordaram aplicar ao Sr. Antônio Carlos Ligocki Campos, Diretor-Geral

do Hospital de Clínicas da UFPR, a multa prevista no art. 58, inciso III, da Lei nº 8.443/92, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

O Tribunal, por intermédio da Primeira Câmara, diante razões expostas pelo Relator, prolatou a Decisão nº 265/2000, cujos excertos mais importantes são a seguir transcritos:

"8.1 - rejeitar as justificativas apresentadas pelos responsáveis, Srs. Antônio Carlos Ligocki Campos e Mitsuru Miyaki, tendo em vista que não lograram elidir as falhas e/ou irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria;

8.2 - determinar ao Hospital de Clínicas:

8.2.1 - a realização de novo procedimento licitatório para a contratação de empresa de prestação de serviços de manutenção predial a que se refere o Processo nº 23075.39351/97-57, tão logo o contrato e possíveis termos aditivos relacionados tenham seu prazo de vigência expirados;

8.2.2 - o cumprimento das disposições contidas na Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 8.883/94 e a Lei nº 9.648/98, quando da aquisição de bens e serviços."

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos porque seja dado conhecimento do feito a este Colegiado e porque se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. – Presidente, **Ney Suassuna** – Relator (**ad hoc**), **Freitas Neto** – **Luiz Otávio** – **Geraldo Althoff** – **Wellington Roberto** – **Alberto Silva** – **Valmir Amaral** – **Juvêncio da Fonseca** – **Antônio Carlos Júnior**.

PARECER Nº 785, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 191, de 2000 (nº 6.490/200, na origem do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 800/2000, referente à Auditoria realizada no Governo do Estado de Roraima.

Relator: **ad hoc Geraldo Althoff**

I - Relatório

• Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 6.490-SGS-TCU, de 29 de setembro de

2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União-TCU, encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 800/2000, adotada pelo Plenário da que a Instituição, referente à Auditoria realizada no Projeto de Irrigação Passarão, em Boa Vista, executado pelo Governo do Estado de Roraima.

A Decisão em comento foi encaminhada pelo TCU ao Senado Federal, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição, de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

• Decisão do TCU

O Tribunal Pleno do TCU, reunido em sessão Plenária,, ante as razões expostas pelo Relator, adotou a Decisão nº 800/2000, que, resumidamente, transcrevemos a seguir:

"1) que se diligencie ao Departamento de Projetos e Obras Hídricas do Ministério da Integração Nacional para solicitar informações atualizadas sobre a análise da prestação de contas, tendo em vista que o contrato celebrado pelo ente executor tem objeto distinto do avençado no convênio; que o projeto técnico também está sendo alterado sem a prévia autorização do concedente; que há indícios de irregularidades na aplicação dos recursos repassados, já que parte dos serviços atestados e pagos em setembro/1999 não foi realizada;

2) que se promova a audiência prévia do diretor de obras, responsável pelo atestado nas medições, e do Governador do Estado de Roraima, ordenador da despesa, para que apresentem justificativas para o atesto e pagamento dos fornecimentos e serviços, sem que os mesmos tenham sido executados;

3) que se informe ao Ministério da Integração Nacional e à Secretaria Federal de Controle Interno sobre as ocorrências detectadas, com a ressalva de que ainda não houve a manifestação definitiva sobre o assunto;

4) que seja dada ciência da deliberação adotada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional."

Deve-se ressaltar que, cumprindo determinação de recentes leis de diretrizes orçamentárias, as leis orçamentárias anuais têm contemplado dispositivos que vedam a execução orçamentária das dotações consignadas nos subtítulos relativos a obras e serviços cuja gestão possui irregularidades apontadas em processos já apreciados pelo TCU, até autorização em contrário da Comissão Mista de que trata o art. 166 da Constituição.

O subtítulo “20.607.0379.1836.0057 – CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM – PROJETO PASSARÃO NO ESTADO DE RORAIMA” consta da Lei Nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001 (Lei Orçamentária para 2001), como obra com indício de irregularidade grave.

Não consta dos autos deste processo se foram prestadas, pelos Órgãos/Entidades mencionadas, informações a respeito das providências adotadas para cumprir as determinações do TCU.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, e tendo em vista tratar-se matéria situada no âmbito das competências do TCU, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e que o processo seja remetido para arquivo.

Sala da Comissão, de 8 de agosto de 2001. – Presidente, **Ney Suassuna**; Relator (*ad hoc*), **Geraldo Althoff – Luiz Otávio – Freitas Neto – Wellington Roberto – Alberto Silva – Valmir Amaral – Juvenício da Fonseca – Antônio Carlos Júnior**.

PARECER Nº 786, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 10, de 2001 (nº 8.702/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 429/2000, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (6ª Região/MG) e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

I. 1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 8.702-SGS-TCU, de 6 de dezembro de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União - TCU - encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 429/2000, adotada pelo Plenário da Instituição, referente à Auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (6ª Região/MG) e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG, sobre a obra de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste - BR 482/MG.

A Decisão em comento foi encaminhada pelo TCU ao Senado Federal, seguindo o procedimento, que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição, de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

1.2. Decisão do TCU

O Tribunal Pleno do TCU, reunido em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, adotou a Decisão nº 429/2000, que, resumidamente,

transcrevemos a seguir:

a) conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, para fins de citação dos responsáveis pelo pagamento de serviços de pavimentação, previstos e não realizados, no âmbito do Contrato nº 22.065/98;

b) citação, como responsável solidária, a EGESA Engenharia S.A., na pessoa de seus diretores;

c) audiência dos responsáveis, no âmbito do DER/MG, nos termos da Lei nº 8.443/92, para que apresentem as justificativas para terem encaminhado ao DNER, a título de prestação de contas, documentos incompatíveis com o que foi realizado e pago no Contrato nº 22.065/98 e, também audiência sobre as razões para o encaminhamento, ao DNER, de “termo de aceitação da obra”, omissos quanto ao estágio de atingimento das metas pactuadas;

d) comunicação das irregularidades identificadas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, ao Ministro dos Transportes, à Secretaria Federal de Controle Interno e à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional.”

Deve-se ressaltar que, cumprindo determinação de recentes leis de diretrizes orçamentárias, as leis orçamentárias anuais têm contemplado dispositivos que vedam a execução orçamentária das dotações consignadas nos subtítulos relativos a obras e serviços cuja gestão possui irregularidades apontadas em processos já apreciados pelo TCU, até autorização em contrário da Comissão Mista de que trata o art. 166 da Constituição.

O subtítulo “26.782.0230.5704.0024 – CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR 482/MG - CONSELHEIRO LAFAIETE (BR-040) - PIRANGA - FERVEDOURO” consta da Lei Nº 10.17, de 5 de janeiro de 2001 (Lei Orçamentária para 2001), como obra com indício de irregularidade grave, cometida no âmbito do mencionado Contrato 22.065/98.

Não consta dos autos deste processo se foram prestadas, pelas Entidades mencionadas, informações a respeito das providências adotadas para cumprir as determinações do TCU.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, e tendo em vista tratar-se matéria situada no âmbito das competências do TCU, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e que o processo seja remetido para arquivo.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator – **Antônio Carlos Júnior** – **Freitas Neto** – **Wellington Roberto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Valmir Amaral** – **Geraldo Althoff** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 787, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 12, de 2001 (nº 8.766/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 466/2000, referente à auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral _ meeting

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

I.1. Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 8.766-SGS-TCU, de 7 de novembro de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU – encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 466/2000, adotada na Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, referente à auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral – MT.

Os documentos em comento foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Corte de enviar cópia de todos os julgamentos atinentes a auditorias a esta Casa.

A auditoria teve o objetivo de verificar as obras de construção do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral no Estado de Mato Grosso.

A documentação em análise foi recebida em 30 de janeiro de 2001, neste Senado Federal, onde foi protocolizada como Aviso nº 12, de 2001, e encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle, em 16 de fevereiro de 2001.

I.2. Análise da Matéria

O levantamento de auditoria no Tribunal Regional Eleitoral permitiu identificar os seguintes indícios de falhas e impropriedades: **a)** a quantidade de empregados registrados era incompatível com a quantidade de trabalhadores na obra de construção do edifício-sede; **b)** a inexistência de termo aditivo para demonstrar as alterações que ocorreram quanto à quantidade de muro e aumento do tamanho da cantina; e **c)** a sub-empregada sem formalização e sem a comprovação de que os trabalhadores foram contratados legalmente.

Os indícios de falhas e impropriedades apontadas foram saneados após as determinações efetuadas ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União decidiu arquivar os autos para posterior junta da às contas do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, referentes ao exercício de 2000.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. _ **Ney Suassuna**, Presidente _ **Juvêncio da Fonseca**, Relator _ **Antônio Carlos Júnior** – **Freitas Neto** – **Wellington Roberto** – **Luiz Otávio** – **Valmir Amaral**, **Geraldo Althoff** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 788, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 36, de 2001 (nº 162-SGS-TCU, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 59/2001, referente ao Relatório de Inspeção, realizada no Comando da 1ª Região Militar.

Relator: Senador **Geraldo Althoff**

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 162-SGS-TCU, de 14 de fevereiro de 2001, mediante o qual o Tribunal de Contas da União _ TCU, encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 59/2001, referente ao Relatório de Inspeção, realizada no Comando da 1ª Região Militar.

O documento sob apreciação foi encaminhado pelo TCU ao Senado Federal para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

A inspeção foi realizada pela 3ª, SECEX _ 3ª Secretaria de Controle Externo, visando elucidar denúncia de irregularidades ocorridas na Seção de Inativos e Pensionistas do Comando da 1ª Região Militar, relacionada a desvios de recursos financeiros oriundos de pensionistas civis ou militares já falecidos, sem sucessores, direcionados a suprir contas—correntes para esse fim.

O aviso foi recebido no Senado Federal, em 22 de fevereiro de 2001, e encaminhado a esta Comissão de Fiscalização e Controle _ CFC, em 5 de março de 2001.

I.2 – Análise da Matéria

Em razão da inspeção realizada e das irregularidades verificadas, o Tribunal decidiu:

“8.1 – ao Comando da 1ª Região Militar que, na concessão e pagamento de diárias, seja efetivamente cumprido o disposto no art. 6º do Decreto nº 343/91, alterado pelo Decreto nº 1.656, de 3-10-95, no inciso II do art. 22 do Decreto nº 825/93, no **caput** do art. 13 do Decreto nº 722/93 e no que tange aos processos de pagamento de diárias e de indenizações de transporte sejam devidamente autuados, protocolados e numerados;

8.2 – que seja comunicado ao denunciante, indicado no TC-007.896/1999-9 (juntado a estes autos), o inteiro teor da Decisão ora exarada, bem como, do relatório e do voto que a fundamentam;

8.3 – a juntada do presente processo à Tomada de Contas Especial, protocolada como TC – 013.153/2000-7, para exame em conjunto e em confronto.”

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos por que seja dado conhecimento do feito a este Colegiado e por que se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, – **Ney Suassuna, Presidente – Geraldo Althoff, Relator – Antônio Carlos Júnior _ Freitas Neto _ Wellington Roberto – Eduardo Suplicy – Valmir Amaral – Juvêncio da Fonseca _ Alberto Silva.**

PARECER Nº 789, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 64, de 2001 (nº 1.236-SGS-TCU, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 158/2001, referente à auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE.

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 1.236-SGS-TCU, de 28 de março de 2001, mediante o qual o Tribunal de Contas da União - TCU - encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 158/2001, adotada na Sessão Ordinária do Plenário, referente à auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE.

Os documentos em comento foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Corte de enviar cópia de todos os julgamentos atinentes a auditorias a esta Casa.

A auditoria teve o objetivo de conhecer os procedimentos na área de convênios, especialmente o de nº 1.770/94, firmado com o Fundo Nacional de Saúde – FNS, abrangendo o período de 1º de janeiro de 1996 a 27 de fevereiro de 1997.

A documentação em análise foi recebida em 18 de abril de 2001, neste Senado Federal, onde foi protocolizada como Aviso nº 64, de 2001, e encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle, em 24 de abril de 2001.

I.2. Análise da Matéria

Ao realizar auditoria na Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE na área de convênios, foram detectadas falhas na execução do Convênio nº 1.770/94, firmado em 25 de dezembro de 1994, com o Fundo Nacional da Saúde, por meio do qual foram repassados recursos no total de R\$12.187.255,22, tendo por objeto a execução do Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes de Risco Nutricional — PADEGRIN.

Foram realizadas audiências com os responsáveis e com os representantes legais das empresas fornecedoras, sendo que o TCU decidiu acolher as razões de justificativas dos Srs. Juraci Vieira de Magalhães, Petrônio de Vasconcelos Leitão, Regina Célia Alencar Ribeiro, Antônio Elbano Cambraia, José Humberto Bezerra Lima, Raimunda Edilva Lima Pinto

e dos representantes legais das empresas Nacional Comércio e Empreendimentos Ltda., Nutriu Nutrientes Industriais Ltda. e Tropical Trading Importação e Exportação Ltda., por terem elidido as irregularidades a eles atribuídas.

O TCU determinou, ainda, à Prefeitura Municipal de Fortaleza que, nas contratações de obras, bens e serviços, observe as cláusulas constantes nos editais de licitação e nos contratos firmados com as empresas, assim como o disposto no art. 65, inciso II, alínea c, da Lei nº 8.666/93, nos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64 e no art. 38 do Decreto nº 93.872/86.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. – Presidente: **Ney Suassuna**; Relator: **Juvêncio da Fonseca** – **Antônio Carlos Júnior** – **Freitas Neto** – **Wellington Roberto** – **Luiz Otávio** – **Valmir Amaral** – **Geraldo Althoff** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 790, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 80, de 2001 (nº 1.836/ 2001), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 245/2001, referente à Auditoria realizada no Projeto de Irrigação Luís Alves, localizado no Distrito de Luiz Alves, Município de São Miguel do Araguaia-GO – Implementado pelo Governo de Goiás.
Relator ad hoc: Senador Luiz Otávio

1 – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 1.836, de 28 de março de 2001, por meio do qual o Tribunal de Contas da União - TCU - encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 245/2001, adotada pelo Plenário daquela Instituição, referente à Auditoria realizada no Projeto de Irrigação Luís Alves, localizado no Distrito de Luiz Alves, Município de São Miguel do Araguaia-GO – Implementado pelo Governo de Goiás.

I.2. Decisão do TCU

O Tribunal Pleno do TCU, reunido em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, adotou a Decisão nº 245/2001, que, resumidamente, traz as seguintes recomendações:

a) à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, para o exercício da supervisão e fiscalização, bem como a regular manutenção documental, dos contratos relativos ao projeto de irrigação já mencionado;

b) ao Ibama, para o exame da possibilidade de adequar o seu escritório no Distrito de Luiz Alves às reais necessidades de fiscalização;

Além disso, a decisão sob exame determina seja dada ciência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente de que o cronograma de implantação do Projeto de Irrigação Luís Alves tem sofrido liberações não regulares de recursos financeiros.

Por fim, decidiu o Plenário daquela Corte de Contas sobre o arquivamento do processo.

Registramos que não constam da documentação enviada pelo Tribunal de Contas da União informações sobre o atendimento das recomendações presentes na Decisão nº 245/2001.

II – Voto do Relator

Após conhecimento desta Comissão, e tendo em vista que a decisão adotada tem conformidade com as competências do Tribunal de Contas da União, opinamos pela remessa do processado ao arquivo.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator (ad hoc) – **Geraldo Althoff** – **Freitas Neto** – **Wellington Roberto** – **Eduardo Suplicy** – **Valmir Amaral** – **Juvêncio da Fonseca** – **Antônio Carlos Júnior** – **Alberto Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2000, *que acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências*, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para o recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão deliberativa ordinária do dia 20 do corrente será dedicado a homenagear a Maçonaria brasileira pelo Dia do Ma-

com, de acordo com o Requerimento nº 363, de 2001, de minha autoria e de outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que *altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos*.

À matéria foi apresentada uma emenda.

O Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, retorna às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Serviços de Infra-Estrutura, para exame da emenda.

É a seguinte a emenda recebida:

Emenda (de plenário), oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, que altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

EMENDA Nº 1 _ PLEN

Suprima-se o inciso II do Art. 1º.

Justificação

A intenção da emenda apresentada é corrigir conflitos futuros entre a proposição ora em análise e o que já estabelece a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos), que em seu Art. 35, em particular no inciso V, define como competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos _ CNRH: "analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos..." (destacamos).

Aspecto fundamental diz respeito à ineficácia da proposta, em razão de sua inexeqüibilidade, particularmente diante das dificuldades de fiscalização decorrentes das dimensões continentais do País e da determinação da atividade "piscicultura em geral", com a justificativa de "proteção ao meio ambiente".

Ora, se a Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 é considerada pelos especialistas da área de recursos hídricos, se não a mais importante, certamente aquela que é a legislação base para a análise dos principais aspectos relativos aos Recursos Hídricos no País, nos parece um contra-senso que o legislativo aprove uma norma que venha a ferir dispositivo já previsto na lei.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. _ Senador **José Eduardo Dutra**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência recebe do Tribunal de Contas da União os seguintes Avisos:

– n.º 136, de 2001 (n.º 876/2001, na origem), de 25 de julho passado, encaminhando Relatório de suas Atividades, refere ao Exercício de 2000; e

– n.º 137, de 2001 (n.º 3.821/2001, na origem), de 25 de julho passado, encaminhando cópia do Acórdão n.º 180, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Projeto de Implantação de sistema de Transmissão na Companhia Energética do Piauí – CEPISA, na área de licitação (TC n.º 010.770/2000-7).

Os expedientes vão à Comissão de fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Pedro Ubirajara.

São lidos os seguintes

OF. Nº 206/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.150-41, de 27 de julho de 2001, que "Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências", ficando assim constituída:

TITULARES

Antonio Carlos Júnior
Bello Parga

SUPLENTE

Francelino Pereira
Freitas Neto

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 207/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.158-34, de 27 de julho de 2001, que "Alte-

ra a legislação das Contribuições para a Seguridade Social _ COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público _ PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências”, ficando assim constituída:

TITULARES

Mozarildo Cavalcanti
Waldeck Ornelas

SUPLENTES

José Coelho
Maria do Carmo Alves

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 208/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.159-69, de 27 de julho de 2001, que “Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências”, ficando assim constituída:

TITULARES

Francelino Pereira
Campos
Bernardo Cabral

SUPLENTES

Eduardo Siqueira
Hugo Napoleão

Atenciosamente, **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 209/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.162-71, de 26 de julho de 2001, que “Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional _ NTN, destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências”, ficando assim constituída:

TITULARES

Bello Parga
Paulo Souto

SUPLENTES

Freitas Neto
Francelino Pereira

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 210/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.163-40, de 26 de julho de 2001, que

“Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”, ficando assim constituída:

TITULARES

Waldeck Ornelas
José Agripino

SUPLENTES

Geraldo Althoff
Romeu Tuma

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 211/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.165-35, de 26 de julho de 2001, que “Institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências”, ficando assim constituída:

TITULARES

Jonas Pinheiro
Romeu Tuma

SUPLENTES

Francelino Pereira
Freitas Neto

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 212/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.170-35, de 26 de julho de 2001, que “Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências”, ficando assim constituída:

TITULARES

Bello Parga
Mozarildo Cavalcanti

SUPLENTES

José Agripino
Waldeck Ornelas

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 213/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.171-43, de 26 de julho de 2001, que “Alte-

ra as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (Prevenção e repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas – revisão de aposentadoria)”, ficando assim constituída:

TITULARES

Romeu Tuma
José Coelho

SUPLENTE

Hugo Napoleão
Moreira Mendes

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 214/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.177-43, de 27 de julho de 2001, que “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências”, ficando assim constituída:

TITULARES

Lindberg Cury
José Agripino

SUPLENTE

Jonas Pinheiro
Bello Parga

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 215/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.178-35, de 26 de julho de 2001, que “Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos estados e municípios, voltadas para atendimento educacional, e dá outras providências”, ficando assim constituída:

TITULARES

Moreira Mendes
Hugo Napoleão

SUPLENTE

Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 216/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.179-35, de 27 de julho de 2001, que “Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências”, ficando assim constituída:

TITULARES

Bello Parga
Freitas Neto

SUPLENTE

Moreira Mendes
Jonas Pinheiro

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 217/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.182-17, de 26 de julho de 2001, que “Institui, no âmbito da União, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências”, ficando assim constituída:

TITULARES

Romeu Tuma
José Agripino

SUPLENTE

Paulo Souto
Maria do Carmo Alves

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 218/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.183-55, de 27 de julho de 2001, que “Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e dá outras providências. (Regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária) (Estatuto da Terra)”, ficando assim constituída:

TITULARES

Bernardo Cabral
Waldeck Ornelas

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 219/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.185-34, de 27 de julho de 2001, que "Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que específica, de responsabilidade dos municípios", ficando assim constituída:

TITULARES

Freitas Neto
Francelino Pereira

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 220/01 _ GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.189-48, de 26 de julho de 2001, que "Altera a legislação do Imposto de Renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão,

em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências", ficando assim constituída:

TITULARES

Freitas Neto
Hugo Napoleão Campos

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 221/01 - GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

SUPLENTES

Antonio Carlos Júnior
José Agripino

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.190-33, de 26 de julho de 2001, que "Altera dispositivos das Leis nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece sanções respectivas, e dá outras providências", ficando assim constituída:

Titulares

Geraldo Althoff
Paulo Souto

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 222/01 - GLPFL

Brasília, 16 de agosto de 2001.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.192-69, de 26 de julho de 2001, que "Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências", ficando assim constituída:

Titulares

Jonas Pinheiro Alves
Bello Parga

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –

Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Pedro Ubirajara.

É lido o seguinte

OF/GAB/I/Nº 513

Brasília, 15 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados João Matos e Marçal Filho passam a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e, na qualidade de Suplente, os Deputados Darcísio Perondi e Osvaldo Reis, em vagas existentes.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência designa os Senhores Deputados João Matos e Marçal Filho, como titulares, e os Senhores Deputados Darcísio Perondi e Osvaldo Reis, como suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de conformidade com o ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Pedro Ubirajara.

É lido o seguinte

Ofício nº 229/2001

Brasília, 17 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste comunicar a Vossa Excelência que, no dia 30 de julho do corrente, efetuei o meu desligamento do Partido da Frente Liberal – PFL, permanecendo sem partido até a presente data.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, Senador **Carlos Patrocínio**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O ofício lido vai à publicação.

Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Ubirajara, por permuta com o Senador Maguito Vilela.

S. Exª dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO UBIRAJARA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, antecipo-me à convocação de V. Exª para, no dia 20, homenagear a Maçonaria. Em virtude de não poder estar presente nessa sessão, solicito a V. Exª e aos meus pares essa permissão.

Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, na próxima segunda-feira, 20 de agosto, estaremos comemorando o Dia do Maçom. Neste momento, não poderia deixar de dizer algumas palavras em homenagem à respeitável instituição e aos homens que a compõem, que têm inscrito seus nomes em momentos de crucial importância em nossa história.

Originando-se diretamente das corporações de mestres da Idade Média, a Maçonaria sempre manteve, ao longo de seu desenvolvimento histórico, algumas características essenciais daquelas organizações. Vale lembrar que as corporações de mestres,

além de seus interesses estritamente profissionais, ocupando-se de garantir a continuidade do saber por meio da relação entre seus membros, dedicavam-se também a outras atividades essenciais para a vida do homem em sociedade – atividades religiosas, caritativas e culturais. Revestiam-se também de um claro caráter iniciático, que se transmitiu, igualmente, ao longo dos anos, para a Maçonaria, inspirando sua estrutura e seus rituais.

No Brasil, o movimento maçom tem seu início em 1797, com a instituição da Loja Cavaleiros da Luz em Salvador, na Bahia. Muitas outras lojas foram abertas nos anos seguintes. Já em 1822, em 17 de junho, três meses apenas, portanto, antes da Declaração da Independência, elas se unificaram sob a liderança do Grande Oriente Brasileiro, que teve como um de seus primeiros dirigentes José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência.

Seja como instituição, seja por meio da ação de seus membros, a Maçonaria esteve, desde os seus inícios, comprometida com os rumos da sociedade brasileira, defendendo as teses e bandeiras que representavam, em cada momento histórico, os interesses mais relevantes de todo o povo brasileiro. É conhecida sua participação, por exemplo, no movimento pela Independência, na Abolição da Escravatura, na instauração da República. A atuação de eminentes membros da Maçonaria é hoje reconhecida como fundamental para garantir o sucesso dessas importantes conquistas da Nação brasileira.

Em períodos mais recentes de nossa história, Sr. Presidente, não podem ser esquecidos os esforços desenvolvidos pelos maçons, ao lado de todo o nosso povo, em defesa das mais importantes lutas travadas em defesa do progresso do Brasil e de suas instituições democráticas. Refiro-me aqui, por exemplo, às lutas em defesa da anistia para os presos políticos e em favor da redemocratização, travadas todas as vezes em que fomos infelicitados por governos ditatoriais e obscurantistas.

Tais lutas estão plenamente de acordo com os princípios básicos que regem a Maçonaria: liberdade, igualdade e fraternidade. Liberdade para os homens e os grupos sociais, para que possam desenvolver suas potencialidades. Igualdade de direitos e deveres entre os homens e os grupos, sem distinção de religião, raça ou nacionalidade. Fraternidade entre todos os homens, filhos do mesmo Criador, e fraternidade, também, entre todas as nações.

Esses elevados princípios é que têm favorecido a atração, para o seio da Maçonaria, de tantos homens ilustres, em todos os tempos e em todas as na-

ções. Filósofos e escritores como Voltaire, Goethe e Victor Hugo. Músicos como Beethoven e Mozart. Militares como Napoleão e Garibaldi. Os mais importantes promotores da liberdade nas Américas foram, em sua quase totalidade, maçons: George Washington, nos Estados Unidos; San Martín, na Argentina; Bolívar, no norte da América do Sul; José Martí, em Cuba; e, no Brasil, o já citado José Bonifácio e o próprio Imperador Dom Pedro I.

É a obediência e a lealdade a esses princípios que nos faz ter a certeza de que a Maçonaria brasileira tem um largo caminho à sua frente e que saberá palmilhá-lo, como o fez até agora, ombro a ombro com o povo, construindo junto com ele um futuro pleno de solidariedade e justiça.

Ao finalizar este breve pronunciamento, quero, Sr. Presidente, referir-me com particular carinho à irmandade maçônica de meu Estado de Mato Grosso do Sul, cujas atividades ganham destaque através de suas instituições:

a) Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso do Sul – na pessoa do Grão-Mestre João Batista de Carvalho;

b) Grande Oriente do Estado de Mato Grosso do Sul, filiado ao Grande Oriente do Brasil – na pessoa do Eminentíssimo Grão Mestre Estadual Ossamu Kato;

c) Grande Oriente de Mato Grosso do Sul, membro da Confederação Maçônica do Brasil, na pessoa do Soberano Grão-Mestre Willian Atallah.

Corpos Filosóficos:

Soberano Grande Inspetor Litúrgico da Região de Mato Grosso do Sul – Muxeque Chinzarian.

Há, no Estado de Mato Grosso do Sul, aproximadamente quatro mil maçons pertencentes às Três Potências regulares.

A Maçonaria atua na área educacional através da FUNLEC – Fundação Lowtons de Educação e Cultura, que possui principalmente os seguintes objetivos:

I – Criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino de educação básica, superior e profissional, nos termos dos princípios consignados nas legislações respectivas;

II – Criar, instalar e manter centros de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços à comunidade.

Atualmente, a FUNLEC possui onze escolas em Estado de Mato Grosso do Sul, sendo cinco delas em Campo Grande, com um total de 6.452 alunos.

Os cursos superiores da FUNLEC são oferecidos pelo Instituto de Ensino Superior, sediado em Campo Grande, capital do Estado, com faculdades de Pedagogia, Secretariado Executivo Bilingüe, Biblioteconomia e Educação Física.

Está em tramitação no MEC – Ministério da Educação e Cultura – a criação de um Instituto de Ensino Superior na cidade de Bonito, com faculdades de Administração, com ênfase em Administração Rural, Turismo e Ecologia.

Há projeto de se criar um Instituto de Ensino Superior também em Três Lagoas e Aparecida do Taboado.

Com relação ao trabalho com os jovens, a Ordem de Molay é uma organização para jovens do sexo masculino com idade entre 12 e 21 anos que visa preparar o seu caráter, com base nas "7 virtudes cardeais": Amor filial, Reverência pelas coisas sagradas, Cortesia, Companheirismo, Fidelidade, Pureza e Patriotismo. Em Mato Grosso do Sul existem 13 Capítulos, sendo 4 em Campo Grande. Essa Ordem, fundada em 1983, já iniciou em nosso Estado cerca de 2.100 jovens. Em todo o Brasil, já foram iniciados, aproximadamente, 45.000.

A Ordem das Filhas de Jó foi desenvolvida com a finalidade de formar o caráter moral, intelectual e espiritual das jovens com idade variando entre 11 e 20 anos incompletos. Em Mato Grosso do Sul, existe apenas um Bethel, localizado em Campo Grande. Foi fundado em 18 de novembro de 2000, sob o patrocínio do Grande Oriente do Estado de Mato Grosso do Sul. Hoje é constituído por 50 garotas.

Apresento minhas especiais congratulações aos ilustres grão-mestres do meu Estado, Mato Grosso do Sul, prestando as minhas sinceras homenagens a todos os maçons sul-mato-grossenses, que têm sabido manter-se fiéis à gloriosa tradição histórica da Maçonaria, a seus rituais e a seus propósitos.

Aproveito especialmente para homenagear a Maçonaria pelo Dia do Maçom, que ocorrerá no próximo dia 20, e, em termos pessoais, enviar à minha Loja, Marechal Theodoron^o 2, cujo irmão, Murilo Luciano de Sousa, por meio dos seus trabalhos maçônicos, naturalmente saberá transmitir a eles tudo aquilo que foi dito por minha pessoa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, muito obrigado, e que Deus nos abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti. S.

Exª dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero ter o privilégio, nesta sexta-feira, de comemorar a aprovação, ocorrida anteontem, pela Câmara dos Deputados, do novo projeto do Código Civil.

A minha Faculdade de Direito, em Belo Horizonte, na Praça Afonso Arinos, era uma escola política e se agigantou no conceito nacional, sobretudo ao tomar a decisão informal, mas de forma inofismável, de combater a ditadura Vargas, buscando a redemocratização do País, após de um longo período de despotismo.

O sentimento de Minas, a cultura mineira e a nossa Belo Horizonte, ainda pequena, mas de grandes homens, todos nos unimos para combater a ditadura e o despotismo do Governo Vargas e, ao mesmo tempo, estudar profunda e consistentemente os códigos Civil, Penal e Processual, que formam uma catedral do Direito no País, constituído hoje por 170 milhões de brasileiros – apenas em Minas Gerais, somos 18 milhões de habitantes, em aproximadamente 900 municípios.

No contexto da vida jurídica do País, esses códigos representaram e representam motivo de orgulho muito grande para os mineiros, pela perspectiva de uma contribuição para a democracia, para ajudar a evolução das instituições e torná-lo o Brasil uma Nação respeitada. De fato, hoje estamos merecendo o olhar do mundo inteiro.

O Código Civil sempre foi e continua sendo matéria polêmica, mas também sempre teve o mérito de, até os dias de hoje, com pequenas modificações, assegurar uma vida ordenada para a sociedade brasileira, dirimindo polêmicas e ensejando oportunidades a juristas, advogados, professores, consultores e especialistas de debater a matéria de forma consistente e profundamente.

O meu velho e sempre novo professor de Direito Civil da Universidade de Minas Gerais, da minha Faculdade, o Professor Franzem de Lima, lecionava essa matéria, naquele templo do Direito brasileiro, e ressaltava permanentemente que o nosso Código Civil tinha a dimensão e a robustez de uma catedral. Uma catedral que viveu 26 anos – e ainda vive. Porém, com a evolução da sociedade brasileira, ele poderá representar um novo avanço histórico ao agasalhar, dentro do Direito, perspectivas para uma sociedade mais justa e mais igualitária. Como todos nós

aspiramos. Ao mesmo tempo, faz desaparecer a antiga diferenciação ou superioridade do homem diante da mulher, como se ela fosse uma parceira deserdada, sem merecer respeito na vida social, política, cultural e econômica do País. Hoje, com o novo Código Civil, com as leis já existentes, com as sentenças e interpretações já proferidas pela magistratura brasileira, as diferenças são mínimas, se é que ainda existem. A mulher alcançou posição de igualdade com os homens pelo seu esforço e o reconhecimento de todos.

O Código tramitou nesta Casa por 26 anos. Ainda tramita, mas adquiriu certa velocidade, primeiramente aqui, no Senado, pelo nosso esforço e o trabalho do grande ex-Senador Josaphat Marinho, glória baiana, glória brasileira, amigo de nós todos, que honrou esta Casa, discordando inclusive do seu partido e de seus companheiros e amigos. E soube marcar a sua presença nesta tribuna, merecendo o respeito e a consideração dos brasileiros.

O Professor baiano examinou exaustivamente o projeto do Código Civil, debateu todos os seus itens e, em conversas conosco, manifestava preocupação no sentido de aprimorá-lo. Encontrou, é natural, dificuldades para modificar textos, expressões e palavras que, já cristalizadas por muitos anos no Brasil, portanto de difícil substituição. No entanto, o ex-Senador Josaphat Marinho ultrapassou essas barreiras e renovou o contexto do Código, numa contribuição significativa do Senado da República, no sentido de oferecer ao País um documento à altura, que possa efetivamente se constituir num monumento e que honre a legislação do País, que é o Código Civil Brasileiro.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me, V. Exª, um aparte?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Com prazer, concedo um aparte ao Presidente da Casa, democrata como sempre, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Monumento, diz V. Exª; monumento, de fato, ele é. O Código Civil talvez seja a principal lei balizadora dos costumes de nosso País e do mundo. O Código Civil, por muitas décadas, serviu aos brasileiros, ainda que o avanço no tempo – e V. Exª se refere a ele – tenha tornado alguns de seus dispositivos arcaicos, atrasados, defasados e distantes daquela idade. Daí a necessidade de se ter feito um novo Código, e não apenas uma reforma, ainda que não se perdesse a memória históri-

ca do velho e grande servidor da sociedade brasileira: o velho Código.

O que diz V. Ex^a vem em homenagem também ao Senado da República, que madrugou nessa matéria. Foi o Senado que tomou a iniciativa de votar em primeiro lugar esse novo monumento, que é o Código Civil. E já ouço, a partir de hoje, algumas críticas ao texto atualizado. Reconheço que os avanços da sociedade mundial eram imprevisíveis, mas esse Código não pode estar nascendo já atrasado, não pode estar nascendo perdido no tempo e no espaço. Todos nós nos recordamos do que foi a intenção, o talento e a genialidade de Napoleão Bonaparte quando criou o Código Civil na França, a partir do qual tantos e tantos outros foram erguidos nas nações diferentes do mundo livre e do mundo democrático. O Senado tem madrugado não apenas nessa matéria mas em tantas outras. Quando hoje se fala no pacote ético, louve-se o Senado, porque foi aqui que ele de fato começou. Foi aqui que votamos em primeiro lugar e há muito tempo a suspensão das imunidades parlamentares para crimes comuns. E não o fizemos de maneira anárquica, de maneira demagógica, pura e simplesmente suspendendo aquilo que a democracia no mundo consagrou como sendo um instrumento dela própria, que é a imunidade parlamentar. Aqui, tomamos o cuidado de fazer com que por quatro meses pudesse a Casa parlamentar examinar o pedido de licença para processar Deputado ou Senador e deliberar sobre esse pedido, dizendo sim ou não, porque haverá momentos em que o pedido será injusto. Mas, na qual o em que ele for justo, deve a Casa conceder; e, naquilo em que a Casa não se manifestar, o pedido estará automaticamente concedido. Também tomamos outras iniciativas revolucionárias em matéria de costumes éticos e políticos, aqui no Senado, e que agora estão sendo examinados pela Câmara dos Deputados. Quero, com isso, louvar o discurso de V. Ex^a, que é de fato oportuno, na medida em que fala do Código Civil e dessas matérias que o Senado tomou a iniciativa de elaborar. O Senado cumpre rigorosamente o seu papel. Hoje, na Presidência da Casa, ouço muitas vezes perguntas segundo as quais o nosso trabalho está sendo prejudicado, está sendo lento, está sendo desidioso, está sendo leniente em razão de crises políticas, o que não é verdadeiro. Este plenário funciona todos os dias e funciona produzindo. E não apenas o plenário do Senado, as comissões técnicas se reúnem, elaboram, discutem, votam os seus pareceres e mandam ao plenário leis que são boas. Até poderão ser perfeitas, elas nunca o são, mas são boas e são feitas com o espírito de responsabilidade.

E V. Ex^a, Senador Francelino Pereira, um dos políticos de longa duração neste País, cuja experiência constitui um cabedal que devemos preservar em honra da vida pública brasileira, tem tido participação saliente na votação desses projetos nas Comissões técnicas e aqui também, no plenário do Senado Federal. Temos, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, cerca de novecentos e quarenta e sete projetos com pareceres aguardando votação e a Comissão se reúne e vota freqüentemente. No plenário, não nos demoramos, não nos perdemos em discussões intermináveis e estéreis no encaminhamento desses projetos. Temos votado aquilo que convém à sociedade brasileira e o fazemos todos os dias. Tem V. Ex^a, portanto, o meu apoio, os meus cumprimentos e as minhas homenagens pelo tema que levanta, na manhã de hoje, em relação ao Código Civil e ao Senado da República.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente Edison Lobão, essa brilhante manifestação, sobretudo pela consistência e veemência com que a faz. Estas decorrem da sua convicção, como Presidente da Casa, de que está cumprindo o seu dever e contribuindo para que a imagem desta instituição não sofra nenhuma fricção, nenhum julgamento indevido da sociedade brasileira.

Felicitoo pela contribuição dada a este pronunciamento, de forma improvisada de minha parte, exatamente porque quando a matéria é consistente, profunda e dinâmica, ela merece o pronunciamento espontâneo e natural, o mais rapidamente possível.

Acrescento, ainda em relação ao seu aparte, que, de uns meses para cá, tenho conversado diariamente com V. Ex^a, com o Senador Bernardo Cabral e com o Líder Hugo Napoleão. Esta Casa tem sido a pioneira na aprovação de projetos significativos relacionados com o consenso ético da sociedade brasileira. É claro que a Câmara também faz parte desta tarefa. Como ocorre, agora, no caso dos projetos do pacote ético – é esta a denominação que se está usando. São matérias já votadas pelo Senado, demonstrando a sua preocupação com a democracia e, igualmente, com propósito consensual, para não perder essa espécie de polinização que pauta nossa atividade legislativa. Tiveram essas matérias, nesta Casa, o apoio de todos e, agora, entram-se na Câmara, que precisa, efetivamente, se debruçar sobre elas e decidir, de forma ativa. Para que elas tenham – e assim ocorrerá, a mesma qualidade e o zelo com que foram tratadas no Senado da República.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um outro aparte?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) –
Pois não, Senador.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Francelino Pereira, quero abordar um outro tipo de lei – porque, aqui, muitas vezes, temos receios infundados de tratá-la -, que é a Lei de Imprensa. No Senado Federal, votamos uma Lei de Imprensa que também pode até não ser a melhor mas que, pelo menos, é próxima disso, e que se encontra na Câmara aguardando pronunciamento. Essa Lei diz respeito à contenção da liberdade de imprensa? Não. Essa Lei procura pressionar, premir, obstruir, obstaculizar o trabalho dos jornalistas? Não, absolutamente não. Tenho conversado com editores e donos de jornais e revistas e eles próprios se ressentem da ausência de uma legislação dessa natureza, tanto que estão estabelecendo códigos de ética internos, nos seus jornais, para disciplinar o funcionamento de suas empresas. Então, é necessário e indispensável que o Congresso Nacional se apreste também na formulação de uma lei dessa natureza, para que não haja categoria de brasileiros diferentes das demais. Todos nós somos submetidos às leis, e é bom que todos os estamentos sociais o sejam, mas insisto em dizer que uma Lei de Imprensa assim, sóbria e responsável, não é contra o jornalista ou contra os jornais, muito menos contra a liberdade de imprensa, até porque, como democratas – e todos nós, aqui, o somos –, no instante em que não tivermos uma imprensa livre e funcionando, não teremos liberdade se, por consequência, não teremos democracia. Precisamos ter uma imprensa forte e livre, mas forte, livre e responsável. A Lei de Imprensa está, portanto, na Câmara, aguardando a manifestação. Ela interessa aos veículos de publicação e aos próprios jornalistas, porque é balizadora e sinalizadora daquilo que pode e deve ou não ser feito.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) –
Manifesto a V. Exª o meu aplauso e o meu respeito à sua manifestação, considerando sobretudo que V. Exª fez do jornalismo a sua carreira e sempre foi um dos expoentes da imprensa em nosso País. Conhece profundamente a matéria, vive-a, pois demanda o assunto, em todos esses anos em que se vem debruçando sobre a notícia, interpretando-a, raciocinando, intuindo, mostrando a sua vocação no sentido de que o jornalismo representa uma escola pública, E, sendo assim, V. Exª, para completar esse ciclo de sua vida pública, elegeu-se Senador da República e, hoje, preside, com categoria e elevação, o Senado da República, a mais alta Casa deste País, sob os olhos e a ternura de um baiano chamado Rui Barbosa.

Nesta hora, antes de complementar as minhas considerações sobre o novo Código Civil, quero parabenizar o Senador Bernardo Cabral, não por ser meu amigo ou nosso companheiro, mas por ser um homem de caráter: categoria extrema. S. Exª conduz a sua vida com equilíbrio e merece estar presidindo, mais uma vez, a nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas, creio que S. Exª merece muito mais da organização partidária que representamos e desta Instituição, diante do excelente desempenho de missões elevadas.

Sr. Presidente, volto ao tema inicial: o novo Código Civil.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permitte-me V. Exª um aparte, eminente Senador Francelino Pereira?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) –
Com prazer, por ser Senador de Tocantins e por que nasceu em Minas Gerais, de forma embevecedora.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Meu querido Senador Francelino Pereira, V. Exª faz muito bem em homenagear a entrega à sociedade desse instrumento importante de democracia – tão importante como é a Constituição brasileira. V. Exª está também de parabéns por enaltecer a figura do eminente ex-Senador, do nosso ex-Colega Professor Josaphat Marinho, que, ouvindo a opinião de todos, acabou por apresentar uma peça muito bem elaborada, a peça possível. Foi ela submetida à apreciação da Câmara, onde foi finalmente aprovada. Senador Francelino Pereira, assistindo à imprensa televisada do nosso País, já ouvi críticas ao novo Código Civil entregue à população brasileira, que somente entrará em vigor daqui a dois anos. Alguns repórteres disseram, ao mesmo tempo em que faziam pesquisa no meio da população, que o novo Código já nasce anacrônico, que assuntos importantes como a clonagem de seres humanos ou de animais, como a união entre homossexuais, como a questão dos transgênicos, como os **hackers** e outros temas mais, enfim, que assuntos muito atuais não foram tratados nesse novo Código Civil. Mas, nobre Senador, quero alertar a sociedade brasileira – e lembro aqui o que disse o eminente Senador Edison Lobão – para o fato de que aqui todos os dias se trabalha; todos os dias são apreciados projetos de lei; todos os dias se fabricam leis. Por conseguinte, existem diversos projetos, reclamados pela população brasileira, que tratam dessas e de outras questões atuais. Elas estão sendo apreciadas pelas duas Casas do Congresso Nacional. Ratifico, mais uma vez, aquilo que disse o Presidente do Senado, Senador Edison Lobão: nesta Casa trabalha-se todos os

dias. Em que pese, eventualmente, existirem assuntos que devam ser resolvidos, assuntos para os quais a sociedade exige satisfação, a nossa missão e o nosso dever constitucional têm sido cumpridos nesta Casa. Portanto, quero louvar a atitude de V. Exª e acalmar, tranquilizar a população, porque assuntos que não foram abrangidos pelo Código Civil mas que estão apresentados à sociedade brasileira poderão ser aprovados aqui até o momento de entrar em vigência o Código. E mais: gostaria de dizer a V. Exª que tenho satisfação e orgulho muito grandes por ter participado, ainda que como suplente, da Comissão que analisou e elaborou o novo Código Civil Brasileiro, já reclamado há tantos anos pela população.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – A manifestação de V. Exª, meu caro Senador, tem significação profunda, inclusive porque, sendo legislador experiente e tendo uma vida pública de relevo, é médico; além de médico, mineiro; além de mineiro, cidadão de Tocantins, e tem demonstrado, aqui, suas preocupações com os assuntos pertinentes ao seu Estado e, sobretudo, os relacionados com o Brasil. V. Exª não é apenas um político convencional. V. Exª, assim como o Senador Edison Lobão, é um notável homem público. E só os homens públicos verdadeiros e devotados merecem o respeito da Nação e desta Casa.

Não posso limitar as minhas considerações e meu respeito apenas ao Senador Josaphat Marinho. Hoje S. Exª, reside nesta Capital, dirige uma faculdade de Direito e escreve semanalmente no **Correio Braziliense** matéria de significação nacional. Minhas considerações e o meu aplauso vão também para o Deputado Federal por Pernambuco, Ricardo Fiúza. Amigo e companheiro, Fiúza passou por momentos tormentosos no exercício da vida parlamentar na Câmara dos Deputados, e foi injustiçado. Lembro-me de que, em conversa com S. Exª, eu sempre lhe dizia que o melhor caminho que ele teria para posicionar-se novamente perante a opinião pública seria retornar à Câmara dos Deputados pelo voto direto e secreto. E assim S. Exª o fez. Elegeu-se novamente Deputado Federal e recebeu a incumbência – louvo aqui a aceitação dessa missão – de ser o Relator, na Câmara dos Deputados, do projeto que reformula o Código Civil. Durante dois anos e meio, afastado da ribalta, longe da mídia, S. Exª debruçou-se exaustivamente sobre o referido projeto, debateu-o em toda sua dimensão e, ao final, ofereceu à Câmara dos Deputados uma proposição que, ainda que merecendo reparos e provocando polêmica, é um salto importante no sentido da decisão política de trazê-lo ao debate nesta fase final.

Creio que nós, Senadores e Deputados, precisamos estar atentos a um novo fator, a um novo instrumento, o qual contribui bastante para aumentar ainda mais a dimensão das duas Casas do Congresso Nacional. Refiro-me à divulgação de nossas atividades por intermédio do jornal, da rádio e da televisão das duas Casas. Tudo o que aqui acontece, simultaneamente está sendo visto, lido, comentado e discutido no Brasil inteiro. De tal forma que precisamos ter cuidado ao debater essas matérias. Será sempre necessário chegar logo à decisão, porque, até o desfecho de uma matéria, aqueles que estão nos vendo pela televisão ou nos ouvindo pelo rádio de mandam a esta Casa, para cá enviam mensagens por **e-mail**, manifestando, às vezes, posições antagônicas, porque não esperaram pelo resultado final adotado.

Por isso mesmo, o novo Código Civil que está sendo votado precisa entrar em vigor o mais rapidamente possível, exatamente dentro de um ano, tal como foi aprovado pela Câmara, e não em dois anos, como foi acertado entre os líderes, para uma decisão posterior. Nesse prazo, isto é, em um ano, podemos fazer modificações e, conseqüentemente, aprimorar ainda mais o Código Civil até o momento em que começar a vigorar.

Gostaria que V. Exª autorizasse a transcrição nos Anais desta Casa de matérias que "O Globo" está divulgando hoje sobre o novo Código Civil, relacionando o que está em vigor e o que será alterado caso seja aprovado, para que a opinião pública tome conhecimento do que está sendo alterado. As alterações são substanciais e influir na vida de todos os brasileiros, da família brasileira.

Sr. Presidente, estou enviando à Mesa as matérias que versam sobre o novo Código Civil, comparando o contexto atual e o contexto futuro para que o povo brasileiro saiba, efetivamente, o que está sendo alterado, porque isso interessa a cada um dos 170 milhões de brasileiros.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR FRANCELINO PEREIRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDOS
NOS TERMOS DO ART. 210 DO
REGIMENTO INTERNO.**

Evandro Éboli, Letícia Helena e Ricardo Galhardo

Brasília, Rio e São Paulo

Se depender do governo, o novo Código Civil, aprovado anteontem pela Câmara de pois de 26 anos de tramitação, entrará em vigor dentro de um ano, contrariando um acordo dos líderes firmado

do minutos antes da votação. Os deputados fixaram um período de transição de dois anos por acreditar que o processo eleitoral atrapalhará a divulgação do novo código. Já o ministro da Justiça, José Gregori, defendeu a entrada em vigor do novo código em um ano. Opinião semelhante à do deputado Ricardo Fiúza (PPB-PE), relator do projeto.

Na proposta aprovada anteriormente – e que será votada novamente antes de ser enviada para sanção do presidente Fernando Henrique – consta um período de transição de um ano. Os líderes, porém, combinaram elaborar outro projeto de lei, ampliando esse prazo para dois anos. Se não conseguir chegar a um consenso, o governo pode simplesmente vetar o projeto de ampliação do prazo.

Fiúza afirma que o prazo de transição também facilitará a inclusão de novos textos, como os relativos aos direitos do consumidor e da criança. Já Gregori comemora o que considera avanços no direito de família.

– Do ponto de vista da história jurídica brasileira é um momento de grande significação. O Código Civil, como dizia um velho professor, é uma lei com robustez de uma cateclal – disse o ministro.

Especialistas criticam o texto

! Independentemente do prazo em que entrará em vigor, o novo código desagradou a juristas e especialistas em direito civil. Para advogados consultados pelo **Globo**, o projeto é obsoleto, inócuo e anacrônico. Eles consideram que o texto não contemplou temas da atualidade – como, por exemplo, a reprodução assistida, o aluguel de úteros, a guarda compartilhada, a indenização por danos morais em separações ou questões ligadas à internet.

– Do ponto de vista técnico-judiciário, o texto é uma obra de arte. Mas lamentavelmente o código já nasce velho e desatualizado por causa do processo legislativo demorado – diz o especialista em direito de família, Luiz Antônio Sampaio Gouveia.

O novo código e a vida real

Herança

Como é – em caso de regime de comunhão parcial, metade dos bens do casal fica para o viúvo ou viúva e a outra metade para os filhos ou pais;

Como fica – o viúvo(a) terá direito à metade dos bens do casal e ainda dividirá a outra metade com os filhos ou pais.

Parentesco

Como é – o código em vigor menciona os parentes até o sexto grau;

Como fica – agora, só há parentes até quarto grau.

Adultério

Como é – hoje é caso de separação; pelo Código Penal, é crime;

Como fica – não é mais casuística, mas apenas um motivo que pode determinar a separação; perde importância no rol das causas da separação.

União Estável

Como é – o casal tem que estar vivendo dois anos juntos para caracterizar esse tipo de união;

Como fica – acaba esse prazo; basta, por exemplo, estar vivendo juntos há seis meses, desde que seja “pública, contínua e duradoura” a união.

Maioridade

Como é – 21 anos é a idade para emancipação civil do cidadão;

Como fica – cai para 18 anos. Com essa idade, os jovens poderão se casar, assinar divórcios, fazer crédito, alugar apartamento, assinar promissórias;

Guarda de Filhos

Como é – na separação, os filhos ficam com a mãe;

Como fica – os filhos não ficam necessariamente com a mãe, mas com quem tiver “melhores condições” de exercer a guarda; um juiz vai decidir e vão pesar critérios como vontade do filho, estabilidade emocional e financeira e grau de educação dos pais.

Casamento Religioso

Como é – há o casamento religioso separado do civil ou junto, com presença de um juiz de paz;

Como fica – o casamento religioso ganha efeito civil; o casamento pode ocorrer em qualquer culto, e somente depois deve ser registrado no civil, levando testemunhas ou o registro da cerimônia religiosa;

Estado de Perigo

Como é – não existe.

Como fica – O projeto cria a figura do estado de perigo – que pode invalidar negócios jurídicos. Se para pagar uma cirurgia urgente de parentes, alguém precisar vender seu carro ou sua casa a preço vil, essa venda pode ser anulada porque foi celebrada quando o vendedor encontrava-se em “estado de perigo”.

Lesão

Como é – não existe.

Como fica – Lesão é quando uma pessoa, em necessidade, se obriga a uma prestação desproporcional ao valor do negócio; este não é anulado, desde que o favorecido concorde com a redução da prestação;

Serviço Comunitário

Como é – atualmente existe, como pena civil, a reparação de danos;

Como fica – inclui a prestação de serviço; no caso de homicídio, a indenização consiste em pagamento do funeral, despesas com o luto da família e pagamento de pensão alimentícia às pessoas a quem o morto devia.

Enfiteuse

Como é – é contemplado no atual texto;

Como fica – deixa de existir no novo texto.

Pátrio Poder

Como é – direito exercido apenas pelo pai;

Como fica – muda para “poder familiar”; a mãe vai poder, por exemplo, autorizar a emancipação do filho.

Filhos Adotados

Como é – estabelece diferença entre os filhos, com as expressão “filho legítimo”;

como fica – abole a expressão filho legítimo e fica estabelecida a igualdade total e absoluta todos os filhos, incluídos os adotados;

Poder Familiar

Como é – atualmente é submetido ao “pátrio poder”;

como fica – vai se estender à mãe. Perde o poder sobre o filho o pai e a mãe que casar o filho de forma de sua na, abandoná-lo ou praticar atos contrário à moral e aos bons costumes;

Condomínio Problemático

Como é – não existia;

Como fica – o novo código prevê punição ao condomínio com comportamento problemático; a ser decidido em assembleia, que vai de multa até obrigação de sair do prédio;

Novo Casamento

Como é – apenas para constituição de família;

Como fica – estabelece a comunhão “plena de vida”, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.

Casamento Grátis

Como é – as custas do casamento são pagas por qualquer cidadão, independentemente da classe social;

Como fica – passa a ser gratuito para todas as pessoas que se declararem pobres;

Testamento

Como é – hoje é necessário de cinco pessoas como testemunha para testamento;

Como fica – considerado mais formal e solene dos atos da vida civil, o testamento vai ser simplificado, o número de testemunho vai cair para duas, quando o testamento é público, e três quando particular;

Alienação De Bens

Como é – o empresário(a) casado(a) para alienar os bens do patrimônio da empresa depende de autorização do cônjuge;

Como fica – agora, qualquer que seja o regime de bens, o empresário (a) casado (a) não depende de outorga conjugal para vender imóveis do patrimônio da empresa;

Administrador Da Empresa

Como é – o administrador da empresa não responde solidariamente pelos prejuízos que a empresa causar à sociedade ou a população em geral;

Como fica – o administrador, sócio ou não, passa a responder, por esse prejuízo, como, por exemplo, poluição do meio ambiente;

Perda Do Imóvel

Como é – um longo e demorado processo para um imóvel abandonado patrimônio do Estado;

Como fica – um caso fecho da abandonada, que esteja em débito com o IPTU, passa ao patrimônio do município, sem necessidade de desapropriação;

Propriedade Social

Como é – não existia;

Como fica – o código incorpora todos os avanços surgidos nos últimos anos, visando à “socialização” do direito de propriedade;

Fiança Do Cônjuge

Como é – não se exigia autorização do cônjuge para se avalista;

Como fica – nenhum dos cônjuges pode prestar fiança ou aval sem autorização do outro;

Capítulo Da Empresa

Como é – não trata do assunto;

Como fica – o novo código passa a disciplinar quem pode ser empresário, o que é estabelecimento, o que é empresa, etc;

Pensão Alimentícia

Como é – um direito só para as pessoas casadas, a mulher separada é quem a requer;

Como fica – qualquer dos cônjuges, inclusive o marido, poderá pedir, o direito vai se estender também à união estável.

Como era o Brasil em 1916

*Em 1916, quando foi sancionado o Código Civil em vigor, o grande avanço para as mulheres, que nem direito a voto tinham e viviam sob o jugo absoluto dos maridos, foi o aparecimento do batom em cápsula de metal.

O mundo vivia a Primeira Guerra Mundial, e nesse ponto nada mudou, a não ser a numeração, com a Segunda. Continuaram as guerras localizadas, como Coréia, Vietnã, Oriente Médio, Golfo, Malvinas, Bósnia etc etc. A Guerra Fria estava tão longe que nem a Revolução Soviética, de 1917, tinha acontecido. O domínio econômico era exercido pela Inglaterra, com seu império onde o sol nunca se punha. Os Estados Unidos, hoje a potência hegemônica, eram um jovem país isolacionista, mas dando seus primeiros passos com a invasão da República Dominicana.

O Brasil vivia a República Velha, com seu rodízio de paulistas e mineiros na Presidência, então ocupada por Venceslau Brás. Getúlio Vargas, que se tornaria a figura política do século XX, com a Revolução de 30, o Estado Novo, em 1937, e a eleição pelo voto direto para a Presidência, em 1950, era um desconhecido deputado estadual no Rio Grande do Sul.

Louis Armstrong, que revolucionaria o jazz, tinha apenas 15 anos. Pixinguinha, que revolucionaria a música brasileira, fizera seus primeiros arranjos para cinema, teatro e circo um ano antes.

David Griffith, considerado o criador da linguagem cinematográfica, pela introdução do corte, da montagem e dos closes, tinha feito em 1915 “O nascimento de uma nação”, o primeiro longa-metragem americano. No Brasil, também em 1915, iniciara-se um ciclo de filmes inspirados na literatura, como “A moreninha”, “O guarani” e “Iracema”.

Em 1916, Einstein divulgou sua teoria da relatividade. Franz Kafka escreveu "A metamorfose". E o Flamengo foi campeão estadual.

RICARDO FIÚZA

"Comparo-o à Constituição"

*Relator do novo Código Civil, o deputado Ricardo Fiúza (PPB-PE) comparou seu texto à Constituição. Para ele, foi o projeto mais importante votado na Câmara em dez anos.

Evandro Éboli

Brasília

O Globo: Como foi esse período de relatoria?

Ricardo Fiúza: Foi extenuante, mas valeu a pena. Foram dois anos e meio de trabalho ininterrupto, mas o resultado é positivo para a sociedade. Foi o projeto mais importante votado na Câmara em dez anos. Comparo-o à Constituição.

*Que pontos considera mais importantes?

Fiúza: Vários. Do ponto de vista da família, foi o modernizador. Tivemos a preocupação de que a lei parasse na porta da casa. Seja no casamento ou na união estável. Tiramos qualquer diferença entre homem e mulher, como o fim do pátrio poder e a bobagem de virgindade ser motivo de anulação de casamento.

*E o adultério?

Fiúza: Continuou no texto, mas apenas como uma das causas de separação do casal. A união estável foi outro avanço. Não precisa mais de dois anos para consumá-la.

*O senhor é a favor de que entre em vigor em dois anos?

Fiúza: Não. Acho um ano, como está no texto, um tempo bem razoável para fazermos as adaptações necessárias, para melhorá-lo. Mas um acordo entre os partidos estabeleceu esse novo prazo. E houve até quem quisesse três para a vigência.

PAULO LINS E SILVA

"É coisa de republiceta"

*Especialista em direito de família, o advogado Paulo Lins e Silva considera um retrocesso o novo código:

"Esse projeto é coisa de republiceta", disse o advogado.

Letícia Helena

O Globo: Que avanços o novo código traz?

Paulo Lins e Silva: Nenhum. Ele retrocede no que se refere a direitos garantidos pela Constituição e pelas leis do divórcio e do concubinato e não avança em temas da atualidade, como as barrigas de aluguel e a união de homossexuais.

*O que seria inconstitucional no novo código?

Lins e Silva: Ele restabelece a adoção plena e a adoção restrita. Pela Constituição, existe apenas um tipo de adoção. Já tivemos quatro tipos e conseguimos unificá-los. Agora, recriamos essa aberração.

*O senhor encontrou outras dessas aberrações?

Lins e Silva: O novo código ressuscita a ideia medieval do adultério, há muito abolida da prática jurídica. Também dá prazo de quatro anos para se pedir a anulação do casamento sob alegação de coação. Será que alguém precisava ficar tanto tempo junto para chegar à conclusão de que foi coagido?

*A maioria aos 18 anos também é polêmica.

Lins e Silva: Um rapaz de 18 engravidou uma menina de 16 e o pai da moça decide processá-lo por crime de sedução. O garoto poderá, simplesmente, se casar com a jovem e escapar de qualquer punição. Ou seja, a maioria, neste caso, servirá de remédio para uma relação sexual.

MARCIO MOREIRA ALVES

de Brasília

Soberania nacional (2)

*"Parece que esse pessoal perdeu o pudor", comenta, severo, o deputado Waldir Pires, relator do acordo entre Brasil e Estados Unidos para o uso comercial da base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão. A dureza do comentário refere-se a alguns artigos do acordo, que a maioria dos membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara julga ofensivos à soberania nacional.

"Esse pessoal" são os funcionários do Itamaraty e do Ministério de Ciência e Tecnologia que negociaram com os americanos os termos do acordo. Além da proibição de aplicar o dinheiro conseguido com o aluguel do centro de lançamento em pesquisas aeroespaciais brasileiras, que comentei ontem, estão os artigos que restringem a presença de brasileiros nas áreas controladas pelas empresas americanas que utilizaremos o centro e a possibilidade de os americanos vetarem unilateralmente a utilização da base por parte de países que, no julgamento dos Estados Unidos, tiverem abrigado ou incentivado ações de terrorismo. Tampouco podem utilizar o centro de lançamento, sem o acordo das partes, países que não tenham assinado o tratado de controle da tecnologia de mísseis, o MTCR, um clube fechado do qual o Brasil faz parte, mas a Índia, por exemplo, não faz. O artigo IV prevê que o governo do Brasil manterá áreas restritas para processamento, montagem, conexão e lançamento das espaçonaves americanas e permitirá que os Estados Unidos controlem o acesso a essas áreas.

Em matéria de transfe-

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Francelino Pereira, o requerimento de V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lindberg Cury. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em julho de 1995, o físico Alberto Santoro foi chamado a Brasília pelo Presidente da República para receber a comenda do mérito científico. É uma distinção importante. Poucos pesquisadores já receberam. Nomes modernos em que o Presidente espetava uma medalha em seu peito, Santoro recebia o contracheque. Brutos eram R\$2,2 mil – um quinto do que ganhavam seus colegas no exterior.

Ainda naquela época, Santoro começou a arrumar as malas. Passou a integrar o contingente de seis mil cérebros brasileiros que, naquele período, preferiram caminhar do aeroporto internacional a permanecer sob o domínio da degradação da ciência e da tecnologia no País.

O físico Alberto Santoro, que pertencia ao Centro de Pesquisas Físicas do CNPq, é um desses cérebros privilegiados de que qualquer país se orgulharia. Trabalhando junto a um seletíssimo time de 400 pesquisadores de diferentes países, Santoro emprestou seu talento para a descoberta de um dos tijolos fundamentais de toda matéria, o **top quark**.

A história de Alberto Santoro, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustra um fenômeno que tem atormentado nações em desenvolvimento mundo afora. Refiro-me à chamada *fuga de cérebros*, como é conhecida a disputa pelos melhores cientistas.

Há, como se sabe, uma matéria-prima em falta no mundo todo: cientistas de talento. Para resolver esse problema, alguns países são capazes de “roubar” pesquisadores de grande potencial, oferecendo-lhes bons empregos. Ótimo para quem os recebe, devastador para quem os perde.

O sociólogo Jean-Baptiste Meyer, pesquisador da fuga de cérebros do Terceiro Mundo para os países ricos, não exclui a possibilidade de o Brasil vir a ser um dos territórios mais visados pelos caçadores de talento nas próximas décadas. *Qualquer que seja a taxa de crescimento de suas economias, os países industrializados, sobretudo os da União Européia, em face das aposentadorias e de suas baixas taxas de natalidade, terão de recorrer cada vez mais aos paí-*

ses do Sul e aos do Leste europeu para suprir suas carências profissionais de alto nível.

O Brasil corre o risco de investir na preparação de mão-de-obra e perder, para o exterior, essas pessoas qualificadas acima da média do País. Esse cenário de médio e longo prazo é projetado pelo Professor José Alberto de Carvalho, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, com base em pesquisa feita por ele e três alunos do doutorado, que revela ser o Brasil *claramente um país emigrante*. Segundo a pesquisa, 1.279.991 brasileiros deixaram o País entre 1986 e 1991. Esse número manteve-se praticamente estável de 1991 a 1996, pois somou 1.075.066. A perda líquida de população, ou seja, a diferença entre a entrada de estrangeiros e a saída de brasileiros foi de 970 mil entre 1991 e 1996.

O Brasil pode ser, agora, o que a Índia foi para os Estados Unidos nos anos 90: grande fornecedor de mão-de-obra de alto padrão. No Vale do Silício, região dos Estados Unidos em que se concentra a indústria da tecnologia da informação, existem dois mil empresários indianos e entre 60 e 70 mil empregados dessa nacionalidade.

Nos últimos cinco anos, cerca de 700 mil brasileiros se transferiram para trabalhar ou morar nos Estados Unidos – em todos os setores de atividades, de faxineiros a cientistas e executivos. Hoje em dia não é raro encontrar brasileiro trabalhando em diversos ramos da medicina e ocupando posições-chave de instituições poderosas, como o J.P. Morgan Chase, Citibank, Goldman Sachs ou Merrill Lynch.

O curioso, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, na época do regime militar, acuados com a cassação de talentos, os cientistas brasileiros chegaram a temer que o País se transformasse em exportador de cérebros. Paradoxalmente, esse temor virou realidade em plena democracia, quase 40 anos depois. Hoje, o Brasil é o maior exportador de QIs da América Latina e o segundo no **ranking** mundial, de acordo com o Professor Antônio Carlos Pereira Jr., da UFRJ. *Só perdemos para a Índia*, lamenta Pereira Jr. *Atualmente, podem-se encontrar cientistas brasileiros na França, na Inglaterra, na Itália, na Alemanha e nos Estados Unidos, todos voltados para trabalhos relevantes. Até os países árabes procuram recrutar brasileiros.*

O que teria levado a evasão de cérebros brasileiros a esse ponto, Sr^{as} e Srs. Senadores?

Muitas razões podem ser apontadas, que vão desde a falta de grandes investimentos e estagnação do crescimento até a redução dos recursos das uni-

versidades públicas. O fato é que estão faltando oportunidades no País. Antes, as universidades aproveitavam os profissionais qualificados. Havia perspectiva de crescimento, diferente do quadro atual, em que as instituições públicas absorvem cada vez menos doutores. No Brasil, 73% dos cientistas e engenheiros trabalham para instituições do ensino superior como docentes em regime de dedicação exclusiva ou em tempo integral. Apenas 11% trabalham para empresas. Na Coreia do Sul, um dos Tigres Asiáticos, são quase 90 mil cientistas e engenheiros que trabalham em empresas. Quer dizer, são 90 mil cérebros pensando em como tornar a companhia mais competitiva a partir do uso da tecnologia.

Entretanto, não se trata apenas de transferir os cientistas para as empresas. Há uma parte da pesquisa científica – a pesquisa básica – que depende, essencialmente, dos investimentos do Estado. O País não pode abrir mão dessa pesquisa. A Nação que abdicar de reinventar a roda ou redescobrir o Teorema de Pitágoras estará cometendo um erro profundo na história do desenvolvimento. Estará se colocando em nível de colônia. Tornar-se-á uma espécie de nação de apertadores de botões, ou seja, formará apenas os técnicos para apertar muito bem os botões das máquinas vendidas pelos grandes centros do conhecimento. Isso é uma autocondenação.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL RR) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL TO) – Com muita honra, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL RR) – Senador Carlos Patrocínio, o pronunciamento que V. Ex^a faz nesta manhã é de uma seriedade e de uma profundidade que devem ser realmente levadas em conta não só pelos dirigentes da Nação, mas também por todos os brasileiros. É impressionante que não ganhamos em exportação, por exemplo na questão comercial, mas que estejamos ganhando em exportação de cérebros. O País está perdendo os seus melhores cérebros exatamente porque não há investimento, não há incentivo para que as pessoas qualificadas permaneçam aqui. Isso realmente é muito ruim, até porque um dos agravantes desse quadro é o fato de o País ser pensado de maneira centralizada no eixo Rio-São Paulo. Não há, sob o aspecto do desenvolvimento, da cultura ou do conhecimento, qualquer planejamento estratégico com o objetivo de criar pólos regionais que efetivamente aproveitem esses cérebros. Na Amazônia, por exemplo, o Instituto de Pesquisa da Amazônia não é devidamente prestigiado e está criando um centro de biotecnologia a duras

penas. E ontem o **Jornal Nacional** noticiou a prisão de dois japoneses, pela Polícia Federal, portando equipamentos sofisticadíssimos, tais como uma torre de pesquisa, que nenhum instituto federal ou estadual possui. Então, na realidade, o Brasil precisa acordar, porque senão – como V. Ex^a muito bem disse – será uma colônia onde haverá apenas bons operários para apertar botões. Exemplo disso, Senador Carlos Patrocínio, é a nossa Universidade Federal de Roraima, que precisa de 120 professores. O MEC autorizou concurso para apenas 23 vagas. A Universidade abriu o concurso, mas, para várias dessas vagas, ninguém se inscreveu para concorrer. Isso aconteceu porque ninguém quer deixar o Rio de Janeiro ou São Paulo, já que o salário do professor universitário é o mesmo nessas cidades ou em Roraima. Não há qualquer incentivo para a desconcentração do saber ou para o avanço da tecnologia em outras regiões. Parabéns a V. Ex^a pelo seu brilhante pronunciamento, que merece ser analisado e refletido como uma crítica positiva ao que está acontecendo no nosso País.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Eminentíssimo Senador Mozarildo Cavalcanti, agradeço a V. Ex^a pela intervenção. V. Ex^a está preocupado, como todos os outros Srs. Senadores, com a questão da evasão dos nossos cérebros.

V. Ex^a cita muito bem o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa, que já teve excelentes técnicos, excelentes cientistas, mas que não tem incentivos para desenvolver um trabalho voltado para a auto-sustentação daquela região. Esse também é o caso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e de outros.

O que quero dizer, eminentíssimo Senador Mozarildo Cavalcanti, é que o Brasil tem perdido, e muito, nas transações comerciais com os outros países. Estamos exportando matéria-prima e importando componentes de telefones celulares o que desequilibra a nossa balança por falta de tecnologia avançada nacional. Isso ocorre não por falta de pessoas competentes para desvendar esses mistérios da natureza, mas porque não se estimula a permanência no País dos profissionais formados aqui às custas do Governo Federal, com dinheiro do povo brasileiro, e que depois vão para fora com o objetivo de criar grandes inventos, como temos visto a cada momento.

O mais lamentável, Sr^s e Srs. Senadores, é que o País já investiu na formação de mão-de-obra qualificada, criando o sistema de pós-graduação melhor que a graduação! e as agências de fomento, tais como o CNPq, a Capes e a Finep. Alguns cientistas costumam comparar a ciência do Brasil de hoje a uma

chocadeira. Estamos produzindo gente de valor para ajudar outros países a crescer e a se desenvolver.

Para se ter uma idéia do que o País está perdendo, basta dizer que um governo pode decidir, hoje, fazer outra Brasília colocando toda a indústria e, em alguns meses, constrói uma nova cidade. Mas o mesmo governo não pode decidir que, no ano que vem, mesmo com todo o dinheiro do mundo, formará 100 doutores. Não conseguirá esse objetivo, porque o homem tem um tempo próprio. É esse patrimônio intelectual que está sendo desprezado.

Na tentativa de inibir o êxodo de cérebros para o exterior, o CNPq decidiu exigir o ressarcimento do dinheiro aplicado daqueles bolsistas que, no fim do curso de doutorado, permanecem no exterior. Mas as medidas punitivas não são suficientes, acabam sendo ineficazes. É preciso criar estímulos para a permanência no País. A mais promissora das opções é a associação de universidades e de cientistas com empresas ou com investidores interessados em criar negócios no Brasil. O sucesso do Vale do Silício deveu-se à simbiose dos poderes empresarial e intelectual. Em torno de São Paulo, por exemplo, poderíamos imaginar um Vale do Silício da América Latina.

Com tantas oportunidades de trabalho, com infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisa, com a possibilidade de ascensão profissional e de obtenção de salários iniciais até cinco vezes maiores do que os pagos no País, as empresas estrangeiras não terão dificuldades em "roubar" jovens cientistas brasileiros, se depender dos programas de universidades e fundações para evitar a evasão. O Governo terá de adotar uma política eficaz de retenção desses profissionais, envolvendo os órgãos de fomento, como o CNPq, a Capes, a Finep, as universidades e as empresas, criando condições para o desenvolvimento de pesquisas no País.

Essa é uma forma de reter cérebros, evitando sua evasão para outras partes do mundo. Além de perder mão-de-obra qualificada para países desenvolvidos, o Brasil pode arcar com problemas mais graves, devido à falta de investimento em pesquisa. Um deles é o descompasso tecnológico nacional em relação ao exterior.

Falta política de fomento à pesquisa, tanto nas fundações quanto nas universidades e no Ministério de Ciência e Tecnologia, alertamos especialistas. Há, no entanto, uma luz no fim do túnel. Os fundos setoriais, criados com as privatizações nas áreas de energia elétrica e telecomunicações, deverão injetar, já a partir de 2001, cerca de R\$1,2 bilhão nos programas de pesquisa e desenvolvimento científico. O destino

desses recursos está previsto nos contratos de privatização. Isso significa não só a compra de equipamentos, como também a construção de locais e adequação de redes elétricas, entre outras necessidades, para o desenvolvimento da pesquisa. Teremos de definir se o País vai canalizar esses recursos para a pesquisa básica, como fazem os Estados Unidos, ou para a pesquisa aplicada, como ocorre no Japão.

Grande expectativa dos especialistas é a criação de atrativos para fixar cientistas no Brasil, assim como a preparação de mão-de-obra também para o mercado doméstico, onde o número de profissionais qualificados ainda é insuficiente para atender à demanda interna. Não há recursos humanos preparados na quantidade exigida para atender às oportunidades criadas. Isso sem contar as privatizações, que transferiram empresas nacionais a companhias estrangeiras, agora em busca de mão-de-obra especializada em seus países de origem.

Alocar mais recursos para a pesquisa, oferecer melhores condições de progresso e salários mais adequados aos cientistas e estimular a integração escola-empresa são essenciais para a retenção de cientistas no País. Entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso entender que, sem a melhoria da qualidade de vida em geral, não haverá programa capaz de persuadir um jovem profissional preparado a trocar boas oportunidades nos Estados Unidos ou em qualquer outra parte do mundo por um emprego no Brasil.

É essencial, portanto, não só montar programas de incentivo à pesquisa, como melhorar a qualidade de vida e criar horizontes de atividades. Para tanto, é necessária a promoção de um verdadeiro mutirão nacional, que envolva Governo, universidades, empresas e agências de fomento à pesquisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Ubirajara.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ubirajara) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Francelino Pereira.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos tempos, aliás desde o ano passado, a grande mídia nacional tem ocupado quase a maior parte do seu espaço com um enfoque sobre a questão da quebra do decoro parlamentar, portanto com uma acusação

sistemática de Parlamentares, sejam Deputados Federais ou Senadores.

No caso do Senado, o chamado decoro parlamentar já levou à cassação de um Senador e à renúncia de dois outros Senadores. E ficamos a indagar: o que é exatamente esse decoro parlamentar? O que é realmente essa conduta que deve ser condenada de maneira sistemática pela imprensa, a responsável por formar a opinião pública e capaz de desacreditar o Congresso Nacional, o Parlamento, a representação popular?

É interessante que pouquíssimos editorialistas tenham-se preocupado em fazer uma análise mais profunda desse tema, no que tange ao aspecto da democracia e da estabilidade das instituições, uma vez que Parlamento fraco é caminho aberto para uma ditadura. E ditadura significa fechamento do Parlamento, cerceamento da imprensa e, portanto, quebra do clima de liberdade.

Precisamos preocupar-nos – sem fazer aqui a defesa da intocabilidade de quem quer que seja como Parlamentar – em analisar muito mais amplamente o aspecto da instituição democrática garantidora maior da democracia, que é o Parlamento.

O outro pilar dessa democracia é o Judiciário. Não existe ditadura com Parlamento funcionando. Não existe ditadura com Judiciário livre. É importante que nos debruçemos sobre isso.

Justamente preocupado em entender bem o que é decoro parlamentar e o que pode levar à cassação do mandato de um Parlamentar, encomendei à Consultoria Legislativa do Senado um estudo sobre esse tema. E recebi um estudo da lavra do Consultor Paulo Henrique Soares, que quero ler, Sr. Presidente, porque entendo ser uma matéria de relevância para o momento que vivemos. Diz ele:

Preliminarmente, devemos observar que o conceito de decoro parlamentar é de difícil objetivação, e, por essa razão, considerações a respeito são justificadas predominantemente no âmbito do juízo de valor. Muitas vezes, prevalece na avaliação de casos de possível quebra de decoro parlamentar a captação do sentimento de indignação que provém da sociedade, estimulada pelos formadores de opinião.

A matéria atinente ao decoro parlamentar está disciplinada no Regimento Interno das Casas Legislativas que compõem o Congresso Nacional e se aplica aos Deputados e Senadores no exercício do

mandato parlamentar, em cumprimento ao que dispõe expressamente a Constituição Federal no seu Art. 55, I, §§ 1º e 2º. Também as constituições estaduais e as leis orgânicas municipais e do Distrito Federal devem observar a Constituição Federal, para submeter, também, os membros das Assembleias Legislativa e Câmaras Municipais e Distrital às regras de comportamento parlamentar que são exigidas aos membros do Congresso Nacional.

Também podem ser adotadas resoluções no âmbito da Casa Legislativa, para tratar especificamente do assunto. Assim, o Senado Federal aplica as disposições da Resolução nº 20, de 1993 [veja bem, Sr. Presidente, essa resolução instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar], para apurar, mediante o seu Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, as denúncias ou representações contra Senadores e, se for o caso, aplicar as medidas disciplinares cabíveis ao parlamentar infrator ou encaminhar à decisão da Mesa Diretora, quando se tratar de suspensão ou perda de mandato.

Já a Câmara dos Deputados está em via de aprovar resolução com o mesmo objetivo da citada Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal [portanto, o Senado Federal, desde 1993, já tem um Código de Ética e Decoro Parlamentar, e a Câmara dos Deputados está, agora, tratando de aprovar, também, um código nesse sentido], não obstante o seu Regimento Interno, como o do Senado Federal, já disponha sobre o assunto.

No âmbito do Senado Federal, ao qual pretendemos concentrar a nossa análise, as atribuições do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar estão estabelecidas pela mencionada Resolução nº 20, de 1993, que fixa as regras a serem observadas pelo Senador e reproduz, em parte, as normas contidas no art. 55 da Constituição: os seus deveres fundamentais (art. 2º), as suas vedações constitucionais (arts. 3º a 5º), as suas incompatibilidades com a ética e o decoro parlamentar (art. 5º), as medidas disciplinares a que estão sujeitos (arts. 7º a 10), inclusive a perda de mandato (art. 11), e sobre o processo disciplinar (art. 12 a 21) e o Con-

selho de Ética e Decoro Parlamentar (arts. 22 a 25).

O art. 55 da Constituição Federal prevê os casos em que o Senador ou Deputado poderá perder o mandato, e somente nesses casos – em *numerus clausus*, portanto –, entre os quais se incluem o abuso de prerrogativas e a quebra do decoro parlamentar (inciso II, § 1º) que, necessariamente, decorrem do exercício do mandato parlamentar, nestes casos, o de Senador, conforme podemos concluir do disposto no art. 5º da Resolução nº 20, de 1993, *verbis*:

Art. 5º. Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I – o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional;

II – a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesia de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

.....
A Resolução nº 20/93, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, prevê que as denúncias serão apuradas mediante providências previstas no seu art. 15. Devemos entender que não se trata de fazer devassa na vida do Senador antes de assumir o seu mandato, pois essa avaliação deve ser feita, em primeiro lugar, pelo eleitor que teve a oportunidade de escolhê-lo como um dos três representantes de seu Estado (ou do Distrito Federal) e, em segundo lugar, em igualdade de condição com os demais cidadãos, pelo Poder Judiciário, que deve examinar a sua conduta, se for indiciado em processo judicial, sendo-lhe assegurada, como manda a lei, a ampla defesa.

Entendemos, assim, que o Código de Ética do Senador – da mesma maneira que se dá com o Código de Ética do Advogado, do Médico, do Servidor Público e de outras categorias profissionais – não pretende disciplinar aspectos do comportamento pessoal que não tenham correlação com as atribuições do mandato eletivo de Senador, de-

vendo, por conseguinte, limitar-se à sua função de estabelecer as regras de convivência entre os membros da Casa e demais pessoas e a proibição de atividades incompatíveis com o exercício do cargo.

Demais, não haveria necessidade de Código de Ética para prever que ao Senador é vedada a prática de crime, pois a lei penal já os tipifica e prevê punição para o infrator, seja ele quem for. Somente a prática de ilegalidade que tenha relação com o exercício do mandato de Senador é objeto de apuração e punição pelo Código de Ética.

De outro lado, é evidente que a finalidade derradeira do Código de Ética é assegurar o cumprimento de regras de comportamento pelos Senadores, no exercício do mandato, que preserve o respeito e a credibilidade do Senado, evitando-se, assim, que se fomentem sentimentos populares contra a democracia representativa.

Em conclusão, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não deve analisar denúncias sobre Senadores que não tenham relação com o exercício do mandato, em razão de não haver, a nosso ver, fundamentação expressa na Resolução nº 20/93 e também no Regimento Interno do Senado Federal, não podendo ser considerada como quebra de decoro parlamentar denúncias sobre fatos que envolvem o Senador, quando não estava sequer diplomado para exercer o seu mandato.

Por outro lado, isso não exige o Conselho de encaminhar ao Ministério Público todas as denúncias dessa natureza (sobre fatos ocorridos anteriormente ao exercício do mandato), para examinar a sua procedência e tomar as medidas judiciais. É muito importante que se frise isto: não significa que o Senador esteja isento de pagar por erros e crimes cometidos anterior ao seu mandato, mas não é competência do Conselho de Ética, que pode apenas apurar e encaminhar ao Ministério Público.

Ademais, o referido Conselho prevê em seu art. 19 que *as apurações de fatos e de responsabilidade previstos neste Código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa do Senado, ...*

Desse modo, entendemos que cabe ao Conselho tratar somente de denúncia que se refira **a fatos ocorridos durante o exercício do mandato**, conforme podemos concluir do exame das normas previstas no Regimento Interno do Senado Federal, na Resolução nº 20/93 e na Resolução nº 17/93, que trata da Corregedoria Parlamentar.

No entanto, devemos observar os limites do poder disciplinar do Senado Federal ao apurar as acusações de falta de decoro parlamentar, para que não se estabeleça a confusão entre a acusação da prática de delitos anteriores ao exercício do mandato, que devem ser apurados pelo Poder Judiciário, e acusação de comportamento indecoroso do parlamentar que depõe contra a credibilidade da instituição a qual integra. Desse modo, à luz da referida resolução, cujo objetivo é regradar o comportamento do Senador com vistas a preservar a imagem do Senado Federal diante da sociedade, entendemos não haver **norma expressa** que possamos invocar para tratar dos atos praticados pelo Senador antes de sua diplomação ou posse.

Entendemos que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal não pode se arvorar em tribunal inquisitório como instância superior e decisória para homologar a legitimidade do mandato obtido nas urnas, de acordo com a legislação eleitoral. Assim, fatos atribuídos a parlamentares antes de sua diplomação só devem ser analisados por este Conselho quando houver relação direta do fato delituoso com a obtenção e o exercício do mandato do infrator, de modo que haja constatação de fraude da vontade do eleitor ou dano irreparável ao princípio da representação popular. Pode ser citado, como exemplo, o homicídio do titular do mandato a mando do suplente.

O mandato popular é protegido pela Constituição e **qualquer limitação a seu exercício deve estar necessariamente expressa no texto constitucional**.

O nosso sistema constitucional fundamenta-se no Estado Democrático de Direito, que se originou do Estado liberal, tendo como característica principal o respeito aos

direitos e garantias individuais, dos quais sobressaem-se as liberdades políticas e, por essa razão, nenhuma restrição de direito pode ser estabelecida se não estiver expressamente prevista no Texto Constitucional.

Por outro lado, a independência dos Poderes, prevista no art. 2º da Constituição, pressupõe que o Poder Legislativo deve estabelecer suas normas de funcionamento interno, inclusive as regras a serem observadas pelos seus membros, desde que não haja restrição ao exercício do mandato a não ser nas situações previstas na própria Constituição.

Desse modo, os casos de perda de mandato não podem extravasar os limites previstos na Constituição. Já outras punições, como a advertência e a censura verbal ou escrita ao parlamentar, podem ser estabelecidas pelo Regimento Interno da Casa a qual o parlamentar integra, em razão de sua aplicação não alterar a composição numérica da representação parlamentar e, conseqüentemente, sobre a escolha que o eleitor fez no ato de votar. Por essa razão, temos dúvidas quanto à constitucionalidade da punição de perdatemporária do exercício do mandato aplicável ao Senador que incorrer nas práticas previstas no art. 10 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, pois a Constituição não a prevê. Todavia, a Constituição Federal prevê a possibilidade de perda ou suspensão dos direitos políticos nos casos previstos no art. 15, para todos os cidadãos detentores ou não de mandato eletivo.

Quando se tratar de fatos pretéritos, exceto os casos análogos ao exemplo acima citado, deve o Conselho aguardar a condenação do Poder Judiciário, de modo a evitar que sua decisão seja entendida como vitória política de setores partidários ou de segmentos sociais que defendam causas próprias, e não como medidas de preservação da legitimidade e autoridade do Poder Legislativo.

Assim, a apuração sobre quebra de decoro parlamentar deve-se limitar aos fatos ocorridos após a diplomação, mormente após a posse no mandato de Senador, não obstante não lhe seja expressamente veda-

do pelas normas regimentais examinar se a vida pregressa do Senador não prejudica o exercício satisfatório do mandato e a imagem da Casa. Todavia, a circunstância deve ser vista em caráter excepcional, em face de evidente demonstração de prejuízos à imagem do Senado.

Acusações não comprovadas ou notícias "plantadas" na imprensa por adversários políticos não podem constituir elementos essenciais para instruir qualquer decisão a respeito do comportamento do Senador. Somente fatos objetivos e pontuais, que estejam previstos no Regimento Interno ou em resoluções das Casas Legislativas, devem ser devidamente apuradas, sob pena de constituir-se em instrumento de manipulação partidária ou eleitoral.

Por conseguinte, todas as denúncias que se refiram a alegados ilícitos praticados antes da posse e, em alguns casos, antes da diplomação, devem ser encaminhadas ao Ministério Público Federal, devendo ser examinados **interna corporis** somente os fatos ocorridos durante o exercício do mandato parlamentar, tendo em vista que, como bem o faz o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, não trata de eventos que possam ter ocorrido antes da obtenção do mandato. Todavia, a condenação criminal durante o exercício do mandato, em sentença transitada em julgado (art. 55, VI), deve implicar a perda do mandato; o mesmo se dá no caso de suspensão ou perda de direitos políticos. (art. 55, IV).

A nosso ver, não há como concluir que denúncias sobre fatos do passado de Senadores constituem procedimentos que possam ser declarados incompatíveis com o decoro parlamentar, antes que esteja no exercício do mandato o Senador e seja comprovado, de modo inofismável e em definitivo, o envolvimento do acusado como autor ou beneficiário da prática do delito que lhe foi atribuído.

Todavia, reafirmamos a ausência de definição, tanto na legislação e jurisprudência quanto na doutrina, do conceito de decoro parlamentar, o que torna difícil extrair conclusões a respeito que não sejam de mero juízo de valor. Desse modo, prevalece na avaliação de casos de possível quebra

de decoro parlamentar a captação do sentimento de indignação que provém da sociedade, estimulada ou não pelos formadores de opinião.

Diante do exposto, cabe à maioria dos membros da Casa Legislativa decidir, caso a caso, se o parlamentar acusado de quebra do decoro parlamentar praticou ato que o torne indigno de conviver com seus pares, em razão de seu comportamento extravasar os limites de sua pessoa para respingar na instituição que integra, resguardada, no entanto, a ampla defesa que deverá lhe ser proporcionada no decorrer do processo legal contra si devidamente instaurado.

Sr. Presidente, esse trabalho, repito, da lavra do consultor Paulo Henrique Soares, é muito atual e merece realmente ser analisado e discutido.

Este momento histórico que o Brasil vive é importante pois é um momento de depuração das instituições. E, entre as instituições – Executivo, Legislativo, Judiciário –, o Legislativo é, disparadamente, o Poder mais transparente. Isso porque todas as reuniões de qualquer comissão do Senado ou da Câmara são transmitidas diretamente pela TV Senado, pela TV Câmara, pela Rádio Senado, pela Rádio Câmara e publicadas nos seus jornais respectivos, fora a cobertura nacional da mídia em geral.

E o Senado não só passou a ser, de pouco tempo para cá, diga-se de passagem, uma instituição a que todos os cidadãos têm acesso, a exemplo do telefone 0800, para criticar, sugerir e fazer perguntas aos Parlamentares, como também tem sido rigoroso na punição de seus membros. Um senador já foi cassado e dois tiveram que renunciar, sem entrar no mérito da questão, até pela análise que faz o Consultor Legislativo.

Ao encerrar o meu pronunciamento, gostaria de ressaltar que não estou aqui fazendo a defesa de qualquer Senador nem dizendo que algum Senador deva ter o privilégio de ficar acima da lei. Entendo que qualquer denúncia deve ser apurada, mas, se queremos manter uma democracia, efetivamente, devemos nos subordinar aos rituais da lei. Se há denúncia, vamos apurá-la. Se há comprovação da denúncia, vamos punir quem infringiu a lei, mas não vamos fazer desse momento um verdadeiro tribunal de inquisição, em que talvez, ao final, os inquisidores ou estimuladores da inquisição, assim como todos nós, brasileiros, as vítimas. Porque, enfraquecendo os principais pilares da democracia, o Legislativo e o Judiciário, nós

estariamos como que poupando o Poder Executivo, que é o único Poder que sobrevive e comanda as ditaduras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ubirajara) – Concedo a palavra ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha intervenção será muito breve e é limitada a pedir a inserção, nos Anais desta Casa, de um documento que julgo importante para as relações Brasil/Estados Unidos.

Trata-se de um memorando que foi encaminhado ao Presidente George W. Bush e ao Vice-Presidente Richard Cheney pelo Conselho de Relações Exteriores, que é uma entidade privada de grande prestígio e de grande autoridade nos Estados Unidos, porque é dirigida pelo Professor Kenneth Maxwell, que talvez seja o mais importante dos brasileiros americanos.

O Professor Kenneth Maxwell é autor de um livro que é hoje referência para todos nós, extremamente importante, que é **A Devassa da Devassa**, no qual estudou a Inconfidência Mineira em profundidade e, agora, acaba de publicar um outro livro também da maior importância, que se refere a estudos sobre o Marquês de Pombal e sobre as consequências da sua administração no mundo português e, particularmente, no que se refere ao Brasil.

Nesse trabalho, o Professor Maxwell, dirigindo esse grupo, diz que é necessário uma refundação das relações Brasil/Estados Unidos, uma vez que ela, hoje, necessita de uma agenda positiva para que se possa superar esse aspecto, que é somente de relações comerciais, para se derramar em algo mais profundo, que é a participação do Brasil, co-responsável, na elaboração de uma nova ordem mundial.

Assim, peço a transcrição nos Anais da Casa deste documento, que é a Declaração de uma Força Tarefa Independente patrocinada pelo Conselho de Relações Exteriores, presidida pelo Professor Kenneth Maxwell, pessoa que conheço bastante e pela qual tenho grande admiração. Ele é um grande intelectual e também foi Presidente do Camões Centre, da Universidade da Colúmbia, onde tive oportunidade de comparecer e fazer uma palestra sobre a aventura da Língua Portuguesa.

O Professor Kenneth Maxwell é um homem que tem um grande interesse pelo Brasil e pela literatura brasileira.

Assim, esse documento, inserido nos Anais desta Casa, representará, sem dúvida, um subsídio importante para todos nós que examinamos as relações Brasil/Estados Unidos com um sentido muito objetivo, crítico e, ao mesmo tempo, no sentido de que essas relações possam ficar cada vez mais estreitas, mas independentes e vantajosas para os nossos países.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ SARNEY EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE JOSÉ SARNEY:

UMA CARTA AO PRESIDENTE E UM MEMORANDO SOBRE A POLÍTICA DOS EUA COM RELAÇÃO AO BRASIL

Declaração de uma Força Tarefa Independente Patrocinada pelo Conselho de Relações Exteriores Stephen Robert, Coordenador Kenneth Maxwell, Diretor do Projeto

O Conselho de Relações Exteriores S.A., uma organização nacional imparcial e sem fins lucrativos, fundada em 1921, dedica-se a promover o entendimento nas relações internacionais por meio da troca de idéias livre e civil. Os membros do Conselho acreditam firmemente que a paz e a prosperidade dos EUA estão intimamente ligadas com a paz e a prosperidade do resto do mundo. Dessa crença advém a missão do Conselho: aumentar o conhecimento dos Estados Unidos sobre as outras nações – seus povos, culturas, histórias, esperanças, lutas e ambições – e, assim, servir ao nosso País por meio do estudo e do debate, tanto público quanto privado.

O CONSELHO NÃO TOMA QUALQUER POSIÇÃO INSTITUCIONAL EM QUESTÕES DE POLÍTICA E NÃO TEM QUALQUER VÍNCULO COM O GOVERNO DOS EUA. TODOS OS FUNDAMENTOS DE FATO E EXPRESSÕES DE OPINIÃO CONTIDOS EM SUAS PUBLICAÇÕES SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS RESPECTIVOS AUTORES.

O Conselho patrocinará uma Força Tarefa Independente quando (1) surgir uma questão atual e de importância crucial à política externa dos EUA e (2) um grupo formado por pessoas de diferentes antece-

dentes e perspectivas possa, contudo, chegar a um consenso significativo sobre determinada política por meio de deliberações privadas e imparciais. Normalmente, uma Força Tarefa se reunirá de duas a cinco vezes em um breve período para garantir a relevância de seu trabalho.

Ao chegar a uma conclusão, a Força Tarefa emite um relatório que o Conselho publica e coloca em seu **website** <http://www.cfr.org>. Os Relatórios da Força Tarefa podem ter três formas: (1) um consenso forte e significativo sobre uma política, com membros da Força Tarefa endossando a política geral sugerida pelo grupo e os julgamentos feitos por ele, ainda que não necessariamente todos as suas conclusões e recomendações; (2) um relatório estabelecendo as várias posições políticas, da maneira mais clara e justa possível; ou (3) um "Relatório do Presidente" ao qual membros da Força Tarefa que concordam com o presidente podem se associar, enquanto os que discordam podem apresentar declarações dissidentes. Ao chegar a uma conclusão, a Força Tarefa também pode pedir a pessoas que não sejam membros dela que se associem ao Relatório da Força Tarefa para aumentar seu impacto. Todos os Relatórios da Força Tarefa são comparados com o padrão de política da atual administração para deixar explícitas as áreas em que concordam e discordam. A Força Tarefa responsabiliza-se inteiramente por seu relatório. O Conselho não toma uma posição institucional.

Para obter maiores informações sobre o Conselho ou esta Força Tarefa, por favor escreva para o Conselho de Relações Exteriores (Council on Foreign Relations), 58 East 68th Street, New York, NY 10021 ou telefone para o Diretor de Comunicações (212) 434-9400. Visite nosso **website** em <http://www.cfr.org>. Copyright © 2001 Council on Foreign Relations?, Inc.

Todos os direitos reservados.

Impresso nos Estados Unidos da América.

Este livro não pode ser reproduzido total ou parcialmente, de qualquer forma (além das previstas nas seções 107 e 108 da lei de direitos autorais dos EUA e trechos para resenhas da imprensa), sem a expressa autorização da editora. Para obter maiores informações, escreva para Publication Office, Council on Foreign Relations, 58 East 68th Street, New York, NY 10021.

PREFÁCIO

Após a crise financeira do final da década de noventa, o Conselho de Relações Exteriores patrocinou quatro Forças Tarefa Independentes para examinar,

em detalhe, as relações econômicas dos EUA com a China, o Japão, a Rússia e o Brasil, além de outras questões que concernem à política econômica. A Força Tarefa para o Brasil realizou seu trabalho com clareza e eficácia na forma de um memorando ao Presidente. Nesse memorando, a Força Tarefa argumenta que o Brasil é o ponto de partida para qualquer iniciativa política bem sucedida dos EUA na América do Sul. Se quisermos manter a reforma econômica e a democracia, promover o livre comércio e a abertura dos mercados e ainda combater as drogas, o terrorismo e os crimes internacionais, o Brasil é um parceiro essencial. Esse relatório descreve sucintamente as razões pelas quais o Brasil é importante para os Estados Unidos e destaca a urgência de desenvolver um plano de cooperação com o Brasil devido à proximidade do fim dos prazos para a realização de acordos comerciais, além das condições de países vizinhos ao Brasil, principalmente a Colômbia e a Venezuela, que se agravam a cada dia. O memorando ao Presidente também define com clareza os obstáculos para o estabelecimento de um plano positivo para os dois lados.

Como o memorando deixa claro, estamos em um daqueles momentos de transição da história em que os Estados Unidos e o Brasil compartilham vários objetivos e valores chave. A Força Tarefa recomenda que o Presidente dê início imediato a uma revisão completa da política dos EUA com relação ao Brasil e examine como os dois países podem trabalhar juntos em questões vitais como comércio, drogas e segurança regional e, a partir daí, empenhar-se num diálogo estratégico sério e duradouro com os líderes brasileiros.

A Força Tarefa chegou a um consenso forte e significativo sobre uma política, com todos os seus membros endossando a política geral sugerida pelo grupo e os julgamentos feitos por ele, ainda que não necessariamente todas as suas conclusões e recomendações.

Sou muito grato a Steve Robert por liderar esta importante iniciativa e a Kenneth Maxwell, diretor do projeto, habilmente assessorado pelo Pesquisador Adjunto de estudos latino-americanos, Tomás Amorim. Também gostaria de expressar minha gratidão à Fundação Arthur Ross pelo financiamento deste trabalho.

Leslie H. Gelb

Presidente

*Conselho de Relações Exteriores
Nova Iorque, fevereiro de 2001*

AGRADECIMENTOS

Devemos muito a todos os membros da Força Tarefa por quase dois anos e 18 sessões de bom trabalho sob a liderança do coordenador Steve Robert. Este foi realmente um esforço coletivo em que as contribuições individuais dos nossos distintos membros da – Força Tarefa geraram uma grande quantidade de conhecimento e experiência que vieram enriquecer as nossas discussões e o conteúdo final do memorando ao Presidente.

Também somos gratos pelas discussões francas e informais que a Força Tarefa teve em longas reuniões com Robert Rubin, ex-Secretário do Tesouro dos EUA, com o Vice Presidente do Brasil, Marco Maciel, com Arminio Fraga, presidente do Banco Central do Brasil, com o Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia e com Rubens Antônio Barbosa, Embaixador do Brasil em Washington, e ainda pelas discussões privadas que alguns membros da Força Tarefa tiveram individualmente com vários líderes políticos Brasileiros. Gostaríamos de agradecer também ao Embaixador Gelson Fonseca Jr., Representante Permanente do Brasil na ONU, por acolher a reunião da Força Tarefa com o Ministro Lampreia em sua residência em Nova York.

Contamos com as sábias opiniões do Presidente do Conselho, Leslie H. Gelb e com sua infalível habilidade de concentrar-se na essência de um problema e direcionar o nosso foco de atenção. Mike Petes, diretor geral de operações, e Jan Murray, tesoureiro do Conselho, forneceram um apoio infalível, assim como o forneceu Marie-Xavière Strauss, assessor-especial do presidente. Também contamos com as lendárias habilidades de Trisha Dorff e Leah Scholer do departamento de Publicações e com a ajuda de April Palmerlee do departamento de Comunicações do conselho. O pessoal de apoio do Conselho foi, como sempre, bem eficiente por trás das câmaras, tornando nossas sessões de trabalho confortáveis e tranquilas, especialmente as habilidades de gerenciamento de eventos de Mark Hudson. Também tivemos um auxílio inestimável de nossos estagiários do Programa América Latina, Jaime Salas, Katalyn Vidal e Heather Singmaster. Por último, mas de maneira alguma menos importante, Tomás Amorim, pesquisador adjunto em nosso programa, fez muito mais que o esperado em seu comprometimento com o sucesso deste projeto, trazendo, como traz a todas as suas atividades, um entusiasmo e uma eficiência contagiante.

Kenneth Maxwell
Diretor do Projeto
Conselho de Relações Exteriores

CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES

58 East 68th Street. New York .New York .10021
Tel: 212 434 9623 Fax: 212 434 9817 E-mail: latina-
merica@cfr.org
www.cfr.org

Carta ao Presidente

12 de fevereiro de 2001

Excelentíssimo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush,
Ilustríssimo Vice Presidente, Richard B. Cheney,
Ilustríssimo Secretário de Estado, Colin L. Powell,
Ilustríssimo Secretário do Tesouro, Paul H. O'Neill,
Ilustríssimo Secretário da Defesa, Donald H. Rumsfeld,
Ilustríssimo Secretário do Comércio, Donald L. Evans,
Ilustríssimo Representante Comercial dos Estados Unidos, Robert B. Zoellick,
Ilustríssima Assessora do Presidente para Questões de Segurança Nacional (NSA),
Condoleezza Rice,
Secretário de Estado Assistente para Negócios do Hemisfério Ocidental,
Ilustríssimo Assessor Especial do Presidente e Diretor Sênior para negócios Inter-Americanos, John F. Maisto,
Ilustríssimo Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Jesse Helms,
Ilustríssimo Membro Democrata Sênior da Comissão de Relações Exteriores do Senado,
Joseph R. Biden Jr.,
Ilustríssimo Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Henry J. Hyde,
Ilustríssimo Membro Democrata Sênior da Comissão de Relações Exteriores da Câmara,
Tom Lantos,
Presidente da Subcomissão da Câmara para o Hemisfério Ocidental,
Membro Democrata Sênior da Subcomissão da Câmara para o Hemisfério Ocidental.

Caro Senhor Presidente,

Somos uma Força Tarefa Independente, patrocinada pelo Conselho de Relações Exteriores, que tem trabalhado, nos últimos 18 meses, na futura política dos EUA com relação ao Brasil.

Acreditamos que o Brasil pode e deve ser um parceiro fundamental dos Estados Unidos na promoção da reforma econômica e do livre comércio, na ma-

manutenção da democracia e da abertura dos mercados e no combate ao narcotráfico, ao terrorismo e aos crimes internacionais. Os Estados Unidos não podem atuar sozinhos na América do Sul e não há melhor parceiro estratégico que o Brasil para a solução desses problemas. Um diálogo realista e duradouro com o Brasil é essencial a qualquer política bem sucedida dos EUA no hemisfério ocidental. O Brasil é o ponto de partida e é importante demais em tudo que irá ocorrer na América do Sul para ser negligenciado.

Rogamos que o senhor aja rapidamente na construção de uma relação funcional e de qualidade com o Brasil baseada em interesses comuns. Reconhecemos que esta não será uma tarefa fácil, visto que qualquer nova iniciativa com relação ao Brasil deverá levar em conta as diferenças mútuas dos dois países. Esta relação não poderá, tampouco, excluir outros vizinhos sul-americanos e o Brasil não reagirá favoravelmente se acreditar que o objetivo dos Estados Unidos é somente de cooptá-lo para servir aos interesses Norte Americanos.

Recomendamos:

(i) Uma revisão completa da nossa política com relação ao Brasil e um exame de como os dois países podem trabalhar juntos em questões vitais como comércio, drogas e segurança regional e

(ii) a partir daí; o empenho em um diálogo estratégico de cooperação sério e duradouro com os líderes brasileiros.

Anexamos um sucinto memorando que destaca os motivos pelos quais fizemos estas recomendações e que indica as questões chave – reforma política e econômica, livre comércio, drogas e segurança regional – que acreditamos serem cruciais a qualquer diálogo entre os Estados Unidos e o Brasil.

É hora de repensar e reforçar as relações entre os Estados Unidos e o Brasil. Ambas as nações têm muito a ganhar com a melhora dessas relações. Este é o momento de agir.

Cordialmente,

Força Tarefa Independente sobre o Brasil

MEMORANDO

Para: O Presidente do Estados Unidos,

O Vice Presidente,

O Secretário de Estado,

O Secretário do Tesouro,

O Secretário da Defesa,

O Secretário do Comércio,

O Representante Comercial dos Estados,

A Assessora do Presidente para Questões de Segurança Nacional (NSA),

O Secretário de Estado Assistente para negócios do Hemisfério Ocidental,

O Assessor Especial do Presidente e Diretor Sênior para negócios interamericanos,

O Presidente e Membro Democrata Sênior da Comissão de Relações Exteriores do Senado,

O Presidente e Membro Democrata Sênior da Comissão de Relações Internacionais da Câmara,

O Presidente e Membro Democrata Sênior da Subcomissão da Câmara para o Hemisfério Ocidental.

De: Força Tarefa Independente sobre o Brasil
Assunto: A Política dos EUA com relação ao Brasil

Somos uma Força Tarefa Independente, patrocinada pelo Conselho de Relações Exteriores em um trabalho sobre as futuras políticas dos EUA com relação ao Brasil.

Acreditamos que o Brasil é essencial a qualquer política bem-sucedida dos EUA no hemisfério ocidental. O País pode tornar-se um parceiro importante e, por isso, insistimos que se inicie um diálogo duradouro a fim de examinar em que pontos os Estados Unidos e o Brasil podem trabalhar eficazmente juntos visando ao benefício mútuo.

Estamos nos aproximando de um momento seminal em que o Brasil e os Estados Unidos compartilham de vários objetivos comuns no hemisfério. No entanto, este momento pode durar pouco e, por isso, não podemos deixá-lo escapar pela falta de atenção por parte do governo dos EUA. O Brasil é importante demais em tudo que irá ocorrer na América do Sul para ser negligenciado.

O Brasil pode e deve ser um parceiro fundamental dos Estados Unidos na manutenção da reforma econômica e da democracia, na promoção do livre comércio e da abertura dos mercados e no combate ao narcotráfico, ao terrorismo e aos crimes internacionais. Se quisermos estender a Área de Livre Comércio da América do Norte até a América do Sul, o Brasil será um país de importância crucial. Se quisermos superar os problemas com as drogas em todo o hemisfério de uma vez só, veremos que Brasil é fundamental na organização dessa tarefa. Não conseguiremos manter a democracia se ela falhar no Brasil. Nenhuma das políticas fundamentais dos EUA funcionará no final sem o Brasil, pois ele é o ponto de partida.

Acreditamos que este é o momento oportuno de agir. As relações Brasil-Estados Unidos estão boas; o Brasil superou recentemente um passado autoritário

e vive atualmente uma democracia vigorosa, a terceira maior do mundo, e sua economia está em pleno crescimento. Com um novo governo nos EUA e com as eleições presidenciais brasileira se aproximando (2002), Washington tem que pensar no futuro e precisa fazê-lo com urgência.

Os Estados Unidos estão enfrentando uma lista de negociações comerciais difíceis e problemas estão ocorrendo ao redor do Brasil. Quer os Estados Unidos concordem ou não, o Brasil é um país de destaque na América do Sul, pois faz fronteira com muitos dos países que enfrentam cada vez mais problemas – da Colômbia ao Peru, do Paraguai à Argentina. E é por todas essas razões que devemos começar a ouvir às perspectivas brasileiras, considerar o País como um grande parceiro estratégico e tratá-lo como tal. É de vital importância que os EUA desenvolvam uma política específica para o Brasil e trabalhem com ele no desenvolvimento das áreas de interesse comum. Uma relação estratégica com o Brasil se tornará uma relação estratégica com a América do Sul.

Portanto, rogamos que o senhor promova rapidamente:

(1) uma revisão completa da nossa política com relação ao Brasil e um exame de como os dois países podem trabalhar juntos em questões vitais como comércio, drogas e segurança regional; e

(2) a partir daí, o empenho em um diálogo estreito e de cooperação sério e duradouro com os líderes brasileiros.

I. POR QUE O BRASIL?

O Brasil é a terceira maior democracia do mundo. Após décadas de governo militar, o País ostenta uma sociedade aberta e vigorosa, com uma mídia alegre e com uma sociedade civil e uma classe média ambas grandes e participativas. As eleições foram acirradas, porém honestas. No ano de 2000, os votos de 110 milhões de brasileiros, para um total de 367.371 candidatos, foram contados por máquinas de votação e sem erro em 5.559 municípios por todo o País. As reformas políticas ainda estão incompletas, mas os brasileiros já podem se orgulhar de muito que foi conseguido, inclusive o **impeachment** de um presidente por corrupção. E no aspecto econômico, desde 1994 o Brasil tem controlado a inflação, um verdadeiro marco histórico. Apontamos quatro razões pelas quais o Brasil é importante para os Estados Unidos: seu poder econômico; sua localização central na América do Sul; seu **status** de parceiro comercial e receptor de investimentos norte-americanos e seu

papel diplomático tanto nas agências sul-americanas quanto nas internacionais.

- O Brasil tem um dos mais importantes poderes econômicos e é um líder entre os mercados emergentes avançados. A economia brasileira é mais do que duas vezes maior que a da Rússia, quase tão grande quanto a da China e duas vezes maior que a da Índia. Ele é o país principal da América do Sul, com mais da metade do seu PIB e da sua população. É o segundo maior mercado mundial de jatos executivos e helicópteros, o segundo em telefones celulares e faxes, o quarto em geladeiras, o quinto em CD, e o terceiro em refrigerantes. Com uma paridade de poder aquisitivo de mais de um trilhão de dólares em 2001, o Brasil é o quinto no mundo depois de EUA, China, Japão e Alemanha. O País é o líder do MERCOSUL – Mercado Comum do Sul –, que inclui Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e tem relações especiais com o Chile e a Bolívia – e acredita que ele é de grande importância para seu futuro geopolítico e econômico na América do Sul. O Mercosul é uma peça fundamental para a construção de qualquer acordo de livre comércio que englobe todo o hemisfério e o Brasil é o líder regional da “nova economia”. Mais de 40 por cento dos usuários da Internet na América Latina são brasileiros, duas vezes mais que no México.

- O Brasil faz fronteira com nove dos outros onze países da América do Sul. Ao longo de sua porosa fronteira amazônica, a guerra interna da Colômbia está ameaçando alastrar-se para os países vizinhos. A magnitude do auxílio norte-americano à Colômbia – menor apenas que a ajuda prestada a Israel e ao Egito – tornou o destino deste conturbado país uma questão fundamental para a política estrangeira dos EUA. No entanto, muitas pessoas no Brasil, no Peru e no Equador temem que o Plano Colômbia agrave seus problemas, uma vez que os refugiados procurarão abrigo em seus territórios, e os guerrilheiros e grupos paramilitares expandirão a guerra para além das fronteiras colombianas. No Brasil, assim como nos outros países da América do Sul, o impacto negativo do narco-negócio já é uma ameaça a governos municipais e estaduais. O Brasil será um parceiro importante em qualquer iniciativa internacional para eliminar o problema do narcotráfico. O Brasil alcançou uma posição de liderança na América do Sul e foi o principal conciliador no acordo fronteiriço entre Equador e Peru. O país também ajudou, por três vezes nos últimos anos, a evitar um golpe de Estado no Paraguai. O receio da má influência do conflito colombiano já levou o Brasil a reformular seu programa de segurança nacional e aumentar seu efetivo militar na fron-

teira. Se a política atual em relação à Colômbia falhar, os Estados Unidos podem encontrar no Brasil um parceiro útil no desenvolvimento e na implementação de abordagens alternativas.

- Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial do Brasil. As exportações norte-americanas para o país aumentaram em mais do dobro desde 1991 e totalizaram mais de 13 bilhões de dólares em 1999. O comércio com o Brasil é especialmente importante para estados como a Flórida, onde ele substituiu o Japão em 1995 como o parceiro comercial número um. Cerca de um quarto de toda as transações comerciais norte-americanas com o Brasil passam pela Flórida e as exportações da Califórnia, Texas, Nova Iorque, Illinois, Georgia, e Ohio para o Brasil também aumentaram exponencialmente. O País é o maior beneficiário dos investimentos diretos norte-americanos, mantendo um nível alto e constante deles nos últimos três anos. Os investimentos norte-americanos no Brasil são cinco vezes maiores que os na China, e para muitas das grandes empresas norte-americanas, o Brasil representa um dos maiores mercados estrangeiros. Entre as principais empresas norte-americanas no Brasil temos: General Motors, Ford, Texaco, Exxon, General Electric, Citibank, McDonald's, Cargill, Alcoa, Philip Morris, e Goddard, assim como praticamente toda a indústria farmacêutica.

- Há muito tempo o Brasil tem um papel importante em várias agências das Nações Unidas, proporcionando-lhes muitos presidentes altamente capacitados. O País continuará a trabalhar com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e com o sistema das Nações Unidas, que é essencial para seu desejo de finalmente possuir uma cadeira permanente no novo Conselho de Segurança da ONU. É importante para os Estados Unidos, principalmente em negociações comerciais futuras e outras questões globais multilaterais, examinar com o Brasil como as duas nações podem trabalhar juntas, antevendo pontos de cooperação e conciliando possíveis conflitos.

II. POR QUE AGORA?

Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil enfrentam uma crescente crise na Colômbia, instabilidade na região andina e uma relação cada vez mais complicada com a Venezuela. Internamente, o Brasil ainda enfrenta dificuldades com seus planos de reforma política e econômica. Além disso, os Estados Unidos e o Brasil estão ambos diante de uma importante agenda de negociações comerciais. Assim sendo, identificamos três áreas de urgência: a manutenção

do crescimento e da reforma econômica; a agenda comercial para o hemisfério, onde Brasil e Estados Unidos são os participantes principais e os crescentes desafios à democracia e à reforma econômica na América do Sul.

– O motor de crescimento no Brasil, assim como nos Estados Unidos, é a economia interna. Ainda assim, a economia interna não pode crescer sem a ajuda de fluxos contínuos de capital estrangeiro. Na última década, o Brasil começou a adotar estratégias econômicas voltadas para o exterior. Setores que antes pertenciam ao patrimônio público foram privatizados, grandes progressos foram feitos para aplacar a inflação, conter o déficit fiscal, e oferecer um ambiente mais estável para um crescimento sustentável e a longo prazo. No entanto, essa abertura é um fenômeno relativamente novo; é importante reconhecer que esta é uma experiência de apenas dez anos e que o Brasil ainda permanece vulnerável a choques externos. Os Estados Unidos têm um papel importantíssimo no apoio ao progresso brasileiro e têm grande interesse na manutenção do seu sucesso. Em 1998, a ameaça de que as crises russa e asiática diminuíssem o impulso do Brasil em direção a um comércio mais livre, à reforma fiscal e à economia de mercado levou o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – com o acompanhamento cuidadoso do Tesouro Nacional norte-americano – a criar um pacote financeiro de 41,5 bilhões de dólares para ajudar o Brasil a superar a crise. Os Estados Unidos contribuíram com 5 bilhões de dólares oriundos do Fundo de Estabilização Econômica. Este pacote financeiro internacional, liderado pelos EUA e agora virtualmente já todo pago, possibilitou ao Brasil amortecer o impacto da desvalorização do real, no início de 1999. O País reconquistou rapidamente o acesso a mercados de capitais estrangeiros e pôde pegar novamente a estrada do crescimento renovado. Em 2000, a economia registrou um crescimento de quatro por cento do PIB, com a inflação caindo para seis por cento. Para 2001, as expectativas são de 4,5 por cento de crescimento e quatro por cento de inflação. Políticas fiscais e monetárias sólidas foram mantidas, e o déficit fiscal do setor público brasileiro caiu de mais de dez por cento do PIB em 1999 para quatro por cento em 2000. É de grande interesse dos Estados Unidos ajudar o Brasil a manter em curso sua agenda de reformas. Questões importantes sobre reforma fiscal, direitos autorais e proteção da propriedade intelectual, no entanto, permanecem sem resolução, e todas elas têm um impacto sobre os investidores norte-americanos.

Os Estados Unidos estão enfrentando uma série de prazos apertados para a agenda comercial. A próxima Cúpula das Américas acontecerá na cidade de Quebec, Canadá, de 20 a 22 de abril de 2001. O Brasil e os Estados Unidos dividirão a presidência da rodada sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que irá começar em novembro de 2002. Segundo os acordos atuais, as negociações da Alca deverão estar encerradas em 2005. O Mercosul iniciou negociações sobre livre comércio com a União Européia (UE), a serem completadas até 2004-2005. Há uma certa urgência no que diz respeito à agenda atual de negociações. A imediata devolução do poder de negociação da “via rápida” ao presidente fortaleceria sobremaneira a posição dos Estados Unidos na Cúpula das Américas quanto na rodada da Alca.

A falta de ação oferece riscos aos Estados Unidos. O Brasil foi a sede da primeira Cúpula dos Países Sul-Americanos em agosto de 2000 e fortalecer seus vínculos com os vizinhos sul-americanos é o maior objetivo de sua política externa. O Brasil também fortaleceu sua relação com a União Européia. Ambos são vistos como meios de fortalecer o poder de barganha do Brasil, e por consequência, do Mercosul e de toda a América do Sul, diante da América do Norte e refletem a tentativa do Brasil de equilibrar suas relações internacionais em vez de comprometer-se com a exclusividade. De fato, os investimentos europeus no Brasil (especialmente em telecomunicações, serviços financeiros e empresas prestadoras de serviços públicos) aumentaram bastante nos últimos anos, e o comércio total entre a UE e o Mercosul aumentou em mais de 120 por cento desde 1990. Em 2000, a Espanha superou os Estados Unidos como o país que mais investiu no Brasil. Em termos de exportações, os Europeus claramente superaram os Estados Unidos, tanto em números quanto em crescimento. Sem uma agenda ativa de Washington, este processo pode representar uma possível ameaça para as futuras perspectivas econômicas dos EUA sobre o mercado brasileiro, com um impacto nos Estados Unidos também em termos de perda de empregos e de oportunidades financeiras e empresariais. Não se deve esquecer que se a França abrir mão de suas questões agrícolas, um grande acordo entre a UE e o Brasil poderia ser fechado, deixando os Estados Unidos de fora. Assim, os Estados Unidos correm o risco de encontrar o lugar ocupado quando os europeus tiverem estabelecido suas relações estratégicas. Em termos de investimentos na “nova economia”, por exemplo, os Estados Unidos perderam recentemente uma grande oportunidade quando a agência reguladora das tele-

comunicações no Brasil (Anatel) fez o anúncio oficial da escolha do padrão europeu, em detrimento do padrão norte-americano, para os serviços celulares de última geração. A adoção do padrão europeu não só elimina as empresas de **hardware** norte-americanas, como a Qualcomm, desse setor em franca expansão, como também põe em desvantagem empresas norte-americanas de **software** e de conteúdo. Isso não precisava ter acontecido.

Existe também o risco de projeções negativas para o Brasil se o País não conseguir avançar de forma agressiva na direção de um acordo comercial no hemisfério. O Brasil precisa comercializar mais, e não menos. O mercado norte-americano é seu maior prêmio. O fracasso do Brasil em aumentar seu comércio é um dos problemas principais da atual política. Se o acordo com o Brasil e o Mercosul não der certo, os Estados Unidos provavelmente buscarão mais acordos bilaterais de livre comércio, como o que está sendo negociado com o Chile e à medida em que a região se dirige para uma maior dolarização, o Brasil corre o risco de ficar isolado. Na nossa opinião, tanto o Brasil quanto os Estados Unidos têm interesse em expandir e manter o crescimento do comércio internacional. Este não é um jogo de zero a zero, nem os acordos de livre comércio excluem uns aos outros. O Chile, por exemplo, também negocia um acordo de livre comércio com a Europa. O México, além do acordo com os Estados Unidos e o Canadá (Nafta), também tem um acordo de livre comércio com a Europa. Os Estados Unidos e o Brasil ainda têm interesse em um ambiente financeiro internacional menos volátil. Os Estados Unidos e o Mercosul compartilham interesses comuns nas negociações com a Europa. Por exemplo, ambos são exportadores agrícolas e ambos estão interessados em ver os subsídios e tarifas agrícolas reduzidos na União Européia. Por todos esses motivos, os Estados Unidos precisam definir com urgência uma agenda positiva para o Mercosul. Apesar do progresso substancial em relação aos objetivos políticos e econômicos no Brasil, e em países como Chile e México, em muitas partes do Hemisfério Ocidental as perspectivas são confusas. Os países andinos estão enfrentando grandes problemas, alguns dos quais seriam muito piores (Equador, Venezuela) se não fosse pela alta dos preços do petróleo. As dificuldades econômicas da Argentina terão um impacto negativo no Brasil e no Mercosul se não forem resolvidas. Dentro do Mercosul, o Brasil e os Estados Unidos têm trabalhado juntos para sustentar a democracia no Paraguai. O Brasil teve um papel discreto na crise de sucessão no Peru e também desfruta de uma boa rela-

ção com o Chile. Na Colômbia, o Brasil poderia tornar-se um ator importante em futuras negociações de paz. Com todas essas incertezas pela frente, o Brasil e os Estados Unidos têm em comum o interesse em preservar a reforma econômica e a legitimidade da democracia na região. A relação entre os Estados Unidos e a Venezuela, em particular, irá tornar-se cada vez mais forçada no futuro. O Brasil trabalha arduamente para manter suas boas relações com a Venezuela, um grande fornecedor de petróleo aos Estados Unidos e também ao Brasil. Ainda assim a Venezuela de Hugo Chávez está tentando oferecer um grande modelo alternativo para o desenvolvimento da América do Sul, o que impõe desafios ao objetivo que o Brasil, assim como outros países sul-americanos, vêm perseguindo na última década. A Venezuela de Chávez procura aliar-se a Cuba para estabelecer uma alternativa ao que ele considera "hegemonia norte-americana no hemisfério." A visão de uma forma alternativa de integração sul-americana baseada nos Andes é um desafio tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos, mas provavelmente terá apoio entre os setores insatisfeitos da população de muitos países vizinhos do Brasil se as condições socioeconômicas não melhorarem. Tanto o Brasil quanto os Estados Unidos têm muito em jogo no que acontece na Venezuela.

III. OBSTÁCULOS

Qualquer relacionamento novo com o Brasil deve se basear em interesses comuns. As abordagens norte-americanas não irão funcionar se forem consideradas unilaterais, exclusivas, ou se tiverem como objetivo cooptar o País. Tal tipo de aproximação seria inaceitável não apenas para os políticos brasileiros, mas também para os vizinhos sul-americanos do País. É de vital importância prestar atenção aos obstáculos para a redefinição da política norte-americana em relação ao Brasil. Os adversários do livre comércio e da abertura dos mercados não estão restritos ao Brasil. Muitas pessoas nos Estados Unidos precisarão ser persuadidas de que o processo também é benéfico para elas. Não acreditamos que tais obstáculos sejam insuperáveis, mas é necessário que eles não sejam ignorados se ambas as nações quiserem trabalhar juntas para atingir objetivos comuns. Logo, é importante para os formuladores de políticas antever as áreas passíveis de mal-entendidos e discórdias. Listamos aqui cinco delas: os resquícios e a ambiguidade de políticas antigas dos EUA em relação ao Brasil; o receio existente no Brasil (e também nos Estados Unidos) de que o livre comércio no hemisfério os

prejudique; a opinião brasileira de que os Estados Unidos querem diminuir a soberania brasileira na região Amazônica; a prudência, tanto dentro do Brasil quanto entre seus vizinhos, quanto a uma relação muito próxima entre Brasil e Estados Unidos e os elementos de competição, assim como de cooperação que existem entre os dois países

- É necessária a vontade dos dois países para o estabelecimento de uma relação positiva e sustentável. Será que o Brasil está pronto? De acordo com a história, podemos prever que o Brasil será céptico em relação a uma nova iniciativa norte-americana. A opinião brasileira é de que no passado os Estados Unidos foram inconsistentes em suas abordagens e nem sempre cumpriram as promessas de maior empenho e consulta. É certo que houve momentos de reaproximação histórica entre os dois países, assim como também houve momentos de estranhamento e este histórico irá influenciar o modo como os brasileiros reagem às iniciativas norte-americanas, é importante ter isso em mente. O Barão do Rio Branco, fundador da diplomacia brasileira, promoveu a idéia de um relacionamento especial com os Estados Unidos. Thomas Jefferson também previu um papel especial do Brasil e dos Estados Unidos dentro de um "Sistema Americano", antedatando a Doutrina Monroe. Esta tradição positiva trouxe grandes benefícios aos Estados Unidos. Durante a Guerra Hispano-Americana de 1898, o Almirantado Brasileiro entregou uma série de contratos de construção naval europeias aos Estados Unidos para aumentar o poder naval americano; de 1917 a 1918, durante a I Guerra Mundial, a Marinha Brasileira patrulhou o Atlântico; de 1944 a 1945, mais de 25.000 tropas de combate da Força Expedicionária Brasileira (FEB) juntaram-se às forças aliadas na Itália, sofrendo enormes baixas nos campos de batalha de Monte Castelo; também durante a II Guerra Mundial o Brasil apoiou os Estados Unidos com bases chave no Nordeste para as operações do Atlântico e em 1965, tropas brasileiras foram despachadas para a República Dominicana. A maioria dos oficiais do Estado-Maior Brasileiro, até meados dos anos 80, eram veteranos da FEB, orgulhosos de sua associação com o Exército Norte-Americano durante a II Guerra Mundial. Com o apoio de Nelson Rockefeller, durante a década de 40, as relações culturais entre Brasil e Estados Unidos alcançaram um ponto máximo de interação, fertilização cruzada e descobertas mútuas.

- Ainda assim, o papel contraditório dos Estados Unidos ao apoiar o regime militar na década de 60, e depois criticar violentamente os seus abusos

contra os direitos humanos fez com que os antigos colegas se estranhassem em ambos os lados do espectro político. Mais recentemente, as medidas **anti-dumping** tomadas contra os calçados, o suco de laranja, o aço e outros produtos brasileiros continuam a arranhar a relação. O Ministério das Relações Exteriores, especialmente, chegou a considerar as relações Brasil-Estados Unidos como uma via de mão única, com o Brasil tendo que aturar críticas desnecessárias sem benefícios correspondentes dos Estados Unidos. Isso levou o Brasil a denunciar, em 1977, o tratado militar mais antigo do hemisfério. Se houver qualquer outro acordo, é possível que os brasileiros testem a relação pedindo algo que eles sabem que é difícil de se obter.

- Existe uma crença amplamente aceita no Brasil, prevalecente em alguns setores da indústria, na elite política e administrativa e na opinião pública, de que a ALCA só trará vantagens aos Estados Unidos; que os Estados Unidos querem mercados abertos no Brasil para seus produtos, mas não querem abrir os seus para as exportações brasileiras e que os Estados Unidos usam leis **anti-dumping** e normas trabalhistas e ambientais atreladas a acordos comerciais com objetivos protecionistas. Estas questões podem emergir na arena pública assim que os motores da sucessão presidencial brasileira de 2002 começarem a esquentar. Parte desta crença advém do desequilíbrio comercial com os Estados Unidos. Entretanto, apesar dos obstáculos às exportações brasileiras para os Estados Unidos, tem havido também uma diferença entre a carteira de exportações brasileira e as áreas mais fortes da demanda dos Estados Unidos onde o Brasil precisa competir com mais eficiência.

- Há ainda uma forte percepção no Brasil, tanto na opinião pública quanto entre os militares, de que os Estados Unidos querem diminuir a soberania brasileira em seu território amazônico, seja por meio da internacionalização da região, usando como pretexto a proteção da floresta tropical, seja por meio de envolvimento militar ativo na guerra contra as drogas. Embora o Brasil tenha cautela em reconhecer a gravidade tanto da destruição de suas florestas tropicais como do impacto das drogas em seu próprio bem-estar — incluindo o fato de ter sediado a Conferência Mundial de Meio Ambiente em 1992 e mais recentemente a Quarta Reunião Ministerial de Defesa em Manaus em outubro de 2000 — estas questões permanecem altamente sensíveis e influenciam as reações brasileiras à cooperação anti-tráfico assim como ao Protocolo de Kyoto.

- Um diálogo estratégico, duradouro e cooperativo com o Brasil seria visto com desconfiança por alguns de seus vizinhos menores, que consideram o Brasil uma potência hegemônica na região, assim como muitos brasileiros temem a hegemonia norte-americana no hemisfério. Tanto o Brasil quanto os Estados Unidos precisarão prestar atenção às reações contrárias de outras nações sul-americanas a qualquer novo relacionamento entre os dois países. Relações diferenciadas como o Brasil também desafiariam preconceitos dentro da burocracia norte-americana e no sistema Interamericano, pois tradicionalmente ambos têm se comprometido contra a idéia de relações diferenciadas dos EUA com nações latino-americanas. Porém, o hemisfério mudou — ele é atualmente uma região altamente diferenciada, principalmente como resultado do êxito do Nafta e do ritmo rápido do comércio norte-americano e da integração econômica. O reconhecimento deste fato é o maior fator de motivação na redefinição dos objetivos brasileiros na política externa.

- Existem elementos de competição dentro da relação, e estes irão permanecer. Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil são países de proporções continentais, cada um tem uma cultura nacional forte e vibrante; as sociedades de ambos são compostas por descendentes de populações de imigrantes; ambos têm de lidar com heranças arraigadas e injustiças persistentes após séculos de escravidão do povo africano e ambos possuem culturas cujos povos bateram de frente com a população nativa. Cada um deles apóia-se tradicionalmente no mercado interno, com poucas exportações: cerca de 8 por cento para o Brasil, o que mudou pouco nas últimas três décadas, enquanto as exportações dos EUA cresceram substancialmente, tornando-se uma economia globalizada. Cada um deles tem relações ambíguas com o resto do mundo, por vezes com bastante envolvimento, e às vezes chegando ao quase isolamento. Ambos possuem uma política interna em que prevalecem os interesses locais e freqüentemente provincianos; ambos são vistos por seus vizinhos como potências expansionistas. Apesar da assimetria de seus poderes ambos aspiram a papéis de liderança regional. Nenhum deles tem indivíduos entusiasmados ou lobistas ferrenhos dentro de seu Congresso Nacional comprometidos com os interesses do outro. Ainda assim, em cada país a política externa não é mais de domínio exclusivo de burocracia tradicional de política externa. E existe uma grande quantidade de contatos não-governamentais entre Brasil e Estados Unidos no setor privado, nas universidades, entre organiza-

ções religiosas e ambientais, nos esportes, entre músicos e artistas, e entre brasileiros que estudam e trabalham nos Estados Unidos e americanos que, estudaram, trabalharam e investiram no Brasil e escrevem sobre ele; cada uma dessas áreas traz uma boa perspectiva de futuro e merece ser incentivada por cada país, já que ambos procuram maior entendimento entre si.

IV. QUAIS SÃO AS QUESTÕES PRINCIPAIS?

Acreditamos que a negligência dos EUA com relação ao Brasil, marcada por uma atenção esporádica durante as crises, diminuiu a influência norte-americana e isso teve seu preço. Um impasse na agenda de livre comércio pode significar a perda do mercado brasileiro – o maior no hemisfério, depois dos EUA – e isso significa que os EUA não terão um parceiro confiável no futuro com relação às questões de drogas e combate à corrupção. Listamos quatro áreas – reforma econômica, manutenção da reforma democrática, livre comércio, drogas e segurança regional – como áreas que merecem atenção urgente do novo governo:

- REFORMA ECONÔMICA

Insistimos em que os Estados Unidos desenvolvam o papel de líderes que ganharam ao apoiar a reforma econômica no Brasil durante os últimos cinco anos. Uma reforma econômica requer atenção constante e a longo prazo, e será um ponto principal de preocupação com a aproximação da sucessão presidencial brasileira, em 2002. O sucesso do Brasil nessa questão é fundamental. É importante reconhecer que ainda há desafios no gerenciamento das dívidas interna e externa, na conclusão da reforma estrutural, e na continuidade da disciplina fiscal e monetária em face a um ciclo eleitoral novo. É muito importante prestar atenção à possibilidade de novas crises e permanecer comprometido com a reforma da arquitetura financeira global.

Insistimos em uma atenção especial para o potencial de colaboração e parceria estratégica dentro da “nova economia”. Esse setor pode ter efeitos drásticos na população jovem do Brasil. Acreditamos que há grandes oportunidades para a utilização de novas tecnologias e da Internet na educação para ajudar a diminuir a chamada barreira digital criada por essas mesmas tecnologias. É necessária a coordenação de governos, de organizações não-governamentais (ONG), e do setor privado. As companhias norte-americanas já gastam milhões em entretenimento. Recomendamos usar essas conexões para a educa-

ção e desenvolver infra-estruturas para esse fim. A educação é a parte central da “reforma da segunda geração” e o Brasil já está procurando atualizar os ensinamentos primário e secundário. É aqui que os Estados Unidos podem ajudar com uma combinação de ONG, setor privado, e agências governamentais para dar um salto tecnológico e educacional.

O Brasil e os Estados Unidos deveriam trabalhar juntos para incentivar maiores trocas com programas educacionais, sociais e culturais. Isso inclui levar em conta o progresso recente da parceria entre Estados Unidos e Brasil em programas de educação; aprimorar os mecanismos de resolução de litígios e avaliar modelos de educação para o setor privado como a School and Libraries Corporation, uma organização sem fins lucrativos criada pelo Congresso e pela Federal Communications Commission, que oferece descontos anuais de até 2,25 bilhões de dólares para escolas de ensino fundamental e médio e nas bibliotecas públicas para a compra de serviços de telecomunicações e computação em rede. Insistimos em um exame do problema da falta de ensino de língua

portuguesa nos Estados Unidos – apenas cerca de 6.000 estudantes universitários e estudantes formados matricularam-se na disciplina Português nos anos noventa.

- MANUTENÇÃO DA REFORMA DEMOCRÁTICA

A continuação do sucesso da democracia brasileira é um interesse central dos Estados Unidos, não apenas por causa da importância do Brasil na América do Sul, mas também pelos desafios crescentes para a democracia na região, especialmente em vários vizinhos importantes do Brasil como o Peru, a Venezuela, a Colômbia, o Equador e o Paraguai. A promoção da democracia foi a base da política norte-americana durante a última década, seja em governos Republicanos ou Democratas, e o Brasil agiu de forma agressiva nos últimos anos para proteger os processos democráticos em países vizinhos, como o Paraguai.

Recomendamos uma nova avaliação do papel que os setores privado e independentes dos EUA (fundações privadas norte-americanas, ONG, e organizações semi-governamentais como a National Endowment for Democracy, assim como as universidades e as instituições de pesquisa) podem assumir no fortalecimento das instituições democráticas e da sociedade civil e uma reavaliação das abordagens comuns poderia ser útil e poderia aumentar as parcerias públicas privadas e a cooperação entre os EUA e as ONG brasileiras.

O Brasil, como a África do Sul e os Estados Unidos, está comprometido em transformar-se em uma verdadeira democracia racial, algo a que já vem aspirando há muito tempo. Como sociedades multirraciais democráticas, o Brasil e os Estados Unidos podem compartilhar áreas importantes para o aprendizado mútuo e a colaboração, uma vez que ambos os países buscam prover maior igualdade e participação para todos os cidadãos. A meta é aumentar a participação de latino-americanos de descendência africana no desenvolvimento nacional de seus países. Recomendamos novas estratégias de desenvolvimento baseadas em iniciativas já patrocinadas pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para integrar melhor as populações indígena e afro-latina nas economias nacionais. Acreditamos que isto é crucial à sustentabilidade democrática e que Estados Unidos e Brasil têm muito o que aprender um com o outro.

- LIVRE COMÉRCIO

Os Estados Unidos permanecem fiéis, em princípio, a uma agenda de livre comércio no hemisfério. No entanto, esta agenda não avançou, e há prazos finais severos na agenda de comércio que requerem atenção imediata. Recomendamos que o novo governo defina rapidamente as suas prioridades no que diz respeito à Alca e ao Mercosul, e decida como proceder. A porta das oportunidades não ficará aberta por muito tempo. Na ausência de uma agenda clara a médio prazo, a relação entre Brasil e Estados Unidos vem sendo moldada de acordo com os interesses de grupos nos EUA (suco de laranja, aço, etc.) que prejudica a relação maior. Os brasileiros, dadas as circunstâncias, não sem razão, concluíram que interesses empresariais especiais dominam a agenda de comércio norte-americana. Assuntos difíceis precisarão ser negociados e os Estados Unidos não deveriam esperar que o Brasil e a UE cheguem a concluir um acordo; há urgência em se chegar a uma política pró-ativa.

- DROGAS E SEGURANÇA REGIONAL

O Brasil deve estar empenhado como ator principal no combate ao narco-terrorismo e a sua péssima influência sobre os governos, sobre os setores públicos e sobre a segurança pública ao longo do hemisfério. Convém aos Estados Unidos trabalhar tendo o Brasil como um sócio estratégico. Recomendamos o fortalecimento dos atuais Ministérios da Defesa e o reavivamento da cooperação militar entre os dois países dentro do contexto de liderança civil. Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente a desig-

nar um ministro civil para a pasta da Defesa. Os Estados Unidos podem ajudar a estabelecer contatos mais amplos com o objetivo de fortalecer o controle por parte dos civis e a fiscalização do Congresso, como também melhorando a cooperação na luta contra a corrupção, na reforma judicial, e na transparência internacional. A narco-corrupção possui alcance global e as abordagens unilaterais não funcionarão. O problema não é só impedir o fluxo de drogas pelo Brasil mas também ajudar a diminuir seu impacto negativo dentro do País. Há uma urgência nova e um interesse comum em combater a ameaça das drogas.

V. RUMO A UMA NOVA PARCERIA

Em suma, o Brasil é um parceiro fundamental para os Estados Unidos na América do Sul. E de interesse de ambas as grandes nações trabalhar juntas, explorar pontos de interesse comum, e solucionar as diferenças de maneira franca e voltada para o futuro. Temos muito a aprender um com o outro e compartilhamos valores fundamentais. A América do Sul não pode ser redesenhada tendo Washington como modelo. Em uma reunião cada vez mais diversa, os Estados Unidos não podem agir simultaneamente em todas as frentes se deseja promover e sustentar democracias fortes, o comércio mais livre, as reformas econômicas e o crescimento, e tentar resolver o problema das drogas.

Acreditamos que esta é a hora para iniciar um diálogo de alto-nível entre os Estados Unidos e o Brasil. Acreditamos que seja válido para o novo governo dispensar imediatamente algum tempo para colocar esta relação em um contexto coerente. É tempo de repensar e reenergizar as relações entre Brasil e Estados Unidos _ ambas as nações têm muito a ganhar com uma relação mais forte. A hora é agora.

FORÇA-TAREFA INDEPENDENTE SOBRE O BRASIL

COORDENADOR:

Stephen Robert, Presidente da Robert Capital Management, LLC; Reitor da Brown University; ex-Presidente e Diretor Executivo da Oppenheimer Group, Inc.

MEMBROS SIGNATÁRIOS DA FORÇA-TAREFA:

Diego C. Asencio, Presidente da Diego Asencio & Associates; ex-Embaixador norte-americano no Brasil Mario L. Baeza, Presidente e Diretor Executivo da TCW/Latin America Partners, LLC

Alain Belda, Coordenador, Presidente e Diretor Executivo da Alcoa Inc.

Nancy Birdsall, Membro Sênior da Carnegie Endowment for International Peace; ex Vice-Presidente Executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Christopher W. Brody, Presidente da Vantage Partners, LLC

Robert J. Chaves, Membro Diretor da Key Emerging Markets Group

Eli Whitney Debevoise II, Membro Sênior da Arnold & Porter (A Arnold & Porter atua como consultora jurídica do Brasil em certas questões transacionais e litigiosas)

Albert Fishlow, Economista Sênior da Violy, Byorum & Partners, LLC

Gail D. Fosler, Vice-Presidente Sênior e Economista. Chefe da Conference Board

Richard L. Huber, Diretor Sênior da Kissinger McLarty Associates; ex-Coordenador, Presidente e Diretor Executivo da Aetna Inc.

Olvind Lorentzen III, Presidente da Northern Navigation America, Inc.

Thomas E. McNamara, Presidente do Council of the Americas; ex-Assessor Especial do Presidente para Questões de Segurança Nacional (NSA)

Brian D. O'Neill, Diretor Gerente e Presidente da Latin America, J.P. Morgan & Company

Arturo C. Porzecanski, Diretor Gerente e Chefe da Emerging Markets Economics & Debt Strategy, ABN AMRO Inc.

Riordan Roett, Diretor do Western Hemisphere Program da Nitze School of Advanced International Studies da Universidade Johns Hopkins

John Thomas Ryan III, Presidente e Diretor Executivo da Mine Safety Appliances Co.

James Baker Sitrick, Membro Sênior da Coudert Brothers

Thomas E. Skidmore, Professor de História (Carlos Manuel de Céspedes) da Universidade Brown

Alfred C. Stepan, Professor de Ciências Políticas (Wallace Sayre) da Universidade de Columbia

J. Michael Turner, Professor de História do Hunter-College-CUNY

EQUIPE:

Diretor do Projeto:

Kenneth Maxwell, Membro Sênior para Questões Interamericanas (Nelson e David Rockefeller), e Diretor do Programa Latino Americano do Conselho de Relações Exteriores

Pesquisador Adjunto:

Tomás Amorim, Pesquisador Adjunto do Programa Latino Americano do Conselho de Relações Exteriores

OUTROS RELATÓRIOS DE FORÇAS TAREFA INDEPENDENTES PATROCINADAS PELO CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES

***t Reforma do Ministério Exterior** (*Department Reform 2001*)

Frank C. Carlucci, Presidente; Ian J. Brzezinski, Coordenador do Projeto; Co-patrocinado pelo Center for Strategic and International Studies

***t As Relações entre Cuba e EUA no século 21: Um Relatório de Acompanhamento** (*U.S.-Cuban Relations in the 21st Century: A Follow-on Report 2001*)

Bernard W. Aronson e William D. Rogers, Co-Presidentes; Julia Sweig e Walter Mead, Diretores do Projeto

***t Em Busca de Paz e Segurança na Colômbia** (*Toward Greater Peace and Security in Colombia 2000*)

Bob Graham e Brent Scowcroft, Co-Presidentes; Michael Shifter, Diretor do Projeto; Co-patrocinado pelo Inter-American Dialogue

t Diretivas Futuras para a Política Econômica dos EUA com Relação ao Japão (*Future Directions for U.S. Economic Policy Toward Japan 2000*)

Laura D'Andrea Tyson, Presidente; M. Diana Helweg Newton, Diretora do Projeto

***t Promovendo Economias Sustentáveis nos Balcãs** (*Promoting Sustainable Economies in the Balkans 2000*)

Steven Rattner, Presidente; Michael B. G. Froman, Diretor do Projeto

t Tecnologias não-letais: Progresso e Perspectivas (*Nonlethal Technologies: Progress and Prospects 1999*)

Richard L. Garwin, Presidente; W. Montague Winfield, Diretor do Projeto

***t Política Norte-americana com relação à Coreia do Norte: Próximos Passos** (*U.S. Policy Toward North Korea: Next Steps 1999*)

Morton I. Abramowitz e James T. Laney, Co-Presidentes; Michael J. Green, Diretor do Projeto

t Protegenda a Prosperidade em um Sistema Financeiro Global: A Arquitetura Financeira Internacional Futura (*Safeguarding Prosperity in a Global Financial System: The Future International Financial*

Architecture 1999) Carla A. Hills e Peter G. Peterson, Co-Presidentes; Morris Goldstein, Diretor do Projeto

***t Fortalecendo as Instituições Públicas Palestinas** (*Strengthening Palestinian Public Institutions* 1999) Michael Rocard, Presidente; Henry Siegman, Diretor do Projeto

***t A Política norte-americana com relação à Europa Nordeste** (*U.S. Policy Toward Northeastern Europe* 1999)

Zbigniew Brzezinski, Presidente; F. Stephen Larabee, Diretor do Projeto

***t O Futuro das Relações Transatlânticas** (*The Future of Transatlantic Relations* 1999)

Robert D. Blackwill, Presidente e Diretor do Projeto

***t As Relações entre Cuba e EUA no século 21** (*U.S.-Cuban Relations in the 21st Century* 1999) Bernard W. Aronson e William D. Rogers, Co-Presidentes; Walter Russell Mead, Diretor do Projeto

***t Depois dos Testes: A Política dos EUA com Relação à Índia e ao Paquistão** (*After the Tests: U.S. Policy Toward India and Pakistan* 1998)

Richard N. Haass e Morton H. Halperin, Co-Presidentes; Co-patrocinado pela Brookings Institution

***t Lidando com as Mudanças na Península da Coreia** (*Managing Change on the Korean Peninsula* 1998)

Morton I. Abramowitz e James T. Laney, Co-Presidentes; Michael J. Greon, Diretor do Projeto

***t Promovendo as Relações Econômicas dos EUA com a África** (*Promoting U.S. Economic Relations with Africa* 1998)

Peggy Dulany e Frank Savage, Co-Presidentes; Sahh Booker, Diretor do Projeto

***t A Política Americana no Oriente Médio e o Processo de Paz** (*U.S. Middle East Policy and the Peace Process* 1997)

Henry Siegman, Coordenador do Projeto

***t Rússia, Seus Vizinhos, e o Crescimento da NATO** (*Russia, Its Neighbors and an Enlarging NATO* 1997)

Richard G. Lugar, Presidente; Victoria Nule, Diretora do Projeto

***t Detenção Diferenciada: A Política dos EUA com Relação ao Irã e ao Iraque** (*Differentiated Containment: U.S. Policy Toward Iran and Iraq* 1997)

Zbigniew Brzezinski e Brent Scowcroft, Co-Presidentes; Richard Murphy, Diretor do Projeto

***Repensando o controle Internacional das Drogas: Novas Diretivas para a Política dos EUA** (*Rethinking International Drug Control: New Directions for U.S. Policy* 1997)

Mathea Falco, Presidente e Diretora do Projeto

***t Uma Nova Política Americana com Relação à Índia e ao Paquistão** (*A New U.S. Policy Toward India and Pakistan* 1997)

Richard N. Haass, Presidente; Gideon Rose, Diretor do Projeto

.....
t Disponível no website do Conselho de Relações Exteriores: www.cfr.org

*Disponível por meio da Brookings Institution Press. Ligue para 1-800-275-1447

Traduzido por Mariano Oliveira e Bernardo Palácio (ESTAGIÁRIOS)

Serviço do Tradução e Interpretação
SIDOC - Senado Federal

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Pedro Ubirajara deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador José Sarney, V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Luiz Otávio, do Pará.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tivemos um início de semana bastante difícil, primeiramente, porque fomos surpreendidos pela Medida Provisória de nº 2.177/43, de 27 de julho de 2001, que altera a Lei dos Planos Privados de Assistência de Saúde, Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

É verdade que os planos de saúde que existem – e que atendem a mais de 20 milhões de brasileiros, estima-se até 30 milhões – não têm regras definidas. Isso é constatado pelas dificuldades enfrentadas não só pelos usuários dos planos de saúde, mas também pelas empresas e pelo próprio Governo, que têm encontrado dificuldade no que se refere à fiscalização desses serviços – inclusive na parte financeira – e ao atendimento de conveniados e pessoas que procuram solucionar seus problemas por meio dos planos de saúde.

As associações de direitos e de defesa do consumidor, ligadas aos Conselhos Regional e Federal de Medicina, se manifestaram contrárias à medida

provisória, que criou um tumulto muito grande pela forma como foi apresentada.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar insistiu em que a medida provisória estava correta e precisava ser executada. Mas fomos surpreendidos não só pela opinião pública e pela mídia nacional, mas, principalmente, pela manifestação do Ministro da Saúde, José Serra.

Louvo a atitude de S. Ex^a em suspender a vigência da medida provisória e encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei que disciplinará e incluirá novos objetivos. Esse projeto de lei será discutido nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Sinceramente, penso que faltou sensibilidade à Agência Nacional de Saúde com relação a problemática grave e sério, que diz respeito não só às pessoas hoje atendidas pelos planos de saúde, que têm a sua rede hospitalar, mas às que usam a rede particular e até mesmo a rede pública. Recentemente, aprovamos nesta Casa um projeto de lei que autoriza também os hospitais universitários a fazerem internação pelo SUS e pelos planos de saúde, para atender uma camada da população que tem direito, mas que encontra sempre dificuldade no que se refere a utilizar essa forma de pagar, com o plano de saúde.

Tenho certeza de que o movimento criado em torno desse assunto foi de grande importância. Realmente, valeu a pena a participação dos Procons, dos próprios Conselhos, que, defendendo os consumidores, estiveram aqui, no Congresso Nacional, mostrando a dificuldade que terão para efetivamente realizar dessa forma, visto que o plano de saúde hoje é importante para todos os seus usuários.

Também faço referência a um requerimento de minha autoria apresentado à Comissão de Fiscalização e Controle no dia 22 de maio do corrente ano. Com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado, requeri que aquela Comissão solicitasse informações ao Ministro da Saúde – a serem prestadas por intermédio da Agência Nacional de Saúde – no que se refere às planilhas de custos incorridos nesse setor nos últimos dois anos, discriminadas mensalmente, para as vinte maiores empresas de medicina de grupo atuantes no âmbito nacional, sobre o critério de número de usuários, comparando-os com os custos previamente usados para definição do valor do plano. Nas mesmas condições, pedi também que as planilhas fossem apresentadas com as receitas auferidas.

Esse requerimento, Sr. Presidente, antecede a medida provisória editada para funcionar nesta semana.

Todo dia o usuário é ameaçado com a notícia de que os planos de saúde vão aumentar as mensalidades. Mas ninguém sabe, na verdade, como essas planilhas são feitas, de que forma são apresentadas, quais são os seus critérios e quem fiscaliza, na verdade, essas planilhas, esses preços. O usuário precisa de uma definição clara dessas informações. Não podemos admitir que os planos de saúde passem a ser apenas geradores de negócio, geradores de renda, que a beneficiada seja a empresa, a prestadora de serviço, e que o usuário realmente fique sempre sacrificado, sem saber o que vai acontecer.

Portanto, foi importante que eu apresentasse esse requerimento. Essas informações solicitadas possibilitarão importantes subsídios para melhor formação de juízo quanto à eficiência e à efetiva atuação das empresas na área de saúde suplementar.

O Sr. Pedro Ubirajara (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem partido – PA) – Concede um aparte ao Senador Pedro Ubirajara, que, em nome de Mato Grosso do Sul, vem colaborar com a nossa manifestação.

O Sr. Pedro Ubirajara (PMDB – MS) – Senador Luiz Otávio, V. Ex^a reabre, provavelmente, agora, um reestudo da situação da saúde no País. É muito importante que se considere que, hoje, enquanto o médico é mal pago, os convênios de saúde enriquecem. Alguns chegam a sustentar times de futebol. Há outros que não podem ser considerados convênios, porque são simples agenciadores da saúde. O indivíduo, chegando a eles, adquire uma carteirinha, e, constrangido em sua atividade profissional, o médico o atende mais por humanidade do que por direito, porque não traz benefício algum ao paciente a não ser constranger os serviços de saúde, não somente executados hoje, em termos globais, pelo médico, mas por outros profissionais ligados à medicina e ao bem-estar do paciente, procurando minimizar o custo do tratamento. Considero isso muito importante; V. Ex^a pode contar comigo. Como médico interiorano, recentemente assentado nesta Casa, trago mais próxima a opinião da população do Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem partido – PA) – Agradeço a manifestação do Senador Pedro Ubirajara, de Mato Grosso do Sul. Eu diria mais, Sr. Presidente. Espero que, realmente, a Agência Nacional de Saúde cumpra a sua obrigação.

É público e notório que a população brasileira encontra-se cansada de esperar que as empresas de

medicina privadas e os seus planos de saúde sejam controlados, fiscalizados e que tenham como objetivo maior não apenas o lucro.

Não sou contra o lucro das empresas, mas me revolta o fato de elas alegarem apenas essa necessidade. As empresas podem e devem ter o seu lucro, mas ele deve ser calculado. Parte do lucro deve ser reinvestido na empresa para que realmente se ofereça um serviço de qualidade, à altura da remuneração e do compromisso da população – e hoje são milhões de brasileiros que têm essa obrigação com os seus planos de saúde. Não podemos permitir que apenas essas empresas sejam as beneficiárias da saúde privada.

Tenho certeza de que tanto esta Casa como o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Ney Suassuna, pressionarão a agência para que ela informe, esclareça esse fato, a fim de que se evite, por exemplo, o que aconteceu nesta semana: uma medida provisória que trouxe apenas um mal-estar para os usuários e para o Governo. O próprio Ministro da Saúde, em entrevista concedida em rede nacional de televisão, disse que desconhecia a medida provisória, porque realmente as decisões não são tomadas claramente, explicitamente, com a finalidade de atender a maioria da população, a maioria dos usuários do sistema de saúde.

Essa medida provisória é muito extensa e reafirma a necessidade de termos regras claras para os planos de medicina privada, mas também precisamos entender que o usuário do sistema é a parte mais importante do plano de saúde, não só no sentido da remuneração, da receita, mas também pela capacidade que tem de gerar emprego e renda para todo o Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 403/2001-CN

Brasília, 17 de agosto de 2001

Exmº Sr.

Deputado Aécio Neves

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que esta Presidência, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, convoca sessão conjunta a realizar-se dia vinte e nove do corren-

te, quarta-feira, às quatorze horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de:

1 _ medidas provisórias; e

2 _ Projetos de Lei do Congresso Nacional:

nº 8, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$49.000.000,00, para reforço de dotações constantes do Orçamento vigente”;

nº 17, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$916.000,00, para reforçar dotações consignadas no vigente Orçamento”;

nº 22, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$4.992.470,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento”;

nº 27, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$53.200.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento”;

nº 29, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor global de R\$8.145.000,00, para os fins que especifica”.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de estima e distinta consideração. _ Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, interino.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os Srs. Senadores Ronaldo Cunha Lima e Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs. serão atendidos.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, às margens plácidas do Rio Piranhas, que une com suas águas de inverno o sertão da Paraíba, há cem anos atrás, nasceu o Senador Ruy Carneiro; uma lembrança que o povo paraibano guarda como um ícone da política como arte e ética.

A simpatia do advogado e jornalista construiu um político de tecidos singular; sob o signo das revoluções sociais e culturais que marcaram o adolescente viveu um homem que sempre conservou algo em comum com o rio que margeia sua cidade de Pombal: nascer nas dificuldades e buscar a plenitude da imen-

sidão, superando com calma e tempo todos os obstáculos.

Conheci esse homem e pude conviver com ele como um privilégio que o destino me ofereceu. Guardo dele lembranças agradáveis e atitudes dignas e corajosas. Na política tento, a todo custo, perseguir seus exemplos.

Um marco na história brasileira, a Revolução de 30 significou para Ruy Carneiro também um marco de vida. Os novos princípios republicanos por ele defendidos possibilitaram sua ascensão na vida pública. Não foi difícil sair da Chefia de Gabinete do Banco do Brasil para a o cargo de Interventor da Paraíba, logo após a adoção do Estado Novo, no qual viveu sem perder o fascínio pela democracia, daí que sua passagem pelo Executivo de seu Estado teve uma conotação popular e de respeito aos direitos humanos. Carlos Lacerda, em suas pregações pelo fim da ditadura, reverenciou seu governo, dizendo que a "Paraíba é um oásis da liberdade", porque o Interventor lhe permitiu usar como tribuna, as escadarias do Palácio.

A substância da República sempre lhe impressionou, a ponto de adotar como lema de campanha a frase que se tornou um *standard*: "Forte é o Povo". Essa marca é identificada nas diretrizes de seu governo: educação (com a construção de grupos e escolas) para combater o analfabetismo; estradas, hospitais e segurança pública.

Sr. Presidente, a cultura política de Ruy, como restou conhecido no seio do povo, foi um exemplo de civilidade que esta Casa soube admirar. Suas opiniões serviram de balizamento às decisões deste Plenário e das diversas Comissões, durante muito tempo.

Mesmo quando, em 1964, o sonho da liberdade foi assaltado pelo pesadelo da ditadura militar, Ruy comportou-se como o político que sabe que a preço da liberdade é determinado pela resistência da democracia. Esse comportamento deu-lhe as sucessivas e históricas vitórias, com as quais conseguiu o memorável feito de eleger-se quatro vezes ao Senado Federal.

A derrota ao governo da Paraíba em 1965 foi-lhe antes de tudo um episódio circunstancial. O país encontrava-se atordoado com o golpe e a democracia perdia espaço às sombras da ditadura.

Somente a morte (1977) pode encerrar sua sempre viva atividade política. Mas, mesmo assim, a chama vivificante do exemplo se eterniza nos corações paraibanos. O companheiro leal e amigo, capaz de gestos além de humanos, é uma lenda. Os amigos, agora representados na figura exemplar do nosso "Cônsul" Raimundo Onofre, mereceram sempre o

tratamento da benevolência e da atenção, mas os adversários nunca foram tratados com o ódio, mas à medida da divergência ideológica e pragmática.

Nas gerações atuais seus ensinamentos continuam no exemplo de magistrado, do Desembargador Raphael Caneiro Arnaud e de futuro político, do Deputado Estadual Ruy Carneiro, que também lhe herdou o nome.

Dos que se foram, a memória marcante na vida de Ruy: D. Alice, esposa e companheira, Jandhuy, irmão e amigo.

Por solicitação minha este Senado Federal aprovou requerimento à Mesa no qual solicitei que fosse publicada, pelas edições técnicas da Casa, a biografia do Senador Ruy Carneiro, como parte da série "Grandes Vultos que Honraram o Senado", para que a nação possa lhe assegurar a importância de seu papel como protagonista da história.

Na cantiga de amor a Pombal, inspiradora dos versos de Joubert de Carvalho, por solicitação de Ruy, a recordação e a saudade: "depois que tu partistes tudo aqui ficou tão triste..."

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atendendo a convitado Sistema Verdes Mares de Comunicação e do Grupo Prática Empresarial, tive a honra de participar da I FEIRA DA JUVENTUDE, realizada na cidade de Fortaleza, Ceará, durante o período de 13 a 16 de agosto passado.

O evento abrigou 30 mil visitantes e mais de 3 mil participantes nos painéis e palestras, onde tive a oportunidade de debater sobre a A PAZ E OS JOVENS, assunto este que tomo a liberdade de apresentar neste Plenário.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PALESTRA PROFERIDA PELO SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA NA I FEIRA DA JUVENTUDE, NO PAINEL II.

A PAZ E OS JOVENS

É com muita alegria que vejo hoje aqui tantos jovens reunidos com o interesse em refletir conjuntamente sobre o tema da Paz. Sem dúvida, se são os jovens, juntamente com as crianças, as maiores vítimas da violência, também são eles importantes protagonistas na construção de uma cultura da paz e de uma sociedade menos desigual, inclusive por serem hoje, num país como o Brasil, mais de 30 milhões de indivíduos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geo-

grafia e Estatística – IBGE. De modo geral, a juventude é generosa, confiante e aberta ao novo e à mudança, pois sua coragem e vontade ainda são maiores que suas conveniências. Na atualidade, grande parte dos valores e atitudes antiviolência nasceram dos jovens dos anos 60 que, através do movimento hippie, souberam fortalecer o slogan *Paz e Amor*.

A Paz hoje, por mais paradoxal que isto pareça numa sociedade com altos índices de violência como é a sociedade contemporânea, é um tema que, crescentemente, vem se impondo à consciência de cada um de nós todos os dias. Cada vez mais, as pessoas percebem, em todos os pontos do planeta, que o modelo de vida baseado no individualismo, no sucesso e na posse de bens, não nos trouxe nada mais que uma felicidade aparente, cuja fragilidade se expressa no espantoso crescimento da depressão que, como uma epidemia, alcança pessoas de todas as idades no mundo inteiro.

Assim, verificamos que, ao mesmo tempo que nos chegam notícias sobre atos de violência, a nós chocarem diariamente, também tomamos conhecimento de maior consciência e ação de luta pela paz, tanto individualmente, o que pode ser demonstrado no sucesso de publicações sobre o assunto, como os do respeitável líder espiritual Dalai Lama, como em grupos, movimentos e instituições. Sob esse aspecto, *A Paz na Escola* é bom exemplo de campanha de massa.

Internacionalmente, constatamos, principalmente a partir do final dos anos 80, movimentos pela contenção da corrida armamentista e o surgimento de campanhas pacifistas de âmbito mundial, muitas vezes associadas ao fortalecimento da consciência ecológica e da obrigação ética de zelar pelo planeta, pela vida. Conscientes de que a sociedade contemporânea desenvolveu um espírito bélico permanente, as campanhas procuram hoje desarmar as nações, e também os espíritos, através da sedimentação de comportamentos, valores e modos de vida relativos à solidariedade, tolerância e convivência, ou seja, aquilo que é chamado *cultura da paz*.

Entretanto, não é apenas nas relações internacionais que se manifesta a tendência violenta, agressiva e bélica da civilização contemporânea, pois cada Estado, por seu lado, desenvolve também formas arbitrárias de resguardar a paz interna em seus territórios. Notadamente nos países mais pobres, mais vulneráveis e instáveis politicamente, a violência se transforma em recurso cotidianamente utilizado, desencadeando uma postura agressiva contra a população em geral, inclusive por parte da própria Polícia,

que em tese deveria protegê-la, cuja postura associa ameaça, criminalidade e preconceito de todos os tipos, seja racial, sexual ou de gerações.

É preciso refletir, entretanto, se as formas de violência praticadas oficialmente e oficiosamente por organizações, não é também uma extensão da violência que se desenvolve nas próprias relações interpessoais, na família, na vizinhança, nos grupos de amigos, no esporte e nas brigas entre torcidas, etc.

Antigas formas de solidariedade perdem sua força, enquanto as mais antigas instituições, como a família e a igreja, sofrem dos golpes em sua credibilidade e legitimidade. Valores como o trabalho, que guiavam a vida dos homens em sociedade e constituíam sua identidade, são ameaçados numa sociedade cujos governantes parecem encarar o desemprego como realidade irrecorrível.

A violência passou cada vez mais a ser um recurso na resolução de conflitos privados, e quase nunca o último. Esse comportamento é incentivado pelo individualismo da sociedade contemporânea, que analisa cada questão como resultante de necessidades e anseios absolutamente pessoais e únicos, deixando o outro – o parente, o colega, o vizinho – de fora dos cálculos pessoais da carreira, do sucesso, do enriquecimento a qualquer custo. A bandeira da realização individual reduzida ao desenvolvimento de uma personalidade competitiva e ambiciosa é, sem dúvida, elemento fundamental na indução à violência. Concorrência desenfreada, rivalidade e a idéia da legitimidade das leis de mercado, mesmo quando prejudicam as grandes majorias, permeiam a comunicação de massa, as campanhas publicitárias, as avaliações econômicas. Táticas de defesa pessoal e jogos de guerra são simulados em treinamentos nas grandes empresas, estimulando os funcionários a desenvolverem maior agressividade.

Como vemos, são múltiplas as dimensões em que deve se espalhar a luta pela paz: de um bairro modesto ao mais importante dos países, do governante público ao pai de família, das grandes organizações, como a própria Organização das Nações Unidas – ONU, à associação voluntária mais simples, das grandes campanhas ao raciocínio de cada homem, da formação dos homens responsáveis pela segurança à formação das crianças nas escolas, da decisão individual de não entrar numa briga à política pública que promova a igualdade e a inclusão social, e assim por diante.

Este é o sentido do pronunciamento de Jaime Bodet, em reunião da Organização das Nações Uni-

das para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, em 1995: *O mundo espera algo mais do que uma delimitação de fronteiras e de áreas de influência, algo mais do que acordos para exploração e troca de produtos (...). Ele aspira a uma nova ordem de relações entre as nações e os homens. Por isso, é urgente fixar um denominador comum para seu desenvolvimento; e esse denominador comum só poderá ser fornecido pela solidariedade moral da humanidade, pela ação do conhecimento e em virtude da educação.*

Efetivamente, é preciso construir as condições para a paz. E essa é, também, uma construção política, ou seja, que envolve decisões coletivas, projeto comum, estabelecimento de prioridades e recursos, poder de realização. Por maior que seja a tomada de consciência e o esforço pessoal e grupal, a paz exige intervenções de maior escala. Afinal, como conciliar a paz com a extensa miséria de tantos irmãos nossos? Como escapar às tentações da agressividade quando se está cotidianamente humilhado pela situação de desemprego? Como esperar fazer da juventude uma aliada decisiva no apaziguamento das relações humanas, quando ela não possui condições para viver e amadurecer as emoções da convivência, do gerenciamento dos conflitos, do trabalho em equipe? Como esperar que ela constitua no futuro uma liderança que valorize a lei e o respeito coletivo, se observa a todo momento a impunidade e até a premiação de criminosos?

Nossos jovens necessitam urgentemente de políticas públicas que os levem efetivamente em conta, vendo-os como os donos do futuro, aqueles que daqui a alguns anos ou décadas, serão os responsáveis pelo andamento dos negócios públicos. É essencial encarar o jovem como co-responsável na definição dessas políticas, como sujeito capaz de participar, ampliar, influir e transformar projetos, programas e atividades implementados pelo governo ou pela sociedade civil. O primeiro passo, nesse processo, é mobilizar o adolescente para, em seguida, oferecer-lhe as condições para uma atuação construtiva.

E hoje o que eles precisam – e que nós, adultos, temos a obrigação de oferecer – é, fundamentalmente, educação, vista de forma ampla, científica e humanística: educação escolar e geral, educação política para a cidadania, educação profissionalizante, educação estética e artística, educação física, educação em saúde. O próprio lazer, fundamental na vida do jo-

vem, deve ser visto como estratégia pedagógica: jogos, música, dança, teatro, enfim, diversão que possibilita a convivência, o respeito às regras, a atividade em grupo, a expressão de anseios e talentos, o exercício da liderança e a disciplina da vontade.

O educador Antonio Carlos Gomes da Costa, especializado em pedagogia terapêutica, destaca três tipos centrais de ações a serem implementadas para que o adolescente e o jovem – numa faixa que vai aproximadamente dos 15 aos 24 anos –, sejam plenamente atendidos em suas necessidades: as que envolvem os pais, as que envolvem as escolas e, finalmente, as políticas públicas e programas voltados para a ocupação construtiva do tempo livre dos jovens, nas quais ele possa atuar como protagonista em ações que lhe apóiem no desenvolvimento de uma identidade e de um projeto de vida. Nesse protagonismo, talvez seja hora de os jovens retomarem com firmeza a tradição dos Grêmios nas escolas públicas, como atores estratégicos na gestão da escola, partindo do Conselho Escolar.

Nesse sentido, talvez seja importante discutir a criação de secretarias ou sub-secretarias de assuntos da Juventude nos municípios, estados e mesmo nas políticas federais. Mesmo sem grande estrutura administrativa, elas podem representar papel importante na articulação e integração dos diversos setores de governo como educação, cultura, trabalho, e também como canal de comunicação entre os responsáveis pela política e os jovens destinatários dessas políticas.

Enfim, são muitos os espaços a serem ocupados pelos jovens na luta pela paz –, e nem temos tempo aqui e agora de fazer referência a todos – mas o fortalecimento do chamado *protagonismo juvenil* é, sem dúvida, elemento primordial. É preciso que os jovens se vejam cada vez mais como sujeitos políticos aptos a influenciar decisões políticas a seu favor e, para isso, as associações juvenis devem ser estimuladas. Daí a esperança que nos traz a todos, vermos a magnitude de um Encontro desta natureza, e por isso me sinto honrado com o convite para participar e privilegiado por ter podido assistir à tão representativa homenagem à paz.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 52 minutos.)

Ata da 96ª Sessão Não Deliberativa em 20 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti e Luiz Otávio

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão destina-se a homenagear a maçonaria brasileira pelo *Dia do Maçom*, nos termos do Requerimento nº 363, de 2001, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores.

Convido para comporem a Mesa o Grão-Mestre-Geral do Grande Oriente do Brasil, Sr. Laelson Rodrigues, e o Presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e Grão-Mestre da Grande Loja de Brasília, Sr. Kalil Chater.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores; Sr. Grão-Mestre-Geral do Grande Oriente do Brasil, Sr. Laelson Rodrigues; Sr. Presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e Grão-Mestre da Grande Loja de Brasília, Sr. Kalil Chater; Sr. Samir Hatem, Grão-Mestre do Grande Oriente Estadual de Roraima, através do qual saúdo todos os Grãos-Mestres Estaduais do Grande Oriente do Brasil; Sr. Kildo Albuquerque Andrade, Grão-Mestre da Grande Loja de Roraima, na pessoa de quem quero saudar todos os Grãos-Mestres das Grandes Lojas de todos os Estados do Brasil; Veneráveis-Mestres e demais autoridades maçônicas presentes; quero iniciar as minhas palavras agradecendo ao Grande Arquiteto do Universo, que é Deus, pela oportunidade que nos concede de estarmos aqui hoje reunidos para homenagear a Maçonaria Brasileira.

Como *Maçom*, filho de *Maçom* e pai de *Maçom*, sinto-me um privilegiado por já pertencer à sublime Ordem Maçônica há três gerações. Mais satisfação ainda de ter o requerimento de minha autoria e de outros Srs. Senadores sido aprovado pelo Plenário da

mais alta Casa Legislativa do País, por unanimidade, o que demonstra o respeito que o Senado tem pela maçonaria, para neste dia registrarmos as homenagens a uma Instituição que no passado e no presente muito tem contribuído para forjar cidadãos justos e operosos na busca de promover o soerguimento da humanidade.

Ao se aproximar mais um Sete de Setembro, é natural que reflitamos sobre nossa trajetória de País independente, de uma Nação que se esforça por se constituir plenamente. Passados cento e setenta e nove anos daquele ato histórico de D. Pedro I – um *Maçom* –, nunca é demais buscar compreender como o conseguimos e o que fomos capazes de edificar ao longo de todo esse tempo.

Por certo que muito há o que celebrar, sendo inúmeras as conquistas a serem comemoradas. De igual modo, presente está em todos nós a nítida consciência acerca do muito que há de ser feito. Com efeito, vencemos o enorme desafio de manter a integridade territorial do Brasil, quando a fragmentação foi a tônica de nossos co-irmãos latino-americanos. Conseguimos promover o milagre da miscigenação, sendo, ainda hoje, um País conhecido pela maneira aberta e fraterna com que recebe imigrantes de todas as partes do mundo.

Mais: com todos os falares que singularizam cada uma de nossas regiões, fizemos da língua portuguesa o grande instrumento a nos congregar, a nos fazer sentir um só povo, uma só nacionalidade. Pela força de nossa gente, de sua extraordinária capacidade de produzir e de transformar riquezas, chegamos ao limiar do Século XXI como uma das maiores economias do mundo.

Nada disso, certamente, cega nossos olhos em relação às inúmeras deficiências que ainda nos cercam. A lembrança de milhões de compatriotas vivendo em condições deploráveis, ao lado de índices sofríveis nos campos da educação, da saúde, da habitação e dos transportes, entre outros, é alerta perma-

nente para que prossigamos na tarefa iniciada há quase dois séculos, carregando conosco a certeza de que a construção de uma nação, como a que todos sonhamos, não é trabalho simples e há de ser sempre ação coletiva, solidária.

Esse é, sem dúvida, o grande legado que nos deixaram homens e instituições que levaram às últimas conseqüências seu desejo de ver o Brasil livre, soberano, liberto de quaisquer amarras coloniais. Homens e instituições que não temeram correr os mais pesados riscos em busca da emancipação do Brasil em face do domínio metropolitano. E, quando se fala desse tipo de ação destemida, na qual a própria vida estaria em jogo, tendo por objetivo único e exclusivo a independência da Pátria, ninguém, absolutamente ninguém, teve participação mais ativa e decisiva do que a Maçonaria Brasileira.

Impossível, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, imaginar a História do Brasil sem a presença maiúscula das sociedades maçônicas em sua evolução. Fortemente organizada na Europa ao longo do século XVIII, não por acaso o "Século das Luzes", a Maçonaria colocou-se na linha de frente da luta contra os regimes absolutistas e, com isso, foi decisiva para a derrubada do "Antigo Regime" e o advento do mundo contemporâneo. Liberdade, Igualdade e Fraternidade: eis o norte a guiar seus passos na conquista de um tempo novo, a sepultar governos autoritários e as mais variadas manifestações de intolerância.

Foi esse espírito libertário que, ainda no século XVIII, chegou ao Brasil, então Colônia portuguesa. Seguramente, a penetração em terras brasileiras das associações maçônicas deveu-se, em larga medida, à ação de jovens brasileiros que freqüentavam universidades européias, especialmente a Faculdade de Medicina de Montpellier, reconhecida como um dos principais pólos maçônicos franceses. O certo é que, quando se pensa em movimentos comprometidos com a ruptura dos laços de dominação metropolitana sobre o Brasil, como as foram as Conjurações Mineira, de 1789, Carioca, de 1794, e Baiana, de 1798, em todos eles o ideário de liberdade propugnado pela Maçonaria esteve presente.

A partir da transferência do Estado português para o Brasil, coordenado e executado com o apoio do Grande Oriente Lusitano, em 1808, aprimoram-se as condições para a independência. Uma vez mais a Maçonaria assume posição de destaque, como se vê na Revolução Pernambucana de 1817: dos trezentos e dezessete réus levados a julgamento por envolvimento na insurreição, sessenta e dois eram formalmente acusados de serem maçons. E afirma-se que,

naquele momento, D. João, ao receber a lista com esses sessenta e dois maçons, teria assim se manifestado: "Foram esses que me salvaram".

Historiadores atestam que, por essa época, a Maçonaria, contando em seus quadros com professores, funcionários públicos, comerciantes, fazendeiros e padres, identificava-se plenamente com o contexto de luta que empreendia em prol da emancipação política do Brasil. Tendo em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro seus mais importantes focos de atuação, a Maçonaria fazia o papel de principal divulgadora na Colônia nos princípios iluministas, vale dizer, das teses liberais e libertadoras. Não por outra razão, seriam constantes as perseguições aos maçons, identificados por sua atuação nos movimentos revolucionários de cunho emancipacionista.

De igual modo, Sr. Presidente, foi vital a presença maçônica na evolução dos acontecimentos que tiveram no 7 de Setembro de 1822 sua culminância. Lembro, a propósito, entre outros notáveis personagens, a figura ímpar de Joaquim Gonçalves Ledo, Venerável da Loja Comércio e Artes do Rio de Janeiro, não apenas agindo decisivamente para que a independência ocorresse, mas elaborando um projeto nacional para o Brasil, essencialmente, liberal e republicano. O crescimento do movimento maçônico no Brasil, no início dos anos 1820, foi tão acentuado que o próprio Príncipe Regente Dom Pedro nele ingressou, chegando a ser o seu o grão-mestre, com o nome de Guatimozim, tendo assumido o compromisso da independência do Brasil numa sessão maçônica no dia 20 de agosto, poucos dias antes da data pública e formal do famoso Grito do Ipiranga.

Independentemente de opiniões divergentes no interior da Maçonaria – Gonçalves Ledo e José Bonifácio, o "Patriarca da Independência", por exemplo, tinham visões distintas de como se deveria organizar o Brasil pós-emancipação –, o certo é que a sociedade maçônica se constituiu, naquele momento, no centro da mobilização e de união das diversas forças políticas comprometidas com a independência. A esse respeito, vale lembrar que o mais importante jornal engajado na luta emancipacionista, o **Revérbero Constitucional Fluminense**, tinha como redatores os maçons Januário da Cunha Barbosa e o já citado Gonçalves Ledo.

Fortemente perseguida no reinado de D. Pedro I, paradoxalmente, por não concordar com muitos atos do Imperador, a Maçonaria brasileira ressurgiu, na década de 1830, no quadro da aguda crise que culminou na abdicação do Imperador e que se prolongou na su-

cessão de revoltas que, explodindo nas mais variadas regiões do País, deu o tom do período regencial.

À medida que o século XIX avançava, passado o período mais crítico das divergências internas, expressas na coexistência de duas grandes Ordens, a Maçonaria passou a ser o alvo de poderosos ataques de uma Igreja Católica que se tornava acentuadamente conservadora, ultramontana, apesar de existirem inúmeros padres no seio da Maçonaria. Na raiz desse confronto, em que a Maçonaria assume claramente sua vocação de defensora do racionalismo e da liberdade de consciência, estava a "Questão Religiosa" ou, mais apropriadamente, a "Questão Episco-maçônica", primeira grande fissura a fazer ruir o edifício da Maçonaria. Assim, tal como ocorrera no movimento da independência, a Maçonaria se antecipa no esforço de se instituir no País o regime republicano, identificado como absolutamente necessário à vitória do progresso, do racionalismo, do liberalismo e da liberdade religiosa e não do monopólio de uma única religião estatal.

Nesse período, outro grande feito da Maçonaria se tornaria realidade: foi a abolição da escravidão no nosso País. Todos os grandes abolicionistas foram maçons, desde Feijó, em 1834, até José do Patrocínio. Castro Alves, o cantor dos escravos, ao lado de Rui Barbosa, em São Paulo, também eram maçons. O movimento abolicionista apresenta, em seu meio século de lutas, os seguintes marcos luminosos, todos liderados por maçons:

- 1 – Padre Antonio Feijó, em 1831;
- 2 – Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850, extinguindo o tráfico de escravos;
- 3 – Projeto maçônico de Rui Barbosa, na Loja América, de São Paulo, em 4 de abril de 1870;
- 4 – Lei Visconde do Rio Branco, de 28 de setembro de 1871, Lei do Ventre Livre;
- 5 – Fundação da Confederação Abolicionista, no Rio de Janeiro, em 1883;
- 6 – O Ceará e o Amazonas libertam os escravos de seus territórios em 1884; Lei Saraiva – Cotegipe, de 28 de setembro de 1885, Lei do Sexagenário;
- 7 – O Clube Militar diz, em 1887, à Princesa Isabel, que o Exército não mais aprisionaria escravos foragidos;
- 8 – A Lei Áurea, de 13 maio de 1888, dia de domingo. Era presidente do Conselho João Alfredo Correia de Oliveira, também maçom.

Ao encerrar essa breve análise, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres autoridades maçônicas, meus irmãos, meus senhores e minhas senho-

ras, ressalto a capacidade demonstrada pela maçonaria brasileira ao longo de todo o período republicano, de transformar-se, acompanhando a marcha do tempo e as características inovadoras da modernidade. Entre essas transformações, parece-me essencial a multiplicação do número de lojas pelo País afora e uma espécie de "federalização" da instituição. Enquanto, no Império, a capital, o Rio de Janeiro, praticamente monopolizava a ação da Maçonaria; na República, ela fortalece-se nas mais distintas Unidades da Federação. Do Caburaí, em Roraima, o ponto extremo norte do País, ao Chuí, o extremo sul brasileiro, no Rio Grande do Sul; das nascentes do Rio Moa, na Serra da Cantamana, no Acre, ponto extremo oeste, à Ponta do Seixas, na Paraíba, ponto extremo leste do Brasil, a Maçonaria está presente, alerta e atuante.

Mas, acima de tudo, a Maçonaria soube atravessar a História do Brasil – História que, aliás, ela tanto ajudou a construir – e chegar aos nossos dias com invejável coerência. Seus sacrossantos princípios, asentados na verdade, na justiça, na liberdade, na fé em Deus e na capacidade criadora dos homens, no amor e na proteção à família, na intransigente defesa da Pátria, permanecem intactos e rijos.

É isso que a faz atemporal. É isso que a torna insubstituível.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Convido o Deputado Gim Argelo, Presidente da Câmara Distrital de Brasília, para compor a Mesa, honrando esta sessão.

Concedo a palavra ao Senador José Coêlho.

O SR. JOSÉ COÊLHO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Edison Lobão, demais dignatários da família maçônica aqui presentes e já nominados pelo Sr. Presidente e pelo companheiro Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, a maçonaria é uma instituição filantrópica, educativa, filosófica e pragmática. Carrega no bojo de tudo isto o aperfeiçoamento moral de humanidade em todos estes aspectos e tem como objetivo principal a liberdade, a igualdade e a fraternidade humanas.

Teve sua origem numa antiguidade bem remota. Já Moisés, o libertador do povo hebreu, pregava esses princípios básicos para a vida do seu povo. Também Platão, o grande filósofo da antiga Grécia, defendia estes princípios, como tantos outros filósofos, não esquecendo Zoroastro, na Pérsia; Menés, no Egito; e Buda, na Índia.

Em nosso País, vemos, pela história, a maçonaria participando de maneira eficiente e efetiva em nossa sociedade.

Embora não sendo maçom, respeito as realizações da Maçonaria em nosso País e exalto os feitos desta grande Ordem, tanto na contribuição histórica de nossa Nação como em seu dia a dia, pela ajuda filantrópica que tem prestado a hospitais, creches, escolas e asilos em todos os quadrantes do nosso País.

Ressalto que o Deputado Estadual, pela Bahia, Gercino Coêlho, meu irmão, prestou relevantes serviços à Loja Maçônica Harmonia e Amor, em Juazeiro, no Estado da Bahia. Em Petrolina, minha terra natal, é de maior justiça que se proclame os trabalhos mais relevantes na pessoa do empresário Luiz Leite Filho, que, por sua atuação brilhante, alcançou o grau de Cavaleiro da Ordem da Rosa.

Acabo de receber do Grão-Mestre de meu Estado, o Professor Antônio do Carmo Ferreira, um livro valioso que historia a Maçonaria Revolucionária no Brasil, desde 1796, quando foi implantado o Areópago de Itambé pelo frade carmelita Manoel Arruda da Câmara, loja por intermédio da qual se deu a entrada da Maçonaria no Brasil.

Nesse livro, podemos encontrar os antecedentes justificativos deste grande e significativo evento, com o qual homenageamos a ordem maçônica e todos os seus integrantes, dos quais muitos participam das duas Casas do Congresso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Independência do Brasil – isso é fato pacífico – foi obra da engenharia política da maçonaria, que insistia, então, em dar uma pátria aos brasileiros. Mas se os sonhos estiveram com os maçons inconfidentes das Minas Gerais, a crua realidade do despertar esteve com os maçons pernambucanos, que fizeram a Revolução de 1817, implantadora da República que durou setenta e cinco dias, com constituição e ministério, ao término da qual sacrificaram toda uma geração formada em Coimbra (Portugal), em Montpellier (França) e no Seminário de Olinda.

O Padre Dias Martins, escrevendo o livro "Mártires Pernambucanos", recorda o Grão-Mestre Antônio do Carmo, elenca centenas de homens ilustres, sacrificados na luta por uma pátria para os brasileiros, dentre eles os maçons Padre Roma, Padre Miguelinho, Padre João Ribeiro, Frei Caneca e outros.

A vida é uma oficina de sonhos, como nos ensina o dramaturgo espanhol Calderon de La Barca, que se consagra quando o sonhador é capaz de convertê-los em realidade, como aconteceu com os maçons

brasileiros de Pernambuco. A independência que veio em 1822 já se havia tornado irreversível com a Revolução Pernambuco de 1817, lembrada nas memoráveis sessões da maçonaria de Gonçalves Ledo, Cônego Januário da Cunha, José Bonifácio, no Rio de Janeiro, e que, neste dia 20 de agosto, comemoramos com tanta satisfação.

Estou deveras satisfeito ao usar esta tribuna, em nome do meu Estado, nesta comemoração pelo Dia do Maçom.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil Laelso Rodrigues.

O SR. LAELSO RODRIGUES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades civis, militares e religiosas, meus irmãos, minhas senhoras e meus senhores, sejam as nossas primeiras palavras de gratidão ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que requereu esta homenagem ao Dia do Maçom, e a seus nobres pares que a subscreveram.

É com satisfação que assumimos esta tribuna do Senado da República, para participarmos desta sessão solene em homenagem aos Obreiros da Arte Real no Dia do Maçom, os Pedreiros Livres de tantas e fecundas histórias, cujas Lojas de São João iluminaram os destinos do mundo, pelos séculos e nações.

É notório que o Maçom vem participando dos eventos históricos da Nação brasileira. Sob a égide da legenda "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", o povo brasileiro viu a Maçonaria assumir a Independência do Brasil. Com nomes tutelares, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Gonçalves Ledo, Dom Pedro I, e com vários Irmãos, como Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, a Nação brasileira instaurou a própria República Federativa do Brasil, sem falar na abolição da escravatura, pontificando ainda o gênio dos Maçons, entre muitos outros: Castro Alves, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva.

Nossas oficinas nunca cessaram de contribuir para a grandeza do Brasil, mesmo no anonimato, por meio da Ação Paramaçônica Juvenil, da Maçonaria Contra as Drogas, das associações femininas e da Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul. Assim a Maçonaria empreende e aperfeiçoa as atividades de combate às misérias humanas, à degeneração do caráter, à corrupção dos valores, enaltecendo o amor à Pátria, a probidade, as virtudes cívicas, enfim, empenha-se por todos os meios a seu alcance no sentido de promover e dignificar o homem brasileiro.

Senhoras e senhores, nós que aqui representamos o Povo Maçônico do Grande Oriente do Brasil rogamos ao Grande Arquiteto do Universo, que é Deus, que proteja V. Ex^{as}, a fim de que continuem a defender os interesses de nossa Pátria com acendrado amor cívico, de modo a transmiti-la aos nossos descendentes como a recebemos de nossos pais, senão legá-la aos seus legítimos herdeiros – que são os nossos filhos – mais rica, mais poderosa, mais respeitada pela inteligência e honradez de seus filhos perante as nações; enfim, mais justa e perfeita.

Sr^{as} e Srs. Senadores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e Grão-Mestre da Grande Loja de Brasília, Kalil Chater.

O SR. KALIL CHATER – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Edison Lobão, Exm^o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, proponente da presente Sessão Comemorativa, demais insígnies Senadoras e Senadores que integram esta Casa Parlamentar, soberano Irmão Laelso Rodrigues, Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil, respeitáveis Irmãos e autoridades maçônicas aqui presentes, senhoras e senhores:

Vinte de agosto é o Dia do Maçom. Integrante de uma instituição que muitos acreditam secreta, até pouco tempo atrás esse homem era considerado um indivíduo discreto e invisível, não se expunha, não divulgava a sua condição de maçom, trabalhava em silêncio, reunia-se em lugar ignorado, não se manifestava publicamente, embora sua conduta sempre fosse exemplar, em uma palavra, um homem estranho, mas com objetivos nobres e dignos de elogios e aplausos.

O que mudou nos tempos presentes para que esse homem saísse do anonimato para estabelecer uma data definida como o seu dia? Quem é na realidade esse homem e por que essa homenagem de hoje?

Na verdade, esse homem é um homem comum, oriundo de todas as classes sociais, mas que abraça um ideal e, para atingir esse ideal, precisa ser homem livre e de bons costumes, um homem de bom coração, preocupado com os males que atormentam a sociedade. Não tolera a injustiça, a maldade e condena os preconceitos, o racismo e a desigualdade. Procura a verdade e a honradez. Seus atos e seu comportamento são sempre justos e retos. Ele é amante da sabedoria; não descuida dos estudos que o levam a desvendar os mistérios da vida. Sua filosofia, sua po-

lítica, sua ideologia é o bem-estar social. É um homem que cultiva a moral e a razão; não se abate diante das dificuldades que surgem no seu caminho; é perseverante na sua luta contra os tiranos, os ignorantes, os aproveitadores do poder que alimentam a vaidade e são falsos defensores da ética e da equidade. Enfim, o maçom é um ser social em busca do aperfeiçoamento humano, um homem de responsabilidade, que defende seus direitos, cumpre seus deveres e procura viver com dignidade, honra e retidão.

Meus senhores, minhas senhoras, este momento e esta homenagem são o reconhecimento do papel exercido pelo maçom na área social e política, com o objetivo de libertar o homem do medo de exercer a sua cidadania e de ocupar a condição de peça mais importante e essencial na vida social e política de uma nação. Dele nasce o poder e para ele é exercido o poder. Não existe poder acima do seu, e o homem do poder por ele é escolhido, a ele deve a lealdade, uma vez que o representa.

Senhoras e senhores, desta Casa, o Senado Federal, de onde nascem as decisões políticas que mudam o destino da Nação, desta tribuna, por onde passam e passaram homens públicos que escrevem e escreveram a história gloriosa de nosso País, quero manifestar meus agradecimentos e os de todos os maçons que integram as Grandes Lojas do Brasil, espalhadas por todo o território nacional, ao Presidente do Senado Federal, aos Senadores que gentilmente transformaram a sessão plenária do dia de hoje para homenagear o homem maçom no seu dia e, especial e carinhosamente, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, autor do pedido.

Senhoras e senhores, esta iniciativa foi de suma importância, porque estreita a distância que separa o poder do povo. Diante da situação difícil que o Brasil atravessa, torna-se necessário um fórum nacional, integrado pelo Governo, Congresso Nacional, organizações não-governamentais e pelo próprio cidadão, para debater os problemas e encontrar saídas.

Neste momento, não é conveniente apontar culpados, mas descobrir as causas e combatê-las. Temos a certeza de que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário estão tentando vencer as crises, usando de todos os meios necessários para alcançar o objetivo desejado. O esforço dos três Poderes responsáveis pelo destino da Nação não tem sido suficiente para combater as causas que crucificam a sociedade brasileira. É chegado o momento de mobilização da massa silenciosa e pacífica, que é o povo, mas que tem uma força incomensurável e um poder gigantesco capazes de eliminar todos os males que arrastam

a sociedade brasileira para o caos, tais como a crise econômica e social, aí incluídas a miséria, a fome, a violência urbana e rural, o desemprego, a falta de moradia, a má distribuição de renda, o desperdício de recursos públicos, o sistema de saúde precário, bem como a falta de ética e moral públicas, a falta de conscientização da importância do exercício da cidadania e muitas outras.

Chegou o momento da participação efetiva de um cidadão nesta guerra declarada. Aqui toma-me o sentimento de estranheza e surge a pergunta: por que o Governo não usa a força de milhares de voluntários integrantes de organizações não-governamentais e de entidades sem fins lucrativos para executar projetos sociais? Ninguém melhor do que um membro de uma comunidade para saber a real situação de sua própria sociedade, para contribuir com a fiscalização dos projetos de todas as naturezas, por meio dos diversos Conselhos locais. Chegou o momento de um mutirão nacional, implementado pelos Poderes Constituídos em conjunto com os cidadãos, nas mesmas trincheiras, em busca dos mesmos objetivos.

A história nos prova que o povo nunca falhou, nunca se recusou a colaborar com o engrandecimento deste País, quando chamado à responsabilidade; não decepcionou e sempre lutou e venceu, sendo a prova mais viva e presente disso o papel heróico que o povo brasileiro está exercendo na atual crise energética.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, Senhoras e Senhores, esta Casa, detentora de glórias e histórias heróicas, pode fazer mais: pode iniciar uma campanha aproveitando o potencial de milhões de brasileiros dispostos e prontos para o trabalho comunitário. A cidadania não consiste apenas em obter uma carteira de identidade de um país para exercer o direito de cidadão; ela é muito mais que isso, é o sentimento da responsabilidade na construção de um melhor lar, de um melhor bairro, de uma melhor cidade, de uma melhor nação, fraterna e solidária.

Patriotismo não é somente o amor ao solo pátrio ou saber cantar o hino nacional. Patriotismo é amar a Pátria, servindo-a permanentemente por meio da exaltação e prática dos valores morais e éticos e, mais ainda, a luta constante para o seu engrandecimento.

A Maçonaria brasileira muito fez por este País. Fez parte dos movimentos que culminaram com a proclamação da Independência, com a libertação dos escravos, com a Proclamação da República e, mais recentemente, engajou-se na campanha pelas Diretas Já. Além disso, há a participação permanente nos

movimentos sociais e ainda pode fazer muito pelo Brasil.

Assim sendo, neste momento, coloca-se à disposição para participar da execução de uma política social suprapartidária, uma vez que sua "política" é definida por seus princípios e por sua doutrina que, acima de tudo, busca tornar feliz a humanidade pelo amor, pelo aperfeiçoamento dos costumes, pela tolerância, e sempre defendendo os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Outros pontos de vista certamente existem e devem ser respeitados. Esse, porém, é o nosso caminho, o caminho da Maçonaria. Finalizo, lembrando a defesa de Voltaire à liberdade de expressão: "Não concordo com uma única palavra do que estás a dizer, mas defendo incondicionalmente o direito que a ti cabe para dizê-las".

Muito obrigado a todos.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Gim Argelo.

O SR. GIM ARGELO – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Edison Lobão; meu irmão Laelso Rodrigues, este grande maçom; Soberano do Grande Oriente do Brasil, Sr. Kalil Chater, este grande irmão, representante legítimo das grandes Lojas, meu irmão, que teve a coragem e a determinação de, hoje, no Dia do Maçom, fazer, pela primeira vez, em nossa história, esta sessão solene em sua homenagem, na mais alta Corte política do País.

Começarei falando de toda a nossa história. A partir de hoje, construiremos uma nova história. Vemos os operários da Arte Real – e toda a importância que esse dia representa – preparados para os novos desafios, tão bem expostos pelos Srs. Laelso Rodrigues e Kalil Chater.

Há uma história muito grande a trilhar de hoje em diante. A parte social do País precisa do nosso envolvimento diretamente. É a isso que nos propomos nesta data, com esta sessão e na mais alta Corte. Essa simbologia é muito relevante, pois, pela primeira vez em nossa história, nosso dia está sendo comemorado na data correta. Amanhã, como de costume, faremos esta comemoração na Câmara Legislativa, às 11 horas da manhã.

Hoje, no entanto, esta sessão tem um significado especial. Por isso, vim à tribuna apenas para dizer a V. Ex^a, Senador amigo e irmão Mozarildo Cavalcanti, que esse ato será lembrado amanhã por ser um atitude corajosa. V. Ex^a conseguiu mobilizar

o que existe de melhor em nosso País: esses operários da Arte Real, que vieram aqui, nesta segunda-feira, dizer para todos nós e ao Brasil inteiro, especialmente para os Srs. Senadores, que continuam firmes e fortes no sentido de termos fraternidade, igualdade e liberdade.

Muito obrigado. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr. Presidente da Câmara Distrital de Brasília, Sr^s. Laelso Rodrigues e Kalil Chater, meu conterrâneo Francisco Gomes da Silva, da Grande Loja do Maranhão, que aqui se encontra presente, Sr^s. Maçons, Senhoras e Senhores, a homenagem que o Senado hoje presta à comunidade maçônica brasileira é de grande oportunidade e justiça.

A história da maçonaria entre nós confunde-se com a própria História do Brasil. Nossos pró-homens, que se destacaram, desde a Independência, nas mais nobres lutas pela nacionalidade eram membros da maçonaria. José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro do Reino e de Estrangeiros, foi o primeiro mandatário do Grande Oriente Brasileiro, a 17 de junho de 1822.

A influência da maçonaria brasileira contra a escravatura foi decisiva: a Lei que se chamou Euzébio de Queiroz – que foi membro do Supremo Conselho da Maçonaria – extinguiu, em 1850, o tráfico de escravos; e a Lei que se batizou de Visconde do Rio Branco – que foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil – declarou livres, em 1871, as crianças nascidas de escravas a partir daquela data.

Foram as medidas preliminares para a completa extinção da escravatura em nosso País, que tanto durou e que tantas dificuldades causaram à História do nosso País.

Na implantação da República, coube a liderança ao Marechal Deodoro da Fonseca, que viria a ser Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Seguiram-se, na formação da Nação brasileira, Floriano Peixoto, Campos Salles, Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha, Wenceslau Brás e Washington Luís, todos maçons destacados do Grande Oriente do Brasil.

Compõem essa instituição brasileira, em todas as épocas, homens de espírito público, representativos das diversas áreas da atividade humana. Formam, pois, um poderoso grupo de formadores de opinião.

Nas duas grandes guerras mundiais, colaborou para que o Brasil estivesse do bom lado. Forneceu re-

ursos para o socorro a vítimas de guerra. Influuiu nos movimentos de anistia a presos políticos nos períodos de exceção que enlutaram o Brasil. Influuiu nas lutas pela redemocratização contra os regimes de exceção.

A liberdade, a igualdade e a fraternidade, que são também princípios da Revolução Francesa, são a bandeira que os maçons desfraldam em todo o mundo. Proclamando a prevalência do espírito sobre a matéria, procuram o aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade. É importante a atuação que desenvolvem em movimentos sociais.

A maçonaria – vítima no passado de perseguições até mesmo da Inquisição – é uma instituição que honra o país no qual se instala. Sua atuação, em tantos campos de atividade, é um modelo para a formação social e moral dos jovens.

A Grande Oriente do Brasil, instalada em Brasília desde 1978, transformou-se na maior Obediência Maçônica do mundo latino.

Muitas foram as etapas vencidas pela maçonaria em âmbito internacional, desde aqueles velhos tempos medievais em que pedreiros, construtores das catedrais, fundaram as primeiras lojas maçônicas.

E o Senado está certo de que a Grande Oriente do Brasil continuará vencendo todas as etapas a que se propôs realizar. O nosso País muito precisa que prossiga sem tropeços essa atuação que, há 179 anos, tem sido tão benfazeja à nacionalidade.

Senhores maçons, se eu tivesse que resumir em duas palavras o que é a maçonaria e seus princípios, eu diria, simplesmente, que representa honra e retidão como apanágio de sua atuação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Sr. Senador Mauro Miranda enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com extremo prazer e satisfação que ocupo hoje a tribuna desta Casa para incluir-me entre milhões de brasileiros e fazer cântico em homenagem ao Dia do Maçom, nesse 20 de agosto. Uma sociedade milenar, como a Maçonaria, necessita ser constantemente evidenciada em função de seus princípios sociais, políticos e morais

no contexto da história universal. Nunca é demais lembrar que os Maçons participaram ativamente de movimentos mundiais e nacionais como a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos, a Abolição da Escravatura, a Independência do Brasil e a Proclamação da República.

Entre os Maçons que orgulham a História do Brasil podem ser citados Dom Pedro I, José Bonifácio, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Visconde do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiuva, Tiradentes, Duque de Caxias e Rui Barbosa, uma sequência de nomes permeada pela incessante busca da liberdade e justiça social entre os povos. Alicerçada pelo exemplo de membros tão ilustres, a Maçonaria no Brasil transformou-se em uma parte ativa da sociedade com quatro mil, oitocentas e setenta lojas maçônicas promovendo obras sociais de toda ordem, desde a manutenção de creches e escolas, programas de combate às drogas e ajuda para centros de apoio a idosos. Em Goiás, meu Estado, são 267 lojas maçônicas, todas seguindo aquela que é a essência do autêntico Maçom: um ser que, além de ajudar o próximo, procura conhecer a si mesmo, evoluir moral e espiritualmente, eliminando seus defeitos e deficiências, tentando fortalecer suas qualidades e virtudes, de modo a poder contribuir efetivamente no processo de desenvolvimento da sociedade em todos os níveis: social, político, econômico e moral.

Em Goiás, hoje, Sras. e Srs. Senadores, duas vertentes atuam de forma efetiva e integrada para a melhoria da qualidade de vida da comunidade em geral: a Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás e o Grande Oriente do Estado de Goiás. Elas são comandadas, respectivamente, pelos Grãos Mestres Ruy Rocha Macedo e Alcides Siqueira. Entre as atividades desenvolvidas pela Grande Loja Maçônica, posso aqui destacar a participação ativa em todas as campanhas de benefício social, como as de vacinação e as filantrópicas para arrecadação de alimentos e roupas para pessoas humildes e carentes. Além disso, a Grande Loja Maçônica não se furta a debater e encontrar soluções para os problemas que afligem a sociedade. Seus membros integram os Conselhos da Comunidade, da Criança, do Idoso, do Adolescente, da Educação e da Segurança Pública.

Já a atuação do Grande Oriente do Estado de Goiás tem em uma de suas particularidades a profissionalização do menor carente. Exemplo disso é o tra-

balho executado pela Fraternidade e Assistência ao Menor Aprendiz – FAMA. Responsável pelo encaminhamento do projeto, a Loja Liberdade e União mantém em atividade três estruturas operacionais: um núcleo em Goiânia, que oferece ensino fundamental e médio, além de profissionalização nas modalidades de marcenaria, floricultura, cartonagem e serviços gráficos; e as Fazendas Capivara, em Senador Cane-do, e Cabeleira, em Rio Verde, responsáveis pelo treinamento em agricultura e criação de animais. O Grande Oriente ainda desenvolve outro projeto de relevante alcance social e que já desfruta de reconhecimento nacional. Denominado “Maçonaria Contra as Drogas – um Projeto em Favor da Vida”, realiza, desde 1997, debates preventivos com adolescentes e jovens sobre o risco das drogas, primando pelo realismo e seriedade, sem qualquer tipo de terrorismo ou repressão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta foi apenas uma pequena mostra do excepcional trabalho realizado pelas Lojas Maçônicas em meu Estado, que, ainda, atuam em parceria na área da educação e na erradicação da mendicância. Desde que foi plantada a primeira semente em 1951, uma série de homens abnegados passou a construir uma realidade que hoje pode ser visualizada em números: sete mil, quatrocentos e oitenta Maçons atuam em Goiás. Entre os ex-presidentes, destaque para Luiz Caiado de Godoy, Lafayette Teixeira França, João Gonçalves Borges, Urias de Oliveira Filho, Jair Assis Ribeiro, Chafic Gabriel, José Ricardo Roquette, Gumercindo Inácio Ferreira, Rubens Carneiro dos Santos e o renomado jurista Licínio Leal Barbosa, referência ética e profissional do Direito goiano.

Por todos os motivos aqui apresentados, entendo que os demais Senadores desta Casa unem-se a mim nesta justa homenagem ao Dia do Maçom. Com certeza, em cada Estado representado no Senado Federal há mais dezenas e dezenas de exemplos do trabalho social desenvolvido em 50 anos de obstinação e solidariedade. Portanto, nada mais correto do que enaltecer a ação de milhões de brasileiros que contribuem, diariamente, para o fortalecimento da Maçonaria, uma instituição universal voltada para o bem-estar do cidadão.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Suspendo a sessão por cinco minutos para que os senhores maçons recebam os cumprimentos.

(Suspensa às 15 horas e 21 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está reaberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozerildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 791, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, de autoria do Senador Maguito Vilela, que “inscreve o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria”.

Relator: Senador **Carlos Patrocínio**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, de autoria do Senador Maguito Vilela, manda inscrever o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Tal livro se encontra depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, antigo Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento edificado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, Distrito Federal.

II – Análise

O Panteão da Pátria e da Liberdade (hoje Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves) foi inaugurado em 1986 para homenagear aqueles que se destacaram na luta pela liberdade em nosso País.

No primeiro andar do edifício, destaca-se o *Livro dos Heróis da Pátria*, onde já se encontram inscritos, por mandamento legal, os nomes de Tiradentes e do Marechal Deodoro da Fonseca (ambos por determinação da Lei nº 7.919, de 1989, após conversão da Medida Provisória nº 105, de 1989), de Zumbi dos Palmares (Lei nº 9.315, de 1996) e de D. Pedro I (Lei nº 9.828, de 1999).

A proposição em exame objetiva, pois, destacar também o nome do Duque de Caxias no cenário dos grandes vultos que honraram, por seus feitos memoráveis, a História Pátria.

Trata-se, sem dúvida, de iniciativa das mais louváveis, haja vista a exponencialidade da figura de Caxias, chefe militar, Conselheiro do Estado e da Guerra, Generalíssimo dos Exércitos da Tríplice Aliança, conde, marquês, duque, presidente de províncias, deputado, senador, patricio do Império, ministro da Guerra, presidente do Conselho de Ministros, patrono do Exército brasileiro.

Graças à sua sensibilidade política e humana, pôde dedicar sua vida à manutenção da soberania do território brasileiro e à consolidação da paz e da união nacional.

Quanto ao mérito, não há como, pois, negar provimento à iniciativa do Senador Maguito Vilela de inscrever seu nome no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Da mesma forma, o projeto não afronta qualquer princípio de natureza constitucional ou jurídica.

Cumprе, no entanto, mediante emenda de redação, atualizar o nome do monumento onde está depositado o Livro e vincular a homenagem a uma data marcante da vida do homenageado, a exemplo do que ocorre com as demais inscrições existentes.

III – Voto

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, com a seguinte

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 82, de 2001, a seguinte redação:

Art. 1º Em comemoração ao bicentário de seu nascimento, inscreva-se o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Arlindo Porto** – **Hugo Napoleão** – **Moreira Mendes** – **Luiz Pontes** – **Lúcio Alcântara** – **Pedro Ubirajara** – **Romeu Tuma** – **Emília Fernandes** – **Gilvam Borges** – **Marina Silva** – **Alvaro Dias** – **Jonas Pinheiro** – **Roberto Freire** – **Casildo Maldaner** – **José Fogaça** – **Pedro Piva** – **Geraldo Cândido**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA					NEY SUASSUNA				
GILVAM BORGES	X				JOSÉ FOGAÇA	X			
MARLUCE PINTO					ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR					MAGUITO VILELA				
PEDRO UBIRAJARA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO	X				FREITAS NETO				
MOREIRA MENDES	X				GERALDO ALTHOFF				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA				
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ COELHO					ROMEU TUMA	X			
CARLOS PATROCÍNIO	X				MARIA DO CARMO ALVES				
ARLINDO PORTO (PTB)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÁLVARO DIAS	X				OSMAR DIAS				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	X				LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					PEDRO PIVA	X			
TEOTONIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA	X			
FERNANDO MATUSALÉM (PPB)					ROMERO JUCA				
LUIZ PONTES	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLEY					LAURO CAMPOS (SEM PARTIDO)				
EMÍLIA FERNANDES	X				GERALDO CÂNDIDO	X			
MARINA SILVA	X				SEBASTIÃO ROCHA				
ROBERTO FREIRE	X				TIÃO VIANA				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SATURNINO BRAGA				

TOTAL: 19 SIM: 19 NÃO: - ABS: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/08/2001

SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - EMENDAS

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA	X				NEY SUASSUNA				
GILVAM BORGES	X				JOSÉ FOGAÇA	X			
MARLUCE PINTO					ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR					MAGUITO VILELA				
PEDRO UBIRAJARA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO	X				FREITAS NETO				
MOREIRA MENDES	X				GERALDO ALTHOFF				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA				
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X				JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ COELHO					ROMEU TUMA				
CARLOS PATROCÍNIO	X				MARIA DO CARMO ALVES				
ARLINDO PORTO (PTB)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS	X				OSMAR DIAS				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	X				LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					PEDRO PIVA				
TEOTONIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA	X			
FERNANDO MATUSALÉM (PPB)					ROMERO JUCÁ				
LUIZ PONTES	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY					LAURO CAMPOS (SEM PARTIDO)				
EMÍLIA FERNANDES	X				GERALDO CÂNDIDO	X			
MARINA SILVA	X				SEBASTIÃO ROCHA				
ROBERTO FREIRE	X				TIÃO VIANA				
TITULAR - PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SATURNINO BRAGA				

TOTAL: 19 SIM: 19 NÃO: - ABS: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/08 / 2001


SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2001

Inscribe o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no *Livro dos Heróis da Pátria*.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Em comemoração ao bicentenário de seu nascimento, inscreva-se o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.919, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1989

Inscribe os nomes de Tiradentes e Deodoro da Fonseca no *Livro dos Heróis da Pátria*.

LEI Nº 9.315, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996

Inscribe o nome de Zumbi dos Palmares no *Livro dos Heróis da Pátria*.

LEI Nº 9.828, DE 30 DE AGOSTO DE 1999

Inscribe o nome de D. Pedro I no *Livro dos Heróis da Pátria*.

PARECER Nº 792, DE 2001

Da Comissão de Educação sobre o PLS nº 94, de 2001, de autoria do Senador Alvaro Dias, que institui o Dia Nacional do Cientista Social.

Relatora: Senadora **Marina Silva**

I – Relatório

Encontra-se em exame nesta comissão, nos termos do que dispõe o art. 102, inciso II, do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001, de autoria do Senador Alvaro Dias, destinado a instituir o Dia Nacional do Cientista Social.

A ele não foram oferecidas emendas no prazo regimental, pelo que passa a ser examinado na forma como foi apresentado pelo subscritor.

II – Análise

Fruto da Revolução Industrial, a Sociologia, propriamente dita, ou ciência da crise, porque decorrente da crise que se espalhou por toda a Europa por força da automação e da conseqüente onda de desemprego, constituiu-se numa forma de conhecer e pensar cientificamente a natureza e a sociedade.

Desenvolveu-se, em verdade, a partir do século XV, após as transformações decorrentes da expansão marítima, da reforma protestante, da formação dos estados nacionais e do comércio ultramarino, bem como do desenvolvimento científico e tecnológico que desagregaram a sociedade feudal, dando origem à sociedade capitalista.

A razão passa a ser soberana e é colocada como elemento essencial para se conhecer o mundo. Essa nova forma de conhecimento da natureza e da sociedade, na qual a experimentação e a observação são fundamentais, aparece nesse momento, representada pelo pensamento e pelas obras de diversos pensadores, entre os quais Nicolau Maquiavel, Galileu Galilei, Thomas Hobbes, Francis Bacon, René Descartes. Outros dois farão a ponte entre esses novos conhecimentos e os que se desenvolverão no século seguinte: John Locke e Isaac Newton.

No século XVIII, a burguesia comercial assume um grande poder, graças a suas relações com a monarquia, principalmente quanto a questões econômicas. O capital mercantil vai se expandindo em diversos ramos de atividade. Impõe-se, com o desenvolvimento do produto manufaturado, o desenvolvimento de novas técnicas de produção. Surgem máquinas de tecer, descaroçar algodão, bem como a aplicação industrial da máquina a vapor. É a "maquinofatura": o trabalho antes realizado com as mãos ou com ferramentas passa a ser executado pela operação da máquina. Máquinas passaram a construir novas máquinas.

Essas alterações no processo produtivo, somadas à herança cultural e intelectual do século XVII irão definir o século XVIII como um século explosivo, servindo de exemplo e parâmetro para as revoluções políticas posteriores.

No século XIX, a consolidação do sistema capitalista na Europa irá contribuir para o surgimento da Sociologia como ciência particular, como estudo científico das relações sociais, das formas de associação, destacando-se os caracteres gerais comuns a todas as classes de fenômenos sociais, isto é, aqueles que se produzem nas relações de grupos entre seres humanos. Estuda o homem e o meio ambiente em suas interações recíprocas.

A Sociologia tem encontrado no Brasil figuras exponenciais, que dedicaram suas vidas ao estudo dessas relações, na busca não apenas de explicá-las, mas de encontrar caminhos viáveis para minorar a gravidade dos problemas acarretados principalmente pelas desigualdades sociais.

A evolução da Sociologia e dos estudos sociais no Brasil teve origem em 1865, quando, sob forte influência do positivismo de Comte, é publicada a obra *A Escravatura no Brasil*, de F. A. Brandão Júnior.

Segue-se uma breve cronologia dos demais eventos relativos a essa disciplina, conforme dados levantados junto à Federação Nacional dos Sociólogos.

Em 1872, um dos precursores da Sociologia no Brasil, Sílvio Romero, publica a sua obra *Etnologia Selvagem* e, em 1883, outro precursor, Joaquim Nabuco, publica *O Evolucionismo*.

Em 1888, surge a segunda obra de importância de Sílvio Romero, *Etnografia Brasileira*.

Em 1890, Benjamin Constant, no início da República brasileira, e também sob influência do positivismo, propõe uma reforma no ensino que introduz a disciplina de Sociologia nos currículos das escolas de 1º e 2º graus. Essa reforma não chega a entrar em vigor em função do falecimento do autor.

Em 1902, Euclides da Cunha, ainda que engenheiro por formação e jornalista por profissão, dá a sua contribuição memorável para o estudo sociológico, com a publicação de *Os Sertões*.

Em 1925, por iniciativa de Fernando Azevedo, pela primeira vez a disciplina Sociologia integra os currículos dos cursos de segundo grau do tradicional colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro. A disciplina ficou a cargo do sociólogo C. Delgado de Carvalho.

Em 1928, com a reforma do ensino de Rocha Vaz, a Sociologia integra os currículos dos cursos das Escolas Normais do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e da cidade de Recife. Nessa última, a iniciativa coube aos sociólogos Gilberto Freire, de grande importância para a Sociologia brasileira e a Carneiro Leão.

Em 1931, com a Reforma de Francisco Campos, então ministro da Educação de Getúlio Vargas, ocorreria uma certa ampliação do ensino de Sociologia no nível secundário no sentido de se dar mais ênfase à formação humanística.

Em 1933, no dia 27 de maio, é organizado o primeiro curso de Sociologia no Brasil, da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Para que a Universidade de São Paulo fosse criada, era preciso que existisse uma escola da área de ciências sociais e a ESP participou desse processo como uma espécie de instituto complementar.

Nesse mesmo ano, um dos principais precursores da Sociologia brasileira, Gilberto Freire, lança o que seria o seu livro mais importante, *Casa Grande & Senzala*.

Em 1934, é criada a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. Nesse período a Sociologia brasileira recebe o reforço de cientistas americanos e europeus, entre eles Horace Davis, Samuel Lowrie e Donald Pierson, sendo que mais tarde se agregaria Karl Oberg dis EUA e Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide, George Gurvitch e Charles Moraze da Fran-

ça. Também desse país vieram, mas para o Rio de Janeiro, Jacques Lambert e A. R. Radcliffe-Brown.

Em junho de 1954, é realizado o primeiro congresso de Sociologia (mas não de sociólogos) no País.

Em 1961, surge na Câmara dos Deputados o primeiro projeto de lei destinado a reconhecer a profissão e conseguir a sua regulamentação. É o PL nº 3.000, de 1961.

Em 1964, com o golpe militar de 1º de abril, a disciplina Sociologia, bem como as demais das áreas de ciências humanas (filosofia em especial), são alijadas do ensino de segundo grau no Brasil, passando-se a dar ênfase nas disciplinas de orientação tecnizantes.

Em 1967, após uma longa tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3.000, de 1961, é aprovado e vai à sanção presidencial, mas é vetado pelo general presidente Castelo Branco, com o seguinte argumento: o projeto de lei se preocupa em forçar um mercado de trabalho por meio de privilégios conferidos a uma certa classe de diplomados, bem como delimita artificialmente as atividades do sociólogo, tornando-se, na prática, impossível distinguir o que é próprio da pesquisa sociológica e da pesquisa de outras ciências sociais.... É criado o primeiro curso de mestrado em Ciência Política, na Universidade Federal de Minas Gerais.

Em 1969, é organizado em São Paulo um grupo para constituir a Comissão Pró-Associação de Sociólogos.

Em 1985, surgem os dois primeiros Sindicatos de Sociólogos em nível estadual, nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais. Pelas legislações sindical e trabalhista anteriores, para que pudesse ser criada uma federação nacional, seriam necessárias pelo menos cinco entidades sindicais com carta sindical expedida pelo Ministério do Trabalho. A carta sindical de Minas Gerais, datada de 21 de abril daquele ano, é a primeira do País. A de São Paulo é de agosto.

Em agosto de 1995, morre o maior sociólogo do país, o professor Florestan Fernandes.

E é em homenagem a esse grande intelectual brasileiro, profissional respeitado no Brasil e no exterior, que o Senador Álvaro Dias, com muita propriedade, escolheu o 22 de julho, dia em que nasceu Florestan Fernandes, para celebrar o Dia Nacional do Cientista Social.

III – Voto

Diante do exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Marina Silva**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Arlindo Porto** – **Hugo Napoleão** – **Moreira Mendes** – **Luiz Pontes** – **Lúcio Alcântara** – **Pedro Ubirajara** – **Emília Fernandes** – **Gilvam Borges** – **Roberto Freire** – **Casildo Maldaner** – **Gerson Camata** – **Pedro Piva** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Maguito Vilela** – **Geraldo Cândido** – **José Fogaça**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 34 / 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA	X				NEY SUASSUNA				
GILVAM BORGES	X				JOSÉ FOGAÇA	X			
MARLUCE PINTO					ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR					MAGUITO VILELA	X			
PEDRO UBIRAJARA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO	X				FREITAS NETO				
MOREIRA MENDES	X				GERALDO ALTHOFF				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA				
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ COELHO					ROMEU TUMA				
CARLOS PATROCÍNIO					MARIA DO CARMO ALVES				
ARLINDO PORTO (PTB)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					OSMAR DIAS				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	X				LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					PEDRO PIVA	X			
TEOTONIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA	X			
FERNANDO MATUSALÉM (PPB)					ROMERO JUCÁ				
LUIZ PONTES	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPICY					LAURO CAMPOS (SEM PARTIDO)				
EMÍLIA FERNANDES	X				GERALDO CÂNDIDO	X			
MARINA SILVA	X				SEBASTIÃO ROCHA				
ROBERTO FREIRE	X				TIÃO VIANA				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SATURNINO BRAGA				

TOTAL: 18 SIM: 13 NÃO: - ABS: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 08 / 2001

SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação

PARECER Nº 793, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2001 de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que ‘institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária’.

Relator: Senador **Gerson camata**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2001, que altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que “institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária,” no sentido de estender de três para dez anos, com direito de renovação, o prazo da autorização.

Em sua justificação, apresenta o Senador Gilvam Borges excerto da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, que acompanhou o Projeto de Lei nº 1.788, de 1996, no qual fica clara a importância dessa modalidade de radiodifusão:

É inegável a importância do papel que uma estação de radiodifusão da modalidade ora proposta desempenhará na sociedade. Será através dela que membros de uma comunidade poderão conscientizar-se de suas próprias carências e recursos, necessidades e capacidades. A cultura, a arte, a educação, o folclore, dentre outros valores a serem preservados, terão nesse serviço um forte aliado. A discussão e a solução de problemas da comunidade, as opiniões e sugestões de seus membros, a informação e a divulgação de suas iniciativas encontrarão meio eficaz e eficiente de sua veiculação nas emissoras com a natureza e amplitude da modalidade de radiodifusão que ora se propõe seja instituída.

Lembra ainda o Autor que a outorga do direito de exploração da radiodifusão comunitária “só tem como destinatárias fundações ou associações civis sem fins lucrativos e com amplitude restrita à comunidade.” “Essas fundações ou associações autorizadas” – prossegue o Senador Gilvam Borges – “são sediadas na comunidade à qual destinam o seu serviço, assim como seus dirigentes têm, necessariamente, residência na localidade.”

Entende o Autor que os mecanismos de controle previstos na lei ora modificada garantem a legitimidade dos serviços, afigurando-se-lhe como irrazoável

o período de concessão em vigor, a saber, de três anos, ainda que renovável por igual período. “Ocorre que os investimentos efetuados para operacionalizar a emissora” – diz o Proponente – “não são pequenos, considerando o ambiente carente para o qual é destinada”.

A proposta em exame esteve, nesta Comissão de Educação, à disposição dos senhores Senadores, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

II – Análise

De fato, o curto prazo de concessão pode transformar as comunidades autorizadas em reféns dos governos, por compreender em um único mandato ou por poderem estes optar pela não-renovação de autorizações concedidas em administrações anteriores. Nesse sentido, há que se concordar com o Autor, quando arrazoa que tal exigüidade de tempo “acaba por transformar a outorga em deprimente moeda de troca, mordalha ou, no mínimo, em mecanismo de patrulhamento ideológico da comunidade beneficiada.”

Por outro lado, não se nos afigura qualquer ameaça ao equilíbrio de forças sociais a ampliação do prazo da autorização, uma vez que todos os sistemas de controle social e estatal da atuação dessas emissoras estão contemplados na lei em pauta, que prevê a instituição, pela entidade autorizada, de um conselho comunitário composto por representantes de entidades da comunidade local. Prevê ela, ainda, os critérios técnicos e documentais para a outorga da autorização e o meio de inscrição das interessadas, bem como os critérios a serem observados na escolha, quando infrutífera a tentativa de associação das interessadas habilitadas. Discrimina, finalmente, as infrações passíveis de serem cometidas pelas entidades autorizadas, bem como as penas, que variam da advertência até a revogação da autorização.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do presente Projeto de Lei do Senado, na forma com que se nos apresenta.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. –
Ricardo Santos, Presidente – **Gerson Camata**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Arlindo Porto** – **Hugo Napoleão** – **Moreira Mendes** – **Luiz Pontes** – **Lúcio Alcântara** – **Pedro Ubirajara** – **Carlos Patrocínio** – **Roberto Freire** – (abstenção) – **Eduardo Siqueira Campos** – **Álvaro Dias** – **Jonas Pinheiro** – **José Fogaça** – **Geraldo Cândido**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 195 / 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER					PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA	X				NEY SUASSUNA				
GILVAM BORGES					JOSÉ FOGAÇA	X			
MARLUCE PINTO					ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR					MAGUITO VILELA				
PEDRO UBIRAJARA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO	X				FREITAS NETO				
MOREIRA MENDES	X				GERALDO ALTHOFF				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA				
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X				JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ COELHO					ROMEU TUMA				
CARLOS PATROCÍNIO	X				MARIA DO CARMO ALVES				
ARLINDO PORTO (PTB)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÁLVARO DIAS	X				OSMAR DIAS				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	X				LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					PEDRO PIVA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA	X			
FERNANDO MATUSALÉM (PPB)					ROMERO JUCA				
LUIZ PONTES	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLEY					LAURO CAMPOS (SEM PARTIDO)				
EMÍLIA FERNANDES					GERALDO CÂNDIDO	X			
MARINA SILVA					SEBASTIÃO ROCHA				
ROBERTO FREIRE				X	TIÃO VIANA				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SATURNINO BRAGA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/08/2001

SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

Of. nº. CE/26/2001

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 82 de 2001, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Maguito Vilela que, “Requer seja inscrito o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria”.

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº. CE/27/2001

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Previdente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 94 de 2001, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Alvaro Dias que, “Institui o Dia Nacional do Cientista Social e dá outras providências”.

Atenciosamente, Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº. CE/28/2001

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2001, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Gilvam Borges que, “Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária”.

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura do prazo de

cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado n.ºs 82, 94 e 105, de 2001, aprovados pela Comissão de Educação, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos, por 20 minutos.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o País inteiro surpreendeu-se com a divulgação, no final da semana passada, por parte do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – dos novos indicadores de crescimento do PIB da economia nacional no ano corrente, registrando-se uma acentuada desaceleração do ritmo da atividade econômica. Algumas controvérsias à parte sobre a metodologia das contas nacionais por parte de instituições e mesmo de empresários, é certo que recentemente houve sensível queda na taxa de crescimento neste segundo trimestre de 2001. De acordo com os dados daquele Instituto, foi registrada uma expansão de apenas 0,79% no segundo trimestre de 2001, comparado com o mesmo período de 2000, e decréscimo ou crescimento negativo de 0,99% em relação ao primeiro trimestre do ano de 2001. Essas estimativas contrariam expectativas que previam para o segundo trimestre deste ano expansão do PIB de 3% ou mais. Já se prevêem, com base nesses dados novos, estimativas para 2001 inferiores a 2%.

As projeções recentes para os principais parâmetros da economia brasileira para este exercício e que serviram de base para fixar metas no recente acordo acertado pelas autoridades monetárias com o FMI (crescimento estimado entre 2,7% a 2,8% ao ano, podendo chegar a 3%) terão de ser revistas, com certeza. E o que é mais importante, a desaceleração que as novas estimativas registram demonstra a severa dose de elevação da taxa básica de juros de 15,75% para 19% de março para cá. Tal fato motivou declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso de que “deve haver uma sintonia fina entre a taxa de juros e o crescimento”. A elevação da taxa de juros, como se sabe, se superpôs a outros fatores de natureza recessiva, com especial destaque para a crise energética.

Como pano de fundo para a mudança da política econômica a partir de março, destaca-se a vulnerabilidade estrutural de nosso setor externo – acirrada pela desaceleração das economias centrais dos

Estados Unidos e da Europa, pela estagnação da economia japonesa e pelos efeitos colaterais da crise argentina – além das preocupações relacionadas ao recrudescimento inflacionário. O receio de termos problemas sérios no fechamento de nossas contas externas (previsão de déficits elevados nas transações correntes) foi, na verdade, o principal fator de ativação de mecanismos que inibiram o crescimento neste segundo trimestre. Destaco a elevação da taxa de juros.

Todos sabemos do impacto de uma política recessiva dessa natureza sobre a dívida pública e sobre nossa conta de juros no orçamento fiscal. Juros altos elevam o comprometimento com a despesa da dívida pública. Tais despesas forçam a produção de superávits primários mais elevados – calculados segundo a metodologia do FMI – para conter a expansão descontrolada do endividamento público. O resultado prático tem sido o corte das despesas prioritárias no orçamento fiscal, com a agravante de que menor crescimento reduz a receita pública e força maiores cortes nos gastos, já excessivamente comprimidos.

Esse quadro tem marcado nossa experiência de estabilização monetária do Plano Real – com expressivo sucesso na obtenção de taxas civilizadas de inflação – com todos os percalços e vicissitudes da instabilidade do mercado financeiro internacional sobre as economias emergentes, que tem condicionado a construção de fundamentos mais sólidos para uma trajetória de crescimento sustentado dessas economias.

Estruturalmente é necessário reconhecer que, a despeito do enorme esforço da Equipe Econômica, temos tido problemas recorrentes no fechamento do nosso balanço de pagamentos – elevado déficit em transações correntes a depender sempre de maciça entrada de capitais estrangeiros – e caminhamos relativamente pouco na estruturação e organização de um mercado de capitais doméstico. Sobre isso a nova Lei das Sociedades Anônimas pode contribuir muito, tornando-nos menos dependentes da poupança externa.

Ainda referindo-se às questões de natureza estrutural, há muito que se caminhar no melhor ordenamento e controle dos fluxos de capitais no mercado financeiro globalizado que submete muitas vezes economias emergentes, mesmo com bons fundamentos econômicos, a sobressaltos e restrições que desestabilizam sua trajetória de prosperidade.

Aqui entra, como não poderia deixar de ser, uma tentativa de análise sintética do novo acordo com o FMI, acertado pela Equipe Econômica há cerca de 15 dias, e debatido, na semana passada, com os Sena-

dores, em audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, ocasião em que recebemos a visita dos Ministros Pedro Malan e Martus Tavares e do Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga.

Com clareza e segurança, fomos informados, pelo Líder da ilustre Representação, Dr. Pedro Malan, Ministro da Fazenda, de que o novo pedido de apoio ao FMI tem caráter preventivo, um verdadeiro cheque especial, na linguagem do Dr. Armínio Fraga, para vencer um novo período de turbulência na economia internacional, agravada por algumas causas internas – a crise energética, em particular. Os tremores do exterior que nos alcançam são conhecidos e já mencionados: a recessão quase sincronizada dos principais dinamos da economia mundial, conforme afirmamos anteriormente, com destaque para os Estados Unidos e Europa, a estagnação japonesa e a redução dos investimentos diretos estrangeiros em nossa economia em 2001 e 2002, além da grave crise argentina.

O ilustre Ministro da Fazenda destacou que o prazo recorde das negociações com o FMI, de duas semanas, é indicativo do reconhecimento pela comunidade financeira internacional dos acertos na condução da política econômica e financeira nos últimos oito anos que, sem dúvida alguma – reconheçamos –, contribuiu decisivamente para o alcance e preservação de um ambiente de estabilidade dos preços; a retomada, ainda que incipiente, do crescimento da economia nacional; o cumprimento de todas as metas acertadas no último acordo com o Fundo; a reconstrução e fortalecimento do sistema financeiro nacional; e o esforço de controle da relação dívida pública como porcentagem do PIB.

O acordo ainda em vigor, que envolveu um limite de crédito de US\$41,5 bilhões, foi assinado em novembro de 1998 e termina em 1º de dezembro desse ano. Por conta daquele entendimento, foi disponibilizado ao Brasil, pelo FMI e BIS, cerca de US\$32 bilhões, tendo o País efetivamente sacado US\$22 bilhões, dos quais já pagou US\$18,2 bilhões. Os juros dessas operações de crédito foram da ordem de US\$1,7 bilhão e, sem dúvida, foi um dos acordos mais bem-sucedidos, envolvendo a participação do FMI, desde que eclodiu a crise asiática em 1997. A medida do seu sucesso está expressa na evolução favorável do PIB brasileiro, que evoluiu 0,9%, em 1999, e alcançou 4,46%, em 2000.

Para contrastar, recordemos ainda que os Tigres Asiáticos, então em crise, tiveram que suportar

recessões econômicas que duraram dois anos ou mais.

E o novo acordo? Será bem-sucedido? Deve ser motivo de contentamento?

Começemos pela última pergunta. Entendemos, como a maioria dos analistas, que a volta ao FMI se faz dentro de um quadro de instabilidade das condições externas do mercado financeiro internacional, associada às nossas fragilidades estruturais, conforme análise que já expomos, tanto de natureza doméstica quanto dos nossos problemas relacionados com o balanço de pagamentos.

O novo acordo com o FMI, evidentemente, deve ser considerado necessário como uma rede de proteção para a economia brasileira no biênio 2001-2002. O Fundo deverá colocar à disposição do Brasil cerca de US\$15 bilhões, por um período aproximadamente de 15 meses – do próximo mês de outubro até dezembro de 2002. Esses recursos deverão ser suficientes para contornar a crise de financiamento no período. Mesmo economistas de oposição, como por exemplo o Dr. Paulo Nogueira Batista Jr., reconhecem (**Folha de S.Paulo** de 9 de agosto) que o novo acordo, nas circunstâncias atuais, usando suas palavras, ... "não é de todo mal..." e reconheceu que este "... foi alcançado em prazo surpreendentemente curto".

A superação de nossos problemas passa pelo controle e melhoria de nossos indicadores relativos à dívida pública e pelo equacionamento de nossas contas externas a médio prazo.

A dívida pública, sobretudo a da União, é elevada. Seu valor consolidado, em maio, alcançou R\$620 bilhões (52% do PIB). O Governo estimou que esse indicador deveria, neste ano, estar no patamar de 46,5% do PIB e agora, em função da forte desvalorização do real e da elevação dos juros, prevê o Governo uma relação de 53,4% para dezembro. Admitiu inclusive o Governo, através do Sr. Amaury Bier, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, em entrevista ao jornal **Valor**, de 9 de agosto, que só por volta de 2007 é que a relação dívida líquida/PIB deverá retornar ao patamar de 46,5%. Por si só, não existe nada de científico nesses indicadores, mas devemos recordar que o último acordo com o FMI previa que esse indicador deveria ficar estabilizado ou já apresentar uma trajetória declinante em 2001. Essa meta está agora sendo transferida para 2007, condicionada a um sem número de ajustes, visando elevar a receita e reduzir a despesa pública nos próximos anos. O Governo deve reconhecer que o crescimento da dívida pública brasileira tem que ser controlado com

maior determinação, o que dependerá não apenas da continuidade da política de autoridade fiscal, mas também da adoção de uma política monetária menos conservadora, que reduza mais aceleradamente o nível da taxa de juros, hoje vigente.

No **front** externo, as condições da economia brasileira inspiram atenção especial. Nosso saldo (negativo) nas transações correntes não poderá ser totalmente financiado com investimentos estrangeiros diretos nesse e, aparentemente, também no próximo ano. Para vencer esse estrangulamento, mais do que nunca, precisamos de um aumento significativo de nossas exportações. Ou seja, nossas contas externas só ganharão alguma respeitabilidade se nosso setor produtivo alcançar, de modo sustentado, a capacidade de produzir divisas por meio das exportações de bens e serviços.

Estamos às vésperas da posse de um novo Ministro do Desenvolvimento e as esperanças se renovam. O Embaixador Sérgio Amaral, que substituirá o Ministro Alcides Tápias, que aliás prestou relevantes serviços ao País, parece estar bastante consciente dos problemas por que passa o setor exportador. Esperamos que S Ex^a consiga mobilizar os meios para promover, enfim, a estruturação de uma política industrial e de comércio exterior requerida para a elevação da competitividade das nossas empresas no mercado globalizado, o que certamente exigirá a desoneração fiscal e o acesso a financiamentos mais baratos, tão reclamados pelos exportadores.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontramos-nos em um momento decisivo na condução da política econômica de nosso País, próximo ao calendário eleitoral de 2002 que, com certeza, estimulará o debate em torno das grandes questões relacionadas com o nosso crescimento e as nossas relações com a comunidade internacional.

É necessário que esse debate tenha, como pano de fundo, determinados aspectos da realidade brasileira que não podemos deixar de considerar e que enumeramos a seguir:

Primeiramente, o de que somos um País em crescente processo de integração com a economia mundial, condicionado às suas oscilações e com compromissos firmados com a Comunidade das Nações e com a Comunidade Financeira Internacional;

Em segundo lugar, a austeridade monetária e fiscal é condição absolutamente necessária para assegurarmos a estabilidade da moeda e, portanto, os baixos índices de inflação.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Com muito prazer, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Considero que o tema que V. Ex^a se ocupa nesta tarde é realmente da maior atualidade e da maior importância. E talvez por isso mesmo, porque trata-se de uma análise conjuntural, em que V. Ex^a coloca não apenas as variações do PIB e o recente prognóstico dos meios oficiais do Ministro Pedro Malan, de que o antigo otimismo em relação à taxa de crescimento que nós teríamos este ano foi rebaixada, eu gostaria de dizer que o que nós examinamos – diz Joseph Schumpeter – não é a realidade mas, sim, os conceitos que são mensurados e muitas vezes – diz ele – os economistas recebem esses dados dos contabilistas que auxiliam a tarefa do economista, tarefa essa que deveria ser, de acordo com ele, não apenas a de examinar o conteúdo epistemológico dos dados, mas a maneira pela qual esses dados são captados. A análise do PIB, parece-me, deve ser precedida de uma posição crítica em relação à essa própria grandeza, no total de bens e serviços produzidos em uma economia nacional, em dado período de tempo. Percebemos haver uma visão um tanto simplista a respeito do PIB e suas variações. Os nossos 2,7% de crescimento do PIB, de acordo com esse novo cálculo e com essa nova previsão, será realmente pífio em relação aos 17% que o Japão já cresceu em determinado momento de sua existência, por volta de 1968, 1969 e 1970. Mas será um crescimento em relação ao que os Estados Unidos conseguiram crescer, durante várias décadas, que se aproxima do **no economical growth**, o crescimento econômico zero. É uma postura de alguns economistas, que afirmam que o ideal, para permanecer o capitalismo com a sua estrutura atual, seria não crescer nada, **zero economical growth** ou **no economical growth**. Agora, há algo que eu gostaria também, nessa arte da controvérsia que constitui a economia política e a economia ou **the economics**, como os neoliberais apelidam: temos um vício no Brasil que vem ainda do tempo da Colônia, do pensamento colonial, do pensamento dominado, do pensamento de um país que, desde o princípio, foi explorado pelas relações internacionais com Portugal, Inglaterra e outros. Talvez, por isso mesmo, tenhamos ficado com esse defeito em nosso aparato conceitual. Quando o Brasil foi descoberto, e durante mais de 250 anos, era natural que nos fosse ensinado que deveríamos procurar ter naquela ocasião superávit na balança comercial, ou seja, nós deveríamos exportar

ao máximo as nossas riquezas. Se exportássemos ao máximo, obtendo o máximo saldo na balança comercial, então estaríamos alcançando grande êxito. Maurice Dob, um dos maiores historiadores ingleses do século XIX afirma que “deveríamos mudar o nome”. Mudar de nome até está muito em moda neste final do atual Governo. Quando não se pode consertar a Sudam ou a Sudene, muda-se o nome. Nesse sentido, Maurice Dob julgava que deveríamos considerar que o nosso objetivo deveria ser aumentar o superávit de importações – o que hoje em dia denomina-se déficit comercial. Superávit de importações foi o que a Inglaterra fez quando dominou o mundo; é isto que os Estados Unidos fazem desde 1973. Sendo assim, deveríamos procurar aquilo que, de uma maneira distorcida, o Governo Fernando Henrique Cardoso obteve durante o período em que o Sr. Gustavo Franco ocupou a Presidência do Banco Central. A absurda sobrevalorização do real permitiu que tivéssemos um superávit de importações. Naquela ocasião, fazia parte da lógica do Real a sobrevalorização da nossa moeda: cerca de cinquenta centavos de real equivaleria a um dólar, um real seria trocado então por dois dólares. Assim importaríamos bastante para achatar a inflação interna. Os preços seriam achatados com essas importações fantásticas. Obviamente, se o Brasil conseguisse se apropriar de riqueza líquida do exterior manifestada nesse superávit das importações – como diz Maurice Dob – estaríamos enriquecendo-nos nas relações internacionais. Obviamente essas importações se sustentam provocando uma dívida externa crescente. O Brasil se endividou, para que o Plano Real aparentemente desse certo, destruindo nossas indústrias de sapato, de tecidos, de louças, destruindo nosso parque industrial, achatando os preços e, assim, tendo êxito sobre o fetiche inflacionário, sobre a taxa de inflação. Parece-me que o processo de achatar a inflação, com aumento da dívida externa e déficit na balança de pagamento – e foi isso que fizemos –, precisa ser invertido, porque não podemos continuar tomando dinheiro emprestado e aumentando a dívida externa – que já chegou ao teto –, mantendo o real estável por intermédio dessa enchente de importações a preços subsidiados pela taxa de câmbio sobrevalorizada. (A Presidência faz soar a campainha.) Parabenizo V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço desculpas ao Senador Lauro Campos para interrompê-lo, porque o seu aparte já dura dez minutos, e o tempo do orador já ultrapassou em quinze minutos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Agradeço muito a tolerância e peço desculpas por ter-me distraído. Já encerrei o meu aparte.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Senador Lauro Campos, agradeço as manifestações e o aparte de V. Ex^a, que sempre ministra para nós, neste plenário, uma verdadeira aula.

Reporto-me à última fase do seu aparte de que, se pudéssemos voltar no tempo, certamente não repetiríamos aquela fase de câmbio sobrevalorizado, que estabeleceu preços muito baixos para as importações brasileiras, alicerçado por uma taxa de juros extremamente elevada, que, em momentos de crise do mercado financeiro internacional, alcançou níveis estratosféricos – atingiu 42% na crise russa. Essa é uma das causas da nossa grande dívida pública, com todos os impactos e efeitos sobre o orçamento fiscal.

Agradeço-lhe e incorporo ao meu pronunciamento a aula de economia que V. Ex^a, professor da Universidade de Brasília, acaba de dar-nos.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) – Permite-me V.Ex^a um aparte?

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) – Senador Ricardo Santos, parabeno-o por trazer a este plenário um tema que considero muito importante. Trata-se de uma tentativa de analisar este momento da economia brasileira, latino-americana e mundial. Esses fatos estão muito interligados. Houve na semana passada um bom debate na CAE e que é citado por V. Ex^a. Ouvi muitas interpretações – e até fantasias – sobre essa discussão. Acima de tudo, isso contribuiu para iniciarmos um processo de aprofundamento dos problemas que estamos vivendo. Recebemos os dados do IBGE, que são dramáticos – não há como colocá-los noutro patamar. O Governo precisa reagir. Esta semana é muito importante e decisiva. O Governo não pode esperar o País entrar em processo recessivo claro e aberto. Devemos reagir. Vai-se realizar um reunião do Copom amanhã e quarta-feira. Sinceramente, declaro a minha expectativa de que a política monetária sofra uma modificação. A taxa básica elevou-se de 15 para 19%. Evidentemente, não é só esse fator. Temos vários outros fatores, tais como a crise energética, a crise da Argentina, a diminuição da atividade econômica no mundo. Há vários fatores influenciando, mas acredito que essa sinalização é importante. Ela não será uma medida irresponsável, no meu modo de pensar. Particularmente, defendo uma diminuição, mesmo que seja pontual, da taxa bá-

sica de juros. Hoje, alguns analistas – e V. Ex^a deve ter lido a respeito – estão defendendo o viés de baixa. Acredito que alguma sinalização o Governo precisa dar, para que a economia brasileira não entre em um processo que venha agravar nossa situação social, de emprego, dos impostos e fiscal. Rodaremos nesse círculo vicioso e chegaremos à questão fiscal e não haverá superávit primário que dê conta dessa situação. Saúdo V. Ex^a, pois acredito que este debate seja importante; o Senado está entrando lentamente nele. Temos que dar essa contribuição, no sentido de trazer esse debate, porque ele é essencial em relação ao que vai acontecer no ano de 2001 e nos próximos anos no Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Agradeço-lhe o aparte. V. Ex^a. está com toda razão. Houve uma superposição de fatores recessivos (elevação da taxa de juros, crise energética e diminuição de exportação dos países centrais) que fizeram com que houvesse uma redução acentuada das nossas expectativas de crescimento este ano.

Quero lembrar ao Senador Lauro Campos que a previsão de crescimento da economia, hoje, não é mais de 2,7% e, sim, inferior a 2% – 1,5% ou 1,7%, em função das novas expectativas. Assim, a redução e pelo menos a indicação de um viés de baixo, como disse o Senador Paulo Hartung, na próxima quarta-feira, na reunião do Copom, é de fundamental importância para que o País possa respirar.

Por último, além das questões de crescimento, um ponto fundamental dos debates que deverão prevalecer no período que vai do segundo semestre de 2001 ao final do ano de 2002, de acordo com o calendário eleitoral, é a adoção de um novo padrão de desenvolvimento, essencial para que se incorporem contingentes excluídos do progresso, condição fundamental para a consolidação democrática. Além disso, o Estado tem um papel de extrema relevância como regulador, orientador e formulador das políticas públicas para um País mais justo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Santos, o Sr. Edison Lobão, Presidente em exercício, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Melo, por 20 minutos.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, receio iniciar minhas palavras pedindo, desde logo, a complacência da Mesa, pois dois temas me trazem à tribuna no dia de hoje. O primeiro deles diz respeito à apreciação em torno de um fato concreto, uma questão a respeito da qual eventualmente tenho discorrido desta tribuna, relacionada ao tratamento dispensado atualmente a precatórios que envolvem, como sempre, a obrigação de pagar, por parte do Governo brasileiro.

Está prestes a ser decidida pelo Tribunal Superior do Trabalho uma questão de interesse dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tendo sido esgotados os recursos em todas as instâncias sobre um direito que postularam administrativamente, e depois judicialmente, chegou-se ao final com uma decisão favorável aos professores. Essa decisão ensejou a expedição de um precatório a fim de que o Governo Federal pagasse o que a Justiça reconheceu como devido aos professores do Rio Grande do Norte. Amanhã vai ser julgado o recebimento ou não de uma ação rescisória, com efeito suspensivo, por meio da qual o Estado brasileiro procura sustar a execução de uma decisão judicial transitada em julgado.

Em primeiro lugar, desejo expressar com clareza minha solidariedade aos professores, porque percorreram, na discussão do seu direito, os caminhos institucionais. Não optaram por itinerários atípicos, heterodoxos; percorreram os caminhos institucionais. E a instituição brasileira encarregada de dirimir as questões e controvérsias de direito, que é a Justiça, reconheceu o direito que estava sendo postulado.

O que me traz à tribuna não é apenas o desejo de expressar essa solidariedade, mas também o registro de uma estranheza que tenho em relação ao fato de que, na prática processual brasileira, a ação rescisória deixou de ter a sua característica fundamental, que é a propositura de uma nova ação por meio da qual se procura provar que, na ação anterior, houve fatos não apreciados ou não conhecidos devidamente que levaram a Justiça a tomar decisões equivocadas, portanto, fatos novos, como seria, por exemplo, a revelação de que o juiz decidiu sob pressão, sob coação, sob ameaça, e que a sua sentença, portanto, teria sido diferente se isso não tivesse ocorrido. Isso, sim, é que ensinaria a propositura de uma ação rescisória. Mas estamos, no Brasil, transformando a ação rescisória numa verdadeira nova instância recursal. Esgota-se o processo, a decisão final da Justiça é proferida, emite-se o precatório, que nada mais é que um documento por meio do qual a Justiça

comunica ao Poder Público que ele foi condenado em última instância e que deve cumprir a condenação. Mas o Poder Público, sistematicamente, independente do conteúdo da ação, recorre à ação rescisória como forma de protelar o cumprimento da obrigação que a Justiça lhe está impondo.

Nós, do Congresso Nacional, alteramos a Constituição Federal para dar ao Estado um direito que o cidadão não tem, que é o de pagar precatórios em dez anos. Uma vez condenado, o cidadão terá que pagar imediatamente aquilo que deve ao Poder Público. Nenhum cidadão pode alegar que não paga porque aquela obrigação não está no seu orçamento ou porque não pode, porque não dispõe de recursos. Ele tem que pagar. Quando se trata do Estado, ou seja, para que o Estado pague ao cidadão, nós, Congresso Nacional, demos a ele o direito de pagar em dez anos aos cidadãos aquilo que reconhecidamente deve. Como se não bastasse isso, instituiu-se agora a ação rescisória com efeito suspensivo. Ação rescisória, por definição, é uma outra ação; não é um recurso dentro da ação transitada em julgado. E um dos fundamentos, uma das justificativas, uma das condições para que uma ação rescisória seja aceita é que haja algo novo a ser discutido no litígio a que se refere. E as ações rescisórias estão sendo sistematicamente apresentadas para discutir o que já está discutido e para pedir à Justiça que julgue de novo o que ela já julgou.

Por tudo isso entendo que o pagamento das obrigações do Estado brasileiro precisa ser equilibrado como o direito que têm os cidadãos de pagar as suas obrigações ao Estado brasileiro. É por esse motivo que abro o meu pronunciamento com este registro, expressando não apenas minha solidariedade aos professores, manifestando não apenas a minha esperança de que a Justiça encontre os caminhos para garantir o direito que já lhes reconheceu, mas como uma forma também de consignar a minha inconformidade com a maneira como, com a cumplicidade do Congresso Nacional, está-se tratando hoje a questão das obrigações financeiras do Estado brasileiro para com os cidadãos.

O segundo assunto que me traz à tribuna é fruto dos levantamentos que fiz no período de recesso, percorrendo as várias regiões do meu Estado. Trata-se de um assunto velho, cansado por si mesmo e cansativo, um assunto que, aos ouvidos e à sensibilidade dos brasileiros de outras regiões, é enfadonho e aparentemente exaurido: a seca no Nordeste.

Para discorrer sobre esse tema, já ocupei esta tribuna muitas vezes. Entretanto, estive no Rio Gran-

de do Norte durante o mês de julho, acompanhando a situação que o Estado atravessa e verifiquei, com profunda preocupação, a maneira como a questão está sendo tratada neste ano.

Participei, naquele Estado, de três encontros a que estavam presentes não apenas representantes de instituições envolvidas com o trabalho técnico relacionado à agricultura e à pecuária do Estado, mas também e sobretudo de sindicatos de trabalhadores rurais, de organizações da sociedade, da Igreja Católica, estudiosos, pensadores. Todos discutiram o assunto de maneira serena, objetiva, pretendendo chegar a proposições que, afinal, foram escritas e substanciadas num documento chamado Carta de Santana. O documento recebeu esse nome por ter sido assinado no momento em que, na cidade de Caicó, onde se realizava o último desses encontros, também se celebrava uma das mais tradicionais festas da região, a festa da padroeira do Município, Nossa Senhora Santana.

Essa carta começa com um texto bastante breve, que me permito ler, pois é presumivelmente encaminhada ao Senhor Presidente da República. Tendo participado do encontro, fui convocado pelos seus integrantes a cumprir um dever que tenho como Senador da República, representante do Rio Grande do Norte nesta Casa. Eles me diziam, com toda a razão, que, se a sociedade desejava expressar claramente uma posição e se ali estava presente um Senador, este Senador tinha o dever de transformar-se no porta-voz da sociedade, transmitindo aquela mensagem ao País e às autoridades responsáveis pelas questões tratadas.

O documento, datado de 25 de julho de 2001, contém esta mensagem ao Senhor Presidente da República:

Os produtores rurais, as entidades de classes trabalhadoras e patronais, a Igreja, órgãos públicos e privados, e o Fórum de Secretários da Agricultura do Nordeste, após amplo debate com a sociedade civil organizada, através da realização de fóruns públicos e seminários, reunidos, por último, na cidade de Caicó, Rio Grande do Norte, localizada geograficamente entre os cinco maiores núcleos de desertificação do Brasil, referendam e defendem a imediata implantação das recomendações contidas no documento intitulado "Carta de Santana, Ações Sustentáveis de Convivência com a Estiagem no Semi-árido".

As ações e medidas, de caráter meramente emergencial e compensatório, não cabem mais a uma região que, desde 1707, lida com esse fenômeno climático, sem que as autoridades nacionais assumam nossa realidade e implementem uma política pública estruturadora e permanente que torne o semi-árido nordestino viável e sustentável, tanto quanto outras regiões de clima árido espalhadas pelo globo terrestre.

Na certeza de que o Governo de Vossa Excelência não deseja, em pleno terceiro milênio, fazer parte da triste literatura registrada desde o início do século XVIII, de descaso e irresponsabilidade, que levaram milhares de nordestinos ao sofrimento da fome e da sede, encaminhamos-lhe as propostas contidas na Carta de Santana, legitimadas e ratificadas no seminário de "Ações Sustentáveis de Convivência com a Estiagem no Semi-árido".

Este documento termina por propor duas linhas de conduta. A primeira refere-se a ações emergenciais para lidar com a situação, que já está criada. Hoje estamos vivendo um ano de dificuldades com a seca, que devasta praticamente todo o semi-árido e transborda com seus efeitos para as áreas úmidas mais próximas do litoral, em toda a região.

Propõe-se, concretamente, um programa de ações imediatas de enfrentamento das consequências da estiagem, ao lado do que eles chamam de atividades estruturantes no segmento de recursos hídricos capazes de manter e/ou absorver mão-de-obra, atividades econômicas capazes de manter as famílias nas suas unidades produtivas, atividades de infra-estrutura socioeconômica de natureza pública e/ou privada capazes de manter e/ou absorver mão-de-obra, produção de materiais para obras comunitárias, ações estratégicas na área de educação e qualificação profissional para convivência com o ambiente semi-árido, estabelecimento de medidas creditícias para dar suporte às atividades de investimento e custeio das propriedades rurais. Trata-se de uma lista dos principais temas discutidos nos seminários.

As reuniões iniciaram-se na cidade de Parelhas. Uma semana depois, um novo encontro deu-se na cidade de São João do Sabugi. O terceiro encontro ocorreu na cidade de Caicó, onde foi assinada essa Carta de Santana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em relação ao que está sendo feito para lidar com a situação de emergência, gostaria imensamente que esta Casa compreendesse a natureza desse problema. O Nordeste não é uma região de calamidade pública. Se o Nordeste fosse um país, seria um grande país, com quase 50 milhões de habitantes. O Nordeste também não é um peso nas costas do Brasil.

Para não me alongar sobre o assunto, darei uma única informação sobre a contribuição do meu Estado ao nosso País. Hoje, o Rio Grande do Norte é o segundo produtor de petróleo do Brasil, contribuindo para o abastecimento nacional com 110mil barris/dia. Trata-se de petróleo de excepcional qualidade, do qual se está extraindo, por exemplo, um tipo de óleo diesel de tal qualidade que segmentos importantes consumidores desse produto prefeririam pagar um sobrepreço para obterem o óleo diesel do Rio Grande do Norte, pelo simples fato de que a sua alta qualidade reduziria o desgaste das suas frotas, dos seus motores e equipamentos acionados a óleo diesel.

Cada barril de petróleo produzido, em terra e no mar, tem um custo médio de US\$5. Isso significa que o gasto para produzir 110 mil barris é de US\$550 mil por dia. Mas, 110 mil barris de petróleo, a um preço médio que oscilou ao redor de US\$25 dólares nos últimos 12 meses, significam US\$2,75 milhões diários.

Se o Rio Grande do Norte substitui a importação de 110 mil barris de petróleo, que custariam US\$2,75 milhões, a um custo de US\$550 mil, o meu Estado está contribuindo com o País, apenas com o petróleo que produz, com o equivalente a US\$2,2 milhões/dia.

Portanto, não se trata aqui do discurso de um povo mendigo pedindo a caridade do País, do mesmo modo que não se trata de alguém que esteja defendendo que o País torne viável uma região inviável.

O nosso Estado tem hoje uma atividade rural florescente, com tecnologia de ponta em irrigação, um potencial extraordinário. Para que os senhores tenham idéia da importância desse potencial, eu narrei a esta Casa o que ouvi, anos atrás, de um professor de Piracicaba chamado Júlio Seabra – autor de um livro clássico sobre uva chamado *A Uva no Brasil* –, quando ele me perguntou se eu sabia por que, no mundo inteiro, se come passa no Natal, e eu respondi que não sabia. Ele me explicou que a passa nada mais é do que uva de mesa seca; e o hábito de consumir uva de mesa seca, no Natal, deve-se ao fato de que não existe, no mundo, uva de mesa fresca naquele período do ano. E concluiu: quando vocês, no Nordeste, forem produtores de uva de mesa, vão colher

essa fruta precisamente no Natal, quando o mundo não tem nenhuma para consumir.

Sr. Presidente, vejo que o meu tempo está esgotado e, por isso, renovo o meu apelo à condescendência de V. Ex^a.

Nessa região, existe um grande território com características fisiográficas semi-áridas, onde o tipo de agricultura que se faz é a de sequeiro, e não a de irrigação, sobre um solo cuja espessura média é de 25 centímetros. Esse solo, que não existe nas terras altas, porque a erosão já descobriu o cristalino, que está embaixo, se reúne nos baixios, onde algum tipo de agricultura pode ser praticado.

O pequeno proprietário e o pequeno agricultor sem terra implantam a sua agricultura em condições lotéricas, porque plantam a semente em um dia, esperando que chova no outro, e vai chover um mês depois, ou, quando a plantinha já chegou a um ponto que gostaria que não tivesse chuva por uma semana, chove nessa semana. Esse é um produtor que vive no limite da sobrevivência, porquanto a sua atividade tem um nível de produtividade baixa e um componente de risco extremamente elevado. Uma oscilação, mesmo pequena, na precipitação pluvial é suficiente para dizimar a sua cultura. Sem nenhum tipo de capitalização, essa pessoa, que vê estiolada toda a sua possibilidade de auferir alguma renda naquele ano, sabe que por um ano dependerá de que alguma coisa aconteça para prover a sua sobrevivência.

Aqui, eu recorro a um argumento reiteradamente usado neste plenário, por exemplo, pelo nosso eminente colega Senador Eduardo Suplicy, quando S. Ex^a defende a tese de que este País precisa assegurar ao cidadão, ao brasileiro que não tenha uma renda mínima para sobreviver, que lhe seja garantida uma renda mínima. Esses são brasileiros cuja perspectiva de pequena renda se dissolveu na realidade de uma seca. Talvez não haja brasileiro mais natural do que esse como candidato a um programa de garantia de renda mínima.

Infelizmente, no Nordeste, os programas de garantia de renda mínima têm nomes assim: Frente de Serviço, Frente de Trabalho, e daí a chamá-los de indústria da seca é um pequeno passo. Quando, em São Paulo, se faz um programa de frentes de serviço para combater o desemprego, isso é programa de garantia de renda mínima. No nordeste, é indústria da seca, é desperdício, é jogar dinheiro fora.

Talvez aí esteja a grande razão de, a cada ano, quando se inicia a seca, sermos, permitam-me a expressão, apanhados de calças na mão. É que sempre encaramos a seca como um drama, quando ela nada

mais é do que uma característica do meio ambiente onde vivemos.

Vivemos numa região, Senador Paulo Hartung, em que não ocorrem as quatro estações do ano, como nas de clima temperado. Vivemos numa região que, mesmo nos anos de precipitação fluvial adequada e satisfatória, tem o seu período anual dividido em duas estações, que podem ser chamadas simplesmente de estação das chuvas e estação da seca. A estação seca dura sempre meio ano, quer tenha ou não chovido.

A existência dessa característica do nosso clima é algo que deveria ter sido levada em consideração desde o começo. Deveríamos ter criado formas de permitir o desenvolvimento de uma atividade econômica adaptada a essa realidade do nosso meio ambiente.

Repetirei o que já disse três ou quatro vezes aqui, em oportunidades diferentes. Na maioria dos países europeus, durante o inverno, a neve recobre toda a vegetação, queima tudo, dizima o que ali está. Imaginem se, na Europa, tivessem querido primeiro acabar com a neve, para, depois, fazer desenvolvimento, como estaria o mundo hoje?

No Nordeste, quando a ação do poder público se fez, foi por meio da primeira agência que se criou ali, que já se chamava Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, substituída pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, que ainda hoje aí está.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Com muita honra, Senador Ricardo Santos.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – Ouço com muita atenção e interesse o pronunciamento de V. Exª, Senador Geraldo Melo. Gostaria de parabenizá-lo pelo seu posicionamento. Realmente, V. Exª destaca os chamados projetos estruturantes que poderiam, de uma maneira permanente, assegurar uma vida condigna e uma renda duradoura para os agricultores do semi-árido brasileiro. V. Exª chama a atenção para essa Carta de Santana que aponta para essas soluções, seja para a melhoria da estrutura hídrica dessas regiões, seja para investimentos em pesquisa que venham dotar essas regiões de uma agricultura adequada às suas peculiaridades do ponto de vista do clima e do solo. É interessante lembrar que não faltam projetos. No Ministério da Integração Nacional, encontra-se já concebido e gestado um programa importante voltado para a região semi-árida brasileira, do qual participei numa época em que eu

era Secretário do Planejamento do Governo do Espírito Santo. Buscava tal projeto seguir as várias linhas de projetos, algumas delas citadas por V. Exª na Carta de Santana e de acordo com vários encontros regionais realizados no Rio Grande do Norte. Gostaria de parabenizá-lo. O pronunciamento de V. Exª é muito feliz. Espero que sirva de alerta para o Governo Federal, a fim de que tire da gaveta alguns programas formulados e que se assemelham a este apontado por V. Exª. Parabéns.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Muito obrigado, Senador Ricardo Santos. O comentário que faço a respeito do que disse V. Exª é que, infelizmente, muitas das coisas que se escreveram ninguém leu. Sugiro às autoridades envolvidas nesse assunto que dediquem quinze minutos do seu tempo à leitura deste documento, porque contém sugestões concretas, simples, baratas, algumas para lidar com situações de emergência e outras para evitar que tal situação se repita no futuro.

Sr. Presidente, peço a V. Exª que me conceda apenas o tempo necessário para apresentar algumas observações que considero fundamentais em relação ao que está ocorrendo neste momento. Com isso, encerrarei minhas palavras, obviamente se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero apenas lembrar a V. Exª que já ultrapassou em mais de 50% o tempo regulamentar.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Estou ciente disso e só faço esse pedido na certeza de que conto com a generosa compreensão de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS.) – V. Exª não o fazia quando era Presidente.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – O Senador Pedro Simon cobra minha postura como Presidente da sessão quando era Vice-Presidente da Casa. Havia apenas algumas exceções: uma habitual era para o próprio Senador Pedro Simon, a quem peço o testemunho.

Sr. Presidente, registro apenas que estamos hoje com um problema sério na região, porque, primeiramente, o Presidente da República foi aconselhado a fechar a Sudene às vésperas de uma seca. A Sudene é uma Instituição com uma grande experiência nesse assunto, e essa experiência não pôde ser mobilizada no momento em que a seca se instaurou.

Tenho certeza de que, a contragosto, o Ministro Raul Jungmann, talvez apenas pelo fato de ser nordestino, foi levado a coordenar um programa de emer-

gência para o Nordeste à frente de um Ministério que cuida de reforma agrária e não especificamente de Nordeste. E alguns equívocos graves ocorreram.

Não entendo, por exemplo, a falta de compreensão para a postura que assumiram os prefeitos do Nordeste. O município, que, há dois anos, recebia duas mil cestas básicas para distribuir a duas mil famílias atingidas pela seca, só teve direito a receber, neste ano, a metade ou menos do que isso. Cabia a esse prefeito dizer àquela multidão desamparada quem havia sido sorteado para receber a cesta e quem deveria se conformar em sobreviver sem ela. Essa foi uma forma de estabelecer um conflito que o Presidente da República certamente não deseja e que resolverá – mas depois de se ter suscitado uma onda de indignação contra ele em todo o Nordeste.

Quando um prefeito dizia que não buscava as cestas por não ter condições de avisar a mil famílias que não as receberiam, ouviu-se a notícia de que o Governo cogita de denunciar os prefeitos ao Ministério Público. Essa atitude nem do ponto de vista político, num ano pré-eleitoral, consigo compreender. Há equívocos como o da definição do número de famílias em cada município, que poderia ser incorporado ao programa.

Senador Iris Rezende – que conhece esse problema tão bem, como ex-Ministro da Agricultura –, quanto ao Estado do Rio Grande do Norte, pelos critérios adotados, por meio dos quais se chegava ao número de pessoas que poderiam ser incluídas no programa, partindo-se da população rural calculada pelo IBGE e fixando-se o número em um oitavo da população rural, chegou-se a um Município como Serra do Mel, cujo prefeito ninguém pode chamar de picareta. Trata-se de um ex-Governador do Rio Grande do Norte, o Sr. Cortez Pereira. No referido Município, consoante os critérios aplicados, poderiam ser inscritas no programa quatro pessoas. Segundo os critérios do IBGE, praticamente 100% da população era urbana.

Curiosamente, foi no município criado em consequência da implantação de um projeto rural, o Projeto das Vilas Rurais, criado pelo Governador Cortez Pereira, que semeou 44 mil hectares de cajueiro e distribuiu na sua área ocupada mais de 20 vilas rurais, cada uma delas com o nome de um Estado brasileiro. Porém, como as pessoas moram na vila, pelos critérios adotados, quem mora numa vila é população urbana. E, como tal, o habitante de uma vila rural reside em zona urbana. Portanto,

esse município não tem, dentro desses critérios, população rural, embora 100% da sua população seja rural.

Deploro esses equívocos, espero que sejam resolvidos e que haja a humildade necessária de reconhecer que isso não está servindo à população e muito menos à imagem de um Governo sério, como é o do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, tenho certeza, deseja fazer o melhor para o Nordeste e para os nordestinos, sobretudo numa hora como esta.

Sr. Presidente, muito obrigado pela condescendência de V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GERALDO MELO EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

CARTA DE SANTANA

**AÇÕES SUSTENTÁVEIS DE CONVIVÊNCIA
COM A ESTIAGEM NO SEMI-ÁRIDO**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Os produtores rurais, as entidades de classes trabalhadoras e patronais, a Igreja, órgãos públicos e privados, e o Fórum de Secretários da Agricultura do Nordeste, após amplo debate com a sociedade civil organizada, através da realização de fóruns públicos e seminários, reunidos por último, na cidade de Caicó-RN, localizada geograficamente entre os cinco maiores

núcleos de desertificação do Brasil, referenda e defende a imediata implantação das recomendações contidas no documento intitulado "Carta de Santana, Ações Sustentáveis de Convivência Com Estiagem no Semi-árido".

As ações e medidas, de caráter meramente emergenciais e compensatorias, não cabem mais a uma região que desde 1707 lida com esse fenômeno climático, sem que as autoridades nacionais assumam nossa realidade, e implementem uma Política Pública Estruturadora e Permanente que tornem o Semi-árido Nordeste viável e sustentável, tanto quanto outras regiões de clima áridos espalhados pelo globo terrestre.

Na certeza que o Governo de Vossa Excelência não deseja em pleno terceiro milênio, fazer parte da triste literatura registrada desde o início do século XVIII, de descaso e irresponsabilidade que levaram milhares de Nordestinos ao sofrimento da fome e da sede, encaminhamos-lhe as propostas contidas na Carta de Santana, legitimadas e ratificadas no Seminário de "ações sustentáveis de convivência Com a estiagem no semi-árido".

Caicó(RN), 25 de julho de 2001.

FÓRUM DOS SECRETÁRIOS DE
AGRICULTURA DO NORDESTE
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CAN
COMISSÃO NACIONAL DE ASSUNTOS DO NORDESTE
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA - CONTAG

SEMINÁRIO: AÇÕES SUSTENTÁVEIS DE CONVIVÊNCIA
COM A ESTIAGEM NO SEMI-ÁRIDO
“CARTA DE SANTANA”
CAICÓ _ RN

PROPOSTA DE CONVIVÊNCIA
COM A SECA NOS ESTADOS DO NORDESTE
AFETADOS PELO FENÔMENO NO ANO 2001

Caicó, 25 de julho de 2001

APRESENTAÇÃO

O presente documento foi originado, inicialmente, de uma proposta elaborada pela Secretaria da Agricultura e da Pecuária do Rio Grande do Norte, discutida e referendada pela Federação dos Municípios do Estado, que congrega as diversas associações regionais dos Prefeitos; pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETARN; Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte – FAERN e pela Associação Norte-rio-grandense dos Criadores – ANORC.

Referida proposta foi apresentada e discutida por ocasião da Reunião Extraordinária do Fórum Nordeste de Secretários de Agricultura, realizada em Natal no dia 23 de maio do corrente ano, que contou com a participação da CNA, CONTAG e Igreja Católica do Rio Grande do Norte, e ratificada no Seminário de Ações Sustentáveis de Convivência com a estiagem no Semi-árido.

1. Introdução

Do ponto de vista climático, a característica fundamental do semi-árido é o regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade, concentração e

má distribuição das precipitações pluviométricas. A seca periódica que ocorre na região, é um fenômeno natural, característico dessa parte do Nordeste brasileiro, com picos cíclicos, que nos últimos vinte anos, estão se acentuando.

O impacto das estiagens é complexo e diferenciado, não só pelas condições naturais da área, mas também, pelo contingente populacional, qualificação da mão-de-obra existente, nível de atividade econômica, disponibilidade de tecnologias e estágio de desenvolvimento dos diferentes segmentos da sociedade. A agropecuária é fortemente envolvida, reduzindo-se drasticamente os níveis da produção agrícola e dos efetivos animais, limitando as possibilidades de renda e sobrevivência das unidades de produção. A seca, por conseguinte, afeta a economia, a sociedade e o meio ambiente. Ela desnuda de forma gritante o estágio de pobreza em que vive a maioria da população rural, principalmente, o grande contin-

gente de agricultores (a) familiares e trabalhadores rurais que ocupam exíguas extensões de terra e se dedicam a uma agricultura baseada em lavouras temporárias. Para essa população, a seca significa, sobretudo, a falta de alimento e renda, impondo ao agricultor familiar sua saída de suas unidades de produção em busca de alternativas de sobrevivência.

Esse quadro vem se mantendo historicamente, em função da ausência de um Projeto Nacional de Ações Permanentes e Sustentáveis de Convivência com o Semi-Árido Brasileiro.

Esta proposta contém ações emergenciais e estruturantes, pautadas numa gestão democrática e transparente, com controle social a partir dos conselhos representativos da sociedade.

Por outro lado, é preocupante a falta de interlocução regional e nacional face as modificações institucionais recentes nesse grave momento de mais uma estiagem na região. Agrava ainda o quadro, a proposta do Governo Federal que estabelece racionamento de energia, baseada na média dos meses de maio junho e julho de 2000. Esta medida vai de encontro a realidade principalmente da agricultura irrigada, cuja demanda é concentrada nos meses de outubro, novembro e dezembro. Ademais, o ano em referência foi atípico, pois os índices pluviométricos na maioria dos estados ficaram muito acima da média histórica.

Não é demais acrescentar, que as atuais políticas creditícias para o Nordeste e em especial para o semi-árido, tem contribuído muito mais para o endividamento e desmantelamento do setor produtivo, do que para a sua sustentabilidade.

2. Objetivos

- Gerar renda para as famílias afetadas pela estiagem;
- Assegurar o abastecimento d'água da população atingida pela estiagem;
- Estabelecer um programa de segurança alimentar para as populações afetadas;
- Fortalecer a dignidade e a cidadania da população nordestina atingida pela estiagem, com ações educativas e de qualificação profissional de convivência com o semi-árido;
- Minimizar os impactos negativos da seca sobre as atividades produtivas, principalmente o setor agropecuário.

3. Ações Previstas

3.1. AÇÕES IMEDIATAS DE ENFRENTAMENTO DAS CONSEQUÊNCIAS DA ESTIAGEM;

3.1.1. Distribuição temporária de cestas básicas sob controle e distribuição dos Conselhos Municipais;

3.1.2. Abastecimento de água em comunidades, mediante carros pipa programado pelos Conselhos Municipais e executado pelo Exército;

3.1.3. Recuperação e instalação de poços já perfurados;

3.1.4. Ampliação dos pontos de captação de água nas adutoras existentes;

3.1.5. Ampliação da rede de dessalinizadores;

3.1.6. Priorização do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o de Bolsa Escola para as famílias rurais atingidas;

3.1.7. Estabelecimento de uma remuneração no valor de um salário mínimo vigente, para assegurar condições de vida mínima aos trabalhadores rurais e agricultores familiares, que vão ser inseridos nas linhas de ação do Programa de Convivência com a Seca 2001;

3.1.8. Antecipação do 13º Salário aos agricultores enquadrados como segurados especiais no regime de Previdência Social;

3.1.9. Liberação dos processos de aposentadorias rurais represados, oriundos dos municípios incluídos na estiagem;

3.1.10. Garantia de suprimento de rações para o rebanho utilizando inclusive, a remoção de estoques governamentais.

3.2. ATIVIDADES ESTRUTURANTES NO SEGMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS CAPAZES DE MANTER E OU ABSORVER MÃO-DE-OBRA.

3.2.1. Construção/recuperação de cisternas;

3.2.2. Construção/recuperação de açudes;

3.2.3. Desassoreamento dos açudes mediante aprofundamento dos porões;

3.2.4. Despoluição, desobstrução e abertura de rios e canais;

3.2.5. Construção de barragens assoreadoras e submersas;

3.2.6. Construção de chafarizes;

3.2.7. Construção/recuperação de poços amazonas;

3.2.8. Construção de adutoras ampliando sua rede de capilaridade.

3.3. ATIVIDADES ECONÔMICAS CAPAZES DE MANTER AS FAMÍLIAS NAS SUAS UNIDADES PRODUTIVAS.

3.3.1. Agricultura de sequeiro;

3.3.2. Erradicação das soqueiras de algodão;

3.3.3. Recuperação e beneficiamento do sisal;

3.3.4. Coroamento, poda e limpeza dos cajueiros;

3.3.5. Agricultura irrigada;

3.3.6. Culturas de vazantes;

3.3.7. Conservação do solo;

3.3.8. Pecuária leiteira;

3.3.9. Artesanato;

3.3.10. Garimpagem.

3.4. ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DE NATUREZA PÚBLICA E/OU PRIVADA CAPAZES DE MANTER E/OU ABSORVER MÃO-DE-OBRA.

3.4.1. Construção/recuperação de prédios públicos priorizando escolas, postos de saúde e áreas de lazer;

3.4.2. Calçamento e/ou recuperação de ruas;

3.4.3. Saneamento básico com prioridade para rede de esgoto;

3.4.4. Construção/recuperação e ampliação de casas no meio rural;

3.4.5. Recuperação e melhoria de estradas vicinais com pavimento de pedra;

3.4.6. Construção de privadas e fossas sépticas no meio rural.

3.5. PRODUÇÃO DE MATERIAIS PARA OBRAS COMUNITÁRIAS

3.5.1. Produção de Tijolos;

3.5.2. Produção de telhas;

3.5.3. Produção de brita;

3.5.4. Produção de paralelepípedos.

3.6. AÇÕES ESTRATÉGICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, PARA CONVIVÊNCIA COM O AMBIENTE SEMI-ÁRIDO.

3.6.1. Alfabetização de jovens e adultos conjugada com cursos profissionalizantes;

3.6.2. Cursos de formação para o exercício da cidadania;

3.6.3. Cursos de capacitação em tecnologias de convivência com a seca.

3.7. ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS CREDITÍCIAS PARA DAR SUPORTE AS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO E CUSTEIO NAS PROPRIEDADES RURAIS.

3.7.1. Prorrogação automática dos vencimentos dos empréstimos agropecuários vencidos e vincendos, até que se restabeleça as condições de normalidade climática sem perdas dos rebates e bônus previstos.

3.7.2. Prorrogação automática do Finame agrícola, até que se restabeleçam as condições de normalidade climática nas atividades produtivas agropecuárias;

3.7.3. Prorrogação, por mais 90 (noventa) dias, dos prazos para adesão e negociação previstos na Lei nº 10.177, de 12-1-2001, estabelecendo-se que o período de estiagem seja considerado como carência;

3.7.4. Estabelecimento de critérios de aplicação dos recursos objeto da Lei nº 10.193, de 14 de fevereiro de 2001, de modo a contemplar todos os Estados de forma proporcional à população atingida;

3.7.5. Criação de linha específica para importação pelas agroindústrias regionais de matérias-primas para produção de ração animal;

3.7.6. Implantação do Plano Agrícola Nordeste 2001/2002, proposto pelo CNA (em anexo);

3.7.7. Anistia das dívidas para os créditos contraídos pelos agricultores familiares, decorrentes da incapacidade de pagamento gerada pelas políticas econômicas e pela irregularidade climática que oferece elevados riscos para esse seguimento;

3.7.8. Custeio pecuário emergencial para manutenção do rebanho;

3.7.9. Criação de uma linha emergencial de crédito para investimento e custeio em negócios não-agrícolas, sobretudo para o meio rural;

3.7.10. Estímulo às organizações cooperativistas e associações, por meio de concessão de financiamentos a juros módicos e prestação de orientação técnica e gerencial.

3.8. AGILIZAÇÃO DE TODOS OS CONVÊNIOS RELACIONADOS COM OBRAS E SERVIÇOS NAS ÁREAS AFETADAS PELA SECA.

3.9. SUSPENSÃO DE TODOS OS DESCONTOS PRECATÓRIOS EFETUADOS NO FPM REPASSADO AOS MUNICÍPIOS EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.

3.10. EXCLUSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA QUE TRATA DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE, INCLUÍDOS EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA.

3.11. MODIFICAÇÃO DO PERÍODO DE REFERÊNCIA DO CONSUMO MÉDIO DE ENERGIA ELÉTRICA DE QUE TRATA A UNIDADE PROVISÓRIA, DE MAIO, JUNHO E JULHO DE 2000 PARA OS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DO MESMO ANO, QUANDO OCORRE O PICO DA DEMANDA DA ENERGIA NA AGRICULTURA IRRIGADA.

3.12. ANTECIPAÇÃO DO HORÁRIO DE USO DA TARIFA VERDE DE 23 HORAS PARA 20 HORAS;

3.13. REESTRUTURAR A EMATER, COMO ÓRGÃO VITAL PARA A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE NATUREZA PÚBLICA, PARA AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO, NOTADAMENTE AOS PRODUTORES RURAIS FAMILIARES, NAS ÁREAS TÉCNICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS;

3.14. DESTINAR 50% DA ARRECADAÇÃO DAS ENTIDADES DO SISTEMA "S" (SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAR, SESCOOP), PARA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E ORIENTAÇÃO DE GESTÃO DO AGRONEGÓCIO E TREINAMENTOS DE EMPREENDEDORISMO, AOS PRODUTORES RURAIS FAMILIARES, SUAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS;

3.15. ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PELO GOVERNO FEDERAL PARA QUE OS EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS DOS BATALHÕES DE ENGENHARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO, SEJAM DISPONIBILIZADOS PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS COMUNITÁRIOS NOS MUNICÍPIOS AFETADOS PELA ESTIAGEM.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 DAR PRIORIDADE PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES IMEDIATAS NO PRIMEIRO ESTÁGIO DA EXECUÇÃO DA PROPOSTA.

4.2 ESTABELECIMENTO DE COORDENAÇÃO ÚNICA ESTADUAL DO PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM A ESTIAGEM 2001.

4.3 ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MEDIANTE PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVA DOS CONSELHOS ESTADUAL E MUNICIPAIS.

4.4 ARTICULAÇÃO E PARCERIAS INSTITUCIONAIS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA.

Caicó – RN, 25 de julho de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, faço um apelo para a observância do horário, em homenagem aos demais inscritos, ou seja, para que, como ocorreu anteriormente, não se excedam os próximos oradores.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Carlos Patrocínio por até 20 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

“E, passando Jesus, viu um homem cego de nascença.

E os seus discípulos lhe perguntaram, dizendo:

Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego? Jesus respondeu: Nem ele pecou nem seus pais; mas foi assim para que se manifestem nele as obras de Deus.”

(João, 9, 1-3)

Determinadas ocorrências históricas têm o dom de despertar a preocupação da humanidade para temas até então obscurecidos e desconsiderados pela política, pela economia e até pelas artes. A Segunda Guerra Mundial, como decorrência de seu impacto destruidor, abriu a perspectiva, entre muitas, para as pessoas com necessidades especiais.

Embora desde sempre a humanidade tenha convivido com pessoas que não usufruíam de todas as habilidades físicas e mentais, isso nunca chamou a atenção dos políticos a ponto de serem formuladas estratégias para incluir essas pessoas no cotidiano da sociedade. Quando muito, pela situação de penúria em que se encontrassem eventualmente essas pessoas, eram objeto da caridade pública.

Assistimos a essa falta de iniciativa pela própria evolução que a nomenclatura corrente dava a essas pessoas. Antigamente (e até hoje, infelizmente) denominavam-se “deficientes”. Neles se viam não as capacidades e habilidades, mas o que faltava. Ao invés de ver o ser humano, via-se a incapacidade. Pessoas privadas da visão, da audição, da capacidade de locomoção ou mesmo de habilidades intelectuais eram tratadas sob esse rótulo e consideradas fora da sociedade. Tratar de uma pessoa assim era atribuição da

família ou, quando muito, de entidades de assistência social. Assim é que no Brasil se implantaram centenas de entidades de educação destinadas a atender as pessoas com necessidades especiais de educação.

Mas foi, como dizia, a Segunda Guerra Mundial que chamou a atenção dos dirigentes mundiais para essa questão. Entre outros resultados profundamente negativos, como saldo da guerra, a Europa, os Estados Unidos e o Japão, especialmente, se viram diante de milhares de pessoas mutiladas, privadas de algumas das habilidades que tinham antes de serem vítimas dos horrores da guerra.

A ONU, também uma “criação” da Segunda Guerra, incluiu o tema entre as políticas a serem perseguidas pela entidade: o respeito ao direito das pessoas que tivessem alguma necessidade especial, na época, chamados de “deficientes”. Da Declaração Universal dos Direitos Humanos para cá, mesmo a passos lentos, têm sido aprovadas resoluções internacionais e adotadas políticas públicas visando, basicamente, a inclusão das pessoas com necessidades especiais.

Quando o sistema público de ensino passou a incorporar essas pessoas, fazia-o de um modo a mantê-las distantes da sociedade e a manter a comunidade distante delas, ou seja, criando escolas “especiais” para atendimento a essas crianças e adolescentes. Apesar do acerto em incorporar essas pessoas como parte da clientela do Estado, ainda permanecia o problema da segregação.

Felizmente, nas últimas décadas, essa realidade vem sendo modificada. Todos lembram de como a Constituição Federal, ao tratar do dever do Estado com a educação (art. 208, III), assegurou o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Mais recentemente, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dar maior concretude a esse dispositivo constitucional, assegurou um capítulo a esse tema.

O objetivo da política educacional voltada para o setor é, em última instância, fazer com que o atendimento a essas pessoas perpassasse todos os níveis de ensino, da educação infantil até o ensino superior, por meio de um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio à disposição de todos os alunos.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação Especial do MEC está liderando diversas atividades no País para fazer valer esse preceito. Entre elas está a organização das informações a respeito do tema e a capacitação de recursos humanos. O último censo, por exemplo, servirá para realimentar os dados da

Secretaria, para melhor identificar a população com necessidades especiais de educação. Mas os dados disponíveis já nos permitem ver, por exemplo, que, no Brasil, existem 375 mil alunos (dados de 1999) nessa condição. Evidentemente que ainda existem muitos fora das salas de aula.

Em Tocantins, a rede estadual atende a 1.920 alunos nessa condição, distribuídos em 61 escolas de 43 cidades. O esforço desenvolvido é para que essas crianças, adolescentes e adultos sejam incluídos da maneira mais harmônica possível na sociedade. E a sociedade, por sua vez, precisa se dar conta de que sua composição é heterogênea e que a escola, portanto, precisa oferecer possibilidades de aprendizagem diversificadas que fujam aos conteúdos tradicionais. E o melhor meio de levar essa concepção para a prática do dia-a-dia das escolas é a capacitação dos profissionais de educação.

Portanto, é com grande satisfação que registro a realização de um curso iniciado em 7 de maio último em Tocantins e também em outros Estados da Federação. Trata-se do curso para educadores que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais. Sob o patrocínio da Secretaria de Educação (Seduc), 130 profissionais – professores e coordenadores – estarão recebendo formação para trabalhar com essa parcela, até pouco tempo, tão discriminada do sistema educacional. Com esse curso, a Secretaria da Educação demonstra o seu compromisso com essa pauta de educação “inclusiva”, ou seja, uma educação que busca incluir os segregados na comunidade estudantil e na sociedade como um todo. Essa é apenas uma pequena lição. E espero que, de pequenas lições como essa de ver o outro a partir de suas potencialidades e não de suas diferenças e deficiências, possamos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. E, quiçá, que não precisemos da ocorrência de grandes tragédias humanas para aprender lições como essa.

Antes de terminar, Senador Luiz Otávio, que preside neste momento a sessão do Senado Federal, eu gostaria de cumprimentar e participar da felicidade de V. Ex^a pelo nascimento de seu filho, ocorrido, creio eu, nessa última semana. Meus parabéns e tenho a certeza de que a felicidade de V. Ex^a também é comungada por todos os Pares desta Casa.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Muito obrigado, Senador Carlos Patrocínio, pela saudação ao nascimento do meu filho Luiz Otávio, ocorrido sábado passado, em Brasília, no Hospital Santa Lúcia. Ele vai fazer companhia ao filho do Senador Pedro Simon, o Pedrinho, agora que somos pais-avós.

Com a palavra, o Senador Paulo Hartung do PPS do Espírito Santo.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço, inicialmente, ao Senador Luiz Otávio e ao Senador Mozarildo Cavalcanti a cessão do tempo.

A última semana trouxe algumas notícias alentadoras para a cafeicultura capixaba.

O Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, informou ao Deputado da nossa Bancada Ricardo Ferraço que o Espírito Santo contará, a partir do próximo mês, com uma vaga de titular no Conselho Deliberativo da Política Cafeeira – CPDC. Trata-se de uma antiga reivindicação dos produtores capixabas, cujo atendimento reconhece a importância e a peculiaridade do segundo maior produtor brasileiro de café e do primeiro na produção do tipo conilon – o nosso Estado, Espírito Santo.

A outra notícia vem do Banco do Brasil, endereçada ao Senador Ricardo Santos, que pôde transmiti-la a todo o Estado. O Banco do Brasil informou que estudará os pedidos de prorrogação dos prazos para quitação de empréstimos na linha do Pronaf. É um primeiro passo, Sr. Presidente, para aliviar a situação difícil, dramática do pequeno produtor no Espírito Santo. Na atual situação de baixos preços e prejuízos generalizados, a falta de alternativas no curto prazo para saldar os seus compromissos, leva as famílias produtoras a uma situação de apreensão e, em alguns casos, de desespero.

Sr. Presidente, sinceramente, gostaria de seguir por essa trilha e continuar registrando daqui da tribuna outras boas novas, mas o fato é que a situação conjuntural da nossa cafeicultura é muito delicada. Os preços estão extremamente deprimidos e não garantem sequer a remuneração dos custos de produção. O produtor está descapitalizado em consequência de uma política de retenção de estoques que o induziu, de forma irresponsável, a aguardar melhores preços; enquanto isso nossos concorrentes internacionais faziam a festa. E, quando falamos em dificuldades na produção do café, não estamos tratando apenas de um problema econômico – os Senadores de Estados

que produzem café sabem a que estou referindo –, mas sim de uma tema eminentemente social.

A atividade cafeeira no Espírito Santo ocupa cerca de 78 mil famílias, num total aproximado de 360 mil pessoas. A predominância absoluta é de pequenas propriedades e meeiros. Essa é uma característica da cultura em nosso Estado, onde a própria história de inserção da nossa economia na economia nacional se confunde, por um bom tempo da nossa história econômica, com a produção do café.

Estamos presenciando um ciclo de baixa dos preços no mercado internacional. Longos períodos de bons preços favorecem o aumento da produção, que amplia a oferta, pressionando os preços para baixo. Em um mundo integrado, globalizado, no qual cinco grandes grupos transnacionais detêm 52% das importações do produto – volto a dizer: cinco grupos transnacionais detêm 52% das importações do produto – e a tecnologia da informação garante um detalhado mapeamento da produção mundial, as tentativas de controlar os preços mediante a retenção do produto soam, no mínimo, como um delírio. É lamentável, Sr. Presidente, que o Brasil tenha, mais uma vez, ingressado no período de depressão dos preços, com uma política equivocada na área da cafeicultura. Na virada para o século XXI repetimos o mesmo equívoco da manipulação dos preços mediante medidas artificiais, trazendo de volta ao mercado de café velhas e desgastadas estratégias. É a força do atraso, Sr. Presidente, que retorna em cada aspecto da vida nacional, fazendo prevalecer o interesse de alguns poucos sobre o benefício do grande público e, no caso, dos pequenos produtores de café do nosso País e, especialmente, do Estado do Espírito Santo.

A prática de intervenções no mercado iniciou-se há muito tempo, em 1906, com o famoso Convênio de Taubaté. Naquele momento, Sr. Presidente, o Brasil era responsável por 89% da produção mundial, quer dizer, tinha quase a totalidade do mercado mundial de café. De equívoco em equívoco, chegamos ao início da década de sessenta detendo menos de 50% da produção mundial. A manipulação dos mercados, bancada quase sempre com o dinheiro público, foi o cenário ideal para novos competidores ingressarem no mercado internacional e ampliarem ainda mais a oferta.

Na década de sessenta, o Brasil adotou a política radical de erradicação de plantios. No Espírito Santo, o efeito foi devastador e deixou marcas até os dias atuais, expressas nas desigualdades regionais da nossa economia. É que, diferente da produção do resto do sul e do sudeste do Brasil, a estrutura fundiá-

ria da cafeicultura capixaba não levava à erradicação das lavouras nos períodos de baixos preços. Para o pequeno produtor, Sr. Presidente, não era um bom negócio erradicar. Ele reduzia o ritmo do plantio e tocava em frente. A erradicação incentivada de 180 milhões de pés de café naquela década desempregou em nosso Estado mais de 60 mil trabalhadores rurais, diretamente, em um movimento de êxodo rural sem precedentes na história capixaba.

Dos anos sessenta em diante continuamos com a política de mercado regulado por diferentes mecanismos.

Em 1989, nossa participação no mercado internacional do café havia caído para 24%. Ao longo da década de 90 houve novo ordenamento do setor. A um período inicial de depressão dos preços, seguiu-se a queda da oferta e da produção, enquanto crescia o consumo do produto em todo o mundo.

A partir de 1994, o café voltou a ser uma atividade altamente compensadora. Ao estímulo, o produtor nacional reagiu com grande competência. Renovou-se o parque cafeeiro, investiu-se em tecnologia e melhoria da logística comercial, financeira e de informações.

Tudo parecia caminhar para o desenho de um setor maduro, capaz de administrar as crises, reconquistar mercados e abrir caminhos para novos produtos sem interferências artificiais, como citei anteriormente.

O primeiro sinal de baixa de preços trouxe, no entanto, de volta a velha fantasia. Aqui não fala um especialista, mas alguém que tem sensibilidade para o problema do setor. Contra a opinião de inúmeros especialistas – inclusive muitos que foram aos grandes jornais de nosso País escrever sobre o tema e à grande mídia debater sobre o tema –, o Brasil voltou a trilhar a estrada da manipulação artificial do mercado, por meio de um acordo de retenção de estoques celebrado no âmbito da APPC (Associação dos Países Produtores de Café). Mais uma vez, fomos o grande tolo do mercado de café. Enquanto acumulávamos estoques e incentivávamos o produtor a esperar que os preços internacionais reagissem, nossos concorrentes ocupavam o mercado. Em 2000, houve recorde na exportação mundial, que cresceu 5,7%, transferindo estoques dos países produtores para os consumidores, num claro prenúncio de um período de baixa de preços. Sua produção, em função do acordo da APPC, vendeu 18% menos. Enquanto isso, Vietnã, México, Costa do Marfim, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Etiópia e República dos Camarões desovaram suas produções e estoques.

Faço essa digressão, Sr. Presidente, para que possamos entender melhor de quem são as responsabilidades pela gravidade do momento por que passamos a nossa cafeicultura e o nosso pequeno produtor. O Brasil já abandonou, na prática, a política de retenção, mas o estrago já está feito e não é pequeno, como já me referi no início deste pronunciamento. Os preços despencaram 60% desde o início de 2000. Ao produtor sobrou o desespero, a apreensão. Descapitalizado, adiou as vendas à espera de um preço que se revelou uma quimera.

Sr. Presidente, será que sepultamos de vez ao menos a velha prática de manipulação artificial dos mercados? Será que políticas inspiradas no arcaico patrimonialismo ainda prosseguirão? No passado, os resultados momentâneos da manipulação dos mercados, bancada com recursos públicos, acabavam nos bolsos de um restrito grupo, beneficiando-o, em detrimento do pequeno produtor, dos interesses nacionais, da própria cafeicultura, se pensada a longo prazo.

Em nome de um suposto socorro, alguns criaram um cenário ideal para os nossos competidores internacionais. Persistem, no entanto, as velhas soluções na cabeça de muitos. Precisamos superar a confusão entre protecionismo e defesa dos interesses públicos pela busca de um caminho, que é a maior produtividade, a maior competitividade.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Ricardo Santos.

O Sr. Ricardo Santos (Bloco/PSDB – ES) – Senador Paulo Hartung, felicito-o pelo seu pronunciamento. V. Ex^a faz uma análise abrangente da política cafeeira nacional, em particular dos efeitos da política de retenção sobre o nível de preço de café, afetando as economias dos Estados cafeicultores, em particular do Espírito Santo, de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná, da Bahia e outros. Gostaria de corroborar com o pronunciamento de V. Ex^a com algumas informações. Nos últimos dois meses, corri vários Municípios cafeeiros do Estado do Espírito Santo e tive a oportunidade de discutir com Prefeitos, Lideranças políticas e também com produtores e associações de produtores e ver o grande drama que atravessam, em especial pequenos produtores rurais do nosso Estado. Com a queda de preços, como disse V. Ex^a, que chega a 60% em relação a 2000, pequenos produtores estão sendo obrigados a vender pequenos ativos tais como vacas, pequenos veículos, motos, para sal-

dar compromissos bancários. Felizmente, conforme disse V. Ex^a, o Banco do Brasil teve a sensibilidade de adotar procedimentos de análise, caso a caso, com produtores das principais regiões capixabas a fim de avaliar a capacidade de pagamento, levando em conta a queda de preços e a situação socioeconômica de cada produtor. Como V. Ex^a bem disse, esse é um primeiro passo. Todavia, dada a profundidade da crise, é fundamental que as autoridades econômicas e, sobretudo, o Conselho Monetário Internacional, adotem medidas mais efetivas para que os financiamentos aos cafeicultores sejam efetivamente prorrogados, utilizando-se inclusive do Funcafé, que é um Fundo formado com recursos dos próprios produtores de café. Essa idéia, surgida entre os cafeicultores do Estado do Espírito Santo, baseia-se em que a utilização dos recursos do Fundo Café poderia perfeitamente refinanceir os agentes financeiros do Banco do Brasil e outros bancos para que os cafeicultores pudessem, com mais fôlego, com mais folga e levando em conta o desequilíbrio que aconteceu, do ano passado para cá, com a forte queda de preços nos seus contratos, saldar as suas dívidas com os bancos e, com isso, evitar a situação dramática e às vezes de desespero por que passa o produtor de café, em especial o pequeno produtor. V. Ex^a suscita uma questão emergencial de extrema importância para o nosso Estado. Felicito-o pelo seu discurso e pela sua sensibilidade em relação ao problema dos cafeicultores capixabas e aos do Brasil.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Ricardo Santos, acolho o aparte que V. Ex^a apresenta ao meu pronunciamento. Falarei adiante sobre o Funcafé.

V. Ex^a é um especialista, fez um excelente trabalho como Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo e conhece bem essa realidade de que estou tratando, por sensibilidade, e que precisa de um cuidado específico. Trata-se de um erro praticado, não tenho a menor dúvida, por uma política repetitivamente equivocada, ao longo do século passado, pelo Governo da República.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Paulo Hartung, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Com prazer, concedo um aparte ao Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Paulo Hartung, ouço com muita atenção o discurso de V. Ex^a nesta tarde, que tem muito a ver com o Estado de Rondônia, atualmente o segundo maior produtor

de café conilon e robusta, ficando apenas atrás do Estado de V. Ex^a, o Espírito Santo. Realmente, a situação é extremamente aflitiva – diria até calamitosa – para os nossos produtores. Rondônia possui uma situação um pouco diferente da dos demais Estados brasileiros. Fomos oficialmente colonizados pelo Incra. Noventa e cinco por cento das propriedades do Estado de Rondônia são pequenas e praticam a agricultura familiar. Dessas 85 mil pequenas propriedades, seguramente 40 mil delas produzem café. V. Ex^a pode então imaginar o drama que tem causado à nossa economia. No ano passado, vendeu-se café, em alguns casos, por até R\$100,00 a saca. Neste ano, nossos produtores às vezes não conseguem sequer R\$25,00 por saca. É estarrecedor. Toda a economia do Estado está indo para essa vala comum por conta da queda do preço do café. Não temos encontrado uma solução a curto prazo, a não ser aquilo que acaba de dizer V. Ex^a, que é “tecnificar” a lavoura, melhorando sua qualidade e produtividade. Para isso, é preciso que os Governos dos Estados, sobretudo dos Estados produtores de café, tenham a sensibilidade de aportar recursos para melhorar a extensão rural. O Governo Federal, da mesma forma, deve olhar com outros olhos para a extensão rural. O Banco do Brasil deve arrumar uma fórmula para melhorar a proposta de prorrogar para mais um ano o pagamento da primeira parcela das dívidas dos financiamentos da lavoura cafeeira. Neste momento de crise, ao tratar da dívida, deveríamos alongar o perfil da dívida, porque não basta prorrogar por um ano o vencimento da primeira parcela, é preciso alongar o perfil até porque, historicamente, sabemos que o preço do café sempre oscilou – isso é uma questão de mercado – e, quando ele oscila, passa de dois a cinco anos com o preço em baixa até que se esboce uma reação. Sendo assim, prorrogar-se a dívida apenas por um ano, como tenho ouvido falar por parte do Banco do Brasil, é muito pouco. Precisamos criar instrumentos que possibilitem o nosso agricultor, primeiro, a não erradicar a lavoura, mas a acreditar nela, fazer um consórcio com outras lavouras. Nesse caso, entram novamente a questão da extensão rural, da tecnificação da lavoura, aplicação de insumos, e assim a lavoura do café seria tratada de forma mais adequada do ponto de vista da tecnologia. Quero dizer, por fim, que tivemos, no sábado passado, uma importante reunião realizada na cidade de Cacoal, no meu Estado, conhecida como a cidade do café em Rondônia, em que estiveram juntos técnicos, produtores, maquinistas, exportadores, enfim todo o segmento envolvido com a lavoura do café, tentando encontrar um caminho e construir uma solu-

ção, que não se faz a curto prazo. Lá estamos buscando um caminho para criar um fundo estadual, a par de tudo aquilo que entendo ser de responsabilidade do Governo Federal envolvendo o setor produtivo, a iniciativa privada, os exportadores, o Governo do Estado, reduzindo o ICM naquilo que lhe compete para o café. Com isto, criar-se-ia um fundo a ser aplicado exatamente na extensão rural e na melhoria da qualidade da lavoura. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de apartear-lo. O pronunciamento que faz é absolutamente oportuno, e espero que aqueles que o estão ouvindo entendam nossa aflição e que juntos possamos encontrar um caminho para os produtores de café do Brasil.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Moreira Mendes, agradeço e acolho o aparte de V. Ex^a. Não vou comentá-lo porque meu tempo está restrito e não quero prejudicar os próximos oradores.

De certa forma, Sr. Presidente, Rondônia é um prolongamento do Estado do Espírito Santo. Lá estão cafeicultores capixabas e seus filhos, que aprenderam a cultura do café no Espírito Santo e a levaram a Rondônia, onde temos muitos amigos e pessoas da nossa convivência.

Precisamos de mecanismos de incentivo à produção local por meio de financiamento, suporte tecnológico e infra-estrutura. Nosso produtor tem de ser competitivo na busca de novos mercados, para garantir melhores preços, mas também para suportar esses ciclos de baixa, que são comuns na vida da cafeicultura.

No âmbito externo, nossa atuação nas instituições internacionais do setor devem privilegiar o fortalecimento técnico e a utilização dos mecanismos de mercado para promover sua própria regulação.

Há na conjuntura um problema social grave a ser enfrentado: temos de garantir minimamente a saúde do produtor por meio de medidas transitórias como a renegociação dos vencimentos dos recursos financiados. Nesta semana, a Bancada Federal do Espírito – convidamos outras Bancadas a se associarem à nossa ação – estará enviando ao Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, ofício solicitando a prorrogação dos financiamentos de custeio, oriundos de recursos do Funcafé e dos contratos do Pronaf de valores até R\$15.000,00. Estamos convictos de que não faltará apoio e de que a cafeicultura capixaba e do País reencontrará seu caminho, o caminho da produtividade, da competência técnica e da qualidade – os cafés de qualidade estão tendo um valor muito importante no mercado nacional e mundial –, contribuindo, assim,

para o fortalecimento do setor e da economia brasileira naquilo que lhe compete.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, por permuta com o Senador Luiz Otávio, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, agradeço a gentileza de V. Ex^a em me ceder o tempo e a sua tolerância de estar aqui, presidindo esses trabalhos, embora – imagino – esteja louco para chegar em casa e abraçar a cria nova. Meus cumprimentos a V. Ex^a e à sua esposa pelo nascimento de mais um bebê. Tenho a certeza de que haverá de trazer muita felicidade a V. Ex^a, à sua esposa e aos seus irmãozinhos. V. Ex^a ainda é jovem, mas eu, em idade mais avançada, que tive essa experiência, nesta nossa corrida – ao seu lado, está o Senador José Fogaça, que também pode falar sobre isso, pois, mais do que eu, vive esses momentos –, nessa agitação de Brasília e no Congresso Nacional, não há nada mais sensacional do que chegar em casa e ter uma criança pequena a nos abraçar e a nos mostrar que o mundo continua e que existe muita beleza à margem do que de não bonito vemos nesta Casa.

Sr. Presidente, tenho dois assuntos para falar: um envolve meu Partido e minha campanha e o outro está relacionado à economia brasileira. Entro na linha do orador que me antecedeu e metade do que eu diria ele expôs, com grande competência, desta tribuna. Parece até que combinamos que ele falaria uma parte e depois eu continuaria.

Nessa mesma linha, analiso a manchete da **Folha de S. Paulo** publicada ontem: “Programas Estratégicos do Governo Fernando Henrique Estão Parados”.

Lembram-se todos de que houve um momento de grande euforia no Governo, quando resolveu criar 50 programas prioritários do Governo – era o Projeto Avança Brasil. Eram projetos importantes, de peso, e necessários para a economia do País, que alavancariam o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O que diz essa manchete publicada pela **Folha de S. Paulo**? Em pelo menos 28 dos 50 programas prioritários do Governo – reforma agrária, rodovias, habitação, saneamento básico, segurança –, gastaram menos de 10% da verba prevista no orçamento do primeiro semestre deste ano.

Quer dizer, um plano de impacto, 50 projetos para transformar e dar uma mobilização final ao Governo do Presidente, em 28 dos 50 projetos, menos de 10% do previsto para o primeiro semestre foram utilizados até agora.

Consta do Relatório do Ministério do Planejamento que, com os cortes feitos, em rigoroso controle de gastos dos Ministérios, o Governo tem pago os juros da dívida pública.

O dinheiro previsto para o grande projeto de realizações de Governo – depois de uma seleção feita, ministério por ministério, setor por setor, pelo mais importante, pelo mais necessário, mais garantido, com um sistema de fiscalização para que as metas fossem cumpridas exatamente como previsto – foi destinado ao pagamento dos juros da dívida. Gastaram 10% no projeto; 90% foram para os juros da dívida.

Segundo o Ministério do Planejamento, a execução orçamentária tem de ser analisada caso a caso, pois alguns programas têm recursos que não são orçamentários, como a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Essas informações comprovam que o orçamento votado no Congresso é uma peça de ficção, pois de nada vale destinar recursos para os programas sociais, se a verba não é liberada, porque desviada para o pagamento da dívida.

Enquanto isso, na mesma **Folha de S.Paulo**, lemos: “Semestre foi o segundo melhor do Real para bancos” – que, aliás, triplicaram seu patrimônio nesse primeiro semestre. Instituições só lucraram mais em 99, período da desvalorização: juros influenciam desempenho”. Estudo feito pela consultoria ABM Consulting com vinte balanços divulgados até a semana passada mostra que o retorno médio ao primeiro semestre foi de 22,8%. Esse percentual só é menor do que os 23,3% do mesmo período de 1999. A média histórica do setor é de cerca de 15%. Juros altos permitiram que os bancos tivessem os melhores desempenhos de sua história no Plano Real. Os projetos principais pararam, a economia estagnada, o PIB diminuindo. Os bancos, numa euforia total. Juntos, os bancos analisados conseguiram a segunda maior receita da era do real: 39,7 bilhões. É um valor 58,4% maior do que o apresentado em junho de 1995, um ano após a implantação do real. Na administração do Presidente Fernando Henrique, os bancos tiveram um aumento em seus lucros de 58,4%. O maior desde 1995.

O **Correio Braziliense** de hoje publica: “Patrimônio dos bancos triplica”.

“Levantamento da Consultoria Austin Asis mostra crescimento de 200% no capital de quatro das cinco maiores instituições financeiras durante governo FHC. Banco do Brasil teve o desempenho mais fraco entre os grandes. ”O Plano Real acabou com a inflação, mas a política econômica que o sucedeu transformou a economia num verdadeiro banquete para os bancos. O Itaú levou quase cinco décadas para construir o patrimônio de R\$2,5 bilhões com que chegou a dezembro de 1994 (...). O resultado é que o Itaú terminou o primeiro semestre de 2001 com R\$7,3 bilhões de patrimônio líquido. Ou seja, quase triplicou de tamanho durante o governo Fernando Henrique Cardoso.”

O Banco Itaú levou 50 anos para construir o patrimônio de R\$2,5 bilhões, com que chegou em dezembro de 1994, e terminou o primeiro semestre de 2001 com R\$7,3 bilhões – de R\$2,5 bilhões para R\$7,3 bilhões no Governo de Fernando Henrique Cardoso!

Enquanto isso, dolorosamente, vemos outra manchete: “Dados apontam Brasil vulnerável”. Vejo, com satisfação, o Presidente Fernando Henrique, com a sua figura de competência, de brilho, na reunião dos presidentes do Grupo do Rio, em Santiago do Chile, pregando colaboração e solidariedade com a Argentina. Mas o Brasil, exatamente por esses números, tem aumentado sua vulnerabilidade. Os números indicam que, de 1995 para 2000, o País passou a gastar mais com a dívida externa. Os gastos saltaram de 3% do PIB, em 1995, para 9,4% no ano 2000. A dívida externa líquida cresceu 18,8%, fechando o ano 2000 com 39,6% do PIB. Para pagar a dívida, mostra o Banco Central, o Brasil precisaria juntar, sem gastar nada, o equivalente a 3,5 anos de suas exportações. Três anos e meio das nossas exportações, arrecadar, guardar, não gastar um centavo, para atualizar a nossa dívida externa. A parcela das exportações comprometida com os gastos da dívida externa subiu 120,6% no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Para Antônio Corrêa de Lacerda, presidente da SOBEETE (Sociedade Brasileira para Estudos de Empresas Transacionais e de Globalização Econômica), o aumento da dependência é fruto da desnacionalização da economia e do câmbio adotado até 1999.

A desnacionalização aumentou o passivo externo líquido, que é o volume de dinheiro que estrangeiros mantêm aplicado no país, sob a forma de empréstimos e investimentos internos, menos o que os brasileiros emprestam ou investem no exterior. Isso significa que aumentaram, no Brasil, as remessas de lucro e o pagamento de juros para outros países.

Sr. Presidente, é difícil analisar esses números, que indicam que o Brasil fica mais sujeito às crises que estão aí. O Brasil está hoje mais na vitrine diante de quaisquer crises que estouram no continente ou no mundo. Indicadores do Banco Central mostram que o grau de dependência do Brasil disparou de 1995, quando Fernando Henrique assumiu, para o primeiro mandato de 2000.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Exª faz uma análise profunda, rigorosa e acertada da economia brasileira, mencionando os lucros acachapantes dos bancos. É bom lembrar que praticamente quase todos os bancos tiveram o benefício do Proer também. Foram milhões e milhões, por meio do Proer, para os bancos brasileiros. A dívida multiplicou-se por mais de cinco vezes. O PIB, no último trimestre, caiu 0,99%, praticamente 1%. Alardeia-se pelo Brasil afora que o grande feito deste Governo foi a estabilidade econômica. Mas que estabilidade é essa, sujeita aos problemas da Argentina, da China e de outros países? Que estabilidade econômica é essa na situação em que o Brasil se encontra? Senador Pedro Simon, digo-lhe que essa elite econômica continua a comandar os destinos do País. É essa elite econômica que se reúne para escolher o futuro Presidente da República. Acredito que precisa haver uma reação do povo brasileiro contra esse estado de coisas. Por isso cumprimento V. Exª pelo brilhante pronunciamento. Aliás, quando sobe à tribuna desta Casa, V. Exª nos alerta para os problemas sérios que o nosso País está enfrentando. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço, emocionado, a V. Exª pelo aparte. Mas quero acrescentar: amanhã haverá uma reunião do Conselho Monetário. Tive a honra de fazer parte do Conselho Monetário por um ano, quando era Ministro da Agricultura. Naquela época, o Conselho Monetário tinha aquela sala enorme do Ministro da Fazenda, onde se

reuniam uns 10 Ministros, os Presidentes do Banco Central, do Banco do Brasil, do BNDES, empresários importantes, convidados e uma série de pessoas. Eu achava até que era demais, confesso – principalmente, havia muita gente de fora. Eu dizia ao Presidente que tinha um projeto para também botar lá dentro as lideranças trabalhadoras. Por que havia uma série de entidades empresariais com representantes no Conselho Monetário, e os trabalhadores e outras entidades não tinham? Aí, o Governo do Senhor Fernando Henrique fez uma coisa interessante. O Conselho Monetário é hoje composto de três pessoas: o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. Se considerarmos que o cargo de Presidente do Banco Central é cargo diretamente ligado ao Ministro da Fazenda, ou ele e o Ministro da Fazenda agem em acordo, ou um dos dois tem de cair fora.

Vemos hoje que o tal do Conselho Monetário é piada. Eles se reúnem para se reunir. Mas, na verdade, nem sei se reúnem. O que sei é que as decisões são assinadas pelo Malan como Presidente do Conselho Monetário. Amanhã, o Conselho vai se reunir. E até o Presidente Fernando Henrique, de Santiago do Chile, disse que espera – é um Presidente interessante, pois ele apenas espera; podia determinar – que baixem os juros na reunião de amanhã. E há uma expectativa de que realmente amanhã seja determinada, pelo Banco Central, uma queda dos escorchantes juros que hoje os bancos estão cobrando.

Estive em São Paulo na sexta-feira, onde conversei com muitas pessoas, e eu diria que há uma expectativa enorme nesse sentido, de que haja uma sinalização para empresários, indústria e sociedade brasileira, da diminuição dos juros. Acredito que, de certa forma – não sei se foi de propósito – essas manchetes, mostrando os lucros dos bancos, a situação em que estão, mostrando como eles vão “muito bem, obrigado” é quase a justificativa. O Conselho Monetário Nacional, se determinar a queda de juros, não precisa fazer nenhuma justificativa; elas já estão em todos os jornais de hoje. Poderia dizer: “Considerando as publicações dos jornais de ontem, segunda-feira, mostrando os lucros fantásticos que tiveram os bancos do Brasil, podemos determinar uma diminuição nos juros no valor de tanto”. Acredito que vai acontecer, estou convencido, estou convicto de que amanhã acontecerá isso. E é uma notícia boa no meio de tantas notícias ruins a que estão referindo.

O outro assunto, Sr. Presidente, abordarei em tese. Meu tempo está no final, por isso deixarei para amanhã, se for possível. Diz respeito ao meu Partido.

Estamos com uma convenção marcada para o dia 9. Está aqui o nosso Presidente, o Senador Maguito Vilela, está ali o nosso companheiro Michel Temer, numa disputa democrática a mais elevada para debater a escolha do futuro Presidente do PMDB.

Por outro lado, temos o ex-Presidente, meu grande amigo, Itamar Franco, e eu, numa disputa numa convenção para ver qual dos dois será o candidato à Presidência da República pelo PMDB. Tenho dito e repetido: ninguém haverá de ouvir da minha boca uma palavra que não seja de elogio, de admiração, de carinho e de afeto pelo Presidente Itamar Franco. Ele tem todas as condições de voltar a ser Presidente do Brasil. Na última convenção do PMDB, votei nele. Eu tinha direito a três votos na convenção do PMDB, e dei os três votos ao Presidente Itamar Franco contra a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Lamentavelmente, não foi possível.

Espero que o Itamar e eu possamos ter uma convenção democrática, a mais aberta e a mais livre. O Presidente Itamar Franco, contando com os resultados das pesquisas apontadas pela grande imprensa, tem preferência junto à sociedade bem maior do que eu. É provável que ele seja o vencedor. Se assim for, serei o primeiro a aplaudi-lo e esperar que ele seja o nosso candidato, como espero que, se for eu o candidato – ele disse isso pessoalmente, na presença de várias pessoas, a mim –, ele daria o seu apoio.

O que não estou gostando é da insistência do Dr. Leonel Brizola, que ainda agora, neste momento em que estou aqui na tribuna, está lá no Rio de Janeiro, insistindo com o nosso companheiro Itamar Franco para que ele saia do PMDB, para que ele vá para o PDT e faça uma aliança com o Sr. Ciro Gomes.

O interessante é que o Dr. Brizola fez um programa gratuito, daqueles a que o PDT tem direito, e nesse programa a que o PDT tem direito ele fez a sua programação protestando contra o Presidente Fernando Henrique, que está se metendo no PMDB, que está dando palpite, que está influenciando e está querendo desgastar o PMDB.

Acho que o Sr. Brizola fez bem. O Senhor Fernando Henrique não tem nada que se meter no PMDB, não tem nada que ver com o PMDB. O PMDB vai decidir na sua convenção, com as suas Lideranças, o seu destino. Aí, concordo. Essa tese que do Dr. Fernando Henrique imaginar que tem o direito de impor que o PMDB apóie o candidato do PSDB não existe. É uma unanimidade no PMDB a candidatura própria e traz, como consequência, o afastamento do Governo. Quanto a isso, o Dr. Brizola pode ficar tranquilo.

Agora, por outro lado, eu é que me preocupo com a insistência do Dr. Brizola querendo tirar o Itamar do nosso Partido. O Fernando Henrique está fazendo força para que o PMDB não apóie o Itamar e apóie o Governo. Em compensação, o Sr. Brizola está fazendo força para tirar o Itamar dos quadros do PMDB para levá-lo para o PDT. E vai à televisão dizer que lamenta, que é um absurdo o que o Fernando Henrique está fazendo, praticando um ato de descortesia, não respeitando os Partidos políticos, não dando força aos Partidos políticos, que estão querendo enfraquecer o PMDB. Posso usar as palavras que o Dr. Brizola usou ao se dirigir ao Fernando Henrique para me dirigir ao Dr. Brizola, com relação ao que ele está fazendo junto ao Dr. Itamar Franco.

Solicitar, fazer um levantamento, uma proposta, dialogar é normal. É normal que qualquer Partido queira ter a honra de ter o Itamar como candidato. Procurar o Itamar, buscar um entendimento entre as Oposições, conversar com o Ciro, isso tudo é normal. Mas a insistência, a força, a persuasão e a constância saíram do terreno da elegância política e passaram para o terreno de uma pressão que tem muito de falta de grandeza.

Espero que o Dr. Itamar Franco não se iluda. Sei que o Dr. Brizola é um homem de bem e quero felicitá-lo hoje. Estamos na Semana da Legalidade que, no dia 25 próximo, fará 40 anos que o Dr. Brizola comandou do Rio Grande do Sul o Movimento da Legalidade, uma das páginas mais bonitas da História do Brasil, quando os militares decretaram que João Goulart, com a renúncia de Jânio Quadros, não assumiria a Presidência da República, e os três Ministros militares impuseram o Presidente do Congresso a ocupar a Presidência da República.

O Sr. Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, fez a Campanha da Legalidade, a Rede da Legalidade. Comandando pela Rádio Guaíba, fez um movimento extraordinário, que uniu todo o Rio Grande do Sul – fato semelhante só ocorreu na Revolução de 30. O Sr. Leonel Brizola fez, por meio de uma caminhada por rádios e jornais do Brasil inteiro, com que o Dr. João Goulart terminasse voltando ao Brasil e sendo empossado na Presidência da República.

É verdade que houve o problema do parlamentarismo, quando o Congresso cometeu um erro grave. É verdade que a votação se deu de maneira grosseira. Mas o Movimento da Legalidade dá nota dez ao Dr. Brizola.

Mesmo assim, neste dia, eu lhe digo: "não fica bem, Dr. Brizola, esse tipo de trabalho". Eu diria ao meu amigo Dr. Itamar Franco que ele tem todo o direi-

to de escolher, mas hoje ele sabe, nós sabemos e o meu amigo Maguito Vilela, presidente do meu Partido, sabe que a candidatura direta à Presidência da República do PMDB é irreversível. Não há força alguma, nem Presidente da República nem ninguém que barre esse processo. Se há alguém, dentro do PMDB, tentando forçar algum movimento em sentido contrário, ficará falando sozinho. O PMDB decidirá pela candidatura própria e afastar-se-á do Governo.

Por isso, se o Dr. Itamar Franco sair do Partido, será uma perda para nós, uma grande perda para o PMDB, mas o Partido continuará a sua caminhada. Não sei o que ocorrerá com o Dr. Itamar, não sei.

O Dr. Brizola é um homem de grande valor e de grandes qualidades. Mas, na verdade, no que se refere à Presidência da República, ele não tem sido muito feliz, não tem acertado, embora a sua luta seja permanente desde que era Governador, desde a campanha “cunhado não é parente”, quando ele buscava a Presidência da República e terminou não conseguindo.

Desde então, houve vários movimentos – prefiro não os citar – em que o Dr. Brizola se comprometeu com várias situações, até com pessoas como o ex-Presidente Fernando Collor e o ex-Presidente Figueiredo, com os quais ele não tinha nenhuma identidade. Essa é uma demonstração de que ele busca, quase com alucinação, chegar à Presidência. Primeiro, candidatou-se ele próprio. Não deu. Candidatou-se, então, a vice do Lula. Como não foi possível ser vice do Lula, coordena, agora, uma caminhada.

Mas não é por aí, meu amigo Itamar Franco. Não é por aí. V. Ex^a tem a sua biografia, tem o seu passado e tem o seu presente. E as perspectivas hoje são do PMDB. Alguém diz assim: “Simon, você está fazendo isso para o Itamar, e, se o Itamar fica no PMDB, ele tem todas as condições de derrotá-lo e de fazer com que você perca a convenção para ele”. E daí?! Não estou em busca da imposição do meu nome, mas quero que o PMDB tenha um bom candidato. Se acharem que o Itamar é bom, serei o primeiro a reconhecer que o Itamar é ótimo! Agora, se S. Ex^a sair, estaremos em campos opostos. Uma coisa é o Itamar candidato a Presidente pelo PMDB; outra coisa é uma candidatura inventada pelo PDT, para, de uma hora para outra, mudar a sua trajetória e a sua biografia. Eles estão lá reunidos! Apelo para que Deus inspire o meu amigo Itamar Franco.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, do PFL do Rio Grande do Norte, por vinte minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa é testemunha de que não costumo trazer fatos da minha província do Rio Grande do Norte para debate nesta Casa, mas sou obrigado a fazê-lo e o faço hoje, porque o caso que abordarei deixou de ser estadual para ser nacional. Infelizmente, o meu Estado entra na rota nacional das denúncias de fatos desabonadores do serviço público estadual.

Este caso é do conhecimento do País, pelas denúncias e pelas notícias veiculadas no Jornal da Record, por Boris Casoy, em diversas edições; no Jornal Nacional do último sábado, da TV Globo; e agora, mais recentemente, pelo envolvimento da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB nacional.

Lamento trazer a esta Casa um fato que entristece o Rio Grande do Norte e a mim, particularmente. Não se trata de um fato de província, mas de um fato nacional. É meu dever, como Senador pelo Rio Grande do Norte, trazê-lo ao conhecimento da Casa para registrar a minha posição.

Há dois ou três meses, um cidadão acusado de envolvimento com homicídio no Rio Grande do Norte prestou depoimento, escrito e assinado, ao Ministério Público do Estado, testemunhado por um Delegado da Polícia Civil. Esse testemunho prestado por um acusado de homicídio continha denúncias de extrema gravidade. De tão graves, os fatos denunciados, apesar da sua origem, motivaram uma investigação responsável por parte do Ministério Público do Rio Grande do Norte, que, mediante mandado judicial, entrou na imobiliária do cunhado do Governador Garibaldi Alves Filho – o principal acusado no depoimento – e fez uma apreensão de uma grande quantidade de documentos. Segundo o Ministério Público do Rio Grande do Norte, trata-se de documentos comprometedores, provas daquilo que o acusado de homicídio disse em seu depoimento e que demonstram claramente indícios fortíssimos de que no Governo do Rio Grande do Norte existiam, por parte do cunhado do Governador, tráfico de influência, superfaturamento de obras e influência no pagamento de precatórios trabalhistas, entre outras coisas.

Sr. Presidente, após a publicação desse depoimento, feita pela imprensa local, que provocou enorme inquietação na sociedade potiguar, abordagens e investigações ocorreram no Rio Grande do Norte. No curso dessas abordagens e investigações, fatos determinaram a demissão de dois Secretários de Estado. O primeiro demitido foi o Secretário de Segurança Pública, que recebeu, seguramente, cópia do depoi-

mento – e com brevidade –, uma vez que esse foi prestado ao Ministério Público com a presença de um Delegado da Polícia Civil, que, evidentemente, é subordinado à Secretaria de Segurança Pública. Mas esse Secretário recebeu cópia do depoimento e uma fita de vídeo gravada com o depoimento. Essa fita de vídeo foi destruída, mesmo sendo prova de um crime que estava deixando a opinião pública do Rio Grande do Norte perplexa. Essa prova foi anunciada como destruída, o que não causou nenhuma estranheza no Governador. S. Ex^a, ao contrário da sociedade potiguar, não ficou perplexo com a destruição da fita determinada pelo Secretário de Segurança. S. Ex^a não viu nenhum mal nisto e, por essa razão, não mandou demitir o Secretário de Segurança.

Mas foi demitido, dias ou semanas após, pelo fato de ter sido denunciado, também pela imprensa, que, proprietário de uma fazenda rural produtora de banana, o Secretário teria vendido a fruta algumas vezes, por preço normal, ao Corpo de Bombeiros, corporação sob sua jurisdição. Movido pela pressão da opinião pública, S. Ex^a, o Governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves, demitiu o Secretário.

A abordagem dos fatos que aqui estou relatando também levaram à demissão do Procurador-Geral do Estado. Citado no depoimento, foi objeto de matéria divulgada pela imprensa potiguar e pela imprensa nacional em reportagem de televisão, de uma visível cadeia de tráfico de influências entre o cunhado do Governador e o Procurador-Geral do Estado, chegando ao Governo do Estado. Passaram-se dias até que a perplexidade da opinião pública fosse satisfeita com a demissão do Procurador-Geral do Estado. Terminou demitido, mas pela perplexidade e pressão da opinião pública; pressão que hoje se estende de norte a sul, de leste a oeste do Estado.

O Rio Grande do Norte está indignado com os fatos que todos os dias são denunciados pela imprensa.

Contamos, é verdade, com a isenta e ativa investigação dos membros do Ministério Público do Rio Grande do Norte, que, a par de ser ativa, autônoma e corajosa, conforme manifestaram-se alguns promotores, já se declarou favorável e desejosa da instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para que os fatos, que são mais políticos do que técnicos, sejam investigados. E à sociedade do Rio Grande do Norte interessa, acima de tudo, a investigação dos fatos, para que seja evitado o pior: a impunidade.

Faço parte da Oposição no Rio Grande do Norte. Diante da indignação da sociedade potiguar, que se vê agredida todos os dias por denúncias que desa-

bonam a conduta e o caráter de muitos dos que fazem parte da vida pública no Estado, compete à Oposição a obrigação de promover essa investigação política na sua total amplitude, como fazemos aqui no Senador Federal por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito. Se culpados existirem, devem ser levados à Justiça para que sejam punidos, para que não fique o culpado impune.

Cumprimos, nós da Oposição – do PFL, do PTB, do PT, do PDT –, o nosso dever constitucional – que é também privilégio constitucional das minorias – de solicitar a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. São 24 Deputados, e um terço seriam oito. O requerimento apresentado à Assembléia Legislativa continha não oito, mas dez assinaturas; portanto, duas a mais do que o terço regimental.

Fato determinado, outra exigência regimental e constitucional para a abertura de uma CPI, também existia. A demissão dos dois Secretários de Estado, é verdade, foi por pressão da opinião pública; mas os acontecimentos que levaram à demissão já são os fatos determinados que justificam a abertura da CPI.

Mas o que ocorreu? Esta é a tristeza que o Rio Grande do Norte tem a lamentar: a maioria, movida pela pressão do Governo, em vez de agir como este Plenário, submeteu o requerimento não à Mesa, mas à Comissão de Constituição, Justiça e depois ao Plenário, onde o Governo é maioria, negando o direito constitucional das minorias de investigar os fatos por intermédio de uma CPI, desde que cumpridos os preceitos regimentais e constitucionais. No entanto, por uma manobra do Governo do Estado, a maioria governista se moveu e abafou a CPI, rasgando o Regimento da Assembléia e a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

A sociedade se moveu. Os abaixo-assinados estão sendo colhidos na Capital e no interior. É a sociedade que, indignada, está-se movendo para pressionar a realização de uma investigação.

Mais do que a sociedade, a Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Rio Grande do Norte, publicou uma nota de estranheza e repúdio à atitude da Assembléia Legislativa pela sua maioria governista – não por nós, que fazemos a oposição. A resposta da Assembléia foi muito grosseira à Ordem dos Advogados do Brasil. Esta, no meu entender, está prestando um precioso serviço às instituições potiguares, à ordem potiguar e ao desejo da sociedade de ver esses fatos denunciados investigados. A secção da OAB no Rio Grande do Norte, que foi agredida, está recebendo, pelo que estou informado, a solidariedade da OAB Nacional e das secções dos Estados vizinhos.

Trago este assunto ao plenário do Senado porque aqui se age diferente. Aqui, cortando as carnes, já fomos obrigados a mover processos que levaram à renúncia, para não se chegar à cassação de três colegas nossos. Mas não deixamos que fatos denunciados com gravidade reconhecida ficassem impunes.

No meu Estado, encontra-se em curso, pela maioria governista na Assembléia Legislativa, a pressão do Governo às instituições. Os corajosos, no Rio Grande do Norte, têm sabido resistir, mas a pressão manifesta-se ao ponto de eu ler no jornal de hoje, edição de sábado e domingo, um editorial muito bem escrito, que peço licença às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para ler, como testemunho da imprensa livre do meu Estado, um fato que está envergonhando o Rio Grande do Norte.

É de autoria do Sr. Vicente Serejo, que faz parte do Conselho Editorial do Jornal de Hoje. Trata-se, portanto, de um editorial de um jornal da imprensa livre do Rio Grande do Norte. Diz o Sr. Vicente Serejo:

Os grandes embates, diante da opinião, são sempre mantidos por temperatura e tensões muito elevadas e, por isso mesmo, são reveladores dos mais bem escondidos sentimentos. E quanto maior o calor da luta, mais são claros esses pontos de fusão desses sentimentos matizados em todas as suas gradações, da simples impaciência ao sectarismo, da intolerância ao autoritarismo. Daí por que, com algum tempo, as radiografias públicas ficam completas e revelam toda a verdade sem dissimulações.

Quem tiver colecionado, ao menos na memória mais recente, as atitudes e argumentos que envolvem o Caso Gusson, vai notar que as verdades de todas as cores e tendências se revelaram pouco a pouco. E a tal ponto, que hoje já se pode montar um painel de reações que revela, entre traços e cores, como somos na intimidade. É como se os sentimentos mais contidos e mais bem escondidos nas cavernas da alma aflorassem de repente com as tinturas do verdadeiro e do falso, sem tergiversações.

Primeiro foi a fita e a injustificável destruição. [Já me referi a este fato.] Uns negaram. Outros confirmaram. Até que o então Secretário de Segurança, Cel. Josemar Tavares, caísse do cargo: Depois foi a vez do então Procurador Francisco Nunes. Uns o inocentaram, outros o culpavam. Mas os

fac-símiles dos bilhetes neste jornal deflagraram a sua exoneração. E só não se sabe mais sobre o episódio porque o Procurador saiu em silêncio atendendo a apelos de amigos pessoais para evitar tumultos ainda mais graves.

Veio a ação do Advogado Diógenes da Cunha Lima pedindo sigilo absoluto, e como a sociedade, ao invés de silenciar, foi às ruas protestar, assinou o abaixo-assinado, e a OAB reagiu, a ação foi retirada. Valeu o direito de o cidadão saber o que acontece na sociedade. Agora, a declaração infeliz do Procurador Anísio Marinho [feito novo Secretário de Segurança do Estado], que se anuncia como um herói a lutar pelo sigilo de informações, logo ele, que usava de adjetivação pesada e de forma pública exercia, a tudo e a todos, informando.

No episódio mais recente, o Promotor Edevaldo Alves Barbosa protesta por ter sido suprimido o "Alves" da inteireza legítima do seu nome. Ora, se a supressão tivesse sido do Barbosa, não faltaria quem registrasse que o seu "Alves", mesmo sendo legítimo teria sido isolado por alguma razão de insinuação subliminar por ser o mesmo do Governador.

E desmente um colunista por transcrever informações originalmente publicadas no **Diário de Pernambuco**, com cópia para a parte interessada. Veio a Assembléia e negou a CPI. Saltou de lá a OAB e agrediu o Poder Legislativo em vez de protestar.

Lição de destemor e isenção se há de reconhecer no Senado Federal, que apurou tudo com transmissão ao vivo pelo seu próprio canal de TV. Indagando de forma grave, criticando, acusando, argüindo e até acareando Senadores. Um deles ex-Ministro de Estado duas vezes, ex-Governador três vezes, ex-Presidente do próprio Senado. Três senadores já renunciaram, temendo a cassação de seus mandatos, com perda irrevogável dos direitos políticos, todos envolvidos em acusações escabrosas.

Nem por isso a democracia faleceu, o regime caiu, as ações despencaram na Bolsa de Valores, o País quebrou. E tudo foi tratado com total intensidade de cobertura jornalística. No caso do Senador Jader Barbalho, Presidente do Senado – e o próximo a

cair, segundo opinião dele – já treze capas da revista **Veja**, todas condenando-o. Ora, como tanta intolerância com o jornalismo que se faz aqui? [Aqui, refere-se ele ao Rio Grande do Norte, sugerindo que a imprensa está sendo objeto de intolerância.] Só foi legítimo o jornalismo que fez, aqui e no Brasil, contra o Senador e então Ministro Fernando Bezerra? Vale para quem é Bezerra, mas não vale para quem é Alves, Nunes, Santos ou Gusson? Como se houvesse uma jurisprudência de sobrenomes?

Se as apurações caírem no pântano de mussarela, uma coisa a liberdade de informação, de expressão e de opinião foi capaz de garantir: a radiografia sem retoques de todas as pessoas envolvidas no Caso Gusson. Quando nada, o episódio serviu para se saber quem são os suspeitos, os que nada temem, os valentes, os destemidos, os democratas, os intolerantes. Mascara-
do, por puro desrespeito da Polícia para com a opinião pública, só ficou Luís Henrique Gusson.

Para finalizar o meu pronunciamento, desejo dizer que, pela ação da Oposição, por meio de uma CPI que insistiremos em instalar, para satisfazer o desejo da opinião pública, desmascarados serão todos os culpados, porque isso significa fazer a vontade do povo. A sociedade do Rio Grande do Norte está indignada, e a Oposição cumprirá o seu papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Moreira Mendes, também do PFL.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa nesta tarde de segunda-feira para fazer uma denúncia a respeito de interesses escusos que tentam obstruir, impedir, dificultar a construção de duas importantes obras do meu Estado de Rondônia, mais especificamente de duas pontes sobre o rio Madeira: uma na cidade de Porto Velho, ligando a BR-364 à BR-319, que leva a Humaitá e Manaus, portanto integrando toda essa vasta região ao Estado do Amazonas e, conseqüentemente, a integração com todo o Caribe; e outra que é fruto de um trabalho que quero dividir com o Senador Tião Viana, do vizinho Estado do Acre, que tem sido também um incansável batalhador nesse sentido, que é a ponte sobre o mes-

mo rio Madeira na altura do Distrito de Abunã, no Estado de Rondônia, interligando as cidades de Porto Velho a Rio Branco, capital do Estado do Acre.

Vale aqui fazer um pequeno histórico, Sr. Presidente, que começou com a criação do 22º Distrito Rodoviário, que tem competência sobre os Estados de Rondônia e do Acre. Foi uma luta muito grande. Toda a questão rodoviária federal dos Estados do Acre e Rondônia estava ligada até o início do ano passado ao 1º Distrito Rodoviário com sede em Manaus, o que significa dizer que, para todos os assuntos relacionados com as nossas estradas federais, quer no Estado de Rondônia, quer no Estado do Acre, deveríamos nos dirigir a Manaus, para tratar de assuntos de interesse dos nossos Estados. E com muita determinação e vontade, tanto minha quanto do Senador Tião Viana, conseguimos sensibilizar o Ministro dos Transportes, acabando-se, portanto, por criar o 22º Distrito Rodoviário, com competência sobre os Estados de Rondônia e Acre. Essa foi a primeira batalha.

A segunda foi criada no papel, mas não instalada. Após isso, com muita discussão e muita briga, conseguimos a instalação. Posteriormente, veio a questão da nomeação do chefe do Distrito, outra batalha que conseguimos vencer. Fomos caminhando. Finalmente, o Distrito se instalou e já tem produzido resultados excelentes para os dois Estados, sobretudo para o Estado do Acre. Mas nem por isso se descure de tudo aquilo que é importante para o Estado de Rondônia, com obras de importância como a recuperação das BR-364, BR-429, BR-421, BR-174, BR-425. E, desde então, Sr. Presidente, vimos, tanto eu quanto o Senador Tião Viana, lutando junto ao Orçamento da União pela aprovação de emendas da Bancada regional para alocar recursos para a construção dessas duas importantes obras. Conseguimos fazê-lo no Orçamento de 1999 para aplicação em 2000. Lamentavelmente, quando se realizou a licitação pública para a construção da ponte, vieram maus brasileiros, maus rondonienses, e acabaram por inviabilizar a licitação, que já havia sido realizada. Por conta de supostas irregularidades, arrumaram a figura de um laranja e conseguiram liminar de um juiz federal suspendendo a execução da obra sob a alegação de defeitos no edital. O resultado foi que o exercício terminou e perdemos os recursos alocados, mas continuamos a luta. Alocamos novamente recursos no final de 2000 para serem aplicados em 2001, e o DNER, corrigindo tudo o que foi apontado como defeito no edital, publicou outro edital. Houve nova concorrência para as duas pontes, ambas as licitações se desenvolveram sem nenhum recurso, quer adminis-

trativo, quer judicial. Quero deixar claro que participaram da concorrência, se não me falha a memória, 22 concorrentes e, finalmente, foi publicado o resultado.

Quando o resultado estava para ser homologado pelo DNER, por meio de um conselho que se reúne para tanto, surgiu uma carta, subscrita por um cidadão de nome Guido Rolim, dirigida ao Senhor Presidente da República, na qual eram apresentados novamente os mesmos argumentos do ano passado. Entretanto, dessa vez, a Justiça não concedeu liminar porque todos os defeitos que ele apontara no edital foram corrigidos. Mesmo assim esse cidadão, que representa os interesses dos balseiros da Região Norte – e existe um conluio dessas pessoas –, conseguiu que novamente fossem suspensos o início dessas duas obras, por conta dessa denúncia esdrúxula e sem fundamento.

Denunciei esse fato à imprensa do Estado de Rondônia na sexta-feira passada. Estão aqui exemplares da **Folha de Rondônia** e do **Diário da Amazônia**, dois importantes jornais do meu Estado. Levei ao conhecimento da nossa sociedade fatos que até então guardava. Fui procurado pelos proprietários dessas balsas, que operam tanto em Porto Velho quanto na região de Abunã e ganham verdadeiras fortunas todos os anos, cobrando pedágio para a travessia do rio Madeira, que é um dos maiores rios do Brasil, os quais trouxeram uma proposta indecorosa, para que eu não permitisse alocação de recursos para a construção das pontes, porque prejudicaria o negócio deles.

Ora, Sr. Presidente, o que é mais importante: o negócio do balseiro, ou a economia dos dois Estados e o bem-estar dos milhares de habitantes do Acre e de Rondônia?

Quero, nesta tarde, denunciar esse fato e pedir a transcrição de ambos os artigos e das notas publicadas nos jornais citados, para que fique aqui registrada, de forma clara e indelével, a minha repulsa contra atitudes como essa. Esse pessoal – é um **lobby** – representa um cartel que só sabe explorar as pessoas que usam a BR-364 e a 319 e tenta, dessa forma, impedir a construção das duas pontes.

Quero deixar, desta tribuna, um recado claro para essas pessoas: não desistirei. Enquanto for Senador pelo Estado de Rondônia, essas pessoas terão no seu encalço a minha determinação, a minha vontade de não permitir que fatos como esse continuem ocorrendo. Vou denunciá-los toda vez que tiver qualquer informação de que estão tramando contra o interesse do povo.

Tenho notícia, por exemplo, Sr. Presidente, de que os funcionários dessas empresas não são registrados, é o trabalho escravo disfarçado. Apresentarei amanhã um requerimento a esta Casa pedindo detalhes dos contratos de concessão que essas empresas têm para saber qual a origem deles, como foram feitos, se houve licitação, se já venceram, como foi a prorrogação deles. Encaminharei ofício ao Ministério da Previdência e Assistência Social e ao Ministério do Trabalho e Emprego, para que apurem a denúncia de trabalho escravo por parte desses balseiros. Vamos esclarecer definitivamente essa manobra sórdida dessas pessoas, que só visam seus interesses pessoais, para prejudicar a população dos Estados do Acre e de Rondônia.

Fica, portanto, aqui esse registro.

Quero terminar dizendo que a construção dessas pontes é de suma importância estratégica para o desenvolvimento dos dois Estados e para o Brasil, de modo geral, é indiscutível, porque ligará os Estados e permitirá a tão sonhada saída para o oceano Pacífico, que se consolida, passo a passo, a cada dia, por meio de obras do Governo Federal e do Governo dos Estados do Acre e de Rondônia. Essa obra também permitirá a integração dos mercados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e de Rondônia com o Amazonas e, conseqüentemente, com o Caribe, por meio da outra ponte sobre o rio Madeira, lá na cidade de Porto Velho.

Ficam, portanto, aqui esse registro e essa denúncia. Asseguro a todo o povo do meu Estado, sobretudo a esses maus rondonienses, que exploram essa atividade, que estarei aqui, diligentemente, acompanhando e denunciando essas manobras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOREIRA MENDES EM
SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

Obras da ponte sobre o Madeira estão suspensas

**Senador Moreira Mendes denuncia testa de ferro
interessado no embargo das pontes**

Os senadores Moreira Mendes (PFL) e Tião Viana (PT-AC) preparam uma ação conjunta para pôr fim à suspensão temporária das obras da ponte de 1.030 metros sobre o rio Madeira, na Ponta do Abunã, que dá acesso entre os Estados de Rondônia e Acre, determinada pelo DNER, enquanto se investiga uma denúncia encaminhada à Presidência da República por Guido Rolim, do Amazonas.

Por conta dessa carta “chula”, segundo o senador, o DNER, em Brasília, resolveu suspender a obra prevista para iniciar até dezembro desse ano, enquanto uma comissão do Ministério da Fazenda investiga as denúncias. Guido Rolim, que subscreeve a carta, seria, segundo Moreira Mendes, um possível testa de ferro de empresas de embarcações que explora a travessia do rio, e alega em sua exposição de motivos que o Projeto Básico Ambiental para construção da ponte não seria “bastante claro”, _ mesma base de argumentação feita por ele para embargar a licitação no ano passado _ segundo o senador.

Mendes tomou conhecimento da suspensão na quinta-feira à noite e ontem mesmo teria feito contato com seu colega do Acre para juntos, na próxima segunda-feira, reverter a situação através do Senado. Ele pretende pedir uma investigação sobre a situação legal da empresa concessionária do DNER para exploração da balsa na Ponta do Abunã, a situação funcional dos trabalhadores junto ao Ministério do Trabalho e um levantamento junto ao Ibama e Incra das propriedades agrícolas da empresa no Estado.

Mendes alega que teria sido procurado pela direção da empresa, no ano passado, para pressioná-lo a “parar” os trabalhos da bancada federal para viabilizar os recursos para as pontes. “Quando fui procurado me alegaram que a ponte iria desempregar pessoas. Eu perguntei quanto empregos eles geravam. Uns 30, me responderam. Veja se tem cabimento querer parar um empreendimento que irá beneficiar milhares de pessoas na região e gerar mais de 2 mil empregos só com a construção da ponte,” afirmou Mendes.

Foto (Moreira Mendes acionou o senador Tião Viana (PT-AC).

Senador Moreira Mendes denuncia manobra de balseiros para evitar a construção de pontes sobre os Rios Madeira e Abunã

Complô contra pontes

Valbran Junior
Porto Velho

Mais uma vez as obras das pontes sobre os rios Madeira e Abunã correm o risco de ser impugnadas por uma conspiração misteriosa que não mostra a cara, mas que esconde um filão que sustenta um milionário padrão de vida de meia dúzia de pessoas. A denúncia foi feita ontem pelo senador Rubens Moreira Mendes (PFL), em entrevista coletiva agendada para anunciar os ganhadores dos prêmios do Concurso de Redação Marise Castiel, mas que acabou enveredando para a estranha e abstrata força que há anos atua com grande eficiência nos bastidores do poder, contra a construção de pontes na região Norte.

Só que, desta vez, o senador Moreira Mendes promete não deixar barato e vai partir para o confronto. Ele promete apurar, identificar e denunciar as pessoas que estão por trás do sorrateiro complô, num exercício de manipulação de autoridades e retenção do processo. Para Moreira Mendes, “é evidente que a construção das pontes só não interessa aos proprietários de balsas que fazem a travessia dos rios na região”, um negócio milionário, cujo lucro é estimada em aproximadamente R\$1 milhão mensal, no caso da balsa

sobre o rio Abunã, no distrito do mesmo nome única ligação terrestre do Acre com o restante do País.

Moreira Mendes não está só no embate. Conta com o apoio dos irmãos “petistas” Tião e Jorge Viana, respectivamente senador e governador do Acre. Visivelmente irritado. Moreira Mendes falou das dificuldades enfrentadas para chegar até a licitação das obras. Disse que a luta começou em 99, para conseguir inserir a obra no PPA. Em seguida, nova peregrinação com horas e horas de audiências para alocar recursos. Depois de muita persistência, conseguiram colocar no orçamento de 99 para execução em 2000. Neste ano, surgiu outra barreira; era preciso criar o 22º Distrito do DNER. Vencido o obstáculo, veio a licitação. Quando se pensava que finalmente acabaria a novela “um laranja do pessoal que explora balsa em toda a região. Norte, conseguiu embargar a licitação. É gente que quer manter o monopólio de uma mina de fazer dinheiro”, denunciou o senador, reclamando de que, em função do embargo, os recursos já assegurados acabaram sendo remanejados.

Pontes acabam com trinta empregos justifica balseiro

Ainda no ano passado o senador Rubens Moreira Mendes (PFL) foi procurado por um dono de balsa, cujo nome ele diz não recordar, que pediu para que “deixasse pra lá” a luta pela construção da ponte de Abunã, argumentando que, se fosse construída, provocaria o desemprego de “cerca de 30 pessoas”. Os empresários que conseguiram embargar a licitação no ano passado argumentaram defeitos no edital, dentre os quais, argumentos pífios como o item que cita o local da obra como município de Abunã que é inexistente”.

No ano passado, Moreira Mendes e o senador acreano Tião Viana (PT) retomaram luta pela construção da ponte. Os editais foram refeitos, os supostos erros corrigidos e 22 empresas concorreram, agora já envolvendo as duas pontes. Além de Abunã, também a de Porto Velho, no rio Madeira, saída para Humaitá. “Depois de tudo transcorrido dentro da normalidade, há dois dias fiquei sabendo que o mesmo ‘laranja’ que conseguiu impugnar a licitação do ano passado, um tal Guido Rolim, de Manaus, encaminhou um carta chula ao presidente da República, com novas denúncias contra o edital, Resultado. O presidente mandou suspender a obra, que deveria começar nos próximos dias, até que as denúncias sejam apuradas. O objetivo, já sabemos. É criar novas dificuldades para derrubar os recursos novamente e continuar mamando nas balsas”. Disparou. **Investigação**

Em função do que considerou ‘acintoso desafio’. Moreira Mendes decidiu ‘ir a fundo’. Prometeu, a partir da próxima semana, uma verdadeira devassa nas empresas responsáveis pelas balsas. “Vou querer saber que tipo de contrato garante o serviço, quem são os proprietários, que tipo de interconexão há entre eles, uma vez que o ‘laranja’ Guido Rolim é sempre o mesmo, verificar se os funcionários são registrados, se os impostos são recolhidos. Agora vou levantar a vida de todos eles. É um absurdo que a comunidade toda de três estados apóie a obra de tal magnitude e meia dúzia de gente, que tira proveito do atraso, trabalhe contra o avanço”, criticou o senador lembrando que as obras envolvem recursos da ordem de R\$115 milhões e que vão gerar cerca de dois mil empregos diretos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Francelino Pereira e Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive em Minas na semana passada, integrando a comitiva do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que inaugurou um dos mais avançados centros de ensino internacional em Alphaville.

Alphaville é um moderno condomínio urbano na região do chamado Lago dos Ingleses, localizado bem próximo de Belo Horizonte, na bela Nova Lima, muito bem administrada por um filho da própria cidade, o meu amigo Vitor Penido de Barros, Prefeito do Município pela quarta vez.

Vitor Penido, como atuante líder político mineiro, disputou, em 1994, a Vice-Governança do Estado. Além disso, foi também Deputado Estadual e Presidente, em 1981, da Associação dos Municípios Metropolitanos de Belo Horizonte, à qual foi conduzido pela sua forte presença na região metropolitana da Capital mineira, que reúne 25 Municípios.

Falo hoje de uma modelar instituição mineira, que este ano está completando um quarto de século, a Fundação Dom Cabral, originária do esforço e da dedicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Nela, na PUC, foi onde tudo começou. Uma idéia, que teve um guia e um berço: Dom Serafim, Arcebispo de Belo Horizonte, que, no dizer do Presidente da moderna Fundação, *"confiou e orientou, protegeu e nos proporcionou autonomia."*

A essa inauguração estiveram presentes também os Ministros da Educação, Paulo Renato; da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant; da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg; e do Esporte e Turismo, Carlos Mello, além de Parlamentares e autoridades federais e estaduais.

A grande obra inaugurada não se limita a um mero espaço físico. É, antes de tudo, um extraordinário centro internacional voltado para a área de gestão e estratégia empresarial.

A criação da Dom Cabral deve-se a uma iniciativa do então Reitor da PUC/MG, o Cardeal-Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes, que hoje preside o Conselho Curador da entidade.

Dela é seu Presidente o Professor Emerson de Almeida, do núcleo iniciador dessa idéia, vitoriosa e atualmente motivo de orgulho para os mineiros e para o Brasil.

Com essa iniciativa inovadora, Dom Serafim implantou as bases da modernidade no preparo e desenvolvimento de executivos e empresas, trazendo para o Brasil a experiência de duas importantes escolas de dirigentes empresariais: o Insead, avançado instituto francês e a Kellogg, dos Estados Unidos.

A partir daí, a Fundação estabeleceu linhas de parcerias com diversos grupos empresariais de Minas e do Brasil, criando, em 1989, o Centro de Tecnologia Empresarial-CTE e, um ano depois, o PDA-Parceria para o Desenvolvimento de Acionistas.

Com tamanho zelo e seletividade na criação de projetos, a Fundação Dom Cabral registra evolução extremamente positiva, assumindo reconhecidamente, como lembrei, as características de um centro internacional de tecnologia de gestão.

No meio empresarial nada, na verdade, é mais adequado para a atual fase, de fortes exigências, em que Minas e o Brasil caminham para uma sólida e compulsória presença no mundo globalizado de hoje.

Foi essa a visão que nos transmitiu seu atual dirigente, o Professor Emerson, ao alertar, durante a solenidade a que tive a honra de estar presente, para as exigências do mundo contemporâneo. São dele essas palavras:

Hoje é dia de comemoração, mas é também de reflexão sobre o momento que vivemos. As expressões incerteza e insegurança, complexidade e instabilidade, mudança e ruptura, competição e globalização, sintetizam o sentimento dominante.

E mais:

É freqüente ouvirmos analogias como 'estamos assentados no epicentro de um terremoto', simbolizando a complexidade que se observa no cenário empresarial. A palavra complexidade, aqui empregada, significa dificuldade em lidar com variáveis cada vez mais numerosas, desconhecidas e às vezes contraditórias. Por isso, exigem um tratamento muito apurado.

Daí o significado e a relevância do trabalho e da obra da Fundação Dom Cabral.

Atenta às particularidades atuais, a instituição trabalha em rede, com uma crescente presença de participantes de outros países em seus programas e

projetos educacionais, incluindo a educação a distância e a geração de tecnologia. Tudo para que as nossas empresas possam responder com qualidade às exigências de hoje.

O novo **campus** da Dom Cabral, agora entregue, foi projetado pelos arquitetos mineiros Marcus Rios Meyer e Márcio Pinto Barros e erguido em Nova Lima, a 30 quilômetros de Belo Horizonte.

Com amplas facilidades de acesso e nas proximidades das cidades históricas de Ouro Preto, Congonhas, Tiradentes e São João Del Rei, o novo **campus** é, pois, a melhor resposta – que vem de Minas – aos desafios da atualidade, razão pela qual sua filosofia se concentra no preparo de executivos de alto nível e na modernização das empresas brasileiras.

Tudo foi bem pensado, na concepção arquitetônica e urbanística do Campus de Alphaville. Levou-se em conta, principalmente, a filosofia da modernidade, mas sem deixar de observar, e seguir rigorosamente, uma forte identidade com o ambiente.

Ao visitante ou aos que para ali se dirigem a estudos, o novo **campus** privilegia, logo à entrada, na parte interna, uma representação dos cinco continentes, enquanto, no jardim, uma lâmina d'água simula o São Francisco, o rio da unidade nacional, cuja nascente se situa em território mineiro.

Com área construída de 7.200 m², distribuída em três pavimentos, seus anfiteatros comportam até 210 pessoas, os maiores, e 70 os médios.

Como espaço residencial ao lado do prédio para fins acadêmicos, o **campus** conta com moderno hotel 4 estrelas, com 140 apartamentos, além de centro de convenções, salas de apoio, centro financeiro e de preparação física.

Como apoio, possui ainda serviços bancários, livraria, loja de conveniência, agência de viagens, museu, biblioteca e galeria de arte.

Minas, Sr. Presidente, está orgulhosa. E com razão. O **campus** da Fundação Dom Cabral é muito mais que um marco no panorama do ensino especializado brasileiro.

Também está orgulhoso o nosso Prefeito Vitor Penido de Barros, principalmente porque, neste seu quarto mandato, vem ele conferindo prioridade às questões culturais, em que se incluem a reativação do Teatro Municipal de Nova Lima e a criação da Secretaria Municipal de Cultura.

Ali, em terras de Nova Lima, temos um Centro de Referência na área de desenvolvimento e modernização empresarial. Seu trabalho nada fica a dever aos mais avançados institutos congêneres de outros países.

Sua atuação, em avançados programas, todos de excelência e alguns em nível de pós-graduação, centralizam-se na melhoria de processos e sistemas, mas, também e sobretudo, em estratégias e transformações para o mundo contemporâneo.

Tudo ali é voltado para o futuro, diante de um mundo cada vez mais exigente, no qual a competição exige, desde logo, como requisito indispensável, a qualificação que agora será ampliada no novo **campus** de Alphaville.

Dentro dessa moderna linha, nos programas de desenvolvimento de empresas, a Dom Cabral orienta-as na identificação dos problemas empresariais e motiva-as para a busca de soluções, com tecnologias, métodos e processos próprios.

Tais ações se processam a partir do levantamento da demanda e do diagnóstico dos problemas, com as definições para obter soluções para as empresas, quaisquer que sejam o seu porte e a área de atuação. E, assim, enfrentar a competitividade internacional.

A reestruturação das empresas é, como sabemos, imperiosa. E já não podem prescindir de treinamento e estratégias na formação de preços competitivos para os produtos da nossa indústria ou serviços.

A solenidade de Nova Lima assume, por isso, importância fundamental. E isso foi dito, naquela oportunidade, pelo Professor Emerson de Almeida. São dele essas palavras, que ilustram com precisão o papel das empresas privadas na atualidade mundial:

As transformações no âmbito institucional, com a redução do papel do Estado, ocorridas em todo o mundo, redimensionam o papel das empresas, aumentando a sua importância e, consequentemente, a responsabilidade perante a sociedade.

E, ainda:

O conceito de empresa, como organização voltada exclusivamente para a geração de lucro está ultrapassado. A análise mais atual revela que a empresa não só gera valor econômico, mas também gera impacto no plano social e no meio ambiente. Esse impacto pode ser tanto no sentido de criar valor quanto de destruir valor. Criar ou destruir valor é o diferencial-chave da atividade empresarial.

Ao registrar a inauguração do **campus** da Fundação, cumprimento seus idealizadores, na pessoa principalmente do Cardeal Dom Serafim Fernandes de

Araújo, do seu Conselho Curador, integrado por personalidades do meio econômico mineiro e nacional.

Estendo também o mesmo regozijo ao Presidente da Dom Cabral, Professor Emerson de Almeida, e seus Diretores, Betânia Tanure de Barros, Carlos Pessoa Coelho Júnior, Elson Valim Ferreira, Mozart Pereira dos Santos e Ricardo Dias Pimenta.

Termino, citando o comprometimento da Fundação Dom Cabral diante das responsabilidades que são de todos nós, em especial o esforço pela inclusão social de todas as nossas populações:

Uma outra percepção, no caso específico de nosso País, é a questão da desigualdade social. Não exatamente recente, porque acumulada em décadas e décadas passadas, ela tornou-se intolerável à consciência da maioria. Ela é um mal para a sociedade e consequentemente para as empresas. As nossas organizações não vão conseguir se desenvolver se o ambiente em torno delas não se desenvolver, porque desse ambiente elas dependem.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atendendo a convite do Sindicato do Comércio Varejista de Livros do Estado do Ceará – SINDILIVROS, tive a oportunidade de participar, em 17 de agosto p. passado, em Fortaleza, do Fórum de Debates que discutiu *O Futuro das Livrarias (independentes) num mundo globalizado*, onde apresentei o texto que anexo a este pronunciamento, para conhecimento deste Plenário.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA EM SEU DISCURSO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

O LIVRO, ESSE GUARDIÃO DO SABER*

Lúcio Alcântara**

SUMÁRIO

Neste breve estudo, traçamos um perfil da situação do livro no Brasil, buscando enfocar os principais aspectos desse produto cultural, particularmente o acesso ao livro e sua função em nossa sociedade.

A principal constatação é a de que o mercado brasileiro do livro pode crescer muito mais, mas há fatores impeditivos como o

alto preço deste, o que contrasta com o baixo poder aquisitivo de segmentos consideráveis da população brasileira.

Políticas governamentais de fomento ao livro trazem benefícios, mas também podem ser prejudiciais. Portanto, precisam ser melhor equacionadas. O principal benefício é o de levar, gratuitamente, o livro para milhões de crianças que, sem tal mecanismo, não teriam acesso a esse bem técnico e cultural. Por outro lado: em que medida o chamado processo de globalização afeta o mercado livreiro independente?

Como desdobramento dessa questão, é preciso considerar o impacto das novas tecnologias de informação e de veiculação da informação, os processos de concentração econômica característicos desta fase do capitalismo, assim como o papel dos leitores-consumidores. Para nos acercarmos dessas questões, não podemos deixar de considerar a importância do livro para a emancipação cultural, política e econômica do povo brasileiro.

A chamada globalização, segundo seus defensores, representaria uma espécie de “Redenção” dos (povos e países) não incluídos nas benesses do capitalismo, uma vez que as barreiras geográficas deixariam de ser impeditivas, em função de o governo adquirir os livros centralizadamente (de editores e grandes distribuidores), a empresa livreira local perde, pois deixa de intermediar essa transação; ou seja, ao não poder comercializar o livro para o maior mercado consumidor, o pequeno negociante é enfraquecido.

Outras políticas governamentais, como o incentivo à leitura, a instalação de bibliotecas em municípios que ainda não a têm, devem levar em conta a comunidade “local”. Não apenas o livreiro, mas o autor, os mediadores (professores) e a preferência do consumidor (alunos e leitores adultos).

Com respeito às novas tecnologias (livro eletrônico, principalmente), não há ameaças imediatas às lojas tradicionais, levando-se em conta que os consumidores, que já têm dificuldade de adquirir o livro de papel, não terão acesso, a curto prazo, a esses equipamentos, de custo ainda elevado.

I – A Indústria Livreira no Contexto da Globalização

Para abordar o futuro da empresa livraria independente; num mundo globalizado, colocamo-nos a seguinte questão: de fluxos de informação, de mercadorias, de tecnologias. Mas, por outro lado, segundo os críticos da globalização, esta não deixa de ser uma reciclagem de velhos processos de dominação e de colonização. Começando pelo termo “globalização”, de global, em inglês; os franceses, por exemplo, ao se referirem ao mesmo fenômeno, chamam-no de mondialisation (mundialização). Desse ponto de vista, a colonização (de origem anglo-americana) começaria pelo próprio termo designativo do processo.

Qualquer que seja a visão, a globalização (ou mundialização) não deixa de carregar consigo o aumento da velocidade de trocas e a concentração de meios.

As trocas podem ser tanto as informacionais quanto as monetárias e de mercadorias.

*Estudo apresentado ao Fórum de Debates: O Futuro das Livrarias (independentes) num Mundo Globalizado. Sindicato do Comércio Varejista de Livros do Estado do Ceará — SINDILIVROS. Fortaleza(CE), 17 de agosto de 2001.

**Eleito Senador da República (1995–2003). Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (2001 – 2003).

A concentração de meios se revela, por exemplo, pelas associações empresariais em determinados setores

(bancos, supermercados). Essa concentração leva a uma assimetria no poder sobre as formas simbólicas (noticiosos, vídeos, filmes, cliques musicais, publicidade, livros) veiculadas; ou seja, são cada vez menos os grupos detentores dos meios, em detrimento da grande maioria de consumidores, que têm pouco ou nenhum poder sobre as decisões de produção.

Tomemos uma analogia de um fenômeno mais fácil de observar, o da mídia eletrônica. No campo televisivo, por exemplo, com a tecnologia dos satélites, a concentração tem aumentado dramaticamente, pois é possível gerar um mesmo programa e difundir-lo para diversos outros países, simultaneamente. Essa tendência tem se estendido, com a concentração, em um número reduzido de companhias, de vários serviços de entreterimento e informação. Tomando a Time-Warner como exemplo, vemos que, já na década de 80, era um dos maiores conglomerados de comunicação dos Estados Unidos, com subsidiárias também na América Latina, Austrália e Europa. Outro exemplo é fornecido por Rupert Murdoch, que detinha, em 1989, 35% do mercado de jornais da Inglaterra, e 2/3 dos jornais da Austrália, além de TVs a cabo e por satélite. A atuação de Murdoch fornece a evidência do caráter transnacional da indústria da mídia.

Um sinal dramático da assimetria na produção e distribuição das formas simbólicas está no fato de que, na América Latina, em 1983, 46% do tempo de difusão das emissoras era preenchido por programas importados dos Estados Unidos; e que 77% de todo o material importado provinha daquele país. Contrastivamente, apenas 2% do tempo de difusão nos Estados Unidos provinha de importações.

Não é à toa que citamos o caso da mídia. Pelo menos no segmento de literatura (talvez, também, no de religiosos e auto-ajuda), há uma tendência de o comportamento ser semelhante ao de outros produtos de entreterimento: o fenômeno conhecido dos **best sellers** (literários ou não) é o maior exemplo disso. Harry Potter já chega ao Brasil como "mais vendido", seguindo uma "onda mundial" de aceitação do menino mágico. Nesse ponto não deixa de haver uma confluência de interesses de mídia e editores. Uma confluência que não deixa de ser de natureza econômica. Não é incomum que jornais e revistas tenham substituído as antigas páginas de críticas literárias por resenhas preparadas pelas próprias editoras que, por sua vez, são anunciantes desses mesmos jornais e revistas.

Outro fator considerável da globalização é a transferência de centros comerciais tradicionais pelos shopping centers. Se, por um lado, trazem conforto para comerciantes e consumidores, não deixam de excluir parcela considerável da população. Não são todos os que têm acesso aos shopping e, principalmente, não são todos os que têm condições de adquirir produtos nesses centros comerciais.

Essa concentração de consumo em centros comerciais voltados para a classe média tem levado à implantação de conjuntos de salas de cinemas e, também, de livrarias. Segundo o Presidente da Associação Nacional de Livrarias (ANL). Os shopping centers têm se revelado como o melhor lugar para situar livrarias. Essa tendência tem levado, por sua vez, a implantação das chamadas **megastores** e livrarias de rede, que possuem recursos para bancar os custos dos shoppings. Já o pequeno comerciante, com capital de giro reduzido, tem dificuldade de localizar sua loja nesses centros. Uma consulta à lista das **megastores** revela sua presença predominante em shopping centers. As

livrarias de rede, igualmente, concentram-se nesses locais e nos aeroportos, ou seja, em locais de circulação de um público privilegiado financeiramente.

Do ponto de vista da participação de autores nacionais e estrangeiros, os primeiros mantem ainda uma franca maioria, com 85% dos títulos e 92% dos exemplares editados. Talvez exatamente por isso, esteja havendo um interesse de editoras estrangeiras no mercado nacional. Na última Bienal do Livro no Rio de Janeiro (maio de 2001), o país homenageado foi a

Espanha, com estandes, presença de autores, etc. Não por acaso, este ano aumentou consideravelmente o número de traduções de autores espanhóis para o Português.

II – Em Busca da História do Livro

O "livro" como o conhecemos até pouco tempo atrás, ou seja, um suporte físico em papel para narrativas, textos técnicos, científicos, legais e religiosos está diretamente vinculado à difusão da imprensa no Ocidente, a partir da revolução iniciada por Gutenberg. Desse ponto de vista, o livro _ os outros tipos de impresso _ são, eles próprios, constituintes e parte do que hoje chamamos de globalização.

CRONOLOGIA	
2300 a.C.	Os egípcios usam o papiro para fixar a escrita.
750 a.C.	Os gregos adaptam a escrita fenícia.
310 a.C.	Ptolomeu I funda em Alexandria uma biblioteca para abrigar a produção da escrita.
Séc. II a.C.	É desenvolvido o pergaminho para fixação da escrita.
105 a.C.	Chineses inventam o papel.
793	O papel é disseminado no mundo árabe.
séc. XII	Predomínio da leitura silenciosa sobre a leitura em voz alta.
1270	É construído na Itália o primeiro moirho de papel.
c. 1450	Gutenberg apresenta o primeiro exemplar impresso da bíblia (início da era do livro manufaturado).
séc. XVI	Expansão da indústria tipográfica pela Europa.
séc. XVIII	Expansão da alfabetização e da imprensa entre a população.
Sécs. XIX e XX	Escolarização obrigatória da população infantil.
Final do séc. XX e início do XXI	Disseminação da tecnologia digital (CD-Rom, multimídia, e-book).

(Zilberman, 2001)

A história do livro está associada, fortemente, a duas variáveis: a codificação e disseminação de conhecimentos (literatura técnica e científica) e à formação cultural.

No que respeita ao conhecimento, isso se dá, principalmente, pela associação feita entre livros e educação, ou seja, pela transmissão e guarda de conhecimentos científicos e técnicos na escola, por intermédio dos livros.

A leitura é difundida na escola pelos gregos desde o séc. VI a.C., intensificada no séc. IV a.C. e seguintes. E o consumo de livros já existia desde o séc. V a.C., provavelmente com a finalidade de educar a juventude.

Os primeiros livros didáticos, entre eles a **Retórica**, de Aristóteles (360-355 a.C.). Segundo Zilberman (2001), "os estudos nas escolas incluíam quatro assuntos básicos: **grammatike** (linguagem), **mousike** (literatura), **logistike** (aritmética) e **gymnastike** (atletismo)". A interpretação histórica e estilística da obras literárias servia de base para a aprendizagem dos meninos, o que não só assegurou a sobrevivência do patrimônio poético helênico, como atribuiu à escrita e à leitura a tarefa de introduzir a mocidade no mundo cultural e pedagógico".

Os romanos também cultuam a leitura no espaço da escola e a difundem por todo o seu império. Um salto importante na história do livro ocorre no século III d.C., com a substituição do rolo (**volumen**) pelo códex, formato aproximado ao que tem hoje

o livro. Essa mudança “tecnológica” terá sido significativa para incentivar a leitura silenciosa, o que representou uma revolução “tão ou mais significativa que a invenção da imprensa”. (Zilberman, 2001)

Outra mudança fundamental foi a separação das palavras, escritas. Esse expediente facilita a leitura, que se torna exercício escolar, saindo dos monastérios e passando para as universidades, que iniciavam sua expansão.

Grandes transformações no ensino foram provocadas pelo capitalismo, em que a burguesia disputava poder com a nobreza. Para tanto, utilizava a educação como arma pelo poder político e econômico, tendo o livro como um dos veículos principais. Ainda mais que as novas fábricas exigiam trabalhadores qualificados. “Escolarizar a população torna-se palavra de ordem, começando pela alfabetização em massa.” (Zilberman, 2001)

Dando um salto para épocas mais recentes, temos o exemplo da França que, desde a segunda metade do séc. XIX (Chartier in: Evangelista, 1999, p. 51), associa-se o aprendizado das ciências à literatura juvenil de entretenimento. Júlio Verne é fruto desse casamento. Com seus livros, que viriam a inaugurar a chamada ficção científica, estão presentes, na forma de narrativas fantásticas, os conhecimentos científicos acumulados até então e mais o que a imaginação permitia.

Não é à toa que, mesmo antes da imprensa, o aparecimento das primeiras universidades européias serve para fomentar o comércio de obras escritas, produzidas manualmente por copistas (Zilberman, 2001: p. 120).

Do ponto de vista cultural, a literatura, entendida basicamente pela ficção e pela poesia, responde pela vitalidade dos livros. Tanto as narrativas quanto os poemas já existiam antes da “invenção” do livro. Portanto, o que o livro faz é reunir obras de arte, filosóficas, científicas e tecnológicas num aparato físico, e, assim, possibilitar a reprodutibilidade e, por consequência, sua mercadorização de um “bem imaterial”.

Com a introdução da técnica de impressão no século XV, houve um incremento nas possibilidades de transmissão cultural, pois esse meio técnico _ a imprensa _ permitia um distanciamento no espaço e no tempo; permitia, também, a fixação e a estocagem dos bens culturais o que, por sua vez, facultava que seus produtos pudessem ser reproduzidos, distribuídos e sobre eles se fixassem preços (Thompson, 1995).

A busca pela universalização do ensino tem sido o grande motor da expansão dos livros, tanto os técnicos e científicos quanto os literários. Hoje, escolas e universidades são os principais centros mediadores de acesso aos livros.

Com a consolidação da chamada “indústria cultural,” o livro, a par de toda sua aura de “guardião” do saber, tem sido tratado cada vez mais como uma “mercadoria,” um “bem cultural,” como outros. E, desse ponto de vista, seus processos de produção, distribuição e consumo passam a ser mais e mais afetados pelas leis de mercado e cada vez menos orientados para a difusão do saber.

Procuraremos, agora, explorar as vinculações econômicas e políticas ligadas ao livro.

III – Aspectos Econômicos Ligados ao Livro

É inegável que o viés econômico em torno do livro tem-se tornado cada vez mais determinante, em detrimento do seu valor cultural, educativo e social. Desde que Gutenberg imprimiu a primeira bíblia e inaugurou o processo industrial, o livro está ligado

a decisões de natureza econômica que não podem deixar de ser considerados. Como não poderia deixar de ser, esse viés econômico se vincula a questões de poder. Tanto o poder de quem detém os meios econômicos quanto o de quem detém os meios políticos (permissão governamental para imprimir ou não) ou o poder simbólico (censura religiosa).

Em primeiro lugar, tomemos o livro a partir de seus principais processos: produção, distribuição e consumo. Na ponta da produção encontramos o processo de industrialização, como dominante. Os autores e escritores, embora indispensáveis para a existência material dos livros, não têm poder de decisão sobre “o quê,” “quando” e “o quanto” publicar, decisões que levam em conta aspectos financeiros.

Nos custos do livro, o percentual destinado ao autor é mínimo, apesar de ser esse quem sustenta a aura de criador. Raros são os autores, como é o caso de Rachel de Queirós, que podem se beneficiar dos dividendos de sua obra. Na década de 90, de posse de seus direitos autorais, colocou-os em leilão, obtendo uma quantia considerável como retorno. Não obstante, a própria Rachel reconhece que nunca “viveu de literatura”. Seu sustento provinha basicamente de seu trabalho como jornalista (cronista) para revistas e jornais, atividade que vem exercendo ininterruptamente por mais de 60 anos.

Como artefato industrial, a confecção de um livro envolve a indústria de máquinas para gráfica, a indústria gráfica, e as editoras propriamente ditas.

Num relance da situação da indústria de máquinas, podemos ver que há um crescente interesse de empresas alemãs e japonesas em investirem no Brasil, cujo parque gráfico está em expansão. Essas decisões de investimento levam em conta não o virtual benefício cultural ou educativo do livro, mas razões de mercado. São feitas perguntas como: “o parque gráfico está se expandindo? É mais barato instalar uma planta industrial no Brasil que exportar para cá as máquinas?” Se essas máquinas e equipamentos eletrônicos imprimirão embalagens de sabão em pó ou livros, tal fato lhes é indiferente. Se imprimirão revistas de fofocas ou clássicos da literatura, também é indiferente.

A indústria gráfica brasileira tem despertado o interesse de multinacionais, que vêm investindo em aquisições e fusões, o que indica um certo vigor econômico. No mercado brasileiro, até agora, tem predominado o pequeno industrial. Se, pelo lado da empregabilidade de mão-de-obra e pela desconcentração de recursos isso é positivo, pelo lado da economia de escala, aparece como fator negativo. Apenas as grandes indústrias, com grande velocidade de processamento e impressão, têm capacidade de obter menores custos. Não quer dizer que tais reduções de custos sejam repassadas ao editor, ao distribuidor ou ao consumidor final. Enfim, ficamos ainda no terreno das decisões de natureza, digamos assim, “economicista” no campo da produção gráfica.

A mudança na política cambial para o sistema de bandas, por exemplo, afetou profundamente a indústria gráfica do ramo editorial em 1999; mas espera-se um aumento de até 30% para 2001, tendo em vista as encomendas feitas pelo Programa Nacional do Livro Didático. Apenas para ilustrar, observamos que a Associação Brasileira da Indústria Gráfica – ABIGRAF, apresenta como fatores de melhoria para o setor a estabilidade econômica, os fortes investimentos em maquinaria, o aumento da profissionalização e a busca crescente pela segmentação, a redução de estoques.

Chamamos a atenção para um dado significativo referente à melhoria do setor, que foi a eliminação dos estoques. São feitas tiragens menores, pois as editoras estão publicando mais títulos,

com menos exemplares de cada. Se, do ponto de vista da indústria, isso possibilita corte de custos, para o consumidor final representa aumento do preço.

Observa-se, nesse segmento de mercado, uma série de aquisições de empresas nacionais por estrangeiras. Entre elas a compra da Hamburg e do Círculo do Livro pela Donnelley Cochrane Gráfica, a aquisição da Gráfica Melhoramentos pelo Quebecor Group, do Canadá. Este grupo, por sinal, estaria em vias de se associar ao Grupo Abril, para montar um parque gráfico em Recife. Os empresários brasileiros do setor já temem uma concentração do parque gráfico nas mãos desses grandes grupos, a exemplo do que ocorreu com os setores de bancos e os supermercados. As empresas em expansão apostam, entre outras coisas, no crescimento do número de livros adquiridos por leitor. Consideram, por exemplo, que a compra de papel destinado à leitura pelo Brasil é seis vezes menor que a da França, 7,5 vezes menor que a da Alemanha.

Com a expansão, as pequenas empresas deverão ter problemas de sobrevivência, por falta de recursos para investimentos. Uma máquina de acabamento, que produz 5 mil livros/hora, por exemplo, custa US\$1,2 milhão, custo impossível de ser bancado por um pequeno.

Não nos esqueçamos de que concentração de meios vem sempre acompanhada da concentração de outras decisões de "o quê" publicar, por exemplo.

As editoras, enfim, são as responsáveis pelas escolhas a serem feitas: o quê, quando e o quanto editar.

Tais escolhas, obviamente, levam em conta o mercado consumidor, o que inclui, em grande medida, fatores de natureza econômico-financeira: questões como tempo levado para comercializar um livro-produto, riscos de encalhe, disponibilidade de capital para investir a longo prazo, etc. Assim, será, obviamente, sempre mais rentável editar um **best seller** que uma obra literária de valor cultural significativo. E o editor não é "papai noel". Ele é um empresário que optou por um ramo de negócios. E não pode viver dos louros que lhes fossem atribuídos por sua magnanimidade.

Nesse setor, também, há um acelerado processo de internacionalização da propriedade das editoras. A Makron foi vendida para o Grupo Person (Financial Times); a Atica e a Scipione passaram a ser controladas pelo grupo francês Havas; a Editora Pioneira e a IOB foram compradas pela Thomson Learning, braço editorial da canadense Thomson; a Editora Campus pertence ao Grupo Elsevier; a Siciliano conta com a participação de 30% do Fundo Darby Overseasⁱⁱ.

Por trás dos movimentos de aquisição e de fusões não deixa de estar o problema de custos de produção e as perspectivas de mercado. Em pesquisa que traçou o retrato do livro no Brasilⁱⁱⁱ, 13% dos apreciadores de livros alegaram que, se os preços fossem mais baixos, leriam mais. As editoras, por sua vez, têm optado por publicar um número maior de títulos, com tiragens menores, o que encarece o produto. Entretanto, isso nem sempre se verifica. No caso do **best seller** Harry Potter, a tiragem inicial foi de 100 mil cópias, mas o preço girou em torno de R\$30, um valor bem elevado para o mercado brasileiro. O editor, por sua vez, alega que o custo é esse mesmo, uma vez que o preço do papel está atrelado ao do dólar, e cada página sai por cerca de 15 centavos de real.

Levando-se em conta os preços industriais, um contraponto nos faz vislumbrar que os preços não são tão irredutíveis. As Paulinas, que editam religiosos, conseguem vender bíblias com valor entre R\$15,50 e R\$30.

Em todo o mundo os chamados livros de bolso, com dimensões reduzidas, impressos em papel jornal têm oferecido preços mais acessíveis. Mas no Brasil essa via não tem encontrado receptividade nas editoras. A L&PM, uma das poucas que aposta nesse mercado, tem cerca de 200 títulos em livros de bolso em edições entre R\$5 e R\$10, para livros de boa qualidade. Cabe, neste caso, questionar sobre a "racionalidade" das editoras, de optarem, preferentemente, por edições mais caras.

O mercado livreiro no Brasil, em 1999 e 2000, teve os seguintes resultados, em volume de publicação:

Subsetor editorial	Títulos			Exemplares		
	1999	2000	Variação (%)	1999	2000	Variação (%)
Didáticos*	14.861	9.640	-35	180.339.740	196.223.729	9
Obras gerais	11.737	14.874	27	65.879.091	68.352.826	4
Religiosos	5.445	7.467	37	28.380.661	44.351.279	56
Científicos, técnicos e profissionais	11.654	13.130	13	20.842.864	20.591.816	-1
Total	43.697	45.111	3	295.442.356	329.519.650	12

* Didáticos: inclui Pré-escolar, 1º e 2º graus e paradidáticos – somente mercado.

* Didáticos: inclui Pré-escolar, 1º e 2º graus e paradidáticos – somente mercado.

Já do ponto de vista do faturamento, as variações são as seguintes de um ano para outro:

* Didáticos: inclui Pré-escolar, 1º e 2º graus e paradidáticos _ somente mercado.

Subsetor editorial	Faturamento (R\$)			Exemplares vendidos		
	1999	2000	Variação (%)	1999	2000	Variação (%)
Didáticos*	681.821.717	700.789.927	5	98.200.683	69.564.323	-29
Obras gerais	376.366.835	404.513.920	7	62.737.932	63.414.923	1
Religiosos	147.098.200	150.454.545	2	45.176.985	46.167.147	2
Científicos, técnicos e profissionais	367.823.959	402.104.894	9	19.403.417	21.556.480	1
Subtotal	1.573.110.711	1.657.863.286	5	225.519.017	200.712.873	-11
PNL Didáticos**	220.541.916	378.067.469	71	60.164.529	128.816.769	114
PNL Paradidáticos**	24.173.712	24.456.004	1	3.996.000	4.705.518	11
Total	1.817.826.339	2.060.386.759	13	289.679.546	334.235.160	11,5

**Os dados de 1999 incluem as vendas ao Governo – PNBE/PNLD. Os de 2000 incluem as vendas ao Governo _ PNLD-Centralizado e PNLD-Descentralizado (São Paulo e Minas Gerais).

Observa-se um crescimento do faturamento entre 1999 e 2000 da ordem de 13%. O que mais chama a atenção é o relevante impacto das compras governamentais do Programa Nacional do Livro Didático e do Programa Nacional de Biblioteca Escolar. Os recursos provenientes das compras governamentais em 2000 foram 71% superiores às do ano de 1999. Isso é explicado pela CBL como decorrente do não-cumprimento dos prazos em 1999 e da concentração do recebimento dos valores em 2000.

Obviamente a promoção de livros, a manutenção de equipes de vendas e o transporte encarecem a mercadoria livro.

Assim sendo, se o editor possui um comprador único (o governo), que dispensa esses custos intermediários, ele está no melhor dos mundos. Isso significa, de todo modo, que, na condição de grande comprador do mercado, o governo, se quiser, tem margem de manobra para interferir em custos.

No segmento de didáticos do mercado privado, as editoras apontam um declínio na venda dos livros no primeiro semestre de 2000. Esse declínio teria sido provocado pela migração de alunos da rede privada para a pública, a concorrência dos sistemas de ensino que produzem seu próprio material didático e o uso da reprografia. Entretanto, na avaliação do setor^{iv}, "o resultado final do ano foi positivo [para o subsector didáticos], no que se refere ao faturamento, uma vez que a adoção de medidas agressivas de **marketing** elevou o mesmo no segundo semestre".

As tendências de mercado internacionais decorrentes do processo de globalização não deixam de se manifestar no setor editorial. À medida que esse segmento se profissionaliza, aumenta a competição, a necessidade de mais investimentos e de qualificação. Para fazer frente a isso, as fusões e aquisições se apresentam como alternativas. A expectativa das empresas que vêm de fora se justifica pela possibilidade de crescimento do mercado brasileiro, que é ainda incipiente. Esperam que esse mercado nacional venha a triplicar nos próximos anos^v.

Tomemos agora a distribuição, que é feita basicamente pelos livreiros, mas agora também por bancas de jornais e até por supermercados. Segundo os editores, o mercado nacional deixa a desejar, quando se trata da distribuição. O fato de existirem poucas livrarias no País, concentradas preferentemente nas grandes cidades, impediria o crescimento do mercado livreiro. Para driblar essa dificuldade, as editoras estão apostando em alternativas de comercialização para suprir a falta de livrarias. A Internet, que já concentra vendas em torno de 5% é uma delas; outra é a colocação de estantes de livros em supermercados. Com esse fim, sete editoras (Objetiva, Record, Rocco, Companhia das Letras, Ediouro, Campus e Melhoramentos) formaram um **pool** para comercializar seus livros em grandes redes de supermercados. A avaliação do setor é que os resultados são satisfatórios.

À medida que avançamos para a ponta, vemos diminuir o poder sobre o processo de produção-distribuição-consumo do livro. Por exemplo, os livreiros já recebem o livro com o preço e o desconto-padrão já determinados. Dependendo da situação da loja, o livreiro, principalmente o pequeno, vê-se diante de pouca margem de manobra.

Vejamos, agora, um pequeno retrato da distribuição de livrarias no Brasil.

Região	Número de livrarias	porcentagem
Norte	60	3%
Centro-Oeste	80	4%
Nordeste	301	15%
Sul	442	22%
Sudeste	1.125	56%
Total	2.008	100%

Fonte: Anuário Editorial Brasileiro^{vi}

Como se vê, há uma clara concentração das livrarias no Sul e no Sudeste, um comportamento semelhante a outros indicadores como renda per capita, percentuais de escolarização, etc.

Segue-se breve quadro das livrarias que encerram suas atividades nos últimos anos:

Região	Livrarias em operação (1997/1998)	Livrarias em operação (1999/2000)	Porcentagem de livrarias que encerraram suas atividades
Norte	128	59	54%
Centro-Oeste	205	121	40%
Nordeste	579	254	56%
Sul	1742	1008	42%
Sudeste	548	389	29%

Fonte: Câmara do Livro do Distrito Federal.

A avaliação dos representantes do setor é a de que o número de livrarias permanece estável porque o número de novas lojas é mais ou menos equivalente ao de livrarias que encerram suas atividades.

Para o presidente da Associação Nacional das Livrarias — ANL, Eduardo Yasuda, o melhor meio de proteger a pequena livraria e fazer passar por ela os livros que são adquiridos pelos governos (federal, estaduais e municipais). Com isso, "o número de livrarias no Brasil saltaria, certamente, de 2.008 unidades para mais de 5.000; seriam criados milhares de empregos em todos os Estados brasileiros.

Ainda de acordo com Yasuda, haveria menos falências de pequenos livreiros, além de se evitar o uso de fabulosas verbas. Com isso a livraria retomaria sua função original, que é a de expor e vender livros. Mas essa não é a posição sustentada pelo governo: segundo o Dr. Ottaviano de Fiore, Secretário do Livro e da Leitura do Ministério da Cultura, "o governo não tem como salvar ou abrir livrarias, e sim, criar programas que auxiliem essas lojas, talvez por meio do Serviço de Apoio às Micros Pequenas Empresas - SEBRAE.

Um exemplo de política governamental diferente pode ser encontrada na França, onde o governo também subsidia parte do montante de livros escolares. Lá, em 1990, o Ministério da Educação enviou a 4.500 escolas maternas e primárias pacotes idênticos de 100 livros cada, pagando diretamente aos editores 24 milhões de francos. Mesmo que a estratégia de distribuição incluísse um convite a livreiros locais de cada comunidade para ajudarem a trabalhar o livro na escola, a medida desagradou em muito ao segmento varejista. Em resposta a isso, a associação dos livreiros reagiu duramente e conseguiu reverter a situação. Nos anos seguintes os livreiros locais passaram a fornecer as obras às escolas.

Na França, os livros são gratuitos para os alunos de 6 a 10 anos (escola primária); de 11 a 15 anos (colégio).

Apenas alunos de liceus compram nas livrarias. Com a multiplicação das gratuidades, os livreiros estão reagindo, porque essa atitude desabitua a ida da criança ou do adolescente à livraria. A solução encontrada foi a adoção do cheque-livro em algumas regiões. De posse dele, o aluno escolhe o livreiro de sua preferência, onde adquire o material de leitura/estudo.

A propósito disso, não é descabido lembrar Drummond, ao se referir ao "espaço" livraria:

Primeira livraria, Rua da Bahia.

A *Carne de Jesus*, por Almáquio Diniz

(não leiam! Obra excomungada pela Igreja) rutila no aquário da vitrina.

Terror visual na tarde de domingo.

Volto para o colégio. O título sacrilégio
Relampeja na consciência.
Livreria, lugar de danação, lugar de descoberta.
Um dia, quando? Vou entrar naquela casa, vou comprar
um livro mais terrível que o de Almáquio
E nele me perder – e me encontrar.

Carlos Drummond de Andrade. VII

Outra política que vem sendo mencionada pelos livreiros é a adoção do preço fixo para o livro. Por esse mecanismo, o preço do livro seria o mesmo em todo o país válido para todos os varejistas, limitando a possibilidade de descontos.

Tal política existe ou já existiu em vários países europeus (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça). com relativo sucesso para benefício de livreiros, principalmente. A possibilidade de uma política semelhante para o Brasil esta sujeita a muitos questionamentos. O principal deles diz respeito à efetividade de uma política dessas, ou seja, da própria possibilidade de, uma vez adotada, vir a ser cumprida. Sempre se revelou difícil a adoção de uma política de preços únicos, mesmo para bens cuja necessidade e mais sentida pela a população, como os remédios, por exemplo. Nesse segmento, a prática corrente é justamente a oposta: a política de descontos, que em geral tem sido adotada pelas redes de drogarias. Essas redes conseguem preços menores por terem maior poder de pressão junto aos laboratórios. Como ser contra uma política dessas? No caso da política para livros, procurar-se-ia limitar os descontos. Descontos que, praticamente, já não existem. Assim sendo, é necessária muita cautela antes de se pensar em adotar uma política assim.

No Brasil os principais problemas ligados ao livro derivam da liberdade com que o mercado opera para fixar preços, tiragens. Não há dúvida de que há margens de manobra do Estado para intervir favoravelmente na expansão dos livros e dos leitores, mas a fixação de preços não parece ser uma delas.

IV – A Política dos Livros e os Livros em Torno da Política

Livros (e, antes deles, os seus correspondentes como meios de fixação da escrita) têm sido associados de maneira positiva ou negativa à detenção, perpetuação ou perda de poder.

A esta altura da história, mesmo que novos estudos comprovem o valor relativo desse poder, criou-se um mito em torno da palavra escrita e, particularmente, daquela veiculada pelo livro. O mito de que, por exemplo, "ler e perigoso" ou o seu oposto, ou seja, que o livro pode representar a redenção ou a libertação de um povo.

Justamente com a imprensa, surgiu a censura. Tanto a de natureza política, quanto a de natureza religiosa ou moral. Tome-mos um emblema dessa censura. Um símbolo que é ficcional e que, talvez justamente por isso, funcione como metáfora de todos os processos de perseguição aos livros ou de perseguições por causa dos livros. Em **O nome da rosa**, de Umberto Eco, uma série de homicídios em um mosteiro é justificada pela guarda de um conhecimento codificado em um livro.

Tratar-se-ia de um livro de Aristóteles sobre o riso. Segundo o monge (cego) bibliotecário, esse livro não podia ser dado ao conhecimento do público, pois retiraria a censura sobre o riso. E o riso destruiria as coisas sérias. E rir das coisas sérias levaria a um questionamento do sagrado, e assim por diante. Com esse episódio, o pensador e ficcionista italiano cria uma imagem para as caças às bruxas levadas a cabo tendo o livro como centro da discórdia.

Outros exemplos (ficcionais ilustres) funcionam como um discurso sobre essas censuras: **D. Quixote e Madame Bovary**. O primeiro perde o juízo de tanto ler novelas de cavalaria e se torna, ele mesmo, um personagem dos livros que lera; a segunda torna-se vítima dos romances que havia lido, enredando sua vida como a enredavam as heroínas de suas histórias (Zilberman, 2001).

No campo religioso, aquele em que a escrita mais tem servido para preservar conhecimentos e perpetuar poder, a edição da bíblia nas línguas nacionais (diferentes do latim) representou para as autoridades eclesiásticas uma ameaça aos dogmas e à própria divindade. A Igreja Católica encarrega-se, desde muito cedo (1564), a instituir a censura religiosa por meio do Index Librorum Prohibitorum.

Para remontarmos a episódios mais recentes, temos o caso do indiano Salman Rushdie, condenado pelos islâmicos por seus **Versos satânicos** e obrigado a viver exilado pelo resto da vida. Na primeira semana de julho de 2001 foi noticiada a prisão de missionários alemães no Afeganistão. O motivo da prisão seria um escrito, em língua local, contando a vida de Jesus.

A idéia de letramento universal, que surge com a evolução do capitalismo, aliás, é uma exigência desta. Segundo Zilberman (2001), "a introdução ao mundo das letras tinha de se mostrar mais rápida e eficiente, e, ao mesmo tempo, levar em conta que se destinava a usuários, boa parte provenientes do campo e de origem humilde, que até então não sentiam falta da escrita e da leitura de textos".

Do lado do mito positivo, assistimos, aqui mesmo no Brasil, a diversas campanhas de difusão da leitura (e de promoção do livro, por consequência), como forma de redenção da população analfabeta. Já na década de 30, Getúlio Vargas vê na difusão do letramento uma forma de construir a nacionalidade em torno dos valores do Estado Novo e de sua figura. Não é por acaso que censura a escolarização (no Sul) em outras línguas que não o Português. Creditava à leitura (de livros e jornais) em Português a consolidação de um Estado Brasileiro forte e unido, reforçado pela língua comum e não ameaçado pelo conteúdo que pudesse ser veiculado em outros idiomas.

Posteriormente, nas décadas de 50, de 70, e mesmo hoje, continuam os esforços de universalização do letramento, pois acredita-se ao livro uma espécie de poder mágico redentor de nossa população, tida como "atrasada", por não ler. Não é difícil, quando fazemos os paralelos de desenvolvimento com outros países, creditar a estagnação brasileira à falta de escolarização básica. Basta dizer que a revolução industrial foi possível porque, já no século XIX, a Inglaterra havia vencido esse problema.

Todo o esforço de universalização do ensino básico no Brasil se volta para que aumente o número de anos de frequência de nossa população à escola. As comparações regionais, no universo da América Latina, sempre nos colocam atrás, em escolarização, de nossos vizinhos, como Argentina, Chile, Uruguai.

Mas todo o esforço de letramento associado aos processos econômicos (aprender a ler para aprender e dominar habilidades e se preparar para o mercado de trabalho) passa, em determinado momento, a se dissociar da literatura. Com isso, a literatura se torna cada vez mais distante das classes populares escolarizadas. Nesse ponto, produz-se uma nova assimetria associada ao valor de ser "letrado". Para ser "letrado" não basta haver frequentado a escola. Letrados são os que "lidam de modo familiar com as letras, os especialistas" e a aura de poder que sempre acompanhou a leitura e a escrita é restaurada, desta vez com o auxílio da escola. Uma nova discriminação tem lugar: "Até um certo período da história do Ocidente [o leitor] era formado para a literatura; hoje, ele é alfabetizado e pre-

parado para entender textos escritos, mas nem sempre a literatura se apresenta no seu horizonte, porque ainda é sacralizada pelas instituições que a difundem" (Zilberman, 2001).

Na mesma era em que os contingentes mais pobres da população passaram a ter acesso à leitura, o livro foi submetido aos processos econômicos e industriais, que imprimiram a racionalidade para o mercado editorial. Transformado em mercadoria, o livro passa a ser tratado como uma **commodity** e é regulado pelas leis do mercado. Com isso, claro, os leitores ou potenciais leitores (entenda-se, os de menor poder aquisitivo) são distanciados da literatura. Parte da crise que se verifica hoje, ou seja, da chamada "falta de leitores" deriva dessa discrepância criada pelo todo-poderoso "mercado". Um resgate dos leitores passará, necessariamente, pelo reequilíbrio das relações de poder nesse âmbito. Quer dizer, aumentar a quantidade (e, quiçá, a qualidade dos leitores passa pela "inclusão" (já que a palavra está na moda) das camadas não atingidas pelo livro — de literatura, especialmente. Uma inclusão que depende, entre outros fatores, da acessibilidade financeira (menor preço do livro ou maior poder aquisitivo do leitor), e por uma nova forma de contato dos escolarizados com a literatura.

E o livro assume um papel ainda mais relevante em um país como o Brasil, cuja escolarização é essencialmente centrada na leitura, ou seja, uma escolarização de domínio de conteúdos escritos, em detrimento de uma escolarização de desenvolvimento de conhecimentos (laboratórios, oficinas), como ocorre em outros países. Logo, no Brasil, escolarizar é, mais que em qualquer outro país, levar as pessoas a ler.

Assim sendo, a política nunca foi indiferente aos livros. Do mesmo modo, os livros não são indiferentes à política. Ou seja, os livros que vêm ao mundo em determinados contextos não deixam de estar vinculados ao poder. Seja por laços de sustentação, seja para resistir a esse poder instituído.

Paulo Freire, pedagogo e filósofo libertário, lançou sua "pedagogia do oprimido" contrapondo-se às visões utilitaristas de leitura. Para o grande educador brasileiro, hoje referendado no mundo inteiro, ler é desvendar o mundo. Ler é mais que decodificar palavras; é compreender o mundo que está à volta da pessoa. Não uma compreensão acadêmica e desinteressada.

Mas compreender para transformar, Paulo Freire faleceu e não chegou a ver no Brasil instituída uma política de leitura que respondesse a essa visão crítica. Desse ponto de vista, uma expansão do mercado editorial pode ter sucesso, sem, necessariamente, favorecer a emancipação dos leitores.

V – Livros no Sistema Escolar

No Brasil, o grande fomentador de leitura é o sistema escolar. Poderia ser a família, ou a comunidade religiosa, etc. Mas é na escola que, além de se aprender a ler — supostamente — se adquire o hábito de leitura.

Não resta nenhuma dúvida de que essa parceria é desejável e, até mesmo, inevitável. Caberia, talvez, mudar o enfoque, a fim de que se tire maior proveito dessa prática escolar.

Os especialistas da área, entre eles a professora Magda Soares autora de diversos livros e pesquisadora, criticam a maneira equivocada como a escola se utiliza da literatura infantil, por exemplo. Para os especialistas, o modo como os leitores iniciantes são apresentados à obra literária contribui para um distanciamento. O texto literário é utilizado como base para ensinar a ler. Até aí tudo bem. Mas, como a escola está voltada não apenas para trabalhar as habilidades, começa a sobrecarregar o texto com

outras agendas, como a aprendizagem de pontos da gramática, a interpretação de texto, a avaliação, etc. Desse modo, tal metodologia não necessariamente facilita o contato leitor-obra, mas corre até o risco de afastá-lo desse hábito. Isso porque a leitura de literatura se dá, primeiramente, para fruição. Ou seja um texto deve ser lido pelo que ele contém de belo, de agradável, de assustador, de instigante, de melancólico, enfim pelo que ele representa de interessante e não como pretexto para outras atividades escolares. Tomemos duas figuras desse processo escolar: Machado de Assis e um adolescente estudante. Machado de Assis foi, é e continuará a ser o magnífico escritor de histórias, o narrador hábil, o prosador de ironia fina. Um adolescente, em plena efervescência de hormônios, consumidor de rock-música eletrônica, clipes, gibis, cds, dvds, etc. não tem, digamos assim, a sintonia com aquela linguagem (belíssima para nós, adultos) preciosa de Machado de Assis. Desse contato (Machado a um escolar) pode surgir um desencontro e não um encontro. Isso não quer dizer que não haja uma literatura considerada "de qualidade" acessível aos adolescentes. Com certeza ela existe. E não apenas em escritores nacionais. Pode ser que, Júlio Verne continue a encantar os adolescentes como o tem feito por várias gerações. Fernando Sabino, Rubem Braga, João Antônio Drummond, Jorge Amado, João Ubaldo Ribeiro são apenas alguns dos grandes nomes disponíveis em nosso catálogo literário.

Todos esses com uma linguagem muito mais próxima do universo dos adolescentes.

Tomemos um exemplo que explode na mídia por esses dias: O Senhor dos Anéis, o filme, baseado na obra de R. Tolkien e inspirador dos **Rolling Playing Games** (RPG). Essa obra, não adotada pela escola, tem encantado os adolescentes das duas últimas gerações. Trata-se de volumes com aproximadamente 500 páginas, que são devorados (e relidos) pelos jovens, interessados nos enredos fantásticos apresentados pelo autor. Enredos que lhes inspiram a criação (note-se bem: _ criação) de enredos. Com a ajuda de dados, mapas, caneta papel e muita imaginação, passam dias e dias "vivendo" uma aventura em que eles são os autores-personagens.

VI – O Consumidor-Leitor

O terceiro segmento envolvido no mercado livreiro é o leitor-consumidor. Se o comerciante de livros não tem poder (ou o tem em pequena escala) sobre o que é editado e comercializado, imagine o consumidor. Desse ponto de vista, o mercado livreiro não se distingue muito de outros mercados de bens culturais e de entretenimento como o de música, de vídeos.

Ou seja, o consumidor compra o que (estando a seu alcance financeiro) é colocado à disposição pelo mercado.

Assim sendo qualquer política de incentivo à leitura (patrocinada pelo governo ou pelas livrarias) deve levar em conta o fortalecimento do leitor-consumidor.

A propósito desse fortalecimento e do tema do debate (o mercado livreiro no mercado globalizado), é oportuno lembrar que a contrapartida da globalização é justamente o aumento do poder local. Sem isso, prevalecem as tendências impostas pelo mercado. Paradoxalmente, quanto maior a uniformização de produtos em nível mundial, maior destaque ganham os produtos e instituições de caráter local. Nos grandes centros urbanos mundiais, em contraposição às cadeias de **fast food** (das quais o Mc Donald's é o símbolo) ganham destaque os restaurantes de sabor regional (chineses, coreanos, etc.).

Obviamente que não se há de esperar que as grandes editoras (nacionais e multinacionais) tomem a iniciativa de fortalecer as culturas

locais e regionais. Do ponto de vista da economicidade, quanto menor o número de títulos e maior o número de exemplares, melhor.

No caso específico do Ceará (e de outros estados do Nordeste), há um caso muito interessante, que inspira uma reflexão: o dos folhetos de cordel.

Trata-se de narrativas em verso, editadas em geral pelo próprio "versejador", de tamanho que varia de 8 a 32 páginas (sempre em múltiplos de 4), pois resultam de folhas tamanho ofício divididas em 4 partes). Este é um caso de objetos que são "não-livros", ou seja, apesar de todas as suas características (autor, texto, leitor), não recebem a chancela de "livros" tal como o compreende o mercado livreiro. No máximo, usa-se o diminutivo "livreto" de cordel, para designá-los.

Estão catalogados e classificados mais de 30 mil folhetos e mais de 2 mil autores. Alguns deles são verdadeiros **best sellers**, como o Romance do Pavão Misterioso, de João Melquíades Ferreira, com centenas de milhares de cópias vendidas.

Segundo o maior estudioso do assunto, Raymond Cantel "a literatura popular existe em outros países, mas nenhuma é tão relevante quanto a do Nordeste[...]. Aqui, no Nordeste, ela resiste e se transforma cada vez mais." (in: Patativa do Assaré, 2000)

Entretanto, essa riqueza literária não faz parte dos catálogos de livros brasileiros. Países como México e Argentina valorizam sua produção literária popular. Em função disso, "poemas como 'La Cucaracha' são cantados no mundo inteiro e o herói do cordel argentino, Martín Fierro, se tornou símbolo da nacionalidade platina." No Brasil, ao contrário, a literatura de cordel continua em grande parte desconhecida do grande público.

Não por acaso, é um tipo de literatura identificada com um segmento da população "sem-poder" no contexto da cultura erudita ou do mercado editorial. Os folhetos de cordel são escritos por pessoas com pouca escolarização (Patativa do Assaré e J. Borges alegam ter tido menos de um ano de escolarização formal), em geral nordestinas; são impressos de maneira tosca, em produções artesanais, ilustradas pelo próprio autor, que, às vezes, é também um gravurista; são lidas por pessoas comuns, em geral com pouca escolarização. Essas são algumas das razões pelas quais o cordel não figura no universo do "livro" como tal, segundo o conceito do mercado editorial. Ou seja, o cordel não é configurado como o objeto cultural livro por estar associado a grupos populares sem poder econômico, sem poder sobre a cultura erudita, sem poder sobre o mercado, pois o que determina o que é e o que não é um livro é o mercado editorial.

Do mesmo modo, o que determina o que é e o que não é um "autor" literário é o mercado editorial. Nascido em 1905, Patativa do Assaré já havia escrito dezenas de folhetos antes de a Editora Vozes editar o seu Canto lá que eu canto cá, em 1978. Estudado pelos pesquisadores, referendado pela academia e, mais recentemente (1995), até condecorado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, Patativa se tornou um "autor". Um autor desses de figurar em estantes de livrarias e ter sua obra em bibliotecas.

Recentemente, a Editora Hedra iniciou a publicação das obras de 50 cordelistas brasileiros, confeccionando simpáticas brochuras de pouco mais de 100 páginas cada. Para cada um dos 50 autores foi escolhido um especialista para fazer um ensaio que introduz a obra do artista. Quer dizer, uma vez sacramentados pelos críticos, comentaristas e acadêmicos, o poeta popular passa a figurar como "autor".

Constitui o cordel uma manifestação popular das mais autênticas, no dizer de um dos maiores especialistas no assunto. O holandês Joseph M. Luyten, que já foi professor da Escola de Comunica-

ção da Universidade de São Paulo – USP, e que, ultimamente, tem dado aulas no Japão como especialista em cultura e literatura popular do Brasil. Não se pretende aqui fazer uma apologia dessa literatura, mas apenas demonstrar, com um exemplo gritante, a vinculação do "livro" com os estamentos de poder econômico e político.

Por sua vez, esse exemplo traz também um indicador de uma estratégia de valorização do "local" como forma de se contrapor ao global. E isso que está sendo feito na Paraíba^{viii}. Há dez anos, Albanita Guerra, coordenadora do Prole na Paraíba, vem fazendo um trabalho de incentivo à leitura, que inclui a constituição de uma biblioteca de 12 mil folhetos de cordel. Desde outubro de 2000, a Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande desenvolve o projeto Cordel na Escola, em parceria com a Associação de Repentistas de Campina Grande. Seis artistas populares percorrem as escolas municipais, fazendo apresentações e incentivando os alunos a escrever e apresentar seus cordéis.

Ressalto que, neste caso, não se compreende uma política de valorização do local e de recusa do que vem de fora, até mesmo porque a literatura oferecida aos estudantes pelo mercado editorial tradicional já é bastante forte e não precisa de defensores ou de políticas protecionistas. Mas essa não deixa de ser uma oportunidade para associar livreiros, editores locais, educadores, artistas, cantadores e leitores (ouvintes) de um tipo de arte local. Essa modalidade de arte, por sua vez, resulta da adaptação de uma manifestação européia (global) para cá trazida e adaptada à cultura local. Basta lembrar que a literatura de cordel já existia na Idade Média na Europa e foi trazida pelo colonizador ibérico. Existe no México (com o nome de corridos), na Argentina e Uruguai (payadas) e no Chile (poesía criolla).

E a literatura de cordel tem representado uma forma de identidade, de identificação e de resistência cultural de um povo sofrido e oprimido.

VII – As Tecnologias da Informação e suas consequências para o mercado livreiro

As indagações mais recentes têm considerado a possibilidade de o meio físico dos "livros" passar do papel para os meios eletrônicos. A par de todas as implicações disso, pelo menos para o Brasil e para as próximas décadas, essa questão não assume relevância. Por três razões: primeiro, o mercado livreiro ainda não tem um "acervo" eletrônico capaz de ser colocado à disposição do público consumidor. Segundo, porque o suporte físico (hardware) ainda é caro e demorará a chegar a preços acessíveis ao grande público. Terceiro, porque o livro (em papel) está configurado como objeto cultural no imaginário da população, tendo em vista a longa convivência da humanidade com ele.

Não se pode prever que o livro de papel, tal como o conhecemos, será substituído em breve (uma ou duas décadas) pelos livros eletrônicos. Devemos levar em conta a possibilidade de acesso, pois o e-book (o aparato para receber o livro digitalizado) ainda tem um custo alto nos Estados Unidos, que dirá no Brasil.

Não se trata de vantagem ou desvantagem, de avanço tecnológico ou não. Trata-se de uma barreira econômica.

Quantos brasileiros possuem, hoje, computadores pessoais? Não eram mais que 10 milhões, em 2000. Dos que possuem, quantos os utilizam? Dos que têm ligação com a Internet, quantos, de fato, a acessam? As estatísticas dão conta de que não mais de 20 milhões de brasileiros têm acesso à Internet.

Assim sendo, essa questão não afeta, pelo menos de pronto, as livrarias independentes. Por outro lado, as novas tecnologias da

informação podem significar uma oportunidade de negócios. Os chamados cybercafés são espaços que reúnem aficionados da informática (navegação na Internet) em espaços que podem ser associados a livrarias, como já ocorre em algumas grandes cidades.

VIII – A Livraria no Ceará

O Ceará é o quarto pólo consumidor de livros no Brasil, com destaque para o livro universitário, segundo o diretor das Livrarias Educativa, Oscar Nogueira. Entretanto, o mercado livreiro se ressentia da pouca quantidade de lojas no Estado. São cerca de 200 lojas (entre livraria; exclusivas e livrarias/papelarias), sendo que 130 delas estariam localizadas em Fortaleza. Considerando-se os 184 municípios cearenses, esse é um número proporcionalmente bem reduzido de livrarias.

Embora as lojas de grande porte tenham tido um crescimento de até 30% nas vendas em 2000, as pequenas livrarias passam por dificuldades. A La Selva tem contabilizado um crescimento de 20% ao ano, desde 1998, quando instalou três lojas no Aeroporto Pinto Martins. Mas a rede local de livrarias Livro Técnico acusa uma queda de 2,1% em suas vendas, de 1999 para 2000. Para seu proprietário, a implantação de 10 lojas da rede Siciliano afetou o mercado tradicional.

Como não poderia deixar de ser, o mercado livreiro no Ceará depende de fatores de natureza econômica. Deixando-se de lado mitos como o de que “brasileiro não lê”, não há como comprar livros se faltam recursos aos consumidores. Uma pesquisa sobre o perfil do leitor detectou que, fora o livro didático, a média de leitura anual do brasileiro não passa de um livro.

O mercado universitário, um dos mais fortes, se ressentia dos preços altos e da pouca disponibilidade de títulos. Desse modo, a fotocópia, ilegal, ganha terreno. O Sindicato do Comércio Varejista de Livros do Estado de Ceará - Sindilivros, tem feito campanhas públicas combatendo a fotocópia, mas não tem meios legais para evitar que isso ocorra.

Por outro lado, existência de um comércio paralelo de livros escolares indica a existência de uma demanda por parte dos consumidores de menor poder aquisitivo. Em 1998, inquérito da Delegacia de Defraudações concluiu que haviam sido comercializados cerca de 10.000 “livros do professor”, no “mercado paralelo” de sebos e de ambulantes. Isso indica necessidade de se proverem de recursos as famílias sem condições de adquirir o livro didático legal ou de se baratear o custo desse.

Para a presidente do Sindilivros, Maria do Socorro Sampaio Flores, embora se observe uma demanda pelo conhecimento carreado pelos livros, isso não se reflete nas vendas das lojas regulares. O mercado paralelo (sebos, ambulantes, livros do professor vendidos ilegalmente) e a fotocópia seriam responsáveis por essa “sangria” de consumidores.

Entretanto, há mostras de um potencial de mercado bem maior. O maior sinal disso foi a frequência à 4ª Bienal Internacional do Livro, realizada em 2000 (17 a 22 de outubro). Estiveram presentes 200 editoras, 15 delas internacionais, com 113 estandes. A ela compareceram 212 mil pessoas e o faturamento foi de R\$1,5 milhão.

Conclusões

O futuro da livraria independente não é diferente, em muitos pontos, do próprio futuro do Brasil, no que diz respeito à redistribuição de renda e de acesso à educação. Ou seja, como a aquisição de livros está associada diretamente à renda e à escolaridade, en-

quanto esses dois fatores não se alterarem, serão poucas as chances de crescer o universo de consumidores de livros.

Entretanto, podem ser adotadas políticas sociais para enfrentar o problema. Uma política social pode ser patrocinada tanto pelo governo quanto por qualquer instância organizada da sociedade. Assim, não caberia apenas às instâncias governamentais, mas também aos segmentos da sociedade (escolas, faculdades, entidades culturais, livreiros, editores) implementar políticas sociais de incremento da leitura.

As políticas governamentais do setor (Proler, Programa Nacional do Livro Didático. Programa Nacional da Biblioteca Escolar) têm investido na ampliação do número de bibliotecas e no provimento de livros aos leitores/escolares e bibliotecas. Particularmente com relação ao PNLD, o governo tem desconsiderado os comerciantes locais de livros, deixando de beneficiar esse segmento com o investimento público feito na área. Assim, há uma possibilidade a ser aberta, para incluir a intermediação do livreiro na aquisição do livro didático.

A política educacional, por sua vez, deveria passar por uma profunda reavaliação e redirecionamento, de modo a valorizar mais o conteúdo literário dos livros estudados e menos as explorações de outra natureza (pretexto para estudar gramática, entre eles). Para tanto, é indispensável a existência de programas de formação de professores.

Estados e Municípios têm muito mais poder nesse campo que o Governo Federal, visto que a cultura local deveria ser mais valorizada em qualquer política de fomento à leitura.

Do ponto de vista do mercado, o segmento varejista, como o mais prejudicado e o mais próximo à realidade local, deve patrocinar políticas de valorização da leitura e da cultura local. A associação em câmaras do livro (livreiros, distribuidores, editoras) parece indicar um bom caminho para a resolução dos problemas locais.

Enfim, qualquer política (patrocinada pelo Estado ou por segmentos da sociedade) para o livro deve ter como foco o leitor em seus diversos aspectos: a formação de um leitor crítico e não simplesmente de um “consumidor” de livros; o aumento do poder de compra do leitor (mesmo que seja por meio de mecanismos como o cheque-livro); formação do hábito de frequentar livrarias e comprar livros; aumento da convivência leitor-livro, seja por meio de bibliotecas abertas ao público, seja por criação de feiras de livros localizadas em bairros ou em pequenas cidades, ou seja, levando o livro a quem não vem a ele.

Bibliografia

Assaré, Patativa. Patativa do Assaré uma voz do Nordeste. São Paulo: Hedra. 2000. 132p. ISBN 85-87328-19-0 BRITTO, Luiz Percival Leme. Leitura e política. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins: BRANDÃO, Heliana Maria Brina MACHADO, Maria Zélia Versiani. Escolarização da leitura literária, Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 272p. ISBN 85-86583-40-5

Câmara Brasileira do Livro. Diagnóstico do setor editorial brasileiro ano 2000. São Paulo: [s.n.], 2001.?

CHARTIER, Anne-Marie. Leitura e saber ou a literatura juvenil entre ciência e ficção. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins;

BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani. Escolarização da leitura literária. Belo Horizonte Autêntica, 1999. 22p. ISBN 85-86583-40-5

COMITTI, Leopoldo. Leitura, saber e poder. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina;

MACHADO, Maria Zélia Versiani. Escolarização da leitura literária. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 272p. ISBN 85-86583-40-5

Soares, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani. Escolarização da leitura literária. Belo Horizonte Autêntica, 1999. 272p. ISBN 85-86583-40-5

Luyten, Joseph M. Cordel: uma manifestação popular autêntica. Cadernos do Terceiro Mundo, n. 49, p. 65-72, out./nov. 1982.

Zilberman, Regina. Fim do livro, fim dos leitores? S. Paulo. Editora Senac São Paulo, 2001.

I Revista Abigraf março/abril 2001.

II Carta Capital, 28 de maio de 2001.

III Revista Época 16-7-2001.

IV Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro ano 2000, da Câmara Brasileira do Livro.

V Jornal do Comércio do Rio de Janeiro 29-5-2001.

VI Informativo ANL, março 2001, ano 1 n. 3.

VII Citado por Zilberman (2001).

VIII Folha de S. Paulo 1º-3-2001 (Paraíba e Pernambuco investem na formação de leitores).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs. e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 27, de 1999)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria, tendo

Pareceres sob nºs 1.075, de 1999 e 715, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, *1º pronunciamento* (sobre o Projeto): favorável, com votos contrários dos Senadores José Fogaça, Paulo Souto, Geraldo Althoff, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos e Bello Parga; *2º pronunciamento* (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): favorável, nos termos da Subemenda nº 1-CAE (Substitutiva) à Emenda nº 1-Plen.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 90, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2001 (nº 654/2000, na Câmara

dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 669, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 91, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2001 (nº 655/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico "Amiga" de Registro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Registro, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 670, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 106, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2001 (nº 529/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade de São Paulo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 675, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 107, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2001 (nº 542/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 676, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 178, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2001 (nº 579/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a

Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 688, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Coelho.

– 7 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 191, DE 2001**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2001 (nº 786/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro – Piauí a executar serviço de Radiodifusão comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 689, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

– 8 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno, Requerimento nº 443, de 2001)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2001 (nº 1.039/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá, tendo

Parecer favorável, sob nº 744, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos.

– 9 –

REQUERIMENTO Nº 327, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 327, de 2001, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 10 –

REQUERIMENTO Nº 399, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 399, de 2001, do Senador Geraldo Althoff, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs

84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999 e 94, 190 e 232, de 2000, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

– 11 –

REQUERIMENTO Nº 405, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 405, de 2001, do Senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999 e 94, 190 e 232, de 2000, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

– 12 –

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 1997
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 5, de 1999)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 16, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Bianco.

– 13 –

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo

Parecer sob nº 732, de 2001, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 18 minutos.)

Ata da 97ª Sessão Deliberativa Ordinária em 21 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares,
Mozarildo Cavalcanti e Lindbert Cury

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior –
Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Par-
ga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Pa-
trocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison
Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Su-
plicity – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fran-
celino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Ge-
raldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata –
Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende –
Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinhei-
ro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alen-
car – José Coelho – José Eduardo Dutra – José Foga-
ça – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro
Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lú-
cio Alcântara – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito
Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marlu-
ce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Moza-
rildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna –
Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung
– Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Renan
Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Rober-
to Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Ro-
meu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado –
Tião Vianna – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wel-
lington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 72
Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozaril-
do Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PROJETO RECEBIDO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 56, DE 2001

(Nº 3.010/2000, na Casa de origem)

(De iniciativa do Ministério Público da União)

**Dispõe sobre a criação de cargos de
Procurador de Justiça, Promotor de Jus-
tiça e Promotor de Justiça Adjunto no
âmbito do Ministério Público do Distrito
Federal e Territórios, e dá outras provi-
dências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro do Ministério
Público do Distrito Federal e Territórios, os cargos de
Procurador de Justiça, Promotor de Justiça e Promo-
tor de Justiça Adjunto constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação
desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias
do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 3º Os cargos previstos nesta lei terão provi-
mento a partir de 1º de janeiro de 2002.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

ANEXO I

(Lei nº , de de de)

Criação de Cargos de Procurador de Justiça

CARGOS	QUANTIDADE
Procurador de Justiça	2

Criação de Cargos de Promotor de Justiça

CARGOS	QUANTIDADE
Promotor de Justiça	113

Criação de Cargos de
Promotor de Justiça Adjunto

CARGOS	QUANTIDADE
Promotor de Justiça Adjunto	63

PROJETO DE LEI ORIGINAL
Nº 3.010, DE 2000

Dispõe sobre a criação de cargos de Procurador de Justiça, Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Adjunto no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, os cargos de Procurador de Justiça, Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Adjunto constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Lei nº , de de de 2000)

Criação de Cargos de Procurador de Justiça

CARGOS	QUANTIDADE
Procurador de Justiça	7

Criação de Cargos de Promotor de Justiça

CARGOS	QUANTIDADE
Promotor de Justiça	113

Criação de Cargos de
Promotor de Justiça Adjunto

CARGOS	QUANTIDADE
Promotor de Justiça Adjunto	63

Justificação

Ao exercer fiel e rigorosamente sua responsabilidade Constitucional em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos indisponíveis, o Mi-

nistério Público do Distrito Federal e Territórios tem enfrentado crescentes dificuldades, nos últimos anos, em razão da carência cada vez mais acentuada em seu quadro de servidores e, em especial, no quadro de Membros, diante do extraordinário aumento no volume dos seus serviços.

Inúmeras razões contribuem para o constante agravamento dessa dificuldade de ordem operacional, sobretudo em face do significativo aumento da população do Distrito Federal, que se tem verificado ao longo dos últimos anos, com uma conseqüente expansão geométrica dos conflitos sociais e de ocorrências que demandam o acionamento do Poder Judiciário e do Ministério Público.

A despeito do não-aumento no quantitativo de servidores e do pequeno incremento no número de Membros, o MPDFT prossegue ampliando seu campo de atuação, seja sob o aspecto geográfico, com a criação de novas Promotorias de Justiça, para atender aos novos núcleos populacionais e àqueles mais antigos que se consolidam, seja sob o aspecto da especialização, com a implantação de mais Promotorias de Justiça Especializadas.

Nos ofícios especializados, destacam-se a criação e o início das atividades das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – PROSUS; das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural – PRODEMA; das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística – PROURB; das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor – PRODECON; das Promotorias de Justiça de Defesa da Comunidade – PROCIDADÃ; das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Tributária; das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – PRODEP; do Núcleo de Investigação Criminal e Controle Externo da

Atividade Policial; das Promotorias de Justiça de Defesa da Filiação, do Idoso e do Portador de Deficiência – PROFIDE; das Promotorias de Justiça de Defesa da infância e da Juventude; das Promotorias de Justiça de Fazenda Pública; das Promotorias de Justiça de Falências e Concordatas; das Promotorias de Justiça de Registros Públicos e Precatórias; das Promotorias de Justiça de Entorpecentes; das Promotorias de Justiça Militar das Promotorias de Justiça de Execuções Penais; das Promotorias de Justiça de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde – PRÓ-VIDA; das Promotorias de Justiça de Acidentes do Trabalho; das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação.

Entre as atribuições dessas Promotorias, muitas se caracterizam por uma peculiaridade própria à

atuação do Ministério Público, que não encontram correlação nas Varas de Justiça por serem atinentes a um atendimento extrajudicial, de elevado alcance social e que têm origem e fundamento nas importantes e essenciais funções atribuídas ao **Parquet** pela Constituição Federal.

Paralelamente a referidos ofícios especializados, as Promotorias de Justiça das várias Circunscrições buscam absorver a crescente demanda de processos e procedimentos de investigação, colocando a estrutura deste Ministério Público no absoluto limite de sua capacidade operacional.

Não é demais destacar que cada Circunscrição, presente na maioria das regiões administrativas do Distrito Federal, compreende as seguintes Promotorias de Justiça; PJ Cíveis; PJ de Família, Órfãos e Sucessões; PJ Criminais; PJ do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito e; PJ Especiais Criminais.

Cabe ressaltar, também, a necessidade de se implementar a sistemática do plantão criminal, realizado por Membros e servidores que, por determinação legal (Lei nº 7.960/89), deverá assegurar o atendimento institucional ininterrupto, diariamente, durante 24 (vinte e quatro) horas.

Inúmeras outras ações e providências vêm sendo adotadas pelo MPDFT no sentido de aprimorar continuamente a prestação de seus serviços, inclusive com a inauguração dos edifícios-sede em Brasília e Taguatinga e a necessária e contínua informatização de sua base de dados. Todavia, todos esses esforços, para se tomarem efetivos, dependem da disponibilidade e da existência de Membros do Ministério Público.

Importante considerar ainda que, recebida com muita satisfação, por tudo o que ela representa para a instituição da Justiça, a Lei nº 9.699, sancionada pelo Presidente da República em 8-9-1998, ampliou o número de Magistrados no Distrito Federal em mais 110 (cento e dez) cargos, elevando-se também o número de servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em 380 (trezentos e oitenta) cargos de analista judiciário. 580 (quinhentos e oitenta) de técnico judiciário, além de 307 (trezentos e sete) funções comissionadas. Ou seja, um considerável incremento de Membros e servidores da Magistratura do Distrito Federal visando a acompanhar a expansão e sua estrutura e serviços, determinada pelas alterações procedidas na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal, em setembro de 1998, inclusive, com a criação de 53 novas Varas judiciais a serem instaladas proximamente (as Varas já foram criadas por lei, destacamos), conforme a seguir relacionadas:

a) Competência em todo o Distrito Federal: 2ª Vara de Precatórias; 3ª e 4ª Varas de Entorpecentes e Contravenções Penais do DF;

b) Circunscrição Especial Judiciária de Brasília: 7ª Vara de Família;

c) Circunscrição Judiciária de Taguatinga: 5ª Vara Cível; 4ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões; Vara de Delitos de Trânsito; 4ª e 5ª Vara dos Juizados Especiais Cíveis; 2ª e 3ª Vara dos Juizados Especiais Criminais;

d) Circunscrição Judiciária de Planaltina: 2ª Vara do Juizado Especial Cível; 2ª Vara do Juizado Especial Criminal; Vara de Família, Órfãos e Sucessões;

e) Circunscrição Judiciária de Sobradinho: 2ª Vara do Juizado Especial Cível; 1ª e 2ª Vara dos Juizados Especiais Criminais;

f) Circunscrição Judiciária de Brazlândia: Vara Cível; Vara Criminal do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito; 2ª Vara do Juizado Especial Cível; 1ª e 2ª Varas dos Juizados Especiais Criminais;

g) Circunscrição Judiciária do Gama: 2ª Vara do Juizado Especial Cível; 2ª Vara do Juizado Especial Criminal; 3ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões;

h) Circunscrição Judiciária de Ceilândia: 2ª e 3ª Varas Cíveis; 4ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões; 3ª, 4ª e 5ª Varas Criminais; 3ª, 4ª e 5ª Varas dos Juizados Especiais Cíveis; 2ª e 3ª Vara dos Juizados Especiais Criminais;

i) Circunscrição Judiciária de Samambaia: 2ª e 3ª Varas Cíveis; 2ª e 3ª Varas de Família, Órfãos e Sucessões; 2ª e 3ª Varas Criminais e dos Delitos de Trânsito; 2ª e 3ª Varas dos Juizados Especiais Cíveis; 2ª Vara do Juizado Especial Criminal;

j) Circunscrição Judiciária do Paranoá: 2ª Vara do Juizado Especial Cível; 2ª Vara do Juizado Especial Criminal;

k) Circunscrição Judiciária de Santa Maria: Vara Cível, de Família, Órfãos e Sucessões; Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito; 1ª e 2ª Varas dos Juizados Especiais Cíveis; 1ª e 2ª Varas dos Juizados Especiais Criminais.

De acordo com a determinação constitucional, cabe ao Ministério Público estar presente em todas essas novas Varas, o que se tomará impossível dada a insuficiência do atual número, de 138 (cento e trinta e oito) Promotores de Justiça, e de 80 (oitenta) Promotores de Justiça Adjuntos, quantitativo que inclui 19 novos Promotores de Justiça Adjuntos, empossados neste mês de abril, não restando, portanto, cargos vagos para admissão de mais promotores.

Diante desse quadro de carências, vale repetir, agravado com a entrada em vigor da Lei nº 9.699/98, que modificou a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios e criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, são de absoluta urgência a ampliação e o ajustamento da estrutura do MPDFT, sem o que poderão ser frustrados todos os esforços empreendidos para a melhoria do sistema Judicial, até mesmo com sérios riscos de sua paralisação, considerando-se que o Ministério Público é, constitucionalmente, uma Instituição essencial à prestação jurisdicional do Estado.

Dessa forma, justifica-se o presente projeto de lei, que cria, no Quadro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 113 (cento e treze) cargos de Promotores de Justiça e 63 (sessenta e três) cargos de Promotor de Justiça Adjunto, quantitativos que correspondem somente ao incremento necessário para se manter a proporcionalidade verificada em relação ao número de juizes, antes do mencionado acréscimo definido para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, por meio da Lei nº 9.699/98.

O custo mensal correspondente à criação dos cargos que menciona este Projeto de Lei é de R\$1.061.597,60 (um milhão, sessenta e um mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) em maio de 2000, cujos recursos estão assegurados no orçamento do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios a partir deste ano.

Criação de Cargos de Procurador de Justiça

CARGOS	QUANTIDADE	CUSTO(R\$)
Procurador de Justiça	7	45.239,60

* Valo res de maio de 2000

Criação de Cargos de Promotor de Justiça

CARGOS	QUANTIDADE	CUSTO(R\$)
Promotor de Justiça	113	664.440,00

* Valo res de maio de 2000

Criação de Cargos de Promotor de Justiça Adjunto

CARGOS	QUANTIDADE	CUSTO(R\$)
Promotor de Justiça Adjunto	63	351.918,00

* Valo res de maio de 2000

CUSTO MENSAL DO PROJETO	R\$1.061.597,60
-------------------------	-----------------

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33, DE 2001

Altera a Resolução nº 20, de 1993, que “Institui o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar”, para os efeitos do disposto no § 4º do art. 55 da Constituição Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 11 da Resolução nº 20, de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 11.

Parágrafo único. O processo de cassação de Senador se inicia, para os efeitos do que dispõe o § 4º do art. 55 da Constituição, com a aprovação do parecer pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar favorável ao acolhimento de representação contra o Senador pela prática de ato punido com a perda de mandato.”(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das questões surgidas no Congresso Nacional, que nos últimos tempos, mais ganhou relevo, a nosso juízo, e, por isso, carece de regulação legislativa, é o momento do início de processo de cassação de um parlamentar.

Recordemos os eventos históricos que precedem a iniciativa legislativa que ora tomamos. No início da década de noventa, quando do funcionamento da chamada CPI do Orçamento, processo em que diversos parlamentares foram acusados da prática de atos ilícitos, observou-se a renúncia de alguns desses congressistas, para evitar sua cassação e, assim, os seus efeitos jurídicos, notadamente a inelegibilidade pelo prazo de oito anos.

Esse fato levou o Congresso Nacional a alterar a Constituição, para acrescentar parágrafo ao art. 55, que trata da perda de mandato de Deputado ou Senador, determinando que “a renúncia de parlamentar sub-

metido a processo que vise ou possa levar à cassação do mandato, nos termos deste artigo, terá os seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratamos §§ 2º e 3º. Tais parágrafos referem-se às diversas hipóteses de perda de mandato.

Entretanto, fatos novos, mais recentes, e acontecidos neste Senado Federal, suscitaram um novo problema: qual seria o momento do início do processo de cassação, a partir do qual a renúncia do parlamentar tem os seus efeitos suspensos, para os efeitos do § 4º do art. 55?

A proposição que ora submetemos ao exame dos eminentes colegas visa sanar essa lacuna jurídica. Para que se tenha o processo de cassação como iniciado é necessário, a nosso juízo, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado receba e acolha representação contra um Senador, em razão da prática de ato punido com a perda de mandato, aprove o parecer nesse sentido.

A partir de tal momento, ter-se-á por iniciado o processo de cassação do Senador, e sua eventual renúncia não mais elidirá os efeitos jurídicos, dentre os quais a inelegibilidade, de que trata a legislação em vigor.

Estamos convencidos de que esta proposição contribuirá para o incessante debate sobre os instrumentos legais necessários para fazer com que prevaleçam, no Congresso Nacional e neste Senado Federal, os princípios éticos que devem servir de base à democracia, que sonhamos construir em nosso País.

Para tanto, solicitamos aos eminentes Pares o apoio imprescindível à sua aprovação e, caso entendam necessário, a propositura das alterações necessárias ao seu aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – Senador **Roberto Saturnino**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA*

*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

Art. 55. (*) Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da

Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

(*) Emenda Constitucional de Revisão nº 6, de 1994.

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993

Institui Código de Ética e Decoro Parlamentar.

O Senado Federal resolve:

Art. 11. Serão punidas com a perda do mandato:

I – a infração de qualquer das proibições Constitucionais referidas no art. 3º (Constituição Federal, art. 55);

II – a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos arts. 4º e 5º (Constituição Federal, art. 55);

III – a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do art. 55 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto lido será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, conforme prevê o art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91,

§ 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, de autoria do Senador Edison Lobão, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER, e dá outras providências.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o projeto vai à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

PARECERES

PARECER Nº 794, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 247, de 2000, do Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contra garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TGB e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil.

Relator: Senador **Wellington Roberto**

I – Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 247, de 2000 (Mensagem nº 1.815, de 4 de dezembro de 2000, na origem), o Presidente da República solicita: **a)** autorização para que a União possa conceder garantia em operação de crédito externo a ser realizada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TGB e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de principal, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Bras

il; **b)** elevação temporária dos limites de endividamento da empresa, previstos no art. 7º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, para que ela possa contratar a referida operação de crédito.

Integram a Mensagem, cujo processado contém 236 folhas, os seguintes documentos:

a) Exposição de Motivos nº 805/MF, de 1º de dezembro de 2000, do Ministro de Estado da Fazenda, às folhas 2 a 4;

b) Aviso nº 2.171, de 4 de dezembro de 2000, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, dirigido à Primeira Secretaria do Senado Federal, encaminhando a Mensagem nº 247, de 2000, à folha 5;

c) Parecer PGFN/COF Nº 2.437/2000, de 27 de novembro de 2000, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, que examina os aspectos legais da operação de crédito, às folhas 6 a 12;

d) Parecer STN/COREF Nº 396, de 8 de novembro de 2000, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que examina a operação de crédito em termos de seu mérito, dos limites de endividamento da União e da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TGB, da capacidade de pagamento da empresa e das contragarantias a serem, por ela, oferecidas à União, às folhas 13 a 20;

e) Parecer STN/COREF/DIREF Nº 230, de 7 de maio de 1998, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que examina a operação de crédito em termos de seu mérito, dos limites de endividamento e capacidade de pagamento da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TGB, assim como das contragarantias a serem oferecidas pela empresa à União, e anexa o Parecer CONJUR/MME Nº 47/96, de 25 de julho de 1996, da Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia, aprovado pelo Ministro de Estado de Minas e Energia em 30 de julho de 1996, e o Parecer de Veirano & Advogados Associados, Sociedade Civil, referente à minuta de Contrato de Projeto a ser celebrado entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TGB e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, às folhas 21 a 36;

f) texto da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que “Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências”, às folhas 37 a 50;

g) texto relacionado com o Projeto do Gasoduto Bolívia–Brasil, sob o título *Portaria nº 497, de 27-8-90*, contendo: 1. análise de custos e benefícios sociais do projeto a ser financiado mediante a operação de crédito a ser realizada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia–Brasil S.A. – TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; 2. análise financeira da operação; 3. análise das fontes alternativas de financiamento do projeto; 4. estado de endividamento e capacidade de pagamento do tomador de recursos, às folhas 51 a 71;

h) texto do Documento nº 539, de 26 de outubro de 2000, do Coordenador-Geral de Orçamento do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à Coordenadora-Geral Substituta da Coref da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, encaminhando informações relativas à operação de crédito, às folhas 72 a 99;

i) texto do documento *Resultado do Tesouro Nacional*, relativo a outubro de 2000, de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, às folhas 100 a 117;

j) texto do documento *Limites de Endividamento da União*, de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, às folhas 118 a 132;

l) texto do documento *Indemnity Agreement*, correspondente a minuta de contrato de garantia a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, versões em inglês e português, às folhas 133 a 163;

m) texto do documento *Project Agreement*, correspondente a minuta de contrato a ser celebrado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia–Brasil S.A., versões em inglês e português, às folhas 164 a 203;

n) Requerimento de Informações nº 370/2001, de 25 de junho de 2001, de minha autoria, requerendo sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia informações relativas a: participação da Petrobras na obra de construção do Gasoduto Bolívia–Brasil; municípios a serem beneficiados com a distribuição de gás e derivados do petróleo; etapas da obra concluídas e em fase de conclusão; e risco de ocorrência de acidentes que possam agredir o meio ambiente, à folha 204;

o) Mensagem nº 156, de 2001, (Mensagem nº 627, de 22 de junho de 2001, na origem), do Presidente da República, encaminhando novos pareceres da Se-

taria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que fornecem informações adicionais à operação de crédito a que se refere a Mensagem nº 247, de 2000, acompanhado do texto da Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Fazenda, às folhas 205 a 207;

p) Parecer PGFN/COF/Nº 1123/2001, de 19 de junho de 2001, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, que examina considerações do Parecer STN/COREF nº 125, de 29 de março de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, com referência a elevação do percentual de custo financeiro efetivo total da operação de crédito de que trata a Mensagem nº 247, de 2000, às folhas 208 a 216;

q) Parecer STN/COREF nº 125, de 29 de março de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que se refere a elevação do percentual de custo financeiro efetivo total da operação de crédito de que trata a Mensagem nº 247, de 2000, e anexa cópias dos Pareceres STN/COREF Nº 396, de 8 de novembro de 2000, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e PGFN/COF/Nº 2437/2000, de 27 de novembro de 2000, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, supra mencionados, às folhas 217 a 234;

r) Aviso nº 687 – C. Civil, de 22 de junho de 2001, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, dirigido à Primeira Secretaria do Senado Federal, encaminhando a Mensagem nº 156, de 2001, à folha 235;

s) texto do Requerimento nº 369, de 25 de junho de 2001, do Senador Tião Viana, requerendo que a Mensagem nº 247, de 2000, seja, também, submetida à apreciação da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, à folha 236.

A operação de crédito externo tem as seguintes características:

a) *mutuário*: Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia–Brasil S.A. – TBG;

b) *garantidor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

c) *contragarantidor*: República Federativa do Brasil;

d) *forma de colocação*: privada tradicional nos Estados Unidos da América;

e) *valor*: equivalente a até US\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de principal;

f) *finalidade*: financiar, parcialmente, o Projeto do Gasoduto Bolívia–Brasil;

g) *prazo*: 18 (dezoito) anos;

h) cupom: quantitativo de pontos base acima das **US Treasury Notes**, de 30 (trinta) anos, a ser fixado quando da emissão e colocação dos títulos da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG no mercado;

i) amortização: em três prestações anuais iguais, a partir do final do 16º (décimo sexto) ano;

j) preço de emissão: a ser estabelecido na data do lançamento, considerando o cupom mencionado;

l) comissão de colocação: 0,42% (quarenta e dois centésimos por cento) **flat** sobre o valor de face da emissão;

m) despesas gerais: limitadas a US\$125,000.00 (cento e vinte e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América).

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 393, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, a iniciativa de projeto de resolução que implique o exercício da competência privativa do Senado Federal de autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União.

O Parecer PGFN/COF/nº 2437/2000, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, que examina os aspectos legais da operação de crédito, esclarece que “... as formalidades prévias à contratação, prescritas na Constituição Federal, na Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 5 de junho de 1992, todas do Senado Federal, no Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, na Portaria MEFP nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, foram obedecidas...”

O Parecer STN/COREF Nº 396, de 2000, da Secretaria do

Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, informa que:

a) o projeto de construção do Gasoduto Bolívia-Brasil objetiva o desenvolvimento de um mercado doméstico para o gás natural, diversificando a matriz energética, além de atender a uma crescente demanda de energia na região centro-sul do País;

b) os recursos a serem captados mediante a pleiteada emissão de títulos destinam-se ao financiamento de débitos diversos associados à construção do gasoduto;

c) os elementos financeiros e patrimoniais que servirão de parâmetros para o estabelecimento dos limites de endividamento da TBG somente serão consolidados no decurso da construção e da operação do gasoduto, o que afeta, negativamente, as margens disponíveis para contratação de operações de crédito, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal; há, assim, a necessidade de que o Senado Federal autorize, em caráter excepcional, a elevação temporária dos limites de endividamento da empresa, a que se referem os arts 70 e 90 da referida Resolução;

d) o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD é garantidor da operação de crédito, estendendo a garantia sobre todo o valor do principal e mais duas parcelas de juros em base **roll on**, ou se enquanto a garantia sobre as parcelas de juros não for executada, o Bird estende sua cobertura para as duas parcelas de juros subsequentes; as demais parcelas de juros não contam com qualquer garantia de pagamento;

e) face à garantia concedida pelo Bird, a posição da TBG no conceito de classificação de risco das agências internacionais tende a melhorar significativamente, o que possibilita a captação de recursos no mercado em condições mais vantajosas, com custos reduzidos;

f) a União deve conceder contragarantia ao Bird no exato alcance das garantias por ele concedidas à TBG;

g) há margem, nos limites de endividamento da União, previstos nos arts. 2º, 3º e 4º, da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, para a concessão da referida contragarantia;

h) a TBG confere as seguintes contragarantias à União:

h1) contragarantia principal: as receitas próprias da TBG, mediante mecanismo de débito automático em conta;

h2) contragarantia subsidiária: garantia solidária da Petrobras, mediante cláusula contratual, comprometendo-se a transferir ao Tesouro Nacional, sob demanda e a qualquer momento, os recursos referentes à TCO (Transport Capacity Option), durante a fase de execução, ou os recursos referentes aos contratos de transporte de gás firmados junto à TBG.

Os autos do presente processo encontram-se instruídos com a documentação exigida pelo § 3º do art. 4º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

Em face, porém, da junção da Mensagem nº 156, de 2001, ao texto original da Mensagem nº 247, de 2000, incorporam-se ao presente processado os Pareceres PGFN/COF nº 1.123/2001, de 19 de junho de 2001, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e STN/COREF nº 125, de 29 de março de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que se referem a eventual aumento do percentual do custo financeiro efetivo total da operação de crédito, em consequência da elevação da taxa de risco (**spread**) demandada pelos investidores para a aquisição dos títulos a serem emitidos, ocorrida em função do decurso de tempo após terem sido especificadas as características da operação de crédito, previstas nos Pareceres PGFN/COF nº 2.437/2000, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e STN/COREF nº 396, de 2000, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que acompanham a Mensagem nº 247, de 2000.

O Parecer STN/COREF nº 125, de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, reporta-se a esclarecimentos prestados pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, segundo os quais, devido ao tempo transcorrido para aprovação da operação de crédito em exame, é necessário o encaminhamento, ao Senado Federal, de mensagem complementar à Mensagem nº 247, de 2000, informando a respeito da possibilidade de uma eventual elevação na taxa de risco (**spread**) demandada pelos investidores para a aquisição dos títulos a serem emitidos. O Credit Suisse First Boston, agente de colocação dos títulos, informa que o **spread** requerido poderia subir até 525 (quinhentos e vinte e cinco) pontos básicos sobre a taxa dos títulos de trinta anos do Tesouro dos Estados Unidos da América. Tendo em vista ser de 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento) a taxa destes títulos, estima-se que o custo efetivo da presente operação de crédito subiria dos 10,33% (dez inteiros e trinta e três centésimos por cento) a que se refere o Parecer STN/COREF nº 396, de 2000, para 11,41% (onze inteiros e quarenta e um centésimos por cento).

A Secretaria do Tesouro Nacional esclarece, também, que o novo custo da operação de crédito ainda é vantajoso para a empresa, quando comparado com a rentabilidade de títulos emitidos pela República Federativa do Brasil para resgate em prazo similar. Segundo a secretaria, tal rentabilidade teria flutuado entre 13,8% a.a. (treze inteiros e oito décimos por cento ao ano) e 14,25% a.a. (quatorze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento ao ano), em

junho, para títulos com vencimento em 2020. Para títulos com vencimento em 2014, teria ocorrido flutuação entre 13,1% a.a. (treze inteiros e um décimo por cento ao ano) e 13,3% a.a. (treze inteiros e três décimos por cento ao ano).

Com base nestas informações, a Secretaria do Tesouro Nacional declara nada ter a opor à concessão da garantia da União à operação de crédito, bem como à expectativa de contratação com cupom até 525 (quinhentos e vinte e cinco) pontos básicos acima da taxa dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América, desde que concedida pelo Senado Federal, em caráter excepcional, a elevação temporária dos limites de endividamento da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, a que se referem os arts. 7º e 9º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

O Parecer PGFN/COF nº 1.123/2001, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, examina as considerações supramencionadas da Secretaria do Tesouro Nacional e propõe a expedição de nova exposição de motivos do Ministro de Estado da Fazenda ao Presidente da República, complementando as informações anteriormente prestadas.

Após ter examinado o conteúdo dos pareceres constantes da Mensagem nº 156, de 2001, do Presidente da República, complementar a sua Mensagem nº 247, de 2000, entendo que a eventual mudança nas condições de mercado para a colocação dos títulos da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, não deve ser encarada como algo surpreendente ou preocupante. É sobejamente conhecida a flutuação do humor dos investidores internacionais em títulos oriundos das chamadas nações emergentes, para que tal ocorrência deva afetar a decisão a ser tomada por esta Casa Legislativa, de aprovar a operação de crédito em pauta, cujo resultado se apresenta como altamente benéfico para o País, em especial nas condições atualmente determinadas pela crise energética.

Considero, por este motivo, que se deva dar tratamento prioritário à aprovação da matéria em pauta, ainda que, até a conclusão dos trâmites processuais, as condições do mercado de colocação dos títulos venham a tornar-se ainda menos atraentes do que as descritas na Mensagem nº 156, de 2001. A fim de que novas mudanças nas condições de funcionamento do mercado em que serão lançados os títulos da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, não venham a retardar ainda mais a realização da operação de crédito em pauta, ajustei, a essa possibilidade, a redação da característica prevista na alí-

nea h do art. 3º do Projeto de Resolução que integra o presente parecer, na formaseguinte:

“Art. 3º

h) cupom: quantitativo de pontos-base acima das US Treasury Notes, de 30 (trinta) anos, a ser fixado quando da emissão e colocação dos títulos da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, no mercado;

.....”

III – Voto

Tendo em vista o exposto, manifesto-me favoravelmente a que se autorize, em caráter excepcional, a elevação temporária dos limites de endividamento previstos no art. 7º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a fim de que a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, possa realizar a operação de crédito externo em questão, autorizando-se, também, a República Federativa do Brasil a prestar contragarantia à garantia a ser concedida àquela empresa pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2001

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia em operação de crédito externo a ser realizada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de principal, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a República Federativa do Brasil, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 96, de 15 de dezembro de 1989, restabelecida pela Resolução do Senado Federal nº 17, de 5 de junho de 1992, a conceder garantia em operação de crédito externo a ser realizada entre a Transportadora Brasileira

Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de principal, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil.

Art. 2º É concedida a elevação temporária dos limites de endividamento da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, previstos no art. 7º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a fim de que a referida empresa possa contratar a operação de crédito de que trata o art. 1º desta Resolução.

Art. 3º A operação de crédito a que se refere o art. 1º desta Resolução tem as seguintes características:

a) mutuário: Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG;

b) garantidor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

c) contragarantidor: República Federativa do Brasil;

d) forma de colocação: privada tradicional nos Estados Unidos da América;

e) valor: equivalente a até US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de principal;

f) finalidade: financiar, parcialmente, o Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil;

g) prazo: 18 (dezoito) anos;

h) cupom: quantitativo de pontos base acima das US Treasury Notes, de 30 (trinta) anos, a ser fixado quando da emissão e colocação dos títulos da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG no mercado;

i) amortização: em três prestações anuais iguais, a partir do final do 16º (décimo sexto) ano;

j) preço de emissão: a ser estabelecido na data do lançamento, considerando o cupom mencionado;

l) comissão de colocação: 0,42% (quarenta e dois centésimos por cento) **flat** sobre o valor de face da emissão;

m) despesas gerais: limitadas a US\$125,000.00 (cento e vinte e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América).

§ 1º A garantia a ser concedida pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD à Transportadora Brasileira Gasoduto Bolí-

via-Brasil S.A. – TBG aplica-se a todo o valor do principal e mais duas parcelas de juros em base **roll on** (enquanto a garantia sobre as parcelas de juros não for executada, o BIRD estende sua cobertura às duas parcelas de juros subsequentes); as demais parcelas de juros não contam com qualquer garantia de pagamento.

§ 2º A contragarantia a ser concedida pela República Federativa do Brasil ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD tem alcance idêntico ao da garantia concedida pelo Banco à Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG.

§ 3º A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG concederá as seguintes contragarantias à República Federativa do Brasil:

i) contragarantia principal: receitas próprias da TBG, mediante mecanismo de débito automático em conta;

ii) contragarantia subsidiária: garantia solidária da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, mediante cláusula contratual, comprometendo-se esta empresa a transferir ao Tesouro Nacional, sob demanda e a qualquer momento, os recursos referentes à TCO (Transport Capacity Option), durante a fase de execução, ou os recursos referentes aos contratos de transporte de gás firmados junto à TBG.

Art. 4º A contratação da operação de crédito externo a que se refere o art. 1º desta Resolução deverá efetivar – se no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Wellington Roberto**, Relator – **Roberto Saturnino** – **José Alencar** – **José Agripino** – **Bello Parga** – **José Eduardo Dutra** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Souto** – **Eduardo Suplicy** – **Paulo Hartung** – **Geraldo Melo** – **José Coelho** – **Carlos Bezerra** – **José Fogaça**.

REQUERIMENTO Nº

Nos termos dos art. 336, II, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº, de 2001, advindo da aprovação da Mensagem (SF) nº 247, de 2000, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, en-

tre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil”.

Sala das Comissões, – **Lúcio Alcântara** – **José Agripino** – **José Fogaça** – **Jonas Pinheiro** – **Geraldo Melo** – **José Alencar** – **Eduardo Suplicy** – **Bello Parga** – **Paulo Souto** – **José Coelho** – **Freitas Neto** – **Wellington Roberto** – **Carlos Bezerra** – **Roberto Saturnino**.

PARECER Nº 795, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 29, de 2001, do Presidente do Banco Central do Brasil, que Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – MG, para que possa contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais), com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do município.

Relator: Senador **Paulo Hartung**

I – Relatório

O Presidente do Banco Central do Brasil, em conformidade com o que determina a Resolução nº 78, de 1998, encaminha, ao Senado Federal, pedido da Prefeitura do Município de Juiz de Fora – MG de autorização para contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais).

Os recursos a serem contratados têm a finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município.

A operação de crédito pretendida deverá ser realizada com as seguintes características:

- a) valor da operação:** R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil e noventa e seis reais);
- b) taxa de juros:** 2,5% a.a. + TJLP;
- c) finalidade:** exclusivamente para financiar programa de investimento em modernização tributária do Município;
- d) prazo:** 72 (setenta e dois) meses, após 24 (vinte e quatro) meses de carência;
- e) garantias:** quotas-partes do FPM;
- f) vencimento:** 30 de junho de 2009;
- g) liberação:** anos de 2001, 2002 e 2003.

II – Voto do Relator

Operações de crédito dessa natureza estão sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas na Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal que, além da observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, vinculada ao cumprimento de limites de endividamento, exige que o município observe os demais requisitos mínimos, e os não essenciais, definidos nos termos dos arts. 27 e 28, respectivamente, da referida resolução.

De acordo com o Parecer DEDIP – 2001/002, de 7-5-2001, do Banco Central do Brasil, o Município de Juiz de Fora cumpre todos os requisitos mínimos aplicáveis à operação de crédito pretendida. Não observa, entretanto, plenamente, o cumprimento dos requisitos não essenciais definidos no inciso VIII do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais apresenta documento relativamente ao último exercício analisado – 1999, informando o não cumprimento do gasto mínimo com educação, definido no art. 212 da Constituição Federal.

O referido tribunal declara-se ainda impossibilitado de comprovar os limites constitucionalmente impostos para gastos com a remuneração dos membros do Poder Legislativo.

Há que se observar contudo que o Município de Juiz de Fora alega a ocorrência de problemas técnicos na importação de dados em sistemas informatizados da própria prefeitura, o que levou a exclusão de contas relativas a gastos em programas de ensino, que elevariam aquelas despesas para 29,89%, acima, portanto, do limite determinado pela Constituição Federal.

Mais ainda, em conformidade ao que determina o próprio inciso VIII do art. 13 referido, o Município de

Juiz de Fora anexou ao pedido quadros demonstrativos da execução orçamentária de 2000 e declarações do Chefe do Poder Executivo que firmam que o município cumpriu o disposto nos arts. 212 e 29, incisos VI e VII da Constituição Federal que, respectivamente, tratam dos limites impostos para gastos em educação e em remuneração dos membros do Poder Legislativo local.

Relativamente aos limites de endividamento do Município de Juiz de Fora, exigidos nos termos dos arts. 5º, 6º, incisos I, II e III, e 7º da Resolução nº 78, de 1998, salienta o referido parecer do Banco Central do Brasil que eles são plenamente observados.

Como enfatizado no parecer do Banco Central do Brasil, o Município de Juiz de Fora tem situação favorável relativamente a todos os indicadores que informam a sua capacidade de endividamento, sendo, portanto, passível a contratação desse novo montante de dívida, sem implicações desequilibradoras nas finanças municipais.

O Banco Central do Brasil conclui seu parecer com manifestação favorável à realização da operação de crédito pretendida pelo Município de Juiz de Fora. Os demais requisitos, mínimos e os não essenciais, são observados pelo Município de Juiz de Fora, sendo de destacar, entre outros:

1) a autorização legislativa para a realização do financiamento;

2) a certidão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que atesta que são observadas as vedações impostas pelos incisos I e II do art. 3º da Resolução nº 78, de 1998;

3) a certidão da Secretaria do Tesouro Nacional quanto à observância do disposto no inciso III do art. 3º da Resolução nº 78, de 1998.

É, ainda, apresentado pelo município parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos que demonstram a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação de crédito e enfatizam o atendimento das demais condições estabelecidas pelo art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Ressalte-se que esse dispositivo legal estabelece toda uma série de condições a serem observadas previamente à contratação de operações de crédito por parte de estados e de municípios.

Quanto às determinações contidas na referida Lei de Responsabilidade Fiscal, foi recentemente intentada a adequação da Resolução nº 78, de 1998. Resultou dessa primeira adequação a promulgação da Resolução nº 62, de 2000, do Senado Federal, que exige que os estados e os municípios comprovem,

por certidão expedida pelos respectivos tribunais de contas, o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Como vem ocorrendo com frequência, o Tribunal de Contas de Minas Gerais também se diz impossibilitado de emitir a referida certidão.

De fato, visando atender essa exigência, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm requerido, aos Tribunais de Contas, certidões que comprovem o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não têm obtido sucesso nesse procedimento, sendo, em decorrência, impedidas, ou restringidas, suas possibilidades de acesso à linhas de crédito, ainda que disponíveis e estratégicas.

Acreditamos que a natureza genérica da determinação contida na referida resolução é o fator que tem ensejado o atual impasse.

Necessário e oportuno, portanto, que se proceda sua alteração, com vistas a incorporar os procedimentos de controle e de fiscalização de contas públicas definidos e estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Esses procedimentos, em verdade, enformam novos mecanismos de transparência, controle e fiscalização que adquirem conteúdo na verificação do cumprimento de exigências e condições, por intermédio dos relatórios bimestrais de execução orçamentária, de gestão fiscal, de âmbito quadrimestral, e da prestação de contas anual, sujeitas ao denominado Parecer Prévio. São esses elementos que devem ser considerados para a alteração que se faz necessária na Resolução nº 78, de 1998.

Logicamente, ao Senado Federal interessa, enquanto restrito ao exercício de competência privativa conferida pela Constituição Federal, os aspectos desses elementos que se relacionam, direta ou indiretamente, com as operações de crédito – com o processo de endividamento público.

Portanto, nesse contexto de nova sistemática e de novos condicionantes de controle, de fiscalização e de transparência das contas públicas, ênfase particular é atribuída às operações de crédito que, acreditamos, deva a resolução do Senado Federal incorporar. E, assim procedendo, deve compatibilizar as análises relativas aos pleitos de empréstimos e de financiamentos de interesse dos estados e dos municípios com as exigências e condições estipuladas pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

Enfatize-se que a norma expressa na Resolução nº 62, de 2000, do Senado Federal, é de natureza bastante genérica. Tem-se mostrado, em consequência, como enfatizado, inexecutável a comprovação de

cumprimento do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, como alegam pertinentemente os Tribunais de Contas, em razão de disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Constituições estaduais, não podem fornecer as certidões de que trata a Resolução nº 62, de 2000, do Senado Federal, porque o Parecer Prévio relativo ao exercício anterior, ano de 2000, por exemplo, é emitido no prazo de até 180 dias da data do recebimento das contas anuais. O recebimento dessas contas, por sua vez, se dá no período que vai de 15 de maio até 15 de junho de 2001. Após o recebimento, as contas do exercício de 2000 serão apreciadas, relatadas e colocadas em pauta para julgamento, cujo Parecer Prévio sai até 15 de dezembro de 2001.

Note-se, assim, que, com base nessa sistemática e nesse procedimento, os Tribunais de Contas manifestam-se, no ano de 2001, sobre as contas do exercício de 1999. Ademais, entendem que toda e qualquer manifestação externa sobre a documentação apresentada para exame só é possível no âmbito do Parecer Prévio.

Nesse sentido, a solução a ser dada, sem ferir o objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal e sem configurar um incentivo à contratação irresponsável de operações de crédito, tem, necessariamente, de incorporar uma pertinente qualificação e especificação das certidões a serem emitidas pelos tribunais de contas. Sem essa especificação, acreditamos, fica a determinação contida na Resolução nº 62, de 2000, inexecutável.

Em conclusão, manifestamo-nos favoravelmente à concessão da autorização para contratação da operação de crédito. Soamos, face ao exposto, pela autorização pleiteada pelo Município de Juiz de Fora, nos termos do seguinte Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2001

Autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais), com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do município.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Juiz de Fora – MG autorizado a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais).

Parágrafo único. Os recursos a serem contratados têm a finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes condições financeiras:

a) *valor da operação*: R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais);

b) *taxa de juros*: 2,5% a.a. + TJLP;

c) *finalidade*: exclusivamente para financiar programa de investimento em modernização tributária do Município;

d) *prazo*: 72 (setenta e dois) meses, após 24 (vinte e quatro) meses de carência;

e) *garantias*: quotas-partes do FPM;

f) *vencimento*: 30 de junho de 2009;

g) *liberação*: anos de 2001, 2002 e 2003.

Art. 3º A presente autorização deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2001, – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Paulo Hartung**, Relator – **Geraldo Melo** – **Jefferson Peres** – **José Alencar** – **Jonas Pinheiro** – **Eduardo Suplicy** – **Bello Parga** – **José Eduardo Dutra** – **Paulo Souto** – **Roberto Saturnino** – **Wellington Roberto** – **Freitas Neto** – **Carlos Bezerra** – **José Agripino** – **José Fogaça**.

REQUERIMENTO Nº

Nos termos dos arts. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº , de 2001, advindo da aprovação do OFS nº 29/2001 que, “encaminha ao Senado Federal, manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do Município de Juiz de Fora – MG para contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à

Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais), com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município.”

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Paulo Hartung**, Relator – **José Alencar** – **José Eduardo Dutra** – **Bello Parga** – **Jonas Pinheiro** – **José Coelho** – **Paulo Souto** – **Freitas Neto** – **Roberto Saturnino** – **Eduardo Suplicy** – **José Agripino** – **Wellington Roberto** – **José Fogaça** – **Carlos Bezerra**.

PARECER Nº 796, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício S nº 32, de 2001 (nº 1.975-2/2001, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha pleito do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$13.663.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18-1-2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE.

Relator: Senador Romero Jucá

I – Relatório

O Presidente do Banco Central do Brasil, mediante Ofício “S” nº 32, de 2001, encaminha pleito do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$13.663.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18-1-2001.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento da execução de projetos de saneamento básico no Estado do Ceará, no âmbito

do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE.

Desta forma, a operação de crédito pretendida será realizada nas seguintes condições:

credor: Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do BID;

valor: US\$7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$ 13.663.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18-1-2001;

liberação: exercícios de 2001 e 2002;

garantia: cotas do FPE e garantia solidária e integral do Tesouro Nacional;

taxa de juros: estimada em 11% a.a., o que equivale a 0,8735% a.m., cobrados sobre saldos devedores diários do financiamento, calculados pelo método hamburguês, tomando-se por base o número exato de dias do mês correspondente e exigidos no dia 10 (dez) de cada mês;

outros encargos:

– *comissão de crédito:* a título de resarcimento, ao NB, da comissão de crédito paga ao BID;

– *recursos para inspeção e supervisão:* até 1% do valor do financiamento;

– *comissão de repasse:* em consonância com o contrato de empréstimo nº 841/OC-BR, celebrado entre o BNB e o BID;

– *comissão de carteira de câmbio:* 0,5% sobre o valor das cartas de crédito emitidas ou cobranças pagas;

Índice de atualização: dólar dos Estados Unidos da América;

prazos: amortização do principal em 210 (duzentas e dez) parcelas mensais, tendo início no mês seguinte ao último desembolso (carência até a liberação do última parcela, com pagamento mensal de juros na carência);

vencimento: 31-12-2019

II – Voto do Relator

Essa modalidade de operação de crédito está sujeita à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pela Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que disciplina as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Nesse sentido, cabem os seguintes esclarecimentos sobre o pleito em exame:

a) o Parecer do Banco Central do Brasil – DEDIP-2001/006, de 11-6-2001, favorável à operação de crédito pretendida pelo Estado do Ceará, ressalta que o empréstimo encontra-se explicitamente inserido no Programa de Ajuste Fiscal integrante do Contrato de Refinanciamento de Dívidas, aprovado pelo Senado Federal, nos termos das Resoluções nºs 129, de 1997, e 91, de 1998. Conclui, em consequência, que a operação de crédito pretendida não se aplica os limites de endividamento constantes nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

b) esse entendimento do Banco Central do Brasil foi acolhido e adotado pelo Senado Federal em casos análogos, especificamente na autorização de empréstimos para o Estado de São Paulo e para o Estado da Bahia, conforme Resoluções nºs 59, 60 e 73, de 1999, respectivamente.

Como ressaltado no referido parecer do Banco Central do Brasil, o “... Programa de Ajuste Fiscal incorpora explícita e nomeadamente uma série de financiamentos já programados para projetos específicos, ou seja, a condução do ajuste fiscal do estado foi moldada de forma a acomodar tais investimentos, financiados a partir das fontes indicadas”.

Por outro lado, a presente operação encontra amparo legal na Lei Estadual nº 12.418, de 6-4-95, e o Governo do Estado do Ceará informa que os recursos serão destinados à complementação de execução dos projetos de saneamento básico das localidades de Caucaia, Cumbuco, Icaraí, Tabuba, Iparana e Pacheco, que já estavam contemplados nas ações da 1ª Etapa do PRODETUR/NE.

c) ademais, a Secretaria do Tesouro Nacional, mediante ofício STN/COREM nº 1.140, de 2001, atesta que a operação de crédito pretendida insere-se no Programa de Ajuste Fiscal do estado e que ele vem cumprindo satisfatoriamente as metas e os compromissos assumidos. A STN certifica, também, que a presente operação não viola o Acordo de Refinanciamento firmado junto ao Tesouro Nacional e que o Estado do Ceará encontra-se adimplente junto à União, no que concerne a financiamentos, refinanciamentos e garantias concedidas (fls. 12, 18 e 31 do processo).

d) O Tribunal de Contas do Estado do Ceará certifica que o estado cumpriu, em 2000, as exigências constitucionais quanto aos gastos com a remuneração dos deputados estaduais, com o ensino fundamental, bem como as exigências contidas no art. 3º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Fe-

deral. Quanto aos limites e condições estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, considerados essenciais, o Tribunal concluiu que o Estado do Ceará também cumpriu, no exercício de 2000, as normas da Lei Complementar nº 101, de 2000.

As demais condições e exigências estipuladas pela Resolução nº 78, de 1998, são atendidas pelo Estado do Ceará, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham o ofício em questão, especialmente as Certidões Negativas junto ao FGTS e Tributos Federais, bem como a Certidão Positiva com efeitos de Negativa junto ao INSS, conforme determina o art. 13 da citada Resolução nº 78/98, do Senado Federal.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Ceará encontra-se de acordo com o que preceitua a Constituição Federal e a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36, DE 2001

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$13.663.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18-1-2001.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$13.663.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18-1-2001.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida neste artigo destinam-se ao financiamento da execução de projetos de saneamento básico no Estado do Ceará, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

credor: Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do BID;

valor: US\$7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$13.663.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18-1-2001;

liberação: exercícios de 2001 e 2002;

garantia: cotas do FPE e garantia solidária e integral do Tesouro Nacional;

taxa de juros: estimada em 11% a.a., o que equivale a 0,8735% a.m., cobrados sobre saldos devedores diários do financiamento, calculados pelo método hamburguês, tomando-se por base o número exato de dias do mês correspondente e exigidos no dia 10 (dez) de cada mês;

outros encargos:

– *comissão de crédito:* a título de ressarcimento, ao BNB, da comissão de crédito paga ao BID;

– *recursos para inspeção e supervisão:* até 1% do valor do financiamento;

– *comissão de repasse:* em consonância com o contrato de empréstimo nº 841/OC-BR, celebrado entre o BNB e o BID;

– *comissão de carteira de câmbio:* 0,5% sobre o valor das cartas de crédito emitidas ou cobranças pagas;

índice de atualização: dólar dos Estados Unidos da América;

prazos: amortização do principal em 210 (duzentas e dez) parcelas mensais, tendo início no mês seguinte ao último desembolso (carência até a liberação do última parcela, com pagamento mensal de juros na carência);

vencimento: 31-12-2019

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator **Ad Hoc** – **José Coelho** – **José Eduardo Dutra** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Souto** – **Bello Parga** – **Paulo Hartung** – **Eduardo Suplicy** – **José Alencar** – **Freitas Neto** – **Roberto Saturnino** – **José Agripino** – **José Fogaça** – **Carlos Bezerra**.

PARECER Nº 797, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício S nº 34, de 2001 (nº 2.007, de 7-8-2001, na origem) que encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação do Estado de Pernambuco para contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$5,123,213.28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América e vinte e oito centavos), equivalentes a R\$12.090.783,34 (doze milhões, noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos) à taxa de câmbio de 31 de maio de 2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE.

Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

I – Relatório

O Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, nos termos do disposto na Resolução nº 78, de 1-7-98, do Senado Federal, encaminhou ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação do Estado de Pernambuco para contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$5,123,213.28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América e vinte e oito centavos), equivalentes a R\$12.090.783,34 (doze milhões, noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos) à taxa de câmbio de 31 de maio de 2001.

A operação de crédito em questão apresenta as seguintes características:

a) valor pretendido: US\$5,123,213.28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América e vinte e oito centavos), equivalentes a R\$12.090.783,34 (doze milhões, noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos) à taxa de câmbio de 31 de maio de 2001;

b) taxa de juros: estimada em 11% a.a., o que equivale a 0,8735% a.m., cobrados sobre saldos de-

vedores diários do financiamento, calculados pelo método hamburguês, tomando-se por base o número exato de dias do mês correspondente e exigidos no dia 10 (dez) de cada mês;

c) outros encargos: Comissão de Crédito – a título de ressarcimento, ao BNB, da comissão de crédito paga ao BID; Recursos para Inspeção e Supervisão – até 1% do valor do financiamento; Comissão de Repasse – em consonância com o contrato de empréstimo nº 841/OC-BR, celebrado entre o BNC e o BID; e Comissão de Carteira de Câmbio – 0,5% sobre o valor das cartas de crédito emitidas ou cobranças pagas;

d) índice de atualização: dólar dos Estados Unidos da América;

e) garantia: República Federativa do Brasil e cotas do FPE;

f) prazos: amortização do principal em 201 (duzentas e uma) parcelas mensais, tendo início no mês seguinte ao último desembolso (carência até a liberação da última parcela, com pagamento mensal de juros na carência);

g) vencimento: novembro de 2019;

h) finalidade: execução de projetos de infraestrutura em abastecimento d'água e esgotamento sanitário no município de Sirinhaém (PE), no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE;

i) liberação: exercícios de 2001 a 2003.

É o Relatório.

II – Análise

Essa modalidade de operação de crédito está sujeita à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pela Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que disciplina as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, às quais cabem os seguintes esclarecimentos:

a) o Parecer do Banco Central do Brasil-DEDIP-2001/007, de 18-6-2001, ressalta que a operação de crédito pretendida pelo Estado de Pernambuco acha-se explicitamente inserida no Programa de Ajuste Fiscal, que é parte integrante do contrato de refinanciamento de dívidas do Estado de Pernambuco, autorizado pela Resolução nº 66, de 1-7-1998, do Senado Federal. Conclui, em consequência, que a operação de crédito pretendida não se aplicam os limites de endividamento constantes nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

b) a despeito desse entendimento do Banco Central do Brasil, e da adoção de interpretação equivalente pelo Senado Federal em ocasiões e situações semelhantes (empréstimos para o Estado de São Paulo e para o Estado da Bahia – Resoluções nºs 59, 60 e 73, de 1999, respectivamente), o Ofício STN/COREN nº 1.598, de 12-4-2001, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, mencionado no parecer do Banco Central, informa que o Estado de Pernambuco cumpre satisfatoriamente as metas e acordos firmados sob a égide do citado Programa de Ajuste Fiscal.

c) a própria Secretaria do Tesouro Nacional emitiu Certidão de que a operação de crédito a ser contratada não representa violação a acordo de refinanciamento firmado com o Tesouro Nacional, bem como de que o contribuinte encontra-se adimplente junto à União no que concerne a financiamentos, refinanciamentos e garantias concedidas.

Mais ainda, como ressaltado no referido parecer do Banco Central do Brasil, “aquele mesmo Programa de Ajuste Fiscal incorpora explícita e nomeadamente uma série de financiamentos já programados para projetos específicos, ou seja, a condução do ajuste fiscal do estado foi moldada de forma a acomodar tais investimentos, financiados a partir das fontes indicadas”.

A Certidão do Tribunal de Contas do Estado, a que se refere o inciso VIII do art. 13 da mencionada Resolução nº 78, de 1998, e trata do cumprimento pelo ente público dos limites máximos de gastos com pessoal, dos limites mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino e dos limites máximos dos gastos com remuneração dos membros do Poder Legislativo, apresenta alguns senões e ressalvas: I) refere-se ao exercício de 1999 em vez de ao exercício de 2000, tornando-se necessária, por isso, a apresentação do demonstrativo da execução orçamentária do exercício anterior ao pleito, ou seja, de 2000; II) ressalta que a informação relativa à remuneração dos membros do Poder Legislativo baseia-se em declaração prestada pelo próprio Legislativo, e não em verificação do Tribunal. Entretanto, o demonstrativo da execução orçamentária do exercício de 2000, do Governo do Estado, atesta o cumprimento de todo o inciso VIII do art. 13. O Banco Central entende que, embora esta exigência não esteja estritamente atendida, isto não deve constituir óbice à aprovação do pleito por se tratar de requisito não-essencial.

A Certidão do Tribunal de Contas do Estado atestando o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, conforme de terminação in-

ciso XI do art. 1º da Resolução nº 62, de 13 de outubro de 2000, o Senado Federal foi apresentada registrando a publicação, pelo Estado, dos demonstrativos previstos naquela lei e atestando o cumprimento das suas disposições, exclusivamente no tocante às peças analisadas. Uma vez que a Resolução nº 62, de 2000, requer declaração com abrangência universal, temos aqui um requisito não plenamente atingido. Entretanto, como o Senado Federal não explicitou se a referida certidão é requisito mínimo, o Banco Central entendeu que a insuficiência do documento apresentado não é causa para o indeferimento do pedido.

As demais condições e exigências estipuladas pela Resolução nº 78, de 1998, são atendidas pelo Estado de Pernambuco, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham o ofício em questão.

III – Voto

O pleito encaminhado pelo Estado de Pernambuco encontra-se de acordo com o que preceitua a Constituição Federal e a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito pretendida nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37 , DE 2001

Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a US\$5,123,213.28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América e vinte e oito centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Pernambuco autorizado a contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$5,123,213.28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América e vinte e oito centavos), equivalentes a R\$2.090.783,34 (doze milhões, noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos) à taxa de câmbio de 31 de maio de 2001.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida neste artigo destinam-se ao

Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) valor pretendido: US\$5,123,213.28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América e vinte e oito centavos), equivalentes a R\$12.090.783,34 (doze milhões, noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos) à taxa de câmbio de 31 de maio de 2001;

b) taxa de juros: estimada em 11% a.a., o que equivale a 0,8735% a.m., cobrados sobre saldos devedores diários do financiamento, calculados pelo método hamburguês, tomando-se por base o número exato de dias do mês correspondente e exigidos no dia 10 (dez) de cada mês.

c) outros encargos: Comissão de Crédito – a título de ressarcimento, ao BNB, da comissão de crédito paga ao BID; Recursos para Inspeção e Supervisão – até 1% do valor do financiamento; Comissão de Repasse – em consonância com o contrato de empréstimo nº 841/OC-BR, celebrado entre o BNC e o BID; e Comissão de Carteira de Câmbio – 0,5% sobre o valor das cartas de crédito emitidas ou cobranças pagas;

d) índice de atualização: dólar dos Estados Unidos da América;

e) garantia: República Federativa do Brasil e cotas do FPE;

f) prazos: amortização do principal em 201 (duzentas e uma) parcelas mensais, tendo início no mês seguinte ao último de desembolso (carência até a liberação da última parcela, com pagamento mensal de juros na carência);

g) vencimento: novembro de 2019;

h) finalidade: execução de projetos de infraestrutura em abastecimento d'água e esgotamento sanitário no município de Sirinhaém (PE), no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE

i) liberação: exercícios de 2001 a 2003.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Jonas Pinheiro**, Relator – **Roberto Saturnino** – **Wellington Roberto** – **José Eduardo Dutra** – **Freitas Neto** – **José Agripino** –

Lauro Campos (vencido) – **José Coelho** – **Paulo Souto** – **Geraldo Melo** – **José Alencar** – **Bello Parga** – **Carlos Bezerra** – **José Fogaça**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Resolução nºs 34, 35, 36 e 37, de 2001, resultantes dos pareceres que acabam de ser lidos, ficarão operante a Mesa durante cinco dias úteis para o recebimento de emendas, nos termos regimentais.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicitei a palavra, para que, no momento oportuno, depois que os Colegas apresentarem seus requerimentos, eu possa fazer uma rápida comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª será atendido na forma regimental.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, baseado no art. 14 do Regimento Interno, eu gostaria de me inscrever para fazer uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª será atendido na forma regimental.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª será atendido na forma regimental.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª será atendido na forma regimental.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na verdade, a ordem era a seguinte: em primeiro lugar, o Senador Casildo Maldaner; em segundo lugar, o Senador Paulo Hartung; em terceiro lugar, eu. No entanto, se as comunicações inadiáveis forem mais urgentes que a minha, cedo a minha vez para o Senador Geraldo Cândido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Roberto Requião, o Senador Paulo Hartung falará como Líder. Portanto, a ordem é a seguinte: Senador Roberto Requião, em primeiro lugar; Senador Casildo Maldaner, em segundo; e Senador Geraldo Cândido, em terceiro. Havendo possibilidade, o Senador Osmar Dias também falará.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Tenho certeza de que haverá essa possibilidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Vamos ouvir o Senador Paulo Hartung, que vai falar como Líder do PPS, por cinco minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para falar sobre a correção da tabela de Imposto de Renda da pessoa física.

Não custa lembrar que, na verdade, percorremos todo o ano passado nessa luta. No final do ano, com um esforço imenso, particularmente por parte das Bancadas de Oposição nesta Casa, mas também com o apoio de Parlamentares da base do Governo, conseguimos aprovar a correção da referida tabela, tanto no que tange ao nível de isenção, quanto em relação aos descontos possíveis por gastos, por exemplo, na educação das famílias, o que tecnicamente é chamado de deduções.

Esse projeto, Sr. Presidente, foi enviado à Câmara dos Deputados e passou o primeiro semestre na Comissão de Finanças. Foi designado Relator o Deputado Pedro Novais, do PMDB. Seis meses já se passaram, e, na semana passada, o Deputado Pedro Novais renunciou à condição de Relator desse projeto, depois de apresentar um substitutivo que, na ver-

dade, recebeu críticas de todos os setores da sociedade. No momento, foi designado novo Relator, o experiente Deputado Mussa Demes, que tem grande tradição, história e passagem em estudos nessa área tributária.

Por isso, rapidamente, quero renovar as minhas esperanças. São seis anos sem correção da tabela de Imposto de Renda da pessoa física. Nesse período, aquele trabalhador que não pagava imposto, mas que teve aumento nominal do salário, passou a pagá-lo. Não teve aumento real, mas teve a obrigação de pagar Imposto de Renda. O nome disso não é arrecadação de impostos, mas sim confisco. Essa é uma ação confiscatória. Alguns trabalhadores que pagavam na faixa de 15% foram levados à faixa de 27,5%, sem nenhum ganho real.

É isso o que queremos corrigir, Sr. Presidente. Se o percentual fixado pelo meu projeto e aprovado pelo Senado é muito alto, vamos discuti-lo. No fundo, a Oposição estava disposta a aceitar a negociação aqui, no Senado, mas isso não foi possível, porque o Governo julgou na obstrução do projeto. Apenas no final do ano, conseguimos aprová-lo de forma terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Por isso, fica aqui a minha palavra de esperança. Acredito que não cabe à Câmara dos Deputados simplesmente desfigurar um projeto desse tipo, como se tentou fazer na semana que passou. Não cabe julgar uma carga tributária maior em cima dos setores médios da população, porque a capacidade contributiva da classe média já se exauriu no nosso País. Não precisamos falar mais disso.

O que se fez neste País, nos últimos anos, foi levar uma carga tributária de 24% para 32%, concentrada em dois segmentos: nos setores médios da população e na produção nacional, no produto nacional, que foi gravado, de forma impiedosa, tirando a competitividade dos nossos produtos **vis-à-vis** com os outros que são produzidos nos países parceiros comerciais.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Paulo Hartung, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Lamentavelmente, Senador Casildo Maldaner, não poderemos ouvir o pronunciamento de V. Ex^a. Isso não é possível regimentalmente neste momento.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas gostaria de fazer minhas as palavras do Senador Paulo Hartung. Comungo do pronunciamento de S. Ex^a.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Quero fazer um apelo ao Deputado Mussa Deme – Deputado que respeito, que o País respeita; Deputado do PFL, que representa o Piauí no Parlamento do nosso País –, no sentido de que dê um tratamento especial a essa matéria, de que dê celeridade à sua tramitação.

É evidente que não queremos que o projeto saia da Câmara dos Deputados do mesmo jeito que foi aprovado no Senado. Alguma negociação deve ser feita. Isso faz todo o sentido. Mas não deve ser feita uma negociação que desfigure, que transforme o sentido do projeto, que é o sentido de fazer justiça fiscal e, de certa forma, coibir esse abuso praticado pela Receita Federal no nosso País. Isso não é arrecadação, mas um ato confiscatório, e estamos querendo resolver o problema com esse projeto que tramitou no Senado e que, agora, tramita na Câmara dos Deputados.

Esse é o apelo que eu queria fazer em meu nome, em nome da Bancada do PPS e, tenho certeza, em nome da Oposição no Senado e de muitos outros Parlamentares da base do Governo que têm assento nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Althoff, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é do conhecimento desta Casa que eu e mais doze Srs. Senadores estamos realizando um trabalho hercúleo e digno para que seja dado um melhor encaminhamento ao futebol brasileiro. Somos capitaneados pelo Presidente e mentor intelectual da CPI do Futebol, Senador Álvaro Dias, e cabe exatamente a mim ser o Relator.

Pela primeira vez, Sr. Presidente, uso a tribuna desta Casa para falar a respeito da CPI do Futebol, assunto que procurarei tratar em pronunciamentos seriados.

Todos os Senadores que compõem a chamada CPI do Futebol temos a plena convicção de que o momento mais digno e mais importante que a nossa Comissão poderá exercer será, sem dúvida, o das alterações legislativas necessárias para darmos um seguimento novo à história do futebol brasileiro.

Na verdade, como ocorre em toda atividade coletiva, as modalidades desportivas estão submetidas a leis, códigos e regulamentos que normatizam sua

prática em âmbito nacional ou internacional. Ao conjunto de técnicas, regras e instrumentos jurídicos sistematizados que tenham por fim disciplinar o comportamento das várias práticas desportivas denomina-se Direito Desportivo.

O campo de atuação do profissional dedicado a esse ramo do Direito é bastante amplo. O interessado terá de demonstrar proficiência em mais de uma especialidade, já que a legislação desportiva engloba aspectos de Direito do Trabalho, Previdenciário, Tributário, Penal e, mais recentemente, também, de Direito Comercial e Societário. Principalmente com relação ao futebol, o profissional do Direito deverá saber interpretar as novas relações que rapidamente se estabelecem entre os atores envolvidos em contratos de parcerias, de co-gestão, contratos de exploração de marcas e patrocínio, direitos de imagem, direitos de transmissão de competições, e assim por diante.

Na verdade, tamanha exigência dos especialistas apenas reflete o atual estágio do desporto como um todo e do futebol em particular. Descoberto pelo mercado, o desporto movimenta, anualmente, bilhões de dólares em todo o mundo, com possibilidades ilimitadas sob o ponto de vista econômico e da abertura de novas atividades profissionais a ele relacionadas. O desporto se profissionaliza, demandando, para seu pleno desempenho e satisfação das exigências da indústria, o concurso de especialistas em áreas como propaganda e **marketing**, comunicação, fisioterapia, preparação física, agenciamento desportivo, entre outras.

No entanto, esse entendimento do desporto como produto é bastante recente. A análise histórica da legislação desportiva brasileira nos permite a identificação de três fases bem definidas que refletem a própria evolução político-econômica do País.

Sob forte inspiração da legislação italiana fascista de Mussolini, apenas em 14 de abril de 1941 o Estado Novo de Vargas edita o Decreto-Lei nº 3.199, primeira norma regulamentadora do desporto no Brasil. Até então praticada de forma amadorística, do lazer pelo lazer, sem qualquer preocupação de ordem jurídica, a atividade desportiva passa a ser regida por preceitos de natureza paternalista, tão característicos do regime da época. Por meio do então criado Conselho Nacional de Desportos, o Estado inicia sua tutela sobre o cotidiano das associações e entidades desportivas, da mesma maneira que a exercia, à época, sobre outras atividades econômicas e sociais de caráter coletivo.

Com efeito, no final da década de 30, não só no Brasil, mas em todo o mundo, o desporto passa a ser

vir como elemento simbólico de afirmação de nacionalidade, de uma raça, de um sistema político. O espírito olímpico cede lugar à luta pela vitória, sinônimo de poder e de superioridade. No Brasil, pode-se estabelecer clara relação entre o triunfalismo do período JK e a conquista da primeira Copa do Mundo de futebol, em 1958. Já na década de 70, assistimos à Seleção Brasileira de Futebol, tricampeã, servir de símbolo de exaltação do sentimento nacionalista do regime militar.

O desporto brasileiro permaneceria organizado sob tais bases até 1975, quando da edição da Lei nº 6.251, que, conquanto introduzisse alguns avanços na organização desportiva, ainda mantinha forte viés intervencionista. No ano seguinte, a Lei nº 6.354 traria ao mundo do futebol a polêmica figura do "passe", importância devida por um empregador a outro pela cessão do atleta profissional, evidenciando, uma vez mais, o caráter autoritário e controlador da legislação então vigente.

Com o fim do ciclo militar, a hegemonia presença estatal em todas as atividades da vida nacional passa a ser relativizada, e a sociedade civil brasileira inicia seu longo processo em busca da maioridade.

Esse renovado papel do Estado, limitado a ser supervisor do patrimônio coletivo, materializa-se na Constituição de 1988, de tendência descentralizadora e privatizante.

No plano desportivo, a Carta Magna de 1988 configura o primeiro referencial de uma nova abordagem em relação ao desporto.

Não há dúvidas, quanto ao atual texto constitucional, sobre a opção feita pelo País com relação ao tratamento a ser dado ao desporto e ao caminho a ser por ele trilhado a partir de então. Os princípios consagrados revelavam a gradual retirada do Estado das atividades desportivas de alto rendimento, a serem apoiadas apenas em casos específicos como as Olimpíadas, por exemplo, e a entrega de sua organização à iniciativa de pessoas físicas e jurídicas.

Uma nova visão do fenômeno desportivo que iria inspirar, já na década de 90, uma profunda reestruturação do sistema desportivo brasileiro, iniciada com a Lei nº 8.672, a chamada Lei Zico, e complementada pela Lei nº 9.615, a Lei Pelé, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.981, de 2000.

O desporto deixou de ser tomado como atividade com mera conotação clubística ou de afirmação nacional e se transforma em negócio altamente rentável, entrando no que poderíamos chamar de sua fase mercadológica.

Evidentemente, o arcabouço jurídico que rege o setor teve que se adequar às conveniências do mercado. Por isso mesmo, a legislação brasileira, mais especificamente a Lei Pelé, introduziu preceitos afinados com essa nova fase do desporto, eliminando o excesso de amarras burocráticas que tolhiam o livre gerenciamento das entidades desportivas e delineando uma organização mais flexível de suas atividades.

Dentro desse espírito, permitiu-se a formação de ligas nacionais e regionais, com personalidade jurídica própria, sendo vedada qualquer intervenção das entidades de administração do desporto em suas atividades; determinou-se a extinção do vínculo desportivo conhecido como "passe", ao final do contrato de trabalho do atleta profissional, a vigorar três anos a partir de edição da lei, bem como se estabeleceu a exigência de que as entidades de prática desportiva constituíssem sociedades comerciais para a administração de suas atividades.

No entanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitos dos dispositivos aprovados vêm sofrendo periódicas tentativas de alteração, ao sabor, em determinados momentos, de interesses de caráter imediato. A Medida Provisória nº 2011-8, de 26 de maio de 2000, por exemplo, nos termos do projeto de conversão aprovada pelo Congresso Nacional, de que resultou a Lei nº 9.981, de 2000, tornou facultativa a exigência de os clubes se transformarem em empresa, criou a cláusula penal para casos de descumprimento ou rompimento unilateral do contrato de trabalho, estabeleceu, em cinco anos, o prazo máximo para o contrato de trabalho do atleta profissional, por exemplo.

Por sua vez, a Medida Provisória nº 2.141/2001, ainda em tramitação no Legislativo, estabelece formas de compensação financeira aos clubes de futebol inconformados com o fim do instituto do passe, amplia de dois para cinco anos o prazo máximo do primeiro contrato do atleta de futebol e dá nova redação ao dispositivo que limitava em 49% a participação acionária de investidores em clubes desportivos.

Ao ver-se o grande número de medidas provisórias editadas que tratam do assunto em questão, fica claro que a legislação em vigor não possui latitude e abrangência suficientes, Sr. Presidente, para pacificar as discussões sobre a matéria, mas lhe é atribuída enorme importância pelo Poder Executivo, como deve sê-lo.

A fragilidade da legislação vigente, a falta de mecanismos eficazes que inibam a ocorrência de ilícitos de natureza fiscal, tributária, e até mesmo penal, por pessoas físicas e jurídicas ligadas ao desporto, já foram identificadas pelo Parlamento brasileiro.

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga fatos relacionados ao futebol, atualmente sendo realizada no Senado Federal, presidida pelo nobre Senador Álvaro Dias, vem trazendo à tona diversas irregularidades que envolvem dirigentes, atletas e empresários, e que precisam ser urgentemente estancadas.

Lamentavelmente, as estatísticas mostram que, na última década, o número de pessoas que não se interessam pelo futebol cresceu de cerca de 10% para 30% da população. Isso significa dizer que: se, há dez anos, tínhamos 90% da nossa população envolvida com os interesses do futebol, hoje – pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores –, temos somente 70% da população brasileira. Ora, isso não parece ser coincidência, mas sim resultado de um modelo de gestão esgotado, que privilegia o “falso” amadorismo, os interesses particulares de dirigentes e o desvio de recursos dos clubes de futebol. A consequência desse cenário é o empobrecimento do nosso futebol, o esvaziamento dos estádios, a fuga de capital para outro tipo de investimento, uma desorganização inadmissível.

A concepção de uma estrutura jurídica competente, com regras claras e eficientes, constitui, por isso mesmo, a tarefa mais importante da CPI do Futebol, de que somos Relator. Sem regras, sem normatização, o desporto não pode existir. Como se sabe, as relações sociais se desenvolvem e são reguladas por normas concebidas e sedimentadas ao longo da evolução humana. E o Direito deve refletir exatamente a variedade dessas relações, moldando-se aos reclamos da sociedade que se dispõe a interpretar.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria apenas de salientar que esperamos – o Senador Álvaro Dias, Presidente da nossa Comissão, e este Relator, agregado aos outros onze Senadores que compõem a nossa CPI – que o Congresso Nacional tenha a consciência da importância dos projetos que serão apresentados pela nossa Comissão, e que se dê oportunidade, e, se necessário, a devida urgência na sua tramitação e votação, pois o que está em jogo – perdão-me o trocadilho –, afora o aspecto comercial e trabalhista, é um dos principais símbolos nacionais, motivo de inúmeras glórias e de alento ao coração do brasileiro.

Estou falando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do futebol brasileiro!

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC) – Concedo, com muita satisfação, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Geraldo Althoff, uma questão de justiça e reconhecimento. V. Ex^a tem-se dedicado, com competência e de no do, ao trabalho de Relator dessa CPI, e isso justifica a nossa esperança de que realmente teremos um relatório final competente, diagnosticando a realidade do futebol brasileiro, para que o Ministério Público possa iniciar os procedimentos e responsabilizar civil e criminalmente os responsáveis por delitos praticados no mundo do futebol. E, acima de tudo, como quer V. Ex^a mediante esse discurso expressar, uma legislação nova, modernizadora, que possa mudar a estrutura da administração do futebol no Brasil, que tenho dito ser a verdadeira arquitetura da farsa. Não há dúvida de que o futebol, além da paixão nacional – já foi maior, mas ainda é uma paixão gigantesca do povo brasileiro –, há de ser, sim, uma atividade econômica com maior rentabilidade, gerando mais empregos, renda, receita pública, enfim, contribuindo de forma mais eficaz no processo de desenvolvimento econômico, social e cultural de nosso País. Essa CPI tem esse objetivo e tem a felicidade de ter V. Ex^a na relatoria, o que nos assegura a certeza de que os melhores esforços estão sendo envidados. Esperamos contar também, Senador Geraldo Althoff, com o apoio do Poder Executivo, por intermédio do Ministro dos Esportes, Carlos Melles, para que essa legislação nova possa, sem dúvida nenhuma, tramitar com agilidade e vigorar o mais rapidamente possível a fim de que o futebol brasileiro possa dar, quem sabe, esse salto de qualidade que todos desejamos. Parabéns a V. Ex^a por esse pronunciamento, mas, sobretudo, pelo trabalho incansável que vem realizando como Relator da CPI do Futebol!

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC) – Muito obrigado, Senador Álvaro Dias. O aparte de V. Ex^a realmente acrescenta valores de significativa importância, de um Senador que é nosso parceiro constante e permanente nesse trabalho desde já profícuo, exatamente porque temos a convicção de que já estamos colhendo resultados no passado recente do futebol brasileiro. Fique certo V. Ex^a e todos os Srs. Senadores de que buscaremos, com bom senso, elaborar um relatório de qualidade, que dignifique o trabalho desta Casa. Com certeza, conseguiremos esse intento, com o apoio de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Geraldo Althoff, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC) – Com muita satisfação, concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Geraldo Althoff, sou membro da CPI do Futebol e tenho acompanhado o trabalho de V. Ex^a. O discurso de V. Ex^a nos mostra com mais clareza o seu pensamento acerca de um dos assuntos sérios deste País, um assunto que bate com muita ressonância na alma do povo. Quero dizer a V. Ex^a da minha tranquilidade, tanto é que nem tenho ido muito às reuniões da CPI, porque vejo do meu gabinete – às vezes, fazendo outras tarefas – a boa condução dos trabalhos. Por essa razão, nem tenho participado muito. Mas não poderia deixar de dizer da minha solidariedade, da minha concordância e do meu apoio às posições de V. Ex^a.

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC) – Nobre Senador Ney Suassuna, temos a convicção da sensibilidade de V. Ex^a com relação àquilo que haveremos de propor para melhorar o futebol brasileiro. Como V. Ex^a bem disse, trata-se de um assunto importante, que envolve o sentimento da quase totalidade da população deste País. É por isso que estamos tratando, com um sentimento de respeito e consideração, o trabalho e o encaminhamento que nos proporemos a fazer na CPI.

Temos certeza de que não só os membros da Comissão, mas também todos os Senadores desta Casa serão avalistas do trabalho dos treze Senadores que estão permanentemente envolvidos com a CPI do Futebol.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, do PMDB do Estado da Paraíba, próximo orador inscrito.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise econômica da Argentina não sai do noticiário e continua sendo uma fonte de preocupação para o nosso País. Uma quebra da Argentina trará efeitos duplamente negativos para nós, por se tratar de um importante parceiro comercial do Brasil e pelo prejuízo que causará à construção do Mercosul, que é objetivo estratégico de primeira grandeza para o nosso País.

Além do exame e das consequências de um agravamento da situação argentina, convém dar uma

olhada nas causas da crise de nosso vizinho. Um dos fatores que contribuem para a dificuldade da Argentina tem sido pouco comentado: é a retração da economia americana, que vem levando muitos países em desenvolvimento a passarem graves apertos, dada a forte interligação dos mercados hoje existente no mundo.

No que se refere às consequências sobre nós, algo do que pode vir já estamos experimentando: a Argentina, em sua aflição, baixa medidas que prejudicam nossas exportações, e isso sem negociar e sem aviso prévio. Os reflexos negativos sobre o nosso comércio externo só não são piores porque a desvalorização do real tem amortecido o impacto. Mas, em todo caso, é um mal sinal.

Mostra que, em caso de agravamento da crise, o Brasil teria sérias dificuldades em se equilibrar entre duas necessidades: por um lado, a reação das empresas brasileiras prejudicadas teria que ser levada em conta; por outro, algumas concessões teriam que ser feitas à Argentina, pois não nos interessa ver o país vizinho indo a pique.

Ainda no capítulo das consequências, não é só o Brasil e o Mercosul que sofreriam com a bancarrota argentina. As autoridades comerciais da União Européia também estão muito preocupadas com esse perigo.

Um Mercosul enfraquecido prejudicaria a iniciativa que os europeus vêm desenvolvendo este ano, um lance de grande alcance para o comércio e para o equilíbrio político internacional: a União Européia quer negociar, em bloco, com o Mercosul uma área de livre comércio. Uma tal estrutura comercial seria um nítido contraponto à alternativa da Alca, solução preferida pelos Estados Unidos.

Hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, em torno de 33% do nosso comércio é feito com a União Européia, enquanto menos de 20% é realizado com os Estados Unidos. Então, para nós, a parceria com a União Européia é muito importante.

A União Européia vê a negociação com o Mercosul como uma maneira de construir um mundo mais multipolar, em contraste com a possibilidade, hoje muito forte, de uma crescente hegemonia dos Estados Unidos. Um grande tropeço no Mercosul pesaria contra esse objetivo estratégico europeu, que coincide também com nossos interesses.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a pior coisa que um país pode ter é um vizinho muito forte. Observemos a situação dos Estados Unidos e do México: por ter um vizinho como os Estados Unidos, o

México perdeu dois terços de seu território. Países vizinhos também se queixam de nós, brasileiros. Nós, do Nordeste, sabemos que Estados pequenos, como Paraíba e Sergipe, sofrem muito com a proximidade de uma Bahia ou de um Ceará fortalecidos. De cada 100 milhões que vão para o Nordeste, 70 milhões ficam entre esses Estados citados, e 30%, divididos entre os Estados pequenos.

Vizinho grande é muito ruim; fortalecido, então, é ainda pior.

Neste momento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Argentina negocia com o FMI um empréstimo que poderá significar um alívio para a crise. Nosso vizinho poderia com isso ganhar uma sobrevida para a sua economia. Mas os especialistas temem que tudo não passaria de uma pausa, ao cabo da qual recrudesceria a crise. Isso, porque a economia argentina está mal estruturada, pouco produtiva, pouco competitiva.

Alguns analistas vêem o endividamento como o principal fator para uma possível e grave ruptura na Argentina; outros enxergam na rígida paridade da moeda argentina com o dólar a causa principal dos males daquele País. É interessante constatar que as opiniões se dividem na própria Espanha, país que tem muitos interesses e investimentos na Argentina. Conforme dizem os argentinos – e estive lá há pouco tempo –, a Espanha voltou a ser a dona da Argentina: as empresas de aviação são espanholas; a empresa de petróleo é espanhola. O sentimento deles é de que voltaram à época da colonização. E eles dizem, com muita amargura, que primeiramente enfrentavam o Chile, inimigo permanente, opção de guerra número um, motivo pelo qual era necessário manter um poderoso exército. Hoje, basta o Chile tirar a tomada da corrente elétrica, porque a empresa de eletricidade da Argentina também é chilena.

Então, além do prejuízo geral, os argentinos estão vivendo uma fase muito **down**, de muita tristeza, porque as privatizações não foram boas para o País, como também não está sendo boa a paridade da moeda.

O diretor-geral do Instituto de Estudos Econômicos da Espanha declarou, há algumas semanas, que a melhor saída para a Argentina seria uma moratória na dívida externa, já que a desvalorização do peso, em relação ao dólar, seria muito traumática.

Já um especialista em América Latina do Instituto de Empresas da Espanha, na mesma ocasião, declarava considerar preferível a desvalorização, que levaria a uma grave crise, mas permitiria, em dois ou

três anos, a reestruturação, em boas bases, da economia argentina.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre as causas do agravamento da crise econômica do nosso vizinho está um fator que, como mencionei inicialmente, tem sido pouco comentado: a retração econômica nos Estados Unidos e nos países ricos em geral.

Não só a Argentina, mas também o Brasil e vários outros países vêm sendo pressionados por essa retração mundial liderada pelos Estados Unidos. A estagnação da economia americana eliminou uma possível via de alívio para a Argentina, uma vez que os Estados Unidos diminuíram suas exportações desse e de outros países.

Além disso, a ruptura da bolha de crescimento do setor de alta tecnologia reduziu severamente a disposição de investir em países em desenvolvimento. Os investidores internacionais estão fugindo do risco, estão procurando segurança.

O Brasil sentiu essa redução; a Argentina, pela sua debilidade econômica, sentiu ainda mais. São enormes as taxas de risco – isto é, juros altos – aplicadas a empréstimos para a Argentina. Com o esfriamento da economia dos países ricos, a Ásia também está sofrendo, e é outro grande consumidor.

Os países asiáticos, que haviam se recuperado da grande crise de 1997, encontram-se novamente em recessão. Suas exportações de eletrônicos para os Estados Unidos despencaram. A economia de Cingapura, por exemplo, encolheu, no segundo trimestre deste ano, a um ritmo de 10% ao ano.

As economias do sudeste asiático e da América Latina debilitaram-se com a queda de demanda nos Estados Unidos. São as consequências da excessiva dependência trazida pela globalização.

Os países emergentes passam graves dificuldades quando esfria a economia dos países ricos. O capital voa para portos mais seguros. A conjuntura negativa atual parece não ter remédio enquanto as economias dos Estados Unidos, da Europa e do Japão continuarem vacilantes.

Segundo o IBGE, a economia brasileira teve uma queda violenta, Senador Gerson Camata, mas ainda não nos imbuímos da idéia de que só existe uma solução para nós: trabalho, trabalho e trabalho. E vejam que o turismo realizado em apenas duas cidades do México – Cancun e Cozumel – equivale a um terço de toda a exportação brasileira. Na Coreia, por exemplo, exportam-se 64% da produção. Nós exportamos quase nada. Os nossos empresários e o nosso

Governo têm que investir pesadamente na exportação e não vejo ações para isso.

Outro dia desses, lembrávamos ao Presidente da República que será desativado um enorme navio brasileiro, o Minas Gerais, e transformado em ferro velho. Pode ser também que seja vendido por algum trocado. Por que não transformá-lo numa plataforma de exportação, expondo produtos brasileiros em outros países, que examinariam essas mercadorias **in loco**, evitando que gastássemos R\$14 milhões numa feira de exposições. No navio, permanentemente, poderiam ser mostrados produtos variados, até mesmo uma casa completa, carros, aviões, produtos pesados. Não entendo por que não fizemos isso ainda! Conversei com o Ministro da Marinha, com o Ministro da Indústria e Comércio, com o Presidente da República, mas até agora não vimos uma ação nesse sentido. Todos aplaudiram, mas não houve ação nenhuma. E pergunto aos paulistas: o que aconteceu com o porto de Santos? Especializou-se tanto que esclerossou.

Hoje, li na **Veja** e na **Gazeta Mercantil** uma matéria que estou pensando em levar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, já que a referida Comissão fiscaliza não apenas a aplicação do dinheiro, mas também a eficácia dos projetos. E o que se pode observar? O maior porto do País está esclerosado por excessiva departamentalização. Não há País no mundo com um porto tão departamentalizado como este. Lotearam-no e, se o cidadão importacimento, há o píer só do cimento, quando este poderia ser usado também para outros produtos, servindo à Nação, e não apenas a uma empresa, que não permite sequer que os concorrentes usem o espaço para entrada ou saída de produtos. Não consigo entender um País como este. Somos a oitava economia do mundo, mas se quer cuidamos dos nossos portos. Vamos solicitar que seja feito um estudo da eficiência e da eficácia da atuação desse e de outros portos, assim como dos outros elementos que podem compor a economia de exportação do País.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Ney Suassuna, V. Exª concede-me um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) V. Exª faz um pronunciamento muito lúcido sobre a situação econômica do Brasil, falando dos perigos que nos ameaçam. Da mesma forma, trata do Mercosul, da Argentina e da vulnerabilidade das economias emergentes diante da globalização. V. Exª também trata dos portos brasileiros, que poderiam ser alavancas

do desenvolvimento e do progresso do Brasil. Como V. Exª citou o porto de Santos, citarei o exemplo do porto de Vitória. Há cinco anos, a Bancada do Espírito Santo apresentou emenda e aqui está o Senador Paulo Hartung como teste munha para desassorear o porto de Vitória, já que, a cada dia, se reduz a possibilidade de entrada de navios de grande calado; somente navios menores podem entrar nele; os de maior calado têm que entrar na maré alta e aguardar mais 12 horas para sair, quando a maré sobe novamente. Pois veja V. Exª que, passados cinco anos da emenda coletiva da Bancada do nosso Estado, ratificada também neste ano – e são apenas R\$8 milhões a R\$10 milhões –, o Ministério dos Transportes não libera os recursos. O café produzido na Zona da Mata de Minas Gerais, que fica próxima ao porto de Vitória, no interior de Minas Gerais e ao sul da Bahia, já começa a ser escoado pelo porto do Rio de Janeiro. Ele chega mais caro naquele porto e na mão do importador, o que significa menos lucro para o exportador e para o produtor brasileiro de café. Então, aproveito o enfoque dado no discurso de V. Exª à situação crítica dos portos para fazer um apelo no sentido de que o porto de Vitória também seja lembrado pelo Ministério dos Transportes. Espero que esses recursos sejam liberados, para que o Brasil deixe de tomar prejuízo e para que o porto de Vitória continue sendo significativo no quadro da economia brasileira.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª pelo aparte, que incorporo ao meu discurso. E digo que o porto do Estado de V. Exª não é diferente do nosso. Nós também fazemos a dragagem, porque, a cada grande chuva, o aluvião que escorre com as águas assoreia os portos. Esse é um trabalho permanente, e não esporádico. Na Paraíba também tem sido assim. E ressalto que, apesar da importância dos portos para a entrada e saída de insumos, não há incentivo para o melhoramento deles. E o Rio Grande do Sul, por exemplo, Estado que é uma plataforma de exportação, é vítima dessa falta de incentivos. Contudo, a culpa não é só do Governo, mas também dos empresários, porque perderam a agressividade, só querem fazer o circuito Elizabeth Arden, só querem vender para os Estados Unidos, para a Europa, não buscam novos mercados.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) – Senador Ney Suassuna, V. Exª permite-me um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concedo a palavra a V. Exª.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) Senador Ney Suassuna, V. Exª traz, nesta tarde, um assunto da maior importância para o Brasil, porque não se

pode pensar em desenvolvimento, em geração de emprego e renda, sem a criação de alternativas no sentido de integrar todos os modais de transporte, principalmente no que se refere aos portos. Eu diria que a situação do porto de Santos, como a de quase todos os portos brasileiros, não pode ser comparada à de portos como o de Cingapura, que está totalmente automatizado e é controlado por um sistema integrado durante 24 horas. A demora, diária paga pelo navio que fica paralisado por falta de portos, eleva o custo das exportações. Para o Brasil, que precisa exportar cada vez mais e também importações para impulsionar a sua economia, o seu desenvolvimento, é muito importante a otimização dos portos. Portanto, louvo V. Exª pela oportunidade do debate, nesta tarde, sobre um assunto tão relevante, como o dos portos. Lembro que portos, como os dos Estados do Amazonas e do Maranhão, foram estadualizados, com fins de privatização. Não sei se essa é a melhor solução. Sei que precisamos fazer com os portos brasileiros tenham a sua condição técnica melhorada, a fim de competir com os portos europeus e americanos. Para encerrar, quero também dizer que ontem fiquei triste, quando assisti, pelo **Jornal Nacional**, que ainda não chegaram os carros-pipa para matar a sede no Nordeste, especialmente, no seu Estado, a Paraíba. Estão pagando R\$1,57, por quilômetro, para os caminhões-pipa, que estão em greve. O povo do Nordeste se encontra em um estado de total abandono; a situação é caótica. Faço também o meu apelo e solidarizo-me com V. Exª, que sempre trouxe este assunto à Casa e tem sido um defensor do Nordeste, em especial, da Paraíba.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. Eu me havia contido até hoje e não tinha falado da seca e da crise, às quais eu imagino que terminaríamos chegando, se eliminássemos o genérico. Não é possível um caminhão-pipa custar R\$5,00 para rodar 80km; não se paga a gasolina, o investimento do caminhão. Eu havia deixado esse assunto de lado, porque já tenho feito muita zoeira no ouvido de V. Exªs. E, hoje, quero falar dos genéricos.

Falávamos da Argentina, do cenário em que ela se encontra, Senador Bernardo Cabral. E eu reclamava, exatamente, da pouca fé que temos colocado na exportação. Sei que o Governo vai dizer que fez todas as isenções, mas isso não basta. Temos de exportar os produtos nacionais; temos de vender para gerar empregos. Sei que uma das grandes fontes de emprego é o Turismo. Olhando para o meu amigo, Senador Antonio Carlos Júnior, lembro que a Bahia recebe

levas de turistas, mas poderia receber muito mais. Vejo que o Uruguai atrai três milhões de turistas, enquanto o Brasil se encontra na casa dos três milhões e meio ou quatro. Um País desse tamanho, que tem a Amazônia e toda a beleza do rio São Francisco, não pode receber apenas três ou quatro milhões de turistas. Não me conformo com isso.

Então, Sr. Presidente, fico pensando: quando vamos acordar e trazer turistas, para aumentar as divisas e evitar que uma crise como a da Argentina não nos leve a uma preocupação excessiva, como a que estamos tendo.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Exª, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Ney Suassuna, serei breve. Estou, como sempre, escutando com atenção e apreciando o discurso de V. Exª, que vai pelo genérico e muito bem. Mas V. Exª se referiu, preocupado com a questão das exportações, do balanço de pagamentos, aos portos e, agora, ao turismo. Gostaria de acrescentar às considerações de V. Exª a questão da Marinha Mercante. O Brasil já teve uma Marinha Mercante importante, transportava quase 40% do nosso comércio internacional. Isso caiu a zero. O Brasil não tem mais Marinha Mercante. Ou o Governo toma iniciativa de reconstruir esse setor fundamental, que está levando cerca de US\$5 bilhões, por ano, das nossas divisas, ou o mercado, espontaneamente, não vai fazê-lo. Só queria acrescentar às preocupações, muito válidas, de V. Exª esse ponto referente à Marinha Mercante.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, V. Exª tocou num assunto que merece um discurso inteiro. Eu, cada vez que analiso os meus erros nesta Casa, dou a mão à palmatória. Este foi um erro desta Casa, deste Congresso Nacional: matamos a Marinha Mercante e a cabotagem, inclusive; cometemos um crime contra o transporte marítimo e fluvial.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Muito bem, Senador! Gostei imensamente de ouvir isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E está na hora de consertarmos isso, Senador.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Exª, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Ney Suassuna, talvez o ideal fosse falar aquilo que

V. Ex^a registrou do carro-pipa no Nordeste. Aliás, o carro-pipa cedeu lugar ao jumento-pipa e, agora, ao homem-pipa, tal a dificuldade de que existe, hoje, não só no Nordeste, mas em várias regiões do País, com a carência de água. Mas, como V. Ex^a tocou no ponto da exportação, quero louvar sua atitude e, ao fazê-lo, levo um dado que talvez seja substancial para o discurso de V. Ex^a. Ainda ontem, no Rio de Janeiro, em um seminário sobre a França – sobre o aspecto político e o da exportação –, o Embaixador do Brasil junto à França, Marcos Azambuja, o Professor Hélio Jaguaribe e eu fizemos questão de mostrar o lado negativo da exportação. O Embaixador Marcos Azambuja foi sábio ao revelar que está na hora de ir a Paris não para passear, mas para negociar, vender, exportar, trazer divisas para o País. No fundo, é o que V. Ex^a está acabando de dizer. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador.

Eu diria que nós somos realmente incríveis. Quando vemos uma miséria como o carro-pipa, somos capazes até de fazer poesia, de compor um samba como o "lata d'água na cabeça, lá vai Maria...", como se isso fosse bonito. Fico, às vezes, sem entender a alma brasileira. Talvez isso seja bom, por um lado, porque não somos violentos; no entanto, somos acomodados demais. O que estou tentando fazer aqui é dar uma sacudida, para que possamos exportar mais.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Junior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (PFL – BA) – Dejo fazer um adendo às suas considerações sobre turismo. Na Bahia, mesmo com um volume bastante grande de turistas, o resultado deixado para o Estado está aquém do desejado. Imagine V. Ex^a a situação de todo o Nordeste. Quer dizer, a receita deixada pelo turista é muito pequena. Foi feito um estudo recente na Bahia a respeito, e verificou-se que os resultados foram abaixo do esperado, apesar do volume. Nós não sabemos nem fazer com que o turista gaste dinheiro no Brasil, particularmente no Nordeste. A situação é extremamente grave, e o seu comentário tem muita pertinência.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, a paciência, a condescendência, mas, antes de encerrar, quero ainda dizer que temos que nos preparar com a Argentina,

sim. Não podemos desejar que nosso vizinho doente faleça. Não, temos que socorrê-lo. Mas temos de botar a mão na consciência, Sr^{as} e Srs. Senadores, e fazer revisões profundas, como é o caso da Marinha Mercante, da cabotagem, da exportação, do turismo, enfim, agitar os nossos empresários e também o Governo, para que consigamos divisas e empregos para este País, que tem tanto o que exportar, tem tanto o que mostrar, mas que treme quando há qualquer crise, pois a sua estrutura econômica é frágil, e porque não temos tido o empenho suficiente. Além disso, nós, desta Casa, temos cometido alguns erros, como foi o caso da Marinha, bem lembrado pelo Senador Roberto Saturnino.

Enfim, poderia dizer, ao encerrar, que só há uma solução: trabalho, trabalho, trabalho e muita criatividade para conquistarmos o nosso espaço ao sol.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez fosse desnecessário usar da tribuna hoje, porque as emissoras de televisão já transmitiram para o Brasil as cenas lamentáveis ocorridas ontem na Assembléia Legislativa. Nós, os três Senadores do Paraná, estávamos na Assembléia e presenciamos os acontecimentos.

Primeiro, Sr. Presidente, quero dizer que o processo de votação na Assembléia Legislativa tem que ser questionado na Justiça. O resultado – 27 votos contra o projeto popular que pretendia proibir a venda da Copel contra os 26 votos dos deputados estaduais favoráveis ao projeto popular e, portanto, proibindo a venda da companhia – tem um particular que precisa ser averiguado com muita cautela, porque a sessão que derrubou o projeto popular, ontem, na Assembléia Legislativa do Paraná, foi cercada de irregularidades e, em verdade, não deveria ter existido, porque o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Hermas Brandão, iniciou uma nova sessão sem que houvesse encerrado a anterior.

E o que tem isso a ver com o resultado? Bem, tem a ver que o Secretário de Transportes do Paraná, Nelson Justus, Deputado Estadual, estava exercendo a referida função quando a sessão se realizava na quinta-feira passada e ele era voto certo do Governo

do Estado, se estivesse na Assembléia, contra o povo do Paraná, que, em todas as possibilidades, diz não à privatização da Copel, chegando ao índice de 94% contra tal privatização. Mas o Deputado Nelson Justus deixou a Secretaria ontem, assumiu sua vaga de Deputado na Assembléia Legislativa e mandou para casa o seu suplente, voto certo do povo contra o Governo do Paraná, que quer, por toda ordem, vender a Copel.

Não houve publicação da posse do Deputado Nelson Justus no Diário Oficial da Assembléia, e, portanto, ele não poderia estar na Assembléia votando. O voto do Deputado Nelson Justus, no meu entendimento, torna nula a sessão de ontem da Assembléia Legislativa, e esse ponto será, sim, contestado pelas Oposições do Paraná junto ao Judiciário paranaense. Esperamos que o Judiciário possa levar em conta que o Presidente da Assembléia Legislativa, Hermas Brandão, fez o seguinte depoimento: "A sessão foi encerrada, sim, mas eu encerrei no meu gabinete, porque não havia tranquilidade para que a sessão fosse encerrada no plenário."

Ora, Sr. Presidente, tratava-se de uma sessão pública, transmitida por todas as emissoras de rádio, canais de televisão, uma sessão assistida pela maioria dos paranaenses que estavam indignados com a posição do Governador de querer vender a Copel. De repente, o Presidente da Assembléia abre uma nova sessão e diz: "Encerrei a outra. E, portanto, o Deputado Nelson Justus pode votar."

Os Deputados da Oposição protestaram, levantaram seguidas questões de ordem, mas ele manteve a decisão, no meu entendimento, arbitrária, irregular, ilegal, dizendo: "A sessão anterior foi encerrada. Esta é uma nova sessão, e, portanto, o Deputado Nelson Justus pode votar." Como encerrou, se, ao concluir os trabalhos, naquele dia, ele disse: "Nós não temos condições de continuar, neste momento, e eu suspendo a sessão"? No entanto, publicamente, registrou, o que pode ser verificado nas notas taquigráficas da Assembléia Legislativa, e foi ouvido por todos os que lá estavam, além dos paranaenses que ouviam por todas as emissoras de rádio que transmitiam, ao vivo, a sessão, e insisto no que foi dito pelo Presidente da Assembléia do Paraná: "Encerrei a sessão em meu gabinete, por falta de segurança no plenário."

Não vou nem consultar a Secretaria da Mesa nem a Consultoria do Senado sobre a possibilidade de um dia ter havido, na história desta Casa, um episódio como esse, porque duvido que em qualquer parlamento do mundo tenha ocorrido uma arbitrariedade deste tamanho: uma sessão pública ser encer-

rada no gabinete do Presidente da Assembléia, com a presença de mais um ou dois deputados da situação, ou seja, daqueles que lá estavam para vender a Copel. Esse é o primeiro ponto.

Passarei agora ao mais grave. O Senador Roberto Requião, que não se encontra em plenário, mas pretende fazer uma comunicação inadiável, apresentou-me uma gravação de um telefonema feito entre dois deputados, onde se revelam os que ma de compra de votos na Assembléia Legislativa. Há dois deputados que, publicamente, chegaram a declarar que iriam votar pela privatização da Copel, porque o Governador lhes havia prometido um hospital, três faculdades e outras obras para suas respectivas cidades. Pode-se pensar que estão defendendo suas regiões, mas não é isso o que está gravado. O que está gravado – e as denúncias já aparecem na imprensa do Paraná – é que os votos, ao menos uma parte deles, daqueles que foram contra o projeto popular que pretendia proibir a privatização da Copel, uma boa parte – segundo a imprensa denunciou – foi trocada por benefícios oferecidos pelo Governador.

É uma denúncia grave? Gravíssima! Afinal de contas, não se admite, na democracia pelo menos, que um governador compre o voto de um deputado e dê a ele benefícios financeiros para que vote, mesmo que contra a sua consciência. E há quem diga que hoje o Paraná amanheceu mais pobre, mas alguns Deputados não.

É preciso que isso seja investigado, Sr. Presidente, é preciso que isso seja motivo de uma ação junto ao Ministério Público Estadual, para que o Ministério Público possa receber todos os indícios, as fitas gravadas, possa receber todas as denúncias feitas, porque o processo que derrotou ontem o projeto popular, que continha mais de 130 mil assinaturas, não foi um processo regular, legítimo e legal. Essas denúncias são muito graves para serem ignoradas e esquecidas.

E o terceiro ponto que quero abordar, Sr. Presidente, é que as cenas de violência, que foram divulgadas pela imprensa nacional, com agressões da Polícia Militar àqueles que estavam lá para dizer que são contra a privatização da Copel, não podem ser de responsabilidade da Polícia Militar, porque, por trás delas, existe um comandante: o Governador Jaime Lerner, que, com saudades do tempo da ditadura, quando, nomeado prefeito biônico de Curitiba, mandou a Polícia agir. E agir mal, por que, em quanto alguns com cargos comissionados do Governo, os famosos DAS estavam nas galerias da Assembléia para defender o Governo – contra a vontade de 94% da população –

recebendo sanduíches para estarem mais à vontade e pode ficar com mais conforto, aqueles que estavam se manifestando contrariamente à venda da Copel foram agredidos.

Eu vi – ninguém me contou – quando, ao se manifestar contra a venda da Copel, uma senhora, advogada, foi puxada pela roupa, pelos braços, arrastada pelo chão no recinto da Assembléia Legislativa, uma agressão gratuita de seguranças que foram mandados agir dessa forma.

A manifestação daqueles que estavam contra não foi livre; foi reprimida, Sr. Presidente. E a intimidação ocorreu, sim, dentro e fora da Assembléia. Milhares de estudantes queriam dizer que o Paraná não podia ficar sem a sua empresa de energia elétrica, mas foram atacados. Lá estavam cavalos, cachorros treinados pela Polícia Militar e um batalhão enorme, que eu não vejo nas ruas para combater o crime. Não vejo a Polícia Militar sendo organizada pelo Governador para combater o crime na região metropolitana de Curitiba, onde a insegurança já é um dos principais problemas de todas as famílias que habitam aquela região.

Sr. Presidente, as cenas lamentáveis que vimos ontem fazem parte de um capítulo negro na história da Assembléia Legislativa do Paraná. E, sem dúvida nenhuma, ensinam à Oposição o direito de ingressar na Justiça contra o processo de privatização da Copel que, no meu entendimento, está sendo conduzido de forma arbitrária, autoritária, em desrespeito total à sociedade paranaense.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Concedo um aparte ao Senador Álvaro Dias.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Osmar, pedi o aparte para apoiá-lo quanto à forma com que trata esta questão, que tem repercussão nacional pela gravidade dos acontecimentos. Corrupção e muita violência para agredir sobretudo a aspiração da sociedade paranaense. Tenho dito, e é bom repetir sempre, que é difícil imaginar que força do mal pode ter empurrado o Governador do Paraná ao desatino de afrontar toda a população do Estado. Mas é preciso dizer também que temos o dever de tomar providências. Ainda hoje, pela manhã, acionamos advogados para a batalha judicial que deverá se travar agora depois da batalha política na Assembléia Legislativa. Ações populares serão impetradas e certamente robustecidas pelas denúncias que V. Exª traz hoje a esta tribuna, denúncias de que a corrupção desenfre-

ada e impune contrariou o interesse público. Aliás, todo o processo é viciado desde o princípio: a licitação para a contratação de consultoria responsável pela avaliação da empresa foi dirigida; há suspeitas também de que o edital para o leilão da empresa está dirigido para que vença a empresa alemã; essa prática corrupta de aliciamento de voto na Assembléia Legislativa do Paraná ao lado da prepotência governamental, utilizando o braço armado da polícia; enfim, há elementos consistentes que dão respaldo a uma ação popular que pode impedir ainda a venda da Copel, porque todo ato de governo que contraria o interesse público é nulo de pleno direito. E não há dúvida de que todos os atos praticados, até o presente momento, no processo de venda da Copel, são nulos de pleno direito, porque contrariam de forma absoluta o interesse de todos os paranaenses.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Senador Álvaro Dias, eu inclusive, chegando aqui pela manhã, fiz um apelo ao Senador Lúcio Alcântara, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, no sentido de que o projeto de lei do Senador Roberto Freire, que exige um plebiscito para a privatização de empresas estatais, possa ser votado.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – O projeto do Senador Roberto Freire é ainda mais objetivo: ele proíbe a privatização de empresas estratégicas do setor de energia. Há um projeto de minha autoria, acoplado ao projeto do Senador Roberto Freire, que institui plebiscito. Seria uma alternativa se o Senado Federal entendesse que o projeto do Senador Roberto Freire radicaliza, porque, liminarmente, proíbe a venda de empresas estratégicas do setor energético, enquanto o meu oferece a alternativa do plebiscito, ou seja, a consulta popular. É bom destacar também, Senador Osmar Dias, que Londrina, cujo Prefeito é do PT, deu um grande exemplo. A Câmara de Vereadores propôs, e o Prefeito sancionou, um projeto de lei que instituiu o plebiscito, do qual participei, para a privatização da Sercomtel Celular. E, no último domingo, o povo de Londrina proibiu a Prefeitura Municipal de vender a sua empresa de telefonia celular.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Mas, Senador Álvaro Dias, eu aproveito e até sugiro a V. Exª que retire o requerimento que apensa ou pede tramitação conjunta com o do Senador Roberto Freire, porque o projeto de S. Exª já foi aprovado na CCJ.

Isso vai obrigar o projeto a ser votado novamente na CCJ, e aí eu não sei se teremos tempo para votá-lo até o dia 31 de outubro aqui no Senado e na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nem mesmo a Sercomtel, de Londrina, cujo Prefeito Nedson, do PT, atendendo ao apelo popular, fez o plebiscito, está livre dessa insanidade do Governador Jaime Lerner. Parte da Sercomtel já está vendida à Copel. E, ao se privatizar a Copel – mesmo contra a vontade da população de Londrina, como assim demonstrou –, 45% das ações da Sercomtel serão vendidas mediante leilão da Copel, caso se concretize esse crime contra o patrimônio público do Estado do Paraná.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Ouço o aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Nobre Senador Osmar Dias, eu quero me solidarizar com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Eu acompanhei as cenas brutais da repressão policial lá no Estado do Paraná. O que me surpreende é essa postura absolutamente irracional do Governo do Paraná de, neste momento, insistir em privatizar a Copel. Não estou nem apelando para que eles revoguem as suas crenças de neoliberalismo, no mercado, mas até o Governo Federal, forçado pelas circunstâncias, agiu com um pouco de bom senso, pois, logo que se iniciou a crise energética, deu uma paralisação ou, pelo menos, uma atrasada no processo de privatização que previa, ainda neste ano, a privatização de Furnas. Em função da crise energética, acabou revendo esse calendário e vai tentar fazê-lo no ano que vem ou não fazê-lo mais. No entanto, as informações que nós temos – embora eu não conheça a empresa como V. Ex^a – é de que a Copel é uma empresa modelo na área de energia elétrica. Quando se iniciou a crise de energia, o Congresso Nacional se mobilizou, pressionando, inclusive por meio de iniciativas legislativas concretas, o Governo Federal no sentido de que pelo menos retardasse seu processo de privatização de energia elétrica. Primeiramente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi aprovado o projeto do Senador Roberto Freire, que estancava a privatização das empresas de energia elétrica. O Plenário do Senado aprovou um projeto meu, encaminhou-o à Câmara, instituindo um plebiscito para a privatização da Chesf. Entretanto, observo que essas iniciativas legislativas que estamos tomando aqui não abrangem a Copel, porque se trata de uma empresa estadual. Todos os projetos que estamos tratando aqui dizem respeito à nossa atribuição, que é estancar, se for o caso, a privatização das empresas de energia elétrica.

O SR. OSMAR DIAS (Sem partido – PR) – Mas é uma concessão federal, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – São concessões. Essa discussão sobre a autonomia com certeza vai demandar um debate jurídico. Embora seja uma concessão, a propriedade, digamos assim, da empresa é do Estado do Paraná. Por isso, inclusive, que o projeto de iniciativa popular que visava estancar a sua privatização tramitou na Assembléia Legislativa do Paraná. Portanto, além das ações que estamos realizando no Senado, é fundamental, realmente, que as iniciativas de natureza jurídica – levando em consideração as questões levantadas por V. Ex^a, como a do Deputado que votou sem tomar posse – venham a ser efetivadas no sentido de que se impeça que o Governo do Paraná, neste momento absurdo que estamos passando, insista na privatização dessa empresa. Quero me somar ao pronunciamento de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (Sem partido – PR) – Agradeço ao Senador José Eduardo Dutra. Só para demonstrar o que acontece em nosso Estado em algumas circunstâncias, por ocasião da privatização do Banestado, os Senadores Álvaro Dias, Roberto Requião e eu entramos com uma ação popular contra o Estado, negada sob o argumento de que somos representantes do Estado e, portanto, não podemos entrar com uma ação contra o Estado. Parece-me um absurdo tão grande que não merece sequer comentário.

Dessa feita, para preservar, inclusive, que o precedente não seja utilizado, vamos estimular que os cidadãos do Paraná ingressem com uma ação popular no sentido de anular até a votação da Assembléia Legislativa ou impedir que o processo de privatização tenha sequência, para evitar o caos ao nosso Estado.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem partido – PR) – Com a anuência da Presidência, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Osmar Dias, acompanhava do meu gabinete, pela televisão do Senado, o pronunciamento de V. Ex^a desde o início, quando V. Ex^a deu pela minha fala no Plenário, fazendo referência à nossa participação – minha, sua e do Senador Álvaro Dias – na votação da Assembléia Legislativa, que acabou sendo vencida pelo Governo contra a opinião de 93% dos paranaenses.

Não concordo com a opinião do Senador José Eduardo Dutra, porque se trata de uma concessão federal, e, se proibirmos a transferência de concessão federal para empresas privadas, estaremos sustando a venda do Paraná com uma medida do Congresso Nacional, sem a menor sombra de dúvida.

Eu gostaria de chamar a atenção para o processo de corrupção de que se valeu o Governo do Estado para vender a Copel. Existem Deputados que declararam estar trocando por cargos e favores o seu voto, como é o caso do Deputado Moisés Leônidas, de Londrina. O Deputado Chico Noroeste fez referência a um telefonema que teria recebido do Presidente da República, do Vice-Presidente Marco Maciel e do Senador Jorge Bornhausen, Presidente do PFL, insistindo para que ele votasse contra a opinião da sua base eleitoral e de 93% dos paranaenses. V. Ex^a percebeu a participação importante das nossas igrejas. Os padres, nas igrejas, e os pastores, nos templos, chamavam a atenção da população e pressionavam os deputados para que eles não votassem o absurdo da venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. O processo de corrupção foi absoluto. Mas essa interferência do Presidente da República, do Vice-Presidente e do Presidente do PFL me chamam a atenção para uma matéria da **Folha de S. Paulo** que fazia referência ao fato de o último acordo com o FMI ter incorporado o compromisso do Governo brasileiro em vender a Companhia Paranaense de Energia Elétrica para grupos privados. Já denunciei da tribuna que a RWE, grupo alemão que trabalha com energia, contratou um escritório no Paraná para comprar deputados. Essa informação me chegou por pessoas que presenciaram a reunião em que os advogados decidiram essa contratação de lobistas no Paraná para comprar deputados. O processo está viciado e tem o Presidente da República como agente, uma espécie de "boina verde" da globalização, interferindo em assuntos internos do Paraná e tentando dobrar deputados. O Deputado em questão, Chico Noroeste, acabou repudiando toda a tentativa de cooptação e votou contra a venda. Mas um tal de Litro, dono de bordéis, motéis e boates do Sudoeste do Paraná, mudou o voto comprometido anteriormente até em programas de televisão e votou favoravelmente, estabelecendo um desequilíbrio na Assembléia Legislativa. Essa sessão da Assembléia tem que ser anulada, e a interferência do Presidente da República e do Vice-Presidente da República têm que ser denunciadas à exaustão, porque eles estavam forçando deputados a votar contra a opinião do seu Estado e das suas bases eleitorais.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Para encerrar, Sr. Presidente, pois sei que o meu tempo já está vencido, quero dizer que as oposições do Paraná de vem se unirem se caso para tentar anular a sessão de ontem, tomando todas as providências à Justiça, mas devem se unir também, Sr. Presidente, para impedir que esse grupo que está infelicitando o Paraná continue no poder.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, Presidente Interino.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo, apenas para fazer um registro; já havia solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra V. Ex^a, como Líder, por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra apenas para fazer um registro, já que, ontem, dia 20 de agosto, foi o Dia do Maçom, comemorado nesta Casa com uma sessão solene.

Como não estava presente – estava em meu Estado –, não pude aqui me manifestar, mas eu gostaria, neste momento, de registrar a importância da Maçonaria para a história do Brasil, para a construção da nossa pátria e pedir a V. Ex^a a transcrição do meu discurso, que encaminho à Mesa neste momento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMERO JUCÁ

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a maçonaria é uma instituição ramificada internacionalmente e dedica-se principalmente a fins filantrópicos. Um de seus pilares fundamentais é a fé no Supremo Arquiteto do Universo, sem a qual não é possível ingressar em suas fileiras.

Durante muito tempo se teve a Maçonaria envolta em uma aura de mistério, uma sociedade tida como maléfica e cujos integrantes eram excomungados pela Igreja Católica.

Hoje, encontram-se muitas informações sobre a Maçonaria na própria Internet, a rede mundial de computadores, demonstrando que o mito não se justifica.

A definição encontrada no início de um dos *sites* afirma que "O maçom é um trabalhador incansável. O maior objetivo da sua luta é a construção de um mundo melhor para a humanidade." Além disso, respeitando os valores dessa sociedade iniciática, filantrópica, nacionalista e progressista, há valores a serem respeitados, permitindo concluir que "ser maçom é um aval de que se trata de uma pessoa de boa conduta e moral ilibada".

Por isso, algumas exigências são indispensáveis para qualquer pessoa ser aceita nos quadros da maçonaria:

- ser apresentado por um mestre maçom;
- ter uma família devidamente constituída e exemplar;
- ter mente e corpo que não prejudiquem a sua iniciação e o seu reconhecimento dentro da ordem;
- ter meios próprios para seu sustento e o de sua família;
- submeter-se, sem constrangimento, a pesquisa de toda a sua vida (moral, intelectual, material e espiritual);
- ser inquirido e estudado por no mínimo três Mestres Maçons, juntamente com a esposa, se casado;
- ser bem aceito no local de trabalho, pelos vizinhos e no ambiente social em que vive;
- participar ativamente de alguma entidade filantrópica (usuário não é bem aceito na Maçonaria);
- ser fiel cumpridor dos deveres pactuados e ter bom crédito nos meios comerciais;
- não possuir antecedentes criminais.

Por outro lado, os objetivos da maçonaria complementam e não contradizem as crenças religiosas, como alguns daqueles que a combatem querem fazer crer. A maçonaria não é um credo ou seita religiosa. Dessa forma, aceita todos os homens livres e de bons costumes, sejam eles cristãos, judeus, muçulmanos, budistas, ou de qualquer religião. O importante é que tenham a fé no Supremo Arquiteto do Universo, o Criador.

Dentro desse espírito de tudo fazer para melhorar o bem-estar de seus semelhantes, os maçons estiveram presentes em todos os fatos importantes da história brasileira, podendo-se destacar, ainda no século XVIII, os episódios da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana.

Consta dos Anais Maçônicos, publicados em 1832, que "no ano de 1800, cinco maçons des seus dispersos formaram uma loja e começaram, com inviolável segredo, a iniciar pessoas que gozavam de crédito,

instruídas e bem morigeradas. Essa primeira loja, que se chamou União, avultou logo em adeptos e como nela se incorporassem outros maçons que já então principiavam a trabalhar, em memória de concordarem todos em fazer um só corpo para melhor se coadjuvarem, chamou-se desde logo Reunião".

O período compreendido entre 1810 e 1821 representa uma época de séria perseguição à ordem maçônica por determinação da corte, tendo havido algumas lojas de que, de tão efêmeras, não se guardou sua memória. Também se viu, na Insurreição Pernambucana de 1817, a influência da maçonaria, mesmo estando ela quase na clandestinidade, o que deu mais força ainda aos seus inimigos para persegui-la.

Passado o período de repressão, surgiu a Loja Comércio e Artes e, depois, a Grande Loja do Oriente do Brasil, com a elevação de José Bonifácio de Andrada, então Ministro de Estado, ao cargo de Grão-Mestre. Outras lojas foram surgindo vinculadas ao Grande Oriente do Brasil, como a União e Tranquilidade e a Esperança de Niterói.

Desse período de maior liberalidade até chegar-se à Independência do Brasil, foi necessário, por assim dizer, apenas mais um passo, com a atuação destacada dos maçons. E outros períodos ou episódios marcantes de nossa história, como a Regência, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, sempre contaram com a participação ativa de maçons ilustres.

No período republicano, a maçonaria, apesar de crescer e de diversificar suas atividades pelo País, foi perdendo o poder de influência no Estado brasileiro. Dessa forma, chegou até os nossos dias como uma associação que busca guiar-se pelas diretrizes que a nortearam desde o princípio: a fraternidade e a filantropia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, creio ser da maior justiça a instituição e comemoração da data de 20 de agosto como o Dia Nacional do Maçom. O Brasil deve muito à maçonaria e pode mencionar personagens importantíssimas de nossa história que pertenceram aos seus quadros, como José Bonifácio de Andrada, José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Frei Caneca, Hipólito José da Costa, o Senador Nicolau Vergueiro, Saldanha Marinho, o Visconde do Rio Branco, o Duque de Caxias, o Marechal Deodoro da Fonseca, Quintino Bocaiuva, Nilo Peçanha, entre outros. Mencionar os grandes brasileiros do século XX que pertenceram às fileiras maçônicas seria estender por demais esta fala, que eu pretendia a mais breve possível.

Entendo que é justa a homenagem e a instituição do Dia Nacional do Maçom e que, sem a participação de homens tão bem intencionados e tomados pelo espírito de fraternidade, o Brasil não teria chegado a essa posição de destaque que hoje ocupa no conceito das nações.

É com muita justiça que esta data já recebeu inclusive uma homenagem dos Correios, com a emissão de um selo comemorativo em 20 de agosto de 1992, sobre o Dia Nacional do Maçom e o reconhecimento ao Grande Oriente do Brasil.

Quero aproveitar também o transcurso de mais um 20 de agosto para cumprimentar e homenagear todos aqueles que pertencem a essa instituição benemérita, a maçonaria. Sem ela, a história do Brasil teria sido escrita de forma bastante diferente.

As exigências mencionadas para quem deseja fazer parte dessa organização multissecular nos dão a certeza de que, para ser maçom, é preciso ser homem de bem e ter disposição para trabalhar em favor dos semelhantes.

Pode parecer pouco, mas estamos vivendo uma época de individualismo exacerbado, em que aqueles que se dispõem a ajudar os semelhantes merecem o nosso respeito e admiração.

Parabéns, maçom, pelo seu dia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 452, DE 2001

Nos termos do art. 336, II, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2001, advindo da aprovação da Mensagem (SF) nº 247, de 2000, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia–Brasil – TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia–Brasil”.

Sala das Comissões, de 2001. – **Lúcio Alcântara – José Agripino – José Fogaça – Jonas Pinheiro – Geraldo Melo – José Alencar – Eduardo Suplicy – Bello Parga – Paulo Souto – José Coelho – Freitas Neto – Wellington Roberto – Carlos Bezerra – Roberto Saturnino.**

REQUERIMENTO Nº 453, DE 2001

Nos termos do art. 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 35, de 2001, advindo da aprovação do OFS nº 29/2001 que, “Encaminha ao Senado Federal, manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do Município de Juiz de Fora (MG) para contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais), com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do município”.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2001. – **Lúcio Alcântara – José Alencar – Paulo Hartung – José Eduardo Dutra – Bello Parga – Jonas Pinheiro – José Coelho – Paulo Souto – Freitas Neto – Roberto Saturnino – Eduardo Suplicy – José Agripino – Wellington Roberto – José Fogaça – Carlos Bezerra.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do disposto do art. 340, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, Propostas de Emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2001

Altera o § 3º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha dos candidatos ao cargo de Procurador-Geral do Estado e do Distrito Federal e Territórios será feita mediante processo eletivo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 3º do art. 128 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 128.
.....

§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios escolherão mediante eleição, dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, o seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução."

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como assinalamos em proposta correlata na qual preconizamos o mesmo processo para a escolha do Procurador-Geral da República, desde a Constituição Republicana de 1891, o Estado brasileiro adota como princípio estruturante fundamental o conhecido princípio da tripartição de funções (ou da separação dos poderes), segundo o modelo consagrado na Constituição norte-americana de 1787, a partir do qual os Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), embora devam atuar com desejável independência, são estruturados, na verdade, de forma nitidamente interdependente.

Assim é que, na conformidade desse sistema, o Chefe do Poder Executivo escolhe e nomeia, por exemplo, após aprovação do Senado Federal, os membros da mais alta corte de justiça do País — o Supremo Tribunal Federal. Como se vê, no exemplo dado, da investidura de membros do mais importante órgão do Judiciário, atuam também os dois ou três Poderes, tudo na expectativa de que, ao final, funcionem, entre si, com a desejável harmonia. Até por simetria, procedimento semelhante é transplantado para o âmbito dos Estados e do Distrito Federal, observando a investidura dos candidatos ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça local as mesmas características, observe-se, no entanto, que o Legislativo e o Executivo não interferem na escolha do Presidente do Poder Judiciário, seja ele estadual, seja nacional.

Ocorre que, embora tendo como sábia referência, em casos da espécie, a experiência constitucional norte-americana, o constituinte brasileiro, ao adaptar, com o passar do tempo, o referido modelo à nossa realidade, terminou consagrando em nossas leis constitucionais processos de investidura que, na verdade, terminam por infringir a própria lógica subjacente ao sistema em comento.

Esse parece ser o caso, **concessa venia**, não apenas do processo de investidura no cargo de Procurador-Geral da República, apontado na outra pro-

posta inicialmente referenciada, mas também dos cargos de Procurador-Geral do Estado e do Distrito Federal e Territórios, cujos titulares, segundo a atual redação do § 3º do art. 128 da Lei Maior, o respectivo Governador não apenas nomeia, mas também indica à aprovação do Legislativo local. Portanto, termina escolhendo aquele que irá exercê-lo!

É certo que, nos casos aqui enfocados, o Governador faz a escolha a partir de uma lista tripartite organizada pela própria categoria. Contudo, sobra-lhe, sempre, certa margem de manobra, a nos sover, suscetível de criá-lo no indicado à aprovação do Legislativo local certo conflito de interesses. Afinal, apesar do reduzido universo de escolha, termina havendo preterição de dois outros candidatos, sem esquecer, ainda, que pode ocorrer, posteriormente, pelo menos uma recondução.

Ora, o Ministério Público, como é notório, não integra qualquer dos clássicos três Poderes do Estado, em ordem a justificar-se a adoção do apontado mecanismo. Trata-se, na verdade, de instituição fundamental ao bom funcionamento do Estado Democrático de Direito que adotamos, mercê da sua essencialíssima função de fiscal da fiel execução das leis, um mister em que, reconhecidamente, se apresenta como requisito essencial à independência não apenas de seus integrantes, mas sobretudo de quem lhe exerce a chefia.

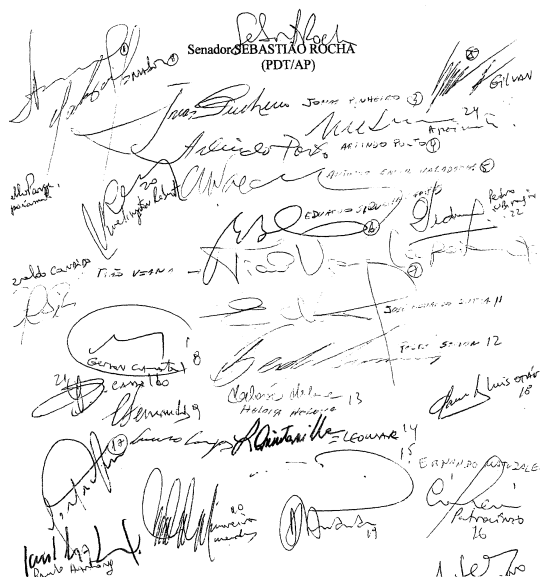
De outra parte, dada a sua condição de chefes da referida instituição em nível estadual, detêm ainda os Procuradores-Gerais a legitimidade exclusiva para ajuizar ações e encetar procedimentos sem os quais ficaria seriamente prejudicada a função de **custos legis** cometida ao Ministério Público que dirigem. É o caso, por exemplo, de procedimentos que envolvam apurações contra autoridades do Governo estadual, os quais dificilmente serão iniciados se o Procurador-Geral mantiver quaisquer laços de vinculação com o Poder Executivo local, até mesmo o singelo sentimento de gratidão pela escolha para o cargo.

Em suma, parece-nos mais do que evidenciado pela nossa experiência histórica que o atual processo de investidura adotado nos casos em tela termina por solapar o nível de independência que se espera dos chefes do Ministério Público nos Estados e no Distrito Federal e Territórios.

A alternativa que ora submetemos à apreciação do Congresso Nacional, de escolha por eleição entre os membros da carreira, em nosso entender, afasta os apontados inconvenientes, propiciando aos vários órgãos do Ministério Público nos Estados e no Distrito

Federal e Territórios uma atuação muito mais eficaz e independente.

Sala das Sessões, 21 de agosto 2001. – Senador **Sebastião Rocha** – PDT/AP.



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 128.* O Ministério Público abrange:

I – o Ministério Público da União, que compreende:

- a) o Ministério Público Federal;
- b) o Ministério Público do Trabalho;
- c) o Ministério Público Militar;
- d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II – os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice

dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2001**

Altera a redação do art. 46 da Constituição, para estabelecer que o suplente de senador somente substituirá o titular temporariamente.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º O § 3º do art. 46 da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 46.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes, para substituí-lo nos seus afastamentos e impedimentos temporários.

§ 4º Havendo vaga, será convocada eleição suplementar para 60 dias após, devendo o suplente assumir o mandato até a posse do senador eleito, salvo se faltarem seis meses ou menos de mandato, hipótese em que o suplente assumirá até o final do mandato.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, respeitados os direitos dos atuais suplentes diplomados.

Justificação

A questão dos suplentes de senadores é tormentosa, visto que gera sérios e abalizados questionamentos quanto à legitimidade dos mandatos que muitos exercem por longos períodos.

Entretanto, apesar das discussões, nada ainda foi aprovado nesta Casa ou na Câmara dos Deputados, no sentido de conferir maior legitimidade aos suplentes, mesmo havendo várias propostas em tramitação.

A presente proposição vem somar-se às outras, já em tramitação no Senado, porém dando um tratamento diferenciado à matéria.

Entendemos que a despeito das críticas feitas, numa representação igualitária, como a da Casa da Federação, não pode um Estado ficar sem um de seus representantes por períodos relativamente lon-

gos – e a regra do § 2º do art. 56 só admite a chamada de eleição suplementar faltando mais de quinze meses para o término do mandato, quando não houver suplente – o que torna imprescindível a adoção de procedimento que assegure a substituição, no caso do Senado.

O que propomos é que o substituto do senador eleito, o suplente, assumam apenas temporariamente a cadeira, nos afastamentos e impedimentos e até a posse do novo titular eleito, na hipótese de vacância, sendo que essa vaga deverá ser disputada em eleição suplementar a realizar-se sessenta dias após a declaração de vaga, desde que falem mais de seis meses para o término do mandato. Esse prazo está estabelecido para evitar o desperdício com eleições sucessivas, visto que no último período do mandato, já se estará em disputa o mandato sucessivo.

Sem prejuízo do respeito que nos merecem todos os senadores, é incontestável que os suplentes hoje com assento nesta Casa são em número significativo e que, nesta nova fase da política brasileira, há que se tomar medidas que assegurem legitimidade aos representantes, só conferida pelo voto.

Daí porque diferenciarmos o afastamento temporário – quando o suplente assumiria – do definitivo, em que a assunção do mandato se daria por prazo determinado, suficiente à realização de eleições suplementares. A sociedade está a exigir o aprimoramento do processo político e o Senado Federal tem de dar respostas a essa demanda.

Essas as razões que nos levam a apresentar à Casa mais esta alternativa para a solução da problemática dos suplentes de senadores.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – Senador **Paulo Hartung** – PPS/ES.

SENADOR	ASSINATURA	SENADOR	ASSINATURA
2 ALVARO		15	
3 CSMAR		16	
4 Lafayette		17	
5		18	
6 VALADARES		19	
7 Luiz Otávio		20	
8 HELISA		21	
9		22	
10		23	
11 CARLOS BEZERRA		24	
12		25	
13		26	
14		27	

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Art. 56. Não perderão mandato o Deputado ou Senador:

I – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária; II – licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preencher a vaga faltando mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido de apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2001, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que "denomina Rodovia Gaspar Silveira Martins o trecho da rodo-

via BR – 153, que liga a cidade de Aceguá à rodovia BR – 290, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Presidência anuncia ao Plenário que o projeto foi aprovado terminativamente pela Comissão de Educação e teve elaborada a redação do texto final pela Comissão Diretora para promoção de adequação redacional.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo, nos termos do art. 98, Inciso V, do Regimento Interno, a redação do texto final do projeto, que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lida a seguinte:

PARECER Nº 798, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação do texto final do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2001.

A Comissão Diretora apresenta a redação do texto final do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2001, que denomina Rodovia Gaspar Silveira Martins o trecho da rodovia BR-153 que liga a cidade de Aceguá à rodovia BR-290, no Estado do Rio Grande do Sul, aprovado terminativamente na Comissão de Educação, com alterações redacionais para adequação do nome parlamentar do homenageado.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de agosto de 2001. – **Edison Lobão – Mozarildo Cavalcante – Antonio Carlos Valadares – Maria do Carmo Alves.**

ANEXO AO PARECER Nº 798, DE 2001

Denomina Rodovia Senador Silveira Martins o trecho da rodovia BR-53 que liga a cidade de Aceguá à rodovia BR-290, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominado “Rodovia Senador Silveira Martins” o trecho da rodovia BR-153 que liga a cidade de Aceguá à rodovia BR-290, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O projeto, nos termos da redação do texto final que acaba de ser lido, vai à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 1099-L-PFL/2001

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.203, de 8 de agosto de 2001, que “institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento à população atingida pelos efeitos da estiagem, incluída na região do Semi-Árido, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado **Francisco Coelho**

Deputado **Paulo Magalhães**

Suplente:

Deputado **Carlos Alberto Rosado**

Deputado **João Carlos Bacelar**

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

OFÍCIO Nº 1100-L-PFL/2001

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.204, de 8 de agosto de 2001, que “abre crédito extraordinário ao Orçamento de investimento para 2001, em favor de diversas empresas do Grupo Eletrobrás, no valor total de R\$1.145.202.481,00, para os fins que especifica”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado **Mauro Fecury**

Deputado **Yvonilton Gonçalves**

Suplente:

Deputado **Moreira Ferreira**

Deputado **Pedro Irujo**

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

OF. GLPMDB Nº 178/200

Brasília, 21 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador José Sarney,

como membro titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Nova da Costa, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 523

Brasília, 21 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PMDB, que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 2.203, de 8 de agosto de 2001, em substituição aos anteriormente designados.

Titular

Fernando Diniz

Suplente

Armando Monteiro

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 143, DE 2001**

Altera a redação do art. 43 da Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar hipóteses de suspensão de registro de cadastros de devedores, a pena por cobrança indevida e a caracterização de dano moral pela inclusão indevida em cadastro de devedores, definindo os limites da indenização.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação do art. 43 da Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar hipóteses de suspensão de registro de cadastros de devedores, a pena por cobrança judicial indevida, a caracterização de dano moral pela inclusão indevida em cadastro de devedores e os limites de indenização aplicáveis.

Art. 2º O art. 43 da Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43.

§ 6º Impugnada judicialmente em ação, contestação ou embargos do devedor a cobrança de débitos do consumidor, o juiz determinará a suspensão do registro no cadastro de devedores, fixando, desde logo, multa de quinze a vinte por cento do valor do débito para o caso de ser julgada insubsistente a impugnação.

§ 7º Se a impugnação for parcial, poderá o devedor oferecer a depósito judicial, em dinheiro, o valor que entender devido; após o depósito, o juiz determinará a suspensão do nome no cadastro e fixará pena de multa de dez a quinze por cento do valor do débito, para a hipótese de a oferta ser insuficiente.

§ 8º Sem prejuízo de eventual reparação moral cabível, julgada indevida ou excessiva a cobrança, na mesma sentença o juiz condenará o cobrador na pena prevista no art. 1.531 do Código Civil, arbitrando o valor.

§ 9º o lançamento indevido do nome do consumidor no registro de bancos de dados e cadastro de consumidores, ou sem obedecer as formalidades estabelecidas neste artigo, importa dano moral indenizável, ao prudente arbítrio do juiz, considerando a capacidade econômica do autor da ofensa e o sentido pedagógico da punição.

§ 10. A indenização arbitrada nos termos do parágrafo anterior será de no mínimo o equivalente a duas prestações até o máximo de dez vezes o valor do crédito concedido.

§ 11. São solidariamente responsáveis pelo registro e por eventuais reparações de erros ou danos a pessoa que requerer o registro e a própria entidade gestora do banco de dados.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A questão do registro do nome do consumidor nos bancos de dados de proteção ao crédito ainda carece de melhor disciplinamento legal.

Muitos abusos são cometidos e a reparação dos danos que originam nem sempre se dá de maneira rápida como deveria, visto que a legislação processual em vigor favorece a chicana processual e não há especificação legal dos parâmetros.

O presente projeto altera a redação do art. 43 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir seis novos parágrafos:

– o § 6º, inclui o questionamento judicial da cobrança como causa suspensiva da informação negativa do consumidor, sujeitando o devedor, na hipótese de insubsistência da impugnação, a multa de 15 a 20% do valor do débito;

– o § 7º, para estabelecer a possibilidade de suspensão judicial do registro na hipótese em que o devedor não questiona o débito mas sim o seu valor, desde que deposite à conta do juízo o valor que entender devido, devendo a ordem do juiz predeterminedinar a multa para a hipótese de a oferta ser julgada insuficiente;

– o § 8º, determinando que a cobrança indevida ou excessiva importará na condenação do cobrador nas penas previstas no art. 1.531 do Código Civil;

– o § 9º, para estabelecer que o registro indevido do consumidor em bancos de dados de proteção ao crédito importa dano moral – indenizável por arbitramento do juiz;

– o § 10, estabelecendo parâmetros à condenação judicial, que deverá situar-se entre duas prestações e dez vezes o valor do crédito concedido;

– o § 11, estabelecendo a solidariedade entre quem solicitar o registro e a entidade gestora do banco de dados.

Com o estabelecimento de co-responsabilidade, espera-se minimizar os danos causados aos consumidores, visto que o próprio gestor do banco de informações, para se acautelar, solicitará documentos do solicitante do registro.

Por outro lado, a par de estabelecer a possibilidade de suspensão do registro na hipótese de impugnação, total ou parcial, do débito, estabelece o projeto multa para o caso de a impugnação ser declarada insubsistente.

Caracteriza como causadora de dano moral a inclusão indevida, ou em desobediência às formalidades legais, em cadastro de inadimplentes e estabelece limites mínimo e máximo para a fixação da indenização.

Os limites estabelecidos ao arbitramento de danos morais nas relações de consumo confere ao juiz amplitude que lhe permita, ponderando as variáveis

factuais, estabelecer reparação plena do dano. Por exemplo, na hipótese de um assalariado que ganha um salário mínimo e que necessita do crédito para adquirir os bens de que necessita, se for lançado indevidamente no rol dos devedores em face de um crédito de R\$50,00, não venha a receber uma indenização de cinco ou dez reais, que se ria paga por uma grande loja de departamentos sem qualquer agravo para esta. Em hipóteses como tais, por certo o juiz poderá estabelecer a indenização de até quinhentos reais, o que já passa a ser significativa tanto para o consumidor quanto para o lojista. Em contrapartida, na hipótese de financiamento de um veículo, poderá adotar como parâmetro um determinado número de prestações, a fim de não promover o enriquecimento sem causa do consumidor.

É importante transcrever o art. 1.531 do Código Civil, adotado como pena a ser aplicada por cobrança indevida. Aquele dispositivo estabelece:

Art. 1.531. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas, ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se, por lhe estar prescrito o direito, decair a ação.

Há certa liberalidade dos tribunais quanto à aplicação da penalidade prevista no art. 1.531 do Código Civil, entendendo de exigir prova inequívoca da má-fé daquele que procede à cobrança indevida para a incidência da pena.

Esta não nos parece a melhor solução no atual quadrante em que as informações se propagam a velocidades espantosas. Qualquer cobrança indevida tem efeitos imediatos na vida do cidadão, no seu acesso ao crédito, daí porque, entendendo ser necessário conferir objetividade ao dispositivo, dispensando, inclusive, a necessidade de nova demanda para cobrar a aplicação da pena.

Pelo texto proposto, a mesma sentença que julgar improcedente ou parcialmente procedente a cobrança, deverá condenar aquele que cobrou indevida ou excessivamente na pena prevista na legislação civil.

Essas as razões que nos levam a apresentar o presente projeto.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – Senador **Paulo Hartung**, PPS/ES.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 9.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

SEÇÃO VI
**Dos Bancos de Dados e
Cadastros de Consumidores**

Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a períodos superior a cinco anos.

§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

§ 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

§ 4º Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

§ 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

CÓDIGO CIVIL

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916

Art. 1.531. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas, ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se, por lhe estar prescrito o direito, decair da ação.

*(À Comissão de constituição justiça e
Cidadania – decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 144, DE 2001**

Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para determinar a responsabilidade sucessória do adquirente, a qualquer título, de empreendimento imobiliário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para determinar a responsabilidade sucessória do adquirente de empreendimento imobiliário.

Art. 2º Acrescente-se o seguinte art. 31-A à Lei 4.591, de 16 de dezembro de 1964:

“Art. 31-A. Aquele que adquirir, por qualquer meio ou forma, todo o empreendimento imobiliário que caracterize incorporação imobiliária que já tenha frações prometidas à venda, sucederá o antigo incorporador em direitos e obrigações perante os promitentes compradores de frações ou unidades.

Parágrafo único. Havendo cessão de créditos e aquisição paralela do imóvel, o cessionário será solidariamente responsável, perante os promitentes compradores de frações ou unidades, pelas obrigações assumidas pelo incorporador-cedente.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Temos assistido no mercado imobiliário brasileiro verdadeiras afrontas à poupança popular, sem que os consumidores tenham o mínimo de garantias de que o sonho da casa própria venha a tornar-se um pesadelo com dimensões reais.

O famoso caso “Encol”, uma potência imobiliária que ruuiu e com a sua ruína levou ao desespero e ao prejuízo milhares de famílias brasileiras, é exemplar no sentido de que a sucessão do incorporador por outro, nem sempre assegura aos adquirentes de unidades os seus direitos.

O presente projeto visa estabelecer a sucessão legítima, em direitos e obrigações, do incorporador originário pelo adquirente do empreendimento, a fim de assegurar o cumprimento dos contratos.

Como, todavia, pode-se fazer a sucessão por ato simulado, mediante cessão de direitos e paralela

compra do imóvel em si, o projeto prevê que nesta hipótese haverá responsabilidade solidária entre o adquirente-cessionário e o incorporador-cedente.

Conferir maior proteção ao adquirente de frações em incorporação imobiliária é o objeto deste projeto que, confio, sem prejuízo de aperfeiçoamentos, receberá o aval de meus pares.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – Senador **Paulo Hartung**, PPS/ES.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 31. A iniciativa e a responsabilidade das incorporações imobiliárias caberão ao incorporador, que somente poderá ser:

a) o proprietário do terreno, o promitente comprador, o cessionário deste ou promitente cessionário com título que satisfaça os requisitos da alínea **a** do art. 32;

b) o construtor (Decreto nº 23.569, de 11-12-33, e 3.995, de 31 de dezembro de 1941, e Decreto-lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946) ou corretor de imóveis (Lei nº 4.116, de 27-8-62).

§ 1º No caso da alínea **b**, o incorporador será investido, pelo proprietário de terreno, o promitente comprador e cessionário deste ou o promitente cessionário, de mandato outorgado por instrumento público, onde se faça menção expressa desta lei e se transcreva o disposto no § 4º do art. 35, para concluir todos os negócios tendentes à alienação das frações ideais de terreno, mas se obrigará pessoalmente pelos atos que praticar na qualidade de incorporador.

§ 2º Nenhuma incorporação poderá ser proposta à venda sem a indicação expressa do incorporador, devendo também seu nome permanecer indicado ostensivamente no local da construção.

§ 3º Toda e qualquer incorporação, independentemente da forma por que seja constituída, terá um ou mais incorporadores solidariamente responsáveis, ainda que em fase subordinada a período de carência, referido no art. 34.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 145. DE 2001**

Altera o art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política agrícola”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 94, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 94. O Poder Público incentivará prioritariamente:

.....
V – o estabelecimento de tarifas especiais para promover o desenvolvimento da aquicultura. (AC)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A aquicultura constitui-se numa das atividades mais promissoras tanto do ponto de vista econômico quanto social e ambiental. A pesca predatória praticada em passado recente reduziu o estoque de várias espécies

e colocou em perigo de extinção outras tantas, além de comprometer a sobrevivência das comunidades de pescadores artesanais.

A produção de peixes, moluscos e crustáceos, além de garantir alimentos ricos em proteína para a população em geral, permite aos produtores rurais aumentar sua renda, preservando o meio ambiente e garantindo a sustentabilidade da atividade em médio e longo prazos.

A energia elétrica é um dos principais fatores de produção da aquicultura, mas seu elevado custo constitui um dos obstáculos para o aumento da produção em nosso meio.

Assim, ao propor o acréscimo ao art. 94 da Lei nº 8.171, de 1991, a chamada Lei Agrícola, de dispositivo sobre o fornecimento de energia elétrica a preços especiais para incentivar a aquicultura, acreditamos estar dando um passo importante para desenvolvimento do setor.

Com este procedimento, dentro das atribuições desta Casa, buscamos garantir o respaldo legal para o estabelecimento de uma política de fornecimento de energia elétrica com tarifas diferenciadas para a aquicultura.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – Senador **Luiz Pontes**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a política agrícola.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO XXI
Da Eletrificação Rural

Art. 94. O Poder Público incentivará prioritariamente:

I – atividades de eletrificação rural e cooperativas rurais, através de financiamentos das instituições de crédito oficiais, assistência técnica na implantação de projetos e tarifas de compra e venda de energia elétrica, compatíveis com os custos de prestação de serviços;

II – a construção de pequenas centrais hidrelétricas e termoelétricas de aproveitamento de resíduos agrícolas, que objetivem a eletrificação rural por cooperativas rurais e outras formas associativas;

III – os programas de florestaamento energético e manejo florestal, em conformidade com a legislação ambiental, nas propriedades rurais;

IV – o estabelecimento de tarifas diferenciadas horzonais.

(À Comissão de Assuntos Econômicos
– Decisão Terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 146, DE 2001**

Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição, pelo Município, de veículo automotor coletivo destinado ao transporte escolar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, até 31 de dezembro de 2005, os veículos automóveis para transporte de nove pessoas ou mais, incluindo o motorista, classificados na posição 8702 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, quando adquiridos pelos municípios e destinados ao transporte escolar.

Art. 2º A isenção será reconhecida pela repartição competente do Ministério da Fazenda, mediante

prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta lei.

Art. 3º Fica assegurada a manutenção do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nesta lei.

Art. 4º A destinação do veículo adquirido nos termos desta lei em finalidade diversa da referida no art. 1º, bem como sua alienação, antes de cinco anos contados da data de sua aquisição, a pessoa que não satisfaça às condições nela estabelecidas, sujeita ao alienante ao pagamento do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A situação do transporte escolar em muitos municípios brasileiros, caracterizada pela inexistência de veículos, pelo péssimo estado de conservação dos poucos existentes e pela utilização de veículos inadequados ao transporte de alunos, sobretudo de crianças e adolescentes, tornou-se motivo de grande preocupação de toda a sociedade brasileira. Não têm sido raros os casos de acidentes fatais, conforme veiculados na imprensa, que atingem, no mais das vezes, estudantes dos estados e municípios mais carentes da Federação, os quais não possuem qualquer outra possibilidade de se deslocar para as escolas além do transporte, quase sempre irregular, oferecido pelas prefeituras municipais.

São comuns os relatos de transporte escolar realizado em veículos que não reúnem as condições mínimas de segurança, e muitas vezes realizado até em veículos inadequados ao transporte de passageiros, como os caminhões e camionetas do tipo “pau-de-arara”. Não há dúvida de que esse estado lastimável do transporte escolar tem que ser modificado o mais breve possível.

Num cenário como esse, não se pode compreender que a aquisição de veículos coletivos, pelas prefeituras, destinados ao transporte gratuito de alunos, possa ser objeto de tributação. Esse tipo de transporte é dever do Poder Público e requer não só a substituição de veículos inadequados ou em mau estado de conservação, por veículos novos, como também a própria aquisição onde estes ainda não existam. Vale dizer, os municípios não podem deixar de fornecer aos alunos que residam em localidades distantes meios de transporte seguros e com um mínimo

de conforto, sob pena de subtrair-lhes o sagrado direito à educação.

De fato, conforme dados do próprio Ministério da Educação, a falta do transporte escolar tem constituído um dos motivos para a evasão escolar. Sofrem com isso os alunos do ensino regular; sofrem ainda mais os alunos portadores de necessidades especiais, haja vista que a maioria deles, que provém de classe menos favorecida, não reúne condições para o próprio deslocamento, e a ausência de um serviço público de transporte impede seu acesso à escola.

A ação do Ministério da Educação na solução desse problema não tem conseguido senão resultados tímidos, uma vez que os recursos disponibilizados por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino – FNDE para a aquisição de veículos não têm satisfeito às necessidades da maioria dos municípios carentes do País.

Outras medidas devem ser adotadas, como a abertura de linhas de crédito e a transferência de recursos orçamentários da União e dos estados para os municípios com finalidade exclusiva da aquisição de veículos para o transporte escolar. Neste projeto, entretanto, por determinação do art. 150, § 6º, da Constituição, que exige lei específica, somente podemos tratar da isenção do IPI.

Tal isenção, que importa redução no preço final do veículo, seria um importante incentivo à aquisição de novos veículos e à substituição da frota antiga. O mesmo deveria ocorrer em relação ao ICMS, cuja decisão, porém, refoge à competência do Congresso Nacional, estando a cargo do Confaz. A desoneração de ambos os tributos despertaria, com certeza, nos municípios, um interesse especial na aquisição de novos veículos, com duas conseqüências altamente positivas, sendo, a primeira delas, a própria mitigação do grave problema do transporte escolar.

A outra conseqüência seria o provável aumento nas vendas de ônibus, microônibus e “vans”, que minimizaria a renúncia fiscal decorrente da isenção, em face do aumento na arrecadação de outros tributos federais, tais como o Imposto de Renda, a contribuição para o PIS, a Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Finalmente, não se pode deixar de considerar que 25% da receita do IPI, por determinação constitucional, compõe o Fundo de Participação dos Municípios, bem com a parcela do Fundo de Exportação pertencente aos municípios, de forma que os próprios municípios arcariam com parte da renúncia envolvida neste projeto.

Estando, assim, convicto da relevância da proposta, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – Senador **Luiz Pontes**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos-decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2001

Dispõe sobre a obrigatoriedade de selo ambiental para produtos a serem exportados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o selo ambiental obrigatório para todo produto industrializado ou semi-industrializado a ser exportado.

Parágrafo único. O selo será concedido ao produto que esteja em conformidade com as normas ambientais vigentes.

Art. 2º O selo de que trata o art. 1º será normalizado e concedido pelo órgão federal competente, que poderá cobrar uma taxa de serviço pela concessão.

Parágrafo único. A União poderá celebrar convênio com estados e municípios para dar cumprimento ao determinado nesta lei e seu regulamento.

Art. 3º A inobservância do disposto nesta lei e em seu regulamento sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 180 dias a partir da data de sua publicação.

Justificação

Os selos ambientais, também conhecidos como selos verdes ou rótulos ecológicos, têm por finalidade atestar que o produto certificado atende aos padrões ambientais vigentes e está em conformidade com as leis, regulamentos e outras normas técnicas correlatas à preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

A compreensão, por grande parte da sociedade, da exigência e da importância da manutenção do equilíbrio ambiental, fruto do advento do conceito de desenvolvimento sustentável, tem propiciado uma desejável mudança nos padrões de consumo.

Observa-se, assim, uma demanda crescente por serviços e produtos que causem menor impacto ambiental – sobretudo nos países desenvolvidos, cujos consumidores não hesitam em pagar mais pelos chamados “produtos verdes”.

Os selos ambientais, além de informar a sociedade a respeito da qualidade ambiental do produto, cumprem outro papel, não menos importante: ao conscientizar e incentivar a sociedade a consumir bens “ambientalmente corretos”, induzem mudanças nas atividades produtivas, em prol de tecnologias e processos menos agressivos ao meio ambiente.

Adotar o modelo de rotulagem ambiental proposto seria, por conseguinte, uma forma de a sociedade exigir um comportamento ético e ecológico do setor empresarial. Os agentes econômicos estariam, desse modo, compelidos a incorporar a variável ambiental nos processos produtivos, adaptando-se de forma mais acelerada às normas e padrões ambientais vigentes.

Julgamos que o selo ambiental constitui, sem nenhuma dúvida, um instrumento eficaz tanto para a adequação dos empreendimentos nacionais aos novos conceitos e exigências ambientais, numa economia cada vez mais globalizada, quanto para o fortalecimento da consciência ecológica que já floresce no seio da sociedade.

Pelas razões citadas, contamos com o apoio dos nobres colegas senadores para o aperfeiçoamento e a aprovação de nossa proposta.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – Senador **Gerson Camata**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 9.605, DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
Disposições Gerais**

Art. 1º (VETADO)

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 270, DE 1999**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 27, de 1999)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agro-indústria, tendo

Pareceres sob nºs 1.075, de 1999 e 715, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, **1º pronunciamento** (sobre o Projeto): favorável, com votos contrários dos Senadores José Fogaça, Paulo Souto, Geraldo Althoff, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos e Bello Parga; **2º pronunciamento** (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): favorável, nos termos da Subemenda nº 1-CAE (Substitutiva) à Emenda nº 1-Plen.

A matéria constou da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 16 do último, quando teve a sua votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação.

Os Líderes poderão orientar suas Bancadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 454, DE 2001

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso II do art. 279 do Regimento Interno, requiro adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, a fim de que seja reexaminado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – **Romero Jucá**.

Justificação

O referido reexame é importante para que se encontre um texto na CAE que possibilite priorizar os

investimentos, sem no entanto, engessar os recursos do BNDES. Com a concordância do autor do projeto pretende-se encontrar fórmula que atenda ao espírito da proposição.

Brasília, 16 de agosto de 2001. – **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente peço a palavra apenas para fazer um registro de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar que fiz esse requerimento em concordância com o Senador Álvaro Dias, no sentido de buscar, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma nova redação que possibilite, de um lado, a priorização de recursos do BNDES para o financiamento da agroindústria, mas, de outro lado, se não houver projetos viáveis aprovados no sentido de financiar a agroindústria, que os recursos possam ser direcionados para outro tipo de atividade econômica.

Portanto, em consonância com o Senador Álvaro Dias, em decorrência dos debates da sessão anterior, apresentei esse requerimento e peço a sua aprovação, para que possamos encontrar um texto de comum acordo e atender aos anseios e objetivos do Senador Álvaro Dias quanto à questão de priorizar investimentos no setor da agroindústria brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino para encaminhar a votação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também me manifestar favoravelmente ao requerimento do Senador Romero Jucá, de vez que, no momento da votação da última sessão, chegou-se ao consenso de que é louvável o mérito do projeto.

Entretanto, a forma pela qual ele está redigido poderia resultar numa inviabilidade para o banco, mas é perfeitamente possível conciliar o mérito com uma outra redação, que seja facilmente elaborada, numa nova audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo em vista a concordância de todos, inclusive a do Senador Álvaro Dias.

Creio que a iniciativa merece o nosso apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, para encaminhar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concordo com o requerimento, até por que essa emenda substitutiva, aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, é um absurdo! Vamos refazer o debate a respeito do projeto original do Senador Álvaro Dias, que é polêmico. Podemos discutir a questão de estabelecer quotas para esse ou aquele setor ou para tamanho de empresa. Porém, a emenda substitutiva, aprovada pela CAE, é um retrocesso em relação à situação atual.

O documento diz o seguinte: "Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico obrigado a enviar, ao Senado Federal, anualmente, quanto à aplicação de suas demonstrações financeiras anuais, no **Diário Oficial**, informações sobre as operações efetuadas no período".

Ora, atualmente, qualquer Senador, de acordo com a Constituição, pode solicitar essas informações, e o banco tem de encaminhá-las. Se aprovarmos essa lei como está, o banco dirá: "Não. Só enviarei uma vez por ano. Não adianta fazer requerimento de informação, ao longo do ano, porque V. Ex^{as} votaram uma lei que diz que o envio deve ser feito uma vez por ano".

O parágrafo único, então, com todo respeito, Sr. Presidente, é risível! Ele diz que, "a critério da Comissão de Assuntos Econômicos, o Ministro a ela comparecerá para completar a informação". Isso também já é atribuição da Comissão.

Portanto, concordo com o reexame. Quando chegar lá, a Comissão deve estabelecer esse substitutivo que votou. Devemos analisar ao projeto final e, a partir dele, encontrar a alternativa.

Voto a favor do requerimento.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para aplaudir a iniciativa do Senador Romero Jucá, que pretende preservar a idéia do projeto original, já que as questões levantadas neste debate implicam a necessidade de mudanças. E, evidentemente, atendendo a uma sugestão do Senador Roberto Saturnino, even-

tuais desvios que o projeto aprovado poderia provocar seriam corrigidos por si só. Ou seja, o percentual de 22% seria alcançado desde que os projetos apresentados para o setor agroindustrial fossem compatíveis, técnica e economicamente.

Parece-me que é uma alteração simples, que permitirá o aproveitamento da proposta como forma de estimular a agroindustrialização no País, localizando melhor a população no interior do Brasil, gerando mais emprego, movimentando a agricultura, o comércio, aumentando a receita pública dos Municípios, enfim, contribuindo para o projeto nacional de desenvolvimento econômico com justiça social, o que, tenho certeza, todos desejamos.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também dar o meu voto favorável, uma vez que, na quinta-feira da semana passada, na sessão em que essa matéria foi votada, votei contrariamente e aqui apresentei uma argumentação contra o projeto.

Quero dizer que apenas aspectos externos à intenção do Senador Álvaro Dias me moveram nesse voto contrário, não na intenção central e essencial de se valorizar o setor de agroindústria, de se privilegiar o setor de agroindústria, motivação da qual também participo, Sr. Presidente. Apenas se trata aqui de tentar evitar os efeitos colaterais negativos, como, por exemplo, haver a obrigatoriedade de investimento num determinado setor. Muitas vezes não existem projetos viáveis ou tecnicamente compatíveis e o que acaba acontecendo é que aventureiros – havendo recursos que têm que ser obrigatoriamente colocados na rua –, irresponsáveis e até vigaristas tomam esses recursos, que são subsidiados, que são a longo prazo, para de les fazer uso indevido e, às vezes, até contrário ao interesse público e econômico do País.

De modo, Sr. Presidente, que a minha posição é simpática a uma revisão da matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos que venha a reforçar o setor da agroindústria dentro do BNDES.

Voto favoravelmente.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria exclusiva-

mente de tecer rápidas considerações a respeito da concordância com o requerimento.

Efetivamente, na última quinta-feira, o substitutivo deixou de ser votado por falta de **quorum**. Indubitavelmente, ele traz nova feição ao projeto ora em discussão, e pode, realmente, haver algum tipo de receio de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social venha a ficar manietado em função de apenas um tipo de atividade. Suponhamos que, eventualmente, no curso das operações, durante o ano, não haja propostas à altura, no setor da agroindústria, que cheguem ao teto dos 22%. Essa seria, já, uma situação a ser examinada.

Nos termos do substitutivo do Senador José Roberto Arruda, com o qual teríamos condições de tomar conhecimento do escopo e da gama variada de aplicações daquela grande instituição financeira nacional, teríamos melhores condições de fazer uma avaliação, por isso não custa nos aprofundarmos.

O mérito do projeto é bom e interessante. O Brasil precisa? Realmente, precisa. Todavia, fixar esses índices de maneira taxativa, completa, definitiva, absoluta, a mim me parece que deva merecer melhor ponderação.

Nesses termos, sou a favor do requerimento.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não estava presente na sessão da última quinta-feira quando, pelo que fui informado, se debateu muito esse projeto. Soube que o Senador Saturnino fez uma análise muito detalhada do funcionamento e da estrutura do BNDES, por isso não quero ser repetitivo.

Sou favorável ao requerimento, assim como o meu Partido, o PPS.

O BNDES é uma instituição muito importante na estrutura de governo nacional e é praticamente – não por que quer, mas pela realidade econômica – monopolista no fornecimento de crédito de longo prazo no País. Qualquer proposta, até mesmo quando bem intencionada, que venha a criar vinculações e engessamento, como o Senador Hugo Napoleão acabou de dizer, não é um bom caminho. Esta Casa pode e deve exercer as suas funções, debater as aplicações do BNDES, não só por setor, o que é muito importante, mas também regionalmente, como vem fazendo nos últimos anos. Mas esse tipo de vinculação não ajuda.

O requerimento é bom e cumpre o papel de permitir aprofundar um pouco mais o debate. Ao mesmo tempo, não tira o mérito do projeto de um Senador importante, que quer ver maiores aplicações na agricul-

tura e na agroindústria, setores de uso intensivo de mão-de-obra e importantes inclusive na pauta de exportação nacional.

Por isso, Sr. Presidente, faço essa colocação e registro a minha posição favorável ao requerimento.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, para encaminhar.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei esse projeto do Senador Álvaro Dias, tivemos reuniões da Bancada para discuti-lo, ouvimos autoridades do BNDES, e a preocupação de S. Ex^a é legítima na medida em que apresenta números mostrando que o percentual de projetos agropecuários é bastante pequeno na carteira do Banco.

É claro que não podemos estabelecer vinculações que paralise a ação do Banco e que, amanhã, possam criar uma demanda inconsistente: "Não, já que há recursos, vamos aprovar o que vier!" Isso vai levar ao fracasso dos projetos. Apenas por haver dinheiro disponível, a análise crítica dos projetos poderia, eventualmente, ser atenuada.

Vamos reexaminar então o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos e encontrar, como tantas vezes tem feito esta Casa, um ponto de equilíbrio para que se atendam os interesses do País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o Requerimento nº 454, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2:**

Votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2001** (nº 654/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 669, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 16 último, quando teve sua

discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2001

(Nº 654/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato que se refere a Portaria nº 84, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

Votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2001** (nº 655/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico "Amiga" de Registro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Registro, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 670, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 16 último, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 91, DE 2001
(Nº 655/2000, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico “Amiga” De Registro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Registro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 71, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico “Amiga” de Registro a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Registro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 4:

Votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2001** (nº 529/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade de São Paulo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 675, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 16 último, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada, por falta de **quorum**.

Passa-se à votação, .

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP.) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP.) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se da rádio da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto, uma emissora de caráter educativo e não comercial.

Nesse caso, faço o encaminhamento para votarmos a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 106, DE 2001
(Nº 529/2000, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 302, de 9 de dezembro de 1998, que outorga permissão à Universidade de São Paulo para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 5:

Votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2001** (nº 542/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 676, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 16 último, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 107, DE 2001
(Nº 452/2000, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de novembro de 1999, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 6:

Votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2001** (nº 579/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 688, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Coelho.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 16 último, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto, em turno único.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 178, DE 2001
(Nº 579/2000, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM a executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 44, de 23 de fevereiro de 2000, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 7:

Votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2001** (nº 786/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro – Piauí a executar serviço de Radiodifusão comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 689, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 16 último, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto, em turno único.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 191, DE 2001
(Nº 786/00, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro – Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 185, de 16 de maio de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro – Piauí a executar, por três anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2001

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno, Requerimento nº 443, de 2001)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2001 (nº 1.039/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá, tendo

Parecer favorável, sob nº 744, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 16 último, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação do projeto, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2001

(Nº 1.039/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 150, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Fundação Semeador para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 9:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 327, de 2001**, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 16 último, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, retornando, posteriormente, ao exame da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 10:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 399, de 2001**, do Senador Geraldo Althoff, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e 94, 190 e 232, de 2000, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2001, passa a tramitar em conjunto com os de nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e 94, 190 e 232, de 2000.

Os projetos vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) –Item 11:

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 405, de 2001**, do Senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999 e 94, 190 e 232, de 2000, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2001, passa a tramitar em conjunto com os de nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999; e 94, 190 e 232, de 2000, bem como com o de nº 50, de 2001.

Os projetos vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) –Item 12:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 134, DE 1997**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Recurso nº 5, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 16, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Bianco.

Durante cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria, nos termos regimentais.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 455, DE 2001

Nos termos do art. 312, inciso II, do art. 6º do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências, para adequação aos dispositivos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – **Romero Jucá.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento de destaque.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com voto contrário do Senador Tião Viana.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997, sem prejuízo do destaque.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Tião Viana.

Votação do art. 6º do projeto, destacado, para adequação ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O art. 6º será suprimido do projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 134, DE 1997**

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Alto Alegre, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta

de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, por meio da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º

É o seguinte o artigo 6º rejeitado:

“Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.”

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) –Item 13:

Discussão, em turno suplementar, do **Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999**, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo

Parecer sob nº 732, de 2001, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Sobre a mesa, emendas que se irão li das pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidas as seguintes:

Emendas (de plenário), oferecidas, em turno suplementar ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais uni-

versitários captar recursos provenientes de internações hospitalares.

EMENDA Nº 1-PLEN

Altere-se, no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, o texto dos §§ 1º e 4º incluídos no art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, atribuindo-lhes a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

‘Art. 43.

§ 1º Os hospitais universitários e de ensino poderão destinar até vinte e cinco por cento de seus leitos operacionais e de sua capacidade assistencial a pacientes pagantes ou que se encontrem cobertos por planos ou seguros de saúde, para assistência mediante ressarcimento, mantendo-se a universalidade e a equidade em todos os níveis de acesso ao atendimento garantido pelo Sistema Único de Saúde aos demais pacientes, admitindo-se diferenciações apenas no padrão de hotelaria. (AC)

.....

§ 4º Em cada unidade federada, o percentual de leitos operacionais e de capacidade assistencial a ser destinado a pacientes pagantes ou que se encontrem cobertos por planos ou seguros de saúde, de que trata o § 1º, será pactuado, anualmente, em referência a cada hospital universitário e de ensino, entre os órgãos dirigentes estadual e municipal do Sistema Único de Saúde e a direção do hospital. ouvidos o conselho estadual de saúde e o conselho de saúde do município em que se localiza o hospital. (AC)

.....

Justificação

Ao permitir o acesso diferenciado aos hospitais universitários e de ensino a pacientes cobertos por planos ou seguros de saúde – negando-o àqueles dispostos a pagar diretamente pelo atendimento –, o projeto fere o princípio da igualdade de direitos prevista na Constituição Federal. Ambos os tipos de pacientes pertencem ao grupo de pessoas que possuem meios para custear suas despesas com saúde e, portanto, têm iguais direitos a buscar os centros de excelência existentes naqueles hospitais. Não se pode dar tratamento diferenciado a um cidadão pelo fato de ele

ter feito uma poupança de recursos para a saúde administrada por uma entidade privada com fins lucrativos – as operadoras de planos e seguros de assistência à saúde – em detrimento daquele que optou por fazer sua poupança própria de recursos para a mesma finalidade.

Além disso, o tratamento diferenciado instituído pela proposição em análise beira o absurdo. Ele representa mais um favorecimento às operadoras de planos e seguros privados de saúde por parte do Poder Público, que já incentiva o consumo desses planos e seguros no momento em que promove a renúncia fiscal mediante o abatimento dos valores pagos às operadoras no cálculo do imposto sobre a renda de pessoas físicas e jurídicas a cada ano.

Assim, um governo que deveria prover assistência à saúde gratuita a toda a população acaba promovendo os lucros estratosféricos daquelas entidades privadas de comercialização da saúde, razão porque não podemos permitir que o Congresso Nacional forneça a chancela legal para mais esse incentivo absurdo.

Estamos cientes de que esse tratamento diferenciado está sendo implementado na proposição em virtude da dificuldade de fiscalizar a movimentação de recursos financeiros dentro dos hospitais, haja vista a frequência com que se ouvem casos de profissionais e estabelecimentos que cobram indevidamente tanto do paciente quanto do Sistema Único de Saúde. Porém, isso é um problema operacional cuja solução deve ser buscada conjuntamente pelos gestores do sistema e os dirigentes dos estabelecimentos envolvidos, não se justificando portanto que ele sirva de razão para se lesarem os direitos do cidadão honesto que necessita de atendimento nos hospitais universitários e de ensino e tenha condições de pagar por essa assistência.

Enfim, se o PLS nº 449, de 1999, almeja simplesmente propiciar aos hospitais universitários e de ensino um financiamento adicional, falta-lhe qualquer legitimidade para discriminar entre os recursos de um paciente intermediados por uma operadora de planos ou seguros e os recursos de um outro paciente sem essa intermediação. Caso se estabeleça essa diferenciação, a lei originada abrirá caminho para um novo questionamento do Ministério Público, em vez de solucionar o problema daqueles estabelecimentos de excelência em saúde.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – Senador **Pedro Ubirajara**.

EMENDA Nº 2-PLEN

Acrescente-se ao art. 1º do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, um § 2º, enumerando-se os demais.

“Art. 1º O § 2º, do art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art.

§ 1º Os hospitais universitários e de ensino poderão destinar até vinte e cinco por cento dos seus leitos operacionais e capacidade assistencial a pacientes que se encontrem cobertos por planos ou seguros de saúde para assistência, mediante ressarcimento, mantendo-se a universalidade e a equidade em todos os níveis de acesso ao atendimento garantido pelo Sistema Único de Saúde aos demais pacientes.

§ 2º Será terminantemente proibido aos hospitais universitários a retirada de algum procedimento diagnóstico e terapêutico, em qualquer grau de complexidade, aos usuários do Sistema Único de Saúde.

§ 3º

§ 4º

§ 5º

§ 6º”

Justificação

A emenda proposta acrescenta um § 2º, ao art. 1º do Substitutivo ao PLS nº 449/99, com o objetivo de assegurar que nenhum procedimento hospitalar, diagnósticos ou terapêuticos, sejam negados aos pacientes do SUS e fique melhor garantida a equidade que preconiza o projeto em pauta.

Neste sentido, vale lembrar que toda justificativa que apóia a proposta original defende o princípio da equidade de condições no atendimento hospitalar, inclusive tendo como argumento maior a garantia de melhoria deste atendimento, a partir da designação deste percentual de leitos disponíveis para outros pacientes que não os do SUS.

Sala das sessões, 21 de agosto de 2001. – Senadora **Heloísa Helena**.

EMENDA Nº 3-PLEN

Dê-se nova redação ao § 1º, do art. 43, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, nos seguintes termos:

“Art. 1º O § 1º, do art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art.

§ 1º Os hospitais universitários e de ensino poderão destinar até vinte e cinco por cento dos seus leitos operacionais e capacidade assistencial a pacientes que se encontrem cobertos por planos ou seguros de saúde para assistência, mediante ressarcimento, garantindo o atendimento prioritariamente aos não-pagantes e aos casos de urgência e emergência, bem como, não admitindo-se diferenciações de padrão de hotelaria, mantendo-se a universalidade e a equidade em todos os níveis de acesso ao atendimento garantido pelo Sistema Único de Saúde a todos os pacientes.

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º.....”

Justificação

A emenda proposta dá nova redação ao § 1º, do art. 43, do Substitutivo ao PLS nº 449/99, acrescentando uma escala de prioridade no atendimento feito pelos hospitais universitários, reafirmando os direitos dos pacientes do SUS, bem como, acrescentando uma negatividade junto à expressão “admitindo-se diferenciações apenas de hotelaria”, por entender que a mesma traduz uma diferenciação inadmissível enquanto direito do paciente da rede SUS, e que a base da argumentação, colocada pela própria autoria do projeto original e mantida pela relatoria, preconiza o princípio da equidade de condições no atendimento hospitalar, inclusive tendo como argumento maior a garantia de melhoria deste atendimento, a partir da designação deste percentual de leitos disponíveis para outros pacientes que não os do SUS.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – Senadora **Heloísa Helena**, PT/Alagoas.

EMENDA Nº 4-PLN

Dê-se nova redação ao § 1º, do art. 43, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, suprimindo a expressão “admitindo-se diferenciações apenas no padrão de hotelaria”.

“Art. 1º O § 1º, do art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art.

§ 1º Os hospitais universitários e de ensino poderão destinar até vinte e cinco por cento dos seus leitos operacionais e capacidade assistencial a pacientes que se encontrem cobertos por planos ou seguros de saúde para assistência, mediante ressarcimento, mantendo-se a universalidade e a equidade em todos os níveis de acesso ao atendimento garantido pelo Sistema Único de Saúde aos demais pacientes.

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º.....”

Justificação

A emenda proposta suprime do § 1º, do art. 43, do Substitutivo ao PLS nº 449/99, a expressão “admitindo-se diferenciações apenas de hotelaria”, por entender que a mesma traduz uma diferenciação inadmissível enquanto direito do paciente da rede SUS, e que a base da argumentação, colocada pela própria autoria do projeto original e mantida pela relatoria, preconiza como algo que não deva existir. Neste sentido, vale salientar que toda justificativa desta proposta defende o princípio da equidade de condições no atendimento hospitalar, inclusive tendo como argumento maior a garantia de melhoria deste atendimento, a partir da designação deste percentual de leitos disponíveis para outros pacientes que não os do SUS.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – Senadora **Heloísa Helena**.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, pela ordem.

.....

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preliminarmente, para uma informação. Tendo sido apresentadas essas emendas, o projeto volta à comissão?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A matéria retornará à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Então não há sobre o que deliberar?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não há sobre o que deliberar.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Porque as emendas são apresentadas pelos Senadores e conseqüentemente o projeto volta à comissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Exatamente.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em função da resposta de V. Ex^a à consulta feita pelo Senador Lúcio Alcântara, creio que não há por que discutirmos agora. Até porque eu tenho interesse em participar da discussão, tendo em vista ter recebido manifestações do meu Estado sobre a privatização do hospital universitário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Encerrada a discussão.

O projeto retorna à Comissão de Assuntos Sociais, para exame das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 799, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de agosto de 2001. – **Edison Lobão**, Presidente – **Antonio Carlos Valadares**, Relator – **Maria do Carmo Alves** – **Mozarildo Cavalcante**.

ANEXO AO PARECER Nº 799, DE 2001

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Alto Alegre, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Alto Alegre, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 456, DE 2001

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Aprova-
do o requerimento, passa-se à apreciação da reda-
ção final. Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a
discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam
queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pas-
sa-se agora à apreciação do Requerimento nº 452, de
2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto
de Resolução nº 34, de 2001, do Senado.

Em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT –
SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a
palavra o Senador Eduardo Dutra, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT –
SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de ser in-
formado de que trata esse projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O reque-
rimento propõe ao Senado Federal que seja autoriz-
ada a contratação de operação de crédito externo, com
a contragarantia da República Federativa do Brasil,
no valor equivalente a US\$180 milhões, de principal,
entre a transportadora brasileira Gasoduto Bolí-
via/Brasil e o Banco Internacional para a Reconstru-
ção e Desenvolvimento – BIRD –, mediante lança-
mento de títulos no mercado internacional de capitais.

Passa-se à votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam
queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do
Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos ter-
mos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno, que
será quinta-feira desta semana.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pas-
sa-se agora à apreciação do Requerimento nº 453, de
2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto
de Resolução nº 35, de 2001, do Senado Federal.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam
queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do
Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos ter-

mos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno, que
será quinta-feira desta semana.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Retorno
à lista de Oradores.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) –
Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Conce-
do a palavra, pela ordem, ao Senador Casildo Malda-
ner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC.
Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito uma
orientação. As comunicações inadiáveis são feitas
apenas quando há tempo disponível. Entretanto, há
Senadores que chegam às 14 horas a fim de fazerem
a inscrição para uma comunicação inadiável, mas, às
vezes, isso não é possível.

Apelo à Mesa e a V. Ex^a no sentido de que os
Senadores que fazem essas inscrições para comuni-
cações inadiáveis – que às vezes têm procedência –
possam ter esse direito. Eu, por exemplo, hoje, fui um
desses que aqui compareceram em tempo hábil para
fazer a referida inscrição. Infelizmente, isso não foi
possível.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador
Casildo Maldaner, V. Ex^a levanta uma questão já trata-
da por nós recentemente numa reunião da Mesa do
Senado com os Líderes. A Ordem do Dia é soberana
no Regimento Interno e deve começar às 15 horas e
30 minutos. Todavia, por um acordo de lideranças do
passado, decidiu-se que se poderia adiá-la por 15 mi-
nutos para atender aos pedidos de comunicação ina-
diável. É o que temos feito.

No entanto, hoje, em razão de alguns apartes
extremamente longos, que contrariam o Regimento
Interno, que estabelece que o aparte não pode pro-
longar-se além de dois minutos – e alguns superam
cinco, oito, dez minutos – e de alguns oradores que
não colaboram com a Mesa neste particular, a Ordem
do Dia começou, na verdade, às 16 horas, quando já
não podíamos conceder a palavra aos Srs. oradores
para comunicação inadiável.

Essa a explicação que dou a V. Ex^a, pe-
din do aos Srs. Senadores que colaborem com a Mesa, utiliza-
ndo-se apenas do tempo que lhes é concedido pelo
Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Conce-
do a palavra ao Senador Amir Lando. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pro-
nuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, infelizmente tenho que trazer novamente à tribuna um assunto não tenho nenhum prazer em trazer novamente à baila. Trata-se dos focos de fogo e das queimadas que ocorrem com bastante intensidade durante esse período de secas na região Norte, principalmente no caso dos Estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso. Os dados que nos foram apresentados pelas imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) nos dão conta de que, no ano de 2000, tivemos um número bem menor do que o que estamos observando neste mesmo período, nesta mesma data, agora no ano de 2001. Enquanto tivemos naquela época o número reduzido, em julho de 2001, tivemos 6.762 focos de calor nas regiões que citei anteriormente e, até o momento, hoje, dia 21 de agosto, tivemos identificação, pelo satélite, de cerca de 21.174 focos de incêndios em toda a área denominada Arco do Fogo.

Esses dados apresentados pelas imagens de satélites do INPE ainda ganham um nível de detalhe que dizem que, só na noite de ontem, tivemos 1.458 focos de calor no Brasil e, desses, 1.357 foram na região amazônica sendo que 641 focos no Mato Grosso; 267, no Pará; 68, no Amazonas e, no Acre, apenas 7 focos foram registrados. Não registrarei Rondônia e os demais.

O que impressiona, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que, em todos os anos, o mesmo ritual acaba acontecendo. Os aeroportos são interditados em função da camada de fumaça que fica nas regiões atingidas pelo fogo. Muitas aeronaves têm dificuldade em aterrissar em alguns Estados, como é o caso de Rondônia e do Acre. A fumaça causa sérios problemas às aeronaves, particularmente, gravíssimos problemas de saúde à população afetada pela fumaça, principalmente as crianças, que são acometidas de pneumonia, de doenças respiratórias e de doenças que prejudicam sobremaneira a saúde da nossa população.

Toda essa prática nefasta tem causado sérios danos ao meio ambiente, à preservação da floresta amazônica e, no ritmo em que estamos vendo a floresta ser submetida, poderá acontecer com ela o mesmo que ocorreu com a Mata Atlântica. De sorte que os dados dos animadores e, a cada ano, vemos repetidas as mesmas informações, mas de forma agravada. Embora algumas providências tenham sido tomadas pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ibama, pelas organizações não-governamentais, como a WWF, Amigos da Terra e o GTA, em parceria com algumas Prefeituras, para tentar combater a prática das queimadas como uma técnica de agricultura.

As pessoas derrubam a floresta, ateiam fogo nela quando está seca no chão, abrem enormes clareiras para a prática da agricultura ou de pastagem. Essa técnica primitiva, altamente danosa ao meio ambiente e, em que pesem alguns esforços praticados pelas instituições que acabei de mencionar, são insignificantes diante da realidade que acabei de citar. Há a informação de que, somente no Estado do Mato Grosso, tivemos a ocorrência, no mês de agosto, de 5.528 focos, no Pará, 5.253 focos de calor e, no Estado do Acre, 136 pontos de calor.

Esse número é bastante animador para o esforço que vem sendo realizado pelo Governo do Estado do Acre, o Programa de Desenvolvimento Sustentável que visa a uma economia agroflorestal, que não está centrada na prática danosa da pecuária extensiva de derrubar floresta para queimar e fazer pastagem, que está tentando, a cada ano, inverter o círculo vicioso dos pequenos agricultores que tivemos que derrubar alguma área de floresta para fazer o seu plantio.

Ainda é incipiente o esforço, mas já conhecemos técnicas e meios adequados para que os agricultores não sejam obrigados a realizar a danosa prática da queimada. E que a substituam por outras práticas inclusive mais rentáveis e menos danosas à saúde e ao meio ambiente. Esse esforço está sendo aqui registrado com certa galhardia pelos Estados do Acre e do Amapá, cujo Governador aposta em modelo semelhante.

O que me entristece é que os esforços realizados pelo Ibama, que dispõe de sete helicópteros para o acompanhamento das queimadas, no sentido de estabelecer na Amazônia uma agenda positiva, negociando com os setores produtivos, pequenos agricultores, governos estaduais e municipais, não renderam os resultados esperados, já que os dados atuais são alarmantes. Mesmo assim, caberia a indagação, pois se não tivéssemos realizado tal esforço, com certeza o problema seria mais grave e nossa floresta estaria em condições bem piores, tanto do ponto de vista ambiental e social como do ponto de vista econômico.

Existe um estudo do Ibama que dá conta de que nossa biodiversidade está avaliada em R\$4 trilhões. Isso significa que, a cada ano, até a morte por fogo a uma riqueza inmensurável, incalculável, de forma irresponsável e sem respeito pelas comunidades ali estabelecidas, que serão as maiores prejudicadas. À medida que formos transformando aquela região em deserto, com certeza, serão os 20 milhões de habitantes da Amazônia que perecerão. Aqueles que lá realizam uma economia de rapina, esses, certamente, acharão

um outro lugar para morar e continuar buscando o lucro desenfreado, mas os habitantes da região, cujo sustento está relacionado com os recursos naturais, com sua maior fonte, a floresta, com seu potencial, esses serão muito prejudicados.

Além desse prejuízo, poderemos causar graves problemas ao equilíbrio global, porque, ao queimar a floresta, ocorre a emissão de gases tóxicos. Esses gases são responsáveis por inúmeros problemas, entre eles o buraco na camada de ozônio. Portanto, temos um dupla relação de perda: a poluição pela emissão de gases; e a floresta deixa de ser um sumidouro desses gases.

Sr. Presidente, essas queimadas têm origem numa prática indígena milenar. Quando aqui chegaram os colonizadores, observaram que as comunidades indígenas praticavam as coivaras, as queimadas, quando do preparo de suas roças. Essa era a prática de uma população então reduzida, cujo número, segundo alguns pesquisadores, era de cinco milhões – hoje são apenas duzentos e cinquenta mil índios, o que dá conta de que houve um massacre das populações. Esses cinco milhões de índios praticavam agricultura e utilizavam o fogo para abrir clareiras. Se considerarmos que essa população era reduzida e que nem todos praticavam a agricultura, pois nem todos eram sedentários – boa parte deles era nômade, vivia da caça, da pesca, da coleta de frutas e não praticavam a agricultura –, teremos um número mais reduzido dos que utilizavam as queimadas neste País continental.

A utilização dessa técnica era adequada às condições históricas, econômicas, sociais e culturais daquelas populações; mas, quando o europeu chegou e começou a copiar essa prática, tivemos o dano à Mata Atlântica e, hoje, à Amazônia, que já conta com uma área superior a 500 mil quilômetros quadrados de desflorestamento e queimadas. Se continuarmos com esse mesmo ritmo, não teremos mais uma Amazônia a preservar.

Durante os 500 anos de ocupação deste jovem País, já vivenciamos inúmeros avanços tecnológicos, das caravelas ao avião. Presenciamos o surgimento dos satélites, que nos possibilitam a comunicação em tempo real, inúmeras inovações no campo da medicina, como o transplante de coração, de medula e tantas outras técnicas sofisticadas. Durante esses 500 anos, a humanidade inovou em muitos aspectos, mas, infelizmente, em nosso País e nos países em desenvolvimento, como é o caso dos nossos vizinhos, que também partilham a Amazônia – Peru, Bolívia e

demais países irmãos –, continuamos com o "primitivo" uso da queimada na prática da agricultura.

É lamentável que um País que fala de modernização, de globalização não disponibilize aos nossos agricultores, aos nossos pecuaristas, aos nossos produtores de grãos da Amazônia recursos, um mecanismo compatível com todo esse avanço tecnológico para substituir a nefasta prática das coivaras, a nefasta prática das queimadas.

Antes, o contingente populacional era menor, nem todos eram agricultores; portanto, o impacto era assimilado pela floresta, pelo ecossistema. Mas, infelizmente, essa sociedade de consumo, voltada para o mercado, não conta com um suporte técnico que substitua uma prática que era adequada a um período, a um nível social e cultural. Tal fato, poderá fazer com que desapareça a maior floresta do planeta, a floresta Amazônica, causando prejuízos irreversíveis, principalmente se considerarmos que na floresta reside a maior quantidade de água doce do planeta, que ela é responsável pelo equilíbrio das chuvas.

As comunidades locais, por diversas vezes, têm oferecido alternativas sustentáveis, têm se esforçado no sentido de fazer com que as práticas que estão dando certo – como as que estão sendo implementadas pelo GTA – Amigo da Terra, juntamente com alguns governos, prefeitos e pessoas do setor produtivo – possam ser generalizadas, transformadas em políticas públicas, para que o setor produtivo possa contar com outra forma que não esse modelo predatório, que produz, a cada ano, 5 mil focos de calor somente no Estado do Mato Grosso. Em uma única noite, o satélite do INPE registrou 1.458 pontos de incêndio no Brasil, 93% deles exatamente onde não deveriam ocorrer, qual seja, na floresta Amazônica.

Da forma como estamos agindo, não temos nenhuma autoridade – por mais etnocêntricos e preconceituosos que sejamos com as culturas das comunidades indígenas – para tecer nenhum comentário de que tais culturas sejam inferiores à nossa. Lançamos mão de uma técnica adequada ao seu grau de desenvolvimento, e ainda hoje aplicamos essa mesma técnica sem nenhum escrúpulo, sem nenhum esforço no sentido de pôr em prática outras alternativas, que não são apenas utopias, mas realizações concretizadas por instituições de pesquisa, algumas altamente respeitadas, como é o caso da Embrapa, que dá conta de que é possível fazer manejo de pastagem sem derrubar florestas para fazer pecuária extensiva e, com isso, ter pastagens renovadas; que é possível implantar a agricultura sem lançar mão de fogo; que é possível utilizar áreas já degradadas, principalmente as de

capoeira, que são em quantidade suficiente para a produção, desde que utilizemos investimentos e tecnologias adequadas. Não devemos usar áreas em que há florestas nativas. Temos vários recursos que, infelizmente, não estão sendo usados porque não existe uma política séria de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Existe, felizmente, o esforço da Secretária Mary Helena Allegretti, do Ministro José Sarney Filho e do Dr. Hamilton Nobre Casara, Presidente do Ibama, que até por questão de justiça devo registrar. Entretanto, são esforços pontuais, pulverizados; não constituem uma política de desenvolvimento. Em muitos momentos, estão na contra mão, isto é, vão no sentido contrário do que está sendo feito pelo Governo por intermédio do Ministério do Planejamento, como é o caso do Programa Avança Brasil, o qual foi instituído, realizado, operacionalizado, sem que o Ministério, desde sua gênese, dele participasse, sem que pudesse evitar os problemas ambientais dele decorrentes.

Embora não seja da minha vontade, devo fazer parte desse ritual macabro de a cada ano registrar o aumento do número de queimadas em nosso País — e com maior incidência, 93%, na minha região. Quero dizer que, graças a Deus, no meu Estado do Acre, esse índice diminuiu, mas infelizmente, todos os anos, ainda temos de fazer esse ritual macabro de registrar as queimadas. Florestas são queimadas e alternativas não são apresentadas. As autoridades competentes não estão disponibilizando os recursos necessários para inverter essa situação altamente degradante do meio ambiente. Também tendo em vista o lado social e o cultural, podemos dizer que essa é uma prática completamente inadequada aos nossos dias. Com todo o avanço, com toda a tecnologia, continuamos com o mesmo modelo primitivo de desenvolvimento, o qual tanto criticamos.

As pessoas falam de desenvolvimento, de progresso, mas pensam apenas no progresso que apresenta resultado, que apresenta lucro, e não conseguem perceber o progresso numa linha de crescimento em que as práticas pelas quais se chegará ao resultado também sejam modernas e, portanto, de acordo com esse "progresso". No meu entendimento, há progresso quando a civilização consegue produzir sem desprezar o lado social, o econômico e o cultural, e ainda é capaz de fazer isso com sustentabilidade e técnicas que assegurem às gerações futuras os meios de que dispomos hoje para que também elas possam ter acesso a esses recursos. Quando penso no futuro, não estou pensando apenas no meu filho e no meu neto; estou pensando na humanidade, que preci-

sa ter uma visão sustentável do seu **habitat**. Se não procedermos dessa forma, estaremos autodestraindo-nos. O homem não pode pensar em si isoladamente do seu processo, da sua espécie, porque, senão, teria a visão de que ele tem um fim em si mesmo e não tem relação alguma com as outras espécies e o seu **habitat**.

Lamentavelmente, ainda não podemos contar com o suporte dos recursos, dos investimentos e das políticas públicas para lançar mão da técnica já disponível para resolvermos o nefasto problema das queimadas.

Quero concluir repetindo os dados: no mês de julho, houve 6.766 focos de incêndio; em agosto — nem ter minhou o mês —, já foram registrados 21.174 focos, dos quais, a maioria está ocorrendo nos Estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins e, em menor quantidade, nos Estados do Acre e Amapá. Coincidentemente, os Governos desses dois Estados estão apostando em outro modelo de desenvolvimento, que não é esse de atear fogo em floresta para praticar a agricultura, a pecuária e assim por diante, mas o de considerar a floresta como a nossa "galinha dos ovos de ouro".

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Edson Lobão, Presidente Interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL — TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, hoje ocupo a tribuna do Senado Federal para tratar do reajuste salarial dos servidores públicos e do salário mínimo. São dois temas correlacionados e de mais alta relevância social e econômica para os quais também é difícil encontrar uma solução adequada, justa, politicamente responsável e economicamente viável.

No caso do salário dos servidores públicos, é preciso destacar que o Supremo Tribunal Federal já determinou que o Poder Executivo proponha a correção salarial, cumprindo o disposto na Constituição. Certamente a conjuntura econômica desfavorável por que passa o nosso País, com a crescente desvalorização do real, com taxas de juros elevadas, com o racionamento de energia elétrica, com o aumento do desemprego e queda na atividade econômica, repre-

senta mais um obstáculo para a solução desse problema.

A correção dos salários dos servidores públicos federais e do salário mínimo não significa, entretanto, obstáculo intransponível, nem um problema insolúvel, principalmente quando consideramos o enorme potencial da economia brasileira.

O Brasil faz parte do grupo das dez maiores economias do mundo e, por isso mesmo, não pode, por questão de justiça social, colocar o peso dos ajustes econômicos em grupos sociais ou categorias econômicas mais fracas ou mais pobres. É incorreto e injusto – não podemos aceitar isso – que aposentados, pensionistas, idosos, viúvas, órfãos e servidores públicos, que representam considerável parcela daqueles que ainda não receberam os benefícios provenientes do nosso desenvolvimento, continuem a ter suas fontes de renda defasadas, desatualizadas e sem correção por muitos anos, como é o caso dos servidores públicos federais.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – V. Exª concede-me um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Concedo um aparte, com muito prazer, a V. Exª, Senador Carlos Bezerra.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – No bre Senador, fui Prefeito duas vezes e Governador do Estado de Mato Grosso, oportunidades em que procurei pagar o melhor salário aos servidores. Quando Prefeito de Rondonópolis, os servidores do Estado queriam deixá-lo para trabalhar na Prefeitura. Quando Governador, paguei o maior salário da história do Estado de Mato Grosso e um dos maiores salários do Brasil. Fui o único Governador que deu o gatilho, porque naquela época a inflação era de 30% a 40% ao mês e eu dava o gatilho: 30% de inflação, 30% no contracheque. Por isso, considero um absurdo essa história de sete anos sem reajuste. São 74% de perda salarial, ou seja, quase 100%, e os servidores estão sem reajuste até agora. Recebi, como Presidente da Comissão de Orçamento, o requerimento do Senador Romero Jucá, pedindo que se constitua naquela Comissão uma subcomissão para estudar a questão do reajuste dos servidores públicos federais. De hoje para amanhã, estarei acertando com as Lideranças a criação desta subcomissão. Penso que o Congresso Nacional, sobretudo a Comissão de Orçamento, tem de fazer um esforço para melhorar esse índice de 3,5%, já anunciado pelo Governo, que é, do meu ponto de vista, tacanha, raquítico, muito aquém do que pretendem os funcionários públicos, com muita razão. Vejo

em meu Estado os funcionários públicos, policiais e professores em greve. Há uma movimentação porque os salários estão sendo achatados no Brasil, sobretudo os dos funcionários públicos. Não sei aonde querem chegar com isso, porque quem faz a máquina do Estado trabalhar é o funcionário público, e ele não vai fazê-la funcionar bem se não estiver estimulado, se não tiver tranquilidade, se não tiver vencimentos que lhe permitam viver bem e sustentar sua família. Portanto, parabéns V. Exª por trazer este assunto à tribuna do Senado. Sou solidário com V. Exª. E na Comissão de Orçamento vamos fazer o possível para melhorar o aumento concedido aos servidores públicos federais do Brasil. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Senador Carlos Bezerra, agradeço a participação de V. Exª, que preside a nossa Comissão Mista de Orçamento e, conforme já disse, estará se debruçando sobre este problema. Afirmando V. Exª que, como membro daquela Comissão, também estarei junto com V. Exª e os demais membros a fim de alcançarmos um denominador comum para resolver esse problema que vai tornando-se crônico.

Agora há pouco, passando pela Esplanada dos Ministérios, vi faixas conclamando os funcionários públicos federais para a greve que se inicia amanhã, dia 22. Tenho visto pelos canais de televisão a greve dos servidores do INSS, causando transtorno àqueles que necessitam dos benefícios da Previdência Social. Parece que no Brasil só se consegue o que se pleiteia depois do protesto veemente nas ruas, às vezes com sacrifício de muitos dos nossos irmãos, como estamos vendo no Paraná, a quem tão da Copel, gente machucada, insurgindo-se contra a determinação da Assembléia Legislativa.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Carlos Patrocínio, V. Exª me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Concedo com muita honra o aparte a V. Exª, eminente Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Carlos Patrocínio, pegando um pouco do Senador Carlos Bezerra, aproveito para dizer que concordo com V. Exª. Não há a menor dúvida quanto a esta questão do reajuste salarial dos funcionários públicos. Mas há o outro lado da moeda que suscita, inclusive, um conflito entre Ministros do Supremo Tribunal Federal: o Governo Federal não pode gastar mais – se não estou equivocado – do que 40% de sua receita com o pagamento dos servidores públicos; os governos estaduais, se não me engano, 54%, e os muni-

cipais, até 60%. Estão impedidos de acordo com a nova Lei de Responsabilidade Fiscal. Os Executivos alegam: "Nós estamos impedidos por lei; não podemos dar esse aumento". Veja bem em que se apegam: em uma lei que o Congresso votou. Por isso dizem que gostariam de atualizar os salários, mas estão impedidos. Veja V. Ex^a o impasse. Como é que nós vamos sair disso? O Senador Carlos Bezerra, como Presidente da Comissão de Orçamento, deveria chamar o Executivo e nós, em conjunto, encontraríamos uma solução para esse problema. Por que não – sob a alegação de que não é possível em função de uma legislação em vigor – atualizar os vencimentos acompanhando o poder aquisitivo? Há uma inflação, eu diria que há um crescimento vegetativo. E quando os valores dos salários ficam congelados durante cinco, seis, sete anos, tudo se complica para essas pessoas. Precisamos encontrar uma saída, porque isso não é possível. Não sei se esse problema se deu em função de termos deixado de arrecadar por causa das privatizações – e o Governo Federal, que se desfez disso e daquilo, acaba sendo co-responsável nesse processo, nessa situação atual do País. Será que se empregou demais sem poder? Vamos ter que examinar de onde vem a responsabilidade. Não podemos deixar morrer à mingua quem está tentando exercer a sua função. Durante os últimos cinco, seis, sete anos, tem havido um crescimento vegetativo, e o poder aquisitivo paralisou-se, congelou-se. O próprio Supremo fica na dúvida às vezes. Temos que formar uma comissão dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a fim de encontrarmos uma saída. Não podemos deixar as coisas continuarem como estão. Há os que apadrinharam, que jogaram servidores em várias repartições – são ao apadrinha dos políticos. Mas estourou o limite; não há mais condições. Há legislação de todos os lados. A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que há um limite de gastos. Mas, por outro lado, essa questão de ficar sem aumento de salário durante seis, sete anos não dá, Senador Carlos Patrocínio. Somos responsáveis e temos de encontrar uma saída. Por isso que o cumprimentá-lo. V. Ex^a está na tribuna abordando essa situação que não pode continuar. Veja bem o exemplo do meu Estado. Há poucos dias, houve uma reposição salarial de 7,8%, referente a dois anos e meio, uma atualização. Mas o Governo de lá está oferecendo isso fiado, como se diz na gíria, em dez parcelas, se não estou equivocado. Mas, nos últimos dias, resolveu aumentar a energia elétrica em 20,78%. Esse aumento – não é reposição –, naturalmente, não será parcelado, será à vista, e os que não pagarem terão seu fornecimento cortado. E se o seu

poder aquisitivo não acompanhou? Como é que vai pagar? Precisamos encontrar uma solução para esse problema. Alguém foi irresponsável nesse processo. Portanto, os nossos cumprimentos, Senador Carlos Patrocínio, quando V. Ex^a suscita esta questão para todos nós.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Eminentíssimo Senador Casildo Maldaner, V. Ex^a fala com muita propriedade. Abordei este assunto justamente para reflexão de todos. Nós estamos, como assevera V. Ex^a, em um impasse muito grande. Temos por um lado a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, por outro lado, o salário totalmente achatado dos servidores públicos. Temos visto, freqüentemente, pessoas tirando seus filhos das universidades particulares, por não mais conseguirem pagar os estudos deles. Creio que não há frustração maior que essa. Sempre pensei que ninguém precisa deixar herança para filho, mas todo pai deve ter condições de cumprir com a obrigação de custear os estudos que o filho deseja.

Estou aqui justamente, eminentíssimo Senador Casildo Maldaner, para dizer que não queremos ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. E vou apresentar uma solução para o aumento do salário mínimo, que é uma vergonha nacional. Era para ser US\$100.00, mas quanto está o dólar hoje? Aproximadamente R\$2,52. A base do salário mínimo não é mais US\$100.00. Então, apresentarei as minhas sugestões para que possamos conceder a majoração de vencimento para o funcionalismo público. Penso que o mais importante é que o anúncio de aumento de 3,5%, a partir do ano que vem, vai gerar um conflito social, cujas dimensões não sei detalhar.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço com atenção o eminentíssimo Senador Geraldo Cândido. Peço que seja breve, porque meu tempo já está prestes a se esgotar.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Senador Carlos Patrocínio, parabéns V. Ex^a pelo tema que traz à tribuna nesta tarde. É um assunto muito importante, principalmente neste momento em que os servidores públicos federais se preparam para uma greve nacional que deve começar amanhã. Na semana passada, fiz um pronunciamento na tribuna sobre a questão dos servidores públicos federais, chamei a atenção da Casa no sentido de que o Senado não podia ficar alheio à essa situação de arrocho salarial e de miséria porque eles passam todo o País. Portanto, é muito importante que V. Ex^a tenha trazido esse as-

sunto ao debate hoje, assim como o Senador Carlos Bezerra, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que prometeu empenhar-se para viabilizar alguma melhoria dos salários dos servidores públicos federais. Reajuste de 3,5%, depois de sete anos, é brincadeira! Sinceramente, parece uma piada, é uma afronta aos servidores públicos federais. Felicito V. Exª pelo tema que trouxe na tarde hoje e solidarizo-me não somente com V. Exª, como também com todos os servidores públicos de todo o País, que deverão entrar em greve a partir de amanhã. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço a V. Exª, eminente Senador Geraldo Cândido, que sempre teve a preocupação com o ganho do povo brasileiro, sobretudo daqueles que recebem salário mínimo, e com os funcionários públicos federais, estaduais e municipais.

Não estamos pregando o abuso nos gastos públicos nem o abandono da austeridade governamental, tampouco a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estamos defendendo, isto sim, uma solução correta, justa e adequada para pessoas que prestam ou prestaram relevantes serviços ao País, brasileiros como todos nós, que temos necessidades básicas inadiáveis como alimentação, saúde, habitação, transporte e serviços, que passam por constantes elevações de preço. Muitas dessas pessoas são obrigadas a adquirir medicamentos de preços elevados pela inflação, suas despesas crescem em elevada proporção e não têm como resolver essa situação dramática e desumana.

Os servidores públicos federais, além de não terem obtido reajuste geral nos vencimentos desde 1995, são vítimas de uma campanha de descrédito e desmoralização, como se fossem responsáveis por todos os males do Brasil.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador Carlos Patrocínio, interrompo o discurso de V. Exª para cumprimentá-lo pela oportunidade de ter trazido esse assunto a debate aqui no plenário. Estamos na fase de discussão do Orçamento – naturalmente, a questão salarial será discutida –, que é responsabilidade do Poder Legislativo. Em relação ao salário mínimo, em função do debate realizado ano passado, conseguiu-se fazer uma pequena correção da defasagem salarial, elevando-o de R\$151 para R\$180. Entretanto,

não procederam a nenhuma correção nos vencimentos dos funcionários públicos – como V. Exª resalta – desde 1995. É impossível imaginar que os servidores públicos possam conviver com esse achatamento salarial, haja vista que temos vivendo um processo inflacionário, embora não elevado, mas que a cada ano gera uma perda de até 8% no poder de compra. Como estamos há mais de seis anos sem aumento, isso caracteriza grande perda no poder de compra, destacando apenas a questão salarial. Outros pontos, todavia, estrangulam o rendimento dos trabalhadores. Recentemente aprovamos, na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, em caráter terminativo, projeto de minha autoria promovendo essa correção. Depois, o referido projeto passou pelo plenário, não em caráter terminativo, que aprovou a correção da tabela de Imposto de Renda no que se refere ao desconto de dependentes. O Senador Paulo Hartung também apresentou um projeto – que foi aqui aprovado e se encontra na Câmara dos Deputados – para corrigir a alíquota de Imposto de Renda. Percebemos que, além de não haver aumento, com o processo de manutenção de uma tabela de Imposto de Renda, ou seja, com o congelamento da tabela de desconto, esse trabalhador passa a ter o seu salário ainda mais achatado. Cumprimento V. Exª pela oportunidade de debater esse tema. É importante que continuemos a discuti-lo até encontrar eco na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que tem a responsabilidade de definir, orçamentariamente, as alternativas que apresentaremos ao Poder Executivo para aumentar o salário. Não podemos nos esquecer de que estamos vivendo um processo de elevação cada vez maior dos encargos financeiros por parte da União. Os juros são elevados e a dívida aumenta a cada momento. Não é justo esse sacrifício para um segmento da sociedade. Precisamos discutir o assunto e encontrar caminhos, priorizando os recursos. A oportunidade é clara. Todavia, mais do que isso, há motivo para discutirmos a matéria também na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Meus cumprimentos, Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Eminente Senador Arlindo Porto, agradeço o aparte a V. Exª, que apresentou, conforme assegura, projeto de lei para a correção do desconto de Imposto de Renda, outro absurdo existente na legislação brasileira. Isso tem sido objeto de preocupação dos nossos eminentes Pares nesta Casa, inclusive de V. Exª e do Senador Paulo Hartung. Devemos reajustar esses descontos do Imposto de Renda, pois isso faz com

que os salários, que já não aumentam há sete anos, se tornem cada vez mais baixos.

O mais importante, eminente Senador, é que o que está subindo no Brasil são as tarifas públicas. Ainda agora, o Senador Casil do Mal da ner falou sobre o aumento de 17% das tarifas de energia elétrica em Santa Catarina. Sobem também a tarifa de telefone, a taxa de energia elétrica, o preço do combustível etc.

É chegada a hora de o Congresso Nacional, por meio da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, deter-se sobre a análise dessa matéria e conceder um aumento possível – não de 3,5% – para o funcionalismo público federal.

Assim, não há como discutir a matéria do ponto de vista jurídico, pois o Supremo Tribunal Federal já decidiu que o Governo Federal é obrigado a reajustar os vencimentos dos servidores públicos federais de acordo com o que determina a Constituição. Não sei se o Pleno do STF já resolveu essa questão, mas o Ministro-Presidente, Sr. Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, já deu a sua opinião e, evidentemente, esse é um preceito constitucional.

A carga tributária já alcançou níveis insuportáveis no Brasil, fator conhecido pelas próprias autoridades da Secretaria da Receita Federal, o que dificulta a eleição de uma só fonte de receita adicional para financiar os reajustes salariais necessários e constitucionalmente obrigatórios.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso recentemente nos deu uma demonstração de como é possível, com boa vontade, criatividade e determinação política, resolver um problema aparentemente insolúvel, como o pagamento de R\$43 bilhões referentes aos créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Algo semelhante pode ser em contradição para uma solução adequada aos reajustes dos servidores públicos federais e para o salário mínimo.

Sabemos que a redução das desigualdades sociais e regionais do Brasil só pode ocorrer com um serviço público eficiente, democrático, que permita a universalização das políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde e educação.

A valorização do servidor público é uma necessidade para que o Brasil possa trabalhar com mais eficiência, com maiores níveis de qualidade e racionalidade, tornando o gasto público algo de importância estratégica para nosso desenvolvimento econômico e social.

Na economia globalizada e altamente competitiva, o Brasil só poderá inserir-se adequadamente se contar com um serviço público eficiente, com servidores capacitados e motivados e em condições de absorver as novas tecnologias requeridas pela dinâmica do mundo contemporâneo.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso reconhece essa necessidade e manifestou isso claramente em seu pronunciamento na cerimônia de entrega do Prêmio Qualidade no Serviço Público: ... “ver um país que cresce, e um país que cresce graças, também, à ação de seus funcionários públicos, tantas vezes maltratados, sobretudo em matéria financeira”.*

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso Nacional certamente não negará seu apoio a uma política salarial adequada para os servidores públicos federais, assim como um salário mínimo mais condizente com a magnitude da economia brasileira, situada entre as dez maiores do mundo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias recentemente aprovada recomenda o reajuste dos servidores públicos federais, para a proposta do Poder Executivo do Orçamento de 2002.

O fato de o Orçamento da União ter caráter meramente autorizativo, certamente não nos assegura, não nos garante que os servidores públicos federais terão seus vencimentos reajustados em níveis adequados no próximo ano.

Precisamos ainda lutar bastante para conseguirmos fontes adequadas de financiamento dos gastos adicionais necessários.

Precisamos combater a inadimplência, a fraude e a sonegação fiscal.

Sabemos que a União é proprietária de três milhões de imóveis – e aqui apresento uma solução – avaliados em aproximadamente R\$400 bilhões. E é a terceira vez que trago esses dados, Sr. Presidente.

Muitos desses imóveis não são utilizados diretamente no serviço público e produzem um rendimento desprezível em relação ao seu valor real, o que representa um verdadeiro desperdício de recursos e uma transferência disfarçada de recursos públicos para mãos de particulares que, muitas vezes, ocupam esses imóveis irregularmente.

A União é proprietária, inclusive, de hotel de luxo em Foz do Iguaçu e possui os melhores imóveis localizados em áreas nobres das grandes capitais do Brasil, como Avenida Paulista, Avenida Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e assim por diante. São imóveis de alto valor.

Se esse imenso patrimônio fosse racionalmente explorado, teríamos um rendimento mensal de aproximadamente R\$500 milhões, o que contribuiria para reforçar as finanças públicas e financiar gastos públicos necessários e inadiáveis, como o reajuste dos servidores públicos federais e outros gastos sociais.

Já me manifestei anteriormente sobre esse assunto e reitero minha proposta de alienação de imóveis da União para o financiamento dessas despesas governamentais inadiáveis.

Certamente, outras fontes existem: os grandes devedores da Previdência Social e da Receita Federal representam alguns bilhões de reais, que também poderiam ser utilizados para financiar esses reajustes.

Tenho a convicção de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso também deseja dar uma solução correta e adequada ao reajuste de vencimentos dos servidores públicos da União, assim como um novo salário mínimo mais digno e mais justo.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson, por permuta com o Senador Paulo Hartung.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Pro nuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os caminhos de um político no Brasil são trilhados por adversidades, obstáculos e armadilhas. Aprendi com o velho Ulysses Guimarães que o alvo de uma carreira é a coerência na busca dos ideais.

Para mim, que comecei minha carreira há quase 30 anos, como Deputado Federal, desde sempre estive presente a defesa de Pernambuco e dos pernambucanos, a vigência do estado de direito pleno e democrático, a transparência da gestão pública, a luta pela afirmação da minha região, do nosso querido Nordeste, tão esquecido e discriminado.

Neste momento, Sr. Presidente, comunico oficialmente o meu desligamento do Partido Popular Socialista e a minha filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Mudo de legenda, mas mantenho minha postura política e reafirmo a luta pelos meus ideais.

Deixo no PPS muitos amigos. E, ao homenagear o Senador Roberto Freire, Presidente da executiva nacional do meu ex-partido, e o meu amigo Líder do PPS, Senador Paulo Hartung, eu gostaria de estender o meu abraço a cada militante e a cada filiado do PPS.

Com certeza, não estaremos distantes. Pelo contrário, estamos irmanados na busca de um projeto

nacional, que culminará com a eleição de Ciro Gomes para a Presidência da República.

No plano estadual, na política pernambucana, minha decisão de aderir ao PTB tem como ligação a tentativa de amarrar ainda mais uma aliança das forças políticas progressistas do Estado.

Vivemos um momento de carência de líderes. Os destinos do Brasil estão entrecruzados pelo oportunismo de quem já pediu para se esquecer do que escreveu – e aqui o Senador Lauro Campos sempre faz questão de destacar isso.

Em nome de um modelo liberal, queimou-se o patrimônio que o Estado criou e acumulou ao longo de 40 anos. Assim, a nossa Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce serviram de moeda de troca para barganhar o apoio internacional do FMI. A Sudene foi sumariamente extinta sem sequer levar em conta a sua história, sem que se colocasse nos livros da contabilidade política os créditos e os débitos de uma instituição que inequivocamente trouxe o desenvolvimento para minha região.

Aliás, a contabilidade que está em moda não é bem essa. É aquela soturna dos paraísos fiscais e das comissões polpudas. A contabilidade do governo virtual, que diz que faz e acontece, mas que ninguém vê.

Não é suficiente a pretensa estabilidade monetária, como o Governo costuma apregoar. Faz falta a reforma política e a reforma fiscal. Faz falta a reforma social. Esses adoradores do mercado, que estão a empolgar o Governo, se esqueceram de que compete ao Estado mediar as relações entre o capital e o trabalho. E os trabalhistas sabem muito bem de que lado estão: junto ao trabalho e ao trabalhador.

Não esmorecerei no confronto com a elite política de Pernambuco, responsável direta pelo atraso acumulado do meu Estado, pelo abandono das nossas ferrovias, pela secura dos nossos açudes, pela fome e pela miséria que se espalham na periferia de nossas cidades.

Vamos trabalhar juntos por um modelo novo de administração, capaz de colegiar cada uma das nossas tendências políticas e abrigar todos os nossos ideais, que, na essência, se resumem a um só: o bem-estar da nossa gente, do nosso povo.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Se na dor Carlos Wilson, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Se na dor Carlos Wilson, primeiramente eu gostaria de cumprimen-

tar V. Exª na condição de Vice-Presidente Nacional do PTB e dizer da nossa alegria de receber a filiação de V. Exª, líder político do Estado de Pernambuco, presença forte na política estadual e nacional que em muito contribuiu com o desenvolvimento daquele Estado e que, com uma firmeza inquebrantável de caráter e retidão de princípios, valorizou e valoriza a política do Estado de Pernambuco. Quero também, na condição de Vice-Presidente Nacional do partido, conclamar sua participação ativa, direta e objetiva para que possamos corrigir as grandes distorções sociais que estamos enfrentando. Assistimos, a cada momento, ao desequilíbrio entre as classes sociais: os pobres cada vez mais pobres e aumentando em número, e os ricos cada vez mais ricos e em quantidade menor, numa clara concentração de riqueza nas mãos de poucos, provocando o aumento absurdo de miseráveis no Brasil. O PTB tem como filosofia o trabalho e o desenvolvimento. Por isso, a nossa bandeira é o emprego, o trabalho como o melhor político social. É por meio da participação e do trabalho do cidadão na geração de emprego e renda que haveremos de promover o equilíbrio e o necessário apoio do Poder Público às classes menos favorecidas. Políticas emergenciais não devem fazer parte de um programa de Governo, mas apenas ações emergenciais. Queremos, em nome do PTB, dar-lhe boas-vindas ao nosso Partido, esse Partido de transição, esse Partido de respeito que procura, sobretudo, respeitar o cidadão no seu dia-a-dia. Como Colega Senador, quero, ao lado do Senador Fernando Bezerra, dar-lhe boas-vindas ao nosso PTB. Estaremos os três com a grande responsabilidade de representar o Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa. Bem-vindo ao PTB; bem-vindo ao nosso PTB no Senado!

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Muito obrigado, Senador Arlindo Porto, é uma honra muito grande anunciar no Senado minha incorporação ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Desde que assumimos nosso mandato, em 1995, sempre mantive com V. Exª um relacionamento pessoal e político muito próximo. Trabalhamos nas comissões sempre em grande sintonia. Tenho certeza de que esta sintonia será aumentada. Durante muitos anos, V. Exª foi o Líder do PTB nesta Casa, Líder de um só Senador. Hoje, eu, o Senador Fernando Bezerra – e, com certeza, virão outros que já demonstraram interesse de filiar-se à legenda do PTB – somos seus liderados. V. Exª engrandece o Congresso. Para mim, é motivo de muita honra estar entrando no PTB para ser um liderado de V. Exª.

Continuarei, Sr. Presidente.

Queremos distânciados projetos pessoais que se encerram no personalismo cabotino de velhos políticos, que se adaptam às circunstâncias e cultuam a própria sobrevivência.

Por isso tudo, reafirmo a minha disposição em trabalhar pela candidatura de Ciro Gomes, candidato do meu Partido à Presidência da República, para que, a partir de sua liderança, surja um Brasil novo, apoiado em um novo governo, mais responsável, mais ligado à realidade que nos circunda, mais preocupado com o sofrimento dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, como Líder do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra para falar de um assunto de específico interesse do meu Estado, das Alagoas.

Os prejuízos causados pelo racionamento de energia elétrica atingiram indiscriminadamente todos os segmentos produtivos do País. O primeiro efeito nocivo foi observado nos dados recentes do IBGE que apontam uma redução muito acentuada no crescimento econômico do País.

É claro que a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica salvaguardou espaços para resolver excepcionalidades, tanto domésticas quanto industriais e comerciais. Se o problema não pode ser sanado a curto prazo, pode, em determinadas circunstâncias, ser atenuado de modo a minimizar os prejuízos causados aos Estados, regiões e Municípios.

Ocupo a tribuna para tornar público a postura flexível da Câmara de Gestão de Energia e de seu coordenador, o ex-Deputado Euclides Scalco, para uma situação que vinha afligindo a indústria, os trabalhadores e a agricultura de Alagoas. Refiro-me à Mineração Barreto, no Município de Belo Monte, sertão de Alagoas, única produtora de calcário em todo o Estado.

O calcário, como todos sabem, corrige o solo e, corretamente utilizado, pode ampliar a produção agrícola em até 25%. Claro que a interrupção na utilização desse corretivo, bem como da farinha de rocha, que recupera e remineraliza o solo, iria trazer prejuízos severos à agricultura e à pecuária alagoana.

Às vésperas do racionamento, a Mineradora Barreto entrou com um pedido de ampliação de sua produção, com uma nova unidade, o que implicaria duplicação do consumo de energia elétrica. Duplicação exigida pela própria demanda do Estado, visto

que é comum vermos, todos os dias, de 30 a 40 caminhões parados até quatro dias, esperando carregamento de calcário e farinha de rocha.

Surpreendida pelo racionamento, após os investimentos feitos, a empresa adotou todos os procedimentos legais para manter a ampliação de sua produção, contando mesmo com um parecer técnico da companhia energética de Alagoas, no qual é atestado que o aumento do consumo desta empresa não comprometeria absolutamente a subestação pela qual ela é atendida.

Como o pedido de ampliação do consumo de energia elétrica foi anterior ao racionamento e esse aumento não prejudica o abastecimento normal de energia a outros clientes da região, a Câmara de Gestão aprovou, excepcionalmente, o aumento do consumo pela mineradora.

Gostaria, Sr. Presidente, de deixar registrado esse gesto que satisfaz toda a população do meu Estado, os produtores rurais e o Município de Belo Monte, que especificamente poderá contar com a criação de novos postos de trabalho a partir do mês de outubro, quando serão concluídas as obras de ampliação da Mineradora Barreto.

Era esse, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, o agradecimento que eu gostaria de fazer publicamente em nome do meu Estado das Alagoas. Muito obrigado a todos.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindberg Cury.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, por concessão do Senador Pedro Simon.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres Colegas, em primeiro lugar quero agradecer a cessão que nos fez o eminente Senador Pedro Simon para que pudéssemos expor aqui uma preocupação que temos e que constatei muito de perto agora, nesse fim de semana, no meu Estado, em Santa Catarina. O problema, por certo, vem ocorrendo também em outros Estados da Federação. Aliás, o Senador Pedro Simon, num programa de televisão, no último fim de semana, analisou a questão do Pronaf, um programa de infraestrutura para pequenos proprietários em pequenos municípios.

O programa, por sinal, tem sido bem implantado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, dirigido

pelo Ministro Raul Jungmann. Não há a menor dúvida de que o programa é bom. Ajuda a formar pequenos negócios, financia associações de pequenos produtores principalmente nos menores municípios do interior desse Brasil, gerando mais emprego e renda. É um programa bom, implantado por este Governo por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Todavia, Sr. Presidentes, nobres Colegas, preciso trazer uma preocupação. O programa é alvissareiro, tentarei que crie a economia nos pequenos lugares onde o êxodo costuma acontecer, onde os jovens vão embora à procura de outras fontes para seu ganho-pão.

No último fim de semana, no meu Estado de Santa Catarina, percorrendo principalmente o oeste do Estado, região de mini-fúndios, a região do contestado e o planalto serrano, o planalto norte-catarinense, constatei que dos 57 municípios catarinenses que estavam contemplados pelo Pronaf, este ano, para motivar pequenos negócios, infelizmente, por alegações de corte orçamentário, de não haver recursos suficientes, em um programa no qual cada município teria o direito a até R\$151 mil para formar pequenos negócios, pequenos empreendimentos para gerar mercadorias, riquezas e, com isso, renda, foram cortados 40 municípios.

Portanto, desses 57, que era a expectativa para este ano, o número de contemplados diminuiu para 17 municípios, sob alegação de que os recursos não são suficientes e o Governo tinha de atender a outras regiões do Brasil ou que se teria de diminuir os valores. Cento e cinquenta e um mil reais de investimentos em vários programas, em cada município, não é muito. Seriam R\$8,2 milhões para Santa Catarina para motivar 57 municípios, e diminuiu-se para apenas 17!

Os prefeitos das localidades onde estiveram neste fim de semana, as associações de moradores, os sindicatos, os empreendimentos, os projetos realizados ou encaminhados, já na expectativa de conseguirem realizar esses pequenos negócios, disseram-me que os recursos tinham sido cortados, que já não teriam mais a expectativa. Para eles isso estava motivando os debates de noite, pela manhã, nos fins de semana, nos feriados... Agora não havia mais essa expectativa.

Sr. Presidente, diminuir de 57 para 17!? Poderiam pelo menos diminuir um pouquinho os valores de cada um dos 57, mas que contemplem alguns projetos mais importantes em cada município. Como dói isso!

Ainda informam, Sr. Presidente, que quem cortou ou selecionou os 57 para tirar 17 foi o Governo do Estado de Santa Catarina. Portanto, foi o próprio Governo Estadual, por meio da Secretaria de Agricultura, que elencou os critérios de como cortar, estabelecendo quem fica e quem não fica.

Isso gera a questão de que foram privilegiados os que estão mais ligados ao Governador do Estado e de que os que não estão ligados ficaram de fora... Não dá para discriminar com tão pouco dinheiro! Não deveria haver isso.

O que deveria haver, Sr. Presidente? Seria preciso o Governador do Estado tomar a dianteira e vir a Brasília convidar os três Senadores e os 16 Deputados Federais, o fórum catarinense, para irem ao Presidente da República. Para começar, deveriam ir ao Ministro Raul Jungmann, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para tornar isso possível. Nós não vamos permitir que se desaqueça ou não se ofereça a expectativa de os pequenos produtores, os pequenos empreendimentos, em nosso Estado, terem uma certa sequência.

Sr. Presidente, trago essa preocupação porque, com certeza, isso não acontece só no meu Estado. Talvez também já tenha acontecido em outros Estados do Brasil. Constatei esse fato **in loco**, neste fim de semana. Disse que iria trazer esse assunto à tribuna do Senado Federal, porque nós nos sentimos chocados. Isso é inconcebível! Presenciei a reunião de centenas de pessoas, de prefeitos de pequenos municípios, e nós defendemos o desenvolvimento de pequenos lugares do interior, com o intuito de que os cidadãos tenham vontade de ali ficar, de trabalhar, de formar os seus negócios. E isso só fomenta o êxodo rural, criando, nas grandes metrópoles, sérios problemas. Por isso sempre tenho dito que, nas cidades grandes, enfrentamos três problemas fundamentais: o saneamento básico, a moradia e a segurança. Há um custo para oferecer infra-estrutura, segurança, moradia, e ainda temos que buscar emprego para essas pessoas.

Por que não descentralizarmos o Brasil, Sr. Presidente? O Pro naf é um programa muito bom. Não poderíamos cortá-lo. Por isso não podemos diminuir os recursos que seriam para 57 municípios do meu Estado, que possui no total 293 municípios. Já estamos com uma grande diminuição do meio rural, segundo o IBGE. Seria o caso de passarmos de 57 para 107 municípios, aumentarmos, para estimular a permanência dessas pessoas nas suas comunidades, para os

jovens não irem embora, pois é isto que está acontecendo: estão virando forasteiros. Quando se consegue um estímulo para ajudar, corta-se o programa. Cria-se uma insatisfação, e o Governador do meu Estado não faz nada, não veio e nem procurou o fórum; não diz nada! Selecionou e retirou 40 municípios. Não é assim que se faz! Deixam-se aqueles que mais o agradar. Não é assim que se faz! Já foram selecionados, pois são municípios em que há carência, em que precisamos desenvolvê-los, ajudá-los. Seria necessário a luta para fomentá-los e desenvolvê-los, contemplar mais municípios para que pequenos empreendimentos pudessem acontecer. É uma região de minifúndios e de pequenas propriedades. A consequência disso é que começa a haver cada vez mais o êxodo rural.

Nobres Colegas, agradeço, uma vez mais, ao eminente Senador Pedro Simon, que nos concedeu o espaço para que pudéssemos externar, publicamente, a nossa preocupação.

Apeleio ao Ministro Raul Jungmann para que S. Ex^a veja junto à área econômica, ao Governo, à sua área para que fomentemos esse programa, que é bom, e tentemos ajudar um pouco. São pequenos negócios. Eles não querem ganhar rios de dinheiro. Não é um Proer da vida para salvar bancos; é para salvar pessoas, empregos, pequenos negócios e para dar às pessoas trabalho em um final de semana, e não somente trabalho até sexta-feira, às 17 ou 18 horas, mas trabalho aos sábados e fora de hora. São pessoas que querem dedicar-se, esforçar-se e buscar saídas para ajudar o Brasil. Circular mais as mercadorias, quiçá até, nessas pequenas comunidades, embalar mercadorias que possam sair pelo mundo. Vários países da Europa já fazem isso. A Europa faz isso, os Estados Unidos também. Por que não podemos adotar essa prática? Vamos fomentá-la.

Mais uma vez, faço um apelo ao Ministro, ao Governo e, também, ao Governo de Santa Catarina, vamos bater o pé e torcer por isso. Temos que ser um Governo que não pode se acorcorar dessa forma. O Governo se acorcora, não grita. Isso não pode acontecer. Há um ditado que diz que "quem muito se abaixa, algo lhe aparece". Isso é verdade.

Temos que se guir em frente. Temos que convidar o fórum catarinense para, juntos, ir ao encontro de empreendimentos dessa ordem, que só vem a ajudar a todos.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente e nobres Senadores, que eu não podia deixar de fazer no dia de hoje, em relação a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos me trazem hoje a esta tribuna. Fui procurado por um grupo de aposentados da Imprensa Nacional, que me solicitaram que citasse o nome deles, para dar-lhes não só o apoio, mas, quem sabe, uma esperança de reversão de uma situação que se torna cada dia mais desumana, mais insuportável para um grupo de pessoas que, depois de dedicar a sua vida inteira a uma atividade, de trabalhar com amor, com abnegação, de organizar uma família, chega ao fim recebendo algo que parece o escarro, o cuspe na cara, como retribuição pelo que fez.

Faço parte não desse grupo específico, mas da grande ordem dos aposentados, e o que recebo mais é uma miséria.

Quando fui me aposentar, tinha 38 anos de serviço. Aquilo que Sua Majestade o Presidente da República tinha de vida eu tinha de serviço quando me aposentei. Ele tinha 38 anos de vida, eu, 38 anos de serviço.

São duas visões diferentes do mundo. A dele é uma visão narcisista – considera-se o modelo para o resto do mundo e, portanto, julga que todos se aposentaram seguindo seu modelo: aos 38 anos, na flor da idade. Ele não consegue imaginar que alguém possa prestar 38 anos de serviço, mas, ainda assim, ser tachado de malandro. Não fomos malandros. Mas quem se aposenta com 38 anos de idade, este, sim, é o padrão da malandragem. Assim, ele julga o mundo à sua imagem e semelhança.

Estou com minha consciência tranqüila. Prestei 38 anos de serviço com uma satisfação imensa, realizando-me a cada dia, fazendo aquilo de que gostava.

Minha esposa prestou concurso na Câmara dos Deputados, esteve classificada em primeiro lugar até a penúltima prova, e fez carreira. Como era órfã desde os 12 anos de idade, trabalhou desde os 14 anos e prestou 50 anos de serviço, ou seja, meio século de serviço.

Quando fui aposentar-me, sabia o que vinha pela frente. Eu poderia aposentar-me por tempo de serviço ou por problemas de saúde – por invalidez. Pensei: "O que vem pela frente neste País podemos

prever". Portanto, prefiro aposentar-me por invalidez. Quem sabe os inválidos serão poupados por essa falta de consciência e por esse desamor com o qual o Governo nos trata. Aposentei-me por invalidez.

Só exerci uma profissão na minha vida: professor universitário com dedicação exclusiva. E, desde a minha aposentadoria, estou aqui há seis anos e meio.

Tive toda a afinidade, a sensibilidade e a empatia com esses funcionários do Departamento de Imprensa Nacional. O que está ocorrendo lá? O mesmo que ocorre no resto do País: além de queda, coice.

A minha universidade está deteriorada. Sempre falei, durante a minha vida, que gostaria de seguir o exemplo de meu pai, professor universitário que morreu – como queria – dando aula. Pediu que lhe fornecessem um balão de oxigênio para que ele pudesse dar aula.

Eu gostaria de ter a mesma morte digna: trabalhando, ou seja, lecionando. Mas a universidade virou um túmulo horroroso, indigno e deteriorado. Então, prefiro morrer por aí, debaixo de uma árvore, numa esquina qualquer. Não há no serviço público brasileiro senão alguns nichos de dignidade nos quais se possa morrer condignamente.

A Imprensa oficial está padecendo da mesma técnica neoliberal, que consiste em esvaziar algumas instituições do serviço público de modo muito simples. Tomando o exemplo do antigo serviço de telefone do Brasil, começa-se a corroer o seu miolo. As atividades que dão lucro são privatizadas já há muito tempo, antes do processo de privatização. Os diretores, funcionários e conhecedores do assunto criam empresas privadas, e essas passam a terceirizar o serviço público. Alguns espicham os fios, outros ligam os telefones, outros fazem consertos. Em todos os setores, no de água, no de esgoto, acontece o mesmo. Há uma apropriação, uma privatização – já havia antes – e fica apenas a casca a cargo do serviço público e, assim, é facilitada a desmoralização que precede a privatização definitiva, a última pá de cal.

Vou ler agora o que me foi encaminhado por esses funcionários aposentados, que estão desesperados. Eles não podem, como funcionários inativos, ou não se sentem bem em ir para a rua, como irão a partir de amanhã os seus colegas da ativa, os seus colegas que não querem chegar à situação a que eles, aposentados, chegaram e por isso lutam.

Há uma covardia sistêmica, que faz com que crianças, mulheres, aposentados, a terceira idade paguem o maior preço da safatura para a qual não contribuímos, mas que temos de pagar.

O que ocorre é que isso faz parte da lógica neoliberal e capitalista do sistema que também exala seus últimos estertores. Dizem que a crise da Argentina, a do México, a da Turquia, a da Rússia e a do Sudeste Asiático foram a culpa das nossas mazelas. Interessante! Eles que acreditam na globalização, na "mundialização", agora acreditam que estão sendo contaminados. Contaminados! É o câncer da depressão e da crise que dá metástases em todos os níveis, em todos os lugares. Como vamos nos livrar, se o Governo brasileiro nos colocou nesta situação? Como é que agora vamos lançar a culpa ora na Argentina, ora no México, ora no Sudeste Asiático, ora na Rússia? Eles gostam muito da Rússia. Coitada da Rússia! Não temos quase nenhuma relação com a Rússia, nem comercial nem de espécie alguma. Como vamos nos contaminar? Mas fazem questão de jogar a culpa nos outros, esses que "desadministram" o País.

Meus colegas, meus companheiros, a quem tenho solidariedade porque eu sei o que é sofrer as expectativas de uma aposentadoria e, mais ainda, sofrer a sua dureza. Mas o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com 38 anos de idade, foi aposentado com vencimento integral, portanto, premiado pela ditadura militar. Ele nunca foi cassado; eu tenho certeza absoluta. Pois bem, ele pensa que nós todos somos malandros, que nós todos somos incapazes, improdutivos, portanto, nós devemos ter tido as mesmas benesses, as mesmas malandragens que ele obteve para se aposentar com 38 anos de idade, com vencimento integral.

Pois bem, passo a ler o **Jornal do Brasil** de 4 de março de 2001:

O Departamento de Imprensa Nacional está passando por um processo de reestruturação promovido pelo próprio Governo Federal. Por ordem do atual Diretor-Geral do Departamento de Imprensa Nacional (DIN), Carlos Alberto Guimarães, estão suspensas as contratações de serviços gráficos, com exceção daqueles solicitados pela Casa Civil da Presidência da República.

Então, para justificar o desastre, o Governo Federal proíbe que a Imprensa Nacional trabalhe, funcione. Todos os serviços gráficos estão proibidos para justificar obviamente o que vem por aí: a privatização doada.

Nos últimos meses, o DIN recusou vários serviços que realizava tradicionalmente para Ministérios e órgãos públicos. Recentemente, recusou a impressão de 83 milhões de cartilhas institucionais de direitos do consumidor de uma campanha da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Valor da proposta: 2,4 bilhões.

Aqui está escrita essa importância.

A mais recente negativa do DIN refere-se a um pedido do Ministério do Trabalho e Emprego de serem impressas 6,5 milhões de carteiras de trabalho ao custo de R\$ 0,16 a unidade num valor total, de R\$ 1 milhão.

Foram ainda recusados serviços da Vice-Presidência da República, do Ministério da Justiça, do TSE e outros órgãos.

Portanto, o Departamento de Imprensa Nacional foi proibido de trabalhar a fim de que o mercado, o capital privado conquistasse também essa área.

Ora, Sr. Senador, seria muito fácil resolver esse problema da Imprensa Nacional se fosse somente o relatado pelo **Jornal do Brasil**.

Acontece que tudo começou com a edição da Medida Provisória nº 2.029, de 20 de junho de 2000, revogada, mas com seus atos convalidados, e o assunto mantido pela Medida Provisória nº 2.045/1, de 28 de junho de 2000, que "*Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, suspende temporariamente o registro de armas de fogo, e dá outras providências*".

A surpresa, nesse caso, é que a Imprensa Nacional, órgão secular, trazido para o Brasil por Dom João VI, quando aqui quando aqui fundou a Imprensa Régia, é tratada em medidas provisórias que cuidam de segurança pública e arma de fogo. A Imprensa Nacional, pelo que sabemos, sempre tratou de Segurança Nacional pelo caráter que tem de publicar os atos de Governo considerados sigilosos e de interesse público. E assim funcionou em seus 193 anos de existência.

Na transferência da Imprensa Nacional do Ministério da Justiça para a Presidência da República, mais precisamente para a Casa Civil, em 20 e 28 de junho de 2000, por meio das citadas medidas provisórias,

pensava-se que se lhe dariam mais respeito e dignidade que aquela instituição mantinha desde 1808, consagrada, mais recentemente, na mudança da Capital do Rio de Janeiro para Brasília.

Muitos de seus ilustres funcionários, e aqui destacamos Machado de Assis – ah, se fosse vivo! –, estariam assustados com o que vem acontecendo na Imprensa Nacional. Seus mais recentes funcionários, não menos ilustres e que ainda contam a história daquela instituição, estão sem entender como o Governo Federal, mais especificamente a Casa Civil da Presidência, conduz, hoje, os destinos daquele monumento histórico.

Tudo está sendo feito sem o respeito àqueles que construíram um patrimônio, no mínimo, histórico e cultural. Ali foram impressos os mais importantes atos do Império, da República, dos períodos revolucionários e da plena democracia.

Ali foram editados os livros que as empresas gráficas particulares não se interessavam, mas que se constituíram em relíquias da história brasileira.

O Governo Federal, num ato suspeito, pois incluiu a transferência da Imprensa Nacional do Ministério da Justiça para a Casa Civil nas medidas provisórias que tratam de assuntos totalmente diferentes, deve ter outras intenções. Será mesmo que o ilustre Presidente da República leu aquele art. 8º escondido naquelas medidas?

No bojo levaram, também, o Arquivo Nacional. Será que tinham interesse nisso? Acreditamos que o objetivo era mesmo a Imprensa Nacional. Como privatizar a Imprensa Nacional? Afinal é um órgão secular, de segurança nacional. Só mesmo não aceitando os serviços gráficos, como diz o **Jornal do Brasil**, "tradicionalmente impressos naquele órgão", pois assim as empresas particulares, ansiosas por acabarem com a Imprensa Nacional, seriam procuradas e assumiriam os trabalhos. É, como podemos dizer, uma privatização indireta. Assunto que diretores anteriores trataram arduamente, como verdadeiros brasileiros, interessados nas coisas do País.

Mas, se não bastasse a recusa dos serviços, a desativação de setores de trabalho publicada em portaria, a direção da Imprensa Nacional, orquestrada pela Casa Civil, resolveu investir contra os servidores e editou, em outubro de 2000, a Portaria nº 576 condenando tudo o que vinha sendo feito nos últimos 60 anos, até acordos judiciais, e reduzindo os salários de todos, inclusive de aposentados e pensionistas, em mais de 60%, contrariando leis, decretos e a própria Constituição.

A Justiça foi o caminho daqueles que se sentiram atingidos pelas medidas arbitrárias e perversas. Os aposentados e pensionistas, na maioria pessoas idosas com mais de 65 anos, até 101 anos, de uma hora para outra, viram seus direitos líquidos e adquiridos violados e sem condições de lutarem, passando a viver da angústia, na miséria, sem condições de manterem seus tratamentos de saúde, muitas vezes em estado gravíssimo. Para se ter uma idéia do problema criado pela Casa Civil e pela Direção da Imprensa Nacional, nestes dez meses de luta já faleceram dez aposentados ou pensionistas, vítimas de enfartes, derrames e outras doenças causadas pelos desmandos e incertezas provocadas por essas autoridades [é o "economicídio" em ação]. Outros, sem condições, estão sendo despejados de clínicas, asilos, perdendo suas cadeiras de rodas e saindo de suas casas por falta de pagamento. Os ativos, estes, coitados, ameaçados de redução de produção, transferências, suspensões e de serem colocados em disponibilidade, resolveram partir para soluções mais radicais como as paralisações e greves. Duas em 90 dias, duas greves em 90 dias em 193 anos de IN.

É uma pena que todo o esforço dos que lutaram por um Brasil digno, com história, cultura, independência e com dignidade, vejam o que se faz com a Imprensa Nacional. Equipamentos, comprados por milhões de dólares, estão sendo desativados por falta de trabalho ou por falta de manutenção.

É preciso que as autoridades, com respeito ao passado histórico daquele órgão e deste País, examinem com muita atenção o que está sendo feito na Imprensa Nacional,

não só no caso dos servidores, mas no próprio problema da segurança nacional, e revejam, o quanto antes, os efeitos, agora, da Medida Provisória 2.049-26, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, na qual tentam consolidar, definitivamente, a transferência da Imprensa Nacional para a Casa Civil.

A Imprensa Nacional, primeiramente, é mais forte que simples arma de fogo e, agora, não deve ser usada apenas como mecanismo de poder.

Assim, cumpro minha missão, que gostaria de jamais precisar cumprir, lendo esse manifesto dos funcionários aposentados da Casa Civil.

Terminarei referindo-me ao seguinte: durante os seis anos e meio em que estou no Senado, não apareci nenhuma vez na televisão. Os programas eleitorais, por intermédio do meu antigo partido, o Partido dos Trabalhadores, me esqueceram. Esqueceram de mim. Agora, como eu apareço na televisão, com o tempo de 30 segundos, os quais incomodaram tanto o governo da propaganda, da televisão, esse governo da mídia, que gastou R\$480 milhões em propaganda e publicidade no ano passado. Com 30 segundos, consegui mover o Governo do Distrito Federal, que entrou na Justiça Eleitoral para me tirar do ar. Esse foi um prêmio que recebi. Como consegui isso, com algumas aparições de trinta segundos, em seis anos de mandato? Tenho a certeza de que incomodo; incomodo, sim. Está mais do que provado. Por isso, esses valentões que aí estão entraram na Justiça para me tomar os trinta segundos a que tenho direito.

Eles não gostariam que eu mostrasse no programa eleitoral questões como essa que aqui está. Darei uma notícia rápida – eu já estava desconfiado de que isso estava acontecendo: o Sr. Joaquim Roriz, o “coronel” Joaquim Domingos Roriz levou para Nova Iorque um grupo de apani guados, e lá foi para a ONU. Ele não sabe que a ONU não é mais aquela, mas não falarei sobre isso.

“O Governo do Distrito Federal está sendo acusado pela Organização das Nações Unidas (ONU) de fazer propaganda enganosa”. Isto é que devia sair do ar: a propaganda enganosa. Levou gente para filmar o Sr. Joaquim Roriz na ONU. Ele entrou naquele plenário, que geralmente está muito vazio, foi para um cantinho, seus asseclas sentaram-se a seu lado e o fa-

gerado.... Peguem o dicionário e vejam o que significa a palavra “famigerado”. Começarei a distribuir dicionários, porque corro o risco de, quando estiver elogiando, ser considerado caluniador.

Eles foram à ONU, pularam a cerca, sentaram-se lá, foram filmados, e agora a ONU está reclamando que eles fizeram propaganda enganosa. Ainda disseram que tinham sido agraciados. “Depois do prêmio da ONU, o GDF continua dando exemplo”. Eles disseram que o programa do GDF para a Samambaia tinha sido premiado. Vejamos o que diz o **Correio Braziliense** a respeito:

(...) pelo GDF no mês de julho, afirmando que a cidade de Samambaia recebeu um prêmio da instituição como exemplo para o mundo por causa do seu sistema de distribuição de lotes, causaram estranheza entre os diretores do Habitat, braço da ONU que cuida das questões de moradia no mundo.

Ficaram surpresos. Esse Governo, que aí está e que acresceu aos R\$480 milhões gastos no ano passado em propaganda, usou nosso dinheiro para fazer a propaganda enganosa enganosa a que se refere o jornal. Roberto Ottolenghi, Chefe do Habitat para a América Latina e o Caribe, foi ainda mais enfático ao responder às perguntas sobre a veracidade da possível premiação: “É mentira o que o Governo do Distrito Federal está informando à população. Não houve nenhum prêmio para Samambaia”.

É incrível o que certos políticos são capazes de fazer, a flexibilidade que adquirem para penetrar na Assembléia da ONU e fingirem que estão falando e, depois, inventarem uma autopremiação, desmentida e considerada agora propaganda enganosa.

Parece que sou agressivo, mas o que vou fazer diante de uma situação como essa? Se eu ficar calado, estarei sendo conivente; se eu falar, o tema é tão gritante, tão violento, tão desmoralizante, que, ao falar sobre ele, impregno-me e penso que sou eu quem está como um nefelibata – que eles são, porque serão sempre nefelibatas; por mais tempo que permaneçam no Governo, continuarão nefelibatas. Vejam o que é isso, antes de entrarem na Justiça.

Pois bem, acho que, mais uma vez, apenas traduzi, em linguagem, a agressividade, o insólito desses acontecimentos e desses fatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Iris Rezende. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, num final de tarde, chegar alguém à tribuna com essa quantidade enorme de papéis assusta. Mas quero tranquilizá-los, porque não pretendo ler todo esse acervo.

Sr. Presidente, na sessão de ontem, o Senador José Agripino, do PFL de Minas Gerais, meu conterrâneo e dileto amigo, veio à tribuna dizendo-se constrangido por ter de tratar, aqui, de um problema da nossa província. Eu aqui estou para tratar do mesmo problema. Só que não estou constrangido, porque, há um ano ou mais, estive nesta tribuna tomando – como o fez o Senador José Agripino Maia ontem – a iniciativa de falar sobre um problema provinciano, naquela ocasião, para criticar o Governador do Estado.

Hoje, venho para falar em favor do Governador do Estado, embora não imagine que tenha vindo para defendê-lo, porque não acho que haja propriamente necessidade que alguém o defenda no episódio a que vou me referir.

O Senador José Agripino relatou para esta Casa um episódio que vem ocorrendo no Rio Grande do Norte, chamando a atenção do Estado e de certos veículos da imprensa nacional.

O fato é o seguinte: um cidadão que não é do Rio Grande do Norte foi preso sob suspeita de estar associado, primeiro, a uma grande operação que eles chamam de resgate de presidiários de uma penitenciária do Estado e, depois, suspeito de autoria de assassinato de alguém que foi morto violentamente numa pousada, localizada na Praia do CotoVELO, no litoral sul do Rio Grande do Norte. Esse cidadão, procurado pela Polícia, fugiu do Estado, foi preso no Paraná e levado para o Rio Grande do Norte. Lá, depois de mais ou menos um mês de recolhimento em uma cela, aguardando o andamento das investigações, prestou um depoimento cujo texto integral tenho em meu poder. Em vez de falar sobre os fatos de que era acusado, denunciou a existência de uma articulação, coordenada por um cunhado do Governador do Estado, para praticar tráfico de influência junto ao Governo do Rio Grande do Norte.

Foi um depoimento que, naturalmente, chocou a opinião pública e teve, inclusive, o condão de desviar a atenção de todos do problema pelo qual esse indivíduo havia sido recolhido no Rio Grande do Norte. Ele soube se tornar atrativo, porque somente aparece deca-puz – o que até hoje não entendo – e deu à sua presença na mídia e nas discussões um toque espetacular, por um lado, e romântico, por outro.

Em seu depoimento, realmente fala de um esquema de tráfico de influência. Não sou policial, não pertencço ao Ministério Público, nem me sinto na obrigação de participar dessas investigações. Até como ex-Governador de Estado, acredito que nenhum Governo – federal, estadual ou municipal – está livre de que alguém pretenda se organizar para praticar tráfico de influência e levar vantagens.

Portanto, o meu objetivo aqui não é o de discutir se há ou não um esquema supostamente montado por um cunhado do Governador ou por quem quer que seja, para tirar vantagens do Governo do Estado. O que quero dizer é que nesse depoimento espetacular, embora longo, esse suspeito que se encontra preso fala que o cunhado do Governador teria montado empresas fictícias para ganharem licitações no Estado, mas não cita uma única licitação que uma dessas empresas tenha ganho. Fala, sim, de uma obra, construção de uns galpões, que teria sido contratada não pelo Governo do Estado nem por nenhum órgão público, mas pelo próprio cunhado do Governador. Esse é um problema particular do cunhado do Governador, uma obra privada que não tem nada a ver com o interesse público.

Há um único fato concreto citado por esse cidadão, algo que me recusaria aceitar como verdadeiro. Esse fato não atinge o Governador nem o Governo. Na realidade, ele atingiria, se fosse verdadeiro, o nosso colega Senador Fernando Bezerra, pois se refere a uma conversa que teria ocorrido entre o cunhado do Governador e o Ministro Fernando Bezerra, então titular do Ministério da Integração Nacional, envolvendo um fato concreto. Mas o Ministro Fernando Bezerra peremptoriamente nega que, em qualquer momento, tenha recebido telefona-mento detalhadamente por esse indivíduo no seu depoimento. E entre a palavra desse indivíduo e a palavra do Senador Fernando Bezerra, eu acredito no Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Senador Geraldo Melo, permita-me interromper V. Ex^a para

prorrogar a sessão por 15 minutos para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na realidade, portanto, não há nenhum fato concreto, a não ser a indicação desse cidadão de que um esquema de tráfico de influência teria sido montado. O próprio Senador José Agripino, como eu disse, fez referência ao assunto, mas não trouxe a esta Casa nenhum fato concreto capaz de comprometer a lisura e a probidade do Governo atual do Rio Grande do Norte.

O que seria grave, entretanto, apesar de não haver um fato concreto, seria uma atitude leniente do Governo do Rio Grande do Norte com relação a esse episódio. Mas o que fez o Governador do Estado ao tomar conhecimento dos fatos? Numa nota, distribuída à imprensa por S. Ex^a, no dia 19 de julho de 2001, deixa muito claro:

Diante dos desdobramentos políticos de um episódio policial que está sendo objeto de inquérito pelo Ministério Público, e que faz referência, inclusive, a um familiar meu, sinto-me no dever de, pessoalmente, prestar ao povo alguns esclarecimentos, fixando a posição do Governador diante desses fatos.

1 – Não só o Governador, como todo o Governo, não reconhece parentes nem parentesco de espécie alguma no trato da coisa pública e, portanto, não privilegia familiares, amigos ou afeições no gerenciamento das questões de interesse público;

2 – A citação do nome de um meu cunhado, em depoimento de um acusado de homicídio e estelionato, não inibe meu Governo de apurar com rigor e isenção todos os fatos, mesmo que me causem constrangimento e sofrimento pessoal, por colocar acima de tudo o respeito à lei e à moralidade pública;

3 – Embora, pela origem, eventualmente, possa ser desqualificada a acusação, determinei a todos os órgãos do Governo, especialmente à polícia estadual, a ampla e rigorosa apuração de todos os fatos, bem como irrestrita colaboração ao Ministério Público e ao Judiciário para o bom êxito das investigações e punição conforme a lei de quem for encontrado em culpa.

Segue a nota descrevendo outras providências que o Governador tomou, das quais destaco apenas uma: a criação de uma comissão no âmbito do Governo do Estado, integrada pelo Chefe da Casa Civil, Professor Luís Eduardo Carneiro Costa; pelo Consultor Geral do Estado, Professor Ivan Maciel de Andrade; e pelo Controlador Geral, Carlos Roberto de Miranda Gomes, para que essa comissão tenha a responsabilidade de prestar ao Ministério Público toda e qualquer informação necessária à apuração irrestrita e cabal de todos os fatos a que se refere esse depoimento.

Portanto, com relação a esse ponto, não houve, por parte do depoente, a indicação de um único fato que incrimine o Governo. Houve a informação de que teria sido montada, por um cunhado do Governador, uma estrutura destinada a exercer tráfico de influência junto ao Governo, mas não houve nenhum fato envolvendo as empresas referidas pelo depoente. Nenhum fato foi por ele apresentado, mostrando que esse esquema de tráfico de influência havia sido bem sucedido nessa licitação ou naquela outra.

Finalmente, o Governo do Estado tomou todas as medidas para facilitar um trabalho de investigação, que, na realidade, está sendo feito pelo Ministério Público. É o Ministério Público quem está fazendo a investigação. A propósito, encontrei num discurso do Senador José Agripino a declaração de que, segundo o Ministério Público do Rio Grande do Norte, teriam sido encontrados documentos comprometedores, provas daquilo que o acusado de homicídio disse em seu depoimento, demonstrando claramente indícios fortíssimos de que, no Governo do Rio Grande do Norte existiam, por parte do cunhado do Governador, tráfico de influências, superfaturamento de obras e influência no pagamento de precatórios trabalhistas, entre outras coisas.

“Na realidade – são palavras do Senador José Agripino – existiam, por parte do cunhado do Governador...” – o cunhado do Governador não integra o Governo do Estado, e se ele tiver praticado algum ato dessa natureza, vou repetir aqui as palavras do Governador que ouvi reiteradamente nos últimos dias: “... se vier a ser demonstrado que algum fato ocorreu, quem o praticou traiu o Governador e deve pagar por isso, seja parente ou não”.

Mas, apesar de se declarar aqui que, segundo o Ministério Público, foram encontrados documentos comprometedores e provas, há aqui uma carta de um

membro do Ministério Público, reagindo a uma notícia de jornal, que teria declarado isso que foi repetido no discurso do Senador José Agripino. Por meio dessa carta, ele comunica ao Governador pelo Ofício nº 5/2001/13-A, da Procuradoria de Justiça, assinada pelo 13º Promotor de Justiça de Natal, em que ele comunica haver dirigido carta ao jornal que publicou declarações supostamente suas, desmentindo cabalmente e declarando textualmente, na nota à imprensa, que também distribuiu, o seguinte:

Urge explicar que, nas oportunidades em que fui entrevistado pelos meios de comunicação, informei que não existia, até aquele momento das investigações, qualquer indício da prática de ilicitude por parte do Governador do Estado do Rio Grande do Norte ou de qualquer dos Secretários de Estado, como pode se exprimir das matérias jornalísticas publicadas no **Jornal de Hoje** (edições dos dias 25 de julho e 06 de agosto) e no **Diário de Natal** (edição do dia 07 de agosto), todos do corrente ano.

Com isso, esclareço, portanto, que não há fatos concretos que tenham sido revelados com relação ao Governo do Estado, que um membro do Ministério Público, em nota à imprensa, declara que não se dispõe de qualquer prova ou indício de que o Governador ou qualquer dos seus Secretários tenha praticado algum ato de improbidade.

Dito isso, desejo referir-me a um outro aspecto, que é o último, Sr. Presidente, que vou abordar nesta ocasião.

O Senador José Agripino declarou-se indignado com o fato de que foi proposta uma CPI à Assembleia Legislativa para a apuração dos fatos. Ao que me consta, foram alegadas duas coisas. A primeira foi de que não havia necessidade de fazer uma CPI cujos resultados seriam depois entregues ao Ministério Público, se os fatos a ele já foram entregues. A CPI seria apenas um instrumento de manifestação política a respeito do assunto, porquanto o trabalho da CPI na Assembleia Legislativa termina sendo entregue ao Ministério Público. E o Ministério Público, que comanda as investigações, já está com a matéria em mão.

A segunda coisa que foi alegada – ao que me conste – é que o requerimento de CPI não satisfazia às exigências da Constituição, que determina que ele

deva atender a determinados requisitos. E repito as palavras do Senador José Agripino:

Mas, o que ocorreu? Esta é a tristeza que o Rio Grande do Norte tem a lamentar. A maioria, movida pela pressão do Governo, em vez de agir como este Plenário, submeteu o requerimento não à Mesa, mas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois ao Plenário, onde o Governo é maioria, negando o direito constitucional das minorias de investigar os fatos por intermédio de uma CPI, desde que cumpridos os preceitos regimentais constitucionais.

No entanto, por uma manobra do Governo do Estado, a maioria dos governistas se moveu e abafou a CPI, rasgando o Regimento da Assembleia e a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

Diz bem o Senador José Agripino que requerimentos de CPI devem ser atendidos, desde que cumpridos os preceitos regimentais e constitucionais. Aliás, assim entende sem pre S. Ex^a, como eu e como tantos aqui.

O que ocorreu no Rio Grande do Norte foi que, com número mais do que suficiente, a maioria requereu a instalação da CPI, com um requerimento que não estava vazado de forma a satisfazer as exigências constitucionais. A Mesa encaminhou o requerimento à Comissão de Constituição e Justiça, cuja decisão foi levada a Plenário. E o Plenário derrubou a constituição da CPI.

Aqui no Senado Federal, que, de acordo com o Senador José Agripino, inspira sua postura em relação a tais assuntos, ocorreu situação muito semelhante. No ano de 1996 foi requerida ao Senado Federal a instalação da CPI dos Bancos. Assinaram o requerimento Senadores em número mais do que suficiente. Apresentado e lido o requerimento, o Presidente da sessão, naquele dia o Senador Renan Calheiros, considerou que, havendo número suficiente, a CPI era tida como constituída pela Mesa. Foi o Partido do Senador José Agripino, no momento em que as indicações dos membros da CPI foram feitas à Mesa, que levantou a tese de que o requerimento não satisfazia as exigências constitucionais – exatamente o que aconteceu no Rio Grande do Norte.

Lá, como aqui, havia número, e lá, como aqui, declarou-se que não haviam sido satisfeitos os requisitos constitucionais. O que fez a Mesa lá? Man-

dou para a Comissão de Constituição e Justiça. O que fez a Mesa aqui? Mandou para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. De volta, o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado entendia que o requerimento não satisfazia as exigências constitucionais. Por uma questão de ordem levantada, entendia a Liderança do PFL, pela voz do Senador Hugo Napoleão, que a CPI deveria ser derrubada. O Presidente da sessão nesse dia era o Senador José Sarney, que não acolheu a questão de ordem e entendeu que a CPI deveria ser mantida.

Foi formulado um recurso ao Plenário pelo Líder do Partido do Senador José Agripino, Senador Hugo Napoleão, e outros Srs. Senadores. O requerimento, se fosse aprovado, derrubaria a CPI. Os Senadores José Eduardo Dutra e Antonio Carlos Valadares requereram votação nominal. Foi feita a votação nominal, e o Plenário do Senado, exatamente como fez o Plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, acolheu o recurso e derrubou a CPI. Isso aconteceu aqui, como aconteceu lá.

Foi feita a votação nominal e aqui tenho os resultados da verificação de votação do Recurso nº 2, de 1996.

Quem votou “sim” votou para que não se instalasse a CPI, apesar de ter sido requerida por um número de Senadores mais do que suficiente: mais de 27 Senadores. Aqui tenho a folha de verificação de votação: votaram “sim” 48 Senadores; votaram “não” 24; abstiveram-se 3.

Aí minha estranheza com relação à posição do Senador José Agripino. O que aconteceu no Rio Grande do Norte foi exatamente o que aconteceu no Senado Federal. Lá, como aqui, prevaleceu a decisão do Plenário. Entende S. Ex^a hoje que essa decisão do Plenário não poderia ser tomada porque contraria um princípio constitucional. Mas, aqui, quando a matéria foi votada, eu estava presente e votei “sim”, acolhendo o recurso. O Senador José Agripino também estava presente e também votou “sim”. Votaram “sim” 48 Srs. Senadores, e entre esses Senadores que votaram “sim” estava o Senador José Agripino.

Ao votar dessa maneira, entendeu S. Ex^a, como entendo eu, que a minoria – no caso do Senado, 27 Senadores, que representam 1/3 da Casa – pode requerer uma CPI e ela tem que ser instalada, desde que o requerimento guarde conformidade com as exigências da Constituição e do Regimento. Quando não guarda, esse requerimento não pode prosperar, e

nada impede que os 27 Senadores ou mais voltem a requerer a CPI.

Quis prestar este esclarecimento à Casa, com minha voz mais voltada para o Rio Grande do Norte, porque, diante do que foi dito ontem aqui, talvez o Senado pudesse chegar a conclusões que implicassem uma injustiça tanto em relação ao Governador do Rio Grande do Norte quanto em relação à Assembleia Legislativa. Até agora não há nenhum fato que incrimine o Governador nem o seu Governo. E a Assembleia Legislativa agiu rigorosamente de acordo com normas consagradas pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal, e que, quando aplicadas nesta Casa, tiveram tanto o meu apoio quanto o do Senador José Agripino e do Senador Fernando Bezerra, que como eu e o Senador José Agripino também votou “sim” naquela votação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Tem V. Ex^a a palavra por um minuto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para uma comunicação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero fazer um registro que considero extremamente importante para a Região Amazônica. Hoje, foi lançado no prédio do Cebrae nacional um programa que vai discutir os novos rumos para toda a Amazônia, no tocante à ciência, tecnologia e negócios sustentáveis. Trata-se do programa Amazontec 2001, que foi lançado em conjunto com o Cebrae, a Embrapa, com todas as universidades federais da Amazônia, com grupos empresariais, setores representativos, Prefeituras e Governos Estaduais, enfim, com segmentos importantes que querem, entre os dias 20 e 25 de novembro de 2001, na cidade de Boa Vista – RO, discutir a questão da Amazônia. Essa discussão técnico-científica se iniciará naquela cidade e se estenderá, a cada ano, para a capital de cada Estado da Amazônia, criando novos rumos para o desenvolvimento da Região.

Faço esse registro, parabenizando o Sebrae e a Embrapa e pedindo a transcrição nos Anais da Casa do programa Amazontec 2001.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO

A **Amazontech 2001** é um evento estruturado com a finalidade de promover o conhecimento e o desenvolvimento da Amazônia, a partir da perfeita integração: homem - meio ambiente - tecnologia.

O evento é uma parceria da iniciativa privada com instituições governamentais, e tem uma abrangência regional, atendendo aos estados que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins, estendendo-se aos países fronteiriços da Amazônia Internacional, como a Venezuela, a República Cooperativista da Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa, a Colômbia, a Bolívia, o Peru e outros.

Suas ações serão concentradas em atividades que evidenciem alternativas de desenvolvimento sustentável para a região, tendo como princípio o incremento da atividade empresarial, utilizando a tecnologia e o

conhecimento científico no aproveitamento racional dos recursos disponíveis, sem agredir o meio ambiente e o "modus" de vida do homem amazônico.

Para que isto se torne realidade, a **Amazontech 2001** será uma gigantesca vitrine de negócios, oportunidades e potencialidades dos investimentos ecologicamente corretos e lucrativos, apresentados por meio de feiras, exposições, rodadas de negócios e de projetos, cursos e palestras, com a finalidade de abrir novos mercados, promover o intercâmbio de tecnologias e debater sobre o desenvolvimento sustentável na região.

Durante 06 (seis) dias, Boa Vista, capital do Estado de Roraima, situada no extremo Norte brasileiro, será a sede da **Amazontech 2001**, onde estarão reunidos empresários, novos empreendedores, líderes governamentais, pesquisadores, estudantes, dirigentes de instituições públicas e privadas e a comunidade amazônica em geral.

Só falta você! Não perca esta oportunidade de conhecer e realizar bons negócios na Amazônia.

AMAZONTCH2001: Novos rumos para a ciência, tecnologia e negócios sustentáveis. 20 a 25 de novembro de 2001. Palácio Laíffe Salomão, Boa Vista/RR-Brasil
www.rr.sebrae.com.br/amazontech

La **Amazontech 2001** es un evento estructurado con la finalidad de promover el conocimiento y el desarrollo de la Amazonia, a partir de la perfecta integración: hombre-medio ambiente-tecnología.

El evento, que es una asociación de la iniciativa privada con instituciones gubernamentales, tiene un alcance regional y atiende a los Estados que componen la Amazonia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima y Tocantins, y se extiende a los países fronterizos de la Amazonia Internacional, como Venezuela, República Cooperativista de la Guayana, Surinam, Guayana Francesa, Colombia, Bolivia, Perú y otros.

Sus acciones se concentraran en actividades que confirmen alternativas de desarrollo sostenible para la región, teniendo como principio el incremento de la actividad empresarial, utilizando la tecnología y el

conocimiento científico en el aprovechamiento racional de los recursos disponibles, sin agresión al medio ambiente o al "modus" de vida del hombre amazónico.

Para que esto sea realidad, la **Amazontech 2001** será un gigantesco escaparate de negocios, oportunidades y potencialidades de las inversiones ecologicamente correctas y rentables, presentadas a través de las ferias, exposiciones, ruedas de negocios y proyectos, cursos y conferencias, con la finalidad de abrir nuevos mercados, promover el intercambio de tecnologías y debatir sobre el desarrollo sostenible en la región.

Durante seis días, Boa Vista, capital del Estado de Roraima, situada en el extremo norte brasileño, será la sede de la **Amazontech 2001**, donde se reunirán empresarios, nuevos emprendedores, líderes gubernamentales, investigadores, estudiantes, directores de instituciones públicas y privadas y la comunidad amazónica en general.

¡Sólo falta usted! No se pierda esta oportunidad de conocer y de realizar buenos negocios en la Amazonia.

The **Amazontech 2001** is an event structured with a view to promote the knowledge and the development of the Amazon region based upon the perfect integration among man, the environment and technology.

The event is the result of the joint efforts of the private sector and governmental institutions, and has a regional scope, covering the states which are in the so called Legal Amazon: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima and Tocantins, spreading out to the countries of the International Amazon border, such as Venezuela, the Cooperative Republic of Guiana, the Suriname, the French Guiana, Colombia, Bolivia, Peru and others.

Its actions will focus on the activities that really show alternatives for the sustainable development of the region. The starting point is exactly the improvement of the entrepreneurial activities, taking the most advantage of technology and the scientific knowledge for the sound management of the natural resources available, without doing harm to the environment or the Amazon inhabitant lifestyle.

In order to lives up to the public expectations, the **Amazontech 2001** will be a huge window-shop of business, unique opportunities and potential environmentally friendly investments, as well as profitable ones, in exhibitions, fairs and business roundtables. There will be courses and speeches aimed at opening new markets, promoting technology interchange and the debate over the sustainable development of the region.

For six days Boa Vista, the capital of the Roraima State, located in the extreme North of Brazil, will held the **Amazontech 2001**, which will gather businessmen, new entrepreneurs, governmental leaders, researches, students, leaders of the public and private sectors, and the Amazon community generally considered.

You should join us! Don't miss good business opportunities in the Amazon.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EVENTO

Data e local de realização: Palácio Latife Salomão, Boa Vista/RR
20 a 25 de novembro de 2001

Promoção: SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
UFRR - Universidade Federal de Roraima

Realização: Sistema SEBRAE

Comercialização, Organização e Montagem: Quality Produções Ltda.

ATIVIDADES TÉCNICAS

a) **Feira/Exposição:** Serão apresentados produtos, serviços, projetos, novas tecnologias, publicações, cursos e palestras, e haverá demonstração de processos produtivos de empresas privadas e instituições governamentais e não-governamentais vinculadas ao evento.

b) **Rodada de Negócios:** É um evento idealizado para promover negócios, colocando frente a frente empresa - vendedor - comprador, com interesses afins ou complementares, mediante reuniões exclusivas com horários e mesas de negócios agendados antecipadamente.

A Rodada é concentrada, com previsão de realização para um dia, sendo responsável pela conotação nacional e internacional da Amazontech.

c) **Rodada de Projetos:** Tem o objetivo de promover a aproximação entre instituições tecnológicas, científicas e agentes financeiros governamentais e não-governamentais. O evento terá mecanismo operacional semelhante ao da Rodada de Negócios, sendo que as reuniões acontecerão mediante a apresentação dos projetos em palestras para as instituições interessadas, coletivamente, com hora e local definidos antecipadamente.

d) **Cursos/Palestras:** Ciclo de palestras relacionadas a temas de interesse geral, tais como gestão ambiental, gestão de negócios rurais, alimentos transgênicos, novos processos de produção rural, água, energia, engenharia genética, radiação de alimentos, gestão tecnológica, linhas de financiamento e reciclagem de lixo.

e) **Vitrine Tecnológica de Produtos Vivos:** Mostra de experimentos voltada para o desenvolvimento do agronegócio, realizada pela EMBRAPA. No Campo Experimental Monte Cristo, da EMBRAPA, numa área de 10 hectares, serão plantadas culturas de diversas espécies de interesse comercial para a Amazônia.

CARACTERÍSTICAS GENERALES DEL EVENTO

Fecha y ubicación: Palácio Latife Salomão, Boa Vista- RR

20 al 25 de noviembre de 2001

Promoción: SEBRAE - Servicio Brasileño de Apoyo a las Micro y

Pequeñas Empresas

EMBRAPA - Empresa Brasileña de Investigación

Agropecuaria

UFRR - Universidad Federal de Roraima

Realización: Sistema SEBRAE

Comercialización, Organización y Montaje: Quality Produções Ltda.

ATIVIDADES TÉCNICAS

a) **Feria / Exposición:** se presentarán productos, servicios, proyectos, nuevas tecnologías, publicaciones, cursos y conferencias, y se harán demostraciones de procesos productivos de empresas privadas y de instituciones gubernamentales y no gubernamentales vinculadas al Evento.

b) **Reuniones de Negocios:** se trata de un Evento pensado para promover negocios, poniendo frente a frente empresa-vendedor-comprador, con intereses comunes o complementarios, a través de reuniones exclusivas con horarios y mesas de negocios marcados con antelación. Las Reuniones serán concentradas, con la previsión de que se realice en un día, siendo responsable por la connotación nacional e internacional de la Amazontech.

c) **Reuniones de Proyectos:** tienen el objetivo de promover la aproximación entre instituciones tecnológicas, científicas y agentes financieros gubernamentales y no gubernamentales. El Evento tendrá un mecanismo operacional semejante al de la Rueda de Negocios, siendo que las reuniones ocurrirán mediante la presentación de los proyectos en conferencias para las instituciones interesadas, colectivamente, con hora y lugar definidos con antelación.

d) **Cursos/ Conferencias:** ciclo de conferencias relacionadas con temas de interés general, como la gestión ambiental, gestión de negocios rurales, alimentos genéticamente modificados, nuevos procesos de producción rural, agua, energía, ingeniería genética, radiación de alimentos, gestión tecnológica, líneas de financiación y reciclaje de basuras.

e) **Escaparate Tecnológico de Productos Vivos:** muestra de experimentos dirigida al desarrollo del agro-negocio, realizado por EMBRAPA. En el Campo Experimental Monte Cristo, de EMBRAPA, en un área de 10 hectáreas, se plantarán culturas de diversas especies de interés comercial para la Amazonia.

OVERVIEW OF THE EVENT

Date and place: Palácio Latife Salomão, Boa Vista, Roraima State,

from November the 20th to the 25th.

Sponsors: SEBRAE - Brazilian Service of Support for the Micro e Small Enterprises

EMBRAPA - Brazilian Enterprise for Agricultural Research

UFRR - Federal University of Roraima State

Execution: Sebrae System

Marketing, organization and installation: Quality Produções Ltda.

TECHNICAL ACTIVITIES

a) **Exhibition / Fair:** there will be on display several products, services, projects, new technologies, publications, courses and speeches, and the presentation of some productive processes of private enterprises, governmental and non-governmental institutions attending the event.

b) **Business Roundtable:** the aim is to promote business by putting enterprise, businessman and client face to face to share their common or complementary interests, at exclusive meetings scheduled in advance and roundtables previously arranged.

Being very focused, the roundtable should last no longer than a day and account for the national and international connotation of the Amazontech.

c) **Project meetings:** the goal is to bring technological institutions, the scientific community, governmental and non-governmental financial agents closer to each other. It will follow the same operational procedures of the Business Roundtable. The meetings will be held following the presentation of the projects for the institutions interested, collectively, and with time and place previously scheduled.

d) **Courses / Speeches:** there will be speeches on a variety of topics of general interest, such as environmental management, rural business management, transgenic, new rural production processes, water and electricity management, genetic engineering, food contamination by radiation, technology management, funding and waste management and recycling issues.

e) **Technological Window-shop of Live products:** exhibition of experiments for agribusiness development, carried out by EMBRAPA. At the "Monte Cristo" Field of Experiments, owed by EMBRAPA, in a 10 hectare area will be cultivated several species of commercial interest for the Amazon region.

UNAMAZ EVENTS

III SEDIEC-Semana de Estudos e

Debates em Iniciação à Educação

Científica

Realização: Governo do Estado de Roraima,
COPAE / América Latina, COPAE / Brasil,
ULBRA e UFRR

Fórum dos Governadores da Região

Norte

Realização: Governo do Estado de

Roraima

Fórum Amazônia, ONGs e

Desenvolvimento 2001

Realização: Fundação AMBTEC

Fórum da UNAMAZ

Realização: Universidade Federal de

Roraima

OTROS EVENTOS

III SEDIEC - Semana de Estudios y

Debates en Iniciación a la Educación

Científica

Realización: Gobierno del Estado de
Roraima, COPAE / América Latina, COPAE/
Brasil, ULBRA y UFRR

Foro de los Gobernadores de la Región
Norte

Realización: Gobierno del Estado de

Roraima

Foro Amazonia, ONGs y Desarrollo 2001

Realización: Fundación AMBTEC

Foro de la UNAMAZ

Realización: Universidad Federal de

Roraima

OTHER EVENTS

III SEDIEC - Week of Studies and

Debates to begin Scientific Education

By: Government of Roraima State, COPAE/
Latin America, COPAE / Brazil, ULBRA and
UFRR

Forum of the Northern Region Governors

Execution: Government of Roraima State

Amazon, NGOs and Development

Forum 2001

By: AMBTEC

UNAMAZ Foundation

By: Federal University of Roraima

UNAMAZ EVENTS

Dia: 20/11/01 (Terça-feira)

Abertura Oficial do evento, com cerimônia no Palácio da Cultura
Visita de Autoridades e Dirigentes e Coquetel, no Palácio Latife Salomão
Lançamento do Concurso Amazônia Sustentável

Dia: 21/11/01 (Quarta-feira)

Cozinha Experimental, das 8h às 12h

Rodada de Projetos, das 09h às 17h

Visita orientada à Vitrine Tecnológica de Produtos Vivos, das 14h às 17h

Exposição, das 17h às 22h

Cursos e Palestras, das 17h às 22h

Dia: 22/11/01 (Quinta-feira)

Cozinha Experimental, das 8h às 12h

Rodada de Negócios, das 09h às 17h

Visita orientada à Vitrine Tecnológica de Produtos Vivos, das 14h às 17h

Exposição, das 17h às 22h

Cursos e Palestras, das 17h às 22h

Dia: 23/11/01 (Sexta-feira)

Cozinha Experimental, das 8h às 12h

Visita orientada à Vitrine Tecnológica de Produtos Vivos, das 14h às 17h

Cursos e Palestras, das 17h às 22h

Exposição, das 17h às 22h

Dia: 24/11/01 (Sábado)

Cozinha Experimental, das 8h às 12h

Visita orientada à Vitrine Tecnológica de Produtos Vivos, das 14h às 17h

Cursos e Palestras, das 17h às 22h

Exposição, das 17h às 22h

Dia: 25/11/01 (Domingo)

Cozinha Experimental, das 8h às 12h

Exposição, das 17h às 22h

PROGRAMACIÓN

Día: 20/11/01 (Martes)
Apertura Oficial del Evento, con ceremonia en el Palácio da Cultura
Visita de Autoridades y Dirigentes y cóctel en el Palácio Latife Salomão
Presentación del Concurso Amazonia Sustentable

Día 21/11/01 (Miércoles)
Cocina Experimental, de las 8h a las 12h
Rueda de Proyectos, de las 9h a las 17h
Visita guiada al Escaparate Tecnológico de Productos Vivos, de las 14h a las 17h
Exposición, de las 17h a las 22h
Cursos y Conferencias, de las 17h a las 22h

Día 22/11/01 (Jueves)
Cocina Experimental, de las 8h a las 12h
Rueda de Negocios, de las 9h a las 17h
Visita guiada al Escaparate Tecnológico de Productos Vivos, de las 14h a las 17h
Exposición, de las 17h a las 22h
Cursos y Conferencias, de las 17h a las 22h

Día 23/11/01 (Viernes)
Cocina Experimental, de las 8h a las 12h
Visita guiada al Escaparate Tecnológico de Productos Vivos, de las 14h a las 17h
Cursos y Conferencias, de las 17h a las 22h
Exposición, de las 17h a las 22h

Día 24/11/01 (Sábado)
Cocina Experimental, de las 8h a las 12h
Visita guiada al Escaparate Tecnológico de Productos Vivos, de las 14h a las 17h
Cursos y Conferencias, de las 17h a las 22h
Exposición, de las 17h a las 22h

Día 25/11/01 (Domingo)
Cocina Experimental, de las 8h a las 12h
Exposición, de las 17h a las 22h

TIMETABLE

Tuesday, November 20th.
Opening ceremony at the Palácio da Cultura
Visit of Authorities and Representatives, cocktail at the Palácio Latife Salomão
Launching of Contest Sustainable Amazon

Wednesday, November 21st.
Experimental cuisine, from 8 to 12 p.m.
Project Meetings, from 9 to 5 p.m.
Guided visit to the Technological Window-shop of Live Products, from 2 to 5 p.m.
Exhibition, from 5 to 10 p.m.
Courses and speeches, 5 to 10 p.m.

Thursday, November 22nd.
Experimental cuisine, from 8 to 12 p.m.
Business Roundtable, from 9 to 5 p.m.
Guided visit to the Technological Window-shop of Live Products, from 2 to 5 p.m.
Exhibition, from 5 to 10 p.m.
Courses and speeches, 5 to 10 p.m.

Friday, November 23rd.
Experimental cuisine, from 8 to 12 p.m.
Guided visit to the Technological Window-shop of Live Products, from 2 to 5 p.m.
Courses and Speeches, from 5 to 10 p.m.
Exhibition, from 5 to 10 p.m.

Saturday, November 24th.
Experimental cuisine, from 8 to 12 p.m.
Guided visit to the Technological Window-shop of Live Products, from 2 to 5 p.m.
Courses and Speeches, from 5 to 10 p.m.
Exhibition, from 5 to 10 p.m.

Sunday, November 25th.
Experimental cuisine, from 8 to 12 p.m.
Exhibition, from 5 to 10 p.m.

AMAZONIA

La Amazonia Legal brasileña integra un territorio continental de aproximadamente 5.1 millones de kilómetros cuadrados, y una población de 23 millones de habitantes.

Representa un 60% del territorio nacional, abarca 1/3 de los bosques tropicales húmedos del planeta, posee 23 mil Km de ríos navegables, más de 200 especies de árboles por hectárea, es la mayor fuente natural de productos farmacéuticos y posee 50 millones de hectáreas en suelos fértiles. Dadas esas dimensiones y su biodiversidad, despierta interés en todo el mundo.

Al inicio de la década de los 90 se produjo una redirección de las políticas públicas, incorporando cuestiones ambientales y dando prioridad a acciones que proporcionarían la generación de trabajo y la distribución de la renta con base en el desarrollo de grupos productivos organizados promoviendo la sostenibilidad.

Así, los amazónicos dejaron claro que su potencial para generar riquezas no está vinculado sólo a la extracción, pura y simple, pudiendo ir desde el aumento del valor añadido a la producción extractora, hasta la industrialización de productos, como medicamentos naturales, cosméticos, alimentos (agroindustria), muebles, pasando por granos (soja, maíz, algodón), y por fin llegando al turismo.

El potencial de la región es inestimable y ya se puede considerar un hecho, en función del gran número de proyectos de éxito implantados, y en implantación, en los más diversos sectores empresariales.

Para que el desarrollo de la región se realice en armonía con la conservación de su biodiversidad y de la cultura de su pueblo, es necesaria la inversión en estudios e investigaciones que hagan viables la expansión empresarial responsable y ecológicamente correcta.

THE AMAZON REGION

The Brazilian Legal Amazon region integrates the continental territory of approximately 5.1 million square kilometers with a 23 million inhabitants.

It represents about 60% of the national territory, in which 1/3 of the humid tropical forests of the planet is located, with 23 thousand kilometers of navigable rivers, more than 200 species of trees per hectare, and is the biggest source of natural pharmaceutical products with 50 million hectares of fertile soil. Due to such dimensions and biodiversity it is object of interest worldwide.

At the beginning of the 90's the public politics were restructured with the incorporation of environmental issues and concerns, prizing actions that would generate work and income distribution based on the development of organized production groups fostering sustainability.

By doing so, the people from the Amazon made it clear that its potential to generate wealth is linked not only to the extraction of forest resources by itself, but also to the aggregated value to the extraction activities, through the industrialization of a variety of products, that runs from natural medicine, cosmetics, food (agribusiness), furniture, to grains (soya, corn, cotton) and tourism.

The potential of the region is enormous and the feasibility of profitable activities is already a reality considering the number of successful projects implemented and others in the pipeline, from the most varied entrepreneurial sectors.

In order to develop the region in harmony with the conservation of its biodiversity and cultural heritage, it is important to invest on studies and research to support accountable and environmentally friendly entrepreneurial expansion.

AMAZONIA

La Amazonia Legal brasileña integra un territorio continental de aproximadamente 5.1 millones de kilómetros cuadrados, y una población de 23 millones de habitantes.

Representa un 60% del territorio nacional, abarca 1/3 de los bosques tropicales húmedos del planeta, posee 23 mil Km de ríos navegables, más de 200 especies de árboles por hectárea, es la mayor fuente natural de productos farmacéuticos y posee 50 millones de hectáreas en suelos fértiles. Dadas esas dimensiones y su biodiversidad, despierta interés en todo el mundo.

Al inicio de la década de los 90 se produjo una redirección de las políticas públicas, incorporando cuestiones ambientales y dando prioridad a acciones que proporcionarían la generación de trabajo y la distribución de la renta con base en el desarrollo de grupos productivos organizados promoviendo la sostenibilidad.

Así, los amazónicos dejaron claro que su potencial para generar riquezas no está vinculado sólo a la extracción, pura y simple, pudiendo ir desde el aumento del valor añadido a la producción extractora, hasta la industrialización de productos, como medicamentos naturales, cosméticos, alimentos (agroindustria), muebles, pasando por granos (soja, maíz, algodón), y por fin llegando al turismo.

El potencial de la región es inestimable y ya se puede considerar un hecho, en función del gran número de proyectos de éxito implantados, y en implantación, en los más diversos sectores empresariales.

Para que el desarrollo de la región se realice en armonía con la conservación de su biodiversidad y de la cultura de su pueblo, es necesaria la inversión en estudios e investigaciones que hagan viables la expansión empresarial responsable y ecológicamente correcta.

THE AMAZON REGION

The Brazilian Legal Amazon region integrates the continental territory of approximately 5.1 million square kilometers with a 23 million inhabitants.

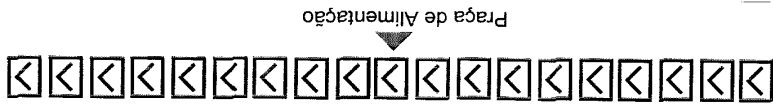
It represents about 60% of the national territory, in which 1/3 of the humid tropical forests of the planet is located, with 23 thousand kilometers of navigable rivers, more than 200 species of trees per hectare, and is the biggest source of natural pharmaceutical products with 50 million hectares of fertile soil. Due to such dimensions and biodiversity it is object of interest worldwide.

At the beginning of the 90's the public politics were restructured with the incorporation of environmental issues and concerns, prizing actions that would generate work and income distribution based on the development of organized production groups fostering sustainability.

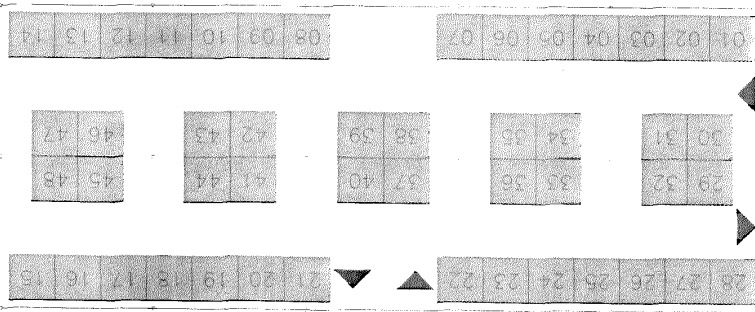
By doing so, the people from the Amazon made it clear that its potential to generate wealth is linked not only to the extraction of forest resources by itself, but also to the aggregated value to the extraction activities, through the industrialization of a variety of products, that runs from natural medicine, cosmetics, food (agribusiness), furniture, to grains (soya, corn, cotton) and tourism.

The potential of the region is enormous and the feasibility of profitable activities is already a reality considering the number of successful projects implemented and others in the pipeline, from the most varied entrepreneurial sectors.

In order to develop the region in harmony with the conservation of its biodiversity and cultural heritage, it is important to invest on studies and research to support accountable and environmentally friendly entrepreneurial expansion.

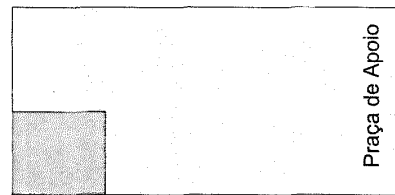


Pavilhão 03
Acesso Praça de Alimentação



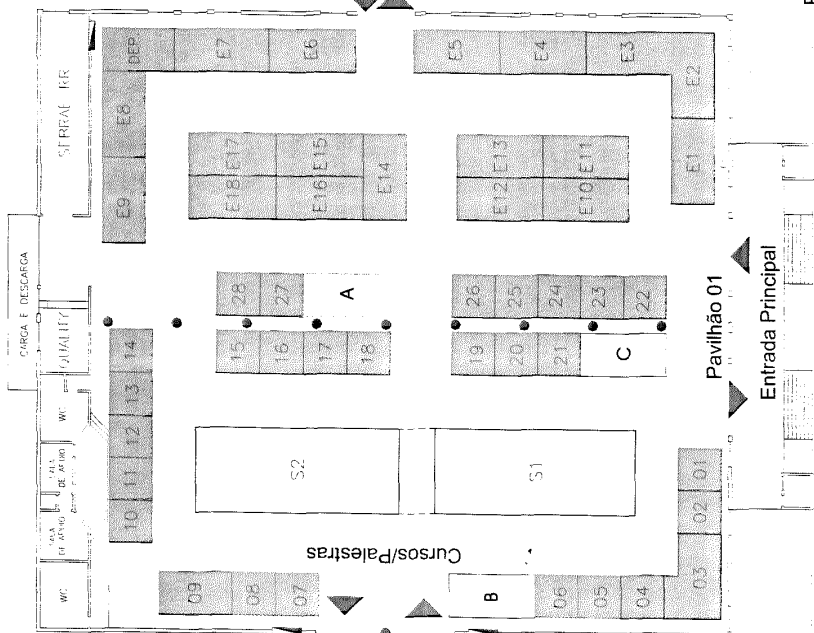
Pavilhão 03 - Entrada Principal

Condições de Pagamento
Proporcional ao fechamento.
Quanto antes você decidir,
mais tempo terá para pagar.



Praça de Apoio

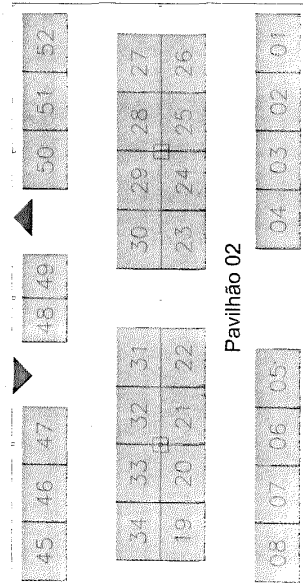
Pavilhão 03
Acesso Praça de Alimentação



Pavilhão 01

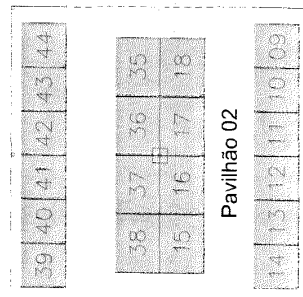
Entrada Principal

Acesso Pavilhão 01



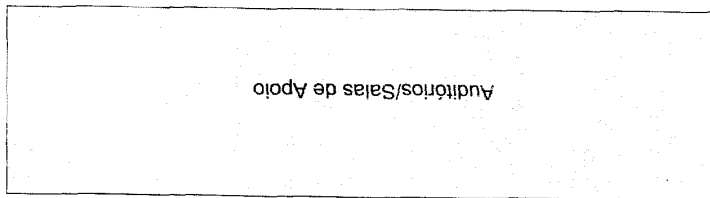
Pavilhão 02

Entrada Principal



Pavilhão 02

Auditórios/Salas de Apoio



Cursos/Palestras

CARGA E DESCARGA

WC

WC

WC

WC

WC

WC

WC

WC

WC

WC

WC

WC

WC

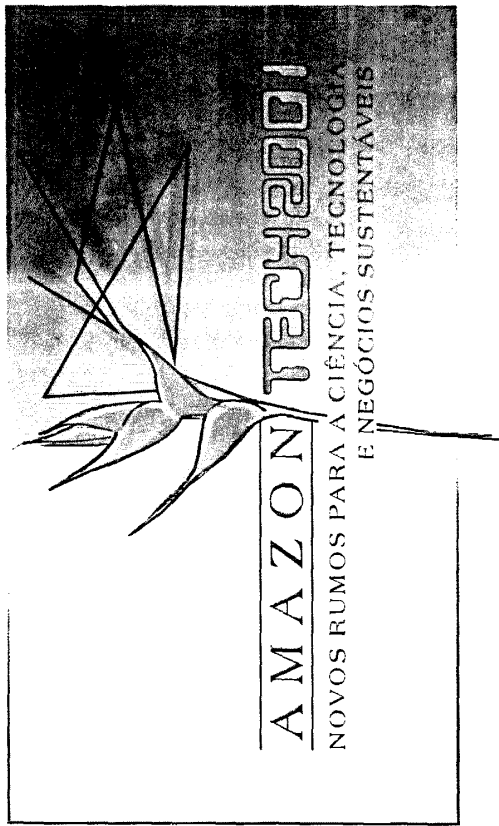
WC

WC

LEGENDA PAVILHÃO 01				
ESTANDES	EXPOSITOR	ÁREA	QUIDE	TOTAL
E1 a E18	EMBRAPA	18,0 m ²	18	324,0 m ²
DEPÓSITO	EMBRAPA	15,0 m ²	01	15,0 m ²
S1 e S2	SISTEMA SERRAE	84,0 m ²	02	168,0 m ²
A	PREF. BOA VISTA	18,0 m ²	01	18,0 m ²
B	UFRR	18,0 m ²	01	18,0 m ²
C	GOV. RORAIMA	18,0 m ²	01	18,0 m ²
01 e 02, 04 a 08 10 a 28	EXPOSITOR	9,0 m ²	26	234,0 m ²
03	EXPOSITOR	21,0 m ²	01	21,0 m ²
09	EXPOSITOR	19,0 m ²	01	19,0 m ²

LEGENDA PAVILHÃO 02				
ESTANDES	EXPOSITOR	ÁREA	QUIDE	TOTAL
01 a 14	Expositor	9,0 m ²	14	126,0 m ²
39 a 52	Expositor	9,0 m ²	14	126,0 m ²
15 a 38	Expositor	12,0 m ²	24	288,0 m ²

LEGENDA PAVILHÃO 03				
ESTANDES	EXPOSITOR	ÁREA	QUIDE	TOTAL
01 a 48	Expositor	9,0 m ²	48	432,0 m ²



20 a 25 de novembro de 2001
Palácio Latife Salomão, Boa Vista/RR-Brasil

Promoção: SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
UFRR - Universidade Federal de Roraima
Comercialização de Estandes no Pavilhão 03:

SEBRAE

SEBRAE - Av. Major Williams, 680, São Pedro - Boa Vista/RR
CEP: 69301-110 - Fone: (95) 623-1700, ramal: 245 - Fone/Fax: (95) 623-0181
e-mail: amazontech@rr.sebrae.com.br - www.rr.sebrae.com.br/amazontech

Comercialização de Estandes nos Pavilhões 01 e 02
e Cotas de Participação:

QUALITY
PRODUÇÕES

Quality Produções Ltda. - SIA Trecho 03 Lote 1700
Brasília/DF - CEP: 71200-030 - Telefax: (61) 361.0531
e-mail: sac@qualityproduções.com.br - www.qualityproduções.com.br

DESCRIPTIVO TÉCNICO - PAVILHÕES 01 E 02 ESTANDE MODELO A

CARPETE, PAREDE DE TS COM h = 2.20m.,
TESTEIRA DE T.S., ARANDELA ARTICULÁVEL, DISJUNTOR,
TOMADA, MESA DE VIDRO FUMÊ REDONDA, CADEIRA FIXA SEM
BRAÇO, LIXEIRA, PRA TELEIRA DE MADEIRA, BALCÃO CEGO C/
PORTA E TRANCA, BANCADA PARA COMPUTADOR, BANQUETA,
LOGOMARCA.

Custo: R\$ 250,00 (Duzentos e Cinquenta Reais) por metro quadrado.

DESCRIPTIVO TÉCNICO - PABELLONES 1 Y 2 STAND MODELO A

Moqueta, pared de T.S. con h= 2,20m, parte delantera de T.S.,
arandela articulada, disyuntor, enchufe, mesa de cristal fumé redonda,
silla fija sin apoyo para los brazos, papelera, estante de madera,
mostrador cerrado con puerta y tranca, bancada para ordenador,
banqueta, logotipo.

Coste: R\$ 250,00 (doscientos cincuenta Reales) por metro cuadrado.

TECHNICAL DESCRIPTION - PAVILLIONS 01 AND 02 BOOTH MODEL A

CARPET, T.S. WALL 2.20m HIGH, T.S. FRONT RAIL, MOVING SPOT,
SWITCHER, PLUG, DARK GLASS ROUND TABLE, FIXED CHAIR,
TRASH CAN, WOODEN SHELF, CLOSED COUNTER WITH DOOR AND
LOCK, COMPUTER DESK, BENCH, LOGO.

Cost: R\$ 250,00 (two hundred and fifty reais) per square meter.

DESCRIPTIVO TÉCNICO - PAVILHÕES 01 E 02 ESTANDE MODELO B

CARPETE, PAREDE DE TS COM h = 2.20m.,
TESTEIRA, TETO VAZADO, ARANDELA ARTICULÁVEL,
FLUORESCENTE 20 watts, COM LUMINÁRIA, DISJUNTOR,
TOMADA, MESA DE VIDRO FUMÊ REDONDA, CADEIRA FIXA SEM
BRAÇO, BANQUETA, LIXEIRA, FRIGOBAR, VASO GRANDE,
LOGOMARCAS.

Custo: R\$ 300,00 (Trezentos Reais) por metro quadrado.

DESCRIPTIVO TÉCNICO - PABELLONES 1 Y 2 STAND MODELO B

Moqueta, pared de T.S. con h= 2,20m, parte delantera, techo
moldeado, arandela articulada, fluorescente 20 watts con lámpara,
disyuntor, enchufe, mesa de cristal fumé redonda, silla fija sin apoyo
para los brazos, banqueta, papelera, minibar, jarrón, logotipos.

Coste: R\$ 300,00 (trescientos Reales) por metro cuadrado.

TECHNICAL DESCRIPTION - PAVILLIONS 01 AND 02 BOOTH MODEL B

CARPET, T.S. WALL 2.20m HIGH, FRONT RAIL, OPEN CELING,
MOVING SPOT, FLUORESCENT 20 watts WITH LAMP, SWITCHER,
PLUG, DARK GLASS ROUND TABLE, FIXED CHAIR, BENCH, TRASH
CAN, FRIGOBAR, LARGE VASE, LOGOS.

Cost: R\$ 300,00 (Three hundred reais) per square meter.

DESCRIPTIVO TÉCNICO - PAVILHÕES 01 E 02
ESTANDE MODELO C

CARPETE, PAREDE DE TS COM h =2,20m.
TETO FECHADO, PORTA CEGA, PORTA MISTA COM VIDRO CRISTAL,
TESTEIRA DE ACRÍLICO, ARANDELA ARTICULÁVEL, FLUORESCENTE 20
watts COM LUMINÁRIA, DISJUNTOR, TOMADA, MÓDULOS
ESTOFADOS, MESA DE CANTO, MESA DE VIDRO FUMÊ REDONDA,
CADEIRA FIXA SEM BRAÇO, LIXEIRA, CONDICIONADOR DE AR,
FRIGOBAR, PRA TELEIRA DE MADEIRA, BALÇÃO CEGO C/ PORTA E
TRANCA, VASOS, LOGOMARCAS.

Custo: R\$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta Reais) por metro quadrado.

DESCRIPTIVO TÉCNICO - PABELLONES 1 Y 2
STAND MODELO C

Moqueta, pared de T.S. con h=2,20 m, techo cerrado, puerta sin cristal, puerta mixta con cristal, parte delantera de acrílico, arandela articulada, fluorescente 20 watts con luminaria, disyuntor, enchufe, módulos tapizados, mesita de rincón, mesa de cristal fumê redonda, silla fija sin apoyo para los brazos, papelera, acondicionador de aire, minibar, estante de madera, mostrador cerrado con puerta y tranca, jarras, logotipos.

Coste: R\$ 350,00 (trescientos cincuenta Reales) por metro cuadrado.

TECHNICAL DESCRIPTION - PAVILLIONS 01 AND 02
BOOTH MODEL C

CARPET, T.S. WALL 2.20m HIGH, CLOSED CEILING, SOLID NON-GLASS DOOR, MIXED DOOR WITH CRYSTAL GLASS, ACRYLIC FRONT RAIL, MOVING SPOT, FLUORESCENT 20 watts WITH LAMP, SWITCHER, PLUG, CUSHIONED MODULES, SIDE TABLE, DARK GLASS ROUND TABLE, FIXED CHAIR, TRASH CAN, AIR CONDITIONER, FRIGOBAR, WOODEN SHELF, CLOSED COUNTER WITH DOOR AND LOCK, VASES, LOGOS.

Cost: R\$ 350,00 (three hundred and fifty reais) per square meter.

DESCRIPTIVO TÉCNICO - PAVILHÃO 03
ESTANDE MODELO D

CARPETE, PAREDE DE TS COM h = 2.20m,
TESTEIRA DE T.S., ARANDELA ARTICULÁVEL, DISJUNTOR,
TOMADA, MESA, CADEIRA FIXA SEM BRAÇO, LOGOMARCA.
Custo: R\$ 90,00 (Noventa Reais) por metro quadrado.

DESCRIPTIVO TÉCNICO - PABELLONE 3
STAND MODELO D

Moqueta, pared de T.S. con h= 2,20m, parte delantera de T.S., arandela articulada, disyuntor, enchufe, mesa, silla fija sin apoyo para los brazos, logotipo.

Coste: R\$ 90,00 (Noventa Reales) por metro cuadrado.

TECHNICAL DESCRIPTION - PAVILLION 03
BOOTH MODEL D

CARPET, T.S. WALL 2.20m HIGH, T.S. FRONT RAIL, MOVING SPOT, SWITCHER, PLUG, TABLE, FIXED CHAIR, LOGO.
Cost: R\$ 90,00 (Ninety reais) per square meter.

COTAS DE PARTICIPAÇÃO AMAZONTECH 2001

COTA MASTER

Cada Cota Master no valor de R\$ 50.000,00 oferece como contrapartida:

1. Área de exposição com estande decorado em sistema octanorm - 36m²
2. Logomarca nas fachadas localizadas nas principais entradas e vias de acesso do evento:
01 Fachada frontal a Av. Glaycon de Paiva (acesso principal das Salas de Cursos e Palestras)
01 Fachada frontal a Rua Ajuricaba (acesso principal dos Promotores Sistema Sebrae e Embrapa)
01 Fachada frontal ao Pavilhão 3 (Expositores Regionais)
- Quantidade: 05 fachadas / 10 logomarcas
Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
3. Logomarca na testeira da Secretaria
Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
4. Logomarca no Painel da Programação dos Cursos e Palestras
(Pavilhão 1, 2, 3 e Hall das Salas de Cursos e Palestras)
Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
5. Logomarca em um Balão Blimper retroiluminado com 2,0m de diâmetro, instalada na área externa do evento
6. Logomarca em 05 banner's promocionais instalados na área externa do Pavilhão Latife Salomão (principal via de acesso e circulação dos visitantes) Perfil do Banner: 2,0 x 1,40m
Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
7. Logomarca no painel de Programação da Cozinha Experimental. Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
8. Logomarca na área interna da Cozinha Experimental. Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
9. Logomarca na área interna das Salas de Cursos e Palestras. Quantidade: 07 unidades
Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
10. Logomarca em Banner Promocional alusivo ao evento instalado nas Pavilhões 1, 2 e 3. Perfil da Logomarca: 1,0 x 1,0m
11. Logomarca no material promocional do evento: cartazes, convite-público, convite-autoridades, pastas dos cursos e palestras, out-door e folder/programa

COTA SÊNIOR

Cada cota Sênior no valor de R\$ 35.000,00 oferece como contrapartida:

1. Área de exposição com estande decorado em sistema octanorm - 27m²
2. Logomarca nas fachadas localizadas nas principais entradas e vias de acesso do evento:
01 Fachada frontal a Av. Glaycon de Paiva (acesso principal das Salas de Cursos e Palestras)
01 Fachada frontal a Rua Ajuricaba (acesso principal dos Pavilhões de Exposição)
- 02 Fachadas Intermediárias entre os Pavilhões 1 e 2 (acesso principal do Pavilhão de Exposição dos Promotores Sistema Sebrae e Embrapa)
- 01 Fachada frontal ao Pavilhão 3 (Expositores Regionais) Quantidade: 05 fachadas / 10 logomarcas
Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
3. Logomarca na testeira da Secretaria-Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
4. Logomarca em 03 banner's promocionais instalados na área externa do Pavilhão Latife Salomão (principal via de acesso e circulação dos visitantes) Banner: 2,0 x 1,40m - Logomarca: 1,0 x 0,50m
5. Logomarca na área interna da Cozinha Experimental. Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
6. Logomarca na área interna das Salas de Cursos e Palestras. 07 unidades - Logomarca: 1,0 x 0,50m
7. Logomarca em Banner Promocional alusivo ao evento instalado nos Pavilhões 1, 2 e 3.
Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
8. Logomarca no material promocional do evento: cartazes, convite-público, convite-autoridades, pastas dos cursos e palestras, out-door e folder/programa

COTA PATROCÍNIO

Cada cota Patrocínio no valor de R\$ 20.000,00 oferece como contrapartida:

1. Área de exposição com estande decorado em sistema octanorm - 18m²
2. Logomarca na fachada localizada na principal entrada e via de acesso dos Pavilhões de Exposição-Frontal a Rua Ajuricaba - Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
3. Logomarca na testeira da Secretaria - Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
4. Logomarca em 02 banner's promocionais instalados na área externa do Pavilhão Latife Salomão (principal via de acesso e circulação dos visitantes) Banner: 2,0 x 1,40m - Logomarca: 1,0 x 0,50m
5. Logomarca em Banner Promocional alusivo ao evento instalado nos Pavilhões 1, 2 e 3. Logomarca: 1,0 x 1,0m
6. Logomarca no material promocional do evento: cartazes, convite-público, convite-autoridades, pastas dos cursos e palestras e folder/programa

COTA APOIO

Cada cota Apoio no valor de R\$ 10.000,00 oferece como contrapartida:

1. Área de exposição com estande decorado em sistema octanorm - 09m²
2. Logomarca nas fachadas localizadas entre os Pavilhões 1 e 2, principal via de acesso a exposição dos promotores Sistema Sebrae e Embrapa. Perfil: 02 fachadas / 02 logomarcas 1,0 X 0,50m
3. Logomarca em 01 banner promocional instalado na área externa do Pavilhão Latife Salomão (principal via de acesso e circulação dos visitantes) Perfil do Banner: 2,0 x 1,40m - Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
4. Logomarca em 05 (cinco) painéis de sinalização. Perfil da Logomarca: 1,0 x 0,50m
5. Logomarca no material promocional do evento: cartazes, convite-público e folder/programa

CUOTA MÁSTER

Cada cuota Máster por el valor de R\$ 50.000,00 ofrece en contrapartida:

1. Área de exposición con stand decorado en sistema octanorm-36m²
2. Logotipo en las fachadas localizadas en las principales entradas y vías de acceso al Evento: 01 Fachada frontal a la Avenida Glaycon de Paiva (acceso principal a las salas de Cursos y Conferencias) 01 Fachada frontal a la Calle Ajuricaba (acceso principal a los Pabellones de Exposición) 02 Fachadas Intermedias entre los Pabellones 1 y 2 (acceso principal del Pabellón de Exposición de los Promotores Sistema Sebrae y Embrapa) 01 Fachada frontal del Pabellón 3 (Expositores Regionales). Cantidad: 05 fachadas / 10 logotipos Perfil del Logotipo: 1,0 x 0,50m
3. Logotipo en la parte delantera de la Secretaría Perfil del Logotipo: 1,0 x 0,50m
4. Logotipo en el Panel de la Programación de los Cursos y Conferencias. (Pabellón 1, 2, 3 y hall de las salas de Cursos y Conferencias). Perfil del Logotipo: 1,0 x 0,50m
5. Logotipo en un Globo Blimper retro-iluminado con 2,0m de diámetro, instalado en el área externa del Evento
6. Logotipo en 05 banners promocionales instalados en el área externa del Palácio Latife Salomão (principal vía de acceso y circulación de los visitantes) Perfil del Banner: 2,0 x 1,40m - Logotipo: 1,0 x 0,50m
7. Logotipo en el panel de Programación de la cocina experimental. Perfil del Logotipo: 1,0 x 0,50m
8. Logotipo en el área interna de la Cocina Experimental. Perfil del Logotipo: 1,0 x 0,50m
9. Logotipo en el área interna de las salas de Cursos y Conferencias. Cantidad: 07 unidades Perfil del Logotipo: 1,0 x 0,50m
10. Logotipo en banner promocional referente al Evento instalado en los Pabellones 1,2 y 3. logotipo: 1,0 x 1,0m
11. Logotipo en el material promocional del evento: carteles, invitación para el público, invitaciones para las autoridades, carpetas de los cursos y conferencias, out-door y folleto / programa

CUOTA SENIOR

Cada cuota Senior por el valor de R\$35.000,00 ofrece en contrapartida:

1. Área de exposición con stand decorado en sistema octanorm-27 m²
2. Logotipo en las fachadas localizadas en las principales entradas y vías de acceso al Evento: 01 Fachada frontal a la Avenida Glaycon de Paiva (acceso principal a las salas de Cursos y Conferencias) 01 Fachada frontal a la Calle Ajuricaba (acceso principal a los Pabellones de Exposición) 02 Fachadas Intermedias entre los Pabellones 1 y 2 (acceso principal del Pabellón de Exposición de los Promotores Sistema Sebrae y Embrapa) 01 Fachada frontal del Pabellón 3 (Expositores Regionales) Cantidad: 05 fachadas 10 logotipos. Logotipo: 1,0 x 0,50m
3. Logotipo en la parte delantera de la Secretaría. Logotipo: 1,0 x 0,50m
4. Logotipo en 03 banners promocionales instalados en el área externa del Palácio Latife Salomão (principal vía de acceso y circulación de los visitantes) Perfil del Banner: 2,0 x 1,40m
5. Logotipo en el área interna de la Cocina Experimental Perfil del Logotipo: 1,0 x 0,50m
6. Logotipo en el área interna de las salas de Cursos y Conferencias Cantidad: 07 unidades Perfil del Logotipo: 1,0 x 0,50m
7. Logotipo en banner promocional referente al Evento instalado en los Pabellones 1,2 y 3 Logotipo: 1,0 x 0,50m
8. Logotipo en el material promocional del evento: carteles, invitación para el público, invitaciones para las autoridades, carpetas de los cursos y conferencias, out-door y folleto / programa

CUOTA AUSPICIO

Cada cuota Auspicio por el valor de R\$ 20.000,00 ofrece en contrapartida:

1. Área de exposición con stand decorado en sistema octanorm-18 m²
2. Logotipo en la fachada localizada en la principal entrada y vía de acceso a los Pabellones de Exposición frontal a la calle Ajuricaba Perfil de la Logotipo: 1,0 x 0,50m
3. Logotipo en la parte delantera de la Secretaría Perfil del Logotipo: 1,0 x 0,50m
4. Logotipo en 02 banners promocionales instalados en el área externa del Palácio Latife Salomão (principal vía de acceso y circulación de los visitantes). Perfil del Banner: 2,0 x 1,40m Perfil del Logotipo: 1,0 x 0,50m
5. Logotipo en banner promocional referente al Evento instalado en los Pabellones 1,2 y 3 Perfil del logotipo: 1,0 x 1,0m
6. Logotipo en el material promocional del evento: carteles, invitación para el público, invitaciones para las autoridades, carpetas de los cursos y conferencias

CUOTA APOYO

Cada cuota APOYO con el valor de R\$ 10.000,00 ofrece en contrapartida:

1. Área de exposición con stand decorado en sistema octanorm-09 m²
2. Logotipo en las fachadas localizadas entre los Pabellones 1 y 2, principal vía de acceso a la exposición de los promotores sistema Sebrae y Embrapa. Perfil: 2 fachadas / 2 logotipos
3. Logotipos en 01 banner promocional instalado en el área externa del Palácio Latife Salomão (principal vía de acceso y circulación de los visitantes). Perfil del Banner: 2,0 x 1,40m Perfil del Logotipo: 1,0 x 0,50m
4. Logotipo en 05 paneles indicadores Perfil del logotipo: 1,0 x 0,50m
5. Logotipo en el material promocional del evento: carteles, invitación para el público y folleto / programa

SHARES OF PARTICIPATION FOR THE AMAZONTECH 2001

MASTER SHARE

Each Master share to the value of R\$ 50.000,00 entitles the holder to:

1. Exhibition Area with stands decorated in octanorm system - 36m²
2. Logo at the front of main entrances and access roads to event: 01 Front Door to *Gláycan de Paiva Avenue* (main access road to *Courses and Speeches'* Room)
- 01 Front Door to *Ajuricaba Street* (main access to *Exhibition Pavilions*)
- 02 Intermediary Fronts between *Pavilions 1 and 2* (main access to *Exhibition Pavilions of the sponsors Sebrae System and Embrapa*)
- 01 Front door to *Pavilion 3 (Regional Exhibitors)*
- Quantity: 05 fronts / 10 logos
- Profile of Logos: 1,0 x 0,50m
3. Logo at doorway of *Secretary. Logo: 1,0 x 0,50m*
4. Logo at the Program Panel of courses and speeches (*Pavilions 1,2, 3 and Hall of Courses and Speeches' Room*)
- Profile of Logo: 1,0 x 0,50m
5. Logo on a lightened *Blimper Balloon* of 2,0m diameter, installed at the external area of the event
6. Logo on 05 promotional banners installed at the external area of the *Latife Salomão Palácio* (main access and gathering of visitors)
- Profile of Banner : 2,0 x 1,40m. Logo: 1,0 x 0,50m
7. Logo on the Program's Panel of *Experimental Cuisine* - Profile of Logo: 1,0 x0,50m
8. Logo in the internal area of *experimental cuisine*
- Profile of Logo: 1,0 x0,50m
9. Logo in the interior of the *Courses and Speeches' Room*. Quantity: 07 units. Profile of Logo: 1,0 x0,50m
10. Logo on Promotional Banner in reference to event installed at *Pavilions 1,2 and 3*
- Profile of Logo: 1,0 x 1,0m
11. Logo in the promotional material of the event: posters, public invitations, authority invitations, folders of courses and speeches, out-door and folder/program

SENIOR SHARE

Each Master share to the value of R\$ 35.000,00 entitles the holder to:

1. Exhibition Area with stands decorated in octanorm system - 27m²
2. Logo at the front of main entrances and access roads to event: 01 Front Door to *Gláycan de Paiva Avenue* (main access road to *Courses and Speeches' Room*)
- 01 Front Door to *Ajuricaba Street* (main access to *Exhibition Pavilions*)
- 02 Intermediary Fronts between *Pavilions 1 and 2* (main access to *Exhibition Pavilions of the sponsors Sebrae System and Embrapa*)
- 01 Front door to *Pavilion 3 (Regional Exhibitors)*
- Quantity: 05 fronts / 10 logos
- Profile of Logos: 1,0 x 0,50m
3. Logo at doorway of *Secretary*
- Profile of Logo: 1,0 x 0,50m
4. Logo on 03 promotional banners installed at the external area of *Latife Salomão Palácio* (main access and gathering of visitors)
- Profile of Banner : 2,0 x 1,40m
5. Logo in the internal area of *experimental cuisine*
- Profile of Logo: 1,0 x 0,50m
6. Logo in the interior of *Courses and Speeches' Room*. Quantity: 07 units
- Profile of logo: 1,0 x 0,50m
7. Logo on Promotional Banner in reference to event installed at *Pavilions 1,2 and 3*. Logo: 1,0 x 0,50m
8. Logo in the promotional material of the event: posters, public invitations, authority invitations, folders of courses and speeches, out-door and folder/program

SPONSOR SHARE

Each Sponsor share to the value of R\$ 20.000,00 entitles the holder to:

1. Exhibition Area with stand decorated in octanorm system - 18m²
2. Logo at the front of main entrance and access to *Exhibition Pavilions frontal to Ajuricaba Street*
- Profile of Logo: 1,0 x 0,50m
3. Logo at doorway of *Secretary*
- Profile of Logo: 1,0 x 0,50m
4. Logo on 02 promotional banners installed at the external area of *Latife Salomão Palácio* (main access and gathering of visitors)
- Profile of Banner : 2,0 x 1,40m
- Profile of Logo: 1,0 x 0,50m
5. Logo on Promotional Banner in reference to the event installed at *Pavilions 1,2 and 3*
- Profile of Logo: 1,0 x 1,0m
6. Logo in the promotional material of the event: posters, public invitations, authority invitations, folders of the courses and speeches, out-door and folder/program

SUPPORT SHARE

Each Support share to the value of R\$ 10.000,00 entitles the holder to:

1. Exhibition Area with stands decorated in octanorm system - 09m²
2. Logo at the fronts located between *Pavilions 1 and 2*, main access to exhibition of the sponsors *Sebrae System and Embrapa*
- Profile: 02 fronts / 02 logos
3. Logo on 01 promotional banner installed in the external area of *Latife Salomão Palácio* (main access route and gathering of visitors)
- Profile of Banner : 2,0 x 1,40m
- Profile of Logo: 1,0 x 0,50m
4. Logo on 05 (five) signal panels
- Profile of Logo: 1,0x0,50m
5. Logo on the promotional material of the event: posters, public invitations and folder/program

Ficha de Inscripción AMAZONTECH 2001

Del 20 al 25 de noviembre - Palácio Latife Salomão - Boa Vista - Roraima / Brasil
Los datos de esta ficha serán parte del Catálogo de Ofertas y Demandas

1. Identificación:

Razón Social/ Firma: _____ CNPJ: _____
Nombre Empresarial: _____ Ciudad: _____ País: _____
Dirección: _____ Tel./Fax: _____ E-mail: _____ Sitio en Internet: _____
Código Postal: _____ Población: _____ Fecha de Fundación: _____ N° de filiales: _____
N° de empleados: _____
Sector: () Agro negocio () Industria () Comercio () Servicios
Área en la que actúa: () Municipal () Estadual () Regional () Nacional () Internacional

Principal Línea de Productos: _____

2. REPRESENTANTES:

a) Nombre: _____ Puesto/ Función: _____
Nombre para el carné de identificación: _____ Idioma hablado: _____
b) Nombre: _____ Puesto/Función: _____
Nombre para el carné de identificación: _____ Idioma hablado: _____
c) Nombre: _____ Puesto /Función: _____
Nombre para el carné de identificación: _____ Idioma hablado: _____

3. RELACIONE LOS PRODUCTOS Y/O SERVICIOS QUE OFRECE SU EMPRESA:

4. RELACIONE LOS PRODUCTOS Y/O SERVICIOS QUE BUSCA SU EMPRESA:

5. INDIQUE EN QUE EVENTO DE LA AMAZONTECH TIENE USTED INTERÉS:

() Exposición () Rueda de Negocios () Rueda de Proyectos () Cursos y Conferencias

OBS.: 1-Para participar de la Rueda de Proyectos, Rueda de Negocios, Cursos, Conferencias y comercialización del Stands del Pabellón 3, póngase en contacto con SEBRAE Av. Major Willians, 680, São Pedro Boa Vista RR - Código Postal: 69301-110 - Teléfonos.: (95) 623-1700, extensión: 245 - Telefono/Fax: (95) 623-0181 e-mail: amazontech@rr.sebrae.com.br - www.rr.sebrae.com.br/amazontech
2- La comercialización de los stands de los Pabellones 01 y 02, se hará a través de Quality Produções Ltda. SIA Trecho 03 lote 1700 Brasília DF
Código Postal: 71200-030 - Telefono/Fax: (61) 361- 0531 - e-mail: sac@qualityproduções.com.br - www.qualityproduções.com.br

Ficha de Inscrição AMAZONTEC 2001

De 20 a 25 de novembro - Palácio Latife Salomão - Boa Vista - Roraima / Brasil

Os dados desta ficha de inscrição farão parte do Catálogo de Ofertas e Demandas

1. IDENTIFICAÇÃO:

Razão social:				
Nome de Fantasia:	CNPJ:			
Endereço:	Cidade:			
CEP:	UF:	Fone/Fax:	E-mail:	País:
Nº de funcionários:	Data de Fundação:			
Sector:	() Agronegócio	() Indústria	() Comércio	() Serviços
Área de Atuação:	() Municipal	() Estadual	() Regional	() Nacional
				() Internacional
Principal Linha de Produtos:				

2. REPRESENTANTES:

a) Nome:	Cargo/Função:
Nome para Crachá:	Idioma Falado:
b) Nome:	Cargo/Função:
Nome para Crachá:	Idioma Falado:
c) Nome:	Cargo/Função:
Nome para Crachá:	Idioma Falado:

3. RELACIONE OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS QUE SUA EMPRESA OFERECE:

4. RELACIONE OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS QUE SUA EMPRESA PROCURA:

5. INDIQUE EM QUE EVENTO DA AMAZONTECH VOCÊ TEM INTERESSE:

() Exposição	() Rodada de Negócios	() Rodada de Projetos	() Cursos e Palestras
---------------	------------------------	------------------------	------------------------

OBS.: 1 - Para participar da Rodada de Projetos, Rodada de Negócios, Cursos, Palestras e comercialização de Estandes do Pavilhão 03, entre em contato com o SEBRAE - Av. Major Williams, 680, São Pedro - Boa Vista/RR - CEP: 69301-110 - Fone: (95) 623-1700, ramal: 245

Fone/Fax: (95) 623-0181 - e-mail: amazontech@rr.sebrae.com.br - www.rr.sebrae.com.br/amazontech

2 - A comercialização de estandes dos Pavilhões 01 e 02, será realizada pela Quality Produções Ltda. - SIA Trecho 03 Lote 1700 Brasília/DF
CEP: 71200-030 - Telefax: (61) 361.0531 - e-mail: sac@qualityproduções.com.br - www.qualityproduções.com.br

Enrollment AMAZONTEC 2001

Date and place: Palácio Latife Salomão, Boa Vista, Roraima State, from November the 20th. to the 25th.

The data of this form will be part of the Offer and Demand File.

1. Identification

Social Name: _____
Fantasy Name: _____ CNPJ: _____
Address: _____ City: _____
Country: _____ Zip-code: _____ State: _____ Phone/Fax: _____
Number of employees: _____ Date of foundation: _____ Number of subsidiaries: _____
Sector: () Agribusiness () Industry () Commerce () Services
Area of work: () Municipal () State () Regional () National () International
Core business: _____

2. Representatives:

Name: _____ Function: _____
Name tag: _____ Language spoken: _____
Name: _____ Function: _____
Name tag: _____ Language spoken: _____
Name: _____ Function: _____
Name tag: _____ Language spoken: _____

3. List the products and / or services that your company offers:

4. List the products and / or services that your company seeks:

5. Choose the event of the Amazontech that you are interested in:

() Exhibition () Business Roundtable () Project Meetings () Courses and Speeches

Note: 1- In order to attend the Projects Meetings, Business Roundtable, Courses, Speeches and trade activities Stands at the showroom O3, please contact SEBRAE Av. Major Williams, 680 São Pedro Boa Vista RR - Country 69301-110 - Phone: (95) 623 17 00

2- The commercialization of the showrooms O1 and O2, are under the responsibility of Quality Produções Ltda. SIA Trecho O3 Lote 1700
Brasília DF - Country 71200-030 Phone/ fax : (61) 361 05 31 e-mail: sac@qualityproduções.com.br - www.qualityproduções.com.br

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Não há mais oradores inscritos.

A Sr^a Senadora Maria do Carmo Alves e os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Alcântara, Mozarildo Cavalcanti, e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sessão de ontem, dia 20 de agosto, o Senado Federal homenageou a Maçonaria, pelo transcurso do Dia do Maçom.

Tendo retornado hoje ao plenário, depois de viagem que realizei a Aracaju, gostaria de me associar às manifestações dos ilustres oradores que ressaltaram a importante atuação da Maçonaria, que ingressou no Brasil pelos idos de 1796, como reflexo do movimento libertário da Revolução Francesa, e tem participado ativamente na evolução histórica do Brasil, a partir das lutas da Independência, até os dias de hoje, em que realiza importantes trabalhos sociais e educativos para o aperfeiçoamento de nossa sociedade e para o engrandecimento de nosso País.

Todos sabemos que essa entidade é uma organização séria, de atuação discreta mas vigorosa em seus resultados, que tem princípios éticos e doutrinários baseados na igualdade, liberdade e fraternidade, voltados para o aperfeiçoamento do cidadão, para o progresso e o bem comum.

Grandes vultos de nossa história ilustraram os quadros da Maçonaria, e entre eles podemos citar Dom Pedro I, o Padre Antônio Feijó, José do Patrocínio, Castro Alves, Rui Barbosa, José Bonifácio, Gonçalves Ledo, Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant, Quintino Bocaiuva e outros que participaram ativamente dos primórdios de nossa emancipação política, como a Revolução de 1817, em Pernambuco, da abolição da escravidão, da Proclamação da República e da maior parte das grandes conquistas nacionais.

Aplaudida em certos períodos de nossa História, perseguida em outros, como por exemplo durante a questão religiosa do início da República, e até durante algum tempo vítima da Inquisição, a Maçonaria se fortaleceu e se disseminou com admirável pluralidade em todos os recantos do País e dos segmentos da sociedade, sendo hoje em dia uma organização extraordinária a serviço do bem, do próximo, da sociedade e do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo transcurso do Dia do Maçom, além de manifestar as minhas homenagens a toda a Maçonaria, gostaria de

registrar os meus cumprimentos aos Maçons e organizações maçônicas do meu Estado pelos relevantes serviços que prestam a Sergipe e ao Brasil.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tenho freqüentemente me manifestado desta tribuna em favor do incentivo à pequena propriedade, a todas as iniciativas capazes de gerar renda distribuída, pois a história dos últimos anos desmentem a teoria de que, inicialmente, é preciso fazer a economia (o bolo) crescer para depois distribuí-la.

O perverso processo de concentração, ao contrário, o que tem feito foi acumular sempre mais a riqueza nas mãos de poucos e excluir um número cada vez maior, tornando os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que não tenho nada contra a que os ricos se tornem cada vez mais ricos, mas oponho-me e de nuncio fortemente que este enriquecimento se dê a custa de tornar os pobres cada vez mais pobres.

Na verdade, nobres Colegas Senadores, se uma das preocupações do Governo, dentro de uma visão liberal, deve consistir em intervir o menos possível na atividade econômica – salvaguardados os interesses da Justiça e da sociedade, hoje cada vez mais, as políticas governamentais devem orientar-se para apoiar e promover as condições de produção, produtividade e renda das áreas mais carentes, mais pobres, integrando-as nos processos de produção, e, portanto, de renda, tornando-as segmentos participativos da sociedade nacional.

Não poderia deixar, em consequência, de fazer o registro do anúncio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, acompanhado pelo Ministro Extraordinário de Política Fundiária Raul Jungmann, de que estará liberando para o Programa de Agricultura Familiar – Pronaf, para a safra 2001/2002 a quantia de R\$ 4 bilhões.

É uma boa notícia. É uma decisão que expressa o verdadeiro sentido da política social, que não deve ser confundida com política assistencial, assistencialista, e sim com medidas que somam à promoção humana, seu significado econômico, pois é por meio da produção e da renda distribuída que a economia alcança sua dimensão social.

Desses 4 bilhões, 42 milhões irão para o Estado do Tocantins – pouco mais de 1%. É pouco, Sr. Presidente, muito pouco se consideradas as demandas, as potencialidades do Estado e, ainda, como no meu

Estado os recursos investidos têm tido uma boa aplicação e resultados positivos.

Devo dizer, Sr. Presidente, que o Estado do Tocantins possui cerca de 15 milhões de ha. aproveitáveis para a produção agrícola. A presença do Estado, a procura da melhoria contínua da produtividade agrícola, inclusive pelas definições do uso do solo decorrentes dos estudos referentes ao Zoneamento Econômico Ecológico, completado em alguns Municípios com a análise detalhada de seus solos, – estudos esses especialmente coordenados pelo ilustre Professor Guido Ranzani, que com seus vulneráveis 86 anos de idade continua dirigindo as pesquisas de campo necessárias acompanhado por jovens universitários – isto tudo fez com que, Sr. Presidente, o Estado do Tocantins tivesse boas condições de ocupação de seu território, onde é significativa a presença do pequeno e médio agricultor – tradicionalmente voltado à agricultura de subsistência.

Onze mil famílias, dentre as quais 30% se são famílias de mulheres agricultoras, deverão ser beneficiadas pelo Programa. Considerando que, no Tocantins, nas áreas agrícolas, a média do núcleo familiar está em torno de 4 pessoas, verifica-se que mais de 40 mil pessoas serão beneficiadas pelo Programa, o que significa um investimento da ordem de R\$ 1.000,00 por pessoa beneficiada.

Verifica-se, desta forma, como é significativa a relação custo-benefício de políticas sociais, como a que é promovida pelo Pronaf.

Devo registrar, ainda, Sr. Presidente, que além da liberação dos R\$ 4 bilhões, o Programa deverá disponibilizar R\$ 170.3 milhões que beneficiarão, a fundo perdido, 1.506 Municípios carentes, com alta concentração de agricultores familiares.

Esses recursos destinam-se à melhoria da infraestrutura desses Municípios, com vistas à melhoria das condições de produção familiar.

Enfim registro as condições específicas de juros concedidas ao Programa que, por decisão do Conselho Monetário Nacional, situam-se na faixa de 1 a 4%, de acordo com as características específicas dos beneficiários.

Concluo Sr. Presidente, cumprimentando o Sr. Presidente da República e o Ministro Raul Jungmann pela iniciativa, fazendo votos que iniciativas, semelhantes se multipliquem nas áreas urbanas e rurais, para que da legião dos excluídos, muitos possam ser inseridos na economia e na comunhão nacional.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comunicação ao Plenário desta Casa, referente a documento que recebi do delegado Regional do Trabalho no Ceará, Carlos Pimentel de Matos Júnior.

Visando ampliar os efeitos do Programa de Implementação da Convenção nº 111, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foi instituído, em outubro de 1999, na Delegacia Regional do Trabalho no Ceará, o Núcleo de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade de oportunidades no emprego.

NÚCLEO PRÓ-IGUALDADE (Lei nº 8.213/91)	
PERÍODO DE ABR/00 A JUL/2001	
Empresas Notificadas	546
Empresas com Termo de Compromisso assinado	186
Empresas com Cota Cumprida	97
Empresas Fiscalizadas	187
Pessoas Portadoras de Deficiência/Reabilitados colocadas no Mercado de Trabalho/CE	1.685

Sua atuação tem proporcionado o combate efetivo da discriminação, por meio da implantação de um sistema de atendimento onde são recebidas e apuradas as denúncias sobre práticas discriminatórias no trabalho.

Quanto às ações afirmativas, tem trabalhado na implementação da Política Nacional de Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, que, por compreender um conjunto de orientações normativas, objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais a pessoa portadora de deficiência e oferecem os instrumentos legais sobre os quais o Núcleo assentou as bases de um programa de inserção desse trabalhador no sistema produtivo.

Essas ações que se propõem a ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, resultaram em 1.523 ocupações de emprego, no período de maio/00 a abril/01, em 187 empresas da região metropolitana de Fortaleza, que se encontram obrigadas a preencher um percentual de seus cargos com a pessoa portadora de deficiência ou com o trabalhador reabilitado.

Ressalta-se que esse números, quando comparados aos de outros Estados, têm se mostrado, de tal maneira expressivos, a ponto de essa experiência servir de modelo para outras delegacias regionais,

que, a exemplo da nossa, atuam na fiscalização, avaliação e controle das empresas obrigadas do percentual legalmente estabelecido.

Com efeito, a Delegacia Regional o Trabalho no Ceará, na aplicação da política pública de combate à discriminação e promoção da igualdade de oportunidades no emprego, tem operado mudanças de atitudes, que, a longo prazo, resultarão em significativos avanços sociais contribuindo, assim, para construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. – **Lúcio Alcântara.**

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo vive hoje uma tendência clara e explícita: formar blocos regionais e sub-regionais, criar zonas de livre comércio, estabelecer uniões aduaneiras, constituir mercados comuns. Esse processo tem muito a ver, principalmente, com o impulso gerado pela liberalização econômica via abertura dos mercados. Essa integração dos mercados deriva de anseios de variada ordem: econômicos, políticos, sociais e culturais, como é o caso, por exemplo, do Mercosul e do Pacto Andino, ou pode, ainda, visar a objetivos meramente comerciais, como se verifica no Nafta.

No âmbito das Américas, são cinco os blocos em torno dos quais se articulam grupos econômicos. Hoje dialogam delegações do Nafta, da Comunidade do Caribe (Caricom), do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), da Comunidade Andina de Nações (CAN) e do Mercosul. Uns estão mais organizados internamente, outros menos. Esses blocos reúnem mais de 700 milhões de pessoas e um PIB de 13 trilhões e 300 bilhões de dólares, segundo informação recente da Gazeta Mercantil.

Feita essa breve introdução, Sr. Presidente, gostaria de ir encaminhando meu pronunciamento para as reflexões centrais que trago hoje aos meus nobres Pares desta Casa, acerca da importância do relacionamento do Brasil com a Comunidade Andina.

Essa Comunidade de cinco países completou 30 anos no ano passado. Foi criada em maio de 1969, quando Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru firmaram o Acordo de Cartagena. A Venezuela ingressou em 1974, e o Chile se retirou do grupo em 1976.

O Grupo Andino é um processo de integração econômica sub-regional, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento dos Estados-Membros, por meio da expansão comercial e da harmonização política. Com o fim da guerra fria, os países andinos, e a América Latina em geral, direcionaram seus esforços

para reverter a crescente marginalização a que estava submetida a região, com seus países ficando cada vez mais afastados do sistema internacional e das economias centrais.

O caminho para superar o atraso tecnológico, aumentar a eficiência da produção e revitalizar o comércio estava traçado e definido. Era preciso adotar políticas de livre mercado, promover a abertura comercial, reduzir a intervenção estatal e incrementar a integração econômica.

Paralelamente a esse, desenrolava-se outro cenário. Os países desenvolvidos adotando práticas protecionistas, a necessidade de convergirem os posicionamentos diante da Roda da Uruguai, o processo de democratização ganhando espaço na América Latina – todos esses fatores contribuíram para revitalizar o processo de integração andina.

Nesse contexto, o Pacto Andino se transformou num fórum gerador de impulso e proteção para seus membros. Acelerar os programas de liberalização levaria a incrementar as exportações em âmbito regional. Reduzir as tarifas faria aumentar a competitividade no mercado internacional. Dispondo de um mercado maior, os países estariam em melhor situação para enfrentar o crescente protecionismo do mundo industrializado. O eminente Professor Julio Sanchez, do Departamento de Ciências Políticas da Universidade da Cidade de Nova Iorque, assim caracterizou o Grupo Andino:

No começo dos anos 90, a integração sub-regional era, portanto, um subproduto e um complemento tanto da ação unilateral dos governos andinos para integrar-se com o resto do mundo, quanto de suas políticas econômicas. O incremento das exportações e da competitividade se fixaram como objetivos imediatos.¹

No entender desse ilustre Professor, existe uma forte correlação entre o desenvolvimento da Comunidade Andina e o interesse dos governos de seus países-membros. Isto é, o processo andino de integração econômica cresce e se fortalece quando o interesse dos seus países é contemplado pelo processo integrador. Diz ele: *“Os governos não agem em função dos interesses comuns do grupo, mas de seus interesses individuais”*. É bem verdade que os blocos, em geral, se articulam por motivação comercial, mas também estão cobertos por forte componente político.

¹ Em: “Aspectos políticos de la integración del Grupo Andino, 1989-1996”, *Comércio Exterior*, maio de 1997.

Seja como for, há momentos em que a integração sub-regional faz-se absolutamente necessária. Tivemos recentemente, em meados de julho deste ano, uma série de encontros reunindo representantes da Comunidade Andina e do Mercosul. Por que dialogam esses dois blocos? Por razões variadas, inclusive por motivação estratégica. Acontece que, diante das pressões para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a integração latino-americana tem de se fortalecer para enfrentar a frente comercial mais ampla que vem sendo acelerada nas três Américas a partir de 1994.

Cresce a expectativa de que o Mercosul venha a contar, em curto espaço de tempo, com a adesão plena do Chile e da Bolívia, bem como da Venezuela, cujo governo já se manifestou claramente a esse respeito. Agora que se concluiu o processo eleitoral no Peru, está mais livre o caminho para que seja negociada a união do Mercosul com os países da Comunidade Andina de Nações. A partir daí, terá de se evoluir para a criação da Área de Livre Comércio da América do Sul. Essa agenda é ambiciosa, mas o momento não comporta proteções.

A Declaração da Cidade de Quebec elegeu o dia 1º de janeiro de 2006 para o início do funcionamento da Alca. Parece que temos muito tempo pela frente. Mas essa idéia é enganosa. Há muito o que fazer até lá. Vale lembrar o discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, proferido na abertura da Cúpula de Quebec, em que ele listou as seis condições para que os países do Hemisfério possam chegar à Alca. São elas: acesso a mercados dinâmicos, revisão das leis antidumping, redução de barreiras não-tarifárias, capacitação tecnológica, mudanças na agricultura, especialmente na estrutura de subsídios, e combate a distorções protecionistas.

O Presidente Hugo Chávez, em visita recente ao Brasil, declarou-se contra qualquer idéia de antecipar a criação da Alca. Disse ele: *“se algo tem de ser acelerado não é a Alca, mas os mecanismos regionais e sub-regionais de integração, como CAN, Mercosul e Caricom”*.

É preciso destacar que o acordo de complementação econômica assinado entre a Comunidade Andina e o Brasil, em julho de 1999, constituiu, por si só, um passo decisivo para a formação da Área de Livre Comércio da América do Sul. Sobre esse acordo, o jornal O Estado de S. Paulo publicou, à época, matéria digna de nota, intitulada “O Brasil e a Comunidade Andina”. Algumas idéias dessa matéria serão retomadas aqui.

Os diplomatas brasileiros e andinos que participaram do acordo trabalharam com uma diligência impressionante. Imbuídos de firme vontade política e da vontade de avançar no processo de liberalização do

comércio, os negociadores conseguiram concluir o acordo dentro do prazo necessário e o lograram, ainda, ampliar o alcance das isenções.

De 2 mil produtos da pauta de exportações, as isenções passaram a abranger cerca de 3 mil, número que representa 40% do universo alfandegário. Dessa forma, Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela e Equador poderão trocar esses produtos entre si, com reduções tarifárias que vão de 10% a 100%. Nessa cota se encontra a quase totalidade do comércio e uma parte importante de produtos com possibilidades seguras de gerar novas correntes comerciais.

Não há dúvida, Sr. Presidente, que a recessão e a crise econômica que afetam tais países evidenciaram, de forma inequívoca, a oportunidade e o acerto dessa negociação. Embora não seja tão rico, o mercado sul-americano é particularmente importante para o Brasil, pois é dos mais propícios à colocação de produtos manufaturados, com alto valor agregado. Ocorre que a competitividade da indústria dos países sul-americanos é inferior à competitividade brasileira. Assim, o Brasil fica em condição de acumular superávits comerciais na região, aliviando o balanço de pagamentos.

É preciso olhar, também, para os efeitos políticos que gera um acordo dessa natureza. Devemos sempre ter em mente que o estreitamento de relações comerciais não se faz sem o correspondente aprofundamento do relacionamento político. Um desses efeitos políticos já foi mencionado anteriormente, neste pronunciamento, mas vale a pena repeti-lo, dado seu alcance hemisférico. É de se esperar que Venezuela, Colômbia, Peru e Equador se alinhem com as posições que o Brasil encabeça no Mercosul e nas discussões setoriais sobre a Alca. Até a criação da Alca, os interesses do grupo estarão mais coesos e fortes para enfrentar a posição dos Estados Unidos e Canadá.

Um segundo impacto político, Sr. Presidente, de âmbito mais restrito, regional, deve ser considerado. Estão, na vizinhança com a Venezuela, Colômbia, Peru e Equador — embora com esse último não tenhamos limites geográficos —, os únicos pontos de instabilidade ao longo das nossas fronteiras, das as profundas crises políticas e econômicas por que têm passado tais países. Ora, relações comerciais mais profundas criarão, certamente, uma rede de interesses que ultrapassarão aspectos meramente econômicos. Além disso, o peso maior do Brasil na região, e a introdução da chamada “cláusula democrática” no relacionamento com os vizinhos contribuirá, seguramente, para aumentar a estabilidade regional.

Essa reflexão que trouxe aos eminentes Colegas na data de hoje.

Muito obrigado pela atenção!

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à vista de sua elevada importância, não deve passar sem o nosso registro, breve que seja, a proposta do Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002, elaborada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e encaminhada à devida apreciação dos órgãos competentes do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Em seus pontos fundamentais, propõe-se a liberação de R\$ 17,7 bilhões para custeio e investimento da safra 2000/2001, à conta do crédito rural; afixação de novos limites para o financiamento, por produtor, mediante a utilização de recursos controlados do crédito rural, com juros de 8,75% ao ano; a ampliação dos contratos de opções, utilizados como seguro de preço para a comercialização da produção; e um programa específico para a aquisição de bovinos de corte.

Além disso, o Plano recomenda a prática de políticas imprescindíveis à melhoria da renda rural, pelo estímulo à atividade produtiva, capaz de proporcionar a oferta continuada de produtos de qualidade. Para tanto, recomenda-se a garantia de acesso ao crédito, pelo cumprimento de resolução do Banco Central, imperativa no sentido de fixar a produção estimada como garantia única das operações creditícias.

A proposta sugere, ainda, que os valores a serem cobrados para o financiamento da safra sejam seguidos do aumento de 25% para 30% das exigibilidades bancárias; que seja autorizada a rotatividade para o crédito rural, simplificando o processo de concessão; que sejam financiados 100% do projeto técnico; e que sejam aumentados os limites de financiamento para a soja, fixando-os no valor de R\$ 300 mil no Centro-Oeste, sul do Maranhão, sul do Piauí e Bahia-sul; e de R\$ 100 mil para as outras regiões.

São contemplados, também, a instituição de programa de financiamento para a construção e melhoria de armazéns e condomínios de produtores; e o lançamento de contratos de opções, com vencimento no ano vindouro, para uma produção de 300 mil toneladas de algodão, um milhão de toneladas de arroz, 3,5 milhões de toneladas de milho e um milhão de toneladas de trigo.

Quer-se, ainda, que seja permitida aos produtores a importação direta de substâncias ativas e suas formulações, de conformidade com as resoluções do Mercosul, adotando-se a modalidade de registro praticada pela FAO e princípios simplificados para a extensão do uso de agroquímicos.

Finalmente, prescreve-se a criação de seguro destinado a estabilizar a renda rural; a fixação do preço mínimo de 35 reais para a arroba do algodão; a destinação de 250 milhões de reais para a renovação da esto-

cagem do excedente da produção de leite, no período de setembro do corrente ano a março de 2002.

Igualmente, a recomposição do aporte de recursos para o Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas (Propasto) para 400 milhões de reais, ampliando-se o limite de crédito para 100 mil reais ao ano por produtor; e a alocação de 400 milhões de reais para financiar a citada aquisição de bovinos de corte, inclusive de reprodutores destinados ao melhoramento genético, e para atividades de cria, recria e engorda, bem como estabelecer, para o financiamento, a taxa de juros de 8,75% ao ano, limitando-se o crédito anual a 100 mil reais por produtor, com prazo de 6 meses, conforme há pouco referido.

Em síntese, trata-se de documento que, a par de merecer o nosso aplauso, deve abrigar o apoio de quantos mais nele identificam outra relevante contribuição da CNA, que agora a integra ao vasto elenco de suas iniciativas tendentes a acelerar o crescimento econômico do País.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

MENSAGEM Nº 130, DE 2001

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Hugo Napoleão, sobre a Mensagem nº 130, de 2001 (nº 477/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer a função de Embaixador junto à República da Estônia.

– 2 –

MENSAGEM Nº 137, DE 2001

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Valmir Amaral, sobre a Mensagem nº 137, de 2001 (nº 526/2001, na origem), pela qual o

Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

– 3 –

PARECER Nº 746, DE 2001
(Escolha de autoridade)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 746, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Waldeck Ornelas, sobre a Mensagem nº 161, de 2001 (nº 710/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de 2 anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mércio Felsky.

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 27, DE 1998

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157/98, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs:

– 672, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Edison Lobão, favorável;

– 673, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Geraldo Althoff, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– 674, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hugo Napoleão, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CE (Substitutivo), que oferece.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999 (nº 658/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996, tendo

Parecer favorável, sob nº 118, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 111, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2001 (nº 640/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 677, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 118, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2001 (nº 590/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 679, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornelas.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 156, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2000 (nº 367/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Castelo Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 658, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 51 minutos.)

SENADO FEDERAL

Ata da 98ª Sessão Deliberativa Ordinária em 22 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares
Mozarildo Cavalcanti, Tião Viana e Lindberg Cury*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos
Júnior – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto –
Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra –
Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner
– Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo
Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra –
Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas
Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo
Melo – Gerson Camata – Heloísa Helena – Hugo Na-
poleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson
Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge
Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Co-
elho – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sar-
ney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar
Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Luiz
Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo
Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda –
Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior
– Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias –
Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Si-
mon – Pedro Ubirajara – Renan Calheiros – Ricardo
Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto
Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião
Rocha – Sérgio Machado – Tião Viana – Valmir Amaral
– Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A
lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs.
Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Morei-
ra Mendes, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 800, DE 2001

**Da Comissão de Educação, sobre o
Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de
1999 (nº 170/1999, na Câmara dos Deputa-
dos), que aprova o ato que renova a con-
cessão outorgada à Rádio Difusora Tauba-
té Ltda., para explorar serviço de radiodifu-
são sonora em onda média na cidade de
Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.**

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto
de Decreto Legislativo nº 285, de 1999 (nº 170, de
1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato
que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora
Taubaté Ltda., para explorar serviço de radiodifusão
sonora em onda média na cidade de Pindamonhan-
gaba, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 250, de
1997, o Presidente da República submete ao Con-
gresso Nacional o ato constante do Decreto de 18 de
fevereiro de 1997, que renova a concessão para a ex-
ploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos
do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, am-
bos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comu-
nicações ao Presidente da República, documento
que integra os autos, dá conta de que a presente soli-

citação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Difusora Taubaté Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Emílio Amadei Beringhs Neto	42.416
Marina Miranda Beringhs	202.752
Marcelo Miranda Amadei Beringhs	42.416
Ricardo Miranda Beringhs	42.416
Total de Cotas	330.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Geovan Freitas.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 285, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Difusora Taubaté Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Piva** – **Pedro Ubirajara** – **Antônio Carlos Júnior** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Patrocínio** – **Arlindo Porto** – **Roberto Freire** – **Casildo Maldaner** – **Hugo Napoleão**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 801, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2001 (nº 534/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dom Oscar Romero a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2001 (nº 534, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dom Oscar Romero a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.159, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 88, de 30 de julho de 1999, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária Dom Oscar Romero:

- Presidente – Marinaldo Meneses Teixeira
- Vice-Presidente – Francisco José Silva Lima
- Primeiro Secretário – Marcelina Marlir F. Palhano
- Segunda Secretária – Rosilene Santos Sobrinho
- Primeiro Tesoureiro – Francisco de Jesus Sousa
- Segundo Tesoureiro – Raimundo B. Cantanheide
- Diretor de Comunicação – Juarês A. Silva Alves
- Vice Diretor de Comunicação – Iranilda da Sulidade
- Diretor de Planejamento – Pe. Inácio Dalcin

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Dr. Hélio, e aprovação unânime daquele órgão colegiado.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e

exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 66, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Associação Comunitária Dom Oscar Romero atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – Presidente **Ricardo Santos** – Relator **Gilvam Borges** – **Pedro Ubirajara** – **Carlos Patrocínio** – **Luiz Pontes** – **Roberto Freire** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Moreira Mendes** – **Lúcio Alcântara** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca** – **Gerson Camata** – **Arlindo Porto** – **Jonas Pinheiro** – **Nilo Teixeira Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 802, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2001 (nº 595/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2001 (nº 595, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 557, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 72, de 21 de março de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR:

- Presidente – Dario Erre Rodrigues
- Vice-Presidente – Carlos José Ramos Paulo
- 1º Secretária – Francilene Silva Matias
- 2º Secretário – Orlando Pereira dos Santos
- 1º Tesoureiro – Henrique Otaviano de Almeida Cardoso Filho
- 2º Tesoureiro – Arlindo Abtíbol

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Ney Lopes, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boato técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 68, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Gilvam Borges**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Ubirajara** – **Lúcio Alcântara** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Carlos Patrocínio** – **Luiz Pontes** – **Roberto Freire** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca** – **Gerson Camata** – **Arlindo Porto** – **Jonas Pinheiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
.....

PARECER Nº 803, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2001 (nº 632/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caconde, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Pedro Piva**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2001 (nº 632, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caconde, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 603, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 58, de 21 de março de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde:

- Presidente – Ivanilda Maria Pinheiro de Souza
- Vice-Presidente – Antônio Carlos da Silva Faria
- Tesoureiro – Adilson Severino de Souza
- Secretário – Nilson Cassiano Dias Filho

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Átila Lira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boatecnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39 de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 82, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Cacondé atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala de Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Pedro Piva**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Romeu Tuma** – **Pedro Ubirajara** – **Antônio Carlos Junior** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Patrocínio** – **Luiz Pontes** – **Roberto Freire** – **Caio do Mal da Ner** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 804, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2001 (nº 641/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Abel Figueiredo – PA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abel Figueiredo, Estado do Pará.

Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2001 (nº 641, 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Abel Figueiredo — PA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abel Figueiredo, Estado do Pará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 613, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 96, de 22 de março de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Abel Figueiredo – PA:

- Marcelino Mangueira – Presidente
- Carlos Alberto Brito Amorim – Vice-Presidente
- Fabiane Ribeiro de Souza – Secretária
- Maria Aparecida Ferraz Mangueira – 2ª Secretária
- Alfeu Rodrigues dos Santos – Tesoureiro
- Paulo Sérgio Ferraz Mangueira – 2º Tesoureiro

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Francistônio Pinto.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 85, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Abel Figueiredo – PA atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Ubirajara** – **Luiz Pontes** – **Lúcio Alcântara** – **Carlos Patrocínio** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca** – **Gerson Camata** – **Arlindo Porto** – **Jonas Pinheiro** – **Gilvam Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 805, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2001 (nº 651/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2001 (nº 651, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 368, de 2000, o Presidente da República submete ao Con-

gresso Nacional o ato constante da Portaria nº 39, de 17 de fevereiro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí:

- Presidente – José Setembrino de Melo
- Vice-Presidente – José Cândido de Andrade
- 1º Secretário – Renê Vilela de Melo
- 2ª Secretária – Rita de Cássia Carvalho Furtado
- 1º Tesoureiro – Roberto Mauro Ferraz
- 2º Tesoureiro – Roberto Machado M. de Barros

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Gessivaldo Isaías.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 88, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Ra-

diodifusão de Santa Rita do Sapucaí atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Piva** – **Pedro Ubirajara** – **Antônio Carlos Junior** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Romeu Tuma** – **Casil do Maldaner** – **Roberto Freire** – **Carlos Patrocínio** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional.

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

PARECER Nº 806, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2001 (nº 593/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Serviços de Radiodifusão Educativa Shalom para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso.

Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2001 (nº 593, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Serviços de Radiodifusão Educativa Shalom para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.591, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 160, de 22 de setembro de 1999, que outorga a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Fundação de Serviços de Radiodifusão Educativa Shalom;

- Presidente – Sebastião Machado de Rezende
- Vice-Presidente – Ildo Rodrigues Teixeira
- Primeiro Secretário – José Genésio da Silva
- Segundo Secretário – Benedito N. de Oliveira
- Primeiro Tesoureiro – Abadio Machado de Rezende
- Segundo Tesoureiro – José Carlos Machado

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Wagner Salustiano.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado emboatécnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 109, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Fundação de Serviços de Radiodifusão Educativa Shalom atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. –
Ricardo Santos, Presidente – **Jonas Pinheiro**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Piva** – **Pedro Ubirajara** – **Antônio Carlos Júnior** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Luiz Pontes** – **Roberto Freire** – **Carlos Patrocínio** – **Romeu Tuma** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

.....

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

.....

Art 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional.

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º – O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 807, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2001 (nº 618, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Maximino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2001 (nº 618, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Maximino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 513, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 89, de

21 de março de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária Padre Maximino:

- Presidente – José Orlando Lima
- Vice-Presidente – Antonio Carls Canale
- Secretário – Antônio de Lisboa de Souza
- Tesoureiro – Maria Angela Berardi Amá
- Diretor de Patrimônio – Antônio Eduardo Sesti Júnior
- Diretor de Programação – Cristiano Alves
- Diretor Social Cultural – Isvamia Soares de Macedo Torso

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Agnaldo Muniz.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 134, de 2001, evidenciou o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária Padre Maximino atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela

aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Piva** – **Pedro Ubirajara** – **Antônio Carlos Júnior** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Patrocínio** – **Arlindo Porto** – **Roberto Freire** – **Casildo Maldaner** – **Hugo Napoleão**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 808, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2001 (nº 696/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú – ACERC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Casildo Maldaner**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2001 (nº 696, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Goinunitária Ecológica do Rio Camboriú – ACERC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 814, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 94, de 22 de março de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú – ACERC:

- Presidente – Raimundo Gonçalves Malta
- Vice-Presidente – Roberto Ávila
- 1º Secretário – Marcos Ricardo Weissheimer
- 2º Secretário – Luiz Alberto Cavalcanti
- Tesoureiro – João Olindino Koedermann

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado José Janene.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boato técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam

concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 143, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizada a Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú – ACERC atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Casildo Maldaner**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Piva** – **Pedro Ubirajara** – **Antônio Carlos Júnior** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Luiz Pontes** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Patrocínio** – **Romeu Tuma** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 809, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2001 (nº 706/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Metropolitana Cultural e Artística “Dom Aloísio Roque Opperman” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2001 (nº 706, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Metropolitana Cultural e Artística “Dom Aloísio Roque Opperman” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 832, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 143, de 25 de abril de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento

que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte direção da Associação Metropolitana Cultural e Artística “Dom Aloísio Roque Opperman”.

- Presidente – Pe. José Lourenço da Silva
- Vice-Presidente – Jales Martins da Silva
- 1º Secretário – Luiz Alberto de Oliveira Filho
- 2º Secretário – Fernando V. Rodrigues da Cunha
- 1º Tesoureiro – Pe. Paulo Aparecido Porta
- 2º Tesoureiro – José Renato Gomes
- 1º Assessor Jurídico – Diamantino Silva Filho
- 2º Assessor Jurídico – Frederico D. Bonfim e Silva

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Marcus Vicente.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 148, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Metropolitana Cultural e Artística “Dom Aloísio Roque Opperman” atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlin do Porto**, Relator –

Nilo Teixeira Campos – Moreira Mendes – Pedro Piva – Pedro Ubirajara – Antônio Carlos Junior – Lúcio Alcantara – Gilvam Borges – Jonas Pinheiro – Romeu Tuma – Casildo Maldaner – Roberto Freire – Carlos Patrocínio – Osmar Dias – Emilia Fernandes – Juvêncio da Fonseca.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPITULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 810, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2001 (nº 722, de 2000, na Câmara dos Deputados), que "aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Pérola FM – AMCRP/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Pedro Piva**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2001 (nº 722, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Pérola FM – AMCRP/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 983, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 209, de 31 de maio de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que apresente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Movimento Comunitário Rádio Pérola FM – AMCRP/FM:

- Diretor Presidente – João Rafael Dimas Maimone
- Diretor Vice-Presidente – Heraldo Coppi
- Diretor 1º Secretário – Valéria Bufani
- Diretor 2º Secretário – José Francisco Crispi
- Diretor 1º Tesoureiro – Virgílio Martins de S. Filho
- Diretor 2º Tesoureiro – Luiz Antonio Jorge
- Diretor Presidente do Conselho Comunitário – João Jorge Mir.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu parecer favorável de seu relator, Deputado Francistônio Pinto.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 151, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Movimento Comunitário Rádio Pérola FM – AMCRP/FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – Presidente **Ricardo Santos** – Relator **Pedro Piva**, – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Romeu Tuma** – **Pedro Ubirajara** – **Antônio Carlos Júnior** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Patrocínio** – **Luiz Pontes** – **Roberto Freire** – **Caio do Mal da Ner** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 811, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2001 (nº 724/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Madre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Madre de Deus, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2001 (nº 724, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Madre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Madre de Deus, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.066, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 222, de 31 de maio de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Rádio Comunitária Madre FM:

- Presidente – Otogibson Coutinho de Jesus
- Vice-Presidente – José Meireles
- Secretário Geral – Edésio Malta C. de Souza
- 2º Secretário – Luiz da Assunção
- 1º Tesoureiro – Elton Carlos da Silva
- 2º Tesoureiro – Jean Carlos de Souza Santos
- Diretor de Operações – Herley de Jesus dos Santos
- Vice-Diretor de Operações – Valney O. dos Santos
- Diretor Cultural – Antônio Carlos Santos da Silva

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Gessivaldo Isaías.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boato técnico legislativo.

II – Análise da Matéria

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto do Relator

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 152, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Rádio Comunitária Madre FM atende a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela

aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Antônio Carlos**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Ubirajara** – **Luiz Pontes** – **Carlos Patrocínio** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Roberto Freire** – **Lúcio Alcântara** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca** – **Gerson Camata** – **Arlindo Porto** – **Jonas Pinheiro** – **Gilvam Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 812, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2001 (nº 769/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Comunidade São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeirinho, Estado da Paraíba.

Relator: Senador **Carlos Patrocínio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2001 (nº 769, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Comunidade São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeirinho, Estado da Paraíba.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 832, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 155, de 25 de abril de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. É a seguinte a direção da Associação Comunitária da Comunidade São José:

- Presidente – Antônio Batista de Lima Neto
- Vice-Presidente – Márcia Rosângela Rodrigues dos Santos
- 1º Secretário – Cássia Valéria da Silva
- 2º Secretário – Genivaldo Gonçalves Diniz
- 1º Tesoureiro – Francisca Silva Trajano
- 2º Tesoureiro – Teresinha Araújo de Souza
- Presid. do Conselho Fiscal – Francisco Xavier da Silva

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado José Priante.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 153, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária da Comunidade São José atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Romeu Tuma** – **Pedro Ubirajara** – **Pedro Piva** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Casil do Maldaner** – **Hugo Napoleão** – **Roberto Freire** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....;

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 813, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2001 (nº 713/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Pássaro Grande, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 933, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal ato, constante da Podaria nº 198, de 31 de maio de 2000, que outorga permissão à Fundação Cultural Pássaro Grande para executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás.

Nos termos do § 10 do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto

nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, Deputado Bispo Wanderval, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da Fundação Cultural Pássaro Grande:

Diretor Presidente – Rejane Vilarinho P. F. de Carvalho
Diretor Tesoureiro – Cristiane Divina de Souza
Diretor Administrativo – Marcos de Sousa Santos

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que “dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens”.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do De-

creto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que “institui o Código Brasileiro de Comunicações”.

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 713, de 2000, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. –
Ricardo Santos, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Ubirajara** – **Luiz Pontes** – **Lúcio Alcântara** – **Carlos Patrocínio** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca** – **Arlindo Porto** – **Gerson Camata** – **Gilvam Borges** – **Jonas Pinheiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

**DECRETO Nº 52.795
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963**

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

**DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967**

**Complementa e modifica a Lei nº
4.117(*), de 27 de agosto de 1962.**

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO Nº 2.108
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996**

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795(1), de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

PARECER Nº 814, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2001 (nº 545/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2001 (nº 545, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.936, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 9 de dezembro de 1999, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Itatiaia Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Emanuel Soares Carneiro	1.510.927
• Esther Carneiro Naves	1.236.213
Total de Cotas	2.747.140

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Luiz Moreira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 157, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Itatiaia Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Piva** – **Pedro Ubirajara** – **Antônio Carlos Junior** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Romeu Tuma** – **Casil do Mal da Ner** – **Roberto Freire** – **Carlos Patrocínio** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 815, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2001 (nº 695/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional de Rádio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador **Luiz Pontes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2001 (nº 695, 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional de Rádio para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 756, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 28, de 10 de fevereiro de 2000, que outorga a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Fundação Cultural Educacional de Rádio:

- Diretor Presidente – Enilton Batista da Trindade
- Diretora Vice-Presidente – Renata da Câmara Melo Trindade
- Diretor Financeiro – Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Nelson Proença.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 164, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Fundação Cultural Educacional de Rádio atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Luiz Pontes**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Ubirajara** – **Carlos Patrocínio** – **Antônio Carlos Junior** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Roberto Freire** – **Gilvam Borges** – **Lúcio Alcântara** – **Jonas Pinheiro** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 816, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2001 (nº 705/2000, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Santa Bárbara, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador **Ricardo Santos**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 827, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal, ato, constante do Decreto 2 de junho de 2000, que outorga concessão à Fundação Cultural Santa Bárbara para executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Nos termos do § 10 do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, Deputado Atila Lira, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da Fundação Cultural Santa Bárbara:

- Diretor Presidente – Sandra Mara Andrade Carone
- Diretor Vice-Presidente – Idalécio Carone Netto
- Diretor Secretário – Jacy Fernandes
- Diretor Administrativo e Financeiro – Graciosa da Penha Alves Guidi

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que “dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens”.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que “institui o Código Brasileiro de Comunicações”.

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 705, de 2000, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Morreira Mendes**, Vice-presidente no Exercício da Presidência, – **Ricardo Santos**, Relator – **Casildo Maldaner** – **Pedro Piva** – **Pedro Ubirajara** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Gerson Camata** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Patrocínio** – **Romeu Tuma** – **Hugo Napoleão** – **Arlindo Porto** – **Marina Silva** (abstenção) – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO Nº 52.795
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963**

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Art. 16. Findo o prazo do Edital, o Contel verificará quais as propostas que satisfizeram os requisitos constantes do mesmo, e:

a) em se tratando de concessão, o Contel emitirá parecer sobre as condições de execução do serviço, indicando, para a livre escolha do Presidente da República, as pretendentes que atenderá às exigências do Edital;

b) em se tratando de permissão, o Contel se manifestará, em parecer, sobre as condições de execução do serviço e selecionará a pretendente que reúna as melhores condições, observados os seguintes critérios preferenciais:

1) constituição e direção da sociedade por elementos que, comprovadamente, residam no local onde será instalada a estação emissora há, pelo me-

nos, dois anos e que a maioria das ações ou cotas representativas do capital social pertença a esses elementos;

2) constituição da sociedade com maior número de cotistas ou acionistas;

3) melhores condições técnicas para a execução do serviço, definidas pela qualidade dos equipamentos e instalações;

4) inclusão em suas atividades de maior tempo de programação ao vivo;

5) inclusão em suas atividades de maior tempo dedicado à educação e instrução, mediante a transmissão de aulas, palestras, conferências, etc.;

6) inclusão em sua programação de maior tempo destinado a serviço noticioso.

**DECRETO-LEI Nº 236
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Complementa e modifica a Lei nº 4.117(*), de 27 de agosto de 1962.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO Nº 2.108
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996**

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795(1), de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

PARECER Nº 817, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2001 (nº 719/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sítônio do Vale, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Russas, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Lúcio Alcântara**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 974, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal, ato, constante da Portaria nº 199, de 31 de maio de 2000, que outorga permissão à Fundação Sítônio do Vale para executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Russas, Estado do Ceará.

Nos termos do § 10 do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, Deputado Hermes Parciánello, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da Fundação Sítônio do Vale:

- Presidente – Luiz Aguiar Vale
- Vice-Presidente – Pedro Paulo Tavares Vale
- Diretor Tesoureiro – Lucileide Tavares Vale Alencar

- Diretor de Radiodifusão – Henrique C. Tavares Vale
- Diretor de Patrimônio – Inês Tavares Vale e Melo

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que "dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens".

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que "institui o Código Brasileiro de Comunicações".

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2000, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Lúcio Alcântara**, Relator – **Nilo Teixeira Moreira Mendes** – **Pedro Ubirajara** – **Luiz Pontes** – **Gilvam Borges** – **Carlos Patrocínio** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvenício da Fonseca** – **Gerson Camata** – **Arlindo Porto** – **Jonas Pinheiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPITULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

DECRETO Nº 52.195
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 16. Findo o prazo do Edital, o Contel verificará quais as propostas que satisfizeram os requisitos constantes do mesmo, e:

a) em se tratando de concessão, o Contel emitirá parecer sobre as condições de execução do serviço, indicando, para a livre escolha do Presidente da República, as pretendentes que atenderá às exigências do Edital;

b) em se tratando de permissão, o Contel se manifestará, em parecer, sobre as condições de exe-

cução do serviço e selecionará a pretendente que reúna as melhores condições, observados os seguintes critérios preferenciais:

1) constituição e direção da sociedade por elementos que, comprovadamente, residam no local onde será instalada a estação emissora há, pelo menos, dois anos e que a maioria das ações ou cotas representativas do capital social pertença a esses elementos;

2) constituição da sociedade com maior número de cotistas ou acionistas;

3) melhores condições técnicas para a execução do serviço, definidas pela qualidade dos equipamentos e instalações;

4) inclusão em suas atividades de maior tempo de programação ao vivo;

5) inclusão em suas atividades de maior tempo dedicado à educação e instrução, mediante a transmissão de aulas, palestras, conferências, etc.;

6) inclusão em sua programação de maior tempo destinado a serviço noticioso.

DECRETO-LEI Nº 236
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117(*), de 27 de agosto de 1962

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 2.108
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795(1), de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

PARECER Nº 818, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2001 (nº 720/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio de Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2001 (nº 720, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio de Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 983, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 191, de 17 de maio de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal,

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento,

É a seguinte a direção da Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio de Araújo:

- Presidente – Emésio Dário de Araújo
- Diretor Adm. e Financeiro – Expedito de M. Carvalho
- Diretor de Promoção e Difusão Cultural – Alice Maria S. A. Meira

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado José Carlos Martínez.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam

concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 176, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio de Araújo atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – Presidente, **Ricardo Santos** – Relator, **Gilvam Borges** – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Ubirajara** – **Lúcio Alcântara** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Carlos Patrocínio** – **Luiz Pontes** – **Roberto Freire** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca** – **Gerson Camata** – **Arlindo Porto** – **Jonas Pinheiro**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 819, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2001 (nº 664/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Aracruz – AMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Relator: Senador **Antonio Carlos Junior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2001 (nº 664, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Aracruz – AMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 983, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 193, de 17 de maio de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solici-

citação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação dos Moradores do Aracruz – AMA:

- Presidente – Alaidio Castilho de Moura
- Vice-Presidente – Inácio Spengler
- 1º Secretário – Marciléia Mendes Rosa de Oliveira
- 2º Secretário – Sirleide Maria da Conceição
- 1º Tesoureiro – Alexandre Pereira Lima
- 2º Tesoureiro – Ezequiel Rodrigues de Souza

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Íris Simões.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boato técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 180, de 2001, evidenciou o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação dos Moradores do Aracruz – AMA atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Antônio Carlos Junior**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Ubirajara** – **Luiz Pontes** – **Carlos Patrocínio** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Roberto Freire** – **Lúcio Alcântara** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca** – **Gerson Camata** – **Arlindo Porto** – **Jonas Pinheiro** – **Gilvam Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 820, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2001 (nº 711/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Amigos do “Rio Santa Rosa” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araisos, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Luiz Pontes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2001 (nº 711, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Amigos do “Rio Santa Rosa” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araisos, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 832, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 166, de 12 de maio de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Radiodifusão Amigos do “Rio Santa Rosa:”

- Presidente – Felipe Vaz Pires
- Vice-Presidente – Orlando Ferreira da Costa
- Secretário – Clauder de Jesus M. F. de Mendonça

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado José Mendonça Bezerra.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boatecnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 184, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Radiodifusão Amigos do “Rio Santa Rosa” atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Luiz Pontes**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Jonas Pinheiro** – **Pedro Ubirajara** – **Antônio Carlos Júnior** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Roberto Freire** – **Carlos Patrocínio** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 821, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2001 (nº 766/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Lúcio Alcântara**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2001 (nº 766, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 832, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 144, de 25 de abril de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que leva ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense:

- Presidente – Rita de Cássia da Costa Leite
- Vice-Presidente – José de Jesus Freitas Veloso
- 1º Secretário – Wêrley da Costa Leite
- 2º Secretário – Jucier Santos Conceição

- 1º Tesoureiro – Isabel Joana Santos de Freitas
- 2º Tesoureiro – Darcy Santos Mendonça
- 1º Diretor de Patrimônio – Doracy S. Conceição
- Diretor de Patrimônio – Soismael Galvão Ramos
- Assessor Jurídico – José Felix Dias Neto

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Romeu Queiroz.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 187, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Lúcio Alcântara**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Ubirajara** – **Luiz Pontes** – **Gilvam Borges** – **Carlos Patrocínio** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca** – **Gerson Camata** – **Arlindo Porto** – **Jonas Pinheiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 822, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2001 (nº 793/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva, “ACRED – Elias Fausto” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elias Fausto, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Jonas Pinheiro

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2001 (nº 793, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva, “ACRED Elias Fausto” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elias Fausto, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 983, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 208, de 31 de maio de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva, “ACRED – Elias Fausto”:

- Presidente – Adauri Bezerra
- Vice-Presidente – Joaquim Antônio de C. Bicudo
- 1º Secretário – Giselda Alves
- 2º Secretário – Amauri Leite do Canto
- 1º Tesoureiro – Ataliba Moz Júnior
- 2º Tesoureiro – Eliane Bezerra

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Hermes Parcianello.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 193, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva, “ACRED – Elias Fausto” atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Jonas Pinheiro**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Piva** – **Pedro Ubirajara** – **Antônio Carlos Junior** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Luiz Pontes** – **Roberto Freire** – **Carlos Patrocínio** – **Romeu Tuma** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 823, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2001 (nº 805/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataizinho, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Álvaro Dias**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2001 (nº 805, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataizinho, Estado do Paraná.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.173, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 251, de 7 de junho de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho:

- Presidente — Odemir Marques
- Vice-Presidente — Almir Daschevi
- 1º Secretário — Júlio César Vieira Branco
- 2ª Secretária — Edna dos Santos Tini
- 1º Tesoureiro — Silvano Rodrigues do Prado
- 2º Tesoureiro — Milton Firmino de Oliveira
- 1º Diretor de Patrimônio — Reinaldo Martiello
- 2º Diretor de Patrimônio — Jota Lopes de Menezes

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Pedro Canedo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boato técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 196, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – Presidente, **Ricardo Santos** – Relator, **Álvaro Dias** – **Moreira Mendes** – **Romeu Tuma** – **Pedro Ubirajara** – **Pedro Piva** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Casildo Maldaner** – **Carlos Patrocínio** – **Hugo Napoleão** – **Arlindo Porto** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 824, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2001 (nº 817/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Constantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senadora **Emília Fernandes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2001 (nº 817, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Constantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.249, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 291, de 21 de junho de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Constantina:

- Presidente – Ederval Osmar Lauer
- Secretária – Clélia Juliana Rugeri
- Tesoureiro – Fernando Neri Castelli
- Presidente do Conselho Comunitário – Nelci Francisco Rosa.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Bispo Wanderval.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boatecnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 197, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Constantina atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Emília Fernandes**, Relatora – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Piva** – **Pedro Ubirajara** – **Gilvam Borges** – **Gerson Camata** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Patrocínio** – **Juvêncio da Fonseca** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Arlindo Porto** – **Maguito Vilela** – **Álvaro Dias** – **Geraldo Candido** – **Osmar Dias** – **José Fogaça**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 825, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2001 (nº 821/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Comunitária A Voz do Contestado – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irani, Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Casildo Maldaner**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2001 (nº 821, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Comunitária A Voz do Contestado – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irani, Estado de Santa Catarina.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.249, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 301, de 21 de junho de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Sociedade Rádio Comunitária A Voz do Contestado – FM:

- Presidente – Davi Luiz Finger
- Vice-Presidente – Antônio Milan
- Secretário – Jamir Antonio Grisa
- Tesoureiro – Margarida Gazoni Zenaro

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado José Priante.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 198, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Sociedade Rádio Comunitária A Voz do Contestado – FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo Originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. –
Ricardo Santos, Presidente – **Casildo Maldaner**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Pedro Piva** – **Pedro Ubirajara** – **Antônio Carlos Júnior** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Luiz Pontes** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Patrocínio** – **Romeu Tuma** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 49, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 826, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2001 (nº 526/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à VL Radiodifusão S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Relator: Senador Hugo Napoleão

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2001 (nº 526, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à VL Radiodifusão S/C Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.661, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 263, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado José Janene, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 10, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade VL Radiodifusão S/C

Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Hugo Napoleão**, Relator – **Nilo Teixeira Campos** – **Moreira Mendes** – **Romeu Tuma** – **Pedro Ubirajara** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Patrocínio** – **Pedro Piva** – **Casildo Maldaner** – **Roberto Freire** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 827, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2001 (nº 485/ 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2001 (nº 485, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 646, de 1997, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 2 de junho de 1997, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Independência do Paraná Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
• Mário José Gonzaga Petrelli	214.500
• Leonardo Petrelli Neto	175.500
• Rádio FM Independência Ltda.	160.000
Total De Cotas	550.000

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Nelson Proença.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boato técnico legislativo.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 114, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Independência do Paraná Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Álvaro Dias**, Relator – **Moreira Mendes** – **Romeu Tuma** – **Pedro Ubirajara** – **Pedro Piva** – **Lúcio Alcântara** – **Gilvam Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Casildo Maldaner** – **Carlos Patrocínio** – **Hugo Napoleão** – **Arlindo Porto** – **Osmar Dias** – **Emília Fernandes** – **Juvêncio da Fonseca**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 828, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem (SF) nº 158, de 2001, do Presidente da República (Mensagem nº 00636, de 2001, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Coelho Ferreira, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Aldo da Silva Fagundes”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 22 de agosto de 2001, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador Romero Jucá (em anexo ao Parecer), sobre a Mensagem nº 158, de 2001, do Senhor Presidente da República, opina pela escolha do Doutor José Coelho Ferreira para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Aldo da Silva Fagundes, nos termos do art. 52, inciso III, alínea a, combinado com

o art. 123, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal.

O Senhor Presidente da República, através da Mensagem nº 158, de 2001 (nº 00636, de 25-6-01, na origem), submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor José Coelho Ferreira, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar – STM, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aldo da Silva Fagundes.

O indicado é Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – UnB (1973). Nessa conceituada instituição, em 1975, obteve os créditos referentes ao Curso de Mestrado em Direito e Estado. Mais tarde, participou de alguns cursos na área jurídica e de inúmeros seminários no Brasil e no exterior.

Dentre as funções desempenhadas pelo indicado, ressaltam-se a de Agente de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (junho de 1973 a setembro de 1975); Assistente Jurídico do Departamento Administrativo do Serviço Público (janeiro a novembro de 1976); Advogado do Banco Central do Brasil (desde novembro de 1976); Professor da Universidade Católica de Brasília (de fevereiro de 1980 a fevereiro de 1985); e a de Procurador do Banco Central do Brasil, que exerce até a presente data.

Do *curriculum vitae* do candidato, constam informações que demonstram sua ampla experiência em missões internacionais. Proferiu algumas palestras no Brasil e uma em Portugal, além de haver publicado dois trabalhos no Brasil.

Trata-se, indubitavelmente, de candidato cuja formação acadêmica e atuação profissional o credenciam para o cabal desempenho das atividades inerentes ao cargo para o qual foi indicado pelo Exmº Senhor Presidente da República.

Em face do exposto, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão o nome do Doutor José Coelho Ferreira, constante da referida mensagem presidencial, de acordo com o disposto no art. 52, III, a, combinado com o art. 123, parágrafo único, I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar – STM, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aldo da Silva Fagundes.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2001. – Presidente **Bernardo Cabral** – Relator **Romero Jucá** – **Jefferson Péres** – **João Alberto** – **Álvaro Dias** – **Iris Rezende** – **Bello Parga** – **Ademir Andrade** – **Heloísa Helena** – **Hugo Napoleão** – **Nilo Teixeira Campos** – **Antonio Carlos Junior** – **José Eduardo Dutra** – **Osmar Dias** – **José Alencar** – **José Agripino** –

Gerson Camata – Francelino Pereira – Pedro Ubirajara – Pedro Simon – Leomar Quintanilha – Eduardo Suplicy – Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, requerimentos de urgência que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Moreira Mendes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 457, DE 2001

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2001, advindo da aprovação do OFS nº 32/2001, que “encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil a cerca da solicitação do Estado do Ceará para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos), equivalentes a R\$13.673.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18-1-01, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE”.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2001. – **Lúcio Alcântara – Jefferson Peres – José Eduardo Dutra – José Coelho – Paulo Souto – Bello Parga – Paulo Hartung – José Alencar – Roberto Saturnino – José Agripino – Eduardo Suplicy – Freitas Neto – José Fogaça – Carlos Bezerra.**

REQUERIMENTO Nº 458, DE 2001

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2001, advindo da aprovação do Ofício S nº 34, de 2001, que “encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação do Estado de Pernambuco para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$5,123,213.28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos e vinte e oito centavos), equivalente a R\$12.090.783,34 (doze milhões, noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro

centavos), à taxa de câmbio de 31 de maio de 2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE”.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2001. – **Lúcio Alcântara – Roberto Saturnino – Geraldo Melo – José Alencar – Wellington Roberto – Freitas Neto – Eduardo Suplicy – José Fogaça – Bello Parga – Paulo Souto – José Coelho – José Agripino – Lauro Campos (vencido) – Jonas Pinheiro – Carlos Bezerra – José Eduardo Dutra.**

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, II, do Regimento Interno.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação no horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Exª está inscrito em primeiro lugar e será atendido de acordo com o Regimento Interno.

No exercício da Presidência desta sessão, também me inscrevo para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Hartung, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer uma pequena comunicação de Liderança em relação à decisão que a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados tomou há poucas horas.

Desta tribuna, tenho cobrado da Câmara dos Deputados a tramitação de um projeto de minha autoria que trata da correção da tabela de Imposto de Renda da pessoa física.

Na semana passada, tivemos um contratempo: foi apresentado um substitutivo que deformava o projeto original. Apresentamos, daqui, os nossos protestos. Novo Relator foi designado, o Deputado Mussa

Demes, do PFL do PI. Ontem, da tribuna, apelei a S. Ex^a para que desse celeridade à tramitação do meu projeto. Hoje, gostaria de expressar a minha alegria ao saber que a Comissão de Finanças da Câmara o aprovou. Alguns Parlamentares do Governo tentaram obstruir a sua aprovação, mas prevaleceu uma maioria que repete um pouco o que ocorreu no Senado: uma maioria composta pelas Bancadas da Oposição e por alguns Parlamentares do Governo, dentre eles o próprio Relator.

Sr. Presidente, o parecer do Relator não fere o espírito do projeto, o que me deixou muito satisfeito; ao contrário, atualiza-o. Isso era necessário, porque o projeto foi apresentado no início do ano passado, pretendendo cuidar do ano base de 2000. Hoje, até por um certo bom senso, é importante a sua atualização para o ano de 2001 e para as declarações que deverão ser entregues em 2002. Além disso, o percentual também foi atualizado, pelo tempo que passou.

Evidentemente, já vi algumas reações duras de representantes da base governista, e quero repetir o que tenho falado sempre sobre esse projeto. É possível a negociação com o Governo de um percentual adequado para a correção da tabela – e temos tempo para isso, pois agora haverá a tramitação em plenário –, o que não é possível é a manutenção de uma tabela como a atual, que está congelada há seis anos. Isso, volto a dizer, não é arrecadação de imposto, mas confisco, injustiça fiscal contra a classe trabalhadora.

Por isso, faço este registro, Sr. Presidente, alegre e também disposto, evidentemente, a continuar defendendo uma negociação com o Governo até que o projeto chegue ao plenário da Câmara dos Deputados, e esperançoso de que a sua tramitação termine no corrente ano para que o contribuinte brasileiro seja beneficiado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma breve comunicação, de conformidade com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex^a está inscrito em terceiro lugar e será atendido de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, pela coincidência das datas, falarei sobre dois momentos históricos do Brasil contemporâneo.

Comemoramos os quarenta anos da Legalidade, movimento nascido no Rio Grande do Sul, tendo à frente o então Governador Leonel Brizola, que garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República. Após a renúncia de Jânio Quadros – a qual, no dia 25, completa mais um aniversário –, os Ministros militares empossaram o Sr. Mazzilli na Presidência e determinaram o impedimento de João Goulart de assumi-la. Esse movimento, chamado Legalidade, foi um dos episódios mais épicos, mais bonitos e mais dignificantes da História brasileira. Foi um desses momentos em que, na luta pela democracia, esta saiu vencedora. Lamentavelmente, nestes últimos cento e tantos anos, vivemos tão poucos períodos de democracia, entrecortados de tantos períodos de arbítrio e de violência.

Coincidentemente, no dia 24 de agosto, comemoramos os quarenta e sete anos do suicídio do Presidente Getúlio Vargas, da sua derrubada e do Golpe Militar de 1954, que se repetiria dez anos depois, com a derrubada de Jango, em 1964.

A vitória de Jânio Quadros empolgou o Brasil. Eu não votei nele. Eu era um jovem Vereador do PTB de Caxias de Sul e votei no candidato do meu Partido, o General Lott. Mas votei com a alma do lori-da, porque me parecia que Jânio Quadros empolgava pela sua cultura, pela sua capacidade, pela sua competência.

Votei no velho General. Sete meses depois, o impacto da renúncia de Jânio Quadros. Até hoje os historiadores não conseguiram encontrar a verdade histórica da sua renúncia. Particularmente, acho que o seu secretário particular cometeu um gesto de incompetência política a toda prova. Jânio Quadros, dizem alguns, um pouco alcoolizado, ou não – não sei –, entregou a carta de renúncia ao seu secretário, que veio ao Senado e a entregou ao Presidente da Casa. Aquela carta de renúncia do Presidente Jânio Quadros poderia servir de instrumento para sei lá o quê, mas o seu secretário particular nunca poderia tê-la entregado ao Presidente do Senado, que reuniu o Congresso, leu-a e considerou vaga a Presidência da República. Foi uma surpresa. O Brasil inteiro, boquiaberto. Como João Goulart, que era o Vice-Presidente da República, estava em viagem oficial à China, os três ministros militares – com a maior cara de pau – argumentaram que Jango não reunia as condições para ser Presidente da República e deram posse ao Presidente da Câmara dos Deputados. Pareciamais

um golpe, tão tradicional, tão clássico como o que aconteceu em 1954, quando Getúlio foi levado ao suicídio e entregaram o Governo para o Sr. Café Filho e depois para o Sr. Carlos Luz.

Na verdade, na verdade, surgiu um movimento no Rio Grande do Sul. No início, parecia um protesto, uma rebeldia, o direito de espernear daqueles que perderam. Mas o Dr. Brizola, que requisitou a Rádio Guaíba para os porões do Palácio Piratini, estabeleceu a chamada cadeia da Legalidade. Com o tempo, ele fez com que rádios do Rio Grande e de todo o Brasil transmitissem em cadeia, e lançou um movimento pela resistência física, democrática, convocando todas as forças a se unirem em torno da determinação de que quem teria que assumir a Presidência da República seria o Presidente João Goulart, e rejeitando o golpe dos três ministros militares.

Foi um movimento muito bonito.

Eu, jovem Vereador em Caxias, participei do movimento. Inclusive – como é que vou me esquecer! – até as milícias civis foram organizadas. Distribuíram-se armas aos cidadãos. Em Caxias, por exemplo, organizamos as milícias e, durante três horas por dia, jovens e pessoas de idade, homens e mulheres que se apresentavam como voluntários faziam exames, exercícios e recebiam orientações por parte dos militares de Caxias do Sul. Fiéis à Legalidade, preparavam-se para o que desse e viesse.

É impressionante como houve unanimidade no Rio Grande do Sul. É impressionante como todos os partidos, velhos e tradicionais adversários – adversários de 54, que tramaram o golpe e a morte de Getúlio, que fizeram o Golpe de 54 – se uniram, e todo o Rio Grande do Sul, por intermédio de todas as suas forças, políticas, militares, eclesiásticas, religiosas, uniu-se em torno da campanha da Legalidade. Deve-se esse mérito ao Governador Brizola, que teve uma atitude da maior competência, da maior coragem e da maior capacidade.

Houve momentos dramáticos nesse acontecimento, como, por exemplo, quando não se sabia qual seria o comportamento do General Machado Lopes, Comandante do 3º Exército, sobre quem pairava a dúvida se aderiria ou não ao movimento da Legalidade. Quando o Chefe da Casa Militar da Presidência da República mandou bombardear o Palácio Piratini, o Dr. Brizola, sua esposa, D. Neusa, e uma série de auxiliares se negaram a sair do Palácio. E ali ficaram, preparando-se para o que desse e viesse, mesmo que o Palácio fosse bombardeado. De repente, correu a notícia de que o General Machado Lopes, Comandante do 3º Exército, dirigia-se ao Palácio Piratini – e

as informações eram de que ele se dirigia ao Palácio para depor e prender o Governador Brizola. Ficaram todos preparados. O Dr. Brizola preparou-se para resistir. Havia, naquele momento, a expectativa de um conflito entre a Brigada Militar e a Tropa do 3º Exército. Mas, para surpresa geral, para alegria de todos, o General Machado Lopes tinha ido era prestar solidariedade. Disse que o 3º Exército, por unanimidade, estava solidário com o movimento da Legalidade, pela posse de João Goulart na Presidência da República. Foi um momento de grande euforia, de grande festa.

A partir daí, sentiu-se que o movimento estava a crescer e criava-se a expectativa da chegada de Jango para ver o que aconteceria. Jango, como disse, estava na China e iniciou um longo percurso de volta, sem ainda saber o que estava acontecendo no País. Na volta ao Brasil, passou por Montevidéu, onde desceu e recebeu os Parlamentares do Congresso Nacional que foram com ele dialogar.

O Congresso Nacional, sentindo o avitório do movimento da Legalidade, sentindo que era absolutamente inviável impedir a posse de João Goulart, pois poderia haver um movimento de confronto, com consequências imprevisíveis, houve por bem fazer um entendimento. Assim, sem mais nem menos, em uma madrugada, foi implantado o Parlamentarismo no Brasil.

Eu sempre fui parlamentarista. Desde criança, no Rio Grande do Sul, temos a idéia da importância, do significado do parlamentarismo. Mas que triste hora escolheram para implantar o parlamentarismo! Exatamente como uma forma de tapão para uma crise.

Tancredo Neves foi indicado pelo Congresso Nacional para se dirigir a Montevidéu e conseguir de João Goulart que ele aderisse e aceitasse a tese do parlamentarismo. Tancredo foi a Montevidéu e falou com o Dr. João Goulart, que então foi a Porto Alegre. Nunca vi tanta gente à frente do Palácio Piratini como naquela noite. O Dr. João Goulart chegou a aparecer na sacada do Palácio, acenou para o povo, mas não falou, pois ainda não tinha tomado nenhuma decisão. Houve uma certa decepção popular – reconheço – naquele momento. Travou-se então um longo debate entre Brizola e João Goulart. Brizola defendendo a tese de que Jango não deveria se sujeitar, pois lhe tinham cortado o mandato, lhe tinham cortado a autoridade, que ele havia sido eleito Presidente no sistema presidencialista e deveria ser empossado nesse mesmo sistema. Em meio às conversações, parece que Jango não aceitou. Entrou no avião que trouxe as autoridades para Brasília, e aqui foi empossado. Aceitou o regime parlamentarista e indicou o Presidente Tancredo Neves como seu Primeiro-Ministro.

Penso que recordar esse movimento é muito importante. Recordar a capacidade da classe civil, a começar pelo comando de Brizola no Rio Grande do Sul, recordar, enfim, a adesão que teve esse movimento é muito importante. Mostrar, quando se tem uma causa justa, uma liderança competente, que um trabalho pode ser feito igualmente muito importante. Afinal de contas, os ministros militares já tinham dado o golpe, dito que o Jango não assumia, e o Moura Andrade já tinha empossado o Ranieri Mazzilli como Presidente da República – não como presidente interino, mas como Presidente da República. Ele tinha sido empossado como Presidente. Arigor, o fato estava consumado. Arigor, não se tinha mais o que fazer.

No entanto, a sociedade civil organizada, a mobilização dos brasileiros, a começar pelo Rio Grande do Sul – as faculdades de Direito, as OABs, as Igrejas –, a sociedade, numa total e absoluta unanimidade, fez com que os militares tivessem que recuar, baixar a cabeça, e o Congresso teve que voltar atrás, anular a posse já dada ao presidente da República, dando posse ao verdadeiro Presidente, Dr. João Goulart.

É claro que houve o parlamentarismo. Creio que o Tancredo Neves foi um Primeiro Ministro de primeira grandeza, mas a verdade é que, desde o início, ninguém queria o parlamentarismo: a UDN não queria, porque tinha um candidato a presidente, que era o Lacerda; o PSD não queria, porque tinha um candidato a presidente, que era o Juscelino; ninguém queria o parlamentarismo. E foram boicotando e boicotando tanto que, quando chegou a hora da eleição para deputado, o que fizeram? Aprovaram um artigo, no regime parlamentarista, dispondo que todo cidadão que quisesse se candidatar a deputado deveria largar o cargo. Ministro, por exemplo, tinha que deixar o ministério para se candidatar a deputado. Tancredo Neves era primeiro-ministro, mas era deputado. Havia uma eleição, ele tinha que se candidatar a deputado, mas, para ser candidato a deputado, ele teve que renunciar ao ministério. E todos os que eram candidatos a deputado não podiam aceitar o novo ministério. E foi assim que se esvaziou o parlamentarismo. E o parlamentarismo caiu.

Porém, trago aqui a lembrança de uma data de festa: quero reconhecer a competência e a capacidade do Dr. Leonel Brizola como Governador do Rio Grande do Sul; da Assembléia Legislativa, pela sua unanimidade; pelas classes armadas do Rio Grande do Sul, o 3º Exército, que deu um exemplo extraordinário de unidade e de entendimento. Ali, posso dizer que, a exemplo de 1930, o Rio Grande do Sul esteve unido.

E falo também pela coincidência: hoje, na Câmara dos Deputados, houve uma sessão solene em

homenagem aos 47 anos de morte do Dr. Getúlio Vargas. Não sei por que não se fez no Senado, mas uso a palavra para trazer o meu respeito, a minha saudade e a minha admiração à figura de Getúlio Vargas.

Um momento fantástico viveu este País em 24 de agosto de 1954. Acho difícil encontrar, nos acontecimentos da política brasileira, um instante em que a Nação brasileira, em questão de um minuto, mudou tanto do ódio para o amor e do amor para o ódio. E foi a primeira vez, neste País, que ocorreu uma campanha orquestrada de toda a grande imprensa, comandada por Carlos Lacerda, para desmoralizar o Presidente da República.

A pretexto de um acidente ocorrido entre um segurança de Getúlio, que teria atirado em Lacerda, pisando em seu pé e matando um coronel da Aeronáutica, o Coronel Vaz, houve uma mobilização exigindo a deposição de Getúlio Vargas.

Getúlio lutou, esforçou-se, mostrando a sua inocência, determinando a apuração de tudo que havia acontecido. A Aeronáutica retirou do Congresso Nacional a apuração – havia uma CPI para apurar o episódio – e criou a República do Galeão. E lá, na República do Galeão, passaram a ouvir, atemorizadas, assustadas, as pessoas implicadas na questão.

Ali, naquele momento, não se preocupavam em buscar os responsáveis pela morte do Coronel Vaz ou os responsáveis pelo tiro no Sr. Lacerda. Ali se buscava, àquela altura, a deposição de Getúlio Vargas. Desde 1950, eles não admitiam a vitória, desde então não passava pela garganta dos militares e das elites da UDN que aquele Getúlio Vargas, que tinha sido deposto, que tinha sido mandado embora, que tinha ido para o exílio de Itu, que eles imaginavam que nunca mais voltasse, terminaria voltando numa vitória espetacular, derrotando todos eles. Isso eles não podiam aceitar, e o movimento foi fantasticamente intenso. Foi um dos movimentos mais terríveis, com o objetivo de demolir a imagem de um homem e desmontar um governo, comandado pelo Sr. Lacerda e companhia contra Getúlio Vargas. Ao final, quando Getúlio Vargas disse que se licenciava até que a verdade fosse apurada e os culpados encontrados, o seu Ministro da Guerra, que, na verdade, o estava traindo, negociando com os inimigos, disse, com a maior franqueza e a maior frieza: "Não, agora os militares não aceitam mais a sua licença; eles querem a sua renúncia e, na verdade, o senhor não voltará mais". Nesse momento, Tancredo Neves, um jovem Ministro da Justiça, com pouco mais de 30 anos, pede a palavra ao Dr. Getúlio e diz: "Presidente, o senhor me nomeie Ministro da Guerra agora, e demito toda essa gente e garanto a

sua posse". Foi quando Getúlio agradeceu, meditou e deve ter chegado à conclusão própria, deu a sessão por encerrada—sessão do Ministério que durou toda a madrugada — e retirou-se para seu quarto, onde veio a se suicidar, deixando o bilhete: "Nada mais posso fazer pelo povo brasileiro. À sanha dos meus inimigos, deixo o legado da minha morte". Deixou uma carta testamento, que até hoje se encontra na esmagadora maioria das cidades brasileiras, repetida no bronze, e que foi realmente um legado emocionante de conteúdo e de atualização.

Quando morreu Getúlio Vargas, Carlos Lacerda estava fazendo um movimento espetacular, que traria de São Paulo milhares e milhares de carros, automóveis e ônibus, convocando todos para invadirem o Catete e exigirem a queda de Getúlio Vargas. Quando o Repórter Esso noticiou a sua morte, foi impressionante a modificação que houve no Brasil. Em Porto Alegre, foi um terror. Nunca, nem antes e nem depois, houve uma revolta popular tão grande, tão intensa e tão profunda. Queimaram o **Diário de Notícias**, queimaram a Rádio Farroupilha, um dos instrumentos principais contra Getúlio Vargas. Queimaram a sede da UDN. Fizeram uma demonstração de mágoa, sentimento, dor e revolta que foi algo impressionante.

No Rio de Janeiro, então, não se conta. Naquela cidade, aquele povo, que ainda estava sob impacto daquelas notícias fantásticas de corrupção e outras a respeito do Dr. Getúlio Vargas, parece que acordou. Aquele povo sofreu, chorou, prestou um tributo até hoje não comparável, quando todo o Rio de Janeiro, a população inteira, do Catete ao Aeroporto Santos Dumont, levava, a pé, o caixão do Dr. Getúlio Vargas. Eu era criança, mas consegui uma carona em Porto Alegre e fui a São Borja assistir ao enterro do Dr. Getúlio Vargas. Pouco tempo depois, assistiria também ao enterro do Dr. João Goulart.

Ouvi ali o discurso de Tancredo, o discurso de Jango e, basicamente, aquele que nunca vou esquecer, que constitui uma das páginas mais fantásticas de minha vida: o discurso de Oswaldo Aranha. Prevendo que talvez fosse o candidato do PTB, Oswaldo Aranha fez um discurso desses a que assistimos uma vez na vida e outra na morte.

Morre Getúlio Vargas. É interessante assinalar que, no inventário deixado por Getúlio ele, que durante 15 anos foi ditador e, por 4 anos, Presidente da República, ficaram para seus filhos apenas as suas terras em São Borja, herdadas de seu pai. Aliás, bem menos do que herdou do pai, porque no Movimento de 1930 e em diversos outros, ele vendeu aos seus irmãos parcelas das suas terras. Portanto, repito, o que

ele deixou aos filhos foi muito menos do que ele tinha recebido da herança de seu pai. Isso ficou provado. Nenhum bem, nenhum apartamento, nenhuma casa, nenhum sítio, nem no Rio de Janeiro, nem em Porto Alegre, nem no Rio Grande do Sul, nem em lugar nenhum. E a imprensa falava na fortuna fantástica, no mar de dinheiro que teria sido acumulado pelo Dr. Getúlio Vargas ao longo dos 20 anos em que foi Presidente da República. Aliás, quem ler o diário de Getúlio Vargas constatará quão impressionante é essa escola de homens positivistas como foi ele, como foi Júlio de Castilho, como foi Borges de Medeiros. Impressionante como essas pessoas têm o sentido do dever, da dignidade, da correção, da seriedade, da firmeza. Eles não saem um centímetro para lado nenhum. Borges de Medeiros foi assim. Júlio de Castilho foi assim. Dr. Getúlio Vargas, durante toda a sua vida pública, foi exatamente assim.

Por isso, Sr. Presidente, quando estamos às vésperas dos 47 anos da morte de Getúlio e quando, coincidentemente, estamos festejando os 40 anos da legalidade, presto homenagem à memória de Getúlio e presto homenagem à legalidade e àqueles que, como o Dr. Brizola, fizeram a legalidade.

Eu poderia completar, Sr. Presidente: em 1954, osuicídio de Getúlio; em 1961, a legalidade; em 1964, a deposição de João Goulart. Impressionante como, com tudo aquilo que se fez, com a movimentação de forças que dobrou a grande imprensa e fez Jango assumir, essa gente não ficou para lá. A UDN, militares e companhia continuaram a agir, para finalmente conseguirem aquilo que a UDN nunca conseguiu pelo voto: chegar ao poder. Derrotaram o Brigadeiro, derrotaram o Brigadeiro novamente, nunca conseguiram eleger um Presidente. Queriam fazê-lo pelo golpe. Fizeram isso matando Getúlio, mas não levaram porque Lott garantiu que as coisas acontecessem. Fizeram isso derrubando Jango, mas aí, sim, levaram: os militares ganharam.

O que sobra da triste nostalgia disso tudo é que os militares levaram. Contudo, assim como cassaram o Juscelino do lado de cá, cassaram Carlos Lacerda do lado de lá o Lacerda que pensou que, dado o golpe, as Forças Armadas fariam o golpe para a UDN e para ele. Bem-feito! As Forças Armadas deram o golpe, mas, na hora, disseram: "Por que vamos botar esse cara, se podemos ficar nós?" E foram cinco generais que se perpetuaram no poder, fazendo com que a velha UDN terminasse por desaparecer, sem nunca ter conseguido chegar ao Governo.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento, levando meu pleito de saudade à memória de Getúlio Vargas e levando meu pleito de carinho e admiração à

figura do Dr. Leonel Brizola, porque temos de reconhecer que é nele que se deve configurar todo o respeito, toda a admiração e toda a saudade pelo movimento da legalidade, pois foi ele seu inspirador, o grande lutador e o grande vencedor.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Moreira Mendes, por até vinte minutos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no contexto dos projetos que integram o Programa Avança Brasil, um projeto, em particular, veio representar, para o povo de Rondônia, uma grandiosa ferramenta de desenvolvimento, além de atrair, desde logo, vultosos investimentos.

Refiro-me ao Gasoduto Urucu–Porto Velho.

A riqueza mineral da província de Urucu é extraordinária, e urge que se lhe dê melhor aproveitamento. Trata-se da maior produtora terrestre de petróleo do Brasil e a qualidade do óleo lá extraído é rara no País, de qualidade comparável ao árabe-leve, o melhor do mundo pelos padrões do Instituto Americano de Petróleo. Dos campos de Urucu, sai 95% da matéria-prima refinada pela Petrobras em Manaus, garantindo o abastecimento de combustível em todos os Estados da Região Norte.

No entanto, todo o gás natural extraído junto com o óleo, adequado para mover termelétricas e produzir energia, está ainda sem destino e vem sendo reinjetado nos poços. São 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia, suficientes para abastecer toda a Amazônia, relançados ao interior da terra. Na cotação atual, isso equivale a enterrar 1 milhão e 400 mil reais diariamente. Ou seja, a Petrobras perde quase 1 mil reais por minuto com o gás natural de Urucu porque ainda não tem como transportá-lo até os centros urbanos onde será consumido.

Por outro lado, Sr. Presidente, o abastecimento das termelétricas de toda a região com óleo diesel consome subsídios pagos pelo Tesouro Nacional da ordem de 460 milhões de reais por ano, situação que, conforme mandamento constitucional, deve se estender até 2013, a não ser que se possa substituir o diesel por gás natural.

A conta dessas perdas é paga por todos os contribuintes brasileiros, por duas formas. A primeira, a do subsídio direto, está embutida nas contas de luz, e alimenta a denominada "Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis para Sistemas Isolados" a C.C.C., rubrica do orçamento da Eletrobrás. O outro débito

corresponde às perdas da Petrobrás com o não aproveitamento do gás de Urucu, e acaba repassado aos preços cobrados por essa estatal na venda de derivados de petróleo.

Tudo somado, o Tesouro Nacional perde mais de 2 milhões e meio de reais por dia com a não utilização do gás natural da Amazônia. Perdem, também, os consumidores do Norte, que pagam, em média, uma tarifa de eletricidade, gerada a partir de óleo diesel, quase 60% acima do custo da energia produzida com gás natural, estimada em 60 dólares por megawatt/hora.

Por conta de tudo isso, a Petrobras iniciou, já em agosto de 1997, um ano ainda antes de começar a produção em escala comercial dos campos de Urucu, os trabalhos técnicos preparatórios para a construção do Gasoduto Urucu–Porto Velho. Naquela época, foram feitos sobrevôos, análise de imagens de satélites e fotos aéreas, estudos esses que possibilitaram a definição do trajeto preliminar do Gasoduto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como afirmei ao início desta fala, a perspectiva de chegada do gás natural ao meu Estado de Rondônia representa um horizonte de verdadeira redenção para a economia rondoniense. Ao possibilitar a substituição do óleo diesel nas usinas termelétricas, a chegada do gás alavancará nossa indústria, gerará milhares de empregos e reduzirá substancialmente a emissão de poluentes nos ares amazônicos, entre outros inúmeros benefícios.

Com essa perspectiva da chegada do gás natural, a Eletronorte e a iniciativa privada iniciaram vultosos investimentos nos Estados de Rondônia e do Acre com a finalidade de garantir o aproveitamento do gás e a transmissão da energia por ele gerada. É preciso enfatizar que esses dois Estados – que historicamente sempre tiveram problemas na área de geração e, portanto, oferta de energia – estão hoje praticamente livres dessa ameaça, graças a esses investimentos.

Em Porto Velho, Capital de Rondônia, estão sendo realizados, pela iniciativa privada, investimentos da ordem de aproximadamente 400 milhões de dólares na construção de uma termelétrica de 403 MW movida a óleo diesel, conversível para consumir gás natural. Já foi iniciada, também, a construção da linha de transmissão ligando Porto Velho a Rio Branco, no Acre, com derivação, a partir de Abunã, para a cidade de Guajará-Mirim, com investimentos da ordem de 100 milhões de dólares. Por fim, a Eletronorte já deu início à continuação do linhão de Ji-Paraná para Vilhena, no sul do Estado, a fim de interligar Rondônia ao sistema nacional. Com a conclusão dessa obra, Rondônia passará da condição de importadora para a de exportadora de energia elétrica.

No entanto, Sr. Presidente, apesar de já estarem em andamento todos esses investimentos, o início da construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho, que é uma das fases desse importante projeto de auto suficiência de energia para AC e RO, vem sendo obstado por escusos interesses privados homiziados sob a falsa capa de defesa do meio ambiente. É que, graças à tenaz oposição do cartel dos transportadores fluviais, sequiosos de manter os lucros que obtêm com o transporte de óleo diesel para as termelétricas, a Gaspetro S/A, empresa responsável pelo projeto do Gasoduto, tem enfrentado intransponíveis obstáculos na obtenção da competente licença ambiental.

Em atendimento à legislação ambiental, a Petrobras iniciou o envio de documentos ao Ibama em fevereiro de 2000, realizou reuniões e investiu elevados recursos financeiros. Em setembro passado, o Ibama emitiu o Termo de Referência, documento que autorizou a realização dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA). Após contratações diversas e reuniões com os órgãos ambientais dos Estados de Rondônia e Amazonas, o EIA e o RIMA foram entregues ao Ibama, no dia 23 de março de 2001, há exatos 152 dias. Dessa data em diante, o Ibama, que deveria marcar as audiências públicas para ouvir a sociedade, emudeceu.

Para minha surpresa, Sr. Presidente, encontrei na edição nº 169 da revista **Época**, à pág. 36, a razão do silêncio do Ibama – e peço que conste dos Anais. Refiro-me ao Ofício Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas) nº 288/01, no qual esse órgão estadual faz explícita ameaça ao Ibama, vazada nos seguintes termos, **ipsis litteris**: "recusamo-nos peremptoriamente a aceitar a construção do gasoduto citado, deixando claro que a eventual autorização por parte dessa autarquia comprometerá doravante todos e quaisquer entendimentos que venham a envolver a participação do Estado do Amazonas".

É inacreditável que, neste início do século XXI, na plena vigência do Estado democrático de direito, um ente da Federação ainda pretenda relacionar-se com a União sob a base de ameaças, de chantagens! Como se pode conceber que um órgão estadual chantageie uma autarquia federal, ameaçando com o comprometimento futuro de "todos e quaisquer entendimentos" que venham a envolver a participação daquele Estado?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Moreira Mendes?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Concedo um aparte ao ilustre Senador Tião Viana, do vizinho Estado do Acre.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Moreira Mendes, estou ouvindo, com muita atenção, o pronunciamento de V. Ex^a, o qual julgo de elevada importância, não só porque diz respeito ao impasse sobre a adaptação e a viabilização de um modelo energético inteligente, necessário e inadiável para a Amazônia ocidental – que envolve o Acre, Rondônia e outras unidades da Federação –, mas também à própria vida do povo da Amazônia. Sem dúvida, V. Ex^a conhece o quanto tem sido difícil o pagamento das contas de energia pelas famílias que vivem em nossos Estados. A energia termoelétrica é essencialmente cara e não atende à demanda de crescimento que venha beneficiar as indústrias. Agora, no Estado do Acre, com a ajuda da Eletronorte e da Eletrobrás, conseguimos implantar um modelo ainda com base nas termoelétricas, que nos dá a segurança de mais 10 anos de consumo, no ritmo de crescimento econômico-industrial previsto. No entanto, se quisermos ousar, não teremos condições de acompanhar, porque o custo é muito elevado. Penso que essa alternativa do gás de Urucu é a mais inteligente, e não há nenhuma objeção, do ponto de vista da inteligência humana, a que ela seja assegurada para os nossos Estados. Confesso a V. Ex^a o meu estarecimento com o fato de uma unidade federada se opor ao interesse regional de uma autarquia federal, pondo em risco a própria autoridade da União. Espero, sinceramente, que o bom-senso prevaleça, que haja uma revisão de procedimento, que o Ibama, em nenhum momento, abra mão do interesse regional ou nacional, nem se curve a qualquer tipo de chantagem, que, seguramente, representa um **lobby** que não está muito explícito nesse debate. Parabéns pelo pronunciamento, e a minha solidariedade absoluta a Rondônia e ao Acre.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que certamente vai enriquecer o meu pronunciamento modesto e verdadeiro.

Na verdade, o que existe são interesses não muito claramente expressos naquele ofício do Ipaam.

As relações das Unidades da Federação entre si e entre essas e a União Federal devem, necessariamente, fundar-se no respeito à Constituição e às Leis e no princípio da colaboração mútua. Fora disso, o que teremos é a lei da selva, a ameaça à cláusula pétreia consagrada no Art. 1º da Constituição, que define a República Federativa do Brasil como sendo "forma da pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal".

Damesma forma, é inacreditável que, neste momento histórico em que nosso país toma remédios amargos para superar o problema energético, neste momento em que nosso povo clama por ações públicas impessoais e honestas, neste momento em que investimentos já foram realizados e estão sendo realizados em nosso Estado, manobras provincianas e interesses privados venham a fazer refém o interesse de toda uma coletividade. É inacreditável que uma obra de tanto interesse para Rondônia, para o Acre e para o Brasil quanto o Gasoduto Urucu–Porto Velho seja retardada, enfrente empecilhos por conta, meramente, de interesses escusos.

Que sina a de Rondônia! Nesta última segunda-feira denunciei desta mesma tribuna a tentativa vil e sórdida de balseiros no sentido de inviabilizar a construção de ponte sobre o Rio Madeira, no Distrito do Abunã, tão importante para as populações de RO e AC.

Agora é a vez da manobra para inviabilizar o gasoduto.

É meu dever, portanto, direcionar luz a esse foco de escuridão.

A Petrobras – que, por meio de sua subsidiária Gaspetro, postula a licença para a construção do Gasoduto Urucu–Porto Velho – já realizou obras como o Gasoduto Bolívia–Brasil, com mais de 3.000 quilômetros de dutos atravessando cinco Estados brasileiros e dois Países. Na execução dessa obra, a Petrobras atendeu legislações diferenciadas e trabalhou sob acompanhamento de todos os órgãos estaduais de controle ambiental e do Ibama, além de submeter-se a um complexo sistema de auditorias ambientais de terceira parte, coordenadas por equipes do Banco Mundial. O empreendimento cruzou ecossistemas complexos – como os das áreas inundáveis do pantanal mato-grossense –, reservas indígenas e áreas de proteção ambiental, com resultados que atenderam e superaram as expectativas de todos os segmentos envolvidos com a obra.

Na Amazônia, em sua Unidade de Produção da Bacia do Solimões – UN-BSOL –, por exemplo, que atua na Província Petrolífera do Rio Urucu, a Petrobras foi a primeira empresa no mundo a conquistar simultaneamente as certificações internacionais de garantia da qualidade ISO 9001, de gestão ambiental ISO 14001, e BS 8800, de segurança e saúde, para todas as suas atividades, servindo a UN-BSOL de referência para as demais unidades da companhia. Além disso, a Petrobras implantou, também na Amazônia, o Gasoduto Urucu–Coari, construído no ano de 1998, fiscalizado e licenciado pelo Ipaam. Foram 285 quilômetros de dutos instalados na selva amazô-

nica, com base em procedimentos documentados e programas ambientais, tendo sido a primeira obra do gênero no mundo a conquistar a certificação pela norma ISO 14.001.

Os impactos gerados durante a construção do gasoduto Urucu–Coari – que atravessou 150 igarapés, sendo, portanto, um empreendimento de escala semelhante ao Urucu–Porto Velho –, foram de curta duração, sendo os cursos d'água totalmente restaurados para a configuração original, com proteção adicional proporcionada pelo plantio nos declives de suas margens. Essa afirmação pode ser facilmente comprovada *in loco*, ao longo de toda a faixa do gasoduto construído.

Do ponto de vista social, os benefícios de obras dessa natureza são consideráveis. Na construção do duto Urucu–Coari, a presença da Petrobras, com absoluto respeito aos valores culturais da região, traduziu-se em redução dos índices de doenças tropicais, melhoria das opções de transporte, melhoria da qualidade de vida e geração de empregos, benefícios obtidos por meio da atuação própria e de empresas contratadas, de investimentos em infra-estrutura ou mesmo por meio de convênios com universidades, instituições de pesquisa e outras entidades públicas ou privadas. O respeito às comunidades foi garantido na forma determinada no Código de Ética da Petrobras e auditado por entidade de terceira parte. Procedimento semelhante será adotado na obra Urucu–Porto Velho.

As reservas indígenas foram uma das preocupações na definição da proposta de traçado do Gasoduto Urucu–Porto Velho, tendo havido um laborioso trabalho de otimização e desvio, cuja extensão adicional custará cerca de 40 milhões de reais, buscando com isso preservar as etnias locais e os valores culturais da região.

Contrariando afirmações de que o gasoduto causa uma ocupação antrópica, desordenada e perversa, as imagens de satélite dos últimos três anos demonstram que não houve qualquer tipo de ocupação ou desmatamento decorrente da implantação do gasoduto Urucu–Coari. Essas imagens encontram-se disponíveis a qualquer tempo na Petrobras ou podem ser adquiridas junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Como proteção adicional, toda a faixa do gasoduto foi recomposta, sendo acelerados os processos de recomposição da cobertura vegetal. Na própria província de Urucu, a Petrobras investe somas consideráveis em transporte aéreo para todos os empregados, próprios e contratados, como forma de evitar a formação de qualquer núcleo urbano nas proximidades, contribuindo para a preservação dos ecossistemas amazônicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aos brasileiros e aos demais povos preocupados com a Floresta Amazônica a Petrobras demonstra que todos os cuidados foram tomados e que será vigilante no cumprimento dos procedimentos indispensáveis à execução dessa obra. Contudo, não posso admitir que argumentos de alta importância, como a questão ambiental, sejam desvirtuados para atender a interesses outros, impedindo que, em verdade, a natureza seja preservada, por meio da redução dos níveis de poluição, da oferta de novos postos de trabalho aos que sobrevivem da exploração da madeira, da aplicação em educação, saúde e segurança dos recursos advindos do fim dos subsídios.

No aspecto econômico, o Brasil economizará, ao ano, 60 milhões de reais, o Estado do Amazonas receberá, ao ano, 20 milhões de reais em ICMS e 4 milhões e meio de reais em **royalties**. Durante a construção, serão arrecadados outros 5 milhões de reais em impostos indiretos. Por fim, Rondônia terá condições de atrair novos investimentos, produzir uma energia elétrica ambientalmente mais limpa e tecnologicamente mais atualizada. Para a Eletronorte, a economia com a disponibilização do gás natural para uso nas usinas termelétricas seria da ordem de 446 milhões de reais.

Sr. Presidente, no último dia 27 de julho, a Medida Provisória nº 2.198-4 determinou em seu art. 8º, § 2º, inciso II que licenciamento ambiental para gasodutos seja concedido em 4 meses, ou seja, o prazo para licenciamento do Gasoduto Urucu-Porto Velho já foi ultrapassado em 30 dias e, caso as licenças não sejam emitidas ainda em setembro próximo, o inverno amazônico impedirá a continuidade dos trabalhos, retardando a conclusão em 12 meses.

Portanto, em defesa dos interesses de Rondônia e do Brasil, e, até mesmo, em cumprimento ao dispositivo legal, é imperioso que o processo de licença ambiental do Gasoduto Urucu-Porto Velho tenha condução célere e imparcial, para que não caia na vala do descrédito e sirva apenas para defender interesses menores. O retardamento da concessão dessa licença é prejudicial aos interesses do povo brasileiro, denigre a imagem do País, retarda o desenvolvimento de Rondônia, eleva o custo Brasil, atrasa a independência energética do meu Estado e provoca, aí sim, verdadeiros prejuízos ao meio ambiente.

A importância do Gasoduto Urucu-Porto Velho para a independência energética e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico-social dos Estados do Acre e Rondônia foi sobejamente demonstrada ao longo desta fala. As restrições à construção do Gasoduto não servem senão aos interesses do cartel dos transportadores fluviais, denunciados pela Revista Época. A Nota Informativa nº 083 da Diretoria de Controle Ambiental do Ibama explicita de maneira muito clara as inconveniências técnicas, eco-

nômicas e ambientais do transporte fluvial do gás natural de Urucu até Porto Velho em comparação com o transporte por gasoduto. O transporte fluvial, pelo menos nesse trecho, representa muito maiores riscos ambientais e absurdo encarecimento.

Nós, rondonienses, não opomos nenhuma objeção a que o Estado do Amazonas utilize o transporte fluvial para o abastecimento de suas termelétricas com o gás natural de Urucu. O que não podemos aceitar, porém, é que pressões espúrias inviabilizem a chegada do gás ao nosso Estado, até porque os recursos minerais, inclusive os do subsolo, constituem, conforme disposto no inciso IX do Art. 20 da Constituição Federal, bens da União, e não dos Estados onde estão localizadas. Exigimos respeito às peculiaridades locais e regionais e aos superiores interesses de Rondônia, e, para o nosso Estado, o gasoduto é a solução ideal sob os pontos-de-vista ambiental, técnico e econômico.

Sr. Presidente, a solução para esse impasse há de ser, necessariamente, o entendimento entre as partes envolvidas. Por isso mesmo, foi para mim motivo de regozijo tomar conhecimento, em recente visita que fiz ao Ibama, de que o Ministério do Meio Ambiente está criando uma Câmara Técnica Federal de Licenciamento e, por meio de instrução normativa, vai delegar poderes ao Ibama para criar grupo de trabalho do qual participarão os Secretários de Meio Ambiente dos Estados de Rondônia e do Amazonas, além de representantes de outras entidades, com a finalidade de se construir um caminho de entendimento que sirva aos interesses de ambos os Estados.

De minha parte, faço a proposta de que o transporte do gás natural de Urucu seja feito, no Estado do Amazonas, por meio de um sistema misto, com uma parcelado trajeto percorrida em gasoduto e o restante, em barcas. Já no que se refere ao meu Estado de Rondônia, o transporte por gasoduto é a solução técnica ideal. Trata-se de ter um mínimo de sensibilidade no sentido de respeitar as peculiaridades locais e regionais e os interesses de cada Unidade da Federação.

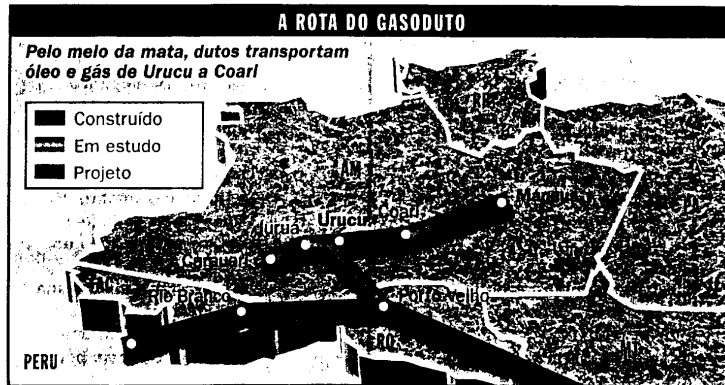
Manifestando, portanto, minha confiança em que o entendimento há de prevalecer, deixo aqui este apelo para que não seja mais retardado o início da construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho, e o meu repúdio aos escusos interesses privados dos transportadores que pretendem se sobrepor ao interesse público.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOREIRA MENDES EM
SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO:**

Negócios suspeitos na selva



Há uma teia de corrupção por trás do impasse na exploração do gás no meio da Amazonia

JOSÉ CASADO, DE MANAUS

Na mata cerrada, interada, só se vêem luz, sombras e movimento. O ar é puro, a temperatura média superior aos 35 graus Celsius e uma miríade de tons de verde povoa as margens do manso Urucu, afluente menor do Solimões, que desce do Peru para encontrar as águas do Rio Negro às portas de Manaus. Juntos passam a se chamar Amazonas, escoando sobre 6.800 quilômetros de terra até o Atlântico.

No centro da bacia hidrográfica do Solimões, o coração da selva, 900 pessoas se dividem no controle de 60 campos produtores de petróleo e gás da Petrobrás. Extraem um tipo de óleo raro no país, de qualidade comparável ao árabe-leve, o melhor do mundo pelos padrões do Instituto Americano de Petróleo. "É um diesel com gasolina", explica, sorrindo, José Marques, engenheiro-supervisor, enquanto atravessa a Ponte das Onças. Quando tudo começou, 15 anos atrás, os animais iam ao córrego beber água.

Os campos de Urucu foram descobertos em 1986. A produção em escala comercial começou 12 anos mais tarde. Deles sai 95% da matéria-prima refinada pela Petrobrás em Manaus. Garantem o abastecimento de combustível em todos os Estados do Norte.

Óleo e gás liquefeito (para cozinha) atravessam a mata em dutos que ligam Urucu a Coari, com 67 mil habitantes, 285 quilômetros a leste. Daí seguem para a refinaria na capital, armazenados em porões de navios e em tanques fixados no lombo de barcaças. Ainda sem destino, todo o gás natural extraído junto com o óleo, adequado para mover termelétricas e produzir energia, é reinjetado nos poços.

São 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia rejeitados ao interior da terra. Na cotação atual, isso equivale a en-

terrar R\$ 1,4 milhão diariamente. Ou seja, a Petrobrás perde quase R\$ 1.000 por minuto com o gás natural de Urucu porque não tem como levá-lo até Manaus.

Há um impasse sobre o gás do Amazonas. A estatal quer investir US\$ 300 milhões na construção de um gasoduto que ligue Coari à capital por 375 quilômetros de selva. O governo estadual, dono da concessão de exploração, bloqueou o projeto. Exige o transporte do gás por barcaças, forma ainda inédita no planeta. A chegada do gasoduto a Manaus afetaria interesses de um grupo de habituais financiadores de campanhas políticas locais. São empreiteiros, donos de estaleiros e de barcas, uma rede de negócios assentada em subsídios de R\$ 460 milhões anuais despejados pelo Tesouro. ►

O dinheiro paga o transporte e garante o abastecimento de óleo diesel, vital à geração de eletricidade em todo o Estado. De acordo com a Constituição, a canalização desses recursos federais para o Amazonas deve se estender até 2013. Só acabará antes se o diesel for substituído pelo gás natural.

A conta é paga por todos os contribuintes brasileiros, numa fatura de dupla face. A primeira, a do subsídio direto, está embutida nas contas de luz. Esconde-se no orçamento da Eletrobrás, sob o nome de Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis para Sistemas Isolados. O outro débito corresponde às perdas da Petrobrás com o gás de Urucu. Estão ocultas no preço cobrado pela estatal na venda de derivados de petróleo.

Tudo somado, o Tesouro perde R\$ 2,56 milhões por dia com o impasse na exploração do gás natural na Amazônia. Perdem, também, os consumidores do Norte. Em média, eles pagam uma tarifa de eletricidade, gerada a partir de óleo, quase 60% acima do custo da ener-

gia produzida com gás natural, estimada em US\$ 60 por megawatt-hora.

No centro dessa polémica está Amazonino Mendes, um político abrigado no PFL, de pouca visibilidade fora da Amazônia, porém o mais forte líder regional. Ex-prefeito de Manaus, duas vezes eleito governador, Amazonino construiu fortuna e um sólido domínio eleitoral nas duas margens do Rio Amazonas. Seu poder é perceptível em boa parte do Norte, muito além da fronteira do Estado. Montou uma rede de acordos políticos e de negócios a partir do orçamento crescente do Estado, que, triplicado desde o Plano Real, deu impulso às indústrias eletroeletrônicas da Zona Franca de Manaus. A arrecadação local saltou de R\$ 600 milhões para quase R\$ 3 bilhões anuais. Sua capacidade de influir, também, sobre as bancadas parlamentares de outros Estados como Acre, Rondônia e Roraima o transformou em peça-chave para o governo dentro do Congresso.

De baixa estatura, Amazonino guarda no rosto os traços típicos dos caboclos da região de Eirunepé, com menos rugas que a idade justificaria. Às vésperas de completar 62 anos, o governador amarga seqüelas do diabetes, é alvo da fúria da oposição local – que ele esmagou nas urnas nas últimas duas décadas – e está sob a mira da Justiça, da polícia e da Receita Federal. Construiu uma biografia na qual misturou política com negócios. Agora, no fim do mandato, se vê personagem central de uma série de investigações capaz de fazer inveja a outro expoente da cena regional, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). É acusado de evasão de divisas, enriquecimento

ilícito, corrupção ativa e passiva, peculato e improbidade administrativa, entre outros crimes. "Isso é comum no Brasil, é coisa do provincianismo político", desconversa.

Com o vice-governador, Samuel Hannan, ex-secretário da Fazenda e candidato do PMDB à sucessão estadual, Amazonino Mendes costurou uma eficaz aliança com empresários locais. Há dois anos impede a construção do gasoduto Coari-Manaus.►



IPAAM
Instituto de Proteção Ambiental
do Amazonas



OFÍCIO/IPAAM/P/N.º 288/01

Manaus, 10 de maio de 2001

Senhor Presidente,

recusamo-nos
peremptoriamente a aceitar a construção do gasoduto citado, deixando claro
que a eventual autorização por parte dessa Autarquia comprometerá doravante
todos e quaisquer entendimentos que venham a envolver a participação do
Estado do Amazonas.

Cordialmente,

ESTEVÃO VICENTE CAVALCANTI MONTEIRO DE PAULA
Presidente do IPAAM

Outra revisão

Amazonino fala de Marx e Guevara aos caboclos

Nos anos de chumbo da ditadura militar, Amazonino Mendes era um ardoroso militante comunista. Trêz (ele, em 1983 chegou ao poder na prefeitura de Manaus indicado como aliado do regime militar que combateria e que até o prendeu durante uma temporada. Hoje, abrigado no PFL, Amazonino olha para o futuro sem mandato. De novo, está irreconhecível. Em seus últimos discursos pelo interior do Amazonas, tem se preocupado em fazer sucessivas reverências a Karl Marx e Che Guevara.

ÉPOCA: O senhor mudou de novo?

Amazonino: É a evolução. Estou fazendo uma revisão histórica. Na economia, tivemos uma guinada para o liberalismo. Está na hora de voltar aos velhos ideais de liberdade que não podem ser sufocados. Por isso, tenho homenageado Marx e Guevara. Os caboclos entendem. Entenderam quando distribuí motosserras. Entendem a mudança e a defesa do ambiente.

ÉPOCA: Mas são muitas as denúncias...

Amazonino: É puro provincianismo. Tudo falsificação. Ousei fazer uma casa. Reuni todos os meus pertences para erguê-la. Não estou morando nela porque tem vazamento. Preciso corrigir isso. ►

Nessa teia de interesses político-empresariais, os personagens são os mesmos da sucessão de escândalos das últimas duas décadas sobre desvios de dinheiro tanto no governo do Amazonas quanto em agências federais, como as superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Zona Franca de Manaus (Suframa). Há quem identifique nesse quadro uma mecânica de apropriação de recursos públicos com lógica típica de "crime organizado", como define o procurador da República Mário Lúcio Avelar, do Tocantins, responsável pelas investigações sobre corrupção na Sudam. Na semana passada, a seu pedido, a Polícia Federal apreendeu em Manaus arquivos contábeis inteiros nas casas de alguns dos principais amigos, parceiros e habituais financiadores de campanhas eleitorais de Amazonino, Hannan e outros políticos, como o deputado federal Pauderney Avelino.

No bairro de Tarumã, onde Amazonino ergueu uma luxuosa mansão, a polícia entrou na casa de Otávio Raman Neves, seu amigo e um dos sócios da Ecopeixe e da Construtora Exata. Dali avançou para a Distribuidora Genal, principal contribuinte da campanha

de reeleição do governador e grande fornecedora de merenda escolar para o Estado. Concluiu a operação com o confisco de papéis das empresas Amazombec, Agropecuária Exata, Frigorífico Santa Maria e de David Benayon. Parte da elite do Norte, acostumada às relações obscuras com o Tesouro, começou a viver momentos de apuros. ■

Durante o discurso do Sr. Moreira Mendes, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana.

Durante o discurso do Sr. Moreira Mendes, o Sr. Tião Viana, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Exª será atendido no requerimento que fez, na forma do Regimento Interno.

Prorrogo a Hora do Expediente, por 15 minutos, para conceder a palavra aos oradores inscritos para comunicações inadiáveis. Em seguida, daremos início à Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Lúcio Alcântara, por cinco minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de aproveitar esse tempo para tratar de dois assuntos distintos, mas de grande importância para a Região Nordeste e para meu Estado e minha cidade.

O primeiro deles é sobre a instalação do Hospital Sarah Kubitschek no Ceará. Desde quando fui Deputado Federal, vinha lutando para conseguir instalar uma unidade da Associação das Pioneiras Sociais – então Fundação das Pioneiras Sociais – no Ceará, considerando a grande carência de tratamento especializado no meu Estado e na região e a excelência do serviço que essa instituição presta.

Finalmente, em 1991, quando fui Vice-Governador e Secretário de Saúde do Governador Ciro Gomes, consegui viabilizar a ida da Fundação das Pioneiras Sociais para o Ceará. O Governador doou um belo terreno, onde começou-se a erguer esse hospital, em 1992, salvo engano. Entretanto, decorridos quase nove anos do início dessa obra, somente há um ano o hospital ficou completamente concluído e equipado. Sucessivas vezes foram anunciadas datas de início do funcionamento do hospital, o que não aconteceu.

Eu gostaria de dizer, inclusive porque sou membro do Conselho da Associação das Pioneiras Sociais, que há uma descrença da população com relação ao funcionamento do hospital, motivo pelo qual temos sido cobrados reiteradamente. Já não me animo mais a falar, como porta-voz da Associação das Pioneiras Sociais, sobre a data de início do funcionamento do hospital no Ceará. O próprio Dr. Campos da Paz esteve na Assembléia Legislativa do meu Estado e afir-

mou que o hospital passaria a funcionar por ocasião dos meses de agosto ou setembro. A sociedade cearense está cobrando essa afirmação e já não acredita mais em data para o funcionamento do hospital. Se esse hospital tivesse sido construído em São Paulo ou no Rio de Janeiro, tenho certeza que já estaria funcionando, pois está completamente pronto, tanto no que diz respeito à construção como à instalação de equipamentos.

Portanto, apelo ao Presidente da Associação das Pioneiras Sociais para que se manifeste a respeito e coloque em funcionamento o hospital. Afinal de contas, levaram quase dez anos para construir e equipar essa unidade, que agora está pronta, mas não entra em funcionamento. Todos os Senadores presentes sabem o quanto somos acionados por pessoas que procuram tratamento em Brasília, no Maranhão, em Belo Horizonte ou em Salvador. E esse hospital tem capacidade para atender ao Estado do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Piauí.

Então, solicito que o Presidente das Pioneiras Sociais, Dr. Campos da Paz, coloque imediatamente em funcionamento esse hospital, porque a população do Ceará não aceita mais essa situação. A imprensa, as instituições da sociedade civil e políticos de todos os partidos cobram diariamente uma solução.

Eu faço aqui esse apelo, até porque estou numa situação desconfortável como membro do Conselho das Pioneiras Sociais.

O segundo assunto que trago a esta Casa diz respeito ao problema da antiga Sudene, substituída por uma nova agência de desenvolvimento do Nordeste. Eu sempre disse aqui que, em princípio, não via nada de mal em se extinguir um órgão para colocar no seu lugar algo melhor, mais moderno e mais eficiente. Infelizmente, acabaram com a Sudene e não colocaram nada no lugar. Rigorosamente, nada. Os projetos que estavam em andamento, que tinham sido aprovados, cujos desembolsos estavam acontecendo, estão suspensos. Nunca mais ocorreu nenhum desembolso a projetos que se encontram em andamento. Eu já estive com os Ministros Ramez Tebet, Pedro Malan, Aluisio Nunes e a todos mostrei que era impossível continuar com essa situação, que, de resto, é a da Sudam. Se há problemas a serem investigados, a serem examinados e culpados a serem punidos é uma outra questão. Mas estou informado – o Senador Roberto Freire aqui presente pode confirmar – de que, no caso, por exemplo, da Sudene, os funcionários já foram remanejados para outros organismos, outras repartições. Então, acabou-se a Sudene e não se colocou rigorosamente nada em seu lugar. O Go-

verno tem essa dívida com o Nordeste e precisa resolvê-la o mais rapidamente possível. Não estou aqui para defender um órgão anacrônico, com problemas que fossem, mas aquilo que se anunciava não aconteceu. Acabou-se a Sudene, extinguiu-se a Sudene, como a Sudam, e não se colocou em seu lugar rigorosamente nenhum outro órgão.

Trago aqui esse protesto e essa solicitação para que sejam implantadas, imediatamente, novas agências, a fim de dar-se curso a projetos que já estavam em andamento. Por exemplo, a Ferro norte está ameaçada de parar, por que não está havendo mais desembolso dos recursos pela Sudam, como não está havendo pela Sudene, estabelecendo-se, assim, uma paralisia em todos os projetos.

Sr. Presidente, eram esses dois assuntos, essas duas cobranças que queria deixar registradas aqui, pois realmente não há mais como esperar, decorrido já tanto tempo nas duas situações.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição, como Líder, para antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª será atendido após os pronunciamentos dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Álvaro Dias, que se inscreveram para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito para uma comunicação inadiável, de acordo com o art. 158 do Regimento Interno, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Exª disporá de cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, foi lançado ontem, em Brasília, um evento de extraordinária importância para a Amazônia.

Refiro-me à Amazontech 2001, evento que terá lugar de 20 a 25 de novembro na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

A Amazontech 2001 é um evento estruturado com a finalidade de promover o conhecimento e o desenvolvimento da Amazônia, a partir da perfeita integração: homem – meio ambiente – tecnologia.

O evento é uma parceria da iniciativa privada com instituições governamentais e tem abrangência

regional, atendendo aos Estados que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins, estendendo-se aos países fronteiriços da Amazônia Internacional, como a Venezuela, a República da Guiana, o Suriname, o Guiana Francesa, a Colômbia, a Bolívia, o Peru e outros.

Suas ações serão concentradas em atividades que evidenciem alternativas de desenvolvimento sustentável para a região, tendo como princípio o incremento da atividade empresarial, utilizando a tecnologia e o conhecimento científico no aproveitamento racional dos recursos disponíveis, sem agressões ao meio ambiente e o **modus** de vida do homem amazônico.

A Amazontech 2001 será uma grande vitrine de negócios, oportunidades e potencialidades de investimentos ecologicamente corretos e lucrativos, apresentados por meio de feiras, exposições, rodadas de negócios e de projetos, cursos e palestras, com a finalidade de abrir novos mercados, promover o intercâmbio de tecnologias e debater sobre o desenvolvimento sustentável da região.

A Amazontech 2001 é um empreendimento que tem como organizadores o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a Universidade Federal de Roraima.

Esse evento, que se realizará, em sua primeira versão, no Estado de Roraima, percorrerá todos os Estados da Amazônia, abrindo "novos rumos para a ciência, tecnologia e negócios sustentáveis".

Amanhã, dia 23, um novo evento de apresentação e lançamento da Amazontech 2001 ocorrerá em Palmas, no Estado do Tocantins. Vários outros eventos se seguirão para apresentação das oportunidades que se abrem para empreendimentos sustentáveis em toda a Região Amazônica.

Com entusiasmo, Sr. Presidente, registro esse empreendimento que, certamente, contribuirá fortemente para a mudança do perfil econômico da Região Amazônica, tão enaltecida, tão cantada em prosa e verso, mas pouco acolhida com empreendimentos efetivos de valorização de suas potencialidades.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero informar que estou dando entrada em uma proposta de emenda constitucional que trata de um assunto que foi aqui motivo de intenso debate: a questão dos cartórios de imóveis neste País; quando se definiu critérios para os emolumentos, as taxas que deveriam ser cobradas pelos mesmos. Minha proposta retira isso da órbita privada, embora se trate de uma gestão pública, para o Poder Público municipal e do Distrito Federal, ou seja, oficializando, estatizando os cartórios de registro de imóveis neste País, como aliás acontece em todo o mundo democrático e mais civilizado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Logo após a entrega da matéria à Mesa, providenciaremos a sua tramitação de acordo com o Regimento.

O próximo orador inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador Álvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de ontem, o advogado da CBF concedeu entrevista coletiva à imprensa para contestar noticiário a respeito dos trabalhos da CPI do Futebol, mais precisamente para contestar denúncias relativas às irregularidades praticadas pelos dirigentes da CBF. Não nos surpreendeu a tentativa de desqualificar a CPI, considerando-a inconstitucional. Essa tentativa já houvera, quando, logo no início dos trabalhos da CPI do Futebol, o advogado constituído pelo Presidente do Flamengo, Sr. Edmundo dos Santos Silva, impetrou ação no Supremo Tribunal Federal tentando dissolver a CPI, impedindo-a de realizar os trabalhos de investigação, considerando-a inconstitucional.

Liminarmente, o Supremo Tribunal Federal não considerou essa ação, entendendo-a inepta, porque a CPI do Futebol, realmente, não é inconstitucional. Alegam os representantes da entidade, por intermédio de seu advogado, que a CBF não é uma entidade pública. Já nos reportamos a esse tema, inclusive desta tribuna. A CBF é uma instituição civil de direito privado que tem função pública, administra o futebol brasileiro por outorga de lei delegada – e, como tal, deve estar sujeita à fiscalização do Poder Legislativo – e administrar recursos oriundos, sobretudo, da Seleção Brasileira de Futebol, que é parte do patrimônio cultural do povo brasileiro, conforme estabelece a Constituição do País. São, portanto, receitas, compul-

soriamente, de natureza pública, o que nos leva a concluir que a CBF deve, inclusive, ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União.

É claro que aqueles que apostam na anarquia e na desorganização do futebol para a prática da corrupção, aqueles que, à sombra das entidades e dos clubes, praticam delitos, enriquecendo-se desonestamente, jamais aplaudiriam a instalação de qualquer comissão parlamentar de inquérito. Mas nós temos a responsabilidade. Afinal, o Poder Legislativo elabora a legislação sobre o desporto no País e, como tal, deve fiscalizá-lo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a CPI não teve e não tem o propósito de realizar algum tipo de prejuízo. Ao contrário, tem oferecido a oportunidade ao contraditório, que é básico no sistema democrático. No Estado Democrático de Direito, o contraditório é essencial, e a Comissão Parlamentar de Inquérito tem oferecido oportunidade de defesa a todos aqueles que estão envolvidos pelas investigações.

No dia 2 de outubro, aqui estará – ou pelo menos está convocado para esse fim – para prestar depoimento o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, que terá oportunidade de confrontar os documentos, os números da contabilidade e da movimentação financeira e fiscal e de contestar os investigadores da CPI, que chegaram a fatos que nos levam a indícios fortíssimos de vários crimes cometidos contra a ordem tributária nacional e o sistema financeiro nacional, implicando evasão de divisas, sonegação fiscal, elisão fiscal, lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito. Portanto, Sr. Presidente, uma verdadeira seleção de delitos praticados à sombra da entidade maior do futebol do nosso País.

Concluindo, Sr. Presidente, esperamos que o relatório final, a ser apreciado pelo Senado Federal e encaminhado ao Ministério Público Federal, possa oferecer condições para todos os procedimentos que nos levem à responsabilização civil e criminal dos envolvidos em delitos praticados na administração do futebol brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Como Líder, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, do PSB do Rio de Janeiro.

S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Argentina finalmente recebeu a sua ajuda, dimensionada para evitar o colapso a curto prazo, dentro daquilo que já era esperado internacionalmente. Ainda não se conhecem em deta-

lhes as condições dessa nova intervenção do Fundo Monetário, mas parece que há exigências muito pesadas, como arrochos fiscais sobre as Províncias, e os governadores estão inquietos e revoltados. O fato é que ainda não se conhecem na íntegra essas condições negociadas com o Fundo Monetário Internacional.

O que todos sabemos – nós, os argentinos, o mundo inteiro – é que essa ajuda, que, como sempre, veio gotejante, é feita para evitar um colapso a curto prazo, mas não para resolver o problema econômico, especialmente cambial, em que a Argentina se encontra. Todos sabem que a questão está no câmbio, e que, para manter o câmbio rígido, praticamente dolarizado, não tendo, na sua economia, produtividade comparável à dos países mais ricos do mundo, a Argentina está condenada a ter déficit perene em seu balanço de pagamentos e tender sempre para a insolvência. Então, todos sabem que essa é a grande expectativa do mercado internacional.

O que não se sabe, Sr. Presidente, é a respeito da negociação de aspectos particulares que ainda não vieram a lume, mas que estão implícitos nas declarações do Ministro Cavallo e do Vice-Ministro Daniel Marx. Isso não está no noticiário, mas a demora, a angústia e o aperto infligidos aos argentinos tiveram um propósito que é um recado: "Não haverá mais acordo desse tipo com a Argentina. A situação tornou-se inviável. Estamos concedendo essa ajuda para evitar o colapso, porém a Argentina agora terá que tomar decisões mais drásticas".

O caminho apontado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Tesouro americano é o da integração da economia argentina com a economia americana, ou seja, é no sentido de a Argentina ser a pioneira de um acordo interamericano de uma área de livre comércio. É a integração que o Governo Bush quer. Para isso, ele vai utilizar-se da fraqueza Argentina, da sua dependência e inviabilidade para, indiretamente, pressionar o Brasil e obter também do nosso País a aquiescência para a participação na Alca. A Argentina será obrigada a pressionar o Brasil a integrar o Mercosul à economia americana. Esse é o objetivo da gestão do Presidente George Bush.

Diante dessa inviabilidade, a Argentina terá que tomar uma decisão: ou o Governo de la Rúa desvaloriza o peso e, por conseguinte, desdolariza-se também e dá o grito de independência – e todos sabemos da sua dificuldade em tomar essa decisão, porque isso poderia levar o seu país a uma quebradeira, tal o estado de endividamento das empresas argentinas em dólar, e o que é muito difícil também pelas suas

fracas condições políticas, pois se trata de um governo que se dobrou, que já concedeu o que não podia politicamente –, ou, então, acaba cedendo totalmente e integra-se economicamente aos Estados Unidos.

Nessa operação, evidentemente haverá consequências muito graves para o Brasil. É esse o aspecto que quero ressaltar aqui. O Brasil, até agora, tem ajudado a Argentina, com a concordância da opinião pública nacional. Todos sabemos da importância fundamental da integração do Brasil com a Argentina como início de uma integração do continente sul-americano. A nossa indústria tem feito certos sacrifícios para favorecer essa integração. Porém, em um momento grave como este, diante da situação de encurralamento em que o país irmão está colocado, o Brasil também tem que desenvolver um outro tipo de política e exercer a sua pressão para levar a Argentina a rejeitar a pressão americana e a integrar-se mais ao Brasil. Vamos inclusive estudar e preparar, em prazo razoável, o estabelecimento de uma moeda comum.

Devemos aproveitar todo o impulso já dado ao Mercosul para atingir metas mais avançadas e impedir a entrega da Argentina aos Estados Unidos da América, o que significaria o fim do Mercosul e o início de um processo muito mais rigoroso de integração de toda a América na Alca.

É claro que o Brasil pode rejeitar a proposta. O Brasil tem condição de subsistir como Nação, dada a sua dimensão e o potencial do seu mercado interno. O Brasil pode resistir a isso e deverá fazê-lo, acredito, porque esse é o grande desejo da opinião pública brasileira. Porém, é preciso reconhecer a gravidade da questão, como ela se apresenta diante da explícita pressão americana pela integração, e o que o Brasil pode e deve fazer, aproveitando o seu relacionamento com a Argentina, para impedir que o país irmão se entregue totalmente e para que ele realize conosco a integração. Devemos buscar a ajuda de outras nações, buscar fórmulas, enfim, para aprofundar o Mercosul.

Tudo isso, Sr. Presidente, está-se passando num cenário internacional que, por outro lado, é altamente desanimador. O Federal Reserve, o Banco Central americano, mais uma vez, baixou a taxa de juros para 3,5% – o ponto mais baixo dos últimos anos –, denunciando que a economia americana continua em declínio, prognosticando uma recessão mundial. O Japão já desceu a taxa de juros a zero e não consegue reativar a sua economia. Enfim, o cenário internacional é desfavorável e desanimador.

Essa nova configuração da situação argentina deve nos preocupar muito mais. O Governo brasileiro deve evidentemente mudar a sua orientação, porque ele continua insistindo nas privatizações, a exemplo do escândalo do Paraná; continua tratando a questão do superávit primário com o mesmo rigor e, por último, quer conceder esse ridículo aumento para os servidores públicos.

É preciso que o Congresso Nacional tome a iniciativa de fazer mudanças que o Governo não mostra disposição para fazer, porque o cenário mudou, agravou-se internacional e regionalmente com a pressão que a Argentina está sofrendo. Aquele país será levado, muito provavelmente, a uma rendição que atingirá o Brasil e que trará consequências muito negativas para o nosso País. Essa é que é a verdade!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Eduardo Dutra, como Líder, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meu nome e em nome do meu Partido, eu gostaria de prestar solidariedade aos servidores públicos federais que iniciam um movimento que objetiva garantir a reposição das perdas salariais impostas há sete anos.

A decisão do Governo de propor um reajuste de 3,5%, na verdade, é um escárnio aos servidores públicos do nosso País, pois a grande maioria deles não recebe qualquer reajuste há aproximadamente sete anos.

O Governo tentou não obedecer a uma imposição constitucional, já que a proposta de emenda constitucional da reforma administrativa, aprovada nas duas Casas, inclusive, nesse caso específico, com o voto favorável da bancada governista, estabelece a obrigatoriedade de reajustes salariais anuais para os servidores públicos.

Inicialmente, o Governo tentou fingir-se de morto com relação a esse dispositivo constitucional, mas, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o princípio estabelecido na Constituição deveria ter aplicação imediata. O Governo, então, enviou essa proposta, absolutamente ridícula, de aumento de 3,5%, para dizer que está cumprindo a Constituição. Disse ainda que diversas categorias, que um sem-número de servidores públicos teve reajuste nesse período. Porém, há controvérsia, inclusive em relação ao número de servidores que teve reajuste

nesse período. Independentemente disso, o fato incontestável é que a maioria absoluta dos servidores públicos federais não teve qualquer reajuste salarial nos últimos sete anos. Portanto, o índice de 3,5% é um escárnio, e a greve é absolutamente justa e necessária. Por isso, merece a solidariedade do nosso Partido.

Registro inclusive que, segundo informações dos jornais de Sergipe, nosso Estado – meu e de V. Ex^a, que, neste momento, está presidindo a sessão –, diversas categorias de servidores estão aderindo a essa greve. No caso de Sergipe, servidores da DRT; da Fundação Nacional de Saúde; da Escola Técnica Federal; da Uned, no Município de Lagarto, e da Escola Federal Agroterra, de São Cristóvão, além de servidores técnicos da Universidade Federal de Sergipe, que, a exemplo de diversos outros Estados, já estavam em greve.

Além disso, segundo informações, hoje haverá assembleias dos servidores do Ibama, do Incra, do DNER, do Ministério da Agricultura e da Receita Federal, que poderão também aderir a essa greve absolutamente justa, que, como eu já disse, merece todo o nosso apoio e solidariedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Apelo às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que venham ao plenário, uma vez que, daqui a pouco, estaremos dando início à votação nominal com efeito administrativo.

Sobre a mesa, propostas de Emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25 DE 2001

Altera o art. 236 da Constituição Federal para vincular os cartórios de registro de imóveis ao serviço público municipal e do Distrito Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado do Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 236 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“§ 4º Ficam excetuados os serviços de registro de imóveis, que mediante lei esta-

dual ou da Câmara Legislativa, serão exercidos diretamente pelos Municípios ou pelo Distrito Federal". (AC)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 236 da Constituição Federal determina que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público. O dispositivo requer interpretação serena, e não açodada, porque a delegação não pode ser de natureza compulsória, pois se assim fosse a atribuição notarial só poderia ter natureza privada, necessariamente.

Sendo assim, a exegese do dispositivo constitucional revela antinomia flagrante, posto que a delegação de competência caracteriza-se pelo exercício de uma faculdade, e não pela compulsoriedade. O poder público tem a faculdade de delegar poderes, dentre os de seu domínio, mas não o dever ou a obrigação de delegar.

Diante disso, impõe-se o aprimoramento da redação do referido art. 236, pois é imprópria, por antinômica, a interpretação que lhe tem sido dada, de que os serviços notariais devem ser exercidos exclusivamente em caráter privado, por força de delegação.

Os serviços notariais afiguram-se como benesses injustificáveis, resquício patrimonialista da época em que os príncipes premiavam seus leais com prebendas. Recentemente, participamos de discussões polêmicas sobre gratuidade das certidões de nascimento, quando se procurava afirmar o direito cidadão de se possuir o registro sem ônus e, de outro lado, desenhavam-se resistências pelos cartórios. Certamente, se fosse o poder público o emissor das certidões e responsável pelos serviços notariais, seria fácil aplicar a gratuidade, a partir da colaboração com a rede de saúde pública. Esse é apenas um exemplo dos males acarretados por essa instituição ultrapassada do cartório.

No caso específico dos serviços de registro de imóveis, em todo o País há de número de práticas de irregularidades, como o ilustram a recompra dolosa, a retrovenda sem a realização da edificação pactuada e com o objetivo de percepção de valores a título de reparação de danos, além de inúmeras outras fraudes quotidianamente perpetradas contra o poder público, muitas delas sob a leniência ou o compadrio dos tabelães.

Portanto, esses serviços não só oneraram a transferência da propriedade, permitindo também a ocupação privada sem gerar em contrapartida benefícios públicos; como também retiraram dos agentes públicos a capacidade de impor tributos, pelo privilégio da informação de que se beneficiam esses entes privados.

O objetivo desta Proposta é adaptar o texto constitucional a fim de entregar ao poder Municipal a prerrogativa de registrar imóveis, mediante legislação estadual ou distrital, no caso do Distrito Federal, reafirmando o direito cidadão e ampliando a esfera pública onde ela deve de fato atuar.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2001. – Senador **Roberto Freire – Sebastião Rocha – José Fogaça – Álvaro Dias – José Agripino – Nabor Júnior – Lauro Campos – Paulo Hartung – Geraldo Cândido – Emília Fernandes – Carlos Wilson – Bello Parga – Leomar Quintanilha – José Alencar – Juvêncio da Fonseca – Roberto Saturnino – Pedro Simon – Heloísa Helena – Jonas Pinheiro – Antonio Carlos Valadares – Maguito Vilela – Tião Viana – José Eduardo Dutra – Lúcio Alcantara – Ademir Andrade – Marina Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

Constituição da República Federativa do Brasil

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público.

§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

§ 2º Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2001**

Altera o art. 5º da Constituição Federal para permitir a convocação, pelo Congresso Nacional, dos dirigentes máximos de entidades encarregadas da regulação da prestação de serviços públicos, bem como o encaminhamento de requerimento de informações às mesmas autoridades.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 6º da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O **caput** do art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, titular de órgão diretamente subordinados à Presidência da República ou dirigente máximo de entidade encarregada da regulação da prestação de serviços públicos para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

Justificação

A quebra dos monopólios e o processo de privatização trouxeram uma nova função para o Estado brasileiro, a de atuar, de forma efetiva, na fiscalização e regulação dos serviços públicos, agora prestados, em grande parte, por empresas privadas.

Para se desincumbir dessa obrigação, a Administração Pública instituiu uma nova entidade, a agência reguladora, caracterizada como uma autarquia em regime especial, com papel normativo e fiscalizador e dotada de autonomia, não estando subordinada diretamente à hierarquia administrativa ordinária.

Essa novidade traz sérias consequências para o papel fiscalizador do Congresso Nacional, uma vez que os dirigentes das agências reguladoras são detentores de mandato e não estão submetidos ao seu Ministro de Estado supervisor, única autoridade que, de acordo com a vigente Carta Magna, tem obrigação de comparecer perante os órgãos do Poder Legislativo para prestar esclarecimentos a respeito das matérias sob sua área de competência, bem como de responder a requerimento de informações.


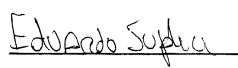
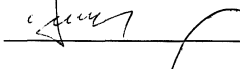
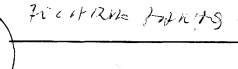




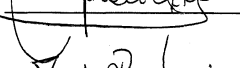
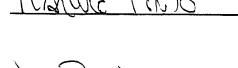
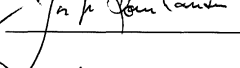


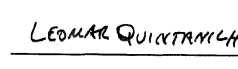


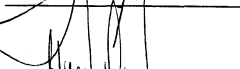
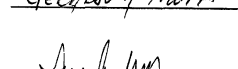
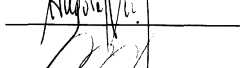
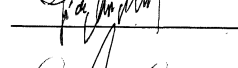
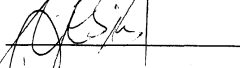

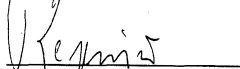
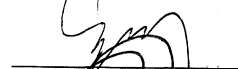


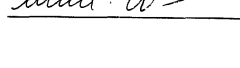

Faz-se, assim, necessário, para adequar a Constituição à nova realidade, alterar o seu art. 50,

para permitir a convocação, perante as Casas do Congresso Nacional e suas Comissões, dos dirigentes máximos das agências reguladoras, uma vez que, conforme dito acima, essas autoridades, do ponto de vista de sua autonomia funcional, têm **status** até superior à dos Ministros de Estado, já que não podem ser demitidas **ad nutum**. Desse forma, a não previsão da possibilidade de o Poder Legislativo exercer a sua capacidade fiscalizadora diretamente sobre eles acaba se revelando uma séria limitação a que este Poder possa desempenhar, de forma adequada, as suas atribuições.

Em razão disso, submetemos a esta Casa a presente proposta de emenda à Constituição, que visa a permitir a convocação dos dirigentes das agências reguladoras para prestarem informações à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, bem como o envio de requerimento de informações a essas autoridades.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2001.

continuação das assinaturas

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA

Constituição da República Federativa do Brasil

.....
Art. 50. (*) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – As propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 459, DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 1999, de minha autoria, que Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que “dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências”, para tornar obrigatório o uso de coletes salva-vidas na navegação interior, que se encontra tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — CCJ, desta Casa.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2001. — Senador **Carlos Patrocínio**, (Sem partido — TO)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) — O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos dos art. 256, § 2º, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 368/01

Brasília, 15 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro — PPB, os Depu-

tados Eliseu Moura, como titular, e Cunha Bueno, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, que “instituiu Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira — ICP — Brasil, e dá outras providências”.

Atenciosamente. — Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 391/01

Brasília, 15 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro — PPB, os Deputados Herculano Anghnetti, como titular, e Pedro Corrêa, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.202-1, de 26 de julho de 2001 que, “Dispõe sobre o ressarcimento das contribuições para os Programas e Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PIS/Pasep e para a Seguridade Social — COFINS incidentes sobre insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação”

Atenciosamente, — Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

OF. Nº 128/2001 — 51ª LEGISLATURA

Brasília, 22 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Venho por meio deste solicitar a Vossa Excelência a retirada do Senhor Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA), indicado pelo Partido Verde, da composição da Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.156-4.

Agradeço e coloco-me à disposição.

Atenciosamente. — **Fernando Gabeira**, Deputado Federal — RJ.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que, nesta data, estou desligando-me do Partido Popular Socialista — PPS e filiando-me ao Partido Trabalhista Brasileiro — PTB.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2001.— Senador **Carlos Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Sr. Presidente da República adotou, em 17 de agosto de 2001, e publicou, no dia 20 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 2.208, que "Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Renan Calheiros
Nabor Júnior

José Alencar
Juvenciota Fonseca

PFL

José Coelho
Maria do Carmo Alves

Lindberg Cury
Moreira Mendes

Bloco (PSDB/PPB)

Sérgio Machado

Leomar Quintanilha

Bloco de Oposição (PT/PDT/PPS)

José Eduardo Dutra

Paulo Hartung

PSB

Ademir Andrade

Roberto Saturnino

PTB

Arlindo Porto.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PSDB

Jutahy Magalhães
Narcio Rodrigues

Sebastião Madeira
Carlos Batata

Bloco (PFL/PST)

Inocência Oliveira
Abelardo Lupion

Ariston Andrade
Corauci Sobrinho

PMDB

Geddel Vieira Lima

Albérico Filho

PT

Walter Pinheiro

Aloizio Mercadante

PPB

Odelmo Leão

Gerson Péres

PTN

José de Abreu

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 22-8-2001 – designação da Comissão Mista;

Dia 23-8-2001 – instalação da Comissão Mista;

Dia 25-8-2001 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Dia 3-9-2001 – prazo final da Comissão Mista;

Dia 18-9-2001 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 673, de 1999, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *instaurou a Certidão de Débitos (CD) a ser expedida pelos serviços de proteção ao crédito, estabelece prazo para exclusão de registro de inadimplência regularizada e dá outras providências*.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MENSAGEM Nº 130, DE 2001

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Hugo Napoleão, sobre a Mensagem nº 130, de 2001 (nº 477/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Henrique Pereira da Fonseca*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer a de Embaixador junto à República da Estônia.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 829, DE 2001-CRE

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Relator da indicação é o Senador Hugo Napoleão, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para acumular, com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

Ele foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores por 15 votos a favor e nenhum voto contrário, nenhum voto em branco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – **Item 2:**

MENSAGEM Nº 137, DE 2001

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e De-

fesa Nacional, Relator: Senador Valmir Amaral, sobre a Mensagem nº 137, de 2001 (nº 526/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Vera Pedrosa Martins de Almeida*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 830, DE 2001-CRE

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Relator é o Senador Valmir Amaral, que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sr^a Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

O nome da Sr^a Vera foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores por 15 votos a favor e nenhum voto contrário, nenhum voto em branco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em discussão o parecer.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra para discutir.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Sr^a Vera Pedrosa Martins de Almeida, que está sendo indicada para ocupar a Embaixada brasileira na Dinamarca, tem um currículo absolutamente inquestionável e é filha de Mário Pedrosa, uma das figuras mais importantes do nosso País, um intelectual no sentido mais amplo da palavra e, além de tudo, um militante político. Ele foi o portador da ficha de filiação nº 1 do Partido dos Trabalhadores, além de ter sido militante do antigo Partido Comunista e figura de destaque em diversos ramos do conhecimento humano, inclusive das artes.

Provavelmente, quando a Sr^a Vera nasceu – 2 de janeiro de 1936 –, seu pai, Mário Pedrosa, estava na clandestinidade, perseguido que era pela ditadura de Getúlio devido ao seu envolvimento no movimento

que acabou entrando para a História do Brasil com o nome de Intentona Comunista.

Faço esse registro porque votamos, com muita satisfação, pela aprovação do nome da Dr^a Vera Pedrosa Martins de Almeida, filha de Mário Pedrosa, para ocupar o cargo de Embaixadora na Dinamarca.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consulto V. Ex^a se o Item 3 também está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Ele entrará em discussão logo em seguida.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – **Item 3:**

PARECER Nº 746, DE 2001

(Escolha de autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 746, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Waldeck Ornelas, sobre a Mensagem nº 161, de 2001 (nº 710/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer*, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de 2 anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mércio Felsky.

Em discussão o parecer.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha, do PDT do Amapá, para discutir.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade sou favorável à indicação do Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, sem nenhum problema. Acredito que o parecer esteja perfeitamente adequado.

O que me faz pedir a palavra para discutir esse item da pauta é o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, em si.

O Governo está pretendendo instituir a Agência Nacional de Defesa do Consumidor, iniciativa que considero importante e muito interessante. Numa primeira análise, certamente ela irá beneficiar o consumidor em geral, principalmente agora quando se veicula que produtos estão sendo adulterados quanto a peso e volume. Estão sendo investigadas denúncias de que esses produtos mantêm o mesmo preço, mas que suas embalagens contêm menor peso ou menos unidades, dependendo da sua forma de apresentação.

A Agência Nacional de Defesa do Consumidor pode ter uma ação muito mais eficaz do que a do Cade nas áreas de Direito Econômico e de defesa do consumidor, bem como nas questões sociais.

A observação que faço extrapola o problema das embalagens, alcançando o caso da Ambev, Sr. Presidente.

Nos próximos dias, apresentarei requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para que seja realizada uma audiência pública com o objetivo de discutir o acordo de criação da Ambev, que, no meu entendimento, Sr. Presidente, vem descumprindo cláusulas essenciais para a harmonia do setor de bebidas nacional. E o Cade é o responsável por isso.

Por essa razão, aqui estou debatendo esta matéria.

Sr. Presidente, faço um apelo ao Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, que agora ingressa no Cade, para que tenha essa atribuição de examinar a questão da Ambev. A Ambev vem constrangendo, vem atropelando os distribuidores de bebida, principalmente os das marcas Antartica e Skol, e isso tem que acabar! Para se ter uma idéia, distribuidores, por exemplo, do Amapá e do Pará, que antes compravam a cerveja Antartica em Manaus – a cerveja era transportada pelo rio Amazonas até o Amapá e o rio Jari –, hoje têm que adquiri-la em Teresina com um transbordo, porque a carga sai de carreta de Teresina, depois tem que ser transferida para as balsas do rio Amazonas, para, posteriormente, desembarcar no local de destino, onerando substancialmente o preço final da cerveja.

O Cade deveria ser um órgão fundamental para que houvesse esse equilíbrio, essa harmonia, nesses atores, nesses cenários em que se questionam os cartéis, por exemplo. E a Ambev, lamentavelmente, tem se transformado, nos últimos meses, em um ver-

dadeiro cartel de controle e de cerceamento do direito livre dos distribuidores e do consumidor.

Por essa razão, Sr. Presidente, espero que o Cade, como um todo, e o seu novo Conselheiro, examinem, com profundidade, essa questão da Ambev.

Espero ter o apoio da Comissão de Assuntos Econômicos, para que possamos realizar, no âmbito dessa importante Comissão, uma audiência pública sobre esse problema provocado hoje pela Ambev, que se transformou em um verdadeiro cartel, como eu disse anteriormente.

Peço a anuência de V. Ex^a, por que ainda vou votar, já que a votação está sendo feita na forma de esfera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares.) – V. Ex^a será atendido.

Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação das matérias.

De acordo com o disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, a votação deve ser procedida por escrutínio secreto.

Os votos e as sobrecartas encontram-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores na cabine indevassável. Há três urnas em frente à mesa, identificadas por todos os Senadores que forem votar.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação secreta)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Apelamos às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes para que compareçam ao plenário para votarem, porque daqui a pouco encerraremos a votação das matérias constantes na pauta com voto secreto.

O não-comparecimento a esta votação terá efeito administrativo.

A votação que estamos a proceder é prevista no art. 383 do Regimento Interno, que diz:

Art. 383. Na apreciação do Senado sobre escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

I – a mensagem, que deverá ser acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu **curriculum vitae**, será lida em plenário e encaminhada à comissão competente;

II – a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a três dias, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao de-

sempenho do cargo a ser ocupado (Const., art. 52, III);...

Ainda reza o Regimento, em seu art. 383:

VII – o parecer será apreciado pelo Plenário em sessão pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto;...

Já o parágrafo único do mesmo artigo prevê:

Parágrafo único. A manifestação do Senado e das comissões sobre escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente será procedida em sessão e reunião secretas (Const., art. 52, IV).

Encerraremos a votação em três minutos.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, Presidente em exercício.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Estamos em processo de votação, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Mas não há o que encaminhar. Estamos em processo de votação. Concederei a palavra a V. Ex^a após a votação. Após a votação, V. Ex^a falará. Agora, estamos em processo de votação, e não há mais o que encaminhar. Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – E se for sobre o item em votação?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Falaria antes, se fosse sobre o item em votação; durante a votação, não mais.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Só se encaminha?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nem se encaminha. Após a votação, concederei a palavra a V. Ex^a.

Peço às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que ainda não votaram que o façam, porque a Mesa vai encerrar a votação.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que aguarde mais dois minutos, por que a no-

bre Senadora Emilia Fernandes teve uma indisposição. Eu a levei ao Serviço Médico, e S. Ex^a está acabando de se submeter a um eletrocardiograma. Ou, então, eu pediria que V. Ex^a consignasse a presença da eminente Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A motivação é relevante. A Mesa aguardará mais dois minutos, como foi solicitado por V. Ex^a. (Pausa.)

A Presidência comunica ao nobre Senador Carlos Patrocínio que a nobre Senadora Emilia Fernandes já votou. Por consequência, encerro a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Encerrada a votação, a Mesa vai proclamar os resultados.

Mensagem nº 130, de 2001:

Votaram SIM 63 Srs. Senadores; e NÃO 08.

Houve 04 abstenções.

Total: 75 votos.

Foi aprovado o nome do Sr. Luiz Henrique Pereira da Fonseca.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão) – Mensagem nº 137, de 2001:

Votaram SIM 63 Srs. Senadores; e NÃO 06.

Houve 02 abstenções.

Total: 71 votos.

Foi aprovado o nome do Sr^a Vera Pedrosa Martins de Almeida.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão) – Mensagem nº 746, de 2001:

Votaram SIM 60 Srs. Senadores; e NÃO 08.

Houve 03 abstenções.

Total: 71 votos.

Foi aprovado o nome do Sr. Roberto Augusto Castallanos Pfeiffer.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998** (nº 4.157/98, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs:

– 672, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc* Senador Edison Lobão, favorável;

– 673, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Geraldo

Althoff, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece;

– 674, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hugo Napoleão, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CE (Substitutivo), que oferece.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão em conjunto do projeto e das emendas, em turno único.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, para discutir.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, inicialmente, como sou Relator, indago a V. Ex^a se aguardaria alguma manifestação ou se devo discutir imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a já pode discutir.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer que todos nós sabemos da carência em que vivem sobretudo as populações pobres do nosso País, mormente as crianças. Por isso Senadores e Deputados Federais apresentam, aqui e acolá, projetos que visem minimizar, reduzir, diminuir o impacto de tão aflitiva situação.

Foi certamente nesse intuito que o então Deputado Federal Hélio Bicudo, hoje Vice-Prefeito do Município de São Paulo, e a Deputada Federal Rita Camata apresentaram um projeto de lei, que foi submetido à Comissão de Assuntos Sociais e também à Comissão de Educação desta Casa, com o objetivo de criar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, para atender gestantes e crianças de zero a sete anos.

Entendeu a Comissão de Assuntos Sociais que, sob o ponto de vista constitucional, compete privativamente ao Senhor Presidente da República a indicação, a criação, a formação de programas dessa natureza, e, portanto, suprimiu do projeto de lei ora em exame o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, mas manteve o Fundo Nacional de Alimentação, com o objetivo de estimular a regionalização da produção de alimentos.

Mantive eu esse pensamento da Comissão de Assuntos Sociais, entendendo apenas, como a própria Comissão, que devesse abranger as crianças que se situam na faixa de zero a quatro anos, por que as de quatro a seis anos já são objeto da atenção da pré-escola, onde efetivamente existe a merenda escolar.

Postas essas circunstâncias, pe diu vis ta do processo o eminente Senador Eduardo Suplicy, que apresentou duas emendas. A primeira, criando uma comissão intersetorial no âmbito estadual, integrada por representantes das Secretarias de Educação, de Saúde, de organizações não-governamentais.

Entendi eu, quanto à primeira emenda apresentada por S. Ex^a, que tal não devesse prosperar, tendo em vis ta que o art. 4º do projeto do De pu ta do Hélio Bicudo e, re pito, da De puta da Rita Camata já pre vê uma comissão para tal fim, e achei eu que seria apenas procrastinador, protelatório, demandando, então, um lapso de tempo superior ao necessário, para que fossem examinadas as políticas relativas ao objeto do presente projeto de lei nos diversos Esta dos da Federação brasileira.

Mas apre sentou S. Ex^a uma se gun da emen da e, nesta, ele imaginou que gostaria de efetuar o acompanhamento e o controle dessa situação para crianças de 0 a 6 anos. Aumentou, portanto, a faixa etária, entendendo que as gestantes são também pessoas carentes.

Ponderei bem, discuti com alguns membros da comissão e che guei à con clu são de que, quan to à segunda, deveria atender em parte àquilo que o Senador, ora citado, previa e, neste caso, aceitei até os 5 anos de idade.

O projeto é bom, possui méritos e realmente visa não apenas proteger crianças até os 5 anos de idade por meio de um sistema que lhes assegure uma alimentação mais tranqüila, mais condizente com a dignidade humana e que ao mesmo tempo atenda os pequenos produtores dos diversos Municípios do nosso País.

Finalmente, tenho a considerar que, em dado momento, o ex-Ministro da Saúde, Dr. Valdir Arcoverde, que, aliás, é conterrâneo nosso, piauiense, disse que as crianças devem, numa primeira faixa, desde a fase embrionária até os 2 anos e, numa segunda, dos 2 aos 6, receber não só determinada quantidade de nutrientes como proteínas, bem como calorias, sob pena de, mais adiante, o suprimento dessas proteínas e calorias não beneficiá-las porque o desenvolvimento intelectual estará altamente comprometido. Por isso, não adiantará alimentar a criança após os 8, 9 anos de idade com todos esses alimentos porque ela não prosperará sob o ponto de vista intelectual. Eis o mérito do projeto. Por isso, manifesto-me inteiramente a favor dele, na forma do substitutivo que apresentei, aprovado, à unanimidade, pela Comissão de Educação desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra o Senador Ricardo Santos para discutir.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, manifesto-me entusiasticamente a favor deste projeto e congratulo-me com seus autores, o Deputado Hélio Bicudo, hoje Vice-Prefeito da cidade de São Paulo, e a Deputada Rita Camata.

Este projeto de lei cria o Fundo Nacional de Alimentação que, além de permitir a expansão de disponibilidade de alimentos para crianças e gestantes, também busca a regionalização e a municipalização da produção de alimentos, descentralizando, desta forma, a oferta de alimentos, sobretudo para as creches.

Destaco também a preocupação dos autores com a gestão democrática dos recursos que deverão prover o Fundo Nacional de Alimentação. No art. 4º, os autores propuseram a criação de conselhos junto aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal a fim de que a população estabeleça prioridades e exerça o controle social sobre a aplicação dos recursos. Portanto, o projeto tem evidentes méritos. O fundo instituído pelo projeto está voltado para as prioridades sociais do Governo Fernando Henrique Cardoso. Manifesto-me favoravelmente à sua aprovação.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ase Srs. Senadores, de autoria da Deputada Rita Camata e do então Deputado Hélio Bicudo, pelo Partido dos Trabalhadores, o projeto visa a ampliar, pelo Programa Nacional de Apoio à Infância – Pronai, a oferta da merenda escolar, estendendo o atendimento a gestantes e crianças até 7 anos.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o projeto da forma como veio da Câmara. A Comissão de Assuntos Sociais elaborou um substitutivo reduzindo a dimensão do projeto, criando, apenas, o Fundo Nacional de Alimentação. O Relator alegou o risco de inconstitucionalidade pelo fato de criar-se um programa nacional, argumento que gera dúvidas, uma vez que os programas em outros setores vêm sendo propostos e criados por iniciativa do Congresso Nacional.

A questão que mais chama a atenção e que merece destaque é o fato de que, em princípio, a alimentação e a nutrição constituam mais um objetivo da Previdência do que estão inseridas em políticas de educação e de saúde.

Conforme o Senador Hugo Napoleão expôs, apresentei duas emendas, uma ampliando a idade de atendimento das crianças, que S. Ex^a considerou adequada, e outra propondo uma comissão intersetorial de controle e acompanhamento. O Relator, Senador Hugo Napoleão, acolheu parcialmente a emenda que ampliou a faixa etária, não acolhendo a que tratava da comissão intersetorial e que gostaríamos que tivesse sido aceita, mas a nossa avaliação é de que o projeto deve merecer o nosso apoio, ainda que não tenha sido acatada inteiramente à maneira como veio da Câmara dos Deputados e de acordo com a proposta do Deputado Hélio Bicudo.

O nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça palavra, encerro a discussão.

Em votação a Emenda nº 2 da Comissão de Educação, Substitutivo, que tem preferência regimental.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, o PFL encaminha o voto "sim".

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, a exemplo do PFL, o PMDB recomenda o voto favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação a Emenda nº 2-CE.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em consequência, ficam prejudicados o Projeto e a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação do vencido em turno suplementar.

É a seguinte a Emenda aprovada:

EMENDA Nº 2-C.E (substitutivo)

Institui o Fundo Nacional de Alimentação – FNA, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Alimentação — PNA com a finalidade de estimular a regionalização da produção alimentícia brasileira a viabilizar a melhoria da alimentação das gestantes carentes e crianças de zero a cinco anos de idade.

Art. 2º Constituem recursos do fundo de que trata esta lei:

I — recursos ordinários consignados no orçamento da União;

II — doações e legados, observada a legislação pertinente;

III — subvenções e auxílios de organismos nacionais e internacionais;

IV — outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 3º Os recursos do FNA serão aplicados conforme as seguintes modalidades:

I — no financiamento de ações de âmbito nacional, estadual ou municipal condizentes com as finalidades do fundo;

II — em empréstimos a pequenos e médios produtores rurais para a produção de alimentos que contribuam para a melhoria nutricional das gestantes, e das crianças de zero a cinco anos de idade.

§ 1º Os empréstimos de que trata o inciso II deste artigo serão objeto de regulamentação específica, garantindo-se aos contratantes condições financeiras e encargos especiais.

§ 2º A produção agrícola financiada com recursos do FNA será adquirida dos produtores e distribuída aos beneficiários de acordo com o que estabelecer regulamentação.

Art. 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições, conselhos, constituídos por representantes dos órgãos da administração das áreas pertinentes, podendo também incluir representantes de outros segmentos da sociedade local.

Parágrafo único. O acompanhamento e o controle social da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Alimentação serão exercidos pelos conselhos, junto aos respectivos governos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Antes de anunciar a matéria, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos: o projeto constou da pauta da sessão deliberativa ordinária de 20 de maio de 1999, oportunidade em que retornou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em virtude da leitura do Requerimento nº 256, de 1999, da Senadora Emilia Fernandes, solicitando sobrestamento da tramitação da proposição até que os conflitos envolvendo a Indonésia fossem mais bem esclarecidos.

Em 21 de junho passado, foi lido o Parecer nº 605, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, concluindo pela prejudicialidade do Requerimento nº 256, de 1999, que foi incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 08 de agosto corrente, a fim de ser declarado prejudicado.

Declarada, assim, a prejudicialidade do requerimento citado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de

1999, foi incluído na Ordem do Dia da presente sessão para discussão, em turno único. O referido projeto aprova o texto do acordo comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996, tendo parecer favorável sob nº 118, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 5:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999** (nº 658/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996, tendo

Parecer favorável, sob nº 118, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 1999**

(Nº 658/98, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como

quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem cargos ou compromissos graves ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 6:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2001** (nº 640/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau – Furb para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, tendo Parecer favorável, sob nº 677, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Não há dúvida, Sr. Presidente, de que a matéria é pacífica; não se discute a importância dessa proposta em que se cria o sistema de radiodifusão para a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB* – e com a finalidade – é bom destacar – não só para a Universidade Regional de Blumenau, mas também para toda a região do Vale e praticamente Santa Catarina. A rádio atuará no campo educacional, Sr. Presidente e nobres Colegas, na formação das pessoas, principalmente da juventude. É a questão cultural, educacional.

Por isso, quando fui convidado – fui distinguido pelo Presidente da Comissão, o Senador Ricardo Santos – para relatar esta matéria, não pude abrir mão e gostaria de destacar que, na presença do Conselho Diretor da Fundação Universidade Regional de Blumenau, nas pessoas do Reitor Egon José Schramm, do Vice-Reitor Professor Rui Riso, e também do Diretor Executivo do Núcleo de Rádio e Televisão, Professor Victor Fernando Sasse, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, nobres Colegas, nós teremos um grande mérito nesse campo educacional, não só para Blumenau, mas para a região e para Santa Ca- ta-

rina. Por isso concluímos esse parecer por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr.^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 111, DE 2001**

(Nº 640/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade, de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 31, de 10 de fevereiro de 2000, que outorga permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2001** (nº 590/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, tendo Parecer favorável, sob nº 679, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornélas.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr.^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 118, DE 2001**

(Nº 590/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 266, de 7 de maio de 1997, que renova por dez anos, a partir de 3 de novembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2000** (nº 367/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Castelo Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, tendo Parecer favorável, sob nº 658, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr.^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 156, DE 2000**

(Nº 367/99, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Castelo Branco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 600, de 15 de agosto de 1994, que renova por dez anos, a partir de 20 de fevereiro de 1989, a permissão outorgada à Rádio Castelo Branco Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgo das as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 457, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 36, de 2001.

Em votação o requerimento.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, na próxima terça-feira, nos termos do art. 345, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 458, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 37, de 2001.

Em votação o requerimento.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, na próxima terça-feira, nos termos do art. 345, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Volta-se à lista de oradores inscritos.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, por cessão do Senador Roberto Saturnino.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB

– SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, muito embora a nossa língua portuguesa ainda não tenha extinto as palavras – que constam, aliás, dos nossos dicionários – “desenvolvimento” e “bem-estar social”, temos certeza absoluta que, pelo comportamento do Governo Federal desde os idos de 1995, “desenvolvimento” e “bem-estar social” já deveriam ter sido abolidos do nosso vernáculo. Hoje, prevalecem outras palavras que anotei em um pequeno glossário, do qual não farei comentários porque já são conhecidas do povo brasileiro, das Srs. e Srs. Senadores. Tal a sua repetição, que chegamos a pensar que “desenvolvimento” e “bem-estar social” são coisas do passado. Hoje, como eu disse, o que o Governo prescreve é o seguinte: receitaário do FMI, privatização das estatais, superávit fiscal, pagamento da dívida, racionamento de energia, confiança do mercado, equilíbrio das contas externas, empréstimo ponte, demissão voluntária de servidores, economia dolarizada, dólar flutuante, mercado financeiro, blindagem financeira – essa é uma última expressão criada para evitar o contágio do que está acontecendo na Argentina, esse empréstimo que o Brasil tomou ao FMI que se chama blindagem financeira –, enxugamento da folha, disciplina fiscal, economia globalizada, congelamento de salários e, por último, aumento aos servidores de 3,5% porque não dá mais – apesar de ser essa uma decisão tomada por causa do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, apesar de todo esse glossário que surgiu ao longo do tempo durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que significou antes de tudo pobreza para o Brasil, aumento do desemprego, que significou o surgimento de várias crises sucessivas obrigando o Brasil a tomar mais dinheiro emprestado ao FMI para cumprir o seu receitaário; apesar de tudo isso, Sr. Presidente, conforme dados divulgados pelo próprio Banco Central, na Internet e nos jornais, o grau de dependência do Brasil aumentou assustadoramente entre os anos de 1995 e 2000 e continua aumentando no ano de 2001, é claro! Dos onze indicadores apontados e estudados pelo Banco Central, pelo menos dez pioraram de 1995 para cá. Os números indicam que de 1995 a 2000 o País passou a gastar mais com a sua dívida externa, porque os gastos saltaram – repare bem – de 3% do PIB, em 1995, para 9,4% no ano de 2000, crescimento assustador, que compromete o futuro de nossas gerações. A dívida externa líquida, que é tudo que o País deve no exterior menos as suas reservas em

dólar, cresceu 18,8%, pois passou – a dívida externa líquida – de 22,6%, no ano de 1995, para 39,6% do PIB, no ano de 2000. Esse é um aumento considerável, porque antes era 22,6% e, agora, passou para 39,6% no ano de 2000.

A Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e de Globalização Econômica, a Sobeet, por intermédio de seu Presidente, Antônio Correia de Lacerda, afirma o seguinte: "O aumento da dependência é fruto da desnacionalização da economia e do câmbio fixo até o ano de 1999." Ele acrescenta a seguinte informação: "O passivo externo líquido, que é o volume de dinheiro que os estrangeiros aplicam aqui menos o que os brasileiros investem ou emprestam no exterior, passou de US\$195 bilhões em 1995 para US\$355 bilhões no ano de 2000. A previsão é a de que até dezembro de 2001 esse passivo externo líquido atinja a casa de US\$382 bilhões.

Esse modo de estar se utilizando pelo mundo subdesenvolvido para equilibrar as suas contas não apenas é falido, mas também está falindo as nações que se engajaram nesse processo.

A prova está na crise argentina, que é o demonstrativo mais eloquente, mais claro de que a utilizada política de sucateamento das empresas nacionais, de venda de nossos ativos, de congelamento de salários, de perda de competitividade das nossas empresas, é desastrosa. Ela levou a Argentina à **débâcle** e, mais cedo ou mais tarde, infelizmente – não desejo isso para o nosso País, poderá levar o Brasil à mesma situação.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Concedo o aparte ao nobre Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a, nobre Senador, mais uma vez, mostra o seu interesse e a sua devoção ao Brasil. A pátria é algo sagrado. Não há coisa mais agradável do que o amor à pátria. E aqui V. Ex^a, com todo o conhecimento, perspicácia e conteúdo profundo que traz à tona, mostra que é hora de pensar na maneira de buscar soluções para evitar que o Brasil, amanhã, esteja na situação da Argentina, que hoje é uma caixa vazia. Os argentinos são estranhos no próprio país; hoje eles nada têm de seu, nem mesmo o petróleo lhes pertence. Todas as concessões das estradas e dos serviços públicos foram feitas às multinacionais, que não têm nenhum compromisso com a nação argentina, nem com o povo argentino. Do sistema bancário nem se fala. É o deses-

pero de uma terra sem esperança, de uma terra sem um projeto nacional. Talvez fosse mais fácil para a Argentina hoje ser um Estado americano; assim, renunciaria em definitivo à soberania que já não lhe pertence. Essa é uma afirmação drástica que faço, porque entendo que não há saída, pois um Estado que perde a própria moeda, o próprio símbolo da nacionalidade, realmente não tem perspectiva de autonomia, de independência, nem de coisa alguma. Aos ouvidos V. Ex^a pelo brilhante discurso, gostaria de dizer que temos de prevenir para que isso não aconteça no Brasil. Vamos resistir! E resistiremos com certeza. Estaremos sempre presentes deste lado da trincheira, a favor do Brasil. Parabéns a V. Ex^a. Peço ao Presidente que registre a minha presença, já que, por ter um compromisso na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, não participei das votações. Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Amir Lando, agradeço a V. Ex^a o substancioso aparte que incorporo ao meu discurso. Devemos ser otimistas. Se não me engano, era o Presidente Juscelino Kubitschek que afirmava que até se pode errar em sendo otimista, mas o pessimista já começa errando. V. Ex^a é um exemplo de homem público atualizado. V. Ex^a, que tem uma atuação marcante e independente nesta Casa – como todos sabemos –, reconhece que não podemos conduzir o Brasil para o caos; pelo contrário, é melhor prevenir do que remediar.

Apesar de militar na Oposição, no PSB, temos lembrado ao Governo Federal o perigo que representa essa política de venda de nossas empresas e de enfraquecimento da nossa economia. Enquanto nos Estados Unidos os juros estão baixando – chegaram hoje ao patamar mais baixo dos últimos anos: 3,5% –, no Brasil, o Ministro da Fazenda insiste em aumentar os juros para 19% ao ano.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Eminentíssimo Senador Antonio Carlos Valadares, pedi este aparte para levar-lhe o meu abraço de congratulações pela abordagem desse tema. O Brasil realmente precisa voltar a trabalhar e a crescer, porque, dessa maneira, a própria dívida externa não será servida, e o País poderá entrar em situação de insolvência. Portanto, mesmo aqueles que são rigorosamente contra qualquer tipo de renegociação acabarão tendo que fazê-la. O passivo externo líquido, hoje, atinge cerca de

80% do PIB. V. Ex.^a tem razão ao dizer que devemos fechar o ano de 2001 com um número que se aproxima dos US\$400 bilhões. Hoje o nosso PIB é estimado em R\$1,2 trilhão e a taxa cambial é de aproximadamente US\$2,55, isso significa que o nosso PIB – que é obviamente medido em dólares – está em torno de US\$490 bilhões. Um passivo externo líquido de US\$380 bilhões, estimado para o final do ano, significa mesmo 80% do PIB, o que é realmente aterrador, porque a parcela do passivo externo líquido representada por investimentos diretos demanda mais divisas do que a parcela representada por dívida externa, porque os investimentos diretos obviamente exigem remuneração superior às taxas de juros. Desse modo, estamos realmente caminhando para uma situação muito difícil e precisamos romper urgentemente esse quadro. As decisões na Administração Pública são atribuições de políticos com P maiúsculo e não de técnicos por uma razão muito simples: o político – e, quando falo político, refiro-me ao estadista – é um oceano de conhecimentos, ainda que com um palmo de profundidade, enquanto o técnico é um poço de conhecimento profundo, porém específico. Estamos sentindo que o Brasil está repleto de poços rasos tomando decisões. Além de se tratar de conhecimento específico, ainda é raso, o que é uma agravante. Então, não podemos, de forma alguma, deixar de considerar que o Brasil precisa mudar, e as mudanças de que o Brasil precisa são filosóficas no campo da retomada do desenvolvimento, porque no Governo estarão brasileiros com sensibilidade social e sentimento nacional, sentimento de Pátria, que não transigirão de forma alguma com a improbidade no trato da coisa pública. Por isso, levo o meu abraço de congratulações a V. Ex.^a pela abordagem desse tema, que é altamente preocupante. O Brasil precisa voltar a crescer, mas para isso tem que pagar juros compatíveis; a empresa nacional tem que pagar juros compatíveis com os juros vigentes no mercado internacional, sem o quê o Governo não pode submeter a economia brasileira a esse tipo de competição predatória. Não temos como competir no mercado global enquanto não tivermos um tratamento igualitário em termos de custo de capital e também de sistema tributário. O nosso sistema tributário se transformou num verdadeiro cipó burocrático, que é um entrave para o desenvolvimento das empresas brasileiras. Daí por que estamos vendo jovens e mais jovens procurando trabalhar em outros países, até em Portugal, para se realizar. Por quê? Porque o Brasil deixou de ser aquela terra prometida que foi no passado, para onde vinham os italianos, os alemães, os portugueses principalmente, os

espanhóis, os árabes, os japoneses, buscando oportunidade de crescimento conosco. Hoje, não. É o nosso joio que tem que abandonar um País rico como o nosso e buscar oportunidade de vida no exterior, porque não enxerga perspectivas de trabalho para aplicar nem mesmo os conhecimentos que buscou na universidade. É isso que nos preocupa, eminente Senador Antonio Carlos Valadares. Levo o meu abraço de congratulações a V. Ex.^a pela abordagem segura que faz desta tribuna.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Conceda-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Farei um ligeiro comentário, mas em seguida concederei o aparte a V. Ex.^a.

Senador José Alencar, V. Ex.^a, que construiu a sua bagagem de conhecimento a qual todos nós nutrimos, nos alimentamos, pelo trabalho persistente, não só em Minas Gerais como em outros Estados, pontificando, acima de tudo, pelo interesse nacional por se tratar de um empresário comprometido com a nacionalidade, com o desenvolvimento, com o bem-estar social. Tudo o que V. Ex.^a disse certamente calou bem fundo no coração de todos aqueles que escutaram o seu aparte, que foi uma verdadeira lição de economia, de experiência que todos nós estamos incorporando, inclusive, eu, ao meu discurso.

O Governo Federal impôs essa política, e agora a de racionamento, num País que, em termos comparativos, assim como a Arábia Saudita tem grande potencial petrolífero, tem potencial hidráulico, que tem em seu território, não em áreas concentradas, 20% do manancial de água doce do mundo. Somos uma nação privilegiada, que tem o rio São Francisco, que deu tantas hidrelétricas e que foi, ao longo do tempo, abandonado. A sua calha, antes tão profunda, hoje está muito rasa. Sua vazão reduziu substancialmente e algumas de nossas hidrelétricas estão ameaçadas de não continuarem a funcionar por falta de água. Falta a este Governo, já com sete anos de existência, capacidade de previsão. Era preciso providenciar a recuperação do rio São Francisco, projeto inadiável, mas que foi adiado em função de outras questões políticas, inclusive uma transposição inadequada.

Tem razão V. Ex.^a, Senador José Alencar. Vamos trabalhar a fim de que o Brasil continue a crescer. Mas, lamentavelmente, dentro do espírito e da filosofia deste Governo, não cresceremos nunca. É preciso que no próximo ano, nas eleições, o povo brasileiro, que sofre na própria carne as consequências de uma política cruel e desastrosa, dê o seu recado.

Concedo o aparte ao nobre Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Antonio Carlos Valadares, com a permissão de V. Ex^a, antes de fazer o aparte propriamente dito, eu gostaria de fazer o registro de que o Vice-Prefeito, Vereadores, empresários e representantes da sociedade da cidade de Rio Sul, que fica no alto vale, no meu Estado de Santa Catarina, estão na tribuna de honra. Diante da quele princípio sobre o qual falou o Senador José Alencar, de Minas Gerais, de que, se analisarmos a nossa dívida em relação ao dólar, comparando com o PIB brasileiro, estaria em mais ou menos 79% ou 80%. Veja bem onde é que estamos chegando. Hoje, os dados estão aí, e o Governo reconhece que o nosso endividamento está em torno de 51%. Há o reconhecimento público em relação ao Produto Interno Brasileiro; o nosso compromisso está nisso. Há pouco tempo, o nosso PIB era de aproximadamente 30% em relação à dívida brasileira, hoje já estamos em 51%. Veja bem, quando V. Ex^a invocou alguns neologismos, alguns pressupostos, algumas frases usadas pelo Governo, essas questões, por exemplo, do ajuste fiscal, do equilíbrio, da responsabilidade fiscal e do racionamento da eletricidade. Quando V. Ex^a fala em racionamento da eletricidade, eu me pergunto: será que não houve um racionamento de responsabilidade? Ouvi o Senador Amir Lando falar sobre a Argentina. Penso que, para nós, da América do Sul, a questão da reeleição não pegou bem, Senador Carlos Valadares, porque Carlos Menem foi reeleito baseado numa proposta de continuar o Plano da Argentina. Ele tinha que ser reeleito, tinham que mudar a Constituição da Argentina, porque, se não fosse ele, cairia por terra a grande arrancada, a grande modernização da Argentina. Essa foi a tese, e o Parlamento argentino foi a favor. Talvez seguindo o exemplo da América do Norte. E aí foi levado, a Argentina mudou e Menem foi reeleito. Em função disso, começaram a impregnar os ouvidos do nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996. Fernando Henrique foi eleito em 1994 com a proposta de mudar o Brasil, trazer a estabilização, de fazer as reformas do que era necessário para o País. Em 1996, nos encontros com o Menem, que havia sido reeleito, o Presidente da Argentina sugeriu que o nosso Presidente também realizasse mudanças, alterasse a Constituição, implantasse o instituto da reeleição, alegando que havia sido reeleito com uma diferença muito grande de votos. E acabou convencendo o Presidente. E o nosso Presidente, em vez de implantar as reformas, colocou a tropa de choque aqui dentro do Congresso Nacional

para fazer as mudanças na Constituição e implantar a reeleição também, como ocorreu. Senador Antonio Carlos Valadares, se não houvesse a reeleição na Argentina assim como no Brasil, quem sabe estaríamos melhores, porque as propostas não podem ser em torno de pessoas, mas em torno de ideais. As coisas devem acontecer em torno de propostas concretas, e não em torno de pessoas, como vimos na Argentina e no Brasil. Implantamos aqui e, a partir de 1996, não houve mais progresso porque tudo estava em torno da reeleição. E agora, Senador Antonio Carlos Valadares, precisamos correr atrás dos prejuízos, temos que fazer a reforma possível, e não a desejada pelo País. E estamos nessa situação, como é reconhecido pelo Governo, com um endividamento público já de 51% do PIB e, como disse o Senador José Alencar, traduzindo em dólar, já vamos para muito mais. Por isso que a preocupação e a análise de V. Ex^a, que veio à tribuna hoje, são acertadas. O Brasil está lhe acompanhando, posto que todos nós estamos preocupados com isso, e temos que tentar tirar o prejuízo, nessas alturas do campeonato. Assim, eu gostaria de me solidarizar com a idéia que V. Ex^a traz neste momento, pois é algo para todos meditarmos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner, que é um grande debatedor nesta Casa, que conhece em profundidade os problemas nacionais, fato demonstrado não só na discussão plenária como na sua participação efetiva nas comissões do nosso Senado Federal. O que V. Ex^a disse aqui sobre a reeleição é a realidade. Ela foi criada não como uma instituição para beneficiar, do ponto de vista político, o nosso País, os Estados e os Municípios. Ela se transformou em um projeto pessoal do Presidente da República, de Governadores, de Prefeitos, que não só gastaram as energias desse combalido País, como muitos enterraram recursos suados da população com a venda de estatais, ou em obras sem nenhuma objetividade, sem nenhum fundamento econômico, como aconteceu em meu Estado. Vi, pela televisão, o Estado do Paraná se mobilizando; observamos isso também nos discursos aqui proferidos pela Bancada do Paraná. Tive a oportunidade de ver a bravura do povo do Paraná para, diante das lições passadas, tentar evitar, a qualquer custo, a venda de sua estatal, à Copel. Lamentavelmente, por um voto, a Assembléia posicionou-se a favor. Mas sabemos que existe muita interferência indevida, muita pressão que não vem a público, muita vantagem que não pode ser publicada. É esta a democracia da reeleição, que possibilitou a que governadores se considerassem donos do Te-

souro, do futuro do Estado, e o Presidente, o dono do País. Hoje estamos mergulhados num cenário ameaçador: o que acontece na Argentina e nos países vizinhos pode acontecer – é claro que pode acontecer – no nosso País.

Tivemos exemplos, depois da quebra da Rússia, que demonstram isto; a Malásia quebrou; a Tailândia e a Indonésia também quebraram e resolveram atender ao FMI, e até hoje estão mergulhadas numa crise sem precedentes. A Malásia, por ter um ditador, fechou o país para não se evadirem recursos do povo, lacrou os bancos para não se emitir dinheiro e hoje se recuperou totalmente. A sua dívida externa praticamente foi zerada, o emprego voltou a ser gerado e o país está vivendo melhor. Não sou economista, mas existem alguns economistas famosos que estão dizendo que se trata de uma fórmula que pode ser estudada. A própria Argentina, verificando que na base do desespero não haveria saída, poderá assumir o exemplo da Malásia. Acima de tudo, está a salvação de seu povo, de sua gente. Espero que a Argentina não chegue a esse ponto, nem mesmo o Brasil. No entanto, fica o exemplo.

O FMI deve tomar o cuidado de não exigir das nações subdesenvolvidas um sacrifício acima de suas forças, levando as pessoas ao desespero, à fome, à miséria.

Há um Ministro da Fazenda no Brasil que nunca teve o prazer de ver visitando o nosso Nordeste. S. Ex^a precisa ir ao Nordeste mais a miúdo para conhecer a miséria em que estamos vivendo.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a me concede um outro aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Concedo, com prazer, um outro aparte a V. Ex^a.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Invocaram, à época da reeleição, o sistema americano. Nos Estados Unidos há reeleição. Não somos contra os Estados Unidos, mas não temos a tradição da reeleição.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – A diferença, Senador Casildo Maldaner, é que lá havia uma tradição, não foi em cima de nenhum mandato. Tradição, em curso, que a reeleição foi aprovada, como aqui

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – E aqui, implantou-se uma reeleição sem tradição na América do Sul e, ainda, em curso. Foi algo casuístico. Creio que para o Menen teria sido melhor que não houvesse a reeleição. Ele teria saído bem. Hoje, vejam como

ele se encontra, vejam o País e a sua própria pessoa. Talvez até para o Fernando Henrique Cardoso, o nosso Presidente, se não houvesse a reeleição ele sairia bem do cargo. Poderia, até, eleger o seu sucessor; o plano de estabilização poderia continuar e ele estaria hoje menos envelhecido, e menos sofrido. Estaria percorrendo o mundo, fazendo palestras como estadista responsável pela implantação do sistema de estabilização econômico do Brasil, estaria muito mais descansado. Agora está correndo atrás do prejuízo e sofrendo. O Brasil não tinha tradição de reeleição. Mudar as regras durante o jogo pode acabar dessa forma. Aconteceu na Argentina e está acontecendo aqui, infelizmente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Concluindo, Sr. Presidente, iniciei o meu discurso dizendo que desenvolvimento e bem-estar social não eram palavras queridas pelo Governo, e se dependesse dele, até pelo seu próprio comportamento, essas palavras já deveriam ter sido abolidas da nossa língua, tal o desinteresse, tal o despreparo com que são tratadas as questões social e desenvolvimentista do Brasil.

Vejam o caso, e o Senador Ney Suassuna já mencionou o assunto várias vezes, da extinção da Sudene. Ocorreu um foco de corrupção naquele órgão e em vez de o Governo se debruçar na punição dos culpados, na investigação daquilo que foi subtraído do País por aliciamento, corrupção e fraude, o Governo encontrou um remédio muito fácil: extinguiu a Sudene. Ora, se fosse essa a solução, muitos órgãos teriam que ser extintos porque a corrupção tornou-se infundável no Brasil. Sr. Presidente, diante do alerta, não apenas meu, mas também de outros eminentes Senadores que engrossaram nossas fileiras em defesa de um novo modelo para a economia nacional, que tenha em vista emprego, empresa, independência, insubordinação e irresignação diante do quadro de miséria por que estamos passando, esperamos que o Governo enfrente o FMI e os Estados Unidos. O modelo é injusto e excludente. A palavra "desenvolvimento" e a expressão "bem-estar social" têm que voltar ao nosso meio.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Concedo um aparte ao nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares, concordando com V. Ex^a em praticamente tudo o que foi dito, peço que incluam

nesse modelo, o treinamento da juventude, que, aliás, é o tema do meu discurso de hoje. Se não educarmos a juventude, se não a treinarmos para o mundo globalizado — não basta a educação —, vamos ter problemas. Com toda certeza, precisamos de um plano para a próxima geração. Um país tem continuidade de se ajuventude for vista como investimento. E não é o que temos feito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) — De fato, as universidades brasileiras são o testemunho de tudo isso. O Brasil é um dos países que menos aplica recursos na universidade; perde feio para a Argentina, que hoje está em crise, perde para o Chile, para o Peru, para a Venezuela. E isso é inconcebível num país de dimensão continental e com tanta potencialidade como o Brasil. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Afinal, Sr. Presidente, termino concitando todos os Senadores e Senadoras: devemos pensar no futuro do País, fazendo com que a palavra "desenvolvimento" e a expressão "bem-estar social" voltem a influenciar as nossas autoridades.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Edison Lobão, Presidente em exercício, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindberg Cury.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Lindberg Cury, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Concedo a palavra ao Senador Iris Rezende por permuta com o Senador Ney Suassuna.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvimos atentamente o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Valadares. Temos ouvido os pronunciamentos dos Srs. Senadores nas comissões técnicas da Casa, sobretudo na Comissão de Assuntos Econômicos. Temos acompanhado as entrevistas, os debates, as audiências públicas — e refiro-me principalmente àquela em que compareceu o digno Ministro da Fazenda — e chegamos à conclusão, Sr. Presidente, de que o nosso País está angustiado diante da insegurança econômica em que vivemos.

Parece que a cada dia o mundo entra mais num clima de tumulto, incerteza e insegurança dentro da propalada e decantada globalização. Indiscutivelmente, deve-se à globalização a rapidez com que passa-

mos a viver, sobretudo na área da comunicação. Não faz muito tempo — eu ainda me lembro — que uma carta do interior de Goiás para chegar aos Estados Unidos ou a qualquer País da Europa levava praticamente um mês; que não existia telefone; que os aviões eram lentos e os navios mais ainda. De repente, passamos a, de qualquer parte do planeta, comunicar-nos com qualquer pessoa, como que um verdadeiro milagre.

Nesta hora, o que acontece? Os poderosos tiraram proveito do avanço no terreno das comunicações e, com facilidade, dominaram a economia.

Hoje observamos que um desastre na Ásia se reflete nas economias do Brasil, da Argentina e outros. A economia, hoje, está nas mãos de grupos poderosíssimos que não têm outros interesses senão os seus próprios; são aqueles que não têm alma — tenho dito — nem pátria; que vêem o dinheiro como Deus e a economia como energia exclusiva. Não querem saber do que se passa no interior do Brasil, dos países africanos ou dos asiáticos. Querem dinheiro e amarram os povos de tal maneira que os países mais pobres submetem-se à vontade desses grupos poderosos.

Os Estados Unidos vão bem; progrediram muito nas últimas décadas. Eles, de fato, experimentaram um desenvolvimento extraordinário. Os Estados Unidos são os maiores contribuintes da Organização das Nações Unidas, são os maiores contribuintes de todos os órgãos internacionais formados por colegiados de países. Com isso, os Estados Unidos exercem esse grande poder sobre os demais países.

Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento — em todas essas instituições estão os Estados Unidos com a mão poderosa ditando normas. Isso tem, a cada dia, provocado apreensões à nossa sociedade.

Sr. Presidente, não há como negar a interferência drástica do Fundo Monetário Internacional no cotidiano do nosso País, as seguidas exigências de ajustes nas contas públicas que inibem as perspectivas de investimentos sociais. Esse era o clamor, há poucos instantes, do Senador Antonio Carlos Valadares.

Acada solicitação de empréstimos, novos sacrifícios são impostos ao já angustiado e sofrido povo brasileiro. Segmentos importantes de nossa sociedade acabam sendo punidos em função de medidas rigorosas que, efetivamente, não solucionam o impasse da dívida brasileira, mas deixam, como marcas, o crescimento da miséria junto à grande maioria do povo.

O País tem feito imensos sacrifícios para se adequar ao figurino desses tecnocratas internacionais, mas a cada rodada de negociações eles sempre querem mais. E não podemos tapar o sol com a peneira. Ao que estamos novamente assistindo é, sim, uma clara interferência externa nos destinos do País. O que verificamos é a quebra de nossa soberania, para atender a uma linha de conduta no processo econômico cujos resultados práticos são negativos para o povo e altamente prejudiciais para ao nosso desenvolvimento.

Para liberar empréstimo da ordem de US\$ 15 bilhões, o FMI pretende que o Governo brasileiro eleve a previsão de superávit primário de R\$32 bilhões para R\$40 bilhões. Isso implicará novos cortes orçamentários, previstos para o ano de 2002. É neste aspecto que reside a minha preocupação central.

Os cortes orçamentários, inevitavelmente, deverão atingir o já sacrificado setor social do País, trazendo mais angústia e aflição para nossa gente. É o caso específico dos aposentados, que podem novamente ter os seus direitos ameaçados. Isso sem falar no funcionalismo público, que não recebeu nenhum aumento no atual Governo e, agora, se revolta com a decisão tomada pela Presidência da República de reajustar em minguados 3,5% os seus salários. Com esses índices, melhor seria que providência nenhuma fosse tomada. Afinal, a categoria se sentiu agredida e humilhada.

Mas, Sr. Presidente, o tema central que me traz hoje a esta tribuna é a constatação de que o Governo planeja, outra vez, instituir a contribuição previdenciária dos servidores inativos. Esse mecanismo foi tentado várias vezes e rejeitado pelo Congresso Nacional. Também em quatro decisões consecutivas, o Supremo Tribunal Federal considerou a medida afrontosa à Constituição Federal.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Se na dor, permita-me concluir o meu raciocínio e, logo após, com muita honra, concederei o aparte a V. Ex^a.

Alega o Governo que, para alcançar a economia adicional de R\$ 10,3 bilhões nos orçamentos deste e do próximo ano, é necessário insistir na aprovação de uma emenda constitucional prevendo a contribuição previdenciária dos servidores inativos.

O ajuste das contas públicas previsto no novo acordo com o FMI exigirá uma redução de R\$ 6 bilhões nas despesas de custeio e de investimento da União em 2002, mas não haverá cortes na Lei de Me-

os deste ano, quando o ajuste será ampliado em R\$ 3,7 bilhões.

O reajuste de 3,5% para os salários dos servidores públicos a partir de janeiro, efetivamente, não consegue corrigir as perdas verificadas nos últimos anos, se quer chega a cobrir o aumento das tarifas de energia elétrica, telefone, correios e até mesmo o preço da gasolina.

Dessa forma, a equipe econômica agrava ainda mais esse cenário ao insistir na cobrança da contribuição previdenciária dos inativos, para financiar o déficit da Previdência dos servidores públicos.

Por dever de justiça e de consciência, quero declarar a minha apreensão em relação à medida que o Governo está pretendendo adotar em desfavor dos inativos.

Sr. Presidente, as exigências do Fundo Monetário Internacional fazem com que o Governo busque reduzir as suas despesas com a área de assistência social, atingindo – como quer o Governo – os inativos e os programas sociais, e tome uma série de medidas que, ao final, redundam em prejuízos diretos às camadas mais sofridas da sociedade. O Fundo só não se preocupa com o aumento exagerado nas contas externas do País. Hoje ou amanhã, com sacrifício do nosso povo, esses credores internacionais receberão, como têm recebido ao longo dos anos, com sofrimento do nosso povo.

O Brasil poderia estar hoje numa posição muito mais confortável; poderia estar competindo com países mais desenvolvidos, não fosse esse sacrifício que nos tem sido imposto pelo endividamento externo do nosso País.

Sr. Presidente, economizam-se R\$10 bilhões com esses cortes em áreas fundamentais para a sociedade brasileira, mas o acréscimo de R\$10 bilhões na dívida externa do País não se conta. Quer dizer, faz-se eco no mia de dez, e, na verdade, o que se faz é um aumento de cem.

É contra isso que nos insurgimos. Não podemos faltar com os nossos compromissos internacionais. Não; temos que honrá-los, porém por meio de meios que não representem o sacrifício de milhões de brasileiros. Não é possível que, num País com tantas potencialidades, presenciemos o pagamento de juros exorbitantes, enquanto aproximadamente 32 milhões de irmãos nossos vivem numa situação abaixo da linha de pobreza. Com isso não podemos nos conformar. Também não podemos nos conformar com uma distribuição injusta de renda.

Precisamos, Sr. Presidente, dar um basta àqueles que fazem empréstimos que, ao final, redundarão em benefício próprio, ao receberem a dívida acrescida de juros escorchantes. Isso não podemos aceitar.

Sr. Presidente, sei que o Presidente Fernando Henrique Cardoso é um homem, por formação, sensível às questões sociais, mas, lamentavelmente, Sua Excelência tem cedido à política econômica traçada por tecnocratas frios, insensíveis, que vêem apenas números e ignoram a situação aflitiva de grande parte da população brasileira.

Não podemos, em hipótese alguma, para cobrir interesses internacionais, despir quase 40 milhões de brasileiros. Não queremos, Sr. Presidente, aquela assistência imediata, aquele socorro necessário aos que passam fome, aos que não têm casa para morar. Queremos uma política econômica que não prejudique o nosso processo de desenvolvimento, mas que crie empregos e proporcione condições de vida realmente dignas para o nosso povo.

Não podemos resolver os problemas nacionais com o sacrifício dos sofridos, dos aposentados, daqueles que a vida inteira trabalharam em benefício da nossa Pátria e agora estão desprovidos de forças; não podemos delestirar migalhas apenas porque são muitos e a soma dessas migalhas será realmente considerável para acudir os interesses do FMI. Aí, não, Sr. Presidente.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Iris Rezende, primeiramente, externo a minha alegria ao ver V. Ex^a e o Senador Antonio Carlos Valadares tratando dessa questão. O acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional e a política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso são a razão de todo o nosso sofrimento e do pouco crescimento econômico do Brasil ao longo desses últimos anos. O Governo Fernando Henrique, na verdade, não consegue resolver o problema e tem afundado este País ao longo do tempo. Estou extremamente preocupado com a situação do Brasil, porque os R\$44 bilhões arancados com sacrifício da sociedade brasileira não são suficientes para pagar 40% do compromisso da dívida externa – ou seja, 60% somam-se ao capital da dívida a cada ano que passa. Por isso, ela cresce numa proporção muito maior do que o aumento do nosso Produto Interno Bruto. Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o Governo, ha-

via um comprometimento da dívida em torno de 29% do PIB e hoje esse valor já ultrapassou 52%. Há dois pontos em que discordo do Governo, e o primeiro diz respeito ao aumento linear para o funcionalismo público. O Governo deveria buscar uma forma – e o Congresso Nacional precisaria ajudar nesse trabalho – pela qual esse aumento fosse diferenciado. Não creio que é justo, em nenhuma hipótese, o aumento linear, ou seja, igual para todos, porque, Senador Iris Rezende, as diferenças salariais, mesmo entre o funcionalismo público, são astronômicas, absurdas e inaceitáveis, inclusive no que diz respeito às desigualdades entre os funcionários dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. É preciso que esse aumento seja concedido de maneira diferenciada, ou seja, maior para quem ganha menos e menor para quem recebe mais. No que tange aos aposentados – o segundo ponto a que faço referência –, penso como V. Ex^a. No entanto, pondero uma situação: se não vamos descontar do salário dos aposentados, é preciso levar em conta que as aposentadorias dos funcionários públicos geram, efetivamente, um déficit de R\$40 bilhões, ou seja, é quase o valor do superávit que o Governo está exigindo do povo brasileiro. E mesmo que paguemos 11% – V. Ex^a paga, o funcionário público também – e considerando tudo o que o Governo arrecada, ainda faltam R\$40 bilhões para pagar os 2 milhões de aposentados do funcionalismo público brasileiro. E, aqui para nós, Senador Iris Rezende, há muito aposentado ganhando rios de dinheiro, há aposentadorias astronômicas e inaceitáveis. O Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Executivo não tiveram ainda coragem de definir o teto salarial. Aqui mesmo no Congresso Nacional, há mais de 150 Deputados Federais e Senadores que ganham o salário correspondente ao mandato e ainda aposentadorias astronômicas por fora; existe Senador Deputado Federal ganhando R\$20 mil ou R\$25 mil por mês. Isso precisa ser corrigido, porque a miséria do povo é muito grande, a dificuldade é muito grande. O Congresso Nacional não assume sua responsabilidade, o Supremo Tribunal Federal e o Executivo também não. Ninguém enfrenta essa questão. Entendo que há aposentados que ganham muito mais do que mereceriam, por não terem recolhido o suficiente para perceberem esses valores astronômicos. Há pessoas em universidades, em tribunais e em outros lugares percebendo R\$18 mil, R\$20 mil de aposentadoria, isso é inaceitável diante da miséria do povo. Finalmente, faço votos para que V. Ex^a, o Senador Maguito Vilela e outros integrantes do PMDB consigam retirar o apoio do Partido a este Governo que tanto mal tem feito à

sociedade brasileira. Sei da luta interna que V. Ex^{as} travam agora, mas o PMDB, ao longo de seis anos, vem apoiando todas as decisões do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Espero que V. Ex^{as} consigam sair vitoriosos nessa convenção, retirem o apoio do PMDB a este Governo entreguista, que só pensa em pagamento de dívida, em submissão aos países desenvolvidos, e o reconduza para a linha de atuação daquele velho MDB democrático, a favor do povo. Apresentarei, amanhã, Senador Iris Rezende, uma emenda constitucional que impõe à aprovação do Congresso Nacional todos os acordos do Fundo Monetário Internacional. No nosso entendimento, isso deveria ocorrer hoje, mas o Governo pensa de modo diverso e realiza acordos desconsiderando nossas decisões. É o caso da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, na qual estava previsto um superávit primário no Orçamento de 31 milhões, e agora seremos obrigados a aceitar 46 milhões. O acordo desrespeitou uma decisão do Congresso Nacional. Apresentarei amanhã uma emenda que já conta com 42 assinaturas e farei um discurso sobre a economia brasileira, rebatendo as palavras do Ministro Pedro Malan na Comissão. Espero que os Parlamentares desta Casa, principalmente os do PMDB, a aprovem. Não é possível que o Congresso Nacional não se imponha diante desse desrespeito do Executivo para com o Legislativo brasileiro. Desejo sorte a V. Ex^a na disputa do PMDB. Que V. Ex^{as} vençam e afastem o Partido deste Governo que tem feito muito mal ao Brasil.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Ademir Andrade pelo aparte, que comprova o que afirmei inicialmente. A Nação vive extremamente angustiada diante da incerteza em relação ao futuro da economia brasileira. V. Ex^a tem razão quanto a certos exageros observados nas aposentadorias concedidas País afora. Mas não é, ilustre Senador, em função de milionárias aposentadorias que ocupo a tribuna. Estou aqui no intuito de defender os interesses dos aposentados de um, dois, três, quatro salários mínimos, que são insuficientes para uma família viver com dignidade.

Reconheço que a equipe econômica, pela qual tenho respeito, possui seus valores. Mas, lamentavelmente, ano após ano, a preocupação dessa equipe não é outra senão os índices de inflação. Não querem saber as dificuldades vividas pela população, querem saber apenas de que a inflação está com tida, mesmo que nessa contenção milhões de brasileiros sofram, comam o pão que o diabo tenha amassado com o rabo.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Iris Rezende, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Com muito prazer, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Iris Rezende, V. Ex^a, no seu discurso, está dando um toque especial ao Senado; está alertando o Governo Federal, mais uma vez, como tem feito ao longo do seu mandato, de que esta política está levando o nosso País ao empobrecimento. Há falta de sensibilidade para entender que o País não significa dólar, que o País não significa dívida externa. O nosso País é habitado por gente, por povo que sofre, que precisa de comida, que precisa trabalhar, ter sossego para sustentar a sua família e dar educação aos seus filhos. E hoje o que vemos é que o deus, o imperador de tudo é o mercado financeiro. Se o mercado financeiro está raivososo, o Governo logo se preocupa: "olha, estamos perdendo a credibilidade diante do mercado". E perder a credibilidade diante do povo, que é vida, que tem o poder de decisão para tirar esse Governo que aí está e colocar outro? Penso que o Governo está incorrendo num sério equívoco, porque, em vez de se aliar ao povo, alia-se ao mercado financeiro internacional. Vimos os dados estarrecedores que V. Ex^a divulgou no seu discurso e que mostram, insofismavelmente, que o nosso Governo, como falei anteriormente, está querendo abolir do nosso dicionário a palavra "desenvolvimento" e a expressão "bem-estar social". Antes, ainda ouvíamos falar nessas palavras como objetivo de um governo desenvolvimentista, de um governo progressista. Essas palavras já não fazem parte do dicionário da Equipe Econômica do Governo. Quando falamos em Equipe Econômica do Governo, falamos já sabendo de que estamos falando: não é da Equipe Econômica, é do Governo como um todo; é do próprio Presidente da República, que é o condutor da nossa política. Porque se estivéssemos num regime parlamentarista, aí o Congresso Nacional teria culpa direta pelo fracasso, ou obteria os louros de uma vitória econômica, de uma política econômica vitoriosa. No entanto, estamos num regime presidencialista, em que o Presidente é a figura central, é o comandante do Executivo, é quem traça as normas de arregimentação de seus Ministros, visando o êxito do seu plano governamental. É lamentável que o Presidente da República, que é o condutor dessa política, insista em obedecer às normas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional. Esse já é um discurso meio cansado. O Governo diz: "O Fundo Monetário Internacional... o próprio Brasil é sócio." Sim. O Brasil é sócio, mas teria capacidade de

influenciar as nações que dele participam no sentido de criar um ambiente favorável às mudanças sociais que precisam ocorrer nos países subdesenvolvidos, porque estão sendo levados ao fim do poço. A Argentina está aí. Hoje ou amanhã, essa crise voltará à tona. Oito bilhões não significam nada diante de mais de US\$100 bilhões que a Argentina está devendo. Isso apenas vai dar um alento, um desafogo momentâneo para acalmar o rei chamado mercado, mas não vai resolver o problema daquele país. Os países que participam do G-7 hoje estão impossibilitados de se reunir diante da ira de nações, até as desenvolvidas. O povo dessas nações está reagindo. A qualquer momento eles estarão se reunindo até em um submarino, porque da última vez em que se reuniram na Itália quase foram trucidados, não o foram porque a Polícia interveio, mas é o próprio povo da Itália, dos países desenvolvidos, que reagiu a essa política desastrosa, cruel, em que a ambição domina, acima de tudo, as decisões internacionais. Portanto, quero parabenizar V. Ex^a e me somar ao seu curso em defesa dos inativos que são colocados na conta do Governo como pessoas capazes de pagar uma política equivocada de injustiça social.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, pelo importante aparte de V. Ex^a que, indiscutivelmente, veio valorizar o nosso pronunciamento. Dá-nos segurança por saber que pessoas do quilate de V. Ex^a têm a mesma preocupação que demonstramos.

Sr. Presidente, sou grato a V. Ex^a pela generosidade em permitir-nos ultrapassar o tempo, mas não quero ser injusto com o Senador Ney Suassuna, que nos cedeu a sua inscrição pelo fato de termos compromissos nesse horário. Quero voltar a esta tribuna para continuar debatendo, porque entendendo que do debate surgirão as luzes para, juntos – Executivo e Legislativo – encontrarmos um caminho seguro para este País. Não podemos aceitar que se prejudique o desenvolvimento, a produção em função de se conter uma inflação trazendo prejuízos insuportáveis ao nosso País. Estou certo de que o mundo econômico há de entender que inflação não se combate apenas com decretos, mas sobretudo com produção. À proporção que o País aumentar a sua produção, os preços tenderão a cair, o povo terá alimentos mais acessíveis, a indústria oferecerá ao povo produtos subfaturados mais baratos. E não será apenas com essa política de corte de despesas essenciais à vida de um país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, como Líder do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para tratar de um assunto de fundamental importância para o País.

Cerca de 17 mil empresas, das 128 mil que aderiram ao Refis, serão excluídas do Programa de Recuperação Fiscal, instituído pelo Governo Federal no ano passado. O programa tinha a ambição de regularizar a situação fiscal de 3 milhões de contribuintes inadimplentes em todo o País.

A primeira reflexão que gostaria de suscitar é exatamente esta: de um universo de três milhões de contribuintes inadimplentes só 128 mil empresas aderiram ao programa, sendo que 17 mil delas, já no primeiro ano, deverão ser excluídas.

Ou seja, 95% do universo das adesões presumidas ao programa não ocorreram. O que levou o empresário nacional a rejeitar o programa então? Fica evidente que algo, sem delonga, precisará ser feito de modo a aperfeiçoar o programa.

As 128 mil empresas que aderiram ao Refis representam apenas 5% do total de inadimplentes, esse resultado modesto mostra o quanto é vasto o caminho entre a proposta governamental e as desastrosas plantas industriais brasileiras.

Afinal de contas o estocque da dívida representa por esse universo de inadimplentes é superior a R\$300 bilhões, uma soma, sem dúvida nenhuma, significativa.

Por isso se faz necessário – há pouco conversei com o Senador Ney Suassuna sobre o assunto – um programa que venha criar condições para regularizar a situação fiscal dessas empresas. A maioria esmagadora do empresário nacional, nessa situação, é de inadimplentes, portanto, não possuem, no momento, condições de saldar suas dívidas fiscais e estão longe de serem sonegadores, os quais, estes sim, não merecem ajuda alguma do Governo Federal. O inadimplente reconhece que deve e só não paga seus compromissos por absoluta falta de condições de caixa, já o sonegador desconhece qualquer débito e atenta contra a ordem tributária, o que não pode nem deve ser tolerado de forma alguma.

Não é possível conviver com essa realidade. É necessário que as empresas brasileiras, de um lado, possam equacionar esse passivo, que é, em parte, o reflexo de uma carga tributária incompatível com a atividade empresarial brasileira e, de outro, recolham

seus tributos e contribuições em dia, participando ativamente do desenvolvimento do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para equacionar o passado, resgatando o empresário nacional da marginalidade, proponho a imediata reabertura do prazo para que as empresas possam aderir ao Refis, desde que ele seja, evidentemente, reformulado e adequado às condições atuais.

Os empresários perceberam que é vantajoso aderir ao Refis. Eles notaram que podem retomar a cadeia produtiva sem a tensão de ter os bens indisponíveis. Resta-nos apenas adequar o programa, ouvindo, evidentemente, as sugestões do setor. Tenho absoluta convicção de que o Secretário Nacional da Receita, Dr. Everardo Maciel, tem essa compreensão e propósito.

Gostaria de lembrar que os Estados também possuem um grande estoque de dívidas tributárias que poderiam ter o mesmo tratamento dado à questão federal. Só o meu Estado, Alagoas possui um estoque de créditos no valor de aproximadamente R\$400 milhões, sem perspectivas de recebimento algum, uma vez que a maioria dos processos está em fase final de execução e não há garantia nenhuma desse recolhimento.

Acredito que se o Governo Federal ajudasse os Estados na concepção de um programa idêntico ao Refis federal, com as modificações pertinentes, estaríamos recuperando, no âmbito estadual, inúmeras empresas, que hoje, lamentavelmente, estão marginalizadas do processo produtivo.

Já encerrando, Sr. Presidente, a União Federal não vive, ou não existe sem os Estados, e os Estados não existem sem a União Federal. Se um depende do outro, faz-se necessário que raciocinemos de forma interdependente. Ao se pensar na solução para um problema federal, é preciso que exista um similar no âmbito dos Estados, seria importante incluí-los nessa solução.

Na questão específica do Refis, seria importante que o Governo Federal desenvolvesse, em conjunto com os Estados, um modelo de Refis "estadual", nos mesmos moldes do federal, para que a solução para as empresas fosse, dessa forma, global.

Ao Governador do meu querido Estado das Alagoas desejo, de público, desta tribuna, fazer um apelo no sentido de que tome, o mais rapidamente possível, a iniciativa de procurar representantes de outros entes da federação que já adotaram o Refis estadual como Sergipe, Santa Catarina e São Paulo – só para citar alguns Estados – com o propósito de adotar no

Estado de Alagoas um programa estadual para refinanciamento das dívidas com impostos de sua competência. Assim, Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, todos estariam ganhando.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se for possível, dentro do horário da sessão, eu gostaria que V. Ex^a me concedesse cinco minutos, apenas para falar sobre o Simpósio de Saúde Suplementar, que será realizado nos dias 28 e 29.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Sebastião Rocha, restam-nos apenas 13 minutos de sessão, e o próximo orador inscrito, por permuta com o Senador Iris Rezen de, é o nobre Senador Ney Suassuna, a quem concedo a palavra.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – V. Ex^a pode prorrogar a sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma nação tem uma série de componentes imprescindíveis, citarei dois: o território – sem o qual ela não existe – e a população. A população está estratificada, para ser simplista, entre jovens, pessoas de idade mediana e velhos que já estão aposentados.

Sr. Presidente, muitas civilizações e até mesmo filósofos delas – e até mesmo da nossa – preocuparam-se com a educação da juventude, a qual, dentro da perenidade de um país, representa o futuro. Estamos no palco por algum tempo, daqui a pouco sairemos dele e entrarão os que são jovens. Neste País, lamentavelmente, o treinamento, a educação dos jovens não recebe o tratamento que deveria.

Verificamos que alguns países tiveram a coragem de fazer uma modificação brusca no treinamento e educação – vejam que uso as palavras "treinamento" e "educação" – e com isso conquistaram espaço grandioso no mundo. Lamentavelmente, no Brasil, não temos feito dessa forma. Nós acompanhamos a vertente ibérica: cultura superficial, de pouca profundidade, Sr. Presidente. A nós interessa saber quem foi o escrivão da frota de Fernão de Magalhães, o coletivo de borboleta, coisas que não têm significado algum.

Antes podíamos dar-nos esse, mas hoje, no mundo globalizado, não podemos dar-nos a esse luxo. Nele, quem não está treinado para criar, produzir e fazer perde o emprego para quem está em outro continente.

A diferença entre um governante e um estadista é que este vê muito além, enquanto o governante permanece olhando o próprio umbigo. Não podemos ficar olhando o umbigo. Temos de agir seguindo o exemplo de pessoas que pensaram como estadistas. E é dentro dessa perspectiva que, aproveitando este momento em que estou na tribuna – estou encurtando muito um discurso que deveria ser longo e bem exemplificado exatamente para manter o espírito democrático e, com isso, que os companheiros ainda possam falar, insisto nesse tema, pois não temos investido em nossa juventude.

Pode faltar dinheiro para tudo, mas não para investir no futuro da Nação. Consideremos o meu Estado, o de V. Ex^a ou qualquer outro, e indaguemos: o que temos feito para que a nossa geração de jovens, os homens de amanhã, possam enfrentar a globalização?

Vejo um País como a Coreia, que fez uma modificação, Taiwan, e está exportando para o mundo todo. Taiwan, com 22 milhões, tem US\$900 bilhões investidos na Ásia e US\$120 bilhões no bolso para investir. Por quê? Eles tiveram a coragem de fazer uma educação para o mundo globalizado.

Estou criticando o Ministro da Educação? Não. Ele está fazendo um bem, tudo o que é possível dentro do modelo tradicional. É que esse modelo já não nos serve. Precisamos ter coragem de romper os grilhões, quebrar os paradigmas e avançar para um mundo no qual se precisa produzir, exportar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, falei na exportação e sobre portos, mas isso não vai acontecer se nós não mudarmos a mentalidade da nossa geração quanto ao treinamento e à educação da próxima geração.

Atualmente, no Brasil – para termos uma idéia do que está ocorrendo –, há uma percentagem gigantesca: 7 milhões de pessoas entre 10 e 17 anos estão trabalhando. Existe uma enorme parcela da nossa população que, por estar na miséria absoluta, não tem como investir na educação dos filhos. E o que estamos fazendo? Estamos criando pessoas dependentes também para o futuro?

Precisamos repensar uma política para a nossa juventude dentro de um mundo globalizado que exige ensino, sim, e onde é considerado analfabeto quem

só sabe ler e escrever. É necessário conhecer tecnologia, aprender um ofício e saber produzir nem que seja artesanato de qualidade, que gere recursos, dividendos, para que o progresso no nosso País não perca o ritmo.

Sr. Presidente, nós que somos Parlamentares, que representamos o povo, temos que alertar as nossas autoridades de que é necessário uma educação mais prática para os jovens, mais condizente com o mundo globalizado, que exige o ensino tecnológico, exige o fazer, o ensinar a fazer para que possamos competir. São atavismos e paradigmas que nós vamos ter que quebrar. Não poderemos, de maneira alguma, se queremos que este País vá para frente, deixar de fazer isso.

Voltarei ao tema em outra oportunidade, dada a exigüidade do prazo. Quero deixar na mente de cada um de nós essa preocupação.

Ouvi aqui, há poucos minutos, o Senador Renan Calheiros, levantando uma tese com a qual comuniquei na mesma hora, a do Refis, em que todos temiam entrar e hoje chegaram à conclusão de que é uma boa saída. O prazo, todavia, está fechado e a reabertura é necessária, além da expansão para um Refis estadual.

Quero deixar aqui um assunto para pensarmos, qual seja, a reformulação do ensinamento para a nossa juventude. Nós temos que parar com os exemplos antigos. Vamos quebrar esses grilhões e buscar um modelo que sirva para que a nossa juventude receba como investimento esta educação. Que falte tudo, mas não o investimento na juventude. Só vamos conseguir mudar o Brasil quando essa juventude tiver condições de partir para um novo objetivo: o de construir um País que terá um lugar especial neste mundo, e temos tudo para isso. Faltam apenas a vontade e o indicativo da direção.

Finalizo, Sr. Presidente, porque havia prometido ao meu amigo Ricardo Santos que, às 18 horas e 20 minutos, encerraria para que S. Ex^a pudesse dispor de prazo para também falar.

Voltarei a este assunto porque merece aprofundamento e muita reflexão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Ricardo Santos, pelo tempo que resta do horário normal de expediente.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tivemos

oportunidade de manifestarmos-nos, nesta tribuna, na última segunda-feira, sobre o processo de desaceleração da economia brasileira neste segundo trimestre de 2001, em relação a igual período do ano passado, contrariando todas as previsões oficiais e de entidades de classe patronais sobre as perspectivas de crescimento da economia brasileira que, como se sabe, estava previsto para alcançar entre 2,7% a 2,8% no presente exercício.

Esse desempenho, registrado pelos dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística – já se realiza para um crescimento, no ano 2001, inferior a 2%.

Dissemos também que pelo menos dois fatores no **front** interno motivaram este inesperado desempenho: a elevação da taxa básica de juros de 15,75% para 19% ao ano – de março para cá, e os efeitos da crise energética, particularmente sobre o setor industrial.

Mas nossa preocupação, neste momento, está focalizada sobre o setor de rochas ornamentais do Estado do Espírito Santo, que vem passando por uma conjuntura extremamente difícil, pois, além dos efeitos da crise externa, da elevação da taxa de juros e da crise energética, esse segmento sofreu uma abrupta elevação na alíquota de incidência do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de 0% para 10%. O setor, há mais de 15 anos, era isento dessa alíquota dada sua organização industrial semelhante à do segmento de cerâmica vermelha, em que também predominam médias e pequenas empresas, muitas delas com características artesanais.

Com relação ao aumento da alíquota de IPI, vários Senadores e meus companheiros de Bancada, Senadores Paulo Hartung e Gerson Camata, estamos realizando gestões junto ao Ministro Pedro Malan e ao Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para que se adote uma solução que elimine a tributação estabelecida, dados os efeitos altamente negativos sobre a oferta de rochas ornamentais e a irrisória contribuição dessa medida para a ampliação da receita pública federal. Esperamos, em breve, uma solução favorável das autoridades referidas.

O setor de rochas ornamentais do Brasil foi incluído dentre os segmentos mais dinâmicos na composição da pauta das exportações brasileiras, cujas vendas externas já superaram US\$270 milhões no ano passado. Tudo indica que esse segmento poderia superar a meta de US\$600 milhões fixada pelo Programa Especial de Exportações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que estabeleceu para o ano de 2003 a meta de US\$600 milhões a que nos referimos.

Todo o setor se mobilizou para atingi-la, melhorando suas plantas industriais, modernizando seu parque produtivo e elevando, por via de consequência, sensivelmente a qualidade e a competitividade dos produtos, que passaram a ter maior valor agregado, ampliando-se a participação de produtos acabados (laminados e ladrilhos, por exemplo), nas vendas totais.

O setor de rochas ornamentais realizou pesados investimentos, tanto com recursos próprios dos empresários quanto com o aporte de financiamentos oficiais.

A crise energética, ao estabelecer quotas de consumo por empresa, atingiu, em cheio, as unidades mais dinâmicas do setor, que buscaram ampliar suas vendas no mercado externo, acarretando, muitas vezes, situações de difícil solução para as empresas, relacionadas com os compromissos financeiros assumidos com os bancos financiadores e com os compromissos firmados contratualmente com seus clientes.

De fato, a expansão da produção e a melhoria da qualidade dos produtos não puderam se realizar efetivamente com a impossibilidade – dada a restrição do fornecimento de energia – de se colocar em movimento novas instalações e máquinas mais atualizadas.

Em nosso Estado, particularmente no principal pólo de produção e processamento de rochas ornamentais – Cachoeiro de Itapemirim – essa situação tem-se mostrado especialmente dramática, porquanto houve uma enorme mobilização e incentivo entre as empresas do setor – estimuladas, inclusive, por parte do Governo Federal através do Programa Especial de Exportações –, que passaram a vislumbrar seriamente as perspectivas oferecidas pelo mercado internacional e a ampliar sua participação no mercado doméstico de pisos e revestimentos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fazemos essas considerações tomando por base a exposição de motivos encaminhada pela Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Espírito Santo, Centro Tecnológico do Mármore e Granito do Estado do Espírito Santo e Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Extração e Beneficiamento do Mármore e Granito de Cachoeiro de Itapemirim, dentre outras entidades representativas, datada de 31 de julho deste ano, em que a situação de crise do setor é relatada nos diversos aspectos já mencionados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Ricardo Santos, interrompo V. Ex^a para dizer

que prorrogo a sessão por cinco minutos para que V. Exª termine seu discurso.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES)

– Temos de encontrar uma solução que impeça o estrangulamento desse segmento industrial classificado como um dos setores de maior potencial de ampliação de vendas no mercado externo.

Nesse sentido, já estamos realizando gestões junto ao Ministro Pedro Parente, da Câmara Nacional de Gestão do Setor de Energia Elétrica, objetivando atender à justa reivindicação do setor de mármore e granito do Estado do Espírito Santo, que solicita a flexibilização dos critérios adotados para a fixação de quotas, baseada na redução de 20% do consumo de energia elétrica, calculada sobre a nova potência instalada nas unidades industriais após os investimentos realizados pelo setor a partir de setembro de 2000. Outras soluções que possam ter o mesmo efeito de flexibilizar o fornecimento de energia para o segmento deveriam ser estudadas em profundidade pela Câmara Nacional de Gestão de Energia, a exemplo de estudos assemelhados que vêm sendo realizados para outros segmentos econômicos, considerando critérios de análise do referido órgão e que levem em conta: os investimentos realizados pelos empresários; o número de empregos a ser gerados com a expansão da produção; o valor das vendas externas a serem acrescidas às exportações brasileiras e a expansão do setor para o mercado doméstico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha pelo restante do tempo da prorrogação concedida ao Senador Ricardo Santos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP.

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª e também ao Senador Ricardo Santos. Serei breve, colaborarei com a Mesa.

Desejo apenas comunicar ao Plenário e à Nação que o Senado estará promovendo um simpósio nos dias 28 e 29 de agosto – terça e quarta-feira da próxima semana –, numa parceria com o Conselho Nacional de Saúde e a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, presidida pela Deputada Laura Carneiro. Quem representa o Senado na coordenação desse evento é a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, presidida pelo Senador Romeu Tuma. O Senado está, conjuntamente com essas instituições, promovendo esse simpósio sobre saúde suplementar e fazendo um balanço da

regulamentação dos planos de saúde nesse período de três anos de vigência da Lei de Planos e Seguros de Saúde.

Recentemente, houve um momento conturbado com a edição da medida provisória, mas, como já é de conhecimento da Nação que o Governo retirará, na próxima edição da medida provisória, os pontos polêmicos que causaram grande reação da opinião pública, o simpósio acontecerá em clima de normalidade no Auditório Petrônio Portella.

Convido todos os Srs. Senadores e Srs. Deputados Federais, os interessados nesse assunto de planos e seguros de saúde e todos os segmentos sociais que participam desse setor para estar presentes ao simpósio. A abertura ocorrerá no dia 28 de agosto, terça-feira próxima, às nove horas da manhã, no Auditório Petrônio Portella. O evento se seguirá durante todo o dia de terça-feira e também na quarta-feira, dia 29.

Lembro também, Sr. Presidente, que a Comissão de Assuntos Sociais realizará, nesses mesmos dias, somente em horário diferente, na sala de reunião dessa Comissão, duas importantes audiências públicas sobre o projeto de lei que regulamenta a aplicação do silicone no organismo humano. O referido projeto proíbe o uso de silicone líquido no organismo humano e estabelece regras para o implante da prótese de silicone.

Sou Relator desse projeto, já realizamos uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais e haverá outras duas nos dias 28 e 29, terça-feira e quarta-feira, respectivamente, às 10 horas. Vários Senadores solicitaram vista do projeto e, portanto, pretenho opinar. É fundamental que esses Parlamentares interessados estejam presentes nessas reuniões na Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigado, mais uma vez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores João Alberto Souza, Valmir Amaral, Eduardo Siqueira Campos, Carlos Bezerra, Romero Jucá, Francelino Pereira e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs. serão atendidos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil é um país que tem pressa de aprender. Provamos a verdade as notícias veiculadas pela imprensa em meados deste mês de agosto, comentando a explosão dos cursos superiores de curta duração, seja criados por

instituições de ensino tradicionais, seja os elaborados para difusão por meio da Internet.

Nos anos setenta, graças à Lei nº 5.692, de agosto de 1971, os brasileiros descobriram os cursos supletivos, uma solução razoavelmente veloz para os que não possuíam formação de nível fundamental ou médio. Nos últimos anos, a facilidade de cursos rápidos chegou ao ensino superior. As universidades podem oferecer os chamados cursos sequenciais, com duração de dois anos e com direito a diploma de ensino superior.

Em 1999, segundo dados do Censo do Ministério da Educação, havia 10.200 vagas em cursos de curta duração. Em 2001, a estimativa é de que existam 200.000 vagas. Para 2002, as vagas deverão superar um milhão somente em 29 campos da Universidade Paulista – Unip, uma universidade particular.

Os cursos de curta duração nasceram da necessidade de satisfazer à demanda do mercado que nem sempre precisa de profissionais com faculdade completa, mas de técnicos mais bem qualificados do que os egressos do ensino médio.

Ao lado dos cursos sequenciais, ultimamente, vem ocorrendo outra grande explosão: os cursos ministrados por meio da Internet. Estima-se que existam mais de 30.000 cursos **online**, no Brasil. São cursos que abrangem um universo enorme do saber. Oferecem graduação e pós-graduação, treinamento ou informação, passatempo e lazer, ou simplesmente curiosidades. Nesse campo, o projeto mais ambicioso é o da Universidade Pública Virtual do Brasil – a Unired, um consórcio constituído de 68 instituições públicas.

Na primeira quinzena de agosto, realizou-se, em Brasília, o VIII Congresso Internacional de Educação a Distância. No evento, o ensino pela Internet foi o tema principal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, louvável, de um lado, a dinâmica criativa dos setores que se ocupam dessas inovações. São setores que captam as necessidades da população e as demandas do mercado com extraordinária rapidez. No entanto, preocupa-me grandemente a não correspondente e concomitante rapidez com que o Estado reage e acompanha essas iniciativas, em defesa da clientela que acorre a tais cursos. O campo é vasto e, sem o controle do poder público, a população pode ter as expectativas ludibriadas e lesados seus objetivos e economia.

No que se refere aos cursos de curta duração, por exemplo, muitas instituições, no afã de conquistar novos alunos a um custo bem menor do que o da gra-

duação normal, abrem cursos sem obedecer à orientação do Ministério da Educação. Na área da saúde, onde têm ocorrido os maiores problemas, a maioria dos conselhos de medicina já emitiu normas que proíbem o registro de diplomas de cursos sequenciais. O Conselho Federal de Nutricionistas – CFN considera um risco as novas especializações, entre elas a de nutrição de atletas. Há cursos de curta duração de jornalismo com alunos já formados, mas sem diploma, porque o curso não foi autorizado pelo Ministério da Educação. Há cursos sequenciais de psicologia em Universidades Estaduais, totalmente irregulares. O Ministério da Educação, porém, pouco pode fazer para deter a rapidez com que são instalados esses cursos. As universidades têm autonomia para abri-los. A análise do Ministério só é feita após um ano de funcionamento.

Na área da Internet, no Brasil, há proliferação de cursos de aperfeiçoamento profissional, mas o Ministério ainda não reconhece a legitimidade desses cursos. Enquanto a multiplicação de sites cria uma alta quantidade de novas opções para quem pretende estudar pela rede, os especialistas apenas começam a avaliar para definir até que ponto é válido e profundo o aprendizado virtual. Nesse âmbito, aliás, dão-se implicações de grande abrangência, pois a introdução da nova tecnologia requer mudança de mentalidade, de forma a encaminhar para a construção de sólido arcabouço de saber e não apenas para operacionalizar formas ágeis de transmissão.

Há grande avanço tecnológico, mas quase nada em matéria de um modelo pedagógico para usar adequadamente os instrumentos do avanço. A arrancada do ensino **online** foi impulsionada por engenheiros que criaram atraentes **software**, mas é quase nula a presença de pedagogos no processo e são escassas as pesquisas sobre quais os métodos de ensino são mais adequados. Assim, não há uma pedagogia para o modelo da Internet.

O País, no entanto, já possui boas experiências quanto ao ensino à distância. Lembra aqui o Instituto Universal Brasileiro com seus cursos de eletrônica, corte e costura, desenho artístico, mecânica de automóveis e auxiliar de escritório por correspondência. Nos seus sessenta anos de existência, já atendeu a quatro milhões de pessoas. Outras experiências poderiam ser lembradas como exitosas no ensino à distância: o Projeto Minerva, para a qualificação de professores, e o Mobral, para vencer o analfabetismo. Mas uma grande lentidão das instituições envolvidas com o ensino e do governo atrasa o dinamismo e a criatividade nesse campo. Enquanto isso, gigantes

como a Unext.com, dos Estados Unidos, prepara-se para atender ao mercado empresarial do Brasil com o ensino à distância.

Outro problema é saber se o Ministério da Educação, cujo acompanhamento dos cursos formais de curta duração já é deficiente, terá mecanismos de fiscalização para garantir a qualidade dos cursos, tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto no que se refere à obediência à legislação específica. Pesquisas feitas nos Estados Unidos demonstram que o percentual de evasão dos alunos da Internet é muito alta, mais de 70 %, e o índice de empregabilidade dos que concluem tais cursos, muito baixo.

A consequência do despreparo e da ineficiência nesse campo, em breve tempo, serão avançadas de alunos, que pagaram e se formaram, batendo à porta da Justiça para reivindicar o registro dos diplomas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem pressa de aprender. O Brasil é uma imensa escola em potencial. É imperioso também que haja pressa, arrojada e competência na estruturação de mecanismos de acompanhamento e fiscalização. Do contrário, os brasileiros demandantes desses cursos estarão sujeitos a percorrer uma longa **via-crucis**, ladeada de especialistas em tirar proveito das necessidades da população, aventureiros da captura fácil de recursos, uma **via-crucis** povoada de revolta, de certeza de injustiça, de desesperança, de desilusão, de sentido de abandono, e de gastos consideráveis para quem já tem economia curta.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no estado de direito não se justifica a omissão governamental com relação à Lei Maior, a nossa Carta Magna, que, com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1998, passou a conter dispositivo que assegura a todos os servidores a revisão em suas remunerações. Esse direito está consagrado no Inciso X do art. 37, no qual consta que é “...**assegurada revisão geral anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

Todos sabemos que a última vez que ocorreu uma revisão geral nas remunerações dos servidores públicos foi em janeiro de 1995. Portanto, em janeiro de 2002 já se estará chegando a sete anos sem reajuste.

Com toda a corrosão salarial ocorrida durante o período, é necessário que o Governo tenha sensibilidade, principalmente em relação aos servidores das categorias mais baixas, pois algumas carreiras pas-

saram por uma remodelação, por assim dizer, nas suas estruturas de cargos e salários, tendo melhorado significativamente sua situação. Isso, no Poder Executivo, pois, nos outros poderes, os servidores continuam amargando uma defasagem que vem deteriorando irreversivelmente seus padrões de vida. Essa perda de qualidade influi, com certeza, no rendimento, pois é previsível que se busquem outras fontes de renda, como é o caso de policiais que fazem o reforço de seus salários trabalhando como seguranças particulares, e, da mesma forma, pode ocorrer com outros que buscam complementar sua renda, disfarçadamente, por meio de atividades comerciais ou no mercado informal de trabalho.

As perdas acumuladas no período são estimadas em mais de 75% pelas entidades representativas da categoria, baseadas em dados das pesquisas econômicas de maior credibilidade em relação ao cálculo da inflação do período. Isso significa uma perda brutal de poder aquisitivo com reflexos inquestionáveis na qualidade de vida.

Cidadãos que antes mantinham os filhos em escolas particulares, em busca de uma melhor qualidade de ensino, vêem-se na contingência de colocá-los em escolas públicas; e outros gastos que não podem ser considerados luxo, a exemplo do citado, acabam sendo cortados. Além disso, mesmo ocupando cargos que exigem uma boa apresentação no que diz respeito ao vestuário, os servidores não conseguem mais apresentar-se como seria recomendável devido à queda de poder aquisitivo.

Primeiramente, os trabalhadores do serviço público foram obrigados a apertar os cintos; agora, já estão cortando na carne.

O argumento da necessidade de ajuste fiscal não pode servir como justificativa para protelar ainda mais a satisfação desse direito dos trabalhadores públicos.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão unânime sobre ação de inconstitucionalidade proposta por Partidos de Oposição, manifestou-se pela necessidade de o Governo cumprir o que está determinado na Constituição. O Presidente do STF afirmou que o congelamento dos vencimentos dos servidores públicos “é incompatível com o pressuposto da observância irrestrita das normas constitucionais”. Aliás, esse fato vem causando algum mal-estar no relacionamento entre os Poderes Executivo e Judiciário, pois as declarações do Presidente do STF de que o Governo tem, sim, a obrigação de fazer a revisão anual dos salários, na imprensa falada, escrita e televisiva, não agradou aos dirigentes do Poder Executivo que de-

fendiam o congelamento, por assim dizer, dos salários dos servidores, sob o argumento de que o reajuste traria gastos excessivos, prejudicando a realização das metas econômicas acertadas com o Fundo Monetário Internacional. O Ministro Marco Aurélio Mello, Presidente do STF, advertiu que a elevação dos vencimentos é obrigatória, tanto para efeito de manter íntegro o ordenamento jurídico, quanto para sustentar a harmonia dos Poderes.

Colocados contra a parede perante a opinião pública, dirigentes governamentais acenam agora com um reajuste irrisório, numa faixa entre 3 a 5% para todos os servidores. Entendemos que o Governo faz desse anúncio um balão de ensaio, pois o descontentamento provocado forçaria a uma negociação intensa por parte dos representantes das categorias e, no que se refere aos parlamentares, na destinação e aprovação de verbas orçamentárias específicas.

É inaceitável que se continue massacrando os servidores públicos e, ao mesmo tempo, se jogue toda a culpa da ineficiência da máquina administrativa sobre as costas dos mesmos, quando são tão desprestigiados pelos dirigentes e vítimas de uma política de arrocho impensável até mesmo enquanto estivemos sob o regime militar.

Creio que não adianta alongar-me sobre o assunto, que está em evidência há bastante tempo e já foi objeto de pronunciamento de vários dos nobres Colegas.

Apenas que rojuntar-me ao coro dos que defendem um tratamento mais justo, digno e, por que não dizer, humano para os trabalhadores que são responsáveis pelo funcionamento da máquina que executa todas as ações de governo, tanto no Poder Legislativo, como no Poder Executivo e no Poder Judiciário.

Consciência das dificuldades por que passa o País, na qualidade de homens públicos, todos temos nesta Casa; porém não é justo que as metas de ajustes acertados com organismos internacionais sejam atingidas à custa do sacrifício dos servidores.

Espero que o bom senso prevaleça, assim como o estado de direito e a obediência às normas constitucionais, e que o Governo defina para o próximo ano um índice minimamente aceitável e possível para o início da recuperação do poder aquisitivo e da dignidade do trabalhador público.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO)—Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com quanto possa parecer ocioso aqui repisar, o fato é que nunca é demais ressaltar que, sem Educação, o progres-

so e o desenvolvimento socioeconômico são absolutamente inviáveis.

De que forma nações como os Estados Unidos, a França, a Alemanha, os países nórdicos, o Japão e a Austrália, dentre outras, logram um significativo e sofisticado desenvolvimento? Indubitavelmente, em decorrência da prioridade que sempre outorgaram à instrução e à qualificação de suas populações.

Neste contexto, a grande questão, que ainda está por ser resolvida pelos países classificados atualmente como emergentes, dentre os quais se insere o Brasil, é a referente à Educação.

Em verdade, a baixa escolaridade de nossa população, além da terrível mancha do analfabetismo, constituem não apenas fatores preponderantes para as desigualdades sociais em nosso País, como também afetam determinantemente nosso desenvolvimento econômico.

O fato doloroso, brutal, é que ainda contamos com quinze milhões de analfabetos com idade igual ou superior a quinze anos. São treze virgula três por cento de brasileiros adultos que não sabem ler e escrever (o que equivale à população do Chile), sem contar-se os vinte e nove vírgula quatro por cento de nossos patrícios que são analfabetos funcionais, ou seja, que não logram concluir as quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Evidentemente, o Governo não está de braços cruzados, muito pelo contrário. Sabemos que o Ministro Paulo Renato, da Educação, vem enviando o melhor de seus esforços no sentido de mudar radicalmente o panorama desolador a que nos referimos, mas o fato é que se trata de uma tarefa gigantesca, que deve estar no número um na hierarquia das prioridades governamentais.

Afinal, não é motivo de nenhum orgulho sermos o País mais desigual de toda a América Latina. É uma mácula que deve ser extirpada de nosso meio social, com o máximo empenho não apenas do Governo, mas de toda a sociedade, de todas as entidades representativas dos diversos segmentos da população.

A essa altura, sem querer fazer a apologia do Governo do nosso Estado do Tocantins, não podemos, no entanto, deixar de registrar que, na mais nova Unidade da Federação, a Educação é prioridade máxima.

Tanto isso é verdade que, além da execução de um ousado programa de erradicação do analfabetismo, há, no Estado, uma importante democratização do ensino, inclusive com professores especializados.

No ano passado, por exemplo, e no primeiro semestre deste exercício, foram aplicados na Educação cerca de vinte e seis vírgula quinze por cento da receita líquida do Estado, sabendo-se que a Constituição Federal determina a aplicação compulsória de percentual menor, de vinte e cinco por cento.

Somente neste ano de 2001, já foram repassados catorze milhões e meio de reais para o Programa da Escola Autônoma de Gestão Compartilhada, aplicados na manutenção dos estabelecimentos de ensino, na aquisição de material pedagógico e em outras atividades necessárias à assistência e ao bem-estar dos alunos.

Estão sendo executados vinte e cinco programas educacionais, que abrangem duzentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e três estudantes, em quinhentas e trinta e nove escolas estaduais.

No segmento da educação infantil, os professores são especializados, viabilizando o processo de aprendizagem de oito mil, quinhentas e noventa e cinco crianças matriculadas em duzentos e setenta e três escolas estaduais.

A rede de ensino fundamental do Estado, atende a cerca de duzentos mil estudantes, em quinhentos e trinta e três estabelecimentos de ensino.

No ensino médio, há projetos como o Alvorada, cuja meta é equipar e mobiliar os estabelecimentos de ensino, capacitando os professores, e o de Investimentos na Escola Jovem, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o MEC.

Aliás, merece destacar o fato de ser o Tocantins o primeiro Estado da Região Norte a implementar, em todas as escolas estaduais, a Escolarização da Alimentação Escolar, já a partir de 1996, o que significa que o cardápio da merenda é definido de acordo com os usos e costumes de cada região, sendo a compra dos alimentos efetivada pelos próprios Municípios, o que contribui para a dinamização das atividades econômicas locais.

Também os estudantes com necessidades educacionais especiais são atendidos por professores capacitados e especializados, havendo preocupação em sua breve integração na escola regular.

Seria tedioso, aqui, enumerar todas as iniciativas governamentais tocantinenses na área educacional.

Mas não podemos deixar de registrar, Sr. Presidente, que o Programa ABC da Cidadania, que conta com comitês instituídos nos cento e trinta e nove Municípios do Estado, já alfabetizou vinte e cinco mil pessoas, mas seu objetivo, como dissemos, é erradicar literalmente o analfabetismo do Tocantins.

Queremos, por derradeiro, assinalar que, desde os idos de 1991, vem sendo executado o Programa de Educação Indígena, que atende toda a população das aldeias Xerente, Karajá, Apinajé, Javaé e Krahô,

contando com dois mil alunos em sessenta e três escolas, onde lecionam cento e cinco professores. O projeto implica na formação e acompanhamento de docentes índios, com proposta educacional bilíngüe, preservando o idioma, a cultura e as tradições dos grupamentos indígenas.

Concluindo, desejamos nos congratular com a administração estadual tocantinense por sua eficiente política educacional, esperando que esse edificante exemplo se estenda por todo o País.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Deputado Hermes Parcianello, que dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias, se destaca pelos enormes benefícios sociais que promete. Naverdade, trata-se de uma norma que vai legislar sobre as condições empregatícias em que são contratados os trabalhadores comumente denominados de “carregadores e ensacadores” de café, algodão, sal, cereais e outros produtos agrícolas. Estima-se, hoje, uma população nada desprezível de 200 mil brasileiros desempenhando essa função.

Historicamente, tal faixa de trabalhadores abrangia, até a primeira metade do século vinte, apenas aqueles carregadores e ensacadores de café que transportavam a mercadoria nos espaços restritos dos armazéns portuários do Instituto Brasileiro do Café. Com o decorrer do tempo, da simples carga e descarga de café passaram a movimentar mercadorias de todos os tipos e de diversas procedências, mesmo para empresas situadas fora da faixa portuária. Até então, para estas empresas, o trabalho de igual valor era unicamente executado pelos chamados “arumadores”.

A boa receptividade empresarial foi bastante generalizada, incorporando setores ligados à pecuária e à agricultura. Resultou daí uma expansão bem significativa do número de trabalhadores classificados como carregadores e ensacadores no País. O próprio Ministério do Trabalho reconheceu a ampliação, a ponto de decidir pela expedição de portaria específica, que previa a inclusão da categoria no Quadro de Atividades e Profissões da CLT. Mais abrangentemente, em vez de carregadores e ensacadores, a portaria enquadrou os profissionais na categoria de “trabalhadores na movimentação de mercadorias em geral”.

Contudo, nos dias atuais, os trabalhadores do setor ressentem ainda da ausência de uma norma legal que lhes assegure uma definição mais precisa dos serviços por eles desenvolvidos. Representantes da categoria ressaltam que, até 1993, o exercício profissional era regulado pelas mesmas leis aplicáveis aos

avulsos que operavam na área do porto. Na quele ano, o Governo revogou, de um só golpe, todas as normas legais que disciplinavam o trabalho portuário, sem levar em consideração os que operavam fora da área do porto.

Outro ponto polêmico, que deve ser esclarecido com a aprovação do projeto, é a definição da diferença entre o trabalhador "avulso" e o trabalhador "autônomo". Apesar das semelhanças funcionais, há distinções extremamente significativas de ordem estrutural. Enquanto o autônomo dispõe de liberdade suficiente para estabelecer as condições de trabalho e remuneração, o avulso atravessa necessariamente um processo de dependência e intermediação na seleção e na arregimentação laborais.

Em outras palavras, enquanto o autônomo se caracteriza como prestador de serviços que oferece sua capacidade laboral em troca de uma contrapartida remuneratória, fazendo-a a título individual, a força de trabalho avulsa delega ao sindicato o poder legal de administrá-la e controlá-la. Desse modo, cumpre obrigatoriamente ao sindicato exercer o papel de negociador nas ocasiões de fixação de critério remuneratório, bem como de estipulação, cobrança e distribuição dos adicionais indenizatórios antecipados, pagos a título de férias, 13º salário e FGTS.

Desprovidos de uma norma legal disciplinadora do respectivo exercício profissional, os trabalhadores em questão têm-se, precariamente, valendo de decisões judiciais, convenções ou acordos coletivos de trabalho e pareceres do Ministério do Trabalho, para dirimir dúvidas sobre quais tarefas especificamente lhes compete realizar. Isso acontece porque toda vez que uma empresa investiga a legislação que define os direitos desses trabalhadores não recebe uma resposta convincente por parte das leis vigentes.

No fundo, trata-se de uma injustiça que deve ser rapidamente revertida. Pois são trabalhadores humildes cujo ideal maior consiste, unicamente, em ver assegurado o direito ao trabalho em condições honestas de vida. Mais legítimo do que em tempos anteriores, esse direito, nos dias de hoje, lhes deve ser assegurado até mesmo como forma de redução do desemprego crescente no Brasil.

Nesse contexto, o Projeto de Lei do Deputado Hermes Parcianello vem ao encontro das reivindicações elementares dessa categoria trabalhista, definindo em seu artigo o que considera ser a natureza dos serviços rotulados como "de movimentação de mercadorias". Assim, nessa grade, enquadram-se atividades de carga, descarga, arrumação, remoção, empilhamento, catação, desempilhamento, ensaque, conserto de embalagens, transbordo e operações semelhantes.

Diante disso, não há como a Legislação brasileira deixar ao desabrigo da proteção social os trabalha-

dores vinculados à movimentação de mercadorias em geral. Que se cumpram os ditames da própria Constituição, quando exige a existência de uma sociedade mais justa e solidária, a paz de conduzir a paz social e o bem-estar para todos os cidadãos, sem cometer qualquer ato de discriminação.

Para concluir, a aprovação desse projeto eliminará, por completo, os sucessivos enquadramentos e conceituações errôneas, em virtude dos quais os trabalhadores de movimentação de mercadorias são, injustamente, tratados pelos empregadores. Com a convicção de que o Projeto de Lei nº 3969-A, do Deputado Hermes Parcianello, conta com o apoio incondicional das diversas bancadas de que é composto o Congresso Nacional, presto minha singela contribuição, na direção de uma maior celeridade em sua tramitação.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) –

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o processo de globalização dos mercados conduziu o mundo empresarial a novos padrões de comportamento. Se ao longo do século XX o segredo era visto como "a alma do negócio", hoje se exige do empreendedor, além de transparência, legitimidade social.

Esses os termos com os quais o Presidente Phillippe Reich formulou a "Mensagem aos Acionistas", na apresentação do "Balanço Social 2000" da Petrobras, que há pouco recebemos.

Atualmente, considera-se que a prestação de contas, aliada à amplitude de informações, tem importância crescente nas agendas internacionais. Isso significa que os empreendimentos devem conjugar a compatível direção corporativa à responsabilidade social, sem o que perderão espaço num mercado que lhes exige "mais ética, transparência, compromisso com os seus empregados e com a sociedade".

Portanto, não basta à empresa cumprir as leis, recolher os tributos e respeitar as normas de segurança e saúde dos trabalhadores. Mais do que isso, deve contribuir para uma sociedade mais justa e observar que a cidadania, despertada pela globalização, fortalece o movimento ambientalista, em sua válida tarefa de vigilância e de indução dos legislativos, no rumo da elaboração de normas progressivamente restritivas e exigentes.

Citam-se os episódios de vazamento de óleo na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e no Rio Iguaçu, no Estado do Paraná, como exemplos dessa atualidade, para consignar que jamais a Petrobras foi tão justamente cobrada pela sociedade. Segue-se, daí, que a responsabilidade social, ingressando como parte no empreendimento, passou a ser vista até mesmo como estratégia de sobrevivência.

Entende o Presidente Phillipe Reischtl que esses acidentes custaram caro para a imagem e o caixa da empresa. Ao pagamento de multas e indenizações, mais os investimentos destinados à reparação dos danos, são exigidos R\$ 1,8 bilhão, em três anos, especificamente para as áreas de gestão ambiental e de segurança operacional. Também, em razão de les, as áreas de meio ambiente, segurança e saúde foram levadas a integrar a nova estrutura da presidência da Petrobras.

Os acidentes demonstraram que a empresa, conquanto seja a que mais investe em segurança, meio ambiente, saúde, projetos comunitários, educacionais e culturais, "ainda precisava fazer muito mais". Determinaram mudanças estruturais e inseriram a responsabilidade social na estratégia a ser observada nos próximos anos, tendo em vista que a Petrobras deve gerar valor para os seus acionistas e para a comunidade.

Tratando-se de uma empresa do Governo, "da nação brasileira, do contribuinte brasileiro", tem a obrigação de oferecer a exame todos os exatos números de sua contabilidade e, ao mesmo tempo, o seu balanço social, para que os seus acionistas e todo o povo também avaliem, nesse campo de tanta importância para a nossa sociedade, a correção do seu desempenho.

Hoje, enfatiza-se que o mercado internacionalizado passa por uma "revolução cívica", que impõe a observância da ética nas relações entre as empresas e delas com a sociedade. O cidadão, ao consumir, exige a contrapartida da responsabilidade social, estabelecendo um novo padrão de qualidade das empresas no relacionamento com a clientela, os seus empregados e fornecedores, assim também com o meio ambiente e a sociedade.

Dessa forma, o Relatório confirma que a Petrobras efetivou o investimento recorde de R\$ 642 milhões, no exercício a que se refere, para as áreas social, ambiental, cultural e corporativa, com o que se confirma o acerto das diretrizes estabelecidas pelos seus administradores.

Por setores, o Balanço Social destaca que as áreas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde mobilizaram a maior parte dos investimentos, constituindo o núcleo da posição política assumida pela empresa em seu relacionamento com a sociedade, a partir da tragédia da Baía de Guanabara, em 18 de janeiro.

Apesar dos permanentes cuidados nas áreas de Segurança e Meio Ambiente, tornou-se imperiosa a criação do maior e mais ambicioso programa de excelência nesses setores. No exercício a que se refere o Relatório, foram investidos R\$ 550 milhões, do total de R\$ 1,792 bilhão a serem empregados até 2003, contemplando essas áreas, especialmente nas tarefas de contenção do derramamento do óleo, recuperação das áreas afetadas, monitoramento e indenizações.

Na área de Saúde, a Petrobras implementou diversas ações direcionadas à prevenção e ao controle dos riscos relacionados ao ambiente de trabalho, assim como à promoção de melhorias da qualidade de vida dos trabalhadores, de suas famílias e das comunidades onde atua.

Entre as iniciativas na área do Meio Ambiente, devem ser relacionados os Projetos Tamar; Peixe Boi; Baleia Jubarte; Peixes nas Plataformas; Laje do da Sol da de; Costão; Siga Bem; Rio dos Sinos; recuperação de Áreas Degradadas pela Mineração do Xisto; e Remanescentes de Floresta Atlântica.

Na área de Projetos Comunitários, devem ser referidos a Escola de Esportes; a Ressocialização através da Arte; Pintando um Futuro Diferente; o Projeto Clicar; o Programa Chafariz Comunitário; o Centro Cultural BR Mangureira; os Projetos de Voluntariado; o Leia Brasil; o Universidade Solidária; o Vila Olímpica da Maré; o Terra Pronta; o Mãe Gentil; o Salão do Encontro; o Garrafas que Viram Móveis; o Turismo e Saúde; o Saúde no Farol; e o Vida e Saúde, de prevenção da dependência química, da violência, de problemas familiares, de doenças sexualmente transmissíveis, de prostituição infanto-juvenil e de gravidez na adolescência.

Por fim, na área cultural, a Petrobras mantém os Projetos Anima Mundi, um dos maiores festivais de cinema em todo o mundo; Flautistas Pró Arte, que há 11 anos reúne crianças e adolescentes que tocam instrumentos de sopro; Braguinha para Crianças, de preservação da memória musical do País; 500 Anos de Arte, exposição realizada como parte das comemorações pelos 500 anos do Descobrimento; e Êxodos, que divulga o trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado.

Em síntese, o Balanço Social 2000, da Petrobras, constitui documento revelador da superação de uma época de muitos enganos e segredos, vencidos pela transparência de seus atuais métodos de ação.

No seu todo, possibilita o conhecimento amplo e fidedigno de sua história, marcada pela preocupação com as comunidades onde atua e pelo zelo permanente e amplo com a qualidade de vida de seu corpo funcional, confirmando-a como a empresa de mais valiosa retribuição à sociedade, sob as formas de benefícios sociais, de patrocínio de iniciativas da comunidade e de relevante contribuição cultural.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Centro Cultural do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, promove, desde a última segunda-feira, uma das mais significativas exposições versando sobre o Surrealismo, com quadros, conferências, vídeos e seminário.

O Surrealismo, o famoso movimento iniciado por Salvador Dalí, inspirou artistas no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Daí a relevância da iniciativa.

O Centro, responsável pela mostra, é um sonho que acalentamos, idealizamos e construímos, em minha passagem pelo Banco do Brasil, como vice-presidente. O Centro Cultural é uma das realizações do meu maior sonho, e desde o começo vem exercendo notável contribuição à cultura brasileira. E vem marcando presença no meio cultural brasileiro, com iniciativas de grande porte, como essa sobre o Surrealismo, que se estenderá por 60 dias.

Ao longo desse período, quem quer que passe pela Rua 1^o de Março, no centro do Rio, logo verá, suspenso na rotunda da cúpula do Centro, o símbolo oficial da Mostra.

É um símbolo inspirado num trabalho de Magritte: um grande peixe, o *Peixe Solúvel* ou, no original, **Le Poisson soluble**. Com 12 metros de comprimento, o rosa de sua cor chama a atenção para a exposição.

Dessa Mostra constam 300 obras, procedentes de 64 instituições e de coleções particulares e privadas do mundo inteiro.

Por aí se avalia a importância dessa louvável iniciativa, que pretende mostrar ao público brasileiro um panorama bastante abrangente do movimento que tornou conhecidos Salvador Dalí, Joan Miró e René Magritte.

É também a oportunidade para avaliar até que ponto o Surrealismo influenciou alguns artistas plásticos brasileiros.

Esse tipo de contágio está, por exemplo, presente em Tarsila do Amaral, que nos ofereceu *O Vendedor de Frutas*, em 1925, e, três anos depois, *Urutu*. Até mesmo Cândido Portinari, um dos expoentes da pintura brasileira, revelou traços de surrealismo em obras como *Paisagem de Brodosqui* e *Os Espantalhos*.

Como eles, outros ilustres nomes do cenário das nossas artes plásticas receberam algum tipo de influência do Surrealismo, como Santa Rosa, Djanira, Reynaldo Fonseca e Maria Martins.

Quero aplaudir, no plenário do Senado Federal, mais essa iniciativa do Centro Cultural do Banco do Brasil, com meus cumprimentos, em particular, ao seu presidente, Eduardo Guimarães, e ao presidente do Conselho de Administração, Paulo Zaghen.

Essa exposição tem, além de outros objetivos, o caráter didático de lembrar e explicar um dos mais importantes movimentos artísticos, iniciado há pouco menos de 100 anos.

O Surrealismo, se não foi o movimento que ganhou difusão mais rápida em todo o mundo, sem dúvida figura como o que por mais tempo permaneceu em circulação, tanto no exterior como no Brasil. E também o de maior popularidade, seja pelo exotismo, seja pela qualidade de suas produções.

Pela oportuna iniciativa, registro, neste plenário, minhas congratulações aos dirigentes do Banco do Brasil e, em particular, aos membros da diretoria de seu Centro Cultural, muito bem conduzido por Walter Nunes de Vasconcelos Júnior e pela equipe de diretores, Martha Maria de Souza Lima Pagy, de Artes Visuais; Kleuber de Paiva Pereira, de Artes Cênicas; e José Eduardo Dias de Oliveira, de Captação e Desenvolvimento.

Obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha presença na tribuna do Senado Federal prende-se, nesta oportunidade, à necessidade de comentar alguns fatos regionais que considero ser meu dever informar ao Senado Federal, por sua relevância maior para o Estado de Goiás, para o Distrito Federal e para a Região Centro Oeste.

Inicialmente, não poderia deixar de registrar a atuação positiva e conseqüente do Governo Federal e, especificamente, do Ministério dos Transportes, em relação à continuidade da duplicação da BR-060, rodovia que liga Anápolis

lis a Brasília, e da BR-153, no trecho de Aparecida de Goiânia a Itumbiara, obras que transcendem o atendimento ao fluxo regional, já que se constituem num significativo passo para a ligação entre a Capital Federal e os Estados de Goiás Minas Gerais e São Paulo.

Ao lado do justo reconhecimento pelas iniciativas que comentei, não posso deixar de renovar, desta tribuna, minhas solicitações ao Ministro dos Transportes para uma dedicação especial à situação de outro trecho da mesma BR-153, já na denominada Belém-Brasília, que liga Anápolis ao norte do Estado, a qual está em péssimas condições de trafegabilidade, inclusive com crateras por centenas de quilômetros.

Sr. Presidente, meu apelo não deve ser entendido como simplesmente o de um representante goiano, mas como de toda a região de influência da Belém-Brasília, de vital importância também para o Estado do Tocantins e para toda a Região Norte.

Ressalto, inclusive, que torna-se cada vez mais necessária a atenção do Governo em relação à Belém-Brasília, não só quanto à sua manutenção, mas já em relação à elaboração e viabilização orçamentária de um projeto para sua duplicação, evitando um colapso previsível no futuro, com graves reflexos na economia regional.

No norte de Goiás, a Belém-Brasília é o principal eixo de desenvolvimento, cortando todo o Vale do São Patrício, cuja pujança econômica é um dos baluartes do desenvolvimento de dezenas de municípios, por sua forte presença na pecuária de corte, na produção de cana de açúcar e de álcool, além de ser um pólo de confecções em plena expansão.

No mesmo sentido, tem-se caracterizado o Vale do São Patrício por uma crescente emancipação de sua rede rodoviária vicinal, de responsabilidade municipal, com abertura e pavimentação asfáltica das ligações entre os municípios e com as vias estruturais federais e estaduais.

É importante consignar a significativa presença de meu Partido, o PMDB, nas administrações e nas câmaras municipais da região.

Digna de nota, também, tem sido a expansão da oferta de ensino universitário na região, com a implantação de faculdades nos Municípios de Goiânia, Ceres, Rubiataba e Rialma.

Sr. Presidente, o permanente relato das condições regionais de meu Estado a V. Ex^{as} representa a manifestação de quem procura transmitir, de

modo isento e imparcial, o cuidado dos governantes de todas as esferas de governo com os mais diversos rincões de nosso País, elogiando e pleiteando, como com si de ro ser o de ver de qual quer ho mem público.

Especificamente, aos meus companheiros do PMDB, posso assegurar que temos, no Vale do São Patrício, um positivo exemplo da atuação administrativa de nossos correligionários, atentos aos problemas regionais e fiéis aos nossos princípios partidários. Estarei com eles, no próximo dia 25 de agosto, num abrangente encontro regional do PMDB, quando reuniremos representantes de 23 municípios num conclave de discussão e avaliação política e partidária de nossos caminhos.

Renovo, assim, aos companheiros de banca e demais correligionários, o convite para que lá estejam e venham comprovar, *in loco*, as realizações de um PMDB em ação.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 452, de 2001 — art. 336, inciso II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 34, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 794, de 2001, Relator: Senador Wellington Roberto), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia em operação de crédito externo a ser realizada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S. — TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, no valor equivalente a até cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil, e dá outras providências.*

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2001
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 453, de 2001 – art. 336,
inciso II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que *autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município.*

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 3 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 44, DE 2001-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, "III", do Regimento Interno
Requerimento nº 386, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2001-Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa), tendo

Parecer sob nº 733, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 15 do corrente, quando foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame da Emenda nº 2, de Plenário.

(Com Relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Emenda nº 2, de Plenário, favorável, nos termos da Emenda nº 3

(Substitutiva), de Plenário, oferecida nos termos do § 6º do art. 133 do Regimento Interno – Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves).

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2000
(Votação nominal)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Peres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, tendo

Parecer sob nº 636, 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Bernardo Cabral, oferecendo a redação para o segundo turno.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 15, quando teve sua discussão encerrada, em 2º turno, com apresentação das Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, retornando à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Com Relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania favorável às Emendas nºs 1 e 2, de Plenário – Relator: Senador Sebastião Rocha).

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 8, DE 1995

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal (imunidade de ICMS), tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs

– 205, de 1998, de Plenário, Relator: Senador Esperidião Amin, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e

– 486, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 324, de 1998), Relator: Senador Jefferson Peres.

– 6 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE
2000

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do Recurso nº 16, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (nº 855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais, tendo

Parecer sob nº 714, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Roberto Freire, contrário, com voto vencido, em separado, do Senador Romeu Tuma.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 170, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2001 (nº 733/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 685, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 174, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2001 (nº 761/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova São Manuel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média cidade de São Manuel, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 686, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS
VALADARES, NA SESSÃO DE 14 DE
AGOSTO DE 2001 (DSF DE 15-8-01), QUE
SE REPUBLICA POR SOLICITAÇÃO DO
PARLAMENTAR, TENDO EM VISTA
ALTERAÇÕES FEITAS POR S. EX^a.**

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES
(PSB – SE) – Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES
(PSB – SE. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com tristeza que registro o falecimento, em Aracaju, capital do Estado de Sergipe, do ex-Governador Luiz Garcia.

Luiz Garcia, que deixa quatro filhos e vinte netos, morreu aos 90 anos de idade. Um de seus filhos, o ex-Deputado Gilton Garcia, chegou a ser Secretário de Estado da Segurança Pública, enquanto o Dr. Eduardo Garcia exerceu, com muita competência, o cargo de Magnífico Reitor da Universidade Federal de Sergipe, despontando no mundo intelectual como verdadeiro cientista a serviço dos sergipanos.

O Dr. Luiz Garcia teve uma militância política das mais brilhantes, das mais ousadas, das mais eficientes, honestas e construtivas. Foi candidato a Governador duas vezes pelo Estado de Sergipe. Na primeira vez, em 1947, tendo recebido o apoio do Partido de Luiz Carlos Prestes, do Partido Comunista – motivo pelo qual se fez uma campanha cerrada contra ele –, Luiz Garcia perdeu a eleição. Contudo, em 1958, conseguiu eleger-se Governador do Estado de Sergipe, fazendo um governo profícuo e realizador.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES
(PSB – SE) – Ouço V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral, com muito prazer.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Antonio Carlos Valadares, peço que V. Ex^a fale em nome deste seu amigo, uma vez que a minha convivência com o Dr. Luiz Garcia, bem como com o Gilton, foi muito afetiva, conforme V. Ex^a é testemunha. Peço-lhe que me dê a honra de falar em meu nome.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Procurarei exercer – não com o mesmo brilho de V. Ex^a, embora fique muito grato em representá-lo – a tarefa de registrar a morte de um amigo.

O ex-Governador Luiz Garcia – muito amigo de meu pai, Pedro Valadares, que foi Prefeito da cidade de Simão Dias – exerceu, com dignidade ímpar e de forma modelar, o Governo do Estado de Sergipe. Realizou obras que até hoje repercutem na administração, na economia do Estado, no seu desenvolvimento social.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Com muito prazer, ouço V. Ex^a, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Antonio Carlos Valadares, não obstante o fato de ser anti-regimental, eu queria associar-me a V. Ex^a na homenagem que faz, neste momento, ao ex-Governador Luiz Garcia. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Continuando, Sr. Presidente, o ex-Governador Luiz Garcia, quando esteve no Executivo estadual, teve o espírito e a visão de implantar o Instituto de Previdência do Estado, para cuidar da aposentadoria dos funcionários e dos pensionistas de Sergipe, uma instituição que prestou serviços inestimáveis e que hoje está vivendo uma crise em decorrência da falta de compromisso de determinados governantes para com ela. Criou também a empresa de saneamento do Estado, Deso, o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Sergipe, Condes – outra contribuição muito importante –, a estação rodoviária, que recebeu o nome de Estação Rodoviária Governador Luiz Garcia, e ainda transformou o antigo serviço de luz e força na Energipe, que terminou sendo vendida pelo atual Governo.

O Governador Luiz Garcia, egresso da União Democrática Nacional, exerceu também o mandato de Deputado Federal quatro vezes e foi o companheiro dileto do ex-Governador e ex-Senador da República Leandro Maciel, figura magistral da política sergipana. Com a maior lealdade e correção, administrou o Estado, a coisa pública, deixando um exemplo de eficiência e honradez. Abriu para o Estado de Sergipe a possibilidade de um desenvolvimento equilibrado e sustentado, com a criação do Banco do Estado de Sergipe – Banese, que, felizmente, até hoje existe e é uma instituição modelar da estrutura administrativa do Estado de Sergipe.

Nascido, em 1910, no pequeno Município de Rosário do Catete, no interior do Estado, mudou-se para a cidade de Aracaju, onde, pouco tempo depois, era eleito Deputado Estadual e, em seguida, Deputado Federal. Como falei, foi candidato a Governador por duas vezes. Vitorioso na política, saiu espontaneamente da vida pública, não desencantado, mas por considerar que a política poderia ser renovada, restaurada, receber sangue novo, um exemplo sadio que deve frutificar em todo o Brasil. Todos os políticos devem, em determinado momento da sua trajetória, abrir mão, deixar as ambições de lado, para que novas lideranças surjam em seus lugares.

Portanto, Sr. Presidente, do fundo do coração, faço esta homenagem ao ex-Governador Luiz Garcia, certo de que estou cometendo um ato de justiça. Muitos sergipanos gostariam de estar falando em meu lugar, para expressar em palavras os sentimentos do povo do nosso Estado, a falta que faz o ex-Governador Luiz Garcia, um político com "P" maiúsculo, voltado para os interesses da coletividade, das classes menos favorecidas, com visão extraordinária, e, acima de tudo, um homem bom, conciliador, devoto à religião, à sua família, aos seus amigos e leal à causa que abraçou.

Portanto, a minha palavra, neste instante, é de solidariedade à sua família e de orgulho por ter sido amigo de Luiz Garcia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ata da 99ª Sessão Deliberativa Ordinária em 23 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares
Carlos Wilson e Lindberg Cury*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Amir Lando – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos
Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo
Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos
Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo
Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernan-
des – Fernando Bezerra – Fernando Matusalém –
Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff –
Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata –
Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende –
Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinhei-
ro – José Agripino – José Alencar – José Coelho – José
Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sarney – Juvêncio
da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha –
Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Luiz Otavio – Luiz
Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Ma-
rina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira
Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney
Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo
Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon –
Pedro Ubirajara – Renan Calheiros – Ricardo Santos –
Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino
– Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha –
Sérgio Machado – Tião Viana – Valmir Amaral – Wal-
deck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – A lista de presença acusa o comparecimento
de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental,
declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, pro-
cederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DO MINISTRO DE
ESTADO DE MINAS E ENERGIA

Nº 237/2001, de 17 do corrente, encaminhando
as informações referentes ao Requerimento nº 370,
de 2001, do Senador Wellington Roberto.

*As informações foram encaminhadas,
em cópia, ao Requerente.*

*Foi anexada cópia ao processado da
Mensagem nº 247, de 2000.*

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Consti-
tuição que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Car-
los Wilson.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2001

**Acrescenta artigo ao Ato das Disposi-
ções Constitucionais Transitórias, a fim
de instituir o Fundo para a Revitalização
Hidroambiental e o Desenvolvimento Sus-
tentável da Bacia do Rio São Francisco.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Se-
na do Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Consti-
tuição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao
texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais
Transitórias é acrescido do seguinte artigo:

"Art. 84. É instituído, por vinte anos, o
Fundo para a Revitalização Hidroambiental

e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, com o objetivo de custear programas e projetos governamentais de recuperação hidroambiental do rio e de seus afluentes e de desenvolvimento sustentável da região banhada por eles.

§ 1º O Fundo será constituído por cinco décimos por cento do produto da arrecadação dos impostos de competência da União, deduzidas as vinculações ou participações constitucionais.

§ 2º O Poder Executivo publicará demonstrativo bimestral da execução orçamentária, discriminando as fontes e usos do Fundo.“

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É consensual a percepção de que muitos dos graves problemas socioeconômicos do Nordeste resultam da questão estrutural representada pela falta de água. Ao mesmo tempo em que abriga cerca de 30% da população brasileira, a região possui apenas 3% da água doce do Brasil, dos quais 70% provêm do rio São Francisco.

Já se encontram em estágio avançado os estudos referentes ao projeto de transposição do rio São Francisco, pelo qual se pretende desviar uma parcela de suas águas para beneficiar o semi-árido do Nordeste Setentrional.

Uma das questões suscitadas na discussão sobre o tema é o rebaixamento do nível do São Francisco, em decorrência de problemas ambientais, como o desmatamento e o assoreamento, que vêm ocorrendo, nas últimas décadas, ao longo do rio e de seus afluentes. Além disso, a poluição e a falta de saneamento básico têm ocasionado impactos extremamente negativos para a qualidade das águas desse rio e da vida das populações ribeirinhas.

Ao longo do trajeto, de cerca de 2.700km, há muitos trechos do Velho Chico que necessitam de profunda recuperação ambiental, em especial no tocante à reconstituição da cobertura vegetal nas áreas de nascentes e à correção dos problemas de assoreamento.

Lamentavelmente, a dívida da União para com a população residente ao longo da Bacia do São Francisco só vem aumentando desde a promulgação da Carta Magna de 1946, cujo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias assim dispôs:

“Art. 29. O Governo Federal fica obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, *no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a, um por cento de suas rendas tributárias*”. (grifamos)

O descumprimento desse dispositivo da Carta Democrática de 1946, longe de abater o nosso ânimo, reforça, ao contrário, o nosso firme propósito de lutar contra a degradação das condições de vida da grande parcela de nordestinos, cujo destino está umbilicalmente ligado ao do rio São Francisco.

Para tanto, é necessário assegurar uma oferta continuada de recursos financeiros a serem investidos não só no aumento e melhoria da qualidade da oferta hídrica na bacia do rio São Francisco, como também no desenvolvimento econômico e social da região por ele banhada.

É nesse sentido que se insere a presente proposta de emenda à Constituição, que cria o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da bacia do rio São Francisco, com recursos advindos de 0,5% da receita de impostos da União, o que corresponde a cerca de R\$210 milhões anuais, a preços de 2000, durante vinte anos. Os recursos deverão ser utilizados no financiamento de programas governamentais voltados para a revitalização do São Francisco e de seus afluentes, em projetos de maximização do uso racional da água, reforestamento, recuperação das matas ciliares, saneamento básico, educação ambiental, irrigação, pesca, piscicultura, navegação, geração de energia elétrica, turismo e outras atividades capazes de gerar o desenvolvimento sustentável daquela região.

Pela importância da proposição para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, peço apoio aos nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2001. –
Antonio Carlos Valadares – José Eduardo Dutra – Eduardo Siqueira Campos – Ney Suassuna – He-loisa Helena – Alberto Silva – Geraldo Cândido – Francelino Pereira – Antero Paes de Barros – Bello Parga – Emília Fernandes – Luiz Pontes – Arlindo Porto – José Fogaça – Moreira Mendes – Roberto Saturnino – Benardo Cabral – Paulo Hartung – José Agripino – Amir Lando – Tião Viana – Sergio Miranda – Maria do Carmo Alves – Pedro Simon – Marina Silva.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 460, DE 2001

Requeremos, nos termos o inciso II do art. 336 do Regimento Interno, urgência para o PLC/69/2000.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2001. –
José Eduardo Dutra – Hugo Napoleão – Nabor Junior – Roberto Saturnino – Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, II do Regimento Interno da Casa.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

Ofício nº 174-PLEN

Brasília, 22 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Fernando Gabeira, PV/RJ, em substituição ao Deputado Marcos Afonso, PT/AC, na Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 2.166-66, que institui o Código Florestal. Como suplente, o Deputado Marcos Afonso, PT/AC, em substituição ao Deputado João Paulo, PT/SP.

Atenciosamente, – Deputado **Walter Pinheiro**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, como Líder, à Senadora Marluce Pinto. V. Exª dispõe de cinco minutos.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, de importância ímpar para o País em geral e para a região amazônica em particular, foi o evento ocorrido anteontem, aqui em Brasília, que

lançou o Projeto Amazontech-2001 – Novos Rumos para a Ciência, Tecnologia e Negócios Sustentáveis.

É imperioso dizer, Sr. Presidente, que esse evento, realizado através da congregação de esforços entre a iniciativa privada, o Sebrae, a Embrapa e a Universidade Federal de Roraima, foi apenas uma pré-estréia do que realmente acontecerá de 20 a 25 de novembro próximo, em Boa Vista, a capital de Roraima.

Durante aqueles seis dias de novembro, Boa Vista sediará o Amazontech-2001 numa reunião jamais vista de líderes governamentais, empresários, novos empreendedores, profissionais liberais, estudantes, dirigentes de instituições públicas e privadas e a comunidade amazônica em geral.

O evento será, conforme desejo de seus idealizadores, uma gigantesca vitrine de negócios, de oportunidades e de potencialidades ecologicamente corretos e lucrativos, onde feiras, exposições, cursos, palestras e rodadas de negócios serão efetivados.

Os segmentos-alvos do empreendimento são, entre outros, as indústrias madeireiras e moveleiras, com projetos de reflorestamento e manejo florestal; fruticultura tropical; aquicultura; plantas medicinais e flores ornamentais; ecoturismo, turismo rural e turismo científico; pecuária intensiva; horticultura; agricultura de grãos; avicultura; indústria da borracha; mineração; energia; gás natural; máquinas e implementos agrícolas; biotecnologia; sementes; informática e transportes.

Tudo isso, Sr. Presidente, com a finalidade de abrir novos mercados; de se promover o intercâmbio de tecnologias e, principalmente, incentivar o debate sobre o desenvolvimento sustentável da região, conscientizando a sociedade amazônica sobre as novas perspectivas de seu desenvolvimento, tendo em mente a conservação de seus recursos naturais.

Num resumo da própria apresentação ocorrida em Brasília, o Projeto Amazontech-2001 foi estruturado com a finalidade de promover o conhecimento e o desenvolvimento racional da Amazônia, vislumbrando uma perfeita integração entre o homem, o meio ambiente e a tecnologia.

Faço uma ressalva, Sr. Presidente, que tenho certeza receberá 100% de aprovação dos meus Pares: esse projeto ganha em vulto e também em credibilidade, quando sabemos que, abraçados em seus ideais, estão, em parceria, o Sebrae e a Embrapa, órgãos que dispensam quaisquer apresentações pelos relevantes serviços que prestam e que só dignificam as pequenas e médias empresas e toda a gama de pro-

duto res agropastoris de nossos país. O apoio de nossa Universidade Federal, para o evento de Roraima, fecha o círculo da melhor realização e da mais justa causa.

Além desses, o evento contará também com o apoio e a ativa participação de universidades privadas, governos federal, estadual e municipal, agências de fomento, agentes financeiros, empresas comerciais, industriais, agrícolas e outras que desenvolvem pesquisas, produtos e serviços voltados ao agronegócio sustentável.

Em melhor hora não poderia acontecer esse evento. Ele ocorre exatamente quando a BR-174, asfaltada, é uma realidade e após a inauguração da energia elétrica em Roraima importada de Guri, Venezuela, duas obras de vital importância para o desenvolvimento de nosso Estado e de toda a região amazônica.

Afinal, Sr. Presidente, nosso potencial é por demais conhecido e também por demais cantado em verso e prosa, só que, infelizmente, sempre no pior verso e na mais feia canção. Enquanto a superfície nossa pobreza causa indignação. Flora e fauna nos são subtraídas enquanto nosso povo adoce e se curva diante de migalhas. Possuímos 510 milhões de hectares produtivos, praticamente intocáveis, enquanto gritos de sem-terra preocupam dirigentes e sociedade. O Brasil e o mundo se desesperam, sedentos de água, enquanto nossas reservas detêm 20% de toda água doce disponível no planeta.

Contradições, Sr. Presidente.

Contradições que, a partir desse evento, a partir de seus nobres ideais, a partir do empresariado consciente deste País, do capital privado voltado às causas justas, do trabalho e da competência do Sebrae, da Embrapa e de tantas outras entidades sérias que compõem o cenário, deixarão de ser uma constante na dura realidade do povo amazônida.

Melhor ainda, meus nobres colegas, quando sabemos que o Projeto Amazontech veio para ficar na região amazônica e terá caráter itinerante, isto é, marcará presença, a cada ano, em um dos Estados da Amazônia, voltado, sempre prioritariamente, para o desenvolvimento sustentável de toda a Amazônia Legal. Inclusive, não ficarão de fora de seus objetivos e metas nossos vizinhos venezuelanos, guianeses, colombianos, peruanos, bolivianos, equatorianos, etc.

Esse é, sem dúvida nenhuma, um acontecimento ímpar para os roraimenses e para toda a região. Quiçá seja o marco tão esperado por nosso povo aquele que, em definitivo, crava a data de uma nova

fronteira em direção ao conhecimento, à fartura e à bem-aventurança.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando algumas palavras de um dos mais conceituados mestres deste País.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Lamentavelmente, nesta fase do pronunciamento da Senadora, não há possibilidade de aparte.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Sim, muito, meu nobre colega, porque seria muito importante para mim e para o povo da Amazônia o seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – E a Mesa também lamenta.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Encerrando meu pronunciamento, cito algumas palavras de um dos mais conceituados mestres deste País, um amazonense cujos trabalhos sobre nossa Amazônia há muito rompeu nossas fronteiras e é leitura obrigatória para quem pretende estudar nossa região. Estou falando do professor, doutor e sociólogo Samuel Benchimol, dono de tantos outros títulos que, para citá-los, necessitaria de algumas laudas a mais em meu discurso.

Diz Samuel: "O futuro não acontece por si mesmo. O futuro é produto de ação planejada, de inovação e do desejo político que contemple a todos sob o pálio da Justiça e da fraternidade. A Amazônia deve estar de braços e olhos abertos para receber esse futuro."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Passamos a palavra ao Senador Mauro Miranda, que terá vinte minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o jornal **O Popular** de Goiânia publicou, em sua edição de 10 de agosto de 2001, matéria altamente preocupante, da maior gravidade, que está causando grande inquietação em todo o Estado de Goiás. Diz **O Popular**: "Polígono da maconha migra para GO". "Suspeita está sendo confirmada pela polícia em razão das recentes apreensões de drogas na região, além da descoberta de plantações. O polígono da maconha, denominação dada a uma área da Região Nordeste, caracteri-

zada pela produção e tráfico intenso desse tipo de droga, está sendo transferido para o norte de Goiás, com a imigração de lavradores nordestinos especializados no cultivo, coleta e prensagem da erva. Essa suspeita, observada pelas Polícias Federal e Civil nos últimos meses, foi confirmada ontem com a apreensão de 422,5 kg de droga e mais de 4 kg de sementes na chácara Mandi, situada no município de Santa Teresinha de Goiás, a 330 km de Goiânia”.

Em pouco mais de um mês, a Polícia Federal em Anápolis e a Delegacia de Combate a Tóxicos e Entorpecentes apreenderam 955 kg de maconha e queimaram mais de 11 mil mudas de sapota, o que confirma a suspeita de migração de traficantes de outras áreas do País para o Estado de Goiás, principalmente de Pernambuco, um dos Estados que mais produzem maconha no Brasil.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, trata-se, evidentemente, de uma nova estratégia de ação de traficantes de droga para fugir do combate à produção e ao tráfico de drogas no chamado polígono da maconha. Infelizmente, o Estado de Goiás foi escolhido por esses traficantes como base de operação e produção de maconha, o que representa um grande perigo para a segurança do nosso Estado, pois todos conhecemos os riscos que corremos quando o tráfico de drogas se infiltra em qualquer local.

O poder econômico envolvido no tráfico é tão violento e devastador que até mesmo os países ricos estão perdendo a batalha contra o narcotráfico. As Nações Unidas mantêm programas de combate às drogas, os Estados Unidos mobilizam verdadeiro exército com recursos financeiros e tecnológicos quase ilimitados, realizando verdadeiras operações de guerra, como as do programa de cooperação com a Colômbia e, no entanto, continuam perdendo a batalha para os narcotraficantes. Certamente, a estratégia mais correta e adequada consiste em cortar o mal pela raiz, evitando que essa semente do mal cresça e se aprofunde, produzindo efeitos deletérios terríveis em toda a sociedade.

Nunca se sabe o verdadeiro grau de comprometimento das instituições com a ação pestilencial das drogas, que provoca a corrupção de todo o aparato policial do Estado, arrasa a juventude e seus ideais, provoca seqüelas geralmente irreversíveis em todos os seus usuários e corrompe o tecido social.

Sobre a possibilidade de ser permeada a corrupção entre policiais civis e militares, nunca é demais lembrar que tem aumentado o número de integrantes das duas instituições envolvidas em atos ilícitos. E o que é pior: as punições, geralmente, são mui-

to brandas, o que resulta em comprometimento da imagem das polícias civil e militar, mesmo todos nós sabendo do bom trabalho prestado por aqueles que são os responsáveis pela segurança pública.

Em Goiás, há um agravante provocado pelo aumento salarial concedido pelo Governo do Estado à Polícia Militar. “Mas por que agravante, se houve aumento?”, podem questionar-me. Exatamente por três motivos: os policiais civis não foram beneficiados, aumentando a insatisfação que hoje já é gritante. Além disso, nem todos os policiais militares ficaram satisfeitos com o reajuste parcelado, o que para uma significativa vertente da corporação corresponde tão-somente a reposição salarial. Por último, existe uma grande desconfiança em relação ao cumprimento desse cronograma em função de outros compromissos não resgatados pelo Governo do Estado. Entre eles, pode ser citada a gratificação especial para policiais que ajudaram a elucidar crimes de grande repercussão no Estado e no País. Alguns desses crimes foram solucionados há quase um ano, e até hoje nada do dinheiro no bolso dos policiais.

Espero que a ação maligna das drogas esteja apenas nos seus primeiros passos em Goiás, apesar da ocorrência de seguidas apreensões de maconha em diversos Municípios do nosso Estado nos últimos tempos. Foram feitas apreensões de quantidades significativas de maconha em diversas cidades importantes de Goiás como Anápolis, Ivolândia, Planaltina de Goiás, Rio Verde e Catalão, o que demonstra a existência de uma ação programada dos narcotraficantes para atuar no meu Estado.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, acredito que ainda é tempo de salvarmos Goiás da ação deletéria dos produtores de maconha e de todos os traficantes de drogas. Não podemos expor nossa juventude à ação perversa e destrutiva desses marginais e destruidores de vidas humanas, principalmente dos nossos jovens.

É preciso atuarmos com firmeza neste momento em que o mal está tentando se enraizar em Goiás.

Antes que os ovos dessa serpente virulenta produzam seus frutos, precisamos combater com todas as nossas forças esses traficantes, que já causaram inúmeros males em todo o mundo. É necessário, portanto, que a sociedade reaja violentamente contra a ação nefasta de traficantes que tentam implantar as suas raízes em nosso Estado.

Deixo aqui o meu apelo ao General Alberto Cardoso, responsável pelo programa de combate às drogas do Governo Federal, e às autoridades policiais do Estado de Goiás, para que adotem, com a maior ur-

gência, as providências necessárias para livrar o Estado dessa praga maior do que todas as pragas que já se abateram sobre a humanidade.

O povo bom, trabalhador, humilde e pacífico de Goiás não merece ficar exposto à ação de marginais e de traficantes de drogas.

Vamos cortar esse mal pela raiz, antes que ele se propague e se torne incurável.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Com todo prazer, concedo o aparte a V. Exª.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Mauro Miranda, acompanhei com atenção o pronunciamento de V. Exª sobre esse tema extremamente importante. V. Exª direciona o apelo às autoridades em função da realidade de Goiás, que, como V. Exª disse, é o reflexo daquele que é um problema nacional. No mínimo, isso deveria provocar profunda indignação no Senado, que representa a Federação, e no Congresso Nacional. É preocupante a situação das drogas e do narcotráfico no País. Não estou falando do consumidor individual, porque este é vítima. É preciso que o Estado, a estrutura de Saúde, ofereça alternativas objetivas, concretas e eficazes para minimizar o impacto da droga na juventude e possibilitar a recuperação dessas pessoas. Tive oportunidade de me relacionar com pessoas que usam drogas, que fizeram gigantesco esforço para se livrar delas, que viram suas famílias destruídas e suas juventudes perdidas. É de fundamental importância que discutamos esse assunto. V. Exª faz uma cobrança objetiva a quem, de fato, coordena o programa nacional, porque todo o Brasil sabe que não há estrutura que aja com mais naturalidade e tranqüilidade que a do narcotráfico. Ficamos indignados ao ver a imprensa reservar imensos espaços, por exemplo, para o fato de um angolano negro ou um pobre favelado aparecer com alguns gramas de cocaína em sua bolsa. Esse miserável é tratado como se fosse parte fundamental do tráfico de drogas, mas todos sabem que os céus e os belíssimos mares do Brasil são cortados, diariamente, por toneladas de pasta base de cocaína. No Brasil quem tem aviões, gigantescos navios e iates, que não passam por controle algum, são os grandes e poderosos. O narcotráfico age livremente no País porque uma parte importante da elite política e econômica e o aparelho de Estado permitem que os traficantes continuem destruindo famílias inteiras e destruindo também uma parte extremamente importante da nossa juventude. Compartilho o esforço que V. Exª faz,

porque todo mundo sabe que o narcotráfico age livremente no País. Nada me irrita mais do que ouvir falar da guerrilha na Colômbia. O que existe é a demagogia do Governo americano, a demagogia de muitos em relação à guerrilha colombiana. Por que no Brasil não há guerrilha? Há uma luta, há uma guerra instalada no País – muitos fingem que não a vêem –, mas não há uma guerrilha organizada. Aqui o narcotráfico é livre. Os traficantes agem livremente e fazem tudo o que querem. Por quê? Porque há gente grande e poderosa que possibilita que eles circulem e que sejam muitas vezes – em função da grande quantidade de dinheiro que arrecadam – bem recebidos na alta sociedade e até nos espaços oficiais. Portanto, como mãe e como brasileira, compartilho o apelo que V. Exª faz, porque o problema do narcotráfico é gravíssimo. Muitos fazem discursos demagógicos contra as Farc e contra a Colômbia. Repito: no Brasil os narcotraficantes fazem o que querem, e não há uma guerrilha viabilizando absolutamente nada. Saúdo V. Exª pelo pronunciamento extremamente importante que faz nesta manhã, quando diz que não podemos agir com naturalidade em relação a coisas gravíssimas que estão destruindo mentes e corações em nosso País. Os grandes e os poderosos ganham muito dinheiro com o narcotráfico, enquanto quem se destrói é o pobre, o pequeno, o favelado, a juventude. Pais e mães de família recorrem às drogas e à marginalidade como último refúgio, porque não têm outra alternativa. Os grandes ganham muito dinheiro com isso, e os pobres, às vezes, ganham migalhas, mas se armam nos morros e acabam destruindo inclusive suas famílias e as pessoas pobres que ali vivem. Parabéns a V. Exª!

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Senadora Heloísa Helena, agradeço-lhe o aparte e esse testemunho. Admiro a insistência, a firmeza e a força com que V. Exª defende esse entendimento, que é o de todos nós, quando fala dessa grande ameaça que está sobre nós. Concordo também que os poderosos, os grandes, os que têm avião estão soltos, sem controle por parte daqueles que têm o dever de controlar essa situação, como é o caso do General Cardoso. Por isso, dirigi o meu apelo exatamente a S. Exª.

Na sociedade sofrida e sacrificada, quantas associações existem hoje visando à proteção e à recuperação dos viciados em drogas, problema praticamente sem solução?

Esse foi o desafio que lançaram sobre o meu Estado, onde estão plantando maconha.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Mauro Miranda, V. Exª concede-me um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Ouço V. Ex^a, Senador Lindberg Cury, com muito prazer.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Mauro Miranda, o meu aparte também é motivado por essa sua preocupação com o Estado de Goiás. V. Ex^a abordou um assunto local que repercutiu na imprensa, mas que é, na verdade, um problema nacional. Estamos perdendo a guerra para o narcotráfico. A cada dia, os traficantes se fortalecem mais e ocupam o território nacional, e é evidente que cada família é sacrificada com essa atitude. Uma família que tem um usuário de drogas perde-se no meio da sociedade. Há um desgaste dentro dessa família, há muita preocupação e um envolvimento muito grande com o problema. Faço uma pergunta: qual é a família brasileira que não possui um caso próximo de envolvimento com drogas? Então, essa preocupação é válida. Precisamos unir todas as forças e pedir às autoridades competentes que analisem esse problema com muito carinho, porque ele está se alastrando, principalmente agora, quando o desemprego é grande. Em determinadas localidades do Distrito Federal, como nas cidades satélites, a droga ocupa cada vez mais espaços, utilizando jovens desempregados, que não têm outra alternativa. Eles começam vendendo, traficando e levando a droga para outras localidades e depois se tornam consumidores. Aqui essa preocupação é muito grande, como deve ser, também, no Estado de Goiás. Enfim, é válida a proposição de V. Ex^a. Penso que devemos nos preocupar com esse problema crucial que está provocando um desequilíbrio social em nosso País. A Senadora Heloísa Helena falou, com muita propriedade, sobre o que provoca a droga em toda a extensão deste território continental. Eram essas as minhas observações.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Senador Lindberg Cury, agradeço o aparte de V. Ex^a, que também é um goiano, como eu. Ainda tenho essa paixão diferente por toda essa região.

Compartilho o alerta de V. Ex^a ao País. Aliás, esse é mais do que um alerta; é um pedido de tomada de providência urgente por parte dos dirigentes nacionais.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Mauro Miranda, V. Ex^a é mineiro como eu, com uma ligeira diferença, que se confunde no sentimento do amor à terra, à liberdade e ao sentimento de um Esta-

do que ninguém viola impunemente. Estou chegando e ouço V. Ex^a, que fala não mais sobre o problema da concentração urbana e das entidades ou a respeito do novo Estatuto das Cidades que foi aprimorado e vem sendo discutido no Brasil inteiro. Inclusive, já existe uma documentação substancial sobre o exame desse assunto, promovido inicialmente por V. Ex^a no momento em que fez inserir na Constituição, entre os deveres sociais, exatamente a moradia. No tocante à droga, gostaria de transmitir a V. Ex^a uma sugestão: que todos nós aqui do Senado, Senadores da República, conhecêssemos um pequeno documento, sucinto, objetivo e dramático, o filme “Notícias de uma Guerra Particular”, do documentarista João Moreira Salles, filho de quem V. Ex^a sabe, homem ilustre e irmão de Walter Salles, o produtor e diretor de “Central do Brasil”, o filme que mais empolgou o Brasil e grande parte do mundo. É preciso conhecer esse documentário. É um filme dramático que precisa ser examinado e discutido como um instrumento para chegar ao conhecimento da realidade brasileira. A droga existe despidoradamente, mas também é reflexo de uma realidade que precisa ser conhecida por todos nós. Vendo aquele documentário, ouvindo as manifestações dos pobres das favelas do Rio de Janeiro, chegamos à conclusão de que é impossível encontrar uma solução numa favela, numa concentração humana dolorida pela pobreza e que, efetivamente, vive uma situação dramática. O cidadão está desempregado ou tem um pequeno ganho em uma pequena atividade. De um momento para outro, chega ali o representante dos droguistas e oferece a essa criança, a essa rapaz, a esse moço, um emprego com uma remuneração de R\$300 ou R\$400. Falo em voz alta, abertamente: as favelas representam praticamente uma nação, têm seus valores, seus sentimentos e até seus governos e suas administrações. Eu pediria a V. Ex^a que providenciasse, junto à área específica do Senado Federal, este documentário chamado “Notícias de uma Guerra Particular”, que revela essa realidade pela voz de policiais, de pessoas importantes e de todos os atores desse drama vivido pelo favelado do Rio de Janeiro. É uma solicitação que faço a V. Ex^a, para que possamos discutir essa questão. Entreguei em mão esse documento ao Ministro da Justiça, para que S. Ex^a tomasse conhecimento da matéria e pudesse desenvolver algo para minorar esse quadro de sofrimento em que vive a sociedade brasileira em face da proliferação da droga. Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Senador Francelino Pereira, agradeço muito o seu aparte. Sou orgulhoso de ser mineiro, de ter nascido na

querida Uberaba, no Estado em que V. Ex^a foi um tão grande Governador, e percebo o seu exemplo como homem público neste País. É um homem sério, correto, inteligente, brilhante.

V. Ex^a agora também endossa essa tese em relação à droga e propõe uma peça cultural, como é esse documentário. Podemos sugerir à Comissão de Assuntos Sociais, tão ligada a esse problema, que vejamos numa reunião conjunta esse documentário que V. Ex^a traz ao conhecimento desta Casa.

V. Ex^a também toca no assunto do Estado das Cidades, na organização das cidades. Tudo isso está relacionado, porque o núcleo principal das drogas são as periferias desorganizadas das nossas grandes cidades, a falta do emprego, a falta de moradia. São problemas sobre os quais precisamos mergulhar seriamente. O Senado e a classe política em geral precisam voltar seus olhos, urgentemente, para os grandes centros urbanos. Em apenas nove cidades brasileiras, moram cinquenta milhões de brasileiros jogados nas periferias, vivendo de forma precária.

Senador Francelino Pereira, agradeço-lhe, mais uma vez, pelo testemunho dado, que é um aporte muito forte ao pronunciamento simples que fiz nesta manhã.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Cândido, por permuta com o Senador Leomar Quintanilha, pelo prazo regimental de vinte minutos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há alguns dias, o jornal **Folha de S. Paulo** publicava a notícia de que militares do Exército continuam fazendo um trabalho de espionagem, que eles chamam de Serviço de Inteligência do Exército. O jornal citava um documento encontrado no Estado do Pará, na cidade de Marabá, que relacionava algumas entidades, como a Central Única dos Trabalhadores, o Movimento dos Sem-Terra e outras mais, como inimigos internos, como forças adversas que precisavam ser destruídas.

A ditadura militar acabou neste País em 1985. No entanto, alguns setores militares continuam ainda com a mesma posição reacionária, intransigente, repressora, e não se cansam de espionar os líderes da Oposição, os movimentos sociais, passando por cima até da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

Nesta tribuna, na semana passada, abordei esse tema, denunciando que, até hoje, continua a

prática de tortura dentro dos quartéis das Forças Armadas, da qual participam elementos da própria corporação do Exército e da Aeronáutica – citei nominalmente as pessoas torturadas, algumas até à morte, informando a idade e outros dados. Isso demonstra que o aparelho de repressão continua funcionando, que setores das Forças Armadas ainda adotam as mesmas práticas utilizadas durante o regime militar.

É de se estranhar que os militares, sempre tão zelosos pela nossa segurança, queiram acabar com os chamados inimigos internos – o MST, a CUT e outros órgãos – e não cuidem, por exemplo, da defesa do nosso Território, da nossa soberania.

Sr. Presidente, quero hoje tratar sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, firmado entre o Governo brasileiro e o Governo norte-americano, para utilização do Centro de Lançamento de Alcântara, no Estado do Maranhão, firmado em 18 de abril de 2000, em tramitação no Congresso Nacional, comparecer, pela rejeição, do Deputado Waldir Pires, do PT da Bahia.

Inicialmente, quero louvar a atitude do Deputado Waldir Pires, porque o acordo que o Governo pretende ratificar, tendo como principal argumento a inviabilidade econômica do Centro, é um flagrante atentado à soberania nacional, e a permissividade nele embutida é, de muitas maneiras, inaceitável.

De início, é o que se pode considerar uma ingenuidade do Governo norte-americano. Senão, vejamos: o Brasil "não poderá utilizar os recursos obtidos de Atividades de Lançamento em programas de aquisição, desenvolvimento, produção, testes, liberação ou uso de foguetes ou de sistemas de veículos aéreos não tripulados (quer na República Federativa do Brasil quer em outros Países)", é o que determina o § E do art. III. Ou seja, abrimos mão de desenvolver um programa espacial próprio. Além disso, os Estados Unidos determinam onde o Brasil poderá investir os recursos provenientes do "aluguel": no desenvolvimento e manutenção de portos, aeroportos, linhas férreas, sistemas de comunicação etc, que beneficiem o Centro de Lançamento de Alcântara. Isso, é óbvio, para garantir investimento no aprimoramento da infra-estrutura da base para que eles irão utilizar. Cabe aqui um parêntese: mencionei a palavra aluguel, mas, segundo explicações do Ministro da Ciência e Tecnologia, "o Brasil não aluga, não arrenda, não empresta a nenhum outro país, em hipótese alguma, o Centro de Lançamentos de Alcântara. O Centro prestará serviços de lançamento de satélites, em bases comerciais". No entanto, pelo teor dessa primeira exigência e das outras que veremos a seguir, está cla-

ro que o Brasil mais do que prestará serviços ao governo norte-americano, como veremos a seguir.

Sobre a transferência de tecnologia, que poderia ser uma contrapartida razoável num acordo dessa natureza, o Acordo não só não prevê essa hipótese como a proíbe. É o que se constata no § 1º do art. V, que diz o seguinte: "Este Acordo não permite, e o Governo dos Estados Unidos da América proibirá, que participantes norte-americanos prestem qualquer assistência aos Representantes Brasileiros no concernente ao projeto, desenvolvimento, produção, operação, manutenção, modificação, aprimoramento, modernização ou reparo de veículos de lançamento, espaçonaves e/ou equipamentos afins..."

Mas não pára por aí, Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, veremos agora um dos pontos mais graves do acordo, um atentado à soberania nacional: é o que estabelece a criação, no Centro de Lançamentos de Alcântara, de áreas restritas sob controle direto dos norte-americanos. Isso mesmo, o governo norte-americano terá controle direto de áreas da base. E mais, essas áreas serão inacessíveis aos técnicos brasileiros que lá trabalham. Isso significa que os Estados Unidos da América poderão manter uma base própria, de fato e de direito, em solo brasileiro. O § 2º do art. VI estabelece claramente: "As Partes assegurarão que somente pessoas autorizadas pelo Governo dos Estados Unidos da América controlarão, vinte e quatro horas por dia, o acesso a Veículos de Lançamento, Espaçonaves, Equipamentos Afins e Dados Técnicos e às áreas restritas referidas no art. IV, § 3º, bem como o transporte de equipamentos/componentes, construção/installação, conexão/desconexão, teste e verificação, preparação para lançamento, lançamento de veículos e lançamento de espaçonaves, e o retorno dos equipamentos afins e dos dados técnicos aos Estados Unidos da América..." Além disso, pelo § 3º do art. VI, fica de terminada do que representantes norte-americanos poderão realizar inspeções, sem aviso prévio ao governo brasileiro, tanto nas áreas restritas, quanto nas demais áreas reservadas para lançamento de espaçonaves.

Devo lembrar, neste momento, a afirmação do Ministro da Ciência e Tecnologia, para, em seguida, destacar uma salvaguarda de natureza política que nos tira a autonomia sobre a "prestação de serviços" do Centro. Diz o Ministro: "O Brasil não aluga, não arrenda, não empresta, a nenhum outro país, em hipótese alguma, o Centro de Lançamentos de Alcântara. O Centro prestará serviços de lançamento de satélites, em bases comerciais". Só que o § A do art. III estabelece que o Brasil "...não permitirá o lançamento, a

partir do Centro de Lançamento de Alcântara, de cargas úteis ou veículos de lançamento espacial de propriedade ou sob controle de países os quais, na ocasião do lançamento, estejam sujeitos a sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou cujos governos, a juízo de qualquer das partes, tenham dado, repetidamente, apoio a atos de terrorismo internacional". Devemos entender que, por essa cláusula, o Brasil se sujeita ao impedimento de utilizar sua base para lançar satélites de nações desafiadas dos EUA? Está claro que sim! E, em contrapartida, Sr.ªs e Srs. Senadores, o Brasil não terá nenhum controle sobre os lançamentos feitos pelos EUA na nossa base. Quanto a isso, o Deputado Waldir Pires, em recente declaração à imprensa, dá como exemplo a China, que não faz parte do Mecanismo de Controle de Tecnologia de Foguetes e Mísseis (MTCR), criado pelos Estados Unidos para impedir a transferência de tecnologia a países proscritos, como Iraque, Irã e Coreia do Norte. A China, Sr.ªs e Srs. Senadores, é um país com o qual temos grande intercâmbio tecnológico. Mas, por esse Acordo, estaríamos impedidos de lançar foguetes chineses a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, que é nosso.

Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, recebi em meu gabinete uma publicação do Exmº Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg, dedicada exclusivamente aos Parlamentares brasileiros, "didaticamente" bem pontuada, onde se constata as "mil maravilhas" do Acordo que o Governo pretende ratificar. É desse documento a afirmação do Ministro que citei anteriormente. No documento, o Governo nos alerta (quase uma chantagem) para os problemas no caso de não aprovação. Transcrevo, aqui, uma pequena parte: Pergunta: "O que representará para o País a não aprovação do Acordo pelo Congresso Nacional? Resposta: Ao não utilizar Alcântara na sua potencialidade, o Brasil perde recursos financeiros e corre o risco de desperdiçar investimentos já feitos no Centro, da ordem de 300 milhões de dólares, com claros prejuízos para o País e para o desenvolvimento da região. A expansão da utilização do Centro de Lançamento de Alcântara pode colocar o Brasil no cenário mundial dos centros de lançamento de satélites que operam em regime comercial. Nos últimos anos, cresceu de forma expressiva a demanda desse mercado, que projeta para o período de 98 a 2007 cifras que alcançam vários bilhões de dólares".

Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, sobre os problemas do Centro de Lançamentos de Alcântara, devemos debater e buscar soluções. Há mesmo muitos problemas, e os de ordem econômica têm um

peso muito grande nessa discussão. Ali foi feito um grande investimento. Não podemos desconsiderar isso. Mas a solução não é colocá-lo à venda. O texto do Acordo é muito claro e em língua portuguesa, não dando margem a dúvidas: o Brasil não só abre mão de realizar, com autonomia, um programa espacial naquela área, sem exigir contrapartidas concernentes à transferência de tecnologia, como, pior que isso, abre mão de sua soberania.

Ainda de acordo com o Ministro da Ciência e Tecnologia, o acordo foi firmado com os Estados Unidos "por uma questão de funcionalidade", uma vez que "os Estados Unidos detêm a liderança mundial do mercado de satélites. Sozinho, aquele país fabrica 80% dos satélites comercializados no planeta. Sendo assim, antes de firmar acordos de salvaguardas com outras nações para lançamentos de satélites (que, em geral, são norte-americanos), é produtor já ter assinado o acordo com os Estados Unidos. Tê-lo feito proporciona maior rapidez ao processo de execução de acordos de salvaguardas e de acordos comerciais posteriores. Fosse outra nação a líder mundial do mercado na produção de satélites, pelo motivo mencionado acima, o acordo de salvaguardas seria assinado em primeiro lugar com esse país". Ou seja, não estamos entregando uma base aérea brasileira, ou parte dela, com tal grau de permissividade, a qualquer nação. E esse é o problema grave que devemos debater.

Em entrevista ao **Correio Braziliense**, o Ministro Ronaldo Mota Sardenberg reconheceu que "o acordo não foi escrito com muito amor. Mas foi a única forma de negociar com eles". A entrevista foi provocada pelo próprio Ministro da Ciência e Tecnologia, de acordo com matéria do **Correio Braziliense**, e a ela estavam presentes o Chanceler Celso Lafer e o Presidente da Agência Espacial Brasileira, Luiz Gylvan Meira Filho. S. Ex^a fez isso porque sabe que terá dificuldades de ratificar o acordo nessas bases.

A propósito da defesa da soberania nacional, acho oportuno lembrar o programa de espionagem, em curso no Exército Brasileiro, denunciado pela imprensa nas duas últimas semanas. Num discurso que fiz sobre o caso, fiz referência a um setor das Forças Armadas que procura desvirtuar seu papel constitucional. Para esse setor, segundo documentos divulgados pelo jornal **Folha de S. Paulo**, são considerados "inimigos" da Nação organizações não governamentais, a CUT e o MST. Uma grande ironia! Seria cômico, não fosse trágico.

Quero, por último, destacar a correta posição do Deputado Waldir Pires e fazer um apelo aos membros

da Casa para que se manifestem contra esse flagrante atentado à soberania nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador Álvaro Dias. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está em curso no PSDB um processo que pretende me expulsar do Partido por haver assinado, juntamente com o Senador Osmar Dias, o requerimento que propunha a instalação de uma CPI para apurar a corrupção no País.

É evidente que a questão ética é uma das razões das contradições que vivemos, desde o início de nosso mandato, nesta Casa: integramos a Bancada do Governo, mas nos opomos a determinadas atitudes desse mesmo Governo.

É evidente que essa é uma questão central. A contradição está na razão direta de o Governo adotar um programa que se confronta com o programa do Partido. O PSDB estabelece como prioridade indiscutível o combate à corrupção. Aliás, a ética foi razão fundamental no surgimento do PSDB.

Mas, se essa é uma contradição, há outras. O Partido tem um programa rotulado de centro-esquerda, e o Governo adota um programa rotulado de centro-direita. Se, no plano da ética, o Governo é contemplativo, condescendente em relação à improbidade administrativa, no que diz respeito às políticas públicas o Governo caminha sempre na direção da proposta rotulada de centro-direita e confronta-se, portanto, estabelecendo essa contradição, com o programa partidário, que é diferente.

Por essas razões, não o Partido, mas o comando partidário, talvez nem mesmo o comando partidário, mas o presidente do Partido, quem sabe orientado pelo Presidente da República, deseja a nossa expulsão. Estamos aguardando os próximos passos.

Mas, Sr. Presidente, traz-me a esta tribuna uma outra razão, importante, das discordâncias que acabaram nos afastando definitivamente do Governo. O modelo de privatização adotado pelo Governo tem sido combatido por nós desta tribuna desde o início do nosso mandato. E um dos momentos mais exacerbados desse debate foi aquele em que o Governo colocou à venda 14,5% do capital da Petrobras. Fui autor de um projeto de lei, que mereceu apoio de boa parcela dos Srs. Senadores, que impedia a venda das ações da Petrobras. No dia da votação do projeto, o Governo, de forma surpreendente, antecipou-se, na

calada da noite, colocou as ações à venda na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Quando aqui estávamos, numa quinta-feira pela manhã, para a votação daquele projeto, chegava a notícia de que as ações haviam sido vendidas, de madrugada, na Bolsa de Nova Iorque.

A venda maciça de ações ordinárias da Petrobras ocorreu em agosto. O Governo arrecadou 7,269 bilhões. Sessenta por cento das ações foram vendidas ao mercado externo e 39,7%, no mercado interno. Os organizadores do leilão subestimaram a demanda interna. Muitos investidores brasileiros tentaram, mas não conseguiram, comprar as ações, que foram, em sua maioria, direcionadas para a venda no mercado externo

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, debatemos com a equipe do Governo. Em reunião na casa do Líder Sérgio Machado, na presença de seis Ministros de Estado e do Presidente do BNDES, Francisco Gros, com a Banca da do PSDB do Senado Federal, discutimos o nosso projeto. O Ministro Pedro Malan afirmava que aquele era o momento ideal para a venda porque as ações alcançavam o pico de seu valor. Nós discordávamos, afirmando que economistas da Europa orientavam para a valorização das empresas de petróleo no mundo em função da sempre previsível escassez daquele produto no mercado. Mas o Governo teimava: as ações deveriam ser vendidas naquele momento, aquele era o momento adequado para vendê-las. Hoje, podemos afirmar que o Governo errou. Hoje, lamentavelmente, podemos afirmar que estávamos certos e que o Governo praticou, sim, um equívoco histórico. O Governo perdeu, com a venda das ações naquele momento, mais de R\$5 bilhões. O Governo arrecadou R\$7,2 bilhões e perdeu mais de R\$5 bilhões, porque, no período de um ano, essas ações valorizaram de 70 a 77%. Em média, a valorização alcançou 74%, repito, implicando prejuízo de mais de R\$5 bilhões aos cofres públicos da Nação.

As ações foram, sem dúvida, subestimadas naquele momento. No início de julho do ano passado, fontes do Governo haviam anunciado que o preço da venda seria de R\$58 por ação. No entanto, o preço obtido no leilão foi bem inferior a isso. O preço unitário médio das ações negociadas da Petrobras foi de R\$43. Aplicando-se o desconto de 20% à época oferecido pelo Governo, as ações foram negociadas a R\$34,46, enquanto na Bolsa de Nova Iorque, a US\$24.00.

Portanto, Sr. Presidente, este foi o prejuízo nominal: mais de R\$5 bilhões. Não bastasse, esse prejuízo é continuado, é cumulativo, porque essas ações

renderão, para sempre, dividendos e lucros para aqueles que as adquiriram na Bolsa de Nova Iorque.

O modelo de privatização adotado pelo Governo falha em várias situações. Permite que empresas estrangeiras, valendo-se de recursos nacionais por meio do BNDES, adquiram, especialmente no setor de energia elétrica, empresas estatais brasileiras.

Não me canso de citar, como exemplo, o dia em que aqui votamos um projeto autorizando o Governo de Roraima a contrair empréstimo externo para a rede de distribuição de energia elétrica daquele pequeno Estado. Tratava-se de um empréstimo externo com taxas de juros superiores às que eram oferecidas a uma poderosa empresa norte-americana que adquiriria uma estatal de energia elétrica em São Paulo, naquele exato momento. Ficamos pasmados diante da gritante contradição. As taxas de juros que o BNDES oferecia à poderosa empresa norte-americana eram significativamente inferiores às taxas de juros que o Governo de Roraima foi obrigado a pagar em empréstimo externo contraído, já que o Governo brasileiro não admite que o BNDES financie empresas estatais brasileiras geradoras de energia elétrica.

Com esse modelo, Sr. Presidente, o Governo brasileiro faz um desestímulo a expansão do setor de energia do nosso País, porque à medida que os empresários, especialmente das grandes empresas estrangeiras, adquirem no País, com juros subsidiados pelo BNDES, utilizando inclusive a moeda própria, precatórios e outros papéis, empreendimentos já realizados, prontos e extremamente lucrativos – como ocorre agora no Paraná com a venda da Copel -, não optam por novos empreendimentos, que têm um prazo de maturação de pelo menos cinco anos antes de alcançarem o lucro, que é a essência do capitalismo.

É evidente, portanto, que não há expansão do setor. O Governo, ao invés de estimular a privatização desse setor estratégico da economia nacional, deveria, ao contrário, estimular empresas privadas a investirem na expansão do setor, competindo com empresas estatais competentes como aquela que está à venda agora no Paraná. Teríamos, sem dúvida, a expansão do setor se o Governo criasse linha de crédito especial para incentivar empresas privadas, mesmo que estrangeiras, a investir no setor de energia elétrica do nosso País.

De outro lado, Sr. Presidente, as consequências dessa privatização se farão sentir provavelmente a partir de 2003. As grandes empresas multinacionais que compraram empresas estatais brasileiras remeterão o lucro para os países de origem, em dólar, e, certamente, isso provocará grande impacto na eco-

nomia nacional. Estamos entregando empresas extremamente lucrativas e competentes para a exploração de empresas estrangeiras que remeterão para o exterior o lucro aqui obtido.

No caso da paranaense Copel, suspeita-se que uma empresa alemã será vencedora do leilão: a RWE. Aqui já denunciemos esse fato, pois tudo indica que o edital, dirigido, permitirá a essa poderosa empresa alemã a aquisição da Copel no Paraná.

Obviamente, uma empresa estrangeira não tem compromisso algum de natureza social com o povo brasileiro. Seu compromisso é com o lucro, que, sem dúvida alguma, será remetido para o exterior.

Aliás, no setor de telecomunicações, assistiu-se à demissão em massa das empresas privatizadas e também à falência de empresas brasileiras fornecedoras de tecnologia e equipamentos, já que as multinacionais passaram a importar tecnologia, equipamentos e pessoal para a administração de suas empresas no Brasil.

Portanto, esse modelo é um desastre para a economia do País. Nós o combatemos desde o primeiro momento do nosso mandato nesta Casa, o que tem provocado a irritação do Governo. Esse fato nos leva neste momento a discutir se nosso mandato é conferido pela população ou pelo Presidente da República, se devemos obedecer às aspirações da sociedade ou às imposições daquele que, eventualmente, governa o País.

Aproveito a oportunidade para demonstrar, com base no estudo do Dieese, o que ocorrerá com a venda da Copel, no Paraná, sob o ponto de vista financeiro. O Estado pretende negociar a empresa, segundo dados já levantados, que têm como base o valor das ações no mercado, e arrecadar cerca de R\$7 a 9 bilhões, mas o valor da empresa não é esse. Ele é seguramente superior a R\$22 bilhões. Os técnicos da própria companhia realizaram avaliação que indica o valor de R\$25 bilhões, mas o Governo do Paraná quer dar um presente de casamento real a uma grande empresa multinacional. O que restará ao Governo desse valor? Segundo o Dieese, ao Governo restará apenas R\$1,3 bilhão. Com base no fluxo futuro de caixa, o Dieese indica que esse dinheiro desaparecerá sem deixar rastro, sem deixar marca alguma, num período entre 11 meses e 3 anos, uma vez que o Governo anuncia que o aplicará no Fundo de Previdência do Estado para pagamento de aposentadorias dos servidores públicos inativos do Paraná, e apenas 30% seriam investidos na área social, segundo o governador.

Sr. Presidente, não é somente o Governo do Paraná que está vendendo uma empresa importante por menos da metade do seu valor real. O Governo brasileiro tem feito o mesmo. É no mínimo discutível o valor estipulado pelo Governo para a privatização das suas estatais. Lembro-me bem de que o sistema Telebrás, privatizado, arrecadou para os cofres da União cerca de US\$22 bilhões. Ocorre, no entanto, que, nos dois anos que antecederam à privatização, o Governo brasileiro havia investido no setor US\$20 bilhões. É incompreensível essa matemática, esse balanço não tem lógica, nós não o entendemos.

Para finalizar, Sr. Presidente, a nossa atitude não é de intransigência em relação à privatização; não somos, de outro lado, xenófobos, entendemos que o capital estrangeiro pode ser da maior utilidade, neste mundo globalizado, para o desenvolvimento econômico e social deste País. Mas que venha o capital estrangeiro iniciar empreendimentos produtivos, geradores de emprego, e não se valer do esforço nacional para obter aqui o lucro que remete para o exterior.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Senador Álvaro Dias, V. Exª me permite um aparte?

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) Sr. Presidente, estou concluindo, mas o Senador Iris Resende deseja um aparte e sei que V. Exª será condescendente e terei a honra de ouvir S. Exª.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Álvaro Dias. Manifesto a minha solidariedade a V. Exª, quando, da tribuna do Senado, expõe sua profunda preocupação com a política de privatização. Francamente, votei favoravelmente aos projetos governamentais que buscavam, no Congresso Nacional, autorização para a privatização de empresas de propriedade do Governo. Hoje, sinceramente, não sei se me manifestaria favoravelmente a todas as autorizações votadas no passado. Como brasileiro, confesso-me um tanto preocupado com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Hoje, percebo que aquela empresa foi praticamente entregue como presente a um grupo que, aproveitando-se até de uma instituição financeira do Governo, o BNDES, adquiriu todo aquele patrimônio. Ninguém, em sã consciência, é capaz de dizer o valor real de tudo o que foi vendido e que englobava o patrimônio da Companhia Vale do Rio Doce. Vi que, dois anos após a venda, o lucro daquela empresa foi fenomenal. Muitos poderão dizer que houve lucro porque o empreendimento estava nas mãos da iniciativa privada. Não. Praticamente não se mudou nada. A estrutura estava completa, resultado da luta,

do sacrifício deste País, durante anos, para que a Vale do Rio Doce se tornasse empresa invejada no mundo inteiro, como muitas outras. V. Exª mostra-se angustiado, nos últimos dias, com a venda da Copel, no seu Estado. Também estamos angustiadíssimos com a venda das Centrais Elétricas de Goiás SA. Qualquer avaliação daquela empresa que se traga a público eu digo que não é verdadeira. É muito difícil avaliar, em um curto período, tudo aquilo que está estendido pelo Estado de Goiás afora, que hoje tem a sua rede elétrica, estações rebaixadoras em todas as regiões, em todos os municípios, em todos os povoados e em quase todas as propriedades urbanas e rurais. Entendo que Goiás possui o maior percentual de propriedades rurais dotadas de energia elétrica, um patrimônio fenomenal. Querem vender e vender a qualquer preço. Entendo, e empresto a minha solidariedade a V. Exª, que tudo o que é considerado imprescindível para a segurança pública não pode ser vendido, e a energia elétrica o é. Porque segurança pública não é simplesmente a possibilidade de uma invasão inimiga em nosso território. Não. Devem ser considerados os projetos de desenvolvimento socioeconômico em nosso País, projetos que falam diretamente à vida do povo, às condições de vida do nosso povo. Não sei qual será o julgamento que as gerações futuras farão do nosso comportamento, do comportamento dos que constituem, hoje, os Poderes deste País: uns, o Poder Legislativo, outros, o Poder Executivo e outros, o Poder Judiciário. Qual será o julgamento que as futuras gerações farão do nosso comportamento, por participarmos desse festival de venda de propriedades, de bens públicos que custaram o olho da cara do nosso povo? Quanto sofrimento foi imposto à nossa gente, ao longo dos anos, para se poder investir nessas áreas! V. Exª refere-se a bilhões, a sete bilhões, e avalia em mais cinco bilhões. Senador Álvaro Dias, somos capazes de enumerar gastos em bilhões, por mês, por ano, apenas com o serviço da dívida do nosso País. V. Exª faz muito bem em manifestar a sua preocupação, a sua angústia, porque nós também estamos preocupados. Vamos lutar com todas as forças para que a Celg, Centrais Elétricas de Goiás, não seja vendida. O que querem hoje, não tenho dúvida, é, irresponsavelmente, vendê-la, pulverizar o resultado da venda no ano que vem, nas campanhas eleitorais. Tenho consciência disso e o tenho dito no meu Estado. Tenho dito ao meu povo. Não temos nem meios de comunicação para levar o nosso protesto, a nossa preocupação ao povo. Na última pesquisa feita em Goiás, 87% da população

manifestou-se contra a venda, mas nenhum argumento serve para despertar a consciência e a razão daqueles que estão com o poder nas mãos. Pelo menos, ficarão a sua posição, a minha e a de todos nós que nos sentimos muito inseguros com essa política de privatização que existe no Brasil.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Iris Rezende.

Eu gostaria de ter errado em agosto do ano passado, quando debatemos com o Governo a inconveniência de vender as ações da Petrobras. Eu preferiria que estivessem certos o Ministro Pedro Malan e a sua equipe. No entanto, hoje, lamentavelmente, temos de afirmar que o Brasil deixou de ganhar – e vai perder muito mais – mais de R\$5 bilhões com a venda daquelas ações da Petrobras.

Eu gostaria também de estar enganado agora, no momento em que o Governador do Paraná, afrontando a lógica, o bom senso, a inteligência e a vontade popular, teima em vender a Copel. Eu gostaria de estar errado e que todos estivessem errados no Paraná neste momento e que somente o Governador estivesse certo, para que o Estado não sofresse as consequências que certamente sofrerá. Elas são imprevisíveis, mas, seguramente, nocivas ao interesse público. Sr. Presidente, vamos continuar lutando para impedir essa venda, agora no Poder Judiciário, com ações populares e depois, se for necessário, já que todo ato de Governo que contraria o interesse público é nulo de pleno direito, ainda no Poder Judiciário, envidando todos os esforços para tentar anular a venda da Copel.

Para concluir, não somos contra a privatização de empresas incompetentes, deficitárias, mas somos contra a privatização de empresas competentes, lucrativas, que atuam em setores estratégicos para a vida do País. Por essa razão, apresentamos projeto que instituiria, se aprovado – e espero que seja –, o plebiscito quando da privatização de empresas de energia e de água no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2001

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para o fim de definir o crime de coação no curso da atividade administrativa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido da seguinte regra normativa:

Coação no curso da atividade administrativa

Art. 319-A. Coagir funcionário subordinado a praticar ato ilegal.

Pena — de tenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código Penal, em seu art. 344, tipifica o crime de Coação no curso do processo penal.

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis), estabelece sobre tema semelhante:

”Art. 116. São deveres do servidor:

.....
IV — cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

Art. 117. Ao servidor é proibido:

.....
VII — coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

.....
A toda evidência, essa legislação administrativa está mais voltada para a proteção da administração pública do que para a do funcionário. Por isso, deixa o agente público desprotegido da ação indevida de maus chefes, quando estes impõem aos seus subordinados a prática de atos que sabem ser ilegais.

Temendo represálias, não é incomum que o servidor venha a sucumbir à coação de seus superiores hierárquicos, seja por vaidade, seja por ambição, seja por medo ou por qualquer outra das fraquezas humanas. O certo é que essa situação acontece no serviço público e precisa ser coibida. O episódio recente do Paineleletrônico do Senado é exemplo eloquente do que aqui se comenta.

Portanto, o objetivo do presente projeto é o de desestimular dirigentes inconseqüentes a infligirem a seus subalternos o ônus de praticarem ações ou omissões ilícitas. Havendo a regra punitiva, o próprio

serviço público será beneficiado pelo temor que, por certo, infundirá nos poderosos.

Aliás, já se disse, com acerto, que “a liberdade do fraco depende das limitações impostas ao forte; a liberdade do pobre depende das limitações impostas ao rico; e a liberdade do pobre de espírito, das limitações impostas ao astuto”.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2001. — **Sebastião Rocha.**

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

**DECRETO-LEI Nº 2.848
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**

Código Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

Código Penal

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena — detenção, de três meses a um ano, e multa, de quinhentos mil réis a dois contos de réis.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

**Dispõe sobre o Regime Jurídico dos
Servidores Públicos Civis da União, das
autarquias e das fundações públicas federais.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 116. São deveres do servidor:

I — exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II — ser leal às instituições a que servir;

III — observar as normas legais e regulamentares;

IV — cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V — atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

VI – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII – guardar sigilo sobre assunto da repartição;

IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X – ser assíduo e pontual ao serviço;

XI – tratar com urbanidade as pessoas;

XII – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III – recusar fé a documentos públicos;

IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;

VI – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X – participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

XI – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de

benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII – aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV – praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV – proceder de forma decidiosa;

XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII – cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.527, de 10-12-97)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2001-COMPLEMENTAR

Atualiza a ementa e altera o art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que "Dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal", para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, passa a ter a seguinte redação:

Dispõe sobre a aposentadoria do servidor público policial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 2º O art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O servidor público policial será aposentado:

I – compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados;

II – voluntariamente, com proventos integrais, independentemente da idade;

a) após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se homem;

b) após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos 15 (quinze) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se mulher. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 51, de 1985, o servidor policial tem direito de se aposentar após trinta anos de serviço, desde que vinte deles dedicados ao exercício de cargo de natureza estritamente policial.

Trata-se, aqui, do reconhecimento da especificidade da função policial que expõe o seu titular a riscos permanentes. Isso gera imenso stress na vida profissional, podendo comprometer a saúde e mesmo integridade física do servidor.

Essa norma, ainda que editada sob o regime constitucional anterior, foi, sem dúvida, recepcionada pela Constituição vigente. Conforme ensina Marcio Augusto de Vasconcelos Diniz (in "Controle de constitucionalidade e teoria da recepção", p. 55):

A entrada em vigor de uma nova Constituição não implica, necessariamente, a rejeição do sistema infraconstitucional existente, mas apenas das leis e/ou atos normativos que com ela forem incompatíveis.

Subsistem as normas hierarquicamente inferiores que se harmonizam com a nova Lei Fundamental; as demais, perdem automaticamente a sua vigência, por incompatibilidade material ou – formal. Como geralmente se afirma, passam a carecer de fundamento de validade.

O fenômeno da recepção, processo legislativo abreviado, implica a absorção, pela nova ordem, das normas inferiores vigentes sob o manto do antigo sistema constitucional, dando-lhe novo fundamento de validade. Procura-se dar continuidade à dinâmica das relações sociais, sem que seja necessária nova atividade legislativa integradora. (...)

Em síntese: sob o parâmetro do novo sistema constitucional, – ou normas anteriores são recepcionadas, porque com ele se harmonizam, ou são rejeitadas por serem incompatíveis. A incompatibilidade, aqui, dá origem, em princípio, à cessação de sua vigência.

E a citada Lei Complementar se harmoniza, totalmente, com o disposto no § 4º do art. 40 da Lei Maior, que determina que a lei complementar pode adotar requisitos diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos, no caso de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física.

Entretanto, o diploma legal foi editado em época na qual o exercício da atividade policial era, quase totalmente, um monopólio masculino, não incluindo em suas disposições as condições distintas para a aposentadoria da mulher, reconhecidas em nossa Constituição.

Assim, para que se adeque a norma ao princípio da isonomia, que, conforme o ensinamento magistral de Ruy Barbosa, se caracteriza por tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, impõe-se alterar o diploma legal para nele introduzir a mesma diferença entre homem e mulher constante da Carta Magna para a aposentadoria voluntária.

De outra parte, também para seguir o modelo constitucional, mantém-se a igualdade entre os sexos no limite da aposentadoria compulsória.

Além disso, estamos atualizando a ementa do diploma legal, no que se refere à remissão ao dispositivo constitucional pertinente, antes relativo à Carta anterior, e à substituição do termo funcionário por servidor público, que é o utilizado na Constituição vigente.

Dessa forma, temos a certeza de que a presente proposição estará atualizando a Lei Complementar nº 51, de 1985, aplicando às servidoras públicas policiais, de forma correta, a isonomia entre homens e mulheres, para fins de aposentadoria, adotada na nossa Carta Magna.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2001. – **Romeu Tuma.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 51
DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985**

**Dispõe sobre a aposentadoria do
funcionário policial, nos termos do art.
103, da Constituição Federal.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O funcionário policial será aposentado:

1 – voluntariamente, com proveitos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte,

pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial;

II – compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, aos 65 anos (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados.

Art. 2º Subsiste a eficácia dos atos de aposentadoria expedidos com base nas Leis nºs 3.313, de 14 de novembro de 1957, e 4.878, de 3 de dezembro de 1965, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República. – **JOSÉ SARNEY – Fernando Lyra.**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 103. *Podem propor a ação de inconstitucionalidade:

- I — o Presidente da República;
- II — a Mesa do Senado Federal;
- III — a Mesa da Câmara dos Deputados;
- IV — a Mesa de Assembleia Legislativa;
- V — o Governador de Estado;
- VI — o Procurador-Geral da República;
- VII — o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VIII — partido político com representação no Congresso Nacional;
- IX — confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

§ 1º O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

§ 3º Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, com tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advoga-

do-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

§ 4º Ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os projetos serão publicados e remetidos à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO, Nº 461 DE 2001

Requeiro nos termos do que dispõe o artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, sejam requisitadas ao Ministério dos Transportes/DNER, as seguintes informações:

1. Relação de todos os Concessionários, devidamente identificados (Razão Social, CGC, endereço e responsável legal), dos serviços de balsas nos estados de Rondônia, Acre, Pará e Amazonas, para travessia de cargas e passageiros;
2. Cópia dos contratos firmados com os concessionários;
3. Cópia dos processos de licitação da concessão ou,
4. Documento Jurídico equivalente.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2001. – Senador **Moreira Mendes.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2001

Nos termos do parágrafo 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda as seguintes informações, relativas ao Banco do Nordeste, agência de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

1. O BNB concedeu algum financiamento, nos últimos cinco anos, para a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda — COPABA? Em caso afirmativo, detalhar cada contrato assinado entre o Banco e a Cooperativa.

2. Quando tais contratos foram assinados? Qual o objeto de cada um desses empréstimos? Em quantas parcelas foi liberado cada um? Especificar a data da liberação e o valor de cada uma das parcelas liberadas. Qual o prazo de carência de cada contrato? Quais as garantias oferecidas pela Copaba? O BNB fez alguma restrição para a concessão dos empréstimos? Em caso positivo, detalhá-las.

3. Qual o patrimônio da Copaba à época da concessão de cada empréstimo? Quem eram os Diretores da Copaba à época de cada empréstimo? Qual o montante atual da dívida da Copaba?

4. Existe dívida atrasada? Qual o seu montante?

5. Que medidas judiciais o Banco do Nordeste tomou contra os responsáveis pela Copaba?

6. A Direção do BNB recebeu alguma denúncia acerca da ocorrência de irregularidades na agência de Barra do Corda? Em caso positivo, quais as providências adotadas?

7. Especificar a empresa responsável pela elaboração de cada projeto apresentado pela Copaba ao BNB? O BNB foi informado do valor que a empresa cobrou da Copaba para elaborar cada projeto?

8. Quais os projetos da Copaba financiados pelo BNB que fracassaram? Especificar os motivos e os responsáveis pelos fracassos?

9. Quantos associados tinha a Copaba à época de cada empréstimo? Especificar, por financiamentos, quantos e quais sócios receberam empréstimos individuais? Detalhar a localização de cada uma dos projetos financiados pelo BNB. Qual o prazo de carência para cada financiamento? Qual o montante atual da dívida de cada um dos associados?

10. Quais medidas judiciais estão sendo tomadas contra os devedores?

Justificação

Alguns projetos da Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda – MA, se transformaram em verdadeiros fracassos e numa enorme dor de cabeça para os seus diretores e associados. Por exemplo, o projeto referente a implantação de uma fábrica para a produção de polpa de frutas consumiu um grande volume de recursos, sendo em pouco tempo abandonado e causando prejuízo ao BNB que até agora não conseguiu reaver os recursos emprestados.

Considerando as atribuições constitucionais desta Casa as informações aqui solicitadas são de grande importância para que possamos identificar as causas de alguns “ralos” que permitem a drenagem de recursos públicos. Esses dados nos possibilitarão al-

ter as normas atuais de forma a coibir que tais práticas voltem a ocorrer.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2001. –
Eduardo Suplicy.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 463, DE 2001

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do pianista Luiz Carlos Vicunha:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2001. – **Emília Fernandes.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nosso objetivo ao apresentar esse requerimento é nos associar à dor e ao pesar que a comunidade artística brasileira, os familiares e o povo do Rio de Janeiro vivem neste momento pelo passamento do pianista Luiz Carlos Vinhas, homem que, aos 61 anos de idade, estava no auge da sua carreira artística levando o nome do Brasil além das nossas fronteiras. Com sua melodiosa música, cantava o som brasileiro e encantava a todos. Solicitamos que a mensagem seja enviada à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que, de certa forma, é a Casa que representa o povo carioca. Esperamos que, a partir dali, daquela Casa onde a educação e a cultura são pontos importantes nos debates, sejam expandidas por todo o Rio de Janeiro as condolências que os membros do Senado Federal apresentam neste momento pelo falecimento de ilustre figura da comunidade cultural, o Sr. Luiz Carlos Vinhas, que veio a falecer na data de ontem, em trágica ocorrência, quando buscava melhorar sua vida.

Queremos registrar que não morrem aqueles que deixam mensagem positiva. No momento em que o Brasil é palco de figuras negativas, principalmente nos meios de comunicação, o Sr. Luiz Carlos Vinhas é uma referência da melodia, da cultura e da sensibilidade. Parte o homem, mas fica sua contribuição, altamente significativa do ponto de vista cultural e de exemplo de vida.

Eram esses os votos que gostaríamos de registrar, porque entendemos que esta Casa também deve viver momentos de sensibilidade, principalmente quando perde figuras ilustres da história cultural do nosso País. Associamo-nos à dor da comunidade artística e, principalmente, da família dessa ilustre figura.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Em votação o Requerimento n.º 463, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa também quer se associar ao requerimento de homenagem que a Senadora Emília Fernandes apresenta pelo falecimento do grande pianista Luiz Carlos Vinhas, ocorrido ontem. Luiz Carlos Vinhas indiscutivelmente era um dos grandes talentos musicais do nosso País. O seu desaparecimento choca todos nós, que sempre tivemos nele um referencial da cultura mais bonita do Brasil. A Mesa se associa às homenagens prestadas hoje ao grande pianista Luiz Carlos Vinhas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Senador Ademir Andrade.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2001

Confere ao Congresso Nacional o poder de apreciar os acordos e os contratos internacionais, firmados por entes públicos, quando a República Federativa do Brasil figurar como parte, avalista ou garantidora, acrescentando parágrafo único ao artigo 49, da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É acrescido o seguinte parágrafo único ao artigo 49 da Constituição Federal:

“Art. 49.
.....

Parágrafo único. Na competência prevista no inciso I, inclui-se a apreciação de todos os acordos, entendimentos, contratos ou atos internacionais, firmados por entes da administração pública direta e indireta com organismos financeiros internacionais, quando a República Federativa do Brasil figurar na qualidade de parte, avalista, fiadora ou garantidora.

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente Proposta de Emenda à Constituição visa a conferir ao Congresso Nacional poderes para discutir e votar todos os acordos e atos internacionais, firmados com organismos financeiros internacionais, quando a República Federativa do Brasil figurar como parte, avalista ou garantidora do instrumento.

Apesar de o inciso I, do art. 49, da Constituição da República dispor que compete, exclusivamente, ao Congresso Nacional, “resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”, alguns instrumentos internacionais de alta relevância para a Nação não são submetidos ao crivo do Parlamento, como, por exemplo, os acordos celebrados com o Fundo Monetário Internacional.

E por que os acordos com o FMI não são submetidos à apreciação do Congresso Nacional se geram, em tese, compromissos gravosos ao patrimônio nacional? Em artigo publicado na Revista de Direito Constitucional e Ciência Política, o ilustre jurista, Antônio Cachapuz de Medeiros¹, relaciona os principais argumentos utilizados pelos defensores da tese de que acordos firmados com o Fundo necessitam aprovação prévia do Congresso Nacional, e por aqueles que sustentam o contrário.

Os que entendem dispensável a apreciação dos acordos com o FMI, pelas Casas Legislativas, valem-se dos seguintes argumentos:

¹ Medeiros, Antonio Cachapuz de., In, Revista de Direito Constitucional e Ciência Política, nº 2, pp. 169/184.

1) Os “acordos” com o FMI não podem ser considerados tratados ou acordos internacionais, representando, apenas, a execução de compromissos anteriormente assumidos;

2) Não são celebrados pelo Presidente da República ou por plenipotenciário habilitado, sendo, normalmente, assinados pelo Presidente do Banco Central ou pelos ministros da área econômica, e garantidos pelo Tesouro Nacional;

3) Não possuem natureza de tratados ou acordos internacionais, significando, somente, manifestação unilateral do País tomador dos recursos.

Em forte oposição ao alijamento do Parlamento, ainda base no artigo do citado internacionalista, há os que julgam imperiosa a apreciação, pelo Congresso Nacional, dos entendimentos avançados com o FMI. Os bons e convincentes argumentos utilizados pelos defensores dessa tese são, em resumo, os seguintes:

1) Todos os atos internacionais que gerem ônus para o País precisam ser aprovados pelo Congresso Nacional;

2) Os “acordos” com o FMI não são simples empréstimos, mas compromissos assumidos para, a concessão de empréstimos, que implicam alterações substanciais nas leis orçamentárias, cuja competência pertence ao Congresso Nacional;

3) Quando o Presidente do Banco Central ou os Ministros de Estado assinam atos internacionais, agem como legítimos representantes do Presidente da República. Logo, os acordos celebrados por aqueles devem ser referendados pelo Congresso;

4) As Cartas de Intenções e os entendimentos com o FMI são acordos internacionais, envolvem matéria política e estabelecem limites à soberania nacional, como a contenção de gastos públicos, redução do déficit orçamentário, política cambial etc.

Com o objetivo de encerrar a interminável discussão entre os defensores e opositores da apreciação congressual dos acordos com o FMI, julgamos oportuna a inclusão de um novo e esclarecedor dispositivo na Constituição da República.

Nesse sentido, a redação proposta consolida e pacifica o entendimento de que os acordos ou contra-

tos internacionais, celebrados com os organismos financeiros internacionais e que tenham sido avaliados ou garantidos pela República Federativa do Brasil, devem obrigatoriamente ser submetidos à apreciação do Congresso Nacional.

A influência desses acordos – ou entendimentos, como preferem denominá-los os técnicos do setor econômico – na economia de qualquer país é inquestionável. Além disso, é de notório conhecimento que o FMI sempre condiciona a liberação dos recursos por ele administrados a uma série de medidas e metas econômicas, que devem ser diligentemente cumpridas pelo Estado tomador.

As regras e diretrizes do FMI, em geral, suscitam graves e profundas consequências na economia dos Estados tomadores dos recursos. O caso brasileiro, aliás, bem ilustra essa hipótese, na medida em que o País vem sendo instado a obter reiterados e elevados superávites primários no setor público, com a diminuição dos recursos destinados aos investimentos, como consequência do acordo firmado em 1998 com o Fundo.

No que se refere ao acordo negociado com o Fundo neste ano, vale ressaltar que seus termos derogam, na prática, disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional.

Tendo em vista o grau de ingerência dos entendimentos firmados com o Fundo na política econômica e na vida dos cidadãos, não é possível se continuar negando ao Congresso Nacional o direito e o dever de apreciá-los previamente.

Não é sustentável, no atual estágio de desenvolvimento da democracia brasileira, que o Parlamento, no caso dos acordos com o FMI, permaneça relegado à função de simples espectador sem qualquer poder decisório. A presente Proposta de Emenda à Constituição visa a sanar essa lacuna no ordenamento jurídico, incluindo, no rol das atribuições exclusivas do Congresso Nacional, o poder de deliberar sobre os acordos, contratos e entendimentos, assinados com o Fundo ou qualquer outra instituição internacional de crédito.

Em face de todo o exposto e do manifesto interesse público, solicitamos o apoio de nossos ilustres Pares no Senado Federal e na Câmara dos Deputados à presente Proposta de Emenda à Constituição, para o fim de vê-la aprovada no mais breve prazo possível.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2001. –
Ademir Andrade – Eduardo Siqueira Campos – Leomar Quintanilha – Roberto Requião – Alvaro Dias – Sebastião Rocha – Eduardo Suplicy – Pedro Simon – Romeu Tuma – Pedro Ubirajara – Iris

Rezende – Antonio Carlos Júnior – Romero Jucá – Gerson Camata – Ricardo Santos – Bello Parga – Nilo Teixeira Campos – Heloisa Helena – José Eduardo Dutra – Osmar Dias – Francelino Pereira – João Alberto Souza – Hugo Napoleão – Bernardo Cabral – Tião Viana – Jader Barbalho – Nabor Júnior – Marina Silva – Lauro Campos – Valmir Amaral – Maguito Vilela – Luiz Otávio – Casildo Maldaner – Jefferson Péres – Marluce Pinto – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Lindberg Cury – Arlindo Porto – Antero Paes de Barros – Sergio Machado – Roberto Freire – Mozarildo Cavalcanti – Antonio Carlos Valadares.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Senador Ademir Andrade.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2001

Dispõe a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (acesso do Porto de Capuaba à BR-262/ES).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído no Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, o seguinte trecho rodoviário de ligação:

“2.2.2. Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal:

BR-447/ES Porto de Capuaba – BR-262/ES.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se de projeto de lei para criação de rodovia no Estado do Espírito Santo, ligando o Porto de Capuaba à BR-262/ES. O art. 5º da Lei nº 5.917/73 determina que “Poderão ser considerados como complemento e integrando uma via terrestre do Plano Na-

cional de Viação os acessos que sirvam como facilidades de caráter complementar para o usuário, desde que estudos preliminares indiquem sua necessidade e viabilidade financeira ou haja motivo de Segurança Nacional, obedecendo-se às condições estabelecidas por decreto.”, onde entendemos que este pleito se enquadra.

A criação da rodovia federal de ligação, compreendida no trecho Porto de Capuaba – BR-262, no Estado do Espírito Santo, é de grande importância, uma vez que além de reduzir consideravelmente o custo dos transportes, eliminará o intenso tráfego de caminhões provenientes do Porto de Capuaba com destino às rodovias federais BR-101 e BR-262, que atualmente utilizam vias urbanas municipais e estaduais da Grande Vitória, inadequadas ao referido tráfego.

A ligação é estratégica no sentido de dar condições alternativas de mobilidade rodoviária para a região.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2001. – Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
2.2. Nomenclatura e Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrantes do Plano Nacional de Viação.

.....
Art. 5º Poderão ser considerados como complementando e integrando uma via terrestre do Plano Nacional de Viação os acessos que sirvam como facilidades de caráter complementar para o usuário, desde que estudos preliminares indiquem sua necessidade e viabilidade financeira ou haja motivo de Segurança Nacional, obedecendo-se às condições estabelecidas por decreto.

.....
(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Passa-se à

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2001
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 452, de 2001 –
art. 336, inciso II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 34, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 794, de 2001, Relator: Senador Wellington Roberto), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia em operação de crédito externo a ser realizada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S. – TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil, e dá outras providências.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Senador Ademir Andrade.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 831, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 2001.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 2001, que autoriza

a República Federativa do Brasil a conceder garantia em operação de crédito externo a ser realizada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., – TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares norte-americanos) de principal, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 23 de agosto de 2001. – **Marluce Pinto – Antonio Carlos Valadares – Carlos Wilson – Maria do Carmo Alves.**

ANEXO AO PARECER Nº 831, DE 2001

Redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 2001.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº , DE 2001

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia em operação de crédito externo a ser realizada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., – TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares norte-americanos) de principal, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal, a conceder garantia em operação de crédito externo a ser realizada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais,

destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil.

Art. 2º É concedida a elevação temporária dos limites de endividamento da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, previstos no art. 7º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a fim de que a referida empresa possa contratar a operação de crédito de que trata o art. 1º desta Resolução.

Art. 3º A operação de crédito a que se refere o art. 1º desta Resolução tem as seguintes características:

I – *mutuário*: Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., – TBG;

II – *garantidor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

III – *contragarantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *forma de colocação*: privada tradicional nos Estados Unidos da América;

V – *valor*: equivalente a até US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares norte-americanos) de principal;

VI – *finalidade*: financiar, parcialmente, o Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil;

VII – *prazo*: dezoito anos;

VIII – *cupom*: quantitativo de pontos base acima das US Treasury Notes, de trinta anos, a ser fixado quando da emissão e colocação dos títulos da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., – TBG no mercado;

IX – *amortização*: em três prestações anuais iguais, a partir do final do décimo sexto ano;

X – *preço da emissão*: a ser estabelecido na data do lançamento, considerando o cupom mencionado;

XI – *comissão de colocação*: 0,42% (quarenta e dois centésimos por cento) **flat** sobre o valor de face da emissão;

XII – *despesas gerais*: limitadas a US\$125,000.00 (cento e vinte e cinco mil dólares norte-americanos).

§ 1º A garantia a ser concedida pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD à Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., – TBG, aplica-se a todo o valor do principal e mais duas parcelas de juros em base **roll on** (enquanto a garantia sobre as parcelas de juros não for executada, o BIRD estende sua cobertura às duas parcelas de juros subsequentes); as demais parcelas de juros não contam com qualquer garantia de pagamento.

§ 2º A contragarantia a ser concebida pela República Federativa do Brasil ao Banco Internacional para

Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD tem alcance idêntico ao da garantia concedida pelo Banco à Transportadora Brasileira Bolívia-Brasil S.A., – TBG.

§ 3º A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., – TBG, concederá as seguintes contragarantias à República Federativa do Brasil:

I – contragarantia principal: receitas próprias da TBG, mediante mecanismo de débito automático em conta;

II – contragarantia subsidiária: garantia solidária da Petróleo Brasileiro S.A., – Petrobrás, mediante cláusula contratual, comprometendo-se esta empresa a transferir ao Tesouro Nacional, sob demanda e a qualquer momento, os recursos referentes à TCO (Transport Capacity Option), durante a fase de execução, ou os recursos referentes aos contratos de transporte de gás firmados junto à TBG.

Art. 4º A contratação da operação de crédito externo a que se refere o art. 1º desta Resolução deve ser efetivada no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias contado da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 2:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2001
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 453, de 2001 –
art. 336, inciso II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos.

sicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único.

Tem a palavra, para discutir, o Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é um projeto extremamente importante.

O valor da operação de crédito é pequeno, R\$2.094.968,00, mas é um programa muito importante para os Municípios brasileiros e foi criado no BNDES quando tive a oportunidade de ocupar a sua diretoria da área social. O idealizador do programa é um dos grandes técnicos que o setor público possui, Dr. José Roberto Afonso, funcionário de carreira do BNDES.

O programa financia as prefeituras para que elas possam modernizar a sua administração tributária. O que significa isso? O recurso vai para a aquisição de computadores, de programas de computador. Vai para a atualização de cadastro de contribuintes, para treinamento de fiscais, para aquisição de equipamentos. Enfim, permite aos Municípios, em um tempo de escassos recursos, de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, melhorarem suas respectivas arrecadações, ou seja, a arrecadação do IPTU, do ISS e das taxas municipais.

Tais recursos permitem aos Municípios tornar sua realidade fiscal menos dependente de outros níveis de governo, como Estados e União. Algumas prefeituras que já tiveram acesso ao crédito chegaram a dobrar a arrecadação. Permitem, ainda, aos municípios recuperar a capacidade de investimento com recurso próprio, ou seja, sem depender do governo estadual ou federal, podem realizar obras de calçamento assim como investimento nas áreas de educação e saúde, urbanização de favelas, e assim por diante.

Esse é um recurso muito especial porque, na formulação do BNDES, se tornou a porta de entrada, a fim de que os Municípios, no futuro, possam realizar outras operações de crédito. Financia também o programa a melhoria do gasto social. Todos sabemos que é altíssimo o desperdício na área da saúde, da educação, etc.

Qual o problema do crédito? Digo isso para que os Senadores presentes e todos que nos ouvirem possam refletir. A operação de crédito de Juiz de Fora deu entrada no Banco quando eu era diretor, em 1997. Só agora chega ao fim sua tramitação. O Prefeito de Juiz de Fora é o mesmo porque foi reeleito. Se não tivesse sido reeleito, não teria oportunidade de utilizar o recurso em sua gestão. A burocracia é infernal. Vejam quanto tempo é necessário para liberar um recurso de dois milhões. É contra isso que precisamos lutar, Senador José Alencar. Cito V. Ex^a porque sendo Senador por Minas Gerais representa o povo de Juiz de Fora nesta Casa. E não é uma quantia expressiva. Moderniza-se uma prefeitura de porte médio, como a de Juiz de Fora, gastando pouco e com resultados significativos nas políticas públicas, porque tais prefeituras passam a ter condições de desenvolver projetos que antes eram inviáveis.

Desejo aqui homenagear os técnicos do BNDES, com quem, repito, tive orgulho de trabalhar. Aprendi muito na minha passagem por aquela instituição pública, que é uma das mais bem organizadas do País. Desejo homenageá-la na pessoa do Dr. José Roberto Afonso, já citado.

Faço também um apelo ao Governo e às autoridades da área econômica: vamos desburocratizar o programa, vamos dar às prefeituras acesso a um recurso pequeno, porém focado numa ação grandiosa. É o apelo que faço ao Ministro Pedro Malan e ao Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, com quem tive a oportunidade de discutir o programa e que é muito sensível ao tema.

Fui prefeito de uma cidade e sei o que é isso. Recebi uma prefeitura, a de Vitória, capital do Espírito Santo, em que a arrecadação própria significava algo em torno de 16% da arrecadação global do Município, o que já era um fato inusitado, em comparação com diversos municípios do nosso País. Hoje, significa mais de 40% da arrecadação de tributos próprios, num processo de modernização e organização da administração tributária do Município. É o Município cobrando o seu ISS e o seu IPTU, criando um laço de responsabilidade dos cidadãos das cidades com a administração da sua prefeitura.

Sr. Presidente, fica a minha homenagem aos técnicos do BNDES, aos formuladores desse programa, com os quais tive oportunidade de estar junto. Hoje, na posição em que estive no BNDES, está a Dr^a Beatriz Azeredo, que é uma excelente diretora do banco. Fica o meu registro contra a burocracia e ao tempo de tramitação – e sei que falo representando os Municípios brasileiros – para uma operação como essa, pro-

metida pelo Governo. Lembro inclusive que, quando foi sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo ofereceu aos prefeitos naquele momento, que já queriam modificá-la, justamente acesso a esse programa, mas esse acesso continua muito difícil e burocrático. Precisamos remover essa burocracia.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Senador, permite-me V. Exª me permite um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Senador Paulo Hartung, V. Exª tocou num ponto importantíssimo desse procedimento, em que o BNDES leva até as prefeituras esse recurso sustentável para as suas finanças. Eu até ia fazer uma intervenção pessoal, pedindo a palavra, mas esse aparte me satisfaz. V. Exª tocou num assunto importantíssimo, qual seja, a fragilidade desse lado do procedimento financeiro. Tenho certeza de que o Governo Federal está alcançando bons frutos como aperfeiçoamento da máquina de arrecadação, a máquina administrativa dos municípios, que atualmente fazem uma economia muito grande. Na nossa Prefeitura, a de Campo Grande, há cerca de cinco anos, com a modernização da máquina administrativa, multiplicamos o IPTU, sem aumento de imposto, por quase três. O ISS, com o sistema de informática de cruzamento de dados, multiplicamos por dois –, 200% de aumento do ISS. Além da estrutura da Prefeitura, na área da saúde instituímos o cartão-saúde, para não haver duplicidade de consultas no mesmo dia, pois muitos gostam de consultar médicos nos postos de saúde. Com isso, fizemos uma economia muito grande. Também estabelecemos o cadastro imobiliário, já com processamento de dados. Tudo isso num contexto muito grande dentro do Município, que fez com que multiplicássemos, no geral, a receita própria da Prefeitura em mais de 300%. Acho que esse programa é muito importante. O BNDES tem dinheiro realmente para investir nesse setor, mas a burocracia está emperrando. Por outro lado, há necessidade também de divulgar esse programa, porque há muito Município que nem o conhece. Lembro-me de que o Banco do Brasil descia aos municípios menores, fazia a propaganda – e parece-me que ele é o agente financeiro do BNDES –, colocando à disposição toda a programação para a melhoria da sua arrecadação. Portanto, o pronunciamento de V. Exª e o seu relatório nesse projeto são uma contribuição muito forte, não só para alertar o Governo para que seja desburocratizado esse procedimento financeiro, como também para alertar os Municípios que ainda não perceberam que, na verdade, aí está um grande instrumento de alcance de uma boa

arrecadação no seu Município. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca. Acolho o aparte de V. Exª com prazer, já que é um homem vivido nessa matéria.

Concluo, Sr. Presidente, registrando que o Senado não segurou esse processo. Tive a honra de relatá-lo e o fiz em uma semana. Ao ser aprovado na CAE, o representante do povo mineiro pediu imediatamente urgência em sua tramitação, Senador José Alencar. E aqui está o processo, hoje, terminando a sua tramitação. O Senado não foi obstáculo. Creio que vale a pena fazer esse registro.

Outro ponto a assinalar é a questão urbana. Mais de 80% da nossa população, hoje, mora nos centros urbanos. O papel das administrações municipais é muito importante para prover essas regiões de transporte coletivo, de urbanização, de saneamento, de educação, de saúde, enfim, de serviços básicos. Então, temos de caminhar no sentido de fortalecer a administração local, o poder local. Penso que essa é uma contribuição importante.

Quero dizer aos prefeitos, vereadores, líderes comunitários que estão nos ouvindo, que é fácil conhecer esse programa. O **site** da Secretaria de Assuntos Fiscais do BNDES é excelente para ser consultado, porque acompanha todos os dados fiscais do País, dos Estados federados, dos municípios e possui todas as diretrizes desse programa e como acessar esse importante crédito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Continua em discussão.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Carlos Wilson, Srªs e Srs. Senadores, este é um empréstimo inteligente, como inteligente é o Prefeito de Juiz de Fora, Tarcísio Delgado, ex-Parlamentar e administrador competente, que tem visão estratégica de futuro e sabe ser fundamental a modernização administrativa, notadamente quando diz respeito à arrecadação de tributos.

De modo geral, os Municípios e os Estados brasileiros estão com a sua capacidade de investimento totalmente comprometida. Mas não há, visivelmente, um esforço de modernização. Os métodos continuam

os mesmos, a estrutura é mantida inalterada, quase sempre estruturas engordadas por excesso de funcionários, despesas, portanto, desnecessárias. Do outro lado, uma arrecadação que não alcança os índices adequados em função do que estabelece a carga tributária vigente no País.

A população reclama da pesada carga tributária e os governos, da ausência de uma receita mais significativa. A conclusão é que há deficiência. A máquina de arrecadação precisa ser modernizada, sobretudo ela, toda a estrutura da administração pública. Não temos visto, de modo geral pelo menos — há exceções à regra —, programas inteligentes de controle de gastos públicos, não temos visto a modernização administrativa por meio de reformas que poderiam ser realizadas. Estamos assistindo à manutenção das velhas e carcomidas estruturas da Administração Pública brasileira. Por isso, há sempre as alegações de que não existem recursos para salários, para a saúde, para a segurança pública. Precisamos de uma profunda reforma na organização política do País, evidentemente, passando pela estrutura do Estado brasileiro, que deve ser repensado desde a União até o Município.

Este projeto vem na esteira de um objetivo que, certamente, é alimentado pelo prefeito Tarcísio Delgado, de Juiz de Fora, que inteligentemente busca recursos do BNDES para a modernização da máquina arrecadadora. Com certeza, os resultados serão expressivos. Esse tipo de empréstimo traz um retorno seguro com o aumento da receita pública municipal. Se ações como essas forem realizadas nos Estados brasileiros, teremos um ganho fundamental em benefício de políticas públicas que poderão contribuir para melhorar a qualidade de vida da população, que é o objetivo central de qualquer Governo.

Sr. Presidente, o Senador Paulo Hartung, Relator da matéria, expôs com muita propriedade o assunto, tendo em vista a experiência de ter sido prefeito de uma grande capital e diretor do BNDES, um técnico qualificado e expôs com muita propriedade todas as vantagens de um empréstimo como esse. O nosso objetivo foi apenas destacar a importância da lucidez do administrador, e Tarcísio Delgado, sem dúvida, é um exemplo disso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) — Continua em discussão a matéria.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB — RJ) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) — concede a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB — RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só quero fazer um breve comentário. Obviamente, votarei favoravelmente, já que em outras ocasiões tenho me pronunciado a respeito de projetos dessa natureza.

O comentário é a respeito do Senador Paulo Hartung, relator da matéria. S. Ex^a não é tão-somente o relator, mas o criador desse programa quando era diretor do BNDES. Esse programa produziu resultados muito importantes, inicialmente em todas as capitais do País, porque esse apoio à modernização da gestão tributária foi primeiramente voltado apenas para as capitais, mas, depois, se estendeu. Hoje, por exemplo, está chegando a Juiz de Fora; antes chegou a Niterói.

Tive a oportunidade de procurar o então diretor Paulo Hartung em nome do Município de Niterói para conseguisse financiamento, e conseguimos; e o resultado para o Município foi realmente extraordinário em termos de crescimento da arrecadação. E não apenas isso, modernizou, racionalizou a administração tributária do Município, e, acredito, os resultados foram semelhantes em todos os outros Municípios.

De forma que quero manifestar o meu apoio ao projeto, fazendo justiça ao Senador Paulo Hartung, já que esse programa do BNDES, um dos mais importantes do banco hoje, deve-se à iniciativa do Senador quando diretor da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) — Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB — PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos reclamam da carga tributária praticada neste País; todos dizem que os que não podem escapar da tributação são onerados com uma carga enorme. E é verdade. Daí a grande vantagem e mérito do projeto. Há empréstimos que são pouco inteligentes e outros mais inteligentes, como esse, porque, na hora em que há modernização, os que não estavam pagando — e, por isso, sobrecarregando os demais — passam a pagar igualmente.

Na Paraíba, inúmeros Municípios tomaram esse tipo de empréstimo e, em todos eles, o resultado foi espetacular, daí o meu apoio. À época em que o Senador Paulo Hartung era diretor do BNDES, criou-se essa possibilidade. A partir daí, verificamos que os Municípios passaram a ter até mais justiça, porque com uma máquina moderna pode exercer uma melhor fiscalização, pois é a lei que está sendo cumprida; uns não ficam isentos enquanto outros são obri-

gados a pagar. Levanto essa vertente da modernização, que é importante. Precisamos fazer isso.

Será que não podíamos estender empréstimos como esse, por exemplo, à Justiça Federal? Há milhões de processos, cerca de 187 bilhões, e a Justiça não tem condições de fazer, por exemplo, a informatização. Não me conformo que alguns espertos passem 10, 15, 20 anos sem pagar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro dia vi um empresário que tomou emprestado o equivalente a 10 milhões e acabou pagando R\$400,00. Na Justiça, da forma que todos conhecemos, ele conseguiu fazer com que não se cobrasse correção e, no final, pagou R\$400,00.

Com toda certeza, se tivéssemos na Justiça Federal também a atuação de empréstimos de modernização, ela seria mais ágil, rápida e todos os brasileiros, principalmente os assalariados, que não querem que mexam sequer no limite da isenção, estariam com uma carga muito menor porque todos pagariam igualmente. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Encerra a discussão.

Em votação o Projeto de Resolução n.º 35, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senadora Maria do Carmo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 832, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 35, de 2001.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 35, de 2001, que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais), com finalidade exclusiva de financiar pro-

grama de investimento em modernização tributária do Município.

Sala de Reuniões da Comissão, 23 de agosto de 2001. – **Marluce Pinto – Antonio Carlos Valadares – Carlos Wilson – Maria do Carmo Alves.**

ANEXO AO PARECER Nº 832, DE 2001

Redação final do Projeto de Resolução nº 35, de 2001.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2001

Autoriza o Município de Juiz de Fora – MG, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais), com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Juiz de Fora – MG, autorizado a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais).

Parágrafo único. Os recursos a serem contratados têm a finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º terá as seguintes condições financeiras:

I – *valor da operação*: R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais);

II – *taxa de juros*: 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) mais TJLP;

III – *finalidade*: exclusivamente para financiar programa de investimento em modernização tributária do Município;

IV – *prazo*: setenta e dois meses, após vinte e quatro meses de carência;

V – *garantias*: cotas-partes do FPM;

VI – *vencimento*: 30 de junho de 2009;

VII – *liberação*: anos de 2001, 2002 e 2003.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG) – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu iria realmente fazer uma intervenção naquele momento, agradeço a V. Exª.

O Município de Juiz de Fora é administrado pelo Dr. Tarcísio Delgado, um homem de bem. Realmente, este projeto é muito importante, como disse o eminente Senador Paulo Hartung, porque ele moderniza o sistema tributário do município sem representar elevação das alíquotas tributárias e vai também contribuir grandemente para que o município possa cumprir a própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Estado de Minas e a nossa Região da Zona da Mata, da qual Juiz de Fora é a capital, agradecem muito ao Senador Paulo Hartung, que foi o Relator do projeto.

Representando a Liderança do PMDB, recomendamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Encerra a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Supley.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o Senador Lúcio Alcântara, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e o

Senador Jefferson Péres, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, organizaram há pouco uma reunião com os representantes do Congresso Nacional americano, cuja delegação se encontra aqui presente.

Gostaríamos de dar as boas-vindas aos Deputados David Dreier, John Linder, Graciela Napolitano, George Radanovich, James Moran, Ander Crenshaw, Lucille Roybal-Millard e Dan Miller, que estiveram dialogando nesta manhã com os membros das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores, sobretudo com referência às questões relativas à integração das economias das Américas.

Estivemos conversando francamente sobre quais as preocupações da parte dos representantes do Congresso Nacional norte-americano e das nossas, relativas a como haver uma integração das economias das Américas, mas levando em conta o interesse das empresas brasileiras e sobretudo dos seres humanos de todas as Américas.

Foi um diálogo extremamente produtivo. Esperamos também ter a mesma oportunidade, quando congressistas brasileiros estiverem no Congresso norte-americano terem um diálogo tão produtivo quanto tivemos hoje.

Sejam bem-vindos os representantes do Congresso norte-americano.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa se associa às boas-vindas que o Senador Eduardo Supley faz em nome da Casa aos parlamentares norte-americanos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 3:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 44, DE 2001-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, "III", do Regimento Interno
Requerimento nº 386, de 2001)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2001-Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa), tendo

Parecer sob nº 733, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, que oferece.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão deliberativa ordinária do último dia 15, com apresentação da Emenda nº 2, que foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame.

A relatora da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadora Maria do Carmo Alves, encaminhou à Mesa parecer que será publicado na forma regimental.

O Parecer é favorável, com a apresentação da Emenda nº 3, de Relator, oferecida nos termos do §6º do art. nº 133 do Regimento Interno.

A votação da matéria fica transferida para a próxima 4ª feira.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER DE PLENÁRIO Nº 833, DE 2001

Em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 2, de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei nº 44, de 2001 – Complementar, que altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991.

Relatora: Senadora **Maria do Carmo Alves**

1 – Relatório

A Emenda sob apreciação foi apresentada em Plenário pelo autor da proposição, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Projeto busca alterar a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, prevista na Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991, acrescentando a participação de um representante dos municípios do interior de cada um dos Estados que compõem o Conselho. Em 8 de agosto do corrente ano, a proposição foi aprovada, nesta Comissão, conforme parecer por nós elaborado, mediante a apresentação de um Substitutivo, transformando a proposição em projeto de lei autorizativa.

Em 10 de agosto, o ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti apresentou, em Plenário, a presente emenda, alterando o inciso II do art. 1º da referida Lei Complementar, com vistas, por um lado, a adaptar os títulos dos Ministérios de acordo com as novas denominações destas entidades, e, por outro lado, a incluir também o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Meio Ambiente no rol dos ministérios que deverão ter representante na composição do Conselho de Administração da Suframa.

II – Voto

A Emenda nº 2 necessita, tanto quanto o projeto inicial, sofrer pequena modificação para se adaptar ao texto constitucional, tendo em vista o enunciado contido na alínea e do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição, segundo o qual são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da Administração Pública.

Assim, sendo a modificação proposta pela emenda nº 2 conveniente e oportuna, resolvemos opinar por sua aprovação, modificando, porém, seus termos para afiná-la com o teor do Substitutivo, apresentado para transformar o Projeto de Lei sob comento em lei autorizativa.

Dessa forma, de acordo com o § 6º do art. 133, do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pelo acolhimento da Emenda nº 2 – PLEN ao PLS nº 44, de 2001 – Complementar, na forma da seguinte Emenda:

EMENDA Nº 3 – Substitutiva

Dê-se ao art. 1º do substitutivo da CCJ ao PLS nº 44, de 2001 – Complementar, a seguinte redação:

”Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 68, de 13 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes § 4º e 5º:

Art. 1º

§ 4º É o Poder Executivo autorizado a incluir no Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de que trata o **caput**, um representante dos municípios do interior de cada um dos Estados mencionados no inciso I deste artigo, eleito pela maioria absoluta dos seus prefeitos; (NR)

§ 5º É o Poder Executivo autorizado a incluir no Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de que trata o **caput**, um representante de cada um dos seguintes Ministérios:

I – Fazenda;

II – Planejamento, Orçamento e Gestão;

III – Agricultura e Abastecimento;

IV – Desenvolvimento Agrário;

V – Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

VI – Integração Nacional; e

VII – Meio Ambiente.” (NR)

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2001. –
Maria do Carmo Alves, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 4:**

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2000
(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Peres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, tendo

Parecer sob nº 636, 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Bernardo Cabral, oferecendo a redação para o segundo turno.

A discussão da matéria foi encerrada na discussão deliberativa ordinária do último dia 15, com apresentação de duas Emendas que foram encaminhadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame.

O Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Sebastião Rocha, encaminhou à Mesa Parecer que será publicado na forma regimental.

O Parecer conclui pelo acolhimento das Emendas nº 1 e 2 de Plenário. Cópia do Parecer encontra-se à disposição das Sras e dos Srs. Senadores nos Avulsos da Ordem do Dia distribuído nas bancadas.

A votação da matéria fica transferida para a próxima quarta-feira.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER DE PLENÁRIO Nº 834, DE 2001

Em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas de Plenário nºs I e 2 à Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, que “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos para instituir o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental”.

Relator: Senador **Sebastião Rocha**

I – Relatório

Cuida-se, nesta oportunidade, de apreciar duas emendas de redação oferecidas em Plenário, para votação em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000.

Ambas são de autoria do Senador Jefferson Péres e outros eminentes Senadores e se referem

ao articulado da PEC antes da aprovação do Parecer nº 636, de 2001, desta Comissão, que apresentou a redação para o segundo turno.

Mencionado Parecer fez, na proposta, alterações redacionais para adequação à técnica legislativa, integrando-a no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. Em consequência, deve-se entender que a Emenda nº 1 objetiva alterar a redação do inciso 1 do § 2º do art. 85 do ADCT e a Emenda nº 2 visa a redação do **caput** e do inciso II do § 2º do art. 85 do ADCT, tal como constantes do art. 1º da PEC.

Transcreve-se o teor das duas emendas:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1 – PLEN

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do § 2º do art. 2º:

I – receita líquida arrecadada pela União: a diferença entre a receita de impostos e contribuições arrecadadas pela União e os valores repassados na forma do disposto nos arts. 157 a 159 da Constituição;

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2 – PLEN

Dê-se nova redação ao **caput** e ao inciso II do § 2º do art. 2º, substituindo-se a expressão “área de proteção ambiental” por “área protegida”.

II – Voto

Posto que objetivando meras adaptações redacionais, sem alteração de mérito em relação ao texto já aprovado em primeiro turno, as emendas propostas são admissíveis sem qualquer restrição. De outra parte, observam elas os demais requisitos regimentais, entre eles o relativo ao número mínimo de assinaturas.

Quanto à Emenda nº 1 – PLEN, tem-se que ela não apenas melhora o texto aprovado em primeiro turno como, na verdade, evita que se aprove uma obscuridade, quase que uma contradição entre o **caput** e o inciso 1º do § 2º, o que poderia vir a turbar a exegese da norma. Com efeito, o **caput** refere-se “a receita líquida de impostos e contribuições arrecadada”, enquanto que o inciso 1º do § 2º, justamente ao conceituar tal alocação fica restrito a referir “receita líquida de impostos arrecadada”.

A obscuridade é perfeitamente sanada com a supressão da expressão “de impostos”, tal como proposto na Emenda, de tal sorte que o inciso do parágrafo passa a conceituar “receita líquida arrecadada”. Como a interpretação do parágrafo e seus in-

cisos é integrada à do **caput**, resta claro, agora, que a receita líquida arrecadada a que se refere é aquela dos impostos e contribuições diminuída das transferências constitucionais para o Estado do Amazonas.

A Emenda nº 2 – PLEN, também aperfeiçoa o texto e o livra de ambigüidade, que advinha do fato de que, sob a expressão “área de proteção ambiental”, tentava-se abrigar conceito amplo, abrangente, por exemplo, de “reservas indígenas”. A substituição por “área protegida” torna o texto mais coerente e claro, facilitando sua futura interpretação.

Ante o exposto, o voto é pelo acolhimento das Emendas de Redação nº 1 e nº 2, ambas de Plenário.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2001. – Senador **Sebastião Rocha**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 5:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 1995

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal (imunidade de ICMS), tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs

– 205, de 1998, de Plenário, Relator: Senador Esperidião Amin, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e

– 486, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 324, de 1998), Relator: Senador Jefferson Peres.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. nº 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias em fase de discussão em Segundo Turno, quando poderão serem oferecidas emendas que não envolvam o mérito da matéria.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposta de emenda constitucional foi aprovada em primeiro turno por unani-

midade. Sessenta e um Senadores, inclusive eu, votaram pela aprovação.

Lendo mais atentamente sobre a questão e de acordo com informações que me foram transmitidas pela Coordenadoria de Arrecadação do Estado de Rondônia, percebi que cometemos um erro ao aprovarmos esta Emenda Constitucional. Ela causa sérios e irreparáveis prejuízos à arrecadação dos Estados que não são produtores de petróleo e de energia elétrica.

Por quê?

O ICMS sobre o combustível e a energia elétrica, por vontade do Legislador Constituinte, teve como princípio de tributação o do destino. Assim sendo, o tributo fica com o Estado consumidor. Tal regra se constitui numa diretriz já consagrada, em que o imposto fica no Estado onde se localiza o verdadeiro contribuinte, denominado “contribuinte de fato”, ou seja, aquele que recebe o ônus do tributo.

Esse princípio de tributação do combustível e da energia elétrica, operacionalmente, se dá por meio da imunidade em operações interestaduais. É exatamente isto o que está propondo a Emenda Constitucional em questão: que seja suprimida essa imunidade. Qualquer alteração no mandamento constitucional no sentido de se elidir essa imunidade iria prejudicar os Estados consumidores e, por via de consequência, aqueles contribuintes que, de fato, pagam o imposto.

Tenho aqui informações sobre todos os Estados brasileiros e a maioria deles perde vultosas somas, se aprovada essa emenda Constitucional na forma em que está proposta.

No caso do meu Estado, por exemplo, a perda seria da ordem de R\$38,321 milhões, se considerarmos o exercício de 2000, apenas para efeito de comparação.

Portanto, por entender que o ICMS deve ficar no Estado onde se localiza o cidadão que arca verdadeiramente com o ônus do tributo e que, por esse motivo, merece que o imposto seja revertido em seu favor, em favor da sua comunidade e do seu Estado, a PEC em questão caminha no sentido contrário da justiça tributária e a correção das desigualdades sociais, o que é inadmissível.

Note-se que a proposição da PEC vai contra a proposta da reforma tributária ampla que se discute hoje no Congresso Nacional e que prevê justamente

que o ICMS tenha como princípio de tributação o destino.

Ainda para argumentar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vale ressaltar que o Estado produtor de petróleo ou de energia elétrica já tem uma compensação, porque ele recebe **royalty** pela produção. Além do mais, ele também é Estado consumidor de combustível e de energia elétrica não estou falando do produto bruto – e, por isso, vai acabar tendo benefício, porque ele também consome. Lá há consumo dos combustíveis e derivados e da energia elétrica.

Assim, é preciso que as Sr^{as} e Srs. Senadores dos demais Estados façam uma reflexão sobre o assunto, porque, na minha ótica, da forma como está, a PEC beneficiará apenas os Estados produtores de petróleo e de energia elétrica, com sensíveis prejuízos à arrecadação dos demais Estados.

Desse modo, o encaminhamento, quando da votação, será para que a PEC seja rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo, autor da proposta.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse assunto poderá voltar à discussão até o momento da sua votação, mas, como autor da PEC sobre a qual acaba de se manifestar o Senador Moreira Mendes, penso importante fazer, desde já, uma ponderação de natureza geral.

O Senador Moreira Mendes sustenta a tese de que o princípio da justiça fiscal mandaria que o ICMS fosse cobrado no território onde se localiza o consumo, beneficiando a comunidade que consumiu aquele produto. Senador Moreira Mendes, essa é uma questão crucial. A tese que V. Ex^a acabou de defender foi a de que o imposto deveria ser cobrado onde está a ponta de consumo; essa foi a tese que os pequenos Estados, os chamados Estados periféricos trouxeram à Constituinte, quando a estrutura tributária estava sendo discutida na elaboração da Constituição de 1988.

Desejávamos precisamente que esse tributo fosse um tributo na ponta de consumo. Em outras palavras, defendíamos que não existisse ICMS e que existisse um imposto de consumo. Dessa forma, se São Paulo produz automóveis e estes serão enviados a Rondônia, não se cobraria imposto em São

Paulo, mas em Rondônia. Essa é a concepção do imposto de consumo.

A nossa PEC não trata de imposto de consumo pelo simples fato dele não existir. A opção tributária feita no Brasil foi por outro tipo de imposto: o Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços, que incide universalmente sobre todas as transações de compra e venda de mercadorias ou de serviços. No sistema tributário brasileiro, não há um único produto que, salvo essas exceções a que estamos nos referindo – considera-se circulação a operação de compra e venda -, sendo vendido, não esteja sujeito à tributação do ICMS, porque entende-se que, ao ser vendida, a mercadoria circulou.

Por esse motivo, o minério de ferro de Minas Gerais, ao sair para o Rio de Janeiro, paga ICMS no Estado de origem e, no Rio de Janeiro, a siderúrgica vai pagar ICMS sobre o aço deduzindo a parcela paga em Minas Gerais. E o mesmo acontece com a bauxita no Pará, sobre a qual é recolhido Imposto de Circulação de Mercadoria ao ser vendida para o Maranhão; da mesma forma, é recolhido o imposto sobre o alumínio produzido com a bauxita, descontando-se o crédito embutido no valor da bauxita, que corresponde ao imposto já pago no Pará.

Essa é a regra que se aplica apenas a todos os produtos e a todas as operações de compra e venda no País. Entretanto, a Constituição Federal estabeleceu duas exceções: petróleo e energia elétrica. É claro que um País tem todo o direito de criar exceções, mesmo a uma norma tributária, se houver razões de interesse superior da sociedade que as justifiquem. Contudo, até agora, não me apareceu ninguém – e se V. Ex^a fizer isso estou pronto a declinar até da PEC que estamos discutindo – que possa explicar por que a Constituição instituiu essas duas exceções.

Sabemos que essas exceções beneficiam determinadas áreas da economia nacional, mas beneficiar essas áreas não é uma prioridade nacional. Muito pelo contrário.

Direi a V. Ex^a algo que se opõe ao seu argumento de que esta nossa PEC aumenta a concentração de renda no País.

No Brasil, mais de 90% de sua energia são oriundos de hidrelétricas. A energia elétrica não se produz onde estão as lâmpadas, mas onde ficam as cachoeiras. O petróleo não é gerado na Avenida Paulista, mas onde está depositado, ou seja, nas jazidas. Por acaso, no Brasil, os Estados produtores de

petróleo, exceto o Rio de Janeiro, são pobres. Os Estados exportadores de energia elétrica, como o Paraná, não são miseráveis, mas são muito mais pobres do que certos importadores, a exemplo de São Paulo.

Na realidade, a distribuição das jazidas de petróleo no Brasil faz com que esse produto não pague ICMS no Estado onde é produzido. E; como afirmou V. Ex^a, esse Estado recebe um **royalty** – mas essa é uma maneira de jogar terra nos olhos das pessoas que procederão à análise. Todos eles abriam mão desses **royalties** em favor do imposto, porque a referida comissão não equivale sequer a 10% do imposto a que teriam direito. Um Estado pobre produtor de petróleo envia o seu produto para os Estados onde estão as refinarias, que recebem o produto sem que ele tenha pago um só centavo de ICMS. Então, no Estado onde é feito o processamento, o ICMS pode ser pago. Essa, sim, é uma forma de concentração e de transferência de renda dos Estados pobres para os Estados ricos.

A consideração de V. Ex^a no sentido de que o ICMS deveria ser pago na ponta de consumo propõe a extinção do mencionado imposto, substituindo-o pelo imposto de consumo. Essa é outra discussão e foi a proposta dos Estados pequenos, como disse há pouco, na Constituinte – que não foi aceita, entretanto, precisamente pelos Estados ricos. É compreensível: São Paulo é um abastecedor do Brasil. Naquilo que produzisse para fora do Estado, não se arrecadaria nada – essa arrecadação caberia aos Estados consumidores.

Naquela época, a Bancada paulista opôs-se à idéia de que o imposto básico fosse de consumo. O Constituinte não aceitou o imposto de consumo, mas, sim, o imposto que incide sobre cada operação de compra e venda de todo e qualquer produto, abrindo duas exceções por motivos que até hoje ninguém explicou. Se alguém me explicar, de forma convincente, e mostrar que o interesse nacional impunha essa exceção, estou pronto para retirar a minha proposta.

Concordo, Senador Moreira Mendes, que, ao cancelar a imunidade do petróleo, bem como a dos combustíveis e derivados, todos os Estados que se beneficiam dessa situação terão algo a perder e, se alguém está querendo deixar de perder, é porque propõe que alguém deixe de ganhar. Mas digo que esse imposto foi cobrado tão indevidamente, às custas dos Estados produtores, que não seria uma aberração pedirmos que ele fosse devolvido agora

aos Estados que deixaram de cobrá-lo sem nenhuma razão. E não estamos pedindo, não estamos querendo ser ressarcidos pela injustiça que sofremos, mas que reamos apenas parar de sofrer.

Agora, se formos mudar o imposto de circulação com base num critério que se aplica ao imposto de consumo, então, sim, eu concordo com V. Ex^a; porque, nesse caso, eu é que estaria propondo a exceção: que se pagasse o imposto na fonte, no Estado produtor, quando o imposto de consumo manda pagar na ponta. Eu estaria propondo, mas estou querendo apenas acabar com uma exceção que existe injustificadamente.

Se a regra for aplicada a todos, ganha quem deve ganhar e perde quem deve perder. Mas se quisermos uma regra que possa valer para tudo, menos para aquilo que nos dá prejuízo, então vamos mudá-la. Creio que a questão é essa: ou mudamos a regra, ou acabamos com a exceção. E se quisermos transformar a exceção numa grande conquista, então vamos acabar com a regra e transformar a exceção em regra. Não serei obstáculo, em momento algum, a que esta Casa possa, por exemplo, sobre o texto da PEC que aí está, introduzir algum tipo de alteração negociada, visando à redução de prejuízos que possam ser reduzidos, sem introduzir um novo aleijão no sistema tributário. Se encontrarmos uma forma de fazer isso, corretamente, não serei obstáculo; sou apenas um voto nesta Casa.

Quero apenas evitar essas contas que estão sendo feitas por alguns burocratas, em função do comodismo. Porque o sistema já está estabelecido, os papéis já estão prontos, os formulários já existem, os procedimentos já estão maduros, ninguém quer mudar nada. Então, faz-se meia dúzia de contas e se diz: "Olha, porque isso não pode ser assim!" A conta apresentada é imperfeita. Mas, evidentemente, não sou dono da verdade, a área médica não tem donos. Ela é dona das coisas: dois e dois continuam sendo quatro até o final dos tempos. Então, não sou eu que vou propor que se dê prejuízo a Estado algum, muito menos a um Estado pobre como o meu e como o de V. Ex^a. Portanto, V. Ex^a conta com o meu apoio para a idéia que possa surgir, a fim de evitar qualquer prejuízo a quem quer que seja.

Sr. Presidente, com a sua permissão, para encerrar, digo que está em tramitação, na Câmara dos Deputados, uma outra PEC, a de nº 277. E esta, sim, para V. Ex^a que teme o fim da imunidade sobre os derivados de petróleo, acaba com a referida imu-

nidade. Nas portas das refinarias, agora, o Estado cobrará o imposto, porque a imunidade estará extinta. Então, o que V. Ex^a teme a PEC nº 277 fará. E o que quero evitar ela também faz, porque acaba com a imunidade sobre derivados de petróleo, mas não sobre petróleo e energia elétrica no Estado produtor. De maneira que aquilo que é ruim hoje para os Estados produtores de petróleo e de energia elétrica passará a ser ruim para todo o mundo.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Continua em discussão. Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s. Senadores, essa PEC foi apresentada em 1995 pelo Senador Geraldo Melo e teve, como primeiro Relator, o Senador Esperidião Amin, hoje, Governador de Santa Catarina. Agora, depois de todo este tempo, o Senador Jefferson Péres, do Estado do Amazonas, a traz ao plenário desta Casa com parecer favorável, ainda em primeira discussão.

Teremos, ainda, alguns dias para discutir essa matéria tão importante. Importante, em especial, para os Estados produtores de energia, como é o caso do Pará e outros Estados da Federação que recebem energia gerada por hidrelétrica. Em Tucuruí, hoje, produzimos 4.000mw de energia, e, a partir do final de 2002, dobraremos tal capacidade para 8.000 mw.

Na Eletronorte e na Eletrobrás, há um projeto de levantamento da capacidade energética e hídrica do Pará que mostra claramente não só essa hidrelétrica de Tucuruí, mas outras, como a de Belo Monte, localizada em Altamira, cujo custo operacional e impacto ambiental já foram estimados. Também já foi feito um estudo de viabilidade econômica, por meio de um convênio assinado entre a Eletronorte e a Universidade Federal do Pará.

Com certeza, ainda este ano, o Governo Federal anunciará o início da obra de Belo Monte, capaz de gerar mais de 14.000mw. Então, serão 22.000mw gerados no Estado do Pará. Isso representa uma capacidade instalada no Brasil de 72.000mw.

Ainda há mais. Segundo dado levantado pela Eletronorte, que já anunciou esse estudo econômico e técnico, existem outros municípios, como Marabá e Itaituba, com quase 20.000mw, totalizando 40.000mw de capacidade de geração de energia somente no Pará. E aí vem o grande questionamento: como pode

o Pará e outros Estados da Federação, que têm essa capacidade de produzir e exportar energia para todo o Brasil, ficar apenas com o ônus da produção de energia?

Lembro a V. Ex^{as} que Tucuruí já existe há 20 anos. Mas foi no ano passado que chegou o Tramoeste, o linhão, como o chamamos, trazendo energia firme de Tucuruí na Transamazônica e em parte do baixo Amazonas, até Santarém. No ano passado, o Presidente Fernando Henrique e o Governador Almir Gabriel, num investimento de cerca de R\$250 milhões de recursos da União e mais de R\$70 milhões de recursos do Governo do Estado, implantaram o Tramoeste.

Então, depois de vinte anos, fomos atendidos com energia gerada por Tucuruí. Os municípios, principalmente a maioria dos municípios paraenses, só foram atendidos vinte anos depois. O Senador Geraldo Melo apresenta um projeto de emenda constitucional que cria, obriga e faz com que a União respeite os Estados geradores de energia, ressarcindo-os não só pelos impactos ambientais, pelas questões sociais, como é o caso de Tucuruí, que tem uma população flutuante equivalente ao dobro da sua população permanente. Quando Tucuruí foi construída, existiam 45 mil funcionários trabalhando na barragem, e a população da cidade era menos da metade do que era a força de trabalho da capacidade geradora de Tucuruí. Ao se concluir a obra, essa população inteira permaneceu lá, e os impactos sociais, a dificuldade de geração de emprego, a necessidade de investimento em infra-estrutura ficam, aos belos olhos da União, aguardando uma oportunidade de compensação. Foi o caso da Lei Kandir, à qual preconizava que, no caso de matéria-prima ou de produto para exportação que elevariam os resultados da balança comercial, esses produtos seriam também isentos. No nosso caso, exportamos energia elétrica através de eletrointensivos. É o caso da Albrás/ Alunorte, lá no Pará, e da Alcoa, no Maranhão, que produzem alumínio, como muito bem disse o Senador Geraldo Melo.

Essa situação é totalmente desequilibrada, totalmente desleal com o Estado produtor. E temos a sorte de ainda ter um grande resultado na balança comercial por sermos superavitários em mais de US\$2 bilhões ao ano há mais de 11 anos. Mas isso impede que nosso Estado, de mais de 1.250.000km² de área, com mais de 6 milhões de habitantes, tenha a oportunidade de seguir o seu desenvolvimento na área da agroindústria, como agora estamos fa-

zendo no que se refere ao plantel bovino, não só na produção pecuária mas também no seu ciclo industrial até a produção de sapatos. Para isso, precisamos ter mais capacidade de geração de impostos, precisamos produzir mais energia, viabilizando o País como um todo, principalmente a Região Nordeste, onde nossos irmãos estão passando por dificuldades de racionamento e até mesmo com ameaça de apagão por causa da dificuldade de se manterem os níveis nas barragens lá existentes. Cooperamos e participamos com mais de mil megawatts/mês para atendê-los.

É importante dizer, sobre esta matéria que voltaremos a discutir – ainda teremos mais quatro sessões de discussão –, que encaminhamos favoravelmente a essa proposta do Senador Geraldo Melo que há seis anos aguarda votação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Luiz Otávio, o Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, Presidente interino.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 6:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2000

**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Recurso nº 16, de 2001)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (nº 855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais, tendo Parecer sob nº 714, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Roberto Freire, contrário, com voto vencido, em separado, do Senador Romeu Tuma.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senadora Maria do Carmo Alves.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 464, DE 2001

Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais, a fim de que a referida proposição seja examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelas razões constantes da nota técnica em anexo.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2001. –
Iris Rezende.

NOTA TÉCNICA Nº , DE 2001

Referência: STC nº 200102135

Solicitante: Senador Romeu Tuma

Assunto: PLC nº 59, de 2000, que altera o CTB para exigir “a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais”.

I – Introdução

O Gabinete do Senador Romeu Tuma traz a esta Consultoria solicitação de “parecer refutando o voto em separado do Senador Roberto Freire, contrário ao PLC nº 59/2000”.

O projeto em casa, de autoria do Deputado Geovan Freitas, altera a Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para impor, aos motoristas profissionais, a exigência da realização periódica de exames psicológicos.

Sustenta a proposição o argumento de que a grande maioria das empresas de transporte, à falta de exigência legal, tem negligenciado a avaliação psicológica de seus profissionais.

A seu turno, o voto em separado que se pretende refutar alega, para rejeitar a proposição, que a “defesa da avaliação psicológica periódica para motoristas profissionais não está baseada em estatísticas claras”. Ademais, a diminuição das ocorrências de acidentes na década de noventa, que o relator destaca na defesa do projeto, ter-se-ia dado “mais pela implementação do Código de Trânsito Brasileiro, por investimentos em educação para o trânsito e campanhas na mídia do que com a aplicação da exigência posta no projeto”.

A solicitação foi trazida em caráter de urgência, vez que o projeto integra a pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de amanhã, 13-6-2001.

II – Análise

Os argumentos que sustentam fundamentalmente o parecer do relator constam do texto submetido à CCJ:

1) À época da primeira habilitação, única oportunidade em que o CTB exige a avaliação psicológica do condutor, não se pode detectar, pela condição inaugural da autorização para conduzir, desvios de comportamento que podem advir do próprio exercício profissional;

2) O estresse, a insatisfação crônica, a depressão e outras anomalias observadas em exames psicológicos são fatores de influência decisiva na ocorrência de acidentes de trânsito;

3) Apesar da redução do número de acidentes proporcionada pelo novo CTB, que afastou a exigência do exame psicológico, dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) constata-se que o índice de mortes apurado com relação a cada grupo de dez mil veículos voltou a subir. Esse índice, que atingira seu ponto mais baixo em 1982 (dezenove mortes para cada grupo de dez mil veículos) decresceu até oito em 1998, voltou a subir para quase doze em 1999 e tendia a alcançar dezesseis no ano 2000. Entidades e associações de psicólogos e educadores de trânsito atribuem essa brusca elevação à inexistência de avaliação psicológica.

4) Segundo essas entidades, a partir de 1982, quando os Departamentos de Trânsito (DETRANs) passaram a regular as perícias de avaliação psicológica, o número de acidentes fatais passou a decrescer. Em 1989, quando o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) passou a exigir a avaliação psicológica periódica para os motoristas profissionais que transportassem cargas perigosas, a redução se intensificou. Em 1998, a partir de quando, em Razão de Veto Presidencial ao texto do novo Código aprovado no Congresso, o exame psicológico deixou de ser condição para a habilitação, os índices voltaram a crescer;

5) A lacuna do CTB foi parcialmente reparada pela Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que passou a exigir a avaliação psicológica por ocasião da “primeira habilitação”. Essa exigência, contudo, seria insuficiente para os condutores profissionais em face das estressantes condições em que exercem seu ofício.

Quanto ao citado voto em separado, pode-se mencionar que, em tese, os mesmos argumentos trazidos para contraditar a proposição podem ser utilizados de maneira a apoiá-la. Senão vejamos:

1) Se a defesa da avaliação psicológica “não está baseada em estatísticas clara a respeito”, também assim não está o argumento contrário apresentado: o de que a redução de acidentes relatada não decorreu da aplicação do exame, “mas foi o resultado de uma série de ações de prevenção de acidentes”. Ainda que fosse assim, a avaliação psicológica periódica seria uma dessas eficazes medidas preventivas:

2) O segundo argumento, o de que a Lei nº 9.602, de 1998, e a Resolução nº 80, de 1998, do Contran, tornam a avaliação psicológica preliminar obrigatória para a primeira habilitação e para os candidatos a mudança de categoria, contrasta com a tese fundamental da proposição: a avaliação psicológica inaugural, seja na primeira habilitação, seja para a mudança de categoria, não afere as mudanças comportamentais havidas ao longo da atividade profissional dos condutores;

3) Por fim, a última contestação à necessidade do projeto, a de que a mencionada resolução do Contran também já exige “a avaliação psicológica do infrator contumaz e envolvido em acidentes com vítima”, é em si mesma contraditória. Se o objetivo do projeto é a prevenção de acidentes, não há como entender-se suficientes as avaliações **a posteriori** de infratores contumazes. As circunstâncias que se pretende evitar já teriam então acontecido.

III – Conclusão

Trata-se de matéria opinativa, não havendo argumento técnico irrefutável para sustentar a proposição ou para recusá-la. No entanto, para os que a defendem, não faltam argumentos de natureza conceitual, legal ou mesmo estatística, consubstanciados

nos documentos emanados do Conselho Federal de Psicologia, do Conselho Federal de Medicina e da Sociedade Brasileira de Psicólogos e Educadores de Trânsito e dirigidos à atenção de Sua Excelência.

Dentre esses, e para além dos argumentos já reiterados, pode-se destacar:

1) Não pode o médico assinar laudos realizados por profissionais da psicologia (resposta do Conselho Federal de Medicina a consulta formulada pelo Denatram no âmbito do Processo-Consulta nº 1.113/2000);

2) A avaliação psicológica é atividade profissional privativa de psicólogos (Lei nº 4.119, de 1962), não podendo ser entendida como parte dos exames da aptidão física e mental requeridos pelo CTB (OF. CFP Nº 997/99, de 9-11-99, do Conselho Federal de Psicologia);

3) Pesquisa realizada em 1996 pela Polícia Rodoviária Federal afere que, em 70% dos casos, os motoristas que provocam acidentes, têm mais seis anos de habilitação, o que sugeriria a necessidade da avaliação periódica e não apenas a referente à primeira habilitação ou à mudança de categoria (Sociedade Brasileira de Psicólogos e Educadores de Trânsito).

São esses os comentários que a exigüidade do tempo nos permite oferecer à consideração de Sua Excelência.

Consultoria Legislativa, 12 de junho de 2001. – **José Roberto Bassul Campos**, Consultor Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia e vai ao reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2001** (nº 733/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí, tendo Parecer favorável, sob nº 685, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 170, DE 2001

(Nº 733/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1997, que renova por quinze anos, a partir de 22 de julho de 1997, a concessão da Televisão Pioneira Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2001** (nº 761/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova São Manuel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média cidade de São Manuel, Estado de São Paulo, tendo Parecer favorável, sob nº 686, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 174, DE 2001**

(Nº 761/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova São Manuel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de abril de 2000, que renova por dez anos, a partir de 25 de março de 1992, a concessão da Rádio Nova São Manuel Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgo todas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 460, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 69/2000, que acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345 do Regimento Interno do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senadora Maria do Carmo Alves.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 835, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157, de 1998, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157, de 1998, na Casa de origem), que institui o

Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 23 de agosto de 2001. – **Antonio Carlos Valadares**, Presidente – **Maria do Carmo Alves**, Relatora – **Marluce Pinto** – **Carlos Wilson**.

ANEXO AO PARECER Nº 835, DE 2001

Institui o Fundo Nacional de Alimentação — FNA, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Fundo Nacional de Alimentação — FNA, com a finalidade de estimular a regionalização da produção alimentícia brasileira e viabilizar a melhoria da alimentação das gestantes carentes e crianças de zero a cinco anos de idade.

Art. 2º Constituem recursos do Fundo de que trata esta Lei:

I — recursos ordinários consignados no orçamento da União;

II — doações e legados, observada a legislação pertinente;

III — subvenções e auxílios de organismos nacionais e internacionais;

IV — outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 3º Os recursos do FNA serão aplicados conforme as seguintes modalidades:

I — no financiamento de ações de âmbito nacional, estadual ou municipal condizentes com as finalidades do Fundo;

II — em empréstimos a pequenos e médios produtores rurais para a produção de alimentos que contribuam para a melhoria nutricional das gestantes e das crianças de zero a cinco anos de idade.

§ 1º Os empréstimos de que trata o inciso II deste artigo serão objeto de regulamentação específica, garantindo-se aos contratantes condições financeiras e encargos especiais.

§ 2º A produção agrícola financiada com recursos do FNA será adquirida dos produtores e distribuída aos beneficiários de acordo com o que estabelecer regulamentação.

Art. 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições, conselhos constituídos por representantes dos órgãos da administração das áreas pertinentes, podendo também incluir representantes de outros segmentos da sociedade local.

Parágrafo único. O acompanhamento e o controle social da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Alimentação serão exercidos pelos conselhos junto aos respectivos governos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, como Líder.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho em nome do Partido Socialista Brasileiro, pela sua Liderança, apresentar uma proposta aos Srs. Senadores e aos Deputados Federais. Trata-se de uma proposta de emenda constitucional que objetiva sanar interpretações diferenciadas da Constituição brasileira, o que tem preocupado enormemente toda a Direção do meu Partido.

Sr. Presidente, a dificuldade de compreensão a respeito dos poderes do Congresso Nacional em apreciar os acordos do Governo brasileiro como o Fundo Monetário Internacional. Sempre defendemos que o Congresso brasileiro tem enormes responsabilidades com o que ocorre no Brasil.

O povo brasileiro está insatisfeito com o Executivo. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem mais baixos índices de aprovação do que qualquer outro presidente da história do nosso País, numa demonstração de que o povo está insatisfeito com a condução da política econômica do Governo.

Mas a revoltado povo brasileiro não se deve limitar ao Executivo, não se deve limitar ao Presidente da República do Brasil; o povo brasileiro tem o direito de avaliar também a conduta do Congresso Nacional, especialmente dos Partidos que integram a base do Governo, integram a base do Executivo e respaldam as suas ações.

Estamos propondo neste instante ao Congresso Nacional a definição, de uma vez por todas, dessa questão de termos ou não o poder de aprovar ou rejeitar os acordos feitos pelo Governo com o FMI (Fundo Monetário Internacional). É evidente que esses acordos se refletem no dia-a-dia das pessoas, envolvem o crescimento ou a estagnação da economia brasileira, implicam menos ou mais empregos, menos ou mais investimentos do setor público e, portanto, não po-

dem, em nenhuma hipótese, deixar de serem aprovados pelo Congresso Nacional.

A Constituição brasileira estabelece, no seu art. 49, inciso I:

É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Entendemos, Sr. Presidente, que isso já seria suficiente para obrigar o Governo brasileiro, ao negociar metas da nossa economia, submeter ao Congresso Nacional a aprovação das suas decisões.

Entretanto, alguns interpretam de maneira diferente o que está na Constituição como competência exclusiva do Congresso Nacional. Alguns juristas entendem que os acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional) não podem ser considerados tratados ou acordos internacionais, pois representam apenas a execução de compromissos anteriormente assumidos. Esse é um dos argumentos. O outro é que não são celebrados pelo Presidente da República, mas por dirigido do Banco Central ou pelo Ministro da Fazenda.

E, por último, dizem que não possuem natureza de tratados ou acordos internacionais, significando somente manifestação unilateral do país to mador dos recursos. Alegam também que o Brasil é associado dessa instituição financeira internacional, que é o FMI, e, como tal, já tem aprovado esse entendimento ou essa participação no Fundo Monetário Internacional.

Esses são os argumentos daqueles que defendem a não-manifestação do Congresso sobre os acordos do Executivo com o FMI (Fundo Monetário Internacional). Mas existe, Sr. Presidente – e aí com argumentos muito mais fortes, muito mais consistentes – a manifestação de outras pessoas, que afirmam justamente o contrário.

Os principais argumentos daqueles que defendem que a Constituição hoje já obriga o Governo a submeter ao Congresso o acordo com o Fundo Monetário Internacional alegam o seguinte: primeiro, todos os atos internacionais que geram ônus para o País precisam ser aprovados pelo Congresso Nacional – e não há nada, Sr. Presidente, que gere mais ônus para o País do que os acordos feitos com o Fundo Monetário Internacional; segundo, os acordos com o Fundo Monetário Internacional não são simples empréstimos, mas compromissos assumidos para concessão de empréstimos, que implicam alterações substancia-

is nas leis orçamentárias, cuja competência é do Congresso Nacional.

Dizem mais: quando o Presidente do Banco Central ou Ministros de Estado assinam atos internacionais, agem como legítimos representantes do Presidente da República, logo, os acordos celebrados por aqueles devem ser referendados pelo Congresso Nacional.

Por último, as cartas de intenção e os entendimentos como o FMI são de fato acordos internacionais, envolvem matéria política e estabelecem limites, inclusive à soberania nacional, como a contenção de gastos públicos, a redução de déficit orçamentário, política cambial, entre outros temas.

Eu chamaria a atenção dos Srs. Senadores para um fato impressionante. O Congresso Nacional, neste ano, exatamente no dia 27 de junho, depois de quase quatro meses de prolongada discussão, aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2002. Essa lei estabelece as regras pelas quais o Orçamento deve ser elaborado e apresentado a esta Casa até o dia 31 de agosto.

Na discussão da LDO, houve um chamamento da opinião pública, houve reação de entidades empresariais, de segmentos dos trabalhadores e houve até uma manifestação declarada do Partido da Frente Liberal e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que sustentam as decisões do Governo no Congresso Nacional, no sentido de que o superávit primário previsto para 2002 ficasse menor do que o previsto pelo Poder Executivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Explico: o Poder Executivo mandou um Orçamento prevendo 2,7% do PIB para o ano de 2002 como meta de superávit primário, que é aquilo que o Governo arrecada do povo a mais do que ele gasta em benefício da sociedade, e isso estaria previsto em R\$31,5 bilhões.

Em outras palavras, o Poder Executivo desejava que o Congresso Nacional aprovasse a Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabelecendo que em 2002 haveria um superávit primário de R\$31,5 bilhões, o que representaria 2,7% do PIB.

Houve uma discussão exacerbada no Congresso Nacional, e, como eu disse, o PFL e o PMDB se manifestaram contrariamente a esse posicionamento do Poder Executivo e tentaram negociar a fim de que esse superávit primário passasse de R\$31,5 bilhões para R\$24 bilhões. Assim, ficariam R\$6 bilhões para serem investidos em energia e na melhoria das estradas brasileiras.

O PFL manifestou isso por intermédio do seu Líder, Deputado Inocêncio Oliveira, e o PMDB, por meio do Presidente da Comissão, Senador Carlos Bezerra. Mas, lamentavelmente, o Governo foi intransigente nessa matéria. Não admitiu mudar aquilo que ele havia mandado para o Congresso Nacional.

Como é costume, o PMDB e o PFL recuaram e ambos obedeceram cegamente às ordens do Ministro Pedro Malan e aprovamos, aqui, por maioria – contra os votos da Oposição e de alguns Senadores e Deputados Federais que têm uma visão da sua representação diante da sociedade, que não obedecem ordens do Executivo e cumprem com o dever do seu mandato –, o Orçamento, da forma como o Executivo queria.

Imaginem V. Ex^{as} que nós nos reunimos, trabalhamos durante três meses, em inúmeras reuniões, e, de repente, o Governo, sem nos consultar, sem tratar com o Congresso Nacional, trancou-se com os representantes do Fundo Monetário Internacional, elaboraram uma nova ordem na nossa economia e estabeleceram que o superávit primário de 2001, que tinha sido aprovado em LDO, que tem o Orçamento em execução, passasse de 3,7 do PIB para 3,35 do PIB. Ou seja, o FMI determinou ao Governo brasileiro que tirasse da sociedade mais R\$4 bilhões no ano de 2001. E para o ano 2002, o superávit previsto em R\$31,5 bilhões, ficou em R\$46,5 bilhões, ou seja, 3,5% do PIB.

E aí ficamos a nos perguntar: o que nós aprovamos ser viu para quê? E os três meses que passamos, nesta Casa, debatendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias serviram para quê? Essa é uma demonstração clara de que o Congresso Nacional tem a obrigação, o dever de aprovar ou rejeitar os acordos do Executivo com o Fundo Monetário Internacional.

De forma que nós estamos propondo um acréscimo ao art. 49, para sanar definitivamente essa dúvida, que de nossa parte não existe, mas é imposta ao Congresso pelo Governo. Estamos propondo um parágrafo único que determina "na competência prevista no inciso I, [que já li aqui] incluem-se a apreciação de todos os acordos, entendimentos, contratos ou fatos internacionais firmados por entes da administração pública direta e indireta com organismos financeiros internacionais, quando a República Federativa do Brasil figurar na qualidade de parte, avalista, fiadora, ou garantidora" que é o que ocorre nos acordos com o Fundo Monetário Internacional.

Dessa forma, Sr. Presidente, estou apresentando ao Congresso Nacional uma definição dessa questão. É a mesma situação das medidas provisórias: na nossa interpretação, o Governo não tinha o di-

reito à reedição, mas ele reeditou-as infinitamente, até que agora estamos conseguindo acabar com isso.

Neste caso, com a aprovação desta emenda, o Governo seria obrigado a submeter ao Congresso Nacional a aprovação dos seus entendimentos, porque não se limitam a metas de superávits. Se devemos ter superávit primário, temos de arrecadar mais do povo. E pode estar embutido nesse acordo feito sem o conhecimento da opinião pública e do Congresso Nacional o programa de privatizações.

O Governo já privatizou quase tudo. Ele fez o que a Argentina fez. A Argentina hoje não tem mais nada para privatizar. Está falida, à beira do colapso. O desemprego está acima de 15%, há redução de salário do funcionalismo público e dos salários dos aposentados, há contenção de gastos de toda ordem, na saúde na educação, em tudo. E nós vamos pelo mesmo caminho. No Brasil, faltas somente privatizar as geradoras de energia — as nossas hidrelétricas, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e a Petrobras.

E hoje mesmo o Senador Álvaro Dias mencionou que, segundo seus cálculos e são contas exatas, o Governo brasileiro perdeu R\$5 bilhões com a venda das ações da Petrobras há cerca de um ano. Esse prejuízo demonstra que o Governo só faz negócio que interessa ao sistema financeiro internacional. Então, pode estar embutido nesse acordo do Fundo Monetário, que vigorará até o final do ano de 2002, a efetiva privatização das geradoras de energia. Isso é muito grave! Por isso, é necessário que o Congresso Nacional dê o seu aval, que conheça profundamente a questão.

O Ministro compareceu à Comissão de Assuntos Econômicos, atendendo ao requerimento meu e da Senadora Heloísa Helena. E disse que o único compromisso era aumentar o superávit primário em R\$4 bilhões, em 2001, e em mais de R\$10 bilhões, em 2002. Mas não explicou como ampliará esse superávit primário, de onde retirará dinheiro, o que cortará ou o que venderá para conseguir mais dinheiro.

Diante disso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós, do Partido Socialista Brasileiro, tomamos uma posição: em nome do meu Partido, trago uma emenda constitucional que soluciona definitivamente essa questão. Na próxima semana, apresentarei outra emenda constitucional que tira uma excrescência da Constituição brasileira, a única do mundo a conter um artigo segundo o qual o Congresso Nacional não pode mexer nos recursos destinados ao serviço da dívida, não pode manifestar-se sobre aquilo que o Governo diz que tem de ser guardado para pagar o serviço da dívida. É outra situação cuja solução está a ca-

minho, o que contribuirá para resolver os problemas da dívida brasileira e da nossa economia.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, meu tempo está encerrado, mas ouço rapidamente o Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Ademir Andrade, conheço V. Ex^a desde 1983, quando nos encontramos na Câmara dos Deputados. Desde aquela época, sei que, no campo ideológico, no campo das lutas democráticas, V. Ex^a tem sido sempre ferrenho. Também tenho acompanhado as análises feitas ultimamente e percebo que, além de engenheiro, V. Ex^a é também engenheiro na arte das finanças, na área de orçamentos. Tem sido sempre um crítico contumaz em todos os casos. No debate com os Ministros Pedro Malan e Martus Tavares e com o Presidente do Banco Central, por exemplo, V. Ex^a trouxe números consistentes, que demonstram seu conhecimento também sobre essa questão. Trago este depoimento não ao sabor do momento, não por oportunismo, mas por acompanhá-lo há muito tempo e perceber que V. Ex^a se debruça sobre essas questões, talvez até nos fins de semana ou à noite. Certa feita, por exemplo, foi V. Ex^a quem nos informou do comprometimento de 30%, depois de 40% do PIB nacional com o pagamento da dívida pública. Hoje, esse comprometimento é da ordem de 51%. E o Governo disse que não chegaríamos a esse patamar. Enfim, V. Ex^a tem analisado a questão, mas o Governo procura fugir dessa análise. Por isso, quero também ser um dos subscritores da emenda ou das emendas que V. Ex^a apresentará à Casa, porque não é possível continuarmos vivendo a seguinte situação: todas as vezes em que se tenta aumentar o poder aquisitivo dos servidores já que o que interessa é a parte social, o Governo afirma que o Congresso Nacional tem de encontrar a saída; por outro lado, quando a questão diz respeito ao Fundo Monetário Internacional, vêm e decidem, mesmo que tenhamos passado meses analisando a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A LDO não é mais respeitada. O Congresso Nacional fica analisando a lei durante meses para ter essa autonomia, esse direito. Depois, alguém de lá resolve dizer que não é mais assim. Estamos ao capricho de algumas circunstâncias. Assim não dá! Isso não é Parlamento forte, não é Congresso independente. Não há respeito pela Instituição que deve ter a responsabilidade de encontrar saídas, mas que também deve ser respeitada em suas decisões.

Cumprimento V. Ex^a pelo discurso, Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Senador Casildo Maldaner, agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Sr. Presidente, respeitarei o meu tempo, mas ainda devo repetir que os dados apresentados por mim naquela audiência com o Ministro são absolutamente consistentes. Reafirmo que o Governo do Presidente Fernando Henrique teve resultados pífios, e provarei isso. Continuarei debatendo essa matéria, ainda mais depois destes dados novos, que utilizarei no momento da apresentação da emenda constitucional que retira aquela excrescência da Constituição a disposição de que não podemos mexer nos recursos destinados ao serviço da dívida. Apresentarei esses novos indicadores econômicos, que demonstram incapacidade, a irresponsabilidade e os comprometimentos da Equipe Econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso que desconheço quais são com os países desenvolvidos do Hemisfério Norte.

Encerro minha manifestação, reafirmando que o Congresso Nacional tem poderes para interferir na nossa economia e para fazê-la prosperar, promovendo o nosso desenvolvimento e melhorando a vida do povo. Portanto, a revolta da população não pode ser dirigida exclusivamente ao Poder Executivo, mas também ao Congresso Nacional, principalmente aos Partidos governistas, aos Partidos que não fazem no Congresso Nacional o que o povo brasileiro ou a Nação brasileira precisam, mas o que o Poder Executivo determina seja feito. E grande parcela da responsabilidade eu diria até a maior responsabilidade pelas dificuldades que o Brasil enfrenta cabe ao Congresso Nacional, e não apenas ao Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SR. SENADOR ADEMIR
ANDRADE EM SEU PRONUNCIAMENTO,
INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210
DO REGIMENTO INTERNO:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº , DE 2001**

(Do Senador Ademir Andrade)

Confere ao Congresso Nacional o poder de apreciar os acordos e os contratos internacionais firmados por entes públicos, quando a República Federativa do Brasil figurar como parte, avalista ou garantidora, acrescentando parágrafo único ao artigo 49, da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º E acrescido o seguinte parágrafo único ao artigo 49 da Constituição Federal:

“Art. 49.

.....

Parágrafo único. Na competência prevista no inciso I, inclui-se a apreciação de todos os acordos, entendimentos, contratos ou atos internacionais, firmados por entes da administração pública direta e indireta com organismos financeiros internacionais, quando a República Federativa do Brasil figurar na qualidade de parte, avalista, fiadora ou garantidora.

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente Proposta de Emenda à Constituição visa a conferir ao Congresso Nacional poderes para discutir e votar todos os acordos e atos internacionais, firmados com organismos financeiros internacionais, quando a República Federativa do Brasil figurar como parte, avalista ou garantidora do instrumento.

Apesar de o inciso I, do art. 49, da Constituição da República dispor que compete, exclusivamente, ao Congresso Nacional, “resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”, alguns instrumentos internacionais de alta relevância para a Nação não são submetidos ao crivo do Parlamento, como, por exemplo, os acordos celebrados com o Fundo Monetário Internacional.

E por que os acordos com o FMI não são submetidos à apreciação do Congresso Nacional se geram, em tese, compromissos gravosos ao patrimônio nacional? Em artigo publicado na **Revista de Direito Constitucional e Ciência Política**, o ilustre jurista, Antônio Cachapuz de Medeiros¹, relaciona os principais argumentos utilizados pelos defensores da tese de que acordos firmados com o Fundo necessitam aprovação prévia do Congresso Nacional, e por aqueles que sustentam o contrário.

Os que entendem dispensável a apreciação dos acordos com o FMI, pelas Casas Legislativas, valem-se dos seguintes argumentos:

1) Os “acordos” com o FMI não podem ser considerados tratados ou acordos internacionais, representando, apenas, a execução de compromissos anteriormente assumidos;

2) Não são celebrados pelo Presidente da República ou por plenipotenciário habilitado, sendo, normalmente, assinados pelo Presidente do Banco Central ou pelos ministros da área econômica, garantidos pelo Tesouro Nacional;

3) Não possuem natureza de tratados ou acordos internacionais, significando, somente, manifestação unilateral do País tomada dos recursos.

¹ Medeiros, Antonio Cachapuz de., In, **Revista de Direito Constitucional e Ciência Política**, nº 2. pp.169/184.

Em forte oposição ao alijamento do Parlamento, ainda base no artígo do citado internacionalista, há os que julgam impreciosa a apreciação, pelo Congresso Nacional, dos entendimentos avençados com o FMI. Os bons e convincentes argumentos utilizados pelos defensores dessa tese são, em resumo, os seguintes:

1) Todos os atos internacionais que gerem ônus para o País precisam ser aprovados pelo Congresso Nacional;

2) Os "acordos" com o FMI não são simples empréstimos, mas compromissos assumidos para a concessão de empréstimos, que implicam alterações substanciais nas leis orçamentárias, cuja competência pertence ao Congresso Nacional;

3) Quando o Presidente do Banco Central ou os Ministros de Estado assinam atos internacionais, agem como legítimos representantes do Presidente da República. Logo, os acordos celebrados por aqueles devem ser referendados pelo Congresso;

4) As Cartas de Intenções e os entendimentos com o FMI são acordos internacionais, envolvem matéria política e estabelecem limites à soberania nacional, como a contenção de gastos públicos, redução do déficit orçamentário, política cambial etc.

Orçamento 2001-LDO-Orçamento 2002

Com o objetivo de encerrar a interminável discussão entre os defensores e opositores da apreciação congressional dos acordos com o FMI, julgamos oportuna a inclusão de um novo e esclarecedor dispositivo na Constituição da República.

Nesse sentido, a redação proposta consolida e pacifica o entendimento de que os acordos ou contratos internacionais, celebrados com os organismos financeiros internacionais e que tenham sido avalizados ou garantidos pela República Federativa do Brasil, devem obrigatoriamente ser submetidos à apreciação do Congresso Nacional.

A influência desses acordos – ou entendimentos, como preferem denominá-los os técnicos do setor econômico – na economia de qualquer país é inquestionável. Além disso, é de notório conhecimento que o FMI sempre condiciona a liberação dos recursos por ele administrados a uma série de medidas e metas econômicas, que devem ser diligentemente cumpridas pelo Estado tomador.

As regras e diretrizes do FMI, em geral, suscitam graves e profundas consequências na economia dos Estados tomadores dos recursos. O caso brasileiro, aliás, bem ilustra essa hipótese, na medida que o País vem sendo instado a obter reiterados e elevados superávites primários no setor público, com a diminuição dos recursos destinados aos investimentos, como consequência do acordo firmado em 1998 com o Fundo.

No que se refere ao acordo negociado com o Fundo neste ano, vale ressaltar que seus termos derogam, na prática, disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional.

Tendo em vista o grau de ingerência dos entendimentos firmados com o Fundo na política econômica e na vida dos cidadãos, não é possível se continuar negando ao Congresso Nacional o direito e o dever de apreciá-los previamente.

Não é sustentável, no atual estágio de desenvolvimento da democracia brasileira, que o Parlamento, no caso dos acordos com o FMI, permaneça relegado à função de simples espectador

sem qualquer poder decisório. A presente Proposta de Emenda à Constituição visa a sanar essa lacuna no ordenamento jurídico, incluindo, no rol das atribuições exclusivas do Congresso Nacional, o poder de deliberar sobre os acordos, contratos e entendimentos, assinados com o Fundo ou qualquer outra instituição internacional de crédito.

Em face de todo o exposto e do manifesto interesse público, solicitamos o apoio de nossos ilustres Pares no Senado Federal e na Câmara dos Deputados à presente Proposta de Emenda à Constituição, para o fim de vê-la aprovada no mais breve prazo possível.

Projeto de Emenda à Constituição que "Confere ao Congresso Nacional o poder de apreciar os acordos e os contratos internacionais, firmados por entes públicos, quando a República Federativa do Brasil figurar como avalista ou garantidora, acrescentando parágrafo único ao artigo 49, da Constituição Federal."

Sala das Sessões, de agosto de 2001. – **Ademir Andrade – Eduardo Campos – Leomar Quintanilha – Roberto Requião – Álvaro Dias – Sebastião Rocha – Eduardo Suplicy – Pedro Simon – Romeu Tuma – Pedro Ubirajara – Íris Resende – Antonio Carlos Júnior – Romero Jucá – Gerson Camata – Ricardo Santos – Bello Parga – Nilo Teixeira Campos – Heloísa Helena – José Eduardo Dutra – Osmar Dias – Francelino Pereira – João Alberto – Hugo Napoleão – Bernardo Cabral – Tião Viana – Jader Barbalho – Nabor Júnior – Marina Silva – Lauro Campos – Valmir Amaral – Maguito Vilela – Luiz Otávio – Casildo Maldaner – Jefferson Peres – Marluce Pinto – Geraldo Cândido – Geraldo Mello – Lindberg Cury – Arlindo Porto – Antero Paes de Barros – Sérgio Machado – Roberto Freire – Mozarildo Cavalcanti – Antonio Carlos Valadares.**

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar um compromisso fora do Congresso Nacional. Estive no Hotel Nacional, exercendo a função de coordenador do painel sobre a Síndrome de Down, promovido pela Associação Brasileira da Síndrome de Down. Embora estivesse desempenhando uma atividade que não deixa de ser legislativa, ao discutir a legislação dos portadores de necessidades especiais, gostaria de registrar minha ausência nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Registro a preocupação responsável de V. Ex^a, mas não houve votação nominal.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros, como Líder.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a palavra, como Líder do PMDB, para tratar de assunto de fundamental importância para o Brasil, para o Nordeste e especialmente para o meu Estado, Alagoas.

A cultura do coco no Brasil, Sr. Presidente, é responsável pelo emprego de grande quantidade de trabalhadores rurais em todo País, especialmente no Nordeste brasileiro.

Em todo o Brasil, apontam as estimativas do Sindicato Nacional de Produtores de Coco, aproximadamente quatro milhões de trabalhadores vivem, direta ou indiretamente, dessa cultura.

De acordo com o último censo agropecuário do IBGE, foram registradas 224 mil declarações de produtores de coco.

Essa introdução, Sr. Presidente, sublinhando a quantidade de pessoas que trabalham nessa atividade, tem apenas um propósito: alertar para o que está ocorrendo nesse mercado tão importante para o País e para o Nordeste brasileiro, que responde por 85% da produção nacional. Sua importância econômica e social são indiscutíveis, daí a iniciativa de ocupar esse espaço para, em rápidos minutos, tratar do assunto.

Há um ano e meio, precisamente em março de 2000, desta mesma tribuna, fiz um apelo aos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento, à Receita Federal e ao Ministério Público para que acompanhassem atentamente as deformações que estão sendo denunciadas e comprovadas também pelos produtores nacionais. Mais uma vez, tenho de lamentar a indiferença em relação a este e a outros assuntos.

Há documentos nas mãos de autoridades denunciando e comprovando uma série de irregularidades. A fim de que elas, Sr. Presidente, não sejam novamente colocadas nas gavetas preguiçosas da burocracia, vou repeti-las: há denúncias comprovadas de triangulação. Após o Governo brasileiro fixar direitos compensatórios para o coco importado da Indonésia, das Filipinas, da Malásia e Costa do Marfim, os importadores passaram a trazer o produto da Suíça. Imaginem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de coco da Suíça, aquele país tropical, ensolarado e conhecido mundialmente pela qualidade do chocolate, dos relógios e agora – pasmem – do coco que lá é produzido.

É duro conviver com essa triangulação – que, Sr. Presidente, de acordo com a Organização Mundial do Comércio, é prática comercial ilícita. É preciso in-

vestigar e punir, até mesmo com a suspensão do direito de importar, os responsáveis por qualquer tentativa de importação com preços aviltados, seja por meio do subfaturamento, do **dumping** ou da própria triangulação.

Existe ainda um segundo problema que remanesce na importação do coco, altamente subsidiado nos países africanos e asiáticos. Conforme laudo técnico da Embrapa e do Centro de Pesquisas Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros, o produto importado apresenta riscos de infectar as lavouras nacionais com pragas exóticas e até em tão inexistentes no Brasil. Já foram registrados casos das pragas de amarelamento letal e outros casos também. Neste caso específico da proteção fitossanitária, é necessária uma intervenção do próprio Ministro, uma vez que há duas manifestações contraditórias a respeito das pragas. A primeira confirma o risco, e um segundo parecer técnico desautoriza o primeiro. É com base no segundo laudo e liminares na Justiça que os importadores prosseguem na farra da importação.

E os problemas não se esgotam aí. A partir de outubro do ano passado, após elevação das taxas de importação, os preços FOB do coco importado caíram estranhamente. Até julho de 2000, o preço médio do quilo era de US\$1,42. De agosto de 2000 a janeiro deste ano, este valor foi reduzido para US\$0,87. No mês de fevereiro um quilo de coco ralado chegou a US\$0,71.

Diante desse quadro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso proceder a uma revisão fiscal nos casos de importação ocorridos com preço significativamente abaixo dos preços históricos, acompanhar as importações feitas nos portos de Fortaleza, Salvador, Vitória, Santos, Rio de Janeiro e Paranaguá e apertar a inspeção aduaneira, tendo em vista novas denúncias de contrabando do produto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores espero que o Governo Federal, através de seus órgãos competentes, não fique indiferente aos graves problemas que estão sendo verificados na importação do coco. É preciso – e digo mais uma vez desta tribuna – providências urgentes para definitivamente regularizar o mercado e, mais do que nunca, proteger o produto nacional.

É exatamente por tudo isso que uso esse espaço da Liderança do PMDB, para defender essa causa, que, como disse no início, é muito significativa para o Brasil, para o Nordeste brasileiro, como também para o meu Estado das Alagoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tema que estamos abordando é de interesse nacional e de posição já firmada e assumida pelo Partido dos Trabalhadores. E é nesse sentido que faço esse registro e peço a atenção dos ilustres Pares.

É do conhecimento de V. Ex^{as} que está tramitando no Congresso Nacional um acordo internacional entre o Brasil e os Estados Unidos, em que fizemos uma análise técnica, política, voltada à questão da soberania nacional. Consideramos que seja um dos acordos mais lesivos ao nosso País. Inclusive, sem notícia na história mais recente do País, que tem antecedentes na tentativa de ocupação da Amazônia, por meio do tratado da Hiléia Amazônica, no final dos anos 40 e que não prosperou.

Trata-se desse Acordo Internacional Brasil e Estados Unidos, envolvendo a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara, no Estado do Maranhão, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, da Câmara dos Deputados. O acordo já tem voto pela rejeição pela rejeição do Relator, o Deputado Waldir Pires, do PT da Bahia, após uma análise de que não estaria totalmente contra os acordos internacionais, em hipótese alguma. O nosso Partido não age assim. Mas, tendo em vista que estamos impedidos pela Constituição Federal de alterar, propor emendas, realmente o conteúdo desse acordo faz com que consideremos que ele seja altamente prejudicial aos interesses nacionais e que levaria qualquer cidadão de boa-fé a duvidar que o texto seja até de total domínio dos integrantes do Governo.

Mas infelizmente o Governo parece estar aí decidido a bancar esse verdadeiro "aluguel" incondicional de parte do Brasil e de sua soberania, o que exige do Congresso Nacional e da sociedade uma postura firme e decididamente contrária a esse Acordo.

Vou, rapidamente, ler o que contém alguns artigos que deveriam ter uma atenção especial dos nossos ilustres Pares.

O parágrafo E do art. III determina que a República Federativa do Brasil:

Não utilizará recursos obtidos de atividades de lançamento em programas de aquisição, desenvolvimento, produção, teste, liberação, ou uso de foguetes ou de sistemas de veículos aéreos não tripulados, quer na República Federativa do Brasil, quer em outros países.

Portanto, proíbe o Brasil de aplicar os recursos obtidos nesse acordo no avanço do projeto espacial brasileiro. Ele apenas prevê que o recurso iria para um caixa único e que poderão ser utilizados em portos, aeroportos, linhas férreas, enfim, em sistema de comunicação.

Então, é uma questão que entendemos que irá, de certa forma, beneficiar a própria infra-estrutura da base, a serviço dos Estados Unidos, que vão utilizá-la.

O § 3º do art. 4º, por sua vez, determina que as partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar que os participantes norte-americanos mantenham o controle sobre os veículos de lançamento, espaçonaves, equipamentos afins e dados técnicos,

E que também "o Brasil manterá disponível nos centros de lançamento de Alcântara áreas restritas para o processamento, montagem, conexão e lançamento dos veículos aos norte-americanos. Permitirá, vejam, Srs. Senadores, que somente pessoas autorizadas pelo Governo dos Estados Unidos da América controlem o acesso a essas áreas.

Vejam, Srs. Senadores, que ferirão frontalmente nossa soberania as inspeções de agentes técnicos norte-americanos, sem aviso prévio ao Governo brasileiro, nas áreas restritas e nas áreas reservadas para lançamentos de espaçonaves.

O acordo prevê uma ingerência tão grande e um controle tão explícito que até mesmo os crachás de acesso serão emitidos pelo Governo norte-americano. Srs. Senadores, os brasileiros que estão nos assistindo ou nos ouvindo já devem ter lido algo a respeito dessas medidas, pois já recebemos muita correspondência em relação a este assunto de estudiosos, técnicos e de pessoas leigas manifestando sua preocupação.

O que realmente está acontecendo? Na nossa análise detalhada sobre o assunto, estamos permitindo, com esse acordo, a instalação de uma base norte-americana em Território Nacional. Perguntamos: é isso que o povo brasileiro deseja? O povo está sendo consultado e devidamente esclarecido?

Nós estamos querendo chamar a atenção para o objetivo central desse acordo. Em síntese, está posta uma interferência norte-americana num espaço, num processo e numa área altamente técnica e importantíssima para o desenvolvimento do Brasil e sua integração internacional. Então, penso que não pode o Congresso Nacional, não pode nenhum patriota cancelar esse acordo que está posto.

Há outros artigos que detalharíamos se nós tivéssemos mais tempo. Só vou registrar alguns que mostram a gravidade e o caráter lesivo desse acordo. O art. 7º, em seu parágrafo B, prevê que "os **containers** lacrados provenientes dos Estados Unidos com material para lançamento não poderão ser abertos para inspeção enquanto estiverem no Brasil". Ou seja, a Alfândega brasileira será proibida de revistar e inspecionar qualquer remessa de material norte-americano que ingresse em Território Nacional destinado à nossa Base de Lançamento de Satélite de Alcântara.

E isso é extremamente grave, pois, com essa definição, os Estados Unidos poderão internalizar no Território brasileiro o que bem entenderem. Portanto, estamos fazendo esse alerta.

Outro artigo absurdo é o art. 5º, § 1º, que determina: "Este acordo não permite, e o Governo dos Estados Unidos da América proibirá, que "participantes norte-americanos prestem qualquer assistência aos representantes brasileiros no concernente ao projeto, desenvolvimento, produção, operação, manutenção, modificação, aprimoramento, modernização ou reparo de veículos de lançamentos, espaçonaves e/ou equipamentos".

Isso, além de refletir o grau de submissão imposto pelo acordo, não deixa dúvida sobre o caráter de dependência que ele prevê, ao impedir claramente qualquer transferência de tecnologia ou de conhecimento, mais uma vez atingindo a soberania do País e seu desenvolvimento tecnológico.

Destaco, por fim, um item contido no acordo no art. 5º, § A, que definitivamente sintetiza o espírito de dominação imperialista desse acordo. Diz o parágrafo – aqui acrescento: O Brasil "não permitirá o lançamento, a partir do Centro de Lançamento em Alcântara, de cargas úteis ou veículos de lançamento espacial de propriedade ou sob controle de países, os quais, na ocasião do lançamento, estejam sujeitos a sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança da Nações Unidas ou cujos governos, a juízo de qualquer das partes, tenham dado repetidamente apoio a atos de terrorismo internacional".

Então, vejam bem, "a juízo de qualquer das partes": Brasil e Estados Unidos. Aqui temos que resgatar a história internacional. Os Estados Unidos enquadram em terrorismo internacional países como Irã, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, mas amanhã podem incluir outros países que firam a lógica comercial, militar ou outro interesse estratégico dos Estados Unidos. Mas o Brasil não tem essa política. O Brasil respeita a autonomia dos países e não se interfere na vida e no desenvolvimento econômico e político nem nos siste-

mas de governo, sejam socialistas ou comunistas, de outros países.

Vamos agora submeter-nos aos interesses e aos critérios de terrorismo dos Estados Unidos, quando muitas vezes o terrorismo é patrocinado por eles para submeter os povos, explorar os povos e mantê-los distante da economia e do desenvolvimento internacional?

Portanto, Srs. Senadores, é essa a avaliação que temos de fazer. Não se trata de um acordo meramente comercial, como pretendem vendê-lo – assim diz o Governo. Precisamos ter a consciência de que esse acordo tem caráter altamente político, estratégico e intervencionista, reforçando a idéia, como afirmamos anteriormente, de que se trata, na verdade, da instalação de uma base norte-americana em território brasileiro.

O Relator, Deputado Waldir Pires, da Bahia, sério e respeitado membro do Partido dos Trabalhadores, homem com visão nacionalista, no Relatório que apresentou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, manifestou-se pela rejeição. Gostaríamos de propor alternativas. A Oposição não é contra só por ser contra. Estamos impedidos. Governos dos países, em acordos internacionais, decidem e o Congresso Nacional aprova ou rejeita. E isso é um atraso, porque aqui o povo está representado e aqui estão os interesses dos Estados, os quais deveriam ser ouvidos. Gostaríamos que, no mínimo, nos fosse concedido o direito a uma proposta de retirada ou de adiamento de prazo para os governos novamente discutirem e chegarem a um entendimento nos pontos que o Congresso Nacional considere prejudiciais.

Não estamos aqui para dizer que esta questão seja menor ou que estejamos negociando qualquer produto. Estamos trabalhando com tecnologia, com desenvolvimento. Por isso, chamamos a atenção do Congresso Nacional, dos nossos ilustres Parlamentares, Deputados e Senadores, e conclamamos as Forças Armadas brasileiras a exigir, sim, uma profunda reflexão, que esteja acima dos interesses momentâneos desse ou daquele governo. Quem estiver no poder no momento que tal assunto vier à tona pode ter certeza de que esta Senadora do Partido dos Trabalhadores estará atenta para discuti-lo. Queremos alertar o Ministério da Defesa Nacional. Respeitamos o Ministro da Defesa Nacional, que segue a política nacional do Governo Fernando Henrique Cardoso. O Ministro, sobretudo, é uma pessoa sensível e, certamente, tem amor ao Brasil e à soberania nacional.

Na década de quarenta, como lembramos no início deste pronunciamento, o Congresso Nacional

travou uma luta vitoriosa contra a criação de um enclave semelhante, chamado Hiléia Amazônia, que pretendia, da mesma forma, criar uma zona liberada dentro do Território Nacional. Naquele episódio, as Forças Armadas brasileiras tiveram um papel decisivo ao posicionar-se incondicionalmente contra a adoção do acordo que feria a soberania do País de forma grave, tanto quanto se pretende neste momento. Estamos fazendo uma reflexão, um apelo nacional, para que a sociedade se integre a essa análise.

Quero deixar registrada uma visita recente que tive a oportunidade de fazer, juntamente com outros Congressistas, a convite do Ministério da Defesa, de sua equipe de trabalho. Visitamos o Projeto Calha Norte, na Região Amazônica. Presenciamos o empenho das Forças Armadas brasileiras para proteger nossas fronteiras e garantir a soberania do País em lugares longínquos e inóspitos. Naquela região, pude ver de perto o compromisso assumido desde os altos comandos até o mais simples soldado que, com garra, com bravura, com determinação, estão lá atentos e defendendo as nossas fronteiras.

Faço esta saudação lembrando que o dia 25 de agosto é o dia dedicado a homenagear o Exército brasileiro; e quero saudar, desta tribuna, todos os seus integrantes, porque entendemos que as Forças Armadas do País são o patrimônio da Nação; as Forças Armadas do País são o patrimônio da democracia; as Forças Armadas do País são o patrimônio da grandeza da Pátria; as Forças Armadas são o patrimônio da modernidade cívica e patriótica, tão necessária para manter a soberania e a altivez de nosso País.

Por isso queremos dizer que esse é o exemplo do que tem sido e do que queremos que sejam as Forças Armadas; que elas não sejam colocadas nas ruas substituindo a nossa polícia – esta, nós a queremos melhorada, valorizada, mas não substituída pelo nosso Exército, que teria de abrir mão das suas atribuições ou acumularia atribuições que não são as de defesa da soberania e da segurança nacional. Esse exemplo do que está sendo feito de positivo nesse projeto – e poderíamos tratar de outros – me faz crer que podemos contar com o discernimento, com a visão estratégica, com o espírito de soberania que as Forças Armadas possuem na análise desse acordo que tramita no Congresso Nacional.

Nesse sentido, Sr. Presidente, encerrando o meu pronunciamento, conclamo mais uma vez toda a sociedade brasileira, incluindo as Forças Armadas brasileiras, o nosso Ministro da Defesa Nacional, para aprofundarmos o debate em torno desse acordo que,

além dos limites da Base de Alcântara, abre precedentes e portas para outros tipos de iniciativas. Os termos desse acordo, claros, objetivos e explícitos afastam qualquer pecha de paranoias – como às vezes nós da Oposição somos tachados – e não deixam a menor margem para que sejamos ingênuos ou – como se diria em outros tempos – inocentes úteis. Parece que essa reflexão é necessária.

O Brasil, a Amazônia especialmente, abriga riquezas imensuráveis, além do seu povo: a abundância da água potável, por exemplo, que sabemos que é, sim, alvo da cobiça internacional, que nunca mediu esforços para garantir os seus interesses estratégicos. Portanto, esse acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, envolvendo a Base de Alcântara, deve ser a verdadeira preocupação no campo da segurança nacional, seja para nós Parlamentares, seja para as Forças Armadas e, acima de tudo, para o conjunto da sociedade brasileira.

Faço um apelo, Sr. Presidente, para que o Líder do Governo nesta Casa manifeste-se de alguma forma, contrariando ou discordando – e é um direito e o respeitamos – dos nossos posicionamentos, mas que abra pelo menos a oportunidade de uma grande discussão dentro do Congresso Nacional, com a possibilidade até de os dois países interessados e proponentes desse acordo reverem algumas questões que estão postas ali. Admitimos acordos internacionais, queremos a integração e o desenvolvimento do País no campo mundial, em todos os setores, mas com respeito à nossa soberania, à nossa gente, à nossa qualidade técnica, e, principalmente, ao que o povo brasileiro deve saber, que é a garantia de que o Brasil continue nas mãos dos brasileiros.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, pedindo que as notas taquigráficas registrem o meu pronunciamento na íntegra, tendo em vista que não li aqui tudo aquilo que gostaria, devido ao adiantado da hora.

Muito obrigada.

SEGUE NA ÍNTEGRA O DISCURSO DA SRA. SENADORA EMILIA FERNANDES:

Emilia repudia acordo com EUA relativo à base de Alcântara

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS)

– Está tramitando no Congresso Nacional, um dos acordos internacionais mais lesivos ao Brasil sem notícia na história mais recente do país, que tem antecedentes na tentativa de ocupação da Amazônia, por meio do Tratado da Hiléia Amazônica, no final dos

anos quarenta. Trata-se do Acordo entre o Brasil e os Estados Unidos envolvendo a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara, no Maranhão, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. O acordo, em tese, interessa ao Brasil por aportar recursos financeiros pela concessão da Base, e aos Estados Unidos por trazer uma elevada economia de combustível nos lançamentos, devido à proximidade de Alcântara da linha do Equador.

O acordo já tem voto pela rejeição integral, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentado pelo Relator, Deputado Waldir Pires, do PT da Bahia – uma vez que este tipo de matéria (acordos internacionais) não permitem emendas ou qualquer outro tipo de alteração. Os termos do acordo são tão explicitamente prejudiciais aos interesses nacionais, que levam qualquer cidadão de boa-fé a duvidar de que o texto seja do total domínio dos integrantes do Governo. Mas, infelizmente, o Governo Federal parece estar decidido a bancar esse verdadeiro “aluguel” incondicional de parte do Brasil e de sua soberania, o que exige do Congresso Nacional e da sociedade uma postura firme e decididamente contrária ao acordo.

Vamos, em tão, ao que dizem alguns artigos, que por si só evidenciam o crime de lesa-pátria que se pretende cometer contra os interesses do Brasil.

O parágrafo E do Artigo III determina que a República Federativa do Brasil

“Não utilizará recursos obtidos de Atividades de Lançamento em programas de aquisição, desenvolvimento, produção, teste, liberação, ou uso de foguetes ou de sistemas de veículos aéreos não tripulados (quer na República Federativa do Brasil quer em outros países”.

Mas a coisa é ainda mais grave do que sugere o texto do artigo. Além de impedir o uso dos recursos, o texto prevê que os recursos só poderão ser utilizados em portos, aeroportos, linhas férreas, sistemas de comunicação etc. Ou seja, em iniciativas que, depois, beneficiarão exatamente a infra-estrutura da própria Base – a serviço dos Estados Unidos.

O parágrafo 3 do Artigo IV, por sua vez, determina que:

– Em qualquer Atividade de Lançamento, as partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar que os participantes norte-americanos mantenham o controle sobre os Veículos de Lançamento, Espaçonaves, Equipamentos Afins e Dados Técnicos, a menos que de outra forma autorizado

pelo Governo dos Estados Unidos da América. Para tal finalidade, o Governo da República Federativa do Brasil manterá disponível no Centro de Lançamento de Alcântara áreas restritas para o processamento, montagem, conexão e lançamento dos Veículos de Lançamento e Espaçonaves por licenciados norte-americanos e permitirá que pessoas autorizadas pelo Governo dos Estados Unidos da América controlem o acesso a essas áreas ...”.

Ainda neste mesmo terreno, temos o parágrafo 2 do Artigo VI, estabelecendo que:

As partes assegurarão que somente pessoas autorizadas pelo Governo dos Estados Unidos da América controlarão, vinte quatro horas por dia, o acesso a Veículos de Lançamento, Espaçonaves, Equipamentos Afins e Dados Técnicos e as áreas restritas referidas no Artigo IV, parágrafo 3, bem como o transporte de equipamento, componentes, construção, instalação, conexão, desconexão, teste e verificação, preparação para lançamento, lançamento de Veículos de Lançamento e Espaçonaves, e o retorno dos Equipamentos Afins e dos Dados Técnicos aos Estados Unidos da América ...”.

Estas duas medidas contidas no acordo ferem frontalmente qualquer sentido de soberania, ao permitir inspeções sem aviso prévio ao governo brasileiro, tanto nas áreas restritas, quanto nas áreas reservadas para lançamentos de espaçonaves. A ingerência, por um lado, e o controle por outro, é tão explícito que o acordo prevê que até mesmo os crachás de acesso serão emitidos pelo governo norte-americano. Com essas medidas, Senadores e Senadoras, brasileiros que nos assistem, de Sul a Norte do Brasil, estamos permitindo a instalação de uma base norte-americana em Território Nacional!

É disso que se trata, na verdade, a síntese, e o objetivo central desse acordo, que nenhum patriota pode apoiar e, mais do que isso, em nosso caso, dar a chancela do Congresso Nacional brasileiro. Mas, outros artigos demonstram ainda com mais gravidade o caráter lesivo deste acordo, como o de número VII, em seu parágrafo B, que prevê que “os **containers** lacrados provenientes dos EUA com material para lançamento não poderão ser abertos para inspeção enquanto estiverem no Brasil”. Ou seja, a Alfândega brasileira será proibida de revistar e inspecionar qualquer remessa de material norte-americano que ingresse em território nacional. Isso é extremamente grave, pois com essa definição, os Estados Unidos poderão internalizar no território brasileiro o que bem entenderem (apesar de terem de apresentar uma lista dos itens contidos nos **containers**).

Outro Artigo absurdo é o de número V, novamente, em seu parágrafo I, que determina que "este acordo não permite, e o Governo dos Estados Unidos da América proibirá, que participantes norte-americanos prestem qualquer assistência aos representantes brasileiros no concernente ao projeto, desenvolvimento, produção, operação, manutenção, modificação, aprimoramento, modernização ou reparo de Veículos de Lançamento, Espaço naves e/ou Equipamentos ...".

Isso, além de novamente refletir o grau de submissão imposto pelo acordo, não deixa dúvida sobre o caráter de dependência que ele prevê, ao impedir, claramente, qualquer transferência de tecnologia ou de conhecimento.

Por fim, destaco mais um item do acordo, contido no Artigo V, parágrafo A, que definitivamente sintetiza o espírito de dominação imperialista desse acordo.

Diz o parágrafo:

"(O Brasil) não permitirá o lançamento, a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, de Cargas Úteis ou Veículos de Lançamento Espacial de propriedade ou sob controle de países os quais, na ocasião do lançamento, estejam sujeitos a sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou cujos governos, a juízo de qualquer das partes, tenham dado, repetidamente, apoio a atos de terrorismo internacional".

Hoje, dentro da definição norte-americana de terrorismo internacional – é bom que se diga – enquadram-se países como Irã, Iraque, Líbia mas, amanhã, podem estar incluídos quaisquer outros países que fiquem a lógica comercial, militar ou outro interesse estratégica daquele país.

Com o exposto, e tudo o mais, não apenas o Brasil perde totalmente a autonomia de utilizar a sua base como melhor entender, mas também, e o mais grave, sem controle nacional, os Estados Unidos poderão lançar, desde o nosso território, por exemplo, satélites espíões contra nações com as quais mantemos boas relações, provocando sérios constrangimentos diplomáticos.

Aqui, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, o acordo deixa de ser "meramente" comercial, como pretendem vendê-lo, para assumir totalmente seu caráter político, estratégico e intervencionista, reforçando a idéia, como afirmamos anteriormente, de que se trata, na verdade, repetimos, da instalação de uma base norte-americana em território brasileiro.

Assim como defendeu em seu Relatório, Deputado Waldir Pires, esclarecemos que também não nos posicionamos contrariamente ao uso comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara, e muito menos a cooperação com outros países, no âmbito dos usos pacíficos do espaço exterior. Um acordo para ser aceitável deveria, no mínimo, assegurar a ambas as partes a proteção da tecnologia sensível, o acesso às áreas restritas e os eventuais vetos políticos de lançamentos. Também, deveria não impor nenhum tipo de restrição à utilização dos recursos provenientes do acordo, garantir o direito de inspeção e controle alfandegário ao Brasil, bem como permitir a transferência de tecnologia para outros países.

Diante disso, lembramos, e chamamos a atenção das Forças Armadas Brasileiras para o fato, que exige uma profunda reflexão, além dos interesses momentâneos deste, ou de qualquer governo. Na década de quarenta, como lembramos no início deste pronunciamento, o Congresso Nacional travou uma luta vitoriosa contra a criação de um enclave semelhante – chamado Hiléia Amazônica – que pretendia, da mesma forma, criar uma zona liberada dentro do território nacional. Naquele episódio, as Forças Armadas Brasileiras, tiveram um papel decisivo, ao posicionar-se incondicionalmente contra a adoção do acordo que feria igualmente a soberania do país, de forma tão grave quanto se pretende neste momento.

Recentemente, inclusive, visitamos o Projeto Calha Norte, no qual presenciamos o empenho das Forças Armadas Brasileiras em proteger as nossas fronteiras, e garantir a soberania do país, em lugares longínquos e inóspitos. Naquela região, pude ver de perto o compromisso, desde os altos comandos, até nossos soldados – que neste dia 25 de agosto tem seu dia –, com a defesa de nossa Pátria brasileira. Este exemplo me leva a acreditar que podemos contar com o discernimento, a visão estratégica e o espírito de soberania das Forças Armadas Brasileiras na análise deste acordo que tramita no Congresso Nacional.

Por isso, entendemos que esta preocupação, sim, deve estar presente no dia-a-dia dos organismos responsáveis por zelar pela segurança, pela soberania e pelos interesses nacionais. É um profundo equívoco o que determinados setores, que atendendo interesses momentâneos de governo, vêm fazendo, ao promover, de forma ilegal e inconstitucional, a espionagem de organizações, movimentos ou pessoas. Esse tipo de ação, infelizmente de triste lembrança entre nós, mas superado historicamente, não pode servir, neste momento, a atender interesses claramente vinculados a um processo que aposta na de-

pendência nacional, na abdicação de nossa soberania e no desmantelamento do Estado e da Nação brasileira.

Nesse sentido, concluindo o meu pronunciamento, conclamo a toda a sociedade, incluindo as Forças Armadas Brasileiras, a aprofundar o debate em torno deste acordo que, além dos limites da Base de Alcântara, abre precedentes e portas para outros tipos de iniciativas.

Os termos desse acordo – claros, objetivos, explícitos – afastam qualquer pecha de “paranóia”, e não deixam a menor margem para que sejamos ingênuos, ou, como se diria em outros tempos, inocentes úteis.

O Brasil, a Amazônia especialmente, abriga riquezas incomensuráveis – como água, por exemplo – e são alvo evidente da cobiça internacional, que nunca mediu esforços para garantir os seus interesses estratégicos.

Portanto, este acordo entre Brasil e Estados Unidos envolvendo a Base de Alcântara deve ser, neste momento, a verdadeira preocupação no campo da segurança nacional, seja para nós, Parlamentares, para as Forças Armadas Brasileiras, e, acima de tudo, para o conjunto da sociedade brasileira.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Edison Lobão, Presidente Interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindberg Cury.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – V. Ex^a será atendida na forma regimental.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Peço a palavra pela Liderança do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, como Líder, por vinte minutos, de acordo com as normas regimentais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Em primeiro lugar, acerca do discurso da Senadora Emília Fernandes, quero dizer que esse acordo internacional proposto não se encontra ainda no Senado Federal, ele se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. Mas quero garantir, pela Liderança do Governo no Senado Federal, que, efetivamente, se chegar aqui essa matéria, teremos todo o empenho em discutir, levando-se em conta, é claro, os grandes interesses nacionais, a autonomia do País e todas as questões que, com seriedade e competência,

a Senadora Emília Fernandes abordou. Não iremos jamais aprovar qualquer acordo em detrimento dos interesses nacionais; é claro que, se chegaresse matéria aqui, iremos discuti-la. A Liderança do Governo faz questão de debater item por item para que fique bem esclarecido e efetivamente possa ser julgado por cada um dos Senadores se a proposta merece aprovação ou não.

Mas pedi a palavra, Sr. Presidente, para fazer dois registros. O primeiro deles é a posse hoje, pela manhã, do novo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que é exatamente o Embaixador Sérgio Amaral. O Embaixador Sérgio Amaral, figura de expressão reconhecida nacional e internacionalmente, estava ocupando atualmente a Embaixada do Brasil no Reino Unido, residia em Londres representando nosso País. E, naquela Embaixada, fez um magnífico trabalho de prospecção, divulgação e levantamento de questões importantes para a política brasileira. Agora, o Embaixador Sérgio Amaral é convocado pelo Presidente Fernando Henrique para assumir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior num momento em que é importante o esforço no sentido de implementarmos um crescimento econômico e ampliarmos as exportações.

Os discursos do Ministro Sérgio Amaral e do Presidente Fernando Henrique Cardoso corroboram essa decisão política do Governo no sentido de ampliar as exportações, no sentido de buscar a desconexão das exportações, no sentido de buscar caminhos para que possamos agressivamente ocupar um espaço internacional que é possível ser ocupado pelo Brasil.

Portanto, quero aqui saudar a escolha do Presidente Fernando Henrique e a vinda do Embaixador Sérgio Amaral, registrando também o profícuo e importante trabalho realizado pelo Ministro Alcides Tápias ao tempo em que esteve à frente do Ministério. Esse é o registro do Governo no sentido de que ainda mais será buscado o caminho das exportações, da atividade econômica, do crescimento e do desenvolvimento que todos nós queremos.

Sr. Presidente, o outro assunto que me traz à tribuna pela Liderança do Governo é um documento encaminhado pela Câmara Municipal de Caracarái. Tenho respeito pelo povo de lá e pela dimensão do trabalho que está sendo realizado hoje naquele Município pelo Prefeito Antônio Reis, pelo Presidente da Câmara Luiz Rodrigues Pereira, por todos os Vereadores e por toda a comunidade.

Registro, portanto, o recebimento da nova Lei Orgânica do Município, uma lei avançada, discutida

nas bases, na Câmara de Vereadores e, sem dúvida, representa os anseios para o funcionamento do Município de Caracarái.

Parabenizo a Câmara de Vereadores de Caracarái e peço a transcrição, na íntegra, do documento que recebi e que citei anteriormente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE CARACARÁI

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Promulgada em 20-6-82 com alterações adotadas pelas Emendas 1 à 4/2000.

**TÍTULO I
Da Organização Municipal**

**CAPÍTULO I
Do Município**

Art. 1º Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado e desta Lei.

Art. 2º O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular são formas que asseguram a participação do povo na definição de questões fundamentais de interesse da coletividade social local.

Art. 3º A sede do Município, fundada em 27-5-55, tem o nome de Caracarái.

Art. 4º A soberania popular será exercida, também, através de participação da coletividade local na formulação e execução das políticas de governo e do permanente controle popular da legalidade e da moralidade dos atos dos poderes municipais, sendo assegurada a participação dos munícipes, por intermédio de representantes escolhidos, na composição de todo e qualquer órgão de deliberação coletiva que tenha atribuições consultivas, deliberativas ou de controle social nas áreas de educação, cultura, saúde, desenvolvimento socioeconômico, meio ambiente, segurança, assistência e previdência social e defesa do consumidor.

Art. 5º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direito e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 6º No exercício de sua autonomia, o município editará leis, expedirá atos e adotará medidas pertinentes a seus interesses, às necessidades da administração e ao bem-estar do povo.

Art. 7º Todos são iguais perante a lei, nos termos das Constituições Federal e Estadual e desta Lei.

Art. 8º O Município de Caracarái, pessoa jurídica de Direito Público interno; é unidade territorial integrante da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa, financeira, e legislativa, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta lei.

Parágrafo único. O Município exerce no seu peculiar interesse as competências não reservadas à União ou ao Estado.

Art. 9º É mantido o atual território do Município, com divisas e limites definidos em Lei, alterados apenas nos casos previstos na Constituição do Estado de Roraima.

Parágrafo único. O território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados, e suprimidos por Lei Estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos da viabilidade Municipal, apresentados e divulgados na forma da lei.

Art. 10. Na fixação dos limites municipais e suas divisas distritais serão observadas as seguintes normas:

I — evitar-se-ão, tanto quanto possível formas assimétricas, estrangulamentos por acidentes geográficos e alongamentos exagerados; e

II — dar-se-á preferência, para a delimitação às linhas naturais, facilmente identificáveis.

**CAPÍTULO II
Da Competência do Município**

Art. 11. Compete ao Município:

I — executar programas de alimentação escolar, prioritariamente no ensino fundamental;

II — exercer o poder de política urbanística, especialmente quando a:

a) controle dos loteamentos;

b) licenciamento e fiscalização de obras em geral, inclusive as obras públicas e instalações de outros entes federativos é, quanto às últimas, dos aspectos relacionados com o interesse de segurança nacional;

c) utilização dos bens públicos de uso comum para a realização de obras de qualquer natureza;

III — disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas, cuja conservação seja da competência do Município.

Parágrafo único. O Estado poderá delegar ao Município, mediante convênio, os serviços de sua competência.

Art. 12. Compete privativamente ao Município:

I — Legislar sobre assuntos de interesse local;

II — suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

III — instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei;

IV — criar, organizar, extinguir e unificar distritos, observados os requisitos ditados por lei;

V — organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, os serviços públicos de interesse local, assim como fixar-lhes as respectivas tarifas ou preços públicos.

VI — manter com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, e de ensino fundamental, aplicando anualmente, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, destinando 15% (quinze por cento) desse percentual ao ensino fundamental, na forma prevista nos art. 212 da Constituição Fe-

deral e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do mesmo diploma legal:

VII — promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, devendo, para tanto, estabelecer normas de edificação, de loteamento, de armamento e de zoneamento urbano, bem como impor limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

VIII — promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual;

IX — conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e outros de qualquer natureza, inclusive fixando horários para funcionamento dos mesmos, observando a legislação federal.

X — elaborar o orçamento anual e plurianual de investimentos;

XI — estabelecer servidões administrativas necessárias à realização dos seus serviços, inclusive a dos seus concessionários;

XII — promover a limpeza das vias e logradouros públicos, a remoção e a destinação do lixo domiciliar e outros resíduos de qualquer natureza;

XIII — regulamentar, licenciar, permitir, autorizar, e fiscalizar a colocação de cartazes e anúncios e a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XIV — dispor sobre serviços funerários e de cemitério;

XV — organizar, disciplinar, e manter os serviços de fiscalização;

XVI — fiscalizar nos locais de vendas o peso, a medida e as condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XVII — dispor sobre depósito, venda, extermínio e destruição de animais e mercadorias apreendidos em razão de transgressão da legislação municipal ou atentatórios à saúde pública;

XVIII — dispor sobre registros, vacinação e captura de animais com a finalidade de erradicar moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XIX — estabelecer e impor penalidades a infrações às suas leis e regulamentos;

XX — assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais para defesa de direito de esclarecimento de situações, estabelecendo os prazos de atendimento;

XXI — cassar a licença dos estabelecimentos que se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, aos costumes, à segurança e aos bons costumes, fazendo cessar a atividade e promover, se necessário, o fechamento dos mesmos;

XXII — adquirir bens, inclusive mediante desapropriação, regular a disposição, o traçado e as demais condições de bens públicos de uso comum, mediante autorização legislativa;

XXIII — criar a estrutura organizacional, o quadro de pessoal e o regime jurídico dos servidores do Município, bem como dispor sobre a contratação e a admissão de pessoal, a qualquer título, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, desde que atendido ao disposto nos arts. 19, III, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101/00, arts. 37, XI e 169, ambos da Constituição Federal;

XXIV — *suprimido

XXV — *suprimido

XXVI — Fixar a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, e funções e empregos públicos, bem como dos membros do Poder Legislativo e demais detentores de cargos eletivos, respeitados os limites previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Art. 13. Ao Município de Caracará compete, concorrentemente com a União e o Estado, as seguintes atribuições:

I — zelar pela guarda da Constituição das Leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II — proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, as paisagens naturais notáveis, os monumentos e os sítios arqueológicos;

III — impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; e

IV — manter programas permanentes de erradicação do analfabetismo em seu território.

CAPÍTULO III Das Vedações

Art. 14. Ao Município é vedado:

I — estabelecer cultos religiosos, igrejas ou seitas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público;

II — recuar fé aos documentos públicos;

III — criar distinções entre municípios ou preferências entre si;

IV — subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pelos jornais, rádio, televisão ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda política-partidária com fins estranhos à administração;

V — manter publicidade de atos, programas, obras, serviços, e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo, ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor público;

VI — exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

VII — instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

VIII — estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

IX — outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas sem interesse público justificado, salvo com autorização legislativa.

X — cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os constituiu ou aumentou;

XI — utilizar tributos com efeito de confisco;

XII — estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a que as instituídas em lei;

XIII — instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b) tem plos de qual quer cul to;

c) patrimônio, renda ou serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições da educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da legislação federal;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

XIV – O início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual;

XV – A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

XVI – A realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante os créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados por maioria absoluta da Câmara Municipal;

XVII – A vinculação de receita de imposto a Órgão, fundo ou despesas, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação de impostos a que se referem arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para a manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, todos da Constituição Federal.

XVIII – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação de recursos correspondentes;

XIX – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

XX – a concessão ou utilização de créditos limitados;

XXI – instituir fundo de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

XXII – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas;

XXIII – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I a e II, da Constituição federal para a realização de despesas distintas do pagamento do benefício do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da mesma Carta.

Parágrafo único. O Município não manterá convênio ou acordo com entidades comerciais, culturais, ou desportivas de países que adotem política de segregação racial.

TÍTULO II Do Governo Municipal

CAPÍTULO I Dos Órgãos Municipais

Art. 15. O Governo Municipal é exercido pelo Prefeito e pela Câmara de Vereadores, os quais constituem o Poder Executivo e o Poder Legislativo, harmônicos e independentes entre si.

Parágrafo único. É vedada a delegação recíproca de atribuições, salvo nos casos previstos nas Constituições federal, Estadual e nesta Lei.

CAPÍTULO II Do Legislativo

SEÇÃO I Disposições Preliminares

Art. 16. A Câmara Municipal é composta de Vereadores, eleitos por voto direto e secreto, em sistema proporcional, dentre os cidadãos, para mandato de 4 (quatro) anos, respeitadas as seguintes condições de elegibilidade:

I – nacionalidade brasileira;

II – pleno exercício dos direitos políticos;

III – alistamento eleitoral;

IV – filiação partidária;

V – idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI – Ser alfabetizado.

Art. 17. O número de Vereadores, proporcional à população do Município, é fixado pela Câmara Municipal, observando os limites previstos nas Constituições Federal, Estadual e na legislação pertinente.

Art. 18. Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira, mediante percentual da receita orçamentária do Município, atendidos os limites constitucionais.

§ 1º – O total de despesa do Poder Legislativo Municipal, incluindo os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 8% (oito por cento), relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 2º – a Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluindo o gasto com o subsídio de seus vereadores e encargos.

§ 3º – O Poder Legislativo Municipal não despende mais de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município com despesa de pessoal.

SEÇÃO II Da Instalação e Funcionamento da Câmara

Art. 19. No dia 1º de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, em Sessão Solene, independentemente do número de Vereadores, sob a presidência do Vereador mais idoso entre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

Art. 20. O Presidente prestará seguinte compromisso:

“prometo manter, defender, cumprir e fazer cumprir as Constituições e as Leis da República e do Estado, e a Lei Orgânica do Município, bem como desempenhar, leal e honradamente, o mandato que me foi confiado pelo povo de Caracará”.

Parágrafo único. Ato contínuo, feita a chamada pelo Presidente, cada vereador, em pé, com a mão direita estendida, ratificará a declaração acima dizendo: assim o prometo, permanecendo os demais sentados e em silêncio.

Art. 21. O Vereador que não tomar posse na data prevista nesta lei, de verá fazê-lo no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

Art. 22. No ato da posse e ao término do mandato os Vereadores deverão apresentar declarações de bens, que ficarão arquivadas na Câmara e constarão, em resumo, das respectivas atas.

SEÇÃO III Da Mesa da Câmara

Art. 23. Imediatamente depois da posse, os vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa Diretora, em escrutínio secreto.

Parágrafo único. Não havendo número legal, o vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência, nomeará um Secretário **ad hoc** e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

Art. 24. A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre no primeiro dia da sessão legislativa, com a posse dos eleitos em seguida.

Art. 25. Em caso de empate será realizado um novo escrutínio e persistindo a igualdade entre dois nomes, será considerado eleito o candidato mais idoso.

Art. 26. A Mesa da Câmara Municipal se compõe de um Presidente, um Vice-presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

Parágrafo único. Na constituição da Mesa Diretora é assegurada, tanto quanto possível, a representação dos Partidos ou Blocos Parlamentares com assento na Casa.

Art. 27. O mandato da Mesa Diretora será de 2 (dois) anos, vedada a recondução de qualquer de seus membros para o mesmo cargo.

§ 1º — Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissor, ou deficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para complementar o mandato.

§ 2º — na ausência dos membros da Mesa, o vereador mais idoso assumirá a Presidência.

Art. 28. À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I — Propor projetos de lei que criem ou extingam cargos ou serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

II — elaborar e expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las quando necessário;

III — apresentar projetos de lei dispostos sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total de dotação da Câmara;

IV — suplementar as dotações do orçamento da Câmara, observado o limite da autorização constante na Lei Orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

V — devolver à Tesouraria da Prefeitura o saldo de Caixa existente na Câmara ao final do exercício;

VI — enviar ao Prefeito, até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior;

VII — nomear, promover, comissionar, conceder gratificações e licença, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários e servidores da Câmara Municipal, e contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

VIII — adotar todas as medidas necessárias à regulação dos trabalhos legislativos;

IX — promulgar a Lei Orgânica e suas Emendas;

X — representar, junto ao Poder Executivo, sobre necessidades de sua economia interna;

XI — solicitar informações ao Prefeito e Secretários Municipais ou equivalentes sobre atos ou contratos e demais atividades da administração; e

XII — solicitar intervenção do Estado no Município.

Art. 29. A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informações ao Prefeito, ao Vice — Prefeito, aos Secretários, Diretores ou equivalentes, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, bem como a prestação de informação falsa.

Art. 30. Ao Presidente da Câmara Municipal, entre outras atribuições, compete:

I — representar o Poder Legislativo Municipal judicial e extrajudicialmente;

II — dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Casa;

III — interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV — promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as leis sancionadas tacitamente ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

V — fazer publicar os atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as leis por ele promulgados;

VI — declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e de Vereadores nos casos previstos em lei;

VII — requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

VIII — apresentar ao Plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior;

IX — solicitar intervenção no Município, nos casos admitidos pelas Constituições Federal e Estadual;

X — manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XI — autorizar as despesas da Câmara e;

XII — convocar a Câmara extraordinariamente quando houver matéria de interesse público e urgente e deliberar, inclusive atendendo a solicitação do Prefeito.

Art. 31. Compete ao vice-presidente, além das atribuições contidas no Regimento Interno:

I — substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

II — promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido.

SEÇÃO IV Das Comissões

Art. 32. A Câmara terá Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno.

§ 1º — Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I — discutir e votar projetos de lei que dispense, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário;

II — realizar audiências públicas com entidades de classe, associações e autoridades;

III — convocar os Secretários Municipais, Coordenadores e funcionários para prestarem informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV — receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas ligadas à administração;

V — solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão sobre assuntos pertinentes ao Município e à sua administração; e

VI — exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização da Administração Direta e Indireta.

§ 2º — As Comissões Temporárias, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.

§ 3º — Na formação das Comissões, assegurar-se-á, tanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares que participem da Câmara.

§ 4º — As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara para apuração de fato determinado e por prazo certo, devendo suas conclusões, se for o caso, serem encaminhadas ao Ministério Público para os fins legais.

Art. 33. Os membros das Comissões Especiais de Inquérito, no interesse de investigação, poderão, em conjunto ou isoladamente, proceder à vistoria ou levantamento nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência.

Art. 34. Qualquer cidadão ou entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões junto às Comissões sobre projetos que nelas se encontrem para estudo.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão, ao qual caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o depoimento e seu tempo de duração.

SEÇÃO V

Da Sessão Legislativa Ordinária

Art. 35. A Câmara Municipal reunir-se-á semanalmente, em dias e horários a serem determinados no Regimento Interno, de 15 (quinze) de fevereiro a 30 (trinta) de junho, e de 1º (primeiro) de agosto a 15 (quinze) de dezembro.

§ 1º — As reuniões marcadas para estas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos, ou feriados.

§ 2º — A Câmara se reunirá em Sessões Ordinárias, Extraordinárias ou Solenes conforme dispuser seu Regimento Interno.

§ 3º — Na Sessão legislativa Extraordinária, a Câmara Municipal deliberará somente sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 36. Salvo prévia autorização da Mesa as Sessões da Câmara deverão ser realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, sob pena de nulidade.

§ 1º — comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto, ou outra causa que impeça a sua utilização, os trabalhos poderão ser realizados em outro local, na forma prevista no regimento Interno.

§ 2º — a exigência de prévia autorização contida no **caput** deste art., não se aplicará às Sessões Solenes.

Art. 37. As Sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Casa, quando ocorrer motivo relevante ou para a preservação do decoro parlamentar.

Art. 38. As Sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

Parágrafo único. Considerar-se-á presente à Sessão o vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia e participar dos trabalhos do Plenário e das votações.

SEÇÃO VI

Da Sessão Legislativa Extraordinária

Art. 39. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I — pelo Prefeito, quando este entender necessária e para deliberar sobre matéria para urgente e de relevante interesse público; e

II — pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante.

SEÇÃO VII

Das Deliberações

Art. 40. A discussão e a votação de matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 1º — A aprovação de matéria em discussão, salvo exceções previstas, dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos Vereadores presentes à Sessão.

§ 2º — Dependerão do voto favorável da maioria absoluta a aprovação e as alterações das seguintes matérias:

I — Código Tributário do Município;

II — Código de Obras ou de Edificações;

III — Estatuto dos Servidores Municipais;

IV — Regimento Interno da Câmara

V — Criação de cargos e aumento de vencimento de servidores; e

VI — rejeição de veto.

§ 3º — Dependerão do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara:

I — as leis concernentes a:

a) concessão de serviços públicos;

b) concessão do direito real de uso;

c) alienação de bens imóveis;

d) aquisição de bens imóveis por doação com encargo;

e) alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

f) obtenção de empréstimo;

II — a realização de sessão secreta;

III — a rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;

IV — a concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem; e

V — a destituição de componentes da Mesa.

§ 4º — O Presidente da Câmara, ou seu substituto só terá voto:

I — na eleição da Mesa;

II — quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) da Câmara; e

III — quando houver empate em qualquer votação em Plenário.

§ 5º O voto será público nas deliberações da Câmara, salvo nos seguintes casos;

I — no julgamento de seus pares, do Prefeito e do Vice-Prefeito; e

II — na eleição dos membros da Mesa e dos substitutos, bem como no preenchimento de qualquer vaga.

SEÇÃO VIII Dos Vereadores

Art. 41. Os Vereadores serão invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato na circunscrição do Município, não podendo ser presos e nem processados sem autorização da Câmara Municipal.

Art. 42. Os vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informação recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações:

Art. 43. É vedado ao Vereador:

I — desde a expedição do diploma:

a) afirmar ou manter contrato com a Administração Direta ou Indireta do Município, ou com suas empresas concessionárias de serviços públicos, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função no âmbito da Administração Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público observado o disposto nesta Lei Orgânica;

II — desde a posse:

a) ocupar o cargo, função ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município, desde que se licencie do exercício do mandato;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual, ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de Direito Público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a do inciso I.

Art. 44. Perderá o mandato o Vereador:

I — que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Câmara, salvo em caso de doença comprovada, licença ou omissão oficial autorizada pela edilidade.

II — que infringir qualquer das proibições estabelecidas nesta lei;

III — cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

IV — que se utilizar de mandato para a prática de atos de corrupção, improbidade administrativa ou de lesar o convênio;

V — que fixar residência fora do Município; e

VI — que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

§ 1º — Além de outros definidos em Lei e no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-a incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º — Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa, assegurada ampla defesa.

§ 3º — nos casos previstos nos incisos III e VI, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante a provocação por parte de qualquer um de seus membros, assegurada ampla defesa.

§ 4º — a renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou que possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os § 2º e § 3º

Art. 45. O vereador poderá licenciar-se:

I — por motivo de doença;

II — para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por Sessão Legislativa; e

III — para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º — Não perderá o mandato, sendo considerado automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, conforme o previsto nesta lei.

§ 2º — Ao vereador licenciado nos termos dos incisos I e III a Câmara poderá determinar o pagamento, dependendo da disponibilidade de recursos, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença ou de auxílio especial

§ 3º — Os auxílios de que trata o parágrafo anterior poderão ser fixados no curso da legislatura e não serão computados para efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 4º — A licença para tratar de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes de seu término.

§ 5º — Na hipótese do § 1º, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 46. Dar-se-á a convocação do suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença, obedecida a Constituição Federal

§ 1º — O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Mesa, quando se prorrogará o prazo.

§ 2º — Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o **quorum** em função dos Vereadores remanescentes.

SEÇÃO IX Dos Subsídios do Vereador

Art. 47. Os subsídios dos Vereadores serão fixados no final do último período legislativo, para vigorar na legislatura para o subsequente, observado o estabelecido na presente lei e o limite máximo fixado pela Constituição Federal.

§ 1º — Os Vereadores serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI da Constituição Federal.

§ 2º — O total de despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

SEÇÃO IX Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 48. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:

I — instituição e arrecadação dos tributos de sua competência, bem como a aplicação de suas rendas;

II — autorização de isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas;

III — votação do orçamento anual e o plurianual de investimentos, bem como autorização para a cobertura de créditos suplementares especiais;

IV — deliberação sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, dispondo sobre a forma e os meios de pagamento;

V — autorização e concessão de auxílio e subvenções;

VI — autorização e concessão de serviços públicos;

VII — autorização e concessão de direito real de uso de bens municipais;

VIII — autorização é concessão administrativa de uso de bens municipais;

IX — autorização, aquisição, alienação e doação de bens imóveis;

X — criação, transformação, extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação dos respectivos vencimentos;

XI — criação e estruturação de secretarias, coordenadorias e equivalentes e conferimento de atribuições aos secretários, coordenadores ou equivalentes;

XII — autorização de convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios.

XIII — delimitação do perímetro urbano e autorização da alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XIV — autorização de suplementações orçamentárias;

XV — autorização de alienação de bens móveis, precedida de avaliação;

XVI — estabelecimento de normas urbanísticas, particularmente as relativas ao zoneamento e loteamento;

XVII — sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;

XVIII — recepção ao Prefeito em reunião previamente designada sempre que ele se manifeste o propósito de relatar pessoalmente assunto de interesse público;

XIX — recepção dos Secretários ou Diretores Municipais mediante entendimento com a Mesa, para expor assuntos de relevância, atinentes às suas funções; e

XX — criação de Comissões Parlamentares de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

SEÇÃO XI

Da Competência Privativa

Art. 49. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

I — eleger sua Mesa;

II — elaborar o Regimento Interno;

III — organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV — propor a criação ou extinção de cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V — conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, e Vereadores;

VI — disciplinar por meio de Decreto, a concessão de diárias ao servidor, e membro do Poder Legislativo e Prefeito.

VII — tomar e julgar as contas do Prefeito deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos;

a) o parecer do Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

b) rejeitadas as contas, serão estas imediatamente remetidas ao Ministério Público para fins de direito;

VIII — decretar a perda do mandato do Prefeito e de Vereadores, nos casos indicados nas Constituições Federal e Estadual e nesta Lei Orgânica, no que for aplicável;

IX — autorizar a realização de empréstimos, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

X — estabelecer e mudar temporariamente os locais de suas reuniões;

XI — convocar, a requerimento de qualquer vereador, após deliberação da maioria absoluta de seus membros, o Prefeito, Secretários Municipais, Diretores e funcionários, para prestarem esclarecimento ou informações, sobre assunto previamente estabelecido, fixando prazo nunca inferior a 48 (quarenta e oito) horas da data do recebimento da convocação.

XII — deliberar sobre o adiantamento e a suspensão da suas reuniões;

XIII — criar Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros;

XIV — conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se tenham destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

XV — solicitar a intervenção do Estado no Município, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros, nos casos previstos no art. 18 da Constituição Estadual.

XVI — julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito, e os Vereadores nos casos previstos em lei federal;

XVII — fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta; e

XVIII — Fixar o subsídio dos vereadores em cada legislatura para a subsequente, observado os critérios estabelecidos na presente lei e os limites exigidos constitucionalmente.

XIX — encaminhar as contas do Prefeito, ao Tribunal de Contas para emissão de Parecer Prévio, até o dia 30 de abril de cada ano civil.

Parágrafo único. O não atendimento por parte do convocado na data aprazada sem a devida justificativa, configurará crime de responsabilidade.

Art. 50. * Suprimido

SEÇÃO XII

Do Processo Legislativo

Art. 51. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I — Emendas à Lei Orgânica Municipal;

II — Leis complementares;

- III – Leis Ordinárias;
- IV – Decretos Legislativos; e
- V – Resoluções.

SEÇÃO XIII

Da Medida de Urgência e das Leis

Art. 52. Atendendo ao interesse público, o Prefeito poderá propor regime de urgência na apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º – Proposto o regime de urgência, a Câmara deliberará sobre a matéria no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data em que foi feita a proposição.

§ 2º – esgotado o prazo previsto no Parágrafo anterior sem deliberação da Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestando as demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3º – o prazo do § 1º não corre no período de recesso da Câmara e nem se aplica aos projetos de Lei Complementar.

Art. 53. A iniciativa de Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara Municipal, ao Prefeito, e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 54. São de iniciativa privativa do Executivo, entre outras previstas na Lei Orgânica, leis que disponham sobre:

I – criação de cargos, funções, ou empregos públicos e aumento de vencimentos dos servidores;

II – servidores do Município, seu regime jurídico, planos de carreira, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III – criação, estruturação e atribuições dos órgãos e entidades da administração Municipal; e

IV – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

Art. 55. O Projeto de Lei que implique despesa deverá ser acompanhado de indicação das fontes de recursos.

Art. 56. A iniciativa popular de Projetos de Lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, poderá ser exercida com subscrição de no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado.

Art. 57. Os Projetos de Resolução disporão sobre matéria de interesses internos da Câmara e os Projetos de Decreto Legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo único. Nos casos de projetos de Resolução e de Decretos Legislativos, considerar-se-á encerrada a tramitação com a votação final e elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 58. Concluída a votação, a Câmara Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, enviará o Projeto de Lei aprovado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º – Se o Prefeito o julgar, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara Municipal, os motivos do veto.

§ 2º – O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3º – Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito implicará sanção.

§ 4º – Q veto será apreciado em Sessão Única, dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, em escrutínio secreto.

§ 5º – Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 4º, que não flui durante o recesso da Câmara Municipal, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final.

§ 6º – Rejeitado o veto, será o Projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 7º – Se a Lei não for promulgada pelo Prefeito, durante 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Presidente da Câmara promulgá-la, e, se este não o fizer, em igual prazo, competirá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 8º – No caso do Veto parcial, a parte de projeto de Lei aprovada com a rejeição do veto será promulgada sob o mesmo número da lei original e só vigorará a partir da publicação.

Art. 59. A matéria constante de projeto de Lei rejeitada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 60. O Projeto de Lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário em todas as Comissões, será todo tido como rejeitado.

Art. 61. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I – de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; e

II – do Prefeito Municipal;

Art. 62. A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com respectivo número de ordem.

§ 1º – Esta Lei não poderá ser emendada na vigência de intervenção no Município.

§ 2º – Não será objeto de deliberação a proposta de emenda a esta Lei que atentar contra os princípios das Constituições Federais e Estaduais.

§ 3º – A emenda a esta Lei, rejeitada ou prejudicada, não será objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

SEÇÃO XIV

Da Intervenção

Art. 63. O Município não sofrerá a intervenção do Estado, exceto quando:

1 – deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos a dívida fundada;

II – não forem prestadas as contas devidas na forma da lei;

III – não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino; e

IV – o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados nesta Constituição ou para prover a execução da Lei, de ordem ou de decisão judicial.

Parágrafo único. A intervenção do Município será decretada pelo Governador, de ofício, ou mediante a solicitação da Câmara Municipal, aprovada pelo voto da maioria absoluta de seus membros dependendo sua execução, de prévia apreciação e aprovação da Assembléia Legislativa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 64. Aprovada a intervenção, o Governador nomeará o Interventor, que assumirá seus cargos perante a Mesa da Câmara Municipal, ou, se for o caso, perante a autoridade competente, mediante a prestação do compromisso de cumprir as Constituições Federal e do Estado e esta Lei Orgânica.

Art. 65. O interventor prestará contas de sua administração à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas, nas mesmas condições estabelecidas para o Prefeito Municipal.

CAPÍTULO III Do Poder Executivo Municipal

SEÇÃO I Do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 66. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais, Diretores de Departamentos ou equivalentes.

Art. 67. O Prefeito e Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em Sessão da Câmara Municipal, prestando compromisso de manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica, observar a Lei da União, do Estado e do Município, promover o bem geral dos Municípios e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Parágrafo único. Decorridos 15 (quinze) dias da data fixada para a posse do Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 68. O subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito será fixado pela Câmara Municipal na última Sessão Legislativa para vigorar na legislatura seguinte.

Art. 69. O Prefeito e o Vice-Prefeito Municipal não poderão se ausentar do Estado por mais de 15 (quinze) dias, e do País a qualquer tempo, sem autorização da Câmara, sob pena de perda do mandato.

Art. 70. A eleição do Prefeito e Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente e obedecerá ao disposto na Constituição Federal e demais leis atinentes.

Art. 71. Substituirá o Prefeito, nos casos de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º – O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

§ 2º – O Vice-Prefeito além de outras atribuições que lhes forem conferidas por Lei, auxiliará o Prefeito sempre que ele for convocado para, missões especiais.

§ 3º – Caso o Vice-Prefeito venha a ocupar cargo em Comissão, deverá optar entre a remuneração deste e o subsídio previsto nesta Lei Orgânica, vedada qualquer outra espécie remuneratória.

Art. 72. Em caso de impedimento do Prefeito e Vice-Prefeito ou vacância do cargo, assumirá a Administração Municipal o Presidente da Câmara.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara, recusando-se por qualquer motivo assumir o cargo de Prefeito, renunciará incontinenti à Presidência, ensejando, assim, a eleição de outros membros para ocupar, conseqüentemente, como Presidente do Poder Legislativo Municipal, a vaga existente na Chefia do Poder Executivo.

Art. 73. Verificando-se a vacância do cargo do Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I – ocorrerem do vacância nos 3 (três) primeiros anos do mandato, dar-se-á a eleição 90 (noventa) dias após sua abertura, cabendo ao eleito completar o período de seu antecessor; e

II – ocorrendo a vacância no último ano de mandato, assumirá o cargo o Presidente da Câmara, que completará o período.

Art. 74. O mandato do Prefeito e Vice-Prefeito é de 4 (quatro) anos permitida a reeleição para um único período subsequente.

Parágrafo único. o mandato que se refere o **caput** deste artigo, terá início no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

Art. 75. O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração quando:

I – impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II – em gozo de férias; e

III – a serviço ou emissão de representação do Município.

§ 1º – O Prefeito gozará férias anuais em 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época do afastamento para usufruir do descanso, comunicando previamente à Câmara Municipal, assumindo o cargo o Vice-Prefeito.

§ 2º – O Prefeito e o Vice-Prefeito são obrigados a manter domicílio residencial no Município.

Art. 76. Na ocasião da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão de claração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara Municipal, constando das respectivas atas o seu resumo.

SEÇÃO II Das Atribuições do Prefeito

Art. 77. Ao Prefeito, como chefe da administração, compete dar cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar, e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a Lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceção das verbas orçamentárias.

Art. 78. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I – a iniciativa de Leis na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

II – representar o Município judicial e extrajudicialmente;

III – sancionar, promulgar e fazer publicar as Leis aprovadas na Câmara e expedir os regulamentos para a sua fiel execução;

IV – vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

V – decretar, nos termos da Lei, a desapropriação por necessidade, por utilidade pública ou por interesse social, após autorização legislativa;

VI – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

VII – permitir ou autorizar o uso, por terceiro, de bens Municipais, após autorização legislativa;

VIII – permitir ou autorizar a execução, por terceiros dos serviços públicos, após autorização legislativa;

IX – prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

X – enviar à Câmara os Projetos de Lei relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;

XI – encaminhar à Câmara, até 15 (quinze) de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;

XII – encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XIII – fazer publicar os atos oficiais;

XIV – prestar informações à Câmara, dentro de 30 (trinta) dias, por força de requerimento aprovado pelo Plenário, importando crime de responsabilidade o não atendimento ou a prestação de informações falsas;

XV – prover os serviços e obras da Administração Pública;

XVI – superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamento dentro das disponibilidades orçamentária e dos critérios aprovados pela Câmara;

XVII – colocar à disposição da Câmara, de uma só vez e até o dia 20 (vinte) de cada mês, o duodécimo dos recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo, inclusive, os réditos suplementares e especiais, importando não cumprimento em crime de responsabilidade;

XVIII – aplicar multas previstas em lei, bem como revê-las quando impostas regularmente;

XIX – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;

XX – oficializar, obedecendo as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XXI – convocar extraordinariamente a Câmara Municipal quando o interesse da Administração assim o exigir;

XXII – aprovar projeto de edificação e planos de loteamentos, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos; e

XXIII – apresentar, anualmente, à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem como o programa da administração para o ano seguinte.

Art. 79. O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nesta Lei;

SEÇÃO III

Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 80. É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta.

§ 1º É igualmente vedado ao Prefeito e ao Vice-Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada.

§ 2º A infringência ao disposto neste artigo e em seu § 1º importará perda de mandato.

Art. 81. As incompatibilidades declaradas nesta Lei Orgânica estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, e aos Secretários Municipais ou equivalentes.

Art. 82. São crimes de responsabilidade do prefeito os previstos em Lei Federal.

Art. 83. Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I – ocorrer o falecimento do titular, sua renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – o eleito deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de 10 (dez) dias;

III – o titular infringir outros dispositivos desta Lei Orgânica; e

IV – o titular perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

Art. 84. O Prefeito Municipal poderá ter declarado suspenso ou extinto seu mandato quando:

I – deixar de apresentar, no prazo estabelecido nesta lei, sem justificativa aceita pela Câmara Municipal, a prestação das contas referentes ao exercício anterior;

II – tiver as contas municipais rejeitadas por 2/3 (dois terços) dos votos dos Vereadores;

III – praticar atos considerados pela Câmara Municipal lesivos ao patrimônio e à Lei Orçamentária Municipal;

IV – deixar de publicar as leis municipais, por sua omissão ou a de seus auxiliares;

V – deixar de cumprir atribuições estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como as desta Lei Orgânica;

VI – deixar de aplicar o mínimo de 25% na manutenção do ensino.

Art. 85. O processo de suspensão ou extinção terá início com a denúncia formulada ao Presidente da Câmara Municipal, por qualquer cidadão, apontando as faltas cometidas e indicando provas e/ou testemunhas.

I – o processo será apreciado por Comissão Especial, criada para esse fim e composta por 3 (três) Vereadores, que terá o prazo de até 90 (noventa) dias para emitir parecer sobre o acautelamento ou não da denúncia;

II – dentro do prazo estabelecido no inciso anterior, o Presidente da Câmara encaminhará cópia de denúncia ao Prefeito Municipal, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar sua defesa;

III – findo o prazo estabelecido no inciso II, a Comissão emitirá parecer sobre a procedência ou a improcedência da denúncia;

IV – se o parecer da Comissão for pela procedência da denúncia, a mesma será encaminhada ao Plenário da Câmara Municipal, que, em votação secreta, por maioria absoluta de seus membros, afastará imediatamente do cargo o Prefeito Municipal, pelo prazo que durarem as apurações da Comissão, e em caso contrário será arquivado; e

V – se da aprovação do parecer resultar a procedência da denúncia, considerar-se-á decretada a acusação pela Câmara Municipal, que elegerá Comissão de Vereadores para acompanhar o julgamento do acusado, observando-se a legislação de crimes de responsabilidade.

Art. 86. Será suspenso o exercício do mandato de Prefeito e do Vice-Prefeito:

I – por motivo de condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos;

II – pela suspensão dos direitos políticos;

III – pela decretação judicial de prisão preventiva;

IV – pela prisão em flagrante delito; e

V – pela imposição de prisão administrativa.

Art. 87. Ocorrerá a perda do mandato do Prefeito por motivo de condenação definitiva em crime de responsabilidade, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, na forma da Lei Federal.

Art. 88. Extingue-se o mandato do Prefeito, e assim deve ser declarado, nos casos de:

I – renúncia por escrita;

II – falecimento;

III – perda dos direitos políticos;

IV – condenação por crime eleitoral;

V – condenação por crime de responsabilidade;

VI – Não tomar posse na forma da lei;

VII – Incidir nos impedimentos para o exercício do cargo.

SEÇÃO IV Dos Auxiliares Diretos do Prefeito

Art. 89. São auxiliares diretos do Prefeito:

- I — Os Secretários municipais ou diretores equivalentes; e
- II — Os subprefeitos ou administradores.

§ 1º — Os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito.

§ 2º — A Chefia de gabinete do Prefeito e a Procuradoria-Geral do Município terão a estrutura de Secretaria Municipal.

Art. 90. São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário, Diretor ou equivalente:

- I — ser brasileiro;
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de 21 (vinte e um) anos;
- IV — ter nível cultural compatível com o cargo.

Art. 91. Além das atribuições fixadas em Lei, compete aos Secretários ou Diretores:

- I — subscrever atos e regulamentos referentes a seus órgãos;
- II — expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;
- III — apresentar ao Prefeito relatório dos serviços realizados por suas repartições.

Art. 92. Lei Municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, as respectivas responsabilidades.

Parágrafo único. Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de bens no ato da posse no término do mandato.

SEÇÃO V Dos Servidores Públicos

Art. 93. O Município instituirá Regime Jurídico Único e Plano de Carreira para os funcionários públicos da administração direta, das autarquias e fundações públicas.

I — a Lei assegurará aos servidores da Administração direta insonomia para os cargos de atribuições iguais ou semelhantes; e

II — Serão assegurados 5% (cinco por cento) do total das vagas existentes no quadro funcional do Município aos portadores de deficiências físicas.

Parágrafo único. Lei complementar regulará a forma da admissão determinada neste inciso.

Art. 94. São estáveis, após 3 (três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público, na forma prevista no art. 41 da Constituição Federal.

§ 1º — O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º — Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem

direito a indenização, a proveito do mesmo cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º — Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até ser alocado em outro cargo.

Art. 95. Ao servidor público no exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I — Tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II — investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração;

III — investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, e, não, havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; -

IV — em qualquer caso que exija o afastamento para exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; e

V — para efeito de benefício previdenciário, no caso afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

TÍTULO III Da Organização Administrativa Municipal

CAPÍTULO I Da Estrutura Administrativa

Art. 96. A Administração Municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizarão e se coordenarão, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas funções.

Art. 97. A administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes do Município obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e também no seguinte:

I — Os Cargos e funções públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em Lei;

II — a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos ressalvados as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III — O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV — os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

V — é garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical;

VI — a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

VII — a Lei fixará limite máximo e a relação dos valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados como limite máximo, os valores percebidos, como salário-base, pelo Prefeito;

VIII — os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

IX — a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da Lei;

X – somente por lei específica poderão ser criadas, no âmbito do Município, empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundações públicas; e

XI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação, com a prévia autorização do Poder Legislativo.

Art. 98. As licitações realizadas pelo Município, obedecerão os limites previstos em Lei Federal.

Parágrafo único. O valor de referência para compras e obras será o valor regional.

Art. 99. Deverão ser observadas, nas licitações, os seguintes prazos mínimos para prestação das propostas:

I – concorrência;

a) para compras: 15 (quinze) dias;

b) para obras e serviços: 30 (trinta) dias;

II – tomadas de preços: 8 (oito) dias;

III – convite: 3 (três) dias;

Art. 100. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário, na forma e gradação previstas em Lei, sem prejuízo à ação penal cabível.

CAPÍTULO II

Dos Atos Municipais

SEÇÃO I

Da Publicidade dos Atos Municipais

Art. 101. O Prefeito fará publicar:

I – mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

II – mensalmente, o montante de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

III – até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório resumido da execução orçamentária;

IV – *Suprimido

V – a escolha do órgão de imprensa para divulgação de Lei ou ato municipal far-se-á através de licitação, devendo ser consideradas, além do preço, a frequência, o horário, a tiragem e a distribuição.

Art. 102. A Prefeitura e a Câmara serão obrigadas a fornecer gratuitamente, a qualquer interessado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, certidões de atos, contratos e decisões de seu interesse particular ou de interesse coletivo, sob pena de destituição de autoridade ou de suspensão de serviço que negar ou retardar sua expedição, sem prejuízo de sua responsabilidade civil ou criminal.

Art. 103. A lei e atos municipais serão afixados em local apropriado da sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso, e publicados em órgão de imprensa oficial a ser criado em lei.

Parágrafo único. Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

SEÇÃO II

Dos Livros

Art. 104. *Suprimido

SEÇÃO III

Dos Atos Administrativos

Art. 105. Os atos administrativos da competência do Prefeito devem ser expedidos com observância às seguintes normas:

I – decreto numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) regulamentação de lei;

b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constante em lei;

c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;

d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;

e) declaração de utilidade ou necessidade pública para fins de desapropriação ou servidão administrativa;

f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;

g) permissão de uso de bens municipais;

h) normas de efeito externo não privativas de Lei;

i) fixação e alteração de preço;

II – portaria, nos seguintes casos:

a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;

b) lotação e re lotação nos quadros de pessoal;

c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeito interno; e

d) outros casos determinados em Lei ou Decreto.

III – contrato nos seguintes casos:

a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Os atos constantes dos incisos II e III deste artigo poderão ser delegados.

SEÇÃO IV

Das Proibições

Art. 106. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Art. 107. Para cada empenho, o Município extrairá documento denominado "Nota de Empenho", que disciplinará nome do credor, especificação e a importância de despesa, bem como a dedução de seu valor do saldo de dotação própria.

Art. 108. São as seguintes despesas que podem ser feitas por adiantamento:

I – despesas miúdas;

II – despesas de viagens; e

III – compra à vista de materiais fora da sede do Município e outras sem condições de subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 109. O valor para despesa com adiantamento não será superior a 0,5% (meio por cento) do valor permitido para compras sem licitações.

Art. 110. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles, por parentesco ou parentes, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, substituindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.

Parágrafo único. Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Art. 111. As pessoas jurídicas em débito com o sistema municipal e com a seguridade social não poderão contratar com esse Poder e nem dele receber benefícios e incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO V Das Certidões

Art. 112. A Prefeitura, e a Câmara serão obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo 15 (quinze) dias certidões dos atos, contratos, e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Parágrafo único. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pelo Juiz.

Art. 113. As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor, independentemente de qualquer pagamento de taxa ou contribuição financeira.

Parágrafo único. No requerimento escrito deverá constar a qualificação do requerente e a especificação do assunto.

CAPÍTULO III Dos Bens Municipais

Art. 114. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quando tratar-se daqueles utilizados em seu serviço.

Art. 115. todos os bens municipais deverão ser cadastrados com a identificação respectiva, numerando seus móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do Chefe da Secretaria, ou equivalente a quem forem ou estiverem distribuídos.

Art. 116. Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

- I – pela sua natureza; e
- II – em relação a cada serviço.

Parágrafo único. Deverá ser feita, anualmente, conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.

Art. 117. A alienação, doação e permuta de bens municipais, subordinados à existência de interesse público devidamente justificado, serão sempre precedidas de avaliação e obedecerão às seguintes normas:

I – quando móveis e imóveis dependerão de autorização legislativa e concorrência pública.

Art. 118. O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º O não cumprimento do que determina o inciso anterior acarretará crime de responsabilidade às pessoas envolvidas.

§ 2º A venda, aos proprietários de imóveis lindeiros, de áreas urbanas remanescentes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação.

§ 3º As áreas resultantes de modificação de alinhamento, quer sejam aproveitadas ou não, serão alienadas nas mesmas condições do parágrafo anterior.

Art. 119. A aquisição de bens móveis, por conta ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 120. É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer função dos parques, praças, jardins, e de mais públicos, salvo os pequenos espaços destinados a instalação de microcomércio, temporário ou não.

Art. 121. O uso de bens municipais por terceiros só poderá ser feito por concessão ou permissão, a título precário e por tempo determinado, mediante autorização legislativa.

CAPÍTULO IV Das Obras e Serviços Municipais

Art. 122. Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para o trabalho da administração e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Art. 123. Nenhum empreendimento, obras ou serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual obrigatoriamente conste:

I — sua viabilidade, conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II — os meios necessários para sua execução;

III — os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV — os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação;

§ 1º — O responsável pelo descumprimento do disposto no inciso anterior, estará sujeito às penalidades legais.

§ 2º — Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, serão executados sem prévio orçamento de seu custo.

§ 3º — As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da Administração indireta, e por terceiros, mediante licitação.

Art. 124. A permissão de serviço público a título precário será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para a escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1º — Serão nulas de pleno direito as permissões e as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º — Os serviços permitidos ou cedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbido, aos que os executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para atendimento dos usuários.

§ 4º — As concorrências para concessão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade dentro do Município, além de levada a público pela imprensa e outros Municípios e Estados, mediante edital resumido.

Art. 125. As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo através, após prévio estudo e aprovação por Comissão Especial da qual participam 2 (dois) vereadores indica-

dos pelo Presidente da Câmara, e 1 (um) representante da Comunidade.

Art. 126. Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação, nos termos da Lei.

Art. 127. O Município poderá realizar obras de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim através de consórcio com outros Municípios.

CAPÍTULO V **Da Administração Tributária e Financeira**

SEÇÃO I **Dos Tributos Municipais**

Art. 128. São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrente de obras públicas, instituídas por Lei Municipal, atendidos os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual e nas normas gerais de Direito Tributário.

Art. 129. São de competência do Município os impostos sobre:

I — propriedade rural e territorial urbana;

II — transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos e sua aquisição;

III — vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto aqueles proibidos por legislação federal; e

IV — serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos em Lei Complementar prevista no artigo 146 da Constituição Federal.

§ 1º — O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social.

§ 2º — O imposto previsto no artigo II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão extinta de pessoa jurídica salvo se nesses casos a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda de bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º — A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos dos impostos previstos nos incisos III e IV.

Art. 130. As taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos à disposição pelo Município.

Art. 131. A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizada por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.

§ 1º — Poderá a Prefeitura isentar imóveis beneficiados pela valorização, desde que haja flagrante e documentada comprovação do caráter social da propriedade, ou manifesta ausência de poder aquisitivo de seu proprietário, que o impeça de saldar o débito com o Poder Público, desde que haja a prévia autorização legislativa.

§ 2º — Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos

individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 3º — as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

SEÇÃO II **Da Fiscalização Contábil, Financeira, e Orçamentária**

Art. 132. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e de todas as entidades da Administração direta, indireta e fundacional, quanto à legalidade, moralidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal.

Art. 133. Toda pessoa física ou entidade pública que arrecade, guarde, utilize, gerencie, ou administre dinheiro, bens e valores públicos municipais, ou pelos quais o município seja responsável, ou quem em nome deste assuma obrigações de natureza financeira ou patrimonial, está obrigado de prestar contas de seus atos, na forma desta Lei.

Art. 134. Quando ocorrer anulação parcial ou total de dotação orçamentária, deverá o Prefeito comunicar o fato à Câmara Municipal, dentro de 48 (quarenta e oito) horas explicando:

I — nome, código, e valor da conta anulada;

II — valor anulado;

III — nome, código e valor das contas adicionadas com valores correspondentes à anulação;

IV — data e número do instrumento legal usado na anulação.

§ 1º A fiscalização exercida pela Câmara Municipal, mediante o controle externo do Tribunal de Contas do Prefeito, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias, o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara Municipal, em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, considerando-se julgadas, nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação no prazo fixado.

§ 3º O Parecer prévio de que trata o **caput** deste artigo, somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos Membros da Câmara.

§ 4º As contas do Município ficarão durante 60 (sessenta) dias à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, podendo questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei.

§ 5º As contas da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após seu recebimento.

§ 6º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da Lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

Art. 135. O Executivo manterá sistema de controle interno a fim de:

I — criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle e regularidade à realização da receita e despesa;

II – acompanhar as execuções de programas de trabalho e orçamento;

III – avaliar os resultados alcançados pelos administradores; e

IV – verificar a execução dos contratos.

Art. 136. Os Poderes legislativo e executivo municipal manterão de forma integrada, Sistema de controle interno com o fim de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia, de gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração.

III – municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

IV – verificar a execução dos contratos;

V – apoiar o controle externo no exercício de sua missão constitucional.

Parágrafo único. Os representantes pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado sob pena de responsabilidades solidária.

SEÇÃO III

Da Receita e da Despesa

Art. 137. A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da utilização de seus bens, serviços, atividades e outros ingressos.

Parágrafo único. Não se constituir-se-ão partes da receita municipal as transferências de recursos pelo Estado e União provenientes de convênios específicos.

Art. 138. Pertencem ao Município:

I – o produto da arrecadação de impostos da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela Administração direta, autarquias, e fundações municipais;

II – cinquenta por cento (50%) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III – cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal; e

IV – vinte e cinco por cento (25%) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Art. 139. A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de Decreto.

Art. 140. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura sem prévia notificação.

§ 1º Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação vigente.

§ 2º Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado para sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

Art. 141. A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de Direito Financeiro.

Art. 142. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista crédito disponível e votado pela Câmara, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 143. Nenhuma Lei que crie ou aumente despesas será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 144. As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais, exceto quando as mesmas não mantiverem agência no Município, salvo os casos previstos em Lei.

SEÇÃO IV

Do Orçamento

Art. 145. O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará o efeito entre receita e despesa, em caso de isenções, anistia remissões, subsídios e benefícios financeiros tributários ou creditícios.

Art. 146. A Lei Orçamentária não conterá dispositivo estranhos à previsão de receita e fixação da despesa, permitidos os créditos suplementares e a contratação de operadores de crédito, ainda que por antecipação da receita, após autorização legislativa.

Art. 147. Aplicar-se-á à legislação financeira e orçamentária o disposto no art. 167 da Constituição Federal, quanto aos itens e parágrafos cabíveis.

Art. 148. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 149. A elaboração da Lei Orçamentária anual plurianual de investimentos obedecerá às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. O Poder Executivo tornará público, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 150. Os Projetos de lei relativos ao plano plurianual, orçamento anual e créditos adicionais, serão apreciados pela Comissão de Orçamento e Finanças, à qual caberá:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal; e

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara.

§ 1º As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

§ 2º As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou os projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual;

II — indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) das dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida; ou

III — sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com as disposições do texto do projeto de lei.

§ 3º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 151. A Lei Orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referentes aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta.

Art. 152. O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na Lei Complementar Federal, a proposta de orçamento anual do Município para o exercício seguinte.

§ 1º O não cumprimento do disposto no **caput** deste artigo implicará na elaboração, pela Câmara, independentemente do envio da proposta, de competente Lei de Meios, tomando por base a Lei Orçamentária em vigor.

§ 2º O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor a modificação de Projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

Art. 153. A Câmara não enviando, no prazo consignado na Lei Complementar Federal, o Projeto de Lei Orçamentária à sanção, será promulgado como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

Art. 154. Rejeitado pela Câmara, o Projeto de Lei Orçamentária prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

Art. 155. Aplicam-se ao Projeto de Lei Orçamentária, no que não contrariar o disposto nesta seção, as regras do processo legislativo.

Art. 156. O Município, para execução de projetos, programas, obras, serviços ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, deverá elaborar orçamentos plurianuais de investimentos.

Art. 157. O Orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se, discriminadamente, nas despesas, as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Art. 158. Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem Lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. 159. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que foram autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4 (quatro) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 160. Abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, como aquelas decorrentes de calamidade pública.

TÍTULO IV Da Ordem Econômica e Social

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 161. O Município, dentro de sua competência organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art. 162. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, na forma do disposto na Constituição Federal.

Art. 163. A intervenção do Município do domínio econômico terá por objetivo defender e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade social.

Parágrafo único. A ordem econômica no Município se norteará pelo respeito à propriedade privada, pela função econômica e social da propriedade, a livre concorrência, a redução das desigualdades sociais e a busca do pleno emprego.

Art. 164. O trabalho é obrigação social garantido a todos o direito ao emprego e a justa remuneração, que proporcione existência digna do cidadão no âmbito da família e da sociedade.

Art. 165. O Município considerará, o capital não apenas como instrumento produtor de lucros, mas como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo.

Art. 166. O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção, de trabalho, preço justo, facilidades para comercialização de seus produtos e bem-estar social.

Art. 167. O município manterá ampla fiscalização nos serviços públicos por ele concedidos e fará revisão de suas tarifas.

Art. 168. O município dispensará à microempresa, no porte assim definido em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivar-lhe a simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias, e creditícias, ou pela eliminação e redução das taxas, por meio de Lei.

Art. 169. É atribuição do Município, no limite de sua competência e nos setores discriminados:

I — Atividades gerais

a) conservar o patrimônio Público;

b) formar convênios com entidades públicas ou particulares consórcios com outros Municípios;

c) constituir Guarda Municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações;

d) criar Corpo de Bombeiros voluntários, nos termos das legislações federal e estadual pertinentes;

e) dispor sobre o serviço funerário e de cemitério, encarregando-se da administração da queles que forem públicos e fiscalizando os explorados pelas entidades privadas;

f) dispor sobre registro de vacinação e captura de animais;

g) fixar os feriados municipais e datas comemorativas de acordo com as tradições locais;

II — atividades urbanas:

a) condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e similares, observados as normas federais e estaduais pertinentes;

b) dispor sobre espetáculos e diversões públicas;

c) disciplinar a comercialização de bens e serviços;

d) regulamentar, autorizar e fiscalizar a fixação de cartazes e anúncios bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda;

e) disciplinar a utilização de vias e logradouros públicos;

f) disciplinar o comércio ambulante;

g) interditar edificações em ruínas em condições de insalubridade;

h) estabelecer e implantar a política de educação para o trânsito;

i) fiscalizar o uso e o armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins;

III — atividades econômico-sociais:

a) regulamentar a concessão de auxílio e subvenções;

b) dispor sobre a permissão e concessão de serviços públicos;

c) estabelecer normas para a concessão de direito real de uso de bens municipais;

d) disciplinar a alienação e cessão de bens imóveis;

e) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

f) adquirir ou alienar bens, mediante autorização legislativa;

g) desapropriar bens por necessidade, utilidade pública ou interesse social mediante autorização legislativa;

h) criar tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e remissão de dívidas, mediante autorização legislativa;

i) obter e conceder empréstimos e realizar operações de créditos, bem como dispor sobre a forma e os meios de seu pagamento, mediante autorização legislativa.

CAPÍTULO II

Da Previdência e Assistência Social

Art. 170. O Município, dentro de sua competência, criará o fundo de previdência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem este objetivo.

§ 1º Caberá ao Município promover e executar as obras que, por sua natureza, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º O plano de assistência social do Município, nos termos que a Lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando um desenvolvimento social harmônico, consoante o previsto no art. 203 da Constituição Federal.

Art. 171. Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de seguridade social estabelecidos em Lei Federal.

GAPÍTULO III

Da Saúde

Art. 172. A saúde é direito de todos e dever do poder público e comunitário, assegurada mediante políticas que visem a prevenção e/ou a eliminação dos riscos de doenças e outros agravos, com acesso universal e igualitário dos munícipes às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 1º As ações e serviços de saúde são de natureza pública.

§ 2º O Município disporá, nos termos da lei, sobre a regulamentação, fiscalização, e controle das atividades de saúde pública.

§ 3º O Município promoverá:

I — a formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário;

II — os serviços hospitalares indispensáveis, em cooperação com a União e o Estado e também com as empresas privadas e entidades filantrópicas.

III — o combate às moléstias específicas e contagiosas;

IV — o combate ao uso de tóxicos.

Art. 173. É responsabilidade do Município, dentro das seguintes atividades:

I — saúde e assistência social

a) cuidar da saúde e prestar assistência social;

b) integrar o Sistema Único de Saúde, implementando no âmbito do Município, as ações e serviços sob sua responsabilidade, com a cooperação técnica e financeira do estado e da União;

c) coordenar e executar os programas de assistência social, observando as normas federais e estaduais;

II — saneamento;

a) formular e implantar a política municipal de saneamento, bem como controlar e avaliar o seu cumprimento observadas, em especial, as diretrizes do desenvolvimento urbano;

b) planejar, executar, operar e manter os serviços de abastecimento de água, esgoto sanitário e de drenagem;

c) — estabelecer áreas de preservação das águas utilizáveis para o abastecimento da população;

d) implantar sistemas de alerta e defesa civil para garantir a segurança e a saúde pública quando de eventos hidrológicos indesejáveis e outros fenômenos naturais;

e) fiscalizar o uso das águas destinadas ao abastecimento público e industrial e de irrigação, assim como promover o combate às secas e às inundações.

Art. 174. O Poder Público Municipal manterá programas permanentes de educação e saúde na cidade e na zona rural, visando não só a erradicação das doenças existentes, mas também a promoção de campanhas de medicina preventiva.

§ 1º Farão parte deste programa a formação de novos agentes de saúde e a instalação de postos de atendimento, sobretudo no interior, equipados para atender casos de primeiros socorros com medicamentos e aparelhos de medir pressão e a temperatura, podendo ser administrados pela Prefeitura ou pela própria comunidade, por delegação do Poder Municipal.

§ 2º Para encaminhamento da campanha de medicina preventiva, a Prefeitura dará prioridade à abertura de poços artesianos que atendam ao abastecimento das pequenas comunidades do interior e bairros da cidade onde falte água diariamente, viabilizando também convênios para tratamento de água e esgoto.

§ 3º Manutenção de uma equipe médica e odontológica em regime de visitas periódicas nas escolas da cidade e do interior, destinada a atender à clientela estudantil.

Art. 175. O Município cuidará do desenvolvimento das obras e serviços relativos ao saneamento e urbanismo, com a assistência da União e do Estado, sob condições estabelecidas na Lei Complementar Federal.

Art. 176. O direito à saúde implica nos seguintes direitos fundamentais:

I — condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte, e lazer;

II — respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

III — opção quanto ao planejamento familiar e tamanho da prole, de conformidade com a ética médica;

IV — acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação; e

V — proibição de cobrança do usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde pública.

Art. 177. As ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o Sistema Municipal de Saúde e organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I — distritalização dos recursos, técnicas e práticas; e

II — integralidade na prestação das ações de saúde, adequadas às realidades epidemiológicas locais.

Art. 178. O Sistema Municipal de Saúde será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da seguridade social, da União, além de outras fontes.

§ 1º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.

§ 2º As instituições privadas poderão participar, de forma suplementar, do Sistema Municipal de Saúde, mediante contrato público ou de direito privado e convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

CAPÍTULO IV

Da Família, da Educação, da Cultura e dos Desportos

Art. 179. O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras, e da cultura em geral, observando o disposto na Constituição Federal.

§ 1º A Lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

§ 2º Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Art. 180. O dever do Município com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I — ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II — progressiva extensão da obrigatoriedade e ao ensino médio;

III — atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV — atendimento em creche e pré-escolar às crianças de zero a seis anos de idade regulamentando a legislação específica atinente a estes valores; e

V — atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, acionável mediante mandado de injunção.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório do Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade de autoridade competente.

Art. 181. O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

Parágrafo único. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

Art. 182. Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias ou

filantrópicas, definidas em Lei Federal e conforme Lei Municipal que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; e

II — assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária ou filantrópica ou ao Município, no caso de encerramento de suas atividades.

Art. 183. Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental na forma da Lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver faltas de vagas em cursos regulares da rede pública na localidade de residência do educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na

expansão de sua rede na localidade.

Art. 184. O Município manterá o professorado municipal em nível econômico social, e moral à altura de suas funções.

Art. 185. O Município aplicará anualmente, nunca menos do que limites estabelecidos nos arts. 212 da Constituição Federal e 60 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias do mesmo Diploma, na manutenção e desenvolvimento do ensino, sob pena de intervenção.

Art. 186. O Estatuto de carreira do Magistério e do pessoal técnico administrativo da rede municipal de ensino, serão elaborados com a participação de entidades representativas desses trabalhadores, considerados os planos nacionais de carreira e assegurados o mínimo:

I — piso salarial para todo o magistério, de acordo com o grau de formação;

II — condições de reciclagem à atualização permanente, com direito regulamentado em Lei, afastamento das atividades docentes sem perda de remuneração, por motivos relevantes devidamente comprovados; e

III — aposentadoria observado o disposto na Emenda Constitucional nº 20/98.

Art. 187. Cabe ao Município a responsabilidade pelo incentivo, incremento, integração e promoção do esporte amador local e do lazer para os munícipes.

Art. 188. O Município dispensará proteção especial à família, assegurando-lhe condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao seu desenvolvimento, segurança e estabilidade.

§ 1º A lei disporá sobre assistência aos idosos, à maternidade, e aos excepcionais.

§ 2º Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual, dispondo sobre a proteção à infância, à juventude, e às pessoas portadoras de deficiências.

§ 3º Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras medidas as seguintes:

I — ação contra os males que se justificam insustentáveis da dissolução da família;

II — estímulo aos pais e às organizações sociais para a formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

III — colaboração com as entidades assistenciais que visem à educação e proteção da criança;

IV — amparo às pessoas idosas assegurando sua participação na comunidade defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida;

V - colaboração com a União, com o estado e com outros Municípios para solução do problema dos menores desamparados.

dos ou desajustados através de processos adequados de permanente recuperação; e

VI - será obrigatória para o exercício dos cargos de direção de creche e pré-escola a formação profissional em Pedagogia ou equivalente.

Art. 189. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições;

I — cumprimento das normas gerais de educação nacional; e

II — autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

Art. 190. O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance, as organizações beneficentes, culturais, e amadoras, nos termos da lei, sendo que os amadores, e colegiais terão prioridades no uso de estádios, ginásios, esportivos e instalações de propriedade do Município.

CAPÍTULO V Da Política Urbana

Art. 191. O Município, em conjunto com a União ou isoladamente, promoverá programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais e de

saneamento básico, incentivando a participação do setor privado e a formação de cooperativas população populares de habitação.

Art. 192. É responsabilidade do Município, no limite de sua competência e nos seguintes setores:

I — atividades urbanas:

a) Promover a limpeza das vias e logradouros públicos, bem como a remoção, e disciplinamento do destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

II — habitação:

a) elaborar e implementar a política municipal de habitação, de acordo com as diretrizes do desenvolvimento urbano;

b) promover programas de construção de moradias, a regularização de posse de imóveis e a melhoria habitacional para a população de baixa renda;

III — transportes e vias públicas:

a) planejar, gerenciar e fiscalizar o transporte coletivo e o trânsito, bem como dotá-los da infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento, respeitadas as diretrizes da legislação federal e o desenvolvimento urbano;

b) operar e controlar o trânsito e o transporte coletivo dentro dos limites municipais;

c) explorar o serviço de transporte coletivo de passageiros por ônibus e táxi, diretamente ou mediante concessão ou permissão;

d) definir o percurso, os pontos, as frequências e as tarifas do transporte coletivo de passageiros por ônibus e táxi;

e) prestar, direta ou indiretamente, serviço de transporte escolar na zona rural;

f) organizar e gerenciar, quando for o caso, o transporte coletivo local de passageiros por hidrovia ou via férrea;

g) estabelecer e implantar a política de educação para segurança do trânsito, em comum com a União e o Estado.

h) Organizar e gerenciar fundos de vendas de passes e vales-transporte;

i) Administrar terminais rodoviários de passageiros e cargas;

j) Administrar fundos de melhoria de transportes coletivos provenientes de receitas de publicidade do sistema de aluguel de lojas nos terminais, receitas diversas, taxas de serviços de embarque rodoviário e outras taxas de serviços de embarque rodoviário e outras taxas que venham a ser estabelecidas por Lei;

l) planejar o sistema viário e a localização dos polos geradores de tráfego e transporte;

m) planejar a abertura e pavimentação de vias urbanas e estradas vicinais;

n) disciplinar e fiscalizar o uso do sistema viário; e

o) disciplinar os serviços de cargas e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulam em vias públicas municipais.

Art. 193. O direito da propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo do seu limite e seu uso da conveniência social.

Parágrafo único. O Município poderá, mediante lei específica, exigir, nos termos da legislação federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I — parcelamento ou edificação compulsória;

II — imposto sobre propriedade predial e territorial urbano progressivo no tempo; e

III — desapropriação, do pagamento mediante título de dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até (10) anos em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurado o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 194. São isentos de tributos os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados nos serviços da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

Art. 195. Aquele que possuir, como sua, área urbana de até 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados, por 5 (cinco) anos, interruptadamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem à mulher, ou a ambos independentemente de estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Art. 196. O Município deverá garantir o livre acesso de todos os cidadãos às praias, proibindo, nos limites de sua competência, quaisquer edificações particulares.

CAPÍTULO VI Da Agricultura e do Meio Ambiente

Art. 197. *Suprimido

Art. 198. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-lhe ao Poder Público Municipal o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I — preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qual é da vida e o meio ambiente;

III – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

IV – proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade;

V – proteger o meio ambiente, inclusive o do trabalho, e combater a poluição em qualquer de suas formas, em comum com a União e o Estado;

VI – preservar as florestas, a fauna, a flora e os demais recursos naturais, em comum com a União e o Estado;

VII – definir áreas a serem protegidas ou conservadas;

VIII – estabelecer, controlar, fiscalizar e manter a população informada sobre padrões de qualidade ambiental;

IX – formular e implantar a política do meio ambiente, observadas as normas federais e estaduais sobre a matéria;

X – exigir, para instalação de obra ou atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, o relatório de impacto sobre o meio e as medidas necessárias à proteção ambiental;

XI – promover em todos os níveis e modalidades de ensino a educação e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

XII – promover medidas judiciais e administrativas de responsabilidade dos causadores da poluição ou da degradação ambiental;

XIII – estimular e promover o reflorestamento das espécies nativas em áreas degradadas, com a recuperação da vegetação em áreas urbanas e das matas, em especial as ciliares e as várzeas, e proteger os mangues e as encostas;

XIV – controlar e fiscalizar a produção, a estocagem e a comercialização de substâncias poluentes e a utilização de técnicas, métodos e instalações que comportem risco efetivo ou potencial para qualidade de vida e para o meio ambiente natural e do trabalho;

XV – disciplinar nas vias públicas o transporte, a carga, a descarga e o armazenamento de materiais tóxicos, inflamáveis, radioativos, corrosivos e outros que possam constituir fontes de riscos de vida à população, bem como disciplinar local de estacionamento ou pernoite dos veículos utilizados para esses fins;

XVI – registrar, acompanhar e fiscalizar a concessão de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

Art. 199. O Município promoverá a política de desenvolvimento agrícola de acordo com as aplicações econômicas e sociais dos recursos materiais mediante a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Agrícola.

§ 1º O Plano de Desenvolvimento Agrícola será elaborado, executado e avaliado por um conselho de Desenvolvimento Agrícola, composto pelo Secretário Municipal de agricultura, representantes de associações rurais e sindicatos e de um membro de Poder Legislativo Municipal.

§ 2º Toda a política agrícola terá como objeto principal o estímulo ao colono e sua família, visando ao seu desenvolvimento, inclusive com uma política rural de saúde e educação.

§ 3º A Secretaria Municipal de Agricultura desenvolverá programas para a produção de mudas arbustivas e frutíferas, que serão vendidas a preços módicos aos produtores rurais, bem como atenderão aos Programas de florestamento e reflorestamento.

§ 4º A Secretaria de Agricultura do Município poderá reunir o Conselho para, com a presença da maioria simples de seus membros, excluir ou demitir determinado representante que não esteja colaborando ou participando dos trabalhos ou das reuniões, procedendo a sua devida substituição.

Art. 200. O Município criará condições e meios para que os órgãos responsáveis promovam a proteção dos lagos das zonas rural e urbana, com objetivo de proibir a pesca predatória.

§ 1º – A intervenção do Município, no que dispõe este artigo dependerá da prévia solicitação dos moradores da localidade que estiver sendo depredada.

§ 2º – O objetivo do presente artigo visa à preservação do pescado como meio de subsistência das comunidades e terá sua política municipal definida em lei específica.

Art. 201. O Município participará das políticas de pesca e fundiária, observando o disposto no art. 187 da Constituição Federal, e art. 123 da Constituição Estadual, obedecendo os seguintes preceitos:

I – controle da produção, da comercialização e do emprego de técnicas que comprometam a vida, a qualidade de vida, e o meio ambiente;

II – promoção da educação ambiental na rede de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente;

III – elaboração de lei que disponha sobre o uso do fumo nas repartições municipais;

IV – proteção à fauna e à flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécimes ou submetam os animais à crueldade;

V – estabelecimento de padrões de qualidade ambiental e de penas para o infrator, pessoa física ou jurídica, com sanção penal e administrativa, independentemente da obrigação de reparação dos danos causados;

VI – desestímulo às atividades que estejam em desacordo com a vocação e aptidões do solo e que, de qualquer maneira, possam agredir o meio ambiente; e

VII – repressão ao uso do solo nas áreas consideradas de preservação permanente, nos termos da Lei Federal.

TÍTULO V

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 1º – Todas as atividades de promoção do desenvolvimento rural do Município deverão constar do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, que, aprovado formalmente pela Câmara de Vereadores, identificará os principais problemas e oportunidades existentes, proporá soluções e formulará planos de execução.

Art. 2º – O Município destinará no mínimo 5% (cinco por cento) de seu orçamento anual para aplicação no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 3º – Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Agrícola, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a regulamentação de suas atribuições.

Art. 4º – Incumbe ao Município:

I – consultar permanentemente a opinião pública sobre os assuntos de superior interesse da coletividade e divulgar, com a devida antecedência, os Projetos de Lei, permitindo à população a apresentação de sugestões;

II – adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente nos termos da lei, os servidores faltosos; e

III – facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como as transmissões pelo rádio e televisão.

Art. 5º – É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes à administração municipal.

Parágrafo único. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação de atos ilegais ao patrimônio municipal.

Art. 6º – A Consultoria e Assessoria Jurídica do Poder Legislativo serão exercidas pelo Procurador da Câmara, admitido mediante concurso público subordinado à Mesa Diretora da Câmara.

Parágrafo único. São requisitos obrigatórios para o preenchimento dos cargos de que dispõe o **caput** deste artigo:

I – ser maior de 35 (trinta e cinco) anos; e

II – ter mais de 5 (cinco) anos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Roraima.

Art. 7º – O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 8º – os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal.

§ 1º – As associações religiosas e particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, porém fiscalizados pelo Município.

§ 2º – Excluem-se para os efeitos deste artigo, os históricos cemitérios rurais e indígenas.

Art. 9º – * Suprimido

Art. 10. A partir da promulgação desta Lei Orgânica ficam canceladas todas as autorizações, concessões ou permissões de uso de bens públicos fornecidos a terceiros.

Art. 11. É vedada a extração de areia, pedra, seixo e outros minerais dentro do perímetro urbano do Município sem prévia autorização do Poder Executivo.

§ 1º – No prazo de 60 (sessenta) dias a contar da promulgação desta lei, cessarão todas as concessões ou permissões para extração de recursos minerais dentro do perímetro urbano municipal.

Art. 12. É anistiado todo e qualquer débito com a municipalidade não cobrado até a data de promulgação desta lei.

Parágrafo único. Incluem-se neste benefício de anistia os débitos decorrentes de qualquer espécie, inclusive os inscritos em dívida ativa e os decorrentes de processos jurídicos ainda não julgados.

Art. 13 – * Suprimido

Art. 14 – * Suprimido

Art. 15 – * Suprimido

Art. 16 – * Suprimido

Art. 17 – * Suprimido

Art. 18 – * Suprimido

Art. 19 – * Suprimido

Art. 20 – * Suprimido

Art. 21 – * Suprimido

Art. 22 – * Suprimido

Art. 23 – * Suprimido

Art. 24 – Esta Lei Orgânica, emendada e aprovada e assinada pela Câmara Municipal de Caracarái, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Promulgada 20-6-1982. Legislatura 2001 a 2004

Mesa Biênio 2001 a 2002. Emen da da 27-12-2000.

Luiz Rodrigues Pereira, Presidente – **Dormeival Xavier de Souza**, 1º Secretário – **Valtervânia Nelis de B. Pereira**, 2ª Secretária.

Vereadores

Adjalma Gonçalves – Antônio de Carvalho Bezerra – Cinara Cardoso da Costa – Edgard Teodoro de M. Filho – Gildecio Barbosa Silva – Jozimar Severo de Oliveira – Raimundo Nonato Brandão – Roosevelt A. G. de Freitas – Valdemar Januário dos S. Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – V. Exª será atendido na forma do Regimento Interno.

De acordo com as normas regimentais, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Lindberg Cury, Sras e Srs Senadores, o meu discurso hoje trata da vulnerabilidade externa da economia brasileira, que não é um tema novo. Há muitos anos, diversos críticos da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso, conduzida pelo Ministro Pedro Malan, vem apontando as suas inconsistências e insuficiências em matéria de ajustamento externo e de diminuição da dependência do País em relação ao capital externo. Eu mesmo abordei esse tema em mais de uma ocasião, seja da tribuna, seja na Comissão de Assuntos Econômicos. O Governo não tem dado a devida importância à questão.

A **Folha de S. Paulo** dessa última segunda-feira, em matéria do jornalista Nei Hayashi da Cruz, da sucursal de Brasília, trouxe elementos novos para essa discussão. Pela primeira vez, veio a público, ainda que de maneira informal, um levantamento bastante abrangente do Banco Central, que evidencia, com bastante clareza, o estrago feito desde 1995, primeiro ano do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em matéria de aumento da dependência e vulnerabilidade financeira do Brasil. Não é por acaso que o Brasil tem se mostrado tão suscetível a choques externos provocados pela Argentina ou originados de outras áreas da economia mundial.

O Banco Central construiu uma série de indicadores relativos que mostram a extensão dos problemas acumulados nessa área desde 1995. Os indicadores que comparam serviço da dívida externa, ou despesas de juros ou dívida externa com o PIB ficam

prejudicados pela acentuada variação da taxa de câmbio real nesse período, mas vale a pena observar aqueles indicadores que relacionam a dívida externa e o seu serviço a outras variáveis relevantes medidas em dólares – as exportações e as reservas, por exemplo.

Gostaria de mencionar alguns deles. O serviço da dívida externa (juros mais amortizações) representava 46,1%, em 1995. No ano passado, Sr. Presidente, chegou a 101,7%! Portanto, mais do que dobrou, proporcionalmente. Os juros, isoladamente, aumentaram de 22,4% para 31,8% no mesmo período. Em 1995, seriam necessários 2 anos de exportações para pagar a dívida externalíquida. Em 2000, seriam necessários 3 anos e meio. Em 1995, as reservas do Brasil correspondiam a 31,7% da dívida externa bruta. Em 2000, apenas 14%. Em suma, uma deterioração acentuada dos indicadores de vulnerabilidade externa. O Banco Central prestaria um serviço à análise dos problemas financeiros brasileiros e à própria formulação da política econômica se passasse a divulgar regularmente essas informações, incorporando-as às suas publicações mensais. Seria importante, também, realizar e divulgar não apenas o levantamento da dívida externa propriamente dita, mas do conjunto dos passivos externos do País (incluindo obrigações financeiras, investimentos diretos e investimentos de portfólio).

Aliás, Sr. Presidente, vou formalizar aqui essa sugestão ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, pois vou encaminhar um requerimento de informações para que obtenhamos, no Senado Federal, essa informação regularmente.

Na semana passada, o Ministro Pedro Malan, ao comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, procurou ditar regras e dar lições de austeridade e de série de que não são condizentes com os resultados desta evolução de dependência crescente da economia brasileira. Quando perguntado sobre se o acordo do Governo com o FMI incluiu algum entendimento sobre acordos comerciais, ele negou veementemente. Temos, entretanto, preocupação face à evolução recente dos fatos.

As conseqüências dos déficits de balanço de pagamentos e da dependência financeira externa podem ser graves. Ainda nesta semana, tivemos exemplo disso. No momento do anúncio do novo acordo do Fundo Monetário Internacional com a Argentina, o governo dos Estados Unidos resolveu estabelecer, de forma inusitada, uma ligação explícita entre o seu apoio às pretensões da Argentina, apoiada pelo Brasil, no que diz respeito a empréstimos adicionais do FMI e o interesse norte-americano em acelerar as negociações da Área de Livre Comércio das Américas – Alca.

Anteontem, o representante do governo dos Estados Unidos para assuntos de comércio, Robert Zoellic, divulgou a seguinte nota oficial, da qual gostaria de citar uma passagem: "(...) Em conjunção com o apoio do governo dos EUA para o acordo do FMI com a Argentina, terei prazer em encontrar-me com os ministros responsáveis pelo comércio da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A finalidade desse encontro seria buscar o nosso interesse comum no livre comércio (...) Áreas de discussão incluiriam o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais na Organização Mundial de Comércio, a negociação da Área de Livre Comércio das Américas e outras possibilidades (...)". O encontro está previsto para o mês de setembro.

Não é nada como se estivesse a estabelecer uma ligação tão clara entre a fragilidade financeira de um país, no caso, a Argentina, e, em menor medida, o Brasil, e a busca dos objetivos comerciais dos EUA. O governo dos EUA e a maior parte das grandes corporações daquele país estão empenhados em obter uma área de livre comércio com o Brasil e outros países americanos. E tal é o esforço que realiza o governo dos Estados Unidos com o apoio do Congresso norte-americano que, ainda hoje, tivemos em visita à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado oito representantes da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, que expressaram o interesse de acelerar a formação da Área de Livre Comércio das Américas.

E nós, brasileiros, precisamos, sem dúvida, discutir esse assunto. O Senado Federal precisa acompanhar esses temas com grande atenção. Por isso, estou insistindo para que a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Relações Exteriores comecem, o quanto antes, a promover uma série de audiências públicas e debates com negociadores governamentais, empresários, trabalhadores e especialistas para aprofundar a discussão desses temas.

Sr. Presidente, ao concluir, ressalto o quanto importante é a reivindicação, o movimento, a aspiração dos servidores públicos federais. É preciso que o Governo Fernando Henrique Cardoso estabeleça com os servidores públicos uma relação de respeito e de prioridade. Não pode o Presidente Fernando Henrique Cardoso simplesmente destruir o ânimo, a energia, a vontade, a disposição daqueles que trabalham no Poder Público Federal. Na hora de estabelecer prioridade para pagar os serviços da dívida interna ou externa brasileira, todo o esforço é feito pelo Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo Ministro do Planejamento, Martus Tavares. Na hora de estabelecer ajuda para as instituições financeiras em dificuldades, cria-se com rapidez extraordinária um Proer com bilhões de reais que são canalizados por medida provisória. Na hora de estabelecer o apoio necessário para viabilizar a privatização do patrimônio público, muitas vezes o Governo abriu as comportas do BNDES e de

outras instituições para dar apoio a empresas privadas que participaram dos leilões de privatização. E assim por diante. Mas, passa dos setes anos sem reajuste para o servidores públicos federais, o Governo tem atitudes de austeridade que se contrapõem àquilo que normalmente ocorre com os demais segmentos da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, a **Folha de S.Paulo** de hoje publica um artigo do economista Paulo Nogueira Batista Jr. em defesa do funcionalismo público, e eu peço a sua transcrição como parte do meu pronunciamento,

O GOVERNO federal anunciou anteontem um reajuste geral de 3,5% para o funcionalismo em 2002, além de gratificações de desempenho para parte do quadro ativo e outras reposições salariais. Representantes dos funcionários consideraram o anúncio uma provocação e mantiveram a greve programada para ontem. O próprio presidente da República reconheceu que os servidores têm razão de reclamar dos salários.

O percentual de reajuste é muito modesto, para dizer o mínimo. O governo tomou por base a inflação prevista pelo Banco Central para o ano que vem. Contudo a credibilidade dessa previsão é decrescente. Nos últimos 12 meses, os índices de preços ao consumidor estão registrando variação acumulada entre 6% e 9%. Segundo informações preliminares, o último acordo do Brasil com o FMI, recentemente anunciado, reviu para cima a trajetória da inflação em 2001 e 2002.

Desde o seu início, em janeiro de 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso tem tratado os seus funcionários com grande avareza. Perdeu-se de vista um fato elementar: o Estado é uma abstração jurídica, que se materializa sobretudo por meio da ação do seu corpo de servidores permanentes.

Logo no início da gestão FHC, Osiris Lopes Filho, secretário da Receita Federal no governo Itamar, fez uma profecia terrível: "Este governo já fracassou; agredir tão sistematicamente os interesses dos seus empregados condena qualquer governo ao insucesso".

• A profecia se confirmou. O governo FHC desenvolveu com os servidores federais uma relação contraproducente, de hostilidade e desconfiança. Não soube mobilizar as suas energias e a sua iniciativa. Ao contrário, criou um

ambiente de apatia ou de revolta e ressentimento. Prejudicou, assim, as suas condições de funcionamento.

Os funcionários não deixaram de notar que, enquanto grande parte do quadro permanecia sem reajuste desde 1995, serviços públicos privatizados tiveram a correção de suas tarifas garantida por contrato. O argumento da escassez de recursos, sempre trazido à baila para negar ou restringir o reajuste salarial dos servidores, nunca era obstáculo para a ampliação de despesas de outro tipo, como o socorro a bancos quebrados ou o pagamento dos juros da dívida pública, inflados pela extravagante política monetária do Banco Central.

A remuneração insuficiente não é o único problema do funcionalismo. Muitas áreas da máquina pública padecem de escassez de recursos materiais, como equipamentos e sistemas de informação. Os planos de carreira e de treinamento são, em geral, insufi-

solicitando a atenção e o respeito do Governo Fernando Henrique Cardoso para com as reivindicações justas dos servidores públicos federais que se encontram em movimento de protesto e com muita justiça. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Em defesa do funcionalismo público

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

cientes em termos de quantidade e qualidade. A atuação do funcionário sofre, ademais, frequentes interferências políticas espúrias, que visam proteger ou favorecer interesses poderosos. Enfim, o funcionário público tem sido tratado como cidadão de segunda classe.

Tudo isso só foi possível porque, nos últimos 10 ou 15 anos, prevaleceu no Brasil, assim como em muitos outros países, uma atitude "estadofóbica", isto é, de grande aversão e preconceito em relação ao setor público. Como observou o economista norte-americano James Tobin, não se levou na devida conta o fato de que as economias vitoriosas na Guerra Fria não foram economias puras de mercado, mas economias mistas, nas quais o Estado e os seus funcionários desempenham papel crucial.

No Brasil, áreas vitais da máquina pública sofreram enorme desgaste. Não escaparam disso nem mesmo setores que o próprio

pensamento econômico liberal geralmente reconhece como órbita do setor público. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a Receita Federal, o Banco Central e a segurança pública e a defesa terna do país.

Os insucessos do governo Fernando Henrique Cardoso já duziram, entretanto, o início uma reavaliação desses problemas. Os preconceitos dos anos estão se desfazendo aos poucos.

Os brasileiros começam finalmente a perceber que não há sociedade civilizada nem economia de mercado eficiente sem aparato estatal moderno e funcionários públicos bem remunerados, prestigiados e solidários com a ação do governo.

Paulo Nogueira Batista Jr., 46, é mista e professor da Fundação Getúlio Vargas-SP, escreve às quintas-feiras na coluna. É autor do livro "A Economia Brasileira" (Boitempo Editorial, São Paulo: 2001).

@ → E-mail - pnbjr@attglobal.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Goelbels afirmava que a mentira repetida cem vezes torna-se verdade. Tenho repetido centenas de vezes a verdade, mas ela não se torna realidade.

Mais uma vez, falarei sobre a situação dramática que vive o Estado de Rondônia. Inicialmente, gostaria de me solidarizar com os servidores públicos do Estado de Rondônia, sobretudo os servidores federais, que há sete anos não têm corrigidas suas remunerações. De acordo com a Constituição Federal, essa reposição deveria ser anual, mas, infelizmente, a política governamental impiedosa e implacável contra o servidor, nesse processo de desmonte do Estado brasileiro, ataca exatamente o elo mais frágil, o do prestador de serviços essenciais à população, que mereceria sobretudo a justa remuneração, nada mais do que isso, por um princípio de justiça. Solidarizo-me também com os servidores estaduais demitidos no meu Estado. Com certeza, a Justiça tarda, mas não falha. Ela irá prevalecer, mesmo depois de muitos malefícios e prejuízos irreparáveis. Se não acreditássemos na Justiça, não acreditaríamos no Estado de Direito, na democracia, enfim, na aquilo que é essencial à República Nacional.

Sr. Presidente, neste momento, mais uma vez, tratarei da Medida Provisória nº 2.166 – antes, na linguagem que se tornou conhecida, sobretudo em Rondônia, Medida Provisória nº 2.080. Essa medida proíbe o corte raso sobre 80% das propriedades particulares do Estado de Rondônia e, por consequência, a exploração viável da floresta. É inconcebível que alguém possa sobreviver ou se desenvolver econômica e socialmente como quer o Estatuto da Terra – e falo isso sobretudo na colonização oficial –, que prevê que o módulo rural é a terra cuja renda proporciona a subsistência e o desenvolvimento econômico e social de uma família, a fim de que essa se integre na cadeia produtiva.

Ora, Sr. Presidente, o que se quer – já disse e repito – é reduzir o nosso produtor rural do Estado de Rondônia a um guarda florestal gratuito, sem qualquer remuneração. Se em contrapartida à proibição de explorar a terra lhes dessem um salário de sobrevivência, poderíamos exigir essa atitude heróica das sentinelas da Pátria que fizeram Brasil aqueles imensos páramos remotos. Mas, não se lhes dá nada em troca. Eles são proibidos de explorar a terra, o que quer dizer um despejo velado; pura e simplesmente,

despeja-se o homem que foi fazer Brasil aquele solo nacional.

Hoje, mais do que nunca, estamos chegando aos limites da tolerância. Não se pode mais suportar essa pressão que vem do Ibama, que proíbe e impõe multas, muitas vezes superiores ao valor da terra, da propriedade; são impagáveis, é verdade, mas ameaçam a paz, a concórdia, a tranquilidade e – por que não dizer – a produção dessa gente brasileira que mora em Rondônia, o meu Estado.

Lutamos em audiências públicas por uma solução razoável, de bom senso e mesmo aceita pelos organismos internacionais, que é o zoneamento econômico-ecológico do Estado de Rondônia. O Banco Mundial, a cujas propostas e soluções não tenho respeito ou devoção maior, é o representante dos credores, daqueles que financiaram os gastos inclusive por meio do Pólo Noroeste ou do Planaflores. Essa gente está de acordo, isto é, deu seu aval. Sabemos o poder imenso que têm os credores sobre os devedores. Entretanto, há uma resistência maior por parte do Ministério do Meio Ambiente, indecifrável. Não há razão que consiga estabelecer os motivos e as causas que levam simplesmente o Ministério do Meio Ambiente, sobretudo por intermédio do Conam, a opor um embaraço brutal e definitivo contra a aprovação do zoneamento econômico-ecológico do Estado de Rondônia. Quanto a esse zoneamento, Sr. Presidente, é preciso que a Nação saiba a proposta feita à sociedade de Rondônia por meio da Assembléia Legislativa, que votou a lei e tem competência para fazê-lo, segundo a divisão de competências do pacto federativo pela qual cabe aos Estados também legislar sobre meio ambiente de maneira supletiva e concorrente. No Estado de Rondônia, que é uma unidade federada, a Assembléia Legislativa, ouvindo milhares de pessoas, as associações, as lideranças, todos os que foram consultados, depois de fazerem uma radiografia da realidade, depois de se mostrar o que já foi ocupado, explorado e, sobretudo, depois de reconhecer a realidade fática – porque, quanto aos fatos, nós não podemos ter divergências; não podemos imaginar que 80% da exploração signifique apenas 20% e que se possa voltar e mudar essa realidade, como se pudéssemos desenhar no papel a realidade da exploração no Estado de Rondônia. Todos os Estados foram obrigados, inclusive, a explorar, no mínimo 50%, sob pena de não receber a titulação. Essa era a regra imposta pelo Incra. Quem não explorasse no prazo de cinco anos, necessariamente, não receberia a titulação e poderia ser removido da gleba. Ora, depois de cumprirem essa obrigação, incorporando ao solo,

suor, sangue e trabalho, modificando a paisagem, humanizando-a, tornando a paisagem hostil em familiar ao convívio, à exploração, àquilo que se chama harmonia cósmica entre o homem e a terra; porque foi esse trabalho que modificou a paisagem, possibilitando a ocupação e uma vida digna, hoje é apenado por essa medida provisória, que agora quer voltar atrás, como se não houvesse um princípio elementar de Direito, de que a lei não retroage, a não ser no Direito Penal, para beneficiar o réu; ou, excepcionalmente, em matéria de outros processos, sempre para beneficiar aquele que foi prejudicado.

Ora, nessas circunstâncias não se pode falar em retroagir a lei, porque brada a Constituição, com todas as letras, no art. 5º, inciso XXXVI, que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Está escrito. Mas para Rondônia não vale; Sr. Presidente. Todos os agricultores, hoje, que quiserem obter um financiamento, via FDO, um fundo especial do Norte, destinado a promover o desenvolvimento rural, têm que averbar 80% de cobertura florestal.

Como averbar 80% de cobertura florestal se ela não existe, se no mínimo o agricultor seria obrigado a derrubar 50% da sua gleba para torná-la produtiva? Como voltar no tempo e apagar essa realidade de que foi tão dura, tão difícil? Quantos foram sepultados ao pé da gleba, porque a malária foi implacável e devoradora? Quantos sucumbiram por falta de assistência médica, ou porque as estradas levavam a caminhos tortuosos, esburacados, sem acesso e cheios de atoleiros? E aqueles doentes, que morreram na rede que os conduziam, muitas vezes sem poder chegar ao hospital, sem assistência médica, em geral?

Então, o que se quer, Sr. Presidente, é despejar essa gente? É preciso ter a coragem de efetuar o despejo, mas há uma resistência, por parte do Ministério do Meio Ambiente, de entender essa realidade que chega a ser surrealista, caprichosa, irracional, escusa, porque ela não atende aos interesses do Brasil, do povo brasileiro, mas sim, talvez, das potências que querem preservar a Amazônia como uma reserva territorial para as suas gentes, para os seus povos, no futuro, ou as águas, que são abundantes e de ótima qualidade. Então, Sr. Presidente, temos que debelar, que diminuir, com todas as forças dos nossos atos e das palavras, essa oposição do Ministério do Meio Ambiente.

Ainda ontem, aqui na Câmara dos Deputados, em reunião de algumas Comissões, especialmente da Comissão de Agricultura, esteve presente o Sr. Ministro que, simplesmente, quer que Rondônia modifi-

que, agora, e se ajuste à vontade externa, e não à vontade nacional, não à vontade do povo de lá, que também é parte e tem que falar e ser ouvido. Ele quer que se façam novos ajustes para aprovar o Zoneamento Econômico Ecológico.

Não temos mais nada a fazer! Oferecemos à Nação, Sr. Presidente, 70% do território do Estado de Rondônia para a preservação. Vamos preservar a cobertura florística sobre 70% do Estado de Rondônia. Em algumas áreas onde a presença antrópica está mais visível, vamos realmente preservar apenas 20%. Em outras áreas, 100%. São 53 unidades de preservação. Além dessas unidades de preservação, há zonas em que é proibido o abate da floresta, em qualquer percentual, em qualquer porção, quer dizer, mantendo integralmente a floresta.

É por isso, Sr. Presidente, que temos de buscar uma solução racional, a partir da realidade, a partir daquilo que existe. Não podemos ignorar, como sempre ignoramos a Amazônia, e ignorar, inclusive, esse processo de ocupação havido que está gerando riqueza. Hoje, são mais de um milhão e meio de pessoas que estão vivendo ali. Em 1970, eram apenas 60 mil pessoas e, hoje, estão produzindo. Hoje, estamos produzindo, em matéria agropecuária, o que há de melhor para o País. Não apenas a produção de grão, como a produção de café, haja vista essa crise do café. Rondônia é um dos maiores produtores de café do Brasil, um dos maiores Estados em matéria de produção de café.

O nosso rebanho já avança para mais de 7 milhões de cabeças. A nossa produção de leite é expressiva e já representa algo significativo para o País. E o nosso agricultor vende esse leite a 22 centavos o litro. Sabemos que é realmente um valor que não remunera os gastos da produção. É a propriedade familiar que faz o milagre da produção, porque incorpora o trabalho próprio da família. E o importante é essa renda mensal que ocorre mesmo em circunstâncias adversas. Um dia há de melhorar, como também a produção do café. A política cafeeira precisa receber do Governo um choque de qualidade. Temos que buscar políticas que promovam a qualidade do café no Brasil, produto abandonado há muito tempo. Por isso, sobretudo em Minas Gerais e São Paulo, assiste-se à erradicação do café.

É por isso, Sr. Presidente, que viemos aqui para mostrar a revolta, a insatisfação, a contrariedade, o repúdio, a indignação do povo de Rondônia contra essa medida arbitrária, essa medida provisória que surge de um legislador solitário, que pensa sozinho e distribui para o Brasil uma receita inexecutável.

Realmente, essa lei é inaplicável! E o que se encaminha, Sr. Presidente, é a resistência civil contra a aplicação dela, porque é essencialmente arbitrária, vinda de um legislador monocrático, cujo objetivo é impor uma conduta que afronta a realidade, que afronta qualquer idéia de crescimento e de desenvolvimento do Estado de Rondônia. E nós temos o direito à vida, em primeiro lugar. E a vida é o progresso, a vida é o desenvolvimento, a vida é continuar a produção.

É por isso que venho nesta hora repetir a mim mesmo. Não encontro mais outras palavras, como disse de outra feita, que pudessem alterar este discurso, para dizer, de maneira peremptória e definitiva: ou Rondônia ou a Medida Provisória nº 2.166! Ou o nosso desenvolvimento, a nossa sobrevivência, ou a imposição de uma norma arbitrária, imprópria, injusta, inadequada e, sobretudo, inaplicável!

Hoje se encaminha claramente a resistência civil contra a aplicação dessa lei, porque ela não tem nenhum compromisso com a realidade. Ela não é uma parturição social, mas uma parturição do arbítrio do legislador solitário.

Nosso repúdio e, sobretudo, nossa solidariedade com o povo de Rondônia. Continuem a plantar, porque isso é um direito sagrado, um direito à vida, um direito à sobrevivência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Os Srs. Senadores Moreira Mendes, Romero Jucá, Luiz Pontes, Mozarildo Cavalcanti, Carlos Patrocínio, Carlos Wilson e Eduardo Siqueira Campos enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, hoje, aqui, fazer uma breve reflexão sobre uma questão que deve nos intrigar a todos: os últimos 17 anos, período de reinstalação da democracia no Brasil, não têm sido uma época feliz em termos de desenvolvimento nacional, de crescimento econômico. Tivemos nesses 17 anos de democracia 4 Presidentes; nenhum deles pode ser considerado ideologicamente hostil ao desenvolvimento e à empresa nacional. No entanto, há 17 anos patinamos com baixos índices de evolução do PIB, e nossas empresas nacionais quebram, são fechadas ou são desnacionalizadas.

Essa falta de pique deve ser pensada, analisada. Ainda mais por contrastar fortemente com o final dos anos 60 e os anos 70, quando o Brasil alcançou

índices invejáveis de desenvolvimento. Sim, é preciso reconhecê-lo: os 21 anos da Ditadura foram marcados por extensas realizações na economia, com destaque para a indústria pesada e de base e para a implantação de uma infra-estrutura moderna no País.

Algo se perdeu no caminho para a democracia e devemos descobrir o que foi. Terá sido uma visão estratégica unificadora para o Brasil? Ou um espírito juscelinista renovado de entusiasmo pelo progresso? Tem sido a democracia prejudicada pelo desequilíbrio demográfico e inchaço metropolitano, com as decorrentes pressões por investimentos sociais superando a capacidade produtiva da porção mais operosa da sociedade? Será que perdemos a inspiração de saber estimular o empreendedor, o criador de oportunidades e de riquezas?

O fato é que o contraste entre os dois períodos chama a atenção. As estatísticas econômicas das duas décadas da Ditadura realmente impressionam. Já que a crise de energia está na ordem do dia, comecemos pela energia elétrica. A nossa capacidade instalada de geração passou, de 1964 a 1984, de cerca de 6.000 megawatts para cerca de 37.000 megawatts; isto é, foi multiplicada por 4, teve um acréscimo de 30.000 megawatts.

No mesmo período, a produção de aço alcançou-se de 2,8 milhões de toneladas por ano para 14,6 milhões, ou seja, foi multiplicada por 5. A produção de automóveis passou 174.000 unidades anuais para cerca de 900.000, sendo também multiplicada por 5. Ampliada pelo mesmo multiplicador foi a produção de petróleo, que passou de 98 mil barris para 500.000.

Nossa exportação evoluiu, então, de 1,4 para 22 bilhões de dólares, quase dezesseis vezes. Passaram a predominar na pauta de exportação, pela primeira vez na História do País, os bens manufaturados.

A população, de 1964 a 1984, passou de 75 milhões de habitantes, e de um PIB **per capita** de 400 dólares, para 125 milhões e 2.000 dólares, respectivamente.

Houve outros avanços, e alguns dos tópicos a destacar medem-se melhor pela qualidade do que por números. A agricultura beneficiou-se de uma modernização sem precedentes. O Brasil passou a contar com uma rede moderna de telecomunicações e de rodovias. Implantou-se a indústria de base, com setores exportadores como os da celulose e do alumínio. A educação superior teve notável impulso.

É claro que podem ser apontadas numerosas sombras nesse quadro, a começar pelo caráter autoritário do regime, que retardou o amadurecimento da

prática democrática entre nós. Não se investiu bastante nos aspectos sociais. A modernização do campo não foi acompanhada de uma contenção construtiva do êxodo rural. Na educação, o regime falhou ao não perceber a decisiva importância estratégica da educação de base, ao contrário de países como a Coreia do Sul, que enveredaram por esse caminho, aufferindo disso grandes vantagens.

A Ditadura recorreu exageradamente à criação de empresas estatais, a torto e a direito. Mas era o espírito da época. Não era só prática do Governo central: Estados e Municípios aderiam à mesma moda. É interessante notar que, no setor elétrico, a criação das estatais estaduais, espontânea, não imposta por lei, antecedeu a Ditadura.

Sabemos também que a economia, ao termo daqueles 21 anos, estava em péssima condição. Ao final dos anos 70 o regime cometeu o erro de lançar-se simultaneamente à realização de numerosos e excessivamente ambiciosos megaprojetos. Tentou implantar, ao mesmo tempo, o programa de centrais nucleares, a fracassada Ferrovia do Aço, as usinas hidrelétricas de Itaipue Tucuruí. Simultaneamente tocavam-se outros projetos, como os metrô do Rio e de São Paulo.

Isso tudo recorrendo perigosamente a empréstimos externos, que revelaram-se um verdadeiro veneno quando os juros internacionais deram um salto assustador. Estava formada a pesada dívida externa; recrudescera a inflação.

No entanto, a crítica às políticas de então que resultaram em desacertos já foram feitas, sobejamente, ao final daquele período. A nós, agora, interessa justamente o contrário: para corrigirmos nossos rumos presentes, devemos atentar para as realizações positivas daquela época. A Ditadura foi marcada por notável impulso produtivo de nossa economia, com aspectos modernizadores irreversíveis.

Precisamos examinar o porquê de os 17 anos de democracia não terem produzido uma sequência de "anos felizes" em matéria de crescimento econômico. Estamos afundados em dívida pública crescente, as taxas de crescimento são magras, a infraestrutura foi abandonada.

Não que os Governos da democracia não tenham se esforçado. Lutaram contra a inflação, que afinal foi domada. Houve maior atenção às questões sociais. Nos anos recentes, tem melhorado a educação básica. Mas, nos 17 anos de democracia – e é isso que desejo aqui colocar em questão e em debate – parece que perdemos o dom e a inspiração para o crescimento e o desenvolvimento.

Precisamos meditar sobre isso. Empreender e crescer são condições indispensáveis, são o nosso destino irrecusável. Sem isso, outras metas irão definindo. Temos que reaprender a fazê-lo. É preciso tornar realidade essa aspiração que é de todos.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem instituições tão competentes, laboriosas e produtoras de resultados de excelência que a simples menção de seus nomes é capaz de elevar e engrandecer nosso País em qualquer cenário ou fórum internacional. Quero falar hoje de uma dessas instituições, que, de tão conhecida dos brasileiros, nem precisa ter sua sigla decifrada em nome completo.

Trata-se da Embrapa, Sr. Presidente, a instituição que, ao longo dos seus 28 anos de serviços, provocou uma verdadeira revolução na agricultura brasileira. Se atestamos hoje um crescimento ímpar de nosso setor agropecuário, com aumento de produtividade e de qualidade, é porque a Embrapa aí esteve presente. Deve-se a ela, em grande parcela, o sucesso de tal desempenho.

Basta lembrar, em termos gerais, o grande salto de nossa produção agrícola, nas duas últimas décadas, que passou de 35 milhões de toneladas de grãos para mais de 80 milhões de toneladas! Esse crescimento deu-se em taxas três vezes maiores que o aumento da população.

Tomando, em sentido mais estrito, o impacto das tecnologias geradas pela Embrapa, muitas delas em parceria com institutos estaduais de pesquisa, universidades, fundações, empresas privadas, devem ser mencionadas algumas conquistas importantes. A oferta de carne foi multiplicada em quatro vezes e meia. A produção de leite, que não chegava a alcançar 8 milhões de litros, pulou para mais de 20 milhões de litros. A soja, adaptada às condições brasileiras, alçou o Brasil na posição de segundo produtor mundial. O desenvolvimento de tecnologia apropriada fez das regiões de cerrado cenário responsável por 40% da produção brasileira de grãos. Tecnologias específicas permitiram a produção de frutas no semi-árido. Técnicas de controle biológico inibiram a ação de dezenas de pragas.

São feitos de excepcional grandeza, Sr. Presidente, realizados por uma equipe de pesquisadores de elite, capaz de orgulhar qualquer Nação que se preze! É bom que se diga que a Embrapa sempre praticou uma política de recursos humanos de extraordinário acerto. Sempre foi prioridade para seus dirigen-

tes enviar pesquisadores para cursos de Mestrado e Doutorado nas melhores universidades nacionais e estrangeiras. A Embrapa nunca negligenciou a formação no exterior de seu quadro de especialistas, para que o Brasil não perdesse terreno para países em estado mais adiantado de pesquisa.

É lamentável que nossos órgãos de pesquisa e fomento não tenham a mesma visão estratégica da Embrapa! Os recursos para bolsas de estudo no exterior vêm diminuindo e minguando a passos largos, enquanto outros países, até de menor monta que o nosso, incrementam os programas de formação e titulação fora do país. Não é por mero acaso, Sr. Presidente, que os pesquisadores da Embrapa se equiparam aos melhores do exterior, conseguindo gerar novos conhecimentos que colocam o Brasil no mesmo patamar de modernidade e competitividade de muitos países avançados, quanto ao desempenho do setor agropecuário.

Pelo apreço e respeito que sempre tive ao bom trabalho realizado pela Embrapa, li, com muito interesse e atenção, o último relatório de suas atividades, referente ao ano de 2000. De cada página que se lê, irrompe um manancial de ações realizadas pela Embrapa. São novos conhecimentos e soluções tecnológicas, são cultivares recomendadas, máquinas desenvolvidas, em uma extensa rede de atividades.

Gostaria de citar algumas dessas realizações, menos com o intuito de suprimir a leitura do Relatório – que recomendo fortemente a todos – e mais com a intenção de comprovar, pelas ações relatadas, a eficiência de sua atuação para o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro.

Em 2000, a Embrapa redirecionou sua programação de P&D – pesquisa e desenvolvimento –, procurando harmonizar as demandas do Plano Plurianual do Governo com as demandas imediatas do setor produtivo. Dessa reorientação, resultou um aumento da ordem de 42% no número de subprojetos de desenvolvimento de tecnologias e de gestão institucional, em relação a 1999.

No item “Novos Conhecimentos e Soluções Tecnológicas”, consta o lançamento de cultivares inéditas de algodão, arroz, batata, cenoura, feijão, milho, soja, trigo, além de uma infinidade de cultivares já conhecidas que foram adaptadas e estão sendo recomendadas para novas regiões. Para o meu Estado, por exemplo, foram recomendadas determinadas cultivares de algodão adaptadas para o Cerrado de Roraima e outras de arroz, adequadas para plantio de sequeiro.

Ainda nesse item, estão listadas estirpes para produção de bioinseticida contra o mosquito-da-dengue e o mosquito-urbano; estão também mencionados insumos à base de produtos orgânicos, que, além de substituírem determinados fertilizantes, são obtidos a baixo custo. Foram desenvolvidas novas máquinas, como abanadoras para feijão acionadas por motor elétrico; trilhadora estacionária para arroz, acionada por motor a gasolina; medidor computadorizado do teor de clorofila em plantas, além de outras.

No tocante à gestão de P&D, uma das preocupações da Embrapa tem sido “ampliar as condições de realização de pesquisa em rede, com o propósito de melhorar a qualidade dos trabalhos de pesquisa & desenvolvimento e das tecnologias geradas”. Consta no Relatório que, no ano de 2000, os centros de pesquisa da Embrapa contabilizaram mais de 7 mil ações de parcerias.

A cooperação internacional não está fora do seu raio de ação, seja por meio de mecanismos de cooperação bilateral e multinacional, de programas regionais ou da busca de novas fontes de financiamento. Em 2000, a Embrapa recebeu mais de 100 representantes de 23 países. Um dos feitos mais importantes de 2000 foi o encerramento do Programa de Modernização Tecnológica da Agropecuária da Região Centro-Sul do Brasil – Promoagro, que contou com o apoio financeiro do BID. O Promoagro, segundo o Relatório, “melhorou sensivelmente a infraestrutura de P&D do País”.

Sr. Presidente, se eu continuar nessa linha de exposição, destacando pontos do Relatório da Embrapa, vou, com certeza, cansá-los numa longa fala, e não conseguir fazer justiça a tudo o que essa Empresa realizou ao longo de 2000. As iniciativas de interação com a sociedade incluem ações relevantes, como a Vitrine de Tecnologias e o Projeto Embrapa & Escola, inseridas este ano na exposição Ciência para a Vida; o programa Dia de Campo na TV; o lançamento de quase 300 vídeos, etc.

A Embrapa emprestou seu apoio também à ação do Governo. No Plano de Safra 2000/2001, o Governo Federal ampliou seu trabalho de atualização tecnológica dos produtores. Dessa forma, foram realizados 150 seminários envolvendo um público de 2.260 técnicos e produtores líderes; 15 centros de pesquisa da Embrapa engajaram-se as ações de apoio, em 15 Estados.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero parabenizar todo o quadro profissional da Embrapa, na pessoa de seu Presidente, Márcio Fortes de Almeida, por essas

três décadas de destacada participação no cenário da agricultura e pecuária brasileiras.

São empresas como a Embrapa que nos infundem confiança e crença de que dias melhores hão de vir, seguramente!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ PONTES (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a análise dos direitos sociais é um dos temas de maior relevância para o homem e sua sociedade. São direitos primordiais, tais quais, direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à Previdência Social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados. São, enfim, direitos que refletem a qualidade de vida de uma determinada população, seu modo de viver no tempo e espaço físico e geográfico definidos.

A efetividade desses direitos sociais demonstra o grau de atuação dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

Como direito público subjetivo não podem pertencer ao universo das normas meramente programáticas, que dependem da vontade de seus aplicadores.

Inacreditável, mas, rompemos a barreira do séc. XXI, com as mesmas preocupações e angústias decantadas em séculos remotos: melhor qualidade de vida, liberdade e igualdade para todos, saúde e educação.

Incumbe ao cidadão o dever de agente promotor da eficácia dos direitos sociais, mas que uma simples adesão, posto que no Brasil, o poder público, tem sido muito pouco público. Verifica-se por meio de fatos históricos que ele é exercido não em nome do seu povo ou em seu interesse, mas é exercido por grupos que o dominam, em seu nome e em seu próprio e único interesse. Só a organização social dos cidadãos, educados na matéria dos direitos fundamentais, poderá fazer nascer as grandes transformações políticas.

A democracia representativa que se almeja se erige obrigatoriamente sobre a própria sociedade e a massa popular. De lá não pode se afastar. Faz-se necessário a superação das frustrações políticas, sentidas pelos eleitores e o crescente distanciamento entre o povo e seus governantes. O controle da sociedade garantirá a efetivação do Direito Social à saúde.

O direito à saúde, como direito social é direito público subjetivo e fundamenta-se no Direito Constitucional positivo e demais legislação infra-constitucional.

O Estado existe em função da sociedade e o maior grau de autoritarismo ou de democracia está intrinsecamente ligado ao nível de desenvolvimento educacional e cultural de sua população.

Dessa forma o direito à saúde pode e deve ser exigido de forma individual, por meio de todas as ações judiciais admissíveis no Código de Processo Civil como e sobretudo deve ser exigido pela comunidade de forma coletiva, por meio das ações civis públicas, para as quais estão legitimados concorrentemente a agir em juízo – o Ministério Público, a União; os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios – As associações legalmente constituídas há pelo menos 1 ano.

O direito à saúde não é norma programática, mas é necessário que a comunidade organizada em associações ou conselhos conheça dos planos de gestão do Poder Executivo, tome conhecimento das finanças e tributação do seu Município, saiba o quanto dispõe de recursos e opine sobre a melhor forma de sua aplicação em benefício da comunidade.

O processo de ação comunitária que se deseja não é tão evidente, posto que na História do Brasil, as pessoas sentem-se distanciadas, e porque não dizer amedrontadas pelo Direito Estatal, sinônimo por vezes de Poder Judiciário e força policial. As pessoas até recentemente, estavam habituadas a ser tuteladas, controladas pelo Estado autoritário, à quem se atribuía todos os malefícios e benefícios sociais, bem como a responsabilidade pelo bem comum, que por meio das funções de seu poder deveria planejar, organizar, efetivar e fiscalizar o seu desempenho.

O cidadão não se sentia partícipe desse processo. Ele era impotente perante a realidade social e o desempenho do Estado.

O desenvolvimento da comunidade é proporcional à ação comunitária que visa proteger os interesses e zelar por soluções para as preocupações da própria população.

Uma vez devidamente motivados e capacitados, os cidadãos passam a entender a essência dos problemas e contradições sociais que enfrentam e aos quais estão submetidos. Exigem conhecer as leis e as políticas que lhes dizem respeito e assim criam instrumentos de força e de reivindicação social.

O controle social dos atos administrativos, das políticas públicas e da aplicação de recursos deve existir de forma coerente e sistemática, rechaçando a vulnerabilidade das comunidades aos grupos de pressão, e às paixões ideológicas, para que mantenham-se fieis aos objetivos da comunidade.

Deve o Ministério Público, como instituição defensora da ordem jurídica e dos interesses sociais agir com presteza e usual altivez visando restaurar a situação de direito .

Sem a interferência desse órgão de defesa dos interesses primários da sociedade, os postulados normativos seriam disposições de escravização das classes menos favorecidas e utilizadas apenas quando em prejuízo destas.

A estrutura do Estado Democrático é comprometida quando não existe um mínimo de igualdade de oportunidades, por não se efetivar os direitos sociais básicos. Não há de se falar em democracia, quando a quase totalidade da população de um país não dispõe de educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Quando se vê fome, abandono, desamparo e a insensibilidade banalizando a crueldade da situação social, as pessoas se encontram desvestidas não apenas de roupas, mas sobretudo de direitos.

Insatisfeita a população com a saúde pública, e na impossibilidade de arcar com os altos custos da saúde privada particular, busca os planos de saúde privados e mais uma vez se sente prejudicada nessa relação de consumo.

Ora, o Estado que não proveu o atendimento à saúde necessário, levou as pessoas a recorrerem aos contratos de saúde privados, que nem sempre respeitam o disposto no art. 4º do Código de Defesa do Consumidor: transparência e harmonia das relações de consumo.

NasemanaproximapassadaoCongressoviveu momento histórico, no qual, nós membros do Poder Legislativo, não aceitamos as regulamentações impostas pela Medida Provisória n.º 2177-43.

O que deve o Poder Legislativo fazer? Devemos estudar com profundidade e ouvirmos as vozes das entidades de defesa do consumidor para que a nova regulamentação proposta pelo Poder Executivo não signifique um retrocesso e tão somente aumente o fosso excludente e deficiente da atual regulamentação dos planos de saúde.

O Senado Federal não poderá aceitar cláusulas que signifiquem exclusões de atendimentos ou procedimentos médicos, limitações e dificuldades aos usuários dos planos de saúde.

A lei aprovada deverá conter redação cristalina para que o interesse do consumidor, sua dignidade, saúde, segurança e seu interesse econômico sejam protegidos e garantidos.

Pontos polêmicos como :

- a livre escolha dentre os credenciados, do serviço de saúde, médico, laboratório ou hospital, a ser utilizado pelo paciente;

- a triagem de consultas por um clínico geral que determinará a necessidade ou não do exame do paciente por um especialista;

- a abrangência territorial e a restrição do plano a uma área geográfica;

- a cobertura apenas parcial do tratamento de doenças graves como o câncer ou a Aids;

- a discriminação exorbitante dos preços de convênios para as pessoas mais idosas;

- a necessidade básica de credenciamento e registro das operadoras de serviços de saúde e de seu corpo médico junto aos Conselhos Profissionais de Saúde, o que facilita a fiscalização dos serviços e aonde poderão se dirigir os usuários em caso de reclamação fundamentada em negligência, imprudência ou imperícia;

- direito aos usuários com mais de 65 anos, deficientes físicos e crianças a ter um acompanhante nas internações hospitalares;

- o preço e a limitação de reajuste durante certo período de tempo;

- a carência para acesso aos planos de saúde mais completos;

- doenças básicas e graves que deverão obrigatoriamente constar em todos os planos de saúde ofertados aos consumidores.

Esses pontos polêmicos deverão ser estudados amiúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a coerência e bom senso nos guiem, e pautem as reformas a serem efetuadas na nova legislação que regulamentará os planos de saúde em favor da população e do acesso à saúde.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os episódios recentes que envolveram a violação do painel eletrônico no Senado trouxeram à baila uma discussão que, vez por outra, retorna à cena política: o instituto do voto secreto.

A partir da celeuma levantada, aqueles que sempre advogaram o fim dessa modalidade de processo decisório vieram a público para responsabilizar o voto secreto pelo episódio.

Embora não me seja fácil vir a público defender a posição oposta, não posso me escusar de fazê-lo, pois estamos correndo o risco de cometer um grande

equivoco, se extinguirmos esse procedimento. Pois o voto secreto existe, principalmente, para preservar os Parlamentares de pressões indevidas. E sua extinção de maneira alguma favorecerá a democracia, como tem sido propagandeado pelos opositores desse sistema.

Se alguma falha de natureza técnica houve, que ela seja corrigida. Existem tecnologias bem capazes de superar problemas de segurança no processamento eletrônico do voto. O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, está estudando a instalação de um sistema de impressão digital para acessar a rede interna de computadores. Com esse sistema, ninguém, além do próprio usuário, terá acesso a determinadas senhas. Enfim, esse é só um exemplo de como os sistemas de votação e a segurança deles podem ser aperfeiçoados.

Sei que a posição mais fácil é a de defender o fim do voto secreto. Entretanto, os lamentáveis episódios que levaram à renúncia de dois Senadores da República dizem respeito não ao mau uso do voto secreto, mas justamente à tentativa de frustrar a votação secreta.

Vejamos agora os casos em que é prevista a votação secreta:

Pelo Regimento Interno do Senado Federal (art. 291), a votação será secreta em três situações: as determinadas constitucionalmente, nas eleições, ou por determinação do Plenário.

As votações secretas determinadas pela constituição são as seguintes:

- Exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República (CF, art. 52, XI);
- Perda de mandato de Senador, nos casos previstos no art. 55, § 2º;
- Prisão de Senador e autorização da formação de culpa, no caso de flagrante de crime inafiançável (art. 53, § 3º);
- Suspensão das imunidades de Senador durante o estado de sítio (art. 53, § 7º);
- Escolha de autoridades (art. 52, II);
- Apreciação de veto presidencial (art. 66, § 4º).

Os outros dois casos de votação secreta são determinados apenas regimentalmente: eleições e por decisão do Plenário.

A exoneração do Procurador-Geral e a escolha de autoridades, entre eles Ministros de Tribunais, Diretores do Banco Central e Embaixadores envolvem o mesmo tipo de lógica: a liberação do parlamentar de

pressões indevidas. Não deixam de ser cargos que envolvem poder (jurídico, financeiro, diplomático). E, obviamente, mobilizam interesses, seja para a aprovação da nomeação da pessoa, seja para rejeitá-la. E a identificação dos votos pode provocar retaliações por parte daqueles que tiverem seus interesses contrariados.

No caso da indicação dessas autoridades, existe um compartilhamento, digamos assim, da responsabilidade pela indicação. Embora caiba ao Presidente da República fazer a indicação das autoridades, compete ao Senado apreciar tais indicações e, eventualmente, exercer algum tipo de veto ao indicado. Mas esse veto é da coletividade (comissão ou plenário) e não de um ou outro parlamentar. Desse modo, a eventual responsabilidade pela rejeição de um indicado recai não sobre alguns Senadores, mas sobre a Casa como um todo. Se o Presidente da República responde pessoalmente pelas decisões tomadas, o mesmo não ocorre com o Parlamento, que toma deliberações coletivamente. O que interessa ao público, aos eleitores, à cidadania é o resultado dessa votação e não a posição individual de cada um deles.

A escolha de uma autoridade é diferente da aprovação ou não de uma matéria legislativa. Na apreciação de qualquer projeto, o Parlamentar tem a obrigação de se manifestar publicamente sobre sua escolha, pois se trata de uma política pública de interesse da nacionalidade e que está diretamente vinculada ao perfil político do parlamentar e de sua base de sustentação. Nesse caso, jamais se poderá colocar em dúvida o caráter público da votação.

Já a apreciação de um nome para ocupar um cargo se assemelha mais a uma decisão de caráter administrativo e que não envolve, ou quase nunca envolve, escolhas de natureza doutrinária. Para a escolha de um representante diplomático, são verificados quesitos de interesse da nacionalidade brasileira e não a defesa de uma plataforma de um determinado partido. Em caso extremo, se a indicação daquela pessoa para o cargo de representante ameaçar de algum modo a imagem do País, o Senado sempre poderá rejeitar a indicação. Uma indicação, relembro, que é do Presidente da República, responsável pela Administração Pública. O que é muito natural em um regime presidencialista. Fôssemos nós um regime parlamentarista, a escolha de uma autoridade mudaria completamente de figura, pois se trataria da escolha de um nome para conduzir os negócios de Estado. Aí, sim, a votação deveria ser aberta.

O mesmo raciocínio é válido para os cargos de tribunais superiores, em que os requisitos de compe-

tência técnica, idoneidade e outros já terão sido considerados pela autoridade responsável pela indicação. Ao Senado caberia, se fosse o caso, um veto àquela indicação. E, nesse caso, não seria um veto de "senadores", considerados individualmente, mas da Casa como um todo.

Quem é responsável pela condução da política financeirado País? O Presidente da República. Quem responde, inicialmente, pelas escolhas monetárias, cambiais, financeiras? O Presidente da República. Então, não cabe identificar o Senador "A" ou a Senadora "B" como responsáveis pela indicação do Presidente do Banco Central. Caberá, sim, um veto a um nome que seja prejudicial ao Brasil. E, novamente relembro, esse veto é assumido pelo Senado, coletivamente.

Vejam, agora, os casos que envolvem a prisão, formação de culpa, suspensão de imunidades e cassação de Parlamentares. Nesses casos, o Senador estará agindo como um jurado de um dos seus Países, nessa condição, precisa gozar da mais perfeita independência. As decisões serão tomadas pela regra de maioria, que privilegia o colegiado. Assim, um parlamentar deve se sentir absolutamente livre de pressões de qualquer natureza, sejam elas pessoais, ideológicas, partidárias. E, do mesmo modo, deve estar livre de eventuais retaliações por parte daquele que sofreu a cassação ou prisão, por autorização do Senado.

No caso da apreciação de vetos presidenciais, o Parlamentar precisa estar livre de eventuais pressões do poderoso Executivo. Faz parte do processo de formação de leis a aprovação pelo Parlamento, assim como o veto por parte do Executivo. E a aceitação ou rejeição do veto faz voltar a decisão para o corpo legislativo, que deve agir com liberdade para acatar ou não o veto presidencial. Em um país como o nosso, em que o Executivo concentra grandes poderes, não é incomum que os Parlamentares se vejam coagidos a aceitar injunções feitas pelo Executivo. No caso de um veto, é claro que o Executivo não quer ser derrotado; e lançará mão dos meios a seu alcance para preservar sua posição. Mas ao parlamentar, mais que a vontade do Executivo, cabe levar em conta o que é melhor para o País. Por isso, de fendo a manutenção da votação secreta, nos casos de apreciação de vetos.

Nos casos de eleições, o Senador atua como eleitor. E o que lhe assegura a garantia do segredo

de voto é o mesmo princípio que garante a independência do eleitor comum, quando este vai às urnas escolher seus representantes. Semelhantemente aos outros casos, o voto secreto serve para resguardar o Parlamentar e não para ferir a democracia. Não caberia, pois, rever essa regra regimental.

Assim sendo, Sr^{as} e Srs., quero propor que se discuta não a extinção do voto secreto, mas a moralização do Poder Legislativo. E essa moralização depende da atitude pública dos Parlamentares. Depende do compromisso dos Senadores e Deputados com os seus eleitores. O Congresso existe para dar voz aos anseios populares. Constitui-se na esfera de poder mais acessível e, por isso, mais suscetível às pressões populares. Nem por isso, deve estar tão vulnerável a ponto de se sentir coagido por pressões, na maior parte das vezes ecoadas pela imprensa, na hora de decidir.

Haverá muitos casos em que o instituto do voto secreto se constitui no mecanismo que possibilita uma "virada de mesa" contra uma maioria esmagadora e, não necessariamente, justa ou democrática. A própria votação do Senador Luiz Estêvão foi exemplo disso. Não obstante todas as críticas ao chamado corporativismo parlamentar, mesmo sendo ele, à época, membro de um Partido com Bancada significativa; apesar de propagandear amizades e lealdades aqui e ali, por esse ou aquele motivo, foi cassado. Entenda-se: a cassação foi decidida pela regra de funcionamento do Parlamento, ou seja, apoio da maioria. E não pela posição de "A" ou "B". Se não fosse assim, enfraqueceríamos sobremaneira o legislativo. Não seria necessário o convencimento dos Parlamentares, individualmente; bastaria ter o apoio de um líder de um grande Bloco Parlamentar ou Partido e a questão estaria resolvida. E, num caso como esse, é necessário que os Parlamentares se posicionem de maneira independente em relação a Partidos, Bancadas, Lideranças, ou mesmo opiniões públicas contrárias.

Portanto, Sr^{as} e Srs., repudio qualquer tentativa de mudar a garantia do voto secreto. Pois ele, ao contrário do que se apregoa, faz parte da lógica que sustenta o funcionamento do legislativo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{tes}. e Srs. Senadores, todas as nações devem promover o aumento de sua produção agrícola. Essa obrigação irrecusável, sobretudo em país com as dimensões que ostentamos, é determinada pela necessidade de multiplicar o investimento e o emprego, elevando a nível pelo menos satisfatórios o bem-estar da população.

Nesse passo, e frente à competitividade característica do setor primário da economia, crescem as exigências do mercado em relação à qualidade do produto agrícola, às quais adicionam-se a de incremento continuado da produção, de modo a atender à crescente elevação da demanda.

Felizmente, em nosso País, e nele, de modo particular em nosso Estado do Tocantins, estão localizadas grandes extensões de terras férteis, que preservam condições de clima por inteiro aptas ao contínuo aumento da produção, o que representa uma vantagem considerável em termos daquela citada competitividade.

Pode-se compreender, a partir dessa verdade, a alegria com a qual, há pouco, tomamos conhecimento dos excelentes resultados obtidos pelos empreendedores rurais dedicados à produção de sementes de girassol, nos Municípios de Dianópolis e Lagoa da Confusão, em nosso Estado.

Com o decidido apoio da Federação de Agricultura, os plantadores daquelas progressistas cidades mais uma vez alcançam, portanto, novos e excelentes resultados na produtividade de sementes de girassol, fato amplamente divulgado, sobretudo para o território do Tocantins, pela apreciada **Folha Popular**, de Palmas.

Como se sabe, a produção de sementes de girassol há muito é tida como das mais rentáveis, considerando-se os demais ramos da atividade produtiva no campo. Agora, experimentos conjuntos realizados pela mencionada Federação da Agricultura do Estado do Tocantins – Faet e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, chegaram a uma auspiciosa conclusão.

Segundo os estudos, a produção de sementes de girassol, nas cidades assinaladas, alcançou números superiores às médias atingidas pelos Estados de Goiás e do Mato Grosso, por exemplo. Como feito, nessas Unidades da Federação a produtividade mé-

dia do girassol de sequeiro oscilou em torno de 1,8 quilos por hectare, equivalente ao índice alcançado pelas safras nacionais.

No Estado do Tocantins, porém, a média chegou a 3,016 quilos, em Dianópolis, em lavoura de sequeiro, e a 3,7 quilos, por hectare, em lavoura irrigada, em Lagoa da Confusão. Além disso, 3,9 mil hectares de lavoura de soja e 400 hectares de lavoura de milho serão colhidos na safra do corrente ano, vendendo-se contar, também, que a região é grande produtora de calcário, destinado a abastecer as lavouras de soja da região de Barreiras, no Estado da Bahia.

Na forma de avaliação promovida por especialistas da Federação de Agricultura do Tocantins, o aproveitamento do girassol beneficia-se da curta duração de tempo entre o plantio e a colheita, e de não exigir terras altamente úmidas. E, em face do crescimento de sua raiz não atingir mais de 40 centímetros, o girassol é uma cultura inteiramente adaptada ao fértil solo tocaninense.

Devemos destacar, ainda, que o custo da produção é outro atrativo para os produtores, bastando ver que as despesas dessa cultura são equivalentes às do custo da plantação de soja, estimado, aproximadamente, em 600 reais por hectare. Também, a menor distância entre a área de plantio e a esmagadora de grãos tem determinado a opção de muitos produtores pelo girassol.

Cumprе esclarecer, ainda, que a esmagadora responde pela despesa de frete do produto, no trajeto de até 600 quilômetros da área da lavoura, e que sua colação chega a 9 dólares, o saco de 60 quilos, quando apresenta 40% de teor de óleo. No entanto, cada unidade percentual superior à média estabelecida recebe um dólar a mais. Por isso, a média de remuneração do óleo obtido pelo girassol do Tocantins manteve-se variando entre 42 e 43%.

Outra vantagem, para os produtores, é representada pelo apoio da gerência da carteira agrícola do Banco do Brasil, de Palmas, conquanto qualquer agência desse estabelecimento esteja pronta a receber propostas para o financiamento de lavouras.

O Banco, comumente, pode liberar empréstimo de até 50 mil reais, com juros fixados na faixa de 8,75%, ao ano, e prazo estipulado de uma safra. Nos experimentos realizados no Estado do Tocantins, a safra de girassol não ultrapassou 3 meses.

Finalmente, estimativas oficiais apontam que o setor agrícola será responsável, neste ano, por substancial contribuição para o equilíbrio da balança comercial. Espera-se alcançar 15 bilhões de dólares de superávit, representativo de um aumento de 1,3 bilhão de dólares, em relação ao valor obtido no ano passado, quando o saldo total regrediu 562 milhões de dólares, em relação ao ano de 1999.

A boa notícia é devida ao crescimento da produção dos setores de grãos, carnes, madeira, papel e celulose. Para o aumento do saldo, levou-se em conta a desvalorização do câmbio, que aumentou a competitividade dos produtos nacionais. Além disso, consideraram-se como favoráveis a maior oferta de cereais para a exportação e o encarecimento da importação de supérfluos.

Não se pode recusar que o nosso País procura de todas as formas aumentar a produção, o nível de investimento, do emprego e do bem-estar da população. Os produtores rurais de Dianópolis e de Lagoa da Confusão, com seus esforços, estão integrados, como vimos, ao esforço de fazer avançar o processo qualitativo de nossa agricultura e expandir os satisfatórios resultados das safras.

Por isso, merecem o voto de congratulações que ora declaramos para o registro dos Anais do Senado da República.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República, em 1995, declarou em seu discurso de posse que estava empenhado em promover o fim da Era Vargas.

Sua Excelência, dotado de notável formação acadêmica, sabe melhor do que ninguém, que foi o Presidente Getúlio Vargas que pavimentou tardiamente o acesso do Brasil à era da modernidade implícita ao séc XX.

Mesmo adversários históricos de Getúlio reconhecem que foi no seu Governo que se edificou o Estado brasileiro. Criaram-se os institutos de pensão, instituiu-se a aposentadoria dos trabalhadores, o salário mínimo e todas as conquistas regidas pela CLT, que malgrado sua superação, ainda se constituem na maior vitória dos trabalhadores brasileiros.

Mais que isso, Getúlio criou o Estado soberano, capaz de intervir com sucesso no domínio econômico

por meio de empresas como a Vale do Rio Doce ou a Petrobras.

Mas, quem sou eu para pontear sobre Getúlio Vargas em um Parlamento onde desponta o talento de um Pedro Simon. Um entusiasta do trabalhismo, estudioso do varguismo e de seus desdobramentos.

Cabe-me sim denunciar que foi contra essa dimensão progressista da Era Vargas que se voltou a fúria privatizante do Governo Fernando Henrique Cardoso, com a desnacionalização indiscriminada e lesiva ao patrimônio público e a queda vertiginosa na qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias privadas, além de gravíssimos problemas de desabastecimento, expressos no colapso de energia elétrica, em curso no País.

Mas, o golpe mais mortal e certo que se desfez contra uma máquina estatal apta a atender as necessidades básicas dos cidadãos e contribuintes é a extinção lenta, asfixiante e inexorável do serviço público, por meio de um arrocho salarial desumano.

Há sete anos, os servidores públicos federais são mantidos sem qualquer reajuste salarial. Acumulamos uma perda do poder de compra de 75,48% de janeiro de 1995 até dezembro passado, segundo o Dieese. Ou seja, dois terços dos salários dos servidores simplesmente foram corroídos pelo desgaste da moeda.

Isso equivale a dizer que todos os servidores estão condenados a viver com menos de 25% do que recebiam por seu trabalho há seis anos e meio.

Ao defenderem sua sobrevivência, os servidores estão defendendo o próprio Estado da volúpia liberal dos governantes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dos quase 500 mil servidores da União na ativa, cerca de 370 mil (74% deles) estão fora das carreiras consideradas prioritárias ou beneficiadas com reajustes diferenciados desde 1995.

Assim, com tal política discriminatória e elitista, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso priva três quartos dos servidores federais do reajuste linear, ou seja, da mera reposição do seu poder de compra. E o que pretende com isso?

Dizer à sociedade que a configuração de sua estrutura estatal ideal é de 25% da atual. E que portanto, os demais servidores, não estão inseridos nas atividades consideradas essenciais ao Estado.

Convém ressaltar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que profissionais de saúde e educação não estão incluídos neste rol. Ou seja, estão entre os que o Governo considera dispensáveis ao Estado, não integram carreiras típicas de Estado, como procuradores e fiscais, por exemplo.

Um dos pretextos para a ausência de aumentos diferenciados seria a adequação dos salários à oferta do mercado. Ou seja, uma maneira de prover os cargos essenciais com pessoas mais qualificadas para cada função.

A quem o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o seu Governo querem enganar?

São justamente os profissionais que exercem atividades que ele considera não típicas do Estado, médicos e professores por exemplo, que sofrem violenta pressão do mercado privado. E não fiscais e procuradores, cujas funções inexistem na iniciativa privada.

O que o Governo Fernando Henrique faz é empurrar o funcionalismo até a fronteira do extermínio pela fome, pelo desprezo e pela auto-estima. Trata-se de uma guerra declarada ao Estado e à própria sociedade, na essência destinatária do trabalho desses servidores.

Esta é a receita de desmonte do projeto de Estado de bem-estar social concebido por Vargas; a cruel combinação de duas operações simultâneas: de um lado, a penúria e a desmoralização dos servidores públicos e, de outro, a sanha privatizante governamental. Ambas, porém, coerentes e articuladas para um fim comum – o desvio de verbas públicas dos investimentos sociais indispensáveis ao desenvolvimento para a única real prioridade: saldar compromissos financeiros internacionais e cumprir metas fiscais ajustadas com o FMI à custa do interesse nacional.

E, para atingir seus objetivos o Governo Federal não respeita sequer os limites da ordem jurídica vigente.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mello, veio a público, em nome do poder que representa, lembrar a todos que desde 24 de abril passado, o Governo Federal está em mora em relação ao seu dever de assegurar revisão anual da remuneração aos servidores públicos.

Julgando ação de inconstitucionalidade por omissão proposta pelo PDT, pelo PT e pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Suprema Corte decidiu pelo reconhecimento judicial do estado de

inércia do Poder Pública Federal, afastando qualquer dúvida sobre a necessidade de o executivo enviar projeto de lei ao Congresso Nacional contendo revisão dos vencimentos do funcionalismo, decisão com eficácia a partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional 19/98.

Assim, o Presidente da República foi declarado inadimplente e omissor com seus deveres constitucionais para com os servidores públicos, por acórdão da mais alta Corte de Justiça do País, no uso de sua competência originária, em decisão de única instância, irrecorrível e transitada em julgado.

Premido por questões jurídicas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua equipe econômica enviaram a proposta de 3,5% de aumento para o funcionalismo para ser incluída no Projeto de Lei Orçamentária da União.

A frieza dos tecnocratas do Governo chegou ao absurdo de considerar a hipótese de não conceder qualquer reajuste aos funcionários aposentados.

É bom lembrar que, qualquer que seja o aumento dado ao funcionalismo, ele deve ser retroativo a 4 de junho de 1998 (data da promulgação da emenda constitucional 19/98), caso contrário estará afrontando a Constituição Federal e infringindo o seu art. 85, inciso VII.

Fernando Henrique fez o mínimo, para fugir da lei. Moralmente, entretanto, está condenado.

Um triste fim para um orgulhoso Presidente que teve a pretensão de destruir a Era Vargas e que vai terminar o seu longo, longuíssimo mandato, como aquele que destruiu o Estado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar nesta Casa, Sr. Presidente, dois relatórios que, por sua importância e seu significado, devem servir para reflexão de todos nós, que nos preocupamos com a construção de uma sociedade justa e sustentável para o nosso País.

Refiro-me às manchetes dos jornais da semana passada que anunciaram, **de um lado** a conclusão dos estudos do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, que acabou de divulgar o "Mapa de Fome", segundo o qual 50 milhões de pessoas no Brasil, ou 29,3% da população, vive com renda inferior a R\$80,00 **per capita** – o Brasil acaba de perdoar parcela da dívida da República da Zâmbia e uma das

razões alegadas é que a renda **per capita** naquele país é de U\$300,00. R\$80,00, Sr. Presidente, não permite sequer comprar uma cesta básica e faz significativa parcela da população brasileira viver abaixo dos níveis de vida daquele país africano; **de outro lado**, os mesmos jornais anunciam: Bancos lucram alto com a crise **Jornal do Brasil** 31/07/2001). A valorização do dólar, a elevação da taxa de juros, a cobrança de tarifas e a venda casada de produtos, fizeram com que só o Bradesco registrasse no primeiro semestre desse ano, um lucro de R\$1,042 milhões de reais e um aumento de seus ativos da ordem de 29,26%.

Mas o caso do Bradesco não constitui um fato isolado.

Segundo as mesmas notícias, lucros superiores a 1 bilhão de reais tiveram no ano passado um seleto time de apenas 6 empresas, além do Bradesco: O Banco Itaú, a Petrobras, a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Telesp. Lucros semelhantes, segundo os analistas, deverão revelar os balanços do Itaú, do Unibanco e do ABNReal, entre outros, que serão brevemente divulgados.

Onde está a crise, Sr. Presidente? Será que a crise deve atingir apenas as finanças governamentais? Apenas os setores produtivos – a indústria, o comércio, a agricultura? Apenas as pessoas? A renda? Os salários? Por que não podem os bancos assumir também parte da crise em vez de apenas os lucros?

Devo dizer, Sr. Presidente, não sou contra o lucro. Mas essa dicotomia é grave de mais para não merecer uma profunda reflexão, da parte desta Casa e da parte das autoridades responsáveis pela condução do processo brasileiro. Esta é uma situação insustentável, e deverá chegar o momento em que a crise social se vai transformar em crise econômica, e isto é inevitável.

Deve preocupar-nos, Sr. Presidente, não o lucro em si, mas essa dicotomia em que o capital ou o lucro se concentram enquanto crescem os setores periféricos ou excluídos da sociedade. No Rio de Janeiro, 14,38% da população encontra-se nesta situação. "Em 1993, este número era três vezes menor" – informa o Coordenador do Comitê Rio da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria".

Sei também, Sr. Presidente, que o que ocorre no Brasil é parte do que está ocorrendo no processo de globalização. O processo de globalização como vem ocorrendo, não como deveria ser, concentra a riqueza cumulativamente nas mãos de um número cada vez

menor de pessoas, enquanto expande as condições de miséria para um número cada vez maior. Assim, segundo dados da ONU, no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, em torno de 2.000 bilhões de pessoas no mundo vivem abaixo do índice de miséria – menos de 2 dólares por dia, ou seja, nas mesmas condições dos 50 milhões de brasileiros identificados pela Fundação Getúlio Vargas.

O mais grave, nobres Senhores, é que também em nível global, como no Brasil, cresce esta dicotomia. Assim é que há trinta anos, a participação dos 20% mais ricos da população mundial na riqueza do mundo subiu de 62% para 82%, enquanto que a participação dos 20% mais pobres, que era de apenas 2,3% baixou para 1,4%.

O fato de o Brasil estar desta forma inserido no mesmo contexto global, de concentração e exclusão, no entanto, de maneira alguma serve como justificativa para esta realidade. Ao contrário. Torna a situação tanto mais grave, porque a ameaça da ruptura deste processo, além de sua insustentabilidade interna passa a ser condicionada por fatores externos, sobre os quais cada dia menos, o Brasil perde sua capacidade de influir.

Diria até mais, Sr. Presidente, diria que esta situação a que estamos sendo levados, já é, em grande parte, consequência da forma como estamos inseridos no contexto global, e dele nos tornaremos cada vez mais dependentes.

É necessário e urgente, Sr. Presidente, nobres Senadores, que a Nação se debruce sobre um projeto alternativo para o País, que considere a valorização das potencialidades nacionais, a integração do homem brasileiro no processo, adequado aproveitamento nossos imensos recursos naturais e, enfim, um relacionamento mais criativo com o mundo, que nos liberte do círculo vicioso da concentração, da perda da soberania sobre as decisões nacionais e da exclusão crescente que leva à miséria significativa parcela da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs. e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 28, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Projeto de Resolução nº 36, de 2001 OFS nº 32/2001 Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 7.000.000,00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$ 13.663.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18/01/2001. Apresentado como conclusão do Parecer nº 796/2001-CAE, Relator: Senador Romero Jucá.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência – art. 336, II, c/c com o art. 338, IV, do RISF, nos termos do Requerimento nº 457, de 2001, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.
2 Projeto de Resolução nº 37, de 2001 OFS nº 34/2001 Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo com o Banco do Nordeste do Brasil S. A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a US\$ 5.123.213,28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América e vinte e oito centavos). Apresentado como conclusão do Parecer nº 797/2001-CAE, Relator: Senador Jonas Pinheiro.	Discussão, em turno único. Em regime de urgência – art. 336, II, c/c art. 338, IV, do RISF, nos termos do Requerimento nº 458, de 2001, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.
3 Proposta de Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995 (nº 472/97, na Câmara dos Deputados) Senador Esperidião Amin e outros	Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências (limitação à edição de medidas provisórias). Parecer nº 729/2001-CCJ, Relator Senador Osmar Dias, favorável.	Primeira sessão de discussão, em segundo turno.
4 Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995 Senador Geraldo Melo e outros Senhores Senadores	Dá nova redação ao inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal (isenção de ICMS). Pareceres favoráveis, sob nºs - 205/98, de Plenário, Relator: Senador Esperidião Amin, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e - 486/2001-CAE (em audiência, nos termos do Requerimento nº 324, de 1998), Relator: Senador Jefferson Peres.	Segunda sessão de discussão, em segundo turno.
5 Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999 Senador Ademar Andrade e outros Senhores Senadores	Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo). Parecer nº 755/2001-CCJ, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável.	Primeira sessão de discussão, em primeiro turno.

6 Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2000 (nº 3.178/97, na Casa de origem)	Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Parecer nº 300/2001-CE, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável.	Discussão, em turno único. Em virtude de adiamento, nos termos do Requerimento nº 315/2001, aprovado na sessão de 13.06.2001.
7 Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2001 (nº 558/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádiodifusão Comunitária a Voz de Quissamã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro. Parecer nº 759/2001-CE, Relator: Senador Nilo Teixeira Campos, favorável.	Discussão, em turno único.
8 Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2001 (nº 723/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Amocentro – Associação de Moradores do Centro da Cidade de Pombal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pombal, Estado da Paraíba. Parecer nº 766/2001-CE, Relator: Senador Ney Suassuna, favorável.	Discussão, em turno único.
9 Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2001 (nº 683/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural José Allamano para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. Parecer nº 775/2001-CE, Relator: Senador Romero Jucá, favorável, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Eduardo Suplicy.	Discussão, em turno único.
10 Requerimento nº 408 de 2001 Senador Arlindo Porto	Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2001, de sua autoria.	Votação, em turno único.
11 Requerimento nº 430, de 2001 Senador Osmar Dias	Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2001 – Complementar, de sua autoria.	Votação, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas.)

**Ata da 91ª Sessão Deliberativa Ordinária,
em 13 de agosto de 2001**
(Publicada no **DSF** de 14 de agosto de 2001)

Retificação

Trecho de Ata à página nº 16465, 1ª coluna, referente ao Requerimento nº 432, de 2001, na subscrição.

Onde se lê

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Deputado Federal Flávio Derzi, ocorrido no dia 12 de agosto do corrente ano, no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
b) Apresentação de condolências à família e ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2001. — Senador **Juvêncio da Fonseca**.

Leia-se

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Deputado Federal Flávio Derzi, ocorrido no dia 12 de agosto do corrente ano, no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo:

c) inserção em ata de voto de profundo pesar;
d) Apresentação de condolências à família e ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2001. — Senadores **Juvêncio da Fonseca e Iris Rezende**.

CONGRESSO NACIONAL
ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS
DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM MARÇO DE 2001

Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado WALTER PINHEIRO (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado HÉLIO COSTA (PMDB-MG) Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho ¹

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Gilberto Mestrinho	AM	3104		1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291		2. Ney Suassuna	PB	4345
Casildo Maldaner	SC	2141		3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073		4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478		5. Gerson Camata	ES	3203
PFL						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff	SC	2041		1. Carlos Patrocínio	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231		2. Freitas Neto	PI	2131
Bello Parga	MA	3069		3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211		4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB) ²						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248		1. Geraldo Melo (PSDB)	RN	2371
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022		2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Leomar Quintanilha (PPB)	TO	2071		3. Sérgio Machado (PSDB)	CE	2281
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PDT/PPS) ³						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Heloísa Helena (PT)	AL	3197		1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061		2. Paulo Hartung (PPS)	ES	1129
PSB						
Titular	UF	Ramal		Suplente	UF	Ramal
Roberto Saturnino	RJ	4229		1. Ademir Andrade	PA	2101
Membro nato (art. 25 da Resolução nº 20/93) Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – Ramal 2051						

Composição eleita em 27.6.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em nova composição.

² Comunicação de formação do Bloco feita na sessão de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

³ Em 12.2.2001, o PPS voltou a integrar o Bloco Parlamentar de Oposição (Comunicação lida em 12.2.2001 – DSF de 13.2.2001).



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 e 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 3504)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

Ramais: 4605 Fax: 4344

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 22.05.2001

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA

Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Ramez Tebet (1)	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Vago (3)		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
José Alencar	MG	4018/4621	6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - José Fogaça	RS	1207/1607
Wellington Roberto	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Hugo Napoleão	PI	3085/87
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Freitas Neto	PI	2131/2137	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	7 - José Coelho	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	1 - Sérgio Machado	CE	2281/2287
Lúcio Alcântara	CE	2111/2117	2 - Vago		
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Osmar Dias (2)	PR	2121/2137
Pedro Piva	SP	2351/2355	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Romero Jucá	RR	2111/2117	5 - Fernando Matuzalém	RO	2251/2258

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Marina Silva	AC	2181/2187
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
Paulo Hartung	ES	1031/1231	4 - Jefferson Peres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto	MG	2321/2327	1 - (Vago)		

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado, a partir de 20.06.2001

(2) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001

(3) Retirada do Sr. Nova da Costa, em virtude da reassunção do titular, em 01.08.2001

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em :01/08/2001.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: ROMEU TUMA
Vice-Presidente: MARINA SILVA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Gilvam Borges	AP	2151/2157
Marluce Pinto	RO	1301/4062	3 – Valmir Amaral	DF	4064/4065
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
(vago)			6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
(vago)			7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
(vago)			8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
(vago)			9 – Pedro Ubirajara	MS	2221/2227

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Carlos Patrocínio	TO	4058/4068
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – José Coelho	PE	1284/3245
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	7 – (Vago)		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – (Vago)		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago			Ricardo Santos	ES	2022/2024
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	Teotônio Vilela	AL	4093/4095
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Osmar Dias (1)	PR	2121/2125	Álvaro Dias	PR	3206/3207
Romero Jucá	RR	2111/2117	Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437
Leomar Quintanilha	TO	2072/2075	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Tião Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – (Vago)		

(1) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)
Secretário: José Roberto A. Cruz
Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 27/06/2001

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:

PMDB

VAGO

VAGO

PFL

VAGO

VAGO

PSDB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

VAGO

VAGO

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB

JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062

PFL

GERALDO ALTHOFF	SC – 2041/2047
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217

BLOCO PSDB/PPB

LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP – 2241/2247
TIÃO VIANA	AC – 3038/3493

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

PSDB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

PSDB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ**Presidente: BERNARDO CABRAL****Vice-Presidente: OSMAR DIAS (2)****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto	PB	3194/95
José Fogaça	RS	1207/1607	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Pedro Ubirajara	MS	2221/2227	6 – Amir Lando	RO	3130/3132
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – José Alencar	MG	4621/4753

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – Romeu Tuma	SP	2051/57
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Agripino	RN	2361/2667
Hugo Napoleão	PI	3085/3087	6 – Carlos Patrocínio	TO	4058/4068

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	Sérgio Machado	CE	2281/2285
Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437	Pedro Piva	SP	2351/2357
Osmar Dias (1)	PR	2121/2125	Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2072/2075	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Heloísa Helena	AL	394/3199
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 - (Vago)		

(1) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretária: Gildete Leite de Melo

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 27/06/2001

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 - Ney Suassuna	PB	4345/4346
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 - José Fogaça	RS	1207/1607
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 - Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 - Maguito Vilela	GO	3149/50
Pedro Ubirajara	MS	2221/2227	7 - Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 - (Vago)		
(Vago)			9 - (Vago)		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Hugo Napoleão	PI	3085/87	1 - Freitas Neto	PI	2131/2137
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 - Francelino Pereira	MG	2411/2417
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/71	4 - Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Coelho	PE	1284/3245	5 - Romeu Tuma	SP	2051/2057
Carlos Patrocínio	TO	4058/4068	6 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
(Vaga cedida ao PTB)			7 - Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 - Osmar Dias (1)	PR	2121/2125
Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437	2 - Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 - Romero Jucá	RR	2111/2117
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 - Pedro Piva	SP	2351/2353
Fernando Matuzalém	RO	2251/2258	5 - Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 - (Vago)		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - Lauro Campos	DF	2341/2347
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 - Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 - Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Roberto Freire	PE	2161/2167	4 - Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
(Vago))			1 - Roberto Saturnino	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizado: 27.06.2001

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

PSDB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4058/64
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-FERNANDO MATUSALÉM (PPB)	RO-2251/58
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ2431/37
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
PSB			
SATURNINO BRAGA	RJ-4229/30	VAGO	

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 28/06/01

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 - Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 - José Alencar	MG	4621/4753
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Vago (1)			4 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Renan Calheiros	AL	2261/2262	5 - Wellington Roberto	PB	3194/3195
Valmir Amaral			6 - Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Hugo Napoleão	PI	3085/3087	1 - Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 - Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 - Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
José Coelho	PE	1284/3245	5 - Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437
Lúdio Coelho	MS	2361/2367	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Pedro Piva	SP	2351/2357	Álvaro Dias	PR	3206/3207
Fernando Matuzalém	RO	2251/2258	Leomar Quintanilha	TO	2072/2075
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 - Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 - Emília Fernandes	RS	2331/2337
Tião Viana	AC	3038/3493	3 - Paulo Hartung	ES	1031/1231
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Retirada do Sr. Nova da Costa, em virtude da reassunção do titular, em 01.08.2001

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :01/08/2001

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: JOSÉ ALENCAR					
Vice-Presidente: LEOMAR QUINTANILHA					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 - Valmir Amaral	DF	1961/1066
José Alencar	MG	4018/4621	2 - Iris Rezende	GO	2032/2039
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	2091/2095	4 - Pedro Ubirajara	MS	2221/2227
Nabor Júnior	AC	1478/4619	5 - Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	2401/2407	6 - Wellington Roberto	PB	3194/3195
Marluce Pinto	RR	1301/4062	7 - Maguito Vilela	GO	3149/3150
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 - Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 - Hugo Napoleão	PI	3085/3087
Carlos Patrocínio	TO	4058/4068	3 - Marla do Carmo Alves	SE	4055/4057
Bello Parga	MA	3069/3072	4 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Cedido ao PTB			5 - Freitas Neto	PI	2131/2137
Lindberg Curv	DF	2011/2017	6 - (Vago)		
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago			Pedro Piva	SP	2351/2357
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Teotônio Vilela	AL	4093/4095	Luiz Pontes	CE	3242/3243
Leomar Quintanilha	TO	2072/2075	Fernando Matuzalém	RO	2251/2258
			Sérgio Machado	CE	2281/2287
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 - Emília Fernandes	RS	2331/2337
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Sebastião Rocha	AP	2241/2247
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	3 - Lauro Campos	DF	2341/2347
Paulo Hartung	ES	1031/1231	4 - Tião Viana	AC	3038/3493
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 - Roberto Saturnino	RJ	4229/4230
PTB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em :27/06/2001

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM
DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

PRESIDENTE:

RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1- VAGO
VAGO	2- VAGO
VAGO	3- VAGO
PFL	
VAGO	1- VAGO
VAGO	2 – VAGO
PSDB	
VAGO	1- VAGO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
VAGO	1- VAGO

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: NEY SUASSUNA
Vice-Presidente: FREITAS NETO
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 - Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 - Luiz Otávio (Cessão)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	3 - (Vago)		
Vago (1)					
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Wellington Roberto	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 - Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 - Francoelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Freitas Neto	PI	2131/2137			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	1 - Sérgio Machado	CE	2281/2287
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 - Fernando Matuzalém	RO	2251/2258
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino Braga	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Retirada do Sr. Tasso Rosado, em virtude da reassunção do titular, em 15.05.2001.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em :12/06/2001

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL **(Representação Brasileira)**

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	021	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	**04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES **MEMBROS SUPLENTEs**

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC		311 2141	323 4063	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	MARLUCE PINTO	RR	**08	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	*288	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7438 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ANAIS DO SENADO FEDERAL

**ATAS DA 94ª À 99ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA DE 16 DE
AGOSTO A 23 DE AGOSTO DE 2001**

V.25 Nº 18

ALBERTO SILVA

Parecer nº 780, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 41, de 1999, do Presidente daquela Comissão (nº 103/98, na origem), que trata de consulta ao Tribunal de Contas da União, em atendimento a requerimento do Senador Júlio Campos, referente à licitude de negociação entre o Governo do Estado do Mato Grosso e a Telemat, para antecipação de pagamento de ICMS devido, bem como sobre a existência de decisão do TCU que se aplique, por analogia, à hipótese, e, ainda, quais os procedimentos que regulam a questão.

144

ADEMIR ANDRADE

Preocupação com a falta de investimentos no setor de saneamento básico no Brasil.

033

Proposta de emenda à Constituição nº 28, de 2001, que confere ao Congresso Nacional o poder de apreciar os acordos e os contratos internacionais, firmados por entes públicos, quando a República Federativa do Brasil figurar como parte, avalista ou garantidora, acrescentando parágrafo único o art. 49, da Constituição Federal.

455

Justificativas à apresentação de proposta de Emenda à Constituição destinada a sanar interpretações diferenciadas sobre os poderes do Congresso Nacional quanto à apreciação de acordos internacionais, como o firmado entre o Governo Federal e o FMI.

475

ÁLVARO DIAS

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria.

065

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria.

292

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria.

291

Parecer nº 823, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2001 (nº 805/2000, na

Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataizinho, Estado do Paraná. 377

Parecer n.º 827, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 2001 (n.º 485/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. 382

Refutação às críticas feitas pelo advogado da Confederação Brasileira de Futebol, em entrevista coletiva, na qual contestou os trabalhos da CPI do Futebol. 397

Contradição entre as ações do governo Fernando Henrique Cardoso e o Programa do PSDB, partido que conduz processo de expulsão de S. Ex.^a e do Senador Osmar Dias. 446

Críticas ao atual modelo de privatização do governo federal e ao processo de venda da Companhia de Eletricidade do Paraná – COPEL. 446

Discutindo o Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. 461

AMIR LANDO

Registro da sua participação hoje, nesta capital, como coordenador do Painel sobre a Síndrome de Down, promovido pela Associação Brasileira da Síndrome de Down. 479

Solidariedade aos servidores públicos de Rondônia quanto ao direito de reposição salarial. 510

Repúdio à Medida Provisória nº 2.166, que proíbe a utilização de 80% da área das propriedades rurais de Rondônia. 510

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

Parecer nº 782, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 10, de 2000 (nº 71/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia das Decisões nºs 20 e 21/2000, referentes a Auditorias realizadas no Fundo da Marinha Mercante e na Prefeitura Municipal de Salvador. 145

Parecer n.º 811, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2001 (nº 724/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Madre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Madre de Deus, Estado da Bahia. 360

Parecer n.º 819, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2001 (nº 664/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Aracruz – AMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia. 372

ANTONIO CARLOS VALADARES

Prejuízos pela controvérsia jurídica na interpretação da Emenda Constitucional nº 29, que estipula recursos mínimos a serem aplicados, pela União, em ações e serviços de saúde no período 2001 a 2004. 025

Requerimento nº 449, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 063

Parecer nº 799, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997. 302

Apelo aos senadores no engajamento para que as palavras “desenvolvimento” e “bem-estar social” voltem a influenciar as autoridades brasileiras. 412

Proposta de emenda à Constituição n.º 27, de 2001, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. 437

Parecer nº 831, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 2001. 458

Parecer nº 832, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 35, de 2001. 463

ARLINDO PORTO

Parecer nº 805, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2001 (nº 651/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais. 352

Parecer nº 809, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2001 (nº 706/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Metropolitana Cultural e Artística “Dom Aloísio Roque Opperman” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais. 357

Parecer nº 814, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2001 (nº 545/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais. 364

BELLO PARGA

Parecer nº 756, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 17 a 38, de Plenário, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências. 006

Parecer nº 757, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nºs 17 a 38, de Plenário, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências. 012

CARLOS BEZERRA

Apoio à aprovação do projeto de lei, de autoria do Deputado Hermes Parcianello, que dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias. 429

CARLOS PATROCÍNIO

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que

estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. 067

Apelo ao Governo Federal pela priorização de investimentos no setor de saneamento básico. 091

Preocupação com a evasão de cientistas brasileiros para o exterior. 166

Parecer n.º 791, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, de autoria do Senador Maguito Vilela, que inscreve o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria. 199

Compromisso da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins com a chamada “educação inclusiva”, que busca incluir os alunos com necessidades especiais. 219

Considerações sobre o índice de reajuste anunciado para os servidores públicos federais. 306

Parecer n.º 812, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2001 (nº 769/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Comunidade São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeirinho, Estado da Paraíba. 361

Requerimento n.º 459, de 2001, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 1999, de sua autoria, que altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para tornar obrigatório o uso de coletes salva-vidas na navegação interior, que se encontra tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 402

Satisfação com os excelentes resultados obtidos pelos produtores de sementes de girassol dos municípios de Dianópolis e Lagoa da Confusão, no Estado de Tocantins. 519

CARLOS WILSON

Análise dos dados do IBGE sobre o trabalho infantil no Brasil. 087

Anúncio do seu desligamento do PPS e filiação ao PTB. 311

Críticas ao índice de reajuste proposto aos servidores

públicos federais. 520

CASILDO MALDANER

Premência da realização de concurso público para provimento de cargos na Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista a precariedade da fiscalização nas estradas federais, em especial, no Estado de Santa Catarina. 078

Necessidade de viabilização do Código Nacional de Trânsito. 078

Parecer nº 762, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2001 (nº 574/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. 118

Críticas à ausência de repasse de recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, aos municípios do oeste de Santa Catarina. 313

Parecer n.º 808, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2001 (nº 696/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú – ACERC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina. 356

Parecer nº 825, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2001 (nº 821/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Comunitária a Voz do Contestado – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irani, Estado de Santa Catarina. 379

Discutindo o Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2001 (nº 640/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina. 410

EDISON LOBÃO

Posicionamento da Mesa do Senado acerca do pronunciamento do Senador Roberto Requião. 055

Resposta ao Senador Geraldo Cândido.	075
Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom.	197

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

Anúncio, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, da liberação de verbas para o Programa de Agricultura Familiar – PRONAF, para a safra 2001/2002.	340
--	-----

Parecer n.º 804, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2001 (nº 641/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Abel Figueiredo – PA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abel Figueiredo, Estado do Pará.	351
---	-----

Parecer n.º 813, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2001 (nº 713/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Pássaro Grande para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás.	362
---	-----

Congratulações à administração estadual tocantinense por sua eficiente política educacional, destacando diversos programas desenvolvidos na área.	428
---	-----

Considerações sobre a divulgação, pela Folha de S. Paulo , do “Mapa da Fome” do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, e de reportagens sobre os altos lucros das empresas privadas.	521
--	-----

EDUARDO SUPPLY

Parecer nº 754, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 207, de 2000 (nº 1.443/2000, na origem), pela qual o Presidente da República solicita que sejam autorizadas as operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento, com remissão parcial, da dívida da República da Zâmbia para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$14.127.098,58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos), com previsão de redução do valor presente líquido, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do Clube de Paris. 01	
---	--

Requerimento nº 451, de 2001, solicitando que seja designa	
--	--

da uma comissão de 4 senadores, destinada a colaborar para que sejam garantidas as prerrogativas constitucionais dos Deputados Estaduais e o funcionamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que teve suas dependências ocupadas hoje pela PM, em virtude de manifestação popular a favor de projeto que impede a privatização da Copel, a Companhia Energética daquele Estado. 074

Discutindo o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157/98, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências. 408

Requerimento nº 462, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 453

Considerações sobre a política econômica externa brasileira. 507

Defesa das reivindicações salariais dos servidores públicos federais. 507

EMÍLIA FERNANDES

Parecer nº 774, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2001 (nº 716/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas. 133

Parecer n.º 824, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2001 (nº 817/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Constantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul. 378

Requerimento n.º 463, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do pianista Luiz Carlos Vinhas. 454

Posicionamento contrário à aprovação de acordo entre o Brasil e os Estados Unidos da América para utilização da base de lançamento de foguetes em Alcântara, Maranhão. 481

FRANCELINO PEREIRA

Considerações acerca da aprovação do novo Código Civil. 159

Regozijo com a iniciativa da Fundação Dom Cabral ao

inaugurar em Nova Lima – MG, com a presença do Presidente da República, o centro internacional voltado para área de gestão e estratégia empresarial. 234

Aplausos à iniciativa do Centro Cultural do Banco do Brasil pela promoção da mostra versando sobre o “Surrealismo”, no Rio de Janeiro. 432

FREITAS NETO

Parecer n.º 783, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso n.º 107, de 2000 (n.º 3.454/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 465/2000, do Plenário daquela Instituição, referente à auditoria realizada no Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro – SESC/ARRJ. 146

Parecer n.º 784, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso n.º 154, de 2000 (n.º 5.287/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 265/2000, referente ao Relatório de Auditoria realizada no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná – UFPR. 147

GERALDO ALTHOFF

Parecer nº 785, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 191, de 2000 (nº 6.490/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 800/2000, referente à Auditoria realizada no Governo do Estado de Roraima. 148

Considerações sobre o trabalho da CPI do Futebol, da qual é relator. 267

GERALDO CÂNDIDO

Solicitação à Mesa de providências quanto a informações prestadas pelo Ministro de Minas e Energia, Senador José Jorge, que foram enviadas escritas em inglês. 075

Posicionamento contrário ao acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado entre Brasil e Estados Unidos, visando a exploração do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. 444

GERALDO MELO

Inconformidade com a ação rescisória com efeito suspensivo, imposta pelo Governo Federal, para pagamento de precatórios aos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 215

Leitura da Carta de Santana, resultante de seminários realizados em municípios do Estado do Rio Grande do Norte, a ser encaminhada ao Presidente da República, que propõe ações emergências para o enfrentamento da seca nordestina. 215

Defesa do Governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves, acusado de tráfico de influência no Estado. 319

Discutindo a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal (imunidade de ICMS). 468

GERSON CAMATA

Parecer n.º 793, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2001, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. 205

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de selo ambiental para produtos a serem exportados. 290

Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2001, que dispõe sobre a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (acesso do Porto de Capuaba à BR-262/ES). 457

GILVAM BORGES

Defesa da redução da taxa de juros para permitir o acesso da população ao crédito bancário e promover a retomada do desenvolvimento. 076

Parecer n.º 801, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2001 (nº 534/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dom Oscar Romero a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado do Maranhão. 347

Parecer n.º 802, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2001 (nº 595/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto – ACCR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão. 349

Parecer n.º 818, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2001 (nº 720/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio de Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão. 371

HUGO NAPOLEÃO

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. 293

Parecer n.º 826, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2001 (nº 526/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à VL Radiodifusão S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaituba, Estado do Pará. 380

Parecer nº 829, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a indicação do Senhor Luiz Henrique Pereira da Fonseca para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia. 404

Discutindo o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157/98, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências. 407

IRIS REZENDE

Posicionamento contrário à contribuição previdenciária dos inativos. 417

JEFFERSON PÉRES

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2001, que altera o parágrafo único do art. 15 e o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27

de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências. 059

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. 466

JOÃO ALBERTO SOUZA

Preocupação com os mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos cursos superiores de curta duração. 425

JONAS PINHEIRO

Parecer n.º 797, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/34, de 2001 (nº 2.007/2001, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Senado Federal manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado de Pernambuco para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$5,123,213.28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América, e vinte e oito centavos), equivalente a R\$12.090.783,34 (doze milhões, noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos), à taxa de câmbio de 31-5-2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE. (Projeto de Resolução nº 37, de 2001). 263

Parecer n.º 806, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2001 (nº 593/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Serviços de Radiodifusão Educativa Shalom para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso. 354

Parecer n.º 822, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2001 (nº 793/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva, “ACRED – Elias Fausto” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elias Fausto, Estado de São Paulo. 375

JOSÉ AGRIPINO

Comentários sobre as denúncias de corrupção que envolvem o nome do Governador do Rio Grande do Norte, Sr. Garibaldi Alves, veiculadas pela imprensa, destacando a manobra governista contra a abertura de CPI na Assembléia Legislativa daquele Estado. 228

JOSÉ COELHO

Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom. 193

JOSÉ EDUARDO DUTRA

Solidariedade ao movimento do servidores públicos federais, na reivindicação por reposição das perdas salariais. 399

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. 292

Discutindo a Mensagem nº 137, de 2001 (nº 526/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca. 404

Requerimento nº 460, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2000, que acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências. 439

JOSÉ FOGAÇA

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. 069

Parecer nº 769, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2001 (nº 533/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. 126

Parecer nº 770, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2001 (nº 589/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Ijuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul. 128

Parecer nº 771, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2001 (nº 649/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Pelotas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. 129

Parecer nº 772, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2001 (nº 671/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul. 130

Parecer nº 777, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2001 (nº 746/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Fronteira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. 137

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. 293

JOSÉ SARNEY

Transcrição da Declaração de uma Força Tarefa Independente, patrocinada pelo Conselho de Relações Exteriores e elaborada sob a coordenação do brasileiro Kenneth Maxwell. 173

JUVÊNIO DA FONSECA

Parecer nº 781, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 6, de 2000 (nº 1.579/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 930/99, referente ao Plano de Auditorias para o primeiro semestre do exercício de 2000. 145

Parecer nº 787, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 12, de 2001 (nº 8.766/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 466/2000, referente à auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral – meeting. 150

Parecer nº 788, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 36, de 2001 (nº 162/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 59/2001, referente ao Relatório de Inspeção, realizado no Comando da 1ª Região Militar. 150

Parecer nº 789, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 64, de 2001 (nº 1.236/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 158/2001, referente à auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Fortaleza – CE. 151

Discutindo o Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. 461

LAURO CAMPOS

Apoio à carta de funcionários da Imprensa Nacional sobre os problemas advindos da transferência do órgão do Ministério da Justiça para a Casa Civil. 315

LINDIBERG CURY

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. 066

LÚCIO ALCÂNTARA

Necessidade de alterações na medida provisória que trata dos planos de seguro de saúde, com o objetivo de proteger os

interesses do consumidor.	038
Registro de sua participação na I Feira da Juventude, realizada na cidade de Fortaleza – CE, durante o período de 13 a 16 do corrente, a convite do Sistema Verdes Mares de Comunicação e do Grupo Prática Empresarial.	188
Registro de sua participação, no último dia 17 do corrente, em Fortaleza, do fórum de debates que discutiu o “Futuro das livrarias (independente) num mundo globalizado”, ocasião em que apresentou o texto “O livro, esse guardião do saber”.	236
Requerimento n.º 452, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 34, de 2001, resultante de parecer lido anteriormente.	280
Requerimento n.º 453, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 35, de 2001, resultante de parecer lido anteriormente.	280
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria.	294
Considerações acerca do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade de Oportunidades no Emprego, da DRT, no Estado do Ceará.	340
Parecer n.º 817, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2001 (nº 719/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sítio do Vale para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Russas, Estado do Ceará.	369
Parecer n.º 821, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2001 (nº 766/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.	374
Requerimento n.º 457, de 2001, de urgência para o Projeto de Resolução nº 36, de 2001, advindo da aprovação do Ofício nº 32, de 2001, que encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação do Estado do Ceará para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$7,000,000,00 (sete milhões	

de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$13.673.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18-1-2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE.

384

Requerimento n.º 458, de 2001, de urgência para o Projeto de Resolução nº 37, de 2001, advindo da aprovação do Ofício nº S/34, de 2001, que encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação do Estado de Pernambuco para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a US\$5,123,213.28 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América e vinte e oito centavos), equivalente a R\$12.090.783,34 (doze milhões, noventa mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos), à taxa de câmbio de 31-5-2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE.

384

Cobranças ao presidente da Associação das Pioneiras Sociais, Aloísio Campos da Paz, do funcionamento do Hospital Sarah Kubitschek, no Estado do Ceará, que se encontra com suas instalações concluídas.

395

Protestos contra a falta de órgão que possa substituir a extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

395

Proposta de emenda à Constituição nº 26, de 2001, que altera o art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação, pelo Congresso Nacional, dos dirigentes máximos de entidades encarregadas da regulação da prestação de serviços públicos, bem como o encaminhamento de requerimento de informações às mesmas autoridades.

401

LUIZ OTÁVIO

Parecer nº 778, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 23, de 1997 (nº 204/97, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 188, de 1997, referente à auditoria operacional realizada no Sistema de Telecomunicações Brasileiro.

139

Parecer nº 786, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 10, de 2001 (nº 8.702/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 429/2000, referente à Auditoria realizada no Departamento Nacional

de Estradas de Rodagem – DNER (6ª Região/MG) e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG. 149

Parecer nº 790, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 80, de 2001 (nº 1.836/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 245/2001, referente à Auditoria realizada no Projeto de Irrigação Luís Alves, localizado no Distrito de Luiz Alves, Município de São Miguel do Araguaia – GO – Implementado pelo Governo de Goiás. 152

Análise da Medida Provisória nº 2.177-43, de 27 de julho de 2001, que altera a Lei dos Planos Privados de Assistência de Saúde – Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. 185

Discutindo a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal (imunidade de ICMS). 470

LUIZ PONTES

Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2001, que altera o art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. 288

Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2001, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição, pelo município, de veículo automotor coletivo destinado ao transporte escolar. 289

Parecer n.º 815, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2001 (nº 695/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional de Rádio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte. 365

Parecer n.º 820, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2001 (nº 711/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Amigos do “Rio Santa Rosa” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araiões, Estado do Maranhão. 373

Considerações sobre a efetivação do direito à saúde, por meio do controle da sociedade. 515

Questionamento à Medida Provisória 2.177-43, de 2001. 515

MARIA DO CARMO ALVES

Parecer nº 760, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2001 (nº 547/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas. 115

Parecer nº 761, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2001 (nº 566/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sociocultural Hermes Fontes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquim, Estado de Sergipe. 117

Homenagem pelo transcurso, ontem, do Dia do Maçom. 340

Parecer nº 833, de 2001, de PLEN, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 2, de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei nº 44, de 2001 – Complementar, que altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991. 465

Parecer nº 835, de 2001, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157/98, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Apoio a Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências. 474

MARINA SILVA

Parecer nº 792, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001, de autoria do Senador Álvaro Dias, que institui o Dia Nacional do Cientista Social. 202

Necessidade de ações conjuntas dos órgãos governamentais para evitar novos focos de incêndios e queimadas no período da seca na região amazônica. 303

MARLUCE PINTO

Registro do lançamento, na última terça-feira, em Brasília, do Projeto Amazontech 2001 – Novos Rumos para a Ciência, Tecnologia e Negócios Sustentáveis, evento que também será realizado em Boa Vista/RR, entre os dias 20 e 25 de novembro. 439

MAURO MIRANDA

Necessidade de definição de políticas habitacionais, enfatizando a importância do Estatuto da Cidade.	023
Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom.	197
Relevância do Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002, elaborado pela Confederação Nacional da Agricultura.	344
Registro da atuação positiva do Ministério dos Transportes, em relação à duplicação de rodovias em Goiás, renovando apelo no sentido da recuperação e duplicação do trecho da BR-153, que liga Anápolis ao norte do Estado de Goiás.	432
Importante presença do PMDB nas administrações e nas câmaras municipais da região do Vale do São Patrício.	432
Preocupação com matéria publicada pelo jornal O Popular , de Goiânia, edição do último dia 10, intitulada "Polígono da maconha migra para Goiás".	440
Insatisfação salarial das polícias civil e militar do Estado de Goiás.	440

MOREIRA MENDES

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2001, que altera dispositivos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre a discriminação, no fornecimento de produtos e serviços, baseada na raça; cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor.	057
Repúdio contra as tentativas de impedir a construção de duas pontes sobre o rio Madeira, no Estado de Rondônia.	231
Apelo para celeridade na construção do gasoduto Urucu/Porto Velho, repudiando os empecilhos criados pelo Estado do Amazonas ao projeto.	389
Requerimento nº 461, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona.	453
Discutindo a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal (imunidade de ICMS).	467
Necessidade de reflexão sobre o desenvolvimento e crescimento econômico brasileiro, nos dezessete anos	

subseqüentes à ditadura militar. 512

MOZARILDO CAVALCANTI

Requerimento nº 447, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona. 021

Justificativas ao Requerimento nº 447, de 2001, que solicita informações ao Ministro das Minas e Energia sobre os custos de energia e tarifas praticadas pela Bovesa, no Estado de Roraima. 055

Comentários ao estudo solicitado por S. Ex^a à Consultoria Legislativa do Senado, sobre a definição de quebra de Decoro Parlamentar. 168

Homenagens à maçonaria brasileira pelo dia do Maçom. 191

Parecer n.º 798, de 2001, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2001, que denomina rodovia Gaspar Silveira Martins o trecho da rodovia BR-153 que liga a cidade de Aceguá à rodovia BR-290, no Estado do Rio Grande do Sul. (Redação do texto final). 284

Importância do relacionamento do Brasil com a Comunidade Andina para o processo de integração econômica da América Latina. 342

Anúncio do lançamento, ontem, em Brasília, do projeto **Amazontech 2001**, que visa promover negócios ecologicamente corretos, com tecnologia, para o desenvolvimento da Amazônia. 396

Defesa do instituto do voto secreto. 516

NEY SUASSUNA

Saudações ao Presidente da República pela autorização da duplicação da rodovia BR-101. 037

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2001, que denomina Governador Ivan Bichara o viaduto Oitizeiro, localizado na BR-230, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba. 056

Parecer nº 763, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2001 (nº 592/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia Carflor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte. 119

Parecer nº 766, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2001 (nº 723/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a AMOCENTRO – Associação de Moradores do Centro da Cidade de Pombal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pombal, Estado da Paraíba. 123

Parecer nº 767, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2001 (nº 684/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado da Paraíba. 124

Parecer nº 768, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2001 (nº 690/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Araçá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mari, Estado da Paraíba. 125

Análise da crise argentina e de suas conseqüências para a economia brasileira. 270

Necessidade de uma política de estímulo às exportações. 270

Importância de investimentos na educação e no treinamento dos jovens para a inserção do país no mundo globalizado. 422

Discutindo o Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. 462

NILO TEIXEIRA CAMPOS

Parecer nº 759, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2001 (nº 558/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária a Voz de Quissamã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro. 114

OSMAR DIAS

Requerimento nº 448, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 062

Relato da crise porque passa a Assembléia Legislativa do Paraná, invadida pela polícia militar a mando do governador Jaime Lerner. 081

Denúncia de irregularidade na sessão da Assembléia Legislativa do Paraná que garantiu a venda da Copel. 274

PAULO HARTUNG

Anúncio da participação do Estado do Espírito Santo no Conselho Deliberativo da Política Cafeeira e da garantia do Banco do Brasil na concessão de prorrogação dos prazos para quitação de empréstimos da linha do Pronaf. 221

Dificuldades enfrentadas pelo setor cafeeiro no Brasil. 221

Parecer n.º 795, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/29, de 2001 (nº 1.763/2001, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Senado Federal manifestação daquele Órgão acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG) para contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de R\$2.094.968,00 (dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais), com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. (Projeto de Resolução nº 35, de 2001). 257

Apelo ao Deputado Mussa Demes, novo relator do projeto que corrige a tabela do Imposto de Renda da pessoa física, para que dê celeridade à matéria na Câmara dos Deputados. 266

Proposta de emenda à Constituição n.º 24, de 2001, que altera a redação do art. 46 da Constituição, para estabelecer que o suplente de senador somente substituirá o titular temporariamente. 282

Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2001, que altera a redação do art. 43 da Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar hipóteses de suspensão de registro de cadastro de devedores, a pena por cobrança indevida e a caracterização de dano moral pela inclusão indevida em cadastro de devedores, definindo os limites da indenização. 285

Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2001, que altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para determinar a responsabilidade sucessória do adquirente, a qualquer título, de empreendimento imobiliário. 287

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. 293

Satisfação com a decisão da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, que aprovou projeto de S. Ex.^a, que trata da correção da tabela do imposto de renda da pessoa física. 384

Discutindo o Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. 460

PEDRO PIVA

Parecer n.º 803, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2001 (nº 632/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró- Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caconde, Estado de São Paulo. 350

Parecer n.º 810, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2001 (nº 722/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Pérola FM – AMCRP/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchas, Estado de São Paulo. 359

PEDRO SIMON

Considerações sobre as reportagens publicadas pelo jornal **Folha de S. Paulo** de ontem, sobre a inexecução de programas estratégicos do governo FHC, o aumento recorde dos lucros dos

bancos privados, e a vulnerabilidade da economia brasileira. 225

Preocupação com a insistência do Sr. Leonel Brizola em afastar o Governador Itamar Franco do PMDB, lembrando que o partido deverá lançar candidato próprio à presidência da República. 225

Comemoração dos 40 anos do movimento Legalidade, que garantiu a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia do presidente Jânio Quadros. 385

Transcurso, no próximo dia 24, dos 47 anos da morte do ex-presidente Getúlio Vargas. 385

PEDRO UBIRAJARA

Parecer nº 773, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2001 (nº 691/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial São Sebastião de Boa Esperança do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Esperança do Sul, Estado de São Paulo. 132

Homenagem à maçonaria pelo transcurso, no próximo dia 20, do Dia do Maçom; destacando o trabalho social da entidade no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. 157

RENAN CALHEIROS

Satisfação com a decisão da Câmara de Gestão de Energia, referente à ampliação da cota de energia da mineração Euclides Scal co-produtora de calcário no Estado de Alagoas. 312

Necessidade da reformulação do Programa de Recuperação Fiscal – Refis, sugerindo ao governo de Alagoas a adoção de um programa estadual de refinanciamento das dívidas das empresas. 421

Necessidade de apuração, pelo Ministério da Agricultura, de irregularidades na importação de coco, em especial, dos países africanos e asiáticos. 480

RICARDO SANTOS

Expectativas sobre a taxa de crescimento brasileiro. 207

Parecer n.º 816, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2001 (nº 705/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Santa Bárbara para executar serviço de

radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo. 366

Discutindo o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157/98, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências. 408

Gestões junto às autoridades governamentais em favor do setor de rochas ornamentais do Estado do Espírito Santo. 423

ROBERTO FREIRE

Justificativas à proposta de emenda à Constituição, que altera o art. 236, para vincular os cartórios de registro de imóveis ao serviço público municipal e do Distrito Federal. 397

Proposta de emenda à Constituição nº 25, de 2001, que altera o art. 236 da Constituição Federal para vincular os cartórios de registro de imóveis ao serviço público municipal e do Distrito Federal. 399

ROBERTO REQUIÃO

Indignação com as agressões sofridas pelos Deputados Estaduais do Paraná, contrários à privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel. 039

Repúdio ao editorial do **Jornal do Brasil**, publicado hoje, intitulado “Tempo perdido”, que interpreta declarações feitas por S. Ex.^a sobre o acordo do Brasil com o FMI. 039

Estranheza pela remessa de aviso de restituição a uma contribuinte que nunca declarou imposto de renda. 039

Denúncia de fraude na importação de automóveis. 039

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. 070

ROBERTO SATURNINO

Contrariedade com os termos do último acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional. 029

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. 068

Projeto de Resolução nº 33, de 2001, que altera a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para os efeitos do disposto no § 4º do art. 55 da Constituição Federal. 250

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. 292

Comentários sobre a ajuda do Fundo Monetário Internacional – FMI à Argentina. 397

Discutindo o Projeto de Resolução nº 35, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 795, de 2001, Relator: Senador Paulo Hartung), que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG, a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município. 462

ROMERO JUCÁ

Requerimento nº 450, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Frei Artur Agostini, ocorrido ontem, no Estado de Roraima. 063

Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, constante do Item 1 da pauta de hoje. 074

Análise dos sete anos do Plano Real. 088

Parecer nº 775, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2001 (nº 683/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural José Allamano, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. 134

Parecer nº 796, de 2001, da Comissão de Assuntos

Econômicos, sobre o Ofício nº S/32, de 2001 (nº 1.975-2/2001, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Senado Federal a solicitação do Estado do Ceará para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$13.673.300,00 (treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais), à taxa de câmbio de 18-1-2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE. (Projeto de Resolução nº 36, de 2001).	260
Homenagem pelo transcurso, ontem, do Dia do Maçom.	278
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria.	292
Registro do Programa Amazontec 2001, desenvolvido em conjunto pelo Sebrae, Embrapa e Universidades Federais da Amazônia.	322
Parecer n.º 828, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 158, de 2001 (nº 636/2001, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Coêlho Ferreira, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Aldo da Silva Fagundes.	383
Comentários sobre a publicação “Balanço Social 2000” da Petrobras.	430
Defesa de debates no Senado Federal sobre o acordo de utilização, pelos Estados Unidos, da Base de Alcântara, no Maranhão.	486
Regozijo pela escolha do novo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral.	486
Registro do recebimento da Nova Lei Orgânica do Município de Caracaraí/RO.	486
Excelência do trabalho desenvolvido pela Embrapa, parabenizando todo o seu quadro profissional.	513

ROME U TUMA

Parecer nº 755, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. 005

Repúdio às declarações do Deputado Jair Bolsonaro envolvendo a atuação de S. Ex.^a como relator da medida provisória que trata dos vencimentos dos militares. 035

Parecer nº 764, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2001 (nº 630/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação A Serviço da Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiana, Estado de São Paulo. 120

Parecer nº 765, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2001 (nº 660/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Central de Araraquara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo. 121

Parecer nº 776, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2001 (nº 737/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Paulista de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Regente Freijó, Estado de São Paulo. 136

Parecer n.º 800, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 1999 (nº 170/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo. 346

Parecer n.º 807, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2001 (nº 618/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Maximino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo. 355

Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2001-Complementar, que atualiza a ementa e altera o art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial. 451

RONALDO CUNHA LIMA

Homenagem pelo transcurso do centenário de nascimento do Senador Ruy Carneiro. 187

RUBENS BUENO

Ofício nº 35/2001, de 14 do corrente, do Líder do Bloco PDT/PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.157-4, de 2001. Rubens Bueno. 021

SEBASTIÃO ROCHA

Aplauso à iniciativa do Executivo de substituir, por projeto de lei, a Medida Provisória nº 2.177-43, que altera a regulamentação dos planos e seguros de saúde. 077

Anúncio da realização do Simpósio de Saúde Suplementar, nos próximos dias 28 e 29 do corrente, no Auditório Petrônio Portella. 077

Proposta de emenda à Constituição n.º 23, de 2001, que altera o § 3º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha dos candidatos ao cargo de Procurador-Geral do Estado e do Distrito Federal e Territórios será feita mediante processo eletivo. 280

Discutindo o Parecer nº 746, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Waldeck Ornelas, sobre a Mensagem nº 161, de 2001 (nº 710/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de 2 anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mércio Felsky. 405

Realização, nos próximos dias 28 e 29, no Senado Federal, do simpósio sobre saúde complementar e de audiência pública para discutir o projeto que regulamenta a aplicação do silicone no organismo humano. 425

Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2001, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para o fim de definir o crime de coação no curso da atividade administrativa. 449

Parecer nº 834, de 2001, de PLEN, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas

de Plenário nºs 1 e 2 à Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, que “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos para instituir o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental”.

466

TEOTÔNIO VILELA FILHO

Considerações sobre as dificuldades enfrentadas pelos produtores de leite do Estado de Alagoas.

088

VALMIR AMARAL

Parecer nº 779, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 35, de 1999 (nº 1.031/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 684, de 1999, referente ao Pedido de Reexame interposto pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

143

Parecer nº 830, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a indicação da Senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

404

Defesa de um reajuste digno do salário dos funcionários públicos.

427

WALDECK ORNELAS

Parecer nº 758, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2000 (nº 3.773/97, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências.

114

Parecer nº 746, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 161, de 2001 (nº 710/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de 2 anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mércio Felsky.

405

WELLINGTON ROBERTO

Parecer n.º 794, de 2001, da Comissão de Assuntos

Econômicos, sobre a Mensagem nº 247, de 2000, do Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contra garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil. (Projeto de Resolução nº 34, de 2001).